PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE MATO GROSSO

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso - Ano XXXII - Cuiabá/MT
DISPONIBILIZADO na Sexta-Feira, 13 de Dezembro de 2019 - Edição nº 10639

ASSINADO DIGITALMENTE TJMT DJE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Des. Carlos Alberto Alves da Rocha
Presidente

Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Vice-Presidente

Des. Luiz Ferreira da Silva
Corregedor-Geral

SUUM CUIQUE TRIBUERE

ESTRUTURA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

TRIBUNAL PLENO

Reunir-se-á mediante convocação do Presidente do Tribunal

Des. Carlos Alberto Alves da Rocha - Presidente
Des. Orlando de Almeida Perri
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho
Des. Paulo da Cunha
Des. Juvenal Pereira da Silva
Des. Sebastião de Moraes Filho
Des. Márcio Vidal
Des. Rui Ramos Ribeiro
Des. Guiomar Teodoro Borges
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Des. Luiz Ferreira da Silva
Desa. Clarice Claudino da Silva
Des. Alberto Ferreira de Souza
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Marcos Machado
Des. Dirceu dos Santos
Des. Luiz Carlos da Costa
Des. João Ferreira Filho
Des. Pedro Sakamoto
Desa. Marilsen Andrade Addário
Des. Rondon Bassil Dower Filho
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Serly Marcondes Alves
Des. Sebastião Barbosa Farias
Des. Gilberto Giraldelli
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos
Des. Mário Roberto Kono de Oliveira

ÓRGÃO ESPECIAL
Sessões: 2ª - Quinta-feira do mês - 14:00
Matéria Judiciária - Plenário 01
Sessões: 4ª - Quinta-feira do mês - 14:00
Matéria Administrativa - Plenário 01
Des. Carlos Alberto Alves da Rocha - Presidente
Des. Orlando de Almeida Perri
Des. Paulo da Cunha
Des. Juvenal Pereira da Silva
Des. Márcio Vidal
Des. Rui Ramos Ribeiro
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Des. Luiz Ferreira da Silva
Desa. Clarice Claudino da Silva
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Marcos Machado
Des. João Ferreira Filho
Des. Rondon Bassil Dower Filho

CONSELHO DA MAGISTRATURA
Sessões: 4ª- Segunda-Feira do mês - 9:00
Des. Carlos Alberto Alves da Rocha - Presidente
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Des. Luiz Ferreira da Silva

PRIMEIRA TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO
Sessões: 1ª - Quinta-feira do mês
Plenário 01 - 14:00
Des. Sebastião de Moraes Filho - Presidente
Desa. Clarice Claudino da Silva
Des. João Ferreira Filho
Desa. Marilsen Andrade Addário
Des. Sebastião Barbosa Farias
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho

SEGUNDA TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO
Sessões: 1ª - Quinta-feira do mês
Plenário 03 - 8:30
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho - Presidente
Des. Guiomar Teodoro Borges
Des. Dirceu dos Santos
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Serly Marcondes Alves
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves

TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: 1º Quintas-feiras do mês
Plenário 04 - 14:00
Des. Márcio Vidal - Presidente
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Luiz Carlos da Costa
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos
Des. Mário Roberto Kono de Oliveira

TURMA DE CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS
Sessões: 1ª - Quinta-feira do mês
Plenário 02 - 14:00
Des. Orlando de Almeida Perri - Presidente
Des. Paulo da Cunha
Des. Juvenal Pereira da Silva
Des. Rui Ramos Ribeiro
Des. Alberto Ferreira de Souza
Des. Marcos Machado
Des. Pedro Sakamoto
Des. Rondon Bassil Dower Filho
Des. Gilberto Giraldelli

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Terças-feiras - Plenário 01 - 14:00
Des. João Ferreira Filho - Presidente
Des. Sebastião Barbosa Farias
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 02 - 8:30
Des. Sebastião de Moraes Filho - Presidente
Desa. Clarice Claudino da Silva
Desa. Marilsen Andrade Addário

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 01 - 14:00
Des. Dirceu dos Santos - Presidente.
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 03 - 8:30
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho - Presidente
Des. Guiomar Teodoro Borges
Desa. Serly Marcondes Alves

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: Segundas-feiras - Plenário 04 - 14:00
Des. Márcio Vidal - Presidente
Desa. Maria Erotides Kneip
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: Terças-feiras - Plenário 03 - 14:00
Des.Luiz Carlos da Costa - Presidente.
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Des. Mario Roberto Kono de Oliveira

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
Sessões: Terças-feiras - Plenário 04 - 14:00
Des. Orlando de Almeida Perri - Presidente
Des. Paulo da Cunha
Des. Marcos Machado

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 04 - 14:00
Des. Rui Ramos Ribeiro - Presidente
Des. Alberto Ferreira de Souza
Des. Pedro Sakamoto

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 03 - 14:00
Des. Juvenal Pereira da Silva - Presidente
Des. Rondon Bassil Dower Filho
Des. Gilberto Giraldelli

SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: 3ª Quinta-feira do mês - 9:00
Plenário 02
Des. Márcio Vidal - Presidente.
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Luiz Carlos da Costa
Desa. Marilsen Andrade Addário
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Desa. Serly Marcondes Alves
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos
Des. Mário Roberto Kono de Oliveira

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
Sessões: 3ª Quinta-feira do mês - 14:00
Plenário 01
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho - Presidente
Des. Sebastião de Moraes Filho
Des. Guiomar Teodoro Borges
Desa. Clarice Claudino da Silva
Des. Dirceu dos Santos
Des. João Ferreira Filho
Desa. Marilsen Andrade Addário
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Serly Marcondes Alves
Des. Sebastião Barbosa Farias
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves

Índice

COMARCAS **3**
Segunda Entrância **3**
Comarca de Água Boa **3**
2ª Vara 3
Juizado Especial Cível e Criminal 13
3ª Vara 56

Comarca de Alto Araguaia **57**
1ª Vara 57
2ª Vara 58
Juizado Especial Cível e Criminal 63

Comarca de Barra do Bugres **65**
1ª Vara 65
2ª Vara 75
3ª Vara 80
Juizado Especial Cível e Criminal 81

Comarca de Campo Novo do Parecis **88**
Diretoria do Fórum **88**
1ª Vara 88
Juizado Especial Cível e Criminal 90

Comarca de Campo Verde **91**
1ª Vara 91
2ª Vara 91
Juizado Especial Cível e Criminal 92

Comarca de Canarana **115**
1ª Vara 115
2ª Vara 118
Juizado Especial Cível e Criminal 123

Comarca de Chapada dos Guimarães **123**
Diretoria do Fórum **123**
1ª Vara 130
2ª Vara 132
Juizado Especial Cível e Criminal 139

Comarca de Colíder **141**
Diretoria do Fórum **141**
1ª Vara 142
2ª Vara 144
Juizado Especial Cível e Criminal 200

Comarca de Comodoro **212**
1ª Vara 212
2ª Vara 215
Juizado Especial Cível e Criminal 221

Comarca de Jaciara **224**
1ª Vara 224
2ª Vara 230
Juizado Especial Cível e Criminal 235

Comarca de Juara **257**
1ª Vara 257
2ª Vara 260
Juizado Especial Cível e Criminal 262
3ª Vara 262

Comarca de Juína **266**
Diretoria do Fórum **266**
1ª Vara 267
2ª Vara 271
3ª Vara 272
Juizado Especial Cível e Criminal 276

Comarca de Mirassol D'Oeste **286**
1ª Vara 286
2ª Vara 296
Juizado Especial Cível e Criminal 298
3ª Vara Criminal 309

Comarca de Nova Mutum **315**
1ª Vara 315
2ª Vara 316
Juizado Especial Cível e Criminal 322
3ª Vara 327

Comarca de Nova Xavantina **328**
1ª Vara 328
2ª Vara 331
Juizado Especial Cível e Criminal 333

Comarca de Paranatinga **336**
1ª Vara 336
2ª Vara 337
Juizado Especial Cível e Criminal 340

Comarca de Peixoto de Azevedo **341**
2ª Vara 341
Juizado Especial Cível e Criminal 345

Comarca de Pontes e Lacerda **352**
1ª Vara 352
2ª Vara 356
3ª Vara 453
Juizado Especial Cível e Criminal 455

Comarca de Poxoréo **456**
Juizado Especial Cível e Criminal 456

Comarca de São José do Rio Claro **457**
1ª Vara 457
2ª Vara 458
Juizado Especial Cível e Criminal 459

Comarca de Vila Rica **460**
2ª Vara 460

COMARCAS

Segunda Entrância

Comarca de Água Boa

2ª Vara

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000186-67.2017.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE GETULIO TELES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SUELI VIEIRA DE SOUZA OAB - MG0116521A (ADVOGADO(A))
wilson massaiuki sio junior OAB - MT0009661S-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO: Intimação da parte autora para se manifestar,no prazo de 15 dias, tendo em vista o retorno os autos.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1001270-69.2018.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO ARAGUAIA E XINGU - SICREDI ARAXINGU (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE DE ASSIS ROSA OAB - MT19077-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADILSON BRAS PESSIM BORGES (EXECUTADO)
EURIPEDES BORGES VIEIRA (EXECUTADO)
TADEU FERREIRA BARBOSA (EXECUTADO)

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO VIA DJE: Intimação da parte autora para se manifestar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da EXCEÇÃO DE PRE EXECUTIVIDADE apresentada nos autos.

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1002094-91.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
RECON ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALYSSON TOSIN OAB - MG0086925A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADEVALDO CORREA DA SILVA (EXECUTADO)
JOSE GOMES PEREIRA FILHO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002094-91.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – Trata-se de execução por quantia certa embasada em título executivo extrajudicial (artigo 784 do CPC) em que se busca a expropriação de bens do devedor para a satisfação de crédito decorrente de obrigação certa, líquida e exigível na forma do artigo 783 do CPC. Desse modo, preenchidos os pressupostos legais, CITE-SE a parte executada para que efetue o pagamento da dívida no prazo de 3 (três) dias, contados da efetivação da citação, inteligência do artigo 829 do CPC. CONSTE expressamente no mandado/carta precatória de citação as determinações contidas no §1º do mesmo dispositivo. 2 – Contudo, CONDICIONA-SE a expedição do mandado ao depósito do valor correspondente às diligências a serem promovidas por Oficial de Justiça, cujos parâmetros devem ser os estabelecidos na Portaria n. 14/2016 expedida pela Diretoria de Foro da Comarca de Água Boa-MT. INTIME-SE a parte requerente para promover o recolhimento das diligências no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por perda superveniente do interesse de agir e ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo (artigo 485, incisos IV e VI, ambos do CPC). 3 – Na hipótese do Oficial de Justiça não encontrar a parte executada, deverá proceder ao arresto de tantos bens quantos bastem para garantia da execução (art. 830, caput CPC), devendo nos dez dias seguintes à efetivação do arresto procurar a parte devedora 2 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido (§1º). 4 – Caso não seja efetuado o pagamento, munido da segunda via do mandado, ficará o Sr. Oficial de Justiça autorizado a proceder a penhora e avaliação de quaisquer bens móveis ou imóveis de propriedade ou que estejam na posse direta do devedor, lavrando-se o respectivo auto e intimando, na mesma oportunidade, o executado (art. 829, §1°, do Código de Processo Civil). 5 – ADVIRTA-SE expressamente o credor que os bens móveis eventualmente penhorados deverão obrigatoriamente ser depositados junto ao exequente, que assumirá o encargo de fiel depositário, responsável ainda por providenciar e custear a remoção dos bens, sob pena de preclusão do direito que lhe assiste a execução, com a liberação da penhora. 6 – Ficará o Oficial de Justiça autorizado a deixar de cumprir a ordem se o exequente deixar de fornecer os meios necessários para a remoção imediata do bem móvel, oportunidade que ocasionará a preclusão da possibilidade de penhora de bens da mesma natureza. 7 – Não havendo pagamento da dívida, penhora ou arresto na forma autorizada nos itens 2 e 3 desta decisão, tendo em vista a ordem preferencial de penhora descrita no artigo 835 do CPC, INTIME-SE a parte exequente para que requeira as providências que entender necessárias no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. 8 – FIXA-SE, desde já, os honorários advocatícios a serem pagos pela executada em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, ressaltando que, no caso de pagamento integral da dívida no prazo assinalado (3 dias) a verba será reduzida pela metade (art. 827, §1º CPC). 9 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002260-26.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO CARLOS SOKOLOWSKI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SANTIANY ALMEIDA DE SIQUEIRA CURVO OAB - MT0014889A (ADVOGADO(A))
MACIRLENE PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT14232-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (RÉU)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002260-26.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – No que tange ao pedido de gratuidade de justiça, com fundamento no art. 99, §2º do CPC[1], INTIME-SE o autor (DJE) para que, no prazo de 10 (dez) dias, demonstre os pressupostos para a concessão do benefício, sob pena de indeferimento do pedido. Para tanto, deve colacionar os seguintes documentos: (i) extratos dos últimos 03 (três) meses de suas contas bancárias (pessoa física); (ii) últimas 03 (três) declarações de imposto de renda de pessoa física; (iii) declaração de bens no CRI local. 2 – Com a juntada dos documentos acima, este Juízo DETERMINA o segredo de justiça desta demanda, nos termos do Recurso Especial n. 1349343/SP, submetido a julgamento sob a sistemática dos recursos repetitivos. 3 – Após, REMETAM-SE os autos conclusos. 4 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito [1]§ 2o O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002251-64.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE PULCENA ROSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS FELIPE ALVES DE CARVALHO OAB - MT25388/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002251-64.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – Em primeiro lugar, para melhor elucidação dos fatos, OFICIE-SE à agência previdenciária do local

onde o benefício foi postulado requisitando seja encaminhado a este Juízo cópia integral do processo administrativo no qual o autor requereu o aludido benefício no prazo de 10 (dez) dias. 2 – Considerando a impossibilidade de autocomposição, nos termos do artigo 334, §4º, inciso II, do CPC, CITE-SE a autarquia ré mediante remessa dos autos em carga para que, querendo, conteste o pedido formulado no prazo de 30 (trinta) dias (art. 183 do CPC/2015), sob pena de revelia (art. 344 do CPC/2015). 3 – Na hipótese de o réu alegar em sua contestação fato impeditivo, modificativo, extintivo do direito do autor ou quaisquer das matérias mencionadas no art. 337 do CPC, INTIME-SE o advogado deste via DJE para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se a respeito, conforme preceituam os artigos 350 e 351 do CPC. 4 – Ante as razões apresentadas, inclusive, com a juntada da declaração de hipossuficiência, este Juízo DEFERE os benefícios da assistência judiciária gratuita à parte requerente, nos termos do artigo 98 do CPC. 5 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002341-72.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
VALDINO FLORENTINO DE ANERIS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SUELI VIEIRA DE SOUZA OAB - MG0116521A (ADVOGADO(A))
wilson massaiuki sio junior OAB - MT0009661S-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE nº 1002341-72.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – Em primeiro lugar, para melhor elucidação dos fatos, OFICIE-SE à agência previdenciária do local onde o benefício foi postulado requisitando seja encaminhado a este Juízo cópia integral do processo administrativo no qual o autor requereu o aludido benefício no prazo de 10 (dez) dias. 2 – Considerando a impossibilidade de autocomposição, nos termos do artigo 334, §4º, inciso II, do CPC, CITE-SE a autarquia ré mediante remessa dos autos em carga para que, querendo, conteste o pedido formulado no prazo de 30 (trinta) dias (art. 183 do CPC/2015), sob pena de revelia (art. 344 do CPC/2015). 3 – Na hipótese de o réu alegar em sua contestação fato impeditivo, modificativo, extintivo do direito do autor ou quaisquer das matérias mencionadas no art. 337 do CPC, INTIME-SE o advogado deste via DJE para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se a respeito, conforme preceituam os artigos 350 e 351 do CPC. 4 – Ante as razões apresentadas, inclusive, com a juntada da declaração de hipossuficiência, este Juízo DEFERE os benefícios da assistência judiciária gratuita à parte requerente, nos termos do artigo 98 do CPC. 5 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002217-89.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
VALTER LUIZ PEREIRA DA CUNHA (AUTOR(A))
LUCIA HELENA RIBEIRO LIMA DA CUNHA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ARY FLORIANO DE ATHAYDE JUNIOR OAB - SP204243 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
WANDA GOLDFELD DE MELO (RÉU)
Espólio de Valter Rodrigues de Oliveira (ESPÓLIO)
IRANI SILVEIRA PEREIRA DE OLIVEIRA (RÉU)
ARISTARCHO GONCALVES DE MELO (RÉU)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002217-89.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – Inicialmente, RETIFIQUE-SE o polo passivo, eis que, pela indicação do endereço contido na petição inicial, há demonstração de que o autor ajuizou a demanda em face do Estado de Mato Grosso, que detém personalidade jurídica de entidade política, havendo, portanto, mero erro material à indicação da Fazenda Pública de Mato Grosso do Sul. 2 – Tratando-se a demanda em destaque a princípio de direitos indisponíveis, eis que se refere à retificação de registro público, inviável a realização de audiência de conciliação, nos termos do art. 334, §4º, inciso II do Código de Processo Civil. 3 – CITEM-SE os réus para que, querendo, contestem os pedidos formulados no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia (art. 344 do CPC/2015). 4 – Na hipótese de os réus alegarem em sua contestação fato impeditivo, modificativo, extintivo do direito da autora ou quaisquer das matérias mencionadas no art. 337 do CPC, ABRA-SE vista dos autos ao autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se a respeito, conforme preceituam os artigos 350 e 351 do CPC. 5 – Após, ABRA-SE vista dos autos ao Ministério Público para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste sobre o objeto litigioso, sob pena de preclusão. 6 – CUMPRA-SE. Água Boa, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1002229-06.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
F.G.S. MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAMILA SCHNEIDER GARCIA SALAMONI OAB - MT0015198A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NILSON DOS SANTOS PENTEADO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002229-06.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – INTIME-SE a parte devedora por meio de seu advogado (DJE) para cumprimento da sentença – pagamento do valor da condenação atualizado, acrescido das custas, se houver – no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento), bem como honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento), ex vi do artigo 523, caput e §1º, do CPC[1]. 2 – Transcorrido o prazo acima sem pagamento voluntário, EXPEÇA-SE mandado de penhora e avaliação na forma do artigo 523, §3º do CPC. 3 – Em caso de cumprimento espontâneo pelo devedor, EXPEÇA-SE o necessário para levantamento de valores eventualmente depositados em favor da parte credora. 4 – CONSIGNE-SE no ato de intimação da parte devedora que, transcorrido o prazo acima sem pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de impugnação nos próprios autos (artigo 525 do CPC). 5 – Com ou sem requerimentos formulados, certifique-se nos autos e façam-se os autos CONCLUSOS para apreciação ou extinção. 6 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito [1] Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1o Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. § 2o Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1o incidirão sobre o restante. § 3o Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação.

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1002233-43.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
C. F. CASTIAS - SUPERMERCADO - EPP (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002233-43.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – Trata-se de execução por quantia certa embasada em título executivo extrajudicial (artigo 784 do CPC) em que se busca a expropriação de bens do devedor para a satisfação de crédito decorrente de obrigação certa, líquida e exigível na forma do artigo 783 do CPC. Desse modo, preenchidos os pressupostos

legais, CITE-SE a parte executada para que efetue o pagamento da dívida no prazo de 3 (três) dias, contados da efetivação da citação, inteligência do artigo 829 do CPC. CONSTE expressamente no mandado/carta precatória de citação as determinações contidas no §1º do mesmo dispositivo. 2 – Contudo, CONDICIONA-SE a expedição do mandado ao depósito do valor correspondente às diligências a serem promovidas por Oficial de Justiça, cujos parâmetros devem ser os estabelecidos na Portaria n. 14/2016 expedida pela Diretoria de Foro da Comarca de Água Boa-MT. INTIME-SE a parte requerente para promover o recolhimento das diligências no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por perda superveniente do interesse de agir e ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo (artigo 485, incisos IV e VI, ambos do CPC). 3 – Na hipótese do Oficial de Justiça não encontrar a parte executada, deverá proceder ao arresto de tantos bens quantos bastem para garantia da execução (art. 830, caput CPC), devendo nos dez dias seguintes à efetivação do arresto procurar a parte devedora 2 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido (§1º). 4 – Caso não seja efetuado o pagamento, munido da segunda via do mandado, ficará o Sr. Oficial de Justiça autorizado a proceder a penhora e avaliação de quaisquer bens móveis ou imóveis de propriedade ou que estejam na posse direta do devedor, lavrando-se o respectivo auto e intimando, na mesma oportunidade, o executado (art. 829, §1°, do Código de Processo Civil). 5 – ADVIRTA-SE expressamente o credor que os bens móveis eventualmente penhorados deverão obrigatoriamente ser depositados junto ao exequente, que assumirá o encargo de fiel depositário, responsável ainda por providenciar e custear a remoção dos bens, sob pena de preclusão do direito que lhe assiste a execução, com a liberação da penhora. 6 – Ficará o Oficial de Justiça autorizado a deixar de cumprir a ordem se o exequente deixar de fornecer os meios necessários para a remoção imediata do bem móvel, oportunidade que ocasionará a preclusão da possibilidade de penhora de bens da mesma natureza. 7 – Não havendo pagamento da dívida, penhora ou arresto na forma autorizada nos itens 2 e 3 desta decisão, tendo em vista a ordem preferencial de penhora descrita no artigo 835 do CPC, INTIME-SE a parte exequente para que requeira as providências que entender necessárias no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. 8 – FIXA-SE, desde já, os honorários advocatícios a serem pagos pela executada em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, ressaltando que, no caso de pagamento integral da dívida no prazo assinalado (3 dias) a verba será reduzida pela metade (art. 827, §1º CPC). 9 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002330-43.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
MAUROCIR PEREIRA NOVAES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
wilson massaiuki sio junior OAB - MT0009661S-A (ADVOGADO(A))
SUELI VIEIRA DE SOUZA OAB - MG0116521A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002330-43.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – Em primeiro lugar, para melhor elucidação dos fatos, OFICIE-SE à agência previdenciária do local onde o benefício foi postulado requisitando seja encaminhado a este Juízo cópia integral do processo administrativo no qual o autor requereu o aludido benefício no prazo de 10 (dez) dias. 2 – Considerando a impossibilidade de autocomposição, nos termos do artigo 334, §4º, inciso II, do CPC, CITE-SE a autarquia ré mediante remessa dos autos em carga para que, querendo, conteste o pedido formulado no prazo de 30 (trinta) dias (art. 183 do CPC/2015), sob pena de revelia (art. 344 do CPC/2015). 3 – Na hipótese de o réu alegar em sua contestação fato impeditivo, modificativo, extintivo do direito do autor ou quaisquer das matérias mencionadas no art. 337 do CPC, INTIME-SE o advogado deste via DJE para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se a respeito, conforme preceituam os artigos 350 e 351 do CPC. 4 – Ante as razões apresentadas, inclusive, com a juntada da declaração de hipossuficiência, este Juízo DEFERE os benefícios da assistência judiciária gratuita à parte requerente, nos termos do artigo 98 do CPC. 5 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002236-95.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
DORALICE PAGNAN DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SUELI VIEIRA DE SOUZA OAB - MG0116521A (ADVOGADO(A))
wilson massaiuki sio junior OAB - MT0009661S-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002236-95.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – Em primeiro lugar, para melhor elucidação dos fatos, OFICIE-SE à agência previdenciária do local onde o benefício foi postulado requisitando seja encaminhado a este Juízo cópia integral do processo administrativo no qual o autor requereu o aludido benefício no prazo de 10 (dez) dias. 2 – Considerando a impossibilidade de autocomposição, nos termos do artigo 334, §4º, inciso II, do CPC, CITE-SE a autarquia ré mediante remessa dos autos em carga para que, querendo, conteste o pedido formulado no prazo de 30 (trinta) dias (art. 183 do CPC/2015), sob pena de revelia (art. 344 do CPC/2015). 3 – Na hipótese de o réu alegar em sua contestação fato impeditivo, modificativo, extintivo do direito do autor ou quaisquer das matérias mencionadas no art. 337 do CPC, INTIME-SE o advogado deste via DJE para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se a respeito, conforme preceituam os artigos 350 e 351 do CPC. 4 – Ante as razões apresentadas, inclusive, com a juntada da declaração de hipossuficiência, este Juízo DEFERE os benefícios da assistência judiciária gratuita à parte requerente, nos termos do artigo 98 do CPC. 5 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002272-40.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA ARAUJO PEREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EDSON PAULO DA SILVA OAB - GO21680 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002272-40.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – Em primeiro lugar, para melhor elucidação dos fatos, OFICIE-SE à agência previdenciária do local onde o benefício foi postulado requisitando seja encaminhado a este Juízo cópia integral do processo administrativo no qual o autor requereu o aludido benefício no prazo de 10 (dez) dias. 2 – Considerando a impossibilidade de autocomposição, nos termos do artigo 334, §4º, inciso II, do CPC, CITE-SE a autarquia ré mediante remessa dos autos em carga para que, querendo, conteste o pedido formulado no prazo de 30 (trinta) dias (art. 183 do CPC/2015), sob pena de revelia (art. 344 do CPC/2015). 3 – Na hipótese de o réu alegar em sua contestação fato impeditivo, modificativo, extintivo do direito do autor ou quaisquer das matérias mencionadas no art. 337 do CPC, INTIME-SE o advogado deste via DJE para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se a respeito, conforme preceituam os artigos 350 e 351 do CPC. 4 – Ante as razões apresentadas, inclusive, com a juntada da declaração de hipossuficiência, este Juízo DEFERE os benefícios da assistência judiciária gratuita à parte requerente, nos termos do artigo 98 do CPC. 5 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002252-49.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA VALDENI BORGES DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:

SUELI VIEIRA DE SOUZA OAB - MG0116521A (ADVOGADO(A))
wilson massaiuki sio junior OAB - MT0009661S-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002252-49.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – Em primeiro lugar, para melhor elucidação dos fatos, OFICIE-SE à agência previdenciária do local onde o benefício foi postulado requisitando seja encaminhado a este Juízo cópia integral do processo administrativo no qual o autor requereu o aludido benefício no prazo de 10 (dez) dias. 2 – Considerando a impossibilidade de autocomposição, nos termos do artigo 334, §4º, inciso II, do CPC, CITE-SE a autarquia ré mediante remessa dos autos em carga para que, querendo, conteste o pedido formulado no prazo de 30 (trinta) dias (art. 183 do CPC/2015), sob pena de revelia (art. 344 do CPC/2015). 3 – Na hipótese de o réu alegar em sua contestação fato impeditivo, modificativo, extintivo do direito do autor ou quaisquer das matérias mencionadas no art. 337 do CPC, INTIME-SE o advogado deste via DJE para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se a respeito, conforme preceituam os artigos 350 e 351 do CPC. 4 – Ante as razões apresentadas, inclusive, com a juntada da declaração de hipossuficiência, este Juízo DEFERE os benefícios da assistência judiciária gratuita à parte requerente, nos termos do artigo 98 do CPC. 5 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002471-62.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
DINORAH MARIA ALVINA DE JESUS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EDSON PAULO DA SILVA OAB - GO21680 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002471-62.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – Em primeiro lugar, para melhor elucidação dos fatos, OFICIE-SE à agência previdenciária do local onde o benefício foi postulado requisitando seja encaminhado a este Juízo cópia integral do processo administrativo no qual o autor requereu o aludido benefício no prazo de 10 (dez) dias. 2 – Além disso, considerando a impossibilidade de autocomposição, porquanto trata a demanda de interesses indisponíveis e tendo em vista que os procuradores do INSS não dispõem de poderes para tanto, CITE-SE a autarquia ré mediante remessa dos autos em carga para que, querendo, conteste o pedido formulado no prazo de 30 (trinta) dias (art. 183 do CPC/2015), sob pena de revelia (art. 344 do CPC/2015). 3 – Na hipótese de o réu alegar em sua contestação fato impeditivo, modificativo, extintivo do direito do autor ou quaisquer das matérias mencionadas no art. 337 do CPC, INTIME-SE o advogado deste via DJE para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se a respeito, conforme preceituam os artigos 350 e 351 do CPC. 4 – Ante as razões apresentadas, inclusive, com a juntada da declaração de hipossuficiência, este Juízo DEFERE os benefícios da assistência judiciária gratuita à parte requerente, nos termos do artigo 98 do CPC. 5 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002493-23.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA VALDELICE DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EDSON PAULO DA SILVA OAB - GO21680 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002493-23.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – Em primeiro lugar, para melhor elucidação dos fatos, OFICIE-SE à agência previdenciária do local onde o benefício foi postulado requisitando seja encaminhado a este Juízo cópia integral do processo administrativo no qual o autor requereu o aludido benefício no prazo de 10 (dez) dias. 2 – Além disso, considerando a impossibilidade de autocomposição, porquanto trata a demanda de interesses indisponíveis e tendo em vista que os procuradores do INSS não dispõem de poderes para tanto, CITE-SE a autarquia ré mediante remessa dos autos em carga para que, querendo, conteste o pedido formulado no prazo de 30 (trinta) dias (art. 183 do CPC/2015), sob pena de revelia (art. 344 do CPC/2015). 3 – Na hipótese de o réu alegar em sua contestação fato impeditivo, modificativo, extintivo do direito da parte autora ou quaisquer das matérias mencionadas no art. 337 do CPC, INTIME-SE o advogado deste via DJE para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se a respeito, conforme preceituam os artigos 350 e 351 do CPC. 4 – Ante as razões apresentadas, inclusive, com a juntada da declaração de hipossuficiência, este Juízo DEFERE os benefícios da assistência judiciária gratuita à parte requerente, nos termos do artigo 98 do CPC. 5 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002474-17.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
GERCINO LEITE SALES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EDSON PAULO DA SILVA OAB - GO21680 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002474-17.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – Em primeiro lugar, para melhor elucidação dos fatos, OFICIE-SE à agência previdenciária do local onde o benefício foi postulado requisitando seja encaminhado a este Juízo cópia integral do processo administrativo no qual o autor requereu o aludido benefício no prazo de 10 (dez) dias. 2 – Além disso, considerando a impossibilidade de autocomposição, porquanto trata a demanda de interesses indisponíveis e tendo em vista que os procuradores do INSS não dispõem de poderes para tanto, CITE-SE a autarquia ré mediante remessa dos autos em carga para que, querendo, conteste o pedido formulado no prazo de 30 (trinta) dias (art. 183 do CPC/2015), sob pena de revelia (art. 344 do CPC/2015). 3 – Na hipótese de o réu alegar em sua contestação fato impeditivo, modificativo, extintivo do direito da parte autora ou quaisquer das matérias mencionadas no art. 337 do CPC, INTIME-SE o advogado deste via DJE para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se a respeito, conforme preceituam os artigos 350 e 351 do CPC. 4 – Ante as razões apresentadas, inclusive, com a juntada da declaração de hipossuficiência, este Juízo DEFERE os benefícios da assistência judiciária gratuita à parte requerente, nos termos do artigo 98 do CPC. 5 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002302-75.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
ARI NILCEU MULLER (AUTOR(A))
ERVINO WAGNER (AUTOR(A))
CLEBER GIOVANI GALLE (AUTOR(A))
JARBAS ANTONIO NOGUEIRA SPANEMBERG (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
GILMAR FERREIRA RODRIGUES JUNIOR OAB - GO0046416A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE AGUA BOA (RÉU)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002302-75.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – Em análise ao feito, verifica-se que os autores ajuizaram a demanda em litisconsórcio ativo facultativo, atribuindo o valor da causa em R$ 26.000,00 (vinte e seis reais). Ao simular a guia de arrecadação, nota-se que as custas processuais correspondem ao valor de R$ 680,95 (seiscentos e oitenta

reais e noventa e cinco centavos). Sendo assim, no que tange ao pedido de gratuidade de justiça, com fundamento no art. 99, §2º do CPC[1], INTIMEM-SE os autores (DJE) para que, no prazo de 10 (dez) dias, demonstre os pressupostos para a concessão do benefício, sob pena de indeferimento do pedido. Para tanto, deve colacionar os seguintes documentos: (i) extratos dos últimos 03 (três) meses de suas contas bancárias (pessoa física); (ii) últimas 03 (três) declarações de imposto de renda de pessoa física; (iii) declaração de bens no CRI local. 2 – Com a juntada dos documentos acima, este Juízo DETERMINA o segredo de justiça desta demanda, nos termos do Recurso Especial n. 1349343/SP, submetido a julgamento sob a sistemática dos recursos repetitivos. 3 – Após, REMETAM-SE os autos conclusos. 4 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito [1]§ 2o O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002305-30.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
JACIR PAVAN (AUTOR(A))
MARCIO RAFFAELLI (AUTOR(A))
MARILAINI TIBOLA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
GILMAR FERREIRA RODRIGUES JUNIOR OAB - GO0046416A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE AGUA BOA (RÉU)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002305-30.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – Em análise ao feito, verifica-se que os autores ajuizaram a demanda em litisconsórcio ativo facultativo, atribuindo o valor da causa em R$ 44.873,35 (quarenta e quatro mil oitocentos e setenta e três reais e trinta e cinco centavos). Ao simular a guia de arrecadação, nota-se que as custas processuais correspondem ao valor de R$ 897,46 (oitocentos e noventa e sete reais e quarenta e seis centavos). Sendo assim, no que tange ao pedido de gratuidade de justiça, com fundamento no art. 99, §2º do CPC[1], INTIMEM-SE os autores (DJE) para que, no prazo de 10 (dez) dias, demonstre os pressupostos para a concessão do benefício, sob pena de indeferimento do pedido. Para tanto, deve colacionar os seguintes documentos: (i) extratos dos últimos 03 (três) meses de suas contas bancárias (pessoa física); (ii) últimas 03 (três) declarações de imposto de renda de pessoa física; (iii) declaração de bens no CRI local. 2 – Com a juntada dos documentos acima, este Juízo DETERMINA o segredo de justiça desta demanda, nos termos do Recurso Especial n. 1349343/SP, submetido a julgamento sob a sistemática dos recursos repetitivos. 3 – Após, REMETAM-SE os autos conclusos. 4 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito [1]§ 2o O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

Despacho Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1002381-54.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
DU PONT DO BRASIL S A (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME FERNANDES GARDELIN OAB - SP132650 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JAIR LUIZ KUMMER (RÉU)
LIBANIA IRENE COSSUL (RÉU)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002381-54.2019.8.11.0021 DECISÃO 1 – A pretensão visa o cumprimento de obrigação adequada ao procedimento especial. A petição foi instruída por prova escrita, sem eficácia de título executivo (art. 700 do CPC). Ante a evidência do direito do autor, DEFERE-SE de plano a expedição do mandado para cumprimento da obrigação e pagamento dos honorários advocatícios no patamar de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, consignando-se prazo de 15 (quinze dias) na forma do artigo 701 do CPC, anotando-se nesse mandado que, caso as partes requeridas o cumpra, ficará isento de custas (701, §1º, do CPC). 2 – Constem no mandado que, dentro do prazo de 15 (quinze) dias para o adimplemento voluntário da obrigação, poderão os requeridos oferecerem embargos monitórios nos moldes do art. 702 do CPC. Do contrário, constituir-se-á de pleno direito o mandado monitório em título executivo judicial (art. 701, §2º, do CPC). 3 – Sendo opostos os embargos, INTIME-SE o requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste a respeito. 4 – Em seguida, REMETAM-SE os autos conclusos. 5 – INTIME-SE. CUMPRA-SE Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002394-53.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
JULIO CESAR DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
WALISSON HENRIQUE JUSTO E LEMES OAB - GO0031793A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RAMON ALVES CARVALHO (RÉU)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002394-53.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – Preceitua o artigo 321 do Código de Processo Civil[1] a possibilidade de emenda ou complementação da inicial quando não preenchidos os requisitos abrangidos pelos artigos 319 e 320[2] do mesmo diploma instrumental. Dessa forma, INTIME-SE a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias emende a petição inicial a fim de indicar a sua profissão, o estado civil, o endereço eletrônico, sob pena de indeferimento da petição inicial. 2 – No que tange ao pedido de gratuidade de justiça, com fundamento no art. 99, §2º do CPC[3], INTIME-SE o autor (DJE) para que, no prazo de 10 (dez) dias, demonstre os pressupostos para a concessão do benefício, sob pena de indeferimento do pedido. Para tanto, deve colacionar os seguintes documentos: (i) extratos dos últimos 03 (três) meses de suas contas bancárias (pessoa física); (ii) últimas 03 (três) declarações de imposto de renda de pessoa física; (iii) declaração de bens no CRI local. 3 – Com a juntada dos documentos acima, este Juízo DETERMINA o segredo de justiça desta demanda, nos termos do Recurso Especial n. 1349343/SP, submetido a julgamento sob a sistemática dos recursos repetitivos. 4 – Após, REMETAM-SE os autos conclusos. 5 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito [1] Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. [2] Art. 320. A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação. [3]§ 2o O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1002398-90.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
PEREIRA BRITO COMERCIO DE ALUMINIO LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALINE CRISTINA DA SILVA OAB - SP227256 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VANDERLEI CONTINI - ME (EXECUTADO)
VANDERLEI CONTINI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara

PJE n. 1002398-90.2019.8.11.0021 DESPACHO Da análise da peça inicial e de seus documentos, o autor não informou ou juntou o pagamento das custas e despesas processuais com base no proveito econômico. Além disso, da análise da inicial não há requerimento no sentido de deferimento do pedido de gratuidade. Preceitua o artigo 321 do Código de Processo Civil[1] a possibilidade de emenda ou complementação da inicial quando não preenchidos os requisitos abrangidos pelos artigos 319 e 320 do mesmo diploma instrumental. 1 – Dessa forma, INTIME-SE o autor para efetuar o pagamento das custas e despesas processuais, consignando-se o prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290, do CPC). 2 – Decorrido o prazo, venham os autos CONCLUSOS. 3 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito [1] Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002447-34.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
RAIMUNDO NONATO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PRISCILA MACHADO OAB - MT23074/O (ADVOGADO(A))
GILMAR FERREIRA RODRIGUES JUNIOR OAB - GO0046416A (ADVOGADO(A))
PAULA NUNES DE OLIVEIRA OAB - MT23506/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
29.979.036.0001-40 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RÉU)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002447-34.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – Em primeiro lugar, para melhor elucidação dos fatos, OFICIE-SE à agência previdenciária do local onde o benefício foi postulado requisitando seja encaminhado a este Juízo cópia integral do processo administrativo no qual o autor requereu o aludido benefício no prazo de 10 (dez) dias. 2 – Além disso, considerando a impossibilidade de autocomposição, porquanto trata a demanda de interesses indisponíveis e tendo em vista que os procuradores do INSS não dispõem de poderes para tanto, CITE-SE a autarquia ré mediante remessa dos autos em carga para que, querendo, conteste o pedido formulado no prazo de 30 (trinta) dias (art. 183 do CPC/2015), sob pena de revelia (art. 344 do CPC/2015). 3 – Na hipótese de o réu alegar em sua contestação fato impeditivo, modificativo, extintivo do direito do autor ou quaisquer das matérias mencionadas no art. 337 do CPC, INTIME-SE o advogado deste via DJE para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se a respeito, conforme preceituam os artigos 350 e 351 do CPC. 4 – Ante as razões apresentadas, inclusive, com a juntada da declaração de hipossuficiência, este Juízo DEFERE os benefícios da assistência judiciária gratuita à parte requerente, nos termos do artigo 98 do CPC. 5 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002480-24.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
OLIVIO BECKER (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
REINALDO LUCIANO FERNANDES OAB - GO23008 (ADVOGADO(A))
ALEXANDRE CURSI DE MENDONCA OAB - SP350358 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002480-24.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – Em primeiro lugar, para melhor elucidação dos fatos, OFICIE-SE à agência previdenciária do local onde o benefício foi postulado requisitando seja encaminhado a este Juízo cópia integral do processo administrativo no qual o autor requereu o aludido benefício no prazo de 10 (dez) dias. 2 – Além disso, considerando a impossibilidade de autocomposição, porquanto trata a demanda de interesses indisponíveis e tendo em vista que os procuradores do INSS não dispõem de poderes para tanto, CITE-SE a autarquia ré mediante remessa dos autos em carga para que, querendo, conteste o pedido formulado no prazo de 30 (trinta) dias (art. 183 do CPC/2015), sob pena de revelia (art. 344 do CPC/2015). 3 – Na hipótese de o réu alegar em sua contestação fato impeditivo, modificativo, extintivo do direito do autor ou quaisquer das matérias mencionadas no art. 337 do CPC, INTIME-SE o advogado deste via DJE para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se a respeito, conforme preceituam os artigos 350 e 351 do CPC. 4 – Ante as razões apresentadas, inclusive, com a juntada da declaração de hipossuficiência, este Juízo DEFERE os benefícios da assistência judiciária gratuita à parte requerente, nos termos do artigo 98 do CPC. 5 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1002492-38.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
ROSSE TEODORO PEREIRA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ PAULO APARECIDO GONTIJO CAETANO OAB - MG193061 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JAIR NERI DOS SANTOS FILHO (RÉU)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002492-38.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – No que tange ao pedido de gratuidade de justiça, com fundamento no art. 99, §2º do CPC[1], INTIME-SE o autor (DJE) para que, no prazo de 10 (dez) dias, demonstre os pressupostos para a concessão do benefício, sob pena de indeferimento do pedido. Para tanto, deve colacionar os seguintes documentos: (i) extratos dos últimos 03 (três) meses de suas contas bancárias (pessoa física); (ii) últimas 03 (três) declarações de imposto de renda de pessoa física; (iii) declaração de bens no CRI do local de seu domicílio. 2 – Com a juntada dos documentos acima, este Juízo DETERMINA o segredo de justiça desta demanda, nos termos do Recurso Especial n. 1349343/SP, submetido a julgamento sob a sistemática dos recursos repetitivos. 3 – Após, REMETAM-SE os autos conclusos. 4 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito [1]§ 2o O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002498-45.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
ENOQUE DE SOUSA LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO RODRIGUES DE AZEREDO OAB - GO49293 (ADVOGADO(A))
LUIZ FERNANDO ARAUJO BRINGEL OAB - GO48120 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE NOVA NAZARE (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002498-45.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – No que tange ao pedido de gratuidade de justiça apresentado pelo autor, com fundamento no art. 99, §2º do CPC[1], INTIME-SE (DJE) para que, no prazo de 10 (dez) dias, possa demonstrar os pressupostos para a concessão do benefício, sob pena de indeferimento. Para tanto, deve colacionar os seguintes documentos: (i) extratos dos últimos 03 (três) meses de suas contas bancárias (pessoa física); (ii) últimas 03 (três) declarações de imposto de renda de pessoa física; (iii) declaração de bens no CRI local; (vi) comprovantes das despesas afirmadas na petição inicial. 2 – Com a juntada dos documentos acima, este Juízo DETERMINA o segredo de justiça desta demanda, nos termos do Recurso Especial n. 1349343/SP, submetido a julgamento sob a sistemática dos recursos repetitivos. 3 – Após, REMETAM-SE os autos conclusos. 4 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT,

12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito [1]§ 2o O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002460-33.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
FLAVIO DE SOUZA SANMARTINO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE RENATO DE MORAES OAB - MT0013330S (ADVOGADO(A))
CAMILA DE OLIVEIRA LUVISON OAB - MT25788/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002460-33.2019.8.11.0021 DESPACHO Da análise da peça inicial e de seus documentos verifica-se que a parte autora não efetuou o pagamento das custas e despesas processuais. Preceitua o artigo 321 do Código de Processo Civil[1] a possibilidade de emenda ou complementação da inicial quando não preenchidos os requisitos abrangidos pelos artigos 319 e 320 do mesmo diploma instrumental. 1 – Dessa forma, INTIME-SE o autor para efetuar o pagamento das custas e despesas processuais, consignando-se o prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial (art. 321, parágrafo único, do CPC). 2 – Decorrido o prazo, venham os autos CONCLUSOS. 3 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito [1] Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.

Despacho Classe: CNJ-95 DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO
Processo Número: 1002499-30.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
CAMILLA STEFANIE DA COSTA SIMOES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CAMILLA STEFANIE DA COSTA SIMOES OAB - MT22893/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIZETE DOMINGOS DA SILVA PAZ (RÉU)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002499-30.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – No que tange ao pedido de gratuidade de justiça, com fundamento no art. 99, §2º do CPC[1], INTIME-SE o autor (DJE) para que, no prazo de 10 (dez) dias, demonstre os pressupostos para a concessão do benefício, sob pena de indeferimento do pedido. Para tanto, deve colacionar os seguintes documentos: (i) extratos dos últimos 03 (três) meses de suas contas bancárias (pessoa física); (ii) últimas 03 (três) declarações de imposto de renda de pessoa física; (iii) declaração de bens no CRI do local de seu domicílio. 2 – Com a juntada dos documentos acima, este Juízo DETERMINA o segredo de justiça desta demanda, nos termos do Recurso Especial n. 1349343/SP, submetido a julgamento sob a sistemática dos recursos repetitivos. 3 – Após, REMETAM-SE os autos conclusos. 4 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito [1]§ 2o O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002502-82.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
RODRIGO DA PENHA SOARES AGUIAR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO RODRIGUES DE AZEREDO OAB - GO49293 (ADVOGADO(A))
LUIZ FERNANDO ARAUJO BRINGEL OAB - GO48120 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A UNIÃO - FAZENDA NACIONAL (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002502-82.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – No que tange ao pedido de gratuidade de justiça, com fundamento no art. 99, §2º do CPC[1], INTIME-SE o autor (DJE) para que, no prazo de 10 (dez) dias, demonstre os pressupostos para a concessão do benefício, sob pena de indeferimento do pedido. Para tanto, deve colacionar os seguintes documentos: (i) extratos dos últimos 03 (três) meses de suas contas bancárias (pessoa física); (ii) últimas 03 (três) declarações de imposto de renda de pessoa física; (iii) declaração de bens no CRI do local de seu domicílio. 2 – Com a juntada dos documentos acima, este Juízo DETERMINA o segredo de justiça desta demanda, nos termos do Recurso Especial n. 1349343/SP, submetido a julgamento sob a sistemática dos recursos repetitivos. 3 – Após, REMETAM-SE os autos conclusos. 4 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito [1]§ 2o O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

Despacho Classe: CNJ-43 OUTRAS MEDIDAS PROVISIONAIS
Processo Número: 1002487-16.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE NOVA NAZARE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO DE OLIVEIRA RAMOS OAB - 830.964.181-87 (PROCURADOR)
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO TELECOM PARTICIPACOES S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002487-16.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – Preceitua o artigo 321 do Código de Processo Civil a possibilidade de emenda ou complementação da inicial quando não preenchidos os requisitos abrangidos pelos artigos 319 e 320 do mesmo diploma instrumental. Em análise ao feito, este Juízo verificou que uma das pretensões do autor é a condenação da empresa ré em dano moral coletivo no importe de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais). Sendo assim, INTIME-SE o demandante para que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova a regularização da demanda ao procedimento destinado a tal finalidade, tendo em vista a natureza coletiva lato sensu de sua pretensão, sob pena de não conhecimento do pedido, ante a falta de interesse-adequação. 2 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001603-84.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
LUIS HENRIQUE ANTUNES BARBOSA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CAMILA SCHNEIDER GARCIA SALAMONI OAB - MT0015198A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
3 PIRAMIDES ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA - EPP (RÉU)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1001603-84.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – Em análise ao feito, nota-se que o autor afirma na petição inicial que é casado e, ainda, assevera que a impossibilidade de efetuar o pagamento das custas processuais e taxa judiciária se dá em razão da necessidade de custear despesas ordinárias familiares. Entretanto, colacionou aos autos apenas extrato bancário e declaração de imposto de renda concernente à sua situação econômico-financeira. Com o intuito de elucidar a real situação econômico-financeira do demandante, INTIME-SE o referido para que, no

prazo de 05 (cinco) dias, apresente os seguintes documentos de seu cônjuge: (i) extratos bancários dos últimos 03 (três) meses de suas contas bancárias (pessoa física); (ii) últimas 03 (três) declarações de imposto de renda de pessoa física; (iii) declaração de bens no CRI do local de seu domicílio; (iv) declaração da Junta Comercial acerca da eventual existência de sociedade empresária em nome de seu cônjuge; (v) declaração da existência de semoventes no INDEA/MT. 2 – Com a juntada dos documentos acima, este Juízo DETERMINA o segredo de justiça desta demanda, nos termos do Recurso Especial n. 1349343/SP, submetido a julgamento sob a sistemática dos recursos repetitivos. 3 – Após, REMETAM-SE os autos conclusos. 4 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 10 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1001384-71.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
COMERCIO DE COMBUSTIVEIS AGUA BOA LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANE DOS SANTOS MENINO OAB - SP243186 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FABIO PEREIRA DOS SANTOS 70477184197 (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1001384-71.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – Trata-se de execução por quantia certa embasada em título executivo extrajudicial (artigo 784 do CPC) em que se busca a expropriação de bens do devedor para a satisfação de crédito decorrente de obrigação certa, líquida e exigível na forma do artigo 783 do CPC. Desse modo, preenchidos os pressupostos legais, CITE-SE a parte executada para que efetue o pagamento da dívida no prazo de 3 (três) dias, contados da efetivação da citação, inteligência do artigo 829 do CPC. CONSTE expressamente no mandado/carta precatória de citação as determinações contidas no §1º do mesmo dispositivo. 2 – Contudo, CONDICIONA-SE a expedição do mandado ao depósito do valor correspondente às diligências a serem promovidas por Oficial de Justiça, cujos parâmetros devem ser os estabelecidos na Portaria n. 14/2016 expedida pela Diretoria de Foro da Comarca de Água Boa-MT. INTIME-SE a parte requerente para promover o recolhimento das diligências no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo por perda superveniente do interesse de agir e ausência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo (artigo 485, incisos IV e VI, ambos do CPC). 3 – Na hipótese do Oficial de Justiça não encontrar a parte executada, deverá proceder ao arresto de tantos bens quantos bastem para garantia da execução (art. 830, caput CPC), devendo nos dez dias seguintes à efetivação do arresto procurar a parte devedora 2 (duas) vezes em dias distintos e, havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando pormenorizadamente o ocorrido (§1º). 4 – Caso não seja efetuado o pagamento, munido da segunda via do mandado, ficará o Sr. Oficial de Justiça autorizado a proceder a penhora e avaliação de quaisquer bens móveis ou imóveis de propriedade ou que estejam na posse direta do devedor, lavrando-se o respectivo auto e intimando, na mesma oportunidade, o executado (art. 829, §1°, do Código de Processo Civil). 5 – ADVIRTA-SE expressamente o credor que os bens móveis eventualmente penhorados deverão obrigatoriamente ser depositados junto ao exequente, que assumirá o encargo de fiel depositário, responsável ainda por providenciar e custear a remoção dos bens, sob pena de preclusão do direito que lhe assiste a execução, com a liberação da penhora. 6 – Ficará o Oficial de Justiça autorizado a deixar de cumprir a ordem se o exequente deixar de fornecer os meios necessários para a remoção imediata do bem móvel, oportunidade que ocasionará a preclusão da possibilidade de penhora de bens da mesma natureza. 7 – Não havendo pagamento da dívida, penhora ou arresto na forma autorizada nos itens 2 e 3 desta decisão, tendo em vista a ordem preferencial de penhora descrita no artigo 835 do CPC, INTIME-SE a parte exequente para que requeira as providências que entender necessárias no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. 8 – FIXA-SE, desde já, os honorários advocatícios a serem pagos pela executada em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, ressaltando que, no caso de pagamento integral da dívida no prazo assinalado (3 dias) a verba será reduzida pela metade (art. 827, §1º CPC). 9 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 10 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002376-32.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS WAREHITE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAMUELL DA SILVA RIBEIRO OAB - GO0033372A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002376-32.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – Tratando-se a demanda em destaque de direitos disponíveis, estando preenchidos os requisitos da petição inicial estabelecido no art. 319 do Código de Processo Civil, não sendo hipótese de rejeição liminar da pretensão (ar. 332 do CPC), conforme o art. 334 do CPC DESIGNA-SE audiência de conciliação para o dia 04 de fevereiro de 2020 às 17h30min (MT) a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Água Boa/MT (CEJUSC), devendo as partes comparecer acompanhadas de seus respectivos advogados ou pela Defensoria Pública, conforme determina o art. 334, §9º do CPC. 2 – EXPEÇA-SE carta de citação e intimação do réu, nos termos do art. 248 do CPC, observando-se que o ato deverá ser cumprido com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para o comparecimento da audiência de conciliação acima designada, conforme determina o art. 334 do Código de Processo Civil, 3 – O réu poderá oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de audiência de conciliação, observando-se as normas dos artigos 336 e 337 do CPC, sem prejuízo de ajuizamento de reconvenção, conforme autoriza o art. 343 do CPC, devendo ser certificado o prazo destes instrumentos pela Secretaria deste Juízo. 4 – Na hipótese de o réu alegar em sua contestação fato impeditivo, modificativo, extintivo do direito do autor ou quaisquer das matérias mencionadas no art. 337 do CPC, INTIME-SE o advogado deste via DJE para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se a respeito, conforme preceituam os artigos 350 e 351 do CPC. 5 – INTIME-SE o advogado do autor, via DJE, para o comparecimento na audiência de conciliação designada (art. 334, §3º do CPC). 6 – CONSIGNE-SE no expediente de comunicação das partes advertência de que a ausência delas na audiência de conciliação referida no item 2 irá acarretar multa por ato atentatório à dignidade de justiça na proporção de 2 % sobre o valor da causa ou da vantagem econômica pretendida, conforme determina o art. 334, §8º do CPC, exceto se ambas as partes em conjunto manifestarem o desinteresse na realização da audiência (art. 334, §4º, inciso I do CPC). 7 – Por fim, após a realização da audiência de conciliação, sendo obtida ou não a conciliação que deverá ser lavrado termo num ou noutro sentido, havendo ou não contestação e réplica, o que deverá ser certificado nos autos, CONCLUSOS para os fins do artigo 347 do CPC. 8 – Considerando a natureza da demanda, aliado aos elementos constantes nos autos, este Juízo DEFERE o pedido de gratuidade de justiça, nos termos do artigo 98 do Código e Processo Civil. 9 – Em relação à inversão do ônus da prova, este Juízo entende que o momento oportuno de sua análise irá ocorrer na decisão saneadora, ocasião em que serão fixados os pontos controvertidos. 10 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-79 AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Processo Número: 1002342-57.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO ROBERTO SOUZA (RÉU)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002342-57.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – Tratando-se a demanda em destaque de direitos disponíveis, estando preenchidos os requisitos da petição inicial estabelecido no art. 319 do Código de Processo Civil, não sendo hipótese de rejeição liminar da pretensão (ar. 332 do CPC), conforme o art. 334 do Código de Processo Civil, DESIGNA-SE audiência de conciliação para o dia 06 de fevereiro de 2019 às 16h30min (MT) a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de conflitos e Cidadania de Água Boa/MT (CEJUSC), devendo as partes

comparecer acompanhadas de seus respectivos advogados ou pela Defensoria Pública, conforme determina o art. 334, §9º do CPC. 2 – EXPEÇA-SE carta de citação e intimação do réu, nos termos do art. 248 do CPC, observando-se que o ato deverá ser cumprido com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para o comparecimento da audiência de conciliação acima designada, conforme determina o art. 334 do Código de Processo Civil, 3 – O réu poderá oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de audiência de conciliação, observando-se as normas dos artigos 336 e 337 do CPC, sem prejuízo de ajuizamento de reconvenção, conforme autoriza o art. 343 do CPC, devendo ser certificado o prazo destes instrumentos pela Secretaria deste Juízo. 4 – Na hipótese de o réu alegar em sua contestação fato impeditivo, modificativo, extintivo do direito do autor ou quaisquer das matérias mencionadas no art. 337 do CPC, ABRA-SE vista dos autos ao autor para que, no prazo de 30 (trinta) dias, manifeste-se a respeito. 5 – INTIME-SE pessoalmente o autor para o comparecimento na audiência de conciliação. 6 – Por fim, após a realização da audiência de conciliação, sendo obtida ou não a conciliação que deverá ser lavrado termo num ou noutro sentido, havendo ou não contestação e réplica, o que deverá ser certificado nos autos, CONCLUSOS para os fins do artigo 347 do CPC. 7 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002374-62.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
INDIANA LIMA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ZENILDA TEODORA DE LIMA SILVA OAB - MT17806/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MULT FAST NEGOCIOS E PARTICIPACOES EIRELI (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002374-62.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – Tratando-se a demanda em destaque de direitos disponíveis, estando preenchidos os requisitos da petição inicial estabelecido no art. 319 do Código de Processo Civil, não sendo hipótese de rejeição liminar da pretensão (ar. 332 do CPC), conforme o art. 334 do CPC DESIGNA-SE audiência de conciliação para o dia 06 de fevereiro de 2020 às 17h00min (MT) a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Água Boa/MT (CEJUSC), devendo as partes comparecer acompanhadas de seus respectivos advogados ou pela Defensoria Pública, conforme determina o art. 334, §9º do CPC. 2 – EXPEÇA-SE carta de citação e intimação do réu, nos termos do art. 248 do CPC, observando-se que o ato deverá ser cumprido com antecedência mínima de 20 (vinte) dias para o comparecimento da audiência de conciliação acima designada, conforme determina o art. 334 do Código de Processo Civil, 3 – O réu poderá oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de audiência de conciliação, observando-se as normas dos artigos 336 e 337 do CPC, sem prejuízo de ajuizamento de reconvenção, conforme autoriza o art. 343 do CPC, devendo ser certificado o prazo destes instrumentos pela Secretaria deste Juízo. 4 – Na hipótese de o réu alegar em sua contestação fato impeditivo, modificativo, extintivo do direito do autor ou quaisquer das matérias mencionadas no art. 337 do CPC, INTIME-SE o advogado deste via DJE para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se a respeito, conforme preceituam os artigos 350 e 351 do CPC. 5 – INTIME-SE o advogado do autor, via DJE, para o comparecimento na audiência de conciliação designada (art. 334, §3º do CPC). 6 – CONSIGNE-SE no expediente de comunicação das partes advertência de que a ausência delas na audiência de conciliação referida no item 2 irá acarretar multa por ato atentatório à dignidade de justiça na proporção de 2 % sobre o valor da causa ou da vantagem econômica pretendida, conforme determina o art. 334, §8º do CPC, exceto se ambas as partes em conjunto manifestarem o desinteresse na realização da audiência (art. 334, §4º, inciso I do CPC). 7 – Por fim, após a realização da audiência de conciliação, sendo obtida ou não a conciliação que deverá ser lavrado termo num ou noutro sentido, havendo ou não contestação e réplica, o que deverá ser certificado nos autos, CONCLUSOS para os fins do artigo 347 do CPC. 8 – Considerando a natureza da demanda, aliado aos elementos constantes nos autos, este Juízo DEFERE o pedido de gratuidade de justiça, nos termos do artigo 98 do Código e Processo Civil. 9 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-120 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO
Processo Número: 1002273-25.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
ELARD BOHRZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WOLCER FREITAS MAIA OAB - MT5778/O (ADVOGADO(A))
wilson massaiuki sio junior OAB - MT0009661S-A (ADVOGADO(A))
OTAVIO FREDERICO BOHRZ OAB - 156.336.751-34 (PROCURADOR)
SUELI VIEIRA DE SOUZA OAB - MG0116521A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002273-25.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – Diante da necessidade deste Juízo analisar a competência para a análise e processamento do feito, aliado à circunstância de que esta demanda visa o acertamento da existência e montante de crédito oriundo de título executivo judicial formado em sede de ação coletiva, em sintonia com o princípio da cooperação, este Juízo DETERMINA a intimação do liquidante para que, no prazo de 15 (quinze) dias, colacione comprovante de endereço de seu domicílio. 2 – Em seguida, REMETAM-SE os autos conclusos. 3 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-120 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO
Processo Número: 1002292-31.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
MERCEDES VERONICA BECKER (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
wilson massaiuki sio junior OAB - MT0009661S-A (ADVOGADO(A))
WOLCER FREITAS MAIA OAB - MT5778/O (ADVOGADO(A))
SUELI VIEIRA DE SOUZA OAB - MG0116521A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002292-31.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – Diante da necessidade deste Juízo analisar a competência para a análise e processamento do feito, aliado à circunstância de que esta demanda visa o acertamento da existência e montante de crédito oriundo de título executivo judicial formado em sede de ação coletiva, em sintonia com o princípio da cooperação, este Juízo DETERMINA a intimação do liquidante para que, no prazo de 15 (quinze) dias, colacione comprovante de endereço de seu domicílio. 2 – Em seguida, REMETAM-SE os autos conclusos. 3 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-120 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO
Processo Número: 1002299-23.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
EDILSON MARTINS GONZAGA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
wilson massaiuki sio junior OAB - MT0009661S-A (ADVOGADO(A))
SUELI VIEIRA DE SOUZA OAB - MG0116521A (ADVOGADO(A))
LUCIANO GONZAGA OAB - 580.519.101-68 (PROCURADOR)
WOLCER FREITAS MAIA OAB - MT5778/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002299-23.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – Diante da necessidade deste Juízo analisar a competência para a análise e processamento do feito, aliado à circunstância de que esta demanda visa o acertamento da existência e montante de crédito oriundo de título executivo judicial formado em sede de ação coletiva, em sintonia com o princípio da

cooperação, este Juízo DETERMINA a intimação do liquidante para que, no prazo de 15 (quinze) dias, colacione comprovante de endereço de seu domicílio. 2 – Em seguida, REMETAM-SE os autos conclusos. 3 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-120 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO
Processo Número: 1002311-37.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
JANDIR BECKER GALERA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WOLCER FREITAS MAIA OAB - MT5778/O (ADVOGADO(A))
SUELI VIEIRA DE SOUZA OAB - MG0116521A (ADVOGADO(A))
wilson massaiuki sio junior OAB - MT0009661S-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002311-37.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – Diante da necessidade deste Juízo analisar a competência para a análise e processamento do feito, aliado à circunstância de que esta demanda visa o acertamento da existência e montante de crédito oriundo de título executivo judicial formado em sede de ação coletiva, em sintonia com o princípio da cooperação, este Juízo DETERMINA a intimação do liquidante para que, no prazo de 15 (quinze) dias, colacione comprovante de endereço de seu domicílio. 2 – Em seguida, REMETAM-SE os autos conclusos. 3 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-120 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO
Processo Número: 1002281-02.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
NERI FRANCISCO HOPPEN (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
wilson massaiuki sio junior OAB - MT0009661S-A (ADVOGADO(A))
SUELI VIEIRA DE SOUZA OAB - MG0116521A (ADVOGADO(A))
WOLCER FREITAS MAIA OAB - MT5778/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002281-02.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – Diante da necessidade deste Juízo analisar a competência para a análise e processamento do feito, aliado à circunstância de que esta demanda visa o acertamento da existência e montante de crédito oriundo de título executivo judicial formado em sede de ação coletiva, em sintonia com o princípio da cooperação, este Juízo DETERMINA a intimação do liquidante para que, no prazo de 15 (quinze) dias, colacione comprovante de endereço de seu domicílio. 2 – Em seguida, REMETAM-SE os autos conclusos. 3 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001657-50.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
COMERCIO DE COMBUSTIVEIS AGUA BOA LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANE DOS SANTOS MENINO OAB - SP243186 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
P J DE SOUZA MAQUINAS E TERRAPLANAGEM - ME (RÉU)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1001657-50.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – A pretensão visa o cumprimento de obrigação adequada ao procedimento especial. A petição foi instruída por prova escrita, sem eficácia de título executivo (art. 700 do CPC). Ante a evidência do direito do autor, DEFERE-SE de plano a expedição do mandado para cumprimento da obrigação e pagamento dos honorários advocatícios no patamar de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, consignando-se prazo de 15 (quinze dias) na forma do artigo 701 do CPC, anotando-se nesse mandado que, caso as partes requeridas o cumpra, ficará isento de custas (701, §1º, do CPC). 2 – Constem no mandado que, dentro do prazo de 15 (quinze) dias para o adimplemento voluntário da obrigação, poderão os requeridos oferecerem embargos monitórios nos moldes do art. 702 do CPC. Do contrário, constituir-se-á de pleno direito o mandado monitório em título executivo judicial (art. 701, §2º, do CPC). 3 – Sendo opostos os embargos, INTIME-SE o requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste a respeito. 4 – Em seguida, REMETAM-SE os autos conclusos. 5 – INTIME-SE. CUMPRA-SE Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001656-65.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
COMERCIO DE COMBUSTIVEIS AGUA BOA LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANE DOS SANTOS MENINO OAB - SP243186 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SIMONI DE LIMA FERREIRA (RÉU)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1001656-65.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – A pretensão visa o cumprimento de obrigação adequada ao procedimento especial. A petição foi instruída por prova escrita, sem eficácia de título executivo (art. 700 do CPC). Ante a evidência do direito do autor, DEFERE-SE de plano a expedição do mandado para cumprimento da obrigação e pagamento dos honorários advocatícios no patamar de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, consignando-se prazo de 15 (quinze dias) na forma do artigo 701 do CPC, anotando-se nesse mandado que, caso as partes requeridas o cumpra, ficará isento de custas (701, §1º, do CPC). 2 – Constem no mandado que, dentro do prazo de 15 (quinze) dias para o adimplemento voluntário da obrigação, poderão os requeridos oferecerem embargos monitórios nos moldes do art. 702 do CPC. Do contrário, constituir-se-á de pleno direito o mandado monitório em título executivo judicial (art. 701, §2º, do CPC). 3 – Sendo opostos os embargos, INTIME-SE o requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste a respeito. 4 – Apesar de o sistema PJE acusar o pagamento, INTIME-SE o requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, colacione aos autos o comprovante do recolhimento das custas processuais e da taxa judiciária. 5 – Em seguida, REMETAM-SE os autos conclusos. 6 – INTIME-SE. CUMPRA-SE Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000509-38.2018.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
TACIO NEVES FROTA SOUZA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL FARIA MENDES OAB - GO34438 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NELDO EGON WEIRICH (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1000509-38.2018.8.11.0021 DESPACHO 1 – Com fundamento no princípio da não-surpresa, INTIME-SE o exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste sobre a eventual ocorrência de prescrição da pretensão executória concernente ao título executivo extrajudicial. 2 – Em seguida, REMETAM-SE os autos conclusos. 3 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 11 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001661-87.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
DEUSIRENE MARIA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BEATRIZ SILVA BENSI OAB - MT24897/O (ADVOGADO(A))
ULYSSES COELHO OHLAND OAB - MT25317/O (ADVOGADO(A))

LUCIA HELENA RODRIGUES DA SILVA BENSI OAB - MT0004456A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1001661-87.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – Na manifestação acostada no evento n. 23687670, a autora afirma que no ano de 2018, antes da diminuição do valor de seu benefício, teria se submetido a uma perícia agendada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Sendo assim, INTIME-SE a autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, colacione aos autos o comprovante do resultado da perícia médica realizada no ano de 2018 no INSS. 2 – Em seguida, REMETAM-SE os autos conclusos. 3 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 11 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 1002575-54.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
ADILSON BRAS PESSIM BORGES (EMBARGANTE)
EURIPEDES BORGES VIEIRA (EMBARGANTE)
TADEU FERREIRA BARBOSA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JORGE FELIPE CALDAS DE OLIVEIRA OAB - GO46003 (ADVOGADO(A))
DAVID PESSOA BEGHINI SIQUEIRA OAB - GO47429 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO ARAGUAIA E XINGU - SICREDI ARAXINGU (EMBARGADO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1002575-54.2019.8.11.0021 DESPACHO 1 – No que tange ao pedido de gratuidade de justiça, com fundamento no art. 99, §2º do CPC[1], INTIME-SE os embargantes (DJE) para que, no prazo de 10 (dez) dias, demonstre os pressupostos para a concessão do benefício, sob pena de indeferimento do pedido. Para tanto, devem colacionar os seguintes documentos: (i) extratos dos últimos 03 (três) meses de suas contas bancárias (pessoa física); (ii) últimas 03 (três) declarações de imposto de renda de pessoa física; (iii) declaração de bens no CRI do local de seu domicílio; (iv) declaração de existência/inexistência e quantidades de semoventes do INDEA/MT e AGRODEFESA/GO; 2 – Com a juntada dos documentos acima, este Juízo DETERMINA o segredo de justiça desta demanda, nos termos do Recurso Especial n. 1349343/SP, submetido a julgamento sob a sistemática dos recursos repetitivos. 3 – Após, REMETAM-SE os autos conclusos. 4 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito [1]§ 2o O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-66 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
Processo Número: 1001182-31.2018.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
BUSINESSINCORP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA - EPP (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EMILIO NAGE HADDAD COUTINHO OAB - MS0010337A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CRISTINA MARTINS DOS REIS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
HALLEX SANDRO MINGOTI REGO OAB - MT0015093A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1001182-31.2018.8.11.0021 DECISÃO 1 – Considerando a decisão proferida no Agravo de Instrumento n. 1018065-82.2019.8.11.0000, que deferiu o efeito suspensivo, DETERMINA-SE a suspensão dos efeitos da decisão exarada no Id n. 24942404, até o julgamento do mérito do Agravo de Instrumento. 2 – Em tempo, PROMOVA-SE o recolhimento do mandado expedido para cumprimento. 3 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1001596-92.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
VANILSON FRANCISCO DE SOUZA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WALISSON HENRIQUE JUSTO E LEMES OAB - GO0031793A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FABIANO RIBEIRO DE CARVALHO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa 2ª Vara PJE n. 1001596-92.2019.8.11.0021 SENTENÇA I – Relatório Trata-se de ação de execução de título executivo extrajudicial por quantia certa ajuizada por VANILSON FRANCISCO DE SOUZA em face de FABIANO RIBEIRO DE CARVALHO, ambos devidamente qualificados nos autos em epígrafe. Em petição juntada pelo autor em Id n. 22259576, requereu a desistência do processo, eis que por um equívoco a demanda foi protocolizada pelo rito ordinário, enquanto deveria ter sido protocolizada pelo rito sumaríssimo. Vieram os autos conclusos. II – Fundamentação Da análise dos autos verifica-se que a parte autora não requereu os benefícios da justiça gratuita, bem como não efetuou o pagamento das custas e despesas processuais. Nesse cenário, ao analisar o pedido de desistência do processo (Id n. 22259576), nota-se que tal requerimento foi ofertado antes da análise do recebimento do processo. Portanto, na hipótese de a demanda não ter sido recebida, cabe ao Juízo, inicialmente, antes do recebimento da demanda, intimar o advogado da parte autora para que efetue o recolhimento das custas processuais, nos termos do art. 290 do Código de Processo Civil[1], tendo em vista que o preparo da ação é pressuposto objetivo de admissibilidade. Nessa senda, conclui-se que a desistência é cabível após o Juízo deliberar sobre o seu recebimento, isto é, após o despacho liminar positivo, eis que não se mostra coerente permitir a parte desistir de algo que ainda não foi formalmente admitido o seu processamento. No caso dos autos, o autor afirmou que a presente demanda teria sido distribuída de forma equivocada, tanto que, antes do seu recebimento, pugnou pela desistência do processo no dia 01 de agosto de 2019. Portanto, consoante as explicitações contidas neste ato jurisdicional, este Juízo deveria conceder o prazo de 15 (quinze) dias, para que a autora efetuasse o pagamento das custas processuais e, na hipótese de inadimplemento, determinar o cancelamento da distribuição, conforme se extrai da regra prevista no art. 290 do Código de Processo Civil. Contudo, diante da expressa afirmação do autor quanto ao equívoco cometido na distribuição da demanda, este Juízo reputa como desnecessária a prévia intimação do autor para o recolhimento das custas processuais, visto que essa providência se mostra contraproducente. III – Dispositivo Diante do exposto, este Juízo recebe o requerimento de desistência como pedido de cancelamento da distribuição, ante a afirmação de incorreta distribuição e, implicitamente, indicando que não irá efetuar o pagamento das custas e despesas do processo. Diante do exposto, este Juízo JULGA EXTINTO o processo sem a resolução do mérito, com fundamento no art. 485, inciso IV do Código de Processo Civil. Por conseguinte, este Juízo DETERMINA o cancelamento da distribuição desta demanda, com supedâneo no art. 290 do Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado, este Juízo ARQUIVEM-SE os autos com as baixas e anotações necessárias. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito [1] Art. 290. Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias.

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002584-16.2019.8.11.0021

Parte(s) Polo Ativo:
SORPACK COMERCIO ATACADISTA DE EMBALAGENS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Júlio César de Oliveira OAB - MT8312-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VICTOR HUGO SANTOS LEME (REQUERIDO)
MEGA EMBALAGENS LTDA - ME (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002584-16.2019.8.11.0021 POLO ATIVO:SORPACK COMERCIO ATACADISTA DE EMBALAGENS LTDA - ME ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: JÚLIO CÉSAR DE OLIVEIRA POLO PASSIVO: MEGA EMBALAGENS LTDA - ME e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: ÁGUA BOA - J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 20/03/2020 Hora: 15:30 , no endereço: AVENIDA JÚLIO CAMPOS, Nº 390, TELEFONE: (66) 3468-1694, CENTRO, ÁGUA BOA - MT - CEP: 78635-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Decisão

Decisão Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000151-10.2017.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
ANA MARIA SODRE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MONICA LARISSE ALVES ARAUJO OAB - MT0014130A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
R9 ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - ME (EXECUTADO)
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO ANDRÉ HONDA FLORES OAB - MT9708-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1000151-10.2017.8.11.0021 DECISÃO 1 – DEFERE-SE o pedido formulado pela parte credora em id. 22388747, a fim de que se proceda ao levantamento do numerário depositado em Juízo pelo requerido, devidamente atualizado monetariamente (id. 22366849 e id. 18284996). Para tanto, EXPEÇA-SE alvará de levantamento, utilizando-se dos dados bancários informados na petição acima mencionada. 2 – INTIME-SE a parte executada para que cumpra, no prazo de 05 (cinco) dias, a obrigação de fazer consistente na retirada do nome da exequente frente aos órgãos de proteção ao crédito, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R$ 100,00 (cem reais), nos termos do art. 52, V, da Lei nº 9.099/95. 3 – Após, INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que entender de direito. Em caso de inércia, será reputado o cumprimento integral da obrigação. 4 – Com ou sem requerimentos, CONCLUSOS para deliberações finais. 5 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000416-41.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
DIOGO LOPES DE SOUSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIA FERNANDA SANTOS DE CARVALHO OAB - MT20144/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AL LOGISTICA & TRANSPORTES EIRELI - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THULIO DE QUEIROZ NOVAIS OAB - GO0035630A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1000416-41.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se a demanda de ação indenizatória ajuizada por DIOGO LOPES DE SOUSA em face de AL LOGÍSTICA E TRANSPORTES LTDA ME, ambos qualificados nos autos, visando à responsabilização da requerida por acidente de trânsito, com consequente condenação ao pagamento de danos materiais e morais. Realizada audiência de conciliação, esta restou infrutífera (id. 19859536). O requerido apresentou contestação com pedido contraposto (id. 20028321). Impugnação à contestação oferecida em id. 22911888. Vieram os autos conclusos. Não sendo o caso de julgamento antecipado do mérito (parcial ou total) ou mesmo de extinção do feito, aplicando-se a Lei n. 13.105/2015 (Código de Processo Civil), cumpre a este Juízo deliberar acerca das providências preliminares e do saneamento previsto no artigo 357 do aludido instrumento processual. DAS QUESTÕES PROCESSUAIS PENDENTES Processo em ordem, sem vícios ou irregularidades pendentes de saneamento, estando presentes os pressupostos processuais de existência e de validade da relação constituída, bem como as correlatas condições da ação. Não havendo também preliminares ou questões prejudiciais de mérito, reputa-se saneado o feito, nos termos do art. 357 do Código de Processo Civil. DELIMITAÇÃO DAS QUESTÕES DE FATO E ORGANIZAÇÃO DAS PROVAS Passo seguinte, mister delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, observando-se, para tanto, as questões controvertidas nos autos. Nesse quadro, fixa-se como controvertidos os seguintes pontos: A) Responsabilidade civil pelo acidente de trânsito ocorrido, perquirindo-se acerca da existência dos seus requisitos; Em relação ao pleito da parte autora, este Juízo INDEFERE a colheita de depoimento pessoal da requerida, visto que tal medida em nada contribuiria com o deslinde do feito, considerando que o motorista do veículo da empresa ré envolvido no acidente de trânsito não figura no polo passivo da demanda. Sem prejuízo, o requerente poderá arrola-lo como testemunha. Por outro lado, ADMITE-SE a colheita de depoimento pessoal da parte autora. ADMITE-SE a produção de prova testemunhal para eventualmente comprovar a questão de fato descrita no ponto controvertido acima. Diante da natureza da demanda, aliado ao requerimento das partes, este Juízo DESIGNA audiência de instrução para o dia 06 de fevereiro de 2019 às 13h30min (MT). Com fundamento no art. 357, §4º do Código de Processo Civil, INTIME-SE as partes para que apresentem o rol de testemunhas no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão. Nos termos do art. 455 do Código de Processo Civil incumbe ao advogado (a) da parte informar ou intimar a testemunha a ser inquirida, que deverá ser realizada através de carta com aviso de recebimento, cumprindo ao advogado (a) juntar aos autos com antecedência pelo menos de 03 (três) dias da audiência agendada a cópia do comprovante da correspondência e da intimação (art. 455, §1º do CPC). Não sendo realizada essa providência, presume-se a desistência na oitiva (art. 455, §3º do CPC). Saliente-se que a providência acima quanto à necessidade de comprovação da intimação poderá ser dispensada na hipótese de a parte comprometer-se a levar a testemunha a ser inquirida, presumindo-se, caso ela não compareça, a desistência na sua oitiva, conforme a orientação do art. 455, §2º do Código de Processo Civil. CUMPRA-SE. INTIMEM-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 8010127-24.2014.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
MARLEY PEREIRA DE ASSUNCAO SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WALISSON HENRIQUE JUSTO E LEMES OAB - GO0031793A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EULLENIZIA PEREIRA MATOS ANDRADE (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MIRIAM RODRIGUES DE SOUZA OAB - GO38902 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 8010127-24.2014.8.11.0021 DECISÃO 1 – Diante do requerimento formulado pela exequente (id. 17989570), INTIME-SE a atual depositária do bem móvel penhorado para que, no prazo de 10 (dez) dias, informe o local em que se encontra o respectivo bem, de modo a viabilizar sua remoção, sob pena de configuração de ato atentatório à dignidade da justiça nos termos do art. 77, §2º, do CPC. 2 – Depois de informado o local, EXPEÇA-SE mandado de remoção, ato que deverá ser acompanhado pela exequente, sob pena de tornar sem efeito a

presente decisão, devendo esta ser nomeada como depositária do bem penhorado, destituindo-se do encargo a executada. 3 – Na sequência, INTIME-SE o exequente para se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, indicando a forma que pretende expropriar o bem a ser penhorado, observando-se as modalidades estabelecidas nos artigos 876 e 879 do CPC. 4 – Em seguida, REMETAM-SE os autos conclusos. 5 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação

Decisão Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000814-22.2018.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
M 2 COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE PECAS LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JORDANIA BARCELO DA SILVA OAB - MT0019722A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MOTOVALE COMERCIO DE PECAS PARA MOTOS EIRELI - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1000814-22.2018.8.11.0021 DECISÃO 1 – Consoante o disposto no art. 52, caput, da Lei nº 9.099/95, INTIME-SE a parte devedora, por meio de seu advogado (DJE), para cumprimento da sentença – pagamento do valor da condenação atualizado, acrescido das custas, se houver – no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento), ex vi do artigo 523, caput e §1º do CPC, observado o disposto no Enunciado nº 97 do FONAJE[1]. 2 – Transcorrido o prazo estipulado no item "1" supra sem o pagamento voluntário, ABRA-SE vista à parte credora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito e atualizando, se for o caso, o valor do débito. 3 – Em caso de cumprimento espontâneo da sentença pela parte devedora, EXPEÇA-SE o necessário para levantamento de valores eventualmente depositados em favor da parte credora, certificando nos autos. 4 – Com ou sem requerimentos formulados, certifique-se, e encaminhem-se os autos CONCLUSOS para apreciação ou extinção. 5 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1] ENUNCIADO 97 (FONAJE) – A multa prevista no art. 523, § 1º, do CPC/2015 aplica-se aos Juizados Especiais Cíveis, ainda que o valor desta, somado ao da execução, ult rapasse o limite de alçada; a segunda parte do referido dispositivo não é aplicável, sendo, portanto, indevidos honorários advocatícios de dez por cento (nova redação – XXXVIII Encontro – Belo Horizonte-MG).

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000746-72.2018.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRESSA MORAIS CHAVES (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SIMONE ROQUE DE OLIVEIRA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
TARCISIO CARDOSO TONHA OAB - MT0003573A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1000746-72.2018.8.11.0021 DESPACHO 1 – Em consonância com os princípios do contraditório e da ampla defesa, INTIME-SE o exequente para que, no prazo de 10 (dez) dias, se manifeste sobre a exceção de pré-executividade apresentada. 2 – Em seguida, venham os autos CONCLUSOS. 3 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000713-48.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNO ROBERTO MACEDO SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MONICA LARISSE ALVES ARAUJO OAB - MT0014130A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1000713-48.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer com pedido de tutela de urgência ajuizada por BRUNO ROBERTO MACEDO SILVA em face do ESTADO DE MATO GROSSO, ambos qualificados nos autos em epígrafe, visando à contratação para o cargo de professor temporário, bem como, indenização por danos materiais e morais. Alega o autor, em síntese, que: a) participou de processo seletivo para o cargo de técnico em agroecologia realizado pela Escola Estadual do Jaraguá, situado na zona rural do município de Água Boa/MT; b) obteve a melhor nota do certame, ficando a frente do segundo colocado Joas de Melo Carvalho; c) tomou conhecimento, posteriormente, que além dos dois mencionados candidatos, seria também contratada Fabricia Alves Bueno de Oliveira, candidata que alcançou nota inferior e que não possui formação técnica em agroecologia, sendo graduada em agronomia; d) A mencionada candidata não participou do seletivo concorrendo ao mesmo cargo que o autor, e sim, para exercer atividades dentro de sala de aula; e) foi informado pelo diretor da escola que a Secretaria de Estado de Educação e Cultura - SEDUC teria disponibilizado 03 (três) vagas para preenchimento do quadro e que, portanto, os 03 (três) candidatos seriam contratados; e) ao cabo do processo seletivo foram contratados somente os candidatos Joas de Melo Carvalho e Fabrícia Alves Bueno de Oliveira, em que pese o requerente tenha ficado melhor classificado, além da candidata Fabrícia não deter formação técnica específica conforme exigia o edital, denotando preterição em relação o autor; f) sobreveio informação da SEDUC de que, na verdade, seriam disponibilizadas duas vagas para o cargo. Dessa forma, requer tutela de urgência a fim de que a Escola Estadual do Jaraguá proceda à sua imediata contratação. Decisão de id. 20461624 redistribuiu os autos a este Juízo nos termos do posicionamento firmado no Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nº 85560/2016. Vieram os autos conclusos. Fundamenta-se. Decide-se. Consoante exegese obtida do Código de Processo Civil, a tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa). A concessão da tutela de urgência (cautelar ou antecipada) pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos indiciários da plausibilidade da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que no caso concreto, o não deferimento da medida, aliado ao decurso do tempo necessário para julgamento definitivo da demanda, acarretará danos de difícil reparação ou a futura impossibilidade de prestação da tutela jurisdicional, consubstanciando verdadeiro perigo na demora (periculum in mora). Acerca do tema, preleciona Luiz Guilherme Marinoni[1] que: A probabilidade do direito que autoriza o emprego da técnica antecipatória para a tutela dos direitos é a probabilidade lógica – que é aquela que surge da confrontação das alegações e das provas com os elementos disponíveis nos autos, sendo provável a hipótese que encontra maior grau de confirmação e menor grau de refutação nesses elementos. O Juiz tem que convencer de que o direito é provável para conceder "tutela provisória" Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. No caso concreto, em análise dos elementos presentes nos autos, não se reputa suficientemente demonstrados os pressupostos para concessão da medida antecipatória. Isso porque, em que pese o autor tenha alegado que apenas ele e o candidato Joas de Melo Carvalho tenham concorrido para o cargo disponibilizado por meio da Portaria nº 641/2018/GS/SEDUC/MT, o edital prevê indistintamente a função de "professor de agroecologia", não havendo pormenorização quanto ao exercício da função ser no campo ou em sala de aula (id. 19400438, pág. 18). Sendo assim, todos os inscritos para o seletivo estariam concorrendo às duas vagas disponibilizadas. Quanto à colocação no certame, não há nos autos documento referente à homologação do resultado final do processo seletivo, verificando-se que consta no resultado anexado em id. 19400438, pág. 21 a expressão "ponto banca". A portaria

supramencionada consignou expressamente que o seletivo seria dividido em 02 (duas) etapas da seguinte forma: 1ª) questionário avaliativo; 2ª) Entrevista/banca. Sendo assim, o documento apresentado pelo requerente poderia corresponder apenas à etapa de entrevista, o que não seria o bastante para aferir a pontuação total do candidato em relação aos outros. Destaca-se ainda que, levando em consideração que o seletivo se voltou para o preenchimento das duas vagas de professor temporário disponibilizadas, de acordo com o resultado colacionado pelo autor, diversos concorrentes obtiveram pontuação superior que o candidato Joas e a candidata Fabrícia, o que está a sugerir que outros critérios de avaliação foram levados em consideração para o cálculo da nota final. No que tange à falta de qualificação da candidata Fabrícia, consoante decisão no processo administrativo nº 120282/2019 que julgou improcedente a denúncia oferecida pelo requerente (id. 19400742), a formação superior em agronomia habilitaria a candidata a exercer as atividades técnicas exigidas pelo cargo. Outrossim, a referida decisão presta esclarecimento acerca da pontuação final obtida pelos candidatos anexando relatório circunstanciado que, no entanto, não foi acostado pelo requerente ao presente feito. Portanto, considerando a presunção de legitimidade da qual são dotados os atos da Administração Pública, ante a ausência de elementos que proporcionem um juízo seguro quanto à probabilidade do direito do requerente, o indeferimento da tutela de urgência é medida que se impõe. 1- Ante o exposto, este Juízo INDEFERE a tutela de urgência requerida, em razão da ausência da probabilidade de direito. 2- CITE-SE o réu para que, querendo, conteste o pedido formulado no prazo de 15 (quinze) dias (art. 7º da Lei nº 12.153/09), sob pena de revelia. 3 – Após, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias. 4 – Em seguida, remetam-se os autos CONCLUSOS. 5- CUMPRA-SE. INTIMEM-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1] MARINONI, Luiz Guilherme. Novo Curso de Processo Civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum, volume 2/ Luiz Guilherme Marinoni, Sério Cruz Arenhart, Daniel Mitidiero –3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001373-42.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
SAULO ROBERTO BISSOLOTTI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELLY SELKE DA LUZ OAB - MT0022277A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1001373-42.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais com pedido de tutela antecipada ajuizada por SAULO ROBERTO BISSOLOTI, em face de TELEFÔNICA BRASIL S/A MÓVEL ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que: a) ao tentar realizar uma compra por meio de crediário foi impedido, visto que seu nome se encontrava cadastrado nos órgãos de proteção ao crédito; b) em consulta junto à unidade dos correios descobriu que se tratava de uma dívida no valor de R$ 119,97 (cento e dezenove reais e noventa e sete centavos) com a empresa requerida; c) desconhece o aludido débito; d) não foi notificado acerca da inscrição de seu nome no cadastro de inadimplentes; Desta forma, requer seja deferida tutela de urgência a fim de que a requerida proceda à retirada de seu nome frente aos órgãos de proteção ao crédito. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. Consoante exegese obtida do Código de Processo Civil, a tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa). A concessão da tutela de urgência (cautelar ou antecipada) pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos indiciários da plausibilidade da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que no caso concreto, o não deferimento da medida, aliado ao decurso do tempo necessário para julgamento definitivo da demanda, acarretará danos de difícil reparação ou a futura impossibilidade de prestação da tutela jurisdicional, consubstanciando verdadeiro perigo na demora (periculum in mora). Acerca do tema, preleciona Luiz Guilherme Marinoni[1] que: A probabilidade do direito que autoriza o emprego da técnica antecipatória para a tutela dos direitos é a probabilidade lógica – que é aquela que surge da confrontação das alegações e das provas com os elementos disponíveis nos autos, sendo provável a hipótese que encontra maior grau de confirmação e menor grau de refutação nesses elementos. O Juiz tem que convencer de que o direito é provável para conceder "tutela provisória" Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das alegações veiculadas pelo autor, verifica-se não ser possível o deferimento de plano da medida pleiteada. Consoante remansosa jurisprudência dos Tribunais pátrios, exigir a produção de prova de fato negativo - como nos casos em que se alega a inexistência de relação jurídica/negócio jurídico - "equivale a prescrever a produção de prova diabólica, de dificílima produção" (AgRg no AgRg no REsp 1187970/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/08/2010, DJe 16/08/2010). Notadamente no que tange às relações de consumo, a Lei nº 8.078/90 prevê, entre outros direitos básicos, a facilitação da defesa dos direitos do consumidor, inclusive, por meio da inversão do ônus da prova quando o demandante se tratar de pessoa hipossuficiente, quer seja no aspecto técnico, quer seja no financeiro. Neste diapasão, nas ações em que o consumidor alegar a inexistência de contrato ou relação jurídica com a parte demandada, bem como, apresentar indícios de que está suportando prejuízos por tal fato, deverão ser conferidas as medidas pertinentes a fim de interromper, ainda que temporariamente, os efeitos da pretensa conduta ilegal. Isto porque se revela inviável, em sede do juízo de probabilidade, exigir que o autor apresente elementos comprobatórios de que não realizou negócio jurídico o qual afirma inexistir. Tal exigência estaria em conflito com as normas de ordem pública concernentes à proteção e defesa do consumidor. Acerca do tema, colaciona-se ementa de julgado do e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais: EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA - PRETENSÃO DE EXCLUSÃO DO NOME DE CADASTRO DE INADIMPLENTES - NEGAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONTRATUAL ENTRE AS PARTES - PROBABILIDADE DO DIREITO DO AUTOR - SUFICIÊNCIA DAS ALEGAÇÕES DO CONSUMIDOR NA AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE COLOQUEM EM DÚVIDA A VERACIDADE DELAS - PERIGO DE DANO CARACTERIZADO - AUSÊNCIA DE IRREVERSIBILIDADE DOS EFEITOS DO PROVIMENTO - TUTELA DE URGÊNCIA CONCEDIDA - Na apreciação de pedido de tutela provisória requerida para exclusão do nome do consumidor de cadastro de inadimplentes, deve ser abrandado o rigor na exigência dos "elementos que evidenciem a probabilidade do direito", se o autor nega a existência de relação contratual com a parte contrária e não emergem dos autos indícios que coloquem em dúvida a veracidade de suas alegações, mormente quando a parte ré/agravada não traz, com a contraminuta, elementos comprobatórios da contratação negada. (TJ-MG - AI: 10000190580613001 MG, Relator: Fernando Lins, Data de Julgamento: 21/10/0019, Data de Publicação: 23/10/2019) No caso concreto, no entanto, em que pese o autor afirme desconhecer o débito que culminou na negativação de seu nome, além de não anexar nenhum documento aos autos, sequer informou os protocolos de atendimento referente à comunicação com a empresa ré ante a insurgência da pretensa negativação indevida. É certo que, no âmbito das relações de consumo, a manifesta impossibilidade de comprovação de plano dos fatos alegados enseja o abrandamento do rigor técnico para aferição da probabilidade do direito invocado. Todavia, a total ausência de elementos obsta a concessão de medida liminar, sem prejuízo de nova análise após a oitiva da parte ré. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova previsto no rol de direitos básicos do consumidor[2] se presta a conferir tratamento isonômico para a parte que se encontre em nítida desvantagem na relação processual. Neste diapasão, a hipossuficiência do consumidor deve ser aferida não apenas sob o aspecto socioeconômico, mas também, diante da sua incapacidade técnica ou impossibilidade no caso concreto de comprovar determinados fatos. No ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão

do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) Portanto, em observância às regras de experiência comum, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, visto que no presente caso, a parte ré, além de se tratar de empresa de considerável porte, servida de bancos de dados, pode com facilidade apresentar elementos indicativos da constituição válida do débito ora impugnado. 1 – Ante o exposto, com fulcro no art. 300 do Código de Processo Civil, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, com fundamento na ausência da probabilidade de direito. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova em favor do autor, nos termos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Diante da impossibilidade de realização da audiência de conciliação anteriormente designada, DETERMINA-SE que a Secretaria proceda ao agendamento de nova data para realização do ato. 4 – EXPEÇA-SE carta de citação e intimação do réu, para cumprimento da medida liminar deferida, bem como, comparecimento na audiência de conciliação designada. 5 – INTIME-SE a parte autora para comparecimento na audiência de conciliação, fazendo constar a nova data agendada. 6 – CONSIGNE-SE que, caso não seja obtida a conciliação, o réu poderá oferecer contestação no prazo de 05 (cinco) dias contados da data de audiência. 7 – Após a apresentação da contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste no prazo de 05 (cinco) dias. 8 – Decorrido o prazo, remetam-se os autos CONCLUSOS. 9 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1] MARINONI, Luiz Guilherme. Novo Curso de Processo Civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum, volume 2/ Luiz Guilherme Marinoni, Sério Cruz Arenhart, Daniel Mitidiero –3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017. [2]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001678-26.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
RODRIGO DA PENHA SOARES AGUIAR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE VICTOR GUIMARAES OAB - MT25803/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NU PAGAMENTOS S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1001678-26.2019.8.11.0021 DECISÃO. Visando a materialização dos fins a que se propôs o CPC em seus artigos sobre normas fundamentais do Processo Civil relacionados aos direitos e garantias constitucionais, foi inserido, dentre outros, o princípio da cooperação como produto de uma atividade cooperativa triangular, aliado ao amplo incentivo a autocomposição em razão da necessidade de se implementar uma cultura de pacificação por meio dos métodos de solução consensual dos conflitos, neste sentido este Juízo CONHECE da petição em id. 25632512. 3 – Nessa senda, diante da impossibilidade de realização da audiência de conciliação anteriormente designada, DETERMINA-SE que a Secretaria proceda ao agendamento de nova data para realização do ato. 4 – CITE-SE o requerido, nos termos do art. 248 do CPC, observando-se que o ato deverá ser cumprido com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para o comparecimento da audiência de conciliação redesignada, conforme determina o art. 334 do Código de Processo Civil. 5 – INTIME-SE a parte autora para comparecimento na audiência de conciliação, fazendo constar a nova data agendada. 6 – CONSIGNE-SE que, caso não seja obtida a conciliação, o réu poderá oferecer contestação no prazo de 05 (cinco) dias contados da data de audiência de conciliação. 7 – Após a apresentação da contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste no prazo de 05 (cinco) dias. 8 – Decorrido o prazo, remetam-se os autos CONCLUSOS. 9 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001419-31.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
ACHILLES ROBERTO BASSO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO SIMITAN SEGATTO OAB - MT24076/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FMI SECURITIZADORA S/A (REQUERIDO)
WALTER DOS SANTOS - COMERCIO DE GAS E AGUA - ME (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1001419-31.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais com pedido de tutela antecipada ajuizada por ACHILLES ROBERTO BASSO (SEMEAR AGRÍCOLA), em face de FMI SECURITIZADORA S/A e BARATEIRO DISTRIBUIÇÃO DE GÁS E ÁGUA EIRELI, todos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que: a) no dia 11 de junho de 2019 recebeu comunicado expedido pelo SERASA informando acerca da existência de débitos em seu nome junto à empresa FMI SECURITIZADORA S/A, referentes a duas duplicatas; b) por não ter firmando qualquer negócio jurídico com a mencionada empresa, entrou em contato com esta, momento em que foi esclarecido que tais títulos de crédito teriam sido adquiridos de terceiro; c) questionada acerca da origem dos mencionados débitos tal empresa encaminhou ao requerente duas notas fiscais emitidas pela empresa BARATEIRO DISTRIBUIÇÃO DE GÁS E ÁGUA EIRELI, das quais foram extraídas as duplicatas; d) não contratou serviços ou adquiriu produtos da empresa emissora das notas fiscais, o que informou à primeira requerida; e) comunicou ainda à primeira requerida, que não conseguiu estabelecer contato com a empresa emissora das notas fiscais, solicitando assim a retirada de seu nome dos cadastros de inadimplentes, contudo, não obteve resposta. Desta forma, requer seja deferida tutela de urgência a fim de que as requeridas promovam a retirada de seu nome frente aos órgãos de proteção ao crédito. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. Consoante exegese obtida do Código de Processo Civil, a tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa). A concessão da tutela de urgência (cautelar ou antecipada) pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos indiciários da plausibilidade da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que no caso concreto, o não deferimento da medida, aliado ao decurso do tempo necessário para julgamento definitivo da demanda, acarretará danos de difícil reparação ou a futura impossibilidade de prestação da tutela jurisdicional, consubstanciando verdadeiro perigo na demora (periculum in mora). Acerca do tema, preleciona Luiz Guilherme Marinoni[1] que: A probabilidade do direito que autoriza o emprego da técnica antecipatória para a tutela dos direitos é a probabilidade lógica – que é aquela que surge da confrontação das alegações e das provas com os elementos disponíveis nos autos, sendo provável a hipótese que encontra maior grau de confirmação e menor grau de refutação nesses elementos. O Juiz tem que convencer de que o direito é provável para conceder “tutela provisória” Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de

irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das alegações do autor e dos elementos contidos nos autos, reputa-se satisfatoriamente demonstrados a probabilidade de direito e o perigo de dano. Consoante remansosa jurisprudência dos Tribunais pátrios, exigir a produção de prova de fato negativo - como nos casos em que se alega a inexistência de relação jurídica/negócio jurídico - "equivale a prescrever a produção de prova diabólica, de dificílima produção" (AgRg no AgRg no REsp 1187970/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/08/2010, DJe 16/08/2010). Nesta esteira, se revela inviável exigir que o autor apresente, de plano, elementos que comprovem cabalmente a não realização de negócio jurídico o qual afirma inexistir, abrandando-se o rigor técnico para aferição da probabilidade do direito pleiteado. No caso em deslinde, o autor alega não ter realizado negócio jurídico (compra de produtos) objeto das notas fiscais das quais foram extraídas as duplicatas. A fim de subsidiar suas alegações anexa aos autos os e-mails encaminhados para a empresa que efetuou a negativação de seu nome (id. 21496150), além de juntar as referidas notas fiscais pretensamente fraudadas (id. 21496156). Verifica-se que, conquanto a empresa emissora das notas fiscais, situada em Rondonópolis/MT, tenha como atividade econômica principal o comércio de gás liquefeito de petróleo e como atividade secundária o comércio varejista de bebidas (id. 21496158), as notas fiscais emitidas têm por objeto a venda de "60 kg de sacaria", produto totalmente diverso daquele comercializado pela empresa. Ademais, consta suspensa a situação cadastral da empresa frente à Fazenda Estadual, desde 30 de maio de 2019, por pendência na entrega do arquivo da Escrituração Fiscal Digital (EDF), irregularidade essa estreitamente relacionada à emissão de notas fiscais pela empresa (id. 21496158), sendo este um forte prenúncio de que os documentos fiscais seriam inidôneos. É consabido que a duplicata mercantil é título causal, devendo ser lastreado em compra e venda mercantil ou prestação de serviços, é dizer, no negócio jurídico subjacente à sua emissão (causa debendi), cabendo às empresas requeridas comprovarem a regularidade da transação efetuada. Assim, resta demonstrada a probabilidade do direito do autor. O perigo de dano, por sua vez, ressai do próprio ato pretensamente ilegal, haja vista que a inscrição indevida frente aos órgãos de proteção ao crédito gera dano presumido, ou seja, independe de comprovação do prejuízo suportado. Destaca-se que não há que se falar em perigo de irreversibilidade dos efeitos da presente medida. Isto porque caso a demanda seja ao final julgada improcedente as requeridas poderão cobrar o débito não adimplido, acrescido dos consectários legais. 1 – Ante o exposto, com fulcro no art. 300 do Código de Processo Civil, este Juízo DEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, para determinar que a requerida FMI SECURITIZADORA S/A promova a retirada do nome do autor frente aos órgãos de proteção ao crédito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R$ 300,00 (trezentos reais), limitada ao total de R$ 6.000,00 (seis mil reais). 2 – Considerando a impossibilidade de realização da audiência de conciliação anteriormente designada, DETERMINA-SE que a Secretaria proceda ao agendamento de nova data para realização do ato. 4 – EXPEÇA-SE carta de citação e intimação dos requeridos, para cumprimento da medida liminar deferida, bem como, comparecimento na audiência de conciliação designada. 5 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 6 – CONSIGNE-SE que, caso não seja obtida a conciliação, os requeridos poderão oferecer contestação no prazo de 05 (cinco) dias contados da data de audiência de conciliação. 7 – Após a apresentação da contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste no prazo de 05 (cinco) dias. 8 – Decorrido o prazo, remetam-se os autos CONCLUSOS. 9 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1] MARINONI, Luiz Guilherme. Novo Curso de Processo Civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum, volume 2/ Luiz Guilherme Marinoni, Sério Cruz Arenhart, Daniel Mitidiero –3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000837-31.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
JANIO APARECIDO FERREIRA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1000837-31.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por JANIO APARECIDO FERREIRA DOS SANTOS, em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece

que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000983-72.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDIA SANTANA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1000983-72.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por CLAUDIA SANTANA DA SILVA, em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente.

1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001045-15.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
VALDILEIA ALCANTARA GARCIA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1001045-15.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por VALDILEIA ALCANTARA GARCIA em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a

facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000892-79.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
FARESIN FERNANDES RODRIGUES DE CARVALHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1000892-79.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por FARESIN FERNANDES RODRIGUES DE CARVALHO em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001050-37.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
DIVINO CANDIDO CARDOSO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1001050-37.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por DIVINO CANDIDO CARDOSO em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no

processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001041-75.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICIA DA SILVA GUIMARAES MIRANDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1001041-75.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por PATRICIA DA SILVA GUIMARAES MIRANDA em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá

demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001014-92.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
HELIO LOPES DE JESUS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1001014-92.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por HELIO LOPES DE JESUS em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos

demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000954-22.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA CARLOS DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1000954-22.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por MARIA CARLOS DA SILVA em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da

alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000947-30.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
ROSINEIDE BATISTA PIRES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1000947-30.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por ROSINEIDE BATISTA PIRES em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora,

posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000930-91.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
NILVANY DOS REIS DE JESUS SOUSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1000930-91.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por NILVANY DOS REIS DE JESUS SOUSA em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo

INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000914-40.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
WANDERSON NEVES DE GODOI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1000914-40.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por WANDERSON NEVES DE GODOI em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000811-33.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
ELIVALDO MARTINS DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado

Especial Cível e Criminal PJE nº 1000811-33.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por ELIVALDO MARTINS DOS SANTOS em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000847-75.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS ADRIANO MIRANDA LEITE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1000847-75.2019.8.11.0021 , DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por CARLOS ADRIANO MIRANDA LEITE em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela

de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000812-18.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
JOZELIA ALVES NAVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1000812-18.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por JOZELIA ALVES NAVA em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta

feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000806-11.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
ANDREZA MILENE DE OLIVEIRA BARRETO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1000806-11.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por ANDREZA MILENE DE OLIVEIRA BARRETO em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o

prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001036-53.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
JORCELENE TEIXEIRA PEDROSO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1001036-53.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por JORCELENE TEIXEIRA PEDROSO em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica.

(REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000804-41.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
DIVINA ETERNA DOS SANTOS FAUSTINO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1000804-41.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por DIVINA ETERNA DOS SANTOS FAUSTINO em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para

apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000991-49.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
LAZARO NASCIMENTO DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1000991-49.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por LAZARO NASCIMENTO DOS SANTOS em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000901-41.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
KHALLEBE DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)

Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1000901-41.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por KHALLEBE DE OLIVEIRA em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000875-43.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DO DESTERRO EVARISTO SOARES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1000875-43.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por MARIA DO DESTERRO EVARISTO SOARES em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311).

No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente.

1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000878-95.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
CARLITO LOBO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1000878-95.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por CARLITO LOBO DA SILVA em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há

nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001038-23.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
DOMINGAS DIAS SANTANA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1001038-23.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por DOMINGAS DIAS SANTANA em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais

requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000944-75.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDIA CAROLINA FERNANDES DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1000944-75.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por CLAUDIA CAROLINA FERNANDES DOS SANTOS em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as

regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001012-25.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
JESSICA CLAUDIA GOUVEIA SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1001012-25.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por JESSICA CLAUDIA GOUVEIA SANTOS em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data

agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001029-61.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ERIBALDO LIMA DE FREITAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1001029-61.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por JOSE ERIBALDO LIMA DE FREITAS em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001000-11.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
SILVIA BORGES DOS SANTOS (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1001000-11.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por SILVIA BORGES DOS SANTOS em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001007-03.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
JEAN ROBERT GOUVEIA SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1001007-03.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por JEAN ROBERT GOUVEIA SANTOS em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim

de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000969-88.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
LOHANA MARIA MINELLI LOBO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1000969-88.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por LOHANA MARIA MINELLI LOBO em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência

de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000948-15.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
ELTON ROGERIO MOHR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1000948-15.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por ELTON ROGERIO MOHR em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da

prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000979-35.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
ORLEY ALVES DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1000979-35.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por ORLEY ALVES DOS SANTOS em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz

oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000928-24.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
NUBIA CANDIDA TAVARES DE FREITAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1000928-24.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por NUBIA CANDIDA TAVARES DE FREITAS em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova,

com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000900-56.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1000900-56.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000994-04.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
ARABELA FERREIRA NERES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1000994-04.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por ARABELA FERREIRA NERES em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000986-27.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DE FATIMA MACHADO CUNHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1000986-27.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por MARIA DE FATIMA MACHADO CUNHA em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a

operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000989-79.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
HEBERT HENRICK MACHADO CUNHA MATOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1000989-79.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por HEBERT HENRICK MACHADO CUNHA MATOS em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não

deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001065-06.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
LEIA ALVES DE CASTRO LEITE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1001065-06.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por LEIA ALVES DE CASTRO LEITE em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer

aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000852-97.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
KELVIN CHRISTOPHER PFOST FERREIRA VAZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1000852-97.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por KELVIN CHRISTOPHER PFOST FERREIRA VAZ em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311). No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece

que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente. 1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000887-57.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIMAR APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA NAYARA NARDES FARIAS OAB - MT23942/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1000887-57.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por LUCIMAR APARECIDA FERREIRA DOS SANTOS SOUZA em face de TIM CELULAR S/A, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que é titular de linha telefônica da operadora ré, e que seu celular esteve sem sinal de telefonia por aproximadamente 11 (onze) dias devido à falha na prestação de serviço pela requerida no seu município de domicílio. Aduz que a operadora detém exclusividade na prestação de serviços de telefonia móvel no município, e dada a natureza essencial dos serviços de telecomunicações, a ausência de sinal acarretou danos aos usuários. Nessa esteira, requer a concessão de tutela de urgência antecipada, a fim de impor à requerida a obrigação de restabelecer imediatamente o serviço de telefonia móvel contratado. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. A tutela provisória, disciplinada pelo Código de Processo Civil, compreende a tutela de urgência (artigos 300 a 310), e a tutela de evidência (art. 311).

No que tange à tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, esta corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa), sendo facultado seu requerimento em caráter antecedente ou incidental. A concessão da tutela de urgência pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos, e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos concretos indiciários da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que pelas circunstâncias, o seu não deferimento de plano poderá acarretar danos de difícil reparação ou até mesmo a impossibilidade de uma satisfação futura do direito material objeto da demanda (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das provas trazidas pela parte autora, depreende-se que não merece prosperar o pedido de tutela de urgência veiculado na exordial. Não há nos autos elementos que evidenciem de plano a existência da probabilidade de direito alegada. Conquanto o autor afirme ser titular de linha telefônica móvel da operadora requerida, não constam nos autos quaisquer documentos comprobatórios da pretensa titularidade. Desta feita, não há como avaliar, de maneira perfunctória, eventual prejuízo suportado ante a ausência de sinal de telefonia móvel em seu município. Cumpre destacar que os números de protocolos de atendimento contidos nos documentos anexados aos autos são idênticos aos informados nos demais processos de mesma natureza protocolados neste Juizado Especial pelos mesmos causídicos, em face da mesma empresa, e contendo as mesmas alegações de fato. Dessa forma, os mencionados documentos consubstanciam elemento genérico, o que impede qualquer aferição individual quanto às diligências empreendidas pelo requerente a fim de solucionar eventual falha na prestação de serviço. Destarte, nesse incipiente quadro processual, não se afigura razoável a concessão da medida liminar pleiteada. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova aplicável no processo civil em litígios que versam sobre relações de consumo, faz parte do rol de direitos básicos do consumidor, nos casos em que sejam verossímeis suas alegações, ou, quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência[1]. Tais requisitos não são cumulativos, portanto, na presença de um deles, a inversão do ônus da prova será deferida pelo Juízo como meio de dispensar tratamento isonômico para as partes do processo. A hipossuficiência do consumidor deverá ser aferida não apenas sob o prisma de sua situação socioeconômica, mas também, diante de sua incapacidade técnica para comprovar determinados fatos. Neste ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) No caso presente, em observância às regras ordinárias de experiência, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, posto que a parte ré, por se tratar de empresa de telefonia de considerável porte, é servida de bancos de dados que permitem, sem se valer de grandes esforços, a comprovação quanto à veracidade ou não dos fatos ora alegados, o que não seria factível em relação ao requerente.

1 – Forte nos fundamentos expostos, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, tendo em vista a ausência do requisito da probabilidade de direito, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova, com arrimo no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 – Tendo em vista não ter sido realizada a audiência de conciliação em razão da ausência de intimação da parte requerida, DETERMINA-SE a designação de nova data para o ato, 4 – INTIME-SE a parte autora acerca da nova data agendada. 5 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação ao requerido, para comparecimento na audiência de conciliação, constando a nova data agendada. Em caso de restar infrutífera a tentativa de conciliação, CONSIGNE-SE o prazo de até 05 (cinco) dias contados da audiência, para apresentação de contestação. 6 - Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. 7 – Após, venham os autos CONCLUSOS. 8 – Considerando a inexistência de estrutura física e dos recursos necessários para tanto, este Juízo INDEFERE o pedido de realização da audiência de conciliação na cidade de Cocalinho/MT. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001420-16.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
ACHILLES ROBERTO BASSO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO SIMITAN SEGATTO OAB - MT24076/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FMI SECURITIZADORA S/A (REQUERIDO)
SL COMPRA E VENDA DE CEREAIS LTDA - ME (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1001420-16.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais com pedido de tutela antecipada ajuizada por ACHILLES ROBERTO BASSO (SEMEAR AGRÍCOLA), em face de FMI SECURITIZADORA S/A e SL COMPRA E VENDA DE CEREAIS LTDA, todos qualificados no processo em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que: a) no dia 11 de junho de 2019 recebeu comunicado expedido pelo SERASA, informando acerca da existência de débito em seu nome junto à empresa FMI SECURITIZADORA S/A, referente ao não pagamento de duplicata; b) por não ter firmando qualquer negócio jurídico com a mencionada empresa entrou em contato com esta, momento em que foi esclarecido que tal título de crédito teria sido adquirido de terceiro; c) questionada acerca da origem do débito a empresa ré encaminhou por e-mail nota fiscal emitida pela empresa SL COMPRA E VENDA DE CEREAIS LTDA, da qual teria sido extraída a duplicatas; d) não contratou serviços ou adquiriu produtos da empresa emissora da nota fiscal, o que informou à primeira requerida; e) comunicou ainda à primeira requerida, que não conseguiu estabelecer contato com a empresa emissora da nota fiscal, solicitando assim a retirada de seu nome do cadastro de inadimplentes, contudo, não obteve resposta. Desta forma, requer seja deferida tutela de urgência a fim de que as requeridas promovam a retirada de seu nome frente aos registros dos órgãos de proteção ao crédito. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. Consoante exegese obtida da leitura do Código de Processo Civil, a tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, se caracteriza como tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa). A concessão da tutela de urgência (cautelar ou antecipada) pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos indiciários da plausibilidade da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que no caso concreto, o não deferimento da medida, aliado ao decurso do tempo necessário para julgamento definitivo da demanda, acarretará danos de difícil reparação ou a futura impossibilidade de prestação da tutela jurisdicional, consubstanciando verdadeiro perigo na demora (periculum in mora). Acerca do tema, preleciona Luiz Guilherme Marinoni[1] que: A probabilidade do direito que autoriza o emprego da técnica antecipatória para a tutela dos direitos é a probabilidade lógica – que é aquela que surge da confrontação das alegações e das provas com os elementos disponíveis nos autos, sendo provável a hipótese que encontra maior grau de confirmação e menor grau de refutação nesses elementos. O Juiz tem que convencer de que o direito é provável para conceder “tutela provisória” Destaca-se ainda que, via de regra, não será possível conceder a tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das alegações do autor e dos elementos contidos nos autos, reputa-se satisfatoriamente demonstrados a probabilidade de direito e o perigo de dano. Consoante remansosa jurisprudência dos Tribunais pátrios, exigir a produção de prova de fato negativo - como nos casos em que se alega a inexistência de relação jurídica/negócio jurídico - “equivale a prescrever a produção de prova diabólica, de dificílima produção” (AgRg no AgRg no REsp 1187970/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/08/2010, DJe 16/08/2010). Nesta esteira, se revela inviável exigir que o autor apresente, de plano, elementos que comprovem cabalmente a não realização de negócio jurídico o qual afirma inexistir, abrandando-se o rigor técnico para aferição da probabilidade do direito pleiteado em tais casos. O autor alega não ter realizado negócio jurídico (compra de produtos) objeto da nota fiscal da qual se extraiu a duplicata inadimplida. A fim de subsidiar suas alegações anexa aos autos os e-mails encaminhados para a empresa que efetuou a negativação de seu nome (id. 21496639), a nota fiscal pretensamente fraudada com emissão no dia 16/05/2019 (id. 21496640), os comprovantes de inscrição da empresa junto a Fazenda Nacional e Estadual, situada na cidade de Cuiabá (id. 21496893 e id. 21496893). Primeiramente, quanto à probabilidade de direito, verifica-se que consta como suspensa a situação cadastral da empresa frente à Fazenda Estadual, desde 20 de maio de 2019, por motivo de irregularidade fiscal, questão estreitamente relacionada à emissão de notas fiscais pela empresa, sendo este um forte prenúncio de que os documentos fiscais seriam inidôneos. Ademais, o produto objeto da nota fiscal esta descrito genericamente como “sacaria”, sem maiores especificações quanto à espécie ou qualidade do bem (id. 21496640), ocasião em que teriam sido vendidas 3.700 (três mil e setecentas) unidades pelo preço de R$ 1,00 (um real) cada, denotando certa estranheza do negócio, mormente pela atividade principal da empresa consistir em beneficiamento de arroz, comércio de cereais e leguminosas beneficiados e comércio de insumos agrícolas (id. 214496632). É consabido que a duplicata mercantil é título causal, devendo ser lastreado em compra e venda mercantil ou prestação de serviços, é dizer, no negócio jurídico subjacente à sua emissão (causa debendi), cabendo às empresas requeridas comprovarem a legitimidade da transação efetuada. O perigo de dano, por sua vez, ressai do próprio ato pretensamente ilegal, haja vista que a inscrição indevida frente aos órgãos de proteção ao crédito gera dano presumido, ou seja, prescinde de comprovação do prejuízo suportado. No caso presente, a situação se agrava à medida que figura no polo ativo pessoa jurídica do ramo comercial, que depende da boa reputação e de crédito para concretização dos negócios jurídicos ínsitos à atividade desempenhada. Destaca-se que não há que se falar em perigo de irreversibilidade dos efeitos da presente medida. Isto porque caso a demanda seja ao final julgada improcedente as requeridas poderão cobrar o débito não adimplido, acrescido dos consectários legais. 1 – Ante o exposto, com fulcro no art. 300 do Código de Processo Civil, este Juízo DEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, para determinar que a requerida FMI SECURITIZADORA S/A promova, no prazo de 05 (cinco) dias, a retirada provisória do nome do autor frente aos registros do SERASA, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R$ 300,00 (trezentos reais), limitada ao montante total de R$ 6.000,00 (seis mil reais). 2 – EXPEÇA-SE carta de citação e intimação aos requeridos, para que cumpram integralmente a medida liminar deferida. 3 - Considerando a impossibilidade de realização da audiência anteriormente designada em razão dos requeridos não terem sido intimados, DETERMINA-SE que a Secretaria agende nova data para realização da audiência de conciliação. 4 – INTIME-SE as partes acerca da nova data agendada. 6 – CONSIGNE-SE que, caso não seja obtida a conciliação, os

requeridos poderão oferecer contestação no prazo de 05 (cinco) dias contados da data de audiência de conciliação. 7 – Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que se manifeste no prazo de 05 (cinco) dias. 8 – Após, remetam-se os autos CONCLUSOS. 9 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1] MARINONI, Luiz Guilherme. Novo Curso de Processo Civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum, volume 2/ Luiz Guilherme Marinoni, Sério Cruz Arenhart, Daniel Mitidiero –3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001755-35.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
LAURYENE RIBEIRO ANACLETO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESLANI SANDRA DA CONCEICAO MENDES OAB - MT24153/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1001755-35.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de rescisão de contrato cumulado com restituição de crédito e compensação por danos morais ajuizada por LAURYENE RIBEIRO ANACLETO, em face de MULTIMARCAS ADMINISTRATODA DE CONSÓRCIOS LTDA, ambos qualificados no encarte processual em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que: a) em 01/08/2019 assinou com a requerida um contrato de adesão para participação em um grupo de consórcio, assumindo o pagamento mensal de R$ 457,03 (quatrocentos e cinquenta e sete reais e três centavos), com objetivo de ser contemplado com uma carta de crédito de R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais); b) alega que no momento da adesão pagou o importe de R$ 1.580,00 (mil quinhentos e oitenta reais), com a promessa que receberia o crédito em 3 (três) dias úteis; c) ocorre que, passado o prazo estipulado não foi contemplada com o crédito, tendo recebido boletos com valores superiores ao pactuado; d) por tais razões requereu a nulidade do contrato, a devolução dos valores pagos e danos morais no importe de R$ 15.000,00 (quinze mil reais). Em sede de tutela de urgência, pleiteou a suspensão das cobranças até o julgamento de mérito, sem que, para tanto, sofra gravames em seu nome. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. Consoante exegese obtida do Código de Processo Civil, a tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa). A concessão da tutela de urgência (cautelar ou antecipada) pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos indiciários da plausibilidade da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que no caso concreto, o não deferimento da medida, aliado ao decurso do tempo necessário para julgamento definitivo da demanda, acarretará danos de difícil reparação ou a futura impossibilidade de prestação da tutela jurisdicional, consubstanciando verdadeiro perigo na demora (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das alegações e provas trazidas pela autora, verifica-se a presença de elementos que evidenciam a probabilidade de direito e o perigo de dano alegados. Consoante infere-se no art. 6º do Código de Consumidor, são direitos básicos do consumidor a proteção contra publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra prática e clausulas abusivos ou impostas no fornecimento de produtos e serviços. No caso em voga, a parte autora insurge ao contrato de adesão celebrado entre as partes para levantamento de carta de crédito no valor de R$ 23.000,00, com a promessa de contemplação imediata do consórcio após o pagamento inicial. Os documentos trazidos pela requerente revelam-se condizentes com a narrativa fática, sob a ótica da acepção de hipossuficiência e vulnerabilidade que se apresenta a consumidora. Verifica-se pela mídia apresentada (id. 23190718) a presunção de uma conversa entre o autora e a representante responsável pelas vendas da empresa requerida, demonstrando a pactuação de um consórcio com contemplação imediata, assemelhando-se com um financiamento de crédito para a compra de automóveis. Outrossim, em uma singela busca na rede mundial de computadores constata-se que a empresa Multimarcas Administradora De Consórcios Ltda. (CNPJ 04.124.922/0001-61), ora requerida, possui diversas reclamações, inclusive, estando em tramitação a Ação Civil Pública (0827157-41.2019.8.18.0140 - TJPI) instaurada pelo Programa de Proteção e Defesa do Consumidor –PROCON, representado pelo Ministério Público, pela prática de afirmações falsas e enganosas acerca de empréstimos/financiamentos facilitados e contemplação imediata de consórcios, o que se assemelha ao presente caso. Deste modo, ante o fato notório e público, aliado a indícios da prática abusiva que foram colacionados aos autos, verifica-se a lesão aos direitos consumeristas promovido pela requerida, quando da promoção da publicidade, oferta e própria feitura do contrato de consórcio, haja vista a ofertava de concessão de empréstimo facilitado, e, após a adesão e pagamento inicial, estabeleceu-se vínculo ao contrato de consórcio sem estimativa de contemplação. O perigo de dano, por sua vez, ressai da perpetuação das pretensas cobranças pelo período em que perdurar o processo, o que poderá culminar, inclusive, com a negativação do nome da autora causando-lhe prejuízos de ordem moral. Portanto, a partir de uma análise à luz das normas vigentes de proteção ao consumidor, reputam-se preenchidos os requisitos para concessão da tutela requerida, sem prejuízo de sua eventual revogação caso sejam apresentados novos elementos hábeis a demonstrar a legalidade do negócio jurídico vergastado. Vale destacar que não se vislumbra perigo de irreversibilidade quanto aos efeitos da presente medida. Isto porque caso a demanda seja ao final julgada improcedente a requerida poderá cobrar a totalidade das mensalidades não adimplidas. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova previsto no rol de direitos básicos do consumidor[1] se presta a conferir tratamento isonômico para a parte que se encontre em nítida desvantagem na relação processual. Neste diapasão, a hipossuficiência do consumidor deve ser aferida não apenas sob o aspecto socioeconômico, mas também, diante da sua incapacidade técnica ou impossibilidade no caso concreto de comprovar determinados fatos. No ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) Portanto, em observância às regras de experiência comum, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, visto que no presente caso, a parte ré, além de se tratar de empresa de considerável porte, servida de bancos de dados, pode com facilidade apresentar elementos indicativos da constituição válida do negócio jurídico ora impugnado. 1 – Ante o exposto, com fulcro no art. 300 do Código de Processo Civil, este Juízo DEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, para determinar que a parte ré, no prazo de 5 (cinco) dias, suspenda as cobranças das parcelas pactuadas no contrato de adesão, se abstendo de inserir o nome da parte autora nos órgãos de proteção ao crédito, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), limitado ao montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova em favor da autor, nos termos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do

Consumidor. 3 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação do réu, para cumprimento integral da medida liminar deferida. 4 – Diante da impossibilidade de realização da audiência previamente agendada, DETERMINA-SE que a Secretaria agende nova data para audiência de conciliação. 5 – INTIMEM-SE as partes acerca da nova data agendada. 6 – CONSIGNE-SE que, caso não seja obtida a conciliação, o réu poderá oferecer contestação no prazo de 05 (cinco) dias contados da data de audiência de conciliação. 7 – Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que, querendo, se manifeste no prazo de 05 (cinco) dias. 8 – Posteriormente, remetam-se os autos CONCLUSOS. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001866-19.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA APARECIDA RIBEIRO DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESLANI SANDRA DA CONCEICAO MENDES OAB - MT24153/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MULTIMARCAS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1001866-19.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de rescisão de contrato cumulado com restituição de crédito e compensação por danos morais ajuizada por MARIA APARECIDA RIBEIRO DOS SANTOS, em face de MULTIMARCAS ADMINISTRATODA DE CONSÓRCIOS LTDA, ambos qualificados no encarte processual em epígrafe. Alega a parte autora, em síntese, que: a) em 08/08/2019 assinou com a requerida um contrato de adesão para participação em um grupo de consórcio, assumindo o pagamento mensal de R$ 447,32 (quatrocentos e quarenta e sete reais e trinta e dois centavos), com objetivo de ser contemplado com uma carta de crédito de R$ 53.943,93 (cinquenta e três mil novecentos e quarenta e três reais e noventa e três centavos); b) alega que no momento da adesão pagou o importe de R$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais) com a promessa que receberia o crédito em 15 (quinze) dias, tendo demonstrado estranheza na assinatura do contrato de consórcio, pois a negociação versava sobre empréstimo financeiro; c) decorrido o prazo estipulado não foi contemplada com o crédito, tendo recebido boletos com valores superiores ao pactuado; d) por tais razões requereu a nulidade do contrato, a devolução dos valores pagos e danos morais no importe de R$ 15.000,00 (quinze mil reais). Em sede de tutela de urgência, pleiteou a suspensão das cobranças até o julgamento de mérito, sem que, para tanto, sofra gravames em seu nome. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. Consoante exegese obtida do Código de Processo Civil, a tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, corresponderá à tutela cautelar (garantidora), ou, tutela antecipada (satisfativa). A concessão da tutela de urgência (cautelar ou antecipada) pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos indiciários da plausibilidade da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que no caso concreto, o não deferimento da medida, aliado ao decurso do tempo necessário para julgamento definitivo da demanda, acarretará danos de difícil reparação ou a futura impossibilidade de prestação da tutela jurisdicional, consubstanciando verdadeiro perigo na demora (periculum in mora). Consta ainda, do parágrafo 3º do mencionado artigo, a impossibilidade de concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Feitas essas breves considerações, em análise das alegações e provas trazidas pela autora, verifica-se a presença de elementos que evidenciam a probabilidade de direito e o perigo de dano alegados. Consoante infere-se no art. 6º do Código de Consumidor, são direitos básicos do consumidor a proteção contra publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra prática e clausulas abusivos ou impostas no fornecimento de produtos e serviços. No caso em voga, a parte autora insurge ao contrato de adesão de celebrado entre as partes para levantamento de carta de crédito no valor de R$ 53.943,93, com a promessa de contemplação imediata do consórcio após o pagamento inicial, causando-lhe estranheza a assinatura do contrato de consórcio, pois a negociação versava sobre empréstimo financeiro. Os documentos elucidados a comprovação sumaria do feito revelam-se fragilizados, visto que não pode se concluir com exatidão, mediante apresentação de Boletim de Ocorrência (id. 23959740) a promessa de contemplação imediata, tampouco que, em verdade, trata-se de um empréstimo financeiro. Todavia, em uma singela busca na rede mundial de computadores constata-se que a empresa Multimarcas Administradora De Consórcios Ltda. (CNPJ 04.124.922/0001-61), ora requerida, possui diversas reclamações, inclusive, estando em tramitação a Ação Civil Pública (0827157-41.2019.8.18.0140 - TJPI) instaurada pelo Programa de Proteção e Defesa do Consumidor –PROCON, representado pelo Ministério Público, pela prática de afirmações falsas e enganosas acerca de empréstimos/financiamentos facilitados e contemplação imediata de consórcios, o que se assemelha ao presente caso. Deste modo, ante o fato notório e público do modus operandi da empresa, aliado aos indícios da prática abusiva demonstrados pela requerente, verifica-se a lesão aos direitos consumeristas promovido pela requerida, quando da promoção da publicidade, oferta e a própria feitura do contrato de consórcio, tendo em vista tratar-se de concessão de empréstimo facilitado, que, após a adesão e pagamento inicial, transfigurou em vínculo de consórcio sem estimativa de contemplação. O perigo de dano, por sua vez, ressai da perpetuação das pretensas cobranças pelo período em que perdurar o processo, o que poderá culminar, inclusive, com a negativação do nome da autora causando-lhe prejuízos de ordem moral. Portanto, a partir de uma análise à luz das normas vigentes de proteção ao consumidor, reputam-se preenchidos os requisitos para concessão da tutela requerida, sem prejuízo de sua eventual revogação caso sejam apresentados novos elementos hábeis a demonstrar a legalidade do negócio jurídico vergastado. Vale destacar que não se vislumbra perigo de irreversibilidade quanto aos efeitos da presente medida. Isto porque caso a demanda seja ao final julgada improcedente a requerida poderá cobrar a totalidade das mensalidades não adimplidas. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova previsto no rol de direitos básicos do consumidor[1] se presta a conferir tratamento isonômico para a parte que se encontre em nítida desvantagem na relação processual. Neste diapasão, a hipossuficiência do consumidor deve ser aferida não apenas sob o aspecto socioeconômico, mas também, diante da sua incapacidade técnica ou impossibilidade no caso concreto de comprovar determinados fatos. No ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) Portanto, em observância às regras de experiência comum, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, visto que no presente caso, a parte ré, além de se tratar de empresa de considerável porte, servida de bancos de dados, pode com facilidade apresentar elementos indicativos da constituição válida do negócio jurídico ora

impugnado. 1 – Ante o exposto, com fulcro no art. 300 do Código de Processo Civil, este Juízo DEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, para determinar que a parte ré, no prazo de 5 (cinco) dias, suspenda as cobranças das parcelas pactuadas no contrato de adesão, se abstendo de inserir o nome da parte autora nos órgãos de proteção ao crédito, sob pena de aplicação de multa diária no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), limitado ao montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova em favor da autor, nos termos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação do réu, para cumprimento integral da medida liminar deferida. 4 – Diante da impossibilidade de realização da audiência previamente agendada, DETERMINA-SE que a Secretaria agende nova data para audiência de conciliação. 5 – INTIMEM-SE as partes acerca da nova data agendada. 6 – CONSIGNE-SE que, caso não seja obtida a conciliação, o réu poderá oferecer contestação no prazo de 05 (cinco) dias contados da data de audiência de conciliação. 7 – Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que, querendo, se manifeste no prazo de 05 (cinco) dias. 8 – Posteriormente, remetam-se os autos CONCLUSOS. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001429-75.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
JUAREZ FALONE DE ANDRADE (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIA FERNANDA SANTOS DE CARVALHO OAB - MT20144/O (ADVOGADO(A))
SELSO LOPES DE CARVALHO OAB - MT3556/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1001429-75.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação declaratória de repetição de indébito c/c indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência ajuizada por JUAREZ FALONE DE ANDRADE, em face de ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., ambos qualificados no processo em epígrafe, visando à condenação da requerida na restituição de valor recebido indevidamente. Alega a parte autora, em síntese, que: a) é titular da unidade consumidora de energia elétrica nº 6/2534598-4 pertencente a sua propriedade rural; b) os valores das tarifas eram abaixo de R$ 30,00 (trinta reais) e tinha pequena margem de variação o que se revelava razoável por se tratar de consumo de energia na modalidade rural; c) a partir de fevereiro de 2018 passou a receber faturas com valor exorbitante, destoando do consumo médio de sua propriedade; d) tentou resolver o problema administrativamente junto à empresa, porém, não obteve êxito, se vendo obrigado a pagar as tarifas que considerava ilegais; e) a empresa ré solicitou que autor retirasse o medidor eletrônico de sua propriedade para realização de análise, no entanto, o laudo final lhe foi negado; d) outras tarifas foram cobradas, embora o medidor eletrônico tenha sido entregue à parte ré em setembro de 2018 e a chave de energia esteja desligada desde então. Assim, requer a concessão de tutela de urgência, a fim de que a requerida se abstenha de efetuar novas cobranças, assim como, sejam suspendidas as cobranças das tarifas de energia elétrica a partir do mês de setembro de 2018. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. Consoante exegese obtida da leitura do Código de Processo Civil, a tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, se caracteriza como tutela cautelar (garantidora) ou tutela antecipada (satisfativa). A concessão da tutela de urgência (cautelar ou antecipada) pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos indiciários da plausibilidade da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris), e que no caso concreto, o não deferimento da medida, aliado ao decurso do tempo necessário para julgamento definitivo da demanda, acarretará danos de difícil reparação ou a futura impossibilidade de prestação da tutela jurisdicional, consubstanciando verdadeiro perigo na demora (periculum in mora). Acerca do tema, preleciona Luiz Guilherme Marinoni[1] que: A probabilidade do direito que autoriza o emprego da técnica antecipatória para a tutela dos direitos é a probabilidade lógica – que é aquela que surge da confrontação das alegações e das provas com os elementos disponíveis nos autos, sendo provável a hipótese que encontra maior grau de confirmação e menor grau de refutação nesses elementos. O Juiz tem que convencer de que o direito é provável para conceder “tutela provisória” Destaca-se ainda que, em regra, não será possível a concessão da tutela de urgência de natureza antecipada quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. De outro norte, consoante remansosa jurisprudência dos Tribunais pátrios, exigir a produção de prova de fato negativo - como nos casos em que se alega a inexistência de relação jurídica/negócio jurídico - “equivale a prescrever a produção de prova diabólica, de dificílima produção” (AgRg no AgRg no REsp 1187970/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/08/2010, DJe 16/08/2010). Notadamente no que tange às relações de consumo, a Lei nº 8.078/90 prevê, entre outros direitos básicos, a facilitação da defesa dos direitos do consumidor, inclusive, por meio da inversão do ônus da prova quando o demandante se tratar de pessoa hipossuficiente, quer seja no aspecto técnico, quer seja no financeiro. Nesta esteira, se revela inviável exigir que o autor apresente de plano, elementos que comprovem cabalmente a inexistência de negócio jurídico, ou a ilegitimidade de cobrança por uma conduta na qual afirma não ter incorrido, abrandando-se o rigor técnico para aferição da probabilidade do direito pleiteado em tais casos. Feitas essas breves considerações, em análise das razões de fato e de direito apresentadas pela parte autora, reputa-se satisfatoriamente demonstrados a probabilidade de direito e o perigo de dano. No caso concreto, o autor aduz que as tarifas cobradas pelo fornecimento de energia elétrica não condizem com a realidade de seu consumo, anexando aos autos faturas que demonstram a variação do valor da cobrança em um curto espaço de tempo. Primeiramente, quanto à probabilidade de direito, observa-se que os valores das tarifas cobradas nos meses de fevereiro e maio de 2018 destoam daqueles verificados nas demais faturas anexadas aos autos. Nos mencionados meses, as faturas alcançaram patamar manifestamente mais elevado que a média observada em setembro e outubro de 2017, e nos primeiros meses de 2018, o que prenuncia uma situação de anormalidade (id. 21558048, id. 21558049, id. 21558052, id. 21558053,id. 21558054,id. 21558055, id. 21558056, id. 21558057). Ademais, depreende-se que a partir do mês de agosto de 2018, o consumo de energia elétrica na propriedade do requerido foi interrompido (id. 21558058, id. 21558059, id. 21558061, id. 21558064), corroborando a alegação de que a chave de energia do imóvel estaria desligada desde então. Em decorrência disso, constata-se que a fatura do mês de abril de 2019, contempla basicamente juros moratórios, multas e outros encargos correspondentes às faturas dos meses de fevereiro, maio e setembro de 2018, esta última emitida já durante o período em que não havia consumo de energia pelo autor. Importa ressaltar que as tarifas de fevereiro e maio de 2018 são as que apresentaram os valores mais elevados, sendo o principal motivo de insurgência por parte do autor, que mesmo assim às quitou no início de abril do corrente ano (id. 21558055 e id. 21558052). Logo, havendo indícios de irregularidade em relação aos valores das tarifas mencionadas, e considerando que a fatura de abril de 2019 abrange valores decorrente da mora em relação ao não adimplemento de tais tarifas, de rigor a suspensão da cobrança. De outro norte, é certo que a tutela de urgência pleiteada pelo autor, ao mesmo tempo que veicula pretensão satisfativa consubstanciada na suspensão das faturas até então cobradas, busca também tutela inibitória, com a imposição de um non facere por parte do requerido, consistente na abstenção de novas cobranças relativas a novo período de consumo, enquanto perdurar a presente demanda, em vista da possibilidade de alguma tarifa ser cobrada novamente de maneira irregular. Esta última espécie de tutela jurisdicional tem fundamento no art. 497, parágrafo único do Código de Processo Civil, e se destina a impedir que determinado ato ilícito seja praticado, reiterado ou simplesmente continue a produzir efeitos. Volvendo-se ao presente caso, conforme já exposto, há concretos

indícios de que a partir do mês de agosto de 2018 o fornecimento de energia elétrica para a propriedade do requerido foi interrompido (id. 21558064), o que por si só estaria a impedir que a empresa requerida cobrasse por novos períodos de consumo, eis que inexistentes. Todavia, a prévia conduta pretensamente ilícita da empresa ré está a justificar a concessão da tutela inibitória, com o intuito de que a esta se abstenha de promover novas cobranças, devendo adotar as medidas cabíveis para garantir que o fornecimento de energia elétrica na propriedade do requerido se mantenha suspenso. O perigo de dano, por sua vez, ressai da possibilidade de perpetuação das cobranças alegadamente indevidas pelo período em que perdurar o processo, o que poderá culminar, inclusive, com a inclusão do nome do autor nos registros dos órgãos de proteção ao crédito, causando-lhe prejuízos de ordem moral, além de outras possíveis condutas por parte da ré tendentes a compelir o demandante a adimplir com débitos supostamente ilegais. Portanto, a partir de uma análise à luz das normas vigentes de proteção ao consumidor, reputam-se preenchidos os requisitos para concessão da tutela requerida. Vale destacar que não se vislumbra a irreversibilidade quanto aos efeitos da presente medida. Isto porque caso a demanda seja ao final julgada improcedente a requerida poderá cobrar a totalidade do débito, acrescido de seus consectários legais. De outro norte, o instituto da inversão do ônus da prova previsto no rol de direitos básicos do consumidor[2] se presta a conferir tratamento isonômico para a parte que se encontre em nítida desvantagem na relação processual. Consoante posicionamento jurisprudencial, a hipossuficiência do consumidor deve ser aferida não apenas sob o aspecto socioeconômico, mas também, diante da sua incapacidade técnica ou impossibilidade no caso concreto de comprovar determinados fatos. No ponto, colaciona-se o seguinte excerto de julgado do Superior Tribunal de Justiça: Inicialmente, é necessário destacar que a verossimilhança da alegação e a hipossuficiência do consumidor constituem requisitos alternativos – e não cumulativos – para a inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, do CDC. Com efeito, o texto legal, com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, estabelece que a inversão do ônus da prova será deferida quando a alegação apresentada pelo consumidor for verossímil, ou, por outro lado, quando for constatada a sua hipossuficiência. Essa conclusão é obtida mediante a simples leitura do aludido dispositivo, do qual a transcrição se faz oportuna: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências; (sem destaque no original). Registre-se, ainda, que a hipossuficiência a que faz remissão o referido inciso VIII deve ser analisada não apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. (REsp 1155770/PB, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2011, DJe 09/03/2012) Portanto, em observância às regras de experiência comum, de rigor o deferimento do pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora, visto que no presente caso, a parte ré, além de se tratar de empresa de considerável porte, servida de bancos de dados e conhecimento técnico poderá produzir provas que indiquem tratar-se de cobrança legítima. 1 – Ante o exposto, com fulcro no art. 300 do Código de Processo Civil, este Juízo DEFERE o pedido de tutela de urgência formulado nos autos, para determinar que a parte ré: 1) suspenda as cobranças referentes às tarifas da unidade consumidora nº 6/2534598-4 e dos encargos delas decorrentes, como juros moratórios, multas e taxas; 2) se abstenha de promover novas cobranças relativas a novo período de consumo, garantido que o fornecimento de energia elétrica para aludida unidade consumidora permaneça suspenso. 2 – DEFERE-SE o pedido de inversão do ônus da prova em favor do autor, nos termos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. 3 - EXPEÇA-SE carta de citação e intimação do réu, para cumprimento integral da medida liminar deferida. 4 – Diante da impossibilidade de realização da audiência previamente agendada, DETERMINA-SE que a Secretaria agende nova data para audiência de conciliação. 5 – INTIMEM-SE as partes acerca da nova data agendada. 6 – CONSIGNE-SE que, caso não seja obtida a conciliação, o réu poderá oferecer contestação no prazo de 05 (cinco) dias contados da data de audiência de conciliação. 7 – Apresentada a contestação, INTIME-SE a parte autora para que, querendo, se manifeste no prazo de 05 (cinco) dias. 8 – Posteriormente, remetam-se os autos CONCLUSOS. 9 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1] MARINONI, Luiz Guilherme. Novo Curso de Processo Civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum, volume 2/ Luiz Guilherme Marinoni, Sério Cruz Arenhart, Daniel Mitidiero –3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017. [2]Art. 6º São direitos básicos do consumidor: [...] VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1001763-12.2019.8.11.0021
Parte(s) Polo Ativo:
SPEED RACING AUTO CENTER EIRELI - EPP (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANO TERRENGUI OAB - MT23584/O-O (ADVOGADO(A))
RAUL ANTUNES MACEDO OAB - MT0015674A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JESUS TAKASHI DE ASSIZ (EXECUTADO)
Magistrado(s):
JEAN PAULO LEAO RUFINO

Estado de Mato Grosso Poder Judiciário Comarca de Água Boa Juizado Especial Cível e Criminal PJE nº 1001763-12.2019.8.11.0021 DECISÃO Trata-se de ação de execução de titulo extrajudicial com pedido de tutela de urgência ajuizada por SPEED RACING AUTO CENTER EIRELI – EPP em face de JESUS TAKASHI DE ASSIZ, ambos qualificados no processo em epígrafe. Alega o exequente, em síntese, que: a) é credor do executado da quantia de R$ 2.910,01 (dois mil, novecentos e dez reais e um centavo), decorrente da emissão de cheques como forma de pagamento por serviço prestado; b) não foi possível compensar os cheques emitidos em seu favor em razão de sustação dos cheques promovida pelo executado. Dessa forma, requer seja concedida tutela de urgência cautelar, a fim de seja efetivado arresto de automóvel pertencente ao executado, de modo a garantir o resultado útil da presente ação executiva. Breve relato. Fundamenta-se. Decide-se. Consoante exegese obtida da leitura do Código de Processo Civil, a tutela de urgência, a depender de sua natureza jurídica e dos fundamentos que a embasam, se caracteriza como tutela cautelar (garantidora) ou tutela antecipada (satisfativa). A concessão da tutela de urgência (cautelar ou antecipada) pressupõe a existência dos requisitos previstos no art. 300 do Código de Processo Civil, quais sejam: a probabilidade de direito, o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesta senda, para que seja possível o deferimento da tutela pretendida, o requerente deverá demonstrar, de maneira sumária, por meio dos fatos narrados, das provas carreadas aos autos e em cotejo com as normas legais vigentes, a presença de elementos indiciários da plausibilidade da existência do direito pleiteado (fumus boni iuris) e que, no caso concreto, o não deferimento da medida, aliado ao decurso do tempo necessário para julgamento definitivo da demanda, acarretará danos de difícil reparação ou a futura impossibilidade de prestação da tutela jurisdicional, consubstanciando verdadeiro perigo na demora (periculum in mora). Acerca do tema, preleciona Luiz Guilherme Marinoni[1] que: A probabilidade do direito que autoriza o emprego da técnica antecipatória para a tutela dos direitos é a probabilidade lógica – que é aquela que surge da confrontação das alegações e das provas com os elementos disponíveis nos autos, sendo provável a hipótese que encontra maior grau de confirmação e menor grau de refutação nesses elementos. O Juiz tem que convencer de que o direito é provável para conceder “tutela provisória” No que tange aos meios de efetivação da tutela de urgência de natureza cautelar, estatui o Diploma Adjetivo que: Art. 301. A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para asseguração do direito. Por fim, em regra, se revela incabível a concessão de tutela de urgência quando se verificar o perigo da irreversibilidade dos efeitos da decisão, inteligência do art. 300, §3º do CPC. Feitas estas considerações, em análise detida dos elementos contidos nos autos e das razões de fato e de direito expostas pelo autor, extrai-se que o pedido de tutela de urgência de natureza cautelar não comporta acolhimento, ante a não demonstração de risco ao resultado útil do processo. Malgrado conste nos autos evidência robusta quanto ao direito de crédito, consistente nos cheques emitidos pelo executado em favor do exequente (id. 23360558), tal fato, de per si, não é suficiente para autorizar a realização de arresto.

Não se verifica quaisquer elementos concretos, em sede de cognição sumária, de que o executado esteja dilapidando o seu patrimônio ou que, mediante manobras artificiosas, esteja furtando-se da obrigação. A simples verificação do inadimplemento não consubstancia fundamentação suficiente para o deferimento do arresto. O exequente deve demonstrar, concretamente, alguma conduta por parte do devedor que possa acarretar a ineficácia de decisão jurisdicional quanto à satisfação do seu direito de crédito. É dizer, a medida liminar não poderá decorrer de ilações ou expectativas sem base em elementos concretos. Nesse sentido se orienta a jurisprudência do e. Tribunal de Justiça de Mato Grosso, consoante ementa a seguir colacionada: RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO MONITÓRIA C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA – CAUTELAR DE ARRESTO ANTES DA CITAÇÃO DA DEMANDADA – IMPOSSIBILIDADE – AUSÊNCIA DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA MEDIDA – INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO ESTADO DE INSOLVÊNCIA DO DEVEDOR – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. Nos termos da jurisprudência do STJ é admitido o arresto prévio mediante bloqueio eletrônico de valores pelo sistema Bacenjud, bastando para tanto que estejam presentes os requisitos inerentes a toda Medida Cautelar, quais sejam, o risco de dano e o perigo da demora. Na hipótese, a Agravante não demonstrou tais requisitos, isso porque, a existência de títulos protestados não demonstra a insolvência da devedora, bem como inexiste prova ou qualquer indicativo de dilapidação patrimonial para justificar a concessão da medida liminar. (N.U 1003017-83.2019.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, CLARICE CLAUDINO DA SILVA, Segunda Câmara de Direito Privado, Julgado em 24/07/2019, Publicado no DJE 29/07/2019) Sobreleva registrar que a presente decisão está sob o crivo da cláusula "rebus sic stantibus", podendo ser revista em decorrência de alteração do cenário fático. 1 – Isto posto, ante a falta de elementos concretos quanto ao risco ao resultado útil do processo, este Juízo INDEFERE o pedido de tutela de urgência de natureza cautelar (arresto). 2 – Tratando-se de execução por quantia certa embasada em título executivo extrajudicial (artigo 784 do CPC) em que se busca a expropriação de bens do devedor para a satisfação de crédito decorrente de obrigação certa, líquida e exigível na forma do artigo 783 do CPC e, preenchidos os pressupostos legais, CITE-SE a parte executada para que efetue o pagamento da dívida no prazo de 03 (três) dias, contados da efetivação da citação, inteligência dos artigos 53 da Lei nº 9.099/95 e 829 do CPC. 3 – Caso não seja efetuado o pagamento no prazo assinalado, munido da segunda via do mandado, ficará o Sr. Oficial de Justiça autorizado a proceder a penhora e avaliação de quaisquer bens móveis ou imóveis de propriedade ou que estejam na posse direta do devedor, lavrando-se o respectivo auto e intimando, na mesma oportunidade, o executado (art. 829, §1°, do Código de Processo Civil). 4 – ADVIRTA-SE expressamente o credor que os bens móveis eventualmente penhorados deverão obrigatoriamente ser depositados junto ao exequente, que assumirá o encargo de fiel depositário, responsável ainda por providenciar e custear a remoção dos bens, sob pena de preclusão do direito que lhe assiste a execução, com a liberação da penhora. 5 – Ficará o Oficial de Justiça autorizado a deixar de cumprir a ordem se o exequente deixar de fornecer os meios necessários para a remoção imediata do bem móvel, oportunidade que ocasionará a preclusão da possibilidade de penhora de bens da mesma natureza. 6 – Lavrado o auto de penhora e avaliação, o Sr. Oficial de Justiça, na mesma oportunidade, realizará a INTIMAÇÃO do(s) executado(s), para comparecimento à audiência de conciliação, previamente designada pelo Secretaria. 7 - Em audiência, o(s) executado(s) deverá(ão) ser indagado(s) acerca de seu interesse no parcelamento da dívida, oferecendo sinal de 30% e o restante em até seis vezes mensais, atualizado pelo INPC e acrescido de juros de mora de 1% ao mês (art. 916 do CPC). Além do parcelamento, as partes deverão ser indagadas acerca das outras formas de composição amigável da lide, na forma do art. 53, § 2º, da Lei 9.099/95. 8 - Em não sendo possível a celebração de acordo, o(s) executado(s) deverá(ão) oferecer(em) embargos na própria audiência, por escrito ou verbalmente. Nessa hipótese, o exequente deverá ser indagado acerca de seu interesse na adjudicação do bem penhorado. 9 – Caso seja frustrada a tentativa de penhora, INTIME-SE a parte exequente para que requeira as providências que entender necessárias no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. 10 – CUMPRA-SE. Água Boa/MT, 12 de dezembro de 2019. JEAN PAULO LEÃO RUFINO Juiz de Direito em Designação [1] MARINONI, Luiz Guilherme. Novo Curso de Processo Civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum, volume 2/ Luiz Guilherme Marinoni, Sério Cruz Arenhart, Daniel Mitidiero –3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

3ª Vara

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Jean Louis Maia Dias
Cod. Proc.: 122355 Nr: 3665-85.2017.811.0021
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): Alessandro Rodrigues Lopes, Mikael Mendes Lopes de Oliveira, Eliezer Lopes da Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Ministerio Publico Estadual - OAB:MP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Dimitri Mello Minucci - OAB:13215-B, WASHINGTON RENATO RODRIGUES AGUIAR BELEM - OAB:23558/O
DECISÃO
Trata-se de novo pedido liberdade formulado em favor do acusado ALESSANDRO RODRIGUES MILHOMEM (fls. 319/331).
Instada a se manifestar, a representante do Ministério Público opinou pelo indeferimento do pedido (fl. 332/verso).
É a síntese. Decido.
De plano, registro que não houve qualquer alteração fática desde a decisão proferida em 10/07/2019 (fl. 300/verso), a qual indeferiu pedido de liberdade em favor do mesmo acusado ora requerente.
Mais uma vez, cumpre destacar que o acusado em questão não foi preso em flagrante, mas sim após decretação de sua prisão preventiva nos autos da representação formulada pela autoridade policial de cód. 121797 (apenso), de modo que não há se falar em concessão de liberdade provisória, previstas no art. 310 do Código de Processo Penal, como suscitado pela Defesa.
Com efeito, em que pese os argumentos defensivos, os requisitos para manutenção da prisão subsistem, tendo em vista a existência de prova da materialidade e indícios veementes de autoria da prática criminosa por parte do acusado Alessandro. Aliás, não há qualquer fato novo capaz de alterar os fundamentos que ensejaram a custódia preventiva, razão pela qual tenho que se mantêm incólumes, razão pelo qual reitero os fundamentos já exposto na decisão de fl. 300/verso.
Ressalto, ademais, que a demora no trâmite processual não ocorre em razão de desídia do Poder Judiciário, mas sim em razão da pluralidade de réus, os quais não estão sendo assistidos por um só defensor/advogado.
Ante o exposto, indefiro o pedido de liberdade e mantenho a prisão preventiva de ALESSANDRO RODRIGUES MILHOMEM, por seus próprios fundamentos, em observância à cláusula rebus sic stantibus (art. 316 do CPP).
Intimem-se.
Após, voltem-me para análise das respostas às acusações.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 117024 Nr: 147-87.2017.811.0021
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): Rainaldo de Souza Lacerda
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Ministerio Publico Estadual - OAB:MP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Certifico que efetuei a CITAÇÃO do(a,s) denunciado(a,s) Rainaldo de Souza Lacerda, de conformidade com o despacho de fls. 52 e com a denúncia, cuja(s) cópia(s) serão entregues neste ato, cientificando-o(s) do inteiro teor da referida denúncia, para responder(em) por escrito a acusação, através de advogado(s), no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396 do CPP. Deverá(ão) ainda ser(em) informado(s) ao(à,s) acusado(a,s), que, nos termos do art. 396-A, do Código de Processo Penal, na resposta o(a,s) acusado(a,s) poderá(ão) argüir preliminares e alegar(em) tudo o que interessa à sua defesa, oferecer(em) documentos e justificações, especificar(em) as provas pretendidas e arrolar(em) testemunhas, qualificando-as e requerendo suas intimações, quando necessário, sendo que deverá(ão) respeitar, quanto ao número, os limites

previsto nos artigos 401 e 532 ambos do CPP. Em tempo o Réu informou que não possui condições de pagar um advogado e deseja ser atendido pela Defensoria Pública.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 100955 Nr: 2791-71.2015.811.0021
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): Leonardo Antonio de Camargos Franco
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Ministerio Publico Estadual - OAB:MP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Liele Santini - OAB:22376/O
FINALIDADE: Intimar o advogado do Réu do despacho de fls. 64, dispositivo abaixo transcrito: Assim, primando pela utilidade e evitar a realização de decisões judiciais ineficazes, dê-se vista ao Ministério Público e, na sequência, à Defesa do acusado(a), para que se manifestem quanto a eventual prescrição do feito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 120887 Nr: 2780-71.2017.811.0021
AÇÃO: Restituição de Coisas Apreendidas->Questões e Processos Incidentes->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Jocimar Amaro Rodrigues
PARTE(S) REQUERIDA(S):
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Jose Renato de Moraes - OAB:OAB/MT 13330-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
FINALIDADE: Intimar o advogado do Requerente, para que informe endereço atualizado de Jocimar Amaro Rodrigues, para ser procedida a restituição do bem: Motocicleta Suzuki Intruner 125, cor vermelha, placa KAT-6073.

Comarca de Alto Araguaia

1ª Vara

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 90591 Nr: 6684-05.2017.811.0020
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO VOLKSWAGEM S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): KELSON DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RICARDO NEVES COSTA - OAB:12410-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
INTIMAÇÃO da parte autora para que se manifeste em prosseguimento ao feito no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marina Carlos França
Cod. Proc.: 20200 Nr: 672-24.2007.811.0020
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSÉ TOMÉ DE JESUS
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ODAIR DONIZETE RIBEIRO - OAB:9.935-A /MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
1. Tendo em vista que a parte requerida não foi intimada acerca da presente solenidade, REDESIGNO esta audiência para o dia 18 (dezoito) de fevereiro de 2020 às 13h50min.
CIENTIFIQUEM-SE as partes.
Nada mais havendo a consignar, foi lavrado o presente termo, que vai assinado pelos presentes.
Marina Carlos França
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 32634 Nr: 173-98.2011.811.0020
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ALZIMAR BATISTA REZENDE
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARLON ARTHUR PANIAGO DE OLIVEIRA - OAB:15828-MT, MAXIMILIAN JOSÉ BEIJO GONSALEZ - OAB:11.225-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAXIMILIAN JOSÉ BEIJO GONSALEZ - OAB:11.225-B/MT
Fica Vossa senhoria, devidamente intimado do despacho a seguir transcrito: 3. Após a expedição do alvará, INTIME-SE o(à) advogado(a) constituído(a), através de publicação no DJE ou outro meio legal, para que esclareça se dá integral quitação ao objeto da lide, advertindo-o que decurso do prazo de 10 (dez) dias in albis será interpretado nesse sentido de anuência ao adimplemento e o processo extinto pela satisfação da obrigação (art. 924, II, CPC).

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 32960 Nr: 498-73.2011.811.0020
AÇÃO: Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSÉ BARBOSA DE ASSIS
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: HELOÍSA MARIA DE RESENDE - OAB:19209-O/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Fica Vossa Senhoria devidamente intimado do despacho a seguir transcrito: 3. Após a expedição do alvará, INTIME-SE o(à) advogado(a) constituído(a), através de publicação no DJE ou outro meio legal, para que esclareça se dá integral quitação ao objeto da lide, advertindo-o que decurso do prazo de 10 (dez) dias in albis será interpretado nesse sentido de anuência ao adimplemento e o processo extinto pela satisfação da obrigação (art. 924, II, CPC).

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 59175 Nr: 1836-77.2014.811.0020
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): SÉRGIO MENEZES DA SILVA, JHONATAN ARAUJO GODINHO, ROSANE NASCIMENTO DE ARAÚJO, JOHN LENNO ARAUJO GODINHO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANA PAULA OLIVEIRA FREITAS - OAB:26872/O
Em cumprimento à determinação de ref. 80, intimo a advogada ANA PAULA OLIVEIRA FREITAS da sua nomeação nos autos. Intimo, ainda, para patrocinar a defesa de ROSANE NASCIMENTO DE ARAÚJO, JOHN LENNO ARAÚJO GODINHO E JHONATAN ARAÚJO GODINHO. E para apresentar resposta à acusação no prazo de 10 (dez) dias em face do acusado JOHN LENNO ARAÚJO GODINHO. DETERMINO que a causídica seja intimada para cumprimento desta decisão por intermédio de correio eletrônico, que será enviado pela minha assessoria no e-mail cadastrado perante o registro da OAB (o que deverá ser certificado). Saliento que o silencio será interpretado como anuência e que eventual declínio deverá ser feito ATRAVÉS DE PETIÇÃO NOS AUTOS.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 10516 Nr: 609-04.2004.811.0020
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: PEDRO CARNEIRO NETO
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GERALDO RUMÃO DE OLIVEIRA -

OAB:78.163/SP, JOSÉ CARLOS DA ROCHA - OAB:96.030-SP, NEIDE APARECIDA GAZOLLA DE OLIVEIRA - OAB:167377/SP, ROMILDO CASSEMIRO DE SOUZA - OAB:22.568/GO

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Fica Vossa Senhoria devidamente intimado do despacho a seguir transcrito: 3. Após a expedição do alvará, INTIME-SE o(à) advogado(a) constituído(a), através de publicação no DJE ou outro meio legal, para que esclareça se dá integral quitação ao objeto da lide, advertindo-o que decurso do prazo de 10 (dez) dias in albis será interpretado nesse sentido de anuência ao adimplemento e o processo extinto pela satisfação da obrigação (art. 924, II, CPC).

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Marina Carlos França

Cod. Proc.: 16990 Nr: 476-88.2006.811.0020

AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL - INMETRO

PARTE(S) REQUERIDA(S): IRACI ALCEDINA BERIGO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AÉCIO BENEDITO ORMOND - OAB:6397/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

5. Transcorrido, na hipótese, o prazo de 5 (cinco) anos no arquivo provisório sem qualquer manifestação do credor/exequente e resultando na ocorrência prescrição intercorrente – Lei n. 6.830/80, art. 40, § 4º, com redação incluída pela Lei n. 11.051/2004 -, julgo IMPROCEDENTE o pedido inicial e, consequentemente, EXTINGO a EXECUÇÃO FISCAL - CPC, art. 487, II, c/c art. 925 c/c art. 156, V, da Lei n. 5.172/66.6. P. I. Cumpra.Alto Araguaia/MT, 11 de dezembro de 2019.MARINA CARLOS FRANÇA,Juíza de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A): Marina Carlos França

Cod. Proc.: 55783 Nr: 1518-31.2013.811.0020

AÇÃO: Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ESPÓLIO DE WALDEMAR ANTÔNIO CAMARGO FILHO

PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEUZÂNIA MARQUES VILELA ALVES - OAB:5177-B/MT, KATIUSSUANE FERREIRA DE SOUZA - OAB:MT/13.244-A, KEILA MEGUE VIANA DA SILVA - OAB:14597/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO - OAB:OAB/MT 14992-A

Vistos

1. Cuida-se de ação de indenização por danos materiais, por danos morais e lucros cessantes ajuizada por WALDEMAR ANTONIO CAMARGO FILHO em desfavor do BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A.

Com a inicial (fls. 05/12), vieram os documentos às fls. 13/18.

Em virtude do indeferimento da assistência judiciária gratuita (fl. 19), comparece a parte autora para emendar a inicial e trazer os autos o recolhimento das taxas e custas processuais (fl. 23).

Os autos foram extintos sem resolução de mérito uma vez que o autor deixou de juntar documentos pessoais para prosseguimento do feito (fls. 26/27v).

Recurso de apelação interposto às fls. 28/31.

Em julgamento promovido pela Quinta Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso a sentença de extinção sem resolução do mérito foi desconstituída com consequente prosseguimento do feito (fls. 42/44).

Devidamente citado (fl. 54), comparece a parte requerida para apresentar contestação às fls. 55/79.

Notificado o falecimento da parte autora à fl. 107.

Intimado para habilitar herdeiros (fl. 116), certificou-se o decurso de prazo para manifestação da parte autora (fl. 118).

Vieram os autos conclusos.

É o relato do essencial. Fundamento e decido.

2. Sem muitas delongas, no caso em comento, a desídia da parte autora que é clarividente uma vez que devidamente intimada para habilitar herdeiros deixou escoar o prazo sem manifestação.

Diante disso, considerando que a parte autora não promoveu as diligências que lhe competiam, deve o processo ser extinto por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.

3. Isto posto, JULGO EXTINTO sem resolução de mérito a presente demanda, com fundamento no artigo 485, inciso IV do Código de Processo Civil.

Após o TRÂNSITO EM JULGADO, devidamente certificado, ARQUIVE-SE, com as baixas e anotações de estilo.

Às providências

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Marina Carlos França

Cod. Proc.: 108650 Nr: 3360-36.2019.811.0020

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSE COSTA DOS SANTOS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ABIGAILTON ROSA DE OLIVEIRA JUNIOR - OAB:23679-O

EXPEÇA-SE competente ALVARÁ DE SOLTURA em favor do denunciado.4. Sem prejuízo, inexistindo quaisquer das hipóteses que caracterizam a absolvição sumária [artigo 397 do CPP], mantenho o recebimento da denúncia e DESIGNO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o dia 20 (vinte) de fevereiro de 2020 às 13h30min.5. Cumpra a Secretaria, com as seguintes providências: (a)Intimem-se/requisitem-se os réus pessoalmente(b)Intimem-se as testemunhas arroladas pelo Ministério Público e pela defesa; (c)Cientifique-se o representante do Ministério Público e a defesa.Às providências

2ª Vara

Intimação

Despacho Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68

Processo Número: 1000276-10.2019.8.11.0020

Parte(s) Polo Ativo:

SUELEN ROBERTA BARBOSA (AUTOR(A))

J. B. B. (AUTOR(A))

Advogado(s) Polo Ativo:

LEIA PAULA APARECIDA CLAUDIO OAB - MT0015120A-B (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

BRAIAN CRESPILHO BOSCO (RÉU)

Magistrado(s):

ADALTO QUINTINO DA SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE ALTO ARAGUAIA DESPACHO Processo: 1000276-10.2019.8.11.0020. Vistos, etc. Considerando o teor da certidão de id. 25830995, DESIGNO audiência de conciliação para o dia 18 de FEVEREIRO de 2020 às 16:00 horas, a ser realizada no CEJUSC local. Intime-se as partes para comparecimento. CUMPRA-SE expedindo o necessário. Alto Araguaia/MT, 04 de dezembro de 2019. Adalto Quintino da Silva Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Processo Número: 1000293-46.2019.8.11.0020

Parte(s) Polo Ativo:

MARIA LOURDES PAES (AUTOR(A))

Advogado(s) Polo Ativo:

LUCAS SILVA ZANOTTO OAB - MT23637/O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE 2ª VARA CÍVEL DE ALTO ARAGUAIA INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO ADALTO QUINTINO DA SILVA PROCESSO n. 1000293-46.2019.8.11.0020 Valor da causa: R$ 1.197.600,00 ESPÉCIE: [APOSENTADORIA POR INVALIDEZ] ->PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) POLO ATIVO: Nome: MARIA LOURDES PAES Endereço: Av. Agostinho Demellas, 433, Gabiroba, ALTO ARAGUAIA - MT - CEP: 78780-000 POLO PASSIVO: Nome: INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL Endereço: desconhecido FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO da parte, na pessoa de seu advogado, para comparecer a perícia designada para o dia 25/01/2020 às 11h00min (MT), a ser realizada no prédio do Fórum desta comarca,

conforme despacho em anexo. Alto Araguaia , 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Auxiliar Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 105485 Nr: 1885-45.2019.811.0020
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANTÔNIO MARTINELLI JÚNIOR, RAFAEL SCHWEGER
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ELAINE V. CALIMAN SOARES - OAB:53.725/PR, MAURO MARCIO DIAS CUNHA - OAB:5391/MT
CERTIDÃO
Certifico e dou fé que, nesta data, em cumprimento ao artigo 152, VI, do CPC e aos Provimentos nº. 52/2007, 53/2007, 54/2007, 55/2007, 56/2007 e 28/2007 todos da CGJ, encaminho os autos ao DJE a fim de intimar o advogado do réu Antônio Martinelli Júnior para, no prazo de 05 dias, informar o endereço da testemunha Almiro de Tal, vez que quando da sua citação no inquérito policial não menciona o endereço.
Alto Araguaia - MT, 11 de dezembro de 2019.
Igor Cavalcante de Souza
Gestor Judicial
Mat. 13494

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Adalto Quintino da Silva
Cod. Proc.: 105371 Nr: 1822-20.2019.811.0020
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JONATAS FELIPE REZENDE GONZAGA, WANDERLEY ELIAS RODRIGUES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEUZÂNIA MARQUES VILELA ALVES - OAB:5177-B/MT, SOLIMAR BATISTA DOS SANTOS - OAB:25801/O
Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão estatal punitiva para CONDENAR o réu JONATAS FELIPE REZENDE GONZAGA como incurso nas sanções do artigo 157, §2º, II, 157, § 2º-A, I do Código Penal e do artigo 244-B, do ECA; e ABSOLVER o réu WANDERLEY ELIAS RODRIGUES, da imputação que lhe é feita, o que faço com fulcro artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. [...] .Cumpram-se as demais disposições da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso, pertinentes ao caso.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. CUMPRA-SE, expedindo o necessário.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Adalto Quintino da Silva
Cod. Proc.: 56997 Nr: 17-08.2014.811.0020
AÇÃO: Execução de Sentença (arts. 632 e 730 do CPC)->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: DEMILSON SERAFIM
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRE PIMENTA COELHO MACHADO - OAB:388037, ARTUR WATSON SILVEIRA - OAB:16.941/A - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CAROLINA PEREIRA TOME WICHOSKI - OAB:OAB/MT 18603/B, LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS - OAB:8123-PR
Autos nº 17-08.2014.811.0020
Código nº 56997
Vistos, etc.
Ante a decisão proferida pelo Relator do Recurso Extraordinário n. 632.212 09/04/2019, Min. Gilmar Mendes, no dia 09/04/2019, que ordenou o retorno do trâmite dos processos anteriormente suspensos, INTIME-SE o exequente para dar andamento ao feito, pugnando o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Ainda, INTIMEM-SE as partes, para que no prazo de 05 (cinco) dias, comprovem o pagamento dos honorários do conciliador.
Transcorrido in albis o prazo, CERTIFIQUE-SE e REMETAM-SE conclusos.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
Alto Araguaia/MT, 11 de dezembro de 2019
Adalto Quintino da Silva
Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Adalto Quintino da Silva
Cod. Proc.: 57112 Nr: 128-89.2014.811.0020
AÇÃO: Execução de Sentença (arts. 632 e 730 do CPC)->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: PAULO DE TARSO DO VAL SERAFIM
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRE PIMENTA COELHO MACHADO - OAB:388037, ARTUR WATSON SILVEIRA - OAB:16.941/A - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RAFAEL SGANZERLA DURAND - OAB:12.208-A
Autos nº 128-89.2014.811.0020
Código nº 57112
Vistos, etc.
Ante a decisão proferida pelo Relator do Recurso Extraordinário n. 632.212 09/04/2019, Min. Gilmar Mendes, no dia 09/04/2019, que ordenou o retorno do trâmite dos processos anteriormente suspensos, INTIME-SE o exequente para dar andamento ao feito, pugnando o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Ainda, INTIMEM-SE as partes, para que no prazo de 05 (cinco) dias, comprovem o pagamento dos honorários do conciliador.
Transcorrido in albis o prazo, CERTIFIQUE-SE e REMETAM-SE conclusos.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
Alto Araguaia/MT, 11 de dezembro de 2019
Adalto Quintino da Silva
Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Adalto Quintino da Silva
Cod. Proc.: 58030 Nr: 894-45.2014.811.0020
AÇÃO: Execução de Sentença (arts. 632 e 730 do CPC)->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: MARCIAL DA CRUZ BANDEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRE PIMENTA COELHO MACHADO - OAB:388037, ARTUR WATSON SILVEIRA - OAB:16.941/A - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RAFAEL SGANZERLA DURAND - OAB:12.208-A
Autos nº 894-45.2014.811.0020
Código nº 58030
Vistos, etc.

Ante a decisão proferida pelo Relator do Recurso Extraordinário n. 632.212 09/04/2019, Min. Gilmar Mendes, no dia 09/04/2019, que ordenou o retorno do trâmite dos processos anteriormente suspensos, INTIME-SE o exequente para dar andamento ao feito, pugnando o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Transcorrido in albis o prazo, CERTIFIQUE-SE e REMETAM-SE conclusos.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
Alto Araguaia/MT, 11 de dezembro de 2019
Adalto Quintino da Silva
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Adalto Quintino da Silva
Cod. Proc.: 52391 Nr: 1752-47.2012.811.0020
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CDCPEIDSDMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): MDSLL, FFL, ADFL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: KASSIO BARBOSA DA SILVA - OAB:15.562/0-MT, Leonardo Santos de Resende - OAB:6.358-O/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Autos nº 1752-47.2012.811.0020
Código nº 52391
Vistos em correição.
Visto que, foi realizada tentativa de penhora online restando esta infrutífera, pois o valor bloqueado foi ínfimo diante do valor da dívida.
DEFIRO o pedido de fls. 119, assim, DETERMINO a busca das 03 (três) ultimas declarações de imposto de renda dos Executados, MARIA DO SOCORRO LACERDA LIMA, CPF de nº 160.831.211.-91, FABIANO FERNANDES LACERDA, CPF de nº 837.298.361-53 e ALICE DANUSA FERNANDES LACERDA, CPF de nº 895.070.451-74, a ser realizada por meio dos sistemas exclusivamente online (INFOJUD).
Ademais, DETERMINO a inclusão do nome da parte executada nos cadastros de inadimplentes, via sistema SERASAJUD, conforme artigo 782, § 3° do CPC.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
Alto Araguaia/MT, 14 de outubro de 2019.
Adalto Quintino da Silva
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Adalto Quintino da Silva
Cod. Proc.: 52195 Nr: 1522-05.2012.811.0020
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CDCPEIDSDMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): JFDDSECL-E, JFDDS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Leonardo Santos de Resende - OAB:6.358-O/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos em correição.
Visto que, foi realizada tentativa de penhora online restando esta infrutífera, pois o valor bloqueado foi ínfimo diante do valor da dívida, razão pela qual DETERMINO o desbloqueio do valor penhorado sobre o faturamento da empresa, consoante fls.97.
Dito isso, DEFIRO o pedido de fls. 99, e DETERMINO a busca das 03 (três) ultimas declarações de imposto de renda dos Executados, JFD de Souza e Cia LTDA, CNPJ de nº 08.353.172/0001-50 e José Fabiano Dias de Souza CPF de nº 790.787.371-15, a ser realizada por meio dos sistemas exclusivamente online (INFOJUD).
Ademais, DETERMINO a inclusão do nome da parte executada nos cadastros de inadimplentes, via sistema SERASAJUD, conforme artigo 782, § 3° do CPC.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
Alto Araguaia/MT, 15 de outubro de 2019.
Adalto Quintino da Silva
Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Adalto Quintino da Silva
Cod. Proc.: 109676 Nr: 3733-67.2019.811.0020
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MATEUS DOS SANTOS FREITAS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: KELIA ROCHA REZENDE - OAB:MT/24.050-B
Código nº109676
Vistos, etc.
Analisando a resposta apresentada (ref. 32), e tudo mais que dos autos consta, verifico não incidir nenhuma das hipóteses de absolvição sumária previstas no artigo 397 do Código de Processo Penal ou de extinção de punibilidade.
Diante disso, com a finalidade de dar continuidade ao feito DESIGNO audiência de instrução e julgamento para o DIA 14 DE JANEIRO DE 2020, ÀS 13H40MIN.
INTIME-SE a parte acusada da data da audiência, consignando-se que a participação do ato ocorrerá por meio de videoconferência, visto tratar-se de réu preso.
INTIME-SE o advogado do réu para comparecerem à audiência mencionada.
INTIMEM-SE as testemunhas arroladas nos autos, para comparecerem à audiência ora designada, sob as penas da lei. Caso necessário, expeça-se carta precatória para inquirição de testemunhas residentes fora da comarca.
CIÊNCIA ao Ministério Público.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
Alto Araguaia/MT, 11 de dezembro de 2019.
Adalto Quintino da Silva
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 66101 Nr: 2361-25.2015.811.0020
AÇÃO: Habilitação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESPÓLIO DE WALDEMAR ANTÔNIO CAMARGO FILHO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS - OAB:20853/A, ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO - OAB:20732/A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
CERTIDÃO
Certifico e dou fé que, nesta data, em cumprimento ao artigo 152, VI, do CPC e aos Provimentos nº. 52/2007, 53/2007, 54/2007, 55/2007, 56/2007 e 28/2007 todos da CGJ, encaminho os autos ao DJE a fim de intimar o advogado da parte Autora para, no prazo de 15 dias, se manifestar quanto a certidão juntada no andamento de referência 34.
Alto Araguaia - MT, 12 de dezembro de 2019.
Igor Cavalcante de Souza
Gestor Judicial
Mat. 13494

Decisão

Decisão Classe: CNJ-61 INTERDITO PROIBITÓRIO
Processo Número: 1000462-67.2018.8.11.0020
Parte(s) Polo Ativo:
BENEDITO SERGIO SIMOES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DIOGO FRACON VIANA ALVES OAB - SP313992 (ADVOGADO(A))
MIRON COELHO VILELA OAB - MS3735 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSIANE VALERIA DA SILVA SIMOES (RÉU)
FRANCISCO SIMOES DE MELLO NETO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALEXANDRE VILAS BOAS FARIAS OAB - MS9432 (ADVOGADO(A))
HENRIQUE VILAS BOAS FARIAS OAB - MS10092 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ADALTO QUINTINO DA SILVA

Autos nº 1000462-67.2018.811.0020 Vistos, etc. Trata-se de ação pelo rito especial, com pedido liminar, proposta por Benedito Sergio Simões em face de Josiane Valeria da Silva e Francisco Simões de Mello Neto, objetivando seja concedido interdito proibitório a fim de inibir os réus de

interferirem na realização do georreferenciamento da Fazenda Vale do Taquari (Santa Margarida/Serra Vermelha). No id. 15929718, foi deferida a antecipação dos efeitos da tutela, nos moldes pleiteados, determinando-se a expedição de mandado proibitório em face dos requeridos. O requerido Francisco Simões de Mello postulou a reconsideração da decisão no id. 16138441, sendo o pedido indeferido ao id. 16217378. Embargos de declaração opostos no id. 16308830 por Francisco Simões de Mello, sendo rejeitados no id. 16811996. No id. 17175804, o requerido atravessou nova manifestação, objetivando a revogação da liminar deferida alhures, todavia, sendo a mesma indeferida pelo juízo ao id. 17197164, oportunidade em que lhe foi aplicada multa no importe de 10% do valor da causa, por tratarem-se de manifestações meramente protelatórias. Certidão indicando o cumprimento da liminar no id. 17269186. Contestação pelos requeridos Josiane Valeria da Silva e Francisco Simões de Mello no id. 17514333, onde alegaram a preliminar de inadequação da via eleita visto que os requeridos objetivam o reconhecimento da posse do imóvel. No mérito, arguiram a nulidade da tutela concedida, ante a ausência de demonstração da localização da matrícula, bem como que a matrícula de nº 5599 é titulo frio, ou seja, sem área real descrita, e que o arrendamento celebrado entre partes possuía como objetivo a aquisição de créditos bancários pelo autor. Ainda, menciona que área da qual é possuidor, é denominada Fazenda Sagrado Coração de Jesus, sendo esta distinta da área objeto da matrícula nº 5.599, de modo que o autor visa à ocupação de área que não lhe pertence. No id. 17565720, os requeridos arguiram a suspeição do julgador ao argumento de que a decisão nos embargos de declaração teria sido omissa e contraditória, o que, segundo sustentam, caracterizaria a parcialidade e o cerceamento de defesa. Os autores especificaram as provas que pretendem produzir no id. 17803580. Impugnação à contestação ao id. 17808052, oportunidade em que o autor postula pelo reconhecimento do esbulho possessório, requerendo consequentemente a reintegração na posse do imóvel. Manifestação do autor no id. 19017559, onde traz imagens e documentos com o fito de demonstrar que a propriedade discutida nos autos não se distingue daquela que o requerido aduz ser de sua propriedade (Fazenda Sagrado Coração de Jesus). Ao id. 19169323, os requeridos manifestaram-se quanto os documentos apresentados pelo autor, bem como apresentaram pedido contraposto de manutenção de posse da Fazenda Sagrado Coração de Jesus. No id. 200585990 o autor reiterou o pedido de reintegração de posse, juntando documentos. De sua vez, o requerido, no id. 22306018, requereu a preclusão da juntada dos documentos pelo autor, bem como seja indeferido o pedido de reintegração de posse, condenando o autor por litigância de má-fé. No id. 23530595 foi determinada a intimação das partes para apresentarem provas. Ao id. 24189611, os requeridos postularam pela prova pericial e testemunhal, tendo o autor ratificado os pedidos de id 17803580. Ao id. 25626394, o autor reiterou o pedido de reintegração de posse. Designada audiência de conciliação, esta restou infrutífera, conforme termo de id. 27240060. Nova reiteração de pedidos pelo autor ao id. 27261048. Vieram os autos conclusos. É o relatório necessário. DECIDO. - Da arguição de suspeição no id. 17565703 Os requeridos arguiram a suspeição do juiz que presidia o feito, sob o argumento de que a decisão nos embargos de declaração teria sido omissa e contraditória, o que, segundo sustentam, caracterizaria a parcialidade e o cerceamento de defesa. O caso é de extinção do incidente ante a perda de objeto. Com efeito, verifica-se que o excepto (Dr. Pierro de Farias Mendes) não mais jurisdiciona nesta unidade judicial, sendo removido para a 3ª Vara da comarca de Barra do Bugres, conforme lotacionograma disponível no endereço eletrônico do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (http://www.tjmt.jus.br/Lotacionograma#) Desse modo, tendo em vista o seu caráter pessoal, tem-se que presente exceção de suspeição perdeu seu objeto, carecendo o excepiente de interesse processual superveniente, o que impõe a extinção do feito, sem análise do mérito, nos termos do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil. Nesse sentido: EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO CRIMINAL - REMOÇÃO DO MAGISTRADO EXCEPTO - PERDA DE OBJETO - EXCEÇÃO PREJUDICADA. A remoção do magistrado suspeito acarreta a perda de objeto da exceção de suspeição arguida.(TJ-MG - CR: 10000160311478000 MG, Relator: Paulo Cézar Dias, Data de Julgamento: 11/10/2016, Câmaras Criminais / 3ª CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 20/10/2016) PROCESSUAL CIVIL. EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO. PROMOÇÃO DO JUIZ EXCEPTO. PERDA DE OBJETO DA EXCEÇÃO. 1. A promoção do juiz para outra Vara implica a perda de objeto da exceção de suspeição contra ele oposta. 2. Exceção de suspeição prejudicada. (TRF-1 - EXSUSP: 18640 MG 2004.38.00.018640-2, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA, Data de Julgamento: 25/04/2007, QUINTA TURMA, Data de Publicação: 31/05/2007 DJ p.103) Ante o exposto, DECLARO EXTINTA a exceção de suspeição, sem julgamento de mérito, nos termos do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil. Sem custas (Lei nº 7.603/2001, tabela B, item 01, alínea “e”). Sem honorários, pois trata-se de mero incidente processual. - Do saneamento do feito. Procedo ao saneamento do processo, na forma do artigo 357 do Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2016). Inicialmente, cumpre afastar as preliminares arguidas pela parte requerida. Pois vejamos. Aduz o requerido a inadequação da via eleita, ao argumento de que o intuito do autor, com a propositura da ação, é legitimar-se possuidor da área descrita na inicial. Todavia, infere-se da peça inicial que o autor propôs a ação objetivando a realização de georreferenciamento na área que aduz ser de sua posse e propriedade, qual seja, a Fazenda Vale do Taquari, não havendo pedido de imissão, manutenção ou reintegração na posse área. Do mesmo modo, não vislumbro a nulidade da antecipação dos efeitos da tutela por dúvida quanto ao local de cumprimento do mandado e localização da matrícula, visto que a liminar foi deferida em relação à matrícula 5599, do CRI de Alto Araguaia/MT, portanto, em local determinado. Ademais, ressalta-se que a liminar é deferida mediante elementos de cognição sumária, isto é, aqueles constantes dos autos no momento da análise, sendo certo que o oficial de justiça, ao dar cumprimento ao decisum, não mencionou qualquer dificuldade relacionada à localização da área, o que, aliás, é matéria afeta ao mérito, não podendo ser discutida em sede preliminar. Assim, REJEITO as preliminares. Outrossim, cumpre rechaçar o pedido dos réus (id. 19169320) de preclusão de juntada dos documentos do id. 19017545, uma vez que a produção da prova se enquadra na previsão do parágrafo único do artigo 435 do CPC, já que se trata de documentos extraídos de processo judicial (0010848-87.2007.8.26.0297, 4ª Vara Cível de Jales/SP) do qual o ora autor não é parte, de modo que deve ser acolhida a sua justificativa no sentido de que somente teve acesso a tais dados após o ajuizamento da presente ação, sendo certo que o contrário não foi demonstrado pelos réus. Ademais, não vislumbro má-fé do requerente da produção da prova documental, ao passo que aos requeridos foi oportunizado o contraditório acerca das informações trazidas aos autos, o que corrobora o descabimento da pretensa preclusão da prova. Assim, INDEFIRO o pedido de preclusão da juntada dos documentos do id. 19017545. Inexistindo outras questões preliminares arguidas ou que devam ser conhecidas de ofício, DOU O PROCESSO POR SANEADO. Em atenção aos fatos argumentados nos autos, a prova recairá sobre os fatos controvertidos, ou seja, aqueles afirmados por uma parte e contestados pela outra. Como ponto controvertido, fixo: (i) a ameaça à posse do autor, pelos requeridos, na área objeto da ação, qual seja, Fazenda Vale do Taquari, matrícula nº 5599; (ii) a localização exata do imóvel de posse do autor. Para elucidação dos pontos fixados, defiro, por hora, a prova pericial, postergando a análise da prova testemunhal para depois da juntada do respectivo laudo pericial nos autos. Ainda, para melhor intepretação dos fatos, verifico a pertinência da realização da realização de inspeção judicial indireta da área objeto do litigio, nos termos do artigo 481, do CPC. Ressalto que a inspeção será realizada por este magistrado, auxiliado pelo perito nomeado a seguir. A diligência será realizada no dia e hora a serem definidos pelo expert e este magistrado, comunicando-se às partes acerca da data e horário da perícia e inspeção judicial. Ressalto que o encargo da produção da prova pericial incide sobre o réu, visto que requereu a produção da prova. Inteligência do artigo 95, caput, do CPC. Desse modo, para realização da perícia e auxílio na inspeção judicial, NOMEIO a REAL BRASIL CONSULTORIA E PERÍCIAS LTDA, cujo endereço é na av. Rubens de Mendonça, 1856, sala 408, 4º andar, Bosque da Saúde, Cuiabá/MT. INTIMEM-SE as partes para se manifestarem nos termos do artigo 465, § 1°, do CPC. INTIME-SE o perito para apresentar proposta de honorários, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 465, § 2º, CPC). No caso de discordância da parte, deverá no mesmo ato apresentar contraproposta, da qual deverá ser INTIMADO o expert para se manifestar em igual prazo. Havendo concordância, e comprovado o depósito dos honorários, INTIME-SE o perito nomeado para indicar dia, hora e local para o início da perícia, o que deverá ser acertado com este magistrado a fim de viabilizar a realização simultânea da inspeção judicial. A perícia deverá ser concluída no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data dos trabalhos. Fica facultado ao perito o levantamento de metade do valor dos honorários no início dos trabalhos, devendo o remanescente ser pago

apenas ao final, depois de entregue o laudo e prestados todos os esclarecimentos necessários (art. 465, § 4º, CPC). Deverá o expert cumprir escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso (art. 466, CPC), podendo, no exercício de seu mister, valer-se de todos os meios necessários, ouvindo testemunhas, obtendo informações, solicitando documentos que estejam em poder da parte, de terceiros ou em repartições públicas, bem como instruir o laudo com planilhas, mapas, plantas, desenhos, fotografias ou outros elementos necessários ao esclarecimento do objeto da perícia. Com o aporte do laudo, INTIMEM-SE as partes para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias (art. 477, § 1º, CPC). Após tudo cumprido, REMETAM-SE conclusos para designação da audiência de instrução. - Dos pedidos de reintegração de posse (id. 1788052) e de manutenção de posse (id. 19169323) Em sede de réplica, o autor postulou a concessão de liminar de reintegração de posse sob o fundamento de que a área teria sido "esbulhada pelo requerido, que não permite a entrada do autor em sua propriedade, resistência esta, inclusive, que se demonstra de forma armada" (id. 1788052). Por outro lado, no id. 19169320, os requeridos formularam pedido contraposto de manutenção de posse da fazenda Sagrado Coração de Jesus, ao argumento de que estão na área desde o ano de 2000 e que o autor estaria praticando turbação no exercício da referida posse. Como já mencionado alhures, trata-se a presente ação de pedido de interdição de posse proposta por Benedito em desfavor de Josiane e Francisco, na qual objetiva-se unicamente a proibição dos requeridos de intervir no georreferenciamento da área de posse do autor. Foi deferido o pedido liminar, sendo a decisão cumprida no id. 17269186, com a realização do procedimento, inclusive sob supervisão do Oficial de Justiça, conforme descrito na certidão acostada aos autos. Ademais, requeridos já ofereceram contestação, estando o processo na etapa de saneamento, indo para fase de produção de provas. Nesse cenário, afigura-se descabido o pedido de reintegração de posse formulado pelo requerente ante o que informa o princípio da estabilização objetiva da demanda, segundo o qual não se pode pretender modificar a causa de pedir ou o pedido após a contestação e saneamento do processo. A propósito, preconiza o artigo 329, II, do CPC, que o autor poderá "até o saneamento do processo, aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir, com o consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 15 (quinze) dias, facultado o requerimento de prova suplementar" (sublinhei). Sobre o tema, cito o seguinte julgado do e. STJ: RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. EMENDA APÓS APRESENTAÇÃO DA CONTESTAÇÃO E DO SANEAMENTO DO PROCESSO. MODIFICAÇÃO DO PEDIDO OU DA CAUSA DE PEDIR. IMPOSSIBILIDADE. 1. Recurso especial interposto em 06/08/2015 e atribuído ao gabinete em 25/08/2016. 2. Descabe a emenda da petição inicial após o oferecimento da contestação e o saneamento do processo, quando essa providência importar alteração do pedido ou da causa de pedir (art. 264, parágrafo único, CPC/73). 3. A adoção desse entendimento não se confunde com o rigorismo do procedimento. Ao contrário, firma-se no princípio da estabilidade da demanda, consubstanciado no art. 264 do CPC/73. 4. Com a estabilização da demanda, é inaplicável o art. 284 do CPC/73, quando a emenda implicar a alteração da causa de pedir ou do pedido, ou violar os princípios do contraditório e da ampla defesa. 5. Recurso especial conhecido e não provido. (REsp 1678947/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/03/2018, DJe 20/03/2018) E nem se argumente que o autor requereu a reintegração antes do saneamento, uma vez que os reclamados já se manifestaram contrariamente ao pedido, o que inviabiliza o seu processamento na relação processual estabelecida nestes autos. Do mesmo modo, tendo em conta as mesmas premissas acima consignadas, também não merece ser admitido o pedido contraposto formulado pelos requeridos, pois, em sendo posterior à contestação, afigura-se manifestamente intempestivo, nos termos do artigo 556 do CPC. Com efeito, verifica-se que as inovações da pretensão manifestadas pelas partes, além de não se compatibilizarem com o ordenamento processual vigente, importariam no repudiável tumulto processual, com o alargamento do objeto da lide, em detrimento dos princípios da celeridade e efetividade do processo, e do contraditório e da ampla defesa, todos com assento constitucional. Assim, INDEFIRO os pedidos reintegração de posse (id. 1788052) e de manutenção de posse (id. 19169323). INTIMEM-SE. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Alto Araguaia/MT, 12 de dezembro de 2019 Adalto Quintino da Silva Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-51 PROCEDIMENTO SUMÁRIO

Processo Número: 1001016-65.2019.8.11.0020
Parte(s) Polo Ativo:
LEANDRO FERREIRA DE AGUIAR (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO ANDRADE SIRAHATA OAB - MS16403 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Magistrado(s):
ADALTO QUINTINO DA SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE ALTO ARAGUAIA DECISÃO Processo: 1001016-65.2019.8.11.0020. AUTOR(A): LEANDRO FERREIRA DE AGUIAR RÉU: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos, etc. Cuida-se de ação de rito comum proposta por Leandro Ferreira de Aguiar em desfavor de Energisa Mato Grosso, na qual pretende, em antecipação dos efeitos da tutela, seja determinado à requerida que reestabeleça o serviço de fornecimento de energia elétrica em favor do autor. Para tanto, aduz que, na condição de pecuarista e proprietário de imóvel rural, vem sofrendo com a má prestação de serviço pela reclamada ante as quedas diárias de energia, sendo que, desde 25/09/2019, está sem o fornecimento do serviço, apesar de já ter formalizado diversas reclamações; assevera que nunca atrasou qualquer pagamento de faturas de energia. No id. 24847217, o autor desistiu do pleito antecipatório, afirmando que o serviço havia sido restabelecido pela requerida. No id. 25356682, emendou a inicial para relatar novos eventos de interrupção do fornecimento de energia elétrica, pelo que renovou o pedido de antecipação de tutela, no id. 27055349, a fim de que seja arbitrada multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) por cada interrupção do serviço que ocorrer durante o trâmite do processo. É o breve relato. DECIDO. A tutela de urgência, enquanto modalidade de tutela provisória encontra-se amparada pelo artigo 300, caput, do Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), devendo ser concedida "quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo do dano ou o risco ao resultado útil do processo". Da leitura da norma, infere-se que a tutela de urgência, que pode ter natureza satisfativa (antecipação de tutela) ou cautelar, tem seu deferimento condicionado à presença dos clássicos requisitos: fumus boni iuris, consubstanciado na probabilidade do direito alegado; e o periculum in mora, materializado no risco de dano ao direito da parte (natureza satisfativa) ou ao resultado útil do processo (natureza cautelar). A verificação da presença de tais requisitos é feita em sede de cognição sumária, ou seja, com base da análise da probabilidade de o direito alegado ser reconhecido ao final, na sentença. No caso em tela, em que a parte postula a concessão de tutela urgência de natureza satisfativa, ou seja, antecipação de tutela verifico que estão demonstrados os pressupostos acima citados. No caso em tela, denota-se que o reclamante instruiu a ação com elementos que dão respaldo à tese de que não possui débitos junto à reclamada, conforme se extrai da fatura acostada ao feito, relativa ao mês de setembro/2019, na qual é informada a inexistência de débitos anteriores. Ademais, o requerente efetuou diversas reclamações acerca da interrupção do serviço de energia elétrica, conforme protocolos juntados aos autos, porém, sem êxito, sendo que a única resposta obtida pelo consumidor diz que "Fique tranquilo, já estamos buscando a melhor solução para o seu caso". Ou seja, além de não resolver a demanda do cliente, não indica sequer qual o óbice para tanto, de modo que o reclamante fica em situação de extrema desvantagem, sem o fornecimento do serviço pela concessionária, apesar de cumprir com as obrigações pecuniárias que lhe competem. Mesmo após o ajuizamento da ação, ao que tudo indica, a falha no serviço subsiste, não sendo apontado pela reclamada, nos atendimentos prestados ao cliente, a existência de qualquer inadimplência do consumidor. Nesse cenário, vislumbro a plausibilidade jurídica da tese autora, estando presente a probabilidade do direito invocado (fumus boni iuris), ao passo que o risco da demora decorre dos transtornos e prejuízos que o reclamante já vem experimentando no desempenho de suas atividades enquanto pecuarista e morador de imóvel rural, considerando-se ainda a essencialidade do serviço em questão. Ante o exposto, DEFIRO o pedido de tutela de urgência para determinar à parte ré que se abstenha de fornecer o serviço de energia elétrica ao consumidor fora das hipótese legalmente admitidas, sob pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) por evento, ou seja, por cada interrupção que venha a ser devidamente comprovada nos autos. Tendo em vista a verossimilhança das alegações iniciais e

considerando a hipossuficiência técnica e informacional do reclamante, DEFIRO o pedido de inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor. No mais, DESIGNO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 28 DE JANEIRO DE 2020, ÀS 14H:00MIN, a qual será realizada no CEJUSC desta comarca. INTIME-SE a parte requerente, na pessoa do advogado, para comparecimento a solenidade designada; CITE-SE a parte requerida, para comparecimento. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento é obrigatório (pessoalmente ou por representante com procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). As partes devem estar acompanhadas de seus advogados (art. 334, § 9º, NCPC). Na hipótese do parágrafo anterior, caso infrutífera a conciliação ou verificada a ausência de qualquer parte, o prazo para a parte requerida contestar a ação terá início na data da audiência (art. 335, I, NCPC). Caso a parte ré faça uso da previsão do § 5º do art. 334 do NCPC, o termo inicial do prazo para a contestação será a data do protocolo da manifestação do seu desinteresse na audiência de conciliação. Decorrido o prazo para contestar o pedido, e no intento de facilitar a adoção das providências preliminares (art. 347 do CPC/2015), INTIME-SE a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente manifestação, a teor do art. 348 e seguintes do NCPC, nos seguintes termos: 1. Havendo revelia, informe se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; 2. Havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; 3. Em sendo apresentada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá apresentar resposta à reconvenção. Após, INTIMEM-SE as partes para que, no prazo comum de 05 (cinco) dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando, objetiva e fundamentadamente, a sua relevância. Registre-se, ainda, que não serão consideradas relevantes as questões não adequadamente delineadas e fundamentadas nas peças processuais, além de todos os demais argumentos insubsistentes ou ultrapassados pela jurisprudência reiterada. Por fim, CONCLUSOS para deliberação. CUMPRA-SE, expedindo-se o necessário. Alto Araguaia-MT, 12 de dezembro de 2019. Adalto Quintino da Silva Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-71 ALVARÁ JUDICIAL
Processo Número: 1001281-67.2019.8.11.0020
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO ATLETICA BANCO DO BRASIL ALTO ARAGUAIA MT (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAGNUM MORAES NOGUEIRA OAB - MT11082-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JUIZO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ALTO ARAGUAIA MT (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADALTO QUINTINO DA SILVA

Autos nº 1001281-67.2019.811.0020 Vistos, etc. Tratando-se de pedido de alvará de festa, para entrada e permanência de crianças e adolescentes, sendo a matéria de competência da Primeira Vara desta Comarca. Desse modo, DECLINO DA COMPETÊNCIA em favor da daquela Vara, e DETERMINO a remessa imediata dos autos à referida unidade jurisdicional, procedendo-se às baixas e anotações necessárias. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Alto Araguaia/MT, 9 de dezembro de 2019 Adalto Quintino da Silva Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1001280-82.2019.8.11.0020
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DAYCOVAL S/A (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAMIL ALVES DE SOUZA OAB - MT12880-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE FERNANDO RODRIGUES (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ADALTO QUINTINO DA SILVA

Autos nº 1001280-82.2019.811.0020 Vistos, etc. Trata-se de Ação de Busca e Apreensão movida por BANCO DAYCOOVAL S/A. em desfavor de JAMIL ALVES DE SOUZA, pugnando, em sede liminar, a busca e apreensão do veículo descrito na inicial. Ressai dos autos que, a parte autora não comprovou a mora do devedor, vez que o AR encontra-se na situação "não procurado", além o protesto juntado aos autos consta intimação por edital, isto é sem demonstrar o esgotamento de diligencias em busca do endereço do requerido, estando assim, em desconformidade das exigências do § 2º do art. 2º do Decreto-Lei n.º 911/69, com as alterações da Lei 13.043/2014, não tendo sido esgotadas as tentativas de notificar o requerido. Em reforço ao exposto, segue o entendimento jurisprudencial do STJ: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BUSCA E APREENSÃO. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA DO DEVEDOR. SÚMULA Nº 7/STJ. 1. É firme a jurisprudência no sentido de que, nos contratos de alienação fiduciária, para que ocorra a busca e apreensão do bem, a mora do devedor deve ser comprovada pelo protesto do título ou pela notificação extrajudicial, sendo necessária, nesse último caso, a efetiva entrega da notificação no endereço indicado pelo devedor. 2. O tribunal de origem, apreciando a prova dos autos, concluiu que "a tentativa de notificação extrajudicial do réu no endereço informado no contrato não foi concretizada", premissa cuja alteração é inviável por demandar incursão no acervo fático-probatório dos autos, a teor inclusive do óbice da Súmula nº 7/STJ. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 520.876/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/12/2014, DJe 02/02/2015) Em outro ponto, verifica-se que o autor dá a causa somente o valor referente às parcelas vencidas. Sobre o valor da causa em ações desta espécie a jurisprudência assim nos ensina: [...]O valor da causa nas ações de busca e apreensão deve corresponder à soma das parcelas vencidas e vincendas, uma vez que este é o proveito econômico pretendido pelo autor. [...] (Agravo de Instrumento-Cv : AI 10000150565463001 MG, 16ª Câmara Cível do TJMG, Rel. Aparecida Grossi. j. 29.02.2016, Publ. 03.03.2016). Nesse diapasão, DETERMINO a intimação da parte requerente, por meio de seu advogado, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove nos autos a mora do devedor, conforme dispõe o art. 2º, § 2º do Dec. Lei 911/69, bem como ajuste o valor da causa, e providencie o recolhimento das custas processuais complementares, sob pena de indeferimento da petição inicial, ut parágrafo único do art. 321, do CPC. INTIME-SE. CUMPRA, expedindo e providenciando o necessário com celeridade. Às providências. Alto Araguaia/MT, 12 de dezembro de 2019 Adalto Quintino da Silva Juiz de Direito

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 8010112-58.2014.8.11.0020
Parte(s) Polo Ativo:
DERCY PEREIRA SOUTO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARTHUR REZENDE WALDSCHMIDT OAB - MT0012624A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EXPRESSO SAO LUIZ LTDA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ERONDINO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR OAB - MG0136087A (ADVOGADO(A))

Autos nº 8010112-58.2014.8.11.0020 Vistos em correição. INTIME-SE a parte autora acerca do retorno dos autos da Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, para requerer o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Alto Araguaia/MT, 21 de novembro de 2019. Adalto Quintino da Silva Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000607-89.2019.8.11.0020
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA CONCEICAO DE JESUS CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUSTAVO GOMES GARCIA OAB - MT0013299A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO AUGUSTO MOTTA SOARES OAB - MT18555-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE ALTO ARAGUAIA SENTENÇA Processo:

1000607-89.2019.8.11.0020. REQUERENTE: MARIA CONCEICAO DE JESUS CAMPOS REQUERIDO: UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO Vistos. A parte autora alega que foi descontado diretamente em sua fatura (fator gerador) de consumo de plano de saúde, referente aos meses de setembro e outubro de 2017, o total de R$ 400,00 (quatrocentos reais). Assim, postula danos materiais decorrentes da cobrança indevida, bem como a indenização por danos morais. A parte reclamada em contestação alega a legitimidade do débito das parcelas em razão da contratação firmada pelo autor, pugnando pela total improcedência da demanda. É o sucinto relatório. DECIDO. O litígio versa sobre matéria exclusivamente de direito, encontrando-se o julgamento antecipado, eis que presente a hipótese do art. 355, I do CPC, não havendo necessidade de produção de outras provas, em audiência, ou não. Sigo a orientação do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que "(...) presentes as condições que ensejam julgamento antecipado da causa, é dever do Juiz e não mera faculdade, de assim proceder." (Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira, REsp n.º 2.832-RJ, DJU 17.09.90, pág. 9513). Então, atento aos princípios da economia e celeridade processual, passo a decidir. Pois bem, após detida análise dos autos e seus documentos vejo que deve ser julgado procedente o pedido da parte reclamante, senão vejamos: Ressalto que a relação travada nestes autos é uma relação de consumo regida pelo CDC. Consequentemente, a responsabilidade da ré é objetiva, independentemente de demonstração de culpa, a teor do art. 14 do referido diploma legal. Com isso, desinteressam os motivos pelos quais a falha ocorreu, bastando, tão-somente, sua ocorrência como fonte causadora de dano ao autor para se configurar o dever de indenizar do requerido. Outrossim, pela teoria do risco do empreendimento, todo aquele que se disponha a exercer alguma atividade no campo de fornecimento de serviços, tem o dever de responder pelos fatos resultantes do empreendimento, independentemente de culpa. A responsabilidade decorre do simples fato de dispor-se alguém a executar determinados serviços e o defeito do serviço é um dos pressupostos da responsabilidade por danos nas relações de consumo, inclusive o dano moral. Nesse ínterim, verifica-se que o pedido de repetição do indébito com fulcro no art. 42 do CDC, realizado pela parte reclamante, merece prosperar haja vista que a quantia debitada/cobrada em desfavor autora torna-se pagamento indevido, visto que a mesma afirmou não ter contratado e utilizado o plano para gerar tais cobranças, sem contudo, existir prova robusta apresentada pela parte reclamada de que o débito e/foi legitimo. Ressalto que para que haja a caracterização da repetição do indébito deve-se evidentemente ter pago a quantia indevida, assim é o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, transcrevo: "A só remessa de carta de cobrança ao consumidor não preenche o suporte do art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor; diversamente do art. 1.531 do Código Civil, para o qual é suficiente a simples demanda, o Código de Defesa do Consumidor apenas autoriza a repetição se o consumidor tiver efetivamente pago o indébito". (STJ, REsp. nº 539.238/RJ, Relator Min. Ari Pargendler, DJ. 29.03.2004.). Restou claro nos autos que a cobrança efetivada fora indevida, assim, deve a ré a devolver a quantia na forma dobrada, portanto, deverá pagar ao reclamante o valor de R$ 800,00 (oitocentos reais) devidamente corrigido e acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do evento danoso, ou seja, a última cobrança – o mês de outubro/17, sumula 43 do STJ c/c art. 398 do CC. Com efeito, denota-se que a parte ré não trouxe aos autos qualquer elemento probatório que desse respaldo legal à cobrança levada a efeito contra a consumidora, do que se infere o caráter ilícito da conduta da fornecedora, que, nessa condição, deve arcar com os prejuízos causados à cliente. Nesse sentir, assiste razão à parte reclamante quando diz sobre a existência de dano moral indenizável, mormente porque são sabidas as dificuldades que os consumidores enfrentam para conseguir contato e/ou esclarecer as dúvidas junto aos fornecedores. Verifico o aborrecimento, o desgaste, a intranquilidade, o abalo a moral da parte reclamante, que se sentiu ferida no seu direito de cidadã e consumidora, pois teve de suportar os danos decorrentes de uma negativação indevida. Nesse sentido, mutatis mutandis, a jurisprudência pátria: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. COBRANÇA DE SERVIÇO NÃO SOLICITADO. CONEXÃO DE BANDA LARGA À INTERNET BR TURBO 300. PERSISTÊNCIA NA COBRANÇA MESMO APÓS A RECLAMAÇÃO. INÚMERAS TENTATIVAS INFRUTÍFERAS DE CANCELAMENTO DA COBRANÇA INDEVIDA. BLOQUEIO DO TELEFONE FIXO. DANOS MORAIS EVIDENCIADOS. INDENIZAÇÃO ARBITRADA EM QUANTIA MODESTA FACE AO DESRESPEITO IMPOSTO À VONTADADE DA CONSUMIDORA E AOS ATOS LESIVOS PRATICADOS. SENTENÇA CONFIRMADA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. (Recurso Cível Nº 71000820555, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais - JEC, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 23/03/2006). Portanto, comprovado a responsabilidade da empresa Reclamada, entretanto, é de se salientar que o prejuízo moral experimentado pela parte Reclamante deve ser ressarcido numa soma que não apenas compense a ela a dor e/ou sofrimento causado, mas ESPECIALMENTE deve atender às circunstâncias do caso em tela, tendo em vista as posses do ofensor e a situação pessoal do ofendido, exigindo-se a um só tempo prudência, razoabilidade e severidade. Assim, é importante a condenação da parte reclamada no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), valor este que entendo se enquadrar dentro dos princípios a razoabilidade e proporcionalidade ao dano verificado. Diante do exposto, à vista das razões apresentadas, com fulcro no art. 487, I do Código de Processo Civil c/c art. 6º da Lei nº. 9.099/95, JULGO PROCEDENTES os pedidos veiculados na inicial, e, para tanto, CONDENO a reclamada a devolver a parte autora o valor , R$ 400,00 (quatrocentos reais), cabendo a ré devolver ao autor o valor de R$ 800,00 (oitocentos reais), a título de danos materiais, devidamente corrigido e acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês contados a partir do evento danoso, ou seja, a última cobrança – o mês de outubro/17, sumula 43 do STJ c/c art. 398 do CC, bem como a pagar à parte reclamante o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de indenização por danos morais, acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês contados a partir da citação (art. 405 do CC) e correção monetária a partir da homologação do presente decisum (Súmula nº 362, do STJ). Sem custas e sem honorários neste grau de jurisdição (art. 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95). Submeto a presente decisão ao Juiz Togado (art. 40, da Lei nº 9.099/95). CARLOS AUGUSTO SERRA NETO Juiz Leigo 1. HOMOLOGO a sentença proferida pelo juiz leigo, nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95. 2. CUMPRA-SE, providenciando e expedindo o necessário. ADALTO QUINTINO DA SILVA Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000353-87.2017.8.11.0020
Parte(s) Polo Ativo:
MAXUEL MARTINS DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WENDER SOUSA AQUINO OAB - GO19115 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE ALTO ARAGUAIA DESPACHO Processo: 1000353-87.2017.8.11.0020. Vistos, etc. 1. INTIME-SE a parte recorrida para oferecer resposta escrita, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95). 2. A seguir, com ou sem resposta, ENCAMINHEM-SE estes autos, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas para a Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis deste Estado. 3. INTIMEM-SE. 4. CUMPRA-SE, providenciando e expedindo o necessário. Alto Araguaia/MT, 04 de outubro 2019. Adalto Quintino da Silva Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000027-30.2017.8.11.0020
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO BATISTA ZAIDEN MAIA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL WALDSCHMIDT MAIA OAB - MT0016887A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

Fica Vossa Senhoria, na qualidade de advogado(a) da Recorrida, intimado a apresentar contrarrazões no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010303-35.2016.8.11.0020
Parte(s) Polo Ativo:

DORALICE FRANCA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEIA PAULA APARECIDA CLAUDIO OAB - MT0015120A-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Fica Vossa Senhoria, na qualidade de advogado(a) do(a) Recorrido(a), intimado a apresentar contrarrazões no prazo legal.

Comarca de Barra do Bugres

1ª Vara

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 151080 Nr: 2968-35.2019.811.0008
AÇÃO: Arrolamento Comum->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LEANDRO HONORATO DE JESUS
PARTE(S) REQUERIDA(S): ROSANA DOS SANTOS SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marli Guarnieri de Lima - OAB:OAB/MT 11.865
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, estando preenchidos os requisitos legais, HOMOLOGO o esboço de partilha de fls. 04/08, referente a quantia deixada em dinheiro na conta bancária em nome da falecida ROSANA DOS SANTOS SILVA, por consequência, JULGO EXTINTO o processo, com resolução do mérito, o que faço nos termos do artigo 487, incisos I e III, do Código de Processo Civil.Para o cumprimento do disposto no artigo 662 do Código de Processo Civil, EXPEÇA-SE o competente formal de partilha e/ou carta de adjudicação (artigo 659, §2º, do CPC), com a informação do saldo de valores deixados em dinheiro no Banco do Brasil, Ag. 1272-6, conta corrente 14.925-X e conta poupança 10.014.925-1, em nome da de cujus ROSANA DOS SANTOS SILVA.Após, INTIMEM-SE as Fazendas Públicas para providências pertinentes, nos termos do artigo 659, §2º, do Código de Processo Civil.DEFIRO, nesta oportunidade, o benefício da justiça gratuita postulada, uma vez que estando atendidas as exigências estabelecidas no art. 98 do CPC e art. 468 da CNGC, e nada havendo a indicar que os autores não façam jus.Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao ARQUIVO definitivo, com as baixas devidas.CIÊNCIA ao Ministério Público.PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE.CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Barra do Bugres – (MT), 05 de dezembro de 2019. Silvio Mendonça Ribeiro Filho Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 158670 Nr: 7558-55.2019.811.0008
AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ESPOLIO DE LUIZ SCOTTI, APARECIDA BAFIN SCOTTI, SANDRA JANE SCOTTI
PARTE(S) REQUERIDA(S): ALESSIO ROBERTO SCOTI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: SANDRA JANE SCOTTI - OAB:OAB MT 15152
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Trata-se de AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE onde o espólio de Luiz Scotti e Aparecida Bafin Scotti, representado por sua inventariante, pretende a reintegração do imóvel indicado na inicial.
Analisando a exordial, constata-se que a autora atribuiu atribui à causa o montante de R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) e recolheu as custas sobre este valor.
Pois bem.
O egrégio Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que em ação de reintegração de posse, o valor da causa deve corresponder ao seu benefício econômico, admitindo-se a fixação por estimativa, somente quando constatada a incerteza do proveito econômico perseguido (Nesse sentido: REsp 1645647/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 07/03/2017, DJe 27/04/2017 e AgInt no REsp 1367247/PR, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 6.10.2016).
Em detida análise dos autos, constata-se na inicial a informação de que o requerido esbulhou a totalidade do imóvel (134,31 hectares). Dessarte, almejando a autora ser reintegrada em sua totalidade, não há em que se falar em impossibilidade de estimar o proveito econômico almejado, uma vez que este corresponde à totalidade da propriedade, devendo, portanto, ter a causa o valor do imóvel, cuja posse se pretende. Neste seguimento:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. POSSE (BENS IMÓVEIS). REINTEGRAÇÃO DE POSSE. VALOR DA CAUSA. PROVEITO ECONÔMICO . Na ausência de previsão legal acerca dos parâmetros para a atribuição do valor da causa nas ações possessórias, deve-se levar em consideração o proveito econômico almejado. Na hipótese, trata-se de reintegração de posse, de forma que o valor da causa deve corresponder ao valor do imóvel, cuja posse se pretende. Precedentes desta Corte. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70068250778, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Gelson Rolim Stocker, Julgado em 14/04/2016).
Neste turno, analisando o documento de fls. 42, verifica-se que o valor venal do imóvel corresponde à R$ 1.244.837,40 (um milhão duzentos e quarenta e quatro mil oitocentos e trinta e sete reais e quarenta centavos), devendo ser este o valor fixado à causa, vejamos:
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. POSSIBILIDADE DA ARGUIÇÃO DE USUCAPIÃO, COMO MATÉRIA DE DEFESA. DESNECESSIDADE DE CITAÇÃO DOS CONFRONTANTES. NULIDADE, NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À PROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ARTIGO 561 DO CPC. VALOR DA CAUSA. PROVEITO ECONÔMICO PRETENDIDO. VALOR VENAL DO IMÓVEL. DESPROVIMENTO DO RECURSO. REFORMA DA SENTENÇA, DE OFÍCIO, PARA ARBITRAR COMO VALOR DA CAUSA O VALOR VENAL DO IMÓVEL. HONORÁRIOS QUE DEVERÃO INCIDIR NO PERCENTUAL DE 10% SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA.
(TJ-RJ - APL: 00054490620148190078, Relator: Des(a). CLAUDIA PIRES DOS SANTOS FERREIRA, Data de Julgamento: 12/06/2019, SEXTA CÂMARA CÍVEL). Grifo nosso.
Pelo exposto, com fundamento no art. 292, §3º do CPC, CORRIJO o valor da causa para o montante de R$ 1.244.837,40 (um milhão duzentos e quarenta e quatro mil oitocentos e trinta e sete reais e quarenta centavos).
Por conseguinte, INTIME-SE o espólio, na pessoa do inventariante, para que proceda com recolhimento do complemento das custas e taxas processuais no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290, CPC).
Apensem-se estes autos aos autos de nº 4294-30.2019.811.0008 (cód. 153135).
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
Barra do Bugres - MT, 05 de dezembro de 2019.
Silvio Mendonça Ribeiro Filho
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 87944 Nr: 3724-54.2013.811.0008
AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EDSDM
PARTE(S) REQUERIDA(S): JCDO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DE BARRA DO BUGRES - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Em atenção à manifestação de fls. 29, DÊ-SE vistas à Defensoria Pública para requerer o que entender de direito.
Oportunamente, conclusos.
Barra do Bugres – (MT), 09 de dezembro de 2019.
Silvio Mendonça Ribeiro Filho

Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 88542 Nr: 4297-92.2013.811.0008
AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAM
PARTE(S) REQUERIDA(S): RR
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DE BARRA DO BUGRES - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
1. Dê-se vistas à Defensoria Pública para requerer o que entender de direito.
2. Após, vistas ao Ministério Público para manifestação.
Oportunamente, conclusos.
Barra do Bugres – (MT), 09 de dezembro de 2019.
Silvio Mendonça Ribeiro Filho
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 159038 Nr: 7766-39.2019.811.0008
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: HELIO FRANCISCO SOUZA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCOS OLIVEIRA AMADOR - OAB:13.423-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Em análise aos documentos acostados, verifico que a cópia da Procuração Pública fls. 13 não está completa e a Cópia da Certidão de Casamento de fls. 16 está ilegível.
Assim, INTIME-SE a parte autora, para que no prazo de 15 (quinze) dias, promova a emenda da inicial, colacionando aos autos cópias legíveis dos referidos documentos, sob pena de indeferimento da inicial (art. 321, parágrafo único, CPC).
Com a emenda da inicial ou decurso do prazo, CONCLUSOS.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
Barra do Bugres - MT, 10 de dezembro de 2019.
Silvio Mendonça Ribeiro Filho
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 120320 Nr: 993-46.2017.811.0008
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ESTADO DE MATO GROSSO- PROCURADORIA GERAL DO ESTADO.
PARTE(S) REQUERIDA(S): FABIO GIULLIAN DA SILVA MORAES 70045755191, FABIO GIULLIAN DA SILVA MORAES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LEONARDO V. DE SOUZA - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Trata-se de Ação de Execução Fiscal proposta pela FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL em face de FABIO GIULLIAN DA SILVA MORAES.
Entre um ato e outro, a parte exequente à fl. 27, informa o pagamento do valor exequendo, conforme consulta detalhada de processo acostada às fls. 27-v e 28.
Diante do exposto, considerando que houve a satisfação da obrigação pelo executado, DECLARO EXTINTO o feito, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 924, II, c/c artigo 925, do Código de Processo Civil.
Em razão do princípio da causalidade, CONDENO a parte executada ao pagamento das custas processuais e ao pagamento de honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa.
Publique-se. Intime-se.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
Barra do Bugres-MT, 10 de dezembro de 2019.
Silvio Mendonça Ribeiro Filho
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 44344 Nr: 570-33.2010.811.0008
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANTONIO RAIMUNDO MENEZES CARVALHO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCIA MARIA DA SILVA - OAB:8922-A/MT, RICARDO NEVES COSTA - OAB:12410-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Trata-se de Ação de Reintegração de Posse com pedido liminar, ajuizada por BANCO FINASA BMC S.A em face de ANTONIO RAIMUNDO MENEZES CARVALHO, ambos devidamente qualificados nos autos.
Entre um ato e outro, a parte requerente foi intimada pessoalmente para dar prosseguimento ao feito, todavia, a mesma deixou decorrer o prazo sem manifestação, conforme certidão de fl. 75.
Após, vieram-me os autos conclusos.
É o breve relato.
Fundamento e decido.
Analisando os autos, verifica-se que a parte requerente deixou de promover os atos e diligências que lhes incumbiam para dar prosseguimento ao feito, assim permanecendo por mais de 30 (trinta) dias, demonstrando total desinteresse na prestação jurisdicional postulada.
Ante o exposto, JULGO EXTINTO o presente feito, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, III do Código de Processo Civil.
CONDENO o requerente ao pagamento das custas processuais, se houver, assim como em honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da causa, nos termos do art.85, §2º, do CPC.
Após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas e anotações necessárias.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Barra do Bugres/MT, 10 de dezembro de 2019.
Silvio Mendonça Ribeiro Filho
Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 106786 Nr: 5990-43.2015.811.0008
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARIA JOSE FERREIRA DE CARVALHO
PARTE(S) REQUERIDA(S): EUDIR SOUZA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PUBLICA - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA - OAB:
Vistos.
Trata-se de Ação de Homologação de Acordo de Guarda, Alimentos e Regularização de Visitas, ajuizada por MARIA JOSE FERREIRA DE CARVALHO em face de EUDIR DE SOUZA SILVA, ambos devidamente qualificados nos autos.
Entre um ato e outro, foi determinada a intimação pessoal da requerente para dar prosseguimento ao feito, todavia, a mesma restou infrutífera, pois a interessada não reside mais no endereço indicado nos autos, conforme certidão de fl. 66.
Após, vieram-me os autos conclusos.
É o breve relato.
Fundamento e decido.
Analisando os autos, verifica-se que a parte requerente deixou de promover os atos e diligências que lhes incumbiam para dar prosseguimento ao feito, assim permanecendo por mais de 30 (trinta) dias, demonstrando total desinteresse na prestação jurisdicional postulada.
Ademais, a requerente mudou de endereço sem informar nos autos, impossibilitando a intimação para dar o prosseguimento no feito, diligência processual que lhe competia.
Ante o exposto, JULGO EXTINTO o presente feito, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, III do Código de Processo Civil.
CONDENO o requerente ao pagamento das custas processuais, se houver, assim como em honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da causa, nos termos do art.85, §2º, do CPC, mantendo-se

suspensa a exigência, em virtude da concessão dos benefícios da justiça gratuita (fl. 18-v).
Após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas e anotações necessárias.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Barra do Bugres/MT, 10 de dezembro de 2019.
Silvio Mendonça Ribeiro Filho
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 158882 Nr: 7689-30.2019.811.0008
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->Outros Procedimentos->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AMACDC
PARTE(S) REQUERIDA(S): RJB
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANA MARIA AFFI COELHO DA CRUZ - OAB:20.585
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
CUMPRA-SE a decisão de fls. 19.
Barra do Bugres/MT, 10 de dezembro de 2019.
Silvio Mendonça Ribeiro Filho
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 158061 Nr: 7234-65.2019.811.0008
AÇÃO: Suprimento de Idade e/ou Consentimento->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GADIMAURA ARLINDA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): DANIEL MENDES MARCELINO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADRIANA PASSAMANI DE OLIVEIRA - OAB:17758/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
RECEBO a inicial com os requisitos preenchidos dos artigos 319 e 320, do CPC.
DEFIRO o pedido da justiça gratuita, conforme o art. 98, CPC e art. 468 da CNGC, que poderá ser revogado a qualquer tempo, caso verificado as hipóteses legais.
É cediço que a Lei Processual Civil prima pela cooperação entre as partes, sempre visando à solução amigável da demanda, de forma que os métodos de solução consensual de conflitos devem ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial, consoante disposto no art. 3º, §2º do CPC.
Desta forma, DETERMINO o encaminhamento dos autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) da Comarca, para inclusão dos autos em pauta de audiência.
INTIME-SE a parte autora e CITE-SE o requerido, com antecedência de pelo menos 20 (vinte) dias, para que compareçam à audiência, acompanhados de advogado, informando-lhes que, o não comparecimento injustificado à audiência é considerado ato atentatório à dignidade da justiça, cuja ausência será sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado ou da União (art. 334, § 8º, do CPC).
Para que não haja a realização da audiência de conciliação/mediação, o requerido deverá informar o seu desinteresse por meio de uma petição com 10 (dez) dias de antecedência da data da audiência (art. 334, §4º, do CPC).
Ressalte-se que, as partes poderão constituir procuradores com poderes específicos para transigir (art. 334, § 10, do CPC).
Não havendo conciliação, o requerido deverá oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias a partir do primeiro dia útil da realização do ato (art. 335, I, do CPC), consignando-se que, o não oferecimento da contestação fará incidir os efeitos da revelia (art. 344, do CPC).
Havendo na contestação qualquer das matérias elencadas no artigo 350, do CPC, INTIME-SE a parte autora para replicar em 15 (quinze) dias.
Caso a audiência de mediação restar exitosa, tornem-me os autos conclusos.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
Barra do Bugres - MT, 04 de dezembro de 2019.
Silvio Mendonça Ribeiro Filho
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 49838 Nr: 4762-09.2010.811.0008
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MUNICIPIO DE DENISE-MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANTONIO SILVA LOUREIRO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Max Antonio Ferreira - OAB:8060-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Trata-se de Ação de Execução Fiscal proposta pelo MUNICÍPIO DE DENISE em face de ANTONIO SILVA LOUREIRO.
Entre um ato e outro, a parte exequente às fls. 16/17, informa o pagamento do valor exequendo, conforme extrato de débito acostado à fl. 18.
Diante do exposto, considerando que houve a satisfação da obrigação pelo executado, DECLARO EXTINTO o feito, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 924, II, c/c artigo 925, do Código de Processo Civil.
Em razão do princípio da causalidade, CONDENO a parte executada ao pagamento das custas processuais e ao pagamento de honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa.
Publique-se. Intime-se.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
Barra do Bugres-MT, 21 de novembro de 2019.
Silvio Mendonça Ribeiro Filho
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 85518 Nr: 1407-83.2013.811.0008
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): IND. DE MOVEIS CARNEIRO LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROMES JÚLIO TOMAZ - OAB:3791
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Trata-se de Ação de Execução Fiscal proposta pela FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL em face de IND DE MOVÉIS CARNEIRO LTDA.
Entre um ato e outro, a parte exequente à fl. 21, informa o pagamento do valor exequendo, conforme consulta detalhada de processo acostada à fl. 22.
Diante do exposto, considerando que houve a satisfação da obrigação pelo executado, DECLARO EXTINTO o feito, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 924, II, c/c artigo 925, do Código de Processo Civil.
Em razão do princípio da causalidade, CONDENO a parte executada ao pagamento das custas processuais e ao pagamento de honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa.
Publique-se. Intime-se.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
Barra do Bugres-MT, 21 de novembro de 2019.
Silvio Mendonça Ribeiro Filho
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 85549 Nr: 1423-37.2013.811.0008
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ELIEZER MARTINS DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROMES JÚLIO TOMAZ - OAB:3791
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Vistos.
Trata-se de Ação de Execução Fiscal proposta pela FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL em face de ELIEZER MARTINS DA SILVA.
Entre um ato e outro, a parte exequente à fl. 26, informa o pagamento do valor exequendo, conforme consulta detalhada de processo acostada à fl. 27.
Diante do exposto, considerando que houve a satisfação da obrigação pelo executado, DECLARO EXTINTO o feito, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 924, II, c/c artigo 925, do Código de Processo Civil.
Em razão do princípio da causalidade, CONDENO a parte executada ao pagamento das custas processuais e ao pagamento de honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa.
Publique-se. Intime-se.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
Barra do Bugres-MT, 21 de novembro de 2019.
Silvio Mendonça Ribeiro Filho
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 87119 Nr: 2901-80.2013.811.0008
AÇÃO: Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): VANIL BENEDITO DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AGNALDO KAWASAKI - OAB:3884/MT, DANTE MARIANO GREGNANIN SOBRINHO - OAB:SP-47.431, Tenille Pereira Fontes - OAB:11260/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
INTIME-SE a parte requerida para se manifestar sobre o pedido de desistência da ação postulado pelo requerente à fl. 110-v.
CUMPRA-SE, expedindo-se o necessário.
Barra do Bugres/MT, 10 de dezembro de 2019.
Silvio Mendonça Ribeiro Filho
Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 126781 Nr: 4603-22.2017.811.0008
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: REGINA BASSO VASCONCELOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNO AUGUSTO GRADIM PIMENTA - OAB:226.496, FELIPE GRADIM PIMENTA - OAB:308.606, JOSELINA LUCIA DOS SANTOS SOUZA - OAB:MT 3493
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RAFAEL SGANZERLA DURAND - OAB:12.208-A
Em cumprimento a CNGC em seu CAPÍTULO VI – JURISDIÇÃO CÍVEL- Seção 16, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar as partes do retorno dos autos do Tribunal de Justiça, bem como para, querendo, requerer o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 21448 Nr: 1572-14.2005.811.0008
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FRANCISCO DIOMEDIO FURTADO
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CLAUDIA AQUINO DE OLIVEIRA - OAB:MT 7.230, WALQUIRIA RODRIGUES BARRETO - OAB:MT 9.452
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANA DE LOURDES BARBOSA BASTOS (MATRIC. 6417107) - OAB:3833
Tendo em vista a certidão retro, impulsiono o feito com finalidade de intimar a Advogada da parte autora para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias.
Daniel Xavier Pinheiro
Analista Judiciário

Intimação das Partes
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 22015 Nr: 2211-32.2005.811.0008
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA NACIONAL - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): USINAS ITAMARATI S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARIA JOSÉ DO NASCIMENTO - OAB:6903 B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Camila Azambuja Sommer Dutra - OAB:19536, FERNANDA CRISTINA BOLIS - OAB:OAB/MT 17.819, LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ - OAB:8506-A/MT, PAULO VINICIO PORTO DE AQUINO - OAB:14.250-A, RICARDO MARTINS FIRMINO - OAB:OAB/SP 253.449
Vistos etc.
Cuida-se de Embargos de Declaração interposto pela FAZENDA PÚBLICA NACIONAL, contra a sentença proferida à fls. 1.488, com fundamento no artigo 1.022 inciso II, do CPC, para o fim de sanar a obscuridade/omissão/contradição ou erro material.
É o que merece ser relatado.
DECIDO.
Sem delongas, conheço do recurso, eis que adequado e tempestivo.
No mérito, entretanto, nego provimento ao recurso, uma vez que a matéria desafiada nos embargos de declaração deve ser objeto de recurso, já que consiste em irresignação da parte recorrente à decisão proferida.
Cumpre salientar que os embargos de declaração, não se prestam a rediscussão do mérito da causa.
Nesse sentido:
DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIOS. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. INSATISFAÇÃO COM O RESULTADO DO JULGAMENTO. INVIABILIDADE. PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. 1. Os embargos de declaração, conforme reiterada jurisprudência desta Corte e também do egrégio Superior Tribunal de Justiça, não se prestam a rediscussão do mérito da causa. Tendo havido a adequada fundamentação do julgado, deve a parte insatisfeita se valer de meios idôneos à sua modificação. 2. O mero descontentamento com a conclusão adotada pelo Colegiado não justifica a oposição de embargos declaratórios, os quais, na dicção do art. 1.022 do Código de Processo Civil, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição quando existentes no julgado. 3. A simples alegação de necessidade de prequestionamento não dispensa a comprovação da existência de um dos vícios do artigo 1.022 do CPC. 4. Recurso desprovido.
(TJ-DF 07023263620188070018 DF 0702326-36.2018.8.07.0018, Relator: MARIO-ZAM BELMIRO, Data de Julgamento: 03/04/2019, 8ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no PJe : 10/04/2019 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)
Assim sendo, por não vislumbrar a hipótese contida no artigo 1.022 do Código de Processo Civil, NEGO PROVIMENTO aos presentes embargos declaratórios.
Publique-se. Intime-se.
No mais, CUMPRA-SE na integra a decisão judicial de fls. 1.488.
Às providências.
Barra do Bugres/MT, 29 de novembro de 2019.
Silvio Mendonça Ribeiro Filho
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 23899 Nr: 603-62.2006.811.0008
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO S/A - BARRA DO BUGRES
PARTE(S) REQUERIDA(S): VALDEMAR CEZAR DOS SANTOS, MARIA CONCEIÇÃO GOMES SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FELIPE BEDIN BIASOTTO - OAB:9183/MT, RICARDO AUGUSTO BARBOSA - OAB:10061
Em cumprimento as determinações contidas na CNGC em seu CAPÍTULO VI – JURISDIÇÃO CÍVEL- Seção 16, impulsiono o feito para intimar a parte

autora na pessoa do seu advogado para efetuar o deposito da diligência no valor de R$ 46,84 (quarenta e seis reais e oitenta e quatro centavos) que deverá ser depositado via Tribunal de Justiça, conta única no site Tjmt.jus.br .

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 31138 Nr: 2441-06.2007.811.0008
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FRANCISCO ALVES DA ROCHA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS- CÁCERES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JEREMIAS DA CRUZ DIAS - OAB:13.326
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Dos autos se vê que os advogados André Ovelar e Josué Ambrósio Ribeiro patrocinaram os interesses da parte autora até a data de 19/09/2008 (fl. 80), oportunidade que renunciaram ao mandato outorgado através da procuração de fl. 09, permanecendo tão somente na causa a advogada Andréa Vicari Weissheimer.
Não obstante, às fls. 100/101, verifica-se que a patrona substabeleceu SEM RESERVA os poderes lhe foi conferido à causídica Cibeli Simões Santos, que, porventura, substabeleceu, COM RESERVAS, ao Dr. Jeremias da Cruz Dias, conforme procuração juntada às fls. 102/103.
Agora, após o trânsito em julgado dos autos, requer este último causídico o levantamento de alvará judicial dos honorários sucumbenciais em seu próprio nome, conforme se observa às fls. 197/198.
Pois bem. Considerando a regra estabelecida no art. 26 da Lei n.º 8.906/94, de que "ao advogado substabelecido, com reserva de poderes, não pode cobrar honorários sem a intervenção daquele que lhe conferiu o substabelecimento", determino a INTIMAÇÃO do advogado Dr. Jeremias da Cruz Dias para que junte a anuência da patrona Cibele Simões Santos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.
Com a manifestação nos autos, voltem-me os autos conclusos para liberação do alvará.
INTIMEM-SE.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
Barra do Bugres – (MT), 10 de dezembro de 2019.
Silvio Mendonça Ribeiro Filho
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 43418 Nr: 3416-57.2009.811.0008
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: UNIÃO- FAZENDA NACIONAL
PARTE(S) REQUERIDA(S): EDES CANDIDO MIRANDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Procurador da Fazenda Nacional - OAB:Proc.Fazenda
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Diante do exposto e do mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo de execução fiscal movida pela FAZENDA PÚBLICA NACIONAL em face de EDES CANDIDO MIRANDA.Sem custas ou honorários advocatícios.PROCEDA-SE com a retificação da capa dos autos para constar Fazenda Pública Nacional.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Oportunamente, arquivem-se com as cautelas de praxe.Barra do Bugres, 19 de novembro de 2019.Silvio Mendonça Ribeiro Filho Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 155478 Nr: 5707-78.2019.811.0008
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LUIZ FRANCISCO
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADÃO NOEL DAS NEVES E SILVA - OAB:15.703/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Trata-se de Ação Previdenciária, proposta por LUIZ FRANCISCO em face do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.
Verifica-se, na inicial, a informação de que a Autarquia irá cessar o benefício, contudo, em detida análise, não se constata o Comunicado de Decisão informando do indeferimento do pedido de prorrogação do benefício perante a Autarquia previdenciária.
É cediço que o plenário do Supremo Tribunal Federal, em sede de Repercussão Geral, nos autos do Recurso Extraordinário n. 631240/MG, Rel. Min. Roberto Barroso, decidiu que a exigibilidade de prévio requerimento administrativo é condição para o regular exercício do direito de ação, para que se postule judicialmente a concessão de benefício previdenciário, e que não ofende o art. 5º, XXXV, da Constituição Federal.
Neste passo, por não vislumbrar nos autos o indeferimento administrativo não há como materializar o interesse de agir na resistência à pretensão da parte autora por parte do requerido.
Assim, em atenção ao disposto no art. 10 e 321, parágrafo único do CPC, INTIME-SE a parte autora, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial juntando o requerimento efetuado perante o INSS de restabelecimento/manutenção do Auxílio-Acidente, sob pena de indeferimento por ausência de interesse processual (art. 330, inc. III CPC).
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
Barra do Bugres/MT, 06 de dezembro de 2019.
Silvio Mendonça Ribeiro Filho
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 144830 Nr: 7759-81.2018.811.0008
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MANOEL DOMINGOS DA SILVA NETO
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JEREMIAS DA CRUZ DIAS - OAB:13.326
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc.
EXPEÇA-SE ofício GERÊNCIA EXECUTIVA DO INSS (EADJ/APSDJ), para que proceda a IMPLANTAÇÃO do benefício no prazo máximo de 15 (quinze) dias, nos termos da sentença de folhas 87/89, sob pena de majoração da multa diária aplicada.
No mais, intime-se a parte autora para requerer o que de direito, em razão do transito em julgado, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento.
CUMPRA-SE COM URGÊNCIA, expedindo o necessário.
Barra do Bugres/MT, 09 de dezembro de 2019.
Silvio Mendonça Ribeiro Filho
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 155556 Nr: 5811-70.2019.811.0008
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: WANDERLEI PAULINO DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: HAMILTON RUFO JUNIOR - OAB:8251/B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.(...).Diante da necessidade de realização de prova pericial, NOMEIO perita judicial na pessoa da DRA. JÉSSICA BISPO BRANDÃO – CRM: 10093-MT, com endereço CLINICA ODONTOMED, AV. RIO BRANCO, N. 585, SALA A, BAIRRO MARACANÃ, nesta cidade de Barra do Bugres - MT, para realização de perícia na parte autora, que servirá escrupulosamente, independentemente de compromisso, ficando a perícia DESIGNADA para o dia 24 de janeiro de 2020, às 17h00min, no endereço supra. Fixo os honorários periciais no importe de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) nos termos da Resolução CJF n. 305, de outubro de

2014.INTIME-SE o requerente para, querendo, apresentar quesitos.Estabeleço como QUESITOS DO JUÍZO, os mesmos formulados pelo INSS, no Ofício Circular nº 003/2013 PFE-INSS-SINOP-MT:(...) INTIME-SE a parte autora para comparecer no local, dia e horário designados para se submeter ao exame pericial, devendo a parte autora apresentar eventuais exames e/ou laudos atuais. COM a juntada do laudo nos autos, CITE-SE a Autarquia Ré por todo o conteúdo da inicial, para que, querendo, oferecer a resposta que tiver no prazo de 30 (trinta) dias, em conformidade dos artigos 183 e 335, do Código de Processo Civil, manifestando-se sobre os fatos mencionados pela parte autora, advertindo-o que, não havendo contestação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (art. 344, do CPC). Aproveitando o ato processual para manifestar quanto às conclusões do laudo pericial.Havendo contestação e alegação de qualquer das matérias enumeradas no artigo 337, do Código de Processo Civil, na forma do artigo 351, do referido diploma processual, INTIME-SE a parte autora para replicar em 15 (quinze) dias, bem como para que manifeste sobre o laudo pericial.CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Barra do Bugres, 09 de dezembro de 2019.Silvio Mendonça Ribeiro Filho Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 156389 Nr: 6293-18.2019.811.0008
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ROSANGELA GOMES DE SÁ
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALUIRSON DA SILVA ARANTES JUNIOR - OAB:17.550/MT, WAYNE ANDRADE COTRIM ARANTES - OAB:12603/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.(...).Diante da necessidade de realização de prova pericial, NOMEIO perita judicial na pessoa da DRA. JÉSSICA BISPO BRANDÃO – CRM: 10093-MT, com endereço CLINICA ODONTOMED, AV. RIO BRANCO, N. 585, SALA A, BAIRRO MARACANÃ, nesta cidade de Barra do Bugres - MT, para realização de perícia na parte autora, que servirá escrupulosamente, independentemente de compromisso, ficando a perícia DESIGNADA para o dia 23 de janeiro de 2020, às 07h00min, no endereço supra. Fixo os honorários periciais no importe de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) nos termos da Resolução CJF n. 305, de outubro de 2014.INTIME-SE o requerente para, querendo, apresentar quesitos.Estabeleço como QUESITOS DO JUÍZO, os mesmos formulados pelo INSS, no Ofício Circular nº 003/2013 PFE-INSS-SINOP-MT:(...) INTIME-SE a parte autora para comparecer no local, dia e horário designados para se submeter ao exame pericial, devendo a parte autora apresentar eventuais exames e/ou laudos atuais. COM a juntada do laudo nos autos, CITE-SE a Autarquia Ré por todo o conteúdo da inicial, para que, querendo, oferecer a resposta que tiver no prazo de 30 (trinta) dias, em conformidade dos artigos 183 e 335, do Código de Processo Civil, manifestando-se sobre os fatos mencionados pela parte autora, advertindo-o que, não havendo contestação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (art. 344, do CPC). Aproveitando o ato processual para manifestar quanto às conclusões do laudo pericial.Havendo contestação e alegação de qualquer das matérias enumeradas no artigo 337, do Código de Processo Civil, na forma do artigo 351, do referido diploma processual, INTIME-SE a parte autora para replicar em 15 (quinze) dias, bem como para que manifeste sobre o laudo pericial.CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Barra do Bugres, 09 de dezembro de 2019.Silvio Mendonça Ribeiro Filho Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 156390 Nr: 6294-03.2019.811.0008
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: VILMA CORREIA PIRES
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALUIRSON DA SILVA ARANTES JUNIOR - OAB:17.550/MT, WAYNE ANDRADE COTRIM ARANTES - OAB:12603/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
)Vistos, etc.(...).Diante da necessidade de realização de prova pericial, NOMEIO perita judicial na pessoa da DRA. JÉSSICA BISPO BRANDÃO – CRM: 10093-MT, com endereço CLINICA ODONTOMED, AV. RIO BRANCO, N. 585, SALA A, BAIRRO MARACANÃ, nesta cidade de Barra do Bugres - MT, para realização de perícia na parte autora, que servirá escrupulosamente, independentemente de compromisso, ficando a perícia DESIGNADA para o dia 23 de janeiro de 2020, às 07h30min, no endereço supra. Fixo os honorários periciais no importe de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) nos termos da Resolução CJF n. 305, de outubro de 2014.INTIME-SE o requerente para, querendo, apresentar quesitos.Estabeleço como QUESITOS DO JUÍZO, os mesmos formulados pelo INSS, no Ofício Circular nº 003/2013 PFE-INSS-SINOP-MT:(...) INTIME-SE a parte autora para comparecer no local, dia e horário designados para se submeter ao exame pericial, devendo a parte autora apresentar eventuais exames e/ou laudos atuais. COM a juntada do laudo nos autos, CITE-SE a Autarquia Ré por todo o conteúdo da inicial, para que, querendo, oferecer a resposta que tiver no prazo de 30 (trinta) dias, em conformidade dos artigos 183 e 335, do Código de Processo Civil, manifestando-se sobre os fatos mencionados pela parte autora, advertindo-o que, não havendo contestação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (art. 344, do CPC). Aproveitando o ato processual para manifestar quanto às conclusões do laudo pericial.Havendo contestação e alegação de qualquer das matérias enumeradas no artigo 337, do Código de Processo Civil, na forma do artigo 351, do referido diploma processual, INTIME-SE a parte autora para replicar em 15 (quinze) dias, bem como para que manifeste sobre o laudo pericial.CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Barra do Bugres, 09 de dezembro de 2019.Silvio Mendonça Ribeiro Filho Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 155672 Nr: 5864-51.2019.811.0008
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JULCINEIDE NUNES PACHECO
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALEXANDRE DE AZEVEDO - OAB:21.079/0-MT, ALISSON DE AZEVEDO - OAB:OAB/MT 12.082
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.(...).Diante da necessidade de realização de prova pericial, NOMEIO perita judicial na pessoa da DRA. JÉSSICA BISPO BRANDÃO – CRM: 10093-MT, com endereço CLINICA ODONTOMED, AV. RIO BRANCO, N. 585, SALA A, BAIRRO MARACANÃ, nesta cidade de Barra do Bugres - MT, para realização de perícia na parte autora, que servirá escrupulosamente, independentemente de compromisso, ficando a perícia DESIGNADA para o dia 23 de janeiro de 2020, às 08h00min, no endereço supra. Fixo os honorários periciais no importe de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) nos termos da Resolução CJF n. 305, de outubro de 2014.INTIME-SE o requerente para, querendo, apresentar quesitos.Estabeleço como QUESITOS DO JUÍZO, os mesmos formulados pelo INSS, no Ofício Circular nº 003/2013 PFE-INSS-SINOP-MT: (...)INTIME-SE a parte autora para comparecer no local, dia e horário designados para se submeter ao exame pericial, devendo a parte autora apresentar eventuais exames e/ou laudos atuais. COM a juntada do laudo nos autos, CITE-SE a Autarquia Ré por todo o conteúdo da inicial, para que, querendo, oferecer a resposta que tiver no prazo de 30 (trinta) dias, em conformidade dos artigos 183 e 335, do Código de Processo Civil, manifestando-se sobre os fatos mencionados pela parte autora, advertindo-o que, não havendo contestação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (art. 344, do CPC). Aproveitando o ato processual para manifestar quanto às conclusões do laudo pericial.Havendo contestação e alegação de qualquer das matérias enumeradas no artigo 337, do Código de Processo Civil, na forma do artigo 351, do referido diploma processual, INTIME-SE a parte autora para replicar em 15 (quinze) dias, bem como para que manifeste sobre o laudo pericial.CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Barra do Bugres, 09 de dezembro de 2019.Silvio Mendonça Ribeiro Filho

Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 155673 Nr: 5865-36.2019.811.0008
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GILSON MIRANDA DE QUEIROZ
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALEXANDRE DE AZEVEDO - OAB:21.079/0-MT, ALISSON DE AZEVEDO - OAB:OAB/MT 12.082
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc.Trata-se de Ação Previdenciária de Restabelecimento de Beneficio e Dano Moral com pedido de tutela antecipada movida por GILSON MIRANDA DE QUEIROZ em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS, objetivando, em síntese, a concessão do benefício previdenciário de Auxilio Doença ou Aposentadoria por Invalidez e a condenação em danos morais. É, em síntese, o relatório. Decido.Pois Bem. Pelo que se verifica do processo, a parte autora requer a concessão de auxilio doença c/c aposentadoria por invalidez e além disso, requer também a condenação da Autarquia requerida em DANOS MORAIS.É sabido que nas ações que almejam indenização por danos morais, em face de Autarquia Federal, o juízo competente para processamento e julgamento do feito é a JUSTIÇA FEDERAL, se não vejamos(...).Desta feita, intime-se a parte autora para manifestar no prazo de 15 (quinze) dias, se deseja manter o pedido de condenação da Autarquia em danos morais, sendo que neste caso, o processo terá sua competência declinada para a JUSTIÇA FEDERAL.Querendo, a autora poderá requerer a emenda da inicial excluindo o pedido de danos morais, mantendo somente os pedidos de concessão de Auxilio Doença c/c Aposentadoria por Invalidez.Decorrido o prazo, com ou sem manifestação da parte autora, certifique e oportunamente faça os autos conclusos.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 156504 Nr: 6368-57.2019.811.0008
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ZACARIAS RODRIGUES DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RUDI CAMPAROTO ELIZIÁRIO - OAB:13966/MT, TATIANE DE OLIVEIRA FIGUEIREDO ASCARI SOARES - OAB:14210/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Compulsando os autos, verifica-se que a autora deixou de instruir a exordial com o documento indispensável à propositura da ação, notadamente o comprovante de endereço.
Assim, FACULTO à parte autora promover a emenda da inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, juntando cópia do comprovante de residência emitido dentro do prazo de 90 (noventa) dias anteriores à propositura da ação, em nome da própria parte autora (art. 320 do CPC).
Após a emenda da inicial ou o transcurso do prazo, tornem-me os autos conclusos.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
Barra do Bugres/MT, 09 de dezembro de 2019.
Silvio Mendonça Ribeiro Filho
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 156526 Nr: 6380-71.2019.811.0008
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: NARCIZA GOMES DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCOS DE OLIVEIRA AMADOR - OAB:13423-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Compulsando os autos, verifica-se que a autora deixou de instruir a exordial com o documento indispensável à propositura da ação, notadamente o comprovante de endereço.
Assim, FACULTO à parte autora promover a emenda da inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, juntando cópia do comprovante de residência emitido dentro do prazo de 90 (noventa) dias anteriores à propositura da ação, em nome da própria parte autora (art. 320 do CPC).
FACULTO ainda, à autora promover a emenda da inicial, no mesmo prazo, a fim de que seja anexado o comprovante do indeferimento do benefício previdenciário na via administrativa pela Autarquia-ré, sob pena de indeferimento, tudo, sob pena de indeferimento (art. 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil).
Devera ainda a parte autora, juntar cópia dos documentos pessoais.
Após a emenda da inicial ou o transcurso do prazo, tornem-me os autos conclusos.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
Barra do Bugres/MT, 09 de dezembro de 2019.
Silvio Mendonça Ribeiro Filho
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 158534 Nr: 7478-91.2019.811.0008
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSE FELIX SOBRINHO
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCOS DE OLIVEIRA AMADOR - OAB:13423-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.(...).Diante da necessidade de realização de prova pericial, NOMEIO perita judicial na pessoa da DRA. JÉSSICA BISPO BRANDÃO – CRM: 10093-MT, com endereço CLINICA ODONTOMED, AV. RIO BRANCO, N. 585, SALA A, BAIRRO MARACANÃ, nesta cidade de Barra do Bugres - MT, para realização de perícia na parte autora, que servirá escrupulosamente, independentemente de compromisso, ficando a perícia DESIGNADA para o dia 23 de janeiro de 2020, às 09h00min, no endereço supra. Fixo os honorários periciais no importe de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) nos termos da Resolução CJF n. 305, de outubro de 2014.INTIME-SE o requerente para, querendo, apresentar quesitos.Estabeleço como QUESITOS DO JUÍZO, os mesmos formulados pelo INSS, no Ofício Circular nº 003/2013 PFE-INSS-SINOP-MT(...) INTIME-SE a parte autora para comparecer no local, dia e horário designados para se submeter ao exame pericial, devendo a parte autora apresentar eventuais exames e/ou laudos atuais. COM a juntada do laudo nos autos, CITE-SE a Autarquia Ré por todo o conteúdo da inicial, para que, querendo, oferecer a resposta que tiver no prazo de 30 (trinta) dias, em conformidade dos artigos 183 e 335, do Código de Processo Civil, manifestando-se sobre os fatos mencionados pela parte autora, advertindo-o que, não havendo contestação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (art. 344, do CPC). Aproveitando o ato processual para manifestar quanto às conclusões do laudo pericial.Havendo contestação e alegação de qualquer das matérias enumeradas no artigo 337, do Código de Processo Civil, na forma do artigo 351, do referido diploma processual, INTIME-SE a parte autora para replicar em 15 (quinze) dias, bem como para que manifeste sobre o laudo pericial.CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Barra do Bugres, 09 de dezembro de 2019.Silvio Mendonça Ribeiro Filho Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 157391 Nr: 6885-62.2019.811.0008
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSIVALDO TEIXEIRA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RUDI CAMPAROTO ELIZIÁRIO -

OAB:13966/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Vistos etc.

Compulsando os autos, verifico que a procuração outorgada ao advogado (fls.15) não preenche os requisitos exigidos em Lei, uma vez que, no caso do outorgante ser analfabeto, o instrumento deve ser feito por ESCRITURA PÚBLICA, ou ASSINADA A ROGO POR INTERMÉDIO DE PROCURADOR CONSTITUÍDO POR INSTRUMENTO PÚBLICO.

INTIME-SE o advogado para que, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, junte instrumento feito por escritura pública, ou assinada a rogo por intermédio de procurador constituído por instrumento público.

Após a manifestação ou o decurso do prazo, conclusos.

Intime-se.

Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

Barra do Bugres/MT, 09 de dezembro de 2019.

Silvio Mendonça Ribeiro Filho

Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho

Cod. Proc.: 157152 Nr: 6747-95.2019.811.0008

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JCDS, MARIA LUCY CONCEIÇÃO DA SILVA

PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JEREMIAS DA CRUZ DIAS - OAB:13.326

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Vistos, etc.

Compulsando os autos, verifica-se que a autora deixou de instruir a exordial com o documento indispensável à propositura da ação, notadamente o comprovante de endereço.

Assim, FACULTO à parte autora promover a emenda da inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, juntando cópia do comprovante de residência emitido dentro do prazo de 90 (noventa) dias anteriores à propositura da ação, em nome da própria parte autora (art. 320 do CPC).

FACULTO ainda, à autora promover a emenda da inicial, no mesmo prazo, a fim de que seja anexado o comprovante do indeferimento do benefício previdenciário na via administrativa pela Autarquia-ré, sob pena de indeferimento, tudo, sob pena de indeferimento (art. 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil).

Após a emenda da inicial ou o transcurso do prazo, tornem-me os autos conclusos.

CUMPRA-SE, expedindo o necessário.

Barra do Bugres/MT, 09 de dezembro de 2019.

Silvio Mendonça Ribeiro Filho

Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho

Cod. Proc.: 156859 Nr: 6580-78.2019.811.0008

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MARIA MANOEL PORTILHO DA SILVA

PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSELINA LUCIA DOS SANTOS SOUZA - OAB:MT 3493

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Vistos, etc.(...).Diante da necessidade de realização de prova pericial, NOMEIO perita judicial na pessoa da DRA. JÉSSICA BISPO BRANDÃO – CRM: 10093-MT, com endereço CLINICA ODONTOMED, AV. RIO BRANCO, N. 585, SALA A, BAIRRO MARACANÃ, nesta cidade de Barra do Bugres - MT, para realização de perícia na parte autora, que servirá escrupulosamente, independentemente de compromisso, ficando a perícia DESIGNADA para o dia 23 de janeiro de 2020, às 09h30min, no endereço supra. Fixo os honorários periciais no importe de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) nos termos da Resolução CJF n. 305, de outubro de 2014.INTIME-SE o requerente para, querendo, apresentar quesitos.Estabeleço como QUESITOS DO JUÍZO, os mesmos formulados pelo INSS, no Ofício Circular nº 003/2013 PFE-INSS-SINOP-MT(...) INTIME-SE a parte autora para comparecer no local, dia e horário designados para se submeter ao exame pericial, devendo a parte autora apresentar eventuais exames e/ou laudos atuais. COM a juntada do laudo nos autos, CITE-SE a Autarquia Ré por todo o conteúdo da inicial, para que, querendo, oferecer a resposta que tiver no prazo de 30 (trinta) dias, em conformidade dos artigos 183 e 335, do Código de Processo Civil, manifestando-se sobre os fatos mencionados pela parte autora, advertindo-o que, não havendo contestação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (art. 344, do CPC). Aproveitando o ato processual para manifestar quanto às conclusões do laudo pericial.Havendo contestação e alegação de qualquer das matérias enumeradas no artigo 337, do Código de Processo Civil, na forma do artigo 351, do referido diploma processual, INTIME-SE a parte autora para replicar em 15 (quinze) dias, bem como para que manifeste sobre o laudo pericial.CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Barra do Bugres, 09 de dezembro de 2019.Silvio Mendonça Ribeiro Filho Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho

Cod. Proc.: 157860 Nr: 7135-95.2019.811.0008

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: GENIVALDO PADILHA

PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: PEDRO ALVES COSTA - OAB:13648

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Vistos, etc.(...)Diante da necessidade de realização de prova pericial, NOMEIO perita judicial na pessoa da DRA. JÉSSICA BISPO BRANDÃO – CRM: 10093-MT, com endereço CLINICA ODONTOMED, AV. RIO BRANCO, N. 585, SALA A, BAIRRO MARACANÃ, nesta cidade de Barra do Bugres - MT, para realização de perícia na parte autora, que servirá escrupulosamente, independentemente de compromisso, ficando a perícia DESIGNADA para o dia 23 de janeiro de 2020, às 10h00min, no endereço supra. Fixo os honorários periciais no importe de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) nos termos da Resolução CJF n. 305, de outubro de 2014.INTIME-SE o requerente para, querendo, apresentar quesitos.Estabeleço como QUESITOS DO JUÍZO, os mesmos formulados pelo INSS, no Ofício Circular nº 003/2013 PFE-INSS-SINOP-MT:(...). INTIME-SE a parte autora para comparecer no local, dia e horário designados para se submeter ao exame pericial, devendo a parte autora apresentar eventuais exames e/ou laudos atuais. COM a juntada do laudo nos autos, CITE-SE a Autarquia Ré por todo o conteúdo da inicial, para que, querendo, oferecer a resposta que tiver no prazo de 30 (trinta) dias, em conformidade dos artigos 183 e 335, do Código de Processo Civil, manifestando-se sobre os fatos mencionados pela parte autora, advertindo-o que, não havendo contestação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (art. 344, do CPC). Aproveitando o ato processual para manifestar quanto às conclusões do laudo pericial.Havendo contestação e alegação de qualquer das matérias enumeradas no artigo 337, do Código de Processo Civil, na forma do artigo 351, do referido diploma processual, INTIME-SE a parte autora para replicar em 15 (quinze) dias, bem como para que manifeste sobre o laudo pericial.CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Barra do Bugres, 09 de dezembro de 2019.Silvio Mendonça Ribeiro Filho Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho

Cod. Proc.: 152018 Nr: 3603-16.2019.811.0008

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: NEUZA DE OLIVEIRA DA SILVA

PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSELINA LUCIA DOS SANTOS SOUZA - OAB:MT 3493

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, condenando o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a conceder a aposentadoria ao autor, na qualidade de segurado especial rural, no valor de 01 (um) salário

mínimo. Para início do pagamento do benefício, fixo a data do REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO em 18/10/2017 (fls. 39).Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 487, I, do CPC.CONCEDO a tutela provisória de urgência de caráter antecipado, porque presentes, nesse momento, os pressupostos legais para tanto, notadamente a probabilidade do direito invocado pela autora. O perigo de dano também se faz presente, considerando-se o caráter alimentar da verba pleiteada, o que dispensa maiores comentários. OFICIE-SE, com urgência, para implantação do benefício no prazo de 30 dias, sob pena de multa diária que arbitro em R$ 100,00 (cem reais), limitado ao teto de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 154229 Nr: 5006-20.2019.811.0008
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ZACARIAS MENDONÇA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marli Guarnieri de Lima - OAB:OAB/MT 11.865
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, condenando o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a conceder a aposentadoria ao autor, na qualidade de segurado especial rural, no valor de 01 (um) salário mínimo. Para início do pagamento do benefício, fixo a data do REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO em 30/05/2017 (fls. 20).Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 487, I, do CPC.CONCEDO a tutela provisória de urgência de caráter antecipado, porque presentes, nesse momento, os pressupostos legais para tanto, notadamente a probabilidade do direito invocado pela autora. O perigo de dano também se faz presente, considerando-se o caráter alimentar da verba pleiteada, o que dispensa maiores comentários. OFICIE-SE, com urgência, para implantação do benefício no prazo de 30 dias, sob pena de multa diária que arbitro em R$ 100,00 (cem reais), limitado ao teto de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 137509 Nr: 3090-82.2018.811.0008
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LUIZ FELIX BATISTA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: João Neves de Oliveira - OAB:15.311
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, condenando o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a conceder a aposentadoria ao autor, na qualidade de segurado especial rural, no valor de 01 (um) salário mínimo. Para início do pagamento do benefício, fixo a data do REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO em 31/10/2016 (fls. 21).Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 487, I, do CPC.CONCEDO a tutela provisória de urgência de caráter antecipado, porque presentes, nesse momento, os pressupostos legais para tanto, notadamente a probabilidade do direito invocado pela autora. O perigo de dano também se faz presente, considerando-se o caráter alimentar da verba pleiteada, o que dispensa maiores comentários. OFICIE-SE, com urgência, para implantação do benefício no prazo de 30 dias, sob pena de multa diária que arbitro em R$ 100,00 (cem reais), limitado ao teto de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 155802 Nr: 5928-61.2019.811.0008
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: HELENA PEDRO SOARES DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ESTELA REDIVO DA COSTA - OAB:16663
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.(...).Diante da necessidade de realização de prova pericial, NOMEIO perita judicial na pessoa da DRA. JÉSSICA BISPO BRANDÃO – CRM: 10093-MT, com endereço CLINICA ODONTOMED, AV. RIO BRANCO, N. 585, SALA A, BAIRRO MARACANÃ, nesta cidade de Barra do Bugres - MT, para realização de perícia na parte autora, que servirá escrupulosamente, independentemente de compromisso, ficando a perícia DESIGNADA para o dia 23 de janeiro de 2020, às 08h30min, no endereço supra. Fixo os honorários periciais no importe de R$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) nos termos da Resolução CJF n. 305, de outubro de 2014.INTIME-SE o requerente para, querendo, apresentar quesitos.Estabeleço como QUESITOS DO JUÍZO, os mesmos formulados pelo INSS, no Ofício Circular nº 003/2013 PFE-INSS-SINOP-MT:(...). INTIME-SE a parte autora para comparecer no local, dia e horário designados para se submeter ao exame pericial, devendo a parte autora apresentar eventuais exames e/ou laudos atuais. COM a juntada do laudo nos autos, CITE-SE a Autarquia Ré por todo o conteúdo da inicial, para que, querendo, oferecer a resposta que tiver no prazo de 30 (trinta) dias, em conformidade dos artigos 183 e 335, do Código de Processo Civil, manifestando-se sobre os fatos mencionados pela parte autora, advertindo-o que, não havendo contestação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora (art. 344, do CPC). Aproveitando o ato processual para manifestar quanto às conclusões do laudo pericial.Havendo contestação e alegação de qualquer das matérias enumeradas no artigo 337, do Código de Processo Civil, na forma do artigo 351, do referido diploma processual, INTIME-SE a parte autora para replicar em 15 (quinze) dias, bem como para que manifeste sobre o laudo pericial.CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Barra do Bugres, 09 de dezembro de 2019.Silvio Mendonça Ribeiro Filho Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 153053 Nr: 4244-04.2019.811.0008
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO ITAUCARD S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARGARIDA DA COSTA NOGUEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR - OAB:16168/A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MATHEUS HENRIQUE PADILHA DE ALMEIDA - OAB:24.781/O
Inicialmente, INDEFIRO o pedido de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita à requerida, considerando não ter apresentado documentos hígidos que comprovem a impossibilidade, ainda que momentânea, de arcar com as custas, despesas processuais e sucumbência.O feito comporta JULGAMENTO ANTECIPADO, nos termos do artigo355, I, eis que os contornos da lide não demandam dilação probatória.Extrai-se dos documentos acostados aos autos que houve a purgação da mora, o prazo estabelecido no artigo 3º, §2º do Decreto nº 911/69.Portanto, com o pagamento integral da dívida e, ainda com a concordância do autor a respeito do pagamento, de rigor a procedência da demanda, com a declaração de purgação da mora.O comprovante de depósito de fls. 25 denota a quitação do débito. Ademais, o autor concorda com a purgação da mora. Assim, ao purgar a mora, o devedor nada mais faz do que reconhecer a procedência do pedido, admitindo a inadimplência, requisito autorizador da ação de busca e apreensão.Isto posto, DECLARO PURGADA A MORA pela requerida e, consequentemente a quitação integral do contrato, declarando resolvido o mérito, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil, revogando a liminar antes concedida.Em consequência, DETERMINO que a parte autora proceda com a RESTITUIÇÃO do veículo apreendido, diretamente ao requerido, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de fixação de multa diária, sem prejuízo da conversão da obrigação em perdas e danos na impossibilidade da devolução do bem.DEFIRO o levantamento pelo autor, da importância depositada pelo requerido, às fls. 25, ficando desde já autorizada a expedição do alvará.Pelo princípio da causalidade condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais e de honorários

advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, forte no artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil.Com o transito em julgado, ARQUIVE-SE procedendo com as baixas e anotações necessárias.Publique-se. Intimem-se

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 154879 Nr: 5424-55.2019.811.0008
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Heleno Fernandes dos Santos
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSELINA LUCIA DOS SANTOS SOUZA - OAB:MT 3493
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, condenando o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a conceder a aposentadoria ao autor, na qualidade de segurado especial rural, no valor de 01 (um) salário mínimo. Para início do pagamento do benefício, fixo a data do REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO em 23/07/2018 (fls. 30).Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 487, I, do CPC.CONCEDO a tutela provisória de urgência de caráter antecipado, porque presentes, nesse momento, os pressupostos legais para tanto, notadamente a probabilidade do direito invocado pela autora. O perigo de dano também se faz presente, considerando-se o caráter alimentar da verba pleiteada, o que dispensa maiores comentários. OFICIE-SE, com urgência, para implantação do benefício no prazo de 30 dias, sob pena de multa diária que arbitro em R$ 100,00 (cem reais), limitado ao teto de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 21349 Nr: 1622-40.2005.811.0008
AÇÃO: Depósito da Lei 8. 866/94->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO VOLKSWAGEM S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): AGNALDO PEDROSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO - OAB:MT-4482
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Diante do exposto, e considerando tudo que nos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido de depósito formulado pelo Autor, para condenar o Réu a depositar, em quantia certa, o valor do bem ou do débito contratual, o que for menor.CONDENO a Parte Ré ao pagamento de custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação (art. 85, § 2º do CPC).Após o trânsito em julgado, e decorridos 15 (quinze) dias sem a manifestação da parte vencedora, expressando a vontade de executar a sentença, ARQUIVE-SE, com as baixas e anotações necessárias (item 6.16.29, da CNGCGJ/MT).PUBLIQUE-SE. INTIMEM-SE. CUMPRA-SE, expedindo o necessário.Barra do Bugres – (MT), 03 de dezembro de 2019.Silvio Mendonça Ribeiro FilhoJuiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 157957 Nr: 7190-46.2019.811.0008
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOELMA DA SILVA RIBEIRO, HGRM, JRM, WRM
PARTE(S) REQUERIDA(S): HELIO MENDES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LEANDRO GOMES DALLAZEN - OAB:23411/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos do art. 334, § 3º, CPC, fica a parte autora intimada, por meio de seu advogado, para a audiência de conciliação/mediação que será realizada no dia 21/01/2020, às 08:30, na sala de audiências do CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos, sito à Rua João Custódio da Silva, nº. 408, Bairro Maracanã, Barra do Bugres – MT.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 107026 Nr: 6150-68.2015.811.0008
AÇÃO: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARIA LUCY CONCEIÇÃO DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): AGRIVAN DOS SANTOS GUILHERME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PUBLICA - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc.
Conforme determinação de fl. 30 foi expedido mandado com a finalidade de intimar a Parte Autora, pessoalmente, para que regularize sua representação processual. No entanto, não foi observada a mudança de endereço nos autos e o mandado foi expedido com o endereço constante na inicial, o qual não foi localizado, de acordo com certidão do Sr. Oficial de justiça (fl. 33).
Desta forma, RENOVE-SE a determinação de fl. 30, e proceda-se a intimação no endereço correto, constante em certidão de fl. 22.
PUBLIQUE-SE. INTIME-SE.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
Barra do Bugres/MT, 10 de dezembro de 2019.
Silvio Mendonça Ribeiro Filho
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 158049 Nr: 7226-88.2019.811.0008
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: NEUSA OLIVEIRA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S/A - PREVISUL, BANCO BRADESCO S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSELINA LUCIA DOS SANTOS SOUZA - OAB:MT 3493
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos do art. 334, § 3º, CPC, fica a parte autora intimada, por meio de seu advogado, para a audiência de conciliação/mediação que será realizada no dia 21/01/2020, às 09:30, na sala de audiências do CEJUSC – Centro Judiciário de Solução de Conflitos, sito à Rua João Custódio da Silva, nº. 408, Bairro Maracanã, Barra do Bugres – MT.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 149831 Nr: 2206-19.2019.811.0008
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LUIZ ANTONIO BORGES DE SOUZA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FRANCISCO ARANTES NETO - OAB:25.147/O, Marli Guarnieri de Lima - OAB:11865
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Assim, presentes os requisitos intrínsecos e extrínsecos, CONHEÇO dos embargos opostos, porém NEGO-LHES PROVIMENTO, uma vez que não constato a presença de qualquer das hipóteses do art. 1.022 do CPC, e MANTENHO a sentença de fls. 89/90 pelos seus próprios e suficientes fundamentos.PUBLIQUE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE na íntegra a decisão judicial de fls. 89/90.Após o trânsito em julgado, CERTIFIQUE-SE e remetam-se ao ARQUIVO DEFINITIVO, com as baixas necessárias.Barra do Bugres/MT, 06 de dezembro de 2019.Silvio Mendonça Ribeiro Filho Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 156541 Nr: 6392-85.2019.811.0008
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FLORINDO AGROPASTAGEM LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): VLADIMIR JOSÉ ALVES MARTINS, IEDA DEGAM ZANATA MARTINS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RAFAEL AUGUSTO DE BRITO DURIGAN - OAB:OAB/MT 13.631
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
CERTIDÃO
Certifico que recebi os presentes autos da 1ª Vara desta Comarca.
Certifico ainda, que a sessão de conciliação e/ou mediação foi designada para o dia 13 de FEVEREIRO de 2020 às 13:30 horas, à realizar-se na Rua João Custódio da Silva nº 408, Bairro Maracanã - CEJUSC - Prédio do Juizado Especial, na cidade de Barra do Bugres - MT.
Certifico que faço a remessa dos autos ao Juízo de origem, para as providencias que se fizerem necessárias. Nada Mais.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 99541 Nr: 1357-86.2015.811.0008
AÇÃO: Inventário->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: APG, NPG, EFP, LFP
PARTE(S) REQUERIDA(S): JFP, RP
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DE BARRA DO BUGRES - OAB:, MARIANA MARQUES DE ALMEIDA BRAGA - OAB:27297
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
CERTIDÃO
Certifico que recebi os presentes autos da 1ª Vara desta Comarca.
Certifico ainda, que a sessão de conciliação e/ou mediação foi designada para o dia 26 de MARÇO de 2020 às 13:30 horas, à realizar-se na Rua João Custódio da Silva nº 408, Bairro Maracanã - CEJUSC - Prédio do Juizado Especial, na cidade de Barra do Bugres - MT.
Certifico que faço a remessa dos autos ao Juízo de origem, para as providencias que se fizerem necessárias. Nada Mais.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 141972 Nr: 6117-73.2018.811.0008
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MFDN, VAGNER RODRIGUES NASCIMENTO
PARTE(S) REQUERIDA(S): CLAUDIELLI FERREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PUBLICA -MT. - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
CERTIDÃO
Certifico que recebi os presentes autos da 1ª Vara desta Comarca.
Certifico ainda, que a sessão de conciliação e/ou mediação foi designada para o dia 30 de JANEIRO de 2020 às 13:00 horas, à realizar-se na Rua João Custódio da Silva nº 408, Bairro Maracanã - CEJUSC - Prédio do Juizado Especial, na cidade de Barra do Bugres - MT.
Certifico que faço a remessa dos autos ao Juízo de origem, para as providencias que se fizerem necessárias. Nada Mais.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 152616 Nr: 3987-76.2019.811.0008
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANGELO JOSE ZANDONAIDE, GLEIBI MARIA ALVES ZANDONARDE
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESPOLIO DE EVANDRO LUIZ ARGENTON, REGINA CELIA SABIONE, RICARDO TADEU LOURIMIER
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIO ALVES DE OLIVEIRA - OAB:8083/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
CERTIDÃO
Certifico que recebi os presentes autos da 1ª Vara desta Comarca.
Certifico ainda, que a sessão de conciliação e/ou mediação foi designada para o dia 26 de MARÇO de 2020 às 12:30 horas, à realizar-se na Rua João Custódio da Silva nº 408, Bairro Maracanã - CEJUSC - Prédio do Juizado Especial, na cidade de Barra do Bugres - MT.
Certifico que faço a remessa dos autos ao Juízo de origem, para as providencias que se fizerem necessárias. Nada Mais.

2ª Vara

Intimação

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1000238-34.2019.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
INTERLIGACAO ELETRICA DO MADEIRA S/A (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO CRESPO PASCALICCHIO VINA OAB - SP287486 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES (IMPETRADO)
Procuradoria Geral do Município de Barra do Bugres (IMPETRADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SAULO ALMEIDA ALVES OAB - MT13615-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE BARRA DO BUGRES SENTENÇA Processo: 1000238-34.2019.8.11.0008. IMPETRANTE: INTERLIGACAO ELETRICA DO MADEIRA S/A IMPETRADO: PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES, PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES Vistos; 1. Trata-se de MANDADO DE SEGURANÇA C.C PEDIDO LIMINAR INAUDITA ALTERA PARS impetrado por INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO MADEIRA S.A., contra ato da SR. PREFEITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES E PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, todos qualificados nos autos em epígrafe. 2. Em sua narrativa fática, alega que, no ano de 2014, foi lavrado contra si o Auto de Infração nº 01/2014-BB para exigência de débito de ISS, cujo valor total é de R$ 2.240.776,82, composto pela soma do ISS devido (R$755.366,88); correção monetária; juros de mora; multa de mora e multa de infração. Por conseguinte, no ano de 2018, com a publicação da Lei Municipal nº 2.323/2018, o impetrante viu a possibilidade de quitar a sua dívida tributaria, tendo em vista o desconto de 70% da correção monetária e de 100% das multas e juros de mora para o pagamento à vista. 3. Assim, solicitou aos impetrados uma simulação de como ficaria o valor do débito para pagamento à vista com aplicação da Lei Municipal nº 2.323/2018, todavia, constatou que não foram aplicados os descontos previstos na lei municipal, pois a simulação entendeu que o valor do débito de ISS seria o de R$ 2.240.776,82, quando na verdade estão incluídos nesse valor os juros, multas e correção monetária aplicados no Auto de Infração, justamente os encargos que deveriam sofrer a redução/isenção. 4. Por seu turno, afirma que em razão o prazo para adesão aos benefícios da Lei Municipal nº 2.323/2018 terminar em 12.04.2019, busca o deferimento de liminar para tão logo permitir o pagamento da dívida tributaria com os descontos previstos na lei municipal e não aplicados pelos impetrados. 5. Juntou documentos. 6. Recebida a exordial, fora deferido o pleito liminar vindicado na exordial, para o fim de determinar que os Impetrados apliquem os descontos previstos no art. 12, I, da Lei nº 2.323/2018 de forma literal, alcançando inclusive os juros, multa e correção monetária existentes no Auto de Infração nº 01/2014 –BB; bem como par que fornecessem o Documento de Arrecadação Municipal (DAM) ou boleto bancário à Impetrante, para quitação, considerando o cálculo correto da Dívida atualizada para 04.2019. (ID. 19348829). 7. O impetrante, no (ID. 19376714) informou o descumprimento da medida liminar deferida, por parte dos impetrados, razão pela qual efetuou ao depósito judicial do valor de R$ 827.220,99, que entende devido. 8. Devidamente notificado, o impetrado Município de Barra do Bugres-MT, apresentou manifestação (ID. 19660264), requerendo o levantamento de valores, alegando que estes restavam incontroversos. 9. O impetrante, no (ID. 19788248) pugnou pelo indeferimento do levantamento do depósito, ante o descumprimento das ordens liminares deferidas nos autos, requerendo ao final a concessão definitiva da segurança postulada. 10. No (ID. 19788846) o impetrante informou concordância com o levantamento dos valores depositados, ante a ausência de contestação especifica do impetrado. Requereu o julgamento procedente do processo, com baixa definitiva do débito existente na Prefeitura. 11. O impetrado devidamente intimado, apresentou manifestações intempestivas (ID. 19985758), (ID. 20545843), alegando inicialmente ser o débito discutido incontroverso, uma vez que confessado pela impetrante, ressaltando ainda que foi admitido pelo município, a aplicação da Lei Municipal 2.323/2018, medida essa, já deferida pelo presente Juízo. Todavia, alegou

que discussão dos valores do débito não comporta espaço no presente mandamus, de forma que existem outros meios possíveis, que não a via eleita. Assim requereu a admissibilidade do presente writ apenas para conceder os benefícios contidos na Lei Municipal 2.323/2018, diante do direito líquido e certo alegado e provado nos autos. 12. No (ID. 20500333) fora determinado à intimação da impetrante para manifestar-se quanto à concordância dos cálculos apresentados pela parte impetrada no (ID. 19985758), no prazo legal. 13. O impetrante apresentou manifestação (ID. 21826914), alegando inicialmente que as manifestações (ID. 19985758), (ID. 20545843), de igual conteúdo, apresentadas em 09.05.2019 e 31.05.2019, são intempestivas, uma vez que protocoladas fora do prazo de 10 dias úteis previsto no artigo 7º, inciso I, da Lei nº 12.016/20091 c/c o artigo 219 do Código de Processo Civil. Alegou ainda, que ao contrário do que aduziram os Impetrados, a impetração do presente mandamus é absolutamente adequada à situação nele exposta, ante a inercia da Municipalidade na aplicação dos benefícios prescritos na Lei Municipal nº 2.323/2018 em favor do impetrante. Por fim, pugnou pela rejeição da preliminar de inadequação da via eleita, bem como a declaração de intempestividade das informações prestadas pelo impetrado, confirmando-se a ordem liminar mediante a prolação de sentença concessiva da segurança pleiteada. 14. Instado a manifestar-se, o Ministério Público apresentou parecer no (ID. 22789656), declinando suas atribuições por entender não haver interesses indisponíveis a justificar a atuação obrigatória do Parquet, pugnando pelo regular prosseguimento do feito. Vieram-me os autos conclusos. É o breve relato. Fundamento e Decido. 15. Trata-se de MANDADO DE SEGURANÇA C.C PEDIDO LIMINAR INAUDITA ALTERA PARS impetrado por INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO MADEIRA S.A., contra ato da SR. PREFEITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES E PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, todos qualificados nos autos em epígrafe. 16. De proêmio, deixo de apreciar os pontos preliminares arguidos pelo Impetrado, uma vez que devidamente intimado, apresentou defesa de forma intempestiva. Entretanto, registro que estas serão analisadas no decorrer do presente decisum, eis que estas se confundem com o mérito. Partes legítimas e devidamente representadas, assim como não havendo mais preliminares a ser apreciadas, e nem nulidades a serem declaradas, debruço-me, incontinenti, no mérito da causa. 17. Pois bem, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso LXIX, dispõe o seguinte acerca do mandado de segurança, in verbis: “LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por ‘habeas-corpus’ ou ‘habeas-data’, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público”. 18. Por sua vez, extrai-se do artigo 1º, caput, da Lei nº 12.016/09 que: “Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus, sempre que, ilegalmente ou com abuso do poder, alguém sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for ou sejam quais forem as funções que exerça.” 19. O direito líquido e certo a merecer proteção mandamental, segundo conceito de renomados doutrinadores, entre eles o Prof. Alfredo Buzaid, é o seguinte: “O conceito de direito líquido e certo é a ideia de sua incontestabilidade, isto é, uma afirmação jurídica que não pode ser séria e validamente impugnada pela autoridade pública que pratica um ato ilegal ou de abuso de direito. Ora, a norma constitucional ou legal há de ser certa em atribuir a pessoa o direito subjetivo, tornando-o insuscetível de dúvida. Se surgir a seu respeito qualquer controvérsia, quer de interpretação, quer de aplicação, já não pode constituir fundamento para a impetração de Mandado de Segurança”. 20. O notável Hely Lopes Meirelles, no que diz respeito ao direito líquido e certo, leciona que: “Direito líquido e certo é o que se apresenta manifesto na sua existência, delimitado na sua extensão e apto a ser exercitado no momento da impetração. Por outras palavras, o direito invocado, para ser amparável por mandado de segurança, há de vir expresso em norma legal e trazer em si todos os requisitos e condições de sua aplicação ao impetrante: se sua existência for duvidosa; se sua extensão ainda não estiver delimitada; se seu exercício depender de situações e fatos ainda indeterminados, não rende ensejo à segurança, embora possa ser defendido por outros meios judiciais.” (Mandado de Segurança, Ed. Malheiros, 21ª Edição, págs. 34/35). E: “O direito invocado, para ser amparável por mandado de segurança, há de ser expresso em norma legal e trazer em si todos os requisitos e condições de sua aplicação ao impetrante: se sua existência for duvidosa; se sua extensão ainda não estiver delimitada; se seu exercício depender de situações e fatos ainda indeterminados, não rende ensejo à segurança, embora possa ser defendido por outros meios judiciais. (...) Quando a lei alude a 'direito líquido e certo', está exigindo que esse direito se apresente com todos os requisitos para o seu reconhecimento e exercício no momento da impetração. Em última análise, direito líquido e certo é direito comprovado de plano. Se depender de comprovação posterior, não é líquido nem certo, para fins de segurança”. 21. A parte impetrante fundamenta que seu direito líquido e certo, consiste no pagamento de dívida tributária com os devidos descontos previstos em Lei Municipal 2.323/2018, e que não foram aplicados pelos impetrados, em favor do impetrante. Baseia sua pretensão, no fato de que o Ente Público Municipal, pode celebrar acordo extrajudicial para aplicação dos descontos da anistia (transação) juntamente com o contribuinte, o que na presenta demanda, representa o desconto de 70% da correção monetária e de 100% das multas e juros de mora para o pagamento à vista da dívida tributária, decorrentes do Auto de Infração nº 01/2014-BB, referente de débitos de ISS. 22. Destarte, após a análise minuciosa das razões expostas nos autos, tenho que a segurança deve ser concedida no caso concreto. 23. Com efeito, a questão de mérito deve ser analisada sob o seguinte prisma: O direito líquido e certo do impetrante de obter os benefícios fiscais de anistia e isenção, quando da aplicação da Lei Municipal 2.323/2018, para fins de quitação de dívida tributária perante a Administração Pública Municipal, através de Mandado de Segurança. 24. Anote-se que a estipulação do tributo no ordenamento jurídico brasileiro deve ser regida pelo princípio da estrita legalidade tributária, em consonância ao artigo 150, inc. I, da Constituição Federal. 25. Entretanto, compete à lei complementar estabelecer as normas gerais em matéria de legislação tributária, designadamente a definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados na Constituição e seus respectivos fatos gerados, as bases de cálculo e os contribuintes. 26. Dessa forma, o imposto sobre serviço de qualquer natureza é de competência do Município e encontra-se disciplinado pela Lei Complementar n. 116/2003. 27. Contudo, o presente Mandamus tem por escopo obter os benefícios fiscais de anistia/isenção, para o fim de quitação de dívida tributária perante a Administração Pública Municipal, conjectura que possui previsão legal na Lei Municipal 2.323/2018, que por sua vez não fora aplicada corretamente em favor do impetrante, apesar de requisitado perante a Municipalidade por meio administrativo. 28. Com efeito, nos termos do art. 10 da Lei Municipal nº 2.323/2018, é previsto a possibilidade de o Município, por meio de seu Procurador Geral juntamente com o contribuinte, poderem celebrar acordo extrajudicial para aplicação e concessão de descontos por meio de anistia e isenção, de débitos inscritos em dívida ativa ou não. Vejamos: DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL Art. 10 - O Município de Barra do Bugres, por meio da Procuradoria Geral do Município, e o contribuinte poderão celebrar a transação mediante termo de acordo extrajudicial em relação aos débitos inscritos em dívida ativa e que ainda não foram ajuizados. 29. Outrossim, da análise do art. 12 da Lei Municipal nº 2.323/2018, há expressa previsão dos descontes defendidos pelo Impetrante, in verbis: DAS DISPOSIÇÕES COMUNS AO PARCELAMENTO Art. 12 - A transação extrajudicial ou judicial importa nos seguintes benefícios para pagamento do crédito fiscal: I – para pagamento à vista: desconto de 70% (setenta por cento) da correção monetária e de 100% (cem por cento) da multa e dos juros de mora; II - Para pagamento em até 12 (doze) parcelas: desconto de 50% (cinquenta por cento) da correção monetária e de 80% (oitenta por cento) da multa e dos juros de mora; III - Para pagamento em até 18 (dezoito) parcelas, desconto de 80% (oitenta por cento) multa e juros. IV – para a Dação em pagamento: desconto de 90% (noventa por cento) da multa e dos juros de mora;” [...] 30. Nesse sentido, percebe-se que, quando da elaboração da simulação do débito tributário para o pagamento à vista (ID. 19321465), os Impetrados deixaram de aplicar os descontos no período anterior à confecção do Auto de Infração, em princípio, em desacordo ao que prevê a legislação municipal citada, tendo em vista que a norma não dispõe claramente sobre o início da fase de abrangência das reduções/isenções, devendo, portanto, sua aplicação ser literal, nos termos do art. 111 do CTN. 31. Assim, nos termos da Lei Municipal nº 2.323/2018, o desconto para pagamento à vista será de 70% da correção monetária e de 100% das multas e juros de mora, devendo deste modo ser aplicada corretamente a devida redução das multas, juros e correção monetária apostos no Auto de Infração. 32. Outrossim, é importante registrar, que como se fez presente o perigo de demora quando do oferecimento da prestação jurisdicional (periculum in mora), fora deferido o pleito liminar, consoante decisão (ID. 19348829) vez que se evidenciava

o risco da ineficácia da tutela jurisdicional futura, situação essa que alicerça a concessão da segurança de forma definitiva no presente momento processual, vez que presente os requisitos para sua concessão. 33. Deste modo, entendo que a aplicação da legislação que trata de anistia e isenção deve ser literal e, razão pela qual fora determinado aos Impetrados para que fornecessem o devido Documento de Arrecadação Municipal (DAM) ou boleto bancário à Impetrante, para quitação correta do débito, inclusive com os descontos aplicáveis ao auto de infração, considerando ainda o cálculo correto da Dívida atualizada para 04.2019. 34. Neste sentido, o art. 111, do Código Tributário Nacional prevê que a legislação que preconiza sobre exclusão do crédito tributário deve ser interpretada literalmente. Senão Vejamos: Art. 111. Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre: I - suspensão ou exclusão do crédito tributário; II - outorga de isenção; III - dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias [...] 35. Outrossim, o Código Tributário Nacional prevê em seu artigo 175, espécies de exclusão do crédito tributário, estando presente entre ela, a isenção e anistia. In verbis: Art. 175. Excluem o crédito tributário: I - a isenção; II - a anistia. Parágrafo único. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela conseqüente. [...] 36. "O vocábulo literal deve ser entendido como restritivo, ou seja, apenas aqueles casos expressamente previstos, como de suspensão, exclusão, isenção ou dispensa de cumprimento de obrigações acessórias é que as respectivas normas serão aplicadas. Contrario sensu, portanto, da interpretação extensiva ou analógica" (Cristiano Carvalho, Comentários ao Código Tributário Nacional. Marcelo Magalhães Peixoto e Rodrigo Santos Masset Lacomb (coord.), 2005. p. 920). 37. Regina Helena Costa preleciona que: "a interpretação literal homenageia a segurança jurídica e corrobora o postulado da legalidade tributária, em toda a sua extensão". (COSTA, Regina Helena. Curso de Direito Tributário. São Paulo: Saraiva. 2009. P. 164). 38. Por seu turno, a Lei Municipal nº 2.323/2018, prescreve em seu preambulo as possibilidades para concessão de benefícios para o pagamento de débitos tributários e não tributários; Vejamos: "LEI MUNICIPAL Nº 2.323/2018 Dispõe sobre a Política Municipal de Cobrança da Dívida Ativa Tributária e não-Tributária, ajuizada e não-ajuizada do Município de Barra do Bugres, autoriza o Poder Executivo Municipal, a conceder anistia e isenção, e dá outras providências". [...] 39. Neste sentido, o artigo 16 do mesmo diploma preconiza que os descontos/parcelamento, são aplicáveis tanto a créditos inscritos ou não, na dívida ativa. Veja: "Art. 16 - O parcelamento previsto nesta Lei se aplicará aos créditos inscritos em dívida ativa ou não de qualquer natureza".[...] 40. Pois bem, se a lei diz que, em matéria de isenção tributária, a legislação deve ser interpretada literalmente, é evidente que não há espaço para a criação interpretativa da norma legal, sob pena de violação da norma apontada e de afronta direta ao princípio da legalidade, razão pela qual a concessão da segurança postulada é a medida cabível. 41. Deste modo, não resta duvida que a Lei Municipal nº 2.323/2018 instituiu verdadeira conjectura para concessão de anistia e isenção de dívida tributária. Portanto, conforme dispõe os arts. 111 e 175 do CTN, os dispositivos que instruem/dispõem sobre tais benefícios, devem ser aplicados de forma literal aos débitos inscritos em dívida ativa ou não. 42. Nesse sentido, é o entendimento dos Tribunais Superiores. Senão Vejamos: "APELAÇÃO CÍVEL. REMESSA NECESSÁRIA. AÇÃO ANULATÓRIA. TRIBUTÁRIO. ICMS. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. INAPLICABILIDADE NO CASO CONCRETO. ART. 111 DO CTN. O benefício da redução da base de cálculo equivale à isenção tributária parcial, segundo orientação sedimentada pelas Cortes Superiores. Destarte, benefícios como o do caso em tela ensejam uma interpretação restritiva e literal da legislação, conforme preconiza o art. 111 do CTN. Hipótese em que a isenção parcial que a parte autora alega fazer jus está disciplinada nos artigos 23, inciso VI e 27, inciso V, ambos do Livro I, do RICMS, os quais excluem toda e qualquer tipo de bebida do tratamento diferenciado. Ausente qualquer irregularidade ou ilegalidade no agir do Fisco Estadual, devem ser mantidos os autos de infração. Sentença mantida. APELO DESPROVIDO. REMESSA NECESSÁRIA PREJUDICADA".(Apelação Cível, Nº 70080941727, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Lúcia de Fátima Cerveira, Julgado em: 26-06-2019); "RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. ISENÇÃO. ARTIGO 96, DA LEI 8.383/91 (DIFERENÇA ENTRE O VALOR DE MERCADO AFERIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1991 E O CONSTANTE DE DECLARAÇÕES DE BENS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 1992). APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL APÓS O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 1992.[...] 5. Deveras, a referência normativa ao exercício financeiro de 1992 não teve o condão de condicionar a isenção à apresentação de declaração de ajuste anual dentro daquele ano, mas, sim, de explicitar a conexão entre: (i) ano-calendário 1991/valor de mercado em 31.12.1991 e (ii) exercício financeiro de 1992/utilização da UFIR referente ao mês de janeiro de 1992. 6. A imposição da interpretação literal da legislação tributária que disponha sobre outorga de isenção (artigo 111, inciso II, do CTN) proscreve tanto a adoção de exegese ampliativa ou analógica, como também a restrição além da mens legis ou a exigência de requisito ou condição não prevista na norma isentiva. 7. Raciocínio inverso implicaria em instituir isenção "condicional" sem observância do princípio constitucional da estrita legalidade tributária, que veda a instituição ou aumento de tributo sem lei que o estabeleça (artigo 150, I), bem como determina que "qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal" (artigo 150, § 6º). 8. Outrossim, o Codex Tributário determina que a isenção (ainda quando prevista em contrato) é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão (artigo 176). 9. Conseqüentemente, inexistindo norma expressa que condicione a fruição da isenção à entrega tempestiva da declaração de ajuste anual, não se revela possível a exclusão do contribuinte que retardou o cumprimento do aludido dever instrumental. 10. Ademais, sobressai o fundamento exarado pelo acórdão regional, no sentido de que "a não-observância da isenção concedida ao contribuinte que apresenta declarações fora do prazo legal implica, na prática, em indevido bis in eadem que agrava a situação do autor, o qual já estava sujeito às sanções de ordem pecuniária decorrentes da apresentação extemporânea". 11. Recurso especial desprovido". (REsp 1098981/PR, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/12/2010, DJe 14/12/2010); "APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA NECESSÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. 1. No caso, a documentação dos autos indica que a parte autora é portadora de neoplasia maligna, o que enseja a isenção do imposto de renda, nos termos do art. 6º, XIV, da Lei 7.713/1988 e art. 39, XXXI, do Decreto nº 3.000/1999. A autoridade coatora deve interpretar a lei tributária de forma literal, nos termos do art. 111, II, do CTN, não podendo seu Conselho Deliberativo "legislar" criando casos de suspensão de benefício fiscal que não estão expressamente previstos em Lei. Os documentos dos autos evidenciam que o perito da ora apelante e a Receita Federal foram a favor do reconhecimento da isenção do imposto no caso da impetrante. Assim, evidente o direito líquido e certo à isenção do imposto de renda. 2. O recurso de apelação esgotou a análise da matéria dos autos, de forma que restou prejudicada a remessa necessária". NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO. REMESSA NECESSÁRIA JULGADA PREJUDICADA. UNÂNIME.(Apelação e Reexame Necessário, Nº 70080057623, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Barcelos de Souza Junior, Julgado em: 29-05-2019); "AGRAVO DE INSTRUMENTO. INVENTÁRIO. ITCD. ISENÇÃO. IMÓVEL AVALIADO EM VALOR SUPERIOR AO LIMITE LEGAL. INTERPRETAÇÃO LITERAL. 1. Não há se falar em isenção do ITCD, a teor do art. 79, I, ?a?, da Lei estadual nº 11.651/91, na medida em que o valor dos bens imóveis a serem inventariados supera aquele previsto na norma em questão. 2. A norma tributária concessiva do benefício da isenção deve ser interpretada literalmente, nos termos do art. 111, I, do CTN. 3. Recurso desprovido." (TJGO, Agravo de Instrumento (CPC) 5469722-18.2018.8.09.0000, Rel. EUDÉLCIO MACHADO FAGUNDES, 3ª Câmara Cível, julgado em 21/11/2018, DJe de 21/11/2018). 43. Portanto, deve-se aplicar literalmente o disposto no art. 12, I, Lei nº 2.323/2018, de modo que os descontos de multa, juros e correção dos débitos em discussão nos autos, sejam calculados integralmente. 44. Ante o exposto e atendendo a tudo mais que dos autos consta, com arrimo no Art. 5º, inciso LXIX, CR, e Art. 1º, caput, da Lei 12.016/2009, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, ex vi do artigo 487, I do Código de Processo Civil, posto que confirmo a liminar deferida no ID. 19348829, concedendo a segurança postulada ao Impetrante, para o fim de determinar que os Impetrados apliquem os descontos previstos no art. 12, I, da Lei nº 2.323/2018 de forma literal, alcançando inclusive os juros, multa e correção monetária existentes no Auto de Infração nº 01/2014 –BB, para sua quitação, considerando o cálculo correto da Dívida atualizada para 04.2019, ressalvado aos Impetrados, que eventual cobrança de débito/dívida tributária remanescente, deverá ocorrer em via

ordinária, mediante ação autônoma na seara administrativa ou judicial. 45. Sem ônus sucumbenciais e sem condenação em honorários (Súm. 512, STF, e Súm. 105, STJ, e art. 25, da lei 12.016/2009). 46. Comunique-se à autoridade impetrada o teor desta decisão, para os devidos fins (nos termos do Art. 13, da Lei de Regência). 47. E não havendo recurso voluntário pelas partes, remeta-se os autos para reexame necessário ao E. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (art. 14 §1º, da lei 12.016/2009). 48. Após o trânsito em julgado, considerando-se que os valores encontram-se vinculado aos autos (ID. 19176709), proceda-se com sua transferência na forma requerida pela impetrada, nas contas informadas no (ID. 19659858). 49. Transmita-se, via malote digital, o alvará de liberação para o Sistema de depósitos Judiciais. Após, junte-se. 50. Nos termos do item 2.13.3.3, inserido pelo Provimento n. 16/2011-CGJ, cientifique-se as partes, por qualquer meio de comunicação, para que tome ciência da liberação efetuada. 51. Transitado em julgado, remetam-se os autos ao arquivo com as baixas e anotações de praxe. P.R.I.Cumpra-se. Barra do Bugres-MT, 10 de Setembro de 2019. Arom Olímpio Pereira Juiz de Direito

Expediente

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 118281 Nr: 6799-96.2016.811.0008
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES-MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSE CARLOS DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTONIO CARLOS RUFINO DE SOUZA - OAB:14387/MT, JOSÉ TARGINO - OAB:OAB/MT 3476-B, michele juliana noca - OAB:, SAULO ALMEIDA ALVES - OAB:13.615 MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 30 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): JOSE CARLOS DA SILVA, Cpf: 74951483904, brasileiro(a). atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO do(s) executado(s) acima qualificado(s), atualmente em lugar incerto e não sabido, quanto aos termos da ação executiva que lhe(s) é proposta, consoante consta da petição inicial a seguir resumida, para, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da expiração do prazo deste edital, pagar o débito acima descrito, com atualização monetária e juros, ou nomear bens à penhora suficientes para assegurar o total do débito, sob pena de lhe serem penhorados tantos bens quantos necessários forem para a satisfação da dívida. Data de Distribuição da Ação: 20/12/2016.
RESUMO DA INICIAL: Trata-se de Execução Fiscal promovida pela MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES-MT em face de JOSE CARLOS DA SILVA, na quantia abaixo especificada, referente ao débito de DÍVIDA ATIVA DE IPTU - FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 1400/2002 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, inscrito(s) na(s) seguinte(s) Certidão(ões) de Dívida Ativa: 51/2016.
Data de Inscrição da Dívida Ativa: 05/12/2016
- Valor Total: R$3.917,34 - Valor Atualizado: R$3.917,34 - Valor Honorários: R$0,00
Despacho/Decisão: Vistos. A dívida ativa regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez (Lei 6.830/80, art. 3º). O presente despacho inicial importa ordem para: a) citação; b) penhora; c) arresto; d) registro da penhora ou do arresto, independentemente do pagamento das custas; e) avaliação dos bens penhorados ou arrestados. Cite-se o devedor para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os acréscimos legais, ou garantir a execução com oferecimento de bens à penhora. A citação poderá ser feita pelo Correio, salvo se o autor requerer que se faça por meio de oficial de justiça (art. 8º, I e II). Não pago o débito nem garantida à execução, o oficial de justiça fará a penhora de bens dos devedores, procedendo-se desde logo à avaliação, devendo o valor constar do termo ou auto de penhora (art. 13). O executado poderá, querendo, oferecer embargos no prazo de 30 dias, contados da intimação da penhora. Se não forem oferecidos embargos, ou se forem rejeitados, "a alienação de quaisquer bens penhorados será feita em leilão público", sejam bens móveis ou imóveis, tudo conforme art. 23 da LEF, observando-se, ainda, o seguinte: a) Súmula 121 do STJ: "Na execução fiscal o devedor deverá ser intimado, pessoalmente, do dia e hora da realização do leilão"; b) Súmula 128 do STJ: "Na execução fiscal haverá segundo leilão, se no primeiro não houver lanço superior à avaliação". O leilão será precedido de publicação de edital, afixado no local de costume, na sede do Juízo, e publicado em resumo, uma só vez, gratuitamente, na imprensa oficial. O prazo entre as datas de publicação do edital e do leilão não poderá ser superior a 30 dias, nem inferior a 10 dias (art. 22, § 1º). Promova-se o protesto da CDA na forma do Provimento nº 19/2007-CGJ. Considerando a escassez de servidores na Secretaria da 2ª Vara desta Comarca, o que tem dificultado o cumprimento de diversas ordens emanadas deste Juízo, bem como em razão do número elevado de processos aguardando cumprimento, nos termos da Ordem de Serviço nº 001/2012, serve a presente como mandado. Às providências. Intime-se. Cumpra-se.
ADVERTÊNCIA: Fica(m) ainda advertido(s) o(s) executado(s) de que, aperfeiçoada a penhora, terá(terão) o prazo de 30 (trinta) dias para opor(oporem) embargos.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, CRISTIANO MANTOVANI GUIMARÃES, digitei.
Barra do Bugres, 27 de novembro de 2019
Anne Caroline Fonseca Pereira Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.205/CNGC

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 156493 Nr: 6363-35.2019.811.0008
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CLEIDE MARIA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCO S.A, COMPANHIA DE SEGUROS PREVIDENCIA DO SUL (PREVISUL)
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LEANDRO GOMES DALLAZEN - OAB:23411/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Certifico e dou fé que, a sessão designada para a data de 06/02/2020, às 14:00 horas, foi designada para a parte solicitante e ao solicitado BANCO BRADESCO S/A. NADA MAIS

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 104595 Nr: 4524-14.2015.811.0008
AÇÃO: Arrolamento Sumário->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOAQUIM DIAS RAMOS, ANA VIEIRA DA SILVA, JOVINO RAMOS DA SILVA, VITORINO FERREIRA DA COSTA, BENEDITA RAMOS DA SILVA, ANTONIA RAMOS DA COSTA, ANA DIAS RAMOS, SEBASTIANA DIAS RAMOS MACIEL, CRISTINA DE CARVALHO RAMOS, JOSE DIAS RAMOS, EZIQUIEL PROFETA MACIEL, MARIA RAMOS DE FARIA, ARMANDO DE FARIA
PARTE(S) REQUERIDA(S): TOMAZ DOS SANTOS RAMOS, FRANCISCA DIAS RAMOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MICHELE JULIANA NOCA - OAB:7.622/MT, SAULO ALMEIDA ALVES - OAB:13.615 MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente e Provimento (artigo 482 da CNGC e artigos 152 e 203 do CPC), considerando o decurso de prazo solicitado na petição retro, impulsiono o feito com a finalidade de intimar a parte requerente para que no prazo legal, dê prosseguimento ao feito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 9032 Nr: 225-48.2002.811.0008
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MOTOS MATO GROSSO LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): GERVÁZIO FERREIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: PATRICIA JORGE DA CUNHA VIANA DANTAS - OAB:8014
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PÚBLICA DE

BARRA DO BUGRES - OAB:

Nos termos da legislação vigente e Provimento (artigo 482 da CNGC e artigos 152 e 203 do CPC), considerando a manifestação de fls. 207/208, impulsiono o feito com a finalidade de intimar a parte requerente para que no prazo legal, se manifeste no que entender de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Sílvio Mendonça Ribeiro Filho
Cod. Proc.: 159280 Nr: 7904-06.2019.811.0008
AÇÃO: Alimentos - Provisionais->Processo Cautelar->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FERNANDA DA SILVA GUERRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): WALLIFER DINIS DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Vistos.1. Recebo a exordial. Processe-se em segredo de justiça (Art. 189, II, CPC).2. Presentes os pressupostos, defiro os benefícios da gratuidade da justiça, concedendo a requerente as isenções previstas no art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil. Poderá, entretanto, este juízo revogar essa concessão em qualquer fase do processo, se for constatada a inveracidade dos fatos alegados pela necessitada.3. Havendo prova pré-constituída da paternidade (fl. 14), defiro os alimentos provisórios requeridos, nos termos do art. 4º, da Lei n.º 5.478/68 (Lei de Alimentos), fixando-os, tendo em vista a não comprovação do valor real percebido pelo requerido, em 30% (trinta por cento) do salário mínimo, devido a partir da citação, a ser depositado na conta bancária da Requerente, até o dia 10 (dez) de cada mês, não podendo ser inferior ao valor correspondente a 30% (trinta por cento) do salário mínimo, equivalente a R$ 299,40 (duzentos e noventa e nove reais e quarenta centavos).4. Em mantendo vínculo empregatício, oficie-se a empresa empregadora para que seja realizado o desconto da prestação alimentícia em folha de pagamento do requerido, no importe de 30% (trinta por cento) do salário mínimo. União ou do Estado (artigo 334, § 8º, do NCPC).10. Notifique-se o Ministério Público, para que, querendo, compareça a audiência.11. Expeça-se o necessário.12. Cumpra-se, com a urgência que o caso requer.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Arom Olímpio Pereira
Cod. Proc.: 159282 Nr: 7906-73.2019.811.0008
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ROSA MARIA LUIZ DOS SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALUIRSON DA SILVA ARANTES JUNIOR - OAB:17.550/MT, WAYNE ANDRADE COTRIM ARANTES - OAB:12603/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
1. Recebo a exordial.
2. Presentes os pressupostos, defiro os benefícios da gratuidade da justiça, concedendo a requerente as isenções previstas no art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil. Poderá, entretanto, este juízo revogar essa concessão em qualquer fase do processo, se for constatada a inveracidade dos fatos alegados pela necessitada.
3. Analisando os autos com vagar verifica-se que a requerente pretende que seja adiantado os efeitos da tutela, para compelir o requerido a implantar o benefício previdenciário ao autor.
4. Destarte, não se olvidando dos argumentos advogados pela requerente, entendo que não é o caso do deferimento da antecipação pretendida. Considerando que os documentos colacionados a exordial não oferecem sustentáculo suficiente para tanto, a partir do instante em que a autora visa afastar resultado de perícia médica realizada pelo requerido, em relação a qual milita presunção de legalidade por se tratar de ato de entidade pública, elementos de convicção não podem ser considerados como prova inequívoca para os fins do art. 300, do Novo Código de Processo Civil, sendo necessária a produção de perícia médica para aferição da extensão da incapacidade alardeada pelo demandante.
5. Deste modo, indefiro a antecipação de tutela pretendida e determino a citação do requerido, para, querendo, responder, no prazo de 15 dias, computado em dobro, por força do disposto nos arts. 335, caput, e 183, ambos do Novo Código de Processo Civil.
6. Consigne-se no mandado que, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (art. 344, NCPC).
7. Apresentada a peça de defesa e alegando-se nesta qualquer das hipóteses previstas no art. 337 do NCPC, à parte autora para impugná-la no prazo de 15 dias (art. 351, NCPC). Em seguida, conclusos.
8. Expeça-se o necessário.
Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Arom Olímpio Pereira
Cod. Proc.: 159066 Nr: 7787-15.2019.811.0008
AÇÃO: Inventário->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GILNAIR ALVES BATISTA DOS SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): JESSICA TATIANE BATISTA LIMA, RHUAN VICTOR BATISTA LIMA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AMANDA SILVA PINHEIRO - OAB:21180/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
1. Nomeio inventariante a parte autora, Sra. Gilnair Alves Batista dos Santos, que prestará compromisso em 05 (cinco) dias e declarações nos 20 dias subsequentes.
2. Feitas as primeiras declarações, citem-se o Dr. Promotor e os interessados não-representados, se for o caso, bem como a Fazenda (CPC, art. 626), manifestando-se ela sobre os valores e podendo, se deles discordar, juntar prova de cadastro, em 15 dias (art. 629) ou atribuir valores, que poderão ser aceitos pelos interessados (art. 634), manifestando-se expressamente.
3. Havendo concordância, quanto às primeiras declarações e quanto aos valores, iniciais ou atribuídos, às últimas declarações (art. 628) e digam, em 15 dias (art. 637).
4. Se estiverem de acordo, procedam ao cálculo e digam, em 5 dias (art. 638).
5. Determino o recolhimento das custas ao final como condição de expedição dos formais de partilha.
6. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Arom Olímpio Pereira
Cod. Proc.: 158830 Nr: 7653-85.2019.811.0008
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BV FINANCEIRA S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ELIAS TEIXERA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO - OAB:20732/A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Preenchidos os requisitos legais, CONCEDO A LIMINAR postulada e determino a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente descrito na inicial.Serve cópia da presente como mandado de busca e apreensão, devendo no mesmo ato, o Sr. Oficial de Justiça proceder a citação do requerido para, querendo, em 15 dias, contestar a ação, ou requerer a purgação da mora (art. 3º, § 1°, do Decreto-Lei 911/69, com redação da Lei nº 10.931/2004).Concedo ao Sr. Oficial de Justiça os benefícios do artigo 212 do CPC.Expeça-se o necessário.Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Arom Olímpio Pereira
Cod. Proc.: 159042 Nr: 7769-91.2019.811.0008
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARISA GOMES MENDES
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSUÉ ALVES NASCIMENTO -

OAB:OAB MT 20466
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
1. De proêmio, anoto que o(a) requerente não aportou aos autos cópia integral da decisão que indeferiu o requerimento na esfera administrativa (Autarquia Federal – Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS).
2. Deste modo, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias emende a inicial, juntando aos autos cópia integral da decisão de indeferimento administrativo do benefício pleiteado, sob pena de extinção do feito, nos termos do artigo 321 do Novo Código de Processo Civil.
3. Realizada a emenda no prazo assinalado, tornem-me os autos conclusos para análise da tutela pleiteada.
4. Em caso de inércia, certifique-se e conclusos.
5. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Arom Olímpio Pereira
Cod. Proc.: 159216 Nr: 7876-38.2019.811.0008
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOELMA DA SILVA RIBEIRO
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LEANDRO GOMES DALLAZEN - OAB:23411/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
1. Recebo a exordial.
2. Presentes os pressupostos, defiro os benefícios da gratuidade da justiça, concedendo a requerente as isenções previstas no art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil. Poderá, entretanto, este juízo revogar essa concessão em qualquer fase do processo, se for constatada a inveracidade dos fatos alegados pela necessitada.
3. Analisando os autos com vagar verifica-se que a requerente pretende que seja adiantado os efeitos da tutela, para compelir o requerido a implantar o benefício previdenciário ao autor.
4. Destarte, não se olvidando dos argumentos advogados pela requerente, entendo que não é o caso do deferimento da antecipação pretendida. Considerando que os documentos colacionados a exordial não oferecem sustentáculo suficiente para tanto, a partir do instante em que a autora visa afastar resultado de perícia médica realizada pelo requerido, em relação a qual milita presunção de legalidade por se tratar de ato de entidade pública, elementos de convicção não podem ser considerados como prova inequívoca para os fins do art. 300, do Novo Código de Processo Civil, sendo necessária a produção de perícia médica para aferição da extensão da incapacidade alardeada pelo demandante.
5. Deste modo, indefiro a antecipação de tutela pretendida e determino a citação do requerido, para, querendo, responder, no prazo de 15 dias, computado em dobro, por força do disposto nos arts. 335, caput, e 183, ambos do Novo Código de Processo Civil.
6. Consigne-se no mandado que, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (art. 344, NCPC).
7. Apresentada a peça de defesa e alegando-se nesta qualquer das hipóteses previstas no art. 337 do NCPC, à parte autora para impugná-la no prazo de 15 dias (art. 351, NCPC). Em seguida, conclusos.
8. Expeça-se o necessário.
Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 46243 Nr: 2411-63.2010.811.0008
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SRDS
PARTE(S) REQUERIDA(S): AMDM
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Odila de Fátima dos Santos - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: SAULO ALMEIDA ALVES - OAB:13.615
Trânsito em Julgado(Sem Recurso)
CERTIDÃO
Certifico e dou fé que a sentença de fls. 127, 127-vº transitou em julgado sem interposição de recurso.
Barra do Bugres - MT, 12 de dezembro de 2019.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 96331 Nr: 5449-44.2014.811.0008
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANA CLAUDIA DOS PASSOS DUARTE - ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROMES JÚLIO TOMAZ - OAB:3791
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FÁTIMA FERNANDA DA SILVA - OAB:26195
Nos termos da legislação vigente e Provimento (artigo 482 da CNGC e artigos 152 e 203 do CPC), certifico que decorreu o prazo do edital sem manifestação da parte executada. Assim sendo, considerando a nomeação de advogado dativo na decisão retro, impulsiono o feito com a finalidade de intimas a Dra. Fátima Fernanda da Silva para que no prazo legal, manifeste-se nos autos.

3ª Vara

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Pierro de Faria Mendes
Cod. Proc.: 117505 Nr: 6303-67.2016.811.0008
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): CELIO BORGES MARRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Alexandro Takishita Martins Martins da Fonseca - OAB:12.203-A
27. Calcado nos fundamentos fáticos e jurídicos acima expostos, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado pelo Ministério Público Estadual, absolvendo o acusado CELIO BORGES MARRA, qualificados nos autos, do crime imputado na peça persecutória (artigo 302, “caput”, da Lei nº 9.503/97), o que faço com esteio no art. 386, III, do Código de Processo Penal.28. Transitada em julgado, PROCEDA a escrivania às comunicações necessárias, observando a seção 16 do capítulo 7 da CNGC, para que desta forma o réu não sofra nenhum gravame em face do processo em tela.29. Isenção de custas e despesas processuais conforme norma 2.3.14 da CNGC/MT.29. DÊ-SE ciência ao MPE.30. PUBLIQUE-SE, INTIME-SE e CUMPRA-SE, providenciando e expedindo o necessário.Barra do Bugres/MT, 12 de dezembro de 2019.PIERRO DE FARIA MENDESJuiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Pierro de Faria Mendes
Cod. Proc.: 150716 Nr: 2757-96.2019.811.0008
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSE WELTON BERNARDO DA SILVA, WAGNER BRITO DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GIVANILDO GOMES - OAB:12.635, Jean Michel Sanches Piccoli - OAB:15877, JEAN MICHEL SANCHES PICCOLI - OAB:15877-MT
56. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos da denúncia, para CONDENAR os acusados JOSÉ WELTON BERNARDO DA SILVA e WAGNER BRITO DE SOUZA, qualificados nos autos, como incursos no artigo 33, caput, c/c art. 40, VI, ambos da Lei 11.343/2006.....VI – Das determinações finais.77. Qualquer objeto lícito apreendido deverá ser devolvido ao proprietário. Os ilícitos deverão ser destruídos, encaminhados ou doados, nos moldes da seção própria do capítulo 07 da CNGC/MT.78. Nos termos do Provimento de nº 08/99 da E. CGJ/MT, DETERMINO a destruição da(s) substância(s) entorpecente(s) apreendida(s), com as cautelas de estilo.79. Custas e despesas processuais pelo acusado, ressalvado o disposto no artigo 98 e seguintes do CPC/2015, com aplicação analógica aos autos, se devidamente

comprovado. 80. INTIME-SE o condenado, a defesa técnica e o MPE para conhecimento deste decisum (art. 392 do CPP), devendo constar da intimação o prazo de 10 dias para o pagamento da pena de multa, conforme dispõe o artigo 50 do CP.81. Transitada em julgado a sentença, ANOTE-SE o nome do réu condenado no rol dos culpados. 82. COMUNIQUE-SE a condenação à Justiça Eleitoral para os efeitos do art. 15, III, da Constituição Federal, e ao Instituto Nacional de Identificação.83. EXPEÇA-SE oportunamente a guia de execução penal, com observância da LEP e Resolução n° 113 do CNJ.84. OFICIEM-SE aos órgãos de política criminal, conforme CNGC/MT.85. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, INTIME-SE e CUMPRA-SE, providenciando e expedindo o necessário.Barra do Bugres/MT, 10 de dezembro de 2019.PIERRO DE FARIA MENDESJuiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Pierro de Faria Mendes
Cod. Proc.: 154027 Nr: 4865-98.2019.811.0008
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
PARTE(S) REQUERIDA(S): EDSON DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSUE ALVES NASCIMENTO - OAB:20466
DELIBERAÇÃO
Por fim o Juiz de Direito e Diretor do Fórum PIERRO DE FARIA MENDES deliberou:
1) Quanto ao registro audiovisual da presente audiência, no que toca à sua legalidade, procedimento, publicidade, segurança, conservação e de gravação, cientifico a todos que todos observar as disposições da seção 20 do capítulo 2 da CNGC (Provimento 12/2011/CGJ).
2) HOMOLOGO a desistência encimada.
3) Por fim, encerrada a instrução, colhidas as alegações finais das partes de forma oral, considerando o adiantado da hora, MANTENHO os autos em gabinete para prolação da sentença.
4) Saem os presentes intimados. Expediente necessário. Cumpra-se.
Nada mais havendo a consignar, às 18h37 foi lavrado o presente termo, que vai assinado pelos presentes.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Pierro de Faria Mendes
Cod. Proc.: 133621 Nr: 725-55.2018.811.0008
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL
PARTE(S) REQUERIDA(S): ALAN JUSTINO DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Amanda Silva Pinheiro - OAB:21180/MT, GIVANILDO GOMES - OAB:OAB/MT 12.635
Vistos.
1. Trata-se Ação Penal Pública incondicionada promovida pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso contra ALAN JUSTINO DOS SANTOS, sendo ao mesmo imputado a conduta prevista no artigo 121, §2º, incisos I e IV, do Código Penal.
2. A denúncia foi recebida (fls. 77/77-v), determinando a citação do réu, que ofereceu resposta à acusação à fl. 104/115.
3. No decorrer da instrução, foram colhidos os depoimentos das testemunhas e o interrogatório do réu.
4. Sentença de pronúncia às fls. 386/395.
5. Nos termos do artigo 422 do CPP, o Ministério Público apresentou rol de testemunhas para serem ouvidas em plenário (fl. 528), bem como a defesa também se desincumbiu de tal ônus, consoante petição à fl. 526/526-v.
6. Ante ao exposto, DETERMINO seja o réu pronunciado neste feito submetido ao julgamento pelo E. Tribunal Popular do Júri, em sessão ordinária, no dia 16/01/2020, às 9h00.
7. Oportunamente, providencie o cartório a intimação dos jurados, dos réus, dos seus defensores, do membro do MPE e das testemunhas arroladas pelas partes, bem como a do Juízo, se existente.
9. CUMPRA-SE, providenciando e expedindo o necessário.
Barra do Bugres/MT, 12 de dezembro de 2019.
PIERRO DE FARIA MENDES
Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Pierro de Faria Mendes
Cod. Proc.: 154852 Nr: 5412-41.2019.811.0008
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): josenilton santos da silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Gláucio Araújo de Souza - OAB:13.599
Vistos.1. Trata-se de ação penal com apresentações de resposta à acusação (fls. 122/127), estando o feito apto ao seu saneamento e incursão na fase eminentemente probatória.2. A Defesa almeja a nulidade do processo por emprego de prova ilícita, sob o argumento, de que houve violação do sigilo telefônico, haja vista, que os policiais, após a prisão em flagrante do denunciado, acessaram, sem autorização judicial, os dados constantes do aparelho celular deste.3. Pois bem. Entrementes, verifico que a tese desmerece guarida, uma vez, que o art. 6º, III, do CPP, é claro ao ditar que a autoridade policial, logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, deverá "colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias".4. Na hipótese em comento, verifico que após a flagrância os policiais apreenderam o aparelho celular do denunciado, conforme Termo de Exibição e Apreensão de fl. 12. Assim, realizaram pesquisa junto ao registro de dados do aparelho celular, onde localizaram, no aplicativo, "Whats App", fotos da vítima seminua e de outras menores apenas com roupas intimas.5. Nota-se, portanto, que, no caso em tela, não há que se cogitar de nulidade do processo por violação de sigilo telefônico, pois, o simples exame junto ao registro de dados do aparelho celular, apreendido quando da prisão em flagrante do denunciado – diferente do acesso às informações registradas na empresa de telefonia móvel –, não caracteriza interceptação telefônica, logo, desnecessária a prévia autorização judicial.6. Nessa linha de raciocínio, colaciona-se excerto de julgado do STF:"(...)).7. Isto posto, REJEITO a preliminar aventada.8. Desta forma, não sendo o caso de absolvição sumária face não incidência das hipóteses do artigo 397 e, conforme gizado no artigo 399 e seguintes, ambos do CPP, DESIGNO audiência de instrução e julgamento para o dia 21/01/2020, às 16h30.9.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Pierro de Faria Mendes
Cod. Proc.: 147639 Nr: 782-39.2019.811.0008
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): CRISTIANO MARTINS COTRIM DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LOURIVAL DA CRUZ DIAS - OAB:
Vistos.
1. Trata-se de recurso de apelação criminal (fls. 207/222) manejada contra a sentença derradeira, deveras, preenchidos os requisitos legais objetivos e subjetivos do artigo 593 et seq do CPP, já apresentadas as razões recursais, RECEBO a presente irresignação no(s) seu(s) efeito(s) legal(is).
2. A parte apelada apresentou contrarrazões recursais (fls. 223/240), motivo pelo qual determino a REMESSA dos autos ao e. TJMT, procedendo às anotações e baixas necessárias, bem como, grafando nossas sinceras homenagens.
3. CUMPRA-SE, providenciando e expedindo o necessário.
Barra do Bugres/MT, 12 de dezembro de 2019.
PIERRO DE FARIA MENDES
Juiz de Direito

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000118-88.2019.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
JULIANA FLORENCIO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO BUGRES SENTENÇA Processo: 1000118-88.2019.8.11.0008. REQUERENTE: JULIANA FLORENCIO DA SILVA REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos etc., Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. Decido. O caso se refere à reclamação com pedido de declaração de inexistência de débito e indenização por danos morais, por compensação de falha na prestação de serviços da Reclamada, com negativação alegada indevida. A parte Reclamante alega não reconhecer o valor cobrado pela Reclamada e, que supostamente tenha sido levado à inscrição no banco de dados do SPC/SERASA, no valor de R$ 107,04 (cento e sete reais e quatro centavos), em 10/11/2015. Diante da negativa de débitos e evidente hipossuficiência da parte Reclamante, cumpria à Reclamada trazer aos autos documentos consistentes que pudessem comprovar inequivocamente a relação jurídica entre as partes e a legalidade do débito, nos termos do art. 373, II, do CPC c/c. artigo 6º, VIII, do CDC. Analisando detidamente os autos do processo, verifico que a parte reclamada, em contestação, logrou êxito em demonstrar a legitimidade da cobrança por meio de elementos de prova que indicam a validade do negócio jurídico e a obrigação de pagar que atinge a esfera jurídica da parte autora. A reclamada demonstrou suficientemente a legitimidade da cobrança, trazendo aos autos elementos que demonstram a relação contratual referente à linha móvel nº. (65) 6599653778 (conta 0251413095), de titularidade da parte autora, habilitado em 25/06/2015 até 26/02/2016, bem como os débitos que deram origem ao apontamento nos órgãos restritivos ao crédito. Além disso, de acordo com as provas dos autos, constam vários pagamentos de faturas da prestação de serviço, que diga-se de passagem são condizentes ao início e encerramento da prestação de serviços. Ora, se houve pagamento, é porque houve contrato. Não se pode negar, que nos tempos atuais, de call center, informática, tecnologia, muitos contratos são pactuados eletronicamente, sem a presença física das partes. Negar essa realidade é tapar os olhos à modernidade, ciente que as relações contratuais evoluem, o Direito também evolui! Desta forma, entendo que a Requerida demonstra através de telas do sistema diversos pagamentos de faturas de consumo realizados pela parte autora, demonstrando a relação contratual. Assim, tenho, portanto, que a restrição decorreu de culpa exclusiva do consumidor que não promoveu o pagamento da fatura até o vencimento, deste modo, não há que se falar em dano moral em favor da parte Autora. Havendo demonstração inequívoca da culpa exclusiva do consumidor, não há que se falar em responsabilidade do fornecedor sobre os danos morais, conforme previsão do art. 14, § 3º, II, da Lei nº 8.078/90. Portanto, a improcedência da presente é medida que se impõe. DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido descrito na inicial, e por consequência, declaro extinto o processo com resolução de mérito, com fundamento no art. 487, I, do CPC/15. Transitada em julgado, remetam-se os autos ao arquivo, com as cautelas e anotações necessárias. Sentença Publicada no PJE. Intimem-se. Submeto os autos ao MM. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Enio Martimiano da Cunha Junior Juiz Leigo _____ Vistos, etc. HOMOLOGO o projeto de sentença proferido pelo Juiz Leigo, nos termos do artigo 40 da Lei 9.099/95, para que surtam os devidos e legais efeitos. Intimem-se. Cumpra-se. SILVIO MENDONÇA RIBEIRO FILHO Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000850-40.2017.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ HENRIQUE BARBOSA ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS NPL I (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO BUGRES DESPACHO Processo: 1000850-40.2017.8.11.0008. REQUERENTE: LUIZ HENRIQUE BARBOSA ALVES REQUERIDO: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS NPL I Vistos etc. Considerando que a parte autora alegou, antes de seu pedido de desistência, que não teve acesso à contestação, uma vez que esta estava em segredo de justiça, determino que se retire o impedimento de acesso do autor, para que não se alegue futuramente cerceamento de defesa, e, em seguida, DÊ-SE vistas à parte autora para manifestar no prazo de 05 (cinco) dias. Expirado o prazo, conclusos para SENTENÇA. Cumpra-se, expedindo o necessário. Barra do Bugres, 18 de novembro de 2019. SILVIO MENDONÇA RIBEIRO FILHO Juiz de Direito Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000341-75.2018.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE WILSON CARLOS DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ATIVOS S/A CIA SECURITIZADORA CREDITOS FINANCEIROS (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO BUGRES SENTENÇA Processo: 1000341-75.2018.8.11.0008. REQUERENTE: JOSE WILSON CARLOS DA SILVA REQUERIDO: ATIVOS S/A CIA SECURITIZADORA CREDITOS FINANCEIROS Vistos, etc. Relatório dispensado por força do disposto no art. 38 da Lei 9.099/95. Compulsando os autos, infere-se que a parte autora apresentou de pedido de desistência da ação (ID nº 22278848). Nos termos do estatuído no artigo 200, parágrafo único, do CPC, a desistência da ação somente produz seus efeitos após a homologação Judicial. Ademais, denoto que não há óbice para o deferimento do pedido da parte reclamante, conforme enunciado 90 do FONAJE[1]. Pelo exposto, JULGO EXTINTO o feito, sem resolução do mérito, com fulcro no disposto artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários (art. 55, parte inicial, da Lei nº 9.099/95). Sentença Publicada no PJE. Intimem-se. Submeto os autos ao MM. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. ENIO MARTIMIANO DA CUNHA JUNIOR Juiz Leigo _____ Vistos, etc. HOMOLOGO o projeto de sentença proferido pelo Juiz Leigo, nos termos do artigo 40 da Lei 9.099/95, para que surtam os devidos e legais efeitos. Intimem-se. Cumpra-se. Barra do Bugres-MT, 20 de novembro de 2019. SILVIO MENDONÇA RIBEIRO FILHO Juiz de Direito [1] ENUNCIADO 90 – A desistência da ação, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará a extinção do processo sem resolução do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento, salvo quando houver indícios de litigância de má-fé ou lide temerária (nova redação – XXXVIII Encontro – Belo Horizonte-MG).

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 0500575-22.2015.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
FABRICIA ARMANDO FAVARETTO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOÃO NEVES DE OLIVEIRA OAB - MT0015311A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIA JULIA SE BALAO OAB - MT0008272A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO BUGRES SENTENÇA Processo: 0500575-22.2015.8.11.0008. EXEQUENTE: FABRICIA ARMANDO FAVARETTO EXECUTADO: MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA Vistos, etc. Conforme inteligência do artigo 38, da Lei nº 9.099/95, deixo de exarar o relatório. Fundamento e decido. O Município de Nova Olimpia ofereceu os presentes embargos à execução alegando excesso de execução, aduzindo que o valor correto da execução é R$ 13217,44 (treze mil, duzentos e dezessete reais e quarenta e quatro centavos). Destarte, compulsando os autos verifica-se que os correção monetária e os juros moratórios, foram objetos de sentença e confirmada pela Superior Instância, tema que se encontra coberto pelo manto da coisa julga material, devendo somente ser realizada a análise da adequação do valor exequendo aos termos definidos na demanda referenciada, consoante entendimento pretoriano in verbis: APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS

JURÍDICOS BANCÁRIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULAS DE CRÉDITO BANCÁRIO. AÇÃO REVISIONAL. ENCARGOS CONTRATUAIS. COISA JULGADA. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO. Reconhecimento da coisa julgada quanto aos pedidos revisionistas, pois os mesmos já foram apresentados e analisados nos autos da ação revisional apresentada pela embargante em desfavor do embargado, com trânsito em julgado. Pedido de suspensão da execução conhecido nesta instância, com base no art. 515, § 3º, do CPC. O simples ajuizamento de ação revisional não autoriza a suspensão do pleito executivo. Ademais, com o trânsito em julgado da demanda revisional, não há motivo para suspender a execução. Tendo sido modificadas cláusulas contratuais, impõe-se a adequação do valor exequendo aos termos definidos na demanda revisional. Precedentes do STJ e do TJRGS. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (TJRS - Apelação Cível Nº 70055737647, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Roberto Imperatore de Assis Brasil, Julgado em 26/02/2014)" "APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. APELO DO EMBARGADO. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO FIXO. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. MATÉRIA ANALISADA EM AÇÃO REVISIONAL COM DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO. FIXAÇÃO DOS CRITÉRIOS PARA APURAÇÃO DO DÉBITO ESTABELECIDOS. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DA DECISÃO COBERTA PELO MANTO DA COISA JULGADA MATERIAL. ADEQUAÇÃO DOS ENCARGOS CONFORME DEFINIDO NA REVISIONAL. RECURSO IMPROVIDO. "A imutabilidade da sentença e de seus efeitos é um dos mais importantes pesos responsáveis pelo equilíbrio entre exigências opostas, inerente a todo sistema processual: (...), implica pôr um ponto final nos debates e nas dúvidas, oferecendo a solução final destinada a eliminar o conflito ou, ao menos, a extinguir os vínculos inerentes à relação processual" (Cândido Rangel Dinamarco). Significa isso que, enfrentando-se revisão dos mesmos encargos em ação revisional, os parâmetros fixados em sentença e apelação anteriores em um dos feitos prevalecem em relação ao outro, frente aos efeitos da coisa julgada. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PEDIDO DE REDISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS ENTRE AS PARTES. POSSIBILIDADE. VERBA HONORÁRIA FIXADA EM PATAMAR ADEQUADO E COM OBSERVÂNCIA DOS PARÂMETROS LEGAIS PREVISTOS NO ART. 20, §§ 3º e 4º DO CPC. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. (TJ-SC - Apelação Cível : AC 20110296320 SC 2011.029632-0 Orgão Julgador Terceira Câmara de Direito Comercial Julgado Publicação 05/07/2013 Julgamento 26 de Junho de 2013 Relator Paulo Roberto Camargo Costa)" Ressalte-se, por oportuno, que o débito perseguido na execução (ID 14477261), encontra-se em consonância com a sentença (ID 4986648), bem como com o v. acordão de ID 12074928, não merecendo respaldo os embargos em exame. DISPOSITIVO Posto isso, e pelo mais que consta dos autos, JULGO IMPROCEDENTES os presentes EMBARGOS À EXECUÇÃO, nos termos do inciso I, do art. 487, do CPC, refutando as teses autorais, e, em consequência, mantenho incólume o título exequendo, devendo prosseguir a ação executiva, em todos os seus efeitos. Sem custas e honorários advocatícios nesta fase, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95. Decorrido o prazo recursal sem impugnação à sentença, arquive-se com as baixas necessárias. Sentença Publicada no PJE. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação do MM. Juiz de Direito. ENIO MARTIMIANO DA CUNHA JUNIOR Juiz Leigo _____ Vistos, etc. HOMOLOGO o projeto de sentença proferido pelo Juiz Leigo, nos termos do artigo 40 da Lei 9.099/95, para que surtam os devidos e legais efeitos. Intimem-se. Cumpra-se. Barra do Bugres-MT, 20 de novembro de 2019. SILVIO MENDONÇA RIBEIRO FILHO Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000195-97.2019.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
ELIZETH ALVES DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEANDRO GOMES DALLAZEM OAB - MT23411/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AVIANCA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Janaina Pedroso Dias de Almeida OAB - MT6910-N (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO BUGRES SENTENÇA Processo: 1000195-97.2019.8.11.0008. REQUERENTE: ELIZETH ALVES DE OLIVEIRA REQUERIDO: AVIANCA Vistos, etc. Ausente o relatório, com fulcro no artigo 38 da Lei n.º 9.099/95. Fundamento. Decido. Do pedido de suspensão do feito Considerando que a parte reclamada está em situação prevista no Enunciado nº 51 do FONAJE, DEVEM SER OBSERVADAS AS SEGUINTES ORIENTAÇÕES: ENUNCIADO 51 – Os processos de conhecimento contra empresas sob liquidação extrajudicial, concordata ou recuperação judicial devem prosseguir até a sentença de mérito, para constituição do título executivo judicial, possibilitando a parte habilitar o seu crédito, no momento oportuno, pela via própria (nova redação – XXI Encontro – Vitória/ES). Assim, o pedido de suspensão formulado no id. 20066815 não merece acolhimento. Do Mérito A controvérsia da presente demanda cinge-se quanto à responsabilidade pelos alegados danos morais em face do cancelamento do voo contratado que ocasionou. Alega a parte reclamante que o voo contratado estava previsto para o dia 21/12/2018, às 8h15, entretanto, ao chegar ao aeroporto foi comunicada que seu voo foi cancelado sem qualquer ciência antecedente, sendo que o novo voo foi reagendado para às 7h30 do dia 22/12/2018. A parte reclamada devidamente citada (id 19809808) não compareceu à audiência de conciliação (id 20084477) e não apresentou contestação, assim sendo, com fulcro no do art. 20 da Lei nº 9.099/95, reconheço à revelia. Desse modo, ante a ausência de contestação, resta incontroverso o atraso sofrido em decorrência do cancelamento alegado pela parte reclamante. Além disso, segundo a regra contida nos artigos 336 e 341 do Novo Código de Processo Civil, compete ao réu alegar, na contestação, toda matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor, sob pena de presumirem verdadeiros os fatos não impugnados. Restando incontroverso o defeito na prestação dos serviços, caracterizado pelo cancelamento do voo que resultando em desgaste físico e emocional a parte reclamante, uma vez que a empresa aérea não cumpriu o contrato nos moldes como foi oferecido ao cliente. Portanto, o cancelamento do voo falha na prestação do serviço, nos termos do artigo 14, § 3º do CDC, situação jurídica que enseja a responsabilização pelos danos causados, salvo se o fornecedor provar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste ou a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, hipóteses estas não comprovadas pela parte ré. Reputa-se assim existente a relação jurídica de consumo, restando inequívoca a obrigação indenizatória a título de danos morais. Se de um lado o Código Civil impõe àquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, a obrigação de repará-lo (artigo 927), assevera, também, que o valor da indenização mede-se pela extensão do dano (artigo 944). Assim, no que concerne a fixação do valor que corresponda a justa indenização pelo dano de natureza moral, aprecio na causa, as circunstâncias que a doutrina e jurisprudência determinam observar para arbitramento, quais sejam, a condição educacional, econômica e profissional do lesado, a intensidade de seu sofrimento, o grau de culpa ou dolo do ofensor, a sua situação econômica e os benefícios advindos do ato lesivo, bem como a extensão do dano. No caso, esses elementos me autorizam a fixar a indenização dos danos morais em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), quantia essa que atende aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade e, ainda, não caracteriza o enriquecimento indevido da parte autora, refletindo no patrimônio do ofensor de modo a evitar a reiteração da prática ilícita. DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inaugural, para condenar a reclamada a pagar à parte reclamante o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de indenização por danos morais, saliento que em relação aos danos morais, o valor arbitrado deverá ser acrescido de correção monetária pelo índice oficial - INPC/IBGE, desde o seu arbitramento, conforme súmula 362 do STJ, e juros legais de 1% (um por cento) ao mês, a partir do evento danoso (Súmula 54 STJ), por via de consequência extingo o feito com resolução do mérito, com fulcro no art. 487, inciso I do CPC. Deixo de condenar a reclamada no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, por não serem cabíveis nesta fase (art. 54 e 55, da Lei Federal nº 9.099/95). Transitada em julgado e nada requerido ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PJE. Submeto os autos ao MM. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Enio Martimiano da Cunha Junior Juiz Leigo _____ Vistos, etc. HOMOLOGO o projeto de sentença proferido pelo Juiz Leigo, nos termos do artigo 40 da Lei 9.099/95, para que surtam os devidos e legais efeitos. Intimem-se. Cumpra-se. Barra do Bugres-MT, 21 de novembro de 2019. SILVIO MENDONÇA RIBEIRO FILHO Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo Número: 1000201-07.2019.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
CLEBESON DE LIMA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEANDRO GOMES DALLAZEM OAB - MT23411/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AVIANCA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Janaina Pedroso Dias de Almeida OAB - MT6910-N (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO BUGRES SENTENÇA Processo: 1000201-07.2019.8.11.0008. REQUERENTE: CLEBESON DE LIMA COSTA REQUERIDO: AVIANCA Vistos, etc. Ausente o relatório, com fulcro no artigo 38 da Lei n.º 9.099/95. Fundamento. Decido. Do pedido de suspensão do feito Considerando que a parte reclamada está em situação prevista no Enunciado nº 51 do FONAJE, DEVEM SER OBSERVADAS AS SEGUINTES ORIENTAÇÕES: ENUNCIADO 51 – Os processos de conhecimento contra empresas sob liquidação extrajudicial, concordata ou recuperação judicial devem prosseguir até a sentença de mérito, para constituição do título executivo judicial, possibilitando a parte habilitar o seu crédito, no momento oportuno, pela via própria (nova redação – XXI Encontro – Vitória/ES). Assim, o pedido de suspensão formulado no id. 20066815 não merece acolhimento. Do Mérito A controvérsia da presente demanda cinge-se quanto à responsabilidade pelos alegados danos morais em face do cancelamento do voo contratado que ocasionou. Alega a parte reclamante que o voo contratado estava previsto para o dia 21/12/2018, às 8h15, entretanto, ao chegar ao aeroporto foi comunicada que seu voo foi cancelado sem qualquer ciência antecedente, sendo que o novo voo foi reagendado para às 7h30 do dia 22/12/2018. A parte reclamada devidamente citada (id 19164286) não compareceu à audiência de conciliação (id 20085212) e não apresentou contestação, assim sendo, com fulcro no do art. 20 da Lei nº 9.099/95, reconheço à revelia. Desse modo, ante a ausência de contestação, resta incontroverso o atraso sofrido em decorrência do cancelamento alegado pela parte reclamante. Além disso, segundo a regra contida nos artigos 336 e 341 do Novo Código de Processo Civil, compete ao réu alegar, na contestação, toda matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor, sob pena de presumirem verdadeiros os fatos não impugnados. Restando incontroverso o defeito na prestação dos serviços, caracterizado pelo cancelamento do voo que resultando em desgaste físico e emocional a parte reclamante, uma vez que a empresa aérea não cumpriu o contrato nos moldes como foi oferecido ao cliente. Portanto, o cancelamento do voo falha na prestação do serviço, nos termos do artigo 14, § 3º do CDC, situação jurídica que enseja a responsabilização pelos danos causados, salvo se o fornecedor provar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste ou a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, hipóteses estas não comprovadas pela parte ré. Reputa-se assim existente a relação jurídica de consumo, restando inequívoca a obrigação indenizatória a título de danos morais. Se de um lado o Código Civil impõe àquele que, por ato ilícito, causar dano a outrem, a obrigação de repará-lo (artigo 927), assevera, também, que o valor da indenização mede-se pela extensão do dano (artigo 944). Assim, no que concerne a fixação do valor que corresponda a justa indenização pelo dano de natureza moral, aprecio na causa, as circunstâncias que a doutrina e jurisprudência determinam observar para arbitramento, quais sejam, a condição educacional, econômica e profissional do lesado, a intensidade de seu sofrimento, o grau de culpa ou dolo do ofensor, a sua situação econômica e os benefícios advindos do ato lesivo, bem como a extensão do dano. No caso, esses elementos me autorizam a fixar a indenização dos danos morais em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), quantia essa que atende aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade e, ainda, não caracteriza o enriquecimento indevido da parte autora, refletindo no patrimônio do ofensor de modo a evitar a reiteração da prática ilícita. DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inaugural, para condenar a reclamada a pagar à parte reclamante o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de indenização por danos morais, saliento que em relação aos danos morais, o valor arbitrado deverá ser acrescido de correção monetária pelo índice oficial - INPC/IBGE, desde o seu arbitramento, conforme súmula 362 do STJ, e juros legais de 1% (um por cento) ao mês, a partir do evento danoso (Súmula 54 STJ), por via de consequência extingo o feito com resolução do mérito, com fulcro no art. 487, inciso I do CPC. Deixo de condenar a reclamada no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, por não serem cabíveis nesta fase (art. 54 e 55, da Lei Federal nº 9.099/95). Transitada em julgado e nada requerido ao arquivo, com as devidas baixas. Sentença Publicada no PJE. Submeto os autos ao MM. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Enio Martimiano da Cunha Junior Juiz Leigo _____ Vistos, etc. HOMOLOGO o projeto de sentença proferido pelo Juiz Leigo, nos termos do artigo 40 da Lei 9.099/95, para que surtam os devidos e legais efeitos. Intimem-se. Cumpra-se. Barra do Bugres-MT, 21 de novembro de 2019. SILVIO MENDONÇA RIBEIRO FILHO Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000637-34.2017.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
JANDIRSOM LEMES DE SALES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Roney Marcos Ferreira OAB - MT10316/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO BUGRES SENTENÇA Processo: 1000637-34.2017.8.11.0008. REQUERENTE: JANDIRSOM LEMES DE SALES REQUERIDO: OI S.A Vistos, etc. Relatório dispensado por força do disposto no art. 38 da Lei 9.099/95. Fundamento e Decido. Extrai-se do Termo de Audiência (ID n° 11823193) que a parte autora não compareceu à sessão de conciliação. É cediço que no sistema dos Juizados Especiais o comparecimento pessoal da parte autora à audiência é obrigatório, a teor do que dispõe o art. 51 da Lei 9.099/95, de maneira que a penalidade para o seu descumprimento é a extinção da ação. O Enunciado 20 do FONAJE dos Juizados Especiais Cíveis estabelece que "O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto.". Há, ainda, sanção pela contumácia, conforme o convencionado no Enunciado FONAJE nº 28 no sentido de que "Havendo extinção do processo com base no inciso I, do art. 51, da Lei 9.099/1995, é necessária a condenação em custas.". Nos Juizados Especiais, somente em hipóteses especialíssimas, quais sejam, naquelas que a própria lei confere a possibilidade de dispensa da audiência é que o juiz poderá fazê-lo. O decreto de extinção é medida de rigor. DISPOSITIVO Ante o exposto, face à ausência da parte autora à audiência de conciliação, JULGO EXTINTO o feito, sem resolução do mérito, na forma do artigo 51, I, da Lei 9099/95 e CONDENO o requerente ao pagamento das custas processuais, por aplicação do Enunciado 28 do FONAJE. REVOGO a liminar deferia no ID n ° 10715384. Transitada em julgado, remetam-se os autos ao arquivo, com as cautelas e anotações necessárias. Sentença Publicada no PJE. Submeto os autos ao MM. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Enio Martimiano da Cunha Junior Juiz Leigo _____ Vistos, etc. HOMOLOGO o projeto de sentença proferido pelo Juiz Leigo, nos termos do artigo 40 da Lei 9.099/95, para que surtam os devidos e legais efeitos. Intimem-se. Cumpra-se. Barra do Bugres-MT, 22 de novembro de 2019. SILVIO MENDONÇA RIBEIRO FILHO Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000878-71.2018.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
GILDESIO BERNARDINO DA SILVA & CIA LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDER JOSE ALVES OAB - MT24709/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AYMORE (REQUERIDO)
W. F. NOGUEIRA & CIA LTDA - ME (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO BUGRES Processo: 1000878-71.2018.8.11.0008. REQUERENTE: GILDESIO BERNARDINO DA SILVA & CIA LTDA - ME REQUERIDO: AYMORE, W. F. NOGUEIRA & CIA LTDA - ME Vistos, etc. A parte promovente, pessoa jurídica, ao ajuizar a

presente reclamação não comprovou sua qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte. Outrossim, em consulta ao sitio eletrônico da Receita Federal, o CNPJ indicado na exordial tem como descrição da natureza jurídica "SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA", não havendo nenhum documento que comprove a opção pelo SIMPLES NACIONAL. A propósito, o Enunciado n°. 135 do FONAJE estabelece que "O acesso da microempresa ou empresa de pequeno porte no sistema dos juizados especiais depende da comprovação de sua qualificação tributária atualizada e documento fiscal referente ao negócio jurídico objeto da demanda". Neste sentido, INTIME-SE a parte autora para que junte, no prazo de 05 (cinco) dias, documento extraído de órgão público competente que comprove a condição de Micro Empresa, sob pena de extinção do processo por ausência de pressuposto processual. Intimem-se. Cumpra-se. Barra do Bugres-MT, 22 de novembro de 2019. SILVIO MENDONÇA RIBEIRO FILHO Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000213-55.2018.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
CONSTRUTEM MATERIAIS PARA CONSTRUCOES LTDA - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL AUGUSTO DE BRITO OAB - MT0013631A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE CARLOS DE OLIVEIRA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SUELLEN HOFFMEISTER OAB - MT25449/O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO BUGRES SENTENÇA Processo: 1000213-55.2018.8.11.0008. REQUERENTE: CONSTRUTEM MATERIAIS PARA CONSTRUCOES LTDA - EPP REQUERIDO: JOSE CARLOS DE OLIVEIRA Vistos, etc. Conforme inteligência do artigo 38, da Lei nº 9.099/95, deixo de exarar o relatório. Fundamento e decido. MÉRITO A autora é credora do requerido na importância de R$ 6.532,31 (seis mil quinhentos e trinta e dois reais e trinta e um centavos), representado pelas notas que instruem inicial, vencimento: 18/05/2017, assim, arremata pugnando pela condenação da parte reclamada ao pagamento do título objeto da presente. O requerido, em sede de contestação, afirma que aceitou proposta de parcelamento do débito, que culminou n a expedição de boleto com 7 parcelas de R$ 1,150,00, totalizando R$ 8,050,00. Aduz ainda, que efetuou a primeira parcela, no entanto, em razão de dificuldades financeiras não realizou o pagamento das demais parcelas. Relata também, que pagou algumas notas antes da emissão do boleto e que foi feita uma negociação. Arremata, o requerido alegando que realizou um pagamento de R$ 1.000,00 em maio e outro de R$ 1.050,00 no mês junho e ainda possui uma segunda nota promissória de R$ 435,00 em junho sendo que depois dessa data foram feitos diversos pagamentos, e assim pugna pela parcial improcedência da presente ação, sendo compensados o valor pago. Com efeito, no caso concreto, resta incontroverso nos autos o inadimplemento, o que foi confessado pela parte reclamada. Destaco ainda que a parte reclamante trouxe aos autos documentos que comprovam o débito. De outro lado, o reclamado sustentou que pagou parcialmente o débito objeto da lide, porém somente alegou e nada comprovou a respeito disso, aplicando-se a estas alegações o provérbio jurídico que diz que alegar e não provar é o mesmo que nada alegar ("allegare nihil et allegatum non probare paria sunt") . Após analisar de forma detida os autos, tenho que a parte reclamante comprovou a subsistência da dívida através dos documentos presentados, ademais, cumpria a parte ré provocar o contraditório demonstrando fato extintivo, impeditivo ou modificativo do direito do autor, nos termos do artigo 373, II do CPC, o que não o fez, devendo, portanto, o pedido ser julgado procedente. DISPOSITIVO Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, para condenar requerida ao pagamento de 6.532,31 (seis mil quinhentos e trinta e dois reais e trinta e um centavos), vencimento: 18/05/2017, representado pelas notas objeto da presente ação, com juros simples legais de 1% ao mês, e correção pelo INPC, a partir do vencimento. Preclusa a via recursal, aguarde-se manifestação do reclamante, apresentando cálculo do valor devido, visando o início da fase de cumprimento de sentença, nos termos do artigo 523 NCPC. Apresentando-se cálculo, intime-se o Executado para pagamento, no prazo de 15 dias, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento). Sem custas e honorários, conforme inteligência dos artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95. Projeto de sentença sujeito à homologação do MM. Juiz Togado, conforme art. 40, Lei nº. 9.099/95. Enio Martimiano da Cunha Junior Juiz Leigo

_____

Vistos, etc. HOMOLOGO o projeto de sentença proferido pelo Juiz Leigo, nos termos do artigo 40 da Lei 9.099/95, para que surtam os devidos e legais efeitos. Intimem-se. Cumpra-se. Barra do Bugres-MT, 23 de novembro de 2019. SILVIO MENDONÇA RIBEIRO FILHO Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000027-32.2018.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
ABELARDO SIMPLICIO DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAQUELINE UMENO OAB - MT23377/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO - DETRAN/MT (REQUERIDO)
ESTADO DO MATO GROSSO (REQUERIDO)
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO BUGRES DESPACHO Processo: 1000027-32.2018.8.11.0008. REQUERENTE: ABELARDO SIMPLICIO DE SOUZA REQUERIDO: DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO - DETRAN/MT, ESTADO DO MATO GROSSO, MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO Vistos etc. Diante da ausência de Defensor Público lotado nesta comarca, NOMEIO a Dra. JAQUELINE UMENO ORTEGA, OAB/MT 23.377, para promover a defesa dos interesses do requerente Abelardo Simplicio de Souza. Tomando em conta a natureza da causa, FIXO os honorários do mencionado advogado em 02 (duas) URH. Intime-se a advogada nomeada para que apresente contrarrazões ao recurso. Decorrido o prazo, com o sem manifestação, certifique e faça os autos conclusos. Barra do Bugres/MT, 28 de agosto de 2019. Silvio Mendonça Ribeiro Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000760-32.2017.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
EDER SANTOS SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMANDA SILVA PINHEIRO OAB - MT21180/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIC - UNIVERSIDADE DE CUIABÁ (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RUY FERREIRA JUNIOR OAB - MT0011278A-B (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO BUGRES CARTA DE INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO B. BUGRES , 18 de setembro de 2017. Senhor(a) EDER SANTOS SILVA, brasileiro, casado, estudante, portador do RG nº. 1854201-8 SSP/MT, devidamente inscrito no CPF sob o nº. 028.336.661-36, residente e domiciliado na Rua Nossa Senhora Aparecida, nº. 427, Bairro Centro, na Cidade de Denise/MT, CEP nº. 78.380-000 A presente carta, extraída dos autos da reclamação abaixo identificada, tem por finalidade a intimação de Vossa Senhoria para comparecer à audiência de Tipo: Conciliação Sala: Audiência de conciliação 2 - J.E.C.C. B. DO BUGRES Data: 18/12/2017 Hora: 14:20 , no endereço ao final indicado. Processo: 1000760-32.2017.8.11.0008; Valor causa: R$ 24.311,00; Tipo: Cível; Espécie: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) Parte Autora: REQUERENTE: EDER SANTOS SILVA Parte Ré: UNIC ADVERTÊNCIA(S): 1. Não comparecendo à audiência designada, poderá, de imediato, ser proferida sentença de extinção. OBSERVAÇÃO: Deverá(ão) o(a, s) intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. Atenciosamente, CELMA ANTONIA SANSAO GOUVEIA Gestor(a) Judiciário(a) ASSINA POR ORDEM DO(A) MM(ª) JUIZ(A) SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO BUGRES E INFORMAÇÕES: TELEFONE: (65) 33613282

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000760-32.2017.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:

EDER SANTOS SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMANDA SILVA PINHEIRO OAB - MT21180/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIC - UNIVERSIDADE DE CUIABÁ (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RUY FERREIRA JUNIOR OAB - MT0011278A-B (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO BUGRES DESPACHO Processo: 1000760-32.2017.8.11.0008. EXEQUENTE: EDER SANTOS SILVA EXECUTADO: UNIC - UNIVERSIDADE DE CUIABÁ Vistos etc. Trata-se de cumprimento de sentença intentado por EDER SANTOS SILVA em face de UNIC – UNIVERSIDADE DE CUIABÁ. Intime-se a executada UNIC – UNIVERSIDADE DE CUIABÁ, na pessoa do seu responsável legal, para que no prazo de quinze (15) dias efetue o pagamento da dívida no valor R$ 10.155,88, conforme planilha apresentada no Id. 24735748, devendo ser corrigidos até a data do pagamento, sob pena de não o fazendo ser acrescido de multa no percentual de dez por cento (artigo. 523, § 1º, do CPC). Decorrido o prazo de quinze dias sem notícia de pagamento, intime-se o exequente para que se manifeste. Intimem-se. Cumpra-se. Barra do Bugres/MT, 18 de outubro de 2019. Sílvio Mendonça Ribeiro Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000244-75.2018.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
DANYELE CAROLINA DE CARVALHO ROSSI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA OAB - MT19194-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO BUGRES DESPACHO Processo: 1000244-75.2018.8.11.0008. REQUERENTE: DANYELE CAROLINA DE CARVALHO ROSSI REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos etc. Compulsando os autos, verifico que a inicial não atende aos requisitos do artigo 319 do CPC, sendo de se destacar a correta comprovação do endereço do autor e os documentos ilegíveis. Ao ajuizar a inicial, o advogado deverá observar os termos da ordem de serviços que abaixo se colaciona, cujo teor se encontra afixado no Átrio do Juizado desta Comarca e que se encontra em vigor : "ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/2017 O EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE BARRA DO BUGRES, ESTADO DE MATO GROSSO, DR. SILVIO MENDONÇA RIBEIRO FILHO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS ETC. Considerando que o artigo 5º, LXXVIII da Constituição Federal estabelece que "a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação"; Considerando que o Juizado Especial é norteado pelos princípios da informalidade, celeridade e de economia processual; Considerando que o processo no Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso tem o custo de R$ 2.256,56, conforme dados do Justiça em Números/CNJ/2016; Considerando que a sistemática atual de tramite do processo no Juizado Especial não permite que seja realizada pelo(a) Juiz(a) uma avaliação prévia das iniciais propostas, o que tem ensejado extinção do processo, sem resolução do mérito, somente depois de todo o procedimento; Considerando a necessidade de se averiguar se as iniciais realmente atendem aos requisitos legais, gerais e específicos do Juizado Especial, evitando-se prejuízo às partes e ao erário público decorrente de processos inviáveis; Considerando que o exame das iniciais, obrigatoriamente, deve ser um procedimento seguro e ágil, de modo a não ensejar demora no tramite processual; RESOLVE: Art. 1º - DETERMINAR que seja verificado e providenciado pela Secretaria, no ato de distribuição das iniciais, o seguinte: 1) Se todos os documentos, inclusive as petições iniciais, estão legíveis; 2) Se a inicial distribuída por advogado(a) vem devidamente acompanhada do instrumento procuratório e/ou substabelecimento em favor do(a) advogado(a) subscritor da peça; 3) A juntada de cópia do comprovante de residencia emitido dentro do prazo de 90 (noventa) dias anteriores à propositura da ação, em nome da própria parte autora (Art. 320 do NCPC). Em caso de juntada de comprovante de endereço em nome de terceira pessoa, que seja verificada a comprovação pela parte da relação de parentesco ou locatícia/comodato com a aludida pessoa. 4) A indicação correta da profissão do autor, para fins de análise da concessão da gratuidade da justiça, juntando-se comprovante das alegações, quando for o caso; 5) A juntada, nos processos que questionam conta de energia, do histórico de consumo e pagamento dos últimos 12 meses da unidade consumidora, o qual é obtido diretamente no sítio eletrônico da empresa de energia elétrica. 6) Se o valor da causa corresponde ao pedido. 7) Buscar pelos dados da parte sobre a existencia de outros processos em seu nome, a fim de se verificar sobre a existência de processo extinto anteriormente por contumácia (ausencia do autor à audiencia) e, neste caso, a juntada do comprovante de pagamento das custas processuais a que foi condenado. 8) Buscar pelos dados da parte sobre a existencia de outros processos em seu nome, a fim de se verificar sobre a ocorrencia de litispendencia (repetição de ação em tramite), coisa julgada (repetição de ação com sentença de mérito transitada em julgado). 9) Buscar pelos dados da parte sobre a existencia de outros processos em seu nome, a fim de se verificar sobre a ocorrência de conexão. 10) Nos casos de prioridade, se foi marcada a opção no sistema, assim como se os dados das partes e/ou advogado(a) estão corretamente inseridos. Art. 2º. – DETERMINAR que, caso a emenda a inicial não seja cumprida nos moldes do parágrafo primeiro desta ordem de serviço que os autos sejam encaminhados à conclusão para "decisão de arquivamento". Art. 3º. – DETERMINAR que, caso a emenda seja cumprida nos moldes do parágrafo primeiro desta ordem de serviço, deve a Secretaria designar data de audiência de conciliação, com a intimação da parte autora e citação da parte requerida. Art. 4º. - DETERMINAR, no caso do item 8, do artigo 1º, desta ordem de serviço, que seja certificado sobre a situação com o número do processo que estaria em duplicidade, fazendo-se conclusão do processo na pasta "decisão para arquivamento", quando será examinado pelo(a) Juiz(a) sobre a ocorrencia ou não de litispendencia/coisa julgada. Art. 5º. - DETERMINAR, no caso do item 9, do artigo 1º, que seja certificado sobre a situação com o(s) número(s) do(s) processo(s) que pode(m) ser conexo(s), fazendo-se a conclusão do processo na pasta "decisão", quando será examinado pelo(a) Juiz(a) sobre a ocorrência ou não de conexão. Art. 6º. - DETERMINAR, no caso do item 10, do artigo 1º desta ordem de serviço, que sejam procedidas as correções no cadastro do sistema. Art. 7º. – Esta ordem de serviço passa a viger a partir do dia 06 de novembro de 2017, considerando-se revogadas as disposições em contrário. Publique-se, remetendo-se cópia à E. Corregedoria Geral da Justiça, ao Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, à Subseção da OAB/MT, de Tangará da Serra/MT. Cumpra-se. Barra do Bugres, 30 de outubro de 2017. SILVIO MENDONÇA RIBEIRO FILHO Juiz de Direito dos Juizados Cíveis e Criminais" Assim, levando em conta a mencionada ordem de serviço, INTIME-SE o advogado proceder à emenda da inicial, atentando-se a todos os itens 01 a 06, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, com base no artigo 330 do CPC. Cumpra-se. Barra do Bugres, 08 de novembro de 2019. Silvio Mendonça Ribeiro Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000179-80.2018.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
SILVANA BARBOSA DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA OAB - MT13741-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO BUGRES DESPACHO Processo: 1000179-80.2018.8.11.0008. EXEQUENTE: SILVANA BARBOSA DA SILVA EXECUTADO: VIVO S.A. Vistos etc. Trata-se de cumprimento de sentença intentado por SILVANA BARBOSA DA SILVA em face de VIVO S/A. Intime-se a parte executada VIVO S/A, na pessoa do seu responsável legal, para que no prazo de quinze (15) dias efetue o pagamento do débito no valor de R$ 1.624,14, conforme planilha apresentada no Id. 25030432, devendo ser corrigidos até a data do pagamento, sob pena de não o fazendo ser acrescido de multa no percentual de dez por cento (artigo. 523, § 1º, do CPC). Decorrido o prazo de quinze dias sem notícia de pagamento, intime-se o exequente para que se manifeste. Intimem-se.

Cumpra-se. Barra do Bugres/MT, 05 de novembro de 2019. Sílvio Mendonça Ribeiro Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000422-24.2018.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
EVA DA SILVA SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO BUGRES DESPACHO Processo: 1000422-24.2018.8.11.0008. REQUERENTE: EVA DA SILVA SOUZA REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos etc. Compulsando os autos, verifico que a inicial não atende aos requisitos do artigo 319 do CPC, sendo de se destacar os documentos pessoais ilegíveis. Ao ajuizar a inicial, o advogado deverá observar os termos da ordem de serviços que abaixo se colaciona, cujo teor se encontra afixado no Átrio do Juizado desta Comarca e que se encontra em vigor desde o ano passado: "ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/2017 O EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE BARRA DO BUGRES, ESTADO DE MATO GROSSO, DR. SILVIO MENDONÇA RIBEIRO FILHO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS ETC. Considerando que o artigo 5º, LXXVIII da Constituição Federal estabelece que "a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação"; Considerando que o Juizado Especial é norteado pelos princípios da informalidade, celeridade e de economia processual; Considerando que o processo no Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso tem o custo de R$ 2.256,56, conforme dados do Justiça em Números/CNJ/2016; Considerando que a sistemática atual de tramite do processo no Juizado Especial não permite que seja realizada pelo(a) Juiz(a) uma avaliação prévia das iniciais propostas, o que tem ensejado extinção do processo, sem resolução do mérito, somente depois de todo o procedimento; Considerando a necessidade de se averiguar se as iniciais realmente atendem aos requisitos legais, gerais e específicos do Juizado Especial, evitando-se prejuízo às partes e ao erário público decorrente de processos inviáveis; Considerando que o exame das iniciais, obrigatoriamente, deve ser um procedimento seguro e ágil, de modo a não ensejar demora no tramite processual; RESOLVE: Art. 1º - DETERMINAR que seja verificado e providenciado pela Secretaria, no ato de distribuição das iniciais, o seguinte: 1) Se todos os documentos, inclusive as petições iniciais, estão legíveis; 2) Se a inicial distribuída por advogado(a) vem devidamente acompanhada do instrumento procuratório e/ou substabelecimento em favor do(a) advogado(a) subscritor da peça; 3) A juntada de cópia do comprovante de residencia emitido dentro do prazo de 90 (noventa) dias anteriores à propositura da ação, em nome da própria parte autora (Art. 320 do NCPC). Em caso de juntada de comprovante de endereço em nome de terceira pessoa, que seja verificada a comprovação pela parte da relação de parentesco ou locatícia/comodato com a aludida pessoa. 4) A indicação correta da profissão do autor, para fins de análise da concessão da gratuidade da justiça, juntando-se comprovante das alegações, quando for o caso; 5) A juntada, nos processos que questionam conta de energia, do histórico de consumo e pagamento dos últimos 12 meses da unidade consumidora, o qual é obtido diretamente no sítio eletrônico da empresa de energia elétrica. 6) Se o valor da causa corresponde ao pedido. 7) Buscar pelos dados da parte sobre a existencia de outros processos em seu nome, a fim de se verificar sobre a existência de processo extinto anteriormente por contumácia (ausencia do autor à audiencia) e, neste caso, a juntada do comprovante de pagamento das custas processuais a que foi condenado. 8) Buscar pelos dados da parte sobre a existencia de outros processos em seu nome, a fim de se verificar sobre a ocorrencia de litispendencia (repetição de ação em tramite), coisa julgada (repetição de ação com sentença de mérito transitada em julgado). 9) Buscar pelos dados da parte sobre a existencia de outros processos em seu nome, a fim de se verificar sobre a ocorrência de conexão. 10) Nos casos de prioridade, se foi marcada a opção no sistema, assim como se os dados das partes e/ou advogado(a) estão corretamente inseridos. Art. 2º. – DETERMINAR que, caso a emenda a inicial não seja cumprida nos moldes do parágrafo primeiro desta ordem de serviço que os autos sejam encaminhados à conclusão para "decisão de arquivamento". Art. 3º. – DETERMINAR que, caso a emenda seja cumprida nos moldes do parágrafo primeiro desta ordem de serviço, deve a Secretaria designar data de audiência de conciliação, com a intimação da parte autora e citação da parte requerida. Art. 4º. - DETERMINAR, no caso do item 8, do artigo 1º, desta ordem de serviço, que seja certificado sobre a situação com o número do processo que estaria em duplicidade, fazendo-se conclusão do processo na pasta "decisão para arquivamento", quando será examinado pelo(a) Juiz(a) sobre a ocorrencia ou não de litispendencia/coisa julgada. Art. 5º. - DETERMINAR, no caso do item 9, do artigo 1º, que seja certificado sobre a situação com o(s) número(s) do(s) processo(s) que pode(m) ser conexo(s), fazendo-se a conclusão do processo na pasta "decisão", quando será examinado pelo(a) Juiz(a) sobre a ocorrência ou não de conexão. Art. 6º. - DETERMINAR, no caso do item 10, do artigo 1º desta ordem de serviço, que sejam procedidas as correções no cadastro do sistema. Art. 7º. – Esta ordem de serviço passa a viger a partir do dia 06 de novembro de 2017, considerando-se revogadas as disposições em contrário. Publique-se, remetendo-se cópia à E. Corregedoria Geral da Justiça, ao Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, à Subseção da OAB/MT, de Tangará da Serra/MT. Cumpra-se. Barra do Bugres, 30 de outubro de 2017. SILVIO MENDONÇA RIBEIRO FILHO Juiz de Direito dos Juizados Cíveis e Criminais" Assim, levando em conta a mencionada ordem de serviço, INTIME-SE o advogado proceder à emenda da inicial, atentando-se a todos os itens 01 a 06, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, com base no artigo 330 do CPC. Cumpra-se. Barra do Bugres/MT, 04 de dezembro de 2019. Silvio Mendonça Ribeiro Filho Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001037-48.2017.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
ILDA EUNICE DE JESUS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO BUGRES SENTENÇA Processo: 1001037-48.2017.8.11.0008. REQUERENTE: ILDA EUNICE DE JESUS REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Vistos etc., Em análise às circunstâncias e elementos dos autos, entendo que as razões expostas nos embargos de declaração de ID nº 21856308 encontram guarida. Isso porque, a teor do que dispõe o art. 48 da Lei 9.099/95 c/c art. 1.022 do CPC, caberão embargos de declaração contra sentença ou acórdão, para: I – esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; e III - corrigir erro material. A parte reclamante foi intimada para emendar a inicial a fim de ajustar o valor da causa conforme o valor pretendido e informar ponto de referência e telefone da parte Reclamante, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção. Compulsando detidamente os autos, reconheço a contradição apontada pela parte reclamante no que diz respeito à prolação de sentença por esse juízo, que indeferiu a inicial, pois, conforme consta na petição juntada no id 1335597, a parte interessada tempestivamente regularizou a exordial promovendo a respectiva emenda à inicial, cumprindo ao que foi estabelecido na determinação judicial de Id 13351538, o que inclusive foi devidamente certificado pela Gestora Judiciária (id 4298931). Ademais, constato que a sentença prolatada nestes autos incorre em defeito que não se compadece de convalidação, já que olvidou de analisar os fatos em sua inteireza, haja vista que não desceu à concretude dos fatos com o rigor que seria correto e devido, de modo resvalar em nulidade por ausência de fundamentação. A propósito, cito: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE RESCISÃO E REVISÃO CONTRATUAL COM DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO E DANOS MATERIAIS. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NULIDADE DECRETADA. Deve ser declarada nula a decisão que, por ausência de qualquer fundamento, fere o princípio da motivação, que possui assento constitucional (art. 93, IX). Sentenças ou decisões interlocutórias, atos emanados do juiz, precisam ser fundamentadas. Inversão do ônus da prova, por se tratar de relação de consumo, sem exposição dos motivos de convencimento do julgador, mas mera indicação do art. 6º, VIII, do CDC. Imperioso o reconhecimento da

nulidade e a desconstituição da interlocutória agravada. DERAM PROVIMENTO AO RECURSO, por decisão monocrática.(Agravo de Instrumento, Nº 70081906661, Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Nelson José Gonzaga, Julgado em: 02-10-2019) DISPOSITIVO Posto isso, diante dessas razões, conheço dos presentes embargos e os JULGO PROCEDENTES para desconstituir a sentença. Transitado em julgado, DETERMINO que a secretaria AGENDE audiência de conciliação, citando a parte contrária e promova o normal andamento do feito. Projeto de sentença sujeito à homologação do MM. Juiz Togado, conforme art. 40, Lei nº. 9.099/95. Homologada, intime-se as partes, através de seus patronos. Enio Martimiano da Cunha Junior Juiz Leigo _____ Vistos, etc. HOMOLOGO o projeto de sentença proferido pelo Juiz Leigo, nos termos do artigo 40 da Lei 9.099/95, para que surtam os devidos e legais efeitos. Intimem-se. Cumpra-se. Barra do Bugres-MT, 30 de novembro de 2019. SILVIO MENDONÇA RIBEIRO FILHO Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000929-19.2017.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
RAIMUNDA MARIA ROSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO BUGRES SENTENÇA Processo: 1000929-19.2017.8.11.0008. REQUERENTE: RAIMUNDA MARIA ROSA REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Vistos, etc. Extrai-se do Termo de Audiência (id 22547812) que a parte reclamante não compareceu à sessão de conciliação. Todavia, no id 22726035 peticiona a parte reclamante postulando a redesignação da audiência de tentativa de conciliação, porquanto estava impossibilitada de comparecimento ao ato na data e horário em que designada. Contudo, vale observar que a justificativa foi apresentada somente após 06 (seis) dias da data em que realizada a audiência, desse modo, não há como acolher tal justificativa. Ademais, o próprio médico atesta que o documento foi expedido à pedido e pelas informações que foi repassada pela parte autora e com efeitos retroativos, ou seja, ela não foi submetida a exame neste dia. Com efeito, não se pode aceitar o documento para fins de redesignar o ato. Destaca-se que em âmbito de juizados especiais, é imprescindível a participação das partes em todas as audiências do processo, conforme preceitua o artigo 51 da Lei n°. 9.099/95, verbis: Artigo 51. Extingue-se o processo além dos casos previstos em lei. I - quanto o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo. Em razão do não comparecimento da parte autora à audiência, outro caminho não há senão extinguir o processo sem julgamento do mérito. DISPOSITIVO Ante o exposto, face à ausência da parte autora à audiência de conciliação, JULGO EXTINTO o feito, sem resolução do mérito, na forma do artigo 51, I, da Lei 9099/95 e CONDENO a parte requerente ao pagamento das custas processuais, nos termos do Enunciado 28 do FONAJE. Transitada em julgado, remetam-se os autos ao arquivo, com as cautelas e anotações necessárias. Sentença Publicada no PJE. Submeto os autos ao MM. Juiz Togado para apreciação e posterior homologação, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Enio Martimiano da Cunha Junior Juiz Leigo _____ Vistos, etc. HOMOLOGO o projeto de sentença proferido pelo Juiz Leigo, nos termos do artigo 40 da Lei 9.099/95, para que surtam os devidos e legais efeitos. Intimem-se. Cumpra-se. Cuiabá-MT, 30 de novembro de 2019. SILVIO MENDONÇA RIBEIRO FILHO Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000202-94.2016.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLAUDINEY GOMES DA SILVA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROBERGES JUNIOR DE LIMA OAB - MT12918-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO BUGRES SENTENÇA Processo: 1000202-94.2016.8.11.0008. EXEQUENTE: BANCO BRADESCO EXECUTADO: CLAUDINEY GOMES DA SILVA Vistos, etc. Conforme inteligência do artigo 38, da Lei nº 9.099/95, deixo de exarar o relatório. Em face da certidão dos autos, diante da inércia do autor em dar prosseguimento ao feito,[1] considero que houve o abandono da causa. Pelo exposto, JULGO EXTINTO o feito, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fulcro no artigo art. 51, §1º da Lei nº 9.099/95 c/c. artigo nos termos do 485, inciso III, do CPC. Sem custas e honorários advocatícios nesta fase, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95. Decorrido o prazo recursal sem impugnação à sentença, arquive-se com as baixas necessárias. Sentença Publicada no PJE. Consoante o disposto no art. 40 da Lei nº 9.099/95, submeto o presente à apreciação do MM. Juiz de Direito. Enio Martimiano da Cunha Junior Juiz Leigo _____ Vistos, etc. HOMOLOGO o projeto de sentença proferido pelo Juiz Leigo, nos termos do artigo 40 da Lei 9.099/95, para que surtam os devidos e legais efeitos. Intimem-se. Cumpra-se. Barra do Bugres-MT, 30 de novembro de 2019. SILVIO MENDONÇA RIBEIRO FILHO Juiz de Direito [1] “Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias;”

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000308-85.2018.8.11.0008
Parte(s) Polo Ativo:
ANGELO CARLOS NASCIMENTO MONTEIRO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEANDRO GOMES DALLAZEM OAB - MT23411/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BELVITUR VIAGENS E TURISMO LTDA (EXECUTADO)
AZUL LINHAS AEREAS (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FLAVIO COUTO E SILVA LOPES OAB - MG90399 (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE BARRA DO BUGRES DESPACHO Processo: 1000308-85.2018.8.11.0008. EXEQUENTE: ANGELO CARLOS NASCIMENTO MONTEIRO EXECUTADO: AZUL LINHAS AEREAS, BELVITUR VIAGENS E TURISMO LTDA Vistos. Intime-se a parte executada para manifestar no prazo de 05 (cinco) dias. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique e faça o processo concluso. Cumpra-se. Barra do Bugres, 26 de novembro de 2019. Silvio Mendonça Ribeiro Filho Juiz de Direito

Comarca de Campo Novo do Parecis

Diretoria do Fórum

Portaria

A Portaria n. 58/2019/DF completa encontra-se no Caderno de Anexos do Diário da Justiça Eletrônico no final desta Edição.
Clique aqui
Caderno de Anexo

1ª Vara

Intimação

Intimação Classe: CNJ-385 EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
Processo Número: 1001928-69.2019.8.11.0050
Parte(s) Polo Ativo:
L. A. B. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GOMES DUARTE GOMIDE DOS SANTOS OAB - MS18946-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
C. M. Q. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VANIA CAVALHEIRO MORAES RANZI OAB - MT0008477S (ADVOGADO(A))

Nos termos da legislação em vigor, bem como do Provimento 056/20007/CGJ, impulsiono o presente feito, a fim de que seja conferido vistas dos autos ao advogado da parte autora, para que requeira o que de direito, no prazo legal.Nada mais.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002041-23.2019.8.11.0050
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAELA ANDRESSA DE AQUINO LIMA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARINALVA RAMOS RODRIGUES OAB - MT0012462A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JEOVA BATISTA MACEDO (RÉU)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CAMPO NOVO DO PARECIS 1ª VARA CÍVEL DE CAMPO NOVO DOS PARECIS , Centro, CAMPO NOVO DO PARECIS - MT - CEP: 78360-000 CARTA PRECATÓRIA PRAZO PARA CUMPRIMENTO: 30 DIAS JUÍZO DEPRECANTE: PRIMEIRA VARA DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT JUÍZO DEPRECADO: COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ -RO PROCESSO n. 1002041-23.2019.8.11.0050 Valor da causa: R$ 1.200,00 ESPÉCIE: [Alimentos]->PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) POLO ATIVO: Nome: RAFAELA ANDRESSA DE AQUINO LIMA Endereço: Rua Angelin, 208, Jardim Alvorada, CAMPO NOVO DO PARECIS - MT - CEP: 78360-000 POLO PASSIVO: Nome: JEOVA BATISTA MACEDO Endereço: endereço comercial sendo Farmácia ultra popular, rua Capitão Silvio, nº 256, centro, São Miguel do Guaporé, Rondônia-MT, telefone (69) 98477-3181. FINALIDADE: EFETUAR A CITAÇÃO DA PARTE REQUERIDA, conforme despacho, petição inicial e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado, bem como a sua INTIMAÇÃO para cumprir a LIMINAR DEFERIDA DADOS DA LIMINAR DEFERIDA: Arbitro os alimentos provisórios no valor equivalente a 30% do salário mínimo, em virtude da prova do parentesco, devidos a partir da citação, a ser depositado na conta (poupança) da Caixa econômica federal , Agência 3442, Conta nº 11629-0, Operação 013, em nome da genitora., até o dia 10 de cada mês. ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. As partes deverão estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (art.334, § 9º, CPC). 2. O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até 2% da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, § 8º, CPC). 3. Sendo a composição infrutífera, o requerido poderá oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será da audiência de conciliação/mediação (art. 335, I, CPC). 4. Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344, CPC). 5. A defesa deverá manifestar-se precisamente sobre as alegações de fato constantes da petição inicial, presumindo-se verdadeiras as não impugnadas (art. 341, caput, CPC).6. Caso o Requerido manifeste desinteresse na autocomposição, deverá fazê-lo por petição escrita, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, a contar da data de audiência, sob pena de preclusão (art. 334,§5º, CPC). 6. A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir. (art. 334, §10, CPC). 7 .Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. CAMPO NOVO DO PARECIS, 15 de novembro de 2019. (Assinado Digitalmente) PEDRO DAVI BENETTI Juiz(a) de Direito OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema.

ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 75464 Nr: 2426-27.2015.811.0050
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GIZELLE PERIN
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADRIELI GARCIA DE OLIVEIRA LOPES - OAB:21.213/MT, GRACIELLY ROSA ORMOND - OAB:18163/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CASSIA MATOS AMARAL - OAB:21978-B/MT, DEISI KOLLING - OAB:15.788/MT
Vistos, etc.
1. Acerca do retorno dos autos com o julgamento do recurso interposto, INTIMEM-SE as partes para requererem o que entender de direito no prazo de 10 (dez) dias.
2. Nada sendo requerido, certifique-se e arquivem-se os autos com as baixas e anotações pertinentes.
3. Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Pedro Davi Benetti
Cod. Proc.: 111660 Nr: 3418-46.2019.811.0050
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MP
PARTE(S) REQUERIDA(S): AMBB
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PÚBLICA - OAB:
Vistos, etc.
1. Analisando os autos, em juízo introdutório, verifico que estão preenchidos os requisitos indispensáveis para a formalização da denúncia, bem como presentes as condições gerais e específicas da ação penal.
2. Conforme estabelece o art. 396, caput, do Código de Processo Penal, não há motivos para se rejeitar liminarmente a denúncia, sendo assim, RECEBO a denúncia uma vez que estão presentes os requisitos do art. 41 do CPP.
3. Cite-se a parte acusada para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, devendo constar do mandado o disposto no caput, do art. 396-A, do Código de Processo Penal , ciente de que o procedimento a ser observado é o sumário, previsto nos arts. 531/538, do CPP.
4. Cientifique-se a parte acusada de que caso não ofereça a resposta escrita, ou não constitua advogado, independentemente de nova conclusão, será nomeado em seu favor o doutor Defensor Público desta comarca para patrocinar a sua defesa em juízo, cabendo, à Secretaria abrir vista dos autos ao mesmo para que o faça em seu nome.
5. Na citação por edital, uma vez superado o prazo legal, em sendo de caso de incidência do artigo 366 do CPP, certifique e à imediata conclusão mediante correta e específica triagem (Prov. 11/11/CGJ).
6. A certidão de antecedentes criminais (CAC) e a folha de antecedentes do autor do fato (FAC), deverão ser providenciadas diretamente pelo Ministério Público, conforme determinação da Corregedoria Geral de Justiça do colendo TJMT;
7. DEFIRO integralmente a cota ministerial.
8. Observe-se o art. 1º. Do Provimento Nº 19/2012 – CGJ, disponibilizado no DJE nº 8840, de 28/06/2012), segundo o qual:
" 7.5.1 – Ao receber a denúncia ou a queixa-crime, o Juiz determinará:
I – A citação do réu ou do querelado, para responder a acusação, na forma dos arts. 396 e ss, do Código de Processo Pena;.

II – revogado;
III – a solicitação de informações sobre os antecedentes do acusado ou querelado ao Juízo do lugar de sua residência, à Superintendência do Sistema Prisional do Estado, às Varas de Execuções Penais, ao Instituto de Identificação do Estado e consulta ao Sistema Nacional de Informações Criminais (SINIC), se devidamente comprovado pelo Ministério Público ou Querelante a impossibilidade de fazê-lo quando do oferecimento da denúncia ou queixa-crime."
IV – a comunicação do recebimento da denúncia ou da queixa-crime ao Distribuidor, ao Instituto de Identificação e, quando for o caso, à delegaciade polícia de onde se originou o inquérito, bem como a alimentação do banco de dados do Sistema Nacional de Informações Criminais (SINIC).” (item 7.5.1, III, da CNGC)”
9. Por força de lei e sendo o caso de atuação no feito, os membros do MINISTÉRIO PÚBLICO e da DEFENSORIA PÚBLICA sempre serão intimados pessoalmente acerca dos atos e fases judiciais ut Leis Orgânicas de regência.
10. Acerca do material bélico apreendido nos autos, nos termos do que estabelece a Resolução nº 134 do CNJ, de 21 de julho de 2011, art. 25 da Lei 10.826/2003, e Provimento n. 05/2017 – CGJ deverá o Ministério Público e a Defesa na primeira oportunidade que lhes couber falar nos autos, manifestarem-se sobre interesse/necessidade na manutenção ou restituição do material apreendido nos autos.
11. CUMPRA-SE a decisão proferida pelo Egrégio Tribunal de Justiça, expedindo-se ALVARÁ DE SOLTURA em favor de ALVARO MURILO BRAZ BARBIERO.
12. CONSIGNE-SE no alvará que ad medidas cautelares previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, quais sejam:
I - comparecimento mensal em juízo até o quinto dia útil, para informar e justificar atividades, bem como a todos os atos do processo para os quais for intimado;
II – proibição de ausentar-se da Comarca, se reputado conveniente ou necessário pelo juiz;
III – recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga quando os acusados tenham residência e trabalho fixos.
IV - não frequentar lugares inapropriados, como casa de prostituição, casa de jogos, “boca de fumo” e locais similares;
V - não portar armas, nem brancas (faca, canivete, estilete etc.) nem de fogo (revólver, espingarda, explosivos etc.);
VI - não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente;
VII - não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção);
VIII - proibição de aproximação da vítima, de seus familiares e das testemunhas do fato no limite mínimo de 100 (cem) metros de distância;
IX - proibição de contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;
X - proibição de frequentar o trabalho da vítima e casa dos familiares, a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;
13. OFICIE-SE a Policia Civil e Militar para ciência e auxiliar na fiscalização das medidas impostas.
14. CUMPRA-SE, providenciando e expedindo o necessário.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Pedro Davi Benetti
Cod. Proc.: 108647 Nr: 1704-51.2019.811.0050
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PUBLICO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOÃO PEDRO NOGUEIRA DA SILVA, FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA DO NASCIMENTO, MAURICIO SEVERINO GOMES, WEDSON JOSE DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PÚBLICA - OAB:, IGOR GOMES DUARTE GOMIDE DOS SANTOS - OAB:18.946-B/MS
Ante o exposto, MATENHO a decisão que decretou a prisão preventiva do acusado, pelos seus próprios fundamentos e, consequentemente, em consonância com o parecer ministerial, INDEFIRO o pleito libertário de Revogação da Prisão Preventiva formulado pela ilustre defesa do defendente JOÃO PEDRO NOGUEIRA DA SILVA.AGUARDE-SE A AUDIÊNCIA APRAZADA.REQUISISTEM-SE OS SEGREGADOSCUMPRA-SE providenciando e expedindo o necessário

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Pedro Davi Benetti
Cod. Proc.: 110526 Nr: 2868-51.2019.811.0050
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PARTE(S) REQUERIDA(S): CLEITON OLIVEIRA DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: HELOIZIO OLIVEIRA SILVA - OAB:21.011/MT
Vistos, etc.
1 – Considerando a justificativa apresentada pela Promotora de Justiça, REDESIGNA-SE audiência para o dia 17 de dezembro de 2019 às 10h00min (MT).
2 – No mais, CUMPRAM-SE as demais determinações exaradas no processo.
3 – CUMPRA-SE.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Pedro Davi Benetti
Cod. Proc.: 97955 Nr: 1140-09.2018.811.0050
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS-MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE CAMPO NOVO DO PARECIS, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROGERIO DE CAMPOS - OAB:8967-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
1. Trata-se de Ação de Cobrança de Adicional de Periculosidade.
2. Devidamente citado, o requerido apresentou contestação alegando inépcia da inicial pela ausência de discriminação do suposto débito.
3. Instado a manifestar, o autor apresentou impugnação rechaçando integralmente os argumentos do requerido.
4. Os autos vieram conclusos.
5. Fundamento e decido.
6. Quanto à preliminar de inépcia da inicial, a requerida sustenta ausência de do suposto débito.
7. Ocorre que a documentação apresentada pelo requerente instrui devidamente o feito de forma a preencher os requisitos dispostos no Código de Processo Civil.
8. Ademais, aos memoriais de cálculos serão apresentados, em caso de procedência da ação, na execução de sentença.
9. Dessa forma, REJEITO a preliminar aventada e não havendo outras preliminares a serem analisadas dou o feito por saneado.
10. Ausentes preliminares a serem analisadas, DOU O FEITO POR SANEADO.
11. Especifiquem as partes, de forma fundamentada, as provas que pretendem produzir no prazo de 10 (dez) dias sob pena de preclusão devendo, no mesmo prazo, depositar o rol de testemunhas caso haja interesse na produção de prova oral.
12. Decorrido o prazo, façam os autos conclusos.
13. Cumpra-se, expedindo o necessário.

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001383-96.2019.8.11.0050
Parte(s) Polo Ativo:
JM AVIACAO AGRICOLA LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MATHEUS GHISI OAB - MT20697-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CAMILO MIGUEL ZANDONADE (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS -MT Processo n. 1001383-96.2019.8.11.0050 CERTIDÃO Nos termos da legislação processual em vigor, Provimento 55/2007-CGJ, impulsiono este feito a fim

de intimar a parte Autora para manifestar no prazo de 05 (cinco) dias, acerca da certidão subscrita pelo Sr. Oficial de Justiça. Campo Novo do Parecis-MT, Quinta-feira, 12 de Dezembro de 2019. Nilza Pereira Brant Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000977-75.2019.8.11.0050
Parte(s) Polo Ativo:
AIRTON NICOLETTI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OPSON LUISANDRO PULGA BAIOTO OAB - MT0011133A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LIVELO S.A. (REQUERIDO)
AVIANCA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALFREDO ZUCCA NETO OAB - SP154694-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS -MT Processo n. 1000977-75.2019.8.11.0050 Nome: AIRTON NICOLETTI Endereço: Rua Bahia, 373, NE, CENTRO, CAMPO NOVO DO PARECIS - MT - CEP: 78360-000 Nome: LIVELO S.A. Endereço: ALAMEDA XINGU, 512, Andar 1, Conjunto 101, 103, 104, ALPHAVILLE INDUSTRIAL, BARUERI - SP - CEP: 06455-030 Nome: AVIANCA Endereço: AVENIDA WASHINGTON LUÍS, 7059, - DE 7003 AO FIM - LADO ÍMPAR, SANTO AMARO, SÃO PAULO - SP - CEP: 04627-006 CERTIDÃO Nos termos da legislação processual em vigor, Provimento 55/2007-CGJ, impulsiono este feito a fim de intimar a parte Autora para manifestar no prazo de 05 (cinco) dias, acerca da petição da parte reclamada. Campo Novo do Parecis-MT, Quinta-feira, 12 de Dezembro de 2019. Nilza Pereira Brant Gestora Judiciária

Comarca de Campo Verde

1ª Vara

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000290-32.2018.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
MAIRA INES NOSCHANG (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURYTANIA CELESTE BRITO DOS SANTOS BAUERMEISTER OAB - MT16311/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CAMPO VERDE 1ª VARA CÍVEL DE CAMPO VERDE PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 01, (66) 3419-2418, CAMPO REAL II, CAMPO VERDE - MT - CEP: 78840-000 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO ANDRE BARBOSA GUANAES SIMOES PROCESSO n. 1000290-32.2018.8.11.0051 Valor da causa: R$ R$ 15.000,00 ESPÉCIE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) POLO ATIVO: MAIRA INES NOSCHANG ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MAURYTANIA CELESTE BRITO DOS SANTOS BAUERMEISTER POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A ADVOGADO(S) DO RECLAMADO: MAYARA BENDO LECHUGA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO REQUERENTE para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar quanto aos documentos novos juntados aos autos pela parte requerida. CAMPO VERDE, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

2ª Vara

Intimação

Ato Ordinatório Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001778-85.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE BELLO KIRCHESCH (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
WALTER JUNIOR ALVES DOS SANTOS OAB - MT0018126A (ADVOGADO(A))
ALINE FRANCIELE BELLO KIRCHESCH OAB - MT22075/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AGROSEG SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA (RÉU)
BOM FUTURO CAMPO VERDE AGROPECUARIA LTDA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANDRE LUIZ FARIA OAB - MT10917-A (ADVOGADO(A))

I N T I M A Ç Ã O Certifico que, por orientação judicial, INTIMO as PARTES para indicarem, no prazo de 5 (cinco) dias, as provas que pretendem produzir, especificando com objetividade e justificando sua pertinência, sem prejuízo do disposto no art. 357, § 1º, do NCPC. É o que me cumpre. Campo Verde-MT, 12 de dezembro de 2019. LEONÉSIO GONSALVES DE RESENDE Gestor Judiciário

Ato Ordinatório Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001817-82.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
B. C. D. O. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO ALEXANDRE VIANA OAB - MT0017947A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A. G. M. E. (RÉU)
E. R. E. J. (RÉU)
K. L. E. (RÉU)
T. J. R. E. (RÉU)
T. C. E. (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

I N T I M A Ç Ã O INTIMO a parte requerente, na pessoa de seu(ua,s) procurador(a, es), para que se manifeste acerca da certidão id. 24637465, no prazo de 15 (quinze) dias. Campo Verde-MT, 12 de dezembro de 2019. LEONÉSIO GONSALVES DE RESENDE Gestor Judiciário

Ato Ordinatório Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001840-28.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
WEDERSON CAVALCANTE VIEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO FERREIRA GARCIA OAB - MT7313-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRASIL CARD ADMINISTRADORA DE CARTÃO DE CRÉDITO LTDA (RÉU)
ATIVOS S/A CIA SECURITIZADORA CREDITOS FINANCEIROS (RÉU)
SERASA S/A. (RÉU)

Advogado(s) Polo Passivo:
NEYIR SILVA BAQUIAO OAB - MG0129504A (ADVOGADO(A))
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-S (ADVOGADO(A))
ESTEFANIA GONCALVES BARBOSA COLMANETTI OAB - DF0013158A (ADVOGADO(A))

I N T I M A Ç Ã O INTIMO a parte requerente, na pessoa de seu(ua,s) procurador(a, es), para impugnar às contestações apresentadas, no prazo legal de 15 dias. Campo Verde-MT, 12 de dezembro de 2019. LEONÉSIO GONSALVES DE RESENDE Gestor Judiciário

Ato Ordinatório Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001840-28.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
WEDERSON CAVALCANTE VIEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO FERREIRA GARCIA OAB - MT7313-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRASIL CARD ADMINISTRADORA DE CARTÃO DE CRÉDITO LTDA (RÉU)
ATIVOS S/A CIA SECURITIZADORA CREDITOS FINANCEIROS (RÉU)
SERASA S/A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
NEYIR SILVA BAQUIAO OAB - MG0129504A (ADVOGADO(A))
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-S (ADVOGADO(A))
ESTEFANIA GONCALVES BARBOSA COLMANETTI OAB - DF0013158A (ADVOGADO(A))

I N T I M A Ç Ã O INTIMO a parte requerida BRASIL CARD ADMINISTRADORA DE CARTÃO DE CRÉDITO LTDA., na pessoa de seu(ua,s) procurador(a, es), por todo o conteúdo da certidão id. 24696531, requerendo o que entender de direito. Campo Verde-MT, 12 de dezembro de 2019. LEONÉSIO GONSALVES DE RESENDE Gestor Judiciário

Ato Ordinatório Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001057-36.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDO FACCHINETTO & CIA LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE ADAELSIO DA CRUZ OAB - MT0008028A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCIA REGINA SAVI BARALDO (REQUERIDO)

I N T I M A Ç Ã O INTIMO a parte autora, na pessoa de seu(ua) procurador(a), para que no prazo de 5 (cinco) dias se manifeste acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça id. 23808168, ou requeira o que entender de direito, sob pena de extinção. Campo Verde-MT, 12 de dezembro de 2019. LEONÉSIO GONSALVES DE RESENDE Gestor Judiciário

Ato Ordinatório Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000209-49.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
OSMAR SOUZA SILVA FILHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ARAMITAN FARIA CASSIANO JORGE DE CARVALHO OAB - MT18850/O (ADVOGADO(A))
FRANCISCO DE CARVALHO OAB - MT1792-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANDRE BELLANDI (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RICARDO FERREIRA GARCIA OAB - MT7313-O (ADVOGADO(A))

I N T I M A Ç Ã O Certifico que, por orientação judicial, INTIMO as PARTES para indicarem, no prazo de 5 (cinco) dias, as provas que pretendem produzir, especificando com objetividade e justificando sua pertinência, sem prejuízo do disposto no art. 357, § 1º, do NCPC. É o que me cumpre. Campo Verde-MT, 12 de dezembro de 2019. LEONÉSIO GONSALVES DE RESENDE Gestor Judiciário

Ato Ordinatório Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002043-87.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
CICERA MARIA ALVES PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GABRIEL LORENZZATTO OAB - MT20692-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO(A))

I N T I M A Ç Ã O Certifico que, por orientação judicial, INTIMO as PARTES para indicarem, no prazo de 5 (cinco) dias, as provas que pretendem produzir, especificando com objetividade e justificando sua pertinência, sem prejuízo do disposto no art. 357, § 1º, do NCPC. É o que me cumpre. Campo Verde-MT, 12 de dezembro de 2019. LEONÉSIO GONSALVES DE RESENDE Gestor Judiciário

Ato Ordinatório Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001687-92.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
OZIAS FERREIRA DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURYTANIA CELESTE BRITO DOS SANTOS BAUERMEISTER OAB - MT16311/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ROSE MARY BERNARDI MORENO - ME (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ FOLETTO OAB - MT0005282A (ADVOGADO(A))

C E R T I D Ã O Certifico e dou fé, que a contestação id. 24708194, é TEMPESTIVA. Que INTIMO a parte requerente, na pessoa de seu(ua,s) procurador(es), para apresentar(em) impugnação no prazo legal. Campo Verde-MT, 12 de dezembro de 2019. LEONÉSIO GONSALVES DE RESENDE Gestor Judiciário

Ato Ordinatório Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001687-29.2018.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
ELISA TEIXEIRA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DEMERCIO LUIZ GUENO OAB - MT11482-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MASTERCARD BRASIL SOLUCOES DE PAGAMENTO LTDA. (RÉU)
BANCO CSF S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS AUGUSTO TORTORO JUNIOR OAB - SP0247319A (ADVOGADO(A))

I N T I M A Ç Ã O INTIMO a parte requerente, na pessoa de seu(ua,s) procurador(a, es), para que se manifeste acerca da correspondência devolvida id. 24996484, devendo indicar o atual endereço no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Campo Verde-MT, 12 de dezembro de 2019. LEONÉSIO GONSALVES DE RESENDE Gestor Judiciário

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003635-69.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
VILMA FRUMI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBINSON HENRIQUE PEREGO OAB - MT18498-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1003635-69.2019.8.11.0051 POLO ATIVO:VILMA FRUMI ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ROBINSON HENRIQUE PEREGO POLO PASSIVO: UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CAMPO VERDE - J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 23/03/2020 Hora: 14:20 ,

no endereço: PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 01, (66) 3419-2418, CAMPO REAL II, CAMPO VERDE - MT - CEP: 78840-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003636-54.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
F F ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDISON GONCALVES DE ANDRADE JUNIOR OAB - MT22367/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE LUCIANO VIANA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1003636-54.2019.8.11.0051 POLO ATIVO:F F ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA - ME ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: EDISON GONCALVES DE ANDRADE JUNIOR POLO PASSIVO: JOSE LUCIANO VIANA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CAMPO VERDE - J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 23/03/2020 Hora: 14:40 , no endereço: PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 01, (66) 3419-2418, CAMPO REAL II, CAMPO VERDE - MT - CEP: 78840-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001701-76.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
PRODUZA COMERCIO E REPRESENTACOES DE PRODUTOS AGRICOLAS EIRELI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KATIA FERNANDES RODRIGUES DE MATTOS OAB - MT24332/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO PARA AUDIÊNCIA Intimo as partes, na pessoa de seus procuradores, para comparecer à Audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 13/02/2020, às 13h00 na sede do Juizado Especial Cível e Criminal de Campo Verde – MT, com as advertências de praxe. MARIA DIVINA ALVES FEITOSA Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003637-39.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIA MARIA DIAS DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDEVANIO BARBOSA DA SILVA OAB - MT0008860A (ADVOGADO(A))
LUCAS SOUZA DIAS OAB - MT23098/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1003637-39.2019.8.11.0051 POLO ATIVO:ANTONIA MARIA DIAS DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUCAS SOUZA DIAS, EDEVANIO BARBOSA DA SILVA POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CAMPO VERDE - J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 23/03/2020 Hora: 15:00 , no endereço: PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 01, (66) 3419-2418, CAMPO REAL II, CAMPO VERDE - MT - CEP: 78840-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003639-09.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
MARILZA AVELINO DE BRITO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS SOUZA DIAS OAB - MT23098/O (ADVOGADO(A))
EDEVANIO BARBOSA DA SILVA OAB - MT0008860A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1003639-09.2019.8.11.0051 POLO ATIVO:MARILZA AVELINO DE BRITO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUCAS SOUZA DIAS, EDEVANIO BARBOSA DA SILVA POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CAMPO VERDE - J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 23/03/2020 Hora: 15:20 , no endereço: PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 01, (66) 3419-2418, CAMPO REAL II, CAMPO VERDE - MT - CEP: 78840-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003641-76.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO LIMA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDEVANIO BARBOSA DA SILVA OAB - MT0008860A (ADVOGADO(A))
LUCAS SOUZA DIAS OAB - MT23098/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1003641-76.2019.8.11.0051 POLO ATIVO:ANTONIO LIMA DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUCAS SOUZA DIAS, EDEVANIO BARBOSA DA SILVA POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CAMPO VERDE - J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 23/03/2020 Hora: 15:40 , no endereço: PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 01, (66) 3419-2418, CAMPO REAL II, CAMPO VERDE - MT - CEP: 78840-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000306-49.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
EDVAN ALVES DO NASCIMENTO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VALDIR RIBEIRO MAIA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
CAROLINE SCHNEIDER GUANAES SIMOES

Despacho. Vistos etc. Determino que seja expedido mandado para citação do credor no endereço indicado pelo Exequente no ID. 21488478, devendo o oficial de justiça observar que o Executado somente está em sua residência após às 18:00 horas. Cumpra-se, com urgência. Campo Verde, 12 de dezembro de 2019. Caroline Schneider Guanaes Simões Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010384-85.2016.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
IVO FEALHO DE CARVALHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GEORGE ROBERTO BUZETI OAB - MT0010039A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BPN BRASIL BANCO MULTIPLO S.A. (REQUERIDO)
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GABRIELE SOUZA DE OLIVEIRA OAB - SP0344990A (ADVOGADO(A))
RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB - MT12208-A (ADVOGADO(A))
MARCELO MAMMANA MADUREIRA OAB - SP0333834A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CAROLINE SCHNEIDER GUANAES SIMOES

Despacho. Vistos etc. A Embargante BNP BRASIL BANCO MÚLTIPLO

S.A.A, manejou Embargos Declaratórios, sustentando, em suma, apresentou tempestivamente a contestação nos autos, entretanto na sentença condenatória constou a ausência de apresentação de referida defesa pela parte Embargante. Foi certificado nos autos, pela Gestora Judicial, que "constatei que a parte requerida BANCO BPN, juntou a tempestivamente, conforme BPN CONTESTAÇÃO Id nº 1406997. Certifico ainda, que o(a) procurador(a) ao protocolizar a contestação e demais documentos nos Ids 1406997, 1407060, 1406999, 1407004, 1407006, 1406739 e 1407008, selecionou-os como sigilosos, o que não é visível para todos usuários do sistema situação essa, que fez que o juiz se equivocasse quanto ao mérito da demanda". Assim, tratando-se de erro sistêmico, aliado a possibilidade de concessão de efeito infringente aos Embargos de Declaração opostos pela parte Reclamada, determino a intimação da parte Autora, ora Embargada, para apresentar resposta no prazo legal de 05 (cinco) dias. Em seguida, conclusos. Às providências. Campo Verde/MT, 18 de julho de 2017. Caroline Schneider Guanaes Simões Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001872-33.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
ROSANA DA SILVA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO ALEXANDRE VIANA OAB - MT0017947A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE CAMPO GRANDE LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA OAB - MG109730 (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO PARA AUDIÊNCIA Intimo as partes, na pessoa de seus procuradores, para comparecer à Audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 06/02/2020, às 17h00 na sede do Juizado Especial Cível e Criminal de Campo Verde – MT, com as advertências na forma da Lei. MARIA DIVINA ALVES FEITOSA Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000606-11.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
ADAILTON MORAIS DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
NADIA ILANNA SOUZA DERVALHE OAB - MT25070-O (ADVOGADO(A))
CAROLINE ARENHARDT DE MORAES OAB - MT22563-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO PARA AS PARTE Impulsiono o feito a fim de intimar as partes, na pessoa de seus procuradores, do retorno dos autos da Turma Recursal. MARIA DIVINA ALVES FEITOSA Gestora de Secretaria

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000606-11.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
ADAILTON MORAIS DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
NADIA ILANNA SOUZA DERVALHE OAB - MT25070-O (ADVOGADO(A))
CAROLINE ARENHARDT DE MORAES OAB - MT22563-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO PARA AS PARTE Impulsiono o feito a fim de intimar as partes, na pessoa de seus procuradores, do retorno dos autos da Turma Recursal. MARIA DIVINA ALVES FEITOSA Gestora de Secretaria

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000720-47.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDINEI NEVES DE SOUSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
CAROLINE ARENHARDT DE MORAES OAB - MT22563-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO PARA AS PARTE Impulsiono o feito a fim de intimar as partes, na pessoa de seus procuradores, do retorno dos autos da Turma Recursal. MARIA DIVINA ALVES FEITOSA Gestora de Secretaria

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000714-40.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA APARECIDA GONCALVES DE ARAUJO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAROLINE ARENHARDT DE MORAES OAB - MT22563-O (ADVOGADO(A))
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO PARA AS PARTE Impulsiono o feito a fim de intimar as partes, na pessoa de seus procuradores, do retorno dos autos da Turma Recursal. MARIA DIVINA ALVES FEITOSA Gestora de Secretaria

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001011-81.2018.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
MARLENE SOARES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA OAB - MT19194-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFONICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO PARA AS PARTE Impulsiono o feito a fim de intimar as partes, na pessoa de seus procuradores, do retorno dos autos da Turma Recursal. MARIA DIVINA ALVES FEITOSA Gestora de Secretaria

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000842-60.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
CALEBE GOMES SALVADOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO MARQUES PONTES JUNIOR OAB - MT16873/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO PARA AS PARTES Impulsiono o feito, a fim de dar ciência às partes, do retorno dos autos da Turma Recursal. MARIA DIVINA ALVES FEITOSA Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001799-95.2018.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
ANA PAULA BORGES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PHILIPPE DE CASTRO DUQUE OAB - MT18526-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AGUAS DE CAMPO VERDE S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIEL PAULO MAIA TEIXEIRA OAB - MT4705-O (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO PARA AS PARTES Impulsiono o feito, a fim de dar ciência às partes, do retorno dos autos da Turma Recursal. MARIA DIVINA ALVES FEITOSA Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo Número: 1001023-95.2018.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA JOSE MARINHO DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA OAB - MT19194-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICAÇÕES S.A, (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO PARA AS PARTES Impulsiono o feito, a fim de dar ciência às partes, do retorno dos autos da Turma Recursal. MARIA DIVINA ALVES FEITOSA Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001363-05.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
DALBERT WENDELL TERRA CAVALCANTI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO Intimo a parte requerente, na pessoa de seu procurador, para comparecer à Audiência de Conciliação designada para o dia 29/07/2019, às 15h00, na sede do Juizado Especial Cível e Criminal de Campo Verde - MT. Cientifico-o (a) de que o não comparecimento implicará em arquivamento e condenação nas custas processuais, nos termos da Lei. Everton Alves de Oliveira Jesus Analista Judiciário

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000707-82.2018.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
ALISSON THALES SILVA MEDEIROS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HERBERT REZENDE DA SILVA OAB - MT16773-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO PARA AS PARTES Impulsiono o feito, a fim de dar ciência às partes, do retorno dos autos da Turma Recursal. MARIA DIVINA ALVES FEITOSA Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001008-63.2017.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
EDJAVAN SANTANA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO ANTONIO GUERRA OAB - MT16276-O (ADVOGADO(A))
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITORIOS MULTISEGMENTOS NPL IPANEMA III - NAO PADRONIZADO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CAUE TAUAN DE SOUZA YAEGASHI OAB - SP357590-O (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO PARA AS PARTES Impulsiono o feito, a fim de dar ciência às partes, do retorno dos autos da Turma Recursal. MARIA DIVINA ALVES FEITOSA Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000242-39.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
GREICIELY DE ARRUDA SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA OAB - MT19194-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INTELIG TELECOMUNICACOES LTDA. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO OAB - BA16780-O (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO PARA AS PARTES Impulsiono o feito, a fim de dar ciência às partes, do retorno dos autos da Turma Recursal. MARIA DIVINA ALVES FEITOSA Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000665-96.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
ELISMAR DUARTE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GABRIEL LORENZZATTO OAB - MT20692-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CNOVA COMERCIO ELETRONICO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO PARA AS PARTES Impulsiono o feito, a fim de dar ciência às partes, do retorno dos autos da Turma Recursal. MARIA DIVINA ALVES FEITOSA Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000001-02.2018.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
VALDEIR RODRIGUES DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA OAB - MT19194-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICAÇÕES S.A, (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO PARA AS PARTES Impulsiono o feito, a fim de dar ciência às partes, do retorno dos autos da Turma Recursal. MARIA DIVINA ALVES FEITOSA Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001709-87.2018.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
RONIVALDO DE JESUS MENDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO PARA AS PARTES Impulsiono o feito, a fim de dar ciência às partes, do retorno dos autos da Turma Recursal. MARIA DIVINA ALVES FEITOSA Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000205-12.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
RAIMUNDO NONATO ALVES ROCHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA OAB - MT19194-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO PARA AS PARTES Impulsiono o feito, a fim de dar ciência às partes, do retorno dos autos da Turma Recursal. MARIA DIVINA ALVES FEITOSA Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001777-37.2018.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA CELIA GONCALVES PENA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
PHILIPPE DE CASTRO DUQUE OAB - MT18526-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
AGUAS DE CAMPO VERDE S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIEL PAULO MAIA TEIXEIRA OAB - MT4705-O (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO PARA AS PARTES Impulsiono o feito, a fim de dar ciência às partes, do retorno dos autos da Turma Recursal. MARIA DIVINA ALVES FEITOSA Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001850-09.2018.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
MARILEI PEREIRA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PHILIPPE DE CASTRO DUQUE OAB - MT18526-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AGUAS DE CAMPO VERDE S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIEL PAULO MAIA TEIXEIRA OAB - MT4705-O (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO PARA AS PARTES Impulsiono o feito, a fim de dar ciência às partes, do retorno dos autos da Turma Recursal. MARIA DIVINA ALVES FEITOSA Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001583-37.2018.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE RIBAMAR DOS REIS MARINHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DESPACHANTE BRASIL LTDA - ME (REQUERIDO)

INTIMAÇÃO PARA AS PARTES Impulsiono o feito, a fim de dar ciência às partes, do retorno dos autos da Turma Recursal. MARIA DIVINA ALVES FEITOSA Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010002-92.2016.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANA GASPARETTO PRESTES BENDER (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEMERCIO LUIZ GUENO OAB - MT11482-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMPASS MINERALS AMERICA DO SUL INDUSTRIA E COMERCIO S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEONARDO LUIZ TAVANO OAB - SP173965 (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO PARA AS PARTES Impulsiono o feito, a fim de dar ciência às partes, do retorno dos autos da Turma Recursal. MARIA DIVINA ALVES FEITOSA Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000112-83.2018.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
SIMONEZ ALVES DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA OAB - MT13741-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ATIVOS S/A CIA SECURITIZADORA CREDITOS FINANCEIROS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTEFANIA GONCALVES BARBOSA COLMANETTI OAB - DF0013158A (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO PARA AS PARTES Impulsiono o feito, a fim de dar ciência às partes, do retorno dos autos da Turma Recursal. MARIA DIVINA ALVES FEITOSA Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001803-35.2018.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
IVONETE APARECIDA CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PHILIPPE DE CASTRO DUQUE OAB - MT18526-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AGUAS DE CAMPO VERDE S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIEL PAULO MAIA TEIXEIRA OAB - MT4705-O (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO PARA AS PARTES Impulsiono o feito, a fim de dar ciência às partes, do retorno dos autos da Turma Recursal. MARIA DIVINA ALVES FEITOSA Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002476-28.2018.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
CLEIDIMAR HONORATO DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVERALDO JOSE DE OLIVEIRA LORENZATTO OAB - MT0009581A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDITORA DISTRIBUIDORA SAVOY LTDA - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PATRICIA APARECIDA BORTOLOTO PAULINO OAB - SP0191768A (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO PARA AS PARTES Impulsiono o feito, a fim de dar ciência às partes, do retorno dos autos da Turma Recursal. MARIA DIVINA ALVES FEITOSA Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003649-53.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
TATIANE TANIA DEMARCO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO DURANTI OAB - MT0019533A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TAM LINHAS AÉREAS S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1003649-53.2019.8.11.0051 POLO ATIVO:TATIANE TANIA DEMARCO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ALBERTO DURANTI POLO PASSIVO: TAM LINHAS AÉREAS S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CAMPO VERDE - J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 23/03/2020 Hora: 16:10 , no endereço: PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 01, (66) 3419-2418, CAMPO REAL II, CAMPO VERDE - MT - CEP: 78840-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001158-10.2018.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
ANALIA BORGE XAVIER (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO ALEXANDRE VIANA OAB - MT0017947A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO PARA AS PARTES Impulsiono o feito, a fim de dar ciência às partes, do retorno dos autos da Turma Recursal. MARIA DIVINA ALVES FEITOSA Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002015-56.2018.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
JOAQUIM GONCALVES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO PARA AS PARTES Impulsiono o feito, a fim de dar ciência às partes, do retorno dos autos da Turma Recursal. MARIA DIVINA ALVES FEITOSA Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000766-07.2017.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
ANA PAULA DE OLIVEIRA NOVAKOSKI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIO LUCIANO DE TARSON HUERGO BAUERMEISTER OAB - MT0007328A-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EUCATUR-EMPRESA UNIAO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JONATAS CASALLI BETTO OAB - PR0047789A (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO PARA AS PARTES Impulsiono o feito, a fim de dar ciência às partes, do retorno dos autos da Turma Recursal. MARIA DIVINA ALVES FEITOSA Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001902-05.2018.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
ESTRELAO COMERCIO DE GAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO BELLANDI OAB - MT25271/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
WERSCLEY VIEIRA DE MORAIS - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HUGO CELEDONIO DE MORAES OAB - GO44225 (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO Intimo a parte requerente, na pessoa de seu procurador, para comparecer à Audiência de Conciliação designada para o dia 05/02/2019, às 16h20min na sede do Juizado Especial Cível e Criminal de Campo Verde - MT. Cientifico-o (a) de que o não comparecimento implicará em arquivamento e condenação nas custas processuais, nos termos da Lei. Everton Alves de Oliveira Jesus Analista Judiciário

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002266-74.2018.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
MARISABETE LAZZAROTTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSVALDO LOPES BERBETTI JUNIOR OAB - PR84373 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS NORTE MATO-GROSSENSE - SICREDI NORTE MT (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JEAN CARLOS ROVARIS OAB - MT12113-O (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO Intimo a parte requerente, na pessoa de seu procurador, para comparecer à Audiência de Conciliação designada para o dia 04/02/2019, às 13h00, na sede do Juizado Especial Cível e Criminal de Campo Verde - MT. Cientifico-o (a) de que o não comparecimento implicará em arquivamento e condenação nas custas processuais, nos termos da Lei. Everton Alves de Oliveira Jesus Analista Judiciário

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000033-70.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
VANIA LUCIA OMORI (REQUERENTE)
PABLO GROSCH (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDISON GONCALVES DE ANDRADE JUNIOR OAB - MT22367/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BOOKING.COM BRASIL SERVICOS DE RESERVA DE HOTEIS LTDA. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CASSIANO PIRES VILAS BOAS OAB - MG154853 (ADVOGADO(A))
LUCIANA GOULART PENTEADO OAB - SP167884-O (ADVOGADO(A))
GABRIELA CARR OAB - SP281551 (ADVOGADO(A))
RAMON HENRIQUE DA ROSA GIL OAB - SP303249 (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO Intimo a parte requerente, na pessoa de seu procurador, para comparecer à Audiência de Conciliação designada para o dia 26/02/2019, as 15h00, na sede do Juizado Especial Cível e Criminal de Campo Verde - MT. Cientifico-o (a) de que o não comparecimento implicará em arquivamento e condenação nas custas processuais, nos termos da Lei. Everton Alves de Oliveira Jesus Analista Judiciário

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002376-39.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
EDSON SIQUEIRA GONCALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GABRIEL LORENZZATTO OAB - MT20692-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO PARA AUDIÊNCIA Intimo a parte requerente, na pessoa de seu procurador, para comparecer à Audiência de Conciliação designada para o dia 25/11/2019, ás 10h00 na sede do Juizado Especial Cível e Criminal de Campo Verde - MT. Cientifico-o (a) de que o não comparecimento implica arquivamento e condenação nas custas processuais, nos termos da Lei. MARIA DIVINA ALVES FEITOSA Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000977-72.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
SIMONI FUHR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA ARRUDA DA SILVA OAB - MT24916/O (ADVOGADO(A))
DANIELLE POLYANA ROCHA OAB - MT24931/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TASSIANE BARBOSA CHALEGRE (REQUERIDO)

INTIMAÇÃO PARA AUDIÊNCIA Intimo a parte requerente, na pessoa de seu procurador, para comparecer à Audiência de Conciliação designada para o dia 03/12/2019, ás 09h00 na sede do Juizado Especial Cível e Criminal de Campo Verde - MT. Cientifico-o (a) de que o não comparecimento implica arquivamento e condenação nas custas processuais, nos termos da Lei. MARIA DIVINA ALVES FEITOSA Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001009-48.2017.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
ALVINEDES RIBEIRO NOGUEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIANA CAETANO BERNARDI OAB - MT21013-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DERLI CANDIDO SOBRINHO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GABRIEL LORENZZATTO OAB - MT20692-O (ADVOGADO(A))

Diante do decurso do prazo sem manifestação da executada, intimo o autor para manifestar-se em 10 (dez) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002813-80.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
CELSO PAIM DA SILVA & CIA LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSVALDO LOPES BERBETTI JUNIOR OAB - PR84373 (ADVOGADO(A))
CELSO PAIM DA SILVA OAB - 002.311.601-35 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS VALE DO CERRADO - SICREDI VALE DO CERRADO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO ALVES MARCAL OAB - MT13311-O (ADVOGADO(A))

Despacho. Vistos etc. Intime-se a Reclamante para que se manifeste sobre o pedido do Reclamado na petição de ID 27212140, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias. Após, retornem-me os

autos conclusos. Cumpra-se. Expeça-se o necessário. Às providências. Campo Verde-MT, 10 de dezembro de 2019. Caroline Schneider Guanaes Simões Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002131-28.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
LAERTE GERALDINO BORGES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMANDA GABRIELA BORGES ANDRADE OAB - MT23735/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO PARA AUDIÊNCIA Intimo as partes, na pessoa de seus procuradores, para comparecer à Audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 13/02/2020, às 14h00 na sede do Juizado Especial Cível e Criminal de Campo Verde – MT, com as advertências na forma da Lei. MARIA DIVINA ALVES FEITOSA Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001581-67.2018.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
RICARDO MARIO DI LORETO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GABRIEL LORENZZATTO OAB - MT20692-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ISRAEL CAMARA BARROS (REQUERIDO)

Diante do termo final do prazo de suspensão do feito, intimo o autor para manifestar-se no prazo de 10 (dez) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001992-76.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
LEDIMAR DE SOUZA FERREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HELLEN HELLAN BRANDONI OAB - MT25346/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

Diante da resposta apresentada, intimo o autor para que apresente a sua impugnação.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000801-93.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIA ALVES GOUVEIA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
CAROLINE ARENHARDT DE MORAES OAB - MT22563-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO Intimo a parte requerente, na pessoa de seu procurador, para comparecer à Audiência de Conciliação designada para o dia 04/06/2019, às 16h00, na sede do Juizado Especial Cível e Criminal de Campo Verde - MT. Cientifico-o (a) de que o não comparecimento implicará em arquivamento e condenação nas custas processuais, nos termos da Lei. Everton Alves de Oliveira Jesus Analista Judiciário

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000801-93.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIA ALVES GOUVEIA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
CAROLINE ARENHARDT DE MORAES OAB - MT22563-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Diante do não pagamento voluntário pela requerida, impulsiono o feito a fim de intimar o autor para manifestar-se.

Sentença

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010384-85.2016.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
IVO FEALHO DE CARVALHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GEORGE ROBERTO BUZETI OAB - MT0010039A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BPN BRASIL BANCO MULTIPLO S.A. (REQUERIDO)
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GABRIELE SOUZA DE OLIVEIRA OAB - SP0344990A (ADVOGADO(A))
RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB - MT12208-A (ADVOGADO(A))
MARCELO MAMMANA MADUREIRA OAB - SP0333834A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CAROLINE SCHNEIDER GUANAES SIMOES

PROJETO DE SENTENÇA Numero do Processo: 8010384-85.2016.811.0051 Polo Ativo: IVO FIALHO DE CARVALHO Polo Passivo: BANCO DO BRASIL S.A e BPN BRASIL – BANCO MULTIPLO S.A Vistos e examinados. A questão controvertida despicienda prova oral, motivo pelo qual passo a decidir antecipadamente, conforme autoriza o art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil. Dispenso o relatório, como permite o art. 38 da Lei nº. 9.099/95. Pois bem. Cuida-se de reclamação ajuizada por IVO FIALHO DE CARVALHO contra BANCO DO BRASIL S.A e BPN BRASIL – BANCO MULTIPLO S.A objetivando indenização por danos morais em face de transferência de valores não efetuada e obrigação de fazer. A parte requerida Banco do Brasil em peça defensiva alega preliminar de falta de interesse de agir, inépcia da inicial e ilegitimidade passiva, no mérito, afirma que não praticou ato ilícito, afirmando serem inexistentes os danos morais, requerendo a improcedência do pedido e a condenação a litigância de má-fé. A parte requerida BPN em peça defensiva suscita preliminar de ilegitimidade passiva, no mérito, alega exercício regular de direito, afirma serem inexistente os danos morais e materiais, entende pelo descabimento da inversão do ônus da prova, requerendo ainda a improcedência da ação e a condenação a litigância de má-fé. É o suficiente a relatar. Passo a emitir fundamentada decisão estatal. I – Preliminar A preliminar de falta de interesse de agir não merece guarida, tendo em vista que possui nos autos documento suficientes que demonstram a necessidade do autor em pleitear em Juízo o seu direito. Por outro lado, nasce à pretensão de se buscar em Juízo respaldo jurisdicional, aquela parte que se encontra com lesão em seu direito, como é caso dos autos, restando prejudicada a preliminar suscitada pelo réu. A preliminar de inépcia não merece acolhimento, pois consta nos autos por meio da peça inicial os documentos necessários para a propositura da ação, não se verificando desta forma, que a referida exordial seja inepta, preenchendo os requisitos do artigo 319 CPC, restando prejudicada a tese suscitada do reclamado. Já a preliminar de ilegitimidade passiva suscitadas pelos reclamados, vejo que não deve ser acolhida, tendo em vista que houve relação de consumo entre os reclamados e reclamantes, afastando assim, a pretensão da reclamada em relação a preliminar suscitada. Rejeita-se as preliminares. II – Do Mérito Verifica-se dos autos que a parte reclamante se insurge de transferência de valores efetuada pelos bancos reclamados e que não foram creditado em sua conta corrente, juntando solicitação de transferência no valor em moeda real de R$ 7.149,80 (Id 1317148), e-mail (Id 1317149), como meio de prova da transferência que não foi executada. A parte requerida Banco do Brasil em peça defensiva alega que não praticou ato ilícito, afirmando serem inexistentes os danos morais e materiais, requerendo a improcedência do pedido e a condenação a litigância de má-fé. A parte requerida BPN em peça defensiva alega exercício regular de direito, afirma serem inexistente os danos morais e materiais, entende pelo descabimento da inversão do ônus da prova, requerendo ainda a improcedência da ação e a condenação a litigância de má-fé. Apesar de sedutores os argumentos

das reclamadas, este não trouxe aos autos nenhuma prova da suas alegações, posto que não juntou nenhum documento capaz de comprovar a inexistência de solicitação da transferência do valor perseguido pelo autor na presente lide, juntando apenas documentos representativos. As reclamadas se limitaram em sua defesa somente em afirmar a inexistência de responsabilidade, tendo se eximir de sua culpa, restando latente a falha na prestação de seus serviços, restando comprovado sua conduta ilícita. Portanto, inexiste qualquer documento, tal como extrato de movimentação bancaria que demonstrasse que o Autor tivesse recebido o valor solicitado a titulo de transferência, restando prejudicado o meio de prova utilizada, bem como, preclusa a produção de provas. O ônus de provar acerca da existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor é da parte ré, consoante art. 373, II, do Novo Código de Processo Civil. Porém, entendo que em virtude da inversão do ônus da prova em favor da parte hipossuficiente no processo, ou seja, o consumidor, a parte Ré não conseguiu provar fato extintivo ou modificativo do direito do Autor. Em que pese às alegações das reclamadas e em virtude da inversão do ônus da prova, estas não se desincumbiram de seu ônus, ou seja, o de comprovar a efetivação da transferência do valor. Portanto, a obrigação de fazer em relação a transferência de valor de r$ 7.149,80, é medida que se impõe. III – Do dano Moral A possibilidade de indenização dos danos morais é questão que hodiernamente não mais se discute, havendo a Carta Republicana de 1988 pacificado a temática ao prever, expressamente, a indenizabilidade no seu art. 5º, incisos V e X, embora jamais tivesse o Código Civil de 1916 restringido tal pretensão. No caso, por ser a relação jurídica mantida entre as partes de natureza consumerista, a responsabilidade civil na hipótese em julgamento é objetiva, uma vez que as atividades comerciais e bancárias estão incluídas no conceito de serviço, prescindindo, portanto, da comprovação da culpa (CDC, art. 3º, § 2º c.c. art. 14). Assim, para que surja o dever de indenizar na responsabilidade civil objetiva, mister se faz a presença cumulativa de apenas e tão-somente três elementos, quais sejam: a) a conduta ilícita representada pela ação ou omissão voluntária do agente; b) o nexo de causalidade; c) a ocorrência do dano. In casu, tenho que restou caracterizado dano moral, pois as reclamadas, de forma indevida consoante a ausência da transferência solicitada não creditaram o valor em conta corrente do autor, causando-lhes prejuízos. Neste sentido: Ementa: RECURSO INOMINADO. OBRIGACIONAL E RESPONSABILIDADE CIVIL. CONSUMIDOR. AÇÃO INDENIZATÓRIA POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. BANCO. SOLICITAÇÃODE TRANSFERÊNCIA ELETRÔNICA DE VALORES NÃO ATENDIDA INJUSTIFICADAMENTE. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO QUE OCASIONOU A UTILIZAÇÃO DO CHEQUE ESPECIAL E A INCIDÊNCIA DE JUROS. RÉ QUE NÃO COMPROVOU FATO IMPEDIDIVO DO DIREITO DO AUTOR. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO NO CASO CONCRETO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.(Recurso Cível, Nº 71008027096, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Fabio Vieira Heerdt, Julgado em: 21-02-2019). Grifei. Reconhecida a existência do dano moral, passo a quantificá-lo. Sabe-se que o dano moral apresenta grande dificuldade de mensura, principalmente por referir-se a um aspecto interno da pessoa humana e de natureza inteiramente subjetiva. Apesar de o Reclamante ter trazido algumas das diretrizes pelas quais comumente se fixa a respectiva indenização, devo aqui esclarecer que não entendo ter o dano moral qualquer natureza sancionatória. Ora, trata-se a presente de matéria eminentemente civil, sendo certo que as penalizações de uma determinada conduta devem ser fixadas pelo diploma penal. Não é por outro motivo que essas mesmas lesões já encontram previsão no Código Penal e, portanto, só ali devem ser buscadas quaisquer sanções punitivas. O dano moral, por consequência, deve ser indenizado levando-se em conta única e exclusivamente a gravidade da lesão, tomando-se por parâmetro, é verdade, além das várias decisões judiciais, que em muitos casos auxiliam a escalonar a indenização conforme a causa motivadora, as máximas da experiência que presumiram a própria existência da perturbação emocional. Esse, aliás, o entendimento do Egrégio Tribunal do Rio Grande do Norte: “Anote-se que, a indenização por dano moral é um conceito que envolve o princípio da equivalência e da razoabilidade, para a qual as leis, em geral, não costumam estabelecer os critérios ou mecanismos na fixação do valor, deixando ao prudente arbítrio do juiz a decisão, em cada caso.” (Apelação Cível 2003000578-7 NATAL/RN). E também o posicionamento do TJ/SC: “O dano moral será arbitrado pelo juiz da causa, que ponderará a gravidade da lesão e a situação financeira das partes a fim de fixar quantum suficiente para amenizar a dor experimentada pela vítima.” (Apelação Cível 01.021270-6 VIDEIRA/SC). No mesmo sentido, o novo diploma civil: “Art. 944. A indenização mede-se pela extensão do dano.” Tendo isso em vista, fixo em R$ 4.000,00 (quatro mil reais) o valor necessário à justa reparação do dano moral. Assim, caminho outro não há senão o da procedência do pedido inicial. IV – Dispositivo Por tais considerações, com fundamento no artigo 6º. da Lei 9.099/95 c/c artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO A RECLAMAÇÃO PROCEDENTE e: 1- Condeno as reclamadas solidariamente ao pagamento de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) a título de indenização por danos morais; 2- Determino que as reclamadas procedam à imediata transferência do valor de R$ 7.149,80 (sete mil e cento e quarenta e nove reais e oitenta centavos) já convertido em moeda nacional, conforme consta na inicial, no prazo de 10 dias, sob pena de multa de incidência única no valor de R$ 3.000,00; 3- Determino que o valor da condenação a titulo de dano moral seja corrigido monetariamente pelo índice INPC, desde a condenação (Súmula 362/STJ), mais juros moratórios que fixo em 1% ao mês, devidos desde o evento danoso (Súmula 54/STJ); 4- Determino que os valores do dano material sejam corrigidos monetariamente pelo índice INPC, desde o evento danoso (Súmula 43/STJ), mais juros moratórios que fixo em 1% ao mês, devidos igualmente do evento danoso (Súmula 54/STJ). Sem custas e honorários, consoante previsão contida nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95. Transitada esta em julgado, ARQUIVEM-SE os presentes autos, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. P.R.I.C. Submeto, nos termos do art. 40 da Lei nº 9099/95, o presente projeto de sentença para fins de homologação por parte do juízo. Campo Verde/MT, 04 de dezembro de 2019. Kelson Giordani Miranda da Silva Juiz L e i g o

---

Vistos, etc. ACOLHO na íntegra os fundamentos apresentados e, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95, HOMOLOGO para que surta e produzam os seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado por Juiz Leigo. Às providências, expedindo-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se. Campo Verde/MT. Caroline Schneider Guanaes Simões Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002225-73.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
TAISA KETLIN RODRIGUES MUGNOL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULA ARAUJO COSTA OAB - MT23601/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CAROLINE SCHNEIDER GUANAES SIMOES

PROJETO DE SENTENÇA Numero do Processo: 1002225-73.2019.811.0051 Polo Ativo: TAISA KETLIN RODRIGUES MUGNOL Polo Passivo: BANCO BRADESCO S.A Vistos em correição. A questão controvertida despicienda prova oral, motivo pelo qual passo a decidir antecipadamente, conforme autoriza o art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil. Dispenso o relatório, como permite o art. 38 da Lei nº. 9.099/95. Pois bem. Verifico da petição juntada aos autos (Id 26834965), que houve composição amigável entre as partes, no que tange a obrigação de fazer e pecuniária, fazendo-se necessário a homologação do acordo e como consequência a extinção do feito com resolução do mérito. Assim, considerando que a transação é ato bilateral com que as partes definem a solução do conflito que os envolve, e que produz efeito imediato entre as mesmas, como o caso presente está a revelar, devendo levar em consideração que, em caso de descumprimento, poderá a parte que incorreu em prejuízo requerer a execução em Juízo de eventuais valores, com a consequente aplicação da multa convencionada entre as partes. Diante disso, presente os requisitos legais, a Homologação e a Extinção do feito com resolução do mérito é medida que se impõe. II - Dispositivo Por tais considerações, HOMOLOGO e considerando o disposto no art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O FEITO, com resolução do mérito ante o acordo celebrado entre as partes. Sem custas e honorários, consoante previsão contida nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95. Transitada esta em julgado, ARQUIVEM-SE os

presentes autos, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. P.R.I.C. Submeto, nos termos do art. 40 da Lei nº 9099/95, o presente projeto de sentença para fins de homologação por parte do juízo. Campo Verde/MT, 04 de dezembro de 2019. Kelson Giordani Miranda da Silva Juiz Leigo

---

Vistos, etc. ACOLHO na íntegra os fundamentos apresentados e, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95, HOMOLOGO para que surta e produzam os seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado por Juiz Leigo. Às providências, expedindo-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se. Campo Verde/MT. Caroline Schneider Guanaes Simões Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1002311-78.2018.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
VALDIR ARGEMIRO FREITAG (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VALDIR ARIONES PIMPINATI JUNIOR OAB - MT0006145A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
LEANDRO ANTONIO ROEGELIN (REQUERIDO)
MAURO ROEGELIN (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO(A))
DEMERCIO LUIZ GUENO OAB - MT11482-B (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CAROLINE SCHNEIDER GUANAES SIMOES

PROJETO DE SENTENÇA Numero do Processo: 1002311-78.2018.811.0051 Polo Ativo: VALDIR ARGEMIRO FREITAG Polo Passivo: MAURO ROEGELIN Vistos em correição. A questão controvertida despicienda prova oral, motivo pelo qual passo a decidir antecipadamente, conforme autoriza o art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil. Dispenso o relatório, como permite o art. 38 da Lei nº. 9.099/95. Pois bem. Verifico da petição juntada aos autos (Id 26794121), que houve composição amigável entre as partes, no que tange a obrigação de fazer e pecuniária, fazendo-se necessário a homologação do acordo e como consequência a extinção do feito com resolução do mérito. Assim, considerando que a transação é ato bilateral com que as partes definem a solução do conflito que os envolve, e que produz efeito imediato entre as mesmas, como o caso presente está a revelar, devendo levar em consideração que, em caso de descumprimento, poderá a parte que incorreu em prejuízo requerer a execução em Juízo de eventuais valores, com a consequente aplicação da multa. Diante disso, presente os requisitos legais, a Homologação e a Extinção do feito com resolução do mérito é medida que se impõe. II - Dispositivo Por tais considerações, HOMOLOGO e considerando o disposto no art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O FEITO, com resolução do mérito ante o acordo celebrado entre as partes. Sem custas e honorários, consoante previsão contida nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95. Transitada esta em julgado, ARQUIVEM-SE os presentes autos, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. P.R.I.C. Submeto, nos termos do art. 40 da Lei nº 9099/95, o presente projeto de sentença para fins de homologação por parte do juízo. Campo Verde/MT, 04 de dezembro de 2019. Kelson Giordani Miranda da Silva Juiz Leigo

---

Vistos, etc. ACOLHO na íntegra os fundamentos apresentados e, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95, HOMOLOGO para que surta e produzam os seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado por Juiz Leigo. Às providências, expedindo-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se. Campo Verde/MT. Caroline Schneider Guanaes Simões Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 8010083-80.2012.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
MAURO ROEGELIN (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA ROVERSI OAB - MT8072-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VALDIR ARGEMIRO FREITAG (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCIANO OLIVEIRA MONTEIRO OAB - MT0013308A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CAROLINE SCHNEIDER GUANAES SIMOES

PROJETO DE SENTENÇA Numero do Processo: 8010083-80.2012.811.0051 Polo Ativo: MAURO ROEGELIN Polo Passivo: VALDIR ARGEMIRO FREITAG Vistos em correição. A questão controvertida despicienda prova oral, motivo pelo qual passo a decidir antecipadamente, conforme autoriza o art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil. Dispenso o relatório, como permite o art. 38 da Lei nº. 9.099/95. Pois bem. Verifico da petição juntada aos autos (Id 26799280 e 26799276), que houve composição amigável entre as partes, no que tange a obrigação de fazer e pecuniária, inclusive com o cumprimento integra do presente acordo, fazendo-se necessário a homologação do acordo e como consequência a extinção do feito com resolução do mérito. Assim, considerando que a transação é ato bilateral com que as partes definem a solução do conflito que os envolve, e que produz efeito imediato entre as mesmas, como o caso presente está a revelar, devendo levar em consideração que trata-se de direito disponível. Extrai-se da petição anexa aos autos que o credor requer o cancelamento da penhora realizada, conforme consta nos autos (Id 23973475), motivo pelo qual, em virtude do acordo celebrado, há de ser deferido. Diante disso, presente os requisitos legais, inclusive com o cumprimento integral da obrigação noticiado pelo próprio credor (Id 16799276), a Homologação e a Extinção do feito com resolução do mérito é medida que se impõe. II - Dispositivo Por tais considerações, HOMOLOGO e considerando o disposto no art. 487, III, “b”, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O FEITO, com resolução do mérito ante o acordo celebrado entre as partes. Determino que seja oficiado o Cartório de Serviço de Registro de Imóveis de Campo Verde-MT, para que seja feito a desconstituição da penhora que recaiu sobre o imóvel descrito na matrícula 4.007. Sem custas e honorários, consoante previsão contida nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95. Transitada esta em julgado, ARQUIVEM-SE os presentes autos, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. P.R.I.C. Submeto, nos termos do art. 40 da Lei nº 9099/95, o presente projeto de sentença para fins de homologação por parte do juízo. Campo Verde/MT, 04 de dezembro de 2019. Kelson Giordani Miranda da Silva Juiz Leigo

---

Vistos, etc. ACOLHO na íntegra os fundamentos apresentados e, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95, HOMOLOGO para que surta e produzam os seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado por Juiz Leigo. Às providências, expedindo-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se. Campo Verde/MT. Caroline Schneider Guanaes Simões Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001363-05.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
DALBERT WENDELL TERRA CAVALCANTI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CAROLINE SCHNEIDER GUANAES SIMOES

PROJETO DE SENTENÇA Numero do Processo: 1001363-05.2019.811.0051 Polo Ativo: DALBERT WENDELL TERRA CAVALCANTI Polo Passivo: BANCO BRADESCO S.A Vistos e examinados. A questão controvertida despicienda prova oral, motivo pelo qual passo a decidir antecipadamente, conforme autoriza o art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil. Dispenso o relatório, como permite o art. 38 da Lei nº. 9.099/95. Pois bem. Cuida-se de reclamação ajuizada por DALBERT WENDELL TERRA CAVALCANTI contra BANCO BRADESCO S.A objetivando indenização por danos morais em face de inscrição indevida de seu nome e CPF junto ao cadastro de inadimplentes. A parte requerida em peça defensiva suscita preliminar de inépcia da inicial, no mérito afirma que agiu em seu exercício regular de direito, alega inexistência dos danos morais e a legalidade na cobrança ante a regular contratação, entende ser

incabível a inversão do ônus da prova, requerendo a improcedência da ação. É o suficiente a relatar. Passo a emitir fundamentada decisão estatal. I – Preliminar A preliminar de inépcia da inicial arguida pela Ré em face da ausência de certidão oficial extraída do SPC não merece ser acolhida, tendo em vista que dos autos constam documentos suficientes para análise do mérito, preenchendo desta forma, os requisitos do artigo 319 do Código de Processo Civil, restando prejudicada a preliminar suscitada. Rejeita-se a preliminar. II – Do Mérito A inteligência do art. 6º da Lei nº. 9.099/95 nos mostra que: O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime atendendo os fins sociais da Lei e as exigências do bem comum. Isso demonstra que o Juízo, poderá valer-se da interpretação teleológica, enfrentando todos os argumentos deduzidos no processo pelas partes na forma de buscar a solução mais justa para o caso, permitindo a aplicação da Lei ao caso concreto, fundamentando suas decisões na forma do Enunciado 162 do FONAJE, facultando-lhe aplicação do artigo 489, § 1º do Código de Processo Civil. O Magistrado ao decidir, deve apreciar as provas, subministradas pelo que ordinariamente acontece, nos termos do disposto no art. 375, do Novo Código de Processo Civil Brasileiro, que remete analogicamente ao antigo art. 335 do Código Processual Civil Anterior, em consonância ao precedente jurisprudencial, vejamos:. O entendimento jurisprudencial é neste sentido: “O Juiz não pode desprezar as regras de experiência comum ao proferir a sentença. Vale dizer, o juiz deve valorizar e apreciar as provas dos autos, mas ao fazê-lo pode e deve servir-se da sua experiência e do que comumente acontece”. (JTA 121/391 – apud, Código de Processo Civil Theotônio Negrão, notas ao artigo 335). Em uma ação de cunho indenizatório, além da ação ou omissão, há que se apurar se houve ou não dolo ou culpa do agente no evento danoso, bem como se houve relação de causalidade entre o ato do agente e o prejuízo sofrido pela vítima. Concorrendo tais requisitos, surge o dever de indenizar. Prelecionam os artigos 186 e 927 do Código Civil: “Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imperícia, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.” A respeito da responsabilidade civil o Professor SILVIO RODRIGUES nos ensina que os pressupostos dessa responsabilidade são: a) ação ou omissão do agente, b) relação de causalidade; c) existência do dano e d) dolo ou culpa do agente. (in Direito Civil, Ed. Saraiva, v. 1, pág. 30). (destaquei). A Culpa é representação abstrata, ideal, subjetiva. É a determinação jurídico-psicológica do agente. Psicológica, porque se passa no seu foro íntimo. Jurídica, em virtude de ser, muitas vezes, a lei quem estabelece a censurabilidade da determinação, mesmo que o agente não esteja pensando sequer em causar danos ou prejuízo, como ocorre nas hipóteses típicas de culpa stricto sensu. Para que essa responsabilidade emerja, continua o mestre, necessário se faz: (...) que haja uma ação ou omissão da parte do agente, que a mesma seja causa do prejuízo experimentado pela vítima; que haja ocorrido efetivamente um prejuízo; e que o agente tenha agido com dolo ou culpa. Inocorrendo um desses pressupostos não aparece, em regra geral, o dever de indenizar. (in "Direito Civil", Ed. Saraiva, v. 1, p. 30). No caso dos autos, observa-se que ocorreu foi tão somente meros aborrecimentos, já que a parte Autora não trouxe aos autos provas substanciais capazes de comprovar o dano, tais como comprovante de pagamento, ou neste caso, um boletim de ocorrência, já que declara em sua inicial o desconhecimento do débito. Contudo, em que pese à alegação da autora de que não teria mantido relação comercial com a reclamada não merece acolhimento, pois verifica-se que Ré em sua defesa juntou faturas (Id 22215255) com débito em aberto referente ao cartão de crédito “ELO” nº 5090.XXXX.XXXX.7200 no valor de R$ 737,67, comprovando a relação jurídica entre as partes. Em audiência de instrução foi proporcionado à parte autora produzir provas a seu favor, porém em seu depoimento pessoal, esta alega “que abriu uma conta e a pegou cartão e débito e crédito; possuía dividas, pagou uma e ficou a outra; alega que não pagou por causa das condições ofertada pelo Banco, pois era a vista ou parcelada por muito tempo;”. Por outro lado, a parte ré, esclareceu em Juízo que “a divida do Autor, refere-se a utilização de cartão de crédito”. Diante da dilação probatória em face da confissão do autor frente a existência da divida, bem como os documentos juntados pela Ré demonstram claramente que houve contraprestação do serviço do reclamado ao reclamante, bem como a assinatura do contrato é idêntica à assinatura do termo de conciliação e procuração, comprovando claramente que a reclamante utilizou o serviço do reclamado. A título ilustrativo cito a jurisprudência da Turma Recursal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, que por analogia, aplica-se ao caso, vejamos: ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA JUIZ RELATOR MARCELO SEBASTIÃO PRADO DE MORAES; SÚMULA DE JULGAMENTO – ART. 46, DA LEI Nº. 9.099/1995 - E M E N TA RECURSO INOMINADO – RELAÇÃO DE CONSUMO – CONTRATOS BANCÁRIOS – DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E RELAÇÃO JURÍDICA – DOCUMENTOS APRESENTADOS PELA RÉ DEMONSTRAM A EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA – ATO ILÍCITO NÃO CARACTERIZADO; Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito –Relator (Procedimento do Juizado Especial Cível 43901812013811000 1/2015, MARCELO SEBASTIAO PRADO DE MORAES, Turma Recursal Única, Julgado em 13/03/2015, Publicado no DJE 13/03/2015). Assim, entendo que a parte autora não possui provas suficientes da alegação de que o contrato é falso, pois não juntou aos autos nenhum documento capaz de comprovar suas alegações. No caso dos autos, observa-se que a Reclamada agiu dentro do exercício regular de seu direito, cobrando de forma licita o valor discutido nesses autos, conforme determina a Lei. Desta forma, não há outro norte a seguir, senão o indiscutível dispositivo legal do artigo 14, §3º, II do Código de Defesa do Consumidor, bem como a aplicação do artigo 188 do Código Civil vigente. Por outro lado, o reclamante não se desincumbiu do seu mister, conforme art. 373, I do CPC, qual seja, o de comprovar a indevida cobrança e a inscrição de seu nome e CPF junto aos órgãos de proteção ao crédito, motivo pelo qual, resta comprovado pelo reclamado que os débitos são legítimos e passíveis de cobrança. Feitas colocações do conjunto probatório fático, entendo que não há dúvida de que tal situação causou desconforto à parte promovente. No entanto esse dissabor não pode ser considerado como causador de dano moral indenizável. Pensamento contrário certamente provocaria a industrialização do dano moral, já que dissabores e/ou aborrecimentos, como os aqui vislumbrados, infelizmente, ocorrem diariamente em nosso cotidiano. Portanto, não há que se falar em indenização por danos morais, bem como declaração da inexistência do débito. III – Litigância de Má-Fé A parte autora em peça inicial alega inexistência de relação contratual, porém em audiência de instrução perante este Juízo, confessa a divida e a relação consumerista com o reclamado, chegando a alegar que não pagou a divida por causa das condições ofertada pelo Banco, inclusive o longo prazo para pagamento, portanto litiga de má fé a fim de obter enriquecimento ilícito. A titulo ilustrativo, cito enunciado 136 do Fonaje: ENUNCIADO 136 – O reconhecimento da litigância de má-fé poderá implicar em condenação ao pagamento de custas, honorários de advogado, multa e indenização nos termos dos artigos 55, caput, da lei 9.099/95 e 18 do Código de Processo Civil (XXVII Encontro – Palmas/TO). Com efeito, o pleito da parte autora se funda na tese de que foi atingida em sua honra e se constatou que nada disto aconteceu ante as provas juntadas aos autos e o direito à informação da sociedade, praticado e exercido pela Ré. Porém, ante a sua confissão da divida e relação consumerista com o Banco perante este Juízo, entendo que esta litigou com má-fé, pois resta demonstrado pelo próprio Reclamante a desnecessidade do pleito indenizatório requerido por esta em sua exordial, já que é devedor do valor discutido nestes autos. Assim, é dever das partes expor os fatos em Juízo conforme a verdade, bem como não formular pretensão ou de apresentar defesa quando cientes de que são destituídas de fundamentos, conforme determina o artigo 77, I e II do Código de Processo Civil, ocasião em que, tendo as partes infringido o referido dispositivo, resta clarividente que sua conduta encontra-se em descompasso com o ordenamento processual civil. Portanto, entendo que há de se reconhecer a arbitrariedade da conduta da Autora que propôs a ação com o intuito de alterar a verdade dos fatos e de utilizar do processo para conseguir objetivo ilegal, conforme artigos 79 e 80, II e III do Código de Processo Civil, devendo ser responsabilizada em face da litigância de má-fé exercida nestes autos a arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios, por força do artigo 55 da Lei 9.099/95 e 81 do Código de Processo Civil. Tendo em vista que a parte reclamante faltou com seu dever processual e deduziu uma pretensão totalmente desrevestida de fundamento fático e jurídico, obrando em litigância de má-fé, devendo por consequência imperiosa ser-lhe-á aplicado à multa prevista no artigo 81 do NCPC que ora arbitro em R$ 2.000,00 (dois mil reais) e demais prejuízos que poderão ser comprovados nos autos. Ademais, ainda, condeno a parte Reclamante ao pagamento das custas do processo, bem assim dos honorários do advogado que fixo no montante de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos

reais), nos termos do artigo 55 da Lei n.º 9.099/95. Assim, caminho outro não há senão o da improcedência do pedido inicial. IV – Dispositivo Por tais considerações, considerando o disposto no art. 6.º da Lei n.º 9.099/95, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos formulados na presente ação, e, em consequência, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil. JULGO PROCEDENTE pedido de litigância de má-fé e CONDENO a parte reclamante a pagar a multa de R$ 2.000,00 (dois mil reais) e demais prejuízos que poderão ser comprovados nos autos, bem como ao pagamento das custas do processo e honorários do advogado que sugiro seja fixado no montante de R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), nos termos do art. 55 da Lei n.º 9.099/95. Transitada esta em julgado, ARQUIVEM-SE os presentes autos, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. P.R.I.C. Submeto, nos termos do art. 40 da Lei nº 9099/95, o presente projeto de sentença para fins de homologação por parte do juízo. Campo Verde/MT, 14 de novembro de 2019. Kelson Giordani Miranda da Silva Juiz Leigo

_____

Vistos, etc. ACOLHO na íntegra os fundamentos apresentados e, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95, HOMOLOGO para que surta e produzam os seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado por Juiz Leigo. Às providências, expedindo-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se. Campo Verde/MT. Caroline Schneider Guanaes Simões Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000781-39.2018.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
ANA LUIZA MARTINS DAVID (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAQUELINE PIOVESAN OAB - MT23046-O (ADVOGADO(A))
MARINE MARTELLI OAB - MT23062-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CAROLINE SCHNEIDER GUANAES SIMOES

PROJETO DE SENTENÇA Numero do Processo: 1000781-39.2019.811.0051 Polo Ativo: ANA LUIZA MARTINS DAVID Polo Passivo: OI S.A Vistos e examinados. Dispenso o relatório, como permite o art. 38 da Lei nº. 9.099/95. Pois bem. Cuida-se de reclamação ajuizada por ANA LUIZA DAVID MARTINS contra OI S.A objetivando restituição em dobro de valores pagos sem a devida prestação do serviço e indenização por danos morais. A parte requerida em peça defensiva suscita preliminar de suspensão do processo, no mérito, afirma exercício regular de direito, regularidade na prestação dos serviços, defende a inexistência de danos morais, entende ser incabível a inversão do ônus da prova e a restituição de valores, requerendo a improcedência da ação. É o suficiente a relatar. Passo a emitir fundamentada decisão estatal. I – Preliminar A preliminar de suspensão do processo arguida pela ré, se confunde com o mérito e com ele será analisada, motivo pelo qual, rejeito a preliminar suscitada. Rejeita-se a preliminar. II – MÉRITO Findada a instrução, colhido o depoimento das partes na forma do artigo 385 do Código de Processo Civil, ocasião em que se verifica do Termo de Instrução, que foi arrolada testemunha somente pela parte autora, a qual prestou sua oitiva perante este Juízo, vindo-me os autos concluso para apreciação do mérito. Verifica-se dos autos que a reclamante afirma que efetuou a contratação do plano de internet "OI VELOX" na data de 23.04.2018 juntamente com a linha nº 66-3419-5014 no valor de R$ 99,90, ocasião em que a reclamada instalou somente o serviço de telefonia, tendo obtido informações do funcionário da empresa que não constava a instalação de "banda larga". Posteriormente, a autora cancelamento do serviço, conforme protocolos acoplados a inicial, bem como faturas dos meses de maio e junho de 2018 (Id 13649048 e 13649050), comprovante de pagamento (Id 13649049) e ordem de serviço (Id 13649046), requerendo a restituição em dobro do valor pago, declaração de inexistência de débito, bem como indenização por danos morais. A reclamada alega em sua defesa a inexistência de danos morais, informando a inexistência de falha na prestação dos serviços em face da regularidade na contratação, requerendo a improcedência da ação. Em audiência de instrução foi proporcionado à parte ré o esclarecimento dos fatos em relação à existência da divida, afirmando que "que foi feito o serviço, foram instalado da linha e da internet e ficou funcionando perfeitamente; não sei sobre o cancelamento e nem o motivo; serviço foram instalado normalmente; do meu setor a gente não acompanha o procedimento, só chega ate nós que o serviço foi executado perfeitamente; não sei informar sobre os protocolos, pois é outro setor". Por outro lado, a parte autora em seu depoimento pessoal, confirmou o ocorrido e os "alegou que fez a contratação da banda larga e linha telefônica; mandaram o técnico para fazer abertura da porta; solicitei quanto tempo teria a internet e ele disse que não constava nada sobre a internet, somente a linha telefônica; liguei na central e me informaram que não havia solicitação de banda larga; recebi sms que o técnico iria lhe visitar para instalar a banda larga e logo depois recebi outro sms informando que o serviço estava instalado; logo depois do cancelamento pensei que havia sido resolvido e me aparece uma fatura e paguei; liguei e me informaram que a única coisa que poderia fazer era cancelar o serviço; as faturas foram geradas após o cancelamento;, revelando que assiste razão em seu pleito. Em oitiva, a testemunha arrolada pela parte autora, a Srª Aurelina da Silva Pinheiro, esclareceu que "declarou que comecei a trabalhar com Ana; ela começou a desmarcar paciente em razão da espera da instalação; houve a demora na instalação; que eu saiba não foi instalado; demorou muito; ela pediu o cancelamento e lembro que veio conta cobrando ressarcimento; na realidade causou muito transtorno pois teve que remarcar muitos pacientes; só teve internet depois da instalação da outra empresa; Diante da dilação probatória, verifico que a reclamada não logrou êxito em comprovar os fatos alegados em relação à ausência de instalação do serviço de internet, que também foram cobrados a autora. Por outro lado, a sua defesa não guarda relação com os argumentos da Autora em sua inicial no tocante o fornecimento de serviço de internet. Deste modo, convenço-me que não restou demonstrado pela Ré que referido serviço de internet denominado "OI VELOX" tenha sido instalado na residência da reclamante, motivo pelo qual, a ré deve ser responsabilizada pelo ocorrido. Não resta dúvida de que o serviço jamais foi instalado conforme se verifica dos vários protocolos juntados na inicial. Todavia, referido serviço ofertado pela Ré deveria ser prestado de forma eficiente, continua e as informações serem tratadas de forma clara ao consumidor, conforme preconiza o artigo 6º da Lei 8.078/90. O ônus de provar acerca da existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor é da parte ré, consoante art. 373, II, do Novo Código de Processo Civil. Porém, entendo que em virtude da inversão do ônus da prova conforme autoriza o artigo 6º, VIII da Lei 8.078/90 em favor da parte hipossuficiente no processo, ou seja, o consumidor, a parte Ré não conseguiu provar fato extintivo ou modificativo do direito da Autora em face da funcionalidade do serviço de telefonia. Diante do prejuízo material, entendo que a parte ré deve ser responsabilizada pelo ocorrido, consoante as provas anexa aos autos que demonstra com clareza os fatos alegados pela parte autora. Diante do efetivo pagamento comprovado por meio do comprovante de pagamento anexo a inicial e impugnação no valor de R$ 13,95, ante a onerosidade da conduta da Ré que não instalou o serviço adquirido, a parte reclamante faz jus a repetição de indébito, prevista no art. 42, § único do Código de Defesa do Consumidor, o qual perfaz o total de R$ 27,90 (vinte e sete reais e noventa centavos). III – Dano Moral A possibilidade de indenização dos danos morais é questão que hodiernamente não mais se discute, havendo a Carta Republicana de 1988 pacificado a temática ao prever, expressamente, a indenizabilidade no seu art. 5º, incisos V e X, embora jamais tivesse o Código Civil de 1916 restringido tal pretensão. No caso, por ser a relação jurídica mantida entre as partes de natureza consumerista, a responsabilidade civil na hipótese em julgamento é objetiva, uma vez que as atividades comerciais e bancárias estão incluídas no conceito de serviço, prescindindo, portanto, da comprovação da culpa (CDC, art. 3º, § 2º c.c. art. 14). Assim, para que surja o dever de indenizar na responsabilidade civil objetiva, mister se faz a presença cumulativa de apenas e tão-somente três elementos, quais sejam: a) a conduta ilícita representada pela ação ou omissão voluntária do agente; b) o nexo de causalidade; c) a ocorrência do dano. In casu, entendo que restou caracterizado dano moral em virtude da ausência da instalação do serviço de internet e a cobrança de valores sem a devida contraprestação pela ré, demonstrando que houve falha na prestação de seus serviços, causando-lhes prejuízos. A titulo de ilustração, cito entendimento jurisprudencial da Egrégia Turma Recursal do Estado de Mato Grosso: E M E N T A RECURSO INOMINADO - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS - REJEITADA - SERVIÇO DE INTERNET CONTRATADO E NÃO DISPONIBILIZADO - TENTATIVA FRUSTRADA DE SOLUÇÃO NA ESFERA ADMINISTRATIVA - FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO VERIFICADA - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - DANO MORAL CONFIGURADO IN RE IPSA - DEVER DE INDENIZAR - QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO EM OBSERVÂNCIA AOS CRITÉRIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - OBRIGAÇÃO DE FAZER - MANTIDA - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.1. Arguição de incompetência do juízo rejeitada, pois desnecessária a realização de perícia para resolução da lide. 2. A requerida não se desincumbiu do ônus de comprovar fato modificativo, impeditivo ou extintivo do direito do recorrido.3. Restou evidenciada a falha na prestação do serviço decorrente da indisponibilização do serviço de internet contratado pelo recorrido e a desídia de solucionar a questão na esfera administrativa.4. Ressalte-se ser desnecessária a comprovação específica do prejuízo, pois o dano se extrai pela só verificação da conduta, ocorrendo o chamado dano in re ipsa.5. Com relação ao valor indenizatório a título de danos morais, tenho que a quantia arbitrada na sentença deve ser mantida, pois se mostra adequada ao caso concreto, estando em conformidade com os parâmetros da proporcionalidade e da razoabilidade, servindo para compensar o recorrido pelos transtornos sofridos, sem lhe causar enriquecimento ilícito.6. Evidenciada a falha na prestação do serviço, portanto, a obrigação de fazer deve ser mantida, como determinado na sentença.7. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, consoante previsão do art. 46 da Lei nº 9.099/95. (N.U 1000145-94.2017.8.11.0023, TURMA RECURSAL, VALDECI MORAES SIQUEIRA, Turma Recursal Única, Julgado em 04/06/2019, Publicado no DJE 07/06/2019). (grifei). Reconhecida a existência do dano moral, passo a quantificá-lo. Sabe-se que o dano moral apresenta grande dificuldade de mensura, principalmente por referir-se a um aspecto interno da pessoa humana e de natureza inteiramente subjetiva. Apesar de o Reclamante ter trazido algumas das diretrizes pelas quais comumente se fixa a respectiva indenização, devo aqui esclarecer que não entendo ter o dano moral qualquer natureza sancionatória. Ora, trata-se a presente de matéria eminentemente civil, sendo certo que as penalizações de uma determinada conduta devem ser fixadas pelo diploma penal. Não é por outro motivo que essas mesmas lesões já encontram previsão no Código Penal e, portanto, só ali devem ser buscadas quaisquer sanções punitivas. O dano moral, por consequência, deve ser indenizado levando-se em conta única e exclusivamente a gravidade da lesão, tomando-se por parâmetro, é verdade, além das várias decisões judiciais, que em muitos casos auxiliam a escalonar a indenização conforme a causa motivadora, as máximas da experiência que presumiram a própria existência da perturbação emocional. Esse, aliás, o entendimento do Egrégio Tribunal do Rio Grande do Norte: "Anote-se que, a indenização por dano moral é um conceito que envolve o princípio da equivalência e da razoabilidade, para a qual as leis, em geral, não costumam estabelecer os critérios ou mecanismos na fixação do valor, deixando ao prudente arbítrio do juiz a decisão, em cada caso." (Apelação Cível 2003000578-7 NATAL/RN). E também o posicionamento do TJ/SC: "O dano moral será arbitrado pelo juiz da causa, que ponderará a gravidade da lesão e a situação financeira das partes a fim de fixar quantum suficiente para amenizar a dor experimentada pela vítima." (Apelação Cível 01.021270-6 VIDEIRA/SC). No mesmo sentido, o novo diploma civil: "Art. 944. A indenização mede-se pela extensão do dano." Tendo isso em vista, fixo em R$ 2.000,00 (dois mil reais) o valor necessário à justa reparação do dano moral. Assim, outro caminho não há, senão o da procedência do pedido inicial. V – Dispositivo Por tais considerações, e em consonância com o art. 6º. da Lei 9.099/95 c/c art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO A RECLAMAÇÃO PROCEDENTE e: 1 - Condeno a reclamada ao pagamento de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de indenização por danos morais; 2 - Condeno a reclamada ao pagamento de R$ 27,90 (vinte e sete reais e noventa centavos), nos termos do art. 42, § único do Código de Defesa do Consumidor; 3- Determino que os valores da condenação pelo dano moral sejam corrigidos monetariamente pelo índice INPC, desde a condenação (Súmula 362/STJ), mais juros moratórios que fixo em 1% ao mês, devidos desde o evento danoso (Súmula 54/STJ); 4- Determino que os valores da condenação pelo dano material sejam corrigidos monetariamente pelo índice INPC, desde o evento danoso (Súmula 43/STJ), mais juros moratórios que fixo em 1% ao mês, devidos desde a citação, na forma do artigo 405 do Código Civil. 5- Declaro inexistente os débitos discutidos neste processo, bem como a rescisão contratual referente ao serviço de telefonia e banda larga; Torno Definitiva a Liminar anteriormente concedida. Sem custas e honorários (arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95). Transitada em julgado, em não havendo requerimento para cumprimento de sentença, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. P.R.I.C. Submeto, nos termos do art. 40 da Lei nº 9099/95, o presente projeto de sentença para fins de homologação por parte do juízo. Campo Verde/MT, 25 de novembro de 2019. Kelson Giordani Miranda da Silva Juiz Leigo

---

Vistos, etc. ACOLHO na íntegra os fundamentos apresentados e, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95, HOMOLOGO para que surta e produzam os seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado por Juiz Leigo. Às providências, expedindo-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se. Campo Verde/MT. Caroline Schneider Guanaes Simões Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000753-71.2018.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
GLAUCIA FIORENTIN (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALBERTO DURANTI OAB - MT0019533A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CAROLINE SCHNEIDER GUANAES SIMOES

PROJETO DE SENTENÇA Numero do Processo: 1000753-71.2019.811.0051 Polo Ativo: GLAUCIA FIORENTIN Polo Passivo: ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos e examinados. Dispenso o relatório, como permite o art. 38 da Lei nº. 9.099/95. Pois bem. Cuida-se de reclamação ajuizada por GLAUCIA FIORENTIN contra ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A objetivando a declaração de inexistência do débito, por não concordar com a cobrança abusiva no consumo de energia elétrica em sua unidade consumidora. Contestando a inicial, a Reclamada suscita preliminar de carência de ação, no mérito, destaca que não praticou qualquer ato ilícito, que realmente houve o efetivo consumo de energia, alega legalidade na fatura em face da troca do medidor de consumo, requerendo a improcedência da ação. É o suficiente a relatar. Passo a emitir fundamentada decisão estatal. I – Preliminar No que tange a preliminar arguidas pela ré, esta se confunde com o mérito e com ele será analisada, motivo pelo qual, rejeito a preliminar suscitada. Rejeita-se a preliminar. II – Mérito Findada a instrução, colhido o depoimento da parte autora e da parte ré na forma do artigo 385 do Código de Processo Civil, ocasião em que se verifica do Termo de Instrução que não foram arroladas testemunhas por ambas as partes, vindo-me os autos concluso para apreciação do mérito. Compulsando-se os autos, nota-se que a cobrança pelo consumo de energia elétrica referente à unidade consumidora nº 6/1696148-4 referente a fatura do mês de maio de 2019 no valor de R$ 1.036,11, dirigida a parte Reclamante, alegando que a mesma teria utilizado do consumo efetivo de energia em sua propriedade, juntando fatura em discussão (Id 13596764), bem como histórico de consumo de meses anterior (Id 13596796), como prova da cobrança indevida. Primeiramente cumpre analisar a possibilidade da aplicação das normas do Código Consumerista ao caso. Em se tratando da prestação de serviço público essencial, aplica-se, conforme entendimento já sedimentado pela doutrina e jurisprudência, o Código de Defesa do Consumidor, mormente ante a clareza de seu artigo art. 3º, § 2º, quando, no caput define o "fornecedor" como aquele que, entre outras atividades elencadas, desenvolve prestação de serviços. Em seguida, conceitua a expressão "serviço" para os fins da lei, nos termos seguintes: Art. 3º. [....] § 2º- Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração [...]". Entendendo que existe a relação de consumo aludida, o TJMT, assim já se posicionou: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO – DENUNCIAÇÃO DA LIDE – RELAÇÃO DE CONSUMO – IMPOSSIBILIDADE – AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO – A discussão travada nos autos se prende à relação de consumo estabelecida entre a agravada e a empresa agravante, onde uma atua como fornecedora de energia elétrica e a outra como consumidora de tais serviços, logo, tratando-se de relação

de consumo, impossível a denunciação da lide por parte da requerida, por expressa vedação do artigo 88 do código de defesa do consumidor. (TJMT – AI 39693/2002 – 3ª C.Cív. – Rel. Des. Orlando de Almeida Perri – J. 07.05.2003) [grifou-se]. No mérito, vê-se que a ameaça de suspensão de fornecimento de energia elétrica da Autora não procede, uma vez que não se trata de inadimplemento contumaz, mas de situação extraordinária, onde a empresa fornecedora do produto energia alega, com base em prova unilateral e por critérios questionáveis, que o consumidor tenha utilizado efetivamente a energia menor do que o consumo atual em face da ausência de visibilidade do medidor de energia, conforme ordem de serviço que executou a troca do medidor no mês de junho de 2018 (Id 14452892). No presente caso, entendo que a norma interna da ANEEL supostamente aplicável à matéria aqui discutida, encontra-se abaixo das determinações registradas a Lei 8.078/90, bem como a Carta Magna de 1.988, onde se permite uma avaliação de casos como estes em defesa dos consumidores que não possui o direito de escolha no fornecimento do referido serviço prestados pela reclamada. Em audiência de instrução foi proporcionado à parte ré esclarecer os fatos em relação à emissão de fatura exorbitante "alegou que no mês de maio veio a fatura alta e que não condiz com o consumo da autora; não sei explicar porque a fatura veio alta; não sei informar se existia defeito no medidor, só sei que foi trocado; não sei o motivo da troca; não sei informar se teve algum pedido;", restando claro que a reclamada não produziu nenhuma prova em audiência, demonstrando sua responsabilidade perante o ilícito civil cometido. Por outro lado, a parte autora em seu depoimento pessoal, confirmou o ocorrido e os "compramos a casa e quando veio a primeira fatura de energia, não condizia com nosso consumo; consumia de energia mensalmente o valor de R$ 140,00 a 160,00; procurei a Energisa para contestar os valores e eles efetuaram a troca do relógio; a fatura era no primeiro mês; foi feito a troca de titularidade no mês de abril ou maio; o imóvel ficava fechado; o relógio é acessível; a fatura foi feito pela média do morador anterior e não pelo seu próprio consumo", revelando que assiste razão em seu pleito. Desta forma, findada a instrução, verifico que a parte reclamada não apresentou aos autos qualquer motivo licito ou documentos hábeis a desconstituir a pretensão da parte autora, bem como, não apresentou provas de um eventual consumo indevido ou em excesso pela parte promovente, não trazendo aos autos prova substanciais capazes de comprovar suas alegações, tendo em vista que em momento algum a parte Ré demonstra com clareza o real consumo de energia. Em analise dos documentos acoplados aos autos pela Ré, verifica-se que inexiste documentos hábeis a comprovar de modo satisfatório o efetivo consumo de energia na residência da autora, tendo em vista a aquisição do imóvel naquele mês que faz referencia a emissão da fatura em discussão. Assim, ressai que a Ré reclamada não procedeu da maneira estabelecida, violando os preceitos da legislação consumerista. O Código de Defesa do Consumidor veda expressamente este comportamento, qual seja a cobrança de verbas ao consumidor quando não for dado a este a prévia oportunidade de acompanhar sua formação, conteúdo e forma. As afirmações feitas pela Ré em sua defesa em relação ao elevado consumo de energia deve ser recebida com reservas, cautelas e limites, visto que, esta não apresentou documentos hábeis a comprovar o real consumo na residência da Autora. Dessa forma, não se revela como prova proveitosa, para indicar que a parte Requerente tenha utilizado um consumo a maior, visto que fere os princípios constitucionais da ampla defesa e do devido processo legal (art. 5º, LV, CF/88). Nesse sentido, por analogia, cito a jurisprudência da Turma Recursal do TJMT, veja-se: AÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBTIO - NÃO PARTICIPAÇÃO DO CONSUMIDOR NA VERIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADE DO MEDIDOR DE ENERGIA ELÉTRICA - OFENSA AOS PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO - SENTENÇA MANTIDA. 1 - Restando evidenciado o defeito no medidor de consumo de energia elétrica, não pode ser imputado ao consumidor o cálculo de recuperação sem atender aos parâmetros legais de inspeção, com direito a ampla defesa e contraditório. 2 - Desconstituição da dívida que se impõe. 3 - Recurso conhecido e não provido. (RI, 903/2009, DR. YALE SABO MENDES, 5ª TURMA RECURSAL, Data do Julgamento 24/06/2010, Data da publicação no DJE 04/11/2010) [grifou-se] No mesmo sentido, tem-se a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO CONTRA ATO EMANADO DE REPRESENTANTE DE CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. CABIMENTO. FORNECIMENTO. INTERRUPÇÃO. FRAUDE NO MEDIDOR. [...] 2. É ilegítimo o corte administrativo no fornecimento de energia elétrica quando o débito decorrer de suposta fraude no medidor de consumo de energia, apurada unilateralmente pela concessionária. Precedentes do STJ. 3. Recurso Especial não provido. (REsp 816.689/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 17.3.2009) [grifou-se] Dessa forma, resta claro que a ação da Ré se constituiu em ilegalidade, aferindo de forma irregular a unidade consumidora da parte Promovente, tendo ameaçado de realizar corte de energia. Em consequência, não restam dúvidas que a cobrança realizada mostra-se irregular, haja vista que os valores cobrados advieram da alegação de media dos últimos consumos do morador anterior e não do real consumo da autora, mostrando-se irregular a emissão da fatura em discussão, assistindo razão a autora, fazendo jus a declaração da inexistência do débito. Assim, caminho outro não há senão o da procedência do pedido inicial. III - Dispositivo Por tais considerações, com fundamento no artigo 6º. da Lei 9.099/95 c/c artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO A RECLAMAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE e: 1- Declaro nulo o débito referente à fatura discutidas nestes autos da UC 6/1696148-4, no valor R$ 1.036,11 (hum mil e trinta e seis reais e onze centavos) com vencimento na data de 13.06.2018; Torno Definitiva a liminar anteriormente concedida. Sem custas e honorários, consoante previsão contida nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95. Transitada esta em julgado, ARQUIVEM-SE os presentes autos, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. P.R.I.C. Submeto, nos termos do art. 40 da Lei nº 9099/95, o presente projeto de sentença para fins de homologação por parte do juízo. Campo Verde/MT, 25 de novembro de 2019. Kelson Giordani Miranda da Silva Juiz Leigo

---

Vistos, etc. ACOLHO na íntegra os fundamentos apresentados e, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95, HOMOLOGO para que surta e produzam os seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado por Juiz Leigo. Às providências, expedindo-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se. Campo Verde/MT. Caroline Schneider Guanaes Simões Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001830-81.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
CLEOCIR DE FATIMA MUNHOES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GABRIEL LORENZZATTO OAB - MT20692-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EB COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLAUDIO DA SILVA FERREIRA OAB - GO0032958A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CAROLINE SCHNEIDER GUANAES SIMOES

PROJETO DE SENTENÇA Numero do Processo: 1001830-81.2019.811.0051 Polo Ativo: CLEOCIR DE FATIMA MUNHÕES Polo Passivo: EB COMERCIO DE ELETRONICOS DOMESTICOS LTDA (ELETROKASA) Vistos e examinados. A questão controvertida despicienda prova oral, motivo pelo qual passo a decidir antecipadamente, conforme autoriza o art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil. Dispenso o relatório, como permite o art. 38 da Lei nº. 9.099/95. Pois bem. Cuida-se de reclamação ajuizada por CLEOCIR DE FATIMA MUNHÕES contra EB COMERCIO DE ELETRONICOS DOMESTICOS LTDA (ELETROKASA) objetivando a restituição do valor pago pelo produto defeituoso e indenização por danos morais. A reclamada alega na peça defensiva preliminar de ilegitimidade passiva, no mérito, aduz ausência de responsabilidade, entende pelo descabimento da inversão do ônus da prova, afirmando serem inexistentes os danos morais, requerendo a improcedência da ação. É o suficiente a relatar. Passo a emitir fundamentada decisão estatal. I – Preliminar A preliminar de ilegitimidade passiva ventilada pela reclamada não merece acolhimento, tendo em vista que ambas responde de forma solidária aos danos causados aos seus consumidores, conforme preceitua o código consumerista, restando prejudicada a preliminar arguida. Rejeita-se a preliminar. II – Mérito Extrai-se que a parte reclamada em sua defesa, requereu a designação de audiência de instrução, porém no presente caso, há de ser desnecessário a dilação probatória em face das provas documentais carreada aos autos pelas partes, motivo pelo qual há de ser indeferido o pedido formulado e o processo encontra-se apto a prolação da sentença, conforme artigo 355, I do Código de Processo Civil A titulo ilustrativo, cito o

entendimento da Turma Recursal do Estado de Mato Grosso, vejamos: ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA JUIZ RELATOR MARCELO SEBASTIÃO PRADO DE MORAES 1 SÚMULA DE JULGAMENTO – ART. 46, DA LEI Nº. 9.099/1995 E M E N T A RECURSO INOMINADO – PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA – REJEITADA – DESNECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO – DEVER DO MAGISTRADO EM JULGAR A LIDE ANTECIPADAMENTE. Não há que se falar em cerceamento de defesa, visto que a audiência de instrução somente pode ser realizada para provar fatos que não são provados com provas documentais, que é o caso dos autos, sendo dever do magistrado julgar o feito no estado em que se encontra. Rejeitada a preliminar. RELAÇÃO DE CONSUMO – DEMORA NO CONSERTO DO VEÍCULO – PLEITO DE DANO MORAL. Versa a presente demanda sobre pleito de indenização por danos morais ante a demora no conserto do veículo e má prestação de serviço pela requerida. Analisando todos os documentos acostados, verifico que não ficou demonstrada a falha da requerida. Passo a discorrer sobre os principais pontos que merecem atenção. A promessa de peças novas se deu pela seguradora, e não pela requerida, portanto, diversos fatos narrados na Inicial, que geraram expectativa no autor, não são responsabilidade da recorrida. Foi demonstrado na peça de Contestação, mov. 13, que a empresa necessitaria de 25 dias para concluir os reparos no veículo, sendo o conserto aprovado pela seguradora em 24/04/2015. Ademais, conforme afirmado em Contestação: "De mais a mais, como dito em linhas anteriores, impossível se atestar que os reparos consequentes ao anteriormente realizado de fato não foram originários da própria condição de uso do veículo pelo Requerente, bem como da condição do próprio bem, já que, a bem da verdade, trata-se de veículo já com um certo tempo de uso." Recurso Inominado nº.: 0021929-13.2017.811.0002 Origem: Juizado Especial Cível Jardim Glória Recorrente(s): VANDERLEI KENNEDY SCARABELLI FILHO DE OLIVEIRA Recorrido(s): AUTO ART'S CENTRO AUTOMOTIVO LTDA. - EPP Juiz Relator: Marcelo Sebastião Prado de Moraes Data do Julgamento: 20/08/2018 ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA JUIZ RELATOR MARCELO SEBASTIÃO PRADO DE MORAES 2 Pelas fotos do veículo, bem como pelos orçamentos acostados, verifica-se que o carro estava em condições críticas após o acidente, sendo necessários inúmeros reparos. Vejamos: Outra observação que é importante pontuar é sobre os documentos e as inúmeras fotos com observações alegando a má prestação de serviços da requerida, em processo nos Juizados Especiais. Pelos princípios da Simplicidade e Celeridade, não é admitida prova complexa e perícias. É sabido que em processos como esse é necessário laudo oficial para demonstrar com segurança ao julgador se os fatos narrados merecem acolhimento ou não. Pelo exposto, nego provimento ao recurso aviado e mantenho a sentença de 1° grau nos seus ulteriores termos. ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA JUIZ RELATOR MARCELO SEBASTIÃO PRADO DE MORAES 3 SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, consoante previsão do art. 46 da Lei nº 9.099/95: "Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão". HONORÁRIOS E VERBAS SUCUMBENCIAIS. Nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95, a parte Recorrente arcará com as custas processuais e honorários advocatícios, estes que fixo em 10% sobre o valor da causa, nos moldes do artigo 98, §§ 2º e 3º do NCPC, diante da gratuidade anteriormente concedida. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. É como voto. Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito – Relator (Procedimento do Juizado Especial Cível 21929132017811 0002/2018, Turma Recursal Única, Julgado em 21/08/2018, Publicado no DJE 21/08/2018). Deste modo, embasado na jurisprudência e na legislação processual civil, entendo que não há em que se falar em cerceamento de defesa em face do julgamento antecipado da lide, ocasião em que passo analise do mérito. Consta dos autos que o Autor efetuou uma compra junto a Requerida de ESTEIRA DE CAMINHADA na data de 04.01.2019 com uma entrada no valor de R$ 400,00 e 09 parcelas no valor de R$ 191,32, ocasião em que referido produto foi entregue a parte autora, porém o produto apresentou defeito, sendo encaminhada ao técnico por indicação da reclamada, ocasião em que após o conserto, o produto funcionou somente 01 dia, informa que nada foi resolvido até a propositura da ação, juntando processo perante o PROCON. A Reclamada em sua defesa sustenta ausência de prova e inexistência de ato ilícito e dano moral, requerendo a improcedência da ação por entender que agiu dentro de seu exercício regular de direito. De fato, em primeiro plano, anoto que restam comprovados por meio da documentação juntada aos autos que assiste razão a Autora. Vê-se que a documentação juntada à inicial comprova a compra do produto junto à reclamada e que não houve a solução do problema do no prazo legal por esta, tendo em vista que a Ré se manteve inerte e não providenciou a assistência necessária para a solução do problema. Conforme art. 18, §1º, I, "não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso". No caso dos autos observa-se que não houve o efetivo conserto ou troca do produto dentro do prazo determinado em Lei, e que a reclamada nada resolveu até o presente momento, fazendo jus a parte autora postular a restituição do valor. Ademais a reclamada não juntou aos autos documento que comprova a troca, conserto do produto ou que este tenha sido recusado pela Autora, restando prejudicada os meios de provas utilizados, se limitando somente em suas argumentações como meio de prova, o que resta inadmitido. Com essas considerações e ante a falha latente na prestação do serviço, deve a reclamada efetuar a restituição do valor que foi devidamente pago pelo produto. Verifico junto a defesa da ré, que esta apresentou extrato financeiro que coadunam com sua versão em defesa de que a autora efetuou o pagamento no valor de R$ 400,00 a titulo de entrada e 07 parcelas no valor de R$ 191,32, resultando o valor de R$ 1.339,24, que somadas com o valor da entrada representa o montante de R$ 1.739,24, os quais deverão ser restituído a parte autora devidamente corrigidos. III – Do dano Moral Quanto à indenização por danos morais. A inteligência do art. 6º da Lei nº. 9.099/95 nos mostra que: O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime atendendo os fins sociais da Lei e as exigências do bem comum. Isso demonstra que o Juízo, poderá valer-se da interpretação teleológica com mais liberdade como forma de buscar a solução mais justa para o caso, permitindo uma discricionariedade, amparada na Lei. O Magistrado ao decidir, deve apreciar as provas, subministradas pelo que ordinariamente acontece, nos termos dos do disposto no art. 335, do Código de Processo Civil Brasileiro. O entendimento jurisprudencial é neste sentido: "O Juiz não pode desprezar as regras de experiência comum ao proferir a sentença. Vale dizer, o juiz deve valorizar e apreciar as provas dos autos, mas ao fazê-lo pode e deve servir-se da sua experiência e do que comumente acontece". (JTA 121/391 – apud, Código de Processo Civil Theotônio Negrão, notas ao artigo 335). (negritei). O Superior Tribunal de Justiça assevera ainda que: É entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio. (STJ - 1ª Turma - AI 169.079- SP - Ag.Rg, - Rel. Min. José Delgado - DJU 17.8.1998). Em uma ação de cunho indenizatório, além da ação ou omissão, há que se apurar se houve ou não dolo ou culpa do agente no evento danoso, bem como se houve relação de causalidade entre o ato do agente e o prejuízo sofrido pela vítima. Concorrendo tais requisitos, surge o dever de indenizar. Prelecionam os artigos 186 e 927 do Código Civil: "Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imperícia, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo." A respeito da responsabilidade civil o Professor SILVIO RODRIGUES nos ensina que os pressupostos dessa responsabilidade são: a) ação ou omissão do agente, b) relação de causalidade; c) existência do dano e d) dolo ou culpa do agente. (in Direito Civil, Ed. Saraiva, v. 1, pág. 30). (destaquei). A Culpa é representação abstrata, ideal, subjetiva. É a determinação jurídico-psicológica do agente. Psicológica, porque se passa no seu foro íntimo. Jurídica, em virtude de ser, muitas vezes, a lei quem estabelece a censurabilidade da determinação, mesmo que o agente não esteja pensando sequer em causar danos ou prejuízo, como ocorre nas hipóteses típicas de culpa stricto sensu. Para que essa responsabilidade emirja, continua o mestre, necessário se faz: (...) que haja uma ação ou omissão da parte do agente, que a mesma seja causa do prejuízo experimentado pela vítima; que haja ocorrido efetivamente um prejuízo; e que o agente tenha agido com dolo ou culpa. Inocorrendo um desses pressupostos não aparece, em regra geral, o dever de indenizar. (in "Direito Civil", Ed. Saraiva, v. 1, p. 30). (negritei).

No caso dos autos, observa-se que o que ocorreu foi tão somente um defeito no produto que adquirido por meio de escolha pela própria autora, conforme afirma em sua exordial, não restando dúvida de que o referido caso trouxe desconforto à parte promovente, no entanto, esse dissabor não pode ser considerado como causador de dano moral indenizável. Na verdade, não é qualquer suscetibilidade ou melindre que pode ensejar indenização por dano moral, sob pena de se desvirtuar o instituto, criando fonte de enriquecimento injusto. In casu, tem-se que a situação apresentada se caracteriza como mero aborrecimento ou contratempo que sofre a pessoa nas relações diárias, corriqueiras na vida de qualquer cidadão. Portanto, não há que se falar em indenização por danos morais. Assim, caminho outro não há senão o da parcial procedência do pedido inicial. IV – Dispositivo Por tais considerações, e em consonância com o art. 6º. da Lei 9.099/95 c/c art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO A RECLAMAÇÃO PARCIALMNETE PROCEDENTE e: 1- Julgo IMPROCEDENTE o pedido de indenização por danos morais; 2 – Condeno a reclamada ao pagamento de R$ 1.739,24 (hum mil setecentos e trinta e nove reais e vinte e quatro centavos) a titulo de danos materiais; 3- Determino que os valores da condenação pelo dano material sejam corrigidos monetariamente pelo índice INPC, desde o evento danoso (Súmula 43/STJ), mais juros moratórios que fixo em 1% ao mês, devidos igualmente do evento danoso (Súmula 54/STJ). 4- Determino que a parte autora efetue a devolução do produto defeituoso no prazo de 10 dias, caso ainda não tenha feito, sob pena de incorrer em crime de desobediência. Sem custas e honorários (arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95). Transitada em julgado, em não havendo requerimento para cumprimento de sentença, arquive-se. P.R.I.C. Submeto, nos termos do art. 40 da Lei nº 9099/95, o presente projeto de sentença para fins de homologação por parte do juízo. Campo Verde/MT, 22 de outubro de 2019. Kelson Giordani Miranda da Silva Juiz Leigo

---

Vistos, etc. ACOLHO na íntegra os fundamentos apresentados e, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95, HOMOLOGO para que surta e produzam os seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado por Juiz Leigo. Às providências, expedindo-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se. Campo Verde/MT. Caroline Schneider Guanaes Simões Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002146-31.2018.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDINEI LOPES DA SILVA (INTERESSADO)
MAIRA INES NOSCHANG (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO BELLANDI OAB - MT25271/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HDI SEGUROS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DIANARU DA SILVA PAIXAO OAB - MT0010105A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CAROLINE SCHNEIDER GUANAES SIMOES

PROJETO DE SENTENÇA Numero do Processo: 1002146-31.2018.811.0051 Polo Ativo: CLAUDINEI LOPES DA SILVA e MAIRA INES NOSCHANG Polo Passivo: HDI SEGUROS S.A Vistos e examinados. A questão controvertida despicienda prova oral, motivo pelo qual passo a decidir antecipadamente, conforme autoriza o art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil. Dispenso o relatório, como permite o art. 38 da Lei nº. 9.099/95. Pois bem. Cuida-se de reclamação ajuizada por CLAUDINEI LOPES DA SILVA e MAIRA INES NOSCHANG contra HDI SEGUROS S.A objetivando cobrança de valores referente ao premio do seguro de veiculo. Devidamente citada, a reclamada apresentou defesa nos autos alegando que o seguro não foi pago em virtude da ausência de documentos, defende a inexistência de dano moral, requerendo a improcedência da ação. É o suficiente a relatar. Passo a emitir fundamentada decisão estatal. I – Do Mérito De início, observo que os reclamantes insurgem de furto de veiculo de modelo “GOL, ano 2008/2009, PLACAS EEU-7594”, alegando que possui um credito a receber do reclamado no valor de R$ 20.880,47 em relação ao seguro contratado que se recusou a efetuar o pagamento após o sinistro, juntando Boletim de Ocorrência (Id 16190629), extrato do DETRAN/MT (Id 16190620), Boletos (Id 16190981 e 16190982), Apólice do Seguro (Id 16190634) como meio de prova da contratação e da recusa do pagamento. Em defesa, o reclamado alega que o seguro não foi pago em virtude da ausência de documentos, defende a inexistência de dano moral, requerendo a improcedência da ação. Primeiramente, registro que ao Reclamado foi lhe dado à oportunidade de celebrar acordo com os Autores, conforme consta no termo de conciliação (Id 17499049), porém não apresentou nenhuma proposta, bem como fato modificativo, impeditivo ou extintivo do direito do Autor, conforme determina o artigo 373, II do CPC. De fato, anoto que restou comprovados por meio da documentação juntada aos autos que assiste razão a parte Autora, conforme se observa dos documentos anexo aos autos, tal como o Boletim de Ocorrência (Id 16190629), extrato do DETRAN/MT (Id 16190620), Boletos (Id 16190981 e 16190982), Apólice do Seguro (Id 16190634). Por outro lado, a reclamada sustenta que não efetuou o pagamento do seguro em razão da falta de documentos e inviabilidade no valor da liquidação, objeto de pretensão dos reclamantes nestes autos, motivo pelo qual, há de se reconhecer o crédito em favor dos autores. Os argumentos da reclamada, apesar de ser sedutores, não demonstra que seus fundamentos encontra-se pautado de razoabilidade, pois as alegações da inviabilidade do pagamento em face do valor da liquidação ser diferente do valor da tabela FIPE não merece ser acolhido, pois já sabe que a utilização para pagamento do seguro, baseia-se unicamente no valor da tabela FIPE, motivo pelo qual, entendo que a reclamada deve proceder com o pagamento do premio. A titulo ilustrativo, cito a jurisprudência adequada ao caso, vejamos: Ementa: RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO DE SEGURO DE VEÍCULO. OCORRÊNCIA DE FURTO. PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO REALIZADO NA VIA ADMINISTRATIVA. PEDIDO DE COMPLEMENTAÇÃO. INDENIZAÇÃO QUE DEVE SER PAGA COM BASE NA TABELA FIPE DO MÊS DO SINISTRO E NÃO DA LIQUIDAÇÃO. DEDUÇÃO DO IPVA EM CASO DE FURTO QUE É PROPORCIONAL. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 4º §§ 1º E 2º DA LEI 8.115/85. QUANTIA QUE DEVE SER REPASSADA AO CONSUMIDOR. VALOR DESCONTADO REFERENTE AS INFRAÇÕES DE TRÂNSITO QUE É LÍCITO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.(Recurso Cível, Nº 71008850133, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Roberto Carvalho Fraga, Julgado em: 17-09-2019). Assim, entendo que o crédito perseguido pelos autores possui os requisitos legais, tais como a exigibilidade, certeza e liquidez devendo a parte ré deve ser compelida a pagar o débito, pois a alegação de que desconhece a origem da divida não foi capaz de extinguir o direito do Autor. Ademais, tem-se que a documentação juntada aos autos é apta a comprovar as alegações dos Requerentes, em virtude da existência de documentos que comprovam a alegação destes, bem como a confissão da ré em sua defesa em face da ausência de pagamento do seguro. Diante disso, a condenação ao reclamado a efetuar o pagamento do valor de R$ 20.880,44 discutido nestes autos a titulo do valor segurado do veiculo furtado, é medida que se impõe. III – Dano Moral A controvérsia cinge-se em aferir se a conduta da Ré é apta a ensejar a condenação em danos morais, bem como se da respectiva conduta há que se reconhecer a ocorrência dos aludidos danos. Cediço que para a caracterização da obrigação de indenizar exige-se a conduta, o dano e o nexo causal entre a respectiva conduta e os danos. In casu, postula a parte Autora a reparação por danos morais sem nenhuma razão, posto que não constava no sistema de proteção ao crédito uma restrição em seu nome e CPF que tenha sido inserida pela Ré, bem como o nexo causal em relação ao dano moral. Não há como se acolher a pretensão da parte Autora. Explica-se. Em que pese restar provado que a demora e recusa do pagamento do valor do seguro, a parte autora não demonstrou de modo satisfatório se existia alguma restrição em seu nome por meio de certidão expedida pelo Órgão de Proteção ao Crédito SPC/SERASA que tenha sido inserida pela Ré ou se existiu fatos que corroborasse com a lesão do direito em sua esfera moral, ocasião em que não há como se reconhecer que referido atraso tenha causado ao Autor danos morais passíveis de ressarcimento. Sendo assim, é possível crer que a recusa no pagamento do seguro dirigida aos Autores acarretou somente meros aborrecimentos. Neste sentido: Ementa: RECURSO INOMINADO. SEGURO. ROUBO DE VEÍCULO. REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS. DEMORA DO BANCO ARRENDADOR EM REPASSAR A INDENIZAÇÃO PAGA PELA SEGURADORA À SEGURADA. SITUAÇÃO QUE POR SI SÓ NÃO GERA O DEVER DE INDENIZAR. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. AUSENTE DEMONSTRAÇÃO DE SITUAÇÃO EXCEPCIONAL A CARACTERIZAR OFENSA AOS ATRIBUTOS DE PERSONALIDADE. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. MERO DISSABOR. CABIMENTO DO DESCONTO DOS VALORES DE IPVA DEVIDOS ANTES DO SINISTRO E DO

REPASSE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.(Recurso Cível, Nº 71008767279, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Silvia Maria Pires Tedesco, Julgado em: 20-11-2019). Não há dúvida de que a situação apresentada causa desconforto para qualquer pessoa, no entanto, esse desconforto não pode ser considerado como causador de dano moral indenizável. Tal entendimento encontra-se sedimentado na jurisprudência: RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL INEXISTENTE. VERBA INDENIZATÓRIA AFASTADA. O mero dissabor não pode ser alçado ao patamar do dano moral, mas somente aquela agressão que exacerba a naturalidade dos fatos da vida, causando fundadas aflições ou angústias no espírito de quem a ela se dirige. Recurso Especial conhecido e provido". (REsp 714611/PB; RECURSO ESPECIAL 2005/0001506-0. Relator: Ministro CESAR ASFOR ROCHA (1098). Data de julgamento: 19/09/2006. Acórdão publicado no DJU em 02/10/2006) [grifou-se] Assim, tem-se que a situação apresentada se caracteriza como mero aborrecimento ou contratempo que sofre a pessoa nas relações diárias, absolutamente normais na vida de qualquer um. Portanto, não vislumbra-se dano concreto ou prova indiciária mínima de que a Autora tenha sido submetida à situação capaz de violar de forma exacerbada sua imagem ou qualquer dos direitos personalíssimos tutelados pelo ordenamento pátrio. Salvo prova de efetivo dano à personalidade, tal situação não é suficiente a caracterizar a ocorrência de dano moral passível de indenização. Forçoso, portanto, concluir pela ausência dano moral a ser indenizado. Assim, outro caminho não há, senão a parcial procedência da ação. II – Dispositivo Por tais considerações, com fundamento no artigo 6º. da Lei 9.099/95 c/c artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO A RECLAMAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE e: 1- JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por dano morais; 2 - Condeno a reclamada ao pagamento de R$ 20.880,44 (vinte mil oitocentos e oitenta reais e quarenta e quatro centavos) a titulo de dano material; 3- Determino que os valores da condenação pelo dano material sejam corrigidos monetariamente pelo índice INPC, desde o evento danoso (Súmula 43/STJ), mais juros moratórios que fixo em 1% ao mês, devidos desde a citação, na forma do artigo 405 do Código Civil. Sem custas e honorários, consoante previsão contida nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95. Transitada esta em julgado, ARQUIVEM-SE os presentes autos, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. P.R.I.C. Submeto, nos termos do art. 40 da Lei nº 9099/95, o presente projeto de sentença para fins de homologação por parte do juízo. Campo Verde/MT, 06 de dezembro de 2019. Kelson Giordani Miranda da Silva Juiz Leigo

---

Vistos, etc. ACOLHO na íntegra os fundamentos apresentados e, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95, HOMOLOGO para que surta e produzam os seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado por Juiz Leigo. Às providências, expedindo-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se. Campo Verde/MT. Caroline Schneider Guanaes Simões Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001902-05.2018.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
ESTRELAO COMERCIO DE GAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO BELLANDI OAB - MT25271/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
WERSCLEY VIEIRA DE MORAIS - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HUGO CELEDONIO DE MORAES OAB - GO44225 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CAROLINE SCHNEIDER GUANAES SIMOES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE CAMPO VERDE PROJETO DE SENTENÇA Numero do Processo: 1001902-05.2018.811.0051 Polo Ativo: ESTRELÃO COMERCIO DE GAS LTDA - ME Polo Passivo: WERSCLEY VIEIRA DE MORAIS Vistos e examinados. A questão controvertida despicienda prova oral, motivo pelo qual passo a decidir antecipadamente, conforme autoriza o art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil. Dispenso o relatório, como permite o art. 38 da Lei nº. 9.099/95. Pois bem. Cuida-se de reclamação ajuizada por ESTRELÃO COMERCIO DE GAS LTDA - ME contra WERSCLEY VIEIRA DE MORAIS objetivando a restituição do valor pago pelo produto defeituoso e indenização por danos morais. A reclamada alega na peça defensiva preliminar de ausência de interesse processual, incompetência do Juizado Especial, ilegitimidade passiva, no mérito, aduz ausência de relação de consumo, ausência de defeito no produto, entende pelo descabimento da repetição do indébito, afirmando serem inexistentes os danos morais, requerendo a improcedência da ação. É o suficiente a relatar. Passo a emitir fundamentada decisão estatal. I – Preliminar No que tange a preliminar de incompetência do juizado especial não merece prosperar, tendo em vista que foram juntado aos autos documentos suficientes para a identificação dos pedidos da parte autora, restando claro a desnecessidade de realização de perícia, conforme autoriza o artigo 32 da Lei 9.099/95, motivo pelo qual , afasto a preliminar suscitada pela Ré. Por fim, a preliminar de ausência de interesse processual se confunde com o mérito e com ele será analisado, motivo pelo qual, rejeito a preliminar. Rejeita-se as preliminares. II – Mérito Consta dos autos que o Autor efetuou 02 compras junto a Requerida de CARRETINHA PARA MOTO na data de 17.08.2017 no valor de R$ 1.800,00 e outra no valor de R$ 2.680,00 com entrada no valor de R$ 1.340,00 e 02 parcelas no valor de R$ 670,00 (cada), ocasião em que referido produto foi entregue a parte autora, porém o produto apresentou defeito, avarias e rompimento em sua estrutura, conforme fotos em anexo a inicial, alegando que o reclamado nada fez para solucionar o problema, juntando como meio de provas, comprovantes de pagamentos nos valores de R$ 1.800,00 (Id 15665050) e R$ 1.340,00 (Id 15665066), comprovante de pagamento de emplacamento no valor de R$ 267,24 (Id 15665057), processo perante o PROCON (Id 15665069), foto de rachaduras e avarias do produto (Id 15666377 e 15666388). A Reclamada em sua defesa aduz ausência de relação de consumo, ausência de defeito no produto, entende pelo descabimento da repetição do indébito, sustenta que o referido produto foi fabricado para veiculo automotor e não poderia carregar produtos inflamáveis, afirmando serem inexistentes os danos morais, requerendo a improcedência da ação. Pois bem, extrai-se dos autos que a reclamada alega em sua defesa a ausência de relação de consumo, porém, no presente caso entendo perfeitamente que a relação de consumo persiste, uma vez que, referido produto vendido ao Autor se enquadra na utilização de uso próprio e não para revenda de novos consumidores. Assim, a presente demanda há de ser tramitando no crivo da relação consumerista, uma vez que o reclamante figura como destinatário final do produto, conforme determina o artigo 2º da Lei 8078/90, bem como posicionamento do Superior Tribunal de Justiça citado pela própria ré. Já no caso de ausência de defeito no produto, bem como na utilização do mesmo alegado pela ré, estes também não merece acolhimento, uma vez que das fotos anexa a inicial (Id 1666377 e 15666388) verifica-se claramente o rompimento da estrutura da carretinha. Já no modo de utilização, verifica-se descabível a fundamentação, uma vez que sabendo a ré que seu consumidor distribui produto denominado "gás" deveria ter informando-o que referido produto não era destinado para aquela atividade, uma vez, da própria denominação social da autora, identifica-se o ramo de sua atividade, carecendo tais alegações até, de maiores considerações, conforme autorizam os artigos 6º, incisos I, II e III e artigos 12, § 1º e 13, incisos I e II ambos do Código de Defesa do Consumidor. Deste modo, entendo que restam comprovados por meio da documentação juntada aos autos que assiste razão a Autora. Vê-se que a documentação juntada à inicial comprova a compra do produto junto à reclamada e que não houve a solução do problema do no prazo legal por esta, tendo em vista que a Ré se manteve inerte e não providenciou a assistência necessária para a solução do problema. Conforme art. 18, §1º, I, "não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso". No caso dos autos observa-se que não houve o efetivo conserto ou troca do produto dentro do prazo determinado em Lei, e que a reclamada nada resolveu até o presente momento, fazendo jus a parte autora postular a restituição do valor, porém, este, na forma simples. Ademais a reclamada não juntou aos autos documento que comprova a troca, conserto do produto ou que este tenha sido recusado pelo Autor, restando prejudicada os meios de provas utilizados, se limitando somente em suas argumentações como meio de prova, o que resta inadmitido. Com essas considerações e ante a falha latente na prestação do serviço, não verifico que a parte ré incorreu em onerosidade em sua conduta, portanto, deve a reclamada efetuar a restituição na forma simples do valor que foi devidamente pago pelo produto, o qual representa o montante de R$ 1.340,00 (um mil, trezentos e quarenta reais). III – Do dano Moral Quanto à indenização por danos morais. A inteligência do art.

6º da Lei nº. 9.099/95 nos mostra que: O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime atendendo os fins sociais da Lei e as exigências do bem comum. Isso demonstra que o Juízo, poderá valer-se da interpretação teleológica com mais liberdade como forma de buscar a solução mais justa para o caso, permitindo uma discricionariedade, amparada na Lei. O Magistrado ao decidir, deve apreciar as provas, subministradas pelo que ordinariamente acontece, nos termos dos do disposto no art. 335, do Código de Processo Civil Brasileiro. O entendimento jurisprudencial é neste sentido: "O Juiz não pode desprezar as regras de experiência comum ao proferir a sentença. Vale dizer, o juiz deve valorizar e apreciar as provas dos autos, mas ao fazê-lo pode e deve servir-se da sua experiência e do que comumente acontece". (JTA 121/391 – apud, Código de Processo Civil Theotônio Negrão, notas ao artigo 335). (negritei). O Superior Tribunal de Justiça assevera ainda que: É entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio. (STJ - 1ª Turma - AI 169.079- SP - Ag.Rg, - Rel. Min. José Delgado - DJU 17.8.1998). Em uma ação de cunho indenizatório, além da ação ou omissão, há que se apurar se houve ou não dolo ou culpa do agente no evento danoso, bem como se houve relação de causalidade entre o ato do agente e o prejuízo sofrido pela vítima. Concorrendo tais requisitos, surge o dever de indenizar. Prelecionam os artigos 186 e 927 do Código Civil: "Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imperícia, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo." A respeito da responsabilidade civil o Professor SILVIO RODRIGUES nos ensina que os pressupostos dessa responsabilidade são: a) ação ou omissão do agente, b) relação de causalidade; c) existência do dano e d) dolo ou culpa do agente. (in Direito Civil, Ed. Saraiva, v. 1, pág. 30). (destaquei). A Culpa é representação abstrata, ideal, subjetiva. É a determinação jurídico-psicológica do agente. Psicológica, porque se passa no seu foro íntimo. Jurídica, em virtude de ser, muitas vezes, a lei quem estabelece a censurabilidade da determinação, mesmo que o agente não esteja pensando sequer em causar danos ou prejuízo, como ocorre nas hipóteses típicas de culpa stricto sensu. Para que essa responsabilidade emirja, continua o mestre, necessário se faz: (...) que haja uma ação ou omissão da parte do agente, que a mesma seja causa do prejuízo experimentado pela vítima; que haja ocorrido efetivamente um prejuízo; e que o agente tenha agido com dolo ou culpa. Inocorrendo um desses pressupostos não aparece, em regra geral, o dever de indenizar. (in "Direito Civil", Ed. Saraiva, v. 1, p. 30). (negritei). No caso dos autos, observa-se que o que ocorreu foi tão somente um defeito no produto que adquirido por meio de escolha pelo próprio autor, conforme afirma em sua exordial, não restando dúvida de que o referido caso trouxe desconforto à parte promovente, no entanto, esse dissabor não pode ser considerado como causador de dano moral indenizável. Na verdade, não é qualquer suscetibilidade ou melindre que pode ensejar indenização por dano moral, sob pena de se desvirtuar o instituto, criando fonte de enriquecimento injusto. In casu, tem-se que a situação apresentada se caracteriza como mero aborrecimento ou contratempo que sofre a pessoa nas relações diárias, corriqueiras na vida de qualquer cidadão. Portanto, não há que se falar em indenização por danos morais. Assim, caminho outro não há senão o da parcial procedência do pedido inicial. IV – Dispositivo Por tais considerações, e em consonância com o art. 6º. da Lei 9.099/95 c/c art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO A RECLAMAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE e: 1- Julgo IMPROCEDENTE o pedido de indenização por danos morais; 2 – Condeno a reclamada ao pagamento de R$ 1.340,00 (um mil, trezentos e quarenta reais) a titulo de danos materiais; 3- Determino que os valores da condenação pelo dano material sejam corrigidos monetariamente pelo índice INPC, desde o pagamento do bem, mais juros moratórios que fixo em 1% ao mês, desde a citação. 4- Determino que a parte autora efetue a devolução do produto defeituoso no prazo de 10 dias, caso ainda não tenha feito, sob pena de incorrer em crime de desobediência. Sem custas e honorários (arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95). Transitada em julgado, em não havendo requerimento para cumprimento de sentença, arquive-se. P.R.I.C. Submeto, nos termos do art. 40 da Lei nº 9099/95, o presente projeto de sentença para fins de homologação por parte do juízo. Campo Verde/MT, 06 de dezembro de 2019. Kelson Giordani Miranda da Silva Juiz

Leigo

Vistos, etc. ACOLHO na íntegra os fundamentos apresentados e, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95, HOMOLOGO para que surta e produzam os seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado por Juiz Leigo. Às providências, expedindo-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se. Campo Verde/MT. Caroline Schneider Guanaes Simões Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002266-74.2018.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
MARISABETE LAZZAROTTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSVALDO LOPES BERBETTI JUNIOR OAB - PR84373 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS NORTE MATO-GROSSENSE - SICREDI NORTE MT (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JEAN CARLOS ROVARIS OAB - MT12113-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CAROLINE SCHNEIDER GUANAES SIMOES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE CAMPO VERDE PROJETO DE SENTENÇA Numero do Processo: 1002266-74.2018.811.0051 Polo Ativo: MARISABETE LAZZAROTTO Polo Passivo: COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO NORTE MATOGROSSENSE – SICREDI NORTE MT/PA Vistos e examinados. A questão controvertida despicienda prova oral, motivo pelo qual passo a decidir antecipadamente, conforme autoriza o art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil. Dispenso o relatório, como permite o art. 38 da Lei nº. 9.099/95. Pois bem. Cuida-se de reclamação ajuizada por MARISABETE LAZZARATTO contra COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO DO NORTE MATOGROSSENSE – SICREDI NORTE MT/PA objetivando indenização por danos morais em face de manutenção indevida de seu nome e CPF junto ao cadastro de inadimplentes. A parte requerida em peça defensiva alega exercício regular de direito em face da inscrição legitima, afirma serem inexistente os danos morais em virtude de que a baixa da inscrição ocorreria com o pagamento do débito, entende pelo descabimento da inversão do ônus da prova, requerendo ainda a improcedência da ação. É o suficiente a relatar. Passo a emitir fundamentada decisão estatal. I – Do Mérito Verifica-se dos autos que a parte reclamante se insurge de débito inscrito no SPC/SERASA, alegando que é inexistente, posto que referido débito foi devidamente quitado nos autos nº 835-79.2016.811.0087 por meio de acordo celebrado com a reclamada, ocasião em que esta de forma indevida manteve seu nome junto aos órgãos de proteção ao crédito, juntando como meio de prova da negativação indevida certidão SPC (Id 16418427) homologação do acordo (Id 16418557), minuta de acordo (Id 16418552) e petição inicial do reclamado onde a parte autora figura como ré (Id 16418548) . A reclamada alega que não praticou nenhum ato ilícito em face do exercício regular de direito no tocante a inscrição legitima junto ao órgãos de proteção ao crédito, afirma serem inexistente os danos morais em virtude de que a baixa da inscrição ocorreria com o pagamento do débito e que referido valor encontra-se depositado judicialmente e não houve a expedição do alvará, entende pelo descabimento da inversão do ônus da prova, juntando extrato SPC e SERASA (Id 17944961, 17944962 e 17944963), extrato de débito atualizado (Id 17944959), requerendo ainda a improcedência da ação. Apesar de sedutores os argumentos da reclamada, este não trouxe aos autos nenhuma prova da legalidade do débito ou que este era realmente era devido ao tempo de sua manutenção junto aos órgãos de proteção ao credito, posto que não juntou nenhum documento capaz de comprovar a sua exigibilidade após a celebração do acordo nos autos nº 835-79.2016.811.0087, que corroborasse com suas alegações. A reclamada se limitou a sua defesa somente em afirmar que o débito é exigível em razão de que o valor encontra-se depositado judicialmente e que não ocorrera à expedição do alvará, porém, na presente minuta de acordo (Id 16418552) verifica-se junto a clausula nº 05, que a retirada do nome e CPF dos executados ocorreria no prazo de 05 dias após a homologação do acordo e não da expedição de alvará, tendo a aquele Juízo homologado a transação nos termos pactuado entre as partes. Assim, levando em consideração que o acordo foi homologado na data de 18.07.2016 (Id 16418557) e a expedição da certidão do

SPC/SERASA deu-se na data de 25.10.2018 (Id 16418427), resta evidente que a parte ré incorreu em ato ilícito, posto que não juntou documento que demonstra a existência de débito em nome da autora, restando comprovado sua conduta ilícita e a sua responsabilidade civil. O ônus de provar acerca da existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor é da parte ré, consoante art. 373, II, do Novo Código de Processo Civil. Porém, entendo que em virtude da inversão do ônus da prova em favor da parte hipossuficiente no processo, ou seja, o consumidor, a parte Ré não conseguiu provar fato extintivo ou modificativo do direito da Autora. Em que pese às alegações da reclamada e em virtude da inversão do ônus da prova, esta não se desincumbiu de seu ônus, ou seja, o de comprovar a legalidade do débito. Portanto, a declaração da inexistência do débito discutido nestes autos, é medida que se impõe. II – Do dano Moral A possibilidade de indenização dos danos morais é questão que hodiernamente não mais se discute, havendo a Carta Republicana de 1988 pacificado a temática ao prever, expressamente, a indenizabilidade no seu art. 5º, incisos V e X, embora jamais tivesse o Código Civil de 1916 restringido tal pretensão. No caso, por ser a relação jurídica mantida entre as partes de natureza consumerista, a responsabilidade civil na hipótese em julgamento é objetiva, uma vez que as atividades comerciais e bancárias estão incluídas no conceito de serviço, prescindindo, portanto, da comprovação da culpa (CDC, art. 3º, § 2º c.c. art. 14). Assim, para que surja o dever de indenizar na responsabilidade civil objetiva, mister se faz a presença cumulativa de apenas e tão-somente três elementos, quais sejam: a) a conduta ilícita representada pela ação ou omissão voluntária do agente; b) o nexo de causalidade; c) a ocorrência do dano. In casu, tenho que restou caracterizado dano moral, pois a reclamada, de forma indevida em virtude da ausência de débitos em nome da autora, manteve seu nome e CPF restrito junto aos órgãos de Proteção ao Crédito SPC/SERASA, causando-lhes prejuízos. Isso porque, a autora necessitava de seu nome e CPF para concluir e realizar transação comercial, o que lhe poderia ter sido negado em virtude de possuir restrição em seu cadastro junto a Reclamada. Neste sentido: RECURSO INOMINADO - TELEFONIA - OBRIGAÇÃO QUESTIONADA PELA CONSUMIDORA - AUSÊNCIA DE PROVA DA EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE AS PARTES - NOME DA CONSUMIDORA INSERIDO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - DANO MORAL CONFIGURADO - INDENIZAÇÃO FIXADA NOS PARÂMETROS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - RECURSO IMPROVIDO. 1. O artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor atribui ao fornecedor de serviços a responsabilidade objetiva quanto aos danos causados ao consumidor, em decorrência de falha na prestação do serviço. 2. Se a consumidora nega a existência de relação jurídica entre as partes e consequentemente a responsabilidade pela obrigação que ocasionou a negativação do seu nome, nos termos do art. 333, II do Código de Processo Civil cabe a concessionária de telefonia o ônus quanto a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, devendo ser observado que cópias de telas de computador não se prestam para esse fim. 3. Configura-se falha na prestação do serviço e dá ensejo a indenização por dano moral, na modalidade "in re ipsa", a inclusão do nome do consumidor nos órgãos proteção ao crédito, por obrigação considerada indevida. 4. A sentença que declarou inexistente a divida objeta da presente demanda no valor de R$ 167,17, bem como tornou definitiva a liminar concedida e ainda condenou a Recorrente pagar o valor de R$ 6.780,00, a titulo de indenização por dano moral, não merece reparos e deve se mantida por seus próprios fundamentos. A súmula do julgamento serve de acórdão, nos termo do art. 46 da Lei nº 9.099/95. 5. Recurso improvido. A Recorrente arcará com as custas e honorários advocatícios arbitrados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação. (RI 240/2014, DRA. LUCIA PERUFFO, TURMA RECURSAL ÚNICA, Julgado em 11/03/2014, Publicado no DJE 28/03/2014). Reconhecida a existência do dano moral, passo a quantificá-lo. Sabe-se que o dano moral apresenta grande dificuldade de mensura, principalmente por referir-se a um aspecto interno da pessoa humana e de natureza inteiramente subjetiva. Apesar de o Reclamante ter trazido algumas das diretrizes pelas quais comumente se fixa a respectiva indenização, devo aqui esclarecer que não entendo ter o dano moral qualquer natureza sancionatória. Ora, trata-se a presente de matéria eminentemente civil, sendo certo que as penalizações de uma determinada conduta devem ser fixadas pelo diploma penal. Não é por outro motivo que essas mesmas lesões já encontram previsão no Código Penal e, portanto, só ali devem ser buscadas quaisquer sanções punitivas. O dano moral, por consequência, deve ser indenizado levando-se em conta única e exclusivamente a gravidade da lesão, tomando-se por parâmetro, é verdade, além das várias decisões judiciais, que em muitos casos auxiliam a escalonar a indenização conforme a causa motivadora, as máximas da experiência que presumiram a própria existência da perturbação emocional. Esse, aliás, o entendimento do Egrégio Tribunal do Rio Grande do Norte: “Anote-se que, a indenização por dano moral é um conceito que envolve o princípio da equivalência e da razoabilidade, para a qual as leis, em geral, não costumam estabelecer os critérios ou mecanismos na fixação do valor, deixando ao prudente arbítrio do juiz a decisão, em cada caso.” (Apelação Cível 2003000578-7 NATAL/RN). E também o posicionamento do TJ/SC: “O dano moral será arbitrado pelo juiz da causa, que ponderará a gravidade da lesão e a situação financeira das partes a fim de fixar quantum suficiente para amenizar a dor experimentada pela vítima.” (Apelação Cível 01.021270-6 VIDEIRA/SC). No mesmo sentido, o novo diploma civil: “Art. 944. A indenização mede-se pela extensão do dano.” Tendo isso em vista, fixo em R$ 5.000,00 (cinco mil reais) o valor necessário à justa reparação do dano moral. Assim, caminho outro não há senão o da procedência do pedido inicial. III – Dispositivo Por tais considerações, com fundamento no artigo 6º. da Lei 9.099/95 c/c artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO A RECLAMAÇÃO PROCEDENTE e: 1- Condeno a reclamada ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de indenização por danos morais; 2- Determino que os valores da condenação sejam corrigidos monetariamente pelo índice INPC, desde a condenação (Súmula 362/STJ), mais juros moratórios que fixo em 1% ao mês, devidos desde o evento danoso (Súmula 54/STJ); 3- Declaro inexistente o débito discutido nestes autos, inseridos no SPC e SERASA; Torno Definitiva a Liminar anteriormente concedida. Sem custas e honorários, consoante previsão contida nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95. Transitada esta em julgado, ARQUIVEM-SE os presentes autos, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. P.R.I.C. Submeto, nos termos do art. 40 da Lei nº 9099/95, o presente projeto de sentença para fins de homologação por parte do juízo. Campo Verde/MT, 06 de dezembro de 2019. Kelson Giordani Miranda da Silva Juiz Leigo

---

Vistos, etc. ACOLHO na íntegra os fundamentos apresentados e, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95, HOMOLOGO para que surta e produzam os seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado por Juiz Leigo. Às providências, expedindo-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se. Campo Verde/MT. Caroline Schneider Guanaes Simões Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000033-70.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
VANIA LUCIA OMORI (REQUERENTE)
PABLO GROSCH (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDISON GONCALVES DE ANDRADE JUNIOR OAB - MT22367/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BOOKING.COM BRASIL SERVICOS DE RESERVA DE HOTEIS LTDA. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CASSIANO PIRES VILAS BOAS OAB - MG154853 (ADVOGADO(A))
LUCIANA GOULART PENTEADO OAB - SP167884-O (ADVOGADO(A))
GABRIELA CARR OAB - SP281551 (ADVOGADO(A))
RAMON HENRIQUE DA ROSA GIL OAB - SP303249 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CAROLINE SCHNEIDER GUANAES SIMOES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE CAMPO VERDE PROJETO DE SENTENÇA Numero do Processo: 1000033-70.2019.811.0051 Polo Ativo: PEDRO GROSCH, VANIA LUCIA OMORI e RITA M. GROSCH Polo Passivo: BOOKING.COM BRASIL SERVIÇOS DE RESERVA DE HOTEIS LTDA Vistos e examinados. A questão controvertida despicienda prova oral, motivo pelo qual passo a decidir antecipadamente, conforme autoriza o art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil. Dispenso o relatório, como permite o art. 38 da Lei nº. 9.099/95. Pois bem. Cuida-se de reclamação ajuizada por PEDRO GROSCH, VANIA LUCIA OMORI e RITA M. GROSCH contra BOOKING.COM BRASIL SERVIÇOS DE RESERVA DE HOTEIS LTDA objetivando restituição

de valores e indenização por danos morais. A parte requerida em peça defensiva suscita preliminares de incompetência absoluta e ilegitimidade passiva, no mérito, afirma a inexistência de ilicitude e danos morais, afirmando que o valor cobrados há mais foi devido ao imposto municipal de 6%, requerendo a improcedência da ação. É o suficiente a relatar. Passo a emitir fundamentada decisão estatal. I – Preliminar A Ré alega em sede de contestação suscita a preliminar de ilegitimidade ativa da menor RITA M. GROSCH, por inviabilidade expressa de se valer do rito dos Juizados Especiais contida no artigo 8º, § 1º, inciso I da Lei 9.099/95. Diante disso, reconheço que a expressão destacada no artigo 8º da presente Lei, determina que poderá ser parte nas ações que tramita nos Juizados Especiais, as pessoas "capazes" demonstrando o descabimento de qualquer hipótese de representação neste Juízo, por razões de que, a pessoa física deve se fazer presente pessoalmente em todos os tramites que rege os Juizados Especiais. Deste modo, reconheço a ilegitimidade a parte autora em figurar no polo ativo da presente demanda, a menor RITA M. GROSCH, conforme autoriza o artigo 8º, §1º, inciso I da Lei 9.099/95, bem como a aplicação por analogia do Enunciado 148 do FONAJE. No que tange a preliminar de ilegitimidade passiva arguida pela reclamada não merece ser acolhida, tendo em vista que dos documentos anexo a inicial, consta a ré como intermediadora da aquisição do pacote de viagem, motivo pelo qual há necessidade de manter no polo passivo da demanda para apurar eventual responsabilidade, restando prejudicada a preliminar suscitada. Rejeita-se somente a preliminar de ilegitimidade passiva. II – Mérito Verifica-se dos autos que os reclamantes se insurgem de aquisição de pacote de viagem junto a requerida no valor de R$ 11.185,16 na data de fevereiro de 2018, porem no momento da confirmação da reserva, que ocorreu no mês de abril de 2018, foram lhe cobrados o valor de R$ 12.381,07 tendo em vista a cotação da moeda "euro" naquele dia, pagando uma diferença no valor de R$ 1.195,41. Alega ainda que pagaram por duas diárias, que somadas alcançam o valor de R$ 1.427,77, juntando como prova do dano material, e-mail com a reserva (Id 17268635), comprovante de pagamento (Id 17269096), resposta do Booking a respeito de ratos (Id 17269101 e 17269103), requerendo a restituição do valor, bem como o dano moral em virtude do descaso encontrado no hotel. A reclamada, afirma serem ausente os danos morais, afirma a inexistência de ilicitude e danos morais, afirmando que o valor cobrados há mais foi devido ao imposto municipal de 6%, requerendo a improcedência da ação. Quanto ao dano material, entendo que a reclamada se limitou em sua defesa acerca do fato constitutivo do direito dos autores, posto que não juntou nenhum documento que comprova de forma exata e plausível se o valor pago por duas diárias há mais já havia sido estornado na conta corrente do reclamante. Já o reclamante juntou em sua inicial prova do dano material no valor despendido junto ao Hotel de origem naquela ocasião da viagem, ou seja, e-mail com a reserva (Id 17268635), comprovante de pagamento (Id 17269096). Diante disso, verifica-se nitidamente que a Reclamada incorreu em falha na prestação de seus serviços, em razão da inversão do ônus da prova. Assim, assiste razão em partes os reclamantes no tocante a restituição de valor de R$ 1.427,77 quanto a cobrança de diárias há mais no hotel em que estava hospedados, pois, diante da aquisição do pacote de viagem, a reclamada deveria proceder com a cautela necessária em relação o bem estar de seus consumidores e referida diária encontrava-se devidamente paga, não podendo aqueles ser onerados em face de tal pagamento. Deste modo, entendo que a reclamada há de ser responsabilizada pelo ilícito praticado quanto à cobrança de diárias há mais, pois referida conduta, demonstra ser abusivas e que exploram seus consumidores, pois exige vantagem manifestamente excessivas, conforme determina o artigo 39, V do Código de Defesa do Consumidor. Já em relação à restituição de valores pagos entre o momento de reserva e confirmação do pacote no montante de R$ 1.195,41, verifico que referida negociação ocorreu em moeda "euro", moeda esta, assim como o "dólar" encontra-se em constante flutuação de valores em virtude de que o valor real de moedas estrangeira, depende da estabilidade ou não do comércio mundial, não havendo em que se falar em fixação de preço fixo. O ônus de provar acerca da existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor é da parte ré, consoante art. 373, II, do Novo Código de Processo Civil. Em que pese às alegações da reclamada e em virtude da inversão do ônus da prova esta não se desincumbiu de seu ônus. Portanto, o dano material há de ser parcialmente procedente para condenar a ré, a restituir somente do valor de R$ 1.427,77, é medida que se impõe. III – Dano Moral A controvérsia cinge-se em aferir se a conduta da Ré é apta a ensejar a condenação em danos morais, bem como se da respectiva conduta há que se reconhecer a ocorrência dos aludidos danos. Cediço que para a caracterização da obrigação de indenizar exige-se a conduta, o dano e o nexo causal entre a respectiva conduta e os danos. In casu, postula a parte Autora a reparação por danos morais sem nenhuma razão, posto que não constava no sistema de proteção ao crédito uma restrição em seu nome e CPF que tenha sido inserida pela Ré, bem como o nexo causal em relação ao dano moral. Não há como se acolher a pretensão da parte Autora. Explica-se. Em que pese restar provado que houve cobrança de duas diárias há mais, a parte autora não demonstrou de modo satisfatório se existiu fatos que corroborasse com a lesão do direito em sua esfera moral, pois a alegação de que existiam ratos em seu quarto de hotel não foi comprovado por qualquer documentos, tal como fotos ou gravações, conforme alega em sua inicial, ocasião em que não há como se reconhecer que referida cobrança de diárias tenha causado aos Autores danos morais passíveis de ressarcimento. Sendo assim, é possível crer que a cobrança dirigida aos Autores acarretou somente meros aborrecimentos. Não há dúvida de que a situação apresentada causa desconforto para qualquer pessoa, no entanto, esse desconforto não pode ser considerado como causador de dano moral indenizável. Tal entendimento encontra-se sedimentado na jurisprudência: RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL INEXISTENTE. VERBA INDENIZATÓRIA AFASTADA. O mero dissabor não pode ser alçado ao patamar do dano moral, mas somente aquela agressão que exacerba a naturalidade dos fatos da vida, causando fundadas aflições ou angústias no espírito de quem a ela se dirige. Recurso Especial conhecido e provido". (REsp 714611/PB; RECURSO ESPECIAL 2005/0001506-0. Relator: Ministro CESAR ASFOR ROCHA (1098). Data de julgamento: 19/09/2006. Acórdão publicado no DJU em 02/10/2006) [grifou-se] Assim, tem-se que a situação apresentada se caracteriza como mero aborrecimento ou contratempo que sofre a pessoa nas relações diárias, absolutamente normais na vida de qualquer um. Portanto, não vislumbra-se dano concreto ou prova indiciária mínima de que a Autora tenha sido submetida à situação capaz de violar de forma exacerbada sua imagem ou qualquer dos direitos personalíssimos tutelados pelo ordenamento pátrio. Salvo prova de efetivo dano à personalidade, tal situação não é suficiente a caracterizar a ocorrência de dano moral passível de indenização. Forçoso, portanto, concluir pela ausência dano moral a ser indenizado. Assim, caminho outro não há senão o da parcial procedência do pedido inicial. IV – Dispositivo Por tais considerações, com fundamento no artigo 6º. da Lei 9.099/95 c/c artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO A RECLAMAÇÃO PARCIALMENTE PROCEDENTE e: 1- JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por dano morais; 2 - Condeno a reclamada ao pagamento de R$ 1.427,77 (hum mil quatrocentos e vinte e sete reais e setenta e sete centavos) a titulo de danos materiais; 3- Determino que os valores da condenação pelo dano material sejam corrigidos monetariamente pelo índice INPC, desde o desembolso para pagamento, mais juros moratórios que fixo em 1% ao mês, devidos desde a citação, na forma do artigo 405 do Código Civil. 4- Determino a exclusão do polo ativo da demanda, a menor RITA M. GROSCH, conforme autoriza o artigo 8º, §1º, inciso I da Lei 9.099/95, bem como a aplicação por analogia do Enunciado 148 do FONAJE. Sem custas e honorários, consoante previsão contida nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95. Transitada esta em julgado, ARQUIVEM-SE os presentes autos, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. P.R.I.C. Submeto, nos termos do art. 40 da Lei nº 9099/95, o presente projeto de sentença para fins de homologação por parte do juízo. Campo Verde/MT, 06 de dezembro de 2019. Kelson Giordani Miranda da Silva Juiz Leigo

---

Vistos, etc. ACOLHO na íntegra os fundamentos apresentados e, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95, HOMOLOGO para que surta e produzam os seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado por Juiz Leigo. Às providências, expedindo-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se. Campo Verde/MT. Caroline Schneider Guanaes Simões Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8011327-39.2015.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
TEREZINHA MARIA DE MOURA RITTES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO FERREIRA GARCIA OAB - MT7313-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
PREMIER PAVIMENTACAO E TERRAPLANAGEM LTDA - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VLADIMIR MARCIO YULE TORRES OAB - MT13251-O (ADVOGADO(A))
JUAREZ PAULO SECCHI OAB - MT10483-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
HELLEN THAMARA GONCALVES SILVA DE FREITAS (TESTEMUNHA)
Magistrado(s):
CAROLINE SCHNEIDER GUANAES SIMOES

PROJETO DE SENTENÇA Numero do Processo: 8011237-39.2015.811.0051 Polo Ativo: TEREZINHA MARIA DE MOURA RITTES Polo Passivo: PREMIER PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA Vistos e examinados. Dispenso o relatório, como permite o art. 38 da Lei nº. 9.099/95. Pois bem. Cuida-se de reclamação ajuizada por TEREZINHA MARIA DE MOURA RITTES contra PREMIER PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA objetivando recebimento de valores. A parte requerida em peça defensiva alega preliminar de inépcia da inicial, falta de interesse processual e impugna justiça gratuita, no mérito, a inexistência de débito juntando comprovante de transferência e litigância de má-fé, requerendo a condenação do pedido contraposto e a improcedência da ação. É o suficiente a relatar. Passo a emitir fundamentada decisão estatal. I – Preliminar A preliminar de inépcia da inicial suscitada pela ré não merece ser acolhida, tendo em vista que dos autos consta documentos suficiente para analise do mérito da demanda, restando prejudicada a preliminar suscitada. Já a preliminar de falta de interesse de agir e justiça gratuita se confunde com o mérito e com ele serão analisado. Rejeita-se as preliminares. II – Do Mérito Findada a instrução, verifica do Termo de Instrução que foi arrolada uma testemunha pela parte autora, vindo-me os autos concluso para apreciação do mérito. A inteligência do art. 6º da Lei nº. 9.099/95 nos mostra que: O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime atendendo os fins sociais da Lei e as exigências do bem comum. Isso demonstra que o Juízo, poderá valer-se da interpretação teleológica, enfrentando todos os argumentos deduzidos no processo pelas partes na forma de buscar a solução mais justa para o caso, permitindo a aplicação da Lei ao caso concreto, fundamentando suas decisões na forma do Enunciado 162 do FONAJE, facultando-lhe aplicação do artigo 489, § 1º do Código de Processo Civil. O Magistrado ao decidir, deve apreciar as provas, subministradas pelo que ordinariamente acontece, nos termos do disposto no art. 375, do Novo Código de Processo Civil Brasileiro, que remete analogicamente ao antigo art. 335 do Código Processual Civil Anterior, em consonância ao precedente jurisprudencial, vejamos:. O entendimento jurisprudencial é neste sentido: “O Juiz não pode desprezar as regras de experiência comum ao proferir a sentença. Vale dizer, o juiz deve valorizar e apreciar as provas dos autos, mas ao fazê-lo pode e deve servir-se da sua experiência e do que comumente acontece”. (JTA 121/391 – apud, Código de Processo Civil Theotônio Negrão, notas ao artigo 335). A Culpa é representação abstrata, ideal, subjetiva. É a determinação jurídico-psicológica do agente. Psicológica, porque se passa no seu foro íntimo. Jurídica, em virtude de ser, muitas vezes, a lei quem estabelece a censurabilidade da determinação, mesmo que o agente não esteja pensando sequer em causar danos ou prejuízo, como ocorre nas hipóteses típicas de culpa stricto sensu. Verifica-se dos autos que a parte reclamante se insurge de valores referente a prestação de serviços que não foram pago pela reclamada, alcançando um montante de R$ 20.436,32, juntando como meio de prova, notas e declaração (Id 1310176). A reclamada alega que não praticou nenhum ato ilícito e afirma que agiu em seu exercício regular de direito por efetuou o pagamento dos valores, juntando comprovante de pagamento (Id 1310192), requerendo a improcedência da ação e a condenação à litigância de má-fé. Em sede de impugnação, ratifica o valor devido pela Ré, porém não juntou nenhum documento que comprova a liquidez, exigibilidade e certeza do crédito, não devendo tal responsabilidade ser destinada a parte ré. Em audiência de instrução foi ouvida testemunha da parte autora a Srª Hellen Thamara Gonçalves Silva Freitas, “declara que sei que eles ficavam lá, almoçava lá, tomava café; as vezes pagava certo, não pagava bem; não sabe o valor da divida; a divida é de 2014 porque trabalhei desde 2013 a 2016; eles depositavam na conta dela; quanto ao pagamento, respondeu: ouvi ela falar que as vezes que não; afirmo que a reclamada tem uma divida com a autora; eles pagavam e ela entregava a notinha; já ouvi ela falar que sim, que não pagava e deixava notinha para trás; todas as notas que foram pagas foram entregues;”. Diante da dilação probatória, verifico que a oitiva da testemunha, encontra-se esvaziadas de detalhes do que ocorreu com a parte autora em relação a existência do crédito que esta alega ter a receber da reclamada, pois em sua oitiva, a testemunha somente declara o que ficou sabendo e não demonstra conhecimento dos fatos deduzidos pela autora em sua inicial. No caso dos autos, entendo que a prova testemunhal deve guardar relação com os fatos elencados na inicial, bem como com a prova documental dos autos, porém, observo que a parte autora não colacionou em sua inicial documentos capazes de comprovar a exigibilidade do débito, juntando somente notinhas de caráter informativo (Id 1310176), não possuindo validade fiscal, motivo pelo qual, resta prejudicada o seu meio de prova. Por outro lado, a parte reclamada juntou aos autos, anexo a sua defesa comprovantes de transferência de valores em nome da Autora do período de maio de 2014 a novembro de 2014, totalizando o valor de R$ 21.999,99 (Id 1310196), comprovando desta forma, que inexistem razões a pretensão perseguida pela Autora. Imperioso destacar que, os documentos acostados a inicial trazido pela parte autora não possui nenhuma nota fiscal ou boletos emitida em face da Reclamada, bem como algum documento idôneo capaz de comprovar a exigibilidade do débito, demonstrando mais uma vez que a pretensão da autora não merece prosperar. Neste ponto, resta prejudicado qualquer pedido referente a cobrança dos valores descrito na inicial. Extrai-se da defesa da Ré que esta pretende o indeferimento da justiça gratuita em favor da parte Autora. Neste caso, resta prejudicado o pedido tendo em vista que o acesso ao Juizado Especial Cível em primeiro grau de jurisdição, independerá de pagamento de custas, taxas e despesas, conforme Artigo 54 da Lei 9.099/95. Feitas colocações do conjunto probatório fático, entendo que não há dúvida de que tal situação causou desconforto à parte promovente. No entanto esse dissabor não pode ser considerado como dano material indenizável. Portanto, não há que se falar em dano material e recebimento de valores, eis que estes, não estão provados de forma clara a sua existência. III – Litigância de Má-Fé Em outro giro, a parte reclamada requer a condenação da autora como litigante de má-fé. Entendo que no caso em tela a litigância de má-fé não se verifica. Com efeito, o pleito da autora se funda na tese de que deixou de receber valores e se constatou que nada disto aconteceu ante as provas juntadas aos autos e o direito à informação da sociedade, praticado e exercido pela ré. Porém, a autora, com isto não litigou com má-fé, somente exerceu sua pretensão, inexistindo desta forma, indícios de má-fé. IV – Pedido Contraposto Quanto ao pedido contraposto, extrai-se que a Lei 9.099/95 seu artigo 31 c/c Enunciado 31 do FONAJE permite ao Réu formular pedido que se enquadre o artigo 3º da Lei 9.099/95, bem como, caso seja pessoa jurídica é admissível pedido contraposto. Todavia, verifico que não houve comprovação do débito pela Ré, deixo de aplica-lo ao caso concreto. Assim, caminho outro não há senão o da improcedência do pedido inicial. V – Dispositivo Por tais considerações, considerando o disposto no art. 6.º da Lei n.º 9.099/95, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos formulados na presente ação, e, em consequência, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil. Julgo IMPROCEDENTE o pedido de litigância de má-fé, tendo em vista que não comprovou dolo da parte autora; Julgo IMPROCEDENTE O PEDIDO CONTRAPOSTO; Transitada esta em julgado, ARQUIVEM-SE os presentes autos, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. P.R.I.C. Submeto, nos termos do art. 40 da Lei nº 9099/95, o presente projeto de sentença para fins de homologação por parte do juízo. Campo Verde/MT, 06 de dezembro de 2019. Kelson Giordani Miranda da Silva Juiz Leigo

---

Vistos, etc. ACOLHO na íntegra os fundamentos apresentados e, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95, HOMOLOGO para que surta e produzam os seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado por Juiz Leigo. Às providências, expedindo-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se. Campo Verde/MT. Caroline Schneider Guanaes Simões Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000287-43.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
ANDREIA IRNA SCHNEIDER MARX (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREIA IRNA SCHNEIDER MARX OAB - MT0006131A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

BROCARDO & CIA LTDA - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
CAROLINE SCHNEIDER GUANAES SIMOES

PROJETO DE SENTENÇA Numero do Processo: 1000287-43.2019.811.0051 Polo Ativo: ANDREIA IRNA SCHNEIDER MARX Polo Passivo: BROCARDO & CIA LTDA - ME Vistos e examinados. Dispenso o relatório, como permite o art. 38 da Lei nº. 9.099/95. Cuida-se de cumprimento de sentença formulada por ANDREIA IRNA SCHNEIDER MARX em face de BROCARDO & CIA LTDA - ME objetivando cumprimento de obrigação. Extrai-se dos autos que a parte exequente informa o cumprimento da obrigação pela ré (Id 25728939), através de reforma e fabricação de móveis. Assim, em face do requerimento da parte autora, verifico que ocorreu o cumprimento da obrigação pela Ré. Diante disso, tem-se que a extinção do feito é medida que se impõe. I - Dispositivo Por tais considerações, considerando o disposto no art. 924, inciso II, c/c art. 925, ambos do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O FEITO, com resolução do mérito ante o cumprimento integral da obrigação. Sem custas e honorários, consoante previsão contida nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95. Cumprida a determinação, ARQUIVEM-SE os presentes autos, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. P.R.I.C. Submeto, nos termos do art. 40 da Lei nº 9099/95, o presente projeto de sentença para fins de homologação por parte do juízo. Campo Verde/MT, 06 de dezembro de 2019. Kelson Giordani Miranda da Silva Juiz Leigo

---

Vistos, etc. ACOLHO na íntegra os fundamentos apresentados e, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95, HOMOLOGO para que surta e produzam os seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado por Juiz Leigo. Às providências, expedindo-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se. Campo Verde/MT. Caroline Schneider Guanaes Simões Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002376-39.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
EDSON SIQUEIRA GONCALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GABRIEL LORENZZATTO OAB - MT20692-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CAROLINE SCHNEIDER GUANAES SIMOES

PROJETO DE SENTENÇA Numero do Processo: 1002376-39.2019.811.0051 Polo Ativo: EDSON SIQUEIRA GONÇALVES Polo Passivo: BANCO BRADESCO S.A Vistos e examinados. A questão controvertida despicienda prova oral, motivo pelo qual passo a decidir antecipadamente, conforme autoriza o art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil. Dispenso o relatório, como permite o art. 38 da Lei nº. 9.099/95. Pois bem. Cuida-se de reclamação ajuizada por EDSON SIQUEIRA GONÇALVES contra BANCO BRADESCO S.A objetivando a baixa do gravame do veiculo e indenização por danos morais. A parte requerida apresentou defesa nos autos alegando que a baixa do gravame ocorre de forma automática com a quitação do contrato e que a taxa de desalienação é de responsabilidade do reclamante, requerendo a improcedência da ação. É o suficiente a relatar. Passo a emitir fundamentada decisão estatal. I – Mérito Extrai-se da documentação acoplada a inicial que o Autor realizou negocio jurídico com a reclamada em face de financiamento de veiculo VW GOL 1.6, POWER, chassi 9BDI5822524355968, Placa NTB-2465, RENAVAM 333464621 no ano de 2011 modelo 2012, sendo este quitado na data de 13.06.2019, ocasião em que a reclamada até a presente data não efetuou a baixa do gravame, juntando termo do acordo (Id 23821044), comprovante de pagamento (Id 23821045) e recibo de pagamento (Id 23821046) como meio de prova. Assim, resta evidenciado que a parte Ré não cumpriu com o avençado, qual seja, a baixa do gravame no documento do veiculo do autor, ocasião em que, é dever da Requerida promover a baixa do gravame. Todavia, é importante ressaltar que caberia a reclamada fazer prova da existência de débitos junto ao veiculo, pois alega em sua defesa que a baixa do gravame ocorre com a quitação integral do contrato, porém, a reclamada não juntou sequer documento que demonstra a ausência de quitação do referido contrato. Assim, diante da documentação acostada aos autos, verifica-se que o Autor assiste razão em seu pleito inicial. O ônus de provar acerca da existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor é da parte ré, consoante art. 373, II, CPC, sendo que a esta foi oportunizada o exercício de sua defesa e tentativa de conciliação, conforme consta no termo de conciliação juntada aos autos. É imperioso impor édito condenatório a parte reclamada, devendo esta promover a retirada do gravame do veiculo do reclamante. Portanto, a obrigação de fazer em face da baixa no gravame é medida que se impõe. II – Dano Moral A possibilidade de indenização dos danos morais é questão que hodiernamente não mais se discute, havendo a Carta Republicana de 1988 pacificado a temática ao prever, expressamente, a indenizabilidade no seu art. 5º, incisos V e X, embora jamais tivesse o Código Civil de 1916 restringido tal pretensão. No caso, por ser a relação jurídica mantida entre as partes de natureza consumerista, a responsabilidade civil na hipótese em julgamento é objetiva, uma vez que as atividades comerciais e bancárias estão incluídas no conceito de serviço, prescindindo, portanto, da comprovação da culpa (CDC, art. 3º, § 2º c.c. art. 14). Assim, para que surja o dever de indenizar na responsabilidade civil objetiva, mister se faz a presença cumulativa de apenas e tão-somente três elementos, quais sejam: a) a conduta ilícita representada pela ação ou omissão voluntária do agente; b) o nexo de causalidade; c) a ocorrência do dano. In casu, tenho que restou caracterizado dano moral, pois a reclamada, de forma indevida consoante a ausência da baixa do gravame no prazo legal de forma injustificada, incorreu em falha na prestação do serviço, causou prejuízos a Autora. Neste sentido: Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. ARRENDAMENTO MERCANTIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. QUITAÇÃO INTEGRAL DO CONTRATO. DEMORA INJUSTIFICADA NA LIBERAÇÃODO GRAVAME. DANO MORAL CARACTERIZADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. DO DANO MORAL. A demora na baixa de restrição após a quitação do financiamento, quando comprovadamente provocar abalo suficiente à violação dos direitos inerentes à personalidade, enseja a indenização por danos morais. DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. A indenização deve obedecer aos critérios de razoabilidade, atingindo sua função reparatória e punitiva. Montante indenizatório confirmado. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível, Nº 70083145375, Décima Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: André Luiz Planella Villarinho, Julgado em: 28-11-2019). Reconhecida a existência do dano moral, passo a quantificá-lo. Sabe-se que o dano moral apresenta grande dificuldade de mensura, principalmente por referir-se a um aspecto interno da pessoa humana e de natureza inteiramente subjetiva. Apesar de o Reclamante ter trazido algumas das diretrizes pelas quais comumente se fixa a respectiva indenização, devo aqui esclarecer que não entendo ter o dano moral qualquer natureza sancionatória. Ora, trata-se a presente de matéria eminentemente civil, sendo certo que as penalizações de uma determinada conduta devem ser fixadas pelo diploma penal. Não é por outro motivo que essas mesmas lesões já encontram previsão no Código Penal e, portanto, só ali devem ser buscadas quaisquer sanções punitivas. O dano moral, por consequência, deve ser indenizado levando-se em conta única e exclusivamente a gravidade da lesão, tomando-se por parâmetro, é verdade, além das várias decisões judiciais, que em muitos casos auxiliam a escalonar a indenização conforme a causa motivadora, as máximas da experiência que presumiram a própria existência da perturbação emocional. Esse, aliás, o entendimento do Egrégio Tribunal do Rio Grande do Norte: “Anote-se que, a indenização por dano moral é um conceito que envolve o princípio da equivalência e da razoabilidade, para a qual as leis, em geral, não costumam estabelecer os critérios ou mecanismos na fixação do valor, deixando ao prudente arbítrio do juiz a decisão, em cada caso.” (Apelação Cível 2003000578-7 NATAL/RN). E também o posicionamento do TJ/SC: “O dano moral será arbitrado pelo juiz da causa, que ponderará a gravidade da lesão e a situação financeira das partes a fim de fixar quantum suficiente para amenizar a dor experimentada pela vítima.” (Apelação Cível 01.021270-6 VIDEIRA/SC). No mesmo sentido, o novo diploma civil: “Art. 944. A indenização mede-se pela extensão do dano.” Tendo isso em vista, fixo em R$ 3.000,00 (três mil reais) o valor necessário à justa reparação do dano moral. Assim, caminho outro não há senão o da procedência do pedido inicial. III – Dispositivo Por tais considerações, com fundamento no artigo 6º. da Lei 9.099/95 c/c artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO A RECLAMAÇÃO PROCEDENTE e: 1-Condeno a reclamada ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de indenização por danos morais; 2- Determino que

os valores da condenação sejam corrigidos monetariamente pelo índice INPC, desde a condenação (Súmula 362/STJ), mais juros moratórios que fixo em 1% ao mês, devidos desde o evento danoso (Súmula 54/STJ); 3- DETERMINO que a Reclamada, proceda com a BAIXA DO GRAVAME no documento do veiculo VW GOL 1.6, POWER, chassi 9BDI5822524355968, Placa NTB-2465, RENAVAM 333464621 no ano de 2011 modelo 2012no prazo de 10 dias, caso ainda não tenha sido feito, sob pena de imposição de multa diária de incidência única que fixo no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais). Torno Definitiva a Liminar anteriormente concedida. Sem custas e honorários, consoante previsão contida nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95. Transitada esta em julgado, ARQUIVEM-SE os presentes autos, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. P.R.I.C. Submeto, nos termos do art. 40 da Lei nº 9099/95, o presente projeto de sentença para fins de homologação por parte do juízo. Campo Verde/MT, 06 de dezembro de 2019. Kelson Giordani Miranda da Silva Juiz L e i g o

_____

Vistos, etc. ACOLHO na íntegra os fundamentos apresentados e, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95, HOMOLOGO para que surta e produzam os seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado por Juiz Leigo. Às providências, expedindo-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se. Campo Verde/MT. Caroline Schneider Guanaes Simões Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000977-72.2019.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
SIMONI FUHR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA ARRUDA DA SILVA OAB - MT24916/O (ADVOGADO(A))
DANIELLE POLYANA ROCHA OAB - MT24931/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TASSIANE BARBOSA CHALEGRE (REQUERIDO)
Magistrado(s):
CAROLINE SCHNEIDER GUANAES SIMOES

PROJETO DE SENTENÇA Numero do Processo: 1000977-72.2019.811.0051 Polo Ativo: SIMONI FHUR Polo Passivo: TASSIANE BARBOSA CHALEGRE Vistos e examinados. A questão controvertida despicienda prova oral, motivo pelo qual passo a decidir antecipadamente, conforme autoriza o art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil. Dispenso o relatório, como permite o art. 38 da Lei nº. 9.099/95. Pois bem. Cuida-se de reclamação ajuizada por SIMONI FUHR contra TASSIANE BARBOSA CHALEGRE objetivando cobrança de valores referente à venda de produtos. Devidamente citada (Id 25222947), a parte reclamada não compareceu em audiência, conforme consta no termo (id 26751581), porém não apresentou contestação. É o suficiente a relatar. Passo a emitir fundamentada decisão estatal. I – Do Mérito De início, observo que a carta de citação encaminhada ao endereço da Reclamada é suficiente para a regularidade do ato, ainda que recebida por terceira pessoa. Nesse sentido, o Enunciado 5 do FONAJE: “Enunciado 5: A correspondência ou contrafé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor.” Assim, apesar de devidamente citada, conforme AR de Citação positivo juntado aos autos (id 25222947), o Reclamado não compareceu à audiência de conciliação (id 26751581), porém não apresentou defesa nos autos, ocasião em que até a presente data, não firmou qualquer justificativa de sua ausência. De tal arte, forçosa é a aplicação dos efeitos da revelia, de modo a reputarem-se verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, a teor do contido no art. 20 da Lei n. 9.099/95 e Enunciado 78 FONAJE. Todavia, a despeito de a revelia fazer presumir verdadeiros os fatos alegados na exordial, ressalto que esta presunção é relativa, não importando necessariamente em procedência total do pedido. Desta feita, apesar da inércia da parte reclamada, irei analisar a pretensão do reclamante, averiguando se os fundamentos por ele expendidos possuem guarida no direito e na jurisprudência pátria. Primeiramente, registro que ao Reclamado foi lhe dado à oportunidade de produzir provas e apresentar defesa nos autos por meio da citação, conforme consta nos autos (id 25222947), porém não apresentou nenhum fato modificativo, impeditivo ou extintivo do direito do Autor, conforme determina o artigo 373, II do CPC. De fato, em primeiro plano, anoto que restou comprovados por meio da documentação juntada aos autos que assiste razão a parte Autora, conforme se observa da nota promissória no valor de R$ 618,00 anexa a inicial (id 19540791) devidamente assinada pela Ré, ocasião em que esta efetuou o pagamento no valor de R$ 124,00, restando saldo devedor no valor de R$ 494,00. A parte ré deve ser compelida a pagar o débito, pois presumem-se como verdadeiros todos os fatos alegados pela parte autora. Ademais, tem-se que a documentação juntada aos autos é apta a comprovar as alegações do Requerente. Observa-se que os Autores possui um crédito a receber da Reclamada referente à venda de produtos que esta não efetuou o pagamento devido, ocasião em que encontra-se anexo a inicial a nota promissória devidamente assinada pela ré com saldo devedor no valor de R$ 494,00, comprovando a exigibilidade do crédito. Assim, outro caminho não há, senão a procedência da ação. II - Dispositivo Por tais considerações, com fundamento no artigo 6º. da Lei 9.099/95 c/c artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO A RECLAMAÇÃO PROCEDENTE e: 1- Condeno a reclamada a efetuar o pagamento de R$ 494,00 (quatrocentos e noventa e quatro reais) referente à compra de produto; 2- Determino que os valores da condenação pelo dano material sejam corrigidos monetariamente pelo índice INPC, desde o evento danoso (Súmula 43/STJ), mais juros moratórios que fixo em 1% ao mês, devidos desde a citação, na forma do artigo 405 do Código Civil; Sem custas e honorários, consoante previsão contida nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95. Transitada esta em julgado, ARQUIVEM-SE os presentes autos, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. P.R.I.C. Submeto, nos termos do art. 40 da Lei nº 9099/95, o presente projeto de sentença para fins de homologação por parte do juízo. Campo Verde/MT, 09 de dezembro de 2019. Kelson Giordani Miranda da Silva Juiz L e i g o

_____

Vistos, etc. ACOLHO na íntegra os fundamentos apresentados e, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95, HOMOLOGO para que surta e produzam os seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado por Juiz Leigo. Às providências, expedindo-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se. Campo Verde/MT. Caroline Schneider Guanaes Simões Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002792-41.2018.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
DIENIFFER BARBOSA SCHWARZER (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEMERCIO LUIZ GUENO OAB - MT11482-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CERVEJARIA PETROPOLIS DO CENTRO OESTE LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
OTTO MEDEIROS DE AZEVEDO JUNIOR OAB - MT7683-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CAROLINE SCHNEIDER GUANAES SIMOES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE CAMPO VERDE PROJETO DE SENTENÇA Numero do Processo: 1002792-41.2018.811.0051 Polo Ativo: DIENIFFER BARBOSA SCHWARZER Polo Passivo: CERVEJARIA PETROPOLIS DO CENTRO OESTE LTDA Vistos e examinados. A questão controvertida despicienda prova oral, motivo pelo qual passo a decidir antecipadamente, conforme autoriza o art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil. Dispenso o relatório, como permite o art. 38 da Lei nº. 9.099/95. Pois bem. Cuida-se de reclamação ajuizada por DIENIFFER BARBOSA SCHWARZER contra CERVEJARIA PETROPOLIS DOS CENTRO OESTE LTDA objetivando indenização por danos morais por ter seu nome inscrito no cadastro de inadimplentes, bem como a declaração de inexistência do débito. A parte requerida em peça defensiva suscita preliminares de ausência de pressuposto processual e inépcia da inicial, no mérito, afirma à legitimidade da cobrança e regularidade na contratação juntando tela sistêmica, defende o exercício regular de direito, a inexistência de danos morais, entende pelo descabimento da inversão do ônus da prova, requerendo ainda a improcedência da ação e a condenação a litigância de má-fé e pedido contraposto. É o suficiente a relatar. Passo a emitir fundamentada decisão estatal. I – Preliminar As preliminares arguida pela ré, se confundem com o mérito e com ele serão analisadas, motivo pelo qual, rejeito as preliminares suscitada. Rejeita-se as preliminares. II – Mérito A inteligência do art. 6º da Lei nº. 9.099/95 nos mostra que: O Juiz adotará em cada caso a decisão que reputar mais justa e equânime atendendo os fins sociais da Lei e as exigências do bem comum. Isso demonstra que o

Juízo, poderá valer-se da interpretação teleológica, enfrentando todos os argumentos deduzidos no processo pelas partes na forma de buscar a solução mais justa para o caso, permitindo a aplicação da Lei ao caso concreto, fundamentando suas decisões na forma do Enunciado 162 do FONAJE, facultando-lhe aplicação do artigo 489, § 1º do Código de Processo Civil. O Magistrado ao decidir, deve apreciar as provas, subministradas pelo que ordinariamente acontece, nos termos do disposto no art. 375, do Novo Código de Processo Civil Brasileiro, que remete analogicamente ao antigo art. 335 do Código Processual Civil Anterior, em consonância ao precedente jurisprudencial, vejamos:. O entendimento jurisprudencial é neste sentido: "O Juiz não pode desprezar as regras de experiência comum ao proferir a sentença. Vale dizer, o juiz deve valorizar e apreciar as provas dos autos, mas ao fazê-lo pode e deve servir-se da sua experiência e do que comumente acontece". (JTA 121/391 – apud, Código de Processo Civil Theotônio Negrão, notas ao artigo 335). Em uma ação de cunho indenizatório, além da ação ou omissão, há que se apurar se houve ou não dolo ou culpa do agente no evento danoso, bem como se houve relação de causalidade entre o ato do agente e o prejuízo sofrido pela vítima. Concorrendo tais requisitos, surge o dever de indenizar. Prelecionam os artigos 186 e 927 do Código Civil: "Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imperícia, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo." A respeito da responsabilidade civil o Professor SILVIO RODRIGUES nos ensina que os pressupostos dessa responsabilidade são: a) ação ou omissão do agente, b) relação de causalidade; c) existência do dano e d) dolo ou culpa do agente. (in Direito Civil, Ed. Saraiva, v. 1, pág. 30). (destaquei). A Culpa é representação abstrata, ideal, subjetiva. É a determinação jurídico-psicológica do agente. Psicológica, porque se passa no seu foro íntimo. Jurídica, em virtude de ser, muitas vezes, a lei quem estabelece a censurabilidade da determinação, mesmo que o agente não esteja pensando sequer em causar danos ou prejuízo, como ocorre nas hipóteses típicas de culpa stricto sensu. Para que essa responsabilidade emerja, continua o mestre, necessário se faz: (...) que haja uma ação ou omissão da parte do agente, que a mesma seja causa do prejuízo experimentado pela vítima; que haja ocorrido efetivamente um prejuízo; e que o agente tenha agido com dolo ou culpa. Inocorrendo um desses pressupostos não aparece, em regra geral, o dever de indenizar. (in "Direito Civil", Ed. Saraiva, v. 1, p. 30). No caso dos autos, observa-se que ocorreu foi tão somente meros aborrecimentos, já que a parte autora não trouxe aos autos provas substanciais capazes de comprovar o dano, tais como comprovante de pagamento ou boletim de ocorrência, eis que alega o desconhecimento do debito em discussão. Já a reclamada em sua defesa alega que o pedido foi entregue a mãe da autora, juntando canhoto de boleto, documentos pessoais, comprovante de deposito, conversa via aplicativo e notas fiscais, demonstrando a origem do debito, bem como sua exigibilidade. Assim, insurge dos autos que, os documentos juntadas pela Ré trazem em seu conteúdo dados pessoais da Autora, com endereço, CEP e mesma Comarca de domicilio da Autora. Assim, entendo que tais documentos, há de ser admitido como meio de prova do débito, afastando desta forma a possibilidade de aquisição fraudulenta, inclusive por ter a Autora alegado possuir relação comercial com a ré, revelando claramente que houve contraprestação do serviço da reclamada a reclamante, evidenciando que a reclamante adquiriu produtos ofertados pela Ré sem a devida contraprestação. A título ilustrativo cito a jurisprudência da Turma Recursal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, que por analogia, aplica-se ao caso, vejamos: ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA JUIZ RELATOR MARCELO SEBASTIÃO PRADO DE MORAES; SÚMULA DE JULGAMENTO – ART. 46, DA LEI Nº. 9.099/1995 - E M E N TA RECURSO INOMINADO – RELAÇÃO DE CONSUMO – CONTRATOS BANCÁRIOS – DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E RELAÇÃO JURÍDICA – DOCUMENTOS APRESENTADOS PELA RÉ DEMONSTRAM A EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA – ATO ILÍCITO NÃO CARACTERIZADO; Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito –Relator (Procedimento do Juizado Especial Cível 439018120138110001/2015, MARCELO SEBASTIAO PRADO DE MORAES, Turma Recursal Única, Julgado em 13/03/2015, Publicado no DJE 13/03/2015). Assim, a parte autora não possui provas suficientes da alegação de que o débito é inexistente, pois sequer juntou aos autos provas do pagamento do debito em discussão. No caso dos autos, observa-se que a Reclamada agiu dentro do exercício regular de seu direito, cobrando de forma licita o valor discutido nesses autos, conforme determina a Lei. Desta forma, não há outro norte a seguir, senão o indiscutível dispositivo legal do artigo 14, §3º, II do Código de Defesa do Consumidor, bem como a aplicação do artigo 188 do Código Civil vigente. Por outro lado, a parte autora não se desincumbiu do seu mister, conforme art. 373, I do CPC, qual seja, o de comprovar a indevida cobrança em relação a inscrição de seu nome e CPF junto aos órgãos de proteção ao crédito e a inexigibilidade do crédito discutido nestes autos. Feitas colocações do conjunto probatório fático, entendo que não há dúvida de que tal situação causou desconforto à parte promovente. No entanto esse dissabor não pode ser considerado como causador de dano moral indenizável. Pensamento contrário certamente provocaria a industrialização do dano moral, já que dissabores e/ou aborrecimentos, como os aqui vislumbrados, infelizmente, ocorrem diariamente em nosso cotidiano. Portanto, não há que se falar em indenização por danos morais, bem como declaração da inexistência do débito. III – Litigância de Má-Fé Por fim, a parte reclamada requer a condenação da Autora como litigante de má-fé. Entendo que no caso em tela a litigância de má-fé não se verifica, até porque a autora não nega a relação comercial com a ré. Com efeito, o pleito da Autora se funda na tese de que foi atingida em sua honra e se constatou que nada disto aconteceu ante as provas juntadas aos autos e o direito à informação da sociedade, praticado e exercido pela Ré. Porém, a Autora, com isto não litigou com má-fé, somente exerceu sua pretensão, inexistindo desta forma, indícios de má-fé. IV – Pedido Contraposto No que tange ao referido pedido, extrai-se dos autos que não restou comprovado pela Ré à liquidez do crédito, pois em seu pedido não consta valores do crédito pleiteado, motivo pelo qual, há de ser indeferido o pedido contraposto formulado em sua defesa. Em relação aos honorários advocatícios, é sabido que o acesso nos Juizados Especiais não possui cobrança de honorários e custas, conforme artigo 54 e 55 da Lei 9.099/95, devendo cada parte arcar com os honorários de seus patronos. Assim, caminho outro não há senão o da improcedência do pedido inicial. V – Dispositivo Por tais considerações, considerando o disposto no art. 6.º da Lei n.º 9.099/95, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos formulados na presente ação, e, em consequência, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil. Julgo IMPROCEDENTE o pedido de litigância de má-fé, tendo em vista que não comprovou dolo da parte autora; JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO CONTRAPOSTO; Sem custas e honorários advocatícios, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95. Transitada esta em julgado, ARQUIVEM-SE os presentes autos, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. P.R.I.C. Submeto, nos termos do art. 40 da Lei nº 9099/95, o presente projeto de sentença para fins de homologação por parte do juízo. Campo Verde/MT, 09 de dezembro de 2019. Kelson Giordani Miranda da Silva Juiz Leigo

---

Vistos, etc. ACOLHO na íntegra os fundamentos apresentados e, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95, HOMOLOGO para que surta e produzam os seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado por Juiz Leigo. Às providências, expedindo-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se. Campo Verde/MT. Caroline Schneider Guanaes Simões Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000870-96.2017.8.11.0051
Parte(s) Polo Ativo:
GILBERTO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDISON GONCALVES DE ANDRADE JUNIOR OAB - MT22367/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VALDAIR ULISSES RENZ (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DEMERCIO LUIZ GUENO OAB - MT11482-B (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CAROLINE SCHNEIDER GUANAES SIMOES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE CAMPO VERDE PROJETO DE SENTENÇA Numero do Processo: 1000870-96.2017.811.0051 Polo Ativo: GILBERTO DA SILVA Polo Passivo: VALDAIR ULISSES RENZ Vistos e examinados. Dispenso o relatório, como permite o art. 38 da Lei nº. 9.099/95. Pois bem. Cuida-se de reclamação ajuizada por GILBERTO DA SILVA contra VALDAIR ULISSES

RENZ objetivando recebimento de valores. A parte requerida em sua defesa suscita preliminar de falsidade documental, no mérito alega que não reconhece a divida em virtude da assinatura divergente nas cártulas, informa, requerendo a improcedência da ação. É o suficiente a relatar. Passo a emitir fundamentada decisão estatal. I – Preliminar No que tange a preliminar arguidas pela ré, esta se confunde com o mérito e com ele será analisada, motivo pelo qual, rejeito a preliminar suscitada. Rejeita-se a preliminar. II – Do Mérito Extrai-se que a parte reclamada em sua defesa, requereu a designação de audiência de instrução, porém no presente caso, há de ser desnecessário a dilação probatória em face das provas documentais carreada aos autos pela parte autora, motivo pelo qual há de ser indeferido o pedido formulado e o processo encontra-se apto a prolação da sentença, conforme artigo 355, I do Código de Processo Civil A titulo ilustrativo, cito o entendimento da Turma Recursal do Estado de Mato Grosso, vejamos: ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA JUIZ RELATOR MARCELO SEBASTIÃO PRADO DE MORAES 1 SÚMULA DE JULGAMENTO – ART. 46, DA LEI Nº. 9.099/1995 E M E N T A RECURSO INOMINADO – PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA – REJEITADA – DESNECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO – DEVER DO MAGISTRADO EM JULGAR A LIDE ANTECIPADAMENTE. Não há que se falar em cerceamento de defesa, visto que a audiência de instrução somente pode ser realizada para provar fatos que não são provados com provas documentais, que é o caso dos autos, sendo dever do magistrado julgar o feito no estado em que se encontra. Rejeitada a preliminar. RELAÇÃO DE CONSUMO – DEMORA NO CONSERTO DO VEÍCULO – PLEITO DE DANO MORAL. Versa a presente demanda sobre pleito de indenização por danos morais ante a demora no conserto do veículo e má prestação de serviço pela requerida. Analisando todos os documentos acostados, verifico que não ficou demonstrada a falha da requerida. Passo a discorrer sobre os principais pontos que merecem atenção. A promessa de peças novas se deu pela seguradora, e não pela requerida, portanto, diversos fatos narrados na Inicial, que geraram expectativa no autor, não são responsabilidade da recorrida. Foi demonstrado na peça de Contestação, mov. 13, que a empresa necessitaria de 25 dias para concluir os reparos no veículo, sendo o conserto aprovado pela seguradora em 24/04/2015. Ademais, conforme afirmado em Contestação: "De mais a mais, como dito em linhas anteriores, impossível se atestar que os reparos consequentes ao anteriormente realizado de fato não foram originários da própria condição de uso do veículo pelo Requerente, bem como da condição do próprio bem, já que, a bem da verdade, trata-se de veículo já com um certo tempo de uso." Recurso Inominado nº.: 0021929-13.2017.811.0002 Origem: Juizado Especial Cível Jardim Glória Recorrente(s): VANDERLEI KENNEDY SCARABELLI FILHO DE OLIVEIRA Recorrido(s): AUTO ART'S CENTRO AUTOMOTIVO LTDA. - EPP Juiz Relator: Marcelo Sebastião Prado de Moraes Data do Julgamento: 20/08/2018 ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA JUIZ RELATOR MARCELO SEBASTIÃO PRADO DE MORAES 2 Pelas fotos do veículo, bem como pelos orçamentos acostados, verifica-se que o carro estava em condições críticas após o acidente, sendo necessários inúmeros reparos. Vejamos: Outra observação que é importante pontuar é sobre os documentos e as inúmeras fotos com observações alegando a má prestação de serviços da requerida, em processo nos Juizados Especiais. Pelos princípios da Simplicidade e Celeridade, não é admitida prova complexa e perícias. É sabido que em processos como esse é necessário laudo oficial para demonstrar com segurança ao julgador se os fatos narrados merecem acolhimento ou não. Pelo exposto, nego provimento ao recurso aviado e mantenho a sentença de 1° grau nos seus ulteriores termos. ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA JUIZ RELATOR MARCELO SEBASTIÃO PRADO DE MORAES 3 SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, consoante previsão do art. 46 da Lei nº 9.099/95: "Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão". HONORÁRIOS E VERBAS SUCUMBENCIAIS. Nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95, a parte Recorrente arcará com as custas processuais e honorários advocatícios, estes que fixo em 10% sobre o valor da causa, nos moldes do artigo 98, §§ 2º e 3º do NCPC, diante da gratuidade anteriormente concedida. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. É como voto. Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito – Relator (Procedimento do Juizado Especial Cível 219291320178110002/2018, Turma Recursal Única, Julgado em 21/08/2018, Publicado no DJE 21/08/2018). Deste modo, embasado na jurisprudência e na legislação processual civil, entendo que no presente caso, não há em que se falar em cerceamento de defesa em face do julgamento antecipado da lide, ocasião em que passo analise do mérito. A parte ré deve ser compelida a pagar o débito, pois não restou provado por este a inexigibilidade do crédito, ocasião em que afirma o desconhecimento da divida em virtude da assinatura falsa, porém, não junta aos autos nenhuma prova de que referidos cheques tenham sido extraviado, portanto a tese elencada carece de maiores considerações. Ademais, verifica-se os cheques encontra-se passível de cobrança, não restando dúvidas de que o débito é exigível. Por outro norte, analisando a assinatura do réu lançada na Carteira Nacional de Habilitação (Id 18725687) verifico que aquela assinatura é idêntica a assinatura exarada nas cártulas anexa a inicial, motivo pelo qual, não há em que se falar em falsidade de assinatura arguida pelo réu. Neste passo, entendo que a cártula de nº 033 e 034 no valor de R$ 10.000,00 (cada) emitida na data de 02.09.2015 totalizando um valor de R$ 20.000,00 encontra-se dentro do prazo previsto para o autor promover ação contra aquele que deu causa ao prejuízo, a teor do que determina a Sumula 503 do STJ, motivo pelo qual não há em que se falar em enriquecimento ilícito por parte do reclamante. O ônus de provar acerca da existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor é da parte ré, consoante art. 373, II, do Novo Código de Processo Civil. Neste passo, conforme determinação legal, a parte ré deve ser compelida a pagar o débito, pois tal crédito encontra-se pautado dentro de sua exigibilidade, liquidez e certeza. Por outro lado, tem-se que a documentação juntada aos autos é apta a comprovar as alegações do Requerente. Observa-se que o Autor possui um crédito a receber da Reclamada referente à cobrança de cheque emitido pela Ré, que encontra-se anexo a inicial no valor de R$ 20.000,00, comprovando a exigibilidade do crédito. Em que pese às alegações da reclamada, esta não se desincumbiu de seu ônus, devendo ser imputada a pagar o débito em face das provas carreadas aos autos. Assim, outro caminho não há, senão a procedência da ação. III - Dispositivo Por tais considerações, com fundamento no artigo 6º. da Lei 9.099/95 c/c artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO A RECLAMAÇÃO PROCEDENTE e: 1-Condeno o reclamado a efetuar o pagamento de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) referente ao valor dos cheques; 2- Determino que os valores da condenação sejam corrigidos monetariamente pelo índice INPC desde a emissão dos cheques, e juros moratórios que fixo em 1% ao mês, devidos desde a citação, na forma do artigo 405 do Código Civil. Sem custas e honorários, consoante previsão contida nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95. Transitada esta em julgado, ARQUIVEM-SE os presentes autos, observadas as formalidades legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. P.R.I.C. Submeto, nos termos do art. 40 da Lei nº 9099/95, o presente projeto de sentença para fins de homologação por parte do juízo. Campo Verde/MT, 09 de dezembro de 2019. Kelson Giordani Miranda da Silva Juiz L e i g o

---

Vistos, etc. ACOLHO na íntegra os fundamentos apresentados e, na forma do art. 40 da Lei 9.099/95, HOMOLOGO para que surta e produzam os seus jurídicos e legais efeitos, o projeto de sentença elaborado por Juiz Leigo. Às providências, expedindo-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se. Campo Verde/MT. Caroline Schneider Guanaes Simões Juíza de Direito

Comarca de Canarana

1ª Vara

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001289-17.2019.8.11.0029
Parte(s) Polo Ativo:
SAULIANO SATIL (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
NEWTON EMERSON BELLUCO OAB - GO30662 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE

CANARANA DECISÃO Processo: 1001289-17.2019.8.11.0029. AUTOR(A): SAULIANO SATIL RÉU: 29.979.036.0001-40 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS Vistos. Presentes os pressupostos, DEFIRO à autora os benefícios da gratuidade da justiça, concedendo-lhe as isenções previstas na Lei n.º 1.060/50. Poderá, entretanto, este juízo, revogar essa concessão em qualquer fase do processo, se for constatada a inveracidade dos fatos alegados pelo necessitado. CITE-SE a requerida, para, querendo, responder, no prazo legal, nos termos do art. 183, §1º do CPC, consignando que a Procuradoria da Fazenda Nacional – INSS detém prerrogativa de vista dos autos, conforme item 2.8.1.6 da CNGCGJ/MT. Nos termos do artigo 438, inciso II, CPC, DETERMINO que seja oficiada à Agência Sucursal do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, a qual negara o pleito administrativo da parte autora, requisitando, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, cópia de todo o procedimento administrativo que culminara com a negativa. Ressalte-se que deve expressamente constar no ofício a possibilidade do envio eletrônico de tais informações, devendo, se for o caso, certificar o respondente, eletronicamente, que se trata de extrato fiel do que consta em seu banco de dados ou documento digitalizado, nos termos do artigo 438, parágrafo 2º, do Novo Código de Processo Civil. Expeça-se o necessário. Intime-se. Cumpra-se. Canarana, 11 de novembro de 2019. Arthur Moreira Pedreira de Albuquerque Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000174-58.2019.8.11.0029
Parte(s) Polo Ativo:
GIDEVAL DIONIZIO DOS SANTOS (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do Provimento 056/2007-CGJMT, impulsiono os autos ao requerente para que ciência da perícia desginada para o dia 07/01/2020, às 11:00 hs, no endereço do Dr. Jaime Ziliotto, situado no Hospital Municipal Lorena Parode, Av. Santa Catarina, s/n, cidade de Canarana/MT.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000214-74.2018.8.11.0029
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTIANE BORGES DO VALE SANTOS FARIAS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZA CAPPELARO OAB - GO0029746A (ADVOGADO(A))
ANGELA MARIA MARTINI OAB - MT0017796S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)

Nos termos do Provimento 056/2007-CGJMT, impulsiono os autos ao requerente para que tenha ciência da perícia desginada para o dia 09/01/2020, às 11:00 hs, no endereço do Dr. Jaime Ziliotto, situado no Hospital Municipal Lorena Parode, Av. Santa Catarina, s/n, cidade de Canarana/MT, nos moldes solicitados pelo ofício retro.

Intimação Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1001313-45.2019.8.11.0029
Parte(s) Polo Ativo:
AGROPECUARIA ALVORADA LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERGIO DONIZETI NUNES OAB - MT2420-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A UNIÃO - FAZENDA NACIONAL (REQUERIDO)
Municipio de Canarana (REQUERIDO)

Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 056/2007 CGJ, impulsiono os presentes autos a fim de intimar a(s) parte(s) Requerente na pessoa de seu(s) ADVOGADO DO(A) REQUERENTE: Dr. SERGIO DONIZETI NUNES - OAB/MT 2420-O, para que providencie(m) (1) o depósito da Diligência do Oficial de Justiça, no prazo legal, sendo que a guia deverá ser extraída do site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (link: http://arrecadacao.tjmt.jus.br/#/guia/diligencia/emissao) e o pagamento comprovado dos autos. Bem como para que (2) providencie a juntada da guia e do comprovante de pagamento das taxas e custas judiciais da distribuição da presente carta precatória.

Intimação Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1001087-40.2019.8.11.0029
Parte(s) Polo Ativo:
SOAGRO SOCIEDADE AGRO PECUARIA LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WILSON RODRIGUES DE FREITAS OAB - GO12873 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA CRISTINA DA SILVA SANDOVAL (REQUERIDO)
JULIO CESAR DA SILVA SANDOVAL (REQUERIDO)
LUCIMAR GOMIDE SANDOVAL (REQUERIDO)

CERTIDÃO NOS TERMOS DO PROVIMENTO 056/2007-CGJMT, IMPULSIONO OS AUTOS A FIM DE INTIMAR A PARTE AUTORA A SE MANIFESTAR, NO PRAZO LEGAL, ACERCA DO TEOR DA CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA A SEGUIR TRANSCRITA: Certifico que para proceder o fiel cumprimento do mandado se faz necessário que a parte requerente apresente cópia da matricula nº 6.651 devidamente atualizada, bem como recolha o valor da diligência conforme o endereço informado: Rod. MT109, km 40, Estrada Municipal Canarana/MT a Querência/MT, assim sendo de 80 km (ida e volta) no valor de R$ 2,36 (dois reais e trinta e seis centavos) o quilometro rodado, perfazendo o valor de R$ 188,80 (cento e oitenta e oito reais e oitenta), a ser pago conforme portaria de nº 053/16. Deverá ser gerada a guia de pagamento de diligência do Oficial de Justiça, no sítio eletrônico do TJMT/PJe, devendo ser encaminhado o comprovante de pagamento para este Juízo. "

Intimação Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1000738-37.2019.8.11.0029
Parte(s) Polo Ativo:
ALTAMIRO EMIDIO DE ALMEIDA JUNIOR (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FELLIPE DE ALMEIDA OAB - MT24591/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE DAVID JAZINSKI (RÉU)
DIEGO VINISSIOS JAZINSKI (RÉU)

Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 056/2007 CGJ, impulsiono os presentes autos a fim de intimar a(s) parte(s) Requerente na pessoa de seu(s) ADVOGADO DO(A) AUTOR(A): Dr. FELLIPE DE ALMEIDA - OAB/MT 24591/O, para que providencie(m) o depósito da Diligência do Oficial de Justiça, no prazo legal, sendo que a guia deverá ser extraída do site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (link: http://arrecadacao.tjmt.jus.br/#/guia/diligencia/emissao) e o pagamento comprovado dos autos.

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 2246 Nr: 735-03.1999.811.0029
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Pamfil Piatkov, Efrosina Anufrief Piatkov
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIULA MÜLLER KOENIG - OAB:22.819/PR, Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli - OAB:17.980/A-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Sérgio Roberto Rocha Renz - OAB:3924/MT
Tendo em vista a legislação vigente, nos termos do provimento 056/CGJ/MT e ante ao pedido formulado retro, impulsiono os autos ao prazo dilatório, a fim de que os autos aguardem em cartório pelo prazo solicitado.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 27485 Nr: 1354-10.2011.811.0029
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Divina Nascimento das Neves
PARTE(S) REQUERIDA(S): Josias Moraes Preto, Sira Francisca de Moraes
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Lúcia Helena Rodrigues da

Silva Bensi - OAB:4456/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Adriano Vilela Giometti - OAB:OAB/MT 10.911-B

Tendo em vista a expedição dos alvarás, impulsiono os autos para que as partes requeiram o que entender de direito, no prazo legal.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 54976 Nr: 1252-12.2016.811.0029

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Luciana de Jesus

PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GABRIELA NARDÃO - OAB:OAB/MT 19224, Luiz Aldani Nardão - OAB:MT. 9305

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Nos termos do Provimento 056/2007-CGJMT, impulsiono os autos a fim de intimar as partes para manifestação no prazo legal.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 63217 Nr: 2805-60.2017.811.0029

AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MLSDA, KSDP

PARTE(S) REQUERIDA(S): RGDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso - OAB:, ORLANDO BENEDITO DE SOUZA - OAB:OAB/MT25682/A, STEPHANIE WINCK RIBEIRO DE MOURA - OAB:OAB/SP 374.917

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Impulsiono os autos ao desarquivamento, em conformidade com os termos do Provimento nº 038/201-CGJ, devendo o nobre patrono solicitante ser intimado de que terá o prazo de 5 (cinco) dias para tomar as providências que julgar necessárias. Decorrido o mencionado prazo, retornem os autos ao arquivo.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 64536 Nr: 3580-75.2017.811.0029

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MARIA DOS SANTOS SILVA

PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABRICIO GONÇALVES DA SILVEIRA - OAB:8.625-A-MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Nos termos do Provimento 056/2007-CGJMT, impulsiono os autos a fim de intimar a autora, através de seu procurador, para que apresente suas contrarrazões à apelação de fls. 92/103, oferecida pelo requerido, no prazo legal.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 70650 Nr: 4035-06.2018.811.0029

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

PARTE(S) REQUERIDA(S): SIDNEY JOSE DA SILVA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEUSIANO FERREIRA DOS SANTOS - OAB:6883-A/MT

Nos termos da legislação vigente e do Provimento nº 52/2007/ CGJ, impulsiono os presentes autos, afim de que seja intimado o patrono do réu para que informe evetual interesse na oitiva de suas testemunhas ainda não localizadas, no prazo legal.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Arthur Moreira Pedreira de Albuquerque

Cod. Proc.: 23601 Nr: 1410-77.2010.811.0029

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Remi Terezinha Schneider Darui

PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Lúcia Helena Rodrigues da Silva Bensi - OAB:4456/MT, Milton Batista Pedreira - OAB:7522/MS

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CAROLINA PEREIRA TOME WICHOSKI - OAB:MT 18603/B, GISLAINE CRISPIM DE FARIA CRUZ - OAB:OAB/MT 16.988, JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - OAB:19.081-A/MT, Louise Rainer Pereira Gionedis - OAB:8.123/PR, SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS - OAB:OAB/MT 14258-A

Vistos,

Razão assiste à parte autora (fls. 669/670).

Desta forma, retifico a decisão de fls. 666, para determinar a expedição dos alvarás eletrônicos na seguinte proporção:

1 - o levantamento dos honorários contratuais (30%), na proporção de 50% para a conta dos causídicos Milton e Roseli Pereira e os outros 50% para a conta da advogada peticionante, conforme concordância expressa em petição de fl. 665;

2 - o valor de R$ 2.697,27 (dois mil, seiscentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos), conforme cálculo de fl. 670, referente aos honorários sucumbenciais, que devem ser partilhados metade para os advogados Milton e Roseli e a outra metade para a advogada Lúcia Bensi;

3 - o saldo remanescente deverá ser levantado em favor do Espólio de Remi Terezinha;

4 - o levantamento dos valores depositados às fl. 605, em favor do executado;

5 - no mais, cumpra-se conforme deliberado em decisão de fls. 666.

Cumpra-se. Às providências.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Arthur Moreira Pedreira de Albuquerque

Cod. Proc.: 22574 Nr: 379-22.2010.811.0029

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Veruska Machado de Oliveira

PARTE(S) REQUERIDA(S): Severino José Cottica

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Antonio Carlos de Souza - OAB:3.608-B/MT, Márcio Rogério Paris - OAB:7.526 MT, MELCHIOR FÜLBER CAUMO - OAB:9.918/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Edson Rocha - OAB:3669-A, Lúcia Helena Rodrigues da Silva Bensi - OAB:4456/MT

Vistos, etc.

Trata-se de ação de execução de título extrajudicial formulado por Veruska Machado de Oliveira em face de Severino José Cottica, ambos qualificados nos autos.

Em 22 de janeiro de 2018, o bem penhorado nos autos fora arrematado pelo valor de R$ 2.519.580,00 (dois milhões, quinhentos e dezenove mil e quinhentos e oitenta reais), sendo o valor da entrada de 30% (R$ 758.874,00) mais 30 paarcelas no valor de R$ 58.690,20, conforme Auto de Arrematação de fls. 312/313.

À fl. 536 informação da Secretaria acerca das penhoras no rosto dos autos oriundas do Juízo da Segunda Vara das seguintes demadas em trâmite naquele Juízo: código 46271, código 45818, código 41903 e autos n.º 1000282-24.2018.811.0000 (Pje), conforme malotes digitais juntados às fls. 476/478, 495/499, 500/504 e 507/508.

Extrato judicial dos valores vinculados aos autos às fls. 517/525.

Em petição de fls. 539/540 a parte autora requereu a expedição dos alvarás.

Decido.

Considerando que já foram devidamente vinculadas aos autos as penhoras oriundas dos autos de código 46271, código 45818, código 41903 e autos n.º 1000282-24.2018.811.0000 (Pje), todos do Juízo da Segunda Vara desta Comarca, bem como já informados os valores devidos naqueles autos, determino a expedição dos alvarás, conforme requerido.

Após, aguarde-se em arquivo provisório até efetiva quitação da parcelas do auto de arrematação.

Às providências. Cumpra-se.

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 51305 Nr: 2420-83.2015.811.0029

AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Fazenda Pública Estadual
PARTE(S) REQUERIDA(S): J. ARTUR DE SOUZA - ME, João Artur de Souza
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Mônica Pagliuso Siqueira - OAB:0
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 30 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): J. ARTUR DE SOUZA - ME, CNPJ: 07520049000114 e atualmente em local incerto e não sabido JOÃO ARTUR DE SOUZA, Cpf: 13911147104, Rg: 050.739, Filiação: Norma Muhlen de Souza e Jose Lafocarde de Souza, data de nascimento: 07/07/1958, brasileiro(a), natural de Carazinho-RS, solteiro(a), agricultor. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. INTIMAÇÃO para que o executado tome CIÊNCIA do teor da sentença.
Sentença: Ante o exposto, JULGO EXTINTA a presente execução fiscal com fundamento no art. 924, II e 925 ambos do Código de Processo Civil.Sem custas.Intimem-se e, após, independentemente de nova deliberação, arquivem-se os autos, com as devidas anotações e baixas regulares.Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, MICHAEL BROETTO, digitei.
Canarana, 11 de dezembro de 2019
Maria Amelia Dedone Costa Gestor Judicial Autorizado art. 1.205/CNGC

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Arthur Moreira Pedreira de Albuquerque
Cod. Proc.: 77814 Nr: 3312-50.2019.811.0029
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPdEdMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): RSDO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEUSIANO FERREIRA DOS SANTOS - OAB:6883-A/MT
Vistos,
1. Diante da convocação deste Subscritor para participar do evento "Justiça Restaurativa", nas datas de 02 e 03 de dezembro de 2019, REDESIGNO a audiência anteriormente aprazada para a data de 12 (doze) de fevereiro de 2020, às 12h50min (MT).
2. Renovem-se as intimações necessárias.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Arthur Moreira Pedreira de Albuquerque
Cod. Proc.: 51572 Nr: 2575-86.2015.811.0029
AÇÃO: Recuperação Judicial->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: R. S. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, TRÊS PASSOS COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA -EPP, ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A, SOL TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA, SAFRA LEASING SA ARRENDAMENTO MERCANTIL, CONSEG ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA, GAPLAN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA, ESTABELECIMENTO VINÍCOLA ARMANDO PETERLONGO S/A, GRENDENE S A, GENERAL MILLS BRASIL ALIMENTOS LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): DUX ADMINISTRACAO JUDICIAL S/S LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANA PAULA PICOLOTTO VIEIRA - OAB:OAB/RS 95.589, Carlos Joaquim de Oliveira Franco - OAB:17916/PR, CLOVIS SGUAREZI MUSSA DE MORAES - OAB:OAB/MT 14.485, CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS - OAB:OAB/MT 13.994-A, DANIELA APARECIDA REALE DE ANDRADE - OAB:OAB/SP 217.140, EDUARDO MASCARELLO - OAB:OAB/RS 77.475, GUILHERME LEITE RODRIGUES - OAB:20724-O/MT, HUMBERTO RICARDO MARTINS DE SOUZA - OAB:OAB/SP 238.100, IGOR DE LACERDA E SCHUTZ - OAB:OAB/SP 236.058, Marco André Honda Flores - OAB:9708-A/MT, MARIA RAQUEL BELCULFINE SILVEIRA - OAB:OAB/MT 160.487, MAURICIO CORREA - OAB:OAB/SP 222.181, MICHEL SIQUEIRA - OAB:OAB/SP 247.807, Michelle Aparecida Ganho Almeida - OAB:38602/PR, NATALIA DANTAS MASSINE - OAB:OAB/RS 86.476 A, NILVANA CESCA - OAB:OAB/RS 70.097, NOEMIA MARIA DE LACERDA SCHUTZ - OAB:OAB/SP 122124-A, RENATA BORBA TATSCH - OAB:OAB/RS 97.026, RENATO INVERNIZZI - OAB:OAB/RS 46.445, RICARDO ARNUTI VIDAL - OAB:OAB/RS 95.426, ROBERTA DRESCH - OAB:OAB/RS 88.561, ROBERTO BECKER MISTURINI - OAB:OAB/MT 68.841, VANESSA REGINA PIUCCI - OAB:OAB/SP 199.992
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALEXANDRY CHEKERDEMIAN SANCHIK TULIO - OAB:AOB/MT 11.876-A
Vistos,
Antes de analisar os requerimentos formulados pelo Ministério Público (fls. 1757/1758), determino a intimação da massa falida para manifestação.
Cumpra-se. Intime-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Arthur Moreira Pedreira de Albuquerque
Cod. Proc.: 54140 Nr: 784-48.2016.811.0029
AÇÃO: Recuperação Judicial->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Comercio de Combustivel Roncador Ltda, CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA, LASSI SCHMIDT WEIRICH, BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A., BANCO DO BRASIL S.A, IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A.
PARTE(S) REQUERIDA(S): DUX ADMINISTRACAO JUDICIAL S/S LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELSON DUQUES DOS SANTOS - OAB:OAB/MT 14.234, Selso Lopes de Carvalho - OAB:3556-B/MT, Tiago Canan - OAB:OAB/MT-9108, Tiago Thoma Martins de Paula - OAB:11954-B/MT, VALÉRIA CASTILHO MUNHOZ VIVAN - OAB:OAB/MT 5.956
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALEXANDRY CHEKERDEMIAN SANCHIK TULIO - OAB:11640-MS
Vistos,
Defiro o requerimento de fls. 1038/1039 e determino a intimação da Recuperanda para que proceda com a juntada nos autos das certidões negativas de débitos tributários, nos moldes do artigo 57 da Lei n.º 11.101/2005.
Após, com a juntada, vistas ao Administrador Judicial para manifestação quanto ao controle de legalidade do Plano de Recuperação Judicial e seus aditivos.
Cumpra-se.

2ª Vara

Intimação

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1000389-34.2019.8.11.0029
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO EDUARDO PRADO OAB - MT0016940S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANA MARIA CONZ (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DIMITRI MELLO MINUCCI OAB - MT13215/B (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE CANARANA DECISÃO Processo: 1000389-34.2019.8.11.0029. REQUERENTE: BANCO BRADESCO REQUERIDO: ANA MARIA CONZ Vistos. Trata-se de ação de busca e apreensão em que o BANCO BRADESCO S/A move em face de ANA MARIA CONZ, já qualificados nos autos. Em decisão de Id. 1959062 fora deferida a liminar e determinada a busca e apreensão do veículo alienado fiduciariamente, bem como, determinada a citação da parte requerida. A liminar fora devidamente cumprida, conforme se infere Id. 21355398. A parte requerente pugnou pela citação da parte requerida (Id. 23480596), bem como, pela consolidação da posse do bem (Id. 24265308) Em petitório de Id. 25537780, a parte requerida se apresentou espontaneamente nos autos, requerendo o prazo da decisão inicial para quitação do débito. É o relatório. Decido. No caso em tela, vislumbra-se que não fora realizada a

citação da parte requerida. Assim sendo, defiro o pedido de Id. 25537780 e, para tanto, concedo o prazo de cinco dias para que a parte requerida comprove nos autos a quitação do débito. Ademais, determino a juntada de procuração do representante legal da parte requerida, no prazo de cinco dias. Pra mais, determino à secretaria o cadastro do referido causídico. Após a juntada do comprovante de pagamento integral do débito, determino a reintegração da requerida na posse do veículo, independente de nova conclusão dos autos. Por fim, manifeste-se a parte requerente, no prazo de quinze dias. Em caso de inércia, certifique-se a secretaria. Intimem-se. Certifique-se. Cumpra-se. Canarana, 11 de dezembro de 2019. Arthur Moreira Pedreira de Albuquerque Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1000389-34.2019.8.11.0029
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO EDUARDO PRADO OAB - MT0016940S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANA MARIA CONZ (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DIMITRI MELLO MINUCCI OAB - MT13215/B (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE CANARANA DECISÃO Processo: 1000389-34.2019.8.11.0029. REQUERENTE: BANCO BRADESCO REQUERIDO: ANA MARIA CONZ Vistos. Trata-se de ação de busca e apreensão em que o BANCO BRADESCO S/A move em face de ANA MARIA CONZ, já qualificados nos autos. Em decisão de Id. 1959062 fora deferida a liminar e determinada a busca e apreensão do veículo alienado fiduciariamente, bem como, determinada a citação da parte requerida. A liminar fora devidamente cumprida, conforme se infere Id. 21355398. A parte requerente pugnou pela citação da parte requerida (Id. 23480596), bem como, pela consolidação da posse do bem (Id. 24265308) Em petitório de Id. 25537780, a parte requerida se apresentou espontaneamente nos autos, requerendo o prazo da decisão inicial para quitação do débito. É o relatório. Decido. No caso em tela, vislumbra-se que não fora realizada a citação da parte requerida. Assim sendo, defiro o pedido de Id. 25537780 e, para tanto, concedo o prazo de cinco dias para que a parte requerida comprove nos autos a quitação do débito. Ademais, determino a juntada de procuração do representante legal da parte requerida, no prazo de cinco dias. Pra mais, determino à secretaria o cadastro do referido causídico. Após a juntada do comprovante de pagamento integral do débito, determino a reintegração da requerida na posse do veículo, independente de nova conclusão dos autos. Por fim, manifeste-se a parte requerente, no prazo de quinze dias. Em caso de inércia, certifique-se a secretaria. Intimem-se. Certifique-se. Cumpra-se. Canarana, 11 de dezembro de 2019. Arthur Moreira Pedreira de Albuquerque Juiz de Direito

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Arthur Moreira Pedreira de Albuquerque
Cod. Proc.: 78545 Nr: 3912-71.2019.811.0029
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): MURILO VIEIRA DA COSTA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Fellipe de Almeida - OAB:24591/0 -MT
1. O Ministério Público do Estado de Mato Grosso ofereceu denúncia contra MURILO VIEIRA DA COSTA, devidamente qualificado nos autos, pela prática dos crimes previstos nos artigos 33, caput, da Lei nº 11.343/06.
Decisão de fl. 45 determinou a notificação do denunciado para oferecer defesa prévia.
O réu foi notificado (fl. 61) e apresentou defesa preliminar pugnando pela rejeição liminar da denúncia, por ausência de justa causa e desclassificação do crime de tráfico de drogas por posse de drogas para consumo pessoal (fls. 70/77).
Os autos vieram conclusos.
É o relato do essencial.
Fundamento e Decido.
2. De entrada, alega a defesa que o réu deve ser absolvido sumariamente, por ausência de justa causa e desclassificação do crime de tráfico de drogas por posse de drogas para consumo pessoal.
Todavia, a despeito dos argumentos apresentados pela defesa técnica dos réus, entendo que as teses defensivas não prosperam, pois, reclamam, para o seu acolhimento, regular instrução probatória, de sorte que após a colheita da prova oral este juízo terá melhores condições de aferir a sua juridicidade.
Ademais, importa destacar que a denúncia foi recebida após a verificação do preenchimento de todos os requisitos previstos no art. 41 do CPP, ou seja, exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado, a classificação do crime e o rol das testemunhas, de modo que não há que se falar em qualquer nulidade.
3. Logo, REJEITO as teses avençadas, eis que deve ser analisado no mérito da ação penal, em obediência ao procedimento criminal adotado na legislação brasileira.
4. Não sendo o caso de rejeição liminar (CPP, art. 395) e ou absolvição sumária (CPP, art. 397), com fundamento no art. 56, da Lei 11.343/2006, RECEBO a denúncia em face de MURILO VIEIRA DA COSTA em razão da suposta prática do crime previsto no artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/06.
5. Cumpridas as formalidades legais e dando seguimento ao trâmite processual, DESIGNO audiência de instrução e julgamento para o dia 29 (vinte e nove) de janeiro de 2020, às 14h30min (Horário Oficial de Mato Grosso).
6. Cumpra a Secretaria as seguintes providências:
a) Cite-se e intime-se o réu acerca do recebimento da denúncia, bem como para comparecerem à solenidade designada.
b) Intimem-se/requisite(m)-se as testemunhas arroladas pela acusação e defesa.
c) Cientifique-se o Ministério Público.
d) Intime-se a Defesa via DJE.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Arthur Moreira Pedreira de Albuquerque
Cod. Proc.: 42211 Nr: 1080-75.2013.811.0029
AÇÃO: Inventário->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MdGBdS
PARTE(S) REQUERIDA(S): EdVR
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Luiz Aldani Nardão - OAB:MT. 9305, Raquel Nardão - OAB:OAB/MT 17.560B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
No caso em tela, vislumbra-se que os valores do espólio não sobressaem à quantia de mil salários mínimos.
Assim sendo, nos termos do art. 664 do CPC, defiro a cota ministerial de fl. 119, a fim de ser processada a ação na forma de ARROLAMENTO.
Por conseguinte, determino o prosseguimento do feito, afastada a necessidade de recolhimento de ITCMD (art. 662 do CPC).
Defiro o pedido de habitação de fl. 97, a fim de ser ofertada a ciência dos atos processuais ao herdeiro, devendo a secretaria, proceder com o cadastro do representante legal (fl. 98).
Cumpra-se integralmente a sentença de fl. 86, a fim de ser certificado o trânsito em julgado, bem como, expedido de competente formal de partilha.
Em seguida, oficiem-se as instituições financeiras Caixa Econômica Federal (fl. 28 e fl. 30), Banco Bradesco (fl. 32) e Banco HSBC (fl. 36) para que depositem em juízo os créditos havidos em nome do “de cujus” Valter Ribeiro.
Por fim, intime-se a parte autora para manifestar-se no prosseguimento do feito, no prazo de quinze dias.
Cientifique-se a Fazenda Pública Estadual. Intime-se por Dje. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Arthur Moreira Pedreira de Albuquerque
Cod. Proc.: 48292 Nr: 759-69.2015.811.0029
AÇÃO: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública->Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOILÇO OLIVEIRA DE SOUZA, JOVENILDE GOLDONI, Percila Grings, Maria Jose dos Santos Ceretta, LAINE LABBS RODRIGUES, NAIR EVANE BERNARDI, PONAIN MASLOVA GRINGS FURINI, VIVIANE FERREIRA LIMA MARCIANO, SOLANGE SIMON SOUTHIER

PARTE(S) REQUERIDA(S): Município de Canarana - MT

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DÉBORA SUZANA RAMOS DE MORAES ARMANDO - OAB:OAB/MT 15.874

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Ante o exposto, ausentes os pressupostos legais, NEGO PROVIMENTO aos embargos de declaração, bem como, indefiro o pedido de reconsideração, devendo a decisão de fl. 669 ser mantida em sua integralidade pelos próprios fundamentos lançados.Remetam-se os autos ao Juizado Especial. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Arthur Moreira Pedreira de Albuquerque

Cod. Proc.: 51961 Nr: 2760-27.2015.811.0029

AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO S.A.

PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSÉ APARECIDO CEZARIO DA SILVA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:OAB/MT 3.056

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Ante o exposto, com fulcro no art. 4°, do Decreto-lei n° 911/69, defiro o pedido de fls. 45/46 e CONVERTO a ação de busca e apreensão em execução de título extrajudicial. Nos termos do art. 829, caput do CPC, CITE-SE o executado, na forma requerida na inicial para, no prazo de 03 (três) dias, pagar o débito, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para a quitação da dívida, nos termos do art. 5°, do Decreto-lei n° 911/69.Por ocasião da constrição patrimonial referenciada, deverá o Sr. Meirinho proceder também à avaliação dos bens penhorados, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos, intimando, na mesma oportunidade, a executada, consoante o disposto no artigo 829, §1º, do CPC e para os fins do artigo 915, do mesmo diploma legal.Após, intime-se o credor da aludida penhora.Caso não encontre os executados, sejam arrestados tantos bens quantos bastem para a garantia da dívida (artigo 830 do CPC).Para as hipóteses de pronto pagamento ou de não oferecimento de embargos, fixo de plano, os honorários advocatícios em 10% (dez pontos percentuais) sobre o valor do débito, registrando que, em sendo efetuado o pagamento no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, parágrafo 1º, CPC).Defiro ao oficial de justiça, a prerrogativa do § 1° do artigo 212, do Código de Processo Civil, devendo este agir com as demais cautelas legais.Desde logo, defiro o pedido de desentranhamento de mandado de busca e apreensão, caso o veículo seja localizado, ainda que em fase de execução. Expeça-se o necessário. Cite-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Arthur Moreira Pedreira de Albuquerque

Cod. Proc.: 55582 Nr: 1575-17.2016.811.0029

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução Trabalhista->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: BR CONSORCIOS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS

PARTE(S) REQUERIDA(S): Adelar Godois

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GILSON SANTONI FILHO - OAB:OAB/SP 217.967

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Vistos.

Trata-se de ação de busca e apreensão convertida em execução de título executivo extrajudicial (fl. 106), na qual foram apresentados embargos de declaração 134/135.

É o relatório. Decido.

Os embargos são tempestivos, razão pela qual os conheço e aprecio.

De fato, o objetivo dos embargos de declaração é a manifestação sobre ponto obscuro, contraditório ou omisso, bem como sobre erro material, porventura existente na decisão, nos termos do art. 1.022, do Código de Processo Civil. No caso em tela, se afirmou contradição em decisão judicial que determinara a citação da parte executada.

Inicialmente, vislumbro que a decisão que se pretende modificar (fl. 131), trata-se de procedimento diverso, motivo pelo qual o recurso merece acolhimento.

Ante o exposto, acolho os embargos de declaração e por desconsidero a decisão de fl. 131.

No mais, determino a citação da parte executada, na forma requerida às fls. 129/130 para, no prazo de 03 (três) dias, pagar o débito, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para a quitação da dívida.

No mais, cumpra-se integralmente a decisão de fl. 106.

Expeça-se o necessário. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Arthur Moreira Pedreira de Albuquerque

Cod. Proc.: 67789 Nr: 2115-94.2018.811.0029

AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: BANCO ITAU VEICULOS S.A.

PARTE(S) REQUERIDA(S): ALESSANDRA SANTOS ABREU

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRE LUIZ PEDROSO MARQUES - OAB:171045, CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES - OAB:11877

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FABIO ROBERTO UCKER - OAB:13315

Vistos.

DEFIRO a expedição de alvará na forma requerida pela credora, observa a conta indicada à fl. 55.

Em seguida, com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias, nos termos da sentença de fls. 27/28.

Intime-se. Cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Arthur Moreira Pedreira de Albuquerque

Cod. Proc.: 26926 Nr: 795-53.2011.811.0029

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JÕAO CARLOS GROSS DE ALMEIDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): GENY DA GRAÇA MATHIAS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Camila R. R. Padilha - OAB:18109, João Carlos Gross de Almeida - OAB:9724/RS

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Anderson Valente Araújo - OAB:3.572/MT, Jean Francisco Soardi Lucas - OAB:30262/GO, João Carlos Gross de Almeida - OAB:9724/RS, Silvana Dutra Torres - OAB:47.501/RS

Intime-se o executado para efetuar o pagamento do débito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa e honorários de advogados de 10% (dez por cento), atentando-se ao valor atualizado.Advirta-se que o pagamento no prazo assinalado a isenta da multa e dos honorários advocatícios da fase de cumprimento de sentença, ainda que tais verbas já tenham sido eventualmente incluídas no cálculo apresentado pela exequente, razão pela qual poderão ser decotadas no momento do depósito. Caso ocorra pagamento, intime-se o exequente para, no prazo de 05 dias, dizer se dá quitação do débito, possibilitando a resolução da fase de cumprimento de sentença. Ressalto de que seu silêncio importará em anuência em relação à satisfação integral do débito. Caso não ocorra o pagamento, proceda-se à penhora, inclusive por meio eletrônico, de bens indicados pelo exequente. Cientifico o executado de que, transcorrido o prazo sem o pagamento voluntário, iniciam-se os 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, na forma do artigo 525 do CPC, que somente poderá versar sobre as hipóteses elencadas em seu parágrafo primeiro, observando-se em relação aos cálculos os parágrafos 4º e 5º. A secretaria deverá observar, para o adequado cumprimento do disposto no §3º do artigo 523 do Código de Processo Civil, no prazo para pagamento voluntário (artigo 526, CPC) e de impugnação (artigo 525, CPC), será admitida, tão somente, a carga cópia e consulta dos autos no balcão serventia, a fim de se cumprir com exatidão o disposto no artigo 525, §6º, do CPC, posto que essa disposição determina a existência de um prazo para a parte e a determinação de uma diligência a ser praticada por este juízo.Certifique-se a secretaria quanto à tempestividade das manifestações. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Arthur Moreira Pedreira de Albuquerque

Cod. Proc.: 58498 Nr: 42-86.2017.811.0029

AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Sandreli Patricia Herbes

PARTE(S) REQUERIDA(S): Iraci Schneider

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Aliciane Leticia Sulzbacher Lopes - OAB:18.321/MT, Leoveral Francisco Lopes - OAB:3.549 - B, Marcel Alexandre Lopes - OAB:OAB/MT-6454

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JORGE GUSTAVO WINTER - OAB:OAB 19418

É o relatório. Decido. Intime-se a parte executada para efetuar o pagamento do débito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa e honorários de advogados de 10% (dez por cento), atentando-se ao valor atualizado.Advirta-se que o pagamento no prazo assinalado a isenta da multa e dos honorários advocatícios da fase de cumprimento de sentença, ainda que tais verbas já tenham sido eventualmente incluídas no cálculo apresentado pela exequente, razão pela qual poderão ser decotadas no momento do depósito. Caso ocorra pagamento, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 dias, dizer se dá quitação do débito, possibilitando a resolução da fase de cumprimento de sentença. Ressalto de que seu silêncio importará em anuência em relação à satisfação integral do débito. Cientifico o executado de que, transcorrido o prazo sem o pagamento voluntário, iniciam-se os 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, na forma do artigo 525 do CPC, que somente poderá versar sobre as hipóteses elencadas em seu parágrafo primeiro, observando-se em relação aos cálculos os parágrafos 4º e 5º. A secretaria deverá observar, para o adequado cumprimento do disposto no §3º do artigo 523 do Código de Processo Civil, no prazo para pagamento voluntário (artigo 526, CPC) e de impugnação (artigo 525, CPC), será admitida, tão somente, a carga cópia e consulta dos autos no balcão serventia, a fim de se cumprir com exatidão o disposto no artigo 525, §6º, do CPC, posto que essa disposição determina a existência de um prazo para a parte e a determinação de uma diligência a ser praticada por este juízo.Certifique-se a secretaria quanto à tempestividade das manifestações. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Arthur Moreira Pedreira de Albuquerque

Cod. Proc.: 22872 Nr: 677-14.2010.811.0029

AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Edison Wisch

PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Rodrigo Antonio Rodriguez - OAB:8795, Sueli Vieira de Souza - OAB:14900-A/MT, Wilson Massaiuki Sio Junior - OAB:9661 - A/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - OAB:19.081-A/MT, SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS - OAB:OAB/MT 14258-A

Vistos.

Trata-se de impugnação ao cumprimento de sentença, no qual fora alegado excesso à execução (fls. 411/413).

Pois bem.

Por considerar que a discussão acerca do "quantum" devido foge ao conhecimento técnico deste juízo e que, o objeto da lide versa sobre direitos privados e disponíveis – onde a intervenção do contador judicial não deve ser autorizada, indefiro o pedido de remessa dos autos à contadoria judicial

No mais, determino a intimação das partes para que, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestem acerca da necessidade de dilação probatória, ressaltando que o silêncio será interpretado como concordância ao menor valor apresentado.

Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Arthur Moreira Pedreira de Albuquerque

Cod. Proc.: 15675 Nr: 1381-32.2007.811.0029

AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Fazenda Pública Estadual

PARTE(S) REQUERIDA(S): Cristiane G de Carvalho Dias

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Flávia Beatriz Correa da Costa S. Soares - OAB:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Leonardo Machado Buosi - OAB:23.887 MT, Rodolfo Amorim Molina - OAB:9681-E/MT, Rodrigo Carrijo Freitas - OAB:11.395/MT, TATIANA DIAS DE CAMPOS - OAB:9.369

Vistos.

Defiro o pedido de fls. 240/241 e para tanto, DETERMINO a suspensão do feito.

Aguarde-se em arquivo provisório até ulterior manifestação da parte interessada.

Arquive-se. Cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Arthur Moreira Pedreira de Albuquerque

Cod. Proc.: 16371 Nr: 2075-98.2007.811.0029

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Dorvalino Dagnese

PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Lúcia Helena Rodrigues da Silva Bensi - OAB:4456/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - OAB:19.081-A/MT, SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS - OAB:OAB/MT 14258-A

Vistos.

Trata-se de cumprimento de sentença em que a parte exequente manifestou-se pelo recebimento de alvará dos valores anteriormente depositados em juízo (fl. 375).

Forte nas razões acima, diante do adimplemento da dívida, DECLARO EXTINTA a obrigação, com fundamento nos artigos 924, inciso II e 925 ambos do Código de Processo Civil.

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias.

Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Arthur Moreira Pedreira de Albuquerque

Cod. Proc.: 52634 Nr: 3170-85.2015.811.0029

AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Município de Canarana - MT, EVALDO OSVALDO DIEHL

PARTE(S) REQUERIDA(S): VALDIR MILTON SUPPTITZ

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: WALTER CUSTÓDIO DA SILVA - OAB:OAB/MT 19.491

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Indefiro o pedido fl. 50, por considerar já ter sido realizada a penhora. Percebe-se que já foram realizadas diligências úteis no sentido de localizar bens aptos a adimplir o débito. Ressalto, no presente feito, que fora realizado bloqueio Bacenjud e Renajud, conforme se infere às fls. 43 e seguintes e 46 e seguintes. Nesse diapasão, entendo que o não pode o credor reiterar eternamente os mesmos pedidos que já foram realizados. Em que pese o credor ter direito a efetividade de seu crédito, é certo que uma justiça que despende seu tempo com diligências infrutíferas não cumpre seu fim social e compromete a razoável duração de todos os demais processosAssim sendo, determino a remessa dos autos ao arquivo provisório, devendo lá permanecer até ulterior indicação de bens ou manifestação acerca da mudança econômica do executado.Arquive-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Arthur Moreira Pedreira de Albuquerque

Cod. Proc.: 53934 Nr: 650-21.2016.811.0029

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO S.A.

PARTE(S) REQUERIDA(S): RONIMAR VIEIRA MACHADO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS - OAB:OAB/MT 13.994-A, LUCIANA COSTA PEREIRA - OAB:17498, Renato Chagas Corrêa da Silva - OAB:8194-A/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Vistos.

Defiro o pedido de fl. 83 e para tanto, determino a intimação do executado, nos termos da decisão de fl. 68, observado o endereço de fl. 78.

Caso necessário, realize-se a intimação por hora certa, mesmo que a pessoa do familiar ou vizinho que houver sido intimado, esteja ausente, ou

se, embora presente, a pessoa da família ou o vizinho se recusar a receber o mandado (art. 253 § 2º e art. 273, §2º, ambos do CPC).
Em caso de inércia do executado, certifique-se a secretaria e, em seguida, intime-se a parte exequente para manifestação.
Intime-se. Certifique-se. Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Arthur Moreira Pedreira de Albuquerque
Cod. Proc.: 56818 Nr: 2360-76.2016.811.0029
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): João Carlos Cappellaro
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIULA MÜLLER KOENIG - OAB:22.819/PR, Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli - OAB:17.980/A-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Luiza Cappellaro - OAB:20.864/MT
Vistos.
Em atenção aos petitórios de fls. 185/186 e fls. 190/191, vislumbra-se que não houve manifestação acerca dos documentos de fls. 159/160, conforme determinado em retro decisão. E ainda, os cálculos de fl. 186 e fl. 191, deixaram de constar o saldo positivo oriundo do depósito realizado em juízo (fls. 159/160).
Assim sendo, determino a intimação da parte exequente para que retifique o demonstrativo atualizado do débito, a fim de deduzir os valores já depositados pela parte exequente.
Em seguida, por considerar que o cálculo não fora apresentado no requerimento inicial do cumprimento de sentença e a fim de oportunizar o contraditório, determino a intimação da parte executada para que, em quinze dias, manifeste-se sobre o cálculo e eventual débito remanescente.
Por fim, tornem os autos conclusos para análise do pedido de fl. 185 e demais matérias pendentes.
Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Arthur Moreira Pedreira de Albuquerque
Cod. Proc.: 58298 Nr: 3075-21.2016.811.0029
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Semali Sementes Híbridas Ltda
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARIA JOSÉ SOTTA BORTOLUCCI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Bruno César Moraes Coelho - OAB:24543/0-MT, Carlos Fernando Suto - OAB:230509 SP, FERNANDO FERRAREZI RISOLIA - OAB:147522, Marina Rosa da Silva - OAB:23939 O /MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
No caso em tela, a parte exequente pugnou pela busca em órgãos conveniados, a fim de ser localizado o executado.
Pois bem.
O pedido de localização deve ser direcionado ao judiciário quando houver comprovada infrutífera a tentativa da parte exequente de se obter a informação em vias extrajudiciais, haja vista este órgão se tratar de "ultima racio".
Vislumbra-se que a parte exequente não comprovou suficientemente a busca pelo endereço do executado, de modo que não se encontra demonstrada a necessidade de utilização da via judicial para tal finalidade.
Assim sendo, indefiro o pedido de localização do executado em órgãos conveniados.
Intime-se a exequente para indicar atual endereço do executado, ou ainda, demonstrar as tentativas de se obter o endereçamento em vias diversas.
Em seguida, retornem os autos conclusos para análise de pedidos pendentes.
Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Arthur Moreira Pedreira de Albuquerque
Cod. Proc.: 61193 Nr: 1673-65.2017.811.0029
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): COMÉRCIO DE BEBIDAS HORIZONTE LTDA. EPP, MOACIR LUIZ KEIBER, SIRLENE BEATRIZ LAWLESS KEIBER
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA - OAB:20495/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DARLAN JOSÉ KUHN - OAB:OAB/SC 29.586, FERNANDO EMILIO TIESCA - OAB:OAB/SC 8.599
Vistos.
Defiro o pedido de fl. 159 e para tanto, determino a expedição de carta precatória, conforme requerido a fim de dar cumprimento à decisão de fl. 156.
Expeça-se o necessário. Cite-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Arthur Moreira Pedreira de Albuquerque
Cod. Proc.: 64203 Nr: 3361-62.2017.811.0029
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AÇOFER INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): FORÇA TAREFA CONSTRUÇÕES LTDA- EPP, IVO DALLPIZZOL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELISABETE AUGUSTA DE OLIVEIRA - OAB:OAB/MT 13.352, FABIULA LITIELY DA ROSA MORENO - OAB:OAB/MT 20.572, GABRIELA DE SOUZA CORREIRA - OAB:OAB/MT 10.031, GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA - OAB:OAB/MT nº 4.032, MAIARA FERNANDA CARNEIRO - OAB:OAB/MT nº 20371
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Postergo a análise do pedido de penhora online.
Defiro o pedido de item "2" de fl. 62. Para tanto, determino a intimação da executada Força Tarefa Construções EPP no endereço e na pessoa de seu sócio, IVO DALLPIZOL.
Em seguida, intime-se a parte exequente para manifestar-se nos autos, no prazo de quinze dias.
Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Arthur Moreira Pedreira de Albuquerque
Cod. Proc.: 22898 Nr: 703-12.2010.811.0029
AÇÃO: Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Ivo Corbari
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABRICIO GONÇALVES DA SILVEIRA - OAB:8.625-A-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - OAB:19.081-A/MT, SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS - OAB:OAB/MT 14258-A
Vistos.
Trata-se de processo em que se faz necessária a análise técnica.
À fl. 283 fora nomeado perito e determinado o pagamento dos honorários periciais pela parte exequente.
Às fls. 296/297, a empresa nomeada para perícia manifestou aceite pelo encargo processual e requereu honorários no importe a R$ 4.980,00 (quatro mil, novecentos e oitenta reais), por entender se tratar de serviço de significativa amplitude e complexidade.
Às fls. 298/302, o exequente manifestou-se acerca do valor dos honorários periciais, por considerar elevado o valor cobrado, requerendo a redução do quantum para R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).
Às fls. 310/313, foram apresentados quesitos.
É o relatório. Decido.
No caso em tela, a necessidade de perícia encontra-se baseada no montante da condenação, mediante a análise da cédula rural n° 80/00441-4 (fls. 20/22).
A fim de ser arbitrado o quantum dos honorários periciais, deve se analisar a natureza da perícia e suas respectivas especificações, dentre as quais a relevância, a dificuldade do trabalho e o tempo consumido, sem deixar de examinar, inclusive, a condição financeira das partes e o valor da causa.
Assim sendo, por considerar a análise de apenas uma cédula rural e em respeito ao princípio da razoabilidade, FIXO os honorários periciais contábeis em R$ 2.000,00 (dois mil reais).
Determino a intimação da parte executada para que, em quinze dias, junte

aos autos os extratos da conta gráfica SLIP/XER da cédula rural n° 88/00441-4 e demais documentos requeridos pela perícia (fl. 296/297).
No mais, cumpra-se integralmente a decisão de fl. 283.
Intimem-se as partes e cientifiquem-se aos peritos. Às providências. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Arthur Moreira Pedreira de Albuquerque
Cod. Proc.: 51008 Nr: 2271-87.2015.811.0029
AÇÃO: Usucapião->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MAURO DINIZ
PARTE(S) REQUERIDA(S): ERIBERTO ANTÔNIO BEVILACQUA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Lúcia Helena Rodrigues da Silva Bensi - OAB:4456/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Ante o trânsito em julgado da decisão havido em segundo grau (fl. 74), cientifiquem-se as partes acerca do teor do julgado.
Em seguida, inexistindo pedidos a serem analisado, certifique-se a secretaria e arquivem-se os autos com as baixas e anotações de estilo.
Intime-se por Dje. Certifique-se. Arquive-se. Cumpra-se.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1000389-34.2019.8.11.0029
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO EDUARDO PRADO OAB - MT0016940S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANA MARIA CONZ (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ARTHUR MOREIRA PEDREIRA DE ALBUQUERQUE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE CANARANA DECISÃO Processo: 1000389-34.2019.8.11.0029. REQUERENTE: BANCO BRADESCO REQUERIDO: ANA MARIA CONZ Vistos. Trata-se de ação de busca e apreensão em que o BANCO BRADESCO S/A move em face de ANA MARIA CONZ, já qualificados nos autos. Em decisão de Id. 1959062 fora deferida a liminar e determinada a busca e apreensão do veículo alienado fiduciariamente, bem como, determinada a citação da parte requerida. A liminar fora devidamente cumprida, conforme se infere Id. 21355398. A parte requerente pugnou pela citação da parte requerida (Id. 23480596), bem como, pela consolidação da posse do bem (Id. 24265308) Em petitório de Id. 25537780, a parte requerida se apresentou espontaneamente nos autos, requerendo o prazo da decisão inicial para quitação do débito. É o relatório. Decido. No caso em tela, vislumbra-se que não fora realizada a citação da parte requerida. Assim sendo, defiro o pedido de Id. 25537780 e, para tanto, concedo o prazo de cinco dias para que a parte requerida comprove nos autos a quitação do débito. Ademais, determino a juntada de procuração do representante legal da parte requerida, no prazo de cinco dias. Pra mais, determino à secretaria o cadastro do referido causídico. Após a juntada do comprovante de pagamento integral do débito, determino a reintegração da requerida na posse do veículo, independente de nova conclusão dos autos. Por fim, manifeste-se a parte requerente, no prazo de quinze dias. Em caso de inércia, certifique-se a secretaria. Intimem-se. Certifique-se. Cumpra-se. Canarana, 11 de dezembro de 2019. Arthur Moreira Pedreira de Albuquerque Juiz de Direito

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001336-88.2019.8.11.0029
Parte(s) Polo Ativo:
COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS RUWER LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELLIPE DE ALMEIDA OAB - MT24591/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VILMA FERREIRA DOS SANTOS (REQUERIDO)

INTIMAÇÃO - Intimo a parte requerente, na pessoa de seu procurador, para comparecer à Audiência de Conciliação designada para o dia 06/02/2020, às 17h10min (MT), na sede do Juizado Especial Cível e Criminal de Canarana-MT. Cientifico-o (a) de que o não comparecimento implicará em arquivamento e condenação nas custas processuais, nos termos da Lei.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001335-06.2019.8.11.0029
Parte(s) Polo Ativo:
COMERCIO DE GENEROS ALIMENTICIOS RUWER LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELLIPE DE ALMEIDA OAB - MT24591/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SOLANGE MULLER DOS SANTOS (REQUERIDO)

INTIMAÇÃO - Intimo a parte requerente, na pessoa de seu procurador, para comparecer à Audiência de Conciliação designada para o dia 06/02/2020, às 16h50min (MT), na sede do Juizado Especial Cível e Criminal de Canarana-MT. Cientifico-o (a) de que o não comparecimento implicará em arquivamento e condenação nas custas processuais, nos termos da Lei.

Comarca de Chapada dos Guimarães

Diretoria do Fórum

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000936-89.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
GREGORY HENRIQUE CORREIA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Portal Eletrônico do Advogado (PEA).

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000852-88.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANO BOMDESPACHO MARTINS (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELLA FERNANDA AMARAL SEGUNDO OAB - MT13867/O (ADVOGADO(A))
IONE GERALDA GONTIJO BORGES OAB - MT10346/O (ADVOGADO(A))
JOSE ROBERTO BORGES PORTO OAB - MT2854/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Portal Eletrônico do Advogado (PEA).

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000286-42.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
JUNIOR CESAR ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Portal Eletrônico do Advogado (PEA).

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000285-57.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
JUNIOR CESAR ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-S (ADVOGADO(A))

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Sistema PJe/PEA.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000365-21.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
PETRONILHA DA SILVA GONCALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE LUIS DOMINGOS DA SILVA OAB - MT4907-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AILTON CESAR DA SILVA (REQUERIDO)

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Sistema PJe/PEA.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000327-09.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
ANA MARIA MOURA BRITO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Sistema PJe/PEA.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000380-87.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIELI PEREIRA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA OAB - MT19194-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas

Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Sistema PJe/PEA.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000287-27.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
YARA SEABRA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Sistema PJe/PEA.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000722-98.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
ROSILENE LOPES DE ANDRADE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MICHEL CAMPOS ALVES OAB - MT26473/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Sistema PJe/PEA.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000453-59.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
GERALDO FERREIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Sistema PJe/PEA.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000085-50.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
IVANILDO DE SOUZA QUEIROZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO FELIPE MONTEIRO COELHO OAB - MT14559-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MALAI MANSO HOTEL RESORT S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO ALVES SILVA OAB - MT11800-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Sistema PJe/PEA.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000724-68.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
ALCILENE DOS SANTOS COUTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MICHEL CAMPOS ALVES OAB - MT26473/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto

único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Sistema PJe/PEA.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001055-84.2018.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
ERONILZA FLORENCIO DA SILVA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARIANE FERREIRA MARTINS CAMARGO OAB - MT12586-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES-MT (REQUERIDO)

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Sistema PJe/PEA.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000634-60.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
BRIGIDA MARIA MAMORE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARIANE FERREIRA MARTINS CAMARGO OAB - MT12586-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES-MT (REQUERIDO)

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Sistema PJe/PEA.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000336-68.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
SIMONE APARECIDA DA SILVA FRATARI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IGNEZ MARIA MENDES LINHARES OAB - MT4979-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDACAO ASSISTENCIAL DE CHAPADA DOS GUIMARAES (REQUERIDO)
MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES-MT (REQUERIDO)

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Sistema PJe/PEA.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000598-18.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
AILTON ROBERTO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE BERNARDO DUZANOWSKI OAB - MT20005-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICAÇÕES S.A, (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Sistema PJe/PEA.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000464-88.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
FABIO JUNIOR BARBOSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Sistema PJe/PEA.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000401-63.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
KESLEY NUNES DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Sistema PJe/PEA.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010224-15.2014.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
MUNER & SILVA LTDA - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DALTON ADORNO TORNAVOI OAB - MT4729-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RITA DE CASSIA MOURA CARVALHO LAURIS (REQUERIDO)
DEBORA LUZIA DAL PONTE (REQUERIDO)
FABIANA DE MOURA CARVALHO PINTO (REQUERIDO)
LUIZ CLAUDIO DE MOURA CARVALHO (REQUERIDO)
ESPÓLIO DE AURORA LUIZA DE MOURA CARVALHO (REQUERIDO)
LUIZ EDUARDO CAETANO CARVALHO (REQUERIDO)
JOSE ROBERTO PEREIRA LAURIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VICTOR LEAO DE CAMPOS OAB - MT17915-O (ADVOGADO(A))
PAULO EURICO MARQUES LUZ OAB - MT6070-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Sistema PJe/PEA.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000533-23.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
FLAVIA DA SILVA CORTEZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GREICY KELLY TEIXEIRA ALVES OAB - MT22849-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Sistema PJe/PEA.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000501-18.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
VERA LUCI DA SILVA LEMES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WAGNER LUIZ RIBEIRO ROCHA OAB - MT15880-O (ADVOGADO(A))
ROGERIO CONCEICAO PAULO OAB - MT15886-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Sistema PJe/PEA.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000482-12.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
BENEDITA VICENCIA DA CRUZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VIVIANNE FRAUZINO MACHADO OAB - MT24738/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OMNI FINANCEIRA S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NEILDES ARAUJO AGUIAR DI GESU OAB - SP0217897A (ADVOGADO(A))

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Sistema PJe/PEA.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000573-05.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
THAMIRES PEREIRA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Sistema PJe/PEA.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001003-88.2018.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE HERCULANO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ITAIANA APIO OAB - MT16103-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Sistema PJe/PEA.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000574-87.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
THAMIRES PEREIRA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Sistema PJe/PEA.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000481-27.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
NELSON MIRANDA CORREIA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VIVIANNE FRAUZINO MACHADO OAB - MT24738/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Sistema PJe/PEA.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001294-88.2018.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
ALINE CRISTINA DE SANTANA LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDNA NUNES CORREA MARQUES OAB - MT10529/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Sistema PJe/PEA.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000284-72.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
JUNIOR CESAR ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica

devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Sistema PJe/PEA.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000599-03.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
AILTON ROBERTO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE BERNARDO DUZANOWSKI OAB - MT20005-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Sistema PJe/PEA.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000288-12.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
NILTON CONCEICAO DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Sistema PJe/PEA.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000494-26.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIMAR GOMES DO AMARAL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGERIO CONCEICAO PAULO OAB - MT15886-O (ADVOGADO(A))
WAGNER LUIZ RIBEIRO ROCHA OAB - MT15880-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Sistema PJe/PEA.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000581-79.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
OLIVIA RODRIGUES CAVALCANTE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Sistema PJe/PEA.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000590-41.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
SOFIA FRANCISCA SAMPAIO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WAGNER LUIZ RIBEIRO ROCHA OAB - MT15880-O (ADVOGADO(A))
ROGERIO CONCEICAO PAULO OAB - MT15886-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40

(quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Sistema PJe/PEA.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000328-91.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
ANA MARIA MOURA BRITO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

Nos termos do artigo 5º, §3º, do Provimento n.º 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte Devedora, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas e taxas processuais no importe R$558,60 (quinhentos e cinquenta e oito reais e sessenta centavos), a que foi condenado nos termos da sentença retro, sendo R$413,40 (quatrocentos e treze reais e quarenta centavos) referente às Custas Judiciais e R$145,20 (cento e quarenta e cinco reais e vinte centavos) referente à Taxa Judiciária. Fica cientificado que poderá acessar o site http://arrecadacao.tjmt.jus.br, selecionar o item Custas e Taxas Finais ou Remanescentes, preencher os campos com o número único do processo e CPF do pagante. Clicar no item custas e incluir o valor, em seguida clicar no item taxa e preencher o valor da taxa. O sistema irá gerar um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolizar a guia (paga) no protocolo do fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento ou via Sistema PJe/PEA.

1ª Vara

Intimação

Intimação Classe: CNJ-57 DEMARCAÇÃO / DIVISÃO
Processo Número: 1001989-08.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
ADEMIR LUCIO DE AMORIM (AUTOR(A))
DENISE BONATO DE AMORIM (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS BONATO DE AMORIM OAB - MT18748-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES-MT (RÉU)
MAURIDES CELSO LEITE (RÉU)
RUBENS DA CRUZ PEREIRA (RÉU)
SEBASTIANA TEREZA GAIVA CORREA (RÉU)
GUSTAVO SCHWARZ (RÉU)
JOAO ALBERTO NOVIS GOMES MONTEIRO (RÉU)

Nos termos da legislação vigente, bem como em conformidade com o provimento n.º 56/2007-CGJ, impulsiono os autos a fim de que seja intimada a parte autora/exequente para manifestação, no prazo legal, acerca da devolução da correspondência que postou a carta de citação do requerido Rubens da Crua Pereira constando "mudou-se", devendo informar o endereço atualizado do requerido, em tempo hábil para realização da audiência.

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1002717-49.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA AMELIA ASSIS ALVES CRIVELENTE (EXECUTADO)
AGROBR - COMERCIO INDUSTRIAL E REPRESENTACOES EIRELI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RAMON FAGUNDES BOTELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES DESPACHO Processo: 1002717-49.2019.8.11.0024. EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL SA EXECUTADO: AGROBR - COMERCIO INDUSTRIAL E REPRESENTACOES EIRELI, MARIA AMELIA ASSIS ALVES CRIVELENTE Vistos, etc. I. Analisando a inicial e os documentos que a acompanham, observa-se que não foram recolhidos os valores referentes às custas processuais, tampouco há pedido de justiça gratuita. II. Dessa forma, intime-se a parte exequente, por intermédio de seu advogado, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos o comprovante do pagamento das custas processuais, devendo promover a vinculação da referida guia, conforme determina o art. 2°, 'caput', do Provimento n° 22/2016-CGJ, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290 do Código de Processo Civil). III. Certifique-se eventual silêncio. IV. Cumpra-se. Chapada dos Guimarães/MT, 12 de dezembro de 2019. Ramon Fagundes Botelho Juiz de Direito em Substituição Legal

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 39633 Nr: 2148-46.2011.811.0024
AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: João Batista Rodrigues
PARTE(S) REQUERIDA(S): José Luiz Boff, Marizete Vaz Nascimento Boff
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Andre Luís Domingos da Silva - OAB:MT4907b
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Izaltino Suzano - OAB:6884-A
Nos termos da legislação vigente, bem como em conformidade com o provimento n.º 56/2007-CGJ, impulsiono os autos a fim de intimar as partes acerca do retorno dos autos à 1.ª Instância, para, no prazo de 05 dias, requererem o que de direito, sob pena de arquivamento.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): André Barbosa Guanaes Simões
Cod. Proc.: 121958 Nr: 3637-40.2019.811.0024
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Geiziane da Costa Nogueira, Rafael Oliveira Magalhães, Nestor Konrath Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Defensor(a) Público(a) - OAB:, MARIZA RIVAROLA ROCHA - OAB:5896
(...).CONCLUSÃO.No caso versando, indefiro o pedido formulado por Geiziane da Costa Nogueira, por infringir a Instrução Normativa n. 007/2019 da SESP/MT.Intimem-se.Cumpram-se os termos da decisão anterior para a realização do ato instrutório que se aproxima.Expeça-se o necessário.Às providências.Chapada dos Guimarães-MT, 9 de dezembro de 2019.André Barbosa Guanaes Simões Juiz de Direito em substituição legal

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 55949 Nr: 174-03.2013.811.0024
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Maria Marilene de Amorim
PARTE(S) REQUERIDA(S): Estado de Mato Grosso
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Markleine Bezerra - OAB:3637
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação em vigor e do Provimento 56/2007 CGJ, impulsiono o feito à publicação de matéria à imprensa, com a finalidade de

intimar a parte autora, na pessoa de seu advogado, via DJE, para contrarrazoar o recurso de embargos de declação.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 32337 Nr: 1724-72.2009.811.0024
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Elias Correia da Silva, Avelina Correa da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - Instituto Nacional de Seguro Social - Cuiabá - MT.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRÉ GONÇALVES MELADO - OAB:8075
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos do artigo 152, inciso VI do Código de Processo Civil e provimento 52-2007-Corregedoria Geral de Justiça, remeto estes autos para seja intimado(a) o(a) advogado(a) KOHELER DO PRADO para devolver os autos do processo no prazo de 03 (três) dias, sob as penas do artigo 234 e §§, do Código de Processo Civil.

Edital de Intimacao
JUIZ(A): Ramon Fagundes Botelho
Cod. Proc.: 122518 Nr: 3846-09.2019.811.0024
AÇÃO: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)->Medidas Cautelares->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA:
PARTE(S) REQUERIDA(S): RVM
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 20 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): GRAZIELA MORAES DE ALMEIDA, Rg: 2794855-2, Filiação: Marina Amorim de Moraes e Ismael da Silva Almeida, data de nascimento: 15/05/2001, brasileiro(a), natural de Cuiabá-MT, convivente, do lar, Telefone (65) 99242-4526 e atualmente em local incerto e não sabido ROGERIO VASCONCELOS MARTINS, Cpf: 03398817122, Rg: 175.34801, Filiação: Jolenil do Carmo Vasconcelos Martins e Aécio Lúdio Farias Martins, data de nascimento: 19/09/1991, brasileiro(a), natural de Chapada dos Guimarães-MT, solteiro(a), lavador de carros, Telefone 99242-4526. atualmente em local incerto e não sabido
Finalidade: INTIMAR O AGRESSOR e VÍTIMA das Medidas Protetivas a favor da VÍTIMA, a serem cumpridas pelo AGRESSOR, conforme os dados. Medidas Protetivas: (a) proibição de contato e aproximação com a ofendida, ou com testemunha dos fatos por qualquer meio de comunicação, estabelecendo-se o limite mínimo de 300 (trezentos) metros de distância e (b) a proibição de frequentar a casa e o trabalho da vítima a fim de preservar a integridade física e psicológica da agredida.
Resumo da Inicial: Trata-se de pedido de providências protetivas apresentado pelo Delegado de Polícia de Chapada dos Guimarães/MT em favor de Graziela Moraes de Almeida em face de ROGÉRIO VASCONCELOS MARTINS, uma vez que este, seu cônjuge, supostamente, praticou delito no âmbito de violência doméstica contra aquela, em 28 de outubro de 2019, conforme narra o termo de declarações acostados ao procedimento.
Despacho/Decisão: I. Diante do exposto, determino que ROGÉRIO VASCONCELOS MARTINS se submeta às seguintes medidas protetivas: (a) proibição de contato e aproximação com a ofendida, ou com testemunha dos fatos por qualquer meio de comunicação, estabelecendo-se o limite mínimo de 300 (trezentos) metros de distância e (b) a proibição de frequentar a casa e o trabalho da vítima a fim de preservar a integridade física e psicológica da agredida.I.I. Deixo de apreciar as demais medidas protetivas em razão de inexistir provas nos autos.II. Atente-se, por derradeiro, que o descumprimento das disposições acima transcritas ensejará ao respectivo transgressor em PRISÃO PREVENTIVA.III. A ofendida deverá ser notificada dos atos processuais relativos ao agressor, sem prejuízo da intimação do advogado constituído, nomeado ou do defensor público (art. 21, Lei n. 11.340/2006).IV. O agressor deverá ser intimado pessoalmente acerca das medidas a serem cumpridas, bem como alertado para o fato de que o descumprimento de uma ou mais das medidas impostas poderá implicar na sua prisão preventiva ou permanência desta, nos termos do artigo 20 da referida lei.V. Considerando o que preceitua o artigo 18, inciso III da Lei n.º 11.340/2006, cientifique-se o douto representante do Ministério Público, possibilitando, assim, a adoção das medidas que denotar pertinentes.VI. Atentem-se os Srs. Oficiais de Justiça/servidores quanto às diligências legais, de que a ofendida não poderá, em hipótese alguma, entregar intimação ou notificação ao indiciado (art. 21, parágrafo único, Lei n.º 11.340/06).VII. Oficie-se ao Delegado de Polícia Civil comunicante, cientificando-lhe do teor da presente decisão.VIII. Cumpridas todas as diligências determinadas acima, aguarde-se a chegada do inquérito policial e, com a chegada dele, extraia-se cópia das peças principais e junte-as ao inquérito. Após, arquivem-se com as baixas e anotações de estilo. IX. Intimem-se.X. Caso não sejam encontrados (vítima e agressor), defiro, desde já, sua intimação por edital, nos termos enunciado n° 43 do FONAVID.XI. Processe-se em segredo de justiça, conforme enunciado nº 34 do FONAVID.XII. Cumpra-se com a máxima urgência.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, THAIS VALÉRIA TRINDADE LEAL , digitei.
Chapada dos Guimarães, 11 de dezembro de 2019
Ramon Fagundes Botelho Juiz de Direito

Decisão

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002720-04.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
ELIANE MARIA LECHNER (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MARCIO SOUZA LIMA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RAMON FAGUNDES BOTELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES DECISÃO Autos n° 1002720-04.2019.811.0024 Vistos, etc. I. Com relação ao pedido de tutela de urgência, são necessários para sua concessão, conforme art. 300 do Código de Processo Civil, os seguintes requisitos: 1) probabilidade do direito e 2) o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Com efeito, analisando o feito, verifica-se que a parte autora alega mudança financeira do requerido, juntado para tanto extrato emitido pelo Portal Transparência, dando conta que o autor exerce atualmente a função militar de “cabo engajado”, auferindo atualmente renda mensal líquida no montante de R$ 3.549,05 (três mil quinhentos e quarenta e nove reais e cinco centavos). Logo, ao que se verifica nesta quadra de cognição, o requerido apresenta condições de arcar com o pagamento dos valores das verbas alimentícias na proporção de 40% (quarenta por cento) do salário mínimo vigente. Por sua vez, por se tratar de verba de natureza alimentar, o perigo de dano é presumido, sobretudo em se tratando de menores impúberes. Diante do exposto, defiro o pedido liminar para revisar o valor dos alimentos arbitrados em favor dos menores Jean Lechner Lima e Rafael Lechener Lima para a proporção de 40% (quarenta por cento) do salário mínimo vigente, correspondendo atualmente ao montante de R$ 399,20 (trezentos e noventa e nove reais e vinte centavos), a serem pagos pelo genitor, Marcio Souza Lima. II. Oficie-se ao Exército Brasileiro, conforme indicado na inicial, para que proceda ao desconto em folha de pagamento da importância da prestação alimentícia acima arbitrada, devendo a secretaria deste Juízo proceder ao necessário para o cumprimento do disposto no art. 529, §2° do Código de Processo Civil. III. Defiro a gratuidade de justiça à parte autora com base no art. 98 do Código de Processo Civil. IV. Processe-se em segredo de justiça (art. 189, II, Código de Processo Civil). V. Cite-se e intime-se a parte requerida pessoalmente (art. 695, §3°, Código de Processo Civil), com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à audiência de conciliação, devendo o ato ser designado e realizado pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) desta Comarca (art. 334, Código de Processo Civil), conjuntamente com a ação conexa, nos termos do que restou decidido naquela demanda. O mandado de citação deverá conter apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo (art. 695, §1°, Código de Processo Civil). Advirta-se às partes que a ausência injustificada à audiência de conciliação será considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sancionada com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, §8°, Código de

Processo Civil). VI. Havendo acordo, colha-se o parecer o Ministério Público e, posteriormente, retorne o feito em conclusão. VII. Contestada a ação (arts. 350 e 351 Código de Processo Civil), intime-se a parte requerente para impugnação no prazo de 15 (quinze) dias. VIII. Cumpra-se, expedindo o necessário. Chapada dos Guimarães/MT, 12 de dezembro de 2019. Ramon Fagundes Botelho Juiz de Direito em Substituição Legal

2ª Vara

Intimação

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000924-75.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
ELIANE DE OLIVEIRA GOEBEL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KAIQUE CESAR FONSECA OAB - MT26270/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Antonio Augusto Paes de Barros (REQUERIDO)
Leonário Gomes Muniz (REQUERIDO)
Jadson Souza Nobre (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CHAPADA DOS GUIMARÃES 2ª VARA CÍVEL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES PRAÇA RAFAEL DE SIQUEIRA, 970, CENTRO, CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT - CEP: 78195-000 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO RAMON FAGUNDES BOTELHO PROCESSO n. 1000924-75.2019.8.11.0024 Valor da causa: R$ 11.998,09 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL]->PETIÇÃO (241) POLO ATIVO: Nome: ELIANE DE OLIVEIRA GOEBEL Endereço: Rua dos Suruis, 216, Aldeia Velha, CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT - CEP: 78195-000 POLO PASSIVO: Nome: Leonário Gomes Muniz Endereço: AVENIDA SÃO SEBASTIÃO, - DE 2624/2625 A 3087/3088, QUILOMBO, CUIABÁ - MT - CEP: 78045-305 Nome: Antonio Augusto Paes de Barros Endereço: AVENIDA SÃO SEBASTIÃO, - DE 2624/2625 A 3087/3088, QUILOMBO, CUIABÁ - MT - CEP: 78045-305 Nome: Jadson Souza Nobre Endereço: AVENIDA SÃO SEBASTIÃO, - DE 2624/2625 A 3087/3088, QUILOMBO, CUIABÁ - MT - CEP: 78045-305 FINALIDADE: Proceder a intimação da parte requerente, através do(a) advogado(a) – via DJE, para comparecer à audiência de conciliação (art. 334, §3º do CPC), designada para o dia 20 de Fevereiro de 2020, às 11:00 horas, na qual será buscada a composição entre as partes, a realizar-se no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, no Edifício do Fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães/MT. . CHAPADA DOS GUIMARÃES, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Ivanete Loverde Mazocco Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1001650-49.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
IVONEIDE ALVES DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAILI DA SILVA MATOSO OAB - MT0019156A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AELSIO SANTOS DA SILVA (EXECUTADO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CHAPADA DOS GUIMARÃES 2ª VARA CÍVEL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES PRAÇA RAFAEL DE SIQUEIRA, 970, CENTRO, CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT - CEP: 78195-000 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO RAMON FAGUNDES BOTELHO PROCESSO n. 1001650-49.2019.8.11.0024 Valor da causa: R$ 52.980,00 ESPÉCIE: [LEVANTAMENTO DE VALOR]->EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159) POLO ATIVO: Nome: IVONEIDE ALVES DA SILVA Endereço: Sitio São Benedito, s/n, Rio Manso/zona rural, CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT - CEP: 78195-000 POLO PASSIVO: Nome: AELSIO SANTOS DA SILVA Endereço: RUA SEIS, 52, quadra 11, JARDIM VITÓRIA, CUIABÁ - MT - CEP: 78055-764 FINALIDADE: Proceder a intimação da parte requerente, através do(a) advogado(a) – via DJE, para comparecer à audiência de conciliação (art. 334, §3º do CPC), designada para o dia 20 de Fevereiro de 2020, às 13:00 horas, na qual será buscada a composição entre as partes, a realizar-se no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, no Edifício do Fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães/MT CHAPADA DOS GUIMARÃES, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Ivanete Loverde Mazocco Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002727-93.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
TWI EMPREENDIMENTOS TECNOLOGICOS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAQUISON CORREA DE CUNHA OAB - MT24688/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES-MT (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RAMON FAGUNDES BOTELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DA COMARCA DE CHAPADA DOS GUIMARÃES- MT DESPACHO Da análise da peça inicial e de seus documentos verifica-se que a parte autora não informou ou juntou o pagamento da taxa judiciária e custas processuais. Preceitua o artigo 321 do Código de Processo Civil1 a possibilidade de emenda ou complementação da inicial quando não preenchidos os requisitos abrangidos pelos artigos 319 e 320 do mesmo diploma instrumental. 1 – Dessa forma, INTIME-SE a parte autora para efetuar o pagamento das custas processuais, consignando-se o prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial (art. 321, parágrafo único, do CPC). 2 – Decorrido o prazo, CONCLUSO. 3 – CUMPRA-SE. 1 Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.

Intimação Classe: CNJ-68 USUCAPIÃO
Processo Número: 1001362-04.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
IVONETE CORREA RODRIGUES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PABLO RAMIRES FONSECA OAB - MT18969-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CRISTIANE TREVISAN GOMES FERNANDES (RÉU)
CARLOS REGENOLD FERNANDES (RÉU)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CHAPADA DOS GUIMARÃES 2ª VARA CÍVEL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES PRAÇA RAFAEL DE SIQUEIRA, 970, CENTRO, CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT - CEP: 78195-000 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO RAMON FAGUNDES BOTELHO PROCESSO n. 1001362-04.2019.8.11.0024 Valor da causa: R$ 70.000,00 ESPÉCIE: [USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA]->USUCAPIÃO (49) POLO ATIVO: Nome: IVONETE CORREA RODRIGUES Endereço: Travessa, s/n., Travessa 16 s/n., Bom Clima, CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT - CEP: 78195-000 POLO PASSIVO: Nome: CARLOS REGENOLD FERNANDES Endereço: RUA PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 421, apartamento 201, QUILOMBO, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-430 Nome: CRISTIANE TREVISAN GOMES FERNANDES Endereço: RUA PRESIDENTE CASTELO BRANCO, 421, apartamento 201, QUILOMBO, CUIABÁ - MT - CEP: 78043-430 FINALIDADE: Proceder a intimação da parte requerente, através do(a) advogado(a) – via DJE, para comparecer à audiência de conciliação (art. 334, §3º do CPC), designada para o dia 27 de Fevereiro de 2020, às 13:00 horas, na qual será buscada a composição entre as partes, a realizar-se no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, no Edifício do Fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães/MT. CHAPADA DOS GUIMARÃES, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente)

Ivanete Loverde Mazocco Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000937-74.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
SIRLENE DA SILVA CRUZ (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO OAB - MT8920-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (RÉU)
BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE CHAPADA DOS GUIMARÃES 2ª VARA CÍVEL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES PRAÇA RAFAEL DE SIQUEIRA, 970, CENTRO, CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT - CEP: 78195-000 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO RAMON FAGUNDES BOTELHO PROCESSO n. 1000937-74.2019.8.11.0024 Valor da causa: R$ 20.000,00 ESPÉCIE: [SEGURO, BANCÁRIOS, SEGURO, ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA] ->PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) POLO ATIVO: Nome: SIRLENE DA SILVA CRUZ Endereço: Rua Nova Chapada, 07, Qd. N 07, Nova Chapada, CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT - CEP: 78195-000 POLO PASSIVO: Nome: BANCO BRADESCO Endereço: BANCO BRADESCO S.A., NÚCLEO CIDADE DE DEUS, S/N, VILA YARA, OSASCO - SP - CEP: 06029-900 Nome: BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. Endereço: Avenida Alphaville, 779, 779, sala 1.002, Bairro Empresarial 18 Forte, Empresarial 18 do Forte, BARUERI - SP - CEP: 06472-900 FINALIDADE: Proceder a intimação da parte requerente, através do(a) advogado(a) – via DJE, para comparecer à audiência de conciliação (art. 334, §3º do CPC), designada para o dia 27 de Fevereiro de 2020, às 13:30 horas, na qual será buscada a composição entre as partes, a realizar-se no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, no Edifício do Fórum da Comarca de Chapada dos Guimarães/MT. CHAPADA DOS GUIMARÃES, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Ivanete Loverde Mazocco Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006.

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ramon Fagundes Botelho
Cod. Proc.: 80331 Nr: 1290-39.2016.811.0024
AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JMdS
PARTE(S) REQUERIDA(S): JPDC
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Defensoria Pública do Estado-Nucleo de Chapada dos Guimarães/MT - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
DESPACHO
1 – De proêmio, diante da manifestação de ref. 43, INTIME-SE o Ministério Público para manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, acerca do pedido de prisão civil do executado.
2– Após, CONCLUSOS.
3– CUMPRA-SE.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ramon Fagundes Botelho
Cod. Proc.: 90872 Nr: 1520-47.2017.811.0024
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Denair Garcia Sant'Ana
PARTE(S) REQUERIDA(S): Hoepers S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRÉ GONÇALVES MELADO - OAB:8075
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Gilberto Badaró de Almeida Souza - OAB:OAB/BA 22.772, SIGISFREDO HOEPERS - OAB:186884-A
DECISÃO
1 – Considerando a petição apresentada pela parte exequente, PROCEDA-SE à retificação dos autos e do Sistema Apolo, fazendo constar como Cumprimento de Sentença.
2 – Tendo em vista a juntada do cálculo atualizado da dívida, INTIME-SE a parte executada, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague a integralidade da dívida em execução, sob pena de acréscimo de multa de 10% (dez por cento), bem como honorários advocatícios no importe de 10% (dez por cento), ex vi do artigo 523, caput e §1º, do CPC.
3 – Transcorrido o prazo acima sem pagamento voluntário, INTIME-SE a parte exequente para manifestar no prazo de 15 (quinze) dias, pugnando o que entender de direito, sob pena de arquivamento.
4 – Em caso de cumprimento espontâneo, EXPEÇA-SE o necessário para levantamento de valores porventura depositados em favor da parte credora.
5 – CONSIGNEM-SE no ato de intimação da parte devedora que, transcorrido o prazo acima sem pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de impugnação nos próprios autos (artigo 525 do CPC).
6 – Com ou sem requerimentos formulados, CERTIFIQUE-SE nos autos e façam-se os autos CONCLUSOS para apreciação ou arquivamento.
7 – CUMPRA-SE.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 47805 Nr: 1369-57.2012.811.0024
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco Sofisa S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Vicente Aparecido Francisco Costa, Ilda Onesco Costa
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROGERIO ANTUNES DOS SANTOS - OAB:16405
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Murilo Castro de Melo - OAB:OAB/MT 11.449
Nos termos da legislação processual vigente, bem como, do Provimento nº 56/2007, impulsiono os presentes autos para intimação da parte autora, a recolher as custas referentes a certidão para averbação, requerida na petição de fls.556/559, bem como, para que faça a sua retirada nesta Secretaria e providencie sua averbação no cartório indicado. Intimo ainda o autor, para que dê regular andamento ao feito, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção, conforme Decisão de fls.647.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 103394 Nr: 1202-30.2018.811.0024
AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ARAÃO DE SIQUEIRA JUNIOR
PARTE(S) REQUERIDA(S): Josefina Alves da Guia
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Vania Maria Carvalho - OAB:7931
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MOSAR FRATARI TAVARES - OAB:3239
Impulsiono o presente feito em cumprimento as determinações legais, intimando o advogado da parte requerida, pela imprensa, da decisão do dia 08/11/2019, cuja parte idspositivasegue transcrita: "...REJEITA a prejudicial arguida pelo requerido. Não havendo preliminares ou outras questões prejudiciais de mérito, reputa-se saneado o feito, nos termos do art. 357 do Código de Processo Civil. DELIMITAÇÃO DAS QUESTÕES DE FATO E ORGANIZAÇÃO DAS PROVAS Resolvidas as questões processuais pendentes, mister delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, observando-se, para tanto, as questões controvertidas nos autos com base na petição inicial e na contestação. Nesse quadro, fixam-se como controvertidos os seguintes pontos: (A)A

posse da parte requerente da área mencionada na petição inicial; (B) O esbulho pela requerida na posse das terras do requerente e a data do alegado sbulho.ADMITE-SE a prova testemunhal para eventualmente comprovar as questões de fato descritas nos pontos controvertidos apontados acima. 1 - Diante da natureza da demanda, este Juízo tem como imprescindível a realização de audiência instrutória para a formação do seu convencimento, razão pela qual DESIGNA-SE audiência de instrução e julgamento para o dia 23 de janeiro de 2020 às 16h30min. 2 - INTIMEM-SE as partes para que apresentem o rol de testemunhas no prazo de 10 (dez) dias, observando-se a regra do ônus probatório disposto no art. 373 do CPC, sob pena de preclusão. 3 - Nos termos do art. 455 do Código de Processo Civil, incumbe ao advogado (a) da parte informar ou intimar a testemunha a ser inquirida, que deverá ser realizada através de carta com aviso de recebimento, cumprindo ao advogado (a) juntar aos autos com antecedência pelo menos de 03 (três) dias da audiência agendada a cópia do comprovante da correspondência e da intimação (art. 455, §1º do CPC). Não sendo realizada essa providência, presume-se a desistência na oitiva (art. 455, §3º do CPC). 4 -

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 41833 Nr: 143-17.2012.811.0024
AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Juracy Rosa Ramos de Monlevade
PARTE(S) REQUERIDA(S): Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Rubia Mara O. da Costa - OAB:14.489
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARLI APARECIDA DA COSTA - OAB:20930/O, RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO - OAB:11.055
Impulsiono o presente feito em cumprimento as determinações legais, intimando a advogada da requerente, pela imprensa para no prazo de 15 dias manifestar nos autos, em cumprimento ao despacho de f.189, tendo em vista o decurso de prazo para a parte requerida apresentar o laudo informado à f. 179.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ramon Fagundes Botelho
Cod. Proc.: 67724 Nr: 3103-72.2014.811.0024
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não-Padronizados (Fundo)
PARTE(S) REQUERIDA(S): Isis Martins Albernaz
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GIULIO ALVARENGA REALE - OAB:15484-A-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
SENTENÇA
Trata-se de ação de busca e apreensão ajuizada por ITAPEVA VII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS em face de ISIS MARTINS ALBERNAZ, ambos qualificados nos autos.
Entre um ato e outro, a parte autora informou que as partes transigiram extrajudicialmente e pugnou pela desistência da ação (Ref. 54).
Vieram os autos conclusos.
É o relato do essencial.
Fundamenta-se e decide-se.
Tendo em vista que a desistência é ato potestativo da parte autora, é de ser acolhido o pedido em questão.
Posto isso, HOMOLOGA-SE por sentença, para que surtam os efeitos jurídicos e legais, o pedido de desistência formulado pela parte autora e, por conseguinte, EXTINGUE-SE o processo sem a análise do mérito, nos termos do artigo 485, inciso VIII, do CPC.
Custas remanescentes, se houver, pela parte autora.
Uma vez que não fora determinada qualquer restrição no veículo objeto dos autos, INDEFERE-SE o pedido de baixa.
Certificado o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE com as baixas e anotações necessárias.
INTIME-SE. CUMPRA-SE.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ramon Fagundes Botelho
Cod. Proc.: 68296 Nr: 3450-08.2014.811.0024
AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MANUFATURAÇÃO DE PRODUTOS PARA ALIMENTAÇÃO ANIMAL PREMIX LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): VALDINEY ALVES DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: YURI DE AZEVEDO MARQUES - OAB:328344
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
DECISÃO
1 – Considerando que as diversas diligências visando à citação do requerido restaram infrutíferas, DEFERE-SE o pedido da parte autora (ref. 61), no sentido de que se expeça edital de citação da parte ré.
Para tanto, EXPEÇA-SE edital com prazo de 30 (trinta) dias, para citação do requerido, seguindo-se à risca as formalidades do artigo 257 do CPC, consignando-se as advertências da decisão inicial.
2 – Em seguida, esgotado o prazo acima, CERTIFIQUE-SE.
3 – Após, com fundamento no art. 72, inciso II e parágrafo único do aludido dispositivo do Código de Processo Civil, NOMEIA-SE como curador especial do réu a Defensoria Pública desta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente da nomeação, devendo ser encaminhado os autos para tal fim.
4 – Na sequência, INTIME-SE a parte autora para requerer o que entender de direito no prazo de 10 (dez) dias.
5 – Por fim, CONCLUSOS.
6 – CUMPRA-SE.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ramon Fagundes Botelho
Cod. Proc.: 71622 Nr: 935-63.2015.811.0024
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Florentino Vieira de Azevedo
PARTE(S) REQUERIDA(S): Banco do Brasil S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRÉ GONÇALVES MELADO - OAB:8075
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: José Arnaldo Janssen Nogueira - OAB:19.081-A/MT, Sérvio Tulio de Barcelos - OAB:14258-A
DESPACHO
1 – Visando à elucidação dos cálculos do débito executado, considerando as irresignações apresentadas pelas partes, na forma do artigo 524, § 2º, do CPC, ENCAMINHEM-SE os autos ao Contador Judicial para apurar o valor da dívida, com os decotes dos valores já levantados pela parte exequente.
2 – Em seguida, INTIMEM-SE as partes para manifestação no prazo comum de 10 (dez) dias, pugnando o que entender de direito para o prosseguimento da execução.
3 – CUMPRA-SE.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ramon Fagundes Botelho
Cod. Proc.: 76113 Nr: 2868-71.2015.811.0024
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Centrais Elétricas Matogrossenses S.A - CEMAT
PARTE(S) REQUERIDA(S): Luiz C Wagner ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Murillo Espinola de Oliveira Lima - OAB:3127-A-MT, Ozana Baptista Gusmão - OAB:4062-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDREA CRISTINA DE MELO BARBOSA CAMPOS - OAB:11788, Darci Melo Moreira - OAB:2626
.É cediço que a omissão se configura com a falta de manifestação expressa sobre algum ponto (fundamento de fato ou de direito) ventilado nos autos em relação ao qual o magistrado deveria se manifestar, mas não o faz.Pela análise das razões recursais, de rigor o provimento do recurso de embargos de declaração, pela omissão contida no decisum.

Afinal, a sentença homologou o reconhecimento do pedido pela parte requerida, condenando-a nos demais pedidos, sendo omissa no que tange à multa legal e contratual.Tanto na causa de pedir quanto no pedido, a parte requerente/embargante pugnou pela condenação da requerida ao pagamento das faturas vencidas com o acréscimo de juros de mora de 1% ao mês, além da multa de 2% (dois por cento) sobre a totalidade do débito.Assim, como há pedido expresso da condenação da demandada ao pagamento da mencionada multa, assim como há reconhecimento total do pedido em sede de contestação, a condenação na multa é a medida que se impõe.Logo, tal omissão deverá ser prontamente suprida.1 – Forte em tais razões, este Juízo DÁ PROVIMENTO aos embargos de declaração opostos pela parte embargante para o fim de sanar a omissão apontada, com supedâneo no art. 1.022 do Código de Processo Civil.Por consequência, passa a sentença a conter o seguinte conteúdo: III – DispositivoAssim sendo, HOMOLOGA-SE o reconhecimento do pedido pela parte requerida a fim de CONDENÁ-LA ao pagamento do valor indicado na exordial, devidamente atualizado com juros de mora de 1% ao mês, na forma do artigo 406 do Código Civil, a partir da citação, correção monetária pelo INPC, a partir de cada vencimento, bem como multa de 2% (dois por cento) sobre a totalidade do débito.JULGA-SE EXTINTO O PROCESSO, com resolução do mérito, na forma do artigo 487, inciso III, alínea "a", do Código de Processo Civil. Pelo princípio da causalidade,

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ramon Fagundes Botelho
Cod. Proc.: 76874 Nr: 3254-04.2015.811.0024
AÇÃO: Interdito Proibitório->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Helvécio Ezequias Rodrigues
PARTE(S) REQUERIDA(S): JACY AUXILIADORA DE BARROS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUDMILA RODRIGUES - OAB:12503
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCOS AURELIO DA COSTA - OAB:14958
1 - Diante da natureza da demanda, aliado ao pedido da parte autora, este Juízo tem como imprescindível a realização de audiência instrutória para a formação do seu convencimento, razão pela qual DESIGNA-SE audiência de instrução e julgamento para o dia 13 de fevereiro de 2020 às 14h30min. 2 - INTIMEM-SE as partes para que apresentem o rol de testemunhas no prazo de 10 (dez) dias, observando-se a regra do ônus probatório disposto no art. 373 do CPC, sob pena de preclusão. 3 - Nos termos do art. 455 do Código de Processo Civil, incumbe ao advogado (a) da parte informar ou intimar a testemunha a ser inquirida, que deverá ser realizada através de carta com aviso de recebimento, cumprindo ao advogado (a) juntar aos autos com antecedência pelo menos de 03 (três) dias da audiência agendada a cópia do comprovante da correspondência e da intimação (art. 455, §1º do CPC). Não sendo realizada essa providência, presume-se a desistência na oitiva (art. 455, §3º do CPC). 4 - Saliente-se que a providência acima quanto à necessidade de comprovação da intimação poderá ser dispensada na hipótese de a parte comprometer-se a levar a testemunha a ser inquirida, presumindo-se, caso ela não compareça, a desistência na sua oitiva, conforme a orientação do art. 455, §2º do Código de Processo Civil. 5 - INTIMEM-SE. CUMPRA-SE.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ramon Fagundes Botelho
Cod. Proc.: 82391 Nr: 2132-19.2016.811.0024
AÇÃO: Ação de Alimentos->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: Roberta Rayra Costa Medeiros
PARTE(S) REQUERIDA(S): Gilson da Conceição Duarte, Jose de Souza Duarte, Sonia Maria da Conceição Oliveira
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: WILLIAN FELIPE CAMARGO ZUQUETI - OAB:0
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
DESPACHO
1 - Diante do requerimento formulado pela parte requerida (ref. 109), EXPEÇA-SE carta precatória para a comarca de Jaciara/MT, visando a oitiva dos requeridos em audiência a ser designada por aquele Juízo.
2 - INTIMEM-SE. CUMPRA-SE.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ramon Fagundes Botelho
Cod. Proc.: 83407 Nr: 2607-72.2016.811.0024
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Município de Chapada dos Guimarães/MT, Lisú Koberstain
PARTE(S) REQUERIDA(S): SOGNO CONTRUTORA EIRELI - ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARLI APARECIDA DA COSTA - OAB:20930/O, RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO - OAB:11.055
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
DESPACHO
1 - Diante da não localização da parte executada no endereço informado nos autos (ref. 35), INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 15 dias, apresentar novo endereço para citação da parte executada, sob pena de extinção.
2 - Apresentado novo endereço, CITE-SE nos termos do despacho inicial.
3 - Por outro lado, decorrido o prazo assinalado sem manifestação, CERTIFIQUE-SE e, após, REMETAM-SE os autos conclusos.
4 - CUMPRA-SE.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ramon Fagundes Botelho
Cod. Proc.: 85422 Nr: 3530-98.2016.811.0024
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Município de Chapada dos Guimarães/MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): Ana Tereza Biancardini
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARLI APARECIDA DA COSTA - OAB:20930/O, RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO - OAB:11.055
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
SENTENÇA
Trata-se de execução fiscal na qual, realizados alguns atos processuais, a parte exequente pugnou pela extinção do feito, diante da satisfação do débito executado (ref. 43).
Vieram os autos conclusos.
Fundamenta-se e decide-se.
Tendo em vista que a parte executada satisfez a obrigação, como informado pela própria parte exequente (ref. 43), JULGA-SE EXTINTA a presente execução, com fulcro no artigo 924, II, do CPC/2015.
Isento de custas processuais.
Decorrido o prazo para interposição de recurso, sem que este seja manejado, CERTIFIQUE-SE o trânsito em julgado e, após, ARQUIVEM-SE com as baixas de estilo.
INTIMEM-SE. CUMPRA-SE.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ramon Fagundes Botelho
Cod. Proc.: 87119 Nr: 4237-66.2016.811.0024
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Município de Chapada dos Guimarães/MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): Antonio Vieira Valdasca Neto
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARLI APARECIDA DA COSTA - OAB:20930/O, RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO - OAB:11.055
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
DESPACHO
1 - RENOVE-SE a intimação de ref. 12, uma vez que a certidão do Oficial de Justiça (ref. 19) revela a impossibilidade de intimação da parte exequente, devendo o Município se ater à determinação de ref. 04, sob pena de indeferimento da petição inicial.
2 - Após, CONCLUSOS.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ramon Fagundes Botelho
Cod. Proc.: 87155 Nr: 4264-49.2016.811.0024
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Município de Chapada dos Guimarães/MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): CONFIANÇA ADMINISTRACÃO E SERVIÇOS EIRELI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARLI APARECIDA DA COSTA - OAB:20930/O, RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO - OAB:11.055
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
SENTENÇA

Trata-se de execução fiscal na qual, realizados alguns atos processuais, a parte exequente pugnou pela extinção do feito, diante da satisfação do débito executado (ref. 43).
A parte executada também apresentou petição comprovando ausência de débitos junto ao fisco municipal (ref. 44)
Vieram os autos conclusos.
Fundamenta-se e decide-se.
Tendo em vista que a parte executada satisfez a obrigação, como informado pela própria parte exequente (ref. 43), JULGA-SE EXTINTA a presente execução, com fulcro no artigo 924, II, do CPC/2015.
CONDENA-SE a parte executada ao pagamento das despesas, custas e honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) da dívida executada, na forma do art. 85, § 2º, do CPC.
Decorrido o prazo para interposição de recurso, sem que este seja manejado, certifique-se o trânsito em julgado.
Cumpridas todas as providências anteriores, ARQUIVEM-SE.
INTIMEM-SE. CUMPRA-SE.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ramon Fagundes Botelho
Cod. Proc.: 87242 Nr: 4343-28.2016.811.0024
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Município de Chapada dos Guimarães/MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): Jatoba Empreendimentos e Participações LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARLI APARECIDA DA COSTA - OAB:20930/O, RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO - OAB:11.055
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
DESPACHO
1 – CERTIFIQUE-SE quanto à apresentação de embargos pela parte executada devidamente citada em 19.10.2019 (ref. 44).
2 – Em seguida, retornem os autos CONCLUSOS para análise do pedido retro (ref. 45).
3 – INTIME-SE. CUMPRA-SE.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ramon Fagundes Botelho
Cod. Proc.: 87269 Nr: 4370-11.2016.811.0024
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Município de Chapada dos Guimarães/MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSE HAROLDO RIBEIRO NETO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARLI APARECIDA DA COSTA - OAB:20930/O, RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO - OAB:11.055
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
DECISÃO
1 – Em que pese o pleito de bloqueio de bens em nome da parte executada (ref. 59), nota-se dos autos que ainda não houve a citação da parte ré. Logo, INDEFERE-SE o pedido em questão.
2 – INTIME-SE, a parte exequente para, no prazo de 15 dias, apresentar novo endereço para citação da parte executada, sob pena de extinção.
3 – Apresentado novo endereço, EXPEÇA-SE o necessário para a citação.
4 – Caso transcorrido "in albis" o prazo, CONCLUSOS.
5 – CUMPRA-SE.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ramon Fagundes Botelho
Cod. Proc.: 87290 Nr: 4390-02.2016.811.0024
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Município de Chapada dos Guimarães/MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): Juarez Teles Amorim
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARLI APARECIDA DA COSTA - OAB:20930/O, RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO - OAB:11.055
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
DECISÃO
1 – Em que pese o pleito de bloqueio de bens em nome da parte executada (ref. 46), nota-se dos autos que ainda não houve a citação da parte ré. Logo, INDEFERE-SE o pedido em questão.
2 – INTIME-SE, a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar novo endereço para citação da parte executada, sob pena de extinção.
3 – Apresentado novo endereço, EXPEÇA-SE o necessário para a citação.
4 – Caso transcorrido "in albis" o prazo, CONCLUSOS.
5 – CUMPRA-SE.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ramon Fagundes Botelho
Cod. Proc.: 87374 Nr: 4475-85.2016.811.0024
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Município de Chapada dos Guimarães/MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): MATEUS ALVES DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARLI APARECIDA DA COSTA - OAB:20930/O, RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO - OAB:11.055
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
DECISÃO
1 – Em que pese o pleito de bloqueio de bens em nome da parte executada (ref. 61), nota-se dos autos que ainda não houve a citação da parte ré. Logo, INDEFERE-SE o pedido em questão.
2 – INTIME-SE, a parte exequente para, no prazo de 15 dias, apresentar novo endereço para citação da parte executada, sob pena de extinção.
3 – Apresentado novo endereço, EXPEÇA-SE o necessário para a citação.
4 – Caso transcorrido "in albis" o prazo, CONCLUSOS.
5 – CUMPRA-SE.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ramon Fagundes Botelho
Cod. Proc.: 87921 Nr: 360-84.2017.811.0024
AÇÃO: Inventário->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Anderson Martins Monteiro, Jackeline Ataide de Matos
PARTE(S) REQUERIDA(S): Clarice Martins Monteiro, Cicero Martins Monteiro, Maria Martins Monteiro
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARLI APARECIDA DA COSTA - OAB:20930/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FLÁVIO RAMOS DE ALMEIDA - OAB:21.608, JOSE DE ALENCAR SILVA - OAB:7359, LILIAN MILLER DE ALMEIDA - OAB:12022
DESPACHO
1 - Considerando a existência de erro material constante do despacho de Ref. 66, onde se lê: Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Cáceres/MT (CEJUSC), leia-se: Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania de Chapada dos Guimarães/MT (CEJUSC).
2 - CUMPRA-SE o item 3 do despacho de Ref. 66.
3 - INTIMEM-SE.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ramon Fagundes Botelho
Cod. Proc.: 93878 Nr: 2829-06.2017.811.0024
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução Trabalhista->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Tânia Margarete Madeira
PARTE(S) REQUERIDA(S): Luiz Carlos Wagner
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DIEGO REIS CARMONA - OAB:20889/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
SENTENÇA
Trata-se de ação de execução de título extrajudicial ajuizado por TÂNIA MARGARETE MADEIRA em face de LUIZ CARLOS WAGNER, ambos devidamente qualificados nos autos em epígrafe.
Realizados alguns atos, as partes realizaram composição amigável da lide, pugnando a parte exequente pela sua homologação e extinção do feito (ref. 79).
Vieram os autos conclusos.
É o relatório do essencial.
Fundamenta-se e decide-se.
A demanda veicula discussão sobre direitos disponíveis em que se revela cabível às partes firmarem compromisso (judicial ou extrajudicial).
Em análise à composição firmada entre as partes (ref. 79), denota-se que a avença foi firmada em observância à validade do negócio jurídico, como estabelece o art. 104 do Código Civil, devendo ser homologado por este Juízo.
Ante o exposto, este Juízo HOMOLOGA por sentença a transação celebrada entre as partes, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos e, por conseguinte, EXTINGUE o processo em epígrafe, a teor do que

dispõe o art. 487, III, alínea "b" c/c art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil.
Custas e honorários como acordados.
CERTIFICADO o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos com as baixas necessárias.
INTIMEM-SE. CUMPRA-SE.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ramon Fagundes Botelho
Cod. Proc.: 94930 Nr: 3382-53.2017.811.0024
AÇÃO: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DARCY MOREIRA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): Carlos Estevão de Lima
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDREA CRISTINA DE MELO BARBOSA CAMPOS - OAB:11788
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DIVANEIDE DOS SANTOS BERTO DE BRITO - OAB:9.614
Diante do exposto: com fulcro no art. 334, §8º, CPC/2015, CONDENA-SE a parte requerente ao pagamento de multa no importe de 2% (dois por cento) sobre o valor da causa (R$2.800 x 2% = R$ 56,00), cuja importância deverá ser revertida em favor do Estado de Mato Grosso, o que faço em face da ausência injustificada na audiência de conciliação assinalada para o dia 19.04.2018. Prazo para pagamento: 15 (quinze) dias.5 - INTIME-SE a requerente, pessoalmente e por meio do advogado constituído, advertindo-a de que, não havendo o pagamento no prazo fixado, a multa será inscrita como Dívida Ativa.6 - Decorrido o prazo para pagamento, CERTIFIQUE-SE e proceda-se na forma do art. 77, §3º, do CPC/2015.7 –INTIMEM-SE. CUMPRA-SE.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ramon Fagundes Botelho
Cod. Proc.: 101876 Nr: 422-90.2018.811.0024
AÇÃO: Arrolamento Sumário->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DAILAN SOUSA BUARQUE DE GUSMÃO
PARTE(S) REQUERIDA(S): Elizeu Buarque de Gusmão
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: WILLIAN FELIPE CAMARGO ZUQUETI - OAB:0
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
[...]1 - Diante disso, este Juízo INDEFERE o pedido de habilitação (ref. 11). Contudo, DETERMINA-SE desde já que seja reservado, em poder do inventariante, o quinhão do herdeiro excluído até que se decida o litígio.2 – CITEM-SE as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal (CPC, art. 626), para que se manifestem sobre os bens e valores da avaliação efetuada pelo inventariante, podendo, se dela discordar, juntar prova de cadastro em 20 (vinte) dias ou atribuir diretamente novos valores, que poderão ser aceitos pelos interessados, para o que devem ser manifestar expressamente.Havendo concordância quanto às primeiras declarações e quanto aos valores nela atribuídos para fins de avaliações para partilha e/ou recolhimento de ITCD, venham imediatamente às últimas declarações, com comprovação do recolhimento dos Impostos Estaduais, certidões negativas de tributos Federais, Estaduais e Municipais e esboço de partilha final.3 – Cumpridas as determinações anteriores, CONCLUSOS para análise das impugnações e demais questões pendentes.4 – CUMPRA-SE.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ramon Fagundes Botelho
Cod. Proc.: 83343 Nr: 2577-37.2016.811.0024
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Município de Chapada dos Guimarães/MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): Plantur Incorporações e Turismo Ltda.- Nome Fantasia PLANTUR
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARLI APARECIDA DA COSTA - OAB:20930/O, RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO - OAB:11.055
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RODRIGO DE OLIVEIRA SPINELLI - OAB:24631/O
DESPACHO
1 - Na forma dos artigos 9º e 10 do CPC, INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 15 dias, manifestar acerca da exceção de pré-executividade oposta pela parte executada, pugnando o que entender de direito.
2 - Após, CONCLUSOS.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ramon Fagundes Botelho
Cod. Proc.: 87238 Nr: 4340-73.2016.811.0024
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Município de Chapada dos Guimarães/MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): Jane Lúcia Jabra Anffe
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARLI APARECIDA DA COSTA - OAB:20930/O, RENATO DE ALMEIDA ORRO RIBEIRO - OAB:11.055
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
SENTENÇA
Trata-se de execução fiscal na qual, realizados alguns atos processuais, a parte exequente pugnou pela extinção do feito, diante da satisfação do débito executado (ref. 53).
Vieram os autos conclusos.
Fundamenta-se e decide-se.
Tendo em vista que a parte executada satisfez a obrigação, como informado pela própria parte exequente (ref. 53), JULGA-SE EXTINTA a presente execução, com fulcro no artigo 924, II, do CPC/2015.
Isento de custas processuais.
Decorrido o prazo para interposição de recurso, sem que este seja manejado, CERTIFIQUE-SE o trânsito em julgado e, após, ARQUIVEM-SE com as baixas de estilo.
INTIMEM-SE. CUMPRA-SE.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ramon Fagundes Botelho
Cod. Proc.: 3015 Nr: 8-93.1998.811.0024
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Edemar Angelo Pillon - ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Maria Luiza de Cunha Cavalcanti (procuradora) - OAB:6847-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Código: 3015
DECISÃO
1 - DEFERE-SE o pedido formulado à fl. 170, razão pela qual, DETERMINA-SE o arquivamento provisório dos autos (sem baixa na distribuição), pelo prazo de 1 (um) ano, o que deverá ser anotado no sistema Apolo (art. 40, §4º, LEF).
2 - Havendo manifestação tragam os autos conclusos.
3 - Decorrido o prazo de 1 (um) ano sem que haja manifestação, o que deverá ser certificado, CONCEDA-SE vista à Fazenda Pública, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para que manifeste se tem interesse no prosseguimento do feito.
4 - Escoado o prazo, com ou sem manifestação – o que deverá ser certificado - retornem os autos CONCLUSOS para análise da prescrição intercorrente (Resp. 1.340.553/RS).
5 - CUMPRA-SE.
Chapada dos Guimarães/MT 11 de dezembro de 2019.
RAMON FAGUNDES BOTELHO
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ramon Fagundes Botelho
Cod. Proc.: 6311 Nr: 2996-48.2002.811.0024
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Conselho Regional de Engenharia, Arq e Agronomia de M. Gross
PARTE(S) REQUERIDA(S): Carla Maria Moraes Garcia Silva OU Carla Maria Moraes Garcia
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Helmut Flavio P. Daltro - OAB:7.285, João Ricardo Moreira - OAB:7881/MT, Tatyane Cavalcanti de Albuquerque - OAB:8508/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Código: 6311
DECISÃO
1 – Cumpre consignar que já houve tentativa de penhora via BACENJUD. Diante disso, INDEFERE-SE o pedido formulado pela parte exequente, porquanto não houve demonstração da existência de indícios de que haveria numerário disponível em conta bancária da parte devedora, que justificassem outras diligências no sistema BACENJUD.
2 – Assim, INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar requerendo providências úteis ao deslinde do feito, sob pena de arquivamento.
3 – Após, venham os autos CONCLUSOS.
4 – INTIME-SE. CUMPRA-SE.
Chapada dos Guimarães/MT, 11 de dezembro de 2019.
RAMON FAGUNDES BOTELHO
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ramon Fagundes Botelho
Cod. Proc.: 35888 Nr: 1603-10.2010.811.0024
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Antonio Oltramari Gotardo
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Procurador da Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Código: 35888DECISÃO1 – EXPEÇA-SE mandado de penhora, avaliação e remoção do veículo indicado à fl. 67 em favor da parte exequente, observando-se o endereço indicado à fl. 67.No ponto, a intepretação do artigo 840, § 1º, do CPC traz à tona que, com a penhora, a regra é o bem não mais permanecer na posse da parte executada, salvo se de difícil remoção, com o consentimento da parte exequente ou quando imprescindível para o desenvolvimento da atividade profissional da parte executada. No caso, não se vê, no estágio atual, qualquer dessas exceções, de modo a transparecer o direito subjetivo da parte exequente a ser nomeada depositária do bem.A propósito, o cadastro do DETRAN adquiriu elevado "status" nos artigos 828 e 845, § 1º, ambos do CPC, uma vez que, mormente pela interpretação do último dispositivo citado, bastará a certidão que ateste a existência do veículo para que ocorra a penhora por termo nos autos. Ou seja: a legislação em vigor presumiu a propriedade com base nos cadastros do DETRAN.Dessa forma, já se adianta, caso a constrição atinja terceiros, trata-se de opção da legislação em vigor, determinando a remoção do bem, mesmo porque, é preciso dizer, se se verificar tal situação, assim se deu por descumprimento do proprietário/adquirente de obrigação imposta pelo artigo 123, inciso I, § 1º, do CTB.No mais, vale frisar que, conforme o artigo 844 do CPC, "para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, cabe ao exequente providenciar a averbação do arresto ou da penhora no registro competente, mediante apresentação de cópia do auto ou do termo, independentemente de mandado judicial". Logo, a averbação nos cadastros do DETRAN independe de intervenção do Juízo, tratando-se de faculdade processual da parte.[...]

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ramon Fagundes Botelho
Cod. Proc.: 75618 Nr: 2672-04.2015.811.0024
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Glaucione Maria de Souza
PARTE(S) REQUERIDA(S): Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: QUÉREN-HAPUQUE ALBERNAZ MARQUES - OAB:19614/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDO CESAR ZANDONADI - OAB:5736
SENTENÇA
Trata-se de cumprimento de sentença apresentado por GLAUCIONE MARIA DE SOUZA em desfavor de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, ambos devidamente qualificados nos autos em epígrafe.
Intimada para promover o cumprimento da sentença/acórdão, a parte executada promoveu a juntada das guias de pagamento do valor principal e saldo remanescente (ref. 70 e ref. 74).
A parte exequente pugnou pela expedição de alvará para levantamento dos valores (ref. 75).
O alvará de levantamento é visto na ref. 80.
A parte exequente deixou de manifestar acerca da existência de saldo remanescente.
Vieram os autos conclusos.
É a síntese.
Fundamenta-se. Decide-se.
Verifica-se dos autos que a obrigação foi cumprida, conforme pagamento visualizado nos autos e correspondente levantamento de valores em favor da parte exequente.
Forte nestas razões acima, DECLARA-SE EXTINTA a obrigação, com esteio nos artigos 924, inciso II, e 925, ambos do Código de Processo Civil.
ARQUIVEM-SE os autos com as baixas e anotações necessárias.
INTIMEM-SE. CUMPRA-SE.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ramon Fagundes Botelho
Cod. Proc.: 81307 Nr: 1594-38.2016.811.0024
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): Alesson Cruz Alves Gontijo
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - OAB:107414, Maria Lucilia Gomes - OAB:84206/SP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
SENTENÇA
Trata-se de ação de busca e apreensão ajuizada por BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA. em face de ALESSON CRUZ ALVES GONTIJO, ambos qualificados nos autos.
Entre um ato e outro, a parte autora pugnou pelo arquivamento provisório do feito, visando localizar o bem objeto dos autos (ref. 40), o que fora deferido pelo Juízo (ref. 42).
Decorrido o prazo, a parte autora foi intimada para apresentar o endereço atualizado, sob pena de extinção (ref. 49), contudo, quedou-se inerte (ref. 52).
Vieram os autos conclusos.
É o relato do essencial.
Fundamenta-se e decide-se.
No caso em tela percebe-se que a parte autora não realizou as providências cabíveis para o desenvolvimento válido e regular do processo. A parte demandante permaneceu inerte, prejudicando, assim, o bom andamento da demanda.
Diante disso, considerando que o autor não promoveu as diligências que lhe competiam, deve o processo ser extinto por ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.
Ante o exposto, JULGA-SE EXTINTO o processo sem resolução de mérito, com fulcro no artigo 485, inciso IV, do Código de Processo Civil.
CONDENA-SE a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais.
Certificado o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE com as baixas e anotações necessárias.
INTIME-SE. CUMPRA-SE.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ramon Fagundes Botelho
Cod. Proc.: 82255 Nr: 2044-78.2016.811.0024
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: VANDERLEY NOGUEIRA DIAS
PARTE(S) REQUERIDA(S): PAULO PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AGLAIR FRANZONI SUZUKI - OAB:16114
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JORGE LUIZ DUTRA DE PAULA - OAB:5053/B
DECISÃO
1 - Considerando que o feito já foi devidamente saneado pelo Juízo (ref. 61) e uma das partes, devidamente intimada manifestou-se pelo interesse em realização de audiência de instrução, aliado à natureza da demanda, este Juízo tem como imprescindível a realização de audiência instrutória para a formação do seu convencimento, razão pela qual DESIGNA

audiência de instrução e julgamento para o dia 13 de fevereiro de 2020, às 15h30min.

2 – Cumpre ressaltar que, nos termos do art. 455 do Código de Processo Civil, incumbe aos advogados das partes informarem ou intimarem a testemunha a ser inquirida, que deverá ser realizada através de carta com aviso de recebimento, cumprindo aos advogados juntarem aos autos com antecedência pelo menos de 03 (três) dias da audiência agendada a cópia do comprovante da correspondência e da intimação (art. 455, §1º do CPC). Não sendo realizada essa providência, presume-se a desistência na oitiva (art. 455, §3º do CPC).

3 - Saliente-se que a providência acima quanto à necessidade de comprovação da intimação poderá ser dispensada na hipótese de a parte comprometer-se a levar a testemunha a ser inquirida, presumindo-se, caso ela não compareça, a desistência na sua oitiva, conforme a orientação do art. 455, §2º do Código de Processo Civil.

4 – EXPEÇA-SE mandado para intimação pessoal da parte cujo depoimento pessoal se requer, com as advertências legais quanto à pena de confissão em caso de não comparecimento.

5 – INTIMEM-SE. CUMPRA-SE.

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002722-71.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIELE NEVES CALDAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO SEBASTIAO DE ALMEIDA OAB - MT27700/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002722-71.2019.8.11.0024 POLO ATIVO:MARCIELE NEVES CALDAS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: FABIO SEBASTIAO DE ALMEIDA POLO PASSIVO: BANCO FINASA BMC S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CHAPADA GUIMARÃES - J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 30/01/2020 Hora: 14:45 , no endereço: PRAÇA RAFAEL DE SIQUEIRA, 970, CENTRO, CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT - CEP: 78195-000 . CUIABÁ, 11 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002725-26.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
IVANDREA SANTIAGO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE LUIS DOMINGOS DA SILVA OAB - MT4907-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002725-26.2019.8.11.0024 POLO ATIVO:IVANDREA SANTIAGO DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ANDRE LUIS DOMINGOS DA SILVA POLO PASSIVO: BANCO PAN FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CHAPADA GUIMARÃES - J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 30/01/2020 Hora: 15:00 , no endereço: PRAÇA RAFAEL DE SIQUEIRA, 970, CENTRO, CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT - CEP: 78195-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002725-26.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
IVANDREA SANTIAGO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE LUIS DOMINGOS DA SILVA OAB - MT4907-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RAMON FAGUNDES BOTELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES DESPACHO Processo: 1002725-26.2019.8.11.0024. REQUERENTE: IVANDREA SANTIAGO DA SILVA REQUERIDO: BANCO PAN Vistos, etc. Após o precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário n° 631240/MG passa a ser imprescindível nas ações previdenciárias o prévio requerimento administrativo para qualificação do interesse processual. Partindo de tal premissa, interpretação diversa não pode ser dada às relações de consumo. Trata-se de dar efetividade à regra do art. 3°, §§ 2° e 3°, do Código de Processo Civil, segundo a qual é dever do estado-juiz promover "sempre que possível, a solução consensual do conflito", evitando-se, assim, a judicialização desnecessária, quando há meio administrativo mais célere e menos oneroso à parte na resolução do conflito. É certo que com o advento da plataforma virtual 'consumidor.gov.br', desenvolvida pelo Governo Federal visando promover a interlocução entre consumidores e empresas para solução alternativa de conflitos de consumo pela internet, o consumidor pode, sem burocracia, com mero cadastro na plataforma, estabelecer contato com a empresa cadastrada visando solucionar o impasse. Portanto, dada facilidade do acesso e a eficiência da ferramenta, nas ações que envolvam relação de consumo, ainda que em trâmite, o interesse processual deve ser demostrado após tentativa de solução do conflito perante o referido sítio eletrônico, que, de acordo com as informações atuais, tem obtido índice de conciliação no patamar de 80% (oitenta por cento). Ademais, deve-se levar em consideração o Acordo de Cooperação Técnica n° 53/2017 firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e o Ministério da Justiça e Segurança Pública, tendo como objetivo "promover ações conjuntas para o incentivo e aperfeiçoamento de métodos autocompositivos de solução de conflitos de consumos voltados para a redução e prevenção de litígios judicializados, através do uso da plataforma CONSUMIDOR.GOV.BR". Desta forma, considerando que a empresa é cadastrada no referido site, intime-se o promovente, na pessoa de seu patrono, para no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 321 do Código de Processo Civil, emendar a inicial trazendo aos autos a tentativa de resolução administrativa do conflito na referida plataforma eletrônica (requerimento administrativo), para o cumprimento do requisito do art. 485, VI, do Código de Processo Civil, sob pena de extinção. Transcorrido o prazo acima, certifique-se e volvam-me conclusos. Cumpra-se. Chapada dos Guimarães/MT, 12 de dezembro de 2019. Ramon Fagundes Botelho Juiz de Direito em Substituição Legal

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002675-97.2019.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
TATIANE CORREA DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGERIO TEOPILO DA CRUZ OAB - MT21521-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RAMON FAGUNDES BOTELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES DESPACHO Processo: 1002675-97.2019.8.11.0024. REQUERENTE: TATIANE CORREA DA COSTA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos, etc. Após o precedente firmado pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário n° 631240/MG passa a ser imprescindível nas ações previdenciárias o prévio requerimento administrativo para qualificação do interesse processual. Partindo de tal premissa, interpretação diversa não pode ser dada às relações de consumo. Trata-se de dar efetividade à regra do art. 3°, §§ 2° e 3°, do Código de Processo Civil, segundo a qual é dever do estado-juiz promover "sempre que possível, a solução consensual do conflito", evitando-se, assim, a judicialização desnecessária, quando há meio administrativo mais célere e menos oneroso à parte na resolução do conflito. É certo que com o advento da plataforma virtual 'consumidor.gov.br', desenvolvida pelo Governo Federal visando promover a interlocução entre consumidores e empresas para solução alternativa de conflitos de consumo pela internet,

o consumidor pode, sem burocracia, com mero cadastro na plataforma, estabelecer contato com a empresa cadastrada visando solucionar o impasse. Portanto, dada facilidade do acesso e a eficiência da ferramenta, nas ações que envolvam relação de consumo, ainda que em trâmite, o interesse processual deve ser demostrado após tentativa de solução do conflito perante o referido sítio eletrônico, que, de acordo com as informações atuais, tem obtido índice de conciliação no patamar de 80% (oitenta por cento). Ademais, deve-se levar em consideração o Acordo de Cooperação Técnica n° 53/2017 firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e o Ministério da Justiça e Segurança Pública, tendo como objetivo "promover ações conjuntas para o incentivo e aperfeiçoamento de métodos autocompositivos de solução de conflitos de consumos voltados para a redução e prevenção de litígios judicializados, através do uso da plataforma CONSUMIDOR.GOV.BR". Desta forma, considerando que a empresa é cadastrada no referido site, intime-se o promovente, na pessoa de seu patrono, para no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do art. 321 do Código de Processo Civil, emendar a inicial trazendo aos autos a tentativa de resolução administrativa do conflito na referida plataforma eletrônica (requerimento administrativo), para o cumprimento do requisito do art. 485, VI, do Código de Processo Civil, sob pena de extinção. Transcorrido o prazo acima, certifique-se e volvam-me conclusos. Cumpra-se. Chapada dos Guimarães/MT, 12 de dezembro de 2019. Ramon Fagundes Botelho Juiz de Direito em Substituição Legal

Sentença

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 8010673-36.2015.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
MANOEL ALVES DIAS (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DAVI BEZERRA DE MEDEIROS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RAMON FAGUNDES BOTELHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES Processo nº. 8010673-36.2015.8.11.0024 Reclamante: MANOEL ALVES DIAS Reclamado: DAVI BEZERRA DE MEDEIROS PROJETO DE SENTENÇA Vistos etc. Dispensado o relatório com fundamento no art. 38 da Lei 9.099/1995. Trata-se de Acordo entabulado pelas partes INFORMADO ao Termo de Audiência de Conciliação de Id. 26362919. Portanto, para que surta seus legais e jurídicos efeitos, homologo por sentença o acordo supra, bem como a desistência do prazo recursal e, consequentemente, extingo o processo com resolução de mérito na forma do art. 487, III, "b" do CPC. Projeto de sentença sujeito à homologação do MM. Juiz Togado, conforme art. 40, Lei nº. 9.099/95. Felipe Árthur Santos Alves Juiz Leigo Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus efeitos legais, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95. Cumpra-se, expedindo o necessário com as cautelas de estilo. Chapada dos Guimarães, 12 de dezembro de 2019. Ramon Fagundes Botelho Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000329-47.2017.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
WAGNER LIMA BARBOSA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MOACIR ALMEIDA FREITAS OAB - MT727-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RAMON FAGUNDES BOTELHO

Processo nº. 1000329-47.2017.8.11.0024 Reclamante: WAGNER LIMA BARBOSA Reclamado: BANCO PAN PROJETO DE SENTENÇA Vistos etc. Dispensado o relatório com fundamento no art. 38 da Lei 9.099/1995. Trata-se de Acordo entabulado pelas partes INFORMADO ao Id. 20310625. Portanto, para que surta seus legais e jurídicos efeitos, homologo por sentença o acordo supra, bem como a desistência do prazo recursal e, consequentemente, extingo o processo com resolução de mérito na forma do art. 487, III, "b" do CPC. Projeto de sentença sujeito à homologação do MM. Juiz Togado, conforme art. 40, Lei nº. 9.099/95. Felipe Árthur Santos Alves Juiz Leigo Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus efeitos legais, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95. Cumpra-se, expedindo o necessário com as cautelas de estilo. Chapada dos Guimarães, 12 de dezembro de 2019. Ramon Fagundes Botelho Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000056-68.2017.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DE LOURDES PEREIRA DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JÚLIA JANE BRANDÃO MARTINS GARCIA OAB - MT7580-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RAMON FAGUNDES BOTELHO

Processo nº. 1000056-68.2017.8.11.0024 Exequente: MARIA DE LOURDES PEREIRA DA SILVA Executado: OI S/A PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Dispensado o relatório com fundamento no art. 38 da Lei 9.099/1995. FUNDAMENTO E DECIDO. Trata-se de Impugnação ao cumprimento de sentença opostos por OI S/A em desfavor de MARIA DE LOURDES PEREIRA DA SILVA, versando sobre o erro de cálculo e excesso de execução. Antes de adentrar ao mérito do excesso de execução, informo que a nomenclatura que será utilizada na decisão é aquela constante do artigo 52, IX da Lei 9.099/99, isto é, EMBARGOS A EXECUÇÃO. Da analise dos autos em especial da memória de cálculos apresentados pelo exequente é de se ver que este apresentou calculo atualizado até 17/09/2018, entretanto, como exposto pela parte executada que se encontra em recuperação judicial e o valor deveria ser apurado até a data do pedido da respectiva recuperação, ou seja, 20/06/2016, o que não ocorreu no caso em comento. Desse modo, é medida imperiosa acolher o pedido. DISPOSITIVO Ante o exposto, opino pela PROCEDÊNCIA dos Embargos à execução, declarando o excesso de execução no valor de R$ 1.550,91 (um mil e quinhentos e cinquenta reais e noventa e um centavos). Após o trânsito em julgado expeça-se certidão de crédito em favor da EMBARGADA/EXEQUENTE pelo valor de R$ 1.629,32 (um mil e seiscentos e vinte e nove reais e trinta e dois centavos) para ulterior habilitação do mesmo junto ao juízo Universal da Recuperação. ISENTO de custas e honorários na forma do artigo 55 da Lei 9.099/90. Projeto de sentença sujeito à homologação do MM. Juiz Togado, conforme art. 40, Lei nº. 9.099/95. Felipe Árthur Santos Alves Juiz Leigo Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus efeitos legais, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95. Cumpra-se, expedindo o necessário com as cautelas de estilo. Chapada dos Guimarães, 12 de dezembro de 2019. Ramon Fagundes Botelho Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 8010650-90.2015.8.11.0024
Parte(s) Polo Ativo:
CAMILA RUBIA DE OLIVEIRA NASCIMENTO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RUTE SOUZA OLIVEIRA OAB - MT18250-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A (EXECUTADO)
MECANICA TAVARES LTDA - ME (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Jacó Carlos Silva Coelho OAB - MT15013-A (ADVOGADO(A))
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RAMON FAGUNDES BOTELHO

Processo nº. 8010650-90.2015.8.11.0024 Embargado: CAMILA RUBIA DE OLIVEIRA NASCIMENTO Embargante: MECANICA TAVARES LTDA – ME e MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A PROJETO DE SENTENÇA Vistos, etc. Recebo os embargos, pois preenchidos os pressupostos recursais de

admissibilidade. Todavia, no mérito, tenho que não assiste razão o Embargante (MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A), pois os Embargos Declaratórios têm a finalidade de completar a decisão omissa ou, ainda, de aclará-la, dissipando obscuridades ou contradições, não tendo, pois, caráter substitutivo, mas sim integrativo ou aclaratório, conforme preconiza o artigo 1.023 do novel Código de Processo Civil. Assim, o vício deve estar nitidamente contido nas premissas do julgamento. No caso dos autos, a despeito da irresignação tecida pelo Embargante, não vislumbro a presença de nenhum dos pressupostos legais- omissão, contradição ou obscuridade - a dar ensejo ao acolhimento dos presentes embargos. Em verdade, o que pretende o Embargante é a obtenção de nova decisão ou interpretação sobre questões de fato presentes nos autos, para amoldá-lo aos seus próprios interesses, o que não é permitido pela via estreita dos embargos declaratórios. Ante o exposto, ausentes os requisitos previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil, OPINO pela REJEIÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Intimem-se as partes. Dessa intimação, reiniciar-se-á o prazo para eventual recurso, de acordo com o artigo 50 da lei 9.099/95. Expeça-se Alvara em favor da exequente dos valores que já se encontram depositados a manifestação de Id. 18812480, conforme dados bancários de Id. 25655428 Projeto de sentença sujeito à homologação do MM. Juiz Togado, conforme art. 40, Lei nº. 9.099/95. Felipe Árthur Santos Alves Juiz Leigo Vistos, etc. HOMOLOGO, para que surtam seus efeitos legais, o projeto de sentença elaborado pelo Juiz Leigo, na forma do artigo 40 da Lei n. 9099/95. Cumpra-se, expedindo o necessário com as cautelas de estilo. Chapada dos Guimarães, 12 de dezembro de 2019. Ramon Fagundes Botelho Juiz de Direito

Comarca de Colíder

Diretoria do Fórum

Portaria

PORTARIA Nº 76/2019-CA

A Excelentíssima Senhora Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade, Juíza de Direito Diretora do Fórum desta Comarca de Colíder/MT, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, etc.

Considerando a edição do Provimento 27/2019-CM, que estabelece que o recesso forense no período de 20 de dezembro de 2019 a 6 de janeiro de 2020;

Considerando o disposto na Portaria nº 1420/2019-PRES, que estabelece a escala de Magistrados Plantonistas durante o período do recesso forense para a Região do Polo III;

Considerando o disposto na Portaria nº 1466/2019-PRES, que estabelece o horário de expediente do Tribunal de Justiça e das Comarcas do Estado no período de 20/12/2019 a 6/1/2020, das 13h às 18h;

Considerando a necessidade de organizar o serviço judicial e administrativo durante o período do recesso forense;

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECER a escala dos magistrados e servidores que atuarão em regime de plantão judiciário no recesso forense:

MAGISTRADO PLANTONISTA PERÍODO

Fernando Kendi Ishikawa 19/12/2019 a 07/01/2020

SERVIDORES PLANTONISTAS PERÍODO

Luíza Calderelli Bonin 19/12/2019 a 23/12/2019

Maria Aparecida Cavalcante Tibúrcio 23/12/2019 a 30/12/2019

Vyviane Cristina da Silva 30/12/2019 a 07/01/2019

OFICIAIS DE JUSTIÇA PLANTONISTAS PERÍODO

Cícero de Assis 19/12/2019

José Roberto Fregato 20/12/2019 a 23/12/2019

Luiz Donizetti Rocha 24/12/2019 a 25/12/2019

Cícero de Assis 26/12/2019 a 28/12/2019

Antônio C. das Chagas 29/12/2019 a 30/12/2019

Tiago da S. Gouveia 31/12/2019 a 01/01/2020

Manuel Eugênio Martins 02/01/2020 a 06/1/2020

ASSESSORES PERÍODO

Danielly Priscilla Paiva Frutuoso 23/12/2019 a 29/12/2019

Dayane Cristina do Nascimento 30/12/2019 a 06/01/2020

Art. 2º Além dos servidores indicados no artigo anterior, CONVOCO para auxiliarem os servidores plantonistas, em seus respectivos períodos, os seguintes servidores:

SERVIDORES AUXILIARES – 1ª VARA PERÍODO

Patrícia Novaes Costa Dominguez 19/12/2019 a 22/12/2019

Irene Celiane Luque 23/12/2019 a 25/12/2019

Flávia Liziana Vacaro de Aquino Monguini 26/12/2019 a 30/12/2019

SERVIDORES AUXILIARES – 2ª VARA PERÍODO

Neuride Antônia Nunes 19/12/2019 a 22/12/2019

Rosângela Block Banazeski 23/12/2019 a 27/12/2019

Rosimeire Spontam da Silva 28/12/2019 a 29/12/2019

Maria Suely Herreiro Carvalho Dias 30/12/2019 a 02/01/2020

Meiriele de Oliveira Lima 03/01/2020 a 06/01/2020

SERVIDORES AUXILIARES – 3ª VARA PERÍODO

Lenair da Silveira 30/12/2019 a 05/01/2020

Luiza Calderelli Bonin 06/01/2020

SERVIDORES AUXILIARES – JUIZADO ESPECIAL PERÍODO

Elaine de Paula da Silva 30/12/2019 a 07/01/2019

SERVIDORES DE SOBREAVISO – CENTRAL DE ADMINISTRAÇÃO PERÍODO

Edson Nascimento 19/12/2019 a 28/12/2019

Douglas Ferreira Corsini 29/12/2019 a 07/01/2020

Parágrafo único – Os servidores convocados como auxiliares deverão permanecer na sede do Fórum apenas durante o horário de expediente do serviço de plantão, conforme portaria da Presidência do TJMT, excetuando-se os finais de semana e feriados.

Art. 3º Os servidores plantonistas deverão constar em ata de ocorrências todos os servidores envolvidos no serviço de plantão, remetendo as informações à Central de Administração, para as anotações de praxe.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se, remetendo cópia à Corregedoria-Geral da Justiça, ao Ministério Público Estadual, à 11ª Subseção da OAB, à Defensoria Pública Estadual e às Autoridades Policiais.

Colíder, 5 de dezembro de 2019.

GISELDA REGINA SOBREIRA DE OLIVEIRA ANDRADE

Juíza de Direito Diretora de Foro

PLANTÃO JUDICIÁRIO NA 1ª INSTÂNCIA – JANEIRO/2020

PORTARIA Nº 78/2019-DF

Juiz Diretor: Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade

CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

Considerando a entrada em vigor do Provimento nº 17/2019/CM, que revoga o Provimento nº 001/2013/CM, 17/2013/CM, 10/2016/CM e 9/2019/CM, que estabelece o serviço de Plantão;

Considerando a entrada em vigor do Provimento nº 27/2019-CM, que estabelece o recesso forense no Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso, no período de 20/12/2019 a 6/01/2020, suspendendo os prazos processuais no período de 7/1/2020 a 20/01/2020;

Considerando que a Portaria nº 1.466/2019-PRES, estabelece o horário de funcionamento da Justiça Estadual de Mato Grosso nos dias úteis do recesso forense;

Considerando o afastamento do servidor Eriton Andrade da Silva, no período de 23/12/2019 a 24/01/2020;

Considerando o afastamento da servidora Patrícia Novaes Costa Dominguez, no período de 07/01/2020 a 07/02/2020;

Considerando o afastamento da servidora Lenair da Silveira, no período de 07/01/2020 a 26/01/2020;

Considerando o afastamento do servidor Luiz Donizetti Rocha, no período de 05/01/2020 a 24/01/2020;

Considerando o afastamento do servidor José Roberto Fregato, no período de 07/01/2020 a 26/01/2020;

Considerando a permuta havida entre os Magistrados Fernando Kendi Ishikawa e Giselda R. S. de O. Andrade;

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECER a escala de plantão dos Juízes, Gestores Judiciários e Oficiais de Justiça desta Comarca, referente ao mês de JANEIRO/20:

Data Classe Juiz(a) Servidor(a) Oficial de justiça

01.01.20 Quarta-feira Recesso Forense Vyviane Cristina da Silva Tiago da S. Gouveia

02.01.20 Quinta-feira Recesso Forense Vyviane Cristina da Silva Manuel E. Martins

03.01.20 Sexta-feira Recesso Forense Vyviane Cristina da Silva Manuel E. Martins

04.01.20 Sábado Recesso Forense Vyviane Cristina da Silva Manuel E. Martins

05.01.20 Domingo Recesso Forense Vyviane Cristina da Silva Manuel E. Martins

06.01.20 Segunda-Feira Recesso Forense Vyviane Cristina da Silva Manuel E. Martins
07.01.20 Terça-feira (Até às 12h) Maurício Alexandre Ribeiro Vyviane Cristina da Silva Tiago da S. Gouveia
07.01.20 Terça-feira (A partir das 19h) Maurício Alexandre Ribeiro Rosângela Block Banazeski Tiago da S. Gouveia
08.01.20 Quarta-feira (Até às 12h) Maurício Alexandre Ribeiro Rosângela Block Banazeski Urichelli G. S. Nicastro
08.01.20 Quarta-feira (A partir das 19h) Maurício Alexandre Ribeiro Antônia V. da C. Nunis Urichelli G. S. Nicastro
09.01.20 Quinta-feira (Até às 12h) Maurício Alexandre Ribeiro Antônia V. da C. Nunis Manuel E. Martins
09.01.20 Quinta-feira (A partir das 19h) Maurício Alexandre Ribeiro Dinoerce C. B. Henchen Manuel E. Martins
10.01.20 Sexta-feira (Até às 12h) Maurício Alexandre Ribeiro Dinoerce C. B. Henchen Tiago da S. Gouveia
10.01.20 Sexta-feira (A partir das 19h) Maurício Alexandre Ribeiro Flávia V. de A. Monguini Tiago da S. Gouveia
11.01.20 Sábado Maurício Alexandre Ribeiro Flávia V. de A. Monguini Manuel E. Martins
12.01.20 Domingo Maurício Alexandre Ribeiro Flávia V. de A. Monguini Manuel E. Martins
13.01.20 Segunda-feira (Até às 12h) Maurício Alexandre Ribeiro Flávia V. de A. Monguini Tiago da S. Gouveia
13.01.20 Segunda-feira (A partir das 19h) Fernando Kendi Ishikawa Ely Regina Maniezzo Pina Tiago da S. Gouveia
14.01.20 Terça-feira (Até às 12h) Fernando Kendi Ishikawa Ely Regina Maniezzo Pina Urichelli G. S. Nicastro
14.01.20 Terça-feira (A partir das 19h) Fernando Kendi Ishikawa Francieli Mocci Gaiardoni Urichelli G. S. Nicastro
15.01.20 Quarta-feira (Até às 12h) Fernando Kendi Ishikawa Francieli Mocci Gaiardoni Tiago da S. Gouveia
15.01.20 Quarta-feira (A partir das 19h) Fernando Kendi Ishikawa Fernanda Stecca Cioni Tiago da S. Gouveia
16.01.20 Quinta-feira (Até às 12h) Fernando Kendi Ishikawa Fernanda Stecca Cioni Urichelli G. S. Nicastro
16.01.20 Quinta-feira (A partir das 19h) Fernando Kendi Ishikawa Urichelli G. S. Nicastro
17.01.20 Sexta-feira (Até às 12h) Fernando Kendi Ishikawa Tiago da S. Gouveia
17.01.20 Sexta-feira (A partir das 19h) Fernando Kendi Ishikawa Irene Celiane Luque Tiago da S. Gouveia
18.01.20 Sábado Fernando Kendi Ishikawa Irene Celiane Luque Urichelli G. S. Nicastro
19.01.20 Domingo Fernando Kendi Ishikawa Irene Celiane Luque Urichelli G. S. Nicastro
20.01.20 Segunda-feira (Até às 12h) Fernando Kendi Ishikawa Irene Celiane Luque Urichelli G. S. Nicastro
20.01.20 Segunda-feira (A partir das 19h) Giselda R. S. de O. Andrade Maria A. C. Tibúrcio Urichelli G. S. Nicastro
21.01.20 Terça-feira (Até às 12h) Giselda R. S. de O. Andrade Maria A. C. Tibúrcio Tiago da S. Gouveia
21.01.20 Terça-feira (A partir das 19h) Giselda R. S. de O. Andrade Luíza Calderelli Bonin Tiago da S. Gouveia
22.01.20 Quarta-feira (Até às 12h) Giselda R. S. de O. Andrade Luíza Calderelli Bonin Urichelli G. S. Nicastro
22.01.20 Quarta-feira (A partir das 19h) Giselda R. S. de O. Andrade Flávia V. de A. Monguini Urichelli G. S. Nicastro
23.01.20 Quinta-feira (Até às 12h) Giselda R. S. de O. Andrade Flávia V. de A. Monguini Tiago da S. Gouveia
23.01.20 Quinta-feira (A partir das 19h) Giselda R. S. de O. Andrade Irene Celiane Luque Tiago da S. Gouveia
24.01.20 Sexta-feira (Até às 12h) Giselda R. S. de O. Andrade Irene Celiane Luque Urichelli G. S. Nicastro
24.01.20 Sexta-feira (A partir das 19h) Fernando Kendi Ishikawa Ana Maria Guimarães Urichelli G. S. Nicastro
25.01.20 Sábado Fernando Kendi Ishikawa Ana Maria Guimarães Tiago da S. Gouveia
26.01.20 Domingo Fernando Kendi Ishikawa Ana Maria Guimarães Tiago da S. Gouveia
27.01.20 Segunda-feira (Até às 12h) Fernando Kendi Ishikawa Ana Maria Guimarães Tiago da S. Gouveia
27.01.20 Segunda-feira (A partir das 19h) Maurício Alexandre Ribeiro Eriton Andrade da Silva Tiago da S. Gouveia
28.01.20 Terça-feira (Até às 12h) Maurício Alexandre Ribeiro Eriton Andrade da Silva José Roberto Fregato
28.01.20 Terça-feira (A partir das 19h) Maurício Alexandre Ribeiro Vyviane Cristina da Silva José Roberto Fregato
29.01.20 Quarta-feira (Até às 12h) Maurício Alexandre Ribeiro Vyviane Cristina da Silva Luiz Donizetti Rocha
29.01.20 Quarta-feira (A partir das 19h) Maurício Alexandre Ribeiro Ana Maria Guimarães Luiz Donizetti Rocha
30.01.20 Quinta-feira (Até às 12h) Maurício Alexandre Ribeiro Ana Maria Guimarães Urichelli G. S. Nicastro
30.01.20 Quinta-feira (A partir das 19h) Maurício Alexandre Ribeiro Elaine de Paula da Silva Urichelli G. S. Nicastro
31.01.20 Sexta-feira (Até às 12h) Maurício Alexandre Ribeiro Elaine de Paula da Silva Tiago da S. Gouveia
31.01.20 Sexta-feira (A partir das 19h) Maurício Alexandre Ribeiro Eriton Andrade da Silva Tiago da S. Gouveia

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Encaminhe-se cópia ao Ministério Público Estadual, à Defensoria Pública Estadual, à Subseção da OAB e às Autoridades Policiais.

Colíder/MT, 12 de dezembro de 2019.

GISELDA REGINA SOBREIRA DE OLIVEIRA ANDRADE
Juíza de Direito Diretora do Foro

1ª Vara

Intimação

Ato Ordinatório Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000615-36.2018.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL MILANI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARTA DIAS MILANI OAB - MT21471/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

Certidão de Impulsionamento - Ato Ordinatório Certifico, para todos os efeitos de direito, que autorizado pelo art. 203, § 4º do Código de Processo Civil, e art. 482, inciso VI e § 7º, art. 701, inciso XVIII da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso, passo a impulsionar estes autos INTIMANDO o(a)(s) advogado(a)(s) da parte autora, para que no prazo de 15 (quinze) dias, ofereça(m) impugnação à contestação apresentada nos autos. COLÍDER, 12/12/2019. PATRÍCIA NOVAES COSTA DOMINGUEZ Analista Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1002178-02.2017.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE COLIDER (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DONIZETH PEREIRA DE PAULA OAB - MT3229 (ADVOGADO(A))
ROSANGELA ROMANO FERREIRA DA SILVA OAB - MT0017593A-O (ADVOGADO(A))
ADALBERTO CESAR PEREIRA MARTINS JUNIOR OAB - MT22241/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MAURICIO RICARDO ALVES (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURICIO RICARDO ALVES OAB - MT15523-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1002178-02.2017.8.11.0009. EXEQUENTE: MUNICIPIO DE COLIDER EXECUTADO: MAURICIO RICARDO ALVES Vistos. Compulsando os autos, verifica-se que a parte exequente informou o pagamento do débito, requerendo a juntada do respectivo comprovante. Considerando a quitação do débito objeto da presente ação de execução fiscal, a extinção do processo é medida que se impõe. Ante o exposto, defiro o pedido formulado e declaro EXTINTA A EXECUÇÃO, nos termos

dos artigos 924, inciso II, e 925, ambos do Novo Código de Processo Civil. Condeno a parte executada em custas e despesas processuais, salvo se imune a tais tributos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e, caso beneficiária da justiça gratuita, os valores decorrentes ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade durante o lapso de 05 (cinco) anos do trânsito em julgado da respectiva decisão, na dicção do § 3º, do art. 98, do NCPC. Condeno, outrossim, a parte executada em honorários advocatícios, estes fixados em: a) 10% (dez por cento) se o valor da condenação ou do proveito econômico obtido for de até 200 (duzentos) salários-mínimos; b) 8% (oito por cento) se o valor da condenação ou do proveito econômico obtido for superior a 200 (duzentos) salários-mínimos até 2.000 (dois mil) salários-mínimos; c) 5% (cinco por cento) se o valor da condenação ou do proveito econômico obtido for superior a 2.000 (dois mil) salários-mínimos até 20.000 (vinte mil) salários-mínimos; d) 3% (três por cento) se o valor da condenação ou do proveito econômico for superior a 20.000 (vinte mil) salários-mínimos até 100.000 (cem mil) salários-mínimos; ou e) 1% (um por cento) se o valor da condenação ou do proveito econômico for superior a 100.000 (cem mil) salários-mínimos. Tudo na forma do art. 85, § 2º e incisos e § 3º, incisos I a V, do NCPC, observada a suspensão da exigibilidade anteriormente declinada para o caso de ser ela beneficiária da justiça gratuita. Caso a condenação contra a Fazenda Pública ou o benefício econômico obtido pelo vencedor ou o valor da causa for superior ao valor previsto no inciso I do § 3º, do citado art. 85 do NCPC, a fixação do percentual de honorários deve observar a faixa inicial e, naquilo que a exceder, a faixa subsequente, e assim sucessivamente, consoante o disposto no § 5º do mesmo art. 85 do NCPC. Após o trânsito em julgado, o que deverá ser certificado, arquivem-se os autos com as baixas e anotações necessárias. Nos termos do art. 317, § 4º, da CNGC/MT, fica dispensado o registro da sentença, providência efetivada com a própria inserção no sistema informatizado APOLO/PJE/TJMT. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Colíder, data da assinatura eletrônica.

Ato Ordinatório Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1001104-73.2018.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE COLIDER (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROSANGELA ROMANO FERREIRA DA SILVA OAB - MT0017593A-O (ADVOGADO(A))
ADALBERTO CESAR PEREIRA MARTINS JUNIOR OAB - MT22241/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELIAS MICHELETTI (EXECUTADO)

Certidão de Impulsionamento - Ato Ordinatório Certifico, para todos os efeitos de direito, que autorizado pelo art. 203, § 4º do Código de Processo Civil, e art. 482, inciso VI e § 7º, art. 701, inciso XVIII da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso, passo a impulsionar estes autos INTIMANDO o(a)(s) advogado(a)(s) da parte autora, para que no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o necessário ao prosseguimento do feito, ante o decurso do prazo de suspensão solicitado, sob pena de extinção e arquivamento em caso de inércia. COLÍDER, 12/12/2019. PATRÍCIA NOVAES COSTA DOMINGUEZ Analista Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1001131-56.2018.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE COLIDER (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROSANGELA ROMANO FERREIRA DA SILVA OAB - MT0017593A-O (ADVOGADO(A))
ADALBERTO CESAR PEREIRA MARTINS JUNIOR OAB - MT22241/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ROSSANA KOTECKI - ME (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DE COLÍDER DECISÃO Processo: 1001131-56.2018.8.11.0009. EXEQUENTE: MUNICIPIO DE COLIDER EXECUTADO: ROSSANA KOTECKI - ME Vistos. Defiro o pedido retro da parte exequente. Assim, SUSPENDO o processo pelo prazo requerido. Considerando o decurso do lapso temporal entre a data do pedido até o presente momento, dê-se vistas dos autos a parte exequente para que requeira o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 1.238, parágrafo único, da CNGC). Decorrido o prazo para manifestação, certifique-se. Após, venham-me os autos conclusos. Cumpra-se. Colíder, data de assinatura eletrônica.

Ato Ordinatório Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1001009-43.2018.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE COLIDER (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROSANGELA ROMANO FERREIRA DA SILVA OAB - MT0017593A-O (ADVOGADO(A))
ANILDO GONCALO COELHO OAB - MT0015682A (ADVOGADO(A))
ADALBERTO CESAR PEREIRA MARTINS JUNIOR OAB - MT22241/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADRIANO CARFI (EXECUTADO)

Certidão de Impulsionamento - Ato Ordinatório Certifico, para todos os efeitos de direito, que autorizado pelo art. 203, § 4º do Código de Processo Civil, e art. 482, inciso VI e § 7º, art. 701, inciso XVIII da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso, passo a impulsionar estes autos INTIMANDO o(a)(s) advogado(a)(s) da parte autora, para que no prazo de 05 (cinco) dias, providenciem o necessário ao prosseguimento do feito, ante o decurso do prazo de suspensão, sob pena de extinção e arquivamento. COLÍDER, 12/12/2019. PATRÍCIA NOVAES COSTA DOMINGUEZ Analista Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1001825-88.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
GVA INCORPORACOES LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADEMILCON DE ALMEIDA GILARDE OAB - MT7440-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCIELE AVANCINI (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DE COLÍDER CERTIDÃO Certifico que em razão do objeto da Carta Precatória ser citação e intimação da parte Ré para comparecer em audiência de justificação e em razão do ato não ter sido cumprido a tempo, consultei os autos principais e verifiquei que a solenidade se realizou na data aprazada e que após, foi concedida a medida liminar requerida pela parte autora, tudo conforme documentos que ora se juntam. Certifico ainda, que em razão do retro certificado, INTIMAREI a parte autora, através de seu advogado, a fim de que manifeste-se em 05 (cinco) dias, acerca da necessidade de aditamento da deprecata. COLÍDER, 12 de dezembro de 2019. PATRICIA NOVAES COSTA DOMINGUEZ Analista Judiciário(a) SEDE DO 1ª VARA DE COLÍDER E INFORMAÇÕES: AV. JUIZ VLADIMIR APARECIDO BAPTISTA, S/N, TELEFONE: (66) 3541-1285, JARDIM VÂNIA, COLÍDER - MT - CEP: 78500-000 TELEFONE: (66) 35411285

Ato Ordinatório Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 0000509-28.2016.8.11.0085
Parte(s) Polo Ativo:
AMILTON ESTEVAO FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE FRANKLIN CARDOSO OAB - MT13779-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE LAIR ZAMONER (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HECTOR LUIZ RAMOS MARKS OAB - MT0020868A (ADVOGADO(A))

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso Secretaria da Primeira Vara da Comarca de Colíder Avenida Juiz Vladimir Aparecido Baptista, S/nº Q. 16, Setor Leste, Res. Everest, Bairro Jardim Vânia - Colíder – MT Telefone: 66 3541-1285, ramal 230 E-mail: co.1vara@tjmt.jus.br Certidão de Impulsionamento - Ato Ordinatório Manifestação de certidão de Oficial de Justiça Certifico, para todos os efeitos de direito, que autorizado pelo art. 203, § 4º do Código de Processo Civil, e art. 482, inciso VI e § 7º, art. 701, inciso XVIII da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso, passo a impulsionar estes autos INTIMANDO o(a)(s) advogado(a)(s) da parte autora, para que no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste(m) acerca da certidão negativa de diligência de

id. 25915168 COLÍDER, 12 de dezembro de 2019 PATRÍCIA NOVAES COSTA DOMINGUEZ Analista Judiciário(a)

Ato Ordinatório Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1001641-06.2017.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
AGENCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE MATO GROSSO S/A (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROSEANY BARROS DE LIMA OAB - MT0007959A (ADVOGADO(A))
GILBERTO RODRIGO RODRIGUES DOS SANTOS OAB - MT0010028A (ADVOGADO(A))
MARCELA REGINA DE ALMEIDA FREITAS OAB - MT9454-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GREISE GODOI DE OLIVEIRA 04463094194 (EXECUTADO)
GREISE GODOI DE OLIVEIRA (EXECUTADO)
MARIA DE LOURDES DEMITO (EXECUTADO)

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso Secretaria da Primeira Vara da Comarca de Colíder Avenida Juiz Vladimir Aparecido Baptista, S/nº Q. 16, Setor Leste, Res. Everest, Bairro Jardim Vânia - Colíder – MT Telefone: 66 3541-1285, ramal 230 E-mail: co.1vara@tjmt.jus.br Certidão de Impulsionamento - Ato Ordinatório Manifestação de certidão de Oficial de Justiça Certifico, para todos os efeitos de direito, que autorizado pelo art. 203, § 4º do Código de Processo Civil, e art. 482, inciso VI e § 7º, art. 701, inciso XVIII da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso, passo a impulsionar estes autos INTIMANDO o(a)(s) advogado(a)(s) da parte autora, para que no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste(m) acerca da certidão de id. 25966282. COLÍDER, 12 de dezembro de 2019 PATRÍCIA NOVAES COSTA DOMINGUEZ Analista Judiciário(a)

Ato Ordinatório Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1001838-87.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
FUNDACAO DE SAUDE COMUNITARIA DE SINOP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LILIANE ANDREA DO AMARAL DE PAULA OAB - MT11543/B (ADVOGADO(A))
RAFAEL BARION DE PAULA OAB - MT11063-B (ADVOGADO(A))
GIOVANNA DE FREITAS SARTORI OAB - MT19753/O (ADVOGADO(A))
GILCENO CALEFFI OAB - MT0019010A (ADVOGADO(A))
RODRIGO DE FREITAS SARTORI OAB - MT0015884A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PAULIRAN PEREIRA COSTA (REQUERIDO)

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso Secretaria da Primeira Vara da Comarca de Colíder Avenida Juiz Vladimir Aparecido Baptista, S/nº Q. 16, Setor Leste, Res. Everest, Bairro Jardim Vânia - Colíder – MT Telefone: 66 3541-1285, ramal 230 E-mail: co.1vara@tjmt.jus.br Certidão de Impulsionamento - Ato Ordinatório Manifestação de certidão de Oficial de Justiça Certifico, para todos os efeitos de direito, que autorizado pelo art. 203, § 4º do Código de Processo Civil, e art. 482, inciso VI e § 7º, art. 701, inciso XVIII da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso, passo a impulsionar estes autos INTIMANDO o(a)(s) advogado(a)(s) da parte autora, para que no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste(m) acerca da certidão negativa de diligência de id. 26075813. COLÍDER, 12 de dezembro de 2019 PATRÍCIA NOVAES COSTA DOMINGUEZ Analista Judiciário(a)

Ato Ordinatório Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1001704-60.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO J. SAFRA S.A (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ROBSON DOS SANTOS (REQUERIDO)

Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso Secretaria da Primeira Vara da Comarca de Colíder Avenida Juiz Vladimir Aparecido Baptista, S/nº Q. 16, Setor Leste, Res. Everest, Bairro Jardim Vânia - Colíder – MT Telefone: 66 3541-1285, ramal 230 E-mail: co.1vara@tjmt.jus.br Certidão de Impulsionamento - Ato Ordinatório Manifestação de certidão de Oficial de Justiça Certifico, para todos os efeitos de direito, que autorizado pelo art. 203, § 4º do Código de Processo Civil, e art. 482, inciso VI e § 7º, art. 701, inciso XVIII da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso, passo a impulsionar estes autos INTIMANDO o(a)(s) advogado(a)(s) da parte autora, para que no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste(m) acerca da certidão negativa de diligência de id. 26447284. COLÍDER, 12 de dezembro de 2019 PATRÍCIA NOVAES COSTA DOMINGUEZ Analista Judiciário(a)

2ª Vara

Intimação

Intimação Classe: CNJ-284 DIVÓRCIO LITIGIOSO
Processo Número: 1000533-39.2017.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
E. H. Z. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CILSO PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT0020430A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
R. S. (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1000533-39.2017.8.11.0009. REQUERENTE: ENOQUE HILTON ZIECH REQUERIDO: RAQUEL SOARES Vistos, etc. Enoque Hilton Ziech ajuizou ação de divórcio litigioso, em desfavor de Raquel Soares, ambos devidamente qualificados nos autos. Entre um ato e outro, a parte requerente manifestou, ao Id. 19274082, requerendo a desistência da ação. É o relatório do necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. A desistência da causa é uma prerrogativa da parte autora que pode ser manejada a qualquer tempo, antes da sentença, desde que haja a concordância da parte adversária, caso esta tenha apresentado contestação. Se não tiver contestado a lide, independe de sua anuência, conforme dispõe §§ 4º e 5º do art. 485 do CPC. No caso dos autos, a lide não foi contestada. Assim, HOMOLOGO a desistência da ação, para fins do artigo 200, parágrafo único, do Novo Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO proposto por Enoque Hilton Ziech, em desfavor de Raquel Soares, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, inciso VIII, do Estatuto Adjetivo Civil. Nos termos do art. 90 do NCPC (Art. 90. Proferida sentença com fundamento em desistência, em renúncia ou em reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão pagos pela parte que desistiu, renunciou ou reconheceu), CONDENO a parte autora ao pagamento das custas processuais, porém, SUSPENDO a sua exigibilidade, nos termos do §3º, art. 98 do NCPC, por ser beneficiária da Justiça Gratuita, na forma da lei. Sem condenação em honorários advocatícios, dada à inexistência de litigiosidade. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Uma vez CERTIFICADO o trânsito em julgado, ARQUIVE-SE, observadas as formalidades legais. Colíder/MT, Data da assinatura digital. Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001725-70.2018.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
NEUSA FERREIRA DIAS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO ZEFERINO PEREIRA OAB - MT0012491A-B (ADVOGADO(A))
FREDERICO STECCA CIONI OAB - PR0054275A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1001725-70.2018.8.11.0009. AUTOR(A): NEUSA FERREIRA DIAS RÉU: INSS Vistos, etc. Neusa Ferreira Dias ajuizou “Ação Previdenciária de Aposentadoria por Idade Rural” em face do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, alegando, em síntese, possuir todos os requisitos necessários para perceber o benefício pleiteado. Com a inicial vieram os documentos. Ao ID 17016004 fora recebido a inicial por este juízo, momento em que foi deferido a gratuidade da justiça, indeferido a tutela antecipada, determinada a citação do requerido bem como designada audiência de instrução e julgamento. Citada, a Autarquia ré apresentou contestação ao ID 19522775, alegando, em síntese, que a

autora não preenche os requisitos necessários para perceber o benefício pleiteado. Ao final, pugna pela improcedência da ação. Entre um ato e outro, a audiência de instrução e julgamento se realizou ao ID. 19997486, sendo ouvidas as testemunhas presentes e apresentada alegações finais remissivas à inicial pela parte autora, pugnando pela desistência da testemunha Sr. Francisco Nunes dos Santos bem como pela concessão da tutela antecipada. Por fim, este juízo homologou a desistência da testemunha Francisco Nunes dos Santos, permanecendo os autos conclusos para prolação de sentença. É o relatório. FUNDAMENTO E DECIDO. 1 - Inicialmente, quanto à preliminar de prescrição das parcelas vencidas anteriormente ao quinquênio arguida pela requerida na contestação de ID. 15678599, verifica-se que se trata de prejudicial de mérito, incabível no presente feito, uma vez que o ajuizamento da ação se deu em 2018, se reconhecido o direito da autora será a partir de 2018, ano em que ocorreu o requerimento/indeferimento do benefício na via administrativa, não havendo que se falar em quinquênio. 2 - Assim, estando devidamente instruído o feito e não havendo mais preliminares a serem decididas, passo ao julgamento do mérito. Como relatado, trata-se de Ação Previdenciária de Aposentadoria Rural por Idade, na qual a parte autora pretende o reconhecimento de sua condição rurícola, bem como de todos os requisitos para a concessão do benefício pleiteado. A concessão do benefício de aposentadoria por idade ao trabalhador rural exige o preenchimento de três requisitos legais: (a) idade mínima de 55 anos, se mulher, e 60 anos, se homem (art. 201, § 7º, II, da CF/88, e art. 48, § 1º, da Lei n° 8.213/91); (b) carência, traduzida no efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido (art. 48, § 2º, da Lei n° 8.213/91), com especial atenção à tabela de transição contida no artigo 142 da mesma lei, e; (c) qualidade de segurado especial no curso do prazo fixado no item anterior, segundo o conceito descrito no art. 11, VII, e § 1º, da Lei n° 8.213/91. A requerente, nascida em 15/02/1954 (documento de ID. 15678597, pág. 3), atingiu a idade mínima necessária para se aposentar no ano de 2009, cabendo-lhe ainda demonstrar por início de prova material corroborado com prova testemunhal o efetivo exercício de atividade rural. No que pertine à carência, deve a requerente ainda demonstrar que o exercício de atividade rural na condição de segurada especial, à luz do artigo 142 da Lei n° 8.213/91, deu-se no prazo mínimo de 168 (cento e sessenta e oito) meses, imediatamente da data em que completou a idade mínima (aquisição do direito à aposentadoria), caso o pedido de benefício houver sido formulado após a cessação da atividade rural (AC nº. 2007.01.99.012440-5/MT, rel. Juiz Federal Cleberson José Rocha (conv), DJ de 28/06/2007, p. 34). Nesse tema, consoante o artigo 55, § 3º, da Lei n° 8.213/91, a comprovação do tempo de serviço rural só produzirá efeito quando baseada em início razoável de prova material, contemporânea à época dos fatos alegados, não se exigindo que esta prova inicial corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício (Súmulas 14 e 34 da Turma Nacional de Uniformização e Súmula 5 da Primeira Turma de Rondônia, DJ-RO de 23/11/2006), devidamente corroborada por prova testemunhal produzida em juízo, se for necessária. No caso em tela, a requerente juntou como início de prova material: a) Certidão de nascimento da filha constando a profissão dos genitores como lavradores, ano 2002 (ID. 15678596, pág. 1); b) Certidão de Nascimento constando a profissão de seu genitor como lavrador, ano de 1986 (ID. 15678596, pág. 2) e c) Cópia do indeferimento do pedido na via administrativa (ID. 15678599, pág. 1/2), entre outros. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento que o início de prova material não abrangera necessariamente o número de meses idênticos à carência do benefício no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, como no caso dos autos. E ainda, parco o início de prova material, se a prova testemunhal for capaz de ampliar a eficácia probatória ao tempo da carência, vinculando-se a carência, será devido o benefício de aposentadoria rural por idade. Vale destacar que esta prova material exigida pela lei não precisa ser exaustiva, isto é, correspondente a todo o período de carência, bastando que seja incipiente e razoável, e que traga a potencialidade da certeza quanto aos fatos narrados pelo segurado, lembrando sempre as sérias dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais para constituir prova material, em face de sua ingenuidade típica e da falta de conhecimento quanto aos seus direitos (Precedentes do STJ: REsp 616828/CE, rel. Min. Jorge Scartezzini, DJU de 02.08.2004, p. 550, e EREsp 448813/CE, rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJU de 02.03.2005, p. 185). Não menos importantes são os julgados recentes proferidos pelo TRF1, senão vejamos: “EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURAL COMPROVADA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. IDADE MÍNIMA. TERMO A QUO. JUROS DE MORA. CORREÇÃO MONETÁRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CUSTAS. 1. Comprovada a qualidade de trabalhador rural mediante início de prova material devidamente corroborada pela prova testemunhal produzida em Juízo, e a implementação do requisito etário exigido, deve ser reconhecido o direito da parte autora à percepção do benefício. 2. A qualificação de lavrador constante de certidão de casamento é válida como início de prova documental, e estende-se ao seu núcleo familiar. Precedentes. 3. O benefício previdenciário será devido a partir da data do requerimento administrativo (Lei nº 8.213/1.991, em seu artigo 49, I, b) observada a prescrição quinquenal. À míngua de requerimento administrativo, o termo inicial deve ser a data da citação, conforme entendimento firmado pelo e. STJ nos autos do recurso representativo da controvérsia RESP 1369165/SP, publicado em 07.03.2014, sendo vedada a reformatio in pejus. (...) (Apelação Cível nº 0060641-51.2011.4.01.9199/MG, 1ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Carlos Augusto Pires Brandão. j. 24.01.2018, unânime, e-DJF1 07.03.2018). (Grifo nosso). “EMENTA: PREVIDENCIÁRIO E CONSTITUCIONAL. APOSENTADORIA POR IDADE. RURÍCOLA. EXISTÊNCIA DE RAZOÁVEL INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. SENTENÇA REFORMADA. CONSECTÁRIOS. 1. Comprovada a qualidade de trabalhador rural mediante início de prova material devidamente corroborada pela prova testemunhal produzida em Juízo, e a implementação do requisito etário exigido, deve ser reconhecido o direito do segurado à percepção do benefício. 2. No caso concreto, foram juntados aos autos, certidão de casamento da autora, celebrado em 1972, constando a condição de rurícola do cônjuge, condição extensível à esposa e anotações na CTPS dela como "safrista" o que, aliado à prova testemunhal, comprova a qualidade de segurada da apelante. 3. O benefício previdenciário será devido a partir da data do requerimento administrativo (Lei nº 8.213/1991, em seu artigo 49, I, b) observada a prescrição quinquenal. À míngua de requerimento administrativo, o termo inicial deve ser a data da citação, conforme entendimento firmado pelo e. STJ nos autos do recurso representativo da controvérsia REsp 1.369.165/SP, publicado em 07.03.2014, sendo vedada a reformatio in pejus. (...) (Apelação Cível nº 0058995-98.2014.4.01.9199/MG, 1ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Convocado Carlos Augusto Pires Brandão. j. 18.03.2015, unânime, e-DJF1 15.04.2015) - (Grifos nosso) Ademais, não bastassem às provas documentais carreadas, as testemunhas ouvidas na audiência de instrução confirmaram o trabalho rurícola da autora desde longa data, senão vejamos (ID. 19997486): “Que é conhecido da autora há 20 anos. Que há 2 anos a autora está morando na cidade. Que já houve ocasiões em que laborou juntamente com a autora na lida rural. Que trabalharam em um sítio na Comunidade Café Norte. Que trabalharam com lavoura. Que plantavam e colhiam arroz, feijão, milho, etc. Que a autora sempre permanecia na lida rural em média há 5 meses em época de plantio e colheita nas propriedades rurais em que trabalhavam. Que já viu a autora trabalhando diretamente na lida do campo. Que era braçal. Que a renda era proveniente da lida rural. Que a autora já realizou diárias.” (SIC) - Roldão Pinto de Alencar. “Que é vizinha da autora. Que conhece a autora em média há 18 a 20 anos. Que faz 2 a 3 anos que a autora está residindo no meio urbano, nas Ruas dos Lírios. Que a autora morava no Castelo dos Sonhos/PA. Que a testemunha conhece a autora desde a época em que trabalharam na lavoura. Que a autora dependia da atividade rural para sua subsistência. Que a testemunha e a autora trabalharam juntos nas Comunidades Soledade e Bananal.” (SIC) - Maria Aparecida da Silva. Ademais, vale destacar que a interpretação do art. 11, VII, § 1º, da Lei n. 8.213/91 é cristalina na medida em que privilegia uma pequena parcela de pessoas, colocando-as numa situação excepcional, à medida que isenta esse grupo de apresentarem perante a previdência contribuições, bastando para tanto a comprovação do equivalente em exercício da atividade rural ao período de carência. (art. 39, I c/c art. 142 da Lei n° 8.213/91). Por economia familiar entende-se que o trabalho dos membros deva ser indispensável para subsistência, com mútua dependência e colaboração, não podendo haver auxílio permanente de empregados na exploração da atividade ou mesmo o emprego maquinários agrícolas no cultivo da terra. Além disso, cumpre ressaltar o recente entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça e descrito na Súmula 577, in

verbis: "É possível reconhecer o tempo de serviço rural anterior ao documento mais antigo apresentado, desde que amparado em convincente prova testemunhal colhida sob o contraditório." (Súmula 577 STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/06/2016, DJe 27/06/2016) As testemunhas ouvidas em juízo informaram que a autora, por muito tempo, morou e trabalhou na zona rural, exercendo labor rural, sendo que estas atividades eram desenvolvidas em regime de economia familiar, não possuindo qualquer maquinário agrícola ou auxílio de empregados, exercendo sua atividade de forma manual. Sem sombra de dúvidas a lide da autora era rural e em regime de economia familiar. De acordo com o que dispõe o inciso VII, do artigo 11 da Lei nº 8.213/91, é segurada especial a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade agropecuária, ou, de seringueiro, ou, de extrativista vegetal, bem como, o pescador artesanal ou a este assemelhado e, ainda, o cônjuge ou companheiro, o filho maior de 16 (dezesseis) anos de idade, dos segurados citados, que trabalhem com o grupo familiar respectivo (Redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008). Ou seja, ainda que considerado como trabalhador rural individual, sua situação encontra guarida no permissivo legal referido. De mais a mais, em que pese a louvável manifestação da requerida na contestação apresentada ao ID. 19522777, acerca de que a requerente possui um estabelecimento comercial (pastelaria), esta não merece prosperar, pois, diante das provas documentais carreada aos autos, verifico que a requerente não é proprietária do aludido comércio. Nessa toada, vejo que a autora não possui vínculos empregatícios em meio urbano, conforme se observa do CNIS acostado ao ID. 19522778, bem como logrou êxito em comprovar seu labor rural desempenhado em regime de economia familiar pelo período exigido, oque confirma, dessa forma, sua qualidade de segurada especial rural. Destarte, comprovados os requisitos legais para obtenção do benefício da Aposentadoria por Idade Rural, imperiosa se faz a procedência dos pedidos contidos na presente actio. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na inicial e o faço para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ao pagamento de Aposentadoria Rural por Idade à autora, Sra. Neusa Ferreira Dias, na base de um salário mínimo mensal, assegurando-lhe o pagamento das parcelas vencidas e devidas, desde a data da entrada do requerimento indeferido na via administrativa (DER – 30/04/2018 - ID. 15678599, pág. 2), devidamente atualizados. Nos termos do art. 80, parágrafo único, III, "g",da Resolução Presi/Cojef nº 16/2010, segue os parâmetros para implantação do benefício: Número da CI/RG: 138342-6. Número do CPF: 404.641.213-53. Data de nascimento: 15/02/1954. Nome da segurada: Neusa Ferreira Dias. Filiação: Josefa Alves de Sousa e Benvindo Ferreira Dias. Endereço da segurada: Rua dos Lírios, s/n., Bairro Maria Antônia, 78.500-000, Colíder/MT. Benefício concedido: Aposentadoria Rural por Idade. DIB: 30/04/2018 – data do requerimento administrativo – DER. 3 - DECLARO a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade da aposentadoria que é substituir a remuneração do trabalhador quando, em razão da idade avançada, não tem condições de exercer atividade laborativa. 4 - Outrossim, em analogia ao art. 4º da Lei n. 10.259/01, CONCEDO a antecipação dos efeitos da tutela, pela própria fundamentação da presente sentença e pelo periculum in mora em decorrência do caráter alimentar das prestações, e DETERMINO a implementação do beneficio no prazo de trinta (30) dias, sob pena de MULTA DIÁRIA que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), Ademais, DECLARO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil. 5 - Os juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% (um por cento) ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. 6 - Ainda, DETERMINO que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida. Sem custas à vista da isenção determinada pela Lei n° 9.289/96, art. 1, § 1º e Lei Estadual n° 7.603/2001. 7 - Por fim, FIXO os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas devidas até esta data, conforme entendimento pacificado na Seção Previdenciária do TRF e no Superior Tribunal de Justiça (Enunciado de súmula 111 – Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre prestações vincendas). 8 - Sem custas, na forma da Lei. 9 - Diante da eventual preclusão da via recursal voluntária, SUBMETA-SE ao reexame necessário se, após a liquidação, o valor da condenação exceder 1.000 (mil) salários mínimos (art. 496, § 3º, do Código de Processo Civil). Após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE com as baixas necessárias. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Colíder/MT, data da assinatura digital. Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001267-53.2018.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
VALECI DE LIMA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EDILSON GOULART OAB - MT18669/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS-INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1001267-53.2018.8.11.0009. AUTOR(A): VALECI DE LIMA RÉU: INSS-INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL Vistos, etc. Valdeci de Lima, qualificado na inicial, interpôs a presente Ação Previdenciária de Restabelecimento de Auxílio-doença c/c Aposentadoria por Invalidez contra o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, alegando, em síntese que, recebeu o benefício de auxílio-doença na via administrativa, contudo, o teve cessado em 09/02/2018. Afirma que em razão de sua enfermidade, continua incapacitado para o exercício de suas atividades profissionais e habituais, e que não concorda com a decisão administrativa, motivo pelo qual propôs a presente ação. Com a inicial vieram os documentos. Ao ID. 14432942, este Juízo recebeu à inicial, momento em que fora deferido os benefícios da justiça gratuita e deferido a tutela antecipada. Ato contínuo, fora designado perícia médica junto ao autor. Aportou ao ID. 14656705 o resultado da perícia médica. Devidamente citado e intimado para manifestar sobre o laudo pericial, o requerido apresentou contestação ao ID. 15669900, alegando, em síntese, que o requerente não preenche os requisitos para perceber o benefício pleiteado. Em seguida, fora certificado a tempestividade da contestação apresentada pelo requerido (ID. 16370456). É o relatório do necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. 1 – De pronto, quanto à preliminar de prescrição arguida pelo requerido, referente às parcelas vencidas anteriormente ao quinquênio que precede o ajuizamento da ação, verifica-se que se trata de prejudicial de mérito, incabível no presente feito, uma vez que o ajuizamento da ação se deu em 2018 e, se reconhecido o direito do requerente será a partir de 2018, não havendo que se falar em quinquênio. 2 - Inicialmente, cumpre anotar que o caso em apreço é hipótese que comporta o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso I do art. 355 do Código de Processo Civil, não havendo, salvo melhor juízo, a necessidade de dilação probatória: "Art. 355: O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I – não houver necessidade de produção de outras provas; II – o réu for revel, ocorrer o efeito previsto no art. 344 e não houver requerimento de prova, na forma do art. 349". 3 - Logo, estando devidamente instruído o feito e, não havendo mais preliminares a serem decididas, passo ao julgamento do mérito. In casu, nota-se que a controvérsia do embate recaía sobre um único aspecto, qual seja, o fato de o autor comprovar a incapacidade para o trabalho, uma vez que a qualidade de segurado restou comprovada através dos documentos de ID. 15669904 e 14404685. Nesse passo, dispõe o artigo 1º da Lei 8.213/91, que: "A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente". Acerca do tema, Sérgio Pinto Martins leciona: "É a Previdência Social o segmento da Seguridade Social, composta de um conjunto de princípios, de regras e de instituições destinado a estabelecer um sistema de proteção social, mediante contribuição, que tem por objetivo proporcionar meios indispensáveis de subsistência do segurado e a sua família, quando ocorrer certa divergência prevista em lei" (in Direito da Seguridade Social, 19 ed. São

Paulo, Atlas, p. 300). Em relação à Seguridade Social, a Constituição Federal de 1.988, assim a conceitua em seu artigo 194, caput: "A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social". Com efeito, compulsando os presentes autos, verifico que restou comprovado a qualidade de segurado do requerente, bem como carência necessária para perceber o benefício pleiteado. Ainda, consoante perícia médica de ID. 14656705, há confirmação de que o autor se encontra incapacitado para o trabalho, uma vez que foi diagnosticado pelo médico perito, ser portador de "quadro depressivo severo", com incapacidade total e temporária. Os documentos retromencionados informam categoricamente a contribuição feita pelo período mínimo de carência exigida por lei, assim como a incapacidade total e temporária da parte autora para o exercício de suas atividades profissionais, em razão de seu atual estado de saúde. Desta forma, considerando a condição de segurado e a existência de incapacidade laborativa, entendo, por ora, que o autor evidentemente preenche os pressupostos para o deferimento do benefício de auxílio-doença, consoante o disposto no art. 59 da Lei n. 8.213/91. Vejamos alguns trechos do laudo pericial (ID. 14656705): 3) Em caso afirmativo, essa doença ou afecção o(a) incapacita para O SEU TRABALHO OU PARA A SUA ATIVIDADE HABITUAL? (A negativa a este quesito torna prejudicado os quesitos de nº 4 a 12). Resposta: Sim. (pág. 04) 6) A patologia em questão o (a) incapacita para o exercício de TODA E QUALQUER ATIVIDADE que lhe garanta subsistência? Ou seja, pode-se afirmar que a Incapacidade é TOTAL? Resposta: Sim. Incapacidade total. (pág. 04) 7) O(a) periciando(a) é INSUSCEPTÍVEL de recuperação ou reabilitação para o exercício de outra atividade que lhe garanta subsistência? Ou seja, pode-se afirmar que a incapacidade é DEFINITIVA? Resposta: Não. Obrigatoriamente a incapacidade não é definitiva. (pág.04) 11) Diga o senhor perito, considerando a profissiografia da atividade declarada, se o (a) autor (a) se apresenta incapacidade para o trabalho ou para as atividade que anteriormente exercia? Resposta: Para toda e qualquer atividade. No momento a incapacidade é para toda e qualquer atividade. (pág. 07) 16) No caso de incapacidade "temporária parcial" e "temporária total", qual a data provável ou prazo estimado e indicado para a recuperação laborativa? Resposta: Não há possibilidade de precisar o tempo de recuperação. Tudo dependerá da resposta medicamentosa. (pág. 08) [...] Pois bem. Vislumbra-se, portanto, do laudo pericial tratar-se de incapacidade total e temporária. Desse modo, tenho que o benefício de auxílio-doença não poderá ser cessado sem que o autor tenha recuperado sua capacidade laborativa habitual, ou, sem ser devidamente readaptado à função condizente com suas dificuldades e limitações, através de participação em processo de reabilitação profissional, que lhe seja oportunizado. Com efeito, calha à fiveleta destacar que, apesar de haver a possibilidade de reabilitação profissional, denota-se que a Autarquia demandada até o presente momento NÃO se desincumbiu do seu ônus de inserir o segurado no programa de reabilitação, conforme determina o art. 62 da Lei 8.213/91. Neste contexto, é dever do Estado propiciar meios para que a segurada da Previdência Social se reabilite a fim de que possa retornar ao mercado de trabalho, praticando profissão díspare daquela que está impossibilitado de exercer. Vejamos: "EMENTA: RESPONSABILIDADE CIVIL. INSS. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL DECORRENTE DA NÃO IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DESCABIMENTO. SENTENÇA MANTIDA. 1- (...). 3- A aposentadoria por invalidez é devida quando o segurado ficar incapacitado total e permanentemente de desenvolver qualquer atividade laborativa e for insusceptível de reabilitação para o exercício de outra que lhe garanta a subsistência. 4- A verificação periódica do estado de saúde do autor, que recebeu os benefícios de auxílio-doença e auxílio-acidente, com sua submissão às perícias médicas, bem como a participação nos programas de reabilitação profissional é dever e não faculdade da Previdência Social, o que por si só, não ocasiona constrangimento ao segurado, de forma a aviltar a sua honra ou dignidade. 5- Não evidenciada a omissão do INSS, restando não comprovada a existência de conduta ativa ou omissiva e o nexo causal entre esta e o dano que a apelante diz ter experimentado, portanto, que não caracterizado o dano moral. 6- Apelação a que se nega provimento. (TRF-3 - AC: 1533 SP 0001533-54.2004.4.03.6104, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL NERY JUNIOR, Data de Julgamento: 04/04/2013, TERCEIRA TURMA)" – (Grifos meus) D' outra banda, no que tange ao termo inicial do benefício, consoante entendimento jurisprudencial, tenho que é devido o pagamento do auxílio-doença desde a data seguinte ao da cessação do benefício na via administrativa (DCB – 09/02/2018 - ID. 15669904, pág. 4). Nesse toada, é o entendimento jurisprudencial Pátrio, conforme acórdãos que ora transcrevo: "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. REMESSA OFICIAL. AUXÍLIO-DOENÇA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. QUALIDADE DE SEGURADO. TRABALHADOR URBANO. INCAPACIDADE TOTAL E PERMANENTE POR LAUDO OFICIAL. TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. VERBA ADVOCATÍCIA. (...) 6. O termo inicial será a data do dia imediato ao da cessação do auxílio-doença (art. 43 da Lei 8.213/91), com conversão em aposentadoria por invalidez, a partir do laudo pericial, conforme determinação da r. sentença. (...) (Apelação Cível nº 0047702-29.2017.4.01.9199/MG, 1ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Carlos Augusto Pires Brandão. j. 29.11.2017, unânime, e-DJF1 24.01.2018). – (Grifos meus) "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. TRABALHADOR URBANO. TERMO DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. REVISÃO ADMINISTRATIVA DA BENESSE. ART. 71 DA LEI 8.212/91 E ART. 101 DA LEI 8.213/91. (...) 3. O termo inicial do benefício será a data do requerimento administrativo ou o dia imediato ao da cessação do auxílio-doença. Não havendo requerimento, será a data da citação do INSS. In casu, deve ser reconhecido o direito ao auxílio-doença ao requerente a partir da data do requerimento administrativo em 07.06.2011 (fls. 38), o qual será mantido até que a parte autora restabeleça a sua capacidade laborativa, após a submissão a exame médico-pericial na via administrativa, que conclua pela inexistência de incapacidade, podendo o benefício ser convertido em aposentadoria por invalidez, a depender do resultado do processo de reabilitação. Devem, ainda, ser descontados eventuais importes recebidos, no mesmo período, a título de benefício inacumulável. (...) (Apelação Cível nº 0036812-31.2017.4.01.9199/MG, 2ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. João Luiz de Sousa. j. 30.08.2017, unânime, e-DJF1 11.09.2017). (Grifos meus) Destarte, comprovados os requisitos legais para obtenção do benefício de auxílio-doença, imperiosa se faz a procedência dos pedidos contidos na presente actio. Pelo exposto, ACOLHO a pretensão da parte autora, razão porque JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, e o faço para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, ao pagamento do auxílio-doença ao autor, Sr. Valdeci de Lima, desde a data seguinte ao da cessação do benefício na via administrativa (09/02/2018 - ID. 15669904, pág. 4), no valor do salário-de-benefício reajustado pelos índices de correção dos benefícios previdenciários, devidamente atualizado. Destarte, sintetizo os parâmetros para implantação do benefício, nos termos do art. 80, parágrafo único, III, "g", da Resolução /Presi/Cojef nº 16/2010: Número do CPF: 302.767.801-91. Nome da Mãe: Doralice Vicente de Lima. Nome do segurado: Valdeci de Lima. Endereço do segurado: Avenida São Paulo n. 79, bairro Torre, CEP: 78.500-000, Colíder/MT. DIB: 09/02/2018 – DCB – data seguinte em que cessou o benefício na via administrativa. 4 - DECLARO a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade do auxílio-doença que é substituir a remuneração do trabalhador quando, em razão da enfermidade, não tem condições de exercer atividade laborativa, razão pela qual DETERMINO que o INSS pague (mantenha) o auxílio-doença até que seja efetivada a recuperação laborativa do demandante (seja para sua atividade habitual, ou para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, ainda, sendo o caso, implante administrativamente a aposentadoria por invalidez "art. 62, da Lei 8.213/01"). Outrossim, ante a decisão supra, torno definitiva a tutela antecipada concedida na r. decisão de ID 14432942. Ademais, DECLARO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil. 5 - Os juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. 6 - Ainda, DETERMINO que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida. Sem custas à vista da isenção determinada pela Lei n° 9.289/96, art. 1, § 1º e Lei Estadual n° 7.603/2001. 7 - Sem custas, na forma da lei. E, por fim, fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre

o valor das parcelas devidas até esta data, conforme entendimento pacificado na Seção Previdenciária do TRF e no Superior Tribunal de Justiça (Enunciado de súmula 111 – Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre prestações vincendas). 8 - Interposto recurso de apelação, independentemente de análise dos requisitos de admissibilidade da insurgência, nos termos dos arts. 994 a 1.014 do Código de Processo Civil, INTIME-SE para as contrarrazões. Vencido o prazo, com ou sem elas, subam os autos sem demora ao Tribunal Regional Federal, com as nossas homenagens. 9 - Preclusas as vias recursais, o que deverá ser certificado, arquivem-se os autos, com as baixas e anotações devidas, se nada for requerido em 15 (quinze) dias. 10 - Diante da eventual preclusão da via recursal voluntária, submeta-se ao reexame necessário se, após a liquidação, o valor da condenação exceder sessenta salários mínimos (art. 475, § 2º Código de Processo Civil). Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Colíder/MT, data da assinatura digital. Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002212-74.2017.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
VALDIR ROCATTO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURICIO RICARDO ALVES OAB - MT15523-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DA SEGURIDADE SOCIAL - INSS (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1002212-74.2017.8.11.0009. AUTOR(A): VALDIR ROCATTO RÉU: INSTITUTO NACIONAL DA SEGURIDADE SOCIAL - INSS Vistos, etc. Trata-se de Ação Previdenciária com pedido de restabelecimento do Auxílio-Doença c/c Pedido de Tutela Antecipada c/c conversão em Aposentadoria por Invalidez, ajuizada por Valdir Rocatto em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ambos devidamente qualificados nos autos, alegando em síntese que requereu administrativamente a prorrogação do benefício em 18/09/2017, contudo, o teve negado. Afirma que em razão de sua enfermidade, encontra-se incapacitado para o exercício de suas atividades profissionais e habituais, e que não concorda com a decisão administrativa, motivo pelo qual propôs a presente ação. Com a inicial vieram os documentos. Recebida a inicial, este Juízo deferiu os benefícios da justiça gratuita, a tutela antecipada, bem como determinou a realização de perícia médica. Aportou aos autos o resultado da perícia médica (ID. 19700844). Após, o requerente manifestou favoravelmente ao laudo pericial (ID 20086184). Devidamente citado e intimado para manifestar sobre o laudo pericial, o requerido apresentou contestação ao ID 21991086, alegando, em síntese, que o requerente não preenche os requisitos para perceber o benefício pleiteado. Em seguida, ao ID. 22011270, o requerente impugnou a contestação, reiterando os pedidos da exordial. É o relatório do necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. 1 - Cumpre anotar que o caso em apreço é hipótese que comporta o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso I do art. 355 do Código de Processo Civil, não havendo, salvo melhor juízo, a necessidade de dilação probatória: "Art. 355: O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I – não houver necessidade de produção de outras provas; II – o réu for revel, ocorrer o efeito previsto no art. 344 e não houver requerimento de prova, na forma do art. 349". 2 - Logo, estando devidamente instruído o feito e, não havendo preliminares a serem decididas, passo ao julgamento do mérito. In casu, nota-se que a controvérsia do embate recai sobre um único aspecto, qual seja, o fato de o autor comprovar a incapacidade para o trabalho, uma vez que a qualidade de segurado restou comprovada através dos documentos colacionados aos IDs 21991087 e 10902233. Pois bem. Dispõe o artigo 1º da Lei 8.213/91 que: "A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente". Acerca do tema, Sérgio Pinto Martins leciona: "É a Previdência Social o segmento da Seguridade Social, composta de um conjunto de princípios, de regras e de instituições destinado a estabelecer um sistema de proteção social, mediante contribuição, que tem por objetivo proporcionar meios indispensáveis de subsistência do segurado e a sua família, quando ocorrer certa divergência prevista em lei" (in Direito da Seguridade Social, 19 ed. São Paulo, Atlas, p. 300). Em relação à Seguridade Social, a Constituição Federal de 1988, assim a conceitua em seu artigo 194, caput: "A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social". Nessa toada, não restando dúvida quanto à qualidade de segurado, tendo em vista ter o requerente recebido o benefício até 07/11/2017 (ID 10902194), quanto à incapacidade, analisando os autos, verifico que a Expert reconheceu categoricamente sua incapacidade total para o trabalho, sendo conclusiva no sentido da permanência desta incapacidade. Assim, o requerente faz jus à concessão da aposentadoria por invalidez uma vez que ficou comprovada a existência de todos os requisitos do artigo 42 da Lei nº 8.213/91. Vejamos alguns trechos do laudo pericial, em síntese (19700844): 2 - A parte Autora é portadora de alguma enfermidade? Qual (is)? Resposta – O autor sofreu um acidente em janeiro de 2017, caindo do caminhão em movimento, apresentando traumatismo craniano com hematoma extra axial. Realizou cirurgia de drenagem do hematoma. Evoluiu para sequela permanente de parestesia de membros superior e inferior direitos com diminuicão importante da forca, além da perda do equilíbrio causando diversas quedas. (pág. 04). 3- Esta doença ou lesão o incapacita para o seu trabalho ou para sua atividade habitual? Resposta- sim. (pág. 13) 8- Considerando incapacidade total=incapacidade para toda e qualquer atividade laboral e incapacidade parcial=incapacidade ao menos para a atividade habitual; incapacidade definitiva=sem prognóstico de recuperação e incapacidade temporária com prognóstico de recuperação, defina se a incapacidade verificada é total ou parcial e se definitiva ou temporária. Resposta- total e definitiva. (pág. 13) [...] Quanto à aposentadoria por invalidez, reza o art. 42 da Lei 8.213/91: Art. 42: "A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição. § 1º A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança. § 2º A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão". Logo, a concessão do benefício de Aposentadoria por invalidez (artigos 42 a 47, da Lei nº 8.213/91) tem por requisitos: a) a qualidade de segurado; b) o cumprimento do período de carência (12 contribuições - art. 25, I, da lei 8.213/91), quando exigida; c) a prova médico-pericial da incapacidade total e permanente para o trabalho, insuscetível de recuperação ou de reabilitação para outra atividade que garanta a subsistência; d) demonstração de que o segurado não era portador da alegada doença ao filiar-se ao Regime Geral da Previdência Social. O caso não merece muitas digressões, uma vez que, como vimos nos autos, a parte autora há muito trava uma luta diária contra sua enfermidade, e não é preciso muito intelecto para concluir que a impossibilidade de trabalho, e a falta de amparo por parte da previdência, acarretam-lhe prejuízos imensuráveis na mantença de sua subsistência e de sua família. Conforme se observa nos documentos colacionados aos autos, a parte autora foi regularmente examinada por médicos e diagnosticado portador de "parestesia de membros superior e inferior direitos com diminuição importante da força, além da perda do equilíbrio". Com efeito, restou comprovada a incapacidade para o exercício de qualquer atividade laboral, mormente porque ficou frisado que a incapacidade é total e definitiva. Por oportuno, calha à fiveleta registrar que, segundo entendimento dominante na jurisprudência pátria, nas ações em que se objetiva a concessão de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença, o julgador firma seu convencimento com base na prova pericial, não deixando de se ater, entretanto, aos demais elementos de prova, sendo certo que embora possível, teoricamente, o exercício de outra atividade pelo segurado, ainda assim a inativação por invalidez deve ser outorgada se, na prática, for difícil a respectiva reabilitação, seja pela natureza da doença, ou, pela natureza das atividades desenvolvidas, seja pela idade avançada. Além disso, devem ser consideradas as condições pessoais do postulante, tais como a presumível pouca instrução, a idade, a limitada experiência profissional e, por fim, o exíguo mercado de trabalho

atual, já restrito até para pessoas jovens e saudáveis. No presente caso, seria muito difícil que a parte autora tivesse êxito num processo de reabilitação dada às suas circunstâncias. De fato, ordenar que a autora recomponha sua vida profissional aos 66 anos de idade, negando-lhe o benefício no momento em que dele necessita, seria contrariar o basilar princípio da dignidade da pessoa. Observe-se que a doença do autor é incompatível com qualquer outra atividade laborativa. D' outra banda, no que tange ao termo inicial do benefício, consoante entendimento jurisprudencial, tenho que é devido o pagamento do auxílio-doença desde a data seguinte ao da cessação do benefício na via administrativa (07/11/2017, ID 10902194), com a sua conversão em aposentadoria por invalidez, a partir da data do laudo da perícia médica (25/04/2018, ID 19700844). Nessa toada, é o entendimento jurisprudencial Pátrio, conforme acórdãos que ora transcrevo: "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. REMESSA OFICIAL. AUXÍLIO-DOENÇA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. QUALIDADE DE SEGURADO. TRABALHADOR URBANO. INCAPACIDADE TOTAL E PERMANENTE POR LAUDO OFICIAL. TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. VERBA ADVOCATÍCIA. (...) 6. O termo inicial será a data do dia imediato ao da cessação do auxílio-doença (art. 43 da Lei 8.213/91), com conversão em aposentadoria por invalidez, a partir do laudo pericial, conforme determinação da r. sentença. (...) (Apelação Cível nº 0047702-29.2017.4.01.9199/MG, 1ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Carlos Augusto Pires Brandão. j. 29.11.2017, unânime, e-DJF1 24.01.2018)." (Grifos meus) "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. TRABALHADOR URBANO. TERMO DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. REVISÃO ADMINISTRATIVA DA BENESSE. ART. 71 DA LEI 8.212/91 E ART. 101 DA LEI 8.213/91. (...) 3. O termo inicial do benefício será a data do requerimento administrativo ou o dia imediato ao da cessação do auxílio-doença. Não havendo requerimento, será a data da citação do INSS. In casu, deve ser reconhecido o direito ao auxílio-doença ao requerente a partir da data do requerimento administrativo em 07.06.2011 (fls. 38), o qual será mantido até que a parte autora restabeleça a sua capacidade laborativa, após a submissão a exame médico-pericial na via administrativa, que conclua pela inexistência de incapacidade, podendo o benefício ser convertido em aposentadoria por invalidez, a depender do resultado do processo de reabilitação. Devem, ainda, ser descontados eventuais importes recebidos, no mesmo período, a título de benefício inacumulável. (...) (Apelação Cível nº 0036812-31.2017.4.01.9199/MG, 2ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. João Luiz de Sousa. j. 30.08.2017, unânime, e-DJF1 11.09.2017)." (Grifos meus) Portanto, estando devidamente comprovados os requisitos legais para concessão de aposentadoria por invalidez, imperiosa se faz a procedência dos pedidos contidos na presente actio. Por fim, e não menos importante, vale salientar que a pessoa beneficiária de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, como é o caso dos autos, está obrigado a se submeter a exames periódicos a cargo da Autarquia, nos termos dos arts. 70 da Lei n.º 8.212/1991, 101, § 1º e § 2º e 43, § 4º, da Lei nº 8.213/1991. Ex positis, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE o pedido contido na inicial, e o faço para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ao pagamento do auxílio-doença ao autor, Sr. Valdir Rocatto, equivalente ao salário-de-benefício desde a data seguinte à cessação do benefício na via administrativa (07/11/2017, ID 10902194), com a sua conversão em aposentadoria por invalidez, a partir da data da realização da perícia médica (25/04/2018, ID 19700844), devidamente atualizado. Destarte, sintetizo os parâmetros para implantação do benefício, nos termos do art. 80, parágrafo único, III, "g", da Resolução /Presi/Cojef nº 16/2010: Número do CPF: 163.883.219-68,. Filiação: Antônio Rocatto e Adelair Coelho Rocatto. Nome do segurado: Valdir Rocatto. Endereço do segurado: Rua Cuiabá, nº. 1457, Bairro Centro – Setor Leste, CEP: 78500-000, Colíder/MT. Benefício concedido: Auxílio-doença. DIB: 07/11/2017 – data da cessação do benefício na via administrativa – Benefício concedido: Aposentadoria por invalidez. DIB: 25/04/2018 – data da realização da perícia médica (conversão). 3 - DECLARO a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade da aposentadoria que é substituir a remuneração do trabalhador quando, em razão da idade avançada e/ou enfermidade, não tem condições de exercer atividade laborativa. Outrossim, ante a decisão supra, torno definitiva a tutela antecipada concedida na r. decisão de ID 11308553, e DETERMINO a implantação do benefício no prazo de 30 (trinta) dias, para tanto, OFICIE-SE o INSS – APSADJ – Agência da Previdência Social de Atendimento às Demandas Judiciais para cumprimento da presente decisão. Ademais, DECLARO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil. 4 - Sobre as prestações em atraso incidirão correção monetária a partir do vencimento de cada parcela, na forma prevista na Lei 6.899/81 e Súmulas 43 e 148 do STJ e juros de mora devidos em 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação até a Lei 11.960/09, e a partir de então à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, nos termos do art. 1ºF, da Lei 9.494/97, c/c art. 406, do CC/02; c/c 161, § 1º, do CTN; enunciado 20 do CJF e da Súmula 204 do STJ. 5 - DEIXO DE CONDENAR a requerida em custas e despesas processuais, nos termos do art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.289/96; c/c art. 3º, inciso I, da Lei Estadual 7.603/2001. 6 - CONDENO a requerida no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência que fixo em 10% (dez por cento) sobre as parcelas vencidas, consoante Súmula 111 do STJ, não incidindo, portanto, sobre as parcelas vincendas, que serão pagas administrativamente com a implantação do benefício no sistema geral de previdência social. 7 - Sem custas, na forma da Lei. 8 - Interposto recurso de apelação, independentemente de análise dos requisitos de admissibilidade da insurgência, nos termos dos arts. 994 a 1.014 do Código de Processo Civil, INTIME-SE para as contrarrazões. Vencido o prazo, com ou sem elas, subam os autos sem demora ao Tribunal Regional Federal, com as nossas homenagens. 9 - Preclusas as vias recursais, o que deverá ser certificado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas e anotações devidas, se nada for requerido em 15 (quinze) dias. 10 - Diante da eventual preclusão da via recursal voluntária, submeta-se ao reexame necessário se, após a liquidação, o valor da condenação exceder 1.000 (mil) salários mínimos (art. 496, § 3º, do Código de Processo Civil). Publique-se. Intime-se. Cumpra-se, servindo a presente sentença, no que couber, como MANDADO, OFÍCIO e CARTA PRECATÓRIA. Colíder/MT, data da assinatura digital. Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001782-25.2017.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
NILSON NUNES ALMEIDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO ZEFERINO PEREIRA OAB - MT0012491A-B (ADVOGADO(A))
CAMILA EMILY DO NASCIMENTO SOUZA OAB - MT19960/O (ADVOGADO(A))
FREDERICO STECCA CIONI OAB - PR0054275A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS-INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1001782-25.2017.8.11.0009. AUTOR(A): NILSON NUNES ALMEIDA RÉU: INSS-INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL Vistos, etc. Trata-se de Ação Previdenciária com pedido de concessão de Auxílio-Doença c/c Pedido de Tutela Antecipada c/c conversão em Aposentadoria por Invalidez, ajuizada por NILSON NUNES ALMEIDA em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, ambos devidamente qualificados nos autos, alegando, em síntese, que recebeu administrativamente o benefício de auxílio-doença, contudo o teve negado, sob o argumento de não comprovar a qualidade de segurado. Com a inicial vieram os documentos. A inicial foi recebida ao ID. 10641055, momento em que fora deferido os benefícios da justiça gratuita e a tutela antecipada pleiteada pelo autor. Ato contínuo, fora determinada a citação da parte requerida, a realização de audiência de instrução e julgamento bem como perícia médica. Entre um ato e outro, aportou aos autos o resultado da perícia médica (ID. 12942670). Devidamente citado, o requerido apresentou contestação ao ID. 13702454, alegando, em síntese, que o autor não preenche os requisitos necessários para a concessão do benefício pleiteado. Após, o requerente manifestou acerca do laudo pericial ao ID 16328430, e apresentou impugnação ao ID 16328744. Em seguida, este Juízo saneou o feito ao ID 19069257, afastando a preliminar de prescrição arguida pela requerida, concedeu a tutela antecipada bem como designou audiência de instrução e julgamento. Por fim, a instrução realizou-se ao ID. 23108686, momento em que foram ouvidas as testemunhas e apresentado alegações finais remissivas à inicial pelo autor. É o relato do necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. 1 – Inicialmente, cumpre anotar que, o caso em apreço é hipótese que comporta o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso I, do artigo 355 do Código de Processo Civil, não havendo a necessidade de dilação probatória: "Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I – não houver necessidade

de produção de outras provas; II – o réu for revel, ocorrer o previsto no art. 344 e não houver requerimento de prova, na forma do art. 349". 2 - Logo, estando devidamente instruído o feito e, não havendo mais preliminares a serem decididas, passo ao julgamento do mérito. In casu, nota-se que a controvérsia do embate recaía sobre dois aspectos, quais sejam: I) no fato de o requerente demonstrar sua incapacidade para o trabalho e, II) comprovar sua qualidade de segurado especial. Pois bem. Dispõe o artigo 1º da Lei 8.213/91, que: "A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente". Acerca do tema, Sérgio Pinto Martins leciona: "É a Previdência Social o segmento da Seguridade Social, composta de um conjunto de princípios, de regras e de instituições destinado a estabelecer um sistema de proteção social, mediante contribuição, que tem por objetivo proporcionar meios indispensáveis de subsistência do segurado e a sua família, quando ocorrer certa divergência prevista em lei" (in Direito da Seguridade Social, 19 ed. São Paulo, Atlas, p. 300). Em relação à Seguridade Social, a Constituição Federal de 1988, assim a conceitua em seu artigo 194, caput: "A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social". Tratando-se de rurícola, necessário destacar que cumpre ao julgador valorar os fatos e circunstâncias evidenciados com ênfase no artigo 5º da Lei de Introdução ao Código Civil e levar em conta a realidade social em que inserido o trabalhador rural, na qual predomina a informalidade na demonstração dos fatos. Vale lembrar que não se mostra razoável exigir que os documentos carreados ao processo sigam sempre a forma prescrita em lei, por isso devem ser considerados válidos quando de outra forma atingir a finalidade precípua de comprovar o exercício da atividade rural, consoante disposto no artigo 277, do Código de Processo Civil. Nessa toada, analisando os autos, percebe-se que o autor logrou provar a sua qualidade de trabalhador rural durante o período de carência exigido pela lei. Com efeito, compulsando os autos, verifico que os documentos juntados são bastante para configurar o início de prova material, quais sejam: a) cadastro de produtor rural, ano de 2002 (ID 10108220) e b) termo de compromisso em que consta o requerente como administrador de fazenda (ID 10108223) De acordo com a jurisprudência pátria dominante, ante a realidade fática vivida pelos rurícolas e face à patente hipossuficiência dos trabalhadores do campo, até prova em contrário, os documentos acima mencionados, carreados aos autos, servem de início de prova material que comprova o exercício de atividade rural por parte do autor, corroborado com o reconhecimento da qualidade de segurado especial pelo requerido na esfera administrativa. Confiramos decisão recente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região neste sentido: "EMENTA: APELAÇÃO E REMESSA NECESSÁRIA. AVERBAÇÃO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. COMPROVAÇÃO DO LABOR RURAL. (...) 3. O Superior Tribunal de Justiça, em julgamento submetido ao regime dos recursos repetitivos, consolidou o entendimento de que a prova exclusivamente testemunhal não basta, para o fim de obtenção de benefício previdenciário, à comprovação do trabalho rural, devendo ser acompanhada, necessariamente, de um início razoável de prova material (STJ, REsp 1.133.863/RN, Terceira Seção, Ministro Celso Limongi, DJ de 15.04.2011). Ainda, o STJ, também pela sistemática dos recursos repetitivos, consignou que a Lei de Benefícios, ao exigir um "início de prova material", teve por pressuposto assegurar o direito à contagem do tempo de atividade exercida por trabalhador rural em período anterior ao advento da Lei 8.213/91 levando em conta as dificuldades deste, notadamente hipossuficiente. (Cf. STJ, REsp 1.348.633/SP, Primeira Seção, Ministro Arnaldo Esteves Lima, DJ de 05.12.2014). 4. Para fins de reconhecimento de exercício de serviço rural, o início razoável de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos, o que não significa dizer que a documentação escrita deva englobar todo o período exigido para a concessão do benefício, bastando apresentar indícios de condição de rurícola. Para tanto, a Corte Superior de Justiça, nas causas de trabalhadores rurais, tem adotado critérios interpretativos favorecedores de uma jurisdição socialmente justa, admitindo mais amplamente documentação comprobatória da atividade desenvolvida. Seguindo essa mesma premissa, firmou posicionamento segundo o qual as certidões de nascimento, casamento e óbito, bem como certidão da Justiça Eleitoral, carteira de associação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e contratos de parceria agrícola são aceitos como início da prova material, nos casos em que a profissão rural estiver expressamente consignada. Da mesma forma, admite que a condição profissional de trabalhador rural de um dos cônjuges, constante de assentamento em Registro Civil, seja extensível ao outro, com vistas à comprovação de atividade rurícola (STJ, EREsp 1.171.565/SP, Ministro Nefi Cordeiro, Terceira Seção, DJ de 05.03.2015; AgRg no REsp 1.448.931/SP, Segunda Seção, Ministro Humberto Martins, DJ de 02.06.2014; AgRg no REsp 1.264.618/PR, Sexta Turma, Ministro OG Fernandes, DJ de 30.08.2013). (...) (Apelação Cível nº 0007054-88.2006.4.01.3800/MG, 1ª Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais - TRF da 1ª Região, Rel. Convocado Luciana Pinheiro Costa. j. 04.09.2017, unânime, e-DJF1 06.11.2017)." (Grifos meus) Ressalta-se que para o exame da contemporaneidade não deve ser exigida a prova ano a ano, repito, pela dificuldade de coleta de prova no labor rural, sendo que o importante é haver prova que leve ao convencimento de continuidade da atividade rural, mesmo pela confrontação da prova oral, de onde documentos de períodos podem ser aproveitados para o todo. Não bastasse isso, as testemunhas ouvidas em audiência de instrução e julgamento confirmaram o labor rurícola do autor, se não vejamos (ID. 23108671): "Que é conhecido do autor há muito tempo, desde 2000. Que a testemunha já viu o autor trabalhando na Comunidade Café Norte. Que o autor trabalhava em uma fazenda. Que o autor roçava pastos, fazia cercas, etc. Que era serviços geral. Que o autor trabalhava na fazenda do Sr. Luiz. Que depois do acidente o autor não conseguiu mais exercer seu labor habitual.." - (SIC) - Francisco dos Santos. "Que conhece o autor desde 2002. Que se conheceram na época em que a o autor trabalhou em uma fazenda em frente a propriedade rural da testemunha. Que era na fazenda Santa Maria. Que o autor parou de trabalhar faz pouco tempo. Que o autor sofreu o acidente nesta fazenda. Que depois do acidente o autor não conseguiu mais trabalhar. Que a esposa do autor ajuda no labor rural. Que criam galinhas. Que o autor não consegue trabalhar. Que depende da esposa. Que o autor tem uma casa pequena, simples, de madeira na Comunidade Trevo Ouro Verde. Que não tem veículos." - (SIC) – Djalma Julião. "Que conhece o autor há 15 anos. Que o autor chegou na região rural e foi trabalhar em uma fazenda. Que nessa fazenda trabalhou juntamente com o autor. Que era diarista. Que moravam com a família. Que o autor permaneceu nesta fazenda exercendo labor rural nesta fazenda até o momento em que sofreu um acidente no trabalho. Que a fazenda era de propriedade do Sr. Luiz." - (SIC) – Élcio Marques Fernandes. Destarte, no que pertine à qualidade de segurado especial do requerente, vejo que os documentos que instruíram a inicial, mostram-se como provas hábeis para comprovar a referida situação de segurado, uma vez que restou demonstrado nos autos o exercício da atividade rural por período equivalente ao da carência exigida por Lei, conforme já vem decidindo reiteradamente os Tribunais Pátrios: "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. REMESSA OFICIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUXÍLIO-DOENÇA. QUALIDADE DE SEGURADO ESPECIAL. TRABALHADOR (A) RURAL. VISÃO MONOCULAR. INCAPACIDADE LABORAL. COMPROVAÇÃO POR LAUDO OFICIAL. CONDIÇÕES PESSOAIS. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA(...) 4. Comprovada a qualidade de trabalhador rural mediante início de prova material, devidamente corroborada pela prova testemunhal produzida em Juízo, deve ser reconhecido o direito do segurado à percepção do benefício. 5. A qualificação de lavrador constante dos documentos juntados aos autos é válida como início de prova material (ITR). 6. Comprovada, ainda, através de laudo médico pericial a incapacidade parcial e permanente para o exercício da atividade laboral, deve ser mantida a procedência do pedido de aposentadoria por invalidez. (...). (Apelação Cível nº 0043263-72.2017.4.01.9199/AC, 1ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Carlos Augusto Pires Brandão. j. 27.09.2017, unânime, e-DJF1 25.10.2017)." (Grifos meus) Superada esta questão referente à qualidade de segurado especial do requerente, necessário destacar que a perícia reconheceu categoricamente a incapacidade parcial e definitiva do autor para o trabalho, sendo conclusiva no sentido da permanência desta incapacidade, tenho que o mesmo tem direito a concessão da aposentadoria por invalidez uma vez que comprovada a existência de todos os requisitos do artigo 42 da Lei nº 8.213/91. Vejamos alguns trechos do laudo pericial, em síntese (12942670): 01) O (a) periciando (a) é portador de doença ou afecção? Qual ou quais? Resposta: Sim. Autor portador de lesões de pé diabético com sinais de cirurgia de amputação do primeiro e segundo pododáctilo

esquerdo; paciente diabético. (pág. 03) 07) O (a) periciando (a) é INSUSCEPTÍVEL de recuperação ou reabilitação para o exercício de outra atividade que lhe garanta a subsistência? Ou seja, pode-se firmar que a incapacidade é DEFINITIVA? Resposta: O periciado é suscetível de recuperação parcial. Parcialmente é definitiva olhando pela lesão do pé diabético. A possibilidade de reabilitação para outra atividade é possível, embora o autor é trabalhador rural desde a infância. (pág. 04) 08) Considerando: incapacidade total = incapacidade para toda e qualquer atividade laboral; incapacidade parcial = incapacidade, ao menos, para a atividade laboral; incapacidade definitiva = sem prognóstico de recuperação; incapacidade temporária = com prognóstico de recuperação (informar data da possível reabilitação e/ou tempo de tratamento necessário), defina se a incapacidade verificada é: a) total e definitiva; b) total e temporária; c) parcial e definitiva; d) parcial e temporária. Resposta: "c) parcial e definitiva." (pág. 4) [...] Pois bem. Quanto à aposentadoria por invalidez, reza o art. 42 da Lei 8.213/91: Art. 42: "A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição. § 1º A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança. § 2º A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão". Destarte, a concessão do benefício de Aposentadoria por invalidez (artigos 42 a 47, da Lei nº 8.213/91) tem por requisitos: a) a qualidade de segurado; b) o cumprimento do período de carência (12 contribuições - art. 25, I, da lei 8.213/91), quando exigida; c) a prova médico-pericial da incapacidade total e permanente para o trabalho, insuscetível de recuperação ou de reabilitação para outra atividade que garanta a subsistência; d) demonstração de que o segurado não era portador da alegada doença ao filiar-se ao Regime Geral da Previdência Social. Seguindo o raciocínio, considerando que o autor já comprovou o exercício da atividade rural, por período equivalente ao da carência exigida, resta-nos analisar a incapacidade. O caso não merece muitas digressões, eis que, como vimos nos autos, o autor há muito trava uma luta diária contra sua enfermidade, e não é preciso muito intelecto para concluir que a impossibilidade de trabalho, e a falta de amparo por parte da previdência, acarretam-lhe prejuízos imensuráveis na mantença da subsistência sua e de sua família. Por oportuno, calha à fiveleta registrar que, segundo entendimento dominante na jurisprudência pátria, nas ações em que se objetiva a concessão de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença, o julgador firma seu convencimento com base na prova pericial, não deixando de se ater, entretanto, aos demais elementos de prova, sendo certo que embora possível, teoricamente, o exercício de outra atividade pelo segurado, ainda assim a inativação por invalidez deve ser outorgada se, na prática, for difícil a respectiva reabilitação, seja pela natureza da doença, ou, pela natureza das atividades desenvolvidas, seja pela idade avançada. Além disso, devem ser consideradas as condições pessoais do postulante, tais como a presumível pouca instrução, a idade, a limitada experiência profissional (sempre trabalhou como empregado rural), e, por fim, o exíguo mercado de trabalho atual, já restrito até para pessoas jovens e saudáveis. No presente, caso, seria muito difícil que a parte autora tivesse êxito num processo de reabilitação dada às suas circunstâncias. De fato, ordenar que o autor recomponha sua vida profissional, negando-lhe o benefício no momento em que dele necessita, seria contrariar o basilar princípio da dignidade da pessoa. Observe-se que a doença do autor é incompatível com a sua atividade habitual de trabalhador rural. D' outra banda, no que tange ao termo inicial do benefício, consoante entendimento jurisprudencial, tenho que é devido o pagamento do auxílio-doença desde o seu requerimento na via administrativa (14/02/2017, ID 10108225), com a sua conversão em aposentadoria por invalidez, a partir da data da perícia médica (05/04/2018 – ID. 12942670). Nesse toada, é o entendimento jurisprudencial Pátrio, conforme acórdãos que ora transcrevo: "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. REMESSA OFICIAL. AUXÍLIO-DOENÇA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. QUALIDADE DE SEGURADO. TRABALHADOR URBANO. INCAPACIDADE TOTAL E PERMANENTE POR LAUDO OFICIAL. TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. VERBA ADVOCATÍCIA. (...) 6. O termo inicial será a data do dia imediato ao da cessação do auxílio-doença (art. 43 da Lei 8.213/91), com conversão em aposentadoria por invalidez, a partir do laudo pericial, conforme determinação da r. sentença. (...) (Apelação Cível nº 0047702-29.2017.4.01.9199/MG, 1ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Carlos Augusto Pires Brandão. j. 29.11.2017, unânime, e-DJF1 24.01.2018). (Grifos meus) "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. TRABALHADOR URBANO. TERMO DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. REVISÃO ADMINISTRATIVA DA BENESSE. ART. 71 DA LEI 8.212/91 E ART. 101 DA LEI 8.213/91. (...) 3. O termo inicial do benefício será a data do requerimento administrativo ou o dia imediato ao da cessação do auxílio-doença. Não havendo requerimento, será a data da citação do INSS. In casu, deve ser reconhecido o direito ao auxílio-doença ao requerente a partir da data do requerimento administrativo em 07.06.2011 (fls. 38), o qual será mantido até que a parte autora restabeleça a sua capacidade laborativa, após a submissão a exame médico-pericial na via administrativa, que conclua pela inexistência de incapacidade, podendo o benefício ser convertido em aposentadoria por invalidez, a depender do resultado do processo de reabilitação. Devem, ainda, ser descontados eventuais importes recebidos, no mesmo período, a título de benefício inacumulável. (...) (Apelação Cível nº 0036812-31.2017.4.01.9199/MG, 2ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. João Luiz de Sousa. j. 30.08.2017, unânime, e-DJF1 11.09.2017). (Grifos meus) Destarte, comprovados os requisitos legais para obtenção do benefício da aposentadoria por invalidez, imperiosa se faz a procedência dos pedidos contidos na presente actio. Por fim, e não menos importante, vale salientar que a pessoa beneficiária de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, como é o caso dos autos, está obrigado a se submeter a exames periódicos a cargo da Autarquia, nos termos dos arts. 70 da Lei n.º 8.212/1991, 101, § 1º e § 2º e 43, § 4º, da Lei nº 8.213/1991. Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, e o faço para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ao pagamento do auxílio-doença ao autor, Sr. Nilson Nunes Almeida, equivalente ao salário-de-benefício, a partir do requerimento na via administrativa (14/02/2017, ID 10108225), perdurando até a conversão em aposentadoria por invalidez, nos termos do artigo 43 da Lei nº 8.213/91, na data da perícia médica (05/04/2018 – ID. 12942670), devidamente atualizado. Nos termos do art. 80, parágrafo único, III, "g", da Resolução /Presi/Cojef nº 16/2010, seguem os parâmetros para implantação do benefício: Número do CPF: 941.690.631-04. Nome da Mãe: Laudelina Nunes Almeida. Nome do segurado: Nilson Nunes Almeida. Endereço do segurado: Comunidade Trevo Ouro Verde, s/n, zona rural, Colíder/MT. Benefício concedido: Auxílio-doença. DIB: 14/02/2017 - DER Benefício concedido: Aposentadoria por invalidez DIB: 05/04/2018– data da perícia médica (conversão). 3 - DECLARO a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade da aposentadoria que é substituir a remuneração do trabalhador quando, em razão da idade avançada e/ou enfermidade, não tem condições de exercer atividade laborativa. 4 - Outrossim, ante a decisão supra, TORNO DEFINITIVA A TUTELA ANTECIPADA concedida na r. decisão de ID. 10641055, razão pela qual, OFICIE-SE o INSS – APSADJ – Agência da Previdência Social de Atendimento às Demandas Judiciais para cumprimento da presente decisão, em especial, realizando as devidas retificações em seu sistema. Ademais, DECLARO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil. 5 - Sobre as prestações em atraso incidirão correção monetária a partir do vencimento de cada parcela, na forma prevista na Lei 6.899/81 e Súmulas 43 e 148 do STJ e juros de mora devidos em 1% ao mês, a contar da citação até a Lei 11.960/09, e a partir de então à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, nos termos do art. 1ºF, da Lei 9.494/97, c/c art. 406, do CC/02; c/c 161, § 1º, do CTN; enunciado 20 do CJF e da Súmula 204 do STJ. 6 - DEIXO DE CONDENAR a requerida em custas e despesas processuais, nos termos do art. 1º, § 1º, da Lei n. 9.289/96; c/c art. 3º, inciso I, da Lei Estadual 7.603/2001. 7 - CONDENO a requerida no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência que fixo em 10% (dez por cento) sobre as parcelas vencidas, consoante Súmula 111 do STJ, não incidindo, portanto, sobre as parcelas vincendas, que serão pagas administrativamente com a implantação do benefício no sistema geral de previdência social. 8 - Sem custas, na forma da Lei. 9 - Interposto recurso de apelação, independentemente de análise dos requisitos de admissibilidade da insurgência, nos termos dos arts. 994 a 1.014 do Código de Processo Civil, INTIME-SE para as contrarrazões. Vencido o

prazo, com ou sem elas, subam os autos sem demora ao Tribunal Regional Federal, com as nossas homenagens. 10 - Preclusas as vias recursais, o que deverá ser certificado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas e anotações devidas, se nada for requerido em 15 (quinze) dias. 11 - Diante da eventual preclusão da via recursal voluntária, submeta-se ao reexame necessário se, após a liquidação, o valor da condenação exceder 1.000 (mil) salários mínimos (art. 496, § 3º, do Código de Processo Civil.) Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Colíder/MT, data da assinatura digital. Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001965-93.2017.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
JAIR MENDES SOBRINHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FREDERICO STECCA CIONI OAB - PR0054275A (ADVOGADO(A))
CAMILA EMILY DO NASCIMENTO SOUZA OAB - MT19960/O (ADVOGADO(A))
RICARDO ZEFERINO PEREIRA OAB - MT0012491A-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1001965-93.2017.8.11.0009. AUTOR(A): JAIR MENDES SOBRINHO RÉU: INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL Vistos, etc. Trata-se de "Ação Previdenciária de Pensão por Morte" movida por Jair Mendes Sobrinho, contra Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, ambos devidamente qualificados na inicial. Aduz a parte autora, em síntese, que mantinha união estável com a de cujus até seu falecimento, sendo que desta união advieram o nascimento de 07 (sete) filhos, contudo, teve seu requerimento de pensão por morte negado perante a autarquia, sob o argumento de falta de comprovação de dependente. Recebida a inicial ao ID 11325440. Citada, a Autarquia requerida apresentou contestação ao ID 12828455, alegando, em síntese, que não o autor não comprovou a união estável com a de cujus, bem como a qualidade de segurado. Ao final, pugnou pela improcedência da ação. Impugnação à contestação colacionada ao ID 12938654. A instrução ocorreu ao ID 24379378, sendo ouvidas as testemunhas referidas no termo de audiência, momento em que a parte requente ofereceu as alegações finais remissivas a inicial. É o breve relatório. FUNDAMENTO E DECIDO. Muito bem. O benefício previdenciário de pensão por morte é aquele devido aos dependentes do segurado que veio a falecer e tem previsão legal nos artigos 74 a 79 da Lei 8.213/91. Segundo orientação do STF (Cf. ARE 749558-AgR, Rel. Ministro Teori Zavascki, Segunda Turma, DJe 13/10/2014; e ARE 774.760-AgR, Rel. Ministro Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe 11/03/2014), do STJ (Súmula nº 340) e do TRF1ª Região (Cf. AC 0041804-45.2011.4.01.9199/MG, Rel. Desembargadora Federal Ângela Catão, Primeira Turma, e-DJF1 p. 399 de 24/02/2015; e AC 0049088-46.2007.4.01.9199/RO, Rel. Desembargador Federal Cândido Moraes, Segunda Turma, e-DJF1 p. 98 de 21/01/2015), deve-se aplicar, para a concessão de benefício de pensão por morte, a legislação vigente ao tempo do óbito do instituidor. Neste sentido, o art. 16 da Lei 8.213/1991, na redação vigente à época do óbito do instituidor da pensão – 23/07/2017 (certidão de ID 10427900) – enumera as pessoas que são beneficiárias da Previdência social, na condição de dependentes do segurado, como se vê abaixo: "Art. 16. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado: I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave; II - os pais; III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave; § 1º. A existência de dependente de qualquer das classes deste artigo exclui do direito às prestações os das classes seguintes. § 2º. O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica na forma estabelecida no Regulamento. § 3º. Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado ou com a segurada, de acordo com o § 3º do art. 226 da Constituição Federal. § 4º. A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e a das demais deve ser comprovada." Assim, para que os dependentes do segurado tenham direito à percepção do benefício de pensão por morte, de acordo com o caput do artigo 74 da Lei 8.213/91, é necessária a presença de alguns requisitos, quais sejam: a) o óbito do segurado; b) a qualidade de segurado do falecido; e c) a dependência econômica, que pode ser presumida ou comprovada (art. 16, § 4º da Lei 8.213/1991). Insta salientar que, se considera companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado ou com a segurada, de acordo com o § 3º do art. 226 da Constituição Federal e artigo 16, § 3º, da Lei 8.213/91. No caso dos autos, verifico que houve a efetiva comprovação do alegado por parte da autora quanto à união estável, juntando início de prova documental, qual seja, a certidão de óbito informando que a de cujus convivia a mais de 35 (trinta e cinco anos) com o autor, e a certidão de nascimento do neto constando o autor e a de cujus como avós maternos, corroborada pelas seguras informações prestadas pelas testemunhas, dando conta de que a convivência entre a de cujus e o autor era sob o mesmo teto, como se casados fossem, fato este que demonstra a existência de união estável. Subjaz verificar, ainda, a condição de segurada da de cujus e, acerca da qualidade de segurada, o requerente juntou como início de prova material: I) a referida certidão de óbito, constando a profissão da de cujus como agricultora, ano de 2017 (ID 10427900) e II) notas fiscais de produtos rurais dos anos de 2016 e 2017 (ID 10427900). Destarte, ante a realidade fática vivida pelos rurícolas e face à patente hipossuficiência dos trabalhadores do campo, os documentos carreados aos autos servem de início de prova material, pois comprova o exercício de atividade rural por parte da de cujus. Confiramos o seguinte aresto do Tribunal Regional Federal da 1ª Região in verbis: PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL CORROBORADA PELA PROVA TESTEMUNHAL. BENEFÍCIO DEVIDO. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO FIRMADO PELO STF. 1. (...) 2. A pensão por morte é benefício devido ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer e, para a sua concessão, é indispensável que se prove, no momento do óbito, a qualidade de segurado do instituidor e a condição de dependente econômico(a) do(a) requerente. 3. Para o reconhecimento da condição de segurada especial, cumpre ao interessado comprovar o exercício de atividade rural em regime de economia familiar, mediante início razoável de prova material, complementada pela prova oral (art. 39, I ou art. 143 c/c art. 55, § 3º, da Lei nº 8.213/91 e Súmulas nº 27/TRF1ª Região e 149/STJ - precedente: TRF1 - Segunda Turma, AC nº 1998.01.00.019654-3/MG, in DJ de 19.10.2006). A jurisprudência do STJ admite, inclusive, que essa comprovação seja feita com base em dados do registro civil, como em certidão de casamento ou de nascimento dos filhos e, ainda, em assentos de óbito, no caso de pensão, em suma, por meio de quaisquer documentos que contenham fé pública, o que é extensível, inclusive, ao cônjuge do segurado (cf. REsp 1081919/PB, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 02.06.2009, DJe 03.08.2009). (...) (Apelação Cível nº 0055465-18.2016.4.01.9199/GO, 1ª Câmara Regional Previdenciária da Bahia - TRF da 1ª Região, Rel. Cristiano Miranda de Santana. j. 15.12.2017, unânime, e-DJF1 27.02.2018). (Grifo nosso) Corroborando a condição de rurícola demonstrada nos documentos apresentados pela parte autora, as testemunhas ouvidas na audiência de instrução foram claras ao afirmar que a falecida e o autor trabalhavam no campo e conviviam em união estável, descrevendo as atividades desenvolvidas à época. Vejamos: "Que conheço o autor há mais de 20 anos. Que quando conheceu o autor ele morava na comunidade Marco de Cimento. Que morou um pouco na cidade e depois voltou para lá. Que quando a esposa faleceu, eles moravam no sítio. Que o autor e a de cujus conviviam juntos há muitos anos e tinha 5 ou 6 filhos. Que não tinha empregados nem maquinários. Que a renda provinha do sítio. Que o autor vendia na cidade a produção do sítio. que a convivência do autos e a de cujus era de marido e mulher. Que na época do falecimento, eles moravam na zona rural e trabalhavam lá." (sic) Adilson José Mendonça. "Que conhece o autor há uns 15/16 anos. Que o autor morou no sítio, trabalhava lá. Que tinha 5 netos morando com ele. Que quando a de cujus faleceu, estava morando com ele no sítio. que tinham porco, galinha. Que sobreviviam somente dessa renda. Que não tinha gado. Que não tinham empregados, nem maquinários. Que a convivência com a de cujus era notória como casados. Que estavam juntos quando ela faleceu." (sic) José Ramos. Insta salientar que, em que pese o Sr. José Ramos tenha sido ouvido como informante, "a oitiva de testemunha como informante não retira a validade e licitude da aludida prova, cabendo ao julgador avaliar com prudência a credibilidade do relato colhido" (TJ-PR - AI: 5207354 PR 0520735-4, Relator: Ruy Muggiati, Data de Julgamento: 29/10/2008, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 7748). Portanto, havendo prova documental suficiente à caracterização de

início de prova material, corroborada por prova testemunhal, é de se considerar plenamente comprovado o exercício da atividade rural. Sobre o período de carência, segundo conceito insculpido no artigo 24 da Lei 8.213/91, é "o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências". A propósito, para concessão de pensão por morte de trabalhador rural, a Lei nº 8.213/91, se exige apenas a demonstração da qualidade de segurado do falecido e a condição de dependente do beneficiário, independentemente de carência ou de recolhimento de contribuições, conforme dispõe o art. artigo 26, III, e art. 39, I, da da Lei nº 8.213/91. D' outra banda, no que tange ao termo inicial do benefício, consoante entendimento jurisprudencial, no caso dos autos tenho que é devido o pagamento da pensão por morte desde a data do óbito (23/07/2017), vez que requerida dentro do prazo estipulado pelo inciso I, do art. 74, da Lei 8.213/91. Nesse toada, é o entendimento jurisprudencial Pátrio, conforme acórdão que ora transcrevo: PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REQUISITOS. ÓBITO. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. QUALIDADE DE SEGURADO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. IRRELEVÂNCIA. TERMO INICIAL. CONSECTÁRIOS LEGAIS. IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO. (...) 5. O termo inicial do benefício de pensão por morte deve ser fixado de acordo com as Leis vigentes por ocasião do óbito. Antes da Lei nº 9.528/97, de 10/12/1997, o benefício era devido a contar do falecimento, independente da data do requerimento. A partir do advento dessa Lei, a pensão por morte passou a ser devida: A) a contar do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste; b) do requerimento, quando pleiteada após o prazo mencionado. 6. Em se tratando de obrigação de trato sucessivo e de verba alimentar, não há falar em prescrição do fundo de direito. Contudo, são atingidas pela prescrição as parcelas vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação, conforme os termos do parágrafo único do art. 103 da Lei nº 8.213/91 e da Súmula nº 85/STJ. 7. (...) (TRF 4ª R.; AC 0012757-62.2014.404.9999; PR; Quinta Turma; Rel. Des. Fed. Roger Raupp Rios; Julg. 25/10/2016; DEJF 14/11/2016). Grifos meus. Assim, tendo sido provado o vínculo de companheirismo, notadamente em face das declarações prestadas pelas testemunhas e, consequentemente, o vínculo de dependência, entre o Requerente e a "de cujus", conclui-se à evidência que foram preenchidos os requisitos legais para a concessão do benefício previdenciário. Ex positis, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, e o faço para CONDENAR o Instituto Nacional do Seguro Social ao pagamento da pensão por morte ao requerente Jair Mendes Sobrinho, equivalente ao salário-de-benefício, a partir da data do óbito da de cujus (23/07/2017), devidamente atualizado. Nos termos dos parâmetros para implantação do benefício, nos termos do art. 80, parágrafo único, III, "g", da Resolução /Presi/Cojef nº 16/2010: Número do CPF: 781.653.691-72. Nome da Mãe: Odete Nunes Dias. Nome do(a) dependente: Jair Mendes Sobrinho. Endereço: Comunidade Marco Cimento, zona rural, em Colíder–MT. Benefício concedido: Pensão por morte. DIB: 23/07/2017 – data do óbito da de cujus. Declaro a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade da pensão por morte que é amparar os dependentes do trabalhador quando, em razão do falecimento, não tem condições de sobreviver sem o auxílio do sustentador "de cujus". Outrossim, em analogia ao art. 4º da Lei n. 10.259/01, CONCEDO a antecipação dos efeitos da tutela, pela própria fundamentação da presente sentença e pelo periculum in mora em decorrência do caráter alimentar das prestações, e DETERMINO a implementação do beneficio no prazo de trinta (30) dias, sob pena de MULTA DIÁRIA que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais). Ademais, declaro extinto o presente processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I do CPC. Os juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. Ainda, determino que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida. Sem custas à vista da isenção determinada pela Lei n° 9.289/96, art. 1, § 1º e Lei Estadual n° 7.603/2001. Por fim, fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor das parcelas devidas até esta data, conforme entendimento pacificado na Seção Previdenciária do TRF e no Superior Tribunal de Justiça (Enunciado de súmula 111 – Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre prestações vincendas). Sem custas, na forma da lei. Interposto recurso de apelação, independentemente de análise dos requisitos de admissibilidade da insurgência, nos termos dos arts. 994 a 1.014 do CPC, intime-se para as contrarrazões. Vencido o prazo, com ou sem elas, subam os autos sem demora ao Tribunal Regional Federal, com as nossas homenagens. Preclusas as vias recursais, o que deverá ser certificado, arquivem-se os autos, com as baixas e anotações devidas, se nada for requerido em 15 dias. Diante da eventual preclusão da via recursal voluntária, submeta-se ao reexame necessário se, após a liquidação, o valor da condenação exceder 1.000 (mil) salários mínimos (art. 496, § 3º NCPC). Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Colíder/MT, data da assinatura digital. Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001252-50.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
MARTA DA SILVA NOGUEIRA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FREDERICO STECCA CIONI OAB - PR0054275A (ADVOGADO(A))
CAMILA EMILY DO NASCIMENTO SOUZA OAB - MT19960/O (ADVOGADO(A))
RICARDO ZEFERINO PEREIRA OAB - MT0012491A-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
29.979.036.0001-40 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1001252-50.2019.8.11.0009. AUTOR(A): MARTA DA SILVA NOGUEIRA SILVA RÉU: 29.979.036.0001-40 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS Vistos etc. Marta da Silva Nogueira Silva ajuizou "Ação Previdenciária de Aposentadoria por Idade Rural" em face do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, alegando, em síntese, possuir todos os requisitos necessários para perceber o benefício de aposentadoria rural por idade. Ao ID 21919268, recebida a inicial, momento em que fora designada audiência de instrução e julgamento. Citada, a Autarquia ré apresentou contestação ao ID 23953299, alegando, em síntese, que a autora não preenche os requisitos necessários para perceber o benefício pleiteado. Entre um ato e outro, realizada audiência de instrução e julgamento ao ID 26019356, sendo ouvida as testemunhas presentes e apresentada remissivas à inicial pela parte autora. É o relatório. FUNDAMENTO e DECIDO. Trata-se ação previdenciária de aposentadoria rural por idade, na qual a autora pretende o reconhecimento de sua condição rurícola, bem como de todos os requisitos para a concessão do benefício pleiteado. A concessão do benefício de aposentadoria por idade ao trabalhador rural exige o preenchimento de três requisitos legais: (a) idade mínima de 55 anos, se mulher, e 60 anos, se homem (art. 201, § 7º, II, da CF/88, e art. 48, § 1º, da Lei n° 8.213/91); (b) carência, traduzida no efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido (art. 48, § 2º, da Lei n° 8.213/91), com especial atenção à tabela de transição contida no artigo 142 da mesma lei, e; (c) qualidade de segurado especial no curso do prazo fixado no item anterior, segundo o conceito descrito no art. 11, VII, e § 1º, da Lei n° 8.213/91. A requerente, nascida em 01/09/1960, atingiu a idade mínima necessária para se aposentar em 2015, cabendo-lhe ainda demonstrar por início de prova material corroborado com prova testemunhal o efetivo exercício de atividade rural. No que pertine à carência, deve a requerente ainda demonstrar que o exercício de atividade rural na condição de segurada especial, à luz do artigo 142 da Lei n° 8.213/91, deu-se no prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) meses, imediatamente da data em que completou a idade mínima (aquisição do direito à aposentadoria), caso o pedido de benefício houver sido formulado após a cessação da atividade rural (AC nº 2007.01.99.012440-5/MT, rel. Juiz Federal Cleberson José Rocha (conv), DJ de 28/06/2007, p. 34). Nesse tema, consoante o artigo 55, § 3º, da Lei n° 8.213/91, a comprovação do tempo de serviço rural só produzirá efeito quando baseada em início razoável de prova material, contemporânea à época dos fatos alegados, não se exigindo que esta prova inicial corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício (Súmulas 14 e 34 da Turma

Nacional de Uniformização e Súmula 5 da Primeira Turma de Rondônia, DJ-RO de 23/11/2006), devidamente corroborada por prova testemunhal produzida em juízo, se for necessária. No caso em tela, a requerente juntou como início de prova material: a) ID 21909225 , pág. 3, Declaração constando que a autora estudou em escola rural nos anos de 1972, a 1975; b) ID 21909225, pág. 12, ITR do ano de 1992; c) ID 16660700 – Notas de compra e venda de produtos rurais dos anos de 1996 a 1998 e 2009, e d) ID 21909228, pág. , notas ficais de produtor rural, ano de 1998 a 2000, 2003, 2004, 2006 a 2009, entre outros, o que, a princípio demonstraria a qualidade de segurada especial rural. Compulsando os auto, verifico que foram acostados ao presente feito pelo requerido ao ID 23953300, CNIS onde a origem do vínculo da requerente era EMPRESÁRIO/EMPREGADOR nos anos de 1990 e 1991, bem como conforme extratos ao ID 23953300 e relatório obtido através do Sistema Infoseg anexo, que constam a autora como sócia de estabelecimento comercial ativo desde 2007, bem como já teve outras empresas, exercendo atividade laborativa urbana e demonstrando que a subsistência da família não era proveniente exclusivamente pelo labor rurícola, descaracterizando, desta forma, a qualidade de segurada especial em regime de economia familiar. Quais sejam elas: a) MYCHAELLY COMERCIAL DE ALIMENTOS LTDA, sendo a autora sócia, data de início de atividade em 10/10/2007, de situação cadastral ATIVA. b) MARTA NOGUEIRA MARIA & CIA LTDA, sendo a autora sócia-administradora, data de início de atividade em 30/10/2009, de situação cadastral SUSPENSA. c) PICOLO & NOGUEIRA LTDA, de propriedade da autora, data de início de atividade em 23/10/1989, de situação cadastral INAPTA. Nesse sentido, colaciono os julgados: PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. EXTENSÃO DO INÍCIO DE PROVA MATERIAL A OUTRO INTEGRANTE DO GRUPO FAMILIAR. POSSIBILIDADE. ELEMENTOS PROBATÓRIOS INSUFICIENTES. ATIVIDADE DO MARIDO DE NATUREZA URBANA. DESCARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE RURAL EM REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. AGRAVO LEGAL IMPROVIDO. - [...] A possibilidade de extensão do início de prova material a outro integrante do grupo familiar já se encontra pacificado no E. Superior Tribunal de Justiça. [...] Embora presente o início da prova material do trabalho rural, verifica-se que não restou caracterizado o labor rural em regime de economia familiar. Em análise às informações constantes no Cadastro Nacional de Informações Sociais (fls. 139/148), é possível verificar que o marido da autora exerceu atividade urbana, na qualidade de empresário, proprietário de uma serraria, por muitos anos, informação, aliás, comprovada pelas declarações unânimes das testemunhas. - Existência de documentos demonstrando que a atividade predominante do marido da autora era urbana, como empresário e que, portanto, o sustento da família não provinha exclusivamente da atividade rural exercida pela família, resta descaracterizado o labor rural em regime de economia familiar. - Ineficaz o início de prova material apresentado, e assim, descaracterizado o regime de economia familiar (artigo 11, § 1º, da Lei 8.213/91), no sentido de que a parte autora tenha exercido atividades no campo como pequeno produtor rural em regime de economia familiar. - Agravo legal improvido. (TRF-3 - AC: 48776 SP 0048776-02.2011.4.03.9999, Relator: JUÍZA CONVOCADA CARLA RISTER, Data de Julgamento: 22/04/2013, SÉTIMA TURMA) (Grifos meus) PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. VÍNCULO URBANO EM NOME PARTE AUTORA E DE SEU ESPOSO. IMPOSSIBILIDADE DE EXTENSÃO DAS PROVAS EM NOME DO MARIDO IN CASU. AGRAVO LEGAL IMPROVIDO. – [...] - Em relação à possibilidade de extensão do início de prova material a outro integrante do grupo familiar, também já se encontra pacificado o entendimento no âmbito do E. STJ. - O requisito etário restou preenchido em preenchido em 02/09/2001 (fl. 14), anteriormente, portanto, ao ajuizamento da ação. - A parte autora apresentou cópia da sua certidão de casamento celebrado em 1969, na qual consta a qualificação do marido como lavrador. - As informações constantes do Cadastro Nacional de Informações Sociais - CNIS acostados aos autos pelo INSS a fls. 94/96 apontam que o cônjuge da requerente tem registros de trabalho na atividade urbana no período de 06/10/1977 a 25/09/2009, vindo a receber auxílio-doença previdenciário nos interregnos de 21/02/2007 a 28/02/2008 e 16/09/2008 a 30/10/2008. Deveras, ilidido o início de prova material acostada aos autos. - À vista da condição profissional urbana noticiada e comprovada pelo INSS fls. 94/96, resulta por inviabilizada a pretendida extensão da qualificação rural do então cônjuge da parte autora, aos fins colimados. [...] (TRF-3 - APELREEX: 13679 SP 0013679-38.2011.4.03.9999, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL MÔNICA NOBRE, Data de Julgamento: 17/06/2013, SÉTIMA TURMA) (Grifos meus) Logo, ausentes os requisitos, indevido o benefício pretendido e a improcedência do pedido é medida que se impõe. Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO DE APOSENTADORIA RURAL POR IDADE, ajuizado por Marta da Silva Nogueira Silva contra o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. CONDENO a parte autora ao pagamento das custas processuais e em honorários advocatícios, que arbitro em 10 % (dez por cento) sobre o valor atribuído à causa. Contudo, SUSPENDO a sua exigibilidade, nos termos do §3º, art. 98, do Código de Processo Civil, por ser beneficiária da Justiça Gratuita, na forma da lei. Interposto recurso de apelação, independentemente de análise dos requisitos de admissibilidade da insurgência, nos termos dos arts. 994 a 1.014 do CPC, INTIME-SE para as contrarrazões. Vencido o prazo, com ou sem elas, subam os autos sem demora ao Tribunal Regional Federal, com as nossas homenagens. Preclusas as vias recursais, o que deverá ser certificado, arquivem-se os autos, com as baixas e anotações devidas, se nada for requerido em 15 dias. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Colíder/MT, data da assinatura digital. Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001733-47.2018.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
NEIDE RUAS SOARES ZORTEA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO ZEFERINO PEREIRA OAB - MT0012491A-B (ADVOGADO(A))
CAMILA EMILY DO NASCIMENTO SOUZA OAB - MT19960/O (ADVOGADO(A))
FREDERICO STECCA CIONI OAB - PR0054275A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1001733-47.2018.8.11.0009. AUTOR(A): NEIDE RUAS SOARES ZORTEA RÉU: INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL Vistos, etc. Neide Ruas Soares Zortega ajuizou “Ação Previdenciária de Aposentadoria por Idade Rural” em face do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, alegando, em síntese, possuir todos os requisitos necessários para perceber o benefício de aposentadoria rural por idade. Ao ID 15865007, fora recebida a inicial, momento em que foi determinada a citação do requerido, bem como designada audiência de instrução e julgamento. Citada, a Autarquia ré apresentou contestação ao ID 17765522, alegando, em síntese, que a autora não preenche os requisitos necessários para perceber o benefício pleiteado. Ao final, pugna pela improcedência da ação. Ao ID. 17827145, fora certificado a tempestividade da contestação. A instrução ocorreu ao ID. 19677026, sendo ouvidas as testemunhas presentes. Ato contínuo a requerente pugnou pela desistência de uma testemunha e, após, apresentou alegações finais remissivas à inicial, reiterando o pedido de tutela antecipada. Por fim, diante da afetação dos Recursos Especiais n. 1.674.221/SP e n. 1.788.404/PR – TEMA 1007, este Juízo suspendeu os autos até o seu julgamento. (ID. 19688070). É o relatório do necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. 1 - Ante o julgamento do Tema 1007, em que houve a fixação da seguinte tese, passo ao julgamento do processo: "O tempo de serviço rural, ainda que remoto e descontínuo, anterior ao advento da Lei 8.213/1991, pode ser computado para fins da carência necessária à obtenção da aposentadoria híbrida por idade, ainda que não tenha sido efetivado o recolhimento das contribuições, nos termos do art. 48, § 3º da Lei 8.213/1991, seja qual for a predominância do labor misto exercido no período de carência ou o tipo de trabalho exercido no momento do implemento do requisito etário ou do requerimento administrativo". 2 – Pois bem. Quanto à preliminar de prescrição das parcelas vencidas anteriormente ao quinquênio que precede o ajuizamento da ação, verifica-se que se trata de prejudicial de mérito, incabível no presente feito, uma vez que, se reconhecido o direito do autor será a partir de 2018, não havendo que se falar em quinquênio. 3 - Estando devidamente instruído o feito, passo ao julgamento do mérito. Cumpre ressaltar que, apesar de a autora ter postulado ação previdenciária por idade rural, se denota dos autos que a requerente não preenche os requisitos necessários para perceber o benefício pleiteado na exordial. Isso porque ao analisar aos demais documentos do presente feito, em especial o CNIS colacionado ao ID. 17765525, verifica-se que a autora contribuiu junto ao requerido como Contribuinte Individual nos anos de

2011 a 2018, sendo proprietária de estabelecimento comercial, com situação cadastral ativa desde 18/04/2011, conforme extrato do Infoseg anexo, descaracterizando, dessa forma, a qualidade de segurado especial. Todavia, consoante o art. 4º da LINDB em harmonia a analogia a ser adotada no direito, juntamente com o princípio da dignidade da pessoa humana elencado no rol de princípios fundamentais da CRFB/88, tenho que é plenamente possível à aplicação do princípio da fungibilidade que vigora entre os benefícios nas ações previdenciárias, o qual é lícito ao magistrado conceder benefício distinto daquele demandado na inicial. Nesse sentido, colaciono o seguinte aresto: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO - AÇÃO PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR JULGAMENTO EXTRA PETITA - REJEITADA - PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE - MÉRITO RECURSAL - ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORATIVA - AFASTADA - DOENÇA DEGENERATIVA QUE SE AGRAVOU PELA FUNÇÃO EXERCIDA - CONCAUSA - REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA - PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DO AUXÍLIO-ACIDENTE - DATA INICIAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DO BENEFÍCIO - IMEDIATAMENTE POSTERIOR À CESSAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA - HONORÁRIOS CORRETAMENTE FIXADOS - OBSERVÂNCIA DA SÚMULA 111 DO STJ - CONDENAÇÃO DA AUTARQUIA AO PAGAMENTO DAS CUSTAS - POSSIBILIDADE - JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA - JUROS MORATÓRIOS DE 6% AO ANO (ART. 1º-F DA LEI N. 9.494/97) ATÉ A DATA DE ENTRADA EM VIGOR DA LEI N. 11.960/2009, QUANDO DEVEM SER OS MESMOS APLICADOS ÀS CADERNETAS DE POUPANÇA - RECUSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E DESPROVIDO - RECURSO OBRIGATÓRIO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. Não há julgamento extra petita ao se deferir à parte autora um benefício ao invés de outro, desde que comprovados os pressupostos fáticos daquele e não deste, uma vez que vigora o princípio da fungibilidade. Preliminar rejeitada..." (Apelação Cível 0000547-02.2007.8.12.0029. Rel. Des. Vladimir Abreu da Silva. 5ª Câmara Cível; Data do julgamento: 31/07/2014; Data de registro: 05/09/2014) – Grifos meus. "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REEXAME NECESSÁRIO. AUXÍLIO ACIDENTE. AUXÍLIO DOENÇA. FUNGIBILIDADE. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA PERMANENTE. COMPROVAÇÃO. Comprovada a redução permanente da capacidade laborativa do segurado em razão de acidente do trabalho, é devido o pagamento do benefício auxílio-acidente. Tratando-se de benefício previdenciário, cujo caráter é social e protetivo, possibilita-se ao julgador conceder benefício diverso do pleiteado, desde que presentes os requisitos." (TJ-MG - REEX: 10024110585981002 MG , Relator: Estevão Lucchesi, Data de Julgamento: 27/02/2014, Câmaras Cíveis / 14ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 12/03/2014) – Grifos meus. "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. CESSAÇÃO DO BENEFÍCIO. INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE. COMPROVAÇÃO POR LAUDO OFICIAL. POSSIBILIDADE DE REABILITAÇÃO. RESTABELECIMENTO DO BENEFÍCIO. TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. VERBA ADVOCATÍCIA. HONORÁRIOS PERICIAIS. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, bem como desta Corte é firme no sentido de ser lícito ao juiz conceder benefício previdenciário diverso daquele postulado pela parte autora, quando verificar que há o preenchimento dos requisitos legais para tanto, considerando a relevância da questão social abarcada, ante a natureza alimentar do direito em tela. (....) (TRF 1ª R.; AC 0012537-52.2016.4.01.9199; Primeira Turma; Rel. Des. Fed. Carlos Augusto Pires Brandão; DJF1 14/09/2016) – Grifos meus. Depreende-se dos autos que a questão encartada repousa sobre o preenchimento da autora quanto aos requisitos para concessão da aposentadoria híbrida. In casu, trata-se de novidade introduzida pela Lei 11.718/2008, que deu nova redação ao art. 48, da Lei 8.213/91, incluído no § 3º, uma nova espécie de benefício de aposentadoria por idade conceituada pela maioria da doutrina como do tipo "híbrida" ou "mista", benefício previdenciário destinado ao trabalhador rural quando completos os 65 anos de idade, se homem, e 60 anos, se mulher. Vejamos a redação do § 3º: § 3º Os trabalhadores rurais de que trata o § 1º deste artigo que não atendam ao disposto no § 2º deste artigo, mas que satisfaçam essa condição, se forem considerados períodos de contribuição sob outras categorias do segurado, farão jus ao benefício ao completarem 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos, se mulher. (Incluído pela Lei nº 11,718, de 2008). A inclusão desse parágrafo ao art. 48 traz uma nova esperança de alcançar a tão sonhada aposentadoria pelos trabalhadores rurais. Ao contrário do que acontece quando o pedido administrativo versa sobre aposentadoria por idade rural "pura" (aquela prevista no art. 48, § 2º), o tempo de contribuição urbana do segurado não implicará em indeferimento do benefício. Ao avesso, servirá para computar o tempo de carência mínima exigida pelo artigo 142 da Lei 8.213/91 para concessão da aposentadoria. Em outras palavras, o tempo urbano será somado ao tempo rural para fins de preenchimento de carência mínima. Neste viés, colaciono o seguinte julgado, vejamos: PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE HÍBRIDA. RECONHECIMENTO DO TEMPO DE SERVIÇO RURAL. CONJUGAÇÃO COM A ATIVIDADE URBANA. REQUISITOS LEGAIS SATISFEITOS. APELAÇÃO PROVIDA. REFORMA DA SENTENÇA COM ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. 1. A concessão do benefício de aposentadoria por idade "mista" ou "híbrida", conforme disposto no art. 48, §§ 3º e 4º, da Lei 8.213/91, condiciona-se à verificação do requisito etário, 65 anos para homens e 60 anos para mulheres, associado à demonstração do efetivo exercício de atividade rural em conjunto com períodos de contribuição prestados sob outras categorias de segurado (contribuinte individual, empregado, etc.) por tempo equivalente ao da carência do benefício pretendido (180 contribuições mensais), observada a regra de transição prevista no art. 142 do mencionado diploma legal. (...) (Apelação Cível nº 0024915-40.2016.4.01.9199, 1ª Câmara Regional Previdenciária da Bahia do TRF da 1ª Região, Rel. Pompeu de Sousa Brasil. j. 08.02.2019, e-DJF1 29.08.2019). "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA HÍBRIDA POR IDADE. LEI Nº 11.718/08. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. I. O objetivo dos embargos de declaração, de acordo com o art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, é sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão e, ainda, a ocorrência de erro material no julgado. II. A alteração legislativa trazida pela Lei nº 11.718 de 20.06.2008, que introduziu os §§ 3º e 4º ao art. 48 da Lei nº 8.213/91, passou a permitir a concessão de aposentadoria comum por idade àqueles segurados que, embora inicialmente rurícolas, passaram a exercer outras atividades e tenham idade mínima de 60 anos (mulher) e 65 anos (homem). (...) IV. Tendo a autora completado 60 anos de idade e preenchido a carência exigida pelos artigos 142 e 143 da Lei nº 8.213/91, é de ser aplicada a referida alteração da legislação previdenciária e lhe conceder o benefício de aposentadoria híbrida por idade. V. Ainda que os embargos de declaração tenham a finalidade de prequestionamento, devem observar os limites traçados no art. 1.022 do Novo CPC (STJ-1a Turma, Resp 11.465-0-SP, Rel. Min. Demócrito Reinaldo, j. 23.11.92, rejeitaram os embs. , V. u., DJU 15.2.93, p. 1.665). VI. Embargos de declaração do INSS rejeitados. (TRF 3ª R.; EDcl-AC 0044558-91.2012.4.03.9999; Décima Turma; Rel. Des. Fed. Sérgio do Nascimento; Julg. 06/12/2016; DEJF 15/12/2016)" – Grifos meus. "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE HÍBRIDA. ART. 48, "CAPUT ", E § 3º DA LEI Nº 8.213/91. ATIVIDADE RURAL E URBANA COMPROVADAS. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. CONCOMITANTE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE URBANA OU RURAL COM O IMPLEMENTO DO REQUISITO ETÁRIO. INEXIBILIDADE. REQUISITOS PREENCHIDOS. BENEFÍCIO DEVIDO. 1. O benefício de aposentadoria por idade urbana exige o cumprimento de dois requisitos: a) idade mínima, de 65 anos, se homem, ou 60 anos, se mulher; e b) período de carência (art. 48, "caput ", da Lei nº 8.213/91). 2. Início de prova material, corroborado por prova testemunhal, enseja o reconhecimento do tempo laborado como trabalhador rural. A atividade rural desempenhada em data anterior a novembro de 1991 pode ser considerada para averbação do tempo de serviço, sem necessidade de recolhimento de contribuições previdenciárias. 3. A Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, ao introduzir o § 3, do art. 48, do mencionado diploma legal, permitiu a aposentadoria por idade híbrida, possibilitando a contagem cumulativa do tempo de labor urbano e rural, para fins de aposentadoria por idade. 4. Em se tratando de aposentadoria por idade híbrida, não se exige a simultaneidade entre o implemento do requisito etário e o exercício da atividade laborativa, seja esta urbana ou rural. Precedentes do STJ e desta Corte. 5. Comprovadas as atividades rurais e urbanas pela carência exigida, e preenchida a idade necessária à concessão do benefício, faz jus a parte autora ao recebimento da aposentadoria por idade. 6. Apelação desprovida. Recurso adesivo parcialmente provido Fixados, de ofício, os consectários legais. (TRF 3ª R.; AC 0044584-84.2015.4.03.9999; Décima Turma; Rel. Des. Fed. Nelson Porfirio; Julg. 06/12/2016; DEJF 15/12/2016)" – Grifos meus. "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE HÍBRIDA. ATIVIDADE RURAL. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR.

DOCUMENTOS EM NOME DE FAMILIAR QUE PASSOU A EXERCER ATIVIDADE INCOMPATÍVEL COM O LABOR RURAL. PROVA MATERIAL ESCASSA. NECESSIDADE DE PROVA TESTEMUNHAL ROBUSTA. REQUISITOS NÃO IMPLEMENTADOS. 1. É devida a aposentadoria por idade mediante conjugação de tempo rural e urbano durante o período aquisitivo do direito, a teor do disposto na Lei n. 11.718/08, que acrescentou § 3º ao art. 48 da Lei n. 8.213/91, contanto que cumprido o requisito etário de 60 (sessenta) anos para mulher e de 65 (sessenta e cinco) anos para homem e a carência mínima exigida. 2. (...) 4. Uma vez que não há comprovação de labor rural a ser somado aos períodos de labor urbano da autora, não é possível concessão de aposentadoria por idade híbrida. (TRF 4ª R.; APELREEX 0011451-87.2016.404.9999; RS; Quinta Turma; Relª Juíza Fed. Taís Schilling Ferraz; Julg. 22/11/2016; DEJF 15/12/2016) – Grifos meus. TRF1-0290136) PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR IDADE MISTA OU HÍBRIDA. TRABALHADOR URBANO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA TESTEMUNHAL. IMPOSSIBILIDADE. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. (...) 3. Com as alterações introduzidas pela Lei 11.718, de 20.06.2008, que acrescentou os §§ 2º, 3º e 4º ao art. 48 da Lei 8.213/1991, autorizou-se ao trabalhador rural o cômputo de períodos que não sejam de atividade rural, para fins de aposentadoria por idade. Trata-se da chamada aposentadoria por idade "mista" ou "híbrida", cabendo ao segurado comprovar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos de idade, se mulher. 4. Para a conjugação do tempo de serviço rural e urbano não se exige que o segurado esteja desempenhando atividade rural por ocasião do requerimento administrativo do benefício e/ou do implemento do requisito etário. A aposentadoria híbrida, portanto, contempla tanto o segurado que foi para a cidade após o exercício de atividade rural, quanto aquele que, após prestar serviço de natureza urbana passa a exercer trabalho rurícola (art. 51, § 4º do Decreto nº 3.048/1999). (...) 7. O reconhecimento do tempo de serviço rural, comprovadamente desempenhado por trabalhador menor em regime de economia familiar, é assente no STJ com o entendimento no sentido da possibilidade do seu cômputo, para fins previdenciários, a partir dos 12 (doze) anos de idade (STJ - AR: 3629 RS 2006/0183880-5, Relator: Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Data de Julgamento: 23.06.2008, S3 - TERCEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 09.09.2008). (...) (Apelação Cível nº 0029483-65.2017.4.01.9199/MG, 1ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Carlos Augusto Pires Brandão. j. 19.07.2017, unânime, e-DJF1 09.08.2017). Grifos meus. Portanto, a concessão do benefício de aposentadoria por idade híbrida pretendida pela autora exige o preenchimento de três requisitos legais: (a) idade mínima de 60 anos, se mulher, e 65 anos, se homem (art. 201, § 7º, II, da CF/88, e art. 48, § 3º, da Lei n° 8.213/91); (b) carência, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido (art. 48, § § 2º e3º, da Lei n° 8.213/91), com especial atenção à tabela de transição contida no artigo 142 da mesma lei, e; (c) qualidade de segurado especial no curso do prazo fixado no item anterior, segundo o conceito descrito no art. 11, VII, e § 1º, da Lei n° 8.213/91. Quanto ao requisito idade, a requerente, nascida em 23/01/1957 (ID. 15684443, pág. 3), atingiu a idade mínima necessária para se aposentar no ano de 2017, cabendo-lhe ainda, demonstrar por início de prova material, corroborado com prova testemunhal o efetivo exercício de atividade rural. No que pertine ao requisito carência, deve a requerente demonstrar que o exercício de atividade rural e urbana, à luz do artigo 142 da Lei n° 8.213/91, deu-se no prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) meses. Nesse tema, consoante o artigo 55, § 3º, da Lei n° 8.213/91, a comprovação do tempo de serviço rural só produzirá efeito quando baseada em início razoável de prova material, contemporânea à época dos fatos alegados, não se exigindo que esta prova inicial corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício (Súmulas 14 e 34 da Turma Nacional de Uniformização e Súmula 5 da Primeira Turma de Rondônia, DJ-RO de 23/11/2006), devidamente corroborada por prova testemunhal produzida em juízo, se for necessária. Assim, a requerente juntou como início de prova material: a) Certidão de casamento da autora, onde consta a profissão de seu marido na condição de "agricultor", ano de 1984 (ID. 15684444, pág. 1) e b) Certidão do I.N.C.R.A., constando que a autora e seu esposo desenvolveram atividades rurais em regime de economia familiar pelo período de 1981 a 1992 (ID. 15684444, pág. 2). De acordo com a jurisprudência pátria dominante, ante a realidade fática vivida pelos rurícolas e face à patente hipossuficiência dos trabalhadores do campo, até prova em contrário, os documentos acima mencionados, carreados aos autos, servem de início de prova material que comprova o exercício de atividade rural por parte do autor, senão vejamos: "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REMESSA OFICIAL. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADORA RURAL. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL. COMPLEMENTAÇÃO POR PROVA TESTEMUNHAL. RECONHECIMENTO. IDADE MÍNIMA. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA.1. O benefício da aposentadoria por idade é concedido mediante a comprovação da condição de trabalhador rural, ou de produtor rural em regime de economia familiar, por prova material plena ou por prova testemunhal baseada em início de prova documental, na forma do art. 39, I, da Lei n. 8.213/91, bem como a idade superior a 60 anos para homem e 55 anos para mulher.2. Estende-se à mulher a condição de rurícola do marido indicada na certidão de registro civil de casamento realizado em 06.07.1963 (fl. 10).3. Prova documental complementada pela prova testemunhal (fls. 28/29).4. A correção monetária incide sobre o débito previdenciário, a partir do vencimento de cada prestação, nos termos da Lei n. 6.899, de 8 de abril de 1981, conforme Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal.5 Cedendo à orientação desta c. Turma, os juros moratórios são devidos no percentual de 1% a.m. até a edição da Lei nº. 11.960/2009, quando então serão devidos no percentual de 0,5% a.m. conforme são aplicados nas cadernetas de poupança. Contam-se da citação, para as parcelas eventualmente vencidas anteriormente a ela, e do respectivo vencimento, para as que lhe são posteriores.6. Remessa oficial provida parcialmente, nos termos dos itens 4 e 5.(REO 0068171-14.2008.4.01.9199/GO, Rel. Desembargador Federal Francisco De Assis Betti, Segunda Turma, e-DJF1 p.84 de 16/09/2010). (Grifos meus) Portanto, verifico que os documentos juntados são bastante para configurar o início de prova material. Vale destacar que a prova material exigida pela lei não precisa ser exaustiva, correspondente a todo o período de carência, bastando que seja incipiente e razoável, e que traga a potencialidade da certeza quanto aos fatos narrados pelo segurado, lembrando sempre as sérias dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais para constituir prova material, em face de sua ingenuidade típica e da falta de conhecimento quanto aos seus direitos (Precedentes do STJ: REsp 616828/CE, rel. Min. Jorge Scartezzini, DJU de 02.08.2004, p. 550, e EREsp 448813/CE, rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJU de 02.03.2005, p. 185). Cabe salientar ainda que conforme a recente súmula 577 do STJ: "É possível reconhecer o tempo de serviço rural anterior ao documento mais antigo apresentado, desde que amparado em convincente prova testemunhal colhida sob o contraditório". Ademais, não bastassem às provas documentais carreadas, as testemunhas ouvidas em audiência de instrução confirmaram o trabalho rurícola da autora desde longa data, senão vejamos (ID. 19677022): "Que conhece a autora há 30 anos. Que quando conheceu a autora, ela morava no "Marco de Cimento" e trabalhava na área rural. Que já viu a autora trabalhando diretamente no campo, nas fazendas vizinhas. Que mexia com lavoura. Que quando veio pra cidade, a autora continuou no campo. Que foi embora pro Paraná, mas os parentes falavam que a autora permanecia no trabalho rural. Que no sítio não tinha empregados." (SIC) Rosilei Dias de Alcantara. "Que conheceu a autora no Marco de Cimento. Que morou lá em 2008. Que a autora já morava lá. Que veio pra Colíder, mas a autora permaneceu trabalhando na lavoura. Que não sabe quando a autora veio morar na cidade. Que a atividade da autora era na roça. Que não tinha empregados nem maquinários." (SIC) Maria de Fátima da Silva Santos. Quanto à qualidade de segurada na condição de trabalhadora rural, o art. 11, VII, § 1º, da Lei n. 8.213/91 é cristalino, na medida em que privilegia uma pequena parcela de pessoas, colocando-as numa situação excepcional, à medida que isenta esse grupo de apresentarem perante a previdência contribuições, bastando para tanto a comprovação do equivalente em exercício da atividade rural ao período de carência. (art. 39, I c/c art. 142 da Lei n° 8.213/91). As testemunhas ouvidas em juízo informaram que a autora por muito tempo morou e trabalhou na zona rural, exercendo atividade rural, sendo que estas atividades eram desenvolvidas em regime de economia familiar, contudo, embora não podendo precisar o tempo exato do exercício da atividade rural, com base no início de prova material e testemunhal, reconheço-a de 1981 (conforme documento do INCRA) a 2011 (ano em que começou a contribuir como individual). Por fim, tratando de aposentadoria por idade híbrida, nos resta analisar a documentação trazida aos autos, com o fito de verificar o tempo laborado pela mesma no meio urbano. Assim, conforme CNIS colacionado pelo requerido ao ID 17765525, verifica-se que a autora recolheu como contribuinte individual

pelo período de 01/04/2011 a 30/11/2018, exercendo atividade de empresária, de modo que somando o total trabalhado pela autora em ambas as atividades (urbana (7 anos) e rural (30)), chega-se ao montante de 37 (trinta e sete anos) anos, sendo, portanto, devida a aposentadoria híbrida à autora. Assim, comprovados os requisitos legais para obtenção do benefício da aposentadoria por idade híbrida, imperiosa se faz a procedência dos pedidos contidos na presente actio. Ex positis, JULGO PROCEDENTE o presente feito, para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ao pagamento da Aposentadoria por Idade Híbrida à autora, Sra. Neide Ruas Soares Zortega, na base do salário-de-benefício, assegurando-lhe o pagamento das parcelas vencidas e devidas desde a data do requerimento administrativo indeferido (DER – 14/05/2018 - ID. 15684448, pág. 2), devidamente atualizadas. 4 - DECLARO a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade da aposentadoria que é substituir a remuneração do trabalhador quando, em razão da idade avançada, não tem condições de exercer atividade laborativa. DECLARO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil. 5 - Outrossim, em analogia ao art. 4º da Lei n. 10.259/01, CONCEDO a antecipação dos efeitos da tutela, pela própria fundamentação da presente sentença e pelo periculum in mora em decorrência do caráter alimentar das prestações, e DETERMINO a implementação do beneficio no prazo de trinta (30) dias, sob pena de MULTA DIÁRIA que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais). 6 - Os juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% (um por cento) ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. 7 - Ainda, DETERMINO que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida. 8 - Sem custas à vista da isenção determinada pela Lei n° 9.289/96, art. 1, § 1º e Lei Estadual n° 7.603/2001. 9 - Por fim, fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas devidas até esta data, conforme entendimento pacificado na Seção Previdenciária do TRF e no Superior Tribunal de Justiça (Enunciado de súmula 111 – Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre prestações vincendas). 10 - Interposto recurso de apelação, independentemente de análise dos requisitos de admissibilidade da insurgência, nos termos dos arts. 994 a 1.014 do Código de Processo Civil, INTIME-SE para as contrarrazões. Vencido o prazo, com ou sem elas, subam os autos sem demora ao Tribunal Regional Federal, com as nossas homenagens. 11 - Preclusas as vias recursais, o que deverá ser certificado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas e anotações devidas, se nada for requerido em 15 (quinze) dias. 12 - Diante da eventual preclusão da via recursal voluntária, submeta-se ao reexame necessário se, após a liquidação, o valor da condenação exceder 1.000 (mil) salários mínimos (art. 496, § 3º, do Código de Processo Civil). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Em atenção ao Provimento 20/2008-CGJ, sintetizo o julgado da seguinte forma: CPF: 781.799.711-04. Nome da segurada: Neide Ruas Soares Zortega. Nome da Mãe: Josefa Ruas Soares. Endereço do segurado: Rua Ipiranga, n. 154, Centro, Setor Norte, CEP: 78500-000, Colíder/MT. Benefício concedido: Aposentadoria por Idade Híbrida. DIB: 14/05/2018 – data do requerimento administrativo – DER. Renda mensal: salário-de-benefício. Prazo para cumprimento da sentença: 30 (TRINTA) DIAS. CUMPRA-SE, EXPEDINDO-SE o necessário, com as cautelas de estilo. Colíder/MT, data da assinatura digital. Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002045-23.2018.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
MOACIR BAZZAM (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CAMILA EMILY DO NASCIMENTO SOUZA OAB - MT19960/O (ADVOGADO(A))
FREDERICO STECCA CIONI OAB - PR0054275A (ADVOGADO(A))
RICARDO ZEFERINO PEREIRA OAB - MT0012491A-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1002045-23.2018.8.11.0009. AUTOR(A): MOACIR BAZZAM. RÉU: INSS. Vistos, etc. Moacir Bazzam ajuizou Ação Previdenciária de Aposentadoria por Idade Rural em face do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, alegando, em síntese, possuir todos os requisitos necessários para perceber o benefício pleiteado. Com a inicial vieram os documentos. Ao ID. 16587999, recebida a inicial, momento em que fora deferido os benefícios da justiça gratuita, indeferido a tutela antecipada bem como designada audiência de instrução e julgamento. Citada, a requerida apresentou contestação ao ID. 17437729, alegando em síntese, que o requerente não preenche os requisitos necessários para perceber o benefício pleiteado, ao final pugnou pela improcedência da ação. Em seguida, ao ID. 17748817, a parte requerente manifestou-se nos autos impugnando os argumentos lançados na contestação de ID. 17379299. Após, ao ID. 17751239 o requerente impugnou a contestação de ID. 17379299, pugnando pela procedência dos pedidos formulados na exordial. Ao ID. 18237120 fora certificado a tempestividade da contestação apresentada pela requerida. Por fim, a instrução ocorreu ao ID. 19997041, oportunidade em que foi ouvido o autor e as testemunhas presentes. Ao final, fora apresentado alegações finais remissivas à inicial, reiterando o pedido de concessão de tutela antecipada. Permaneceram os autos conclusos para prolação de sentença. É o relatório. FUNDAMENTO E DECIDO. 1 - Inicialmente, quanto à preliminar de prescrição das parcelas vencidas anteriormente ao quinquênio arguida pela requerida na contestação de ID. 17437729, verifica-se que se trata de prejudicial de mérito, incabível no presente feito, uma vez que o ajuizamento da ação se deu em 2018, se reconhecido o direito do autor será a partir de 2018, ano em que ocorreu o requerimento/indeferimento do benefício na via administrativa, não havendo que se falar em quinquênio. 2 - Assim, estando devidamente instruído o feito e não havendo mais preliminares a serem decididas, passo ao julgamento do mérito. Como relatado, trata-se de ação previdenciária de Aposentadoria Rural por Idade, na qual a parte autora pretende o reconhecimento de sua condição rurícola, bem como de todos os requisitos para a concessão do benefício pleiteado. A concessão do benefício de aposentadoria por idade ao trabalhador rural exige o preenchimento de três requisitos legais: (a) idade mínima de 55 anos, se mulher, e 60 anos, se homem (art. 201, § 7º, II, da CF/88, e art. 48, § 1º, da Lei n° 8.213/91); (b) carência, traduzida no efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido (art. 48, § 2º, da Lei n. 8.213/91), com especial atenção à tabela de transição contida no artigo 142 da mesma lei, e; (c) qualidade de segurado especial no curso do prazo fixado no item anterior, segundo o conceito descrito no art. 11, VII, e § 1º, da Lei n. 8.213/91. O requerente, nascido em 05/05/1958 (documento - ID. 16563763, pág. 3), atingiu a idade mínima necessária para se aposentar no ano de 2016, cabendo-lhe ainda demonstrar por início de prova material corroborado com prova testemunhal o efetivo exercício de atividade rural. No que pertine à carência, deve o requerente ainda demonstrar que o exercício de atividade rural na condição de segurada especial, à luz do artigo 142 da Lei n° 8.213/91, deu-se no prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) meses, imediatamente da data em que completou a idade mínima (aquisição do direito à aposentadoria), caso o pedido de benefício houver sido formulado após a cessação da atividade rural (AC nº 2007.01.99.012440-5/MT, rel. Juiz Federal Cleberson José Rocha (conv), DJ de 28/06/2007, p. 34). Nesse tema, consoante o artigo 55, § 3º, da Lei n° 8.213/91, a comprovação do tempo de serviço rural só produzirá efeito quando baseada em início razoável de prova material, contemporânea à época dos fatos alegados, não se exigindo que esta prova inicial corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício (Súmulas 14 e 34 da Turma Nacional de Uniformização e Súmula 5 da Primeira Turma de Rondônia, DJ-RO de 23/11/2006), devidamente corroborada por prova testemunhal produzida em juízo, se for necessária. No caso em tela, o requerente juntou como início de prova material: a) Contrato de compra da propriedade rural em seu nome, ano de 2003 (ID. 16563765, pág. 1/2); b) Nota Fiscal de produtor rural em seu nome referente a compra de bezerras e novilhas, ano de 2005 – 2006 (ID. 16563765, pág. 3/4); c) G.T.A. – Guia de Trânsito Animal em seu nome, ano 2006 (ID. 16563765, pág. 6); d) Notas Fiscais em seu nome referente a compra de vacina e sal para o gado, enxada, foice e lima, ano de 2008 e 2018 (ID. 16563765, pág. 7 e 10); e) Nota Fiscal em

seu nome referente a venda de bezerras, ano de 2008 (ID. 16563765, pág. 8/9); f) Cópia do indeferimento administrativo (ID. 16563767, pág. 1/2), entre outros. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento que o início de prova material não abrangera necessariamente o número de meses idênticos à carência do benefício no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, como no caso dos autos. E ainda, parco o início de prova material, se a prova testemunhal for capaz de ampliar a eficácia probatória ao tempo da carência, vinculando-se a carência, será devido o benefício de aposentadoria rural por idade. Vale destacar que esta prova material exigida pela lei não precisa ser exaustiva, isto é, correspondente a todo o período de carência, bastando que seja incipiente e razoável, e que traga a potencialidade da certeza quanto aos fatos narrados pelo segurado, lembrando sempre as sérias dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais para constituir prova material, em face de sua ingenuidade típica e da falta de conhecimento quanto aos seus direitos (Precedentes do STJ: REsp 616828/CE, rel. Min. Jorge Scartezzini, DJU de 02.08.2004, p. 550, e EREsp 448813/CE, rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJU de 02.03.2005, p. 185). Logo, as testemunhas ouvidas na audiência de instrução foram uníssonas ao confirmarem o trabalho rurícola do requerente desde longa data, senão vejamos (ID. 19997041): "Que a testemunha e o autor são vizinhos de propriedade rural. Que o autor adquiriu a propriedade rural em meados de 2003 a 2004. Que a testemunha já tinha propriedade rural nessa época. Que o autor tem um sítio. Que o autor cria gado. Que já viu o autor laborando diretamente com a lida do campo com gado. Que trabalha com a família. Que o autor possui uma caminhonete antiga. Que utiliza o veículo para o labor rural. Que o autor possui uma casa na cidade. Que não sabe se a casa é de propriedade do autor. Que o autor atualmente mora na cidade e trabalha no sítio. Que a renda do autor é proveniente do sítio. Que o autor não tem maquinários nem empregados para auxiliá-lo." (SIC) José Mauro Cazelato. "Que é conhecido do autor em média há 20 anos. Que nesse período o autor comprou uma propriedade rural próximo do sítio da testemunha em 2003. Que o autor trabalhava com plantação de arroz. Que desenvolvia seu labor rural de forma braçal. Que o sítio ainda é do autor. Que o autor cria gado de corte. Que geralmente as vendas de gado é em média uma vez por ano. Que utiliza o lucro das vendas de gado para pagar as despesas. Que tem custo com sal, vacinas, etc. Que abatem 20 gados e criam mais 20 para posteriormente serem abatidos. Que o autor depende da renda do sítio. Que a família do autor ajudava na lida rural. Que não tinha empregados nem maquinários." (SIC) Júlio Ferreira da Silva. "Que conhece o autor desde 1996. Que a testemunha já morava em Colíder/MT, na zona rural, quando conheceu o autor. Que o autor desenvolveu atividade rural com lavouras. Que o autor trabalhava juntamente com sua família. Que em 2003 o autor comprou um sítio. Que o autor veio morar na cidade. Que ainda permanece trabalhando no sítio até os dias de hoje. Que não sabe se o autor possui outras rendas. Que o autor não tem empregados nem maquinários. Que o autor atualmente cria gado." (SIC) Jesus Ferreira da Silva. Ademais, vale destacar que a interpretação do art. 11, VII, § 1º, da Lei n. 8.213/91 é cristalina na medida em que privilegia uma pequena parcela de pessoas, colocando-as numa situação excepcional, à medida que isenta esse grupo de apresentarem perante a previdência contribuições, bastando para tanto a comprovação do equivalente em exercício da atividade rural ao período de carência. (art. 39, I c/c art. 142 da Lei n° 8.213/91). Por economia familiar entende-se que o trabalho dos membros deve ser indispensável para subsistência, com mútua dependência e colaboração, não podendo haver auxílio permanente de empregados na exploração da atividade ou mesmo o emprego maquinários agrícolas no cultivo da terra. Além disso, cumpre ressaltar o recente entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça e descrito na Súmula 577, in verbis: "É possível reconhecer o tempo de serviço rural anterior ao documento mais antigo apresentado, desde que amparado em convincente prova testemunhal colhida sob o contraditório." (Súmula 577 STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/06/2016, DJe 27/06/2016) Outrossim, as testemunhas ouvidas em juízo, informaram que o autor, por muito tempo, morou e trabalhou na zona rural, exercendo labor rural, sendo que estas atividades eram desenvolvidas em regime de economia familiar, não possuindo qualquer maquinário agrícola ou auxílio de empregados, exercendo sua atividade de forma manual. Sem sombra de dúvidas a lide do autor era rural e em regime de economia familiar. De acordo com o que dispõe o inciso VII, do artigo 11 da Lei nº 8.213/91, é segurado especial a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade agropecuária, ou, de seringueiro, ou, de extrativista vegetal, bem como, o pescador artesanal ou a este assemelhado e, ainda, o cônjuge ou companheiro, o filho maior de 16 (dezesseis) anos de idade, dos segurados citados, que trabalhem com o grupo familiar respectivo (Redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008). Ou seja, ainda que considerado como trabalhador rural individual, sua situação encontra guarida no permissivo legal referido. Seguindo o raciocínio, necessário se faz destacar que o autor pleiteou auxílio-doença em 2009 neste Juízo (código Apolo n. 37925), o qual fora julgado improcedente ante a ausência de comprovação do período de carência, isso porque se constatou que o autor teria realizado atividade laborativa urbana na condição de "caminhoneiro" e que havia fortes indícios de que este ainda poderia estar exercendo nesta função, oque de fato, na época, descaracterizava sua qualidade de segurado especial rural. Ocorre que, apesar deste juízo ter afastado a qualidade de segurado do autor naquele momento, deflui-se dos autos, neste instante, que estão devidamente preenchidos e comprovados os requisitos para o pleito de aposentadoria por idade rural. Isso porque o fato de o requerente ter desenvolvido atividade laborativa urbana naquela época, esta foi desempenhada por pequeno período em relação aos 15 (quinze) anos necessários, logo, não possui condão para descaracterizar sua qualidade de rurícola. Demais a mais, inobstante os demais argumentos lançados à contestação apresentada pela requerida (ID. 17437729), estes não prosperam, uma vez que o fato de o autor residir em meio urbano, por si só, não é capaz de afastar sua condição de segurado especial, porquanto o que define essa condição é o exercício de atividade rural independentemente do local onde o trabalhador possui residência. (TRF-4 – EIAC: 1569 PR2000.70.04.001569.7, Relator: RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA, Data de Julgamento: 14/06/2007, TERCEIRA SEÇÃO, Data de Públicação: D.E. 20/06/2007). Outrossim, no tocante as notas fiscais apresentadas pelo requerente, tenho que são suficientes para comprovarem a atividade rural deste, bem como para demonstrar que anualmente foram realizadas compras e vendas de cabeças de gado, para fins de garantia de subsistência própria e de sua família e, também, o manejo de seu gado. Salienta-se ainda que, o requerente recebeu auxílio-doença na via administrativa em 2009 (posteriormente ao pleito na via judicial), o qual fora reconhecido pela própria Autarquia sua qualidade de segurado especial rural, conforme CNIS de ID. 17437730, pág. 2. Logo, não havendo quaisquer dúvidas em relação à qualidade de rurícola do autor, uma vez que restaram devidamente comprovados os requisitos legais para obtenção do benefício da aposentadoria por idade, imperiosa se faz a procedência dos pedidos contidos na presente actio. Ex positis, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE o pedido contido na inicial e o faço para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ao pagamento da Aposentadoria Rural por Idade ao autor, Sr. Moacir Bazzam, na base de um salário mínimo mensal, assegurando-lhe o pagamento das parcelas vencidas e devidas desde a data do requerimento indeferido na via administrativa (DER – 29/06/2018 – ID. 17437730, pág. 3), devidamente atualizadas. Nos termos do art. 80, parágrafo único, III, "g",da Resolução Presi/Cojef nº 16/2010, segue os parâmetros para implantação do benefício: Número da CI/RG: 695801 SSP/SC. Número do CPF: 622.597.501-25. Data de nascimento: 05/05/1958. Nome do segurado: Moacir Bazzam. Nome da mãe: Zeli Bazzam. Endereço do segurado: Sítio Pedra Preta, Comunidade São Francisco, Zona Rural, 78.500-000, Colíder/MT. Benefício concedido: Aposentadoria Rural por Idade. DIB: 29/06/2018 – data do requerimento administrativo – DER. 3 - DECLARO a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade da aposentadoria que é substituir a remuneração do trabalhador quando, em razão da idade avançada, não tem condições de exercer atividade laborativa. 4 - Outrossim, em analogia ao art. 4º da Lei n. 10.259/01, CONCEDO a antecipação dos efeitos da tutela, pela própria fundamentação da presente sentença e pelo periculum in mora em decorrência do caráter alimentar das prestações, e DETERMINO a implementação do beneficio no prazo de trinta (30) dias, sob pena de MULTA DIÁRIA que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais). Ademais, DECLARO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil. 5 - Os juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações

relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% (um por cento) ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. 6 - Ainda, DETERMINO que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida. Sem custas à vista da isenção determinada pela Lei n° 9.289/96, art. 1, § 1º e Lei Estadual n° 7.603/2001. 7 - Por fim, FIXO os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas devidas até esta data, conforme entendimento pacificado na Seção Previdenciária do TRF e no Superior Tribunal de Justiça (Enunciado de súmula 111 – Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre prestações vincendas). 8 - Sem custas, na forma da lei. 9 - Diante da eventual preclusão da via recursal voluntária, SUBMETA-SE ao reexame necessário se, após a liquidação, o valor da condenação exceder 1.000 (mil) salários mínimos (art. 496, § 3, do Código de Processo Civil). Após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE com as baixas necessárias. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Colíder/MT, data da assinatura digital. Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000608-44.2018.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
ADEILDO JOSE DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL MILANI OAB - MT0020760A (ADVOGADO(A))
MARTA DIAS MILANI OAB - MT21471/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1000608-44.2018.8.11.0009. AUTOR(A): ADEILDO JOSÉ DOS SANTOS. RÉU: INSS. Vistos, etc. Trata-se de Ação Previdenciária com pedido de concessão de Auxílio-Doença c/c Pedido de Tutela Antecipada c/c conversão em Aposentadoria por Invalidez, ajuizada por Adeildo José dos Santos em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ambos devidamente qualificados nos autos, alegando em síntese que requereu administrativamente o benefício de auxílio-doença, contudo, o teve negado em 23/01/2018. Afirma que em razão de sua enfermidade, encontra-se incapacitado para o exercício de suas atividades profissionais e habituais, e que não concorda com a decisão administrativa, motivo pelo qual propôs a presente ação. Com a inicial vieram os documentos. Ao ID. 12708451, este Juízo recebeu à inicial, momento em que fora deferido os benefícios da justiça gratuita bem como a tutela antecipada. Ato contínuo, fora designado perícia médica junto ao autor. Em seguida, o requerente apresentou manifestação nos autos informando que fora consignado prazo para cessação do benefício concedido em sede de tutela antecipada, requerendo, desta forma, que seja oficiado a requerida a fim de se abster em cessar o benefício em voga (ID. 14188131). Logo, este Juízo deferiu o pleito do requerente, determinando que a requerida se abstenha em cessar o benefício concedido na r. decisão que recebeu a inicial (ID. 14686082). Aportou ao ID. 18867404 o resultado da perícia médica realizado junto ao autor. Instado, o requerente apresentou manifestação nos autos referente ao laudo médico pericial. (ID. 19085318). Devidamente citado e intimado para manifestar sobre o laudo pericial, o requerido apresentou contestação ao ID. 16781401, alegando, em síntese, que o requerente não preenche os requisitos para perceber o benefício pleiteado. Em seguida, ao ID. 20197275, o requerente apresentou impugnação à contestação. Por fim, fora certificado a tempestividade da contestação apresentada pela requerida (ID. 20639082). Vieram-me os autos conclusos para prolação de sentença. É o breve relatório. FUNDAMENTO E DECIDO. 1 – De pronto, quanto à preliminar de prescrição arguida pela requerida acerca das parcelas vencidas anteriormente ao quinquênio que precede o ajuizamento da ação, verifica-se que se trata de prejudicial de mérito, incabível no presente feito, uma vez que o ajuizamento da ação se deu em 2018 e, se reconhecido o direito do requerente será a partir de 2018, não havendo que se falar, portanto, em quinquênio. 2 - Cumpre anotar que o caso em apreço é hipótese que comporta o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso I do art. 355 do Código de Processo Civil, não havendo, salvo melhor juízo, a necessidade de dilação probatória: "Art. 355: O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I – não houver necessidade de produção de outras provas; II – o réu for revel, ocorrer o efeito previsto no art. 344 e não houver requerimento de prova, na forma do art. 349". 3 - Logo, estando devidamente instruído o feito e, não havendo mais preliminares a serem decididas, passo ao julgamento do mérito. In casu, nota-se que a controvérsia do embate recaía sobre um único aspecto, qual seja, o fato de o autor comprovar a incapacidade para o trabalho, uma vez que a qualidade de segurado restou comprovada através dos documentos de Ids. 12506104, pág. 1/8 e 12506137, pág. 1. Pois bem. Dispõe o artigo 1º da Lei 8.213/91 que: "A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente". Acerca do tema, Sérgio Pinto Martins leciona: "É a Previdência Social o segmento da Seguridade Social, composta de um conjunto de princípios, de regras e de instituições destinado a estabelecer um sistema de proteção social, mediante contribuição, que tem por objetivo proporcionar meios indispensáveis de subsistência do segurado e a sua família, quando ocorrer certa divergência prevista em lei" (in Direito da Seguridade Social, 19 ed. São Paulo, Atlas, p. 300). Em relação à Seguridade Social, a Constituição Federal de 1988, assim a conceitua em seu artigo 194, caput: "A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social". Nessa toada, não restando dúvida quanto à qualidade de segurado, analisando os autos, necessário destacar que é fato que o autor pleiteou na inicial o benefício de auxílio-doença, contudo, como a perícia, reconheceu categoricamente sua incapacidade para o trabalho, sendo conclusiva no sentido da permanência desta incapacidade, tenho que o mesmo tem direito a concessão da aposentadoria por invalidez uma vez que ficou comprovada a existência de todos os requisitos do artigo 42 da Lei nº 8.213/91. Vejamos alguns trechos do laudo pericial, em síntese (18867404): B) O(a) periciando(a) é portador de doença ou afecção? Qual ou quais? Resposta: "Sim, o periciando é portador de Epilepsia." (quesitos do Juízo – ID. 18867404, pág. 5) G) O(a) periciando(a) é INSUSCEPTÍVEL de recuperação ou reabilitação para o exercício de outra atividade que lhe garanta subsistência? Ou seja, pode-se afirmar que a incapacidade é DEFINITIVA? Resposta: "Não. o periciando é passível de reabilitação para funções que não envolvam alturas, condução de veículos, equipamentos cortantes ou que possam gerar danos ao indivíduo ou a terceiros." (quesito do Juízo – ID. 18867404, pág. 6) d) Considerando: incapacidade total: incapacidade para toda e qualquer atividade laboral; incapacidade parcial = incapacidade, ao menos, para a atividade habitual; incapacidade definitiva = sem prognóstico de recuperação; incapacidade temporária = com prognóstico de recuperação (informar data da possível reabilitação e/ou tempo de tratamento necessário), defina se a incapacidade verificada é: a) total e definitiva b) total e temporária; c) parcial e definitiva; d) parcial e temporária . 9. Em se tratando de periciando (a) incapacitado (a), favor determinar dia, mês e ano do início da DOENÇA e da INCAPACIDADE? Resposta: "Parcial e definitiva. O periciando está incapaz total e permanente para a função de pedreiro, passível de reabilitação para outras funções. Data de início da doença: Conforme relatos do periciando e da neurologista, a doença iniciou-se na infância do periciando. Data de início da incapacidade: 05/06/2017." (quesito do Juízo – ID. 18867404) [...] Pois bem. Quanto à aposentadoria por invalidez, reza o art. 42 da Lei 8.213/91: Art. 42: "A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição. § 1º A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança. § 2º A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão". Destarte, a concessão do benefício de Aposentadoria por invalidez (artigos 42 a 47, da Lei nº 8.213/91) tem

por requisitos: a) a qualidade de segurado; b) o cumprimento do período de carência (12 contribuições - art. 25, I, da lei 8.213/91), quando exigida; c) a prova médico-pericial da incapacidade total e permanente para o trabalho, insuscetível de recuperação ou de reabilitação para outra atividade que garanta a subsistência; d) demonstração de que o segurado não era portador da alegada doença ao filiar-se ao Regime Geral da Previdência Social. Bom, considerando que o autor já comprovou a qualidade de segurado exigida, resta-nos analisar a incapacidade. O caso não merece muitas digressões, uma vez que, como vimos nos autos, a parte autora há muito trava uma luta diária contra sua enfermidade, e não é preciso muito intelecto para concluir que a impossibilidade de trabalho, e a falta de amparo por parte da previdência, acarretam-lhe prejuízos imensuráveis na mantença da subsistência sua e de sua família. Conforme se observa nos documentos colacionados aos autos, a parte autora foi regularmente examinada por médicos e diagnosticada portadora de enfermidades, sendo que, o autor com 53 anos, continua enfermo. Com efeito, restou comprovada a incapacidade para o exercício de qualquer atividade laboral, mormente porque ficou frisado que a incapacidade é permanente. Por oportuno, calha à fiveleta registrar que, segundo entendimento dominante na jurisprudência pátria, nas ações em que se objetiva a concessão de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença, o julgador firma seu convencimento com base na prova pericial, não deixando de se ater, entretanto, aos demais elementos de prova, sendo certo que embora possível, teoricamente, o exercício de outra atividade pelo segurado, ainda assim a inativação por invalidez deve ser outorgada se, na prática, for difícil a respectiva reabilitação, seja pela natureza da doença, ou, pela natureza das atividades desenvolvidas, seja pela idade avançada. Além disso, devem ser consideradas as condições pessoais do postulante, tais como a presumível pouca instrução, a idade, a limitada experiência profissional e, por fim, o exíguo mercado de trabalho atual, já restrito até para pessoas jovens e saudáveis. Ademais, conforme categoricamente afirmado pela Expert, a doença do autor é incompatível com sua profissão de pedreiro bem como para qualquer outra atividade laborativa: "[...]É possível concluir por incapacidade laborativa, devendo o periciando evitar atividades que envolvam alturas, condução de veículos e manipulação de equipamentos cortantes[...]" (sic) Dr. Letícia Rosa de Andrade, CRM-MT n. 9.120. No presente caso, seria muito difícil que a parte autora tivesse êxito num processo de reabilitação dada às suas circunstâncias. De fato, ordenar que o autor recomponha sua vida profissional aos 53 anos, negando-lhe o benefício no momento em que dele necessita, seria contrariar o basilar princípio da dignidade da pessoa. D' outra banda, no que tange ao termo inicial do benefício, consoante entendimento jurisprudencial, tenho que é devido o pagamento do auxílio-doença desde a data de entrada do requerimento (DER – 23/01/2018 – ID. 12506155), com a sua conversão em aposentadoria por invalidez, a partir da data da perícia médica (25/02/2019 – ID. 18867404). Nessa toada, é o entendimento jurisprudencial Pátrio, conforme acórdãos que ora transcrevo: "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. REMESSA OFICIAL. AUXÍLIO-DOENÇA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. QUALIDADE DE SEGURADO. TRABALHADOR URBANO. INCAPACIDADE TOTAL E PERMANENTE POR LAUDO OFICIAL. TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. VERBA ADVOCATÍCIA. (...) 6. O termo inicial será a data do dia imediato ao da cessação do auxílio-doença (art. 43 da Lei 8.213/91), com conversão em aposentadoria por invalidez, a partir do laudo pericial, conforme determinação da r. sentença. (...) (Apelação Cível nº 0047702-29.2017.4.01.9199/MG, 1ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Carlos Augusto Pires Brandão. j. 29.11.2017, unânime, e-DJF1 24.01.2018)." (Grifos meus) "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. TRABALHADOR URBANO. TERMO DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. REVISÃO ADMINISTRATIVA DA BENESSE. ART. 71 DA LEI 8.212/91 E ART. 101 DA LEI 8.213/91. (...) 3. O termo inicial do benefício será a data do requerimento administrativo ou o dia imediato ao da cessação do auxílio-doença. Não havendo requerimento, será a data da citação do INSS. In casu, deve ser reconhecido o direito ao auxílio-doença ao requerente a partir da data do requerimento administrativo em 07.06.2011 (fls. 38), o qual será mantido até que a parte autora restabeleça a sua capacidade laborativa, após a submissão a exame médico-pericial na via administrativa, que conclua pela inexistência de incapacidade, podendo o benefício ser convertido em aposentadoria por invalidez, a depender do resultado do processo de reabilitação. Devem, ainda, ser descontados eventuais importes recebidos, no mesmo período, a título de benefício inacumulável. (...) (Apelação Cível nº 0036812-31.2017.4.01.9199/MG, 2ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. João Luiz de Sousa. j. 30.08.2017, unânime, e-DJF1 11.09.2017)." (Grifos meus) Portanto, comprovados os requisitos legais para obtenção do benefício da aposentadoria por invalidez, imperiosa se faz a procedência dos pedidos contidos na presente actio. Por fim, e não menos importante, vale salientar que a pessoa beneficiária de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, como é o caso dos autos, está obrigado a se submeter a exames periódicos a cargo da Autarquia, nos termos dos arts. 70 da Lei n.º 8.212/1991, 101, § 1º e § 2º e 43, § 4º, da Lei nº 8.213/1991. Pelo exposto, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE o pedido contido na inicial, e o faço para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ao pagamento do auxílio-doença ao autor, Sr. Adeildo José dos Santos, equivalente ao salário-de-benefício, a partir da data de entrada do requerimento indeferido na via administrativa (DER – 23/01/2018 – ID. 12506155), perdurando até a conversão em aposentadoria por invalidez na data da perícia médica (25/02/2019 – ID. 18867404), devidamente atualizado. Destarte, sintetizo os parâmetros para implantação do benefício, nos termos do art. 80, parágrafo único, III, "g", da Resolução /Presi/Cojef nº 16/2010: Número do CPF: 522.695.071-34. Nome da Mãe: Benedita Conceição da Silva Santos. Nome do segurado: Adeildo José dos Santos. Endereço do segurado: Av. São Paulo, n. 1081, Centro, Setor Norte, 78500-000, Colíder/MT. Benefício concedido: Auxílio-doença. DIB: 23/01/2018 – data da entrada do requerimento na via administrativa – DER. Benefício concedido: Aposentadoria por invalidez. DIB: 25/02/2019 – data do laudo pericial (conversão). 4 - DECLARO a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade da aposentadoria que é substituir a remuneração do trabalhador quando, em razão da idade avançada e/ou enfermidade, não tem condições de exercer atividade laborativa. Outrossim, ante a decisão supra, TORNO DEFINITIVA A TUTELA ANTECIPADA concedida na r. decisão de ID. 12708451, razão pela qual, ante o teor do Ofício acostado ao ID. 12814325, OFICIE-SE o INSS – APSADJ – Agência da Previdência Social de Atendimento às Demandas Judiciais para cumprimento da presente decisão, em especial, realizando as devidas retificações em seu sistema para evitar a suspensão do benefício de forma precária. Ademais, DECLARO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil. 5 - Sobre as prestações em atraso incidirão correção monetária a partir do vencimento de cada parcela, na forma prevista na Lei 6.899/81 e Súmulas 43 e 148 do STJ e juros de mora devidos em 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação até a Lei 11.960/09, e a partir de então à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, nos termos do art. 1ºF, da Lei 9.494/97, c/c art. 406, do CC/02; c/c 161, § 1º, do CTN; enunciado 20 do CJF e da Súmula 204 do STJ. 6 - DEIXO DE CONDENAR a requerida em custas e despesas processuais, nos termos do art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.289/96; c/c art. 3º, inciso I, da Lei Estadual 7.603/2001. 7 - CONDENO a requerida no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência que fixo em 10% (dez por cento) sobre as parcelas vencidas, consoante Súmula 111 do STJ, não incidindo, portanto, sobre as parcelas vincendas, que serão pagas administrativamente com a implantação do benefício no sistema geral de previdência social. 8 - Sem custas, na forma da Lei. 9 - Interposto recurso de apelação, independentemente de análise dos requisitos de admissibilidade da insurgência, nos termos dos arts. 994 a 1.014 do Código de Processo Civil, INTIME-SE para as contrarrazões. Vencido o prazo, com ou sem elas, subam os autos sem demora ao Tribunal Regional Federal, com as nossas homenagens. 10 - Preclusas as vias recursais, o que deverá ser certificado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas e anotações devidas, se nada for requerido em 15 (quinze) dias. 11 - Diante da eventual preclusão da via recursal voluntária, submeta-se ao reexame necessário se, após a liquidação, o valor da condenação exceder 1.000 (mil) salários mínimos (art. 496, § 3º, do Código de Processo Civil). Publique-se. Intime-se. Cumpra-se, servindo a presente sentença, no que couber, como MANDADO, OFÍCIO e CARTA PRECATÓRIA. Colíder/MT, data da assinatura digital. Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001687-92.2017.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DA GLORIA FONSECA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CAMILA EMILY DO NASCIMENTO SOUZA OAB - MT19960/O (ADVOGADO(A))

RICARDO ZEFERINO PEREIRA OAB - MT0012491A-B (ADVOGADO(A))
FREDERICO STECCA CIONI OAB - PR0054275A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1001687-92.2017.8.11.0009. AUTOR(A): MARIA DA GLORIA FONSECA RÉU: INSS Vistos, etc. Maria da Glória Fonseca ajuizou "Ação Previdenciária de Aposentadoria por Idade Rural" em face do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, alegando, em síntese, possuir todos os requisitos necessários para perceber o benefício pleiteado. Com a inicial vieram os documentos. Ao ID 10662911, recebida a inicial, momento em que fora deferido os benefícios da justiça gratuita, indeferido a tutela antecipada bem como designada audiência de instrução e julgamento. Citada, a parte requerida apresentou contestação ao ID. 12828889, alegando em síntese, que a autora não preenche os requisitos necessários para perceber o benefício pleiteado, ao final pugnou pela improcedência da ação. Ao ID. 12912217 fora certificado a tempestividade da contestação. Entre um ato e outro, a instrução fora realizada ao ID. 13014949, sendo ouvidas as testemunhas presentes e, por conseguinte, requerido pela autora concessão de prazo para apresentar alegações finais. Em seguida, ao ID. 13073864, a autora apresentou suas derradeiras alegações. Intimada, a requerida deixou transcorrer o prazo sem apresentação de alegações finais, conforme certificado ao ID. 19355639. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. FUNDAMENTO E DECIDO. 1 - Inicialmente, em que pese a preliminar arguida pela Autarquia demandada, verifica-se que se trata de prejudicial de mérito, incabível no presente feito, uma vez que se reconhecido o direito da autora será a partir de 2017, não havendo que se falar em quinquênio. 2 - Estando devidamente instruído o feito, passo ao julgamento do mérito. 3 - De mais a mais, não obstante a parte autora ter ingressado com o pedido de aposentadoria por idade rural, averígua-se que a requerente não preenche os requisitos necessários para perceber o benefício pleiteado na exordial. Entretanto, consoante o art. 4º da LINDB, em harmonia a analogia a ser adotada no direito, juntamente com o princípio da dignidade da pessoa humana elencado no rol de princípios fundamentais da CRFB/88, tenho que é plenamente possível à aplicação do princípio da fungibilidade que vigora entre os benefícios nas ações previdenciárias, o qual é lícito ao magistrado conceder benefício distinto daquele postulado na inicial. Nesse sentido, colaciono o seguinte aresto: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO - AÇÃO PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR JULGAMENTO EXTRA PETITA - REJEITADA - PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE - MÉRITO RECURSAL - ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORATIVA - AFASTADA - DOENÇA DEGENERATIVA QUE SE AGRAVOU PELA FUNÇÃO EXERCIDA - CONCAUSA - REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA - PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DO AUXÍLIO-ACIDENTE - DATA INICIAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DO BENEFÍCIO - IMEDIATAMENTE POSTERIOR À CESSAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA - HONORÁRIOS CORRETAMENTE FIXADOS - OBSERVÂNCIA DA SÚMULA 111 DO STJ - CONDENAÇÃO DA AUTARQUIA AO PAGAMENTO DAS CUSTAS - POSSIBILIDADE - JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA - JUROS MORATÓRIOS DE 6% AO ANO (ART. 1º-F DA LEI N. 9.494/97) ATÉ A DATA DE ENTRADA EM VIGOR DA LEI N. 11.960/2009, QUANDO DEVEM SER OS MESMOS APLICADOS ÀS CADERNETAS DE POUPANÇA - RECUSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E DESPROVIDO - RECURSO OBRIGATÓRIO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. Não há julgamento extra petita ao se deferir à parte autora um benefício ao invés de outro, desde que comprovados os pressupostos fáticos daquele e não deste, uma vez que vigora o princípio da fungibilidade. Preliminar rejeitada..." (Apelação Cível 0000547-02.2007.8.12.0029. Rel. Des. Vladimir Abreu da Silva. 5ª Câmara Cível; Data do julgamento: 31/07/2014; Data de registro: 05/09/2014) – Grifos meus. "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REEXAME NECESSÁRIO. AUXÍLIO ACIDENTE. AUXÍLIO DOENÇA. FUNGIBILIDADE. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA PERMANENTE. COMPROVAÇÃO. Comprovada a redução permanente da capacidade laborativa do segurado em razão de acidente do trabalho, é devido o pagamento do benefício auxílio-acidente. Tratando-se de benefício previdenciário, cujo caráter é social e protetivo, possibilita-se ao julgador conceder benefício diverso do pleiteado, desde que presentes os requisitos." (TJ-MG - REEX: 10024110585981002 MG , Relator: Estevão Lucchesi, Data de Julgamento: 27/02/2014, Câmaras Cíveis / 14ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 12/03/2014) – Grifos meus. Pois bem. Depreende-se dos autos que a questão encartada repousa sobre o preenchimento da autora quanto aos requisitos para concessão da aposentadoria híbrida. In casu, trata-se de novidade introduzida pela Lei 11.718/2008, que deu nova redação ao art. 48, da Lei 8.213/91, incluído no § 3º, uma nova espécie de benefício de aposentadoria por idade conceituada pela maioria da doutrina como do tipo "híbrida" ou "mista", benefício previdenciário destinado ao trabalhador rural quando completos os 65 anos de idade, se homem, e 60 anos, se mulher. Vejamos a redação do § 3º: § 3º Os trabalhadores rurais de que trata o § 1º deste artigo que não atendam ao disposto no § 2º deste artigo, mas que satisfaçam essa condição, se forem considerados períodos de contribuição sob outras categorias do segurado, farão jus ao benefício ao completarem 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos, se mulher. (Incluído pela Lei nº 11,718, de 2008). A inclusão desse parágrafo ao art. 48 traz uma nova esperança de alcançar à tão sonhada aposentadoria pelos trabalhadores rurais. Ao contrário do que acontece quando o pedido administrativo versa sobre aposentadoria por idade rural "pura" (aquela prevista no art. 48, § 2º), o tempo de contribuição urbana do segurado não implicará em indeferimento do benefício. Ao avesso, servirá para computar o tempo de carência mínima exigida pelo artigo 142 da Lei 8.213/91 para concessão da aposentadoria. Em outras palavras, o tempo urbano será somado ao tempo rural para fins de preenchimento de carência mínima. Neste viés, colaciono o seguinte julgado, vejamos: "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA HÍBRIDA POR IDADE. LEI Nº 11.718/08. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. I. O objetivo dos embargos de declaração, de acordo com o art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, é sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão e, ainda, a ocorrência de erro material no julgado. II. A alteração legislativa trazida pela Lei nº 11.718 de 20.06.2008, que introduziu os §§ 3º e 4º ao art. 48 da Lei nº 8.213/91, passou a permitir a concessão de aposentadoria comum por idade àqueles segurados que, embora inicialmente rurícolas, passaram a exercer outras atividades e tenham idade mínima de 60 anos (mulher) e 65 anos (homem). (...) IV. Tendo a autora completado 60 anos de idade e preenchido a carência exigida pelos artigos 142 e 143 da Lei nº 8.213/91, é de ser aplicada a referida alteração da legislação previdenciária e lhe conceder o benefício de aposentadoria híbrida por idade. V. Ainda que os embargos de declaração tenham a finalidade de prequestionamento, devem observar os limites traçados no art. 1.022 do Novo CPC (STJ-1a Turma, Resp 11.465-0-SP, Rel. Min. Demócrito Reinaldo, j. 23.11.92, rejeitaram os embs. , V. u., DJU 15.2.93, p. 1.665). VI. Embargos de declaração do INSS rejeitados. (TRF 3ª R.; EDcl-AC 0044558-91.2012.4.03.9999; Décima Turma; Rel. Des. Fed. Sérgio do Nascimento; Julg. 06/12/2016; DEJF 15/12/2016)" – Grifos meus. "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE HÍBRIDA. ART. 48, "CAPUT ", E § 3º DA LEI Nº 8.213/91. ATIVIDADE RURAL E URBANA COMPROVADAS. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. CONCOMITANTE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE URBANA OU RURAL COM O IMPLEMENTO DO REQUISITO ETÁRIO. INEXIBILIDADE. REQUISITOS PREENCHIDOS. BENEFÍCIO DEVIDO. 1. O benefício de aposentadoria por idade urbana exige o cumprimento de dois requisitos: a) idade mínima, de 65 anos, se homem, ou 60 anos, se mulher; e b) período de carência (art. 48, "caput ", da Lei nº 8.213/91). 2. Início de prova material, corroborado por prova testemunhal, enseja o reconhecimento do tempo laborado como trabalhador rural. A atividade rural desempenhada em data anterior a novembro de 1991 pode ser considerada para averbação do tempo de serviço, sem necessidade de recolhimento de contribuições previdenciárias. 3. A Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, ao introduzir o § 3, do art. 48, do mencionado diploma legal, permitiu a aposentadoria por idade híbrida, possibilitando a contagem cumulativa do tempo de labor urbano e rural, para fins de aposentadoria por idade. 4. Em se tratando de aposentadoria por idade híbrida, não se exige a simultaneidade entre o implemento do requisito etário e o exercício da atividade laborativa, seja esta urbana ou rural. Precedentes do STJ e desta Corte. 5. Comprovadas as atividades rurais e urbanas pela carência exigida, e preenchida a idade necessária à concessão do benefício, faz jus a parte autora ao recebimento da aposentadoria por idade. 6. Apelação desprovida. Recurso adesivo parcialmente provido Fixados, de ofício, os consectários legais. (TRF 3ª R.; AC 0044584-84.2015.4.03.9999; Décima Turma; Rel. Des. Fed. Nelson Porfirio; Julg. 06/12/2016; DEJF 15/12/2016)"

– Grifos meus. “EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE HÍBRIDA. ATIVIDADE RURAL. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. DOCUMENTOS EM NOME DE FAMILIAR QUE PASSOU A EXERCER ATIVIDADE INCOMPATÍVEL COM O LABOR RURAL. PROVA MATERIAL ESCASSA. NECESSIDADE DE PROVA TESTEMUNHAL ROBUSTA. REQUISITOS NÃO IMPLEMENTADOS. 1. É devida a aposentadoria por idade mediante conjugação de tempo rural e urbano durante o período aquisitivo do direito, a teor do disposto na Lei n. 11.718/08, que acrescentou § 3º ao art. 48 da Lei n. 8.213/91, contanto que cumprido o requisito etário de 60 (sessenta) anos para mulher e de 65 (sessenta e cinco) anos para homem e a carência mínima exigida. 2. (...) 4. Uma vez que não há comprovação de labor rural a ser somado aos períodos de labor urbano da autora, não é possível concessão de aposentadoria por idade híbrida. (TRF 4ª R.; APELREEX 0011451-87.2016.404.9999; RS; Quinta Turma; Relª Juíza Fed. Taís Schilling Ferraz; Julg. 22/11/2016; DEJF 15/12/2016) – Grifos meus. TRF1-0290136) PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR IDADE MISTA OU HÍBRIDA. TRABALHADOR URBANO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA TESTEMUNHAL. IMPOSSIBILIDADE. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. (...) 3. Com as alterações introduzidas pela Lei 11.718, de 20.06.2008, que acrescentou os §§ 2º, 3º e 4º ao art. 48 da Lei 8.213/1991, autorizou-se ao trabalhador rural o cômputo de períodos que não sejam de atividade rural, para fins de aposentadoria por idade. Trata-se da chamada aposentadoria por idade "mista" ou "híbrida", cabendo ao segurado comprovar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos de idade, se mulher. 4. Para a conjugação do tempo de serviço rural e urbano não se exige que o segurado esteja desempenhando atividade rural por ocasião do requerimento administrativo do benefício e/ou do implemento do requisito etário. A aposentadoria híbrida, portanto, contempla tanto o segurado que foi para a cidade após o exercício de atividade rural, quanto aquele que, após prestar serviço de natureza urbana passa a exercer trabalho rurícola (art. 51, § 4º do Decreto nº 3.048/1999). (...) 7. O reconhecimento do tempo de serviço rural, comprovadamente desempenhado por trabalhador menor em regime de economia familiar, é assente no STJ com o entendimento no sentido da possibilidade do seu cômputo, para fins previdenciários, a partir dos 12 (doze) anos de idade (STJ - AR: 3629 RS 2006/0183880-5, Relator: Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Data de Julgamento: 23.06.2008, S3 - TERCEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 09.09.2008). (...) (Apelação Cível nº 0029483-65.2017.4.01.9199/MG, 1ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Carlos Augusto Pires Brandão. j. 19.07.2017, unânime, e-DJF1 09.08.2017). Grifos meus. Portanto, a concessão do benefício de aposentadoria por idade híbrida pretendida pela autora exige o preenchimento de três requisitos legais: (a) idade mínima de 60 anos, se mulher, e 65 anos, se homem (art. 201, § 7º, II, da CF/88, e art. 48, § 3º, da Lei n° 8.213/91); (b) carência, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido (art. 48, § § 2º e3º, da Lei n° 8.213/91), com especial atenção à tabela de transição contida no artigo 142 da mesma lei, e; (c) qualidade de segurado especial no curso do prazo fixado no item anterior, segundo o conceito descrito no art. 11, VII, e § 1º, da Lei n° 8.213/91. Quanto ao requisito idade, a requerente, nascida em 05/04/1959 (ID 12828892, pág. 1), atingiu a idade mínima necessária para se aposentar no ano de 2019, cabendo-lhe ainda, demonstrar por início de prova material, corroborado com prova testemunhal o efetivo exercício de atividade rural. No que pertine ao requisito carência, deve a requerente demonstrar que o exercício de atividade rural e urbana, à luz do artigo 142 da Lei n° 8.213/91, deu-se no prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) meses. Nesse tema, consoante o artigo 55, § 3º, da Lei n° 8.213/91, a comprovação do tempo de serviço rural só produzirá efeito quando baseada em início razoável de prova material, contemporânea à época dos fatos alegados, não se exigindo que esta prova inicial corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício (Súmulas 14 e 34 da Turma Nacional de Uniformização e Súmula 5 da Primeira Turma de Rondônia, DJ-RO de 23/11/2006), devidamente corroborada por prova testemunhal produzida em juízo, se for necessária. Quanto à idade mínima para a caracterização como segurado especial, encontra-se consubstanciada na Súmula n. 05 da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, que segue transcrita: “Prestação de Serviço Rural. A prestação de serviço rural por menor de 12 a 14 anos, até o advento da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, devidamente comprovada, pode ser reconhecida para fins previdenciários”. Assim, a requerente juntou como início de prova material: a) Certidão de casamento, constando a profissão do esposo da autora como “lavrador”, ano de 1977 (ID. 9907226, pág. 1); b) Certidão de nascimento do filho da autora, constando a profissão de seu esposo como “lavrador”, ano de 1984 (ID. 9907226, pág. 2); c) Ficha de inscrição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do esposo da autora, constando ainda seu nome como beneficiária, ano de 1977 (ID. 9907226, pág. 3/4); d) Operação especial em nome do esposo da autora, referente a compra de arroz em casca, ano de 1983 (ID. 9907238, pág. 1); e) Cupons fiscais em nome do esposo da autora, referente a compra de café, anos 1984 – 1985 – 1987 (ID. 9907238, pág. 3/8); f) Declaração de exercício de atividade rural em nome da autora, ano de 2017 (ID. 9907246, pág. 1/3); g) Cópia do indeferimento na via administrativa (ID. 9907252, pág. 1), entre outros. De acordo com a jurisprudência pátria dominante, ante a realidade fática vivida pelos rurícolas e face à patente hipossuficiência dos trabalhadores do campo, até prova em contrário, os documentos acima mencionados, carreados aos autos, servem de início de prova material que comprova o exercício de atividade rural por parte do autor, senão vejamos: “EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REMESSA OFICIAL. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADORA RURAL. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL. COMPLEMENTAÇÃO POR PROVA TESTEMUNHAL. RECONHECIMENTO. IDADE MÍNIMA. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA.1. O benefício da aposentadoria por idade é concedido mediante a comprovação da condição de trabalhador rural, ou de produtor rural em regime de economia familiar, por prova material plena ou por prova testemunhal baseada em início de prova documental, na forma do art. 39, I, da Lei n. 8.213/91, bem como a idade superior a 60 anos para homem e 55 anos para mulher.2. Estende-se à mulher a condição de rurícola do marido indicada na certidão de registro civil de casamento realizado em 06.07.1963 (fl. 10).3. Prova documental complementada pela prova testemunhal (fls. 28/29).4. A correção monetária incide sobre o débito previdenciário, a partir do vencimento de cada prestação, nos termos da Lei n. 6.899, de 8 de abril de 1981, conforme Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal.5 Cedendo à orientação desta c. Turma, os juros moratórios são devidos no percentual de 1% a.m. até a edição da Lei nº. 11.960/2009, quando então serão devidos no percentual de 0,5% a.m. conforme são aplicados nas cadernetas de poupança. Contam-se da citação, para as parcelas eventualmente vencidas anteriormente a ela, e do respectivo vencimento, para as que lhe são posteriores.6. Remessa oficial provida parcialmente, nos termos dos itens 4 e 5.(REO 0068171-14.2008.4.01.9199/GO, Rel. Desembargador Federal Francisco De Assis Betti, Segunda Turma, e-DJF1 p.84 de 16/09/2010). (Grifos meus) Portanto, verifico que os documentos juntados são bastante para configurar o início de prova material. Vale destacar que a prova material exigida pela lei não precisa ser exaustiva, correspondente a todo o período de carência, bastando que seja incipiente e razoável, e que traga a potencialidade da certeza quanto aos fatos narrados pelo segurado, lembrando sempre as sérias dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais para constituir prova material, em face de sua ingenuidade típica e da falta de conhecimento quanto aos seus direitos (Precedentes do STJ: REsp 616828/CE, rel. Min. Jorge Scartezzini, DJU de 02.08.2004, p. 550, e EREsp 448813/CE, rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJU de 02.03.2005, p. 185). Cabe salientar ainda que conforme a recente súmula 577 do STJ: “É possível reconhecer o tempo de serviço rural anterior ao documento mais antigo apresentado, desde que amparado em convincente prova testemunhal colhida sob o contraditório”. Ademais, não bastassem às provas documentais carreadas, as testemunhas ouvidas em audiência de instrução confirmaram o trabalho rurícola da autora desde longa data, senão vejamos: “Que conhece a autora desde 1979. Que a testemunha conheceu a autora na lida rural. Que a autora morava na propriedade rural do sogro. Que plantavam café, arroz, milho, feijão, hortaliças. Que o esposo da autora também trabalhava na área rural. Que não tinham empregados nem maquinários para auxiliar na agricultura. Que já viu a autora trabalhando diretamente na lida do campo. Que tinham pequenos animais. Que não tinham outras fontes de renda. Que dependiam do labor rural. Que não tinha bens. Que não tinha veículos.” (SIC) Ivo do Nascimento Amâncio. “Que conhece a autora desde 1978. Que nessa época a autora juntamente com sua família foi morar próximo da propriedade rural da testemunha. Que a testemunha e a autora vieram do estado do Paraná. Que a autora morava com o pai na área rural. Que após se casar, a autora continuou na lida rural. Que já viu a autora trabalhando

diretamente na lida do campo. Que a autora plantava arroz, feijão, café, etc. Que não sabe se a autora criava pequenos animais. Que não tinham empregados nem maquinários para auxiliar no labor rural. Que era somente na enxada. Que era manual. Que não tinham outras rendas além do sítio. Que não tinham propriedades na cidade." (SIC) Maria Tereza Morachik Amâncio. Quanto à qualidade de segurada na condição de trabalhador rural, o art. 11, VII, § 1º, da Lei n. 8.213/91 é cristalino, na medida em que privilegia uma pequena parcela de pessoas, colocando-as numa situação excepcional, à medida que isenta esse grupo de apresentarem perante a previdência contribuições, bastando para tanto a comprovação do equivalente em exercício da atividade rural ao período de carência. (art. 39, I c/c art. 142 da Lei n° 8.213/91). As testemunhas ouvidas em juízo informaram que a autora por muito tempo morou e trabalhou na zona rural, exercendo atividade rural, sendo que estas atividades eram desenvolvidas em regime de economia familiar, contudo, embora não podendo precisar o tempo exato do exercício da atividade rural, com base no início de prova material e testemunhal, reconheço-a de 1977 a 1987. Por fim, tratando de aposentadoria por idade híbrida, nos resta analisar a documentação trazida aos autos, com o fito de verificar o tempo laborado pela mesma no meio urbano. Somando o total trabalhado pela autora em ambas as atividades (urbana (15 anos e 7 meses) e rural (10 anos)), chega-se ao montante superior 25 (vinte e cinco) anos, sendo, portanto, devida a aposentadoria híbrida à autora. Assim, comprovados os requisitos legais para obtenção do benefício da aposentadoria por idade híbrida, imperiosa se faz a procedência dos pedidos contidos na presente actio. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o presente feito, para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a conceder a aposentadoria por idade híbrida a Sra. Maria da Glória Fonseca, na base do salário-de-benefício, assegurando-lhe o pagamento das parcelas vencidas e devidas desde a data do requerimento administrativo indeferido (DER – 06/04/2017 – ID. 9907252, pág. 1), devidamente atualizadas. 4 - DECLARO a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade da aposentadoria que é substituir a remuneração do trabalhador quando, em razão da idade avançada, não tem condições de exercer atividade laborativa. DECLARO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil. 5 - Outrossim, em analogia ao art. 4º da Lei n. 10.259/01, CONCEDO a antecipação dos efeitos da tutela, pela própria fundamentação da presente sentença e pelo periculum in mora em decorrência do caráter alimentar das prestações, e DETERMINO a implementação do beneficio no prazo de trinta (30) dias, sob pena de MULTA DIÁRIA que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais). 6 - Os juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% (um por cento) ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. 7 - Ainda, DETERMINO que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida. 8 - Sem custas à vista da isenção determinada pela Lei n° 9.289/96, art. 1, § 1º e Lei Estadual n° 7.603/2001. 9 - Por fim, fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas devidas até esta data, conforme entendimento pacificado na Seção Previdenciária do TRF e no Superior Tribunal de Justiça (Enunciado de súmula 111 – Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre prestações vincendas). 10 - Diante da afetação dos Recursos Especiais n. 1.674.221/SP e n. 1.788.404/PR, para julgamento pelo sistema dos recursos repetitivos referente ao TEMA 1007, SUSPENDO o presente feito até a resolução deste. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Em atenção ao Provimento 20/2008-CGJ, sintetizo o julgado da seguinte forma: CPF: 801.327.661-91. CI/RG:796463 SSP/MT. Nome da segurada: Maria da Glória Fonseca. Nome da Mãe: Maria do Carmo Amaral. Endereço do segurado: Av. Jaime Veríssimo de Campos Júnior, n. 533, Centro, 78.500-000, Colíder/MT. Benefício concedido: Aposentadoria por Idade Híbrida. DIB: 06/04/2017 – data do requerimento administrativo – DER. Renda mensal: salário-de-benefício. Prazo para cumprimento da sentença: 30 (TRINTA) DIAS. CUMPRA-SE, EXPEDINDO-SE o necessário, com as cautelas de estilo. Colíder/MT, data da assinatura digital. Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000723-02.2017.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
LEONARDO TORO TEIXEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FREDERICO STECCA CIONI OAB - PR0054275A (ADVOGADO(A))
RICARDO ZEFERINO PEREIRA OAB - MT0012491A-B (ADVOGADO(A))
CAMILA EMILY DO NASCIMENTO SOUZA OAB - MT19960/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1000723-02.2017.8.11.0009. AUTOR(A): LEONARDO TORO TEIXEIRA. RÉU: INSS. Vistos, etc. Trata-se de Ação Previdenciária com pedido de concessão de Auxílio-Doença c/c Pedido de Tutela Antecipada c/c conversão em Aposentadoria por Invalidez, ajuizada por Leonardo Toro Teixeira em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, ambos devidamente qualificados nos autos, alegando, em síntese, que recebeu administrativamente o benefício de auxílio-doença, contudo o teve cessado em 24/08/2016, sob o argumento de que não estava incapacitado para o trabalho habitual. Com a inicial vieram os documentos. À inicial foi recebida ao ID. 7925656, momento em que fora deferido os benefícios da justiça gratuita e indeferido a tutela antecipada pleiteada pelo autor. Ato contínuo, fora determinada a citação da parte requerida, a realização de audiência de instrução e julgamento bem como perícia médica. Aportou aos autos o resultado da perícia médica (ID. 12900267). Instado, o requerente apresentou manifestação nos autos acerca do laudo médico pericial (ID. 12939172). Devidamente citada, a requerida apresentou contestação ao ID. 15660251, alegando, em síntese, que o autor não preenche os requisitos necessários para a concessão da aposentadoria por invalidez, uma vez que não possui qualidade de segurado na época do acidente. Ao final, pugnou pela improcedência da ação. Logo após, o requerente apresentou impugnação à contestação (ID. 16327543). Em seguida, este Juízo saneou o feito, afastando a preliminar de prescrição arguida pela requerida, concedeu a tutela antecipada bem como designou audiência de instrução e julgamento (ID. 18116820). Por fim, a instrução realizou-se ao ID. 20342436, sendo ouvida as testemunhas presentes, apresentado alegações finais remissivas à inicial pelo autor, homologado a desistência da testemunha Altair Francisco Faustino de Souza bem como determinado a reiteração do ofício ao INSS (setor de atendimento às demandas judiciais), permanecendo os autos conclusos para prolação de sentença. É o relato do necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. 1 – Inicialmente, cumpre anotar que, o caso em apreço é hipótese que comporta o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso I, do artigo 355 do Código de Processo Civil, não havendo a necessidade de dilação probatória: "Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I – não houver necessidade de produção de outras provas; II – o réu for revel, ocorrer o previsto no art. 344 e não houver requerimento de prova, na forma do art. 349". 2 - Logo, estando devidamente instruído o feito e, não havendo mais preliminares a serem decididas, passo ao julgamento do mérito. In casu, nota-se que a controvérsia do embate recaía sobre dois aspectos, quais sejam: I) no fato de o requerente demonstrar sua incapacidade para o trabalho e, II) comprovar sua qualidade de segurado especial, quanto a este ultimo tenho que restou comprovada através dos documentos de ID. 9857853, pág. 1/55. Pois bem. Dispõe o artigo 1º da Lei 8.213/91, que: "A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente". Acerca do tema, Sérgio Pinto Martins leciona: "É a Previdência Social o segmento da Seguridade Social, composta de um conjunto de princípios, de regras e de instituições destinado a estabelecer um sistema de proteção social, mediante contribuição, que tem por objetivo proporcionar meios indispensáveis de subsistência do segurado e a sua família, quando ocorrer certa divergência prevista em lei" (in Direito da Seguridade Social, 19 ed. São Paulo, Atlas, p. 300). Em relação à Seguridade Social, a Constituição Federal de 1988, assim a conceitua em seu artigo 194, caput: "A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os

direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social". Tratando-se de rurícola, necessário destacar que cumpre ao julgador valorar os fatos e circunstâncias evidenciados com ênfase no artigo 5º da Lei de Introdução ao Código Civil e levar em conta a realidade social em que inserido o trabalhador rural, na qual predomina a informalidade na demonstração dos fatos. Vale lembrar que não se mostra razoável exigir que os documentos carreados ao processo sigam sempre a forma prescrita em lei, por isso devem ser considerados válidos quando de outra forma atingir a finalidade precípua de comprovar o exercício da atividade rural, consoante disposto no artigo 277, do Código de Processo Civil. Nessa toada, analisando os autos, percebe-se que o autor logrou provar a sua qualidade de trabalhador rural durante o período de carência exigido pela lei. Com efeito, compulsando os autos, verifico que os documentos juntados são bastante para configurar o início de prova material, quais sejam: a) Título do INCRA em nome do autor, ano de 1988 (ID. 6868481, pág. 1); b) Nota Fiscal em nome do autor referente a venda de algodão em caroço, anos de 1997 – 1998 - 1999 (Ids. 6868481, pág. 3 – 6868548, pág. 1/2); c) Notas Fiscais de Produtor Rural em nome do autor referente a venda de bezerras, anos de 2000 – 2003 – 2004 – 2005 – 2006 - 2007 – 2009 – 2010 – 2011 – 2012 (Ids. 6868701, pág. 1/2 – 6868652, pág. 1/2) – 6868848, pág. 1/2 – 6868909 pág. 1/2 – 6868933, pág. 1/2); d) Atestado de Vacinação do gado em nome do autor, ano de 2013 (ID. 6868961, pág. 1); e) Notas Fiscais em nome do autor referente a vacinas para o gado, correspondente aos anos de 2014 e 2015 (ID. 6868961, pág. 2/3) e f) Cópia do comprovante da cessação do benefício na via administrativa (ID. 6869004), entre outros. De acordo com a jurisprudência pátria dominante, ante a realidade fática vivida pelos rurícolas e face à patente hipossuficiência dos trabalhadores do campo, até prova em contrário, os documentos acima mencionados, carreados aos autos, servem de início de prova material que comprova o exercício de atividade rural por parte do autor, corroborado com o reconhecimento da qualidade de segurado especial pelo requerido na esfera administrativa. Confiramos decisão recente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região neste sentido: "EMENTA: APELAÇÃO E REMESSA NECESSÁRIA. AVERBAÇÃO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. COMPROVAÇÃO DO LABOR RURAL. (...) 3. O Superior Tribunal de Justiça, em julgamento submetido ao regime dos recursos repetitivos, consolidou o entendimento de que a prova exclusivamente testemunhal não basta, para o fim de obtenção de benefício previdenciário, à comprovação do trabalho rural, devendo ser acompanhada, necessariamente, de um início razoável de prova material (STJ, REsp 1.133.863/RN, Terceira Seção, Ministro Celso Limongi, DJ de 15.04.2011). Ainda, o STJ, também pela sistemática dos recursos repetitivos, consignou que a Lei de Benefícios, ao exigir um "início de prova material", teve por pressuposto assegurar o direito à contagem do tempo de atividade exercida por trabalhador rural em período anterior ao advento da Lei 8.213/91 levando em conta as dificuldades deste, notadamente hipossuficiente. (Cf. STJ, REsp 1.348.633/SP, Primeira Seção, Ministro Arnaldo Esteves Lima, DJ de 05.12.2014). 4. Para fins de reconhecimento de exercício de serviço rural, o início razoável de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos, o que não significa dizer que a documentação escrita deva englobar todo o período exigido para a concessão do benefício, bastando apresentar indícios de condição de rurícola. Para tanto, a Corte Superior de Justiça, nas causas de trabalhadores rurais, tem adotado critérios interpretativos favorecedores de uma jurisdição socialmente justa, admitindo mais amplamente documentação comprobatória da atividade desenvolvida. Seguindo essa mesma premissa, firmou posicionamento segundo o qual as certidões de nascimento, casamento e óbito, bem como certidão da Justiça Eleitoral, carteira de associação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e contratos de parceria agrícola são aceitos como início da prova material, nos casos em que a profissão rural estiver expressamente consignada. Da mesma forma, admite que a condição profissional de trabalhador rural de um dos cônjuges, constante de assentamento em Registro Civil, seja extensível ao outro, com vistas à comprovação de atividade rurícola (STJ, EREsp 1.171.565/SP, Ministro Nefi Cordeiro, Terceira Seção, DJ de 05.03.2015; AgRg no REsp 1.448.931/SP, Segunda Seção, Ministro Humberto Martins, DJ de 02.06.2014; AgRg no REsp 1.264.618/PR, Sexta Turma, Ministro OG Fernandes, DJ de 30.08.2013). (…) (Apelação Cível nº 0007054-88.2006.4.01.3800/MG, 1ª Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais - TRF da 1ª Região, Rel. Convocado Luciana Pinheiro Costa. j. 04.09.2017, unânime, e-DJF1 06.11.2017)." (Grifos meus) Ressalta-se que para o exame da contemporaneidade não deve ser exigida a prova ano a ano, repito, pela dificuldade de coleta de prova no labor rural, sendo que o importante é haver prova que leve ao convencimento de continuidade da atividade rural, mesmo pela confrontação da prova oral, de onde documentos de períodos podem ser aproveitados para o todo. Não bastasse isso, as testemunhas ouvidas em audiência de instrução e julgamento confirmaram o labor rurícola do autor, se não vejamos (ID. 20342436): "Que é conhecido do autor desde o ano de 1986. Que em 1985 a testemunha foi morar na mesma comunidade em que reside o autor. Que já viu o autor laborando diretamente na lida do campo. Que após ficar enfermo o autor não conseguiu mais realizar seu labor habitual como pecuarista. Que o autor não tem outras rendas. Que depende do sítio. Que no sítio o autor plantava algodão, milho e arroz e feijão. Que atualmente trabalha com pasto. Que cria gado de corte. Que não tem empregados nem maquinários para auxiliá-lo. Que mora juntamente com a esposa. Que não tem filhos. Que não tem casa na cidade. Que não tem veículos. Que o autor sempre foi da lida rural." - (SIC) - João Santana Barraro. "Que é conhecido do autor há 34 anos. Que conheceu o autor quando comprou terras em Colíder, em meados de 1935. Que o sítio onde reside o autor é de sua propriedade. Que o autor sempre morou no mesmo sítio. Que o autor é pecuarista há anos. Que já plantou a muitos anos atrás. Que cria gado de corte e de leite. Que já viu o autor laborando diretamente na lida do campo. Que em virtude de doença o autor diminuiu sua capacidade laborativa. Que antigamente o autor plantava autor, feijão, milho e algodão. Que após alguns anos o autor passou a trabalhar com pecuária. Que quando o autor ficou doente estava laborando na atividade rural. Que o autor nunca desenvolveu atividade urbana. Que não tem propriedades na cidade. Que não tem empregados nem maquinários." - (SIC) – Altamiro José. Destarte, no que pertine à qualidade de segurado especial do requerente, vejo que os documentos que instruíram a inicial, mostram-se como provas hábeis para comprovar a referida situação de segurado, uma vez que restou demonstrado nos autos o exercício da atividade rural por período equivalente ao da carência exigida por Lei, conforme já vem decidindo reiteradamente os Tribunais Pátrios: "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. REMESSA OFICIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUXÍLIO-DOENÇA. QUALIDADE DE SEGURADO ESPECIAL. TRABALHADOR (A) RURAL. VISÃO MONOCULAR. INCAPACIDADE LABORAL. COMPROVAÇÃO POR LAUDO OFICIAL. CONDIÇÕES PESSOAIS. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA(...) 4. Comprovada a qualidade de trabalhador rural mediante início de prova material, devidamente corroborada pela prova testemunhal produzida em Juízo, deve ser reconhecido o direito do segurado à percepção do benefício. 5. A qualificação de lavrador constante dos documentos juntados aos autos é válida como início de prova material (ITR). 6. Comprovada, ainda, através de laudo médico pericial a incapacidade parcial e permanente para o exercício da atividade laboral, deve ser mantida a procedência do pedido de aposentadoria por invalidez. (…). (Apelação Cível nº 0043263-72.2017.4.01.9199/AC, 1ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Carlos Augusto Pires Brandão. j. 27.09.2017, unânime, e-DJF1 25.10.2017)." (Grifos meus) Superada esta questão referente à qualidade de segurado especial do requerente, necessário destacar que a perícia reconheceu categoricamente a incapacidade total e definitiva do autor para o trabalho, sendo conclusiva no sentido da permanência desta incapacidade, tenho que o mesmo tem direito a concessão da aposentadoria por invalidez uma vez que comprovada a existência de todos os requisitos do artigo 42 da Lei nº 8.213/91. Vejamos alguns trechos do laudo pericial, em síntese (12900267): 01) Queira a Sra. Perita se a parte autora sofre de alguma enfermidade? Qual? Resposta: "Apresentou em maio de 2016 alterações degenerativas de coluna lombar com compressão de raízes nervosas. Recebeu tratamento fisioterápico. Ao exame físico apresentou importante limitação funcional." (quesito do autor – ID. 12900267, pág. 1) 12) Diga o Sr. Perito se a incapacidade é total ou parcial? Para a sua atividade ou para qualquer atividade? Quais as limitações que a moléstia impõe ao exercício da profissão habitual do autor, levando-o à incapacidade total ou parcial? Resposta: "Total." (quesito do INSS – ID. 12900267, pág. 5) 13) Caso a resposta ao quesito 12 seja afirmativa diga a Sra. Perita, se a incapacidade laborativa, no seu entender, é permanente ou temporária? Resposta: "Definitiva." (quesito do INSS – ID. 12900267, pág. 5) 08) Considerando: incapacidade total = incapacidade para toda e qualquer atividade laboral; incapacidade parcial = incapacidade, ao menos, para a atividade laboral; incapacidade definitiva

= sem prognóstico de recuperação; incapacidade temporária = com prognóstico de recuperação (informar data da possível reabilitação e/ou tempo de tratamento necessário), defina se a incapacidade verificada é: a) total e definitiva; b) total e temporária; c) parcial e definitiva; d) parcial e temporária. Resposta: "a) total e definitiva." (quesito do Juízo – ID. 12900267, pág. 8) 09) Em se tratando de incapacitado, favor determinar DII Resposta: "Maio de 2016." (quesito do Juízo – ID. 12900267, pág. 8) [...] Pois bem. Quanto à aposentadoria por invalidez, reza o art. 42 da Lei 8.213/91: Art. 42: "A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição. § 1º A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança. § 2º A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão". Destarte, a concessão do benefício de Aposentadoria por invalidez (artigos 42 a 47, da Lei nº 8.213/91) tem por requisitos: a) a qualidade de segurado; b) o cumprimento do período de carência (12 contribuições - art. 25, I, da lei 8.213/91), quando exigida; c) a prova médico-pericial da incapacidade total e permanente para o trabalho, insuscetível de recuperação ou de reabilitação para outra atividade que garanta a subsistência; d) demonstração de que o segurado não era portador da alegada doença ao filiar-se ao Regime Geral da Previdência Social. Seguindo o raciocínio, considerando que o autor já comprovou o exercício da atividade rural, por período equivalente ao da carência exigida, resta-nos analisar a incapacidade. O caso não merece muitas digressões, eis que, como vimos nos autos, o autor há muito trava uma luta diária contra sua enfermidade, e não é preciso muito intelecto para concluir que a impossibilidade de trabalho, e a falta de amparo por parte da previdência, acarretam-lhe prejuízos imensuráveis na mantença da subsistência sua e de sua família. Conforme se observa nos documentos colacionados aos autos, o autor foi regularmente examinado por médicos e diagnosticado portador de enfermidades, sendo que o autor, com 58 anos (documento pessoal - ID. 6868238), continua enfermo. Com efeito, restou comprovada a incapacidade para o exercício da atividade laboral que exercia, mormente porque ficou frisado que a incapacidade é total e definitiva. Por oportuno, calha à fiveleta registrar que, segundo entendimento dominante na jurisprudência pátria, nas ações em que se objetiva a concessão de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença, o julgador firma seu convencimento com base na prova pericial, não deixando de se ater, entretanto, aos demais elementos de prova, sendo certo que embora possível, teoricamente, o exercício de outra atividade pelo segurado, ainda assim a inativação por invalidez deve ser outorgada se, na prática, for difícil a respectiva reabilitação, seja pela natureza da doença, ou, pela natureza das atividades desenvolvidas, seja pela idade avançada. Além disso, devem ser consideradas as condições pessoais do postulante, tais como a presumível pouca instrução, a idade, a limitada experiência profissional, e, por fim, o exíguo mercado de trabalho atual, já restrito até para pessoas jovens e saudáveis. No presente, caso, seria muito difícil que a parte autora tivesse êxito num processo de reabilitação dada às suas circunstâncias. De fato, ordenar que o autor recomponha sua vida profissional aos 58 anos, negando-lhe o benefício no momento em que dele necessita, seria contrariar o basilar princípio da dignidade da pessoa. Observe-se que a doença do autor é incompatível com a sua atividade habitual de trabalhador rural. D' outra banda, no que tange ao termo inicial do benefício, consoante entendimento jurisprudencial, tenho que é devido o pagamento do auxílio-doença desde a data da cessação do benefício na via administrativa (DCB – 24/08/2016 – ID. 6869004, pág. 2), com a sua conversão em aposentadoria por invalidez, a partir da data da perícia médica (15/09/2017 – ID. 12900267). Nesse toada, é o entendimento jurisprudencial Pátrio, conforme acórdãos que ora transcrevo: "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. REMESSA OFICIAL. AUXÍLIO-DOENÇA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. QUALIDADE DE SEGURADO. TRABALHADOR URBANO. INCAPACIDADE TOTAL E PERMANENTE POR LAUDO OFICIAL. TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. VERBA ADVOCATÍCIA. (...) 6. O termo inicial será a data do dia imediato ao da cessação do auxílio-doença (art. 43 da Lei 8.213/91), com conversão em aposentadoria por invalidez, a partir do laudo pericial, conforme determinação da r. sentença. (...) (Apelação Cível nº 0047702-29.2017.4.01.9199/MG, 1ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Carlos Augusto Pires Brandão. j. 29.11.2017, unânime, e-DJF1 24.01.2018). (Grifos meus) "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. TRABALHADOR URBANO. TERMO DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. REVISÃO ADMINISTRATIVA DA BENESSE. ART. 71 DA LEI 8.212/91 E ART. 101 DA LEI 8.213/91. (...) 3. O termo inicial do benefício será a data do requerimento administrativo ou o dia imediato ao da cessação do auxílio-doença. Não havendo requerimento, será a data da citação do INSS. In casu, deve ser reconhecido o direito ao auxílio-doença ao requerente a partir da data do requerimento administrativo em 07.06.2011 (fls. 38), o qual será mantido até que a parte autora restabeleça a sua capacidade laborativa, após a submissão a exame médico-pericial na via administrativa, que conclua pela inexistência de incapacidade, podendo o benefício ser convertido em aposentadoria por invalidez, a depender do resultado do processo de reabilitação. Devem, ainda, ser descontados eventuais importes recebidos, no mesmo período, a título de benefício inacumulável. (...) (Apelação Cível nº 0036812-31.2017.4.01.9199/MG, 2ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. João Luiz de Sousa. j. 30.08.2017, unânime, e-DJF1 11.09.2017). (Grifos meus) Destarte, comprovados os requisitos legais para obtenção do benefício da aposentadoria por invalidez, imperiosa se faz a procedência dos pedidos contidos na presente actio. Por fim, e não menos importante, vale salientar que a pessoa beneficiária de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, como é o caso dos autos, está obrigado a se submeter a exames periódicos a cargo da Autarquia, nos termos dos arts. 70 da Lei n.º 8.212/1991, 101, § 1º e § 2º e 43, § 4º, da Lei nº 8.213/1991. Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, e o faço para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ao pagamento do auxílio-doença ao autor, Sr. Leonardo de Toro Teixeira, equivalente a um (01) salário mínimo mensal, a partir da data da cessação do benefício na via administrativa (DCB – 24/08/2016 – ID. 6869004, pág. 2), perdurando até a conversão em aposentadoria por invalidez, nos termos do artigo 43 da Lei nº 8.213/91, na data da perícia médica (15/09/2017 – ID. 12900267), devidamente atualizado. Nos termos do art. 80, parágrafo único, III, "g", da Resolução /Presi/Cojef nº 16/2010, seguem os parâmetros para implantação do benefício: Número do CPF: 362.101.701-10. Nome da Mãe: Lourdes de Toro Zago Teixeira. Nome do segurado: Leonardo de Toro Teixeira. Endereço do segurado: Sítio Santa Terezinha, Comunidade Trevo Ouro Verde, Zona Rural, CEP: 78500-000, Colíder/MT. Benefício concedido: Auxílio-doença. DIB: 24/08/2016 – data da cessação do benefício na via administrativa – DCB. Benefício concedido: Aposentadoria por invalidez DIB: 15/09/2017 – data da perícia médica (conversão). 3 - DECLARO a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade da aposentadoria que é substituir a remuneração do trabalhador quando, em razão da idade avançada e/ou enfermidade, não tem condições de exercer atividade laborativa. 4 - Outrossim, ante a decisão supra, TORNO DEFINITIVA A TUTELA ANTECIPADA concedida na r. decisão de ID. 18116820, razão pela qual, OFICIE-SE o INSS – APSADJ – Agência da Previdência Social de Atendimento às Demandas Judiciais para cumprimento da presente decisão, em especial, realizando as devidas retificações em seu sistema. Ademais, DECLARO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil. 5 - Sobre as prestações em atraso incidirão correção monetária a partir do vencimento de cada parcela, na forma prevista na Lei 6.899/81 e Súmulas 43 e 148 do STJ e juros de mora devidos em 1% ao mês, a contar da citação até a Lei 11.960/09, e a partir de então à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, nos termos do art. 1ºF, da Lei 9.494/97, c/c art. 406, do CC/02; c/c 161, § 1º, do CTN; enunciado 20 do CJF e da Súmula 204 do STJ. 6 - DEIXO DE CONDENAR a requerida em custas e despesas processuais, nos termos do art. 1º, § 1º, da Lei n. 9.289/96; c/c art. 3º, inciso I, da Lei Estadual 7.603/2001. 7 - CONDENO a requerida no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência que fixo em 10% (dez por cento) sobre as parcelas vencidas, consoante Súmula 111 do STJ, não incidindo, portanto, sobre as parcelas vincendas, que serão pagas administrativamente com a implantação do benefício no sistema geral de previdência social. 8 - Sem custas, na forma da Lei. 9 - Interposto recurso de apelação, independentemente de análise dos requisitos de admissibilidade da insurgência, nos termos dos arts. 994 a 1.014 do Código de Processo

Civil, INTIME-SE para as contrarrazões. Vencido o prazo, com ou sem elas, subam os autos sem demora ao Tribunal Regional Federal, com as nossas homenagens. 10 - Preclusas as vias recursais, o que deverá ser certificado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas e anotações devidas, se nada for requerido em 15 (quinze) dias. 11 - Diante da eventual preclusão da via recursal voluntária, submeta-se ao reexame necessário se, após a liquidação, o valor da condenação exceder 1.000 (mil) salários mínimos (art. 496, § 3º, do Código de Processo Civil.) Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Colíder/MT, data da assinatura digital. Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000341-72.2018.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
GENILDA DE SOUZA MOREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FREDERICO STECCA CIONI OAB - PR0054275A (ADVOGADO(A))
CAMILA EMILY DO NASCIMENTO SOUZA OAB - MT19960/O (ADVOGADO(A))
RICARDO ZEFERINO PEREIRA OAB - MT0012491A-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1000341-72.2018.8.11.0009. AUTOR(A): GENILDA DE SOUZA MOREIRA. RÉU: INSS. Vistos, etc. Trata-se de Ação Previdenciária com pedido de concessão de Auxílio-Doença c/c Pedido de Tutela Antecipada c/c conversão em Aposentadoria por Invalidez, ajuizada por Genilda de Souza Moreira em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, ambos devidamente qualificados nos autos, alegando, em síntese, que requereu administrativamente o benefício de auxílio-doença, contudo o teve negado em 26/10/2016, sob o argumento de que não estava incapacitada para o trabalho habitual. Com a inicial vieram os documentos. A inicial foi recebida ao ID. 14432641, momento em que fora deferido os benefícios da justiça gratuita e indeferido a tutela antecipada pleiteada pela autora. Ato contínuo, fora determinada a citação da parte requerida, a realização de audiência de instrução e julgamento bem como perícia médica. Aportou aos autos o resultado da perícia médica (ID. 14656534). Devidamente citada, a requerida apresentou contestação ao ID. 15678850, alegando, em síntese, que a autora não preenche os requisitos necessários para a concessão da aposentadoria por invalidez. Ao final, pugnou pela improcedência da ação. Logo após, ao ID. 16325908, o requerente apresentou manifestação acerca do laudo médico pericial. Por conseguinte, o requerente apresentou impugnação à contestação (ID. 16325922). Ao ID. 16370444 fora certificado a tempestividade da contestação apresentada pela requerida. Em seguida, este Juízo saneou o feito, afastando a preliminar de prescrição arguida pela requerida, concedeu a tutela antecipada a autora bem como designou audiência de instrução e julgamento (ID. 18214195). A instrução realizou-se ao ID. 20366031, sendo ouvida a parte autora juntamente com as testemunhas presentes, apresentado alegações finais remissivas à inicial pela autora, deferido a substituição da testemunha bem como a juntada de atestado médico, permanecendo os autos conclusos para prolação de sentença. É o relatório. FUNDAMENTO E DECIDO. 1 – Inicialmente, cumpre anotar que, o caso em apreço é hipótese que comporta o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso I, do artigo 355 do Código de Processo Civil, não havendo a necessidade de dilação probatória: "Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I – não houver necessidade de produção de outras provas; II – o réu for revel, ocorrer o previsto no art. 344 e não houver requerimento de prova, na forma do art. 349". 2 - Logo, estando devidamente instruído o feito e, não havendo mais preliminares a serem decididas, passo ao julgamento do mérito. In casu, nota-se que a controvérsia do embate recaía sobre dois aspectos, quais sejam: I) no fato de a requerente demonstrar sua incapacidade para o trabalho e, II) comprovar sua qualidade de segurada especial. Pois bem. Dispõe o artigo 1º da Lei 8.213/91, que: "A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente". Acerca do tema, Sérgio Pinto Martins leciona: "É a Previdência Social o segmento da Seguridade Social, composta de um conjunto de princípios, de regras e de instituições destinado a estabelecer um sistema de proteção social, mediante contribuição, que tem por objetivo proporcionar meios indispensáveis de subsistência do segurado e a sua família, quando ocorrer certa divergência prevista em lei" (in Direito da Seguridade Social, 19 ed. São Paulo, Atlas, p. 300). Em relação à Seguridade Social, a Constituição Federal de 1988, assim a conceitua em seu artigo 194, caput: "A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social". Tratando-se de rurícola, necessário destacar que cumpre ao julgador valorar os fatos e circunstâncias evidenciados com ênfase no artigo 5º da Lei de Introdução ao Código Civil e levar em conta a realidade social em que inserido o trabalhador rural, na qual predomina a informalidade na demonstração dos fatos. Vale lembrar que não se mostra razoável exigir que os documentos carreados ao processo sigam sempre a forma prescrita em lei, por isso devem ser considerados válidos quando de outra forma atingir a finalidade precípua de comprovar o exercício da atividade rural, consoante disposto no artigo 277, do Código de Processo Civil. Nessa toada, analisando os autos, percebe-se que a autora logrou provar a sua qualidade de trabalhador rural durante o período de carência exigido pela lei. Com efeito, compulsando os autos, verifico que os documentos juntados são bastante para configurar o início de prova material, quais sejam: a) Nota fiscal referente à compra de leite em nome da autora, ano de 2002 – 2004 – 2005 – 2008 (ID. 11833060, pág. 1 – 3 – 4 - 7); b) Nota Fiscal em nome da autora referente à venda de vacas, ano de 2003 - 2006 – 2007 - 2009 – 2010 – 2011 – 2012 – 2013 – 2014 – 2016 – 2017 (ID. 11833060, pág. 2 – 5 – 6 – 8 – 9 – 10 – 11 – 12 – 13 – 16 - 17); c) Notas Fiscais em nome da autora referente à compra de vacinas para o gado, suplementos minerais, ano de 2015 (ID. 11833060, pág. 15); d) Cópia do indeferimento na via administrativa (ID. 11833094, pág. 1), entre outros. De acordo com a jurisprudência pátria dominante, ante a realidade fática vivida pelos rurícolas e face à patente hipossuficiência dos trabalhadores do campo, até prova em contrário, os documentos acima mencionados, carreados aos autos, servem de início de prova material que comprova o exercício de atividade rural por parte da autora, corroborado com o reconhecimento da qualidade de segurada especial pela requerida na esfera administrativa. Confiramos decisão recente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região neste sentido: "EMENTA: APELAÇÃO E REMESSA NECESSÁRIA. AVERBAÇÃO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. COMPROVAÇÃO DO LABOR RURAL. (...) 3. O Superior Tribunal de Justiça, em julgamento submetido ao regime dos recursos repetitivos, consolidou o entendimento de que a prova exclusivamente testemunhal não basta, para o fim de obtenção de benefício previdenciário, à comprovação do trabalho rural, devendo ser acompanhada, necessariamente, de um início razoável de prova material (STJ, REsp 1.133.863/RN, Terceira Seção, Ministro Celso Limongi, DJ de 15.04.2011). Ainda, o STJ, também pela sistemática dos recursos repetitivos, consignou que a Lei de Benefícios, ao exigir um "início de prova material", teve por pressuposto assegurar o direito à contagem do tempo de atividade exercida por trabalhador rural em período anterior ao advento da Lei 8.213/91 levando em conta as dificuldades deste, notadamente hipossuficiente. (Cf. STJ, REsp 1.348.633/SP, Primeira Seção, Ministro Arnaldo Esteves Lima, DJ de 05.12.2014). 4. Para fins de reconhecimento de exercício de serviço rural, o início razoável de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos, o que não significa dizer que a documentação escrita deva englobar todo o período exigido para a concessão do benefício, bastando apresentar indícios de condição de rurícola. Para tanto, a Corte Superior de Justiça, nas causas de trabalhadores rurais, tem adotado critérios interpretativos favorecedores de uma jurisdição socialmente justa, admitindo mais amplamente documentação comprobatória da atividade desenvolvida. Seguindo essa mesma premissa, firmou posicionamento segundo o qual as certidões de nascimento, casamento e óbito, bem como certidão da Justiça Eleitoral, carteira de associação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e contratos de parceria agrícola são aceitos como início da prova material, nos casos em que a profissão rural estiver expressamente consignada. Da mesma forma, admite que a condição profissional de trabalhador rural de um dos cônjuges, constante de assentamento em Registro Civil, seja extensível ao outro, com vistas à comprovação de atividade rurícola (STJ, EREsp 1.171.565/SP, Ministro Nefi Cordeiro, Terceira Seção, DJ de 05.03.2015; AgRg no REsp 1.448.931/SP, Segunda Seção, Ministro Humberto Martins,

DJ de 02.06.2014; AgRg no REsp 1.264.618/PR, Sexta Turma, Ministro OG Fernandes, DJ de 30.08.2013). (...) (Apelação Cível nº 0007054-88.2006.4.01.3800/MG, 1ª Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais - TRF da 1ª Região, Rel. Convocado Luciana Pinheiro Costa. j. 04.09.2017, unânime, e-DJF1 06.11.2017)." (Grifos meus) Ressalta-se que para o exame da contemporaneidade não deve ser exigida a prova ano a ano, repito, pela dificuldade de coleta de prova no labor rural, sendo que o importante é haver prova que leve ao convencimento de continuidade da atividade rural, mesmo pela confrontação da prova oral, de onde documentos de períodos podem ser aproveitados para o todo. Não bastasse isso, as testemunhas ouvidas em audiência de instrução e julgamento confirmaram o labor rurícola da autora desde longa data, se não vejamos (ID. 20366031): "Que é conhecido da autora desde 1987. Que a autora morava em Nova Canãa do Norte/MT, no "Monte das Oliveiras". Que a testemunha morou lá na região até meados de 2011. Que a autora permaneceu por lá até 2016. Que a autora desenvolvia atividade rural. Que plantavam lavoura branca. Que plantavam arroz, feijão, milho. Que depois a autor mudou seu labor rural para pecuária. Que criavam gado de corte. Que o lote rural da autora era do lado da testemunha. Que a propriedade rural é pequena. Que a renda da família é proveniente da venda de vacas e bezerras. Que não tem renda fixa. Que a renda é somente para sobreviver, uma vez que há custo alto com o manejo do gado, como vacinas, sal, manutenção, etc. Que sobra em média 35% das vendas para sobrevivência. Que não tinham empregados nem maquinários. Que venderam o sítio e vieram embora para Colíder/MT em virtude de problemas de saúde da autora." - (SIC) - José Aldemar da Silva. "Que é conhecido da autora desde o ano de 1986. Que conheceu a autora no Monte das Oliveiras. Que a testemunha permaneceu morando próximo da autora até 2014. Que atualmente a autora mora no Bairro Bom Jesus. Que a autora vendeu o sítio em 2016 ou 2017. Que a autora veio morar na cidade por conta de problemas de saúde. Que no sítio a autora e sua família desenvolviam atividade rural plantando arroz, milho, feijão. Que criavam gado de corte e leite. Que trabalhavam somente para o manejo do gado e sustento da família. Que a autora vendia leite todos os dias. Que periodicamente vendia gado. Que varia muito as vendas. Que quando a autora veio para Colíder/MT não realizou atividade laborativa em meio urbano em virtude de seu atual estado de saúde. Que no sítio não tinha empregados nem maquinários. Que não tem veículos. Que a casa da autora é simples. Que já viu a autora trabalhando diretamente na lida rural por muitos anos. Que há familiares da autora morando e laborando em meio rural próximo à propriedade da testemunha." - (SIC) - Hamilton Gigoski. Destarte, no que pertine à qualidade de segurado especial do requerente, vejo que os documentos que instruíram a inicial, mostram-se como provas hábeis para comprovar a referida situação de segurada, uma vez que restou demonstrado nos autos o exercício da atividade rural por período equivalente ao da carência exigida por Lei, conforme já vem decidindo reiteradamente os Tribunais Pátrios: "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. REMESSA OFICIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUXÍLIO-DOENÇA. QUALIDADE DE SEGURADO ESPECIAL. TRABALHADOR (A) RURAL. VISÃO MONOCULAR. INCAPACIDADE LABORAL. COMPROVAÇÃO POR LAUDO OFICIAL. CONDIÇÕES PESSOAIS. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA(...) 4. Comprovada a qualidade de trabalhador rural mediante início de prova material, devidamente corroborada pela prova testemunhal produzida em Juízo, deve ser reconhecido o direito do segurado à percepção do benefício. 5. A qualificação de lavrador constante dos documentos juntados aos autos é válida como início de prova material (ITR). 6. Comprovada, ainda, através de laudo médico pericial a incapacidade parcial e permanente para o exercício da atividade laboral, deve ser mantida a procedência do pedido de aposentadoria por invalidez. (...). (Apelação Cível nº 0043263-72.2017.4.01.9199/AC, 1ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Carlos Augusto Pires Brandão. j. 27.09.2017, unânime, e-DJF1 25.10.2017)." (Grifos meus) Ademais, em que pese os judiciosos argumentos lançados à contestação apresentada pela requerida, não prosperam, haja vista que os documentos acostados ao presente feito, em especial as notas fiscais, são bastante para comprovar a qualidade de segurada especial rural da autora em regime de economia familiar e, também, que anualmente realizou vendas de 30 a 40 reses de gado a fim de garantir a subsistência da família bem como o manejo do próprio gado. Superada esta questão referente à qualidade de segurada especial da requerente, necessário destacar que a perícia reconheceu categoricamente a incapacidade total e definitiva da autora para o trabalho, sendo conclusiva no sentido da permanência desta incapacidade, tenho que o mesmo tem direito a concessão da aposentadoria por invalidez uma vez que comprovada a existência de todos os requisitos do artigo 42 da Lei nº 8.213/91. Vejamos alguns trechos do laudo médico pericial, em síntese (14656534): 06) A patologia em questão o(a) incapacita para o exercício de TODA E QUALQUER ATIVIDADE que lhe garanta subsistência? Ou seja, pode-se afirmar que a incapacidade é TOTAL? Resposta: "A patologia em questão incapacita a autora de atividades mais simples possíveis. Isto é, total." (quesito do Juízo – ID. 14656534, pág. 4) 07) O(a) periciando(a) é INSUSCEPTÍVEL de recuperação ou reabilitação para o exercício de outra atividade que lhe garanta subsistência? Ou seja, pode-se afirmar que a incapacidade é DEFINITIVA? Resposta: "Sim. Isto é, incapacidade definitiva." (quesito do Juízo – ID. 14656534, pág. 4). 08) Considerando: incapacidade total = incapacidade para toda e qualquer atividade laboral; incapacidade parcial = incapacidade, ao menos, para a atividade laboral; incapacidade definitiva = sem prognóstico de recuperação; incapacidade temporária = com prognóstico de recuperação (informar data da possível reabilitação e/ou tempo de tratamento necessário), defina se a incapacidade verificada é: a) total e definitiva; b) total e temporária; c) parcial e definitiva; d) parcial e temporária. Resposta: " a) total e definitiva." (quesito do Juízo – ID. 14656534, pág. 4) 09) Caso a resposta ao quesito n. 08 seja afirmativa, diga o sr. Perito se a patologia declinada encontra-se em fase evolutiva (descompensada) ou estabilizada (residual)? Resposta: "Encontra-se em fase evolutiva." (quesito do INSS – ID. 14656534, pág. 6) [...] Pois bem. Quanto à aposentadoria por invalidez, reza o art. 42 da Lei 8.213/91: Art. 42: "A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição. § 1º A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social, podendo o segurado, às suas expensas, fazer-se acompanhar de médico de sua confiança. § 2º A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao filiar-se ao Regime Geral de Previdência Social não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez, salvo quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento dessa doença ou lesão". Destarte, a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez (artigos 42 a 47, da Lei nº 8.213/91) tem por requisitos: a) a qualidade de segurada; b) o cumprimento do período de carência (12 contribuições - art. 25, I, da lei 8.213/91), quando exigida; c) a prova médico-pericial da incapacidade total e permanente para o trabalho, insuscetível de recuperação ou de reabilitação para outra atividade que garanta a subsistência; d) demonstração de que a segurada não era portadora da alegada doença ao filiar-se ao Regime Geral da Previdência Social. Seguindo o raciocínio, considerando que a autora já comprovou o exercício da atividade rural, por período equivalente ao da carência exigida, resta-nos analisar a incapacidade. O caso não merece muitas digressões, eis que, como vimos nos autos, a autora há muito trava uma luta diária contra sua enfermidade, e não é preciso muito intelecto para concluir que a impossibilidade de trabalho, e a falta de amparo por parte da previdência, acarretam-lhe prejuízos imensuráveis na mantença da subsistência sua e de sua família. Conforme se observa nos documentos colacionados aos autos, a autora foi regularmente examinada por médicos e diagnosticado portadora de enfermidades, sendo que a autor, com 48 anos, continua enferma. Com efeito, restou comprovada a incapacidade para o exercício da atividade laboral que exercia, mormente porque ficou frisado que a incapacidade é total e definitiva. Por oportuno, calha à fiveleta registrar que, segundo entendimento dominante na jurisprudência pátria, nas ações em que se objetiva a concessão de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença, o julgador firma seu convencimento com base na prova pericial, não deixando de se ater, entretanto, aos demais elementos de prova, sendo certo que embora possível, teoricamente, o exercício de outra atividade pela segurada, ainda assim a inativação por invalidez deve ser outorgada se, na prática, for difícil a respectiva reabilitação, seja pela natureza da doença, ou, pela natureza das atividades desenvolvidas, seja pela idade avançada. Além disso, devem ser consideradas as condições pessoais da postulante, tais como a presumível pouca instrução, a idade, a limitada experiência profissional, e, por fim, o exíguo mercado de trabalho atual, já restrito até para pessoas jovens e saudáveis. No presente, caso, seria muito difícil que a parte

autora tivesse êxito num processo de reabilitação dada às suas circunstâncias. De fato, ordenar que a autora recomponha sua vida profissional aos 48 anos (documento de ID. 11833084), negando-lhe o benefício no momento em que dele necessita, seria contrariar o basilar princípio da dignidade da pessoa. Observe-se que a doença da autora é incompatível com a sua atividade habitual de trabalhadora rural. D' outra banda, no que tange ao termo inicial do benefício, consoante entendimento jurisprudencial, tenho que é devido o pagamento do auxílio-doença desde a data da entrada do requerimento administrativo (DER – 26/10/2016 – ID. 11833094, pág. 1), com a sua conversão em aposentadoria por invalidez, a partir da data da perícia médica (09/08/2018 – ID. 14656534). Nesse toada, é o entendimento jurisprudencial Pátrio, conforme acórdãos que ora transcrevo: "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. REMESSA OFICIAL. AUXÍLIO-DOENÇA. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. QUALIDADE DE SEGURADO. TRABALHADOR URBANO. INCAPACIDADE TOTAL E PERMANENTE POR LAUDO OFICIAL. TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. VERBA ADVOCATÍCIA. (...) 6. O termo inicial será a data do dia imediato ao da cessação do auxílio-doença (art. 43 da Lei 8.213/91), com conversão em aposentadoria por invalidez, a partir do laudo pericial, conforme determinação da r. sentença. (...) (Apelação Cível nº 0047702-29.2017.4.01.9199/MG, 1ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Carlos Augusto Pires Brandão. j. 29.11.2017, unânime, e-DJF1 24.01.2018). (Grifos meus) "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. TRABALHADOR URBANO. TERMO DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. REVISÃO ADMINISTRATIVA DA BENESSE. ART. 71 DA LEI 8.212/91 E ART. 101 DA LEI 8.213/91. (...) 3. O termo inicial do benefício será a data do requerimento administrativo ou o dia imediato ao da cessação do auxílio-doença. Não havendo requerimento, será a data da citação do INSS. In casu, deve ser reconhecido o direito ao auxílio-doença ao requerente a partir da data do requerimento administrativo em 07.06.2011 (fls. 38), o qual será mantido até que a parte autora restabeleça a sua capacidade laborativa, após a submissão a exame médico-pericial na via administrativa, que conclua pela inexistência de incapacidade, podendo o benefício ser convertido em aposentadoria por invalidez, a depender do resultado do processo de reabilitação. Devem, ainda, ser descontados eventuais importes recebidos, no mesmo período, a título de benefício inacumulável. (...) (Apelação Cível nº 0036812-31.2017.4.01.9199/MG, 2ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. João Luiz de Sousa. j. 30.08.2017, unânime, e-DJF1 11.09.2017). (Grifos meus) Destarte, comprovados os requisitos legais para obtenção do benefício da aposentadoria por invalidez, imperiosa se faz a procedência dos pedidos contidos na presente actio. Por fim, e não menos importante, vale salientar que a pessoa beneficiária de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, como é o caso dos autos, está obrigado a se submeter a exames periódicos a cargo da Autarquia, nos termos dos arts. 70 da Lei n.º 8.212/1991, 101, § 1º e § 2º e 43, § 4º, da Lei nº 8.213/1991. Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, e o faço para CONDENAR o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ao pagamento do auxílio-doença à autora, Sra. Genilda de Souza Moreira, equivalente a um (01) salário mínimo mensal, a partir da data da entrada do requerimento administrativo (DER – 26/10/2016 – ID. 11833094, pág. 1), perdurando até a conversão em aposentadoria por invalidez, nos termos do artigo 43 da Lei nº 8.213/91, na data da perícia médica (09/08/2018 – ID. 14656534), devidamente atualizado. Nos termos do art. 80, parágrafo único, III, "g", da Resolução /Presi/Cojef nº 16/2010, seguem os parâmetros para implantação do benefício: Número do CPF: 968.605.291-72. Nome da Mãe: Andrelina Teodoro de Souza Moreira. Nome da segurada: Genilda de Souza Moreira. Endereço da segurada: Rua Fortaleza, n. 1595, Bom Jesus, Setor Oeste, CEP: 78500-000, Colíder/MT. Benefício concedido: Auxílio-doença. DIB: 26/10/2016 – data da entrada do requerimento na via administrativa – DER. Benefício concedido: Aposentadoria por invalidez. DIB: 09/08/2018 – data da perícia médica (conversão). 3 - DECLARO a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade da aposentadoria que é substituir a remuneração do trabalhador quando, em razão da idade avançada e/ou enfermidade, não tem condições de exercer atividade laborativa. 4 - Outrossim, ante a decisão supra, TORNO DEFINITIVA A TUTELA ANTECIPADA concedida na r. decisão de ID. 18214195, razão pela qual, OFICIE-SE o INSS – APSADJ – Agência da Previdência Social de Atendimento às Demandas Judiciais para cumprimento da presente decisão, em especial, realizando as devidas retificações em seu sistema. Ademais, DECLARO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil. 5 - Sobre as prestações em atraso incidirão correção monetária a partir do vencimento de cada parcela, na forma prevista na Lei 6.899/81 e Súmulas 43 e 148 do STJ e juros de mora devidos em 1% ao mês, a contar da citação até a Lei 11.960/09, e a partir de então à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, nos termos do art. 1ºF, da Lei 9.494/97, c/c art. 406, do CC/02; c/c 161, § 1º, do CTN; enunciado 20 do CJF e da Súmula 204 do STJ. 6 - DEIXO DE CONDENAR a requerida em custas e despesas processuais, nos termos do art. 1º, § 1º, da Lei n. 9.289/96; c/c art. 3º, inciso I, da Lei Estadual 7.603/2001. 7 - CONDENO a requerida no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência que fixo em 10% (dez por cento) sobre as parcelas vencidas, consoante Súmula 111 do STJ, não incidindo, portanto, sobre as parcelas vincendas, que serão pagas administrativamente com a implantação do benefício no sistema geral de previdência social. 8 - Sem custas, na forma da Lei. 9 - Interposto recurso de apelação, independentemente de análise dos requisitos de admissibilidade da insurgência, nos termos dos arts. 994 a 1.014 do Código de Processo Civil, INTIME-SE para as contrarrazões. Vencido o prazo, com ou sem elas, subam os autos sem demora ao Tribunal Regional Federal, com as nossas homenagens. 10 - Preclusas as vias recursais, o que deverá ser certificado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas e anotações devidas, se nada for requerido em 15 (quinze) dias. 11 - Diante da eventual preclusão da via recursal voluntária, submeta-se ao reexame necessário se, após a liquidação, o valor da condenação exceder 1.000 (mil) salários mínimos (art. 496, § 3º, do Código de Processo Civil.) Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Colíder/MT, data da assinatura digital. Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000679-46.2018.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
EDINEIA FERNANDES DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LILIANE CASADEI OAB - MT0006989A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1000679-46.2018.8.11.0009. AUTOR(A): EDINÉIA FERNANDES DA SILVA. RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Vistos, etc. Edinéia Fernandes da Silva ajuizou "Ação Previdenciária de Salário Maternidade" em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, alegando, em síntese, que é segurada especial da previdência social na qualidade de trabalhadora rural e que, em razão de ter tido uma filha em 02/04/2011 (ID. 12813775), faz jus ao benefício de salário-maternidade, eis que preenchidos os requisitos exigidos pela Lei nº 8.213 de 1991, inclusive o período de carência. Com a inicial vieram os documentos. Recebida a inicial ao ID. 12971504, momento em que foi indeferido o pedido de tutela antecipada, deferido a prova emprestada dos autos de código Apolo n. 98859, concedido os benefícios da justiça gratuita, determinado a citação da requerida e, ao final, fora designado audiência de instrução e julgamento. Devidamente citada, a Autarquia requerida apresentou contestação ao ID. 15798150, alegando em síntese que a requerente não possui qualidade de segurada bem como não preenche os pressupostos necessários para o benefício pleiteado. Ao final, pugnou pela improcedência da ação. Ao ID. 16370917 fora certificado a tempestividade da contestação apresentada pela requerida. Em seguida, ao ID. 18591288, a requerente apresentou impugnação à contestação. Vieram-me os autos conclusos para prolação de sentença. É o relatório. FUNDAMENTO E DECIDO. 1 - Inicialmente, quanto à preliminar de prescrição das parcelas vencidas anteriormente ao quinquênio arguida pela requerida na contestação de ID. 15798150, verifica-se que se trata de prejudicial de mérito, incabível no presente feito, uma vez que o ajuizamento da ação se deu em 2018, se reconhecido o direito da autora será a partir de 2014, ano em que ocorreu o requerimento/indeferimento do benefício na via administrativa, não havendo que se falar em quinquênio. 2 - Assim, estando devidamente instruído o feito e não havendo mais preliminares a serem decididas, passo ao julgamento do mérito. Pois bem. O Sistema de Previdência Social, estruturado pela Constituição Federal, com regulamentação infraconstitucional pelas Leis nº 8.212/91 e 8.213/91 é de caráter oneroso, e o gozo das prestações respectivas submete-se a requisitos genéricos e específicos, consoante à

espécie de prestação previdenciária pretendida. Na forma disposta pelo art. 39, parágrafo único, da Lei nº 8.213/91, é devido à segurada especial o benefício de salário-maternidade, no valor de um (01) salário-mínimo, durante cento e vinte (120) dias, desde que seja comprovado o exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, nos doze (12) meses imediatamente anteriores ao do início do benefício. No caso dos autos, os documentos apresentados pela autora corroboram sua versão quanto ao fato gerador do benefício de salário-maternidade, como segurada especial, ora requerido, para a concessão do referido benefício. Frise-se que a autora logrou provar o tempo de exercício da atividade rural e o período de carência, juntando como inicio de prova material: a) Contrato de Comodato em nome da autora e seu esposo, ano de 2010 (ID. 12813934, pág. 1/2); b) Escritura do imóvel rural, ano de 2003 (ID. 12813934); c) Nota de Crédito Rural em nome do esposo da autora, ano de 2013 (ID. 12813934, pág. 6/8); d) Notas Fiscais em nome do esposo da autora referente a compra produtos agrícolas, óleo e cabo de machado, anos de 2008 - 2009 – 2011 - 2012 (ID. 12814107, pág. 1/7); e) Acompanhamento do Bolsa Família em nome da autora, constando o endereço da propriedade rural em que reside, ano de 2013 (ID. 12814118, pág. 4); f) Cópia do comprovante do requerimento indeferido na via administrativa (ID. 12814164, pág. 1), g) Cópia parcial dos autos código apolo n. 98859 (ID. 12822750), entre outros. Com efeito, os documentos acostados aos autos servem perfeitamente como início razoável de prova material, não se fazendo necessária a abrangência dessa prova a todo o período que se pretende comprovar, conforme entendimento jurisprudencial de nossos tribunais, servindo apenas para complementar a prova testemunhal. Aliás, o STJ aprovou a Súmula 577, que tem a seguinte redação: "É possível reconhecer o tempo de serviço rural anterior ao documento mais antigo apresentado, desde que amparado em convincente prova testemunhal colhida sob o contraditório". (STJ. 1ª Seção. Aprovada em 22/06/2016, DJe 27/06/2016). Neste viés, a prova testemunhal firme e segura, colhida em juízo, é idônea para comprovar o exercício de atividade rural da requerente durante o período de carência exigido, em face da precariedade das condições de vida do trabalhador rural, ainda mais se corroborada, como na espécie, por início de prova material. Assim, tendo em vista que fora realizado prova emprestada dos autos sob o código Apolo n. 98859, eis que fora devidamente deferido ao ID. 12971504, quando do recebimento da exordial, verifica-se que as testemunhas ouvidas em juízo foram uníssonas ao confirmarem o labor rural da autora desde longa data, vejamos: "Que conhece a autora tem uns 7 anos. Que conheceu a autora quando ela se casou e foi morar na comunidade. Que a autora se casou com Valdinei. Que a autora retira leite e ajuda nos serviços do sítio. Que a autora é casada há 7 anos com Valdinei. Que Valdinei tira leite e trabalha no sítio. Que não possui funcionários. Que nesse período a autora ficou grávida. Que a autora passou o período de gestação morando no sítio. Que a autora só parou de trabalhar quando chegou próximo ao período de realizar o parto." (SIC) Orides Aparecida Freira Simplicio. "Que conhece a autora há uns 6 ou 7 anos. Que conheceu a autora quando ela casou com o rapaz que foi morar próximo à sua casa. Que a autora mora com o sogro e o marido (Valdinei). Que o marido da autora trabalha na roça. Que não possuem funcionários. Que o marido da autora tira leite e faz plantios. Que a autora ajuda a tirar leite e trabalha na roça também. Que durante esse período a autora teve duas crianças. Que durante a gestação a autora morava no sítio." (SIC) Helvio Vebler. Demais disso, em que pese os judiciosos argumentos impelidos à contestação de ID. 15798150, estes não prosperam, haja vista que ao examinar os autos verifica-se que a autora e sua família sempre moraram no sítio, exercendo atividade rural até os dias de hoje. Salienta-se ainda que, ao volver os olhos ao CNIS de ID. 15798151, pág. 2, averígua-se que a autora nunca vertera contribuições em labores de caráter urbano, outrossim, vejo também que esta não possui veículos nem propriedades em seu nome, ou seja, é evidente que a autora sempre morou e trabalhou no meio rural, sendo que essa atividade sempre fora desempenhada em regime de economia familiar, para mantimento próprio e de sua família, tendo em vista que o sítio é a única fonte de renda, confirmando, dessa forma, sua qualidade de segurada especial rural. Destarte, faz jus a requerente ao benefício pleiteado, uma vez que, atendidos os requisitos indispensáveis à concessão do Salário-Maternidade e ante o início de prova material apto a demonstrar a condição de segurada especial e comprovação do nascimento da filha (art. 55, § 3º, e parágrafo único do art. 39, da Lei 8.213/91). Ex positis, presentes os requisitos legais, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE o pedido contido na inicial, que o faço para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ao pagamento de Salário-Maternidade à autora Edinéia Fernandes da Silva, em prestação única, as 04 (quatro) parcelas devidas e vencidas, cada uma no valor mensal de 01 (um) salário mínimo vigente na data do parto (02/04/2011 - ID. 12813775), nos termos do art. 71, da Lei n. 8.213/91, devidamente acrescidas de juros e correção monetária. Nos termos do art. 80, parágrafo único, III, "g", da Resolução /Presi/Cojef nº 16/2010, segue os parâmetros para implantação do benefício. Número da CI/RG: 2182913-6. Número do CPF: 043.877.471-02. Data de nascimento: 24/07/1992. Nome da segurada: Edinéia Fernandes da Silva. Filiação: Paulo Carneiro da Silva e Reginéia Fernandes de Jesus. Endereço da segurada: Sítio São José, Comunidade Alto Alegre, Zona Rural, CEP: 78.500-000, Colíder/MT. Benefício concedido: Salário-Maternidade. DIB: 02/04/2011 – data do parto. 3 - DECLARO a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade do benefício que é amparar a família da trabalhadora quando, em razão do período pré e pós-gestacional, não tem condições de exercer suas atividades. 4 - Outrossim, em analogia ao art. 4º da Lei n. 10.259/01, CONCEDO a antecipação dos efeitos da tutela, pela própria fundamentação da presente sentença e pelo periculum in mora em decorrência do caráter alimentar das prestações, e DETERMINO a implementação do beneficio no prazo de trinta (30) dias, sob pena de MULTA DIÁRIA que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), para tanto, OFICIE-SE o INSS – APSADJ – Agência da Previdência Social de Atendimento às Demandas Judiciais para cumprimento da presente decisão. Ademais, DECLARO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. 5 - Os juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% (um por cento) ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. 6 - Ainda, DETERMINO que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida. Sem custas à vista da isenção determinada pela Lei n° 9.289/96, art. 1, § 1º e Lei Estadual n° 7.603/2001. 7 - Por fim, FIXO os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas devidas até esta data, conforme entendimento pacificado na Seção Previdenciária do TRF e no Superior Tribunal de Justiça (Enunciado de súmula 111 – Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre prestações vincendas). 8 - Sem custas, na forma da Lei. 9 - Interposto recurso de apelação, independentemente de análise dos requisitos de admissibilidade da insurgência, nos termos dos arts. 994 a 1.014 do Código de Processo Civil, INTIME-SE para as contrarrazões. Vencido o prazo, com ou sem elas, subam os autos sem demora ao Tribunal Regional Federal, com as nossas homenagens. 10 - Preclusas as vias recursais, o que deverá ser certificado, arquivem-se os autos, com as baixas e anotações devidas, se nada for requerido em 15 (quinze) dias. 11 - Diante da eventual preclusão da via recursal voluntária, submeta-se ao reexame necessário se, após a liquidação, o valor da condenação exceder 1.000 (mil) salários mínimos (art. 496, § 3º do Código de Processo Civil). Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Colíder/MT, data da assinatura digital. Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000869-43.2017.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
GILMAR CORREIA DE ALMEIDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO DE FREITAS RODRIGUES OAB - MT0012424S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1000869-43.2017.8.11.0009. AUTOR(A): GILMAR CORREIA DE ALMEIDA RÉU: INSS Vistos, etc. Gilmar Correia de Almeida, qualificado na inicial, interpôs a presente Ação Previdenciária de Aposentadoria por Invalidez e/ou Auxílio-doença contra o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, alegando, em síntese que, mesmo incapacitado

para o trabalho, a Autarquia demandada indeferiu seu pedido de auxílio-doença em 29/11/2016. Com a inicial vieram os documentos. Ao ID. 8033046, este Juízo recebeu à inicial, momento em que fora deferido os benefícios da justiça gratuita e concedido a tutela antecipada. Ato contínuo, fora designado perícia médica junto ao autor. Aportou ao ID. 12900248 o resultado da perícia médica. Instado, o requerente apresentou manifestação nos autos referente ao laudo médico pericial (ID. 15243013). Devidamente citado e intimado para manifestar sobre o laudo pericial, o requerido apresentou contestação ao ID. 15662035, alegando, em síntese, que o requerente não preenche os requisitos para perceber o benefício pleiteado. Na sequência, ao ID. 16370463 fora certificado a tempestividade da contestação apresentada pela requerida. Logo, a requerente apresentou impugnação à contestação ao ID. 16816899. Em seguida, este Juízo saneou o feito, afastou a preliminar de prescrição suscitada pela requerida, indeferiu o pedido de nova perícia médica formulado pelo autor e restabelecimento do benefício em voga bem como designou audiência de instrução e julgamento. Por fim, ao ID. 20343496 realizou-se a audiência de instrução e julgamento, sendo apresentado alegações finais remissivas à inicial pelo autor, reiterando o pedido de restabelecimento do benefício, permanecendo os autos conclusos para prolação de sentença. É o relatório. FUNDAMENTO E DECIDO. 1 – Inicialmente, cumpre anotar que o caso em apreço é hipótese que comporta o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso I do art. 355 do Código de Processo Civil, não havendo, salvo melhor juízo, a necessidade de dilação probatória: "Art. 355: O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I – não houver necessidade de produção de outras provas; II – o réu for revel, ocorrer o efeito previsto no art. 344 e não houver requerimento de prova, na forma do art. 349". 2 - Logo, estando devidamente instruído o feito e, não havendo mais preliminares a serem decididas, passo ao julgamento do mérito. In casu, nota-se que a controvérsia do embate recaía sobre dois aspectos, quais sejam: I) no fato de o requerente demonstrar sua incapacidade para o trabalho e, II) comprovar sua qualidade de segurado especial. Nesse passo, dispõe o artigo 1º da Lei 8.213/91, que: "A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente". Acerca do tema, Sérgio Pinto Martins leciona: "É a Previdência Social o segmento da Seguridade Social, composta de um conjunto de princípios, de regras e de instituições destinado a estabelecer um sistema de proteção social, mediante contribuição, que tem por objetivo proporcionar meios indispensáveis de subsistência do segurado e a sua família, quando ocorrer certa divergência prevista em lei" (in Direito da Seguridade Social, 19 ed. São Paulo, Atlas, p. 300). Em relação à Seguridade Social, a Constituição Federal de 1.988, assim a conceitua em seu artigo 194, caput: "A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social". Tratando-se de rurícola, necessário destacar que cumpre ao julgador valorar os fatos e circunstâncias evidenciados com ênfase no artigo 5º da Lei de Introdução ao Código Civil e levar em conta a realidade social em que inserido o trabalhador rural, na qual predomina a informalidade na demonstração dos fatos. Vale lembrar que não se mostra razoável exigir que os documentos carreados ao processo sigam sempre a forma prescrita em lei, por isso devem ser considerados válidos quando de outra forma atingir a finalidade precípua de comprovar o exercício da atividade rural, consoante disposto no artigo 277, do Código de Processo Civil. Nessa toada, analisando os autos, percebe-se que o autor logrou provar a sua qualidade de trabalhador rural durante o período de carência exigido pela lei. Com efeito, compulsando os autos, verifico que os documentos juntados são bastante para configurar o início de prova material, quais sejam: a) Escritura de Imóvel Rural em nome do autor, ano de 1989 (ID. 7346929, pág. 1/3); b) Notas Fiscais em nome do autor referente a compra de leite cru, anos de 2006 – 2008 – 2009 – 2010 – 2013 – 2014 e 2016 (Ids. 7346950, pág. 1/7 – 7346963, pág. 4); c) Notas Fiscais referente a compra de produtos agrícolas, ano 2015 (ID. 7346963, pág. 1/3); d) Cópia do indeferimento na via administrativa (ID. 7346822, pág. 1), entre outros. De acordo com a jurisprudência pátria dominante, ante a realidade fática vivida pelos rurícolas e face à patente hipossuficiência dos trabalhadores do campo, até prova em contrário, os documentos acima mencionados, carreados aos autos, servem de início de prova material que comprovam o exercício de atividade rural por parte do autor, corroborado com o reconhecimento da qualidade de segurado especial pelo requerido na esfera administrativa. Confiramos decisão recente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região neste sentido: "EMENTA: APELAÇÃO E REMESSA NECESSÁRIA. AVERBAÇÃO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. COMPROVAÇÃO DO LABOR RURAL. (...) 3. O Superior Tribunal de Justiça, em julgamento submetido ao regime dos recursos repetitivos, consolidou o entendimento de que a prova exclusivamente testemunhal não basta, para o fim de obtenção de benefício previdenciário, à comprovação do trabalho rural, devendo ser acompanhada, necessariamente, de um início razoável de prova material (STJ, REsp 1.133.863/RN, Terceira Seção, Ministro Celso Limongi, DJ de 15.04.2011). Ainda, o STJ, também pela sistemática dos recursos repetitivos, consignou que a Lei de Benefícios, ao exigir um "início de prova material", teve por pressuposto assegurar o direito à contagem do tempo de atividade exercida por trabalhador rural em período anterior ao advento da Lei 8.213/91 levando em conta as dificuldades deste, notadamente hipossuficiente. (Cf. STJ, REsp 1.348.633/SP, Primeira Seção, Ministro Arnaldo Esteves Lima, DJ de 05.12.2014). 4. Para fins de reconhecimento de exercício de serviço rural, o início razoável de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos, o que não significa dizer que a documentação escrita deva englobar todo o período exigido para a concessão do benefício, bastando apresentar indícios de condição de rurícola. Para tanto, a Corte Superior de Justiça, nas causas de trabalhadores rurais, tem adotado critérios interpretativos favorecedores de uma jurisdição socialmente justa, admitindo mais amplamente documentação comprobatória da atividade desenvolvida. Seguindo essa mesma premissa, firmou posicionamento segundo o qual as certidões de nascimento, casamento e óbito, bem como certidão da Justiça Eleitoral, carteira de associação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e contratos de parceria agrícola são aceitos como início da prova material, nos casos em que a profissão rural estiver expressamente consignada. Da mesma forma, admite que a condição profissional de trabalhador rural de um dos cônjuges, constante de assentamento em Registro Civil, seja extensível ao outro, com vistas à comprovação de atividade rurícola (STJ, EREsp 1.171.565/SP, Ministro Nefi Cordeiro, Terceira Seção, DJ de 05.03.2015; AgRg no REsp 1.448.931/SP, Segunda Seção, Ministro Humberto Martins, DJ de 02.06.2014; AgRg no REsp 1.264.618/PR, Sexta Turma, Ministro OG Fernandes, DJ de 30.08.2013). (...) (Apelação Cível nº 0007054-88.2006.4.01.3800/MG, 1ª Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais - TRF da 1ª Região, Rel. Convocado Luciana Pinheiro Costa. j. 04.09.2017, unânime, e-DJF1 06.11.2017)." (Grifos meus) Ressalta-se que para o exame da contemporaneidade não deve ser exigida a prova ano a ano, repito, pela dificuldade de coleta de prova no labor rural, sendo que o importante é haver prova que leve ao convencimento de continuidade da atividade rural, mesmo pela confrontação da prova oral, de onde documentos de períodos podem ser aproveitados para o todo. Não bastasse isso, as testemunhas ouvidas em audiência de instrução e julgamento confirmaram o labor rurícola do autor desde longa data, se não vejamos (ID. 20343496): "Que é conhecido do autor há 15 anos. Que a testemunha já foi vizinho do autor. Que o autor mora na Comunidade Santo Antônio até os dias de hoje. Que o autor mora em um sítio. Que o autor tira leite. Que planta hortaliças. Que cuida do gado. Que já viu o autor trabalhando diretamente na lida do campo. Que não possui outra fontes de renda. Que o autor mora com a esposa e uma filha. Que não tem empregados nem maquinários. Que não tem propriedades na cidade. Que tem um veículo próprio. Que é um carro usado. Que o genro ajuda o autor na lida rural. Que o autor não tem laborado ultimamente por conta de sua patologia (coluna e depressão). Que já faz mais de 2 anos que o autor encontra-se enfermo." (SIC) Raimundo Azevedo de Souza. "Que conhece o autor em média há 20 a 30 anos. Que a propriedade rural do autor é próximo do sítio da testemunha. Que já viu o autor trabalha diretamente na lida do campo. Que o autor tem vacas leiteiras. Que o autor vende o leite para o laticínio de Alta Floresta/MT. Que o autor trabalha juntamente com a família. Que o autor sempre trabalhou com gado leiteiro. Que o autor não tem trabalhado em razão de sua patologia. Que faz 2 anos que o autor está com problemas na coluna, no nervo ciático e com depressão. Que o autor somente recebe a ajuda do genro no sítio." (SIC) Aparecido Moreira da Costa. "Que conhece o autor há 15 anos. Que no período em que conheceu o autor, este sempre morou na mesma propriedade rural. Que o sítio do autor na comunidade Santo Antônio. Que o autor cria vacas

leiteiras. Que a renda do autor é proveniente da venda do leite. Que o autor sempre trabalhou junto com sua esposa e genro. Que há 3 anos o autor não tem conseguido trabalhar em virtude de sua patologia. Que o autor tem problemas de coluna." (SIC) Roger João Evangelista. Destarte, no que pertine à qualidade de segurado especial do requerente, vejo que os documentos que instruíram a inicial, mostram-se como provas hábeis para comprovar a referida situação de segurado, uma vez que restou demonstrado nos autos o exercício da atividade rural por período equivalente ao da carência exigida por Lei, conforme já vem decidindo reiteradamente os Tribunais Pátrios: "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. REMESSA OFICIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUXÍLIO-DOENÇA. QUALIDADE DE SEGURADO ESPECIAL. TRABALHADOR (A) RURAL. VISÃO MONOCULAR. INCAPACIDADE LABORAL. COMPROVAÇÃO POR LAUDO OFICIAL. CONDIÇÕES PESSOAIS. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA(...) 4. Comprovada a qualidade de trabalhador rural mediante início de prova material, devidamente corroborada pela prova testemunhal produzida em Juízo, deve ser reconhecido o direito do segurado à percepção do benefício. 5. A qualificação de lavrador constante dos documentos juntados aos autos é válida como início de prova material (ITR). 6. Comprovada, ainda, através de laudo médico pericial a incapacidade parcial e permanente para o exercício da atividade laboral, deve ser mantida a procedência do pedido de aposentadoria por invalidez. (...). (Apelação Cível nº 0043263-72.2017.4.01.9199/AC, 1ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Carlos Augusto Pires Brandão. j. 27.09.2017, unânime, e-DJF1 25.10.2017)." (Grifos meus) Superada esta questão referente à qualidade de segurado especial do requerente, analisando os autos, verifica-se que a médica perita de forma categórica consignou que "[...] Considero o autor com incapacidade total e temporária para o trabalho devido a presença da hérnia inguinal, portanto a partir de 06 de setembro de 2017. O quadro de depressão apresentado pelo autor, não incapacita para o trabalho.[...]" (sic), portanto, extrai-se do contexto probatório, tratar-se de incapacidade total e temporária ao trabalho habitual desde 2017. Além do mais, a Expert consignou "[...] Sugiro um prazo de seis meses de afastamento do trabalho para que realize um tratamento.[...]" (sic). Desse modo, tenho que este tem direito a concessão do auxílio-doença uma vez que comprovada a existência de todos os requisitos do artigo 59 da Lei nº 8.213/91, ao tempo que sua enfermidade lhe incapacitava. Vejamos alguns trechos do laudo pericial (ID. 12900248): 02) Se a enfermidade do autor é definitiva? Resposta: "Não." (quesito do autor - ID. 12900248, pág. 1/2). 01) Qual o nome e a idade atual do autor? Qual o atual estado de saúde do autor? Resposta: "Sr. Gilmar Correia de Oliveira, com 57 anos de idade, é proprietário rural referindo criar gado. Faz tratamento medicamentoso para depressão há 09 anos, e ao exame físico pericial encontra-se estabilizado emocionalmente. Apresentou em 06 de setembro de 2017 o diagnóstico de hérnia inguinal, ainda sem conduta." (quesito do Juízo – ID. 12900248, pág. 4). 04) Diga a Sra. Perita se a parte autora apresenta sinais sugestivos de que está trabalhando, tais como sinal de exposição solar intensa, calosidade nas mãos, etc. Resposta: "Sim." (quesito do INSS - ID. 12900248, pág. 4). 09) Caso a resposta ao quesito 5 seja afirmativa diga a Sra. Perita se a patologia declinada encontra-se em fase evolutiva (descompensada) ou estabilizada (residual)? Resposta: "Estabilizada." (quesito do INSS - ID. 12900248, pág. 5). 12) Diga o Sr. Perito se a incapacidade é total ou parcial? Para a sua atividade ou para qualquer atividade? Quais as informações que a moléstia impõe ao exercício da profissão habitual do (a) autor (a), levando-o (a) a incapacidade total ou parcial? Resposta: "Considero o autor com incapacidade total e temporária para o trabalho devido a presença da hérnia inguinal, portanto a partir de 06 de setembro de 2017. O quadro de depressão apresentado pelo autor, não incapacita para o trabalho. Sugiro um prazo de seis meses de afastamento do trabalho para que realize o tratamento." (quesito do INSS - ID. 12900248, pág. 6). 11) Em caso de incapacidade total e definitiva, necessita de assistência permanente de outra pessoa? Resposta: "Não." (quesito do Juízo – ID. 12900248, pág. 9). [...] D' outra banda, no que tange ao termo inicial do benefício, consoante entendimento jurisprudencial, tenho que é devido o pagamento do auxílio-doença desde a data do requerimento administrativo indeferido (DIB – 29/11/2016 ID. 7346822, pág. 1). Nesse toada, é o entendimento jurisprudencial Pátrio, conforme acórdãos que ora transcrevo: "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. TRABALHADOR URBANO. TERMO DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. REVISÃO ADMINISTRATIVA DA BENESSE. ART. 71 DA LEI 8.212/91 E ART. 101 DA LEI 8.213/91. (...) 3. O termo inicial do benefício será a data do requerimento administrativo ou o dia imediato ao da cessação do auxílio-doença. Não havendo requerimento, será a data da citação do INSS. In casu, deve ser reconhecido o direito ao auxílio-doença ao requerente a partir da data do requerimento administrativo em 07.06.2011 (fls. 38), o qual será mantido até que a parte autora restabeleça a sua capacidade laborativa, após a submissão a exame médico-pericial na via administrativa, que conclua pela inexistência de incapacidade, podendo o benefício ser convertido em aposentadoria por invalidez, a depender do resultado do processo de reabilitação. Devem, ainda, ser descontados eventuais importes recebidos, no mesmo período, a título de benefício inacumulável. (...) (Apelação Cível nº 0036812-31.2017.4.01.9199/MG, 2ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. João Luiz de Sousa. j. 30.08.2017, unânime, e-DJF1 11.09.2017). (Grifos meus) Por fim, no tocante a data da cessação do benefício, conforme sugerido pela Expert, o prazo para o autor se reabilitar para exercer suas funções habituais, será de seis meses. Portanto, tendo em vista que a perícia médica se realizou em 15 de setembro 2017, tenho que o benefício de auxílio-doença deverá permanecer ativo até 06 de março de 2018. Pois bem. Comprovados os requisitos legais para obtenção do benefício de auxílio-doença, imperiosa se faz a procedência dos pedidos contidos na presente actio. Pelo exposto, ACOLHO a pretensão da parte autora, razão porque JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, e o faço para CONDENAR o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ao pagamento do auxílio-doença ao autor, Sr. Gilmar Correia de Almeida, desde a data do requerimento administrativo devendo este perdurar por seis (06) meses após a data da realização da perícia médica (DIB - 29/11/2016 à 06/03/2018 - DCB – Ids. 7346822, pág. 1 e 12900248, pág. 1), no valor do salário-de-benefício reajustado pelos índices de correção dos benefícios previdenciários, devidamente atualizado. Destarte, sintetizo os parâmetros para implantação do benefício, nos termos do art. 80, parágrafo único, III, "g", da Resolução /Presi/Cojef nº 16/2010: Número do CPF: 326.749.379-04. Nome da Mãe: Alaide da Silva Azevedo de Almeida. Nome do segurado: Gilmar Correia de Almeida. Endereço do segurado: Sítio Nossa Senhora Aparecida, Comunidade Santo Antônio, Zona Rural – 78.500-000, Colíder/MT. DIB: 29/11/2016. DCB: 06/03/2018. 3 - DECLARO a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade do auxílio-doença que é substituir a remuneração do trabalhador quando, em razão da enfermidade, não tem condições de exercer atividade laborativa. 4 - Destarte, nada obstante tenha este Juízo em análise sumária quando do recebimento da exordial entendido ser possível o deferimento da tutela antecipada para receber o benefício de Auxílio-Doença logo no início da demanda, neste momento deflui-se dos autos, que os pressupostos para sua manutenção estão ausentes, motivo pelo qual, REVOGO-A. Por fim, ante a revogação da tutela antecipada, OFICIE-SE com URGÊNCA o INSS – APSADJ – Agência da Previdência Social de Atendimento às Demandas Judiciais, para cessar o benefício de auxílio-doença que havia sido implantado em favor do autor mediante ordem judicial, caso já não tenha feito. Neste passo, cumpre consignar que "Não há que se falar em devolução de parcelas recebidas pela parte autora, a título de benefício de auxílio-doença, tendo em vista sua natureza alimentar e a boa-fé do demandante, além de terem sido recebidas por força de determinação judicial". (TRF-3 - AC 0034577-38.2012.4.03.9999 – Décima Turma – Relator Desembargador Federal Sérgio Nascimento, jul. 5 de março de 2013). Ademais, DECLARO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil. 5 - Os juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. 6 - Ainda, DETERMINO que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida. Sem custas à vista da isenção determinada pela Lei n° 9.289/96, art. 1, § 1º e Lei Estadual n° 7.603/2001. 7 - Sem custas, na forma da Lei. E, por fim, fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor das parcelas devidas até esta data, conforme entendimento pacificado na Seção Previdenciária do TRF e no Superior Tribunal de Justiça (Enunciado de súmula 111 – Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias,

não incidem sobre prestações vincendas). 8 - Interposto recurso de apelação, independentemente de análise dos requisitos de admissibilidade da insurgência, nos termos dos arts. 994 a 1.014 do Código de Processo Civil, INTIME-SE para as contrarrazões. Vencido o prazo, com ou sem elas, subam os autos sem demora ao Tribunal Regional Federal, com as nossas homenagens. 9 - Preclusas as vias recursais, o que deverá ser certificado, arquivem-se os autos, com as baixas e anotações devidas, se nada for requerido em quinze (15) dias. 10 - Diante da eventual preclusão da via recursal voluntária, submeta-se ao reexame necessário se, após a liquidação, o valor da condenação exceder sessenta salários mínimos (art. 475, § 2º Código de Processo Civil). Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Colíder/MT, data da assinatura digital. Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001430-67.2017.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
ISAURINA LOPES DA SILVA ARAUJO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EDILAINE MATCHIL MACHADO DA SILVA OAB - MT6015/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1001430-67.2017.8.11.0009. AUTOR(A): ISAURINA LOPES DA SILVA ARAÚJO. RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Vistos, etc. Isaurina Lopes da Silva Araújo, qualificada na inicial, propôs a presente ação previdenciária contra o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, objetivando a concessão de auxílio-doença e posterior conversão em Aposentadoria por Invalidez. Alega em síntese que requereu o benefício de auxílio-doença na esfera administrativa em 20/10/2015, contudo, o teve negado, sob o argumento de que possui capacidade para exercer seu labor habitual. Com a inicial vieram acostados os documentos. À inicial foi recebida ao ID. 9459209, momento em que foi deferido os benefícios da justiça gratuita e indeferido a tutela antecipada. Ato contínuo, fora determinada a citação da parte requerida bem como a realização de perícia junto a parte autora. Em seguida, aportou aos autos o resultado do laudo médico pericial ao ID. 14402734. Após aportou aos autos o laudo médico pericial (ID. 17885671). Devidamente citada, a requerida apresentou contestação ao ID. 19522745, alegando, em síntese, que a autora não preenche os requisitos necessários para perceber o benefício pleiteado. Ao final, pugnou pela improcedência da ação. Na sequência, a parte autora apresentou impugnação à contestação ao ID. 16328394. Em seguida, a requerente apresentou impugnação à contestação (ID. 19591196). Por fim, ao ID. 22012132, fora certificado a tempestividade da contestação. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. FUNDAMENTO E DECIDO. 1 - De pronto, quanto à preliminar de prescrição arguida pela requerida referente às parcelas vencidas anteriormente ao quinquênio que precede o ajuizamento da ação, verifica-se que se trata de prejudicial de mérito, incabível no presente feito, uma vez que o ajuizamento da ação se deu em 2017 e, se reconhecido o direito da requerente será a partir de 2015, ano em que ocorreu o requerimento/indeferimento na via administrativa (ID. 9415827, pág. 1), não havendo que se falar em quinquênio. 2 – Destarte, cumpre anotar que o caso em apreço é hipótese que comporta o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso I do art. 355 do Código de Processo Civil, não havendo, salvo melhor juízo, a necessidade de dilação probatória: "Art. 355: O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I – não houver necessidade de produção de outras provas; II – o réu for revel, ocorrer o efeito previsto no art. 344 e não houver requerimento de prova, na forma do art. 349". 3 - Logo, estando devidamente instruído o feito e, não havendo mais preliminares a serem decididas, passo ao julgamento do mérito. In casu, nota-se que a controvérsia do embate recaía sobre um único aspecto, qual seja, no fato de a autora comprovar a incapacidade para o trabalho, uma vez que a qualidade de segurada restou comprovada através dos documentos de ID. 9415827, pág. 3. Nesse passo, dispõe o artigo 1º da Lei 8.213/91, que: "A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente". Acerca do tema, Sérgio Pinto Martins leciona: "É a Previdência Social o segmento da Seguridade Social, composta de um conjunto de princípios, de regras e de instituições destinado a estabelecer um sistema de proteção social, mediante contribuição, que tem por objetivo proporcionar meios indispensáveis de subsistência do segurado e a sua família, quando ocorrer certa divergência prevista em lei" (in Direito da Seguridade Social, 19 ed. São Paulo, Atlas, p. 300). Em relação à Seguridade Social, a Constituição Federal de 1.988, assim a conceitua em seu artigo 194, caput: "A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social". Com efeito, compulsando os presentes autos, verifico que restou comprovado a qualidade de segurada da requerente, bem como carência necessária para perceber o benefício pleiteado. Uma vez que foi diagnosticado pela médica perita Dra. Eliana Kawaguti – Perita Oficial, inscrita no C.R.M./MT sob o n. 3025, apresenta "[...]diagnóstico de massa expansiva em loja renal esquerda, compatível com abscesso ou neoplasia primaria a investigar [...]" (sic) – ID. 17885671, pág. 3. Os documentos retromencionados informam categoricamente a contribuição feita pelo período mínimo de carência exigida por lei, assim como a incapacidade parcial e definitiva da parte autora para o exercício de suas atividades profissionais, em razão de seu atual estado de saúde. Desta forma, considerando a condição de segurado e a existência de incapacidade laborativa parcial e definitiva, entendo, por ora, que o autor evidentemente preenche os pressupostos para o deferimento do benefício de auxílio-doença, consoante o disposto no art. 59 da Lei n. 8.213/91. Nesse passo, salienta-se que, a médica perita de forma categórica consignou que "[...] Considero a autora com incapacidade total e temporária para realizar as atividades domiciliares. Sugiro um prazo de um ano de afastamento do trabalho. Deverá realizar nova avaliação pericial após este período [...]" (sic) – ID. 17885671, pág. 3, portanto, extrai-se do contexto probatório, tratar-se de incapacidade total e temporária. Vejamos alguns trechos do laudo pericial, em síntese (ID. 17885671): 11) Diga a Sra. perita, considerando a profissiografia da atividade declarada, se o autor se apresenta incapacitado para o trabalho para as atividades que anteriormente exercia? Resposta: "Sim." (quesito do INSS – ID. 17885671, pág. 8). 12) Diga a Sra. Perita se a incapacidade é total ou parcial? Para a sua atividade ou para qualquer atividade? Quais as limitações que a moléstia impõe ao exercício da profissão habitual do autor, levando-o à incapacidade total ou parcial? Resposta: "Incapacidade total e temporária para realizar as atividades domiciliares desde outubro de 2017. Sugiro um prazo de um ano de afastamento do trabalho. Deverá realizar nova avaliação após este período." (quesito do INSS - ID. 17885671, pág. 8). 09) Em se tratando de incapacitado, favor determinar DII? Resposta: "Desde outubro de 2017." (quesito do Juízo - ID. 17885671, pág. 12). [...] Vislumbra-se, portanto, do laudo pericial tratar-se de incapacidade total e temporária. Desse modo, tenho que o benefício de auxílio-doença não poderá ser cessado sem que a requerente tenha recuperado sua capacidade laborativa habitual, ou, sem ser devidamente readaptado à função condizente com suas dificuldades e limitações, através de participação em processo de reabilitação profissional, que lhe seja oportunizado. Com efeito, calha à fiveleta destacar que, apesar de haver a possibilidade de reabilitação profissional, denota-se que a Autarquia demandada até o presente momento NÃO se desincumbiu do seu ônus de inserir a segurada no programa de reabilitação, conforme determina o art. 62 da Lei 8.213/91. Neste contexto, é dever do Estado propiciar meios para que a segurada da Previdência Social se reabilite a fim de que possa retornar ao mercado de trabalho, praticando profissão díspare daquela que está impossibilitado de exercer. Vejamos: "EMENTA: RESPONSABILIDADE CIVIL. INSS. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL DECORRENTE DA NÃO IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DESCABIMENTO. SENTENÇA MANTIDA. 1- (...). 3- A aposentadoria por invalidez é devida quando o segurado ficar incapacitado total e permanentemente de desenvolver qualquer atividade laborativa e for insusceptível de reabilitação para o exercício de outra que lhe garanta a subsistência. 4- A verificação periódica do estado de saúde do autor, que recebeu os benefícios de auxílio-doença e auxílio-acidente, com sua submissão às perícias médicas, bem como a participação nos programas de reabilitação profissional é dever e não faculdade da Previdência Social, o que por si só, não ocasiona constrangimento ao segurado, de forma a aviltar a sua honra ou dignidade. 5- Não evidenciada a omissão do INSS, restando não comprovada a existência de conduta ativa ou omissiva e o

nexo causal entre esta e o dano que a apelante diz ter experimentado, portanto, que não caracterizado o dano moral. 6- Apelação a que se nega provimento. (TRF-3 - AC: 1533 SP 0001533-54.2004.4.03.6104, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL NERY JUNIOR, Data de Julgamento: 04/04/2013, TERCEIRA TURMA)" – (Grifos meus) D' outra banda, no que tange ao termo inicial do benefício, consoante entendimento jurisprudencial, tenho que é devido o pagamento do auxílio-doença desde a data do requerimento administrativo indeferido (DER – 20/10/2015 – ID. 9415827, pág. 1). Nesse toada, é o entendimento jurisprudencial Pátrio, conforme acórdãos que ora transcrevo: "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. TRABALHADOR URBANO. TERMO DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. REVISÃO ADMINISTRATIVA DA BENESSE. ART. 71 DA LEI 8.212/91 E ART. 101 DA LEI 8.213/91. (...) 3. O termo inicial do benefício será a data do requerimento administrativo ou o dia imediato ao da cessação do auxílio-doença. Não havendo requerimento, será a data da citação do INSS. In casu, deve ser reconhecido o direito ao auxílio-doença ao requerente a partir da data do requerimento administrativo em 07.06.2011 (fls. 38), o qual será mantido até que a parte autora restabeleça a sua capacidade laborativa, após a submissão a exame médico-pericial na via administrativa, que conclua pela inexistência de incapacidade, podendo o benefício ser convertido em aposentadoria por invalidez, a depender do resultado do processo de reabilitação. Devem, ainda, ser descontados eventuais importes recebidos, no mesmo período, a título de benefício inacumulável. (...) (Apelação Cível nº 0036812-31.2017.4.01.9199/MG, 2ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. João Luiz de Sousa. j. 30.08.2017, unânime, e-DJF1 11.09.2017). (Grifos meus) No tocante à data da cessação do benefício, conforme consignado pela Expert, o prazo para o autor se reabilitar para o exercício de suas funções habituais, se daria em 12 meses. Nesse sentido, tendo em vista que o laudo médico pericial fora acostado aos autos em 07/02/2019 (ID. 17885671), tenho que é devido o pagamento de auxílio-doença até 07/02/2020 (DCB). Comprovados os requisitos legais para obtenção do benefício de auxílio-doença, imperiosa se faz a procedência dos pedidos contidos na presente actio. Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial e o faço para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ao pagamento correspondente ao Benefício de Auxílio-Doença à autora, Sra. Isaurina Lopes da Silva Araújo, desde a data do requerimento administrativo indeferido (DER – 20/10/2015 – ID. 9415827, pág. 1), devendo perdurar até 07/02/2020 (DCB), no valor do salário-de-benefício reajustado pelos índices de correção dos benefícios previdenciários, devidamente atualizado. Destarte, sintetizo os parâmetros para implantação do benefício, nos termos do art. 80, parágrafo único, III, "g", da Resolução /Presi/Cojef nº 16/2010: Número do CPF: 002.794.311-98. Nome da Mãe: Aulina Lopes da Silva. Nome da segurada: Isaurina Lopes da Silva Araújo. Endereço do segurado: Travessa Maringá, n. 184, Jardim Vânia, CEP: 78.500-000, Colíder/MT. Benefício concedido: Auxílio-doença. DIB: 20/10/2015 – DER. DCB: 07/02/2020. 4 - DECLARO a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade do auxílio-doença que é substituir a remuneração do trabalhador quando, em razão da enfermidade, não tem condições de exercer atividade laborativa. 5 - Outrossim, em analogia ao art. 4º da Lei n. 10.259/01, CONCEDO a antecipação dos efeitos da tutela, pela própria fundamentação da presente sentença e pelo periculum in mora em decorrência do caráter alimentar das prestações, e determino a implantação do benefício no prazo de 30 (trinta) dias, razão pela qual, DETERMINO que o INSS pague (mantenha) o auxílio-doença até que seja efetivada a recuperação laborativa da demandante (seja para sua atividade habitual, ou para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, ainda, sendo o caso, implante administrativamente a aposentadoria por invalidez "art. 62, da Lei 8.213/01"). OFICIE-SE o INSS – APSADJ – Agência da Previdência Social de Atendimento às Demandas Judiciais para cumprimento da presente decisão, em especial, realizando as devidas anotações em seu sistema para evitar a suspensão do benefício de forma precária. Ademais, DECLARO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil. 6 - Os juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. 7 - Ainda, DETERMINO que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida. Sem custas à vista da isenção determinada pela Lei n° 9.289/96, art. 1, § 1º e Lei Estadual n° 7.603/2001. 8 - Sem custas, na forma da lei. E, por fim, fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas devidas até esta data, conforme entendimento pacificado na Seção Previdenciária do TRF e no Superior Tribunal de Justiça (Enunciado de súmula 111 – Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre prestações vincendas). 9 - Interposto recurso de apelação, independentemente de análise dos requisitos de admissibilidade da insurgência, nos termos dos arts. 994 a 1.014 do Código de Processo Civil, intime-se para as contrarrazões. Vencido o prazo, com ou sem elas, subam os autos sem demora ao Tribunal Regional Federal, com as nossas homenagens. 10 - Preclusas as vias recursais, o que deverá ser certificado, arquivem-se os autos, com as baixas e anotações devidas, se nada for requerido em quinze (15) dias. 11 - Diante da eventual preclusão da via recursal voluntária, submeta-se ao reexame necessário se, após a liquidação, o valor da condenação exceder sessenta salários mínimos (art. 475, § 2º do Código de Processo Civil). Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Colíder/MT, data da assinatura digital. Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001104-10.2017.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTIANE COUTO MOURA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIO LEME ANTONIO OAB - MT0012613A-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL 29.979.036/0001-40 (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1001104-10.2017.8.11.0009. REQUERENTE: CRISTIANE COUTO MOURA. REQUERIDO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL 29.979.036/0001-40. Vistos, etc. Trata-se de Ação Previdenciária com pedido de concessão de Auxílio-Doença c/c Pedido de Tutela Antecipada c/c conversão em Aposentadoria por Invalidez, ajuizada por Cristiane Couto Moura em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, ambos devidamente qualificados nos autos, alegando, em síntese, que requereu administrativamente o benefício de auxílio-doença, contudo o teve negado em 22/03/2017, sob o argumento de que não estava incapacitado para o trabalho habitual. Com a inicial vieram os documentos. Ao ID. 9494064, este Juízo recebeu à inicial, momento em que fora deferido os benefícios da justiça gratuita bem como a tutela antecipada. Ato contínuo, fora designado perícia médica junto a requerente. Aportou ao ID. 10960591 o resultado da perícia médica realizado junto a requerente. Em seguida, a requerente apresentou manifestação nos autos acerca do laudo pericial. (ID. 10588155). Após, fora certificado o decurso do prazo sem que a requerida apresentasse contestação (ID. 16267947). Em seguida, este Juízo saneou o feito, afastando a preliminar de prescrição arguida pela requerida, revogando a tutela anteriormente concedida e designou audiência de instrução e julgamento (ID. 18207554). Após, ao ID. 18136488, a requerente apresentou impugnação à contestação. Por fim, fora realizado a audiência de instrução e julgamento, momento em que fora apresentado alegações finais remissivas à inicial pela requerente, reiterando o pedido de concessão da tutela antecipada (ID. 20343536). Permaneceram os autos conclusos para prolação de sentença. É o relatório. FUNDAMENTO E DECIDO. 1 – Inicialmente, cumpre anotar que o caso em apreço é hipótese que comporta o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso I do art. 355 do Código de Processo Civil, não havendo, salvo melhor juízo, a necessidade de dilação probatória: "Art. 355: O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I – não houver necessidade de produção de outras provas; II – o réu for revel, ocorrer o efeito previsto no art. 344 e não houver requerimento de prova, na forma do art. 349". 2 - Logo, estando devidamente instruído o feito e, não havendo mais preliminares a serem decididas, passo ao julgamento do mérito. In casu, nota-se que a controvérsia do embate recaia sobre dois aspectos, quais sejam, I) o fato

de a autora comprovar a incapacidade para o trabalho e, II) comprovar a qualidade de segurada rural. Nesse passo, dispõe o artigo 1º da Lei 8.213/91, que: "A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente". Acerca do tema, Sérgio Pinto Martins leciona: "É a Previdência Social o segmento da Seguridade Social, composta de um conjunto de princípios, de regras e de instituições destinado a estabelecer um sistema de proteção social, mediante contribuição, que tem por objetivo proporcionar meios indispensáveis de subsistência do segurado e a sua família, quando ocorrer certa divergência prevista em lei" (in Direito da Seguridade Social, 19 ed. São Paulo, Atlas, p. 300). Em relação à Seguridade Social, a Constituição Federal de 1.988, assim a conceitua em seu artigo 194, caput: "A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social". Tratando-se de rurícola, necessário destacar que cumpre ao julgador valorar os fatos e circunstâncias evidenciados com ênfase no artigo 5º da Lei de Introdução ao Código Civil e levar em conta a realidade social em que inserido o trabalhador rural, na qual predomina a informalidade na demonstração dos fatos. Vale lembrar que não se mostra razoável exigir que os documentos carreados ao processo sigam sempre a forma prescrita em lei, por isso devem ser considerados válidos quando de outra forma atingir a finalidade precípua de comprovar o exercício da atividade rural, consoante disposto no artigo 277 do Código de Processo Civil. Nessa toada, analisando os autos, percebe-se que a autora logrou provar a sua qualidade de trabalhador rural durante o período de carência exigido pela lei. Com efeito, compulsando os autos, verifico que os documentos juntados são bastante para configurar o início de prova material, qual seja: a) Cópia do indeferimento do pedido na via administrativa, constando o endereço da propriedade rural da autora (ID. 8322437). De acordo com a jurisprudência pátria dominante, ante a realidade fática vivida pelos rurícolas e face à patente hipossuficiência dos trabalhadores do campo, até prova em contrário, os documentos acima mencionados, carreados aos autos, servem de início de prova material que comprova o exercício de atividade rural por parte da autora. Confiramos decisão recente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região neste sentido: "EMENTA: APELAÇÃO E REMESSA NECESSÁRIA. AVERBAÇÃO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO RURAL. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. COMPROVAÇÃO DO LABOR RURAL. (...) 3. O Superior Tribunal de Justiça, em julgamento submetido ao regime dos recursos repetitivos, consolidou o entendimento de que a prova exclusivamente testemunhal não basta, para o fim de obtenção de benefício previdenciário, à comprovação do trabalho rural, devendo ser acompanhada, necessariamente, de um início razoável de prova material (STJ, REsp 1.133.863/RN, Terceira Seção, Ministro Celso Limongi, DJ de 15.04.2011). Ainda, o STJ, também pela sistemática dos recursos repetitivos, consignou que a Lei de Benefícios, ao exigir um "início de prova material", teve por pressuposto assegurar o direito à contagem do tempo de atividade exercida por trabalhador rural em período anterior ao advento da Lei 8.213/91 levando em conta as dificuldades deste, notadamente hipossuficiente. (Cf. STJ, REsp 1.348.633/SP, Primeira Seção, Ministro Arnaldo Esteves Lima, DJ de 05.12.2014). 4. Para fins de reconhecimento de exercício de serviço rural, o início razoável de prova material deve ser contemporâneo à época dos fatos, o que não significa dizer que a documentação escrita deva englobar todo o período exigido para a concessão do benefício, bastando apresentar indícios de condição de rurícola. Para tanto, a Corte Superior de Justiça, nas causas de trabalhadores rurais, tem adotado critérios interpretativos favorecedores de uma jurisdição socialmente justa, admitindo mais amplamente documentação comprobatória da atividade desenvolvida. Seguindo essa mesma premissa, firmou posicionamento segundo o qual as certidões de nascimento, casamento e óbito, bem como certidão da Justiça Eleitoral, carteira de associação ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais e contratos de parceria agrícola são aceitos como início da prova material, nos casos em que a profissão rural estiver expressamente consignada. Da mesma forma, admite que a condição profissional de trabalhador rural de um dos cônjuges, constante de assentamento em Registro Civil, seja extensível ao outro, com vistas à comprovação de atividade rurícola (STJ, EREsp 1.171.565/SP, Ministro Nefi Cordeiro, Terceira Seção, DJ de 05.03.2015; AgRg no REsp 1.448.931/SP, Segunda Seção, Ministro Humberto Martins, DJ de 02.06.2014; AgRg no REsp 1.264.618/PR, Sexta Turma, Ministro OG Fernandes, DJ de 30.08.2013). (...) (Apelação Cível nº 0007054-88.2006.4.01.3800/MG, 1ª Câmara Regional Previdenciária de Minas Gerais - TRF da 1ª Região, Rel. Convocado Luciana Pinheiro Costa. j. 04.09.2017, unânime, e-DJF1 06.11.2017). (Grifos nosso) Ressalta-se que para o exame da contemporaneidade não deve ser exigida a prova ano a ano, repito, pela dificuldade de coleta de prova no labor rural, sendo que o importante é haver prova que leve ao convencimento de continuidade da atividade rural, mesmo pela confrontação da prova oral, de onde documentos de períodos podem ser aproveitados para o todo. Não bastasse isso, o informante e a testemunha que foram ouvidos em juízo confirmaram o labor rurícola da autora desde longa data, vejamos (ID. 20343536): "Que é conhecido da autora há 35 anos. Que possui amizade intima com a autora. Que considera como irmã. Que a autora trabalhava juntamente com seu genitor. Que a autora trabalhou no sítio até ficar doente. Que a renda da autora é proveniente do sítio. Que mora junto com seu esposo e filhos. Que não tem propriedades na cidade. Que não tem empregados nem maquinários. Que no sítio tem pequenos animais. Que criam galinhas. Que o sítio tem 10 alqueires e meio." (SIC) Adilson Barbosa. "Que é conhecida da autora há muito tempo. Que se conhecem desde 1992. Que a autora mora juntamente com seu esposo e filhos. Que a autora cria galinhas, porcos e vacas leiteiras. Que o filho da autora quem desenvolve o manejo com as vacas leiteira. Que antes da autora ficar enferma, desenvolvia atividades rurais. Que dependem da atividade do sítio. Que o sítio da testemunha fica ao lado da propriedade rural da autora. Que o sítio da autora tem em média 10 alqueires. Que antes de ficar enferma a autora plantava arroz, algodão, etc. Que não tinham empregados nem maquinários. Que sobrevivem do sítio. Que a autora cria gado." (SIC) Maria Josenilde dos Santos Souza. Destarte, no que pertine à qualidade de segurado especial da requerente, vejo que os documentos que instruíram a inicial, mostram-se como provas hábeis para comprovar a referida situação de segurado, uma vez que restou demonstrado nos autos o exercício da atividade rural por período equivalente ao da carência exigida por Lei (12 meses - art. 25, I, da lei 8.213/91), conforme já vem decidindo reiteradamente os Tribunais Pátrios: "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. REMESSA OFICIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUXÍLIO-DOENÇA. QUALIDADE DE SEGURADO ESPECIAL. TRABALHADOR (A) RURAL. VISÃO MONOCULAR. INCAPACIDADE LABORAL. COMPROVAÇÃO POR LAUDO OFICIAL. CONDIÇÕES PESSOAIS. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA(...) 4. Comprovada a qualidade de trabalhador rural mediante início de prova material, devidamente corroborada pela prova testemunhal produzida em Juízo, deve ser reconhecido o direito do segurado à percepção do benefício. 5. A qualificação de lavrador constante dos documentos juntados aos autos é válida como início de prova material (ITR). 6. Comprovada, ainda, através de laudo médico pericial a incapacidade parcial e permanente para o exercício da atividade laboral, deve ser mantida a procedência do pedido de aposentadoria por invalidez. (...). (Apelação Cível nº 0043263-72.2017.4.01.9199/AC, 1ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Carlos Augusto Pires Brandão. j. 27.09.2017, unânime, e-DJF1 25.10.2017). (Grifo nosso) Com efeito, compulsando os presentes autos, verifico que restou comprovado a qualidade de segurada da requerente, bem como carência necessária para perceber o benefício pleiteado. Ainda, consoante perícia médica de ID. 10960591, há confirmação de que a parte autora se encontra incapacitada para o trabalho, uma vez que foi diagnosticado pelo médico perito Dr. Mauro Sérgio Xavier Carrenho inscrito no C.R.M. 1.346/MT, ser portador de "citalgia à direita e leve estado de ansiedade e diabete tipo II", com incapacidade parcial e temporária. Os documentos retromencionados informam categoricamente a contribuição feita pelo período mínimo de carência exigida por lei, assim como a incapacidade parcial e temporária da parte autora para o exercício de suas atividades profissionais, em razão de seu atual estado de saúde. Desta forma, considerando a condição de segurada e a existência de incapacidade laborativa parcial e temporária, entendo, por ora, que a autor evidentemente preenche os pressupostos para o deferimento do benefício de auxílio-doença, consoante o disposto no art. 59 da Lei n. 8.213/91. Vejamos alguns trechos do laudo pericial (ID. 10960591): 08) Considerando: incapacidade total = incapacidade para toda e qualquer atividade laboral; incapacidade parcial = incapacidade, ao menos, para a atividade habitual; incapacidade definitiva = sem prognóstico de recuperação; incapacidade temporária = com prognóstico de recuperação

(informar data se possível reabilitação e/ou tempo de tratamento necessário), defina se a incapacidade verificada é: a) total e definitiva; b) total e temporária; c) parcial e definitiva; d) parcial e temporária. Resposta: "c) parcial e temporária." (quesito do Juízo - ID. 10960591, pág. 4). 11) Diga o Sr. Perito, considerando a profissiografia da atividade declarada, se o (a) autora(a) apresenta incapacidade para o trabalho ou para as atividades que anteriormente exercia? Resposta: "Parcialmente sim. A recuperação da autora depende da assiduidade e atenção do serviço de saúde público." (quesito do INSS - ID. 10960591, pág. 6). 12) Diga o Sr. Perito, se a incapacidade é total ou parcial? Para a sua atividade ou para qualquer atividade? Quais as informações que a moléstia impõe ao exercício da profissão habitual do(a) autor(a), levando-o(a) a incapacidade total ou parcial? Resposta: "Prejudicada. A incapacidade é parcial." (quesito do INSS - ID. 10960591, pág. 6). 13) Caso a resposta ao quesito n. 12 seja afirmativa diga o Sr. Perito se a incapacidade laborativa, no seu entender, é permanente ou temporária? Para a sua atividade ou para qualquer atividade? Quais as limitações que a moléstia impõe ao exercício da profissão habitual do(a) autor(a) a incapacidade permanente ou temporária? Resposta: "Temporária" (quesito do INSS - ID. 10960591, pág. 6). 17) No caso de incapacidade "permanente e total" ela se estende sob o ponto de vista médico, para toda e qualquer atividade laboral? Ou é possível a reabilitação para outra função? Resposta: "Prejudicada. É possível reabilitação." (quesito do INSS - ID. 10960591, pág. 7). [...] Pois bem. Vislumbra-se, portanto, do laudo pericial tratar-se de incapacidade total e temporária, no entanto, o médico perito de forma categórica consignou que: "[...] O periciando é susceptível de recuperação e reabilitação para sua ou outra atividade que lhe garanta subsistência, isto é, a incapacidade não é definitiva [...]" (sic) – quesito n. 7 - ID. 10960591, pág. 3. Sendo que o prazo para o retorno (recuperação e/ou reabilitação) conforme categoricamente afirmado pelo Expert: "[...] está diretamente ligado a proporção do tratamento médico prestado e a assiduidade do tratamento do autor[...]" – (sic) – Dr. Mauro Sérgio Xavier Carrenho, inscrito no CRM/MT n. 1.346. Desse modo, tenho que o benefício de auxílio-doença não poderá ser cessado sem que a requerente tenha recuperado sua capacidade laborativa habitual, ou, sem ser devidamente readaptado à função condizente com suas dificuldades e limitações, através de participação em processo de reabilitação profissional, que lhe seja oportunizado. Com efeito, calha à fiveleta destacar que, apesar de haver a possibilidade de reabilitação profissional, denota-se que a Autarquia demandada até o presente momento NÃO se desincumbiu do seu ônus de inserir a segurada no programa de reabilitação, conforme determina o art. 62 da Lei 8.213/91. Neste contexto, é dever do Estado propiciar meios para que a segurada da Previdência Social se reabilite a fim de que possa retornar ao mercado de trabalho, praticando profissão díspare daquela que está impossibilitado de exercer. Vejamos: "EMENTA: RESPONSABILIDADE CIVIL. INSS. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL DECORRENTE DA NÃO IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DESCABIMENTO. SENTENÇA MANTIDA. 1- (...). 3- A aposentadoria por invalidez é devida quando o segurado ficar incapacitado total e permanentemente de desenvolver qualquer atividade laborativa e for insusceptível de reabilitação para o exercício de outra que lhe garanta a subsistência. 4- A verificação periódica do estado de saúde do autor, que recebeu os benefícios de auxílio-doença e auxílio-acidente, com sua submissão às perícias médicas, bem como a participação nos programas de reabilitação profissional é dever e não faculdade da Previdência Social, o que por si só, não ocasiona constrangimento ao segurado, de forma a aviltar a sua honra ou dignidade. 5- Não evidenciada a omissão do INSS, restando não comprovada a existência de conduta ativa ou omissiva e o nexo causal entre esta e o dano que a apelante diz ter experimentado, portanto, que não caracterizado o dano moral. 6- Apelação a que se nega provimento. (TRF-3 - AC: 1533 SP 0001533-54.2004.4.03.6104, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL NERY JUNIOR, Data de Julgamento: 04/04/2013, TERCEIRA TURMA)" – (Grifos meus) D' outra banda, no que tange ao termo inicial do benefício, consoante entendimento jurisprudencial, tenho que é devido o pagamento do auxílio-doença desde a data da entrada do requerimento administrativo (DER – 22/03/2017 – ID. 9158988, pág. 1). Nesse toada, é o entendimento jurisprudencial Pátrio, conforme o acórdão que ora transcrevo: "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. TRABALHADOR URBANO. TERMO DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. REVISÃO ADMINISTRATIVA DA BENESSE. ART. 71 DA LEI 8.212/91 E ART. 101 DA LEI 8.213/91. (...) 3. O termo inicial do benefício será a data do requerimento administrativo ou o dia imediato ao da cessação do auxílio-doença. Não havendo requerimento, será a data da citação do INSS. In casu, deve ser reconhecido o direito ao auxílio-doença ao requerente a partir da data do requerimento administrativo em 07.06.2011 (fls. 38), o qual será mantido até que a parte autora restabeleça a sua capacidade laborativa, após a submissão a exame médico-pericial na via administrativa, que conclua pela inexistência de incapacidade, podendo o benefício ser convertido em aposentadoria por invalidez, a depender do resultado do processo de reabilitação. Devem, ainda, ser descontados eventuais importes recebidos, no mesmo período, a título de benefício inacumulável. (...) (Apelação Cível nº 0036812-31.2017.4.01.9199/MG, 2ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. João Luiz de Sousa. j. 30.08.2017, unânime, e-DJF1 11.09.2017). (Grifos meus) Comprovados os requisitos legais para obtenção do benefício de auxílio-doença, imperiosa se faz a procedência dos pedidos contidos na presente actio. Ex positis, ACOLHO a pretensão da parte autora, razão porque JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, e o faço para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ao pagamento do auxílio-doença à autora, Sra. Cristiane Couto Moura, desde a data da entrada do requerimento administrativo (DER – 22/03/2017 – ID. 9158988, pág. 1), no valor do salário-de-benefício reajustado pelos índices de correção dos benefícios previdenciários, devidamente atualizado. Destarte, sintetizo os parâmetros para implantação do benefício, nos termos do art. 80, parágrafo único, III, "g", da Resolução /Presi/Cojef nº 16/2010: Número do CPF: 932.609.541-04. Número da CI/RG: 1608851-4 SSP/SP. Nome da Mãe: Alcinéia Das Núpcias Couto Moura. Nome da segurada: Cristiane Couto Moura. Endereço da segurada: Sítio Boa Vista, Comunidade São Lázaro, Zona Rural, CEP: 78.500-000, Colíder/MT. DIB: 22/03/2017 – DER – data de entrada do requerimento administrativo. 3 - DECLARO a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade do auxílio-doença que é substituir a remuneração do trabalhador quando, em razão da enfermidade, não tem condições de exercer atividade laborativa, razão pela qual, DETERMINO que o INSS pague (mantenha) o auxílio-doença até que seja efetivada a recuperação laborativa da demandante (seja para sua atividade habitual, ou para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, ainda, sendo o caso, implante administrativamente a aposentadoria por invalidez "art. 62, da Lei 8.213/01"). 4 - OFICIE-SE o INSS – APSADJ – Agência da Previdência Social de Atendimento às Demandas Judiciais para cumprimento da presente decisão. Ademais, DECLARO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil. 5 - Os juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% (um por cento) ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. 6 - Ainda, DETERMINO que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida. Sem custas à vista da isenção determinada pela Lei n° 9.289/96, art. 1, § 1º e Lei Estadual n° 7.603/2001. 7 - Sem custas, na forma da Lei. E, por fim, fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas devidas até esta data, conforme entendimento pacificado na Seção Previdenciária do TRF e no Superior Tribunal de Justiça (Enunciado de súmula 111 – Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre prestações vincendas). 8 - Interposto recurso de apelação, independentemente de análise dos requisitos de admissibilidade da insurgência, nos termos dos arts. 994 a 1.014 do Código de Processo Civil, INTIME-SE para as contrarrazões. Vencido o prazo, com ou sem elas, subam os autos sem demora ao Tribunal Regional Federal, com as nossas homenagens. 9 - Preclusas as vias recursais, o que deverá ser certificado, arquivem-se os autos, com as baixas e anotações devidas, se nada for requerido em quinze (15) dias. 10 - Diante da eventual preclusão da via recursal voluntária, submeta-se ao reexame necessário se, após a liquidação, o valor da condenação exceder sessenta salários mínimos (art. 475, § 2º Código de Processo Civil). Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Colíder/MT, data da assinatura digital. Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Processo Número: 1001722-18.2018.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
IRENE MONATO DA SILVA AQUINO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO ZEFERINO PEREIRA OAB - MT0012491A-B (ADVOGADO(A))
CAMILA EMILY DO NASCIMENTO SOUZA OAB - MT19960/O (ADVOGADO(A))
FREDERICO STECCA CIONI OAB - PR0054275A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1001722-18.2018.8.11.0009. AUTOR(A): IRENE MONATO DA SILVA AQUINO RÉU: INSS Vistos, etc. Irene Monato da Silva Aquino ajuizou "Ação Previdenciária de Aposentadoria por Idade Rural" em face do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, alegando, em síntese, possuir todos os requisitos necessários para perceber o benefício de aposentadoria rural por idade. Ao ID 15860065, recebida a inicial, momento em que fora determinada a citação do requerido, bem como designada audiência de instrução e julgamento. Citada, a Autarquia ré apresentou contestação ao ID 17766874, alegando, em síntese, que a autora não preenche os requisitos necessários para perceber o benefício pleiteado. Ao final, pugna pela improcedência da ação. Ao ID. 17792826, fora certificado a tempestividade da contestação apresentada pela requerida ao ID. 17766874. Em seguida, ao ID. 19029176, a requerente manifestou-se nos autos impugnando os argumentos lançados à contestação da requerida. Por fim, realizada audiência de instrução e julgamento, ao ID 19676487, sendo ouvidas as testemunhas presentes e apresentada alegações finais remissivas à inicial pela parte autora, pugnando pela concessão de tutela antecipada. É o relatório. FUNDAMENTO E DECIDO. 1 - Em análise à contestação de ID. 17766874, vislumbro que a requerida suscitou preliminar de prescrição das parcelas vencidas anteriormente ao quinquênio que antecede ao ajuizamento da ação, a qual merece prosperar, uma vez que a autora só pleiteou o benefício pretendido, na via judicial, depois de decorrido mais de 06 (seis) anos após a cessação do benefício administrativo (ID. 15676620, pág. 17). Assim, em virtude do requerimento na esfera administrativa ter ocorrido no ano de 2012, e o pleito na via judicial ter sido proposto em 2018, as parcelas anteriores ao dia 02 do mês de outubro de 2013 restaram fulminadas pelo instituto da prescrição. Desta feita, ACOLHO a preliminar de prescrição das parcelas vencidas anteriormente ao quinquênio que precede o ajuizamento da ação que fora arguida pela Requerida, para determinar que em caso de procedência da ação, deverão ser observadas as parcelas atingidas pela prescrição quinquenal. 2 - Assim, estando devidamente instruído o feito e não havendo mais preliminares a serem decididas, passo ao julgamento do mérito. Como relatado, trata-se de ação previdenciária de aposentadoria rural por idade, na qual a parte autora pretende o reconhecimento de sua condição rurícola, bem como de todos os requisitos para a concessão do benefício pleiteado. A concessão do benefício de aposentadoria por idade ao trabalhador rural exige o preenchimento de três requisitos legais: (a) idade mínima de 55 anos, se mulher, e 60 anos, se homem (art. 201, § 7º, II, da CF/88, e art. 48, § 1º, da Lei n° 8.213/91); (b) carência, traduzida no efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido (art. 48, § 2º, da Lei n° 8.213/91), com especial atenção à tabela de transição contida no artigo 142 da mesma lei, e; (c) qualidade de segurado especial no curso do prazo fixado no item anterior, segundo o conceito descrito no art. 11, VII, e § 1º, da Lei n° 8.213/91. A requerente, nascida em 24/08/1956 (ID. 15676616, pág. 4), atingiu a idade mínima necessária para se aposentar no ano de 2014, cabendo-lhe ainda demonstrar por início de prova material corroborado com prova testemunhal o efetivo exercício de atividade rural. No que pertine à carência, deve a requerente ainda demonstrar que o exercício de atividade rural na condição de segurada especial, à luz do artigo 142 da Lei n° 8.213/91, deu-se no prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) meses, imediatamente da data em que completou a idade mínima (aquisição do direito à aposentadoria), caso o pedido de benefício houver sido formulado após a cessação da atividade rural (AC nº. 2007.01.99.012440-5/MT, rel. Juiz Federal Cleberson José Rocha (conv), DJ de 28/06/2007, p. 34). Nesse tema, consoante o artigo 55, § 3º, da Lei n° 8.213/91, a comprovação do tempo de serviço rural só produzirá efeito quando baseada em início razoável de prova material, contemporânea à época dos fatos alegados, não se exigindo que esta prova inicial corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício (Súmulas 14 e 34 da Turma Nacional de Uniformização e Súmula 5 da Primeira Turma de Rondônia, DJ-RO de 23/11/2006), devidamente corroborada por prova testemunhal produzida em juízo, se for necessária. No caso em tela, a requerente juntou como início de prova material: a) Escritura da compra da propriedade rural em nome da autora e seu esposo, lavrado no ano de 2008 (ID. 15676617, pág. 1/2); b) Talão de energia em nome do esposo da autora, Sr. José Francisco Silva Aquino, constando o endereço da propriedade rural da autora, ano de 2012 (ID. 15676617, pág. 3); c) Certificado de cadastro de imóvel rural – CCIR ano de 2003 a 2009 do sítio da autora denominado de "Sítio Aquino" (ID. 15676617, pág. 4 e 5); d) Declaração de Exercício de Atividade Rural, em nome da autora e seu esposo, ano de 2012 (ID. 15676617, pág. 7 e 8) e) Nota fiscal de entrada de sacas de amendoim em casca, em nome do genitor da autora, anos de 1975 a 1978 (ID. 15676619, pág. 1 a 4); f) Nota fiscal de compra de vacinas em nome do esposo da autora, ano de 2002 e 2006 – 2016 e 2017 (ID. 15676619, pág. 5 e 6 – 15676620, pág. 13 e 14); g) Nota fiscal de produtor rural em nome do esposo da autora, ano de 2010 (ID. 15676619, pág. 7); h) Comprovante de venda de sal moído em nome do esposo da autora, ano de 2013 – 2014 - 2015 e 2016 (ID. 15676620, pág. 2/10); i) Cópia do indeferimento do pedido na via administrativa (ID. 15676620, pág. 17), entre outros. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento que o início de prova material não abrangera necessariamente o número de meses idênticos à carência do benefício no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, como no caso dos autos. E ainda, parco o início de prova material, se a prova testemunhal for capaz de ampliar a eficácia probatória ao tempo da carência, vinculando-se a carência, será devido o benefício de aposentadoria rural por idade. Vale destacar que esta prova material exigida pela lei não precisa ser exaustiva, isto é, correspondente a todo o período de carência, bastando que seja incipiente e razoável, e que traga a potencialidade da certeza quanto aos fatos narrados pelo segurado, lembrando sempre as sérias dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais para constituir prova material, em face de sua ingenuidade típica e da falta de conhecimento quanto aos seus direitos (Precedentes do STJ: REsp 616828/CE, rel. Min. Jorge Scartezzini, DJU de 02.08.2004, p. 550, e EREsp 448813/CE, rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJU de 02.03.2005, p. 185). Não menos importantes são os julgados recentes proferidos pelo TRF1, senão vejamos: "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURAL COMPROVADA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. IDADE MÍNIMA. TERMO A QUO. JUROS DE MORA. CORREÇÃO MONETÁRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CUSTAS. 1. Comprovada a qualidade de trabalhador rural mediante início de prova material devidamente corroborada pela prova testemunhal produzida em Juízo, e a implementação do requisito etário exigido, deve ser reconhecido o direito da parte autora à percepção do benefício. 2. A qualificação de lavrador constante de certidão de casamento é válida como início de prova documental, e estende-se ao seu núcleo familiar. Precedentes. 3. O benefício previdenciário será devido a partir da data do requerimento administrativo (Lei nº 8.213/1.991, em seu artigo 49, I, b) observada a prescrição quinquenal. À míngua de requerimento administrativo, o termo inicial deve ser a data da citação, conforme entendimento firmado pelo e. STJ nos autos do recurso representativo da controvérsia RESP 1369165/SP, publicado em 07.03.2014, sendo vedada a reformatio in pejus. (...) (Apelação Cível nº 0060641-51.2011.4.01.9199/MG, 1ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Carlos Augusto Pires Brandão. j. 24.01.2018, unânime, e-DJF1 07.03.2018). (Grifo nosso). "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO E CONSTITUCIONAL. APOSENTADORIA POR IDADE. RURÍCOLA. EXISTÊNCIA DE RAZOÁVEL INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. SENTENÇA REFORMADA. CONSECTÁRIOS. 1. Comprovada a qualidade de trabalhador rural mediante início de prova material devidamente corroborada pela prova testemunhal produzida em Juízo, e a implementação do requisito etário exigido, deve ser reconhecido o direito do segurado à percepção do benefício. 2. No caso concreto, foram juntados aos autos, certidão de casamento da autora, celebrado em 1972, constando a condição de rurícola do cônjuge, condição extensível à esposa e anotações na CTPS dela como "safrista" o que, aliado à prova testemunhal, comprova a

qualidade de segurada da apelante. 3. O benefício previdenciário será devido a partir da data do requerimento administrativo (Lei nº 8.213/1991, em seu artigo 49, I, b) observada a prescrição quinquenal. À míngua de requerimento administrativo, o termo inicial deve ser a data da citação, conforme entendimento firmado pelo e. STJ nos autos do recurso representativo da controvérsia REsp 1.369.165/SP, publicado em 07.03.2014, sendo vedada a reformatio in pejus. (...) (Apelação Cível nº 0058995-98.2014.4.01.9199/MG, 1ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Convocado Carlos Augusto Pires Brandão. j. 18.03.2015, unânime, e-DJF1 15.04.2015) - (Grifos nosso) Ademais, não bastassem às provas documentais carreadas, as testemunhas ouvidas em audiência de instrução confirmou o trabalho rurícola da autora desde longa data, senão vejamos (ID. 1 9676484): "Que é conhecido da autora há uns 20 anos. Que a testemunha mora na zona rural há 4 anos. Que quando a testemunha chegou a autora já estava lá. Que trabalha com gado de corte. Que a autora cuida de galinhas. Que a autora e seu esposo também plantam hortaliças. Que dependem da renda do sítio. Que na cidade não sabe se tem casa. Que tem um carro "parati" antiga. Que " (SIC) Edson da Silva Santos. "Que conhece a autora há mais de 20 anos. Que a autora morava na Comunidade Marimbondo no sítio do sogro. Que Que morava marimbondo. Que atualmente está na gleba Candango. Que estão lá há 12 anos. Que a autora cria frangos. Que planta quiabos, pepino, hortaliças. Que trabalha com o esposo. Que não tem empregados nem maquinários. Que criam gado. Que a autora sempre trabalhou no sítio. Que a autora tem um carro "parati" antiga. Que não tem outras fontes da renda." (SIC) Valdecir Aparecido de Moraes. Ademais, vale destacar que a interpretação do art. 11, VII, § 1º, da Lei n. 8.213/91 é cristalina na medida em que privilegia uma pequena parcela de pessoas, colocando-as numa situação excepcional, à medida que isenta esse grupo de apresentarem perante a previdência contribuições, bastando para tanto a comprovação do equivalente em exercício da atividade rural ao período de carência. (art. 39, I c/c art. 142 da Lei n° 8.213/91). Por economia familiar entende-se que o trabalho dos membros deva ser indispensável para subsistência, com mútua dependência e colaboração, não podendo haver auxílio permanente de empregados na exploração da atividade ou mesmo o emprego maquinários agrícolas no cultivo da terra. Além disso, cumpre ressaltar o recente entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça e descrito na Súmula 577, in verbis: "É possível reconhecer o tempo de serviço rural anterior ao documento mais antigo apresentado, desde que amparado em convincente prova testemunhal colhida sob o contraditório." (Súmula 577 STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/06/2016, DJe 27/06/2016) As testemunhas, ouvidas em juízo, informaram que a autora, por muito tempo morou e trabalhou na zona rural, exercendo labor rural, sendo que estas atividades eram desenvolvidas em regime de economia familiar, não possuindo qualquer maquinário agrícola ou auxílio de empregados, exercendo sua atividade de forma manual. Sem sombra de dúvidas a lide da autora era rural e em regime de economia familiar. De acordo com o que dispõe o inciso VII, do artigo 11 da Lei nº 8.213/91, é segurada especial a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade agropecuária, ou, de seringueiro, ou, de extrativista vegetal, bem como, o pescador artesanal ou a este assemelhado e, ainda, o cônjuge ou companheiro, o filho maior de 16 (dezesseis) anos de idade, dos segurados citados, que trabalhem com o grupo familiar respectivo (Redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008). Ou seja, ainda que considerado como trabalhador rural individual, sua situação encontra guarida no permissivo legal referido. Demais disso, em que pese a louvável argumentação lançada na contestação de ID. 17766874, não merecem prosperar, uma vez que ao dedilhar os autos, verifica-se que a autora exerceu atividade laborativa rural durante toda sua vida, conforme se denota do CNIS noticiado e comprovado pela requerida ao ID. 17766876, pág. 2. O fato do esposo da autora ter exercido labor urbano não tira a garantia da aposentadoria por idade da autora, nem descaracteriza sua qualidade de segurada especial rural, isso porque conforme depoimentos testemunhais a autora sempre desempenhou sua atividade rural em regime de economia juntamente com sua família, confirmando, portanto, sua qualidade de rurícola. Destarte, comprovados os requisitos legais para obtenção do benefício da aposentadoria por idade, imperiosa se faz a procedência dos pedidos contidos na presente actio. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, e o faço para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ao pagamento de aposentadoria rural por idade a Sra. Irene Nonato da Silva Aquino, na base de um salário mínimo mensal, assegurando-lhe o pagamento das parcelas vencidas e devidas, desde a data do requerimento indeferido na esfera administrativa (DER – 15/10/2012 ID. 15676620, pág. 17 e 17766876, pág. 3), respeitando a prescrição quinquenal que precede o ajuizamento da ação – item "1", devidamente atualizados. Nos termos do art. 80, parágrafo único, III, "g",da Resolução Presi/Cojef nº 16/2010, segue os parâmetros para implantação do benefício: NOME COMPLETO Irene Monato da Silva. FILIAÇÃO Maria Tereza da Silva. REGISTRO GERAL (RG) 1823293-0 SSP/SP. CPF/MF 058.855.768-40. DATA DE NASCIMENTO 24/08/1956. BENEFÍCIO CONCEDIDO Aposentadoria Rural por Idade. DATA DO INÍCIO DO BENEFÍCIO (DIB) 15/10/2012 – DER – data da entrada do requerimento administrativo. 3 - DECLARO a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade da aposentadoria que é substituir a remuneração do trabalhador quando, em razão da idade avançada, não tem condições de exercer atividade laborativa. 4 - Outrossim, em analogia ao art. 4º da Lei n. 10.259/01, CONCEDO a antecipação dos efeitos da tutela, pela própria fundamentação da presente sentença e pelo periculum in mora em decorrência do caráter alimentar das prestações, e DETERMINO a implementação do beneficio no prazo de trinta (30) dias, sob pena de MULTA DIÁRIA que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), Ademais, DECLARO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil. 5 - Os juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% (um por cento) ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. 6 - Ainda, DETERMINO que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida. Sem custas à vista da isenção determinada pela Lei n° 9.289/96, art. 1, § 1º e Lei Estadual n° 7.603/2001. 7 - Por fim, FIXO os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas devidas até esta data, conforme entendimento pacificado na Seção Previdenciária do TRF e no Superior Tribunal de Justiça (Enunciado de súmula 111 – Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre prestações vincendas). 8 - Sem custas, na forma da Lei. 9 - Diante da eventual preclusão da via recursal voluntária, SUBMETA-SE ao reexame necessário se, após a liquidação, o valor da condenação exceder 1.000 (mil) salários mínimos (art. 496, § 3º, do Código de Processo Civil). Após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE com as baixas necessárias. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Colíder/MT, data da assinatura digital. Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000038-24.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
LOURIVAL PEREIRA LIMA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CAMILA EMILY DO NASCIMENTO SOUZA OAB - MT19960/O (ADVOGADO(A))
RICARDO ZEFERINO PEREIRA OAB - MT0012491A-B (ADVOGADO(A))
FREDERICO STECCA CIONI OAB - PR0054275A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1000038-24.2019.8.11.0009. REQUERENTE: LOURIVAL PEREIRA LIMA. REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Vistos, etc. Trata-se de "Ação Previdenciária de Pensão por Morte" movida por Lourival Pereira de Lima, contra o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, ambos devidamente qualificados nos autos. Aduz o requerente, em síntese, que era dependente de seu genitor (de cujus), sendo que este seria segurado da previdência social, aposentado por idade rural e pensionista por morte rural da esposa, preenchendo, desta forma, os requisitos necessários para a concessão do benefício pleiteado. Com a inicial vieram acostados os documentos.

Recebida a inicial, fora deferido o pedido de justiça gratuita, designada audiência de instrução e julgamento bem como determinada a citação da requerida (ID. 17345126). Devidamente citada, a Autarquia requerida apresentou contestação (ID. 19928577), alegando, em síntese, que não restou comprovado à qualidade de segurado especial do requerente bem como do de cujus. Ao final, pugnou pela improcedência dos pedidos formulados na exordial. Em seguida, fora certificado a tempestividade da contestação apresentada pela requerida (ID. 20606407). Na sequência, o requerente apresentou impugnação à contestação (ID. 20711106). Entre um ato e outro, realizou-se a audiência de instrução e julgamento, sendo ouvidas as partes presentes e as testemunhas bem como apresentado alegações finais remissivas à inicial e contestação (ID. 20739291). Permaneceram os autos conclusos para prolação de sentença. É o relatório. FUNDAMENTO E DECIDO. 1 – Inicialmente, quanto à preliminar de prescrição das parcelas vencidas anteriormente ao quinquênio arguida pela requerida na contestação de ID. 19928576, verifica-se que se trata de prejudicial de mérito, incabível no presente feito, uma vez que o ajuizamento da ação se deu em 2018, se reconhecido o direito do autor será a partir de 2018, ano em que ocorreu o requerimento/indeferimento do benefício na via administrativa, não havendo que se falar em quinquênio. 2 - Assim, estando devidamente instruído o feito e não havendo mais preliminares a serem decididas, passo ao julgamento do mérito. O benefício previdenciário de Pensão por Morte é aquele devido aos dependentes do segurado que veio a falecer e tem previsão legal nos artigos 74 a 79 da Lei 8.213/91. Segundo orientação do STF (Cf. ARE 749558-AgR, Rel. Ministro Teori Zavascki, Segunda Turma, DJe 13/10/2014; e ARE 774.760-AgR, Rel. Ministro Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe 11/03/2014), do STJ (Súmula nº 340) e do TRF1ª Região (Cf. AC 0041804-45.2011.4.01.9199/MG, Rel. Desembargadora Federal Ângela Catão, Primeira Turma, e-DJF1 p. 399 de 24/02/2015; e AC 0049088-46.2007.4.01.9199/RO, Rel. Desembargador Federal Cândido Moraes, Segunda Turma, e-DJF1 p. 98 de 21/01/2015), deve-se aplicar, para a concessão de benefício de pensão por morte, a legislação vigente ao tempo do óbito do instituidor. Neste sentido, o art. 16 da Lei 8.213/1991, na redação vigente à época do óbito da instituidora da pensão – 24/03/2018 (certidão de óbito – ID. 17340351, pág. 1) –, enumera as pessoas que são beneficiárias da Previdência Social, na condição de dependentes do segurado, como se vê abaixo: "Art. 16. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado: I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido; II - os pais; III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido; § 1º. A existência de dependente de qualquer das classes deste artigo exclui do direito às prestações os das classes seguintes. § 2º. O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica na forma estabelecida no Regulamento. § 3º. Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado ou com a segurada, de acordo com o § 3º do art. 226 da Constituição Federal. § 4º. A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e a das demais deve ser comprovada." Assim, para que os dependentes do segurado tenham direito à percepção do benefício de pensão por morte, de acordo com o caput do artigo 74 da Lei 8.213/91, é necessária a presença de alguns requisitos, quais sejam: a) o óbito do segurado; b) a qualidade de segurado do falecido; e c) a dependência econômica, que pode ser presumida ou comprovada (art. 16, § 4º da Lei 8.213/1991). De plano, observa-se que o óbito de Cícero Soares Lima, em 24/03/2018, foi devidamente comprovado por meio da certidão de ID. 17340351. Quanto à dependência econômica, in casu, nos termos do art. 16, I, § 4º, da Lei nº 8.213/91, esta é presumida, pois o requerente é filho do de cujus. Acerca da qualidade de segurado, o requerente juntou como início de prova material: a) INFBEN em nome do genitor do autor, constando sua qualidade de segurado especial rural (ID. 17340351); b) a certidão de óbito do genitor do autor, em 2018 (ID. 17340351) e c) Cópia do indeferimento do benefício na via administrativa (ID. 17340354). Ante a realidade fática vivida pelos rurícolas e face à patente hipossuficiência dos trabalhadores do campo, os documentos carreados aos autos servem de início de prova material, pois comprova o exercício de atividade rural por parte do de cujus. Confiramos o seguinte aresto do Tribunal Regional Federal da 1ª Região in verbis: "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO. SEGURADO ESPECIAL. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL CORROBORADA PELA PROVA TESTEMUNHAL. BENEFÍCIO DEVIDO. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DO ENTENDIMENTO FIRMADO PELO STF. 1. (...) 2. A pensão por morte é benefício devido ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer e, para a sua concessão, é indispensável que se prove, no momento do óbito, a qualidade de segurado do instituidor e a condição de dependente econômico(a) do(a) requerente. 3. Para o reconhecimento da condição de segurada especial, cumpre ao interessado comprovar o exercício de atividade rural em regime de economia familiar, mediante início razoável de prova material, complementada pela prova oral (art. 39, I ou art. 143 c/c art. 55, § 3º, da Lei nº 8.213/91 e Súmulas nº 27/TRF1ª Região e 149/STJ - precedente: TRF1 - Segunda Turma, AC nº 1998.01.00.019654-3/MG, in DJ de 19.10.2006). A jurisprudência do STJ admite, inclusive, que essa comprovação seja feita com base em dados do registro civil, como em certidão de casamento ou de nascimento dos filhos e, ainda, em assentos de óbito, no caso de pensão, em suma, por meio de quaisquer documentos que contenham fé pública, o que é extensível, inclusive, ao cônjuge do segurado (cf. REsp 1081919/PB, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 02.06.2009, DJe 03.08.2009). (...) (Apelação Cível nº 0055465-18.2016.4.01.9199/GO, 1ª Câmara Regional Previdenciária da Bahia - TRF da 1ª Região, Rel. Cristiano Miranda de Santana. j. 15.12.2017, unânime, e-DJF1 27.02.2018). (Grifo meus) As testemunhas ouvidas na audiência de instrução foram claras ao afirmarem que o falecido era genitor do requerente, e inclusive trabalhavam juntos em labores rurais, descrevendo as atividades desenvolvidas à época. Vejamos (20739291): "Que é conhecido do autor há 20 anos. Que conheceu o autor quando este estava colhendo algodão, há muitos anos atrás. Que o autor é considerado o maior colhedor de algodão da região. Que o autor sofreu um AVC. Que o autor dependia de seus genitores para sobreviver. Que em razão de sua enfermidade, o autor não conseguiu mais exercer seu labor habitual. Que o autor toma medicação. Que não sabe se o autor faz tratamento fora do município. Que o autor mora com sua irmã no vilarejo. Que sua irmã quem ajuda o autor. Que o autor não tem veículos. Que o autor depende de taxi para vir para a cidade. Que o taxi passa somente duas vezes na semana na região." (sic) Thomaz Alexandre Calvi. "Que é conhecido do autor há 25 anos. Que o autor antes de sofrer um AVC trabalhava no meio rural. Que o autor morava com os pais no sítio. Que atualmente o autor mora com a irmã em razão de sua enfermidade. Que quem ajuda o autor é a sua irmã. Que anteriormente o pai e a irmã quem cuidava do autor. Que o autor necessita de ajuda. Que não tem carro nem moto. Que o autor anda de ônibus. Que os pais do autor moravam com ele e sua irmã. Que o autor dependia de seu pai para seus afazeres. Que o autor faz tratamento em Colíder. Que o autor faz fisioterapia." (sic) Jolimar Felisbino Teixeira. Portanto, havendo prova documental suficiente à caracterização de início de prova material, corroborada por prova testemunhal, é de se considerar plenamente comprovado o exercício da atividade rural. Sobre o período de carência, segundo conceito insculpido no artigo 24 da Lei 8.213/91, é "o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências". A propósito, para concessão de pensão por morte de trabalhador rural, a Lei nº 8.213/91, se exige apenas a demonstração da qualidade de segurado do falecido e a condição de dependente do beneficiário, independentemente de carência ou de recolhimento de contribuições, conforme dispõe o art. artigo 26, III, e art. 39, I, da Lei n. 8.213/91. D' outra banda, no que tange ao termo inicial do benefício, consoante entendimento jurisprudencial, no caso dos autos tenho que é devido o pagamento da Pensão por Morte desde a data do óbito (DER - 29/10/2015 – fl. 18 e 33). Nesse toada, é o entendimento jurisprudencial Pátrio, conforme acórdão que ora transcrevo: "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. REQUISITOS. ÓBITO. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. QUALIDADE DE SEGURADO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. IRRELEVÂNCIA. TERMO INICIAL. CONSECTÁRIOS LEGAIS. IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO. (...) 5. O termo inicial do benefício de pensão por morte deve ser fixado de acordo com as Leis vigentes por ocasião do óbito. Antes da Lei nº 9.528/97, de 10/12/1997, o benefício era devido a contar do falecimento, independente da data do requerimento. A partir do advento dessa Lei, a pensão por morte passou a ser devida: A) a contar do óbito, quando requerida até trinta dias depois deste; b) do requerimento, quando pleiteada após o prazo mencionado. 6. Em se tratando de obrigação de trato sucessivo e de verba alimentar, não há falar em prescrição do fundo de direito. Contudo, são atingidas pela prescrição as parcelas vencidas

antes do quinquênio anterior à propositura da ação, conforme os termos do parágrafo único do art. 103 da Lei nº 8.213/91 e da Súmula nº 85/STJ. 7. (...) (TRF 4ª R.; AC 0012757-62.2014.404.9999; PR; Quinta Turma; Rel. Des. Fed. Roger Raupp Rios; Julg. 25/10/2016; DEJF 14/11/2016)." (Grifos meus). Assim, comprovados os requisitos legais para obtenção do benefício da pensão por morte, imperiosa se faz a procedência dos pedidos contidos na presente actio. Ex positis, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado à inicial, e o faço para CONDENAR o Instituto Nacional do Seguro Social ao pagamento da Pensão por Morte ao requerente Lourival Pereira Lima, equivalente a um (01) salário mínimo mensal, a partir da data do óbito do instituidor da pensão (24/03/2018 – ID. 17340351), uma vez que o requerimento administrativo se deu em 23/04/2018, antes do prazo de 90 (noventa) dias, a teor do artigo 74, I, da Lei nº 13.846/2019, devidamente atualizado, nos termos dos parâmetros para implantação do benefício, nos termos do art. 80, parágrafo único, III, "g", da Resolução /Presi/Cojef nº 16/2010: Número do CPF: 812.868.051-04. Número da CI/RG: 964-769. Nome da Mãe: Aquilina Pereira Lima. Nome do dependente: Lourival Pereira Lima. Endereço: Comunidade Zé Reis, Zona Rural, CEP: 78500-000, Colíder/MT. Benefício concedido: Pensão por morte. DIB: 24/03/2018 – data do óbito do instituidor da pensão. 3 - DECLARO a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade da pensão por morte que é amparar os dependentes do trabalhador quando, em razão do falecimento, não tem condições de sobreviver sem o auxílio da sustentadora "de cujus". Outrossim, em analogia ao art. 4º da Lei n. 10.259/01, CONCEDO a antecipação dos efeitos da tutela, pela própria fundamentação da presente sentença e pelo periculum in mora em decorrência do caráter alimentar das prestações, e DETERMINO a implementação do beneficio no prazo de trinta (30) dias, sob pena de MULTA DIÁRIA que FIXO em R$ 500,00 (quinhentos reais). Outrossim, OFICIE-SE o INSS – APSADJ – Agência da Previdência Social de Atendimento às Demandas Judiciais para realizar o cumprimento da presente decisão. Ademais, DECLARO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil. Os juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% (um por cento) ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. 3 - Ainda, DETERMINO que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida. Sem custas à vista da isenção determinada pela Lei n° 9.289/96, art. 1, § 1º e Lei Estadual n° 7.603/2001. 4 - Por fim, FIXO os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas devidas até esta data, conforme entendimento pacificado na Seção Previdenciária do TRF e no Superior Tribunal de Justiça (Enunciado de súmula 111 – Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre prestações vincendas). 5 - Sem custas, na forma da Lei. 6 - Interposto recurso de apelação, independentemente de análise dos requisitos de admissibilidade da insurgência, nos termos dos arts. 994 a 1.014 do Código de Processo Civil, INTIME-SE para as contrarrazões. Vencido o prazo, com ou sem elas, subam os autos sem demora ao Tribunal Regional Federal, com as nossas homenagens. 7 - Preclusas as vias recursais, o que deverá ser certificado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas e anotações devidas, se nada for requerido em quinze (15) dias. 8 - Diante da eventual preclusão da via recursal voluntária, submeta-se ao reexame necessário se, após a liquidação, o valor da condenação exceder 1.000 (mil) salários mínimos (art. 496, § 3º do Código de Processo Civil). Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Colíder/MT, data da assinatura digital. Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001783-73.2018.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
JORGE TIMOTEO DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO ZEFERINO PEREIRA OAB - MT0012491A-B (ADVOGADO(A))
FREDERICO STECCA CIONI OAB - PR0054275A (ADVOGADO(A))
CAMILA EMILY DO NASCIMENTO SOUZA OAB - MT19960/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1001783-73.2018.8.11.0009. AUTOR(A): JORGE TIMOTEO DOS SANTOS RÉU: INSS Vistos, etc. Jorge Timóteo dos Santos ajuizou Ação Previdenciária de Aposentadoria por Idade Rural em face do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, alegando, em síntese, possuir todos os requisitos necessários para perceber o benefício pleiteado. Com a inicial vieram os documentos. Ao ID. 15866575, recebida a inicial, momento em que foi deferido a gratuidade da justiça, indeferido a tutela antecipada, determinada a citação do requerido bem como designada audiência de instrução e julgamento. Citada, a parte requerida apresentou contestação ao ID. 17379299, alegando em síntese, que o requerente não preenche os requisitos necessários para perceber o benefício pleiteado, ao final pugnou pela improcedência da ação. Em seguida, ao ID. 17748817, a parte requerente manifestou-se nos autos impugnando os argumentos lançados na contestação de ID. 17379299. Ao ID. 18004901 fora certificado a tempestividade da contestação apresentada pela requerida ao ID. 17379299. Por fim, a instrução ocorreu ao ID. 19677394, sendo ouvidas as testemunhas presentes e apresentado alegações finais remissivas à inicial pela autora, reiterando o pedido de concessão de tutela antecipada. Permaneceram os autos conclusos para prolação de sentença. É o relatório. FUNDAMENTO E DECIDO. 1 - Inicialmente, quanto à preliminar de prescrição das parcelas vencidas anteriormente ao quinquênio arguida pela requerida na contestação de ID. 17379305, verifica-se que se trata de prejudicial de mérito, incabível no presente feito, uma vez que o ajuizamento da ação se deu em 2018, se reconhecido o direito do autor será a partir de 2016, ano em que ocorreu o requerimento/indeferimento do benefício na via administrativa, não havendo que se falar em quinquênio. Assim, estando devidamente instruído o feito e não havendo mais preliminares a serem decididas, passo ao julgamento do mérito. 2 – Destarte, como relatado, trata-se de ação previdenciária de aposentadoria rural por idade, na qual a parte autora pretende o reconhecimento de sua condição rurícola, bem como de todos os requisitos para a concessão do benefício pleiteado. A concessão do benefício de aposentadoria por idade ao trabalhador rural exige o preenchimento de três requisitos legais: (a) idade mínima de 55 anos, se mulher, e 60 anos, se homem (art. 201, § 7º, II, da CF/88, e art. 48, § 1º, da Lei n° 8.213/91); (b) carência, traduzida no efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido (art. 48, § 2º, da Lei n. 8.213/91), com especial atenção à tabela de transição contida no artigo 142 da mesma lei, e; (c) qualidade de segurado especial no curso do prazo fixado no item anterior, segundo o conceito descrito no art. 11, VII, e § 1º, da Lei n. 8.213/91. O requerente, nascido em 19/03/1956 (ID. 15780349, pág. 2), atingiu a idade mínima necessária para se aposentar no ano de 2016, cabendo-lhe ainda demonstrar por início de prova material corroborado com prova testemunhal o efetivo exercício de atividade rural. No que pertine à carência, deve o requerente ainda demonstrar que o exercício de atividade rural na condição de segurada especial, à luz do artigo 142 da Lei n° 8.213/91, deu-se no prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) meses, imediatamente da data em que completou a idade mínima (aquisição do direito à aposentadoria), caso o pedido de benefício houver sido formulado após a cessação da atividade rural (AC nº 2007.01.99.012440-5/MT, rel. Juiz Federal Cleberson José Rocha (conv), DJ de 28/06/2007, p. 34). Nesse tema, consoante o artigo 55, § 3º, da Lei n° 8.213/91, a comprovação do tempo de serviço rural só produzirá efeito quando baseada em início razoável de prova material, contemporânea à época dos fatos alegados, não se exigindo que esta prova inicial corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício (Súmulas 14 e 34 da Turma Nacional de Uniformização e Súmula 5 da Primeira Turma de Rondônia, DJ-RO de 23/11/2006), devidamente corroborada por prova testemunhal produzida em juízo, se for necessária. No caso em tela, o requerente juntou como início de prova material: a) Certidão de casamento constando a profissão do autor como "lavrador", ano de 1989 (ID. 15780350, pág. 1); b) Contrato particular de compromisso de compra e venda em nome do autor, constando sua profissão como "agricultor", ano de 1989 (ID. 15780350, pág. 2/3); c) CTPS do autor, constando que realizou atividades rurais em diversas fazendas pelos períodos de 1990 a 2003 (ID.

15780350, pág. 5/6); d) CNIS em nome do autor, onde consta que a requerida reconheceu períodos de atividade especial rural (ID. 15780350, pág. 7); e) Notas fiscais em nome do autor referente a compra de vacinas e produtos para manejo de seu gado, compras de gado, nos anos de 1994 – 1995 – 1999 – 2000 – 2001 – 2002 – 2003 – 2004 – 2006 – 2007 – 2008 – 2009 – 2010 – 2011 – 2012 – 2013 – 2015 – 2016 (ID. 15780352, pág. 1/11); f) Cópia do indeferimento administrativo (ID. 15780360, pág. 1/2), entre outros. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento que o início de prova material não abrangera necessariamente o número de meses idênticos à carência do benefício no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, como no caso dos autos. E ainda, parco o início de prova material, se a prova testemunhal for capaz de ampliar a eficácia probatória ao tempo da carência, vinculando-se a carência, será devido o benefício de aposentadoria rural por idade. Vale destacar que esta prova material exigida pela lei não precisa ser exaustiva, isto é, correspondente a todo o período de carência, bastando que seja incipiente e razoável, e que traga a potencialidade da certeza quanto aos fatos narrados pelo segurado, lembrando sempre as sérias dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais para constituir prova material, em face de sua ingenuidade típica e da falta de conhecimento quanto aos seus direitos (Precedentes do STJ: REsp 616828/CE, rel. Min. Jorge Scartezzini, DJU de 02.08.2004, p. 550, e EREsp 448813/CE, rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJU de 02.03.2005, p. 185). Logo, o informante e a testemunha ouvidos na audiência de instrução foram uníssonas em confirmar o trabalho rurícola do requerente desde longa data, senão vejamos (ID. 19677394): "Que conheceu o autor em 1994. Que o autor já trabalhou com lavoura e roçadas. Que atualmente o autor cria gado leiteiro. Que o autor já trabalhou em Nova Canaã do Norte/MT. Que a esposa do autor permaneceu no sítio. Que o autor já trabalhou em uma cooperativa com leite. Que o autor depende da renda do sítio. Que o autor não tem casa na cidade. Que tem uma caminhonete antiga e usada. Que não tem empregados nem maquinários no sítio." - informante - (SIC) Justino Alegar da Silva. "Que é conhecido do autor há 18 anos. Que a testemunha chegou primeiro que o autor na comunidade. Que o autor cria gado leiteiro e de corte. Que o autor sobrevive da renda do sítio. Que teve um período em que o autor trabalhou em Nova Canaã do Norte/MT em uma fazenda. Que o autor trabalhou na fazenda Teles Pires. Que o autor sempre trabalhou no sítio juntamente com sua esposa. Que o autor não tem casa própria. Que tem uma caminhonete velha. Que não tem empregados nem maquinários." (SIC) José da Costa Clementino. Insta salientar que "a oitiva de testemunha como informante não retira a validade e licitude da aludida prova, cabendo ao julgador avaliar com prudência a credibilidade do relato colhido" (TJ-PR - AI: 5207354 PR 0520735-4, Relator: Ruy Muggiati, Data de Julgamento: 29/10/2008, 18ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 7748). Ademais, vale destacar que a interpretação do art. 11, VII, § 1º, da Lei n. 8.213/91 é cristalina na medida em que privilegia uma pequena parcela de pessoas, colocando-as numa situação excepcional, à medida que isenta esse grupo de apresentarem perante a previdência contribuições, bastando para tanto a comprovação do equivalente em exercício da atividade rural ao período de carência. (art. 39, I c/c art. 142 da Lei n° 8.213/91). Por economia familiar entende-se que o trabalho dos membros deve ser indispensável para subsistência, com mútua dependência e colaboração, não podendo haver auxílio permanente de empregados na exploração da atividade ou mesmo o emprego maquinários agrícolas no cultivo da terra. Além disso, cumpre ressaltar o recente entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça e descrito na Súmula 577, in verbis: "É possível reconhecer o tempo de serviço rural anterior ao documento mais antigo apresentado, desde que amparado em convincente prova testemunhal colhida sob o contraditório." (Súmula 577 STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/06/2016, DJe 27/06/2016) O Informante e a testemunha ouvidos em juízo informaram que o autor, por muito tempo, morou e trabalhou na zona rural, exercendo labor rural, sendo que estas atividades eram desenvolvidas em regime de economia familiar, não possuindo qualquer maquinário agrícola ou auxílio de empregados, exercendo sua atividade de forma manual. Sem sombra de dúvidas a lide do autor era rural e em regime de economia familiar. De acordo com o que dispõe o inciso VII, do artigo 11 da Lei nº 8.213/91, é segurado especial a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade agropecuária, ou, de seringueiro, ou, de extrativista vegetal, bem como, o pescador artesanal ou a este assemelhado e, ainda, o cônjuge ou companheiro, o filho maior de 16 (dezesseis) anos de idade, dos segurados citados, que trabalhem com o grupo familiar respectivo (Redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008). Ou seja, ainda que considerado como trabalhador rural individual, sua situação encontra guarida no permissivo legal referido. Demais disso, em que pese a louvável manifestação da requerida em sua peça de defesa de que o autor não possui qualidade de segurado especial rural, tenho que tais argumentos não prosperam, isso porque o autor por toda sua vida realizou atividade rural em diversas fazendas, como se denota em sua CTPS (ID. 15780350, pág. 5/6) e CNIS (ID. 15780350, pág. 7 e 17379305, pág. 2). Ademais, verifica-se ainda que sua esposa percebeu auxílio-doença na condição de segurada especial rural, conforme CNIS de ID. 17379305, pág. 6, portanto, confirmando a qualidade rurícola do autor e de sua esposa. No tocante as notas fiscais apresentadas pelo requerente, tenho que são suficientes para comprovarem a atividade rural deste, bem como para demonstrar que anualmente foram realizadas compras e vendas de cabeças de gado, para fins de garantia de subsistência própria e de sua família e, também, o manejo de seu gado. Por fim, em relação aos veículos em nome do autor (uma moto HONDA/CG 125 TITAN – ano 1998 e uma caminhonete FORD/F1000 – ano 1987) vejo que se tratam de veículos usados, antigos e de baixo valor de mercado. Pois bem. Comprovado os requisitos legais para obtenção do benefício da aposentadoria por idade, imperiosa se faz a procedência dos pedidos contidos na presente actio. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DE APOSENTADORIA RURAL POR IDADE, para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ao pagamento da aposentadoria rural por idade ao Sr. Jorge Timóteo dos Santos, na base de um salário mínimo mensal, assegurando-lhe o pagamento das parcelas vencidas e devidas desde a data do requerimento indeferido na via administrativa (DER – 22/03/2016 – Ids. 15780360, pág. 1 e 17379305, pág. 3), devidamente atualizadas. Nos termos do art. 80, parágrafo único, III, "g",da Resolução Presi/Cojef nº 16/2010, segue os parâmetros para implantação do benefício: NOME COMPLETO Jorge Timóteo dos Santos. NOME DA MÃE Rosa Martins dos Santos. REGISTRO GERAL (RG) 2012415 SSP/PR. CPF/MF 280.130.349-68. DATA DE NASCIMENTO 19/03/1956. BENEFÍCIO CONCEDIDO Aposentadoria Rural por Idade. DATA DO INÍCIO DO BENEFÍCIO (DIB) 22/03/2016 – DER - data do requerimento administrativo. 3 - DECLARO a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade da aposentadoria que é substituir a remuneração do trabalhador quando, em razão da idade avançada, não tem condições de exercer atividade laborativa. 4 - Outrossim, em analogia ao art. 4º da Lei n. 10.259/01, CONCEDO a antecipação dos efeitos da tutela, pela própria fundamentação da presente sentença e pelo periculum in mora em decorrência do caráter alimentar das prestações, e DETERMINO a implementação do beneficio no prazo de trinta (30) dias, sob pena de MULTA DIÁRIA que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais). Ademais, DECLARO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil. 5 - Os juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% (um por cento) ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. 6 - Ainda, DETERMINO que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida. Sem custas à vista da isenção determinada pela Lei n° 9.289/96, art. 1, § 1º e Lei Estadual n° 7.603/2001. 7 - Por fim, FIXO os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas devidas até esta data, conforme entendimento pacificado na Seção Previdenciária do TRF e no Superior Tribunal de Justiça (Enunciado de súmula 111 – Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre prestações vincendas). 8 - Sem custas, na forma da lei. 9 - Diante da eventual preclusão da via recursal voluntária, SUBMETA-SE ao reexame necessário se, após a liquidação, o valor da condenação exceder 1.000 (mil) salários mínimos (art. 496, § 3, do Código de Processo Civil). Após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE com as baixas necessárias.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Colíder/MT, data da assinatura digital. Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001822-70.2018.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
ALENI SILVINA COSTA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CAMILA EMILY DO NASCIMENTO SOUZA OAB - MT19960/O (ADVOGADO(A))
FREDERICO STECCA CIONI OAB - PR0054275A (ADVOGADO(A))
RICARDO ZEFERINO PEREIRA OAB - MT0012491A-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1001822-70.2018.8.11.0009. AUTOR(A): ALENI SILVINA COSTA RÉU: INSS Vistos, etc. Aleni Silvina Costa ajuizou "Ação Previdenciária de Aposentadoria por Idade Rural" em face do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, alegando, em síntese, possuir todos os requisitos necessários para perceber o benefício de aposentadoria rural por idade. Com a inicial vieram os documentos. Ao ID 15947192, recebida a inicial, momento em que foi deferido a gratuidade da justiça, indeferido a tutela antecipada, determinada a citação do requerido bem como designada audiência de instrução e julgamento. Citada, a Autarquia ré apresentou contestação ao ID 17764667, alegando, em síntese, que a autora não preenche os requisitos necessários para perceber o benefício pleiteado. Ao final, pugna pela improcedência da ação. Ao ID. 18006206, fora certificado a tempestividade da contestação apresentada pela requerida ao ID. 17764667. Por fim, realizada audiência de instrução e julgamento, ao ID 19832231, sendo ouvidas as testemunhas presentes e após, fora apresentada alegações finais remissivas à inicial pela parte autora, pugnando pela concessão de tutela antecipada. Permaneceram os autos conclusos para prolação de sentença. É o relatório. FUNDAMENTO E DECIDO. 1 - Inicialmente, quanto à preliminar de prescrição das parcelas vencidas anteriormente ao quinquênio arguida pela requerida na contestação de ID. 17764672, verifica-se que se trata de prejudicial de mérito, incabível no presente feito, uma vez que o ajuizamento da ação se deu em 2018, se reconhecido o direito da autora será a partir de 2018, ano em que ocorreu o requerimento/indeferimento do benefício na via administrativa, não havendo que se falar em quinquênio. 2 - Assim, estando devidamente instruído o feito e não havendo mais preliminares a serem decididas, passo ao julgamento do mérito. Como relatado, trata-se de ação previdenciária de aposentadoria rural por idade, na qual a parte autora pretende o reconhecimento de sua condição rurícola, bem como de todos os requisitos para a concessão do benefício pleiteado. A concessão do benefício de aposentadoria por idade ao trabalhador rural exige o preenchimento de três requisitos legais: (a) idade mínima de 55 anos, se mulher, e 60 anos, se homem (art. 201, § 7º, II, da CF/88, e art. 48, § 1º, da Lei n° 8.213/91); (b) carência, traduzida no efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido (art. 48, § 2º, da Lei n° 8.213/91), com especial atenção à tabela de transição contida no artigo 142 da mesma lei, e; (c) qualidade de segurado especial no curso do prazo fixado no item anterior, segundo o conceito descrito no art. 11, VII, e § 1º, da Lei n° 8.213/91. A requerente, nascida em 27/12/1962 (ID. 15871497, pág. 3), atingiu a idade mínima necessária para se aposentar no ano de 2017, cabendo-lhe ainda demonstrar por início de prova material corroborado com prova testemunhal o efetivo exercício de atividade rural. No que pertine à carência, deve a requerente ainda demonstrar que o exercício de atividade rural na condição de segurada especial, à luz do artigo 142 da Lei n° 8.213/91, deu-se no prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) meses, imediatamente da data em que completou a idade mínima (aquisição do direito à aposentadoria), caso o pedido de benefício houver sido formulado após a cessação da atividade rural (AC nº. 2007.01.99.012440-5/MT, rel. Juiz Federal Cleberson José Rocha (conv), DJ de 28/06/2007, p. 34). Nesse tema, consoante o artigo 55, § 3º, da Lei n° 8.213/91, a comprovação do tempo de serviço rural só produzirá efeito quando baseada em início razoável de prova material, contemporânea à época dos fatos alegados, não se exigindo que esta prova inicial corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício (Súmulas 14 e 34 da Turma Nacional de Uniformização e Súmula 5 da Primeira Turma de Rondônia, DJ-RO de 23/11/2006), devidamente corroborada por prova testemunhal produzida em juízo, se for necessária. No caso em tela, a requerente juntou como início de prova material: a) Declaração de Exercício de Atividade Rural em seu nome, ano 2.018 (ID. 15871498, pág. 1/6); b) Certidão de casamento constando a profissão de seu marido na condição de "lavrador" desde 1.980, o termo fora lavrado no ano 2.014 (ID. 15871500, pág. 1); c) Carteira de Sócio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colíder/MT em seu nome (ID. 15871500, pág. 2); d) Carteira de Sócio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colíder/MT em nome de seu marido, ano de 1.982 (ID. 15871500, pág. 3); e) Receituário Agronômico em nome de seu marido, ano de 2014 (ID. 15871500, pág. 6); f) Declaração do I.N.C.R.A. de Colíder/MT em nome de seu marido, constando sua profissão como "agricultor" bem como que é parceleiro de um lote rural na Comunidade P.A. Veraneio, ano de 2.000 (ID. 15871500, pág. 7); g) Cupom Fiscal em nome de seu marido referente a compra de vacinas para o gado, anos de 1.999 a 2004 (ID. 15871504, pág. 1/5); h) Notas Fiscais de Produtor Rural em nome de seu marido referente a compras de bezerras, anos de 2.002 – 2.003 (ID. 15871504, pág. 6/7); i) Notas Fiscais em nome de seu marido referente a compra de um cortador de grama, Enxada, Calcário, adubo, comedouro para aves, produtos agropecuários para manejo do gado, ano de 2.018 (ID. 15871504, pág. 11); j) Declaração de transporte avulso de bovinos em nome de seu marido, ano de 2.002 (ID. 15871504, pág. 12); k) Guia de trânsito animal em nome de seu marido, ano de 2.002 e 2.013 (ID. 15871504, pág. 13/14); l) Cópia do indeferimento do pedido na via administrativa (ID. 15871511, pág. 1), entre outros. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento que o início de prova material não abrangera necessariamente o número de meses idênticos à carência do benefício no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, como no caso dos autos. E ainda, parco o início de prova material, se a prova testemunhal for capaz de ampliar a eficácia probatória ao tempo da carência, vinculando-se a carência, será devido o benefício de aposentadoria rural por idade. Vale destacar que esta prova material exigida pela lei não precisa ser exaustiva, isto é, correspondente a todo o período de carência, bastando que seja incipiente e razoável, e que traga a potencialidade da certeza quanto aos fatos narrados pelo segurado, lembrando sempre as sérias dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais para constituir prova material, em face de sua ingenuidade típica e da falta de conhecimento quanto aos seus direitos (Precedentes do STJ: REsp 616828/CE, rel. Min. Jorge Scartezzini, DJU de 02.08.2004, p. 550, e EREsp 448813/CE, rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJU de 02.03.2005, p. 185). Não menos importantes são os julgados recentes proferidos pelo TRF1, senão vejamos: "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURAL COMPROVADA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. IDADE MÍNIMA. TERMO A QUO. JUROS DE MORA. CORREÇÃO MONETÁRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CUSTAS. 1. Comprovada a qualidade de trabalhador rural mediante início de prova material devidamente corroborada pela prova testemunhal produzida em Juízo, e a implementação do requisito etário exigido, deve ser reconhecido o direito da parte autora à percepção do benefício. 2. A qualificação de lavrador constante de certidão de casamento é válida como início de prova documental, e estende-se ao seu núcleo familiar. Precedentes. 3. O benefício previdenciário será devido a partir da data do requerimento administrativo (Lei nº 8.213/1.991, em seu artigo 49, I, b) observada a prescrição quinquenal. À míngua de requerimento administrativo, o termo inicial deve ser a data da citação, conforme entendimento firmado pelo e. STJ nos autos do recurso representativo da controvérsia RESP 1369165/SP, publicado em 07.03.2014, sendo vedada a reformatio in pejus. (...) (Apelação Cível nº 0060641-51.2011.4.01.9199/MG, 1ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Carlos Augusto Pires Brandão. j. 24.01.2018, unânime, e-DJF1 07.03.2018). (Grifo nosso). "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO E CONSTITUCIONAL. APOSENTADORIA POR IDADE. RURÍCOLA. EXISTÊNCIA DE RAZOÁVEL INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. SENTENÇA REFORMADA. CONSECTÁRIOS. 1. Comprovada a qualidade de trabalhador rural mediante início de prova material devidamente corroborada pela prova testemunhal produzida em Juízo, e a implementação do requisito etário exigido, deve ser reconhecido o direito do segurado à percepção do benefício. 2. No caso concreto, foram juntados aos autos, certidão de casamento da autora, celebrado em 1972, constando a condição de

rurícola do cônjuge, condição extensível à esposa e anotações na CTPS dela como "safrista" o que, aliado à prova testemunhal, comprova a qualidade de segurada da apelante. 3. O benefício previdenciário será devido a partir da data do requerimento administrativo (Lei nº 8.213/1991, em seu artigo 49, I, b) observada a prescrição quinquenal. À míngua de requerimento administrativo, o termo inicial deve ser a data da citação, conforme entendimento firmado pelo e. STJ nos autos do recurso representativo da controvérsia REsp 1.369.165/SP, publicado em 07.03.2014, sendo vedada a reformatio in pejus. (...) (Apelação Cível nº 0058995-98.2014.4.01.9199/MG, 1ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Convocado Carlos Augusto Pires Brandão. j. 18.03.2015, unânime, e-DJF1 15.04.2015) - (Grifos nosso) Ademais, não bastassem às provas documentais carreadas, as testemunhas e o informante ouvidos na audiência de instrução confirmaram o trabalho rurícola da autora desde longa data, senão vejamos (ID. 1 19832231): "Que é conhecido da autora desde 1.981. Que a autora morava na Comunidade São Geraldo e logo após se mudou para Nova Canaã do Norte/MT, na Comunidade Colorado. Que a autora está atualmente morando em Colíder/MT, em uma chácara, na Comunidade P.A. Veraneio. Que a autora sempre trabalhou no meio rural com roçadas. Que plantam arroz, milho, feijão e hortaliças. Que a testemunha já viu a autora trabalhando diretamente na lida do campo. Que não tem empregados nem maquinários para auxiliá-los. Que a autora não tem propriedades em meio urbano. Que tem uma caminhonete antiga. Que tem uma Mitsubishi ano 2008." (SIC) José Aparecido de Oliveira de Sá. "Que conhece a autora desde 1.976. Que a testemunha e a autora foram vizinhas na comunidade São Geraldo. Que a testemunha chegou primeiro que a autora na comunidade. Que já viu a autora trabalhando diretamente na lida do campo. Que a autora tem uma chácara próxima à cidade. Que não tinham empregados nem maquinários para o exercício das atividades rurais. Que dependem da renda da roça. Que trabalhava com seu marido fazendo roçadas, plantando milho, arroz, batata, mandioca. Que criam pequenos animais, como galinhas. Que tem uma caminhonete antiga. Que não tem casa no meio urbano." (SIC) Creuza Toniato Batista. "Que é conhecido da autora desde 1.975. Que a autora morava juntamente com seus pais em um sítio. Que a autora morava na comunidade São Geraldo. Que plantavam arroz, milho, feijão, etc. Que testemunha se mudou para a Comunidade Colorado em seguida a autora se mudou para a mesma região. Que a autora atualmente reside em uma chácara em Colíder/MT. Que a autora sempre morou e trabalhou na zona rural. Que não sabe se a autora já trabalhou no meio urbano. Que a autora nunca teve ajuda de funcionários. Que não tinha maquinários para auxiliar no trabalho rural. Que sempre foi braçal. Que não tem casas na cidade. Que tem uma caminhonete bem velha. Que atualmente a autora produz legumes, mandiocas, milhos, amendoim na chácara. Que criam porcos e galinhas." (SIC) - informante - Pedro da Silva. Ademais, vale destacar que a interpretação do art. 11, VII, § 1º, da Lei n. 8.213/91 é cristalina na medida em que privilegia uma pequena parcela de pessoas, colocando-as numa situação excepcional, à medida que isenta esse grupo de apresentarem perante a previdência contribuições, bastando para tanto a comprovação do equivalente em exercício da atividade rural ao período de carência. (art. 39, I c/c art. 142 da Lei n° 8.213/91). Por economia familiar entende-se que o trabalho dos membros deva ser indispensável para subsistência, com mútua dependência e colaboração, não podendo haver auxílio permanente de empregados na exploração da atividade ou mesmo o emprego maquinários agrícolas no cultivo da terra. Além disso, cumpre ressaltar o recente entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça e descrito na Súmula 577, in verbis: "É possível reconhecer o tempo de serviço rural anterior ao documento mais antigo apresentado, desde que amparado em convincente prova testemunhal colhida sob o contraditório." (Súmula 577 STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/06/2016, DJe 27/06/2016) A informante e as testemunhas ouvidas em juízo informaram que a autora, por muito tempo, morou e trabalhou na zona rural, exercendo labor rural, sendo que estas atividades eram desenvolvidas em regime de economia familiar, não possuindo qualquer maquinário agrícola ou auxílio de empregados, exercendo sua atividade de forma manual. Sem sombra de dúvidas a lide da autora era rural e em regime de economia familiar. De acordo com o que dispõe o inciso VII, do artigo 11 da Lei nº 8.213/91, é segurada especial a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade agropecuária, ou, de seringueiro, ou, de extrativista vegetal, bem como, o pescador artesanal ou a este assemelhado e, ainda, o cônjuge ou companheiro, o filho maior de 16 (dezesseis) anos de idade, dos segurados citados, que trabalhem com o grupo familiar respectivo (Redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008). Ou seja, ainda que considerado como trabalhador rural individual, sua situação encontra guarida no permissivo legal referido. Demais disso, em que pese a louvável argumentação lançada na contestação de ID. 17764672, esta não merece prosperar, eis que ao dedilhar os autos verifico que a autora exerceu atividade laborativa em meio urbano durante curto período, o que por si só não descaracteriza a sua qualidade de segurada especial rural. Nesse sentido: EMENTA: DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. IDADE MÍNIMA ATINGIDA PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. TRABALHO RURAL COMPROVADO. EXERCÍCIO DE LABOR URBANO INTERCALADO OU CONCOMITANTE À ATIVIDADE RURAL NÃO DESCARACTERIZA A QUALIDADE DE SEGURADO ESPECIAL. 1. [...] 2. [...] 3. [...] 4 – O trabalho urbano, intercalado ou concomitante ao labor rural, por si só não descaracteriza a condição de segurado especial. 5. [...] (TRF-4 AC: 50176541420154049999 5017654-14.2015.404.9999, Relator: (Auxílio Paulo Afonso) TAÍS SCHILLING FERRAZ, Data de Julgamento: 25/08/2015, QUINTA TURMA)." (negritei e sublinei). Além disso, vejo que o marido da autora nunca verteu contribuição em meio urbano (CNIS de ID. 17764672, pág. 5), e além do mais, as testemunhas ouvidas em juízo afirmaram o labor rural desempenhado por eles em regime de economia familiar, o que confirma, dessa forma, a qualidade de rurícola da autora. Destarte, comprovados os requisitos legais para obtenção do benefício da Aposentadoria por Idade Rural, imperiosa se faz a procedência dos pedidos contidos na presente actio. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, e o faço para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ao pagamento de Aposentadoria rural por Idade à autora, Sra. Aleni Silvina Costa, na base de um salário mínimo mensal, assegurando-lhe o pagamento das parcelas vencidas e devidas, desde a data do requerimento indeferido na esfera administrativa (DER – 05/01/2018 - ID. 15871511, pág. 1/2), devidamente atualizados. Nos termos do art. 80, parágrafo único, III, "g",da Resolução Presi/Cojef nº 16/2010, segue os parâmetros para implantação do benefício: Número da CI/RG: 0979126-4 SSP/MT. Número do CPF: 888.808.861-49. Data de nascimento: 27/12/1962. Nome do segurado: Aleni Silvina Costa. Filiação: Geralda Silvina Batista e José Francisco Batista. Endereço da segurada: Rua Jaiara, S/N., Chácara Tradição, Fundo Loteamento Barbieiro, Setor Norte, Zona Rural, 78.500-000, Colíder/MT. Benefício concedido: Aposentadoria Rural por Idade. DIB: 05/01/2018 – data do requerimento administrativo – DER. Renda mensal: salário-de-benefício. Prazo para cumprimento da sentença: 30 (trinta) dias. 3 - DECLARO a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade da aposentadoria que é substituir a remuneração do trabalhador quando, em razão da idade avançada, não tem condições de exercer atividade laborativa. 4 - Outrossim, em analogia ao art. 4º da Lei n. 10.259/01, CONCEDO a antecipação dos efeitos da tutela, pela própria fundamentação da presente sentença e pelo periculum in mora em decorrência do caráter alimentar das prestações, e DETERMINO a implementação do beneficio no prazo de trinta (30) dias, sob pena de MULTA DIÁRIA que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), Ademais, DECLARO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil. 5 - Os juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% (um por cento) ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. 6 - Ainda, DETERMINO que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida. Sem custas à vista da isenção determinada pela Lei n° 9.289/96, art. 1, § 1º e Lei Estadual n° 7.603/2001. 7 - Por fim, FIXO os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas devidas até esta data, conforme entendimento pacificado na Seção Previdenciária do TRF e no Superior Tribunal de Justiça (Enunciado de súmula 111 – Os honorários advocatícios, nas

ações previdenciárias, não incidem sobre prestações vincendas). 8 - Sem custas, na forma da Lei. 9 - Diante da eventual preclusão da via recursal voluntária, SUBMETA-SE ao reexame necessário se, após a liquidação, o valor da condenação exceder 1.000 (mil) salários mínimos (art. 496, § 3º, do Código de Processo Civil). Após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE com as baixas necessárias. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Colíder/MT, data da assinatura digital. Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000363-96.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA JOSE GOMES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FREDERICO STECCA CIONI OAB - PR0054275A (ADVOGADO(A))
RICARDO ZEFERINO PEREIRA OAB - MT0012491A-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1000363-96.2019.8.11.0009. REQUERENTE: MARIA JOSÉ GOMES. REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Vistos, etc. Maria José Gomes ajuizou "Ação Previdenciária de Aposentadoria por Idade Rural" em face do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, alegando, em síntese, possuir todos os requisitos necessários para perceber o benefício pleiteado. Com a inicial vieram os documentos. Recebido a inicial, momento em que foi deferido a gratuidade da justiça, indeferido a tutela antecipada, determinada a citação do requerido bem como designada audiência de instrução e julgamento (ID. 18331911). Em seguida, a requerida devidamente citada para responder a exordial, deixou transcorrer o prazo in albis (ID. 20837844). Após, a requerente apresentou manifestação nos autos pugnando pela decretação da revelia da requerida, eis que devidamente citada, deixou decorrer o prazo para apresentar sua defesa (ID. 21365769). Entre um ato e outro, a audiência de instrução e julgamento se realizou ao ID. 21409360, sendo ouvidas as testemunhas presentes e apresentada alegações finais remissivas à inicial pela parte autora, pugnando pela concessão da tutela antecipada. Permaneceram os autos conclusos para prolação de sentença. É o relatório. FUNDAMENTO E DECIDO. 1 - Inicialmente, vale registrar que a requerida conforme certidão de ID 20837844, deixou transcorrer o prazo in albis sem apresentar contestação, razão pela qual, DECRETO SUA REVELIA. Todavia, não se aplicam os seus efeitos, uma vez que, se trata de direito indisponível. 2 - Assim, estando devidamente instruído o feito e não havendo mais preliminares a serem decididas, passo ao julgamento do mérito. Como relatado, trata-se de Ação Previdenciária de Aposentadoria Rural por Idade, na qual a parte autora pretende o reconhecimento de sua condição rurícola, bem como de todos os requisitos para a concessão do benefício pleiteado. A concessão do benefício de aposentadoria por idade ao trabalhador rural exige o preenchimento de três requisitos legais: (a) idade mínima de 55 anos, se mulher, e 60 anos, se homem (art. 201, § 7º, II, da CF/88, e art. 48, § 1º, da Lei n° 8.213/91); (b) carência, traduzida no efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido (art. 48, § 2º, da Lei n° 8.213/91), com especial atenção à tabela de transição contida no artigo 142 da mesma lei, e; (c) qualidade de segurado especial no curso do prazo fixado no item anterior, segundo o conceito descrito no art. 11, VII, e § 1º, da Lei n° 8.213/91. A requerente, nascida em 16/03/1957 (documento de ID. 18328160, pág. 2), atingiu a idade mínima necessária para se aposentar no ano de 2012, cabendo-lhe ainda demonstrar por início de prova material corroborado com prova testemunhal o efetivo exercício de atividade rural. No que pertine à carência, deve a requerente ainda demonstrar que o exercício de atividade rural na condição de segurada especial, à luz do artigo 142 da Lei n° 8.213/91, deu-se no prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) meses, imediatamente da data em que completou a idade mínima (aquisição do direito à aposentadoria), caso o pedido de benefício houver sido formulado após a cessação da atividade rural (AC nº. 2007.01.99.012440-5/MT, rel. Juiz Federal Cleberson José Rocha (conv), DJ de 28/06/2007, p. 34). Nesse tema, consoante o artigo 55, § 3º, da Lei n° 8.213/91, a comprovação do tempo de serviço rural só produzirá efeito quando baseada em início razoável de prova material, contemporânea à época dos fatos alegados, não se exigindo que esta prova inicial corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício (Súmulas 14 e 34 da Turma Nacional de Uniformização e Súmula 5 da Primeira Turma de Rondônia, DJ-RO de 23/11/2006), devidamente corroborada por prova testemunhal produzida em juízo, se for necessária. No caso em tela, a requerente juntou como início de prova material: a) INFBEN em nome do esposo da autora, onde consta que este é aposentado por idade rural desde 1980 (ID. 18328162, pág. 1); b) Boletim de Ocorrência em nome do esposo da autora, constando sua profissão como lavrador bem como o endereço da propriedade rural deste, lavrado no ano de 2010 (ID. 18328162, pág. 3/4); c) Boleto Bancário em nome da autora, constando o endereço da propriedade rural, ano de 1999 (ID. 18328162, pág. 5) e, d) Cópia do indeferimento do pedido na via administrativa (ID. 18328167, pág. 1/2). O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento que o início de prova material não abrangera necessariamente o número de meses idênticos à carência do benefício no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, como no caso dos autos. E ainda, parco o início de prova material, se a prova testemunhal for capaz de ampliar a eficácia probatória ao tempo da carência, vinculando-se a carência, será devido o benefício de aposentadoria rural por idade. Vale destacar que esta prova material exigida pela lei não precisa ser exaustiva, isto é, correspondente a todo o período de carência, bastando que seja incipiente e razoável, e que traga a potencialidade da certeza quanto aos fatos narrados pelo segurado, lembrando sempre as sérias dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais para constituir prova material, em face de sua ingenuidade típica e da falta de conhecimento quanto aos seus direitos (Precedentes do STJ: REsp 616828/CE, rel. Min. Jorge Scartezzini, DJU de 02.08.2004, p. 550, e EREsp 448813/CE, rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJU de 02.03.2005, p. 185). Não menos importantes são os julgados recentes proferidos pelo TRF1, senão vejamos: "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURAL COMPROVADA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. IDADE MÍNIMA. TERMO A QUO. JUROS DE MORA. CORREÇÃO MONETÁRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CUSTAS. 1. Comprovada a qualidade de trabalhador rural mediante início de prova material devidamente corroborada pela prova testemunhal produzida em Juízo, e a implementação do requisito etário exigido, deve ser reconhecido o direito da parte autora à percepção do benefício. 2. A qualificação de lavrador constante de certidão de casamento é válida como início de prova documental, e estende-se ao seu núcleo familiar. Precedentes. 3. O benefício previdenciário será devido a partir da data do requerimento administrativo (Lei nº 8.213/1.991, em seu artigo 49, I, b) observada a prescrição quinquenal. À míngua de requerimento administrativo, o termo inicial deve ser a data da citação, conforme entendimento firmado pelo e. STJ nos autos do recurso representativo da controvérsia RESP 1369165/SP, publicado em 07.03.2014, sendo vedada a reformatio in pejus. (...) (Apelação Cível nº 0060641-51.2011.4.01.9199/MG, 1ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Carlos Augusto Pires Brandão. j. 24.01.2018, unânime, e-DJF1 07.03.2018). (Grifo nosso). "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO E CONSTITUCIONAL. APOSENTADORIA POR IDADE. RURÍCOLA. EXISTÊNCIA DE RAZOÁVEL INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. SENTENÇA REFORMADA. CONSECTÁRIOS. 1. Comprovada a qualidade de trabalhador rural mediante início de prova material devidamente corroborada pela prova testemunhal produzida em Juízo, e a implementação do requisito etário exigido, deve ser reconhecido o direito do segurado à percepção do benefício. 2. No caso concreto, foram juntados aos autos, certidão de casamento da autora, celebrado em 1972, constando a condição de rurícola do cônjuge, condição extensível à esposa e anotações na CTPS dela como "safrista" o que, aliado à prova testemunhal, comprova a qualidade de segurada da apelante. 3. O benefício previdenciário será devido a partir da data do requerimento administrativo (Lei nº 8.213/1991, em seu artigo 49, I, b) observada a prescrição quinquenal. À míngua de requerimento administrativo, o termo inicial deve ser a data da citação, conforme entendimento firmado pelo e. STJ nos autos do recurso representativo da controvérsia REsp 1.369.165/SP, publicado em 07.03.2014, sendo vedada a reformatio in pejus. (...) (Apelação Cível nº 0058995-98.2014.4.01.9199/MG, 1ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Convocado Carlos Augusto Pires Brandão. j. 18.03.2015, unânime, e-DJF1 15.04.2015) - (Grifos nosso) Ademais, não bastassem às provas documentais carreadas, as testemunhas ouvidas na audiência de instrução confirmaram o trabalho rurícola da autora desde longa data,

senão vejamos (ID. 21409360): "Que conheceu a autora quando moraram no município de Poço das Trincheiras, no estado de Alagoas. Que se conhecem há mais de 25 anos. Que a autora e a testemunha já trabalharam juntos no Sítio Boa Vista. Que a autora trabalhava juntamente com seu esposo, realizando roçadas. Que plantavam milho e feijão. Que a testemunha veio para o Mato Grosso primeiro que a autora. Que já fazem 17 anos que a testemunha reside no Mato Grosso. Que a autora não trabalha mais em razão de seu atual estado de saúde. Que a autora trabalhou no sítio do "Rocha", que foi vereador em Colíder/MT. Que nesse sítio a autora trabalha cuidando de pequenos animais, como galinhas e porcos. Que já viu a autora trabalhando diretamente na lida do campo." (SIC) - Aluízio Batista da Silva. "Que conheceu a autora no estado de Alagoas, município de Poço das Trincheiras. Que a autora morava em um sítio. Que já viu a autora trabalhando diretamente na lida do campo. Que a autora também fazia diárias no meio rural. Que plantava roçadas de milho, feijão, mandioca. Que a autora já foi funcionária do genitor da testemunha. Que já tiveram contrato de comodato. Que a testemunha veio primeiro que a autora para o Mato Grosso. Que a autora já trabalhou nas terras do "Sr. Zezito". Que a propriedade rural do genitor da testemunha, a qual a autora laborou, fica próximo do Poço das Trincheiras e o sítio do Sr. Zezito está localizado próximo da região "Morcego", ambas áreas rurais no estado de Alagoas. Que aqui no Mato Grosso a autora trabalhou no Sítio do Sr. Silvio, na Comunidade Saltinho. Que não sabe quanto tempo faz que a autora está residindo no meio urbano." - (SIC) - José César Ferreira Lopes. "Que a autora e a testemunha se conhecem desde os 12 anos de idade, quando eram crianças. Que já trabalharam juntos no estado de Alagoas. Que a autora juntamente com seu esposo sempre trabalharam com roçadas. Que moravam no sítio. Que no estado de Mato Grosso soube que a autora estava trabalhando em uma chácara na Comunidade Saltinho, em Colíder/MT. Que não possui outras fontes de renda." (SIC) - Maria Damiana Conceição Damasceno. Ademais, vale destacar que a interpretação do art. 11, VII, § 1º, da Lei n. 8.213/91 é cristalina na medida em que privilegia uma pequena parcela de pessoas, colocando-as numa situação excepcional, à medida que isenta esse grupo de apresentarem perante a previdência contribuições, bastando para tanto a comprovação do equivalente em exercício da atividade rural ao período de carência. (art. 39, I c/c art. 142 da Lei n° 8.213/91). Por economia familiar entende-se que o trabalho dos membros deva ser indispensável para subsistência, com mútua dependência e colaboração, não podendo haver auxílio permanente de empregados na exploração da atividade ou mesmo o emprego maquinários agrícolas no cultivo da terra. Além disso, cumpre ressaltar o recente entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça e descrito na Súmula 577, in verbis: "É possível reconhecer o tempo de serviço rural anterior ao documento mais antigo apresentado, desde que amparado em convincente prova testemunhal colhida sob o contraditório." (Súmula 577 STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/06/2016, DJe 27/06/2016) As testemunhas ouvidas em juízo informaram que a autora, por muito tempo, morou e trabalhou na zona rural, exercendo labor rural, sendo que estas atividades eram desenvolvidas em regime de economia familiar, não possuindo qualquer maquinário agrícola ou auxílio de empregados, exercendo sua atividade de forma manual. Sem sombra de dúvidas a lide da autora era rural e em regime de economia familiar. De acordo com o que dispõe o inciso VII, do artigo 11 da Lei nº 8.213/91, é segurada especial à pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade agropecuária, ou, de seringueiro, ou, de extrativista vegetal, bem como, o pescador artesanal ou a este assemelhado e, ainda, o cônjuge ou companheiro, o filho maior de 16 (dezesseis) anos de idade, dos segurados citados, que trabalhem com o grupo familiar respectivo (Redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008). Ou seja, ainda que considerado como trabalhador rural individual, sua situação encontra guarida no permissivo legal referido. Destarte, comprovados os requisitos legais para obtenção do benefício da Aposentadoria por Idade Rural, imperiosa se faz a procedência dos pedidos contidos na presente actio. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na inicial e o faço para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ao pagamento de Aposentadoria Rural por Idade à autora, Sra. Maria José Gomes, na base de um salário mínimo mensal, assegurando-lhe o pagamento das parcelas vencidas e devidas, desde a data da entrada do requerimento indeferido na via administrativa (DER – 09/10/2018 - ID. 18328167, pág. 1/2), devidamente atualizados. Nos termos do art. 80, parágrafo único, III, "g",da Resolução Presi/Cojef nº 16/2010, segue os parâmetros para implantação do benefício: Número da CI/RG: 1.322.534. Número do CPF: 857.012.064-91. Data de nascimento: 16/03/1957. Nome da segurada: Maria José Gomes. Filiação: Maria Rosa Lima e Severino Rufino de Amorim. Endereço da segurada: Rua Chile, n. 105, Jardim Eldorado, CEP: 78.500-000, Colíder/MT. Benefício concedido: Aposentadoria Rural por Idade. DIB: 09/10/2018 – data do requerimento administrativo – DER. 3 - DECLARO a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade da aposentadoria que é substituir a remuneração do trabalhador quando, em razão da idade avançada, não tem condições de exercer atividade laborativa. 4 - Outrossim, em analogia ao art. 4º da Lei n. 10.259/01, CONCEDO a antecipação dos efeitos da tutela, pela própria fundamentação da presente sentença e pelo periculum in mora em decorrência do caráter alimentar das prestações, e DETERMINO a implementação do beneficio no prazo de trinta (30) dias, sob pena de MULTA DIÁRIA que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), Outrossim, OFICIE-SE o INSS – APSADJ – Agência da Previdência Social de Atendimento às Demandas Judiciais para cumprimento da presente decisão. Ademais, DECLARO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil. 5 - Os juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% (um por cento) ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. 6 - Ainda, DETERMINO que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida. Sem custas à vista da isenção determinada pela Lei n° 9.289/96, art. 1, § 1º e Lei Estadual n° 7.603/2001. 7 - Por fim, FIXO os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas devidas até esta data, conforme entendimento pacificado na Seção Previdenciária do TRF e no Superior Tribunal de Justiça (Enunciado de súmula 111 – Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre prestações vincendas). 8 - Sem custas, na forma da Lei. 9 - Diante da eventual preclusão da via recursal voluntária, SUBMETA-SE ao reexame necessário se, após a liquidação, o valor da condenação exceder 1.000 (mil) salários mínimos (art. 496, § 3º, do Código de Processo Civil). Após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE com as baixas necessárias. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Colíder/MT, data da assinatura digital. Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002117-10.2018.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
MARINA DAS GRACAS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CILSO PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT0020430A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (REQUERIDO)
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1002117-10.2018.8.11.0009. REQUERENTE: MARINA DAS GRACAS SANTOS REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, INSS Vistos, etc. Marina das Graças Santos ajuizou "Ação Previdenciária de Aposentadoria por Idade Rural" em face do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, alegando, em síntese, possuir todos os requisitos necessários para perceber o benefício pleiteado. Com a inicial vieram os documentos. Ao ID 16821347 fora recebido a inicial por este juízo, momento em que foi deferido a gratuidade da justiça, indeferido a tutela antecipada, determinada a citação do requerido bem como designada audiência de instrução e julgamento. Citada, a Autarquia ré apresentou contestação ao ID 19522775, alegando, em síntese, que a autora não preenche os requisitos necessários para perceber o benefício pleiteado. Ao final, pugna pela improcedência da ação. Por fim, a audiência de instrução e julgamento se realizou ao ID. 19997282, sendo ouvidas as testemunhas presentes e apresentada alegações finais remissivas à

inicial pela parte autora, pugnando pela concessão da tutela antecipada. Permaneceram os autos conclusos para prolação de sentença. É o relatório. FUNDAMENTO E DECIDO. 1 - Inicialmente, quanto à preliminar de prescrição das parcelas vencidas anteriormente ao quinquênio arguida pela requerida na contestação de ID. 19522775, verifica-se que se trata de prejudicial de mérito, incabível no presente feito, uma vez que o ajuizamento da ação se deu em 2018, se reconhecido o direito da autora será a partir de 2018, ano em que ocorreu o requerimento/indeferimento do benefício na via administrativa, não havendo que se falar em quinquênio. 2 - Assim, estando devidamente instruído o feito e não havendo mais preliminares a serem decididas, passo ao julgamento do mérito. Como relatado, trata-se de Ação Previdenciária de Aposentadoria Rural por Idade, na qual a parte autora pretende o reconhecimento de sua condição rurícola, bem como de todos os requisitos para a concessão do benefício pleiteado. A concessão do benefício de aposentadoria por idade ao trabalhador rural exige o preenchimento de três requisitos legais: (a) idade mínima de 55 anos, se mulher, e 60 anos, se homem (art. 201, § 7º, II, da CF/88, e art. 48, § 1º, da Lei n° 8.213/91); (b) carência, traduzida no efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido (art. 48, § 2º, da Lei n° 8.213/91), com especial atenção à tabela de transição contida no artigo 142 da mesma lei, e; (c) qualidade de segurado especial no curso do prazo fixado no item anterior, segundo o conceito descrito no art. 11, VII, e § 1º, da Lei n° 8.213/91. A requerente, nascida em 21/07/1962 (documento de ID. 16782193, pág. 1), atingiu a idade mínima necessária para se aposentar no ano de 2017, cabendo-lhe ainda demonstrar por início de prova material corroborado com prova testemunhal o efetivo exercício de atividade rural. No que pertine à carência, deve a requerente ainda demonstrar que o exercício de atividade rural na condição de segurada especial, à luz do artigo 142 da Lei n° 8.213/91, deu-se no prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) meses, imediatamente da data em que completou a idade mínima (aquisição do direito à aposentadoria), caso o pedido de benefício houver sido formulado após a cessação da atividade rural (AC nº. 2007.01.99.012440-5/MT, rel. Juiz Federal Cleberson José Rocha (conv), DJ de 28/06/2007, p. 34). Nesse tema, consoante o artigo 55, § 3º, da Lei n° 8.213/91, a comprovação do tempo de serviço rural só produzirá efeito quando baseada em início razoável de prova material, contemporânea à época dos fatos alegados, não se exigindo que esta prova inicial corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício (Súmulas 14 e 34 da Turma Nacional de Uniformização e Súmula 5 da Primeira Turma de Rondônia, DJ-RO de 23/11/2006), devidamente corroborada por prova testemunhal produzida em juízo, se for necessária. Com efeito, compulsando os autos, verifico que os documentos juntados são bastante para configurar o início de prova material, quais sejam: a) Certidão oriundo do I.N.C.R.A. constando o nome da autora e seu esposo em assento de lote rural, de 1985 a 1992, lavrado em 2017 (ID. 16781988, pág. 1); b) Declaração de escola rural em nome da filha da autora, ano de 1994 (ID. 16781990, pág. 1); c) Cópia do indeferimento do benefício administrativo (ID. 16782192, pág. 1), entre outros. O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento que o início de prova material abrangera necessariamente o número de meses idênticos à carência do benefício no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, como no caso dos autos. E ainda, parco o início de prova material, se a prova testemunhal for capaz de ampliar a eficácia probatória ao tempo da carência, vinculando-se a carência, será devido o benefício de aposentadoria rural por idade. Vale destacar que esta prova material exigida pela lei não precisa ser exaustiva, isto é, correspondente a todo o período de carência, bastando que seja incipiente e razoável, e que traga a potencialidade da certeza quanto aos fatos narrados pela segurada, lembrando sempre as sérias dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais para constituir prova material, em face de sua ingenuidade típica e da falta de conhecimento quanto aos seus direitos (Precedentes do STJ: REsp 616828/CE, rel. Min. Jorge Scartezzini, DJU de 02.08.2004, p. 550, e EREsp 448813/CE, rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJU de 02.03.2005, p. 185). Não menos importantes são os julgados recentes proferidos pelo TRF1, senão vejamos: "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURAL COMPROVADA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. IDADE MÍNIMA. TERMO A QUO. JUROS DE MORA. CORREÇÃO MONETÁRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CUSTAS. 1. Comprovada a qualidade de trabalhador rural mediante início de prova material devidamente corroborada pela prova testemunhal produzida em Juízo, e a implementação do requisito etário exigido, deve ser reconhecido o direito da parte autora à percepção do benefício. 2. A qualificação de lavrador constante de certidão de casamento é válida como início de prova documental, e estende-se ao seu núcleo familiar. Precedentes. 3. O benefício previdenciário será devido a partir da data do requerimento administrativo (Lei nº 8.213/1.991, em seu artigo 49, I, b) observada a prescrição quinquenal. À míngua de requerimento administrativo, o termo inicial deve ser a data da citação, conforme entendimento firmado pelo e. STJ nos autos do recurso representativo da controvérsia RESP 1369165/SP, publicado em 07.03.2014, sendo vedada a reformatio in pejus. (...) (Apelação Cível nº 0060641-51.2011.4.01.9199/MG, 1ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Carlos Augusto Pires Brandão. j. 24.01.2018, unânime, e-DJF1 07.03.2018). (Grifo nosso). "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO E CONSTITUCIONAL. APOSENTADORIA POR IDADE. RURÍCOLA. EXISTÊNCIA DE RAZOÁVEL INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. SENTENÇA REFORMADA. CONSECTÁRIOS. 1. Comprovada a qualidade de trabalhador rural mediante início de prova material devidamente corroborada pela prova testemunhal produzida em Juízo, e a implementação do requisito etário exigido, deve ser reconhecido o direito do segurado à percepção do benefício. 2. No caso concreto, foram juntados aos autos, certidão de casamento da autora, celebrado em 1972, constando a condição de rurícola do cônjuge, condição extensível à esposa e anotações na CTPS dela como "safrista" o que, aliado à prova testemunhal, comprova a qualidade de segurada da apelante. 3. O benefício previdenciário será devido a partir da data do requerimento administrativo (Lei nº 8.213/1991, em seu artigo 49, I, b) observada a prescrição quinquenal. À míngua de requerimento administrativo, o termo inicial deve ser a data da citação, conforme entendimento firmado pelo e. STJ nos autos do recurso representativo da controvérsia REsp 1.369.165/SP, publicado em 07.03.2014, sendo vedada a reformatio in pejus. (...) (Apelação Cível nº 0058995-98.2014.4.01.9199/MG, 1ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Convocado Carlos Augusto Pires Brandão. j. 18.03.2015, unânime, e-DJF1 15.04.2015) - (Grifos nosso) As testemunhas ouvidas na audiência de instrução confirmaram o trabalho rurícola da autora desde longa data, senão vejamos (ID. 19834180): "Que conhece a autora em média há 30 anos. Que nesse período a autora morou em na Comunidade Jacutinga. Que permaneceram nessa propriedade rural e vieram para cidade há 10 anos. Que quando a autora e seu esposo vieram para a cidade continuaram dependendo do sítio. Que não sabe se o esposo da autora possui uma pastelaria." (SIC) - Antônio Ferreira Duarte. "Que é conhecido da autora há 25 anos. Que a autora trabalhava com lavoura. Que a testemunha morou próximo à propriedade da autora. Que já moraram na Comunidade São Lourenco e Nova Jerusalém. Que a testemunha saiu do sítio e a autora estava lá ainda. Que a testemunha permaneceu no sítio por 15 anos. Que a atividade desenvolvida pela autora era com lavoura, plantando milho, feijão, etc. Que depois que veio para a cidade não sabe do que a autora passou a sobreviver. Que não tinha empregados nem maquinários para auxiliar a autora. Que somente a família trabalhava na lavoura. Que não sabe se o esposo da autora tem uma pastelaria. Que não sabe se a autora tem moto ou um carro." (SIC) – Delmiro Oliveira Marcelino. Ademais, vale destacar que a interpretação do art. 11, VII, § 1º, da Lei n. 8.213/91 é cristalina na medida em que privilegia uma pequena parcela de pessoas, colocando-as numa situação excepcional, à medida que isenta esse grupo de apresentarem perante a previdência contribuições, bastando para tanto a comprovação do equivalente em exercício da atividade rural ao período de carência. (art. 39, I c/c art. 142 da Lei n° 8.213/91). Por economia familiar entende-se que o trabalho dos membros deva ser indispensável para subsistência, com mútua dependência e colaboração, não podendo haver auxílio permanente de empregados na exploração da atividade ou mesmo o emprego maquinários agrícolas no cultivo da terra. Além disso, cumpre ressaltar o recente entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça e descrito na Súmula 577, in verbis: "É possível reconhecer o tempo de serviço rural anterior ao documento mais antigo apresentado, desde que amparado em convincente prova testemunhal colhida sob o contraditório." (Súmula 577 STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/06/2016, DJe 27/06/2016) As testemunhas ouvidas em juízo informaram que a autora por muito tempo morou e trabalhou na zona rural, exercendo labor rural, sendo que estas atividades eram desenvolvidas em regime de economia familiar, não

possuindo qualquer maquinário agrícola ou auxílio de empregados, exercendo sua atividade de forma manual. De acordo com o que dispõe o inciso VII, do artigo 11 da Lei nº 8.213/91, é segurada especial a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade agropecuária, ou, de seringueiro, ou, de extrativista vegetal, bem como, o pescador artesanal ou a este assemelhado e, ainda, o cônjuge ou companheiro, o filho maior de 16 (dezesseis) anos de idade, dos segurados citados, que trabalhem com o grupo familiar respectivo (Redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008). Ou seja, ainda que considerado como trabalhador rural individual, sua situação encontra guarida no permissivo legal referido. Entretanto, não obstante os documentos carreados aos autos, que a princípio demonstram o início de prova material, analisando os demais documentos acostados ao presente feito, especificamente o extrato do Sinesp e Infoseg apresentados pela requerida na contestação de ID. 19522776, pág. 1/3, verifico que o esposo da autora é proprietário de estabelecimento comercial ativo desde 07/03/2013 e que também possui 02 veículos, vejamos a seguir: a) VICENTE BARBOSA DOS SANTOS - ME (Lanchonetes, casas de chá, de suco e similares) de propriedade do esposo da autora, data de início de atividade em 24/02/2011, com situação cadastral ATIVA. b) FIAT/SIENA ATTRACTIVE 1.4 – 2012/2013; c) HONDA/BIZ 110I – 2017/2018. Pois bem, apesar de a autora ter comprovado documentalmente seu labor rural desempenhado pelo período necessário, de acordo com o que determina o art. 201, § 7º, II, da CF/88, e art. 48, § 1º, da Lei n° 8.213/91, verifico que em 2017, quando a autora preencheu o segundo requisito necessário para o pleito, qual seja, a idade, esta não estava mais exercendo atividade rural, haja vista que conforme declarado pelas testemunhas ouvidas em juízo, a autora cessou suas atividades rurícolas há mais de 10 anos, indo residir em meio urbano, oque se confirma pela empresa ativa desde 2013, descaracterizando dessa forma sua qualidade de segurada de trabalhador rural. Além do mais, impende salientar que, em que pese à parte autora ter ingressado com o pedido de aposentadoria por idade ao trabalhador rural, em razão do princípio da fungibilidade entre os benefícios, que vigora no direito previdenciário, sabe-se que é lícito ao juiz conceder benefício diverso daquele postulado na exordial. No entanto, tal hipótese não se aplica ao presente feito, uma vez que sequer a autora preenche os requisitos para outro benefício, em especial, a aposentaria híbrida, prevista no art. 48, §3º da Lei n. 8.213/91. Isso porque, sua idade é inferior à exigida para tal espécie de aposentadoria (57 anos). Vejamos a redação do § 3º: § 3º: "Os trabalhadores rurais de que trata o § 1º deste artigo que não atendam ao disposto no § 2º deste artigo, mas que satisfaçam essa condição, se forem considerados períodos de contribuição sob outras categorias do segurado, farão jus ao benefício ao completarem 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos, se mulher." (Incluído pela Lei nº 11,718, de 2008). Por oportuno, colaciono o seguinte julgado: "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. CESSAÇÃO DO BENEFÍCIO. INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE. COMPROVAÇÃO POR LAUDO OFICIAL. POSSIBILIDADE DE REABILITAÇÃO. RESTABELECIMENTO DO BENEFÍCIO. TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. VERBA ADVOCATÍCIA. HONORÁRIOS PERICIAIS. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, bem como desta Corte é firme no sentido de ser lícito ao juiz conceder benefício previdenciário diverso daquele postulado pela parte autora, quando verificar que há o preenchimento dos requisitos legais para tanto, considerando a relevância da questão social abarcada, ante a natureza alimentar do direito em tela. (....) (TRF 1ª R.; AC 0012537-52.2016.4.01.9199; Primeira Turma; Rel. Des. Fed. Carlos Augusto Pires Brandão; DJF1 14/09/2016)" – (Grifos meus) Assim, ausentes os requisitos necessários, indevido o benefício pretendido, a improcedência do pedido é medida que se impõe. Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido de Aposentadoria Rural por Idade, ajuizado por Marina das Graças Santos contra o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS em face da ausência dos requisitos legais, JULGANDO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil. 3 - CONDENO a parte autora ao pagamento das custas processuais, porém, SUSPENDO a sua exigibilidade, nos termos do §3º, art. 98 do Código de Processo Civil, por ser beneficiária da Justiça Gratuita, na forma da Lei. 4 - Interposto recurso de apelação, independentemente de análise dos requisitos de admissibilidade da insurgência, nos termos dos arts. 994 a 1.014 do Código de Processo Civil, INTIME-SE para as contrarrazões. Vencido o prazo, com ou sem elas, subam os autos sem demora ao E. Tribunal de Justiça, com as nossas homenagens. 5 - Preclusas as vias recursais, o que deverá ser certificado, arquivem-se os autos, com as baixas e anotações devidas, se nada for requerido em 15 (quinze) dias. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Colíder/MT, data da assinatura digital. Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000158-67.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DA SILVA CAMARA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO DE FREITAS RODRIGUES OAB - MT0012424S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1000158-67.2019.8.11.0009. REQUERENTE: MARIA DA SILVA CÂMARA. REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Vistos, etc. Maria da Silva Câmara ajuizou "Ação Previdenciária de Aposentadoria por Idade Rural" em face do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, alegando, em síntese, possuir todos os requisitos necessários para perceber o benefício pleiteado. Com a inicial vieram os documentos. Recebido a inicial, momento em que foi deferido a gratuidade da justiça, indeferido a tutela antecipada, determinada a citação do requerido bem como designada audiência de instrução e julgamento (ID. 17750734). Em seguida, a requerente apresentou o rol de testemunhas à serem ouvidas em Juízo (ID. 18694450). Devidamente citada, a requerida apresentou defesa na modalidade de contestação, alegando, em síntese, que a autora não preenche os requisitos necessários para perceber o benefício pleiteado. Ao final, pugnou pela improcedência da ação (ID. 19929399). Após, a requerente apresentou manifestação nos autos pugnando pela decretação da revelia da requerida, eis que devidamente citada, deixou decorrer o prazo para apresentar sua defesa (ID. 21365769). Logo, fora certificado a tempestividade da contestação apresentada pela requerida (ID. 20620813). Entre um ato e outro, realizou-se a audiência de instrução e julgamento, momento em que foram ouvidos a parte autora bem como as testemunhas presentes. Ao final, a autora apresentou alegações finais remissivas à inicial, pugnando pela concessão da tutela antecipada (ID. 20893588). Permaneceram os autos conclusos para prolação de sentença. É o relatório. FUNDAMENTO E DECIDO. 1 - Inicialmente, quanto à preliminar de prescrição das parcelas vencidas anteriormente ao quinquênio arguida pela requerida na contestação (ID. 19929399), verifica-se que se trata de prejudicial de mérito, incabível no presente feito, uma vez que o ajuizamento da ação se deu em 2019 e, se reconhecido o direito da autora, será a partir de 2017, ano em que ocorreu o requerimento/indeferimento do benefício na via administrativa, não havendo que se falar, portanto, em quinquênio. 2 - Assim, estando devidamente instruído o feito e não havendo mais preliminares a serem decididas, passo ao julgamento do mérito. Como relatado, trata-se de Ação Previdenciária de Aposentadoria Rural por Idade, na qual a parte autora pretende o reconhecimento de sua condição rurícola, bem como de todos os requisitos para a concessão do benefício pleiteado. A concessão do benefício de aposentadoria por idade ao trabalhador rural exige o preenchimento de três requisitos legais: (a) idade mínima de 55 anos, se mulher, e 60 anos, se homem (art. 201, § 7º, II, da CF/88, e art. 48, § 1º, da Lei n° 8.213/91); (b) carência, traduzida no efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido (art. 48, § 2º, da Lei n° 8.213/91), com especial atenção à tabela de transição contida no artigo 142 da mesma lei, e; (c) qualidade de segurado especial no curso do prazo fixado no item anterior, segundo o conceito descrito no art. 11, VII, e § 1º, da Lei n° 8.213/91. A requerente, nascida em 28/09/1962 (documento de ID. 17736440, pág. 1/2), atingiu a idade mínima necessária para se aposentar no ano de 2017, cabendo-lhe ainda demonstrar por início de prova material corroborado com prova testemunhal o efetivo exercício de atividade rural. No que pertine à carência, deve a requerente ainda demonstrar que o exercício de atividade rural na condição de segurada especial, à luz do artigo 142 da

Lei n° 8.213/91, deu-se no prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) meses, imediatamente da data em que completou a idade mínima (aquisição do direito à aposentadoria), caso o pedido de benefício houver sido formulado após a cessação da atividade rural (AC nº. 2007.01.99.012440-5/MT, rel. Juiz Federal Cleberson José Rocha (conv), DJ de 28/06/2007, p. 34). Nesse tema, consoante o artigo 55, § 3º, da Lei n° 8.213/91, a comprovação do tempo de serviço rural só produzirá efeito quando baseada em início razoável de prova material, contemporânea à época dos fatos alegados, não se exigindo que esta prova inicial corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício (Súmulas 14 e 34 da Turma Nacional de Uniformização e Súmula 5 da Primeira Turma de Rondônia, DJ-RO de 23/11/2006), devidamente corroborada por prova testemunhal produzida em juízo, se for necessária. No caso em tela, a requerente juntou como início de prova material: a) Certidão de casamento constando a profissão do esposo da autora na condição de lavrador, ano de 1983 (ID. 17736795, pág. 1); b) CTPS da autora constando que exerceu atividade laborativa por 4 anos e 11 meses (2008 a 2013) - (ID. 17736801, pág. 3); c) Escritura da propriedade rural em nome da autora e seu esposo, lavrado no ano de 2008 (ID. 17736824, pág. 1/2); d) Notas Fiscais em nome do esposo da autora, referente à vendas de café em casca e milho em grãos, anos de 1981 – 1984 – 1986 e 1987 (ID. 17736837, pág. 1/5); e) Notas Fiscais de produtor em nome do esposo da autora, referente à venda de leite in natura, correspondente aos anos de 1997 – 1998 – 1999 – 2000 – 2002 - 2003 – 2004 – 2005 – 2006 – 2007 – 2012 – 2013 – 2014 – 2015 – 2016 - 2017 (Ids. 17736906, pág. 2/10 e 17736908, pág. 2/7); f) Notas Fiscais em nome do esposo da autora, referente à venda de vacas e novilhas, anos de 2007 – 2008 – 2009 – 2010 - 2011 (Ids. 17736906, pág. 11/15 e 17736908, pág. 1/2) e, g) Cópia do indeferimento do pedido na via administrativa (ID. 17736810, pág. 1). O Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento que o início de prova material não abrangera necessariamente o número de meses idênticos à carência do benefício no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, como no caso dos autos. E ainda, parco o início de prova material, se a prova testemunhal for capaz de ampliar a eficácia probatória ao tempo da carência, vinculando-se a carência, será devido o benefício de aposentadoria rural por idade. Vale destacar que esta prova material exigida pela lei não precisa ser exaustiva, isto é, correspondente a todo o período de carência, bastando que seja incipiente e razoável, e que traga a potencialidade da certeza quanto aos fatos narrados pelo segurado, lembrando sempre as sérias dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais para constituir prova material, em face de sua ingenuidade típica e da falta de conhecimento quanto aos seus direitos (Precedentes do STJ: REsp 616828/CE, rel. Min. Jorge Scartezzini, DJU de 02.08.2004, p. 550, e EREsp 448813/CE, rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJU de 02.03.2005, p. 185). Não menos importantes são os julgados recentes proferidos pelo TRF1, senão vejamos: "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. TRABALHADOR RURAL. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. ATIVIDADE RURAL COMPROVADA. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. IDADE MÍNIMA. TERMO A QUO. JUROS DE MORA. CORREÇÃO MONETÁRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CUSTAS. 1. Comprovada a qualidade de trabalhador rural mediante início de prova material devidamente corroborada pela prova testemunhal produzida em Juízo, e a implementação do requisito etário exigido, deve ser reconhecido o direito da parte autora à percepção do benefício. 2. A qualificação de lavrador constante de certidão de casamento é válida como início de prova documental, e estende-se ao seu núcleo familiar. Precedentes. 3. O benefício previdenciário será devido a partir da data do requerimento administrativo (Lei nº 8.213/1.991, em seu artigo 49, I, b) observada a prescrição quinquenal. À míngua de requerimento administrativo, o termo inicial deve ser a data da citação, conforme entendimento firmado pelo e. STJ nos autos do recurso representativo da controvérsia RESP 1369165/SP, publicado em 07.03.2014, sendo vedada a reformatio in pejus. (...) (Apelação Cível nº 0060641-51.2011.4.01.9199/MG, 1ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Carlos Augusto Pires Brandão. j. 24.01.2018, unânime, e-DJF1 07.03.2018). (Grifo nosso). "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO E CONSTITUCIONAL. APOSENTADORIA POR IDADE. RURÍCOLA. EXISTÊNCIA DE RAZOÁVEL INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. SENTENÇA REFORMADA. CONSECTÁRIOS. 1. Comprovada a qualidade de trabalhador rural mediante início de prova material devidamente corroborada pela prova testemunhal produzida em Juízo, e a implementação do requisito etário exigido, deve ser reconhecido o direito do segurado à percepção do benefício. 2. No caso concreto, foram juntados aos autos, certidão de casamento da autora, celebrado em 1972, constando a condição de rurícola do cônjuge, condição extensível à esposa e anotações na CTPS dela como "safrista" o que, aliado à prova testemunhal, comprova a qualidade de segurada da apelante. 3. O benefício previdenciário será devido a partir da data do requerimento administrativo (Lei nº 8.213/1991, em seu artigo 49, I, b) observada a prescrição quinquenal. À míngua de requerimento administrativo, o termo inicial deve ser a data da citação, conforme entendimento firmado pelo e. STJ nos autos do recurso representativo da controvérsia REsp 1.369.165/SP, publicado em 07.03.2014, sendo vedada a reformatio in pejus. (...) (Apelação Cível nº 0058995-98.2014.4.01.9199/MG, 1ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Convocado Carlos Augusto Pires Brandão. j. 18.03.2015, unânime, e-DJF1 15.04.2015) - (Grifos nosso) Ademais, não bastassem às provas documentais carreadas, a informante e as testemunhas ouvidas na audiência de instrução confirmaram o trabalho rurícola da autora desde longa data, senão vejamos (ID. 21409360): "Que é conhecida da autora há 34 anos. Que são vizinhas de sítio. Que a autora sempre morou no mesmo sítio. Que a autora sempre foi da lida rural. Que a autora plantava arroz, feijão. Que plantavam para sua sobrevivência. Que a autora atualmente tira leite. Que autora não possui outras fontes de renda. Que o leite que vende é somente para as despesas da casa. Que não tem empregados nem maquinários. Que é tudo manual. Que não sabe se a autora trabalhou em outra chácara na condição de "empregada." – informante - (SIC) - Ana Dalva da Silva de Almeida. "Que conheceu a autora no estado de Paraná. Que tanto a testemunha quanto a autora sempre trabalharam em meio rural. Que a autora sempre morou e trabalhou no sítio. Que a autora plantava lavoura. Que plantavam mandioca, batata, hortaliças, etc. Que era para subsistência própria e de sua família. Que atualmente a autora cria vacas leiteiras e cuida de galinhas. Que já viu a autora trabalhando diretamente na lida do campo. Que o esposo da testemunha já foi no sítio da autora. Que não sabe quantas vacas a autora tem. Que não tem auxílio de empregados nem maquinários nos labores rurais." (SIC) - Therezinha Delfina Fagundes. "Que conhece a autora há 40 anos. Que a autora morou na Comunidade Marimbondo. Que sempre trabalhou no meio rural. Que a autora plantava arroz, feijão, milho. Que atualmente a autora trabalha tirando leite. Que a testemunha já viu a autora tirando leite com o marido. Que não tem outras fontes de renda. Que o esposo da autora é aposentado. Que a autora não tem casa na cidade. Que a família tem um veículo antigo." (SIC) - Geni Ferreira dos Santos. Nesse contexto, vale destacar que a interpretação do art. 11, VII, § 1º, da Lei n. 8.213/91 é cristalina na medida em que privilegia uma pequena parcela de pessoas, colocando-as numa situação excepcional, à medida que isenta esse grupo de apresentarem perante a previdência contribuições, bastando para tanto a comprovação do equivalente em exercício da atividade rural ao período de carência. (art. 39, I c/c art. 142 da Lei n° 8.213/91). Por economia familiar entende-se que o trabalho dos membros deva ser indispensável para subsistência, com mútua dependência e colaboração, não podendo haver auxílio permanente de empregados na exploração da atividade ou mesmo o emprego maquinários agrícolas no cultivo da terra. Além disso, cumpre ressaltar o recente entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça e descrito na Súmula 577, in verbis: "É possível reconhecer o tempo de serviço rural anterior ao documento mais antigo apresentado, desde que amparado em convincente prova testemunhal colhida sob o contraditório." (Súmula 577 STJ, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/06/2016, DJe 27/06/2016) As testemunhas ouvidas em juízo informaram que a autora, por muito tempo, morou e trabalhou na zona rural, exercendo labor rural, sendo que estas atividades eram desenvolvidas em regime de economia familiar, não possuindo qualquer maquinário agrícola ou auxílio de empregados, exercendo sua atividade de forma manual. Sem sombra de dúvidas a lide da autora era rural e em regime de economia familiar. De acordo com o que dispõe o inciso VII, do artigo 11 da Lei nº 8.213/91, é segurada especial à pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade agropecuária, ou, de seringueiro, ou, de extrativista vegetal, bem como, o pescador artesanal ou a este assemelhado e, ainda, o cônjuge ou companheiro, o filho maior de 16 (dezesseis) anos de idade, dos segurados citados, que trabalhem com o grupo familiar respectivo (Redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008). Ou

seja, ainda que considerado como trabalhador rural individual, sua situação encontra guarida no permissivo legal referido. Ademais, em que pese os judiciosos argumentos da contestação de que a requerente não possui qualidade de segurada especial rural, em razão das anotações em sua CTPS, estes não prosperaram, uma vez que este labor fora desempenhado em uma chácara (meio rural) por tempo inferior (cinco anos) em relação ao período de 180 (cento e oitenta) meses, conforme se exige no artigo 142 da Lei n° 8.213/91. Vejo também que as notas fiscais e os documentos apresentados pela requerente foram bastante para comprovar que ano a ano foram realizadas vendas de novilhas, vacas leiteiras, leite in natura, para o sustento próprio bem como custear os gastos com o manejo do próprio gado, confirmando, assim, sua qualidade de rurícola. Assim, comprovados os requisitos legais para obtenção do benefício da Aposentadoria por Idade Rural, imperiosa se faz a procedência dos pedidos contidos na presente actio. Ex positis, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na inicial e o faço para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ao pagamento de Aposentadoria Rural por Idade à autora, Sra. Maria da Silva Câmara, na base de um salário mínimo mensal, assegurando-lhe o pagamento das parcelas vencidas e devidas, desde a data da entrada do requerimento indeferido na via administrativa (DER – 29/09/2017 - ID. 17736810, pág. 1), devidamente atualizados. Nos termos do art. 80, parágrafo único, III, "g",da Resolução Presi/Cojef nº 16/2010, segue os parâmetros para implantação do benefício: Número da CI/RG: 965.191 SSP/MT. Número do CPF: 983.943.391-15. Data de nascimento: 28/09/1962. Nome da segurada: Maria da Silva Câmara. Filiação: Lázara Cardozo da Silva e Almerindo José da Silva. Endereço da segurada: Sítio Boa Vista, Estrada Beira Rio, Comunidade Café Norte, Zona Rural, CEP: 78.500-000, Colíder/MT. Benefício concedido: Aposentadoria Rural por Idade. DIB: 29/09/2017 – data do requerimento administrativo – DER. 3 - DECLARO a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade da aposentadoria que é substituir a remuneração do trabalhador quando, em razão da idade avançada, não tem condições de exercer atividade laborativa. 4 - Outrossim, em analogia ao art. 4º da Lei n. 10.259/01, CONCEDO a antecipação dos efeitos da tutela, pela própria fundamentação da presente sentença e pelo periculum in mora em decorrência do caráter alimentar das prestações, e DETERMINO a implementação do beneficio no prazo de trinta (30) dias, sob pena de MULTA DIÁRIA que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), Outrossim, OFICIE-SE o INSS – APSADJ – Agência da Previdência Social de Atendimento às Demandas Judiciais para cumprimento da presente decisão. Ademais, DECLARO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil. 5 - Os juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% (um por cento) ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. 6 - Ainda, DETERMINO que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida. Sem custas à vista da isenção determinada pela Lei n° 9.289/96, art. 1, § 1º e Lei Estadual n° 7.603/2001. 7 - Por fim, FIXO os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas devidas até esta data, conforme entendimento pacificado na Seção Previdenciária do TRF e no Superior Tribunal de Justiça (Enunciado de súmula 111 – Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre prestações vincendas). 8 - Sem custas, na forma da Lei. 9 - Diante da eventual preclusão da via recursal voluntária, SUBMETA-SE ao reexame necessário se, após a liquidação, o valor da condenação exceder 1.000 (mil) salários mínimos (art. 496, § 3º, do Código de Processo Civil). Após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE com as baixas necessárias. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Colíder/MT, data da assinatura digital. Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001730-92.2018.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA NEIDE BERTO PAQUER (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CAMILA EMILY DO NASCIMENTO SOUZA OAB - MT19960/O (ADVOGADO(A))
RICARDO ZEFERINO PEREIRA OAB - MT0012491A-B (ADVOGADO(A))
FREDERICO STECCA CIONI OAB - PR0054275A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1001730-92.2018.8.11.0009. AUTOR(A): MARIA NEIDE BERTO PAQUER. RÉU: INSS. Vistos, etc. Maria Neide Berto Paquer ajuizou Ação Previdenciária de Aposentadoria por Idade Rural em face do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, alegando, em síntese, possuir todos os requisitos necessários para perceber o benefício pleiteado. Com a inicial vieram os documentos. Ao ID. 15863888, recebida a inicial, momento em que fora deferido os benefícios da justiça gratuita, indeferido a tutela antecipada bem como designada audiência de instrução e julgamento. Citada, a parte requerida apresentou contestação ao ID. 17380018, alegando em síntese, que a autora não preenche os requisitos necessários para perceber o benefício pleiteado, ao final pugnou pela improcedência da ação. Ao ID. 17793152 fora certificado a tempestividade da contestação apresentada pela requerida ao ID. 17378086. Em seguida, ao ID. 19029162, a parte requerente manifestou-se nos autos impugnando os argumentos lançados na contestação de ID. 17378086. A instrução ocorreu ao ID. 19676999, sendo ouvidas a requerente e as testemunhas presentes. Ato contínuo fora apresentado alegações finais pela parte autora, reiterando seu pedido de tutela antecipada. Por fim, diante da afetação dos Recursos Especiais n. 1.674.221/SP e n. 1.788.404/PR – TEMA 1007, este Juízo suspendeu os autos até o seu julgamento. (ID. 19688394). Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. FUNDAMENTO E DECIDO. 1 - Inicialmente, tendo em vista que o Superior Tribunal de Justiça julgou os Recursos Especiais n. 1.674.221/SP e n. 1.788.404/PR, correspondente ao TEMA 1007, que determinou a suspensão das ações previdenciárias que almejam a concessão de aposentadoria por idade rural e urbana (híbrida), dou prosseguimento ao feito. 2 – Pois bem. Em que pese a preliminar arguida pela Autarquia demandada, verifica-se que se trata de prejudicial de mérito, incabível no presente feito, uma vez que se reconhecido o direito da autora será a partir de 2018, não havendo que se falar em quinquênio. 3 - Estando devidamente instruído o feito, passo ao julgamento do mérito. Cumpre ressaltar que, apesar de a autora ter postulado ação previdenciária por idade rural, se denota dos autos que a requerente não preenche os requisitos necessários para perceber o benefício pleiteado na exordial. Isso porque ao analisar aos demais documentos do presente feito, em especial ao ID. 17380024, pág. 7 e 8, verifica-se que a autora foi empresária no ramo de papelaria (1986 a 2013) e farmácia (2004 a 2005), vertendo contribuições individuais pelos períodos de 2003 a 2012 (CNIS de ID. 17380024, pág. 2), descaracterizando, dessa forma, o labor rural desempenhado pela requerente em regime de economia familiar. Todavia, consoante o art. 4º da LINDB em harmonia a analogia a ser adotada no direito, juntamente com o princípio da dignidade da pessoa humana elencado no rol de princípios fundamentais da CRFB/88, tenho que é plenamente possível à aplicação do princípio da fungibilidade que vigora entre os benefícios nas ações previdenciárias, o qual é lícito ao magistrado conceder benefício distinto daquele demandado na inicial. Nesse sentido, colaciono o seguinte aresto: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO - AÇÃO PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR JULGAMENTO EXTRA PETITA - REJEITADA - PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE - MÉRITO RECURSAL - ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORATIVA - AFASTADA - DOENÇA DEGENERATIVA QUE SE AGRAVOU PELA FUNÇÃO EXERCIDA - CONCAUSA - REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA - PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DO AUXÍLIO-ACIDENTE - DATA INICIAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DO BENEFÍCIO - IMEDIATAMENTE POSTERIOR À CESSAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA - HONORÁRIOS CORRETAMENTE FIXADOS - OBSERVÂNCIA DA SÚMULA 111 DO STJ - CONDENAÇÃO DA AUTARQUIA AO PAGAMENTO DAS CUSTAS - POSSIBILIDADE - JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA - JUROS MORATÓRIOS DE 6% AO ANO (ART. 1º-F DA LEI N. 9.494/97) ATÉ A DATA DE ENTRADA EM VIGOR DA LEI N. 11.960/2009, QUANDO DEVEM SER OS MESMOS APLICADOS ÀS CADERNETAS DE POUPANÇA - RECUSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E DESPROVIDO - RECURSO OBRIGATÓRIO CONHECIDO E PARCIALMENTE

PROVIDO. Não há julgamento extra petita ao se deferir à parte autora um benefício ao invés de outro, desde que comprovados os pressupostos fáticos daquele e não deste, uma vez que vigora o princípio da fungibilidade. Preliminar rejeitada..." (Apelação Cível 0000547-02.2007.8.12.0029. Rel. Des. Vladimir Abreu da Silva. 5ª Câmara Cível; Data do julgamento: 31/07/2014; Data de registro: 05/09/2014) – Grifos meus. "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PREVIDENCIÁRIO. AÇÃO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. REEXAME NECESSÁRIO. AUXÍLIO ACIDENTE. AUXÍLIO DOENÇA. FUNGIBILIDADE. REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA PERMANENTE. COMPROVAÇÃO. Comprovada a redução permanente da capacidade laborativa do segurado em razão de acidente do trabalho, é devido o pagamento do benefício auxílio-acidente. Tratando-se de benefício previdenciário, cujo caráter é social e protetivo, possibilita-se ao julgador conceder benefício diverso do pleiteado, desde que presentes os requisitos." (TJ-MG - REEX: 10024110585981002 MG , Relator: Estevão Lucchesi, Data de Julgamento: 27/02/2014, Câmaras Cíveis / 14ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 12/03/2014) – Grifos meus. "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. CESSAÇÃO DO BENEFÍCIO. INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE. COMPROVAÇÃO POR LAUDO OFICIAL. POSSIBILIDADE DE REABILITAÇÃO. RESTABELECIMENTO DO BENEFÍCIO. TERMO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. VERBA ADVOCATÍCIA. HONORÁRIOS PERICIAIS. 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, bem como desta Corte é firme no sentido de ser lícito ao juiz conceder benefício previdenciário diverso daquele postulado pela parte autora, quando verificar que há o preenchimento dos requisitos legais para tanto, considerando a relevância da questão social abarcada, ante a natureza alimentar do direito em tela. (....) (TRF 1ª R.; AC 0012537-52.2016.4.01.9199; Primeira Turma; Rel. Des. Fed. Carlos Augusto Pires Brandão; DJF1 14/09/2016) – Grifos meus. Depreende-se dos autos que a questão encartada repousa sobre o preenchimento da autora quanto aos requisitos para concessão da aposentadoria híbrida. In casu, trata-se de novidade introduzida pela Lei 11.718/2008, que deu nova redação ao art. 48, da Lei 8.213/91, incluído no § 3º, uma nova espécie de benefício de aposentadoria por idade conceituada pela maioria da doutrina como do tipo "híbrida" ou "mista", benefício previdenciário destinado ao trabalhador rural quando completos os 65 anos de idade, se homem, e 60 anos, se mulher. Vejamos a redação do § 3º: § 3º Os trabalhadores rurais de que trata o § 1º deste artigo que não atendam ao disposto no § 2º deste artigo, mas que satisfaçam essa condição, se forem considerados períodos de contribuição sob outras categorias do segurado, farão jus ao benefício ao completarem 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos, se mulher. (Incluído pela Lei nº 11,718, de 2008). A inclusão desse parágrafo ao art. 48 traz uma nova esperança de alcançar a tão sonhada aposentadoria pelos trabalhadores rurais. Ao contrário do que acontece quando o pedido administrativo versa sobre aposentadoria por idade rural "pura" (aquela prevista no art. 48, § 2º), o tempo de contribuição urbana do segurado não implicará em indeferimento do benefício. Ao avesso, servirá para computar o tempo de carência mínima exigida pelo artigo 142 da Lei 8.213/91 para concessão da aposentadoria. Em outras palavras, o tempo urbano será somado ao tempo rural para fins de preenchimento de carência mínima. Neste viés, colaciono o seguinte julgado, vejamos: "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA HÍBRIDA POR IDADE. LEI Nº 11.718/08. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. I. O objetivo dos embargos de declaração, de acordo com o art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, é sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão e, ainda, a ocorrência de erro material no julgado. II. A alteração legislativa trazida pela Lei nº 11.718 de 20.06.2008, que introduziu os §§ 3º e 4º ao art. 48 da Lei nº 8.213/91, passou a permitir a concessão de aposentadoria comum por idade àqueles segurados que, embora inicialmente rurícolas, passaram a exercer outras atividades e tenham idade mínima de 60 anos (mulher) e 65 anos (homem). (...) IV. Tendo a autora completado 60 anos de idade e preenchido a carência exigida pelos artigos 142 e 143 da Lei nº 8.213/91, é de ser aplicada a referida alteração da legislação previdenciária e lhe conceder o benefício de aposentadoria híbrida por idade. V. Ainda que os embargos de declaração tenham a finalidade de prequestionamento, devem observar os limites traçados no art. 1.022 do Novo CPC (STJ-1a Turma, Resp 11.465-0-SP, Rel. Min. Demócrito Reinaldo, j. 23.11.92, rejeitaram os embs. , V. u., DJU 15.2.93, p. 1.665). VI. Embargos de declaração do INSS rejeitados. (TRF 3ª R.; EDcl-AC 0044558-91.2012.4.03.9999; Décima Turma; Rel. Des. Fed. Sérgio do Nascimento; Julg. 06/12/2016; DEJF 15/12/2016)" – Grifos meus. "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE HÍBRIDA. ART. 48, "CAPUT ", E § 3º DA LEI Nº 8.213/91. ATIVIDADE RURAL E URBANA COMPROVADAS. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. CONCOMITANTE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE URBANA OU RURAL COM O IMPLEMENTO DO REQUISITO ETÁRIO. INEXIBILIDADE. REQUISITOS PREENCHIDOS. BENEFÍCIO DEVIDO. 1. O benefício de aposentadoria por idade urbana exige o cumprimento de dois requisitos: a) idade mínima, de 65 anos, se homem, ou 60 anos, se mulher; e b) período de carência (art. 48, "caput ", da Lei nº 8.213/91). 2. Início de prova material, corroborado por prova testemunhal, enseja o reconhecimento do tempo laborado como trabalhador rural. A atividade rural desempenhada em data anterior a novembro de 1991 pode ser considerada para averbação do tempo de serviço, sem necessidade de recolhimento de contribuições previdenciárias. 3. A Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, ao introduzir o § 3, do art. 48, do mencionado diploma legal, permitiu a aposentadoria por idade híbrida, possibilitando a contagem cumulativa do tempo de labor urbano e rural, para fins de aposentadoria por idade. 4. Em se tratando de aposentadoria por idade híbrida, não se exige a simultaneidade entre o implemento do requisito etário e o exercício da atividade laborativa, seja esta urbana ou rural. Precedentes do STJ e desta Corte. 5. Comprovadas as atividades rurais e urbanas pela carência exigida, e preenchida a idade necessária à concessão do benefício, faz jus a parte autora ao recebimento da aposentadoria por idade. 6. Apelação desprovida. Recurso adesivo parcialmente provido Fixados, de ofício, os consectários legais. (TRF 3ª R.; AC 0044584-84.2015.4.03.9999; Décima Turma; Rel. Des. Fed. Nelson Porfirio; Julg. 06/12/2016; DEJF 15/12/2016)" – Grifos meus. "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE HÍBRIDA. ATIVIDADE RURAL. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. DOCUMENTOS EM NOME DE FAMILIAR QUE PASSOU A EXERCER ATIVIDADE INCOMPATÍVEL COM O LABOR RURAL. PROVA MATERIAL ESCASSA. NECESSIDADE DE PROVA TESTEMUNHAL ROBUSTA. REQUISITOS NÃO IMPLEMENTADOS. 1. É devida a aposentadoria por idade mediante conjugação de tempo rural e urbano durante o período aquisitivo do direito, a teor do disposto na Lei n. 11.718/08, que acrescentou § 3º ao art. 48 da Lei n. 8.213/91, contanto que cumprido o requisito etário de 60 (sessenta) anos para mulher e de 65 (sessenta e cinco) anos para homem e a carência mínima exigida. 2. (...) 4. Uma vez que não há comprovação de labor rural a ser somado aos períodos de labor urbano da autora, não é possível concessão de aposentadoria por idade híbrida. (TRF 4ª R.; APELREEX 0011451-87.2016.404.9999; RS; Quinta Turma; Relª Juíza Fed. Taís Schilling Ferraz; Julg. 22/11/2016; DEJF 15/12/2016) – Grifos meus. TRF1-0290136) PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR IDADE MISTA OU HÍBRIDA. TRABALHADOR URBANO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA TESTEMUNHAL. IMPOSSIBILIDADE. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. (...) 3. Com as alterações introduzidas pela Lei 11.718, de 20.06.2008, que acrescentou os §§ 2º, 3º e 4º ao art. 48 da Lei 8.213/1991, autorizou-se ao trabalhador rural o cômputo de períodos que não sejam de atividade rural, para fins de aposentadoria por idade. Trata-se da chamada aposentadoria por idade "mista" ou "híbrida", cabendo ao segurado comprovar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos de idade, se mulher. 4. Para a conjugação do tempo de serviço rural e urbano não se exige que o segurado esteja desempenhando atividade rural por ocasião do requerimento administrativo do benefício e/ou do implemento do requisito etário. A aposentadoria híbrida, portanto, contempla tanto o segurado que foi para a cidade após o exercício de atividade rural, quanto aquele que, após prestar serviço de natureza urbana passa a exercer trabalho rurícola (art. 51, § 4º do Decreto nº 3.048/1999). (...) 7. O reconhecimento do tempo de serviço rural, comprovadamente desempenhado por trabalhador menor em regime de economia familiar, é assente no STJ com o entendimento no sentido da possibilidade do seu cômputo, para fins previdenciários, a partir dos 12 (doze) anos de idade (STJ - AR: 3629 RS 2006/0183880-5, Relator: Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Data de Julgamento: 23.06.2008, S3 - TERCEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 09.09.2008). (...) (Apelação Cível nº 0029483-65.2017.4.01.9199/MG, 1ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Carlos Augusto Pires Brandão. j. 19.07.2017, unânime, e-DJF1 09.08.2017). Grifos meus. Portanto, a concessão do benefício de aposentadoria por idade híbrida pretendida pela autora exige o preenchimento de três requisitos legais: (a) idade mínima de 60 anos, se

mulher, e 65 anos, se homem (art. 201, § 7º, II, da CF/88, e art. 48, § 3º, da Lei n° 8.213/91); (b) carência, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido (art. 48, § § 2º e3º, da Lei n° 8.213/91), com especial atenção à tabela de transição contida no artigo 142 da mesma lei, e; (c) qualidade de segurado especial no curso do prazo fixado no item anterior, segundo o conceito descrito no art. 11, VII, e § 1º, da Lei n° 8.213/91. Quanto ao requisito idade, a requerente, nascida em 21/03/1953 (ID 15679570, pág. 3), atingiu a idade mínima necessária para se aposentar no ano de 2013, cabendo-lhe ainda, demonstrar por início de prova material, corroborado com prova testemunhal o efetivo exercício de atividade rural. No que pertine ao requisito carência, deve a requerente demonstrar que o exercício de atividade rural e urbana, à luz do artigo 142 da Lei n° 8.213/91, deu-se no prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) meses. Nesse tema, consoante o artigo 55, § 3º, da Lei n° 8.213/91, a comprovação do tempo de serviço rural só produzirá efeito quando baseada em início razoável de prova material, contemporânea à época dos fatos alegados, não se exigindo que esta prova inicial corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício (Súmulas 14 e 34 da Turma Nacional de Uniformização e Súmula 5 da Primeira Turma de Rondônia, DJ-RO de 23/11/2006), devidamente corroborada por prova testemunhal produzida em juízo, se for necessária. Quanto à idade mínima para a caracterização como segurado especial, encontra-se consubstanciada na Súmula n. 05 da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, que segue transcrita: "Prestação de Serviço Rural. A prestação de serviço rural por menor de 12 a 14 anos, até o advento da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, devidamente comprovada, pode ser reconhecida para fins previdenciários". Assim, a requerente juntou como início de prova material: a) Contrato particular de arrendamento de terras em nome do esposo da autora, Sr. Jonas Roberto Paquer, lavrado no ano de 1977 (ID. 15679572, pág. 1/2); b) Contrato particular de parceria agrícola em nome do esposo da autora, lavrado no ano de 1979 (ID. 15679572, pág. 3); c) Declaração em nome do esposo da autora, constando que exerce apicultura desde o ano de 2004, lavrado no ano de 2011 (ID. 15679572, pág. 4); d) Autorização em nome do esposo da autora para fins de exploração em propriedade rural de terceiros, ano de 2005 (ID. 15679572, pág. 5); e) Declaração de exercício de atividade rural em nome do esposo da autora, ano de 2011 (ID. 15679572, pág. 6/7); f) Cupom fiscal de compra de sementes fiscalizadas de arroz em nome do esposo da autora, ano de 1985, (ID. 15679572, pág. 9); g) Cópia do indeferimento do benefício na via administrativa (ID. 15679573, pág 1/2), entre outros. De acordo com a jurisprudência pátria dominante, ante a realidade fática vivida pelos rurícolas e face à patente hipossuficiência dos trabalhadores do campo, até prova em contrário, os documentos acima mencionados, carreados aos autos, servem de início de prova material que comprova o exercício de atividade rural por parte do autor, senão vejamos: "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REMESSA OFICIAL. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADORA RURAL. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL. COMPLEMENTAÇÃO POR PROVA TESTEMUNHAL. RECONHECIMENTO. IDADE MÍNIMA. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA.1. O benefício da aposentadoria por idade é concedido mediante a comprovação da condição de trabalhador rural, ou de produtor rural em regime de economia familiar, por prova material plena ou por prova testemunhal baseada em início de prova documental, na forma do art. 39, I, da Lei n. 8.213/91, bem como a idade superior a 60 anos para homem e 55 anos para mulher.2. Estende-se à mulher a condição de rurícola do marido indicada na certidão de registro civil de casamento realizado em 06.07.1963 (fl. 10).3. Prova documental complementada pela prova testemunhal (fls. 28/29).4. A correção monetária incide sobre o débito previdenciário, a partir do vencimento de cada prestação, nos termos da Lei n. 6.899, de 8 de abril de 1981, conforme Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal.5 Cedendo à orientação desta c. Turma, os juros moratórios são devidos no percentual de 1% a.m. até a edição da Lei nº. 11.960/2009, quando então serão devidos no percentual de 0,5% a.m. conforme são aplicados nas cadernetas de poupança. Contam-se da citação, para as parcelas eventualmente vencidas anteriormente a ela, e do respectivo vencimento, para as que lhe são posteriores.6. Remessa oficial provida parcialmente, nos termos dos itens 4 e 5.(REO 0068171-14.2008.4.01.9199/GO, Rel. Desembargador Federal Francisco De Assis Betti, Segunda Turma, e-DJF1 p.84 de 16/09/2010). (Grifos meus) Portanto, verifico que os documentos juntados são bastante para configurar o início de prova material. Vale destacar que a prova material exigida pela lei não precisa ser exaustiva, correspondente a todo o período de carência, bastando que seja incipiente e razoável, e que traga a potencialidade da certeza quanto aos fatos narrados pelo segurado, lembrando sempre as sérias dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais para constituir prova material, em face de sua ingenuidade típica e da falta de conhecimento quanto aos seus direitos (Precedentes do STJ: REsp 616828/CE, rel. Min. Jorge Scartezzini, DJU de 02.08.2004, p. 550, e EREsp 448813/CE, rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJU de 02.03.2005, p. 185). Cabe salientar ainda que conforme a recente súmula 577 do STJ: "É possível reconhecer o tempo de serviço rural anterior ao documento mais antigo apresentado, desde que amparado em convincente prova testemunhal colhida sob o contraditório". Ademais, não bastassem às provas documentais carreadas, as testemunhas ouvidas em audiência de instrução confirmaram o trabalho rurícola da autora na condição de apicultora por muito tempo, senão vejamos (ID. 19676999): "Que é conhecido da autora há 20 anos. Que a autora sempre foi agricultora. Que a autora teve uma loja na cidade por pouco tempo. Que a família da autora são agricultores antes mesmo da abertura da loja. Que vendem mel. Que trabalham somente a família. Que realizam em casa a confecção das embalagens para venda do mel. Que moram na cidade. Que a casa é alugada. Que tem um carro antigo. Que utilizam o carro somente para coletar o mel. Que não tem empregados." (SIC) José Pedro Batista. "Que conhece a autora há 15 anos. Que durante esse período a autora sempre morou no mesmo endereço. Que moram em uma casa de alvenaria. Que a casa é pequena e alugada. Que o marido, Sr. Jonas, e a autora são responsáveis pela extração do mel. Que extraem o mel e colocam em caixas para venda. Que o trabalho é realizado na casa onde reside a autora. Que já viu a autora trabalhando diretamente na atividade de apicultura. Que não tem empregados. Que fazem o trabalho de forma manual. Que dependem dessa atividade." (SIC) Elisabeth Sales. "Que conhece a autora há muito tempo. Que a testemunha veio para Colíder em 1996. Que após 4 anos conheceu a autora (meados do ano 2000). Que se conhecem aproximadamente há 18 anos. Que a autora e seu marido sempre foram apicultores. Que a autora teve uma padaria e outra loja. Que extraem o mel no sítio e preparam para à venda em casa. Que a autora auxilia o marido na confecção das embalagens. Que a testemunha já comprou mel com a autora. Que mesmo após cessar as atividades com as lojas, continuaram trabalhando com apicultura. Que não possuem outras fontes de renda. Que não tem empregados. Que trabalham somente o casal." (SIC) Antenor Robert. Quanto à qualidade de segurada na condição de trabalhadora rural, o art. 11, VII, § 1º, da Lei n. 8.213/91 é cristalino, na medida em que privilegia uma pequena parcela de pessoas, colocando-as numa situação excepcional, à medida que isenta esse grupo de apresentarem perante a previdência contribuições, bastando para tanto a comprovação do equivalente em exercício da atividade rural ao período de carência. (art. 39, I c/c art. 142 da Lei n° 8.213/91). As testemunhas ouvidas em juízo informaram que a autora por muito tempo morou e trabalhou na zona rural, exercendo atividade rural, sendo que estas atividades eram desenvolvidas em regime de economia familiar, contudo, embora não podendo precisar o tempo exato do exercício da atividade rural, com base no início de prova material e testemunhal, reconheço-a de 1977 (ano em que firmou contrato de arrendamento rural) a 2003 (ano em que cessou as atividades rurais, partindo para o labor urbano na condição de empresária). Por fim, tratando de aposentadoria por idade híbrida, nos resta analisar a documentação trazida aos autos, com o fito de verificar o tempo laborado pela mesma no meio urbano. Somando o total trabalhado pela autora em ambas as atividades (urbana (05 anos) e rural (26 anos)), chega-se ao montante superior 31 (trinta e um) anos, sendo, portanto, devida a aposentadoria híbrida à autora. Em que pese os judiciosos argumentos da requerida lançada à contestação de ID. 17380018, não merecem prosperar, isso porque o fato de a autora ter sido empresária não descaracteriza os demais períodos em que exerceu atividade rural, ao contrário, servirá para computar o labor desempenhado em toda sua vida, tendo em vista que as empresas já estão em situação cadastral como "baixada". Verifica-se ainda que o esposo da autora é segurado especial rural da requerida desde o ano de 2011, sendo aposentado por idade rural desde 2018, confirmando, portanto sua qualidade de rurícola. Assim, comprovados os requisitos legais para obtenção do benefício da aposentadoria por idade híbrida, imperiosa se faz a procedência dos pedidos contidos na presente actio. Ex positis, JULGO PROCEDENTE o presente feito, para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

ao pagamento da Aposentadoria por Idade Híbrida à autora, Sra. Maria Neide Berto Paquer, na base do salário-de-benefício, assegurando-lhe o pagamento das parcelas vencidas e devidas desde a data do requerimento administrativo indeferido (DER – 27/04/2018 – ID. 17380024, pág. 3), devidamente atualizadas. 4 - DECLARO a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade da aposentadoria que é substituir a remuneração do trabalhador quando, em razão da idade avançada, não tem condições de exercer atividade laborativa. DECLARO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil. 5 - Outrossim, em analogia ao art. 4º da Lei n. 10.259/01, CONCEDO a antecipação dos efeitos da tutela, pela própria fundamentação da presente sentença e pelo periculum in mora em decorrência do caráter alimentar das prestações, e DETERMINO a implementação do beneficio no prazo de trinta (30) dias, sob pena de MULTA DIÁRIA que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais). 6 - Os juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% (um por cento) ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. 7 - Ainda, DETERMINO que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida. 8 - Sem custas à vista da isenção determinada pela Lei n° 9.289/96, art. 1, § 1º e Lei Estadual n° 7.603/2001. 9 - Por fim, fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas devidas até esta data, conforme entendimento pacificado na Seção Previdenciária do TRF e no Superior Tribunal de Justiça (Enunciado de súmula 111 – Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre prestações vincendas). 10 - Interposto recurso de apelação, independentemente de análise dos requisitos de admissibilidade da insurgência, nos termos dos arts. 994 a 1.014 do Código de Processo Civil, INTIME-SE para as contrarrazões. Vencido o prazo, com ou sem elas, subam os autos sem demora ao Tribunal Regional Federal, com as nossas homenagens. 11 - Preclusas as vias recursais, o que deverá ser certificado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas e anotações devidas, se nada for requerido em 15 (quinze) dias. 12 - Diante da eventual preclusão da via recursal voluntária, submeta-se ao reexame necessário se, após a liquidação, o valor da condenação exceder 1.000 (mil) salários mínimos (art. 496, § 3º, do Código de Processo Civil). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Em atenção ao Provimento 20/2008-CGJ, sintetizo o julgado da seguinte forma: CPF: 459.311.001-72. Nome da segurada: Maria Neide Berto Paquer. Nome da Mãe: Aparecida Nardi Berto. Endereço do segurado: Rua Rio Branco, n. 341, Bairro da Torre, 78500-000, Colíder/MT. Benefício concedido: Aposentadoria por Idade Híbrida. DIB: 27/04/2018 – data do requerimento administrativo – DER. Renda mensal: salário-de-benefício. Prazo para cumprimento da sentença: 30 (TRINTA) DIAS. CUMPRA-SE, EXPEDINDO-SE o necessário, com as cautelas de estilo. Colíder/MT, data da assinatura digital. Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000872-61.2018.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
IDALINA MARIANO PRADO PEREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO ZEFERINO PEREIRA OAB - MT0012491A-B (ADVOGADO(A))
FREDERICO STECCA CIONI OAB - PR0054275A (ADVOGADO(A))
CAMILA EMILY DO NASCIMENTO SOUZA OAB - MT19960/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1000872-61.2018.8.11.0009. AUTOR(A): IDALINA MARIANO PRADO PEREIRA. RÉU: INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS. Vistos, etc. Idalina Mariano Prado Pereira ajuizou "Ação Previdenciária de Aposentadoria por Idade Híbrida (rural e urbana)" em face do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, alegando, em síntese, possuir todos os requisitos necessários para perceber o benefício pleiteado. Com a inicial vieram os documentos. Recebida a inicial (ID. 13626851), fora deferido os benefícios da justiça gratuita, indeferido a tutela antecipada, determinado a citação da requerida bem como designada audiência de instrução e julgamento. Citada, a requerida apresentou contestação ao ID. 15797022, alegando, em síntese, que a autora não preenche os requisitos necessários para perceber o benefício pleiteado, ao final pugnou pela improcedência da ação. Ao ID. 16215003 a parte requerente apresentou manifestação nos autos impugnando os termos da contestação de ID. 15797022. A instrução ocorreu ao ID. 19060026, momento em foi ouvido a parte autora bem como as testemunhas. Ao final, fora apresentado alegações finais remissivas à inicial. Logo, diante da afetação dos Recursos Especiais n. 1.674.221/SP e n. 1.788.404/PR – TEMA 1007, este Juízo suspendeu os autos até o seu julgamento. (ID. 1968787). Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. FUNDAMENTO E DECIDO. 1 - Inicialmente, tendo em vista que o Superior Tribunal de Justiça julgou os Recursos Especiais n. 1.674.221/SP e n. 1.788.404/PR, correspondente ao TEMA 1007, que determinou a suspensão das ações previdenciárias que almejam a concessão de aposentadoria por idade rural e urbana (híbrida), dou prosseguimento ao feito. 2 – Pois bem. Quanto á preliminar arguida pela Autarquia demandada, verifica-se que se trata de prejudicial de mérito, incabível no presente feito, uma vez que se reconhecido o direito da autora será a partir de 2018, não havendo que se falar em quinquênio. 3 – Logo, estando devidamente instruído o feito, passo ao julgamento do mérito. Pois bem. Depreende-se dos autos que a questão encartada repousa sobre o preenchimento da autora quanto aos requisitos para concessão da aposentadoria híbrida. In casu, trata-se de novidade introduzida pela Lei 11.718/2008, que deu nova redação ao art. 48, da Lei 8.213/91, incluído no § 3º, uma nova espécie de benefício de aposentadoria por idade conceituada pela maioria da doutrina como do tipo "híbrida" ou "mista", benefício previdenciário destinado ao trabalhador rural quando completos os 65 anos de idade, se homem, e 60 anos, se mulher. Vejamos a redação do § 3º: § 3º Os trabalhadores rurais de que trata o § 1º deste artigo que não atendam ao disposto no § 2º deste artigo, mas que satisfaçam essa condição, se forem considerados períodos de contribuição sob outras categorias do segurado, farão jus ao benefício ao completarem 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos, se mulher. (Incluído pela Lei nº 11,718, de 2008). A inclusão desse parágrafo ao art. 48 traz uma nova esperança de alcançar a tão sonhada aposentadoria pelos trabalhadores rurais. Ao contrário do que acontece quando o pedido administrativo versa sobre aposentadoria por idade rural "pura" (aquela prevista no art. 48, § 2º), o tempo de contribuição urbana do segurado não implicará em indeferimento do benefício. Ao avesso, servirá para computar o tempo de carência mínima exigida pelo artigo 142 da Lei 8.213/91 para concessão da aposentadoria. Em outras palavras, o tempo urbano será somado ao tempo rural para fins de preenchimento de carência mínima. Neste viés, colaciono o seguinte julgado, vejamos: "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA HÍBRIDA POR IDADE. LEI Nº 11.718/08. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. I. O objetivo dos embargos de declaração, de acordo com o art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, é sanar eventual obscuridade, contradição ou omissão e, ainda, a ocorrência de erro material no julgado. II. A alteração legislativa trazida pela Lei nº 11.718 de 20.06.2008, que introduziu os §§ 3º e 4º ao art. 48 da Lei nº 8.213/91, passou a permitir a concessão de aposentadoria comum por idade àqueles segurados que, embora inicialmente rurícolas, passaram a exercer outras atividades e tenham idade mínima de 60 anos (mulher) e 65 anos (homem). (...) IV. Tendo a autora completado 60 anos de idade e preenchido a carência exigida pelos artigos 142 e 143 da Lei nº 8.213/91, é de ser aplicada a referida alteração da legislação previdenciária e lhe conceder o benefício de aposentadoria híbrida por idade. V. Ainda que os embargos de declaração tenham a finalidade de prequestionamento, devem observar os limites traçados no art. 1.022 do Novo CPC (STJ-1a Turma, Resp 11.465-0-SP, Rel. Min. Demócrito Reinaldo, j. 23.11.92, rejeitaram os embs. , V. u., DJU 15.2.93, p. 1.665). VI. Embargos de declaração do INSS rejeitados. (TRF 3ª R.; EDcl-AC 0044558-91.2012.4.03.9999; Décima Turma; Rel. Des. Fed. Sérgio do Nascimento; Julg. 06/12/2016; DEJF 15/12/2016)" – Grifos meus. "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE HÍBRIDA. ART. 48, "CAPUT ", E § 3º DA LEI Nº 8.213/91. ATIVIDADE RURAL E URBANA COMPROVADAS. INÍCIO DE PROVA MATERIAL CORROBORADA POR PROVA TESTEMUNHAL. CONCOMITANTE EXERCÍCIO DE ATIVIDADE

URBANA OU RURAL COM O IMPLEMENTO DO REQUISITO ETÁRIO. INEXIBILIDADE. REQUISITOS PREENCHIDOS. BENEFÍCIO DEVIDO. 1. O benefício de aposentadoria por idade urbana exige o cumprimento de dois requisitos: a) idade mínima, de 65 anos, se homem, ou 60 anos, se mulher; e b) período de carência (art. 48, "caput ", da Lei nº 8.213/91). 2. Início de prova material, corroborado por prova testemunhal, enseja o reconhecimento do tempo laborado como trabalhador rural. A atividade rural desempenhada em data anterior a novembro de 1991 pode ser considerada para averbação do tempo de serviço, sem necessidade de recolhimento de contribuições previdenciárias. 3. A Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, ao introduzir o § 3, do art. 48, do mencionado diploma legal, permitiu a aposentadoria por idade híbrida, possibilitando a contagem cumulativa do tempo de labor urbano e rural, para fins de aposentadoria por idade. 4. Em se tratando de aposentadoria por idade híbrida, não se exige a simultaneidade entre o implemento do requisito etário e o exercício da atividade laborativa, seja esta urbana ou rural. Precedentes do STJ e desta Corte. 5. Comprovadas as atividades rurais e urbanas pela carência exigida, e preenchida a idade necessária à concessão do benefício, faz jus a parte autora ao recebimento da aposentadoria por idade. 6. Apelação desprovida. Recurso adesivo parcialmente provido Fixados, de ofício, os consectários legais. (TRF 3ª R.; AC 0044584-84.2015.4.03.9999; Décima Turma; Rel. Des. Fed. Nelson Porfirio; Julg. 06/12/2016; DEJF 15/12/2016)" – Grifos meus. "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE HÍBRIDA. ATIVIDADE RURAL. REGIME DE ECONOMIA FAMILIAR. DOCUMENTOS EM NOME DE FAMILIAR QUE PASSOU A EXERCER ATIVIDADE INCOMPATÍVEL COM O LABOR RURAL. PROVA MATERIAL ESCASSA. NECESSIDADE DE PROVA TESTEMUNHAL ROBUSTA. REQUISITOS NÃO IMPLEMENTADOS. 1. É devida a aposentadoria por idade mediante conjugação de tempo rural e urbano durante o período aquisitivo do direito, a teor do disposto na Lei n. 11.718/08, que acrescentou § 3º ao art. 48 da Lei n. 8.213/91, contanto que cumprido o requisito etário de 60 (sessenta) anos para mulher e de 65 (sessenta e cinco) anos para homem e a carência mínima exigida. 2. (...) 4. Uma vez que não há comprovação de labor rural a ser somado aos períodos de labor urbano da autora, não é possível concessão de aposentadoria por idade híbrida. (TRF 4ª R.; APELREEX 0011451-87.2016.404.9999; RS; Quinta Turma; Relª Juíza Fed. Taís Schilling Ferraz; Julg. 22/11/2016; DEJF 15/12/2016) – Grifos meus. TRF1-0290136) PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR IDADE MISTA OU HÍBRIDA. TRABALHADOR URBANO. RECONHECIMENTO DE TEMPO DE SERVIÇO RURAL. AUSÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL. PROVA TESTEMUNHAL. IMPOSSIBILIDADE. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. (...) 3. Com as alterações introduzidas pela Lei 11.718, de 20.06.2008, que acrescentou os §§ 2º, 3º e 4º ao art. 48 da Lei 8.213/1991, autorizou-se ao trabalhador rural o cômputo de períodos que não sejam de atividade rural, para fins de aposentadoria por idade. Trata-se da chamada aposentadoria por idade "mista" ou "híbrida", cabendo ao segurado comprovar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta) anos de idade, se mulher. 4. Para a conjugação do tempo de serviço rural e urbano não se exige que o segurado esteja desempenhando atividade rural por ocasião do requerimento administrativo do benefício e/ou do implemento do requisito etário. A aposentadoria híbrida, portanto, contempla tanto o segurado que foi para a cidade após o exercício de atividade rural, quanto aquele que, após prestar serviço de natureza urbana passa a exercer trabalho rurícola (art. 51, § 4º do Decreto nº 3.048/1999). (...) 7. O reconhecimento do tempo de serviço rural, comprovadamente desempenhado por trabalhador menor em regime de economia familiar, é assente no STJ com o entendimento no sentido da possibilidade do seu cômputo, para fins previdenciários, a partir dos 12 (doze) anos de idade (STJ - AR: 3629 RS 2006/0183880-5, Relator: Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Data de Julgamento: 23.06.2008, S3 - TERCEIRA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 09.09.2008). (...) (Apelação Cível nº 0029483-65.2017.4.01.9199/MG, 1ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Carlos Augusto Pires Brandão. j. 19.07.2017, unânime, e-DJF1 09.08.2017). - Grifos meus. Portanto, a concessão do benefício de aposentadoria por idade híbrida pretendida pela autora exige o preenchimento de três requisitos legais: (a) idade mínima de 60 anos, se mulher, e 65 anos, se homem (art. 201, § 7º, II, da CF/88, e art. 48, § 3º, da Lei n° 8.213/91); (b) carência, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido (art. 48, § § 2º e3º, da Lei n° 8.213/91), com especial atenção à tabela de transição contida no artigo 142 da mesma lei, e; (c) qualidade de segurado especial no curso do prazo fixado no item anterior, segundo o conceito descrito no art. 11, VII, e § 1º, da Lei n° 8.213/91. Quanto ao requisito idade, a requerente, nascida em 13/02/1958 (ID 13295563, pág. 2), atingiu a idade mínima necessária para se aposentar no ano de 2018, cabendo-lhe ainda, demonstrar por início de prova material, corroborado com prova testemunhal o efetivo exercício de atividade rural. No que pertine ao requisito carência, deve a requerente demonstrar que o exercício de atividade rural e urbana, à luz do artigo 142 da Lei n° 8.213/91, deu-se no prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) meses. Nesse tema, consoante o artigo 55, § 3º, da Lei n° 8.213/91, a comprovação do tempo de serviço rural só produzirá efeito quando baseada em início razoável de prova material, contemporânea à época dos fatos alegados, não se exigindo que esta prova inicial corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício (Súmulas 14 e 34 da Turma Nacional de Uniformização e Súmula 5 da Primeira Turma de Rondônia, DJ-RO de 23/11/2006), devidamente corroborada por prova testemunhal produzida em juízo, se for necessária. Quanto à idade mínima para a caracterização como segurado especial, encontra-se consubstanciada na Súmula n. 05 da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, que segue transcrita: "Prestação de Serviço Rural. A prestação de serviço rural por menor de 12 a 14 anos, até o advento da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, devidamente comprovada, pode ser reconhecida para fins previdenciários". Assim, a requerente juntou como início de prova material: a) CTPS em nome da autora, onde demonstra que iniciou suas atividades laborativas urbanas no ano de 1987 (ID. 13295568, pág. 2) e b) Certidão de nascimento da autora, constando a profissão de seu genitor como "lavrador", no ano de 1958 (ID 13295570, pág. 1). De acordo com a jurisprudência pátria dominante, ante a realidade fática vivida pelos rurícolas e face à patente hipossuficiência dos trabalhadores do campo, até prova em contrário, os documentos acima mencionados, carreados aos autos, servem de início de prova material que comprova o exercício de atividade rural por parte do autor, senão vejamos: EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. REMESSA OFICIAL. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADORA RURAL. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL. COMPLEMENTAÇÃO POR PROVA TESTEMUNHAL. RECONHECIMENTO. IDADE MÍNIMA. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA.1. O benefício da aposentadoria por idade é concedido mediante a comprovação da condição de trabalhador rural, ou de produtor rural em regime de economia familiar, por prova material plena ou por prova testemunhal baseada em início de prova documental, na forma do art. 39, I, da Lei n. 8.213/91, bem como a idade superior a 60 anos para homem e 55 anos para mulher.2. Estende-se à mulher a condição de rurícola do marido indicada na certidão de registro civil de casamento realizado em 06.07.1963 (fl. 10).3. Prova documental complementada pela prova testemunhal (fls. 28/29).4. A correção monetária incide sobre o débito previdenciário, a partir do vencimento de cada prestação, nos termos da Lei n. 6.899, de 8 de abril de 1981, conforme Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal.5 Cedendo à orientação desta c. Turma, os juros moratórios são devidos no percentual de 1% a.m. até a edição da Lei nº. 11.960/2009, quando então serão devidos no percentual de 0,5% a.m. conforme são aplicados nas cadernetas de poupança. Contam-se da citação, para as parcelas eventualmente vencidas anteriormente a ela, e do respectivo vencimento, para as que lhe são posteriores.6. Remessa oficial provida parcialmente, nos termos dos itens 4 e 5.(REO 0068171-14.2008.4.01.9199/GO, Rel. Desembargador Federal Francisco De Assis Betti, Segunda Turma, e-DJF1 p.84 de 16/09/2010)." (Grifos meus). Portanto, verifico que os documentos juntados são bastante para configurar o início de prova material. Vale destacar que a prova material exigida pela lei não precisa ser exaustiva, correspondente a todo o período de carência, bastando que seja incipiente e razoável, e que traga a potencialidade da certeza quanto aos fatos narrados pelo segurado, lembrando sempre as sérias dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais para constituir prova material, em face de sua ingenuidade típica e da falta de conhecimento quanto aos seus direitos (Precedentes do STJ: REsp 616828/CE, rel. Min. Jorge Scartezzini, DJU de 02.08.2004, p. 550, e EREsp 448813/CE, rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJU de 02.03.2005, p. 185). Cabe salientar ainda que conforme a recente súmula 577 do STJ: "É possível reconhecer o tempo de serviço rural anterior ao documento mais antigo apresentado, desde que amparado em convincente prova testemunhal colhida sob o contraditório". Ademais, não bastassem às provas documentais carreadas, as testemunhas ouvidas em audiência de

instrução confirmaram o trabalho rurícola da autora, senão vejamos: "Que é conhecida da autora desde 1980. Que a família da autora chegou primeiro que a testemunha. Que quando a testemunha chegou, a autora já estava na lida rural. Que foi uma das primeiras pessoas que conheceu quando chegou à comunidade. Que a autora morava com os pais no sitio. Que o sítio era do pai da autora. Que no sítio desenvolviam atividade com plantio de arroz, mandioca, frutas, abacaxi, café, etc. Que tinham pequenos animais como porcos e galinhas. Que naquele tempo o que prevalecia era o plantio de lavoura. Que a família não possuía empregados contratados. Que só era a família que trabalhava no sítio. Que depois que a autora se casou e saiu do sítio não teve mais contato." (SIC) Miranda Matsumoto Lazari. "Que conhece a autora desde 1.981. Que a testemunha mudou para a comunidade a autora já se encontrava lá. Que moravam com os pais. Que a propriedade rural era do pai da autora. Que lá desenvolviam atividade rural na lavoura, plantavam feijão, arroz, milho, algodão, café. Que a testemunha já viu a autora trabalhando na lida do campo. Que depois que a autora se casou ela foi embora do sítio. Que quando a testemunha chegou a autora já estava lá há mais de 2 anos. Que não tinham empregados nem maquinários. Que era braçal. Que na época não tinham propriedades na cidade nem veículos." (SIC) Odete Lazari Artheman. Quanto à qualidade de segurada na condição de trabalhador rural, o art. 11, VII, § 1º, da Lei n. 8.213/91 é cristalino, na medida em que privilegia uma pequena parcela de pessoas, colocando-as numa situação excepcional, à medida que isenta esse grupo de apresentarem perante a previdência contribuições, bastando para tanto a comprovação do equivalente em exercício da atividade rural ao período de carência. (art. 39, I c/c art. 142 da Lei n° 8.213/91). As testemunhas ouvidas em juízo informaram que a autora por muito tempo morou e trabalhou na zona rural, exercendo atividade rural, sendo que estas atividades eram desenvolvidas em regime de economia familiar, contudo, embora não podendo precisar o tempo exato do exercício da atividade rural, com base no início de prova material e testemunhal, reconheço-a de 1972 (época em que a autora cessou as atividades urbanas, dando continuidade na atividade rural) a 1986 (quando cessou as atividades rurais, partindo para o labor urbano). Por fim, tratando de aposentadoria por idade híbrida, nos resta analisar a documentação trazida aos autos, com o fito de verificar o tempo laborado pela mesma no meio urbano. Somando o total trabalhado pela autora em ambas as atividades (urbana (11 anos) e rural (14 anos)), chega-se ao montante superior 25 (vinte e cinco) anos, sendo, portanto, devida a aposentadoria híbrida à autora. Assim, comprovados os requisitos legais para obtenção do benefício da aposentadoria por idade híbrida, imperiosa se faz a procedência dos pedidos contidos na presente actio. Ex positis, JULGO PROCEDENTE a presente demanda, para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ao pagamento da Aposentadoria Por Idade Híbrida à autora, Sra. Idalina Mariano Prado Pereira, na base do salário-de-benefício, assegurando-lhe o pagamento das parcelas vencidas e devidas desde a data do requerimento administrativo indeferido (DER - 20/02/2018 – ID. 13295595, pág. 1), devidamente atualizadas. 4 - DECLARO a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade da aposentadoria que é substituir a remuneração do trabalhador quando, em razão da idade avançada, não tem condições de exercer atividade laborativa. DECLARO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil. 5 - Outrossim, em analogia ao art. 4º da Lei n. 10.259/01, CONCEDO a antecipação dos efeitos da tutela, pela própria fundamentação da presente sentença e pelo periculum in mora em decorrência do caráter alimentar das prestações, e DETERMINO a implementação do beneficio no prazo de trinta (30) dias, sob pena de MULTA DIÁRIA que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais). 6 - Os juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% (um por cento) ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. 7 - Ainda, DETERMINO que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida. 8 - Sem custas à vista da isenção determinada pela Lei n° 9.289/96, art. 1, § 1º e Lei Estadual n° 7.603/2001. 9 - Por fim, fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas devidas até esta data, conforme entendimento pacificado na Seção Previdenciária do TRF e no Superior Tribunal de Justiça (Enunciado de súmula 111 – Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre prestações vincendas). 10 - Interposto recurso de apelação, independentemente de análise dos requisitos de admissibilidade da insurgência, nos termos dos arts. 994 a 1.014 do Código de Processo Civil, INTIME-SE para as contrarrazões. Vencido o prazo, com ou sem elas, subam os autos sem demora ao Tribunal Regional Federal, com as nossas homenagens. 11 - Preclusas as vias recursais, o que deverá ser certificado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas e anotações devidas, se nada for requerido em 15 (quinze) dias. 12 - Diante da eventual preclusão da via recursal voluntária, submeta-se ao reexame necessário se, após a liquidação, o valor da condenação exceder 1.000 (mil) salários mínimos (art. 496, § 3º, do Código de Processo Civil). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Em atenção ao Provimento 20/2008-CGJ, sintetizo o julgado da seguinte forma: CPF: 362.742.241-49. Nome da segurada: Idalina Mariano Prado Pereira. Nome da Mãe: Soledade Peres Prado. Endereço do segurado: Rua Bahia, n. 739, Bairro José Luciano, Setor Oeste, 78500-000, Colíder/MT. Benefício concedido: Aposentadoria por Idade Híbrida. DIB: 20/02/2018 – data do requerimento administrativo – DER. Renda mensal: salário-de-benefício. Prazo para cumprimento da sentença: 30 (TRINTA) DIAS. CUMPRA-SE, EXPEDINDO-SE o necessário, com as cautelas de estilo. Colíder/MT, data da assinatura digital. Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000860-18.2016.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
NAIR FONTANA DOS REIS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO ZEFERINO PEREIRA OAB - MT0012491A-B (ADVOGADO(A))
FREDERICO STECCA CIONI OAB - PR0054275A (ADVOGADO(A))
CAMILA EMILY DO NASCIMENTO SOUZA OAB - MT19960/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)
INSS (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1000860-18.2016.8.11.0009. REQUERENTE: NAIR FONTANA DOS REIS. REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Vistos, etc. Trata-se de Ação Previdenciária de Pensão por Morte ajuizada por Nair Fontana dos Reis em desfavor do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, ambos devidamente qualificados nos autos. Aduz a requerente, em síntese, que era dependente de seu marido, sendo que este seria segurado da previdência social, assim preenchendo os requisitos necessários para concessão de pensão por morte rural. Com a inicial vieram os documentos. A inicial foi recebida ao ID. 4751025, oportunidade em que fora designado à audiência de instrução, deferido os benefícios da justiça gratuita, indeferido o pedido de tutela antecipada e determinado a citação da requerida para oferecer resposta a exordial. Devidamente citada, a Autarquia Ré apresentou contestação e documentos ao ID. 7265208, alegando em síntese que a requerente não preenche os requisitos necessários para o pleito. Alega ainda que a requerente não comprova união estável com o de cujus, pugnando pela improcedência da ação. Ao ID. 8230309 fora certificado a tempestividade da contestação apresentada pela requerida. Seguidamente, ao ID. 9211745 a parte requerente apresentou alegações finais. Realizou-se a audiência de instrução ao ID. 9456547, onde na oportunidade foram ouvidas as testemunhas trazidas pela parte autora. Ato contínuo a requerente pugnou por prazo para apresentar suas derradeiras alegações. Em seguida, fora certificado o decurso do prazo sem que o requerente apresentasse alegações finais (ID. 16584371). Por fim, o requerente apresentou manifestação (ID. 17544817). Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. FUNDAMENTO E DECIDO. 1 - Inicialmente, quanto à preliminar de prescrição das parcelas vencidas anteriormente ao quinquênio que precede o ajuizamento da ação, verifica-se que se trata de prejudicial de mérito, incabível no presente feito, uma vez que, se reconhecido o direito da autora será a partir de 2016, não havendo que se falar em quinquênio. 2 - Estando devidamente instruído o feito e não havendo mais preliminares a serem decididas, passo ao julgamento do mérito. Muito bem. O benefício previdenciário de pensão por morte é

aquele devido aos dependentes do segurado que veio a falecer e tem previsão legal nos artigos 74 a 79 da Lei 8.213/91. Segundo orientação do STF (Cf. ARE 749558-AgR, Rel. Ministro Teori Zavascki, Segunda Turma, DJe 13/10/2014; e ARE 774.760-AgR, Rel. Ministro Dias Toffoli, Primeira Turma, DJe 11/03/2014), do STJ (Súmula nº 340) e do TRF1ª Região (Cf. AC 0041804-45.2011.4.01.9199/MG, Rel. Desembargadora Federal Ângela Catão, Primeira Turma, e-DJF1 p. 399 de 24/02/2015; e AC 0049088-46.2007.4.01.9199/RO, Rel. Desembargador Federal Cândido Moraes, Segunda Turma, e-DJF1 p. 98 de 21/01/2015), deve-se aplicar, para a concessão de benefício de pensão por morte, a legislação vigente ao tempo do óbito da instituidora. Neste sentido, o art. 16 da Lei 8.213/1991, na redação vigente à época do óbito da instituidora da pensão – 01/06/2010 (certidão de óbito de ID. 4542974, pág. 2) – enumera as pessoas que são beneficiárias da Previdência social, na condição de dependentes do segurado, como se vê abaixo: "Art. 16. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado: I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave; II - os pais; III - o irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental ou deficiência grave; § 1º A existência de dependente de qualquer das classes deste artigo exclui do direito às prestações os das classes seguintes. § 2º .O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica na forma estabelecida no Regulamento. § 3º. Considera-se companheira ou companheiro a pessoa que, sem ser casada, mantém união estável com o segurado ou com a segurada, de acordo com o § 3º do art. 226 da Constituição Federal. § 4º. A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e a das demais deve ser comprovada." Assim, para que os dependentes do segurado tenham direito à percepção do benefício de pensão por morte, de acordo com o caput do artigo 74 da Lei 8.213/91, é necessária a presença de alguns requisitos, quais sejam: a) o óbito do segurado; b) a qualidade de segurado do falecido; e c) a dependência econômica, que pode ser presumida ou comprovada (art. 16, § 4º da Lei 8.213/1991). De plano, observa-se que o óbito de João Batista dos Reis, em 01 de junho de 2010, foi devidamente comprovado por meio da certidão de óbito (ID. 4542974, pág. 2). Quanto à dependência econômica, in casu, nos termos do art. 16, I, § 4º, da Lei nº 8.213/91, esta é presumida, pois a autora era esposa do de cujus. Acerca da qualidade de segurado, a requerente juntou como início de prova material: a) certidão de óbito do de cujus (ID. 4542974); b) Certidão de casamento e óbito, constando a profissão do esposo da autora como lavrador (ID. 4542976), c) Cópia do indeferimento do benefício na via administrativa (ID. 4542976, pág. 1), entre outros. Em relação à condição de segurado do de cujus entendo suficientemente comprovado, haja vista que, com base no início de prova material e testemunhal carreada aos autos, verifica-se que o labor desempenhado pelo esposo da autora era em meio rural. Ademais, verifico que o esposo da autora não possui vínculos empregatícios em labores urbanos, conforme se evidencia do CNIS de ID. 7265215, confirmando, desta forma sua qualidade de segurado rural especial. Nesse sentido, confiramos o seguinte aresto do Tribunal Regional Federal da 1ª Região in verbis: "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO. QUALIDADE DE SEGURADO MANTIDA AO TEMPO DO ÓBITO. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DEMONSTRADA. COMPANHEIRA. BENEFÍCIO DEVIDO. DIB NA CITAÇÃO. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. LEI Nº 11.960/09. 1. A pensão por morte é benefício devido ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer e, para a sua concessão, é indispensável que se prove, no momento do óbito, a qualidade de segurado do instituidor e a condição de dependente econômico(a) do(a) requerente. 2. Presente a qualidade de segurada da de cujus, pois esta manteve vínculo de emprego com a empresa Goiasa Goiatuba Alccol Ltda., entre 03.12.2007 a 03.03.2008, conforme anotação no CNIS de fls. 43, de modo que, ao tempo do óbito, em 15.06.2008 (fl. 10), se encontrava em período de graça. Aplicação do art. 15, II, da Lei nº 8.213/91. 3. A comprovação de união estável para efeito de concessão de pensão por morte prescinde de início de prova material (Súmula 63 da TNU), porém, no caso, além de a prova oral confirmá-la, os depoimentos são corroborados pela existência de filhos comuns (fls. 13 e 14). Dependência econômica presumida, nos termos do art. § 4º do art. 16 da Lei nº 8.213/91. 4. Não havendo a demonstração do prévio requerimento administrativo, o benefício é devido a partir da citação, momento em que a parte ré foi constituída em mora. 5. Os juros de mora, devidos a partir da citação, e a correção monetária, observarão as diretrizes da Lei nº 9.494/97, com redação dada pela Lei nº 11.960/09. Ressalte-se que tal deliberação não prejudicará a incidência do que será decidido pelo STF do RE 870.947/SE, com repercussão geral reconhecida. 6. Os honorários, devidos pelo INSS, serão fixados pelo Juízo de Primeiro Grau, quando da liquidação, nos termos dos §§ 2º a 4º do art. 85 do CPC/2015. 7. Apelação parcialmente provida. Tutela de urgência deferida. (Apelação Cível nº 0028514-89.2013.4.01.9199/GO, 1ª Câmara Regional Previdenciária da Bahia - TRF da 1ª Região, Rel. Cristiano Miranda de Santana. j. 07.04.2017, unânime, e-DJF1 29.09.2017). – Grifos meus. Quanto à dependência econômica, atendendo à exigência do § 3º, do artigo 55 da Lei 8.213/91, esta restou comprovada, uma vez que a testemunha e a informante ouvidas em audiência de instrução e julgamento afirmaram que a requerente sempre foi dependente de seu marido (de cujus), vejamos: "Que conheceu a autora há mais ou menos 20 anos. Que a autora era casada. Que morava juntamente com seu esposo em uma fazenda. Que trabalhava diretamente na lida do campo junto com a família. Que já viu eles trabalhando diretamente na lida do campo. Que plantavam lavoura. Que a propriedade rural era de terceiros. Que não tinham outras fontes de renda. Que a testemunha é vizinha de Comunidade da autora. Que após o falecimento do esposo a autora veio morar na cidade em razão de problemas de saúde. Que sempre dependeram da renda do labor rural. Que a autora nunca trabalhou em meio urbano." – Edna Maria do Nascimento Silva (sic) "Que é vizinha da autora. Que conhece a autora há 20 anos. Que a autora e seu esposo trabalhavam em uma fazenda. Que era propriedade de terceiros. Que o esposo da autora adoeceu e foram morar na cidade. Que trabalhavam com roçadas nessa fazenda. Que criavam galinhas. Que no período em que o esposo da autora trabalho sempre foi da lida rural. Que o casal sempre foi da lida rural. Que o de cujus não deixou veículos nem bens. Que a autora mora em uma casa pequena de madeira." – (informante) – Maria Divina Aparecida (sic) Sobre o período de carência para concessão de pensão por morte, a Lei nº 8.213/91, se exige apenas a demonstração da qualidade de segurado do falecido e a condição de dependente da beneficiária, independentemente de carência ou de recolhimento de contribuições, conforme dispõe o art. artigo 26, III, e art. 39, I, da Lei nº 8.213/91. Assim, tendo sido provado à dependência econômica entre a requerente e o instituidor da pensão, notadamente em face das declarações prestadas pelas testemunhas, conclui-se à evidência que foram preenchidos os requisitos legais para a concessão do benefício previdenciário de pensão por morte. D' outra banda, no que tange ao termo inicial do benefício, tenho que é devido o pagamento desde a data do requerimento administrativo indeferido (DER - 06/10/2016 – ID. 4542976, pág. 1), uma vez que, foi requerido fora do prazo do artigo 74, inciso I, da lei 8.213/1991. Nesse toada, é o entendimento jurisprudencial, conforme acórdão que ora transcrevo: "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO – RECURSO DE APELAÇÃO COM REEXAME NECESSÁRIO – PENSÃO POR MORTE A CÔNJUGE DE TRABALHADOR RURAL – EXISTÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA MATERIAL DA CONDIÇÃO DE RURÍCULA E PROVA TESTEMUNHAL – REQUISITOS DEMONSTRADOS – DIREITO ASSEGURADO – TERMO INICIAL – DATA DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO – JUROS E CORREÇÃO – RECURSO PROVIDO – SENTENÇA RETIFICADA. Comprovada a condição de trabalhador rural do de cujus, por prova testemunhal baseada em início de prova documental, a autora, cônjuge do falecido, faz jus ao benefício previdenciário de pensão por morte.À teor do que dispõe o art. 16, § 4º da Lei n. 8.213/91, a dependência econômica da autora, em relação ao falecido é presumida. A pensão por morte será devida à dependente do segurado a contar da data do pedido administrativo, em conformidade com o art. 74, II, da Lei n. 8.213/91.(...) (Apelação / Remessa Necessária 124646/2016, DES. MÁRCIO VIDAL, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 26/03/2018, Publicado no DJE 10/04/2018). – Grifos meus. Assim, comprovados os requisitos legais para obtenção do benefício da pensão por morte, imperiosa se faz a procedência dos pedidos contidos na presente actio. Ex positis, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, e o faço para condenar o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ao pagamento da Pensão por Morte à autora, Sra. Nair Fontana dos Reis, equivalente ao salário do benefício, a partir da data do requerimento indeferido na via administrativa (DER - 06/10/2016 – ID. 4542976, pág. 1), nos termos do artigo 74, inc. II da lei 8.213/1991, devidamente atualizado. Nos termos dos parâmetros para implantação do benefício, nos termos do art. 80, parágrafo único, III, "g", da Resolução /Presi/Cojef nº 16/2010:

Número do CPF: 903.672.601-82. Número da CI/RG: 1861469-6 SSP/MG. Nome da Mãe: Leonidia da Silva Fontana. Nome do(a) dependente: Nair Fontana dos Reis. Endereço: Rua Dom Pedro, n. 804, Torre, Oeste, 78.500-000, Colíder/MT. Benefício concedido: Pensão por morte. DIB: 06/10/2016 – data do requerimento administrativo – DER. 3 - DECLARO a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade da pensão por morte que é amparar os dependentes do trabalhador quando, em razão do falecimento, não tem condições de sobreviver sem o auxílio do sustentador "de cujus". 4 - Outrossim, em analogia ao art. 4º da Lei n. 10.259/01, CONCEDO a antecipação dos efeitos da tutela, pela própria fundamentação da presente sentença e pelo periculum in mora em decorrência do caráter alimentar das prestações, e DETERMINO a implementação do beneficio no prazo de trinta (30) dias, sob pena de MULTA DIÁRIA que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais). Ademais, DECLARO EXTINTO o presente processo, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil. 5 - Os juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% (um por cento) ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. 6 - Ainda, DETERMINO que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida. Sem custas à vista da isenção determinada pela Lei n° 9.289/96, art. 1, § 1º e Lei Estadual n° 7.603/2001. 7 - Por fim, FIXO os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas devidas até esta data, conforme entendimento pacificado na Seção Previdenciária do TRF e no Superior Tribunal de Justiça (Enunciado de súmula 111 – Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre prestações vincendas). 8 - Sem custas, na forma da Lei. 9 - Interposto recurso de apelação, independentemente de análise dos requisitos de admissibilidade da insurgência, nos termos dos arts. 994 a 1.014 do Código de Processo Civil, INTIME-SE para as contrarrazões. 10 - Vencido o prazo, com ou sem elas, subam os autos sem demora ao Tribunal Regional Federal, com as nossas homenagens. 11 - Preclusas as vias recursais, o que deverá ser certificado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas e anotações devidas, se nada for requerido em quinze (15) dias. 12 - Diante da eventual preclusão da via recursal voluntária, submeta-se ao reexame necessário se, após a liquidação, o valor da condenação exceder 1.000 (mil) salários mínimos (art. 496, § 3º do Código de Processo Civil). Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Colíder/MT, data da assinatura digital. Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002030-54.2018.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
MESSIAS CAIRO GUIMARAES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO AUGUSTO BARASUOL OAB - MT19904/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1002030-54.2018.8.11.0009. AUTOR(A): MESSIAS CAIRO GUIMARAES RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos, etc. Trata-se de Ação Previdenciária com pedido de concessão de Auxílio-Doença c/c Pedido de Tutela Antecipada c/c conversão em Aposentadoria por Invalidez, ajuizada por Messias Cairo Guimarães em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, ambos devidamente qualificados nos autos, alegando, em síntese, que preenche os pressupostos autorizadores para perceber o auxílio-doença em razão de estar incapacitada para exercer seu labor habitual. Com a inicial vieram os documentos. A inicial foi recebida ao ID. 17937100, momento em que foi deferido os benefícios da justiça gratuita. Aportou aos autos o resultado do laudo médico pericial ao ID. 22043639. Devidamente citada, a Autarquia requerida apresentou contestação ao ID. 22091279, alegando, em síntese, que o autor não preenche os requisitos necessários para perceber o benefício pleiteado. Ao final, pugnou pela improcedência da ação. É o relatório do necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. 1 – De pronto, quanto à preliminar de prescrição arguida pelo requerido na contestação, referente às parcelas vencidas anteriormente ao quinquênio que precede o ajuizamento da ação, verifica-se que se trata de prejudicial de mérito, incabível no presente feito, uma vez que o ajuizamento da ação se deu em 2018 e, se reconhecido o direito da requerente será a partir de 2018, não havendo que se falar em quinquênio. Ademais, cumpre anotar que o caso em apreço é hipótese que comporta o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso I do art. 355 do Código de Processo Civil, não havendo, salvo melhor juízo, a necessidade de dilação probatória: "Art. 355: O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I – não houver necessidade de produção de outras provas; II – o réu for revel, ocorrer o efeito previsto no art. 344 e não houver requerimento de prova, na forma do art. 349". 2 - Logo, estando devidamente instruído o feito e, não havendo mais preliminares a serem decididas, passo ao julgamento do mérito. O cerne da questão encartada consiste em saber se a parte autora satisfaz (ou se em algum momento satisfez), todos os requisitos exigidos à concessão do benefício postulado, disposto nos artigos 42 ou 59 da Lei 8.213/91, em especial à sua incapacidade, uma vez que a qualidade de segurada e a carência foram comprovados: Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição. Art. 59. O auxílio-doença será devido ao segurado que, havendo cumprido, quando for o caso, o período de carência exigido nesta Lei, ficar incapacitado para o seu trabalho ou para a sua atividade habitual por mais de 15 (quinze) dias consecutivos. Desse modo, verifica-se que para a concessão de auxílio-doença e/ou aposentadoria por invalidez, mister o atendimento a alguns requisitos. Analisando os autos, tenho que a pretensão deduzida pela requerente em Juízo NÃO merece acolhimento. Ora, trata-se de ação de natureza previdenciária, objetivando a concessão de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença. Com efeito, a perícia médica determinada por este Juízo, não concluiu pela incapacidade do requerente para o exercício de suas atividades laborativas. Destarte, a Expert, em exame físico, afirmou em sua conclusão: "Diante dos elementos obtidos em perícia médica, neste momento, não é possível concluir por incapacidade laborativa." (ID 22043639, pág. 04). Vejamos alguns trechos do laudo pericial (ID 22043639): A. Qual (is) a(s) atividade(s) laborativa(s) habitual(is) do periciando (a)? Em caso de estar atualmente desempregado (a), qual a última atividade profissional desempenhada? Até quando? Resposta: O periciando refere é motorista. Trabalhou como operador de pá carregadeira até abril 2018. (pág. 04) B. O (a) periciando (a) é portador de doença ou afecção? Qual ou quais? Resposta: Periciando portador de dor articular. (pág. 04) C. Em caso afirmativo, essa doença ou afecção o (a) incapacita para O SEU TRABALHO OU PARA A SUA ATIVIDADE HABITUAL? (A negativa a este quesito torna prejudicados os quesitos de nº D a L). Resposta: Não. (pág. 04) D. A patologia incapacitante em questão decorre do exercício de seu trabalho habitual? Resposta: Não há incapacidade. (pág. 04) [...] Aduz também a Expert que: "Ao exame físico, periciado apresentou leve limitação a dorsiflexão do pé, o que não altera sua vida cotidiana, e não impacta sua atividade laboral." Desta forma, não há falar-se em concessão do pretendido benefício previdenciário por ausência de incapacidade. Os anteriores documentos médicos acostados à prefacial não podem sobrepor o atual laudo médico firmado pela Médica Perita, Dra. Letícia Rosa de Andrade. Conclui-se, portanto, que a perícia médica determinada por este Juízo, de forma categórica, NÃO concluiu pela incapacidade do requerente para o exercício de suas atividades laborativas. Nesse passo, além de ter a Expert sido conclusiva, afirmando veementemente que o requerente não se encontra incapacitado, com base nos únicos documentos médicos coligidos aos autos, o requerente não se desincumbiu de trazer documentos comprobatórios de suas alegações, notadamente, ao seu caso especifico. Ressalte-se, ainda, que embora o Juiz não esteja adstrito ao laudo, porém, como sabido, tratando-se de prova de cunho técnico, sua conclusão possui grande valor probatório, salvo na existência de provas contrárias mais fortes. Neste sentido, colaciono o seguinte aresto do egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região: "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE NÃO DEMONSTRADA. IMPOSSIBILIDADE CONCESSÃO AUXÍLIO-DOENÇA. APELAÇÃO AUTORA IMPROVIDA. 1. O segurado especial trabalhador rural em regime de economia familiar faz jus aos benefícios por

incapacidade, mediante prova do tempo de serviço no período de carência, através de início de prova material, corroborada por prova testemunhal segura. 2. O laudo médico oficial atesta que a Autora padece de Fibromialgia e Espondiloartrose Lombar e que existe incapacidade "leve", passível de tratamento, não se verificando a ocorrência de incapacidade capaz de impedir que a requerente desenvolva suas atividades habituais. 3. O julgador não está adstrito ao laudo médico pericial, podendo formar sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos. Todavia, a autora não se desincumbiu do ônus de provar o fato constitutivo de seu direito, não havendo elementos comprobatórios da alegada incapacidade. 4. Apelação da Autora a que se nega provimento. (Apelação Cível nº 0005366-49.2006.4.01.3814/MG, 1ª Câmara Regional Previdenciária de Juiz de Fora - TRF da 1ª Região, Rel. Marcelo Motta de Oliveira. j. 07.04.2016, unânime, e-DJF1 04.05.2016). Por fim, trago à colação o Enunciado nº 07 sobre o Código de Processo Civil, aprovado em Sessão Plenária realizada em 26/02/2016, pelos magistrados que integraram os Grupos de Trabalhos do Fórum de Debates e Enunciados sobre o Código de Processo Civil, in verbis: “Considera-se suficientemente fundamentada a decisão em que o Juiz se manifesta sobre os argumentos relevantes e pertinentes alegados pelas partes”. Logo, em conformidade com a fundamentação acima exposta e, ausentes os requisitos do benefício pretendido, a improcedência do pedido é medida que se impõe. Ex positis, JULGO IMPROCEDENTE o pedido de Auxílio-Doença c/c conversa em Aposentadoria por Invalidez formulado por Messias Cairo Guimarães contra o Instituto Nacional do Seguro Social-INSS em face da ausência dos requisitos legais, JULGANDO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil. 3 - CONDENO a parte autora ao pagamento das custas processuais, porém, SUSPENDO a sua exigibilidade, nos termos do §3º, art. 98 do Código de Processo Civil, por ser beneficiária da Justiça Gratuita, na forma da lei. 4 - Interposto recurso de apelação, independentemente de análise dos requisitos de admissibilidade da insurgência, nos termos dos arts. 994 a 1.014 do Código de Processo Civil, INTIME-SE para as contrarrazões. Vencido o prazo, com ou sem elas, subam os autos sem demora ao E. Tribunal de Justiça, com as nossas homenagens. 5 - Preclusas as vias recursais, o que deverá ser certificado, arquivem-se os autos, com as baixas e anotações devidas, se nada for requerido em 15 (quinze) dias. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Colíder/MT, data da assinatura digital. Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001465-90.2018.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
AMELIA ROSA MAGALHAES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO DE FREITAS RODRIGUES OAB - MT0012424S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE COLÍDER DECISÃO Processo: 1001465-90.2018.8.11.0009. AUTOR(A): AMELIA ROSA MAGALHAES RÉU: INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL Vistos, etc. 1) Tendo em vista o laudo médico aportado aos autos informando nova patologia existente (trombose venosa - ID. 19443066 e 19443067), por cautela, CONVERTO o presente feito em diligência, para INTIMAR a nobre perita, para complementar o laudo médico pericial, no prazo de quinze (15) dias, informando se determinada patologia altera o resultado da perícia anteriormente realizada que concluiu pela ausência da incapacidade, e se positivo, na mesma oportunidade, responder os quesitos apresentados pelo requerido em sede de contestação ao ID 17615315. 2) Após, com a juntada do laudo complementar, INTIMEM-SE as partes para, no prazo de dez (10) dias, pugnar pelo que entender de direito CUMPRA-SE. Colíder/MT, data da assinatura digital. Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001898-94.2018.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
UEDINO FERREIRA DAMASCENA JUNIOR (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO AUGUSTO BARASUOL OAB - MT19904/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1001898-94.2018.8.11.0009. AUTOR(A): UEDINO FERREIRA DAMASCENA JUNIOR RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS Vistos, etc. Trata-se de Ação Previdenciária com pedido de concessão de Aposentadoria por Invalidez, ajuizada por Uedino Ferreira Damascena em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, ambos devidamente qualificados nos autos, alegando, em síntese, que preenche todos os requisitos necessário para a concessão da aposentadoria por invalidez. A inicial foi recebida ao ID. 16477908, momento em que fora deferido os benefícios da justiça gratuita, determinada a citação da parte requerida e a realização perícia médica. Aportou aos autos o resultado da perícia médica (ID. 20532455). Instado, o requerente apresentou manifestação nos autos acerca do laudo médico pericial (ID. 20773690). Devidamente citada, a parte requerida apresentou contestação ao ID. 21043609, alegando, em síntese, que o autor não preenche os requisitos necessários para a concessão da aposentadoria por invalidez, uma vez que não possui qualidade de segurado na época do acidente. Ao final, pugnou pela improcedência da ação. É o relatório do necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. 1 – De pronto, quanto à preliminar de prescrição arguida pela requerida acerca das parcelas vencidas anteriormente ao quinquênio que precede o ajuizamento da ação, verifica-se que se trata de prejudicial de mérito, incabível no presente feito, uma vez que o ajuizamento da ação se deu em 2018 e, se reconhecido o direito do requerente será a partir de 2018, momento em que ocorreu a cessação do benefício na via administrativa, não havendo que se falar, portanto, em quinquênio. 2 - Cumpre anotar que o caso em apreço é hipótese que comporta o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso I do art. 355 do Código de Processo Civil, não havendo, salvo melhor juízo, a necessidade de dilação probatória: “Art. 355: O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I – não houver necessidade de produção de outras provas; II – o réu for revel, ocorrer o efeito previsto no art. 344 e não houver requerimento de prova, na forma do art. 349”. 3 - Pois bem. Sem delongas desnecessárias, verifica-se que o requerente, suscitou por realização de nova perícia médica. Entretanto, é cediço a escassez de profissionais nesta urbe dispostos em realizar perícias judiciais. Assim, em atenção ao princípio da economia e celeridade processual, e, ante a especialização da médica perita Dra. Letícia Rosa de Andrade, inscrita no CRM 9.120/MT, que se dispôs em realizar perícias nos processos em trâmite nesta Comarca, tenho por desnecessária a nomeação de profissional da saúde, indisponível nessa Comarca. Ademais, ressalto ainda que os quesitos respondidos pela Expert foram devidamente satisfeitos, razão pela qual, INDEFIRO o pedido formulado pelo requerente ao ID. 20773690, com fundamento no art. 477, §2º, inciso I e art. 480, ambos do Código de Processo Civil. 4 - Logo, estando devidamente instruído o feito e, não havendo mais preliminares a serem decididas, passo ao julgamento do mérito. O requerente pretende a condenação do requerido a conceder o benefício de aposentadoria por invalidez em razão de sua incapacidade permanente para o trabalho. Destarte, a concessão do benefício de Aposentadoria por invalidez (artigos 42 a 47, da Lei nº 8.213/91) tem por requisitos: a) a qualidade de segurado; b) o cumprimento do período de carência (12 contribuições - art. 25, I, da lei 8.213/91), quando exigida; c) a prova médico-pericial da incapacidade total e permanente para o trabalho, insuscetível de recuperação ou de reabilitação para outra atividade que garanta a subsistência; d) demonstração de que o segurado não era portador da alegada doença ao filiar-se ao Regime Geral da Previdência Social. Outrossim, compete destacar que para a concessão da aposentadoria por invalidez decorrente de acidente do trabalho é preciso que a incapacidade tenha nexo causal com o acidente ocorrido, bem como a comprovação de que desde a época do evento o segurado encontra-se total e permanentemente inválido para a atividade laborativa. Nesse contexto, compulsando os autos, denota-se que restou demonstrado no feito a qualidade de segurado do autor, haja vista o CNIS colacionado ao ID 21043609 – pág. 17, bem como o fato de o autor ter recebido auxílio doença por acidente de trabalho até 14/06/2018. Insta consignar que, no caso, independe de carência, haja vista o requerente estar acometido de paralisia irreversível e incapacitante, nos termos do art. 151, da Lei 8.213/91. Por sua vez, ao que consta, o requerente logrou provar o nexo da incapacidade com o acidente de trabalho, conforme se depreende da Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT ao ID 16050405, pág. 2, bem

como o laudo pericial. Dessa forma, considerando a condição de segurado e a existência de incapacidade laborativa total e permanente em decorrência de acidente de trabalho, entendo, por ora, que o autor evidentemente preenche os pressupostos para o deferimento da aposentadoria por invalidez acidentária. Vale destacar que a perícia concluiu pela "incapacidade laborativa, total e permanente para atividades habituais" (ID 20532455). Vejamos alguns trechos do laudo pericial (ID 20532455): A. Qual (is) a(s) atividade(s) laborativa(s) habitual(is) do periciando (a)? Em caso de estar atualmente desempregado (a), qual a última atividade profissional desempenhada? Até quando? Resposta: Trabalhava em meio rural, trabalhou até a data do acidente: 08 de outubro de 2015. (pág. 06) B – O(a) periciando(a) é portador de doença ou afecção? Qual ou quais? Resposta: "Sim, o periciando é portador de sequela de trauma raquimedular, paraplegia por acidente de trabalho. (pág. 06) C – Em caso afirmativo, essa doença ou afecção o (a) incapacita para O SEU TRABALHO OU PARA A SUA ATIVIDADE HABITUAL? (A negativa a este quesito torna prejudicados os quesitos de nº D a L). Resposta: Sim. (pág. 07) D. A patologia incapacitante em questão decorre do exercício de seu trabalho habitual? Resposta: Sim. Acidente durante trabalho. (pág. 07) L. O (a) periciando (a) está acometido de: tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado de doença de Paget (osteíte deformante), síndrome de deficiência imunológica adquirida (AIDS) e ou contaminação por radiação? Resposta: Paralisia irreversível e incapacitante. (pág. 08) [...] Assim, tem-se que o requerente preenche o requisito de estar total e permanentemente incapacitado para o exercício de qualquer atividade laborativa, indispensável à concessão do benefício de aposentadoria por invalidez pleiteado na inicial, isso porque, como dito, a aposentadoria por invalidez é devida ao segurado que se tornar incapaz e insuscetível de reabilitação, em razão de acidente do trabalho, para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, consoante disposto no art. 42, Lei nº 8.213/91. Nesse sentido, em que pese a Expert afirmar na perícia que o requerente "É susceptível de reabilitação" (ID 20532455, pág. 07), segundo entendimento dominante na jurisprudência pátria, nas ações em que se objetiva a concessão de aposentadoria por invalidez ou auxílio-doença, o julgador firma seu convencimento com base na prova pericial, não deixando de se ater, entretanto, aos demais elementos de prova, sendo certo que embora possível, teoricamente, o exercício de outra atividade pelo segurado, ainda assim a inativação por invalidez deve ser outorgada se, na prática, for difícil a respectiva reabilitação, seja pela natureza da doença, ou, pela natureza das atividades desenvolvidas, seja pela idade avançada. Até porque a incapacidade deve ser aferida no caso concreto, observando-se as peculiaridades do segurado. Portanto, ainda que, a incapacidade do autor não fosse total, faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez, dada as suas condições específicas. Isso porque, é evidente sua incapacidade de exercício de profissões que exijam esforço físico e que são as únicas que poderia desenvolver, ou seja, está inapto para o exercício de qualquer profissão que lhe garanta sua subsistência. Além disso, devem ser consideradas as condições pessoais do postulante, tais como a presumível pouca instrução, a limitada experiência profissional (trabalhador rural), e, por fim, o exíguo mercado de trabalho atual, já restrito até para pessoas jovens e saudáveis. No presente, caso, seria muito difícil que a parte autora tivesse êxito num processo de reabilitação dada às suas circunstâncias. De fato, ordenar que a parte autora recomponha sua vida profissional, negando-lhe o benefício no momento em que dele necessita, seria contrariar o basilar princípio da dignidade da pessoa. Observe-se que a doença do autor é incompatível com a sua atividade habitual. D' outra banda, no que tange ao termo inicial do benefício, consoante entendimento jurisprudencial, tenho que é devido o pagamento do auxílio-doença acidentário desde a data da sua cessação (14/06/2018, conforme CNIS ao ID 21043609, pág. 17), com a sua conversão em aposentadoria por invalidez, a partir da data do laudo da perícia médica (26/02/2019, ID 20532455). Nesse toada, é o entendimento jurisprudencial Pátrio, conforme acórdãos que ora transcrevo: "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA. CONVERSÃO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. MARCO INICIAL. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. 1. Comprovado pelo conjunto probatório que a parte autora é portadora de enfermidades que a incapacitam total e definitivamente para o trabalho, é de ser concedido o benefício de auxílio-doença desde a DER e convertido em aposentadoria por invalidez a partir da data do laudo judicial. (...) (TRF4, AC 0018515-61.2010.404.9999, Sexta Turma, Relator João Batista Pinto Silveira, D.E. 29/06/2011). "EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO-DOENÇA. CONVERSÃO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. MANUTENÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. 1. Comprovado pelo conjunto probatório que a parte autora é portadora de enfermidades que a incapacitam total e definitivamente para o trabalho, é de ser restabelecido o benefício de auxílio-doença desde o cancelamento administrativo e convertido em aposentadoria por invalidez a partir da data do laudo judicial. (...) (TRF4, AC 0015629-89.2010.404.9999, Sexta Turma, Relator João Batista Pinto Silveira, D.E. 28/06/2011). 5 - Ademais, sobre a possibilidade de concessão do acréscimo de 25%, a Lei n. 8.213/91 assim dispõe: "Art. 45. O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar de assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento). Parágrafo único. O acréscimo de que trata este artigo: a) será devido ainda que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo legal; b) será recalculado quando o benefício que lhe deu origem for reajustado; c) cessará com a morte do aposentado, não sendo incorporável ao valor da pensão." Da leitura do citado dispositivo legal depreende-se que é cabível o recebimento do acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) pelos segurados titulares de aposentadoria por invalidez que necessitem de assistência permanente de outra pessoa. Conquanto a conclusão do laudo tenha sido no sentido de que o autor, embora necessite da ajuda de terceiros para algumas atividades cotidianas, não seria de forma permanente, não se pode imaginar maior dependência permanente de terceira pessoa na condição do autor. Diante disso, pode-se concluir que faz ele jus à inclusão do acréscimo de 25% à aposentadoria por invalidez, circunstância decorrente do grave acidente do trabalho que sofreu e que o tornou paraplégico. Isto porque o juiz, verdadeiro destinatário da prova, não está adstrito ao laudo pericial, podendo, desde que de maneira fundamentada, adotar conclusão diversa da apresentada pelo perito, nos termos dos artigos 371 e 479 do Código de Processo Civil. Assim, apesar da conclusão desfavorável da expert de que não necessita de ajuda permanente, a paralisia dos dois membros superiores ou inferiores é fator que autoriza a concessão da majoração de 25%, prevista no artigo 45, da Lei nº 8.213/91, como regulamentado no Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999, Anexo I. Nesse sentido, segue a jurisprudência: REEXAME NECESSÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. ACIDENTE DE TRABALHO. PARAPLEGIA DOS MEMBROS INFERIORES. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ACRÉSCIMO DE 25% NOS TERMOS DO ART. 45 DA LEI Nº 8.213/91. PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS. REEXAME NÃO PROVIDO. DECISÃO POR UNANIMIDADE DE VOTOS. (...) 4 - Por fim, quanto ao pleito de acréscimo de 25% sobre a aposentadoria por invalidez, nos termos do art. 45 da Lei nº 8.213/91, verifica-se que o déficit motor causado pela sua paraplegia exige o uso de cadeira de rodas para permitir sua locomoção e autonomia de vida, implicando assim, na ajuda de terceiros para desenvolver sua rotina. 5 - Ademais, a "paralisia dos dois membros superiores ou inferiores" consta no item 3 do Anexo I do Decreto nº 3.048/1999, o qual elenca as situações em que o aposentado por invalidez terá direito à majoração de 25%. 6 - Reexame não provido à unanimidade de votos. (Reexame Necessário nº 0002836-07.2014.8.17.0001, 2ª Câmara de Direito Público do TJPE, Rel. José Ivo de Paula Guimarães. j. 21.03.2019, unânime, DJe 03.04.2019). (negritei) Destarte, comprovados os requisitos legais para obtenção do benefício da aposentadoria por invalidez, imperiosa se faz a procedência dos pedidos contidos na presente actio. Por fim, e não menos importante, vale salientar que a pessoa beneficiária de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez, como é o caso dos autos, está obrigado a se submeter a exames periódicos a cargo da Autarquia, nos termos dos arts. 70 da Lei n.º 8.212/1991, 101, § 1º e § 2º e 43, § 4º, da Lei nº 8.213/1991. Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, e o faço para CONDENAR o Instituto Nacional do Seguro Social ao pagamento do auxílio-doença acidentário a parte autora Uedino Ferreira Damascena, equivalente ao salário-de-benefício, a partir da data de sua cessação (14/06/2018), perdurando até a conversão em aposentadoria por invalidez, nos termos do artigo 43 da Lei nº 8.213/91, na data do laudo pericial (26/02/2019), devidamente atualizado, nos termos dos parâmetros para implantação do benefício, nos termos do art. 80, parágrafo único, III, "g", da Resolução /Presi/Cojef nº 16/2010: Número do CPF: 037.612.081-97. Nome da Mãe: Ieda Machado da Costa Damascena. Nome do segurado: Uedino Ferreira Damascena Junior. Endereço do segurado: Av. Marechal Rondon, 1997,

setor leste, 78500-000, Colíder/MT. Benefício concedido: Auxílio-doença acidentário. DIB: 14/06/2018 – data seguinte ao da cessação na via administrativa. Benefício concedido: Aposentadoria por invalidez acidentária. DIB: 26/02/2019 – data do laudo pericial (conversão). Declaro a natureza alimentícia das prestações, haja vista a finalidade da aposentadoria que é substituir a remuneração do trabalhador quando, em razão da idade avançada, não tem condições de exercer atividade laborativa. 6 - Outrossim, em analogia ao art. 4º, da Lei n. 10.259/01, CONCEDO a antecipação dos efeitos da tutela, pela própria fundamentação da presente sentença e pelo periculum in mora em decorrência do caráter alimentar das prestações, e determino a implantação do benefício no prazo de 30 (trinta) dias, portanto, OFICIE-SE o INSS – APSADJ – Agência da Previdência Social de Atendimento às Demandas Judiciais para cumprimento da presente decisão, em especial, realizando as devidas retificações em seu sistema para evitar a suspensão do benefício de forma precária. Ademais, DECLARO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil. Sobre as prestações em atraso incidirão correção monetária a partir do vencimento de cada parcela, na forma prevista na Lei 6.899/81 e Súmulas 43 e 148 do STJ e juros de mora devidos em 1% (um por cento) ao mês, a contar da citação até a Lei 11.960/09, e a partir de então à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, nos termos do art. 1ºF, da Lei 9.494/97, c/c art. 406, do CC/02; c/c 161, § 1º, do CTN; enunciado 20 do CJF e da Súmula 204 do STJ. DEIXO DE CONDENAR a requerida em custas e despesas processuais, nos termos do art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.289/96; c/c art. 3º, inciso I, da Lei Estadual 7.603/2001. CONDENO a requerida no pagamento de honorários advocatícios de sucumbência que fixo em 10% (dez por cento) sobre as parcelas vencidas, consoante Súmula 111 do STJ, não incidindo, portanto, sobre as parcelas vincendas, que serão pagas administrativamente com a implantação do benefício no sistema geral de previdência social. Sem custas, na forma da lei. 7 - Interposto recurso de apelação, independentemente de análise dos requisitos de admissibilidade da insurgência, nos termos dos arts. 994 a 1.014, do Código de Processo Civil, INTIME-SE para as contrarrazões. Vencido o prazo, com ou sem elas, subam os autos sem demora ao Tribunal Regional Federal, com as nossas homenagens. Preclusas as vias recursais, o que deverá ser certificado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas e anotações devidas, se nada for requerido em 15 (quinze) dias. Diante da eventual preclusão da via recursal voluntária, submeta-se ao reexame necessário se, após a liquidação, o valor da condenação exceder 1.000 (mil) salários mínimos (art. 496, § 3º, do Código de Processo Civil). Publique-se. Intime-se. Cumpra-se, servindo a presente sentença, no que couber, como MANDADO, OFÍCIO e CARTA PRECATÓRIA. Colíder/MT, data da assinatura digital. Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000525-28.2018.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
ROBERTO FERNANDES BALIEIRO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO ZEFERINO PEREIRA OAB - MT0012491A-B (ADVOGADO(A))
FREDERICO STECCA CIONI OAB - PR0054275A (ADVOGADO(A))
CAMILA EMILY DO NASCIMENTO SOUZA OAB - MT19960/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1000525-28.2018.8.11.0009. AUTOR(A): ROBERTO FERNANDES BALIEIRO RÉU: INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL Vistos, etc. Roberto Fernandes Balieiro ajuizou “ação de aposentadoria por tempo de contribuição c/c averbação de trabalho rural e conversão de período especial em tempo comum” em face do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, alegando, em síntese, possuir todos os requisitos necessários para perceber o benefício pleiteado. Ao ID 12687214, recebida a inicial, momento em que fora designada audiência de instrução e julgamento. Citada, a parte requerida apresentou contestação ao ID 13569462, alegando em síntese, que o autor não preenche os requisitos necessários para a percepção do benefício, vez que não juntou aos autos o Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP, o que cabe ao autor provar que o período alegado na exordial era de fato período especial, bem como não logrou êxito na comprovação do exercício da atividade rural na forma exigida pela Lei de regência. Impugnação à contestação ao ID 13781168. A instrução ocorreu ao ID 14294536, sendo ouvidas as testemunhas presentes. Em seguida, o autor apresentou alegações finais ao ID 14658925. É o relatório do necessário. FUNDAMENTO E DECIDO. 1 – Ante o julgamento do Tema 1007, em que houve a fixação da seguinte tese, passo ao julgamento do processo: "O tempo de serviço rural, ainda que remoto e descontínuo, anterior ao advento da Lei 8.213/1991, pode ser computado para fins da carência necessária à obtenção da aposentadoria híbrida por idade, ainda que não tenha sido efetivado o recolhimento das contribuições, nos termos do art. 48, § 3º da Lei 8.213/1991, seja qual for a predominância do labor misto exercido no período de carência ou o tipo de trabalho exercido no momento do implemento do requisito etário ou do requerimento administrativo". 2 - Em que pese a preliminar arguida pela Autarquia demandada, verifica-se que se trata de prejudicial de mérito, incabível no presente feito, uma vez que se reconhecido o direito do autor será a partir de 2018, não havendo que se falar em quinquênio. 3 - Assim, reconheço presentes os pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Concorrem ao caso as condições da ação, como a legitimidade das partes e o interesse processual. Pois bem. A aposentadoria por tempo de contribuição se encontra alicerçada no artigo 201, §7º, inciso I, da Constituição Federal, com a nova redação dada pela EC 20/98, e nos artigos 52/56 da Lei 8.213/1991. Como requisitos legais, em suma, exigem-se a qualidade de segurado, a carência de 180 contribuições (recolhimentos) e, para homens, 35 (trinta e cinco) anos de tempo de contribuição. Por outro lado, àqueles filiados antes da reforma previdenciária, como regra de transição, permitiu-se a opção pela aposentação por critérios proporcionais. Assim, há em nosso ordenamento jurídico três situações a serem consideradas, quais sejam: a) preenchimento dos requisitos em data anterior a 16/12/1998 (data da vigência da EC nº 20/1998) - integral aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço para o homem e 30 (trinta) anos para a mulher, e, proporcional com redução de 5 (cinco) anos de trabalho para cada; b) não preenchimento do período mínimo de 30 (trinta) anos em 16/12/1998, tornando-se obrigatória para a aposentadoria a observância dos requisitos contidos na EC nº 20/1998, sendo indispensável contar o segurado com 53 (cinquenta e três anos) de idade, se homem, e 48 (quarenta e oito) anos de idade, se mulher, bem como a integralização do percentual de contribuição (pedágio equivalente a 20% (vinte por cento) do tempo que, na data da publicação da emenda, faltaria para atingir o limite de tempo mínimo de contribuição, para aposentadoria integral, e, 40% (quarenta por cento) para a proporcional; c) e, por fim, a aposentadoria integral, prevista no § 7º do art. 201 da CR/1988, não se lhe aplicando as regras de transição discriminadas acima, sendo necessário, aqui, tão somente o tempo de contribuição de 35 (trinta e cinco) anos, se homem, e 30 (trinta) anos, se mulher. No que tange à aposentadoria Especial, se submete, além dos critérios gerais atinentes à qualidade de segurado e idêntica carência de 180 contribuições, a um tempo variável de 15, 20 ou 25 anos laborados sob condições especiais prejudiciais à saúde ou integridade física, numa jornada laboral com exposição permanente, não ocasional e nem intermitente. Afora isso, havendo a referida exposição deletéria em período inferior ao lapso mencionado, possibilita-se convertê-lo em tempo comum de modo a proporcionar seu acréscimo aos demais existentes, proporcionando a jubilação. Destarte, pretende o autor a averbação do trabalho rural e a conversão dos períodos trabalhados em atividade especial e atividade comum, a fim de perceber benefício de aposentadoria por tempo de contribuição. 4 – Do reconhecimento de atividade rural. Nesse tema, consoante o artigo 55, § 3º, da Lei n° 8.213/91, a comprovação do tempo de serviço rural só produzirá efeito quando baseada em início razoável de prova material, contemporânea à época dos fatos alegados, não se exigindo que esta prova inicial corresponda a todo o período equivalente à carência do benefício (Súmulas 14 e 34 da Turma Nacional de Uniformização e Súmula 5 da Primeira Turma de Rondônia, DJ-RO de 23/11/2006), devidamente corroborada por prova testemunhal produzida em juízo, se for necessária. Vale destacar que esta prova material exigida pela lei não precisa ser exaustiva, isto é, correspondente a todo o período de carência, bastando que seja incipiente e razoável, e que traga a potencialidade da certeza quanto aos fatos narrados pelo segurado, lembrando sempre as sérias dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais para constituir prova material, em face de sua ingenuidade típica e da falta de conhecimento quanto aos seus direitos (Precedentes do STJ: REsp 616828/CE, rel. Min.

Jorge Scartezzini, DJU de 02.08.2004, p. 550, e EREsp 448813/CE, rel. Min. José Arnaldo da Fonseca, DJU de 02.03.2005, p. 185). Insta consignar que, a jurisprudência já se encontra pacificada no âmbito da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, sendo objeto de sua Súmula n. 06, 'in verbis': 'Comprovação de Condição Rurícola. A certidão de casamento ou outro documento idôneo que evidencie a condição de trabalhador rural do cônjuge constitui início razoável de prova material da atividade rurícola.' Neste contexto, as mulheres e os filhos de produtor rural, embora sempre trabalhando para ajudar na manutenção da produção agrícola, via de regra, não possuem documentos que provem diretamente a atividade que exerceram. Esta circunstância social e cultural, portanto, não pode ser simplesmente abstraída no julgamento de uma causa desta natureza, sob pena de tornar inócua a equiparação determinada na Constituição Federal, colocando-a apenas no plano jurídico. No caso em tela, o requerente juntou como início de prova material: a) Certidão de casamento, constando como profissão do autor de, agricultor, ano de 1979 (ID 14658959); b) Certidão de nascimento do filho, constando como profissão do autor de agricultor, ano de 1980 (ID 14658959); c) Recibos e notas fiscais de produtos rurais, anos de 2007 a 2009, 2011 a 2015 (Ids. 12307736 e 14658959), e d) Contrato de comodato de imóvel rural, ano de 2015 (ID 12307736). Ademais, não bastassem as provas documentais carreadas, as testemunhas ouvidas em audiência de instrução confirmaram o trabalho rurícola do autor desde longa data, senão vejamos: “Que conhece o autor desde 1985. Que o autor estava arrendando um sítio e mora lá até hoje. Que o autor planta mandioca, porco, frango, coisas de chácara. Que o autor vende as coisas no mercado e na feira. Que mora com a esposa e não possuem empregados. Que o trabalhava com o pai dele em outro sítio, depois arrendou no que trabalha hoje. Que fazia bicos na cidade.”. (SIC) Antônio Dapper. “Que conhece o autor precisamente desde 1985. Que o autor sempre morou no sítio, em Santos Reis. Que o sítio era arrendado. Que atividade é horta, porco, frango. Quando apurava o autor vinha pra cidade. Que o autor sempre ficou vinculado na área rural e vinha pra cidade apenas pra complementar. Que o autor mora até hoje no sítio. Que no sítio não tem empregados. Que já viu o autor trabalhar diretamente no campo. Que o autor não possui outra renda. Que o autor tem uma moto com carretinha”. (SIC) Silvano Raimundo de Souza. Desta feita, o conjunto probante coligido neste litígio é suficiente à comprovação da veracidade dos fatos deduzidos na exordial, de modo que, tendo em vista que o autor laborava no campo e intercaladamente na cidade para o fim de complementar a renda, tenho que restou comprovado a atividade rural de 16/02/1982 a 30/11/1987, 02/04/1992 a 31/07/1994 e 02/03/2007 a 12/01/2018, totalizando aproximadamente 18 anos e 10 meses, de modo a fazer jus a seu reconhecimento e posterior averbação administrativa em seus dados previdenciários. 5 – Do Reconhecimento da Atividade Especial com conversão para comum. Tem-se que até o advento da Lei nº 9.032/95, com vigência a partir de 29 de abril de 1995, era possível o reconhecimento do tempo de serviço especial com base na categoria profissional do trabalhador ou mero enquadramento por agente nocivo. Vale dizer, a própria lei instituía uma presunção legal de que as atividades relacionadas e/ou expostas aos agentes nocivos mencionados nos Decs. 53.831/64 e 83.080/79. No entanto, a partir da vigência da referida norma (Lei 9.032/95), passou-se a exigir que o segurado comprovasse, além do tempo de trabalho, exposição aos agentes nocivos químicos, físicos, biológicos ou associação de agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física, pelo período equivalente ao exigido para a concessão do benefício (Lei 8.213/91, art. 57, § 4º). Posteriormente, com a edição da Lei nº 9.732/98, com vigência a partir de 11 de dezembro de 1998, alterou-se a redação do art. 58, § 1º da Lei nº 8.213/91 para limitar o meio de prova apto à comprovação da efetiva exposição do segurado aos agentes nocivos ao preenchimento de formulário pela empresa ou seu preposto com base em laudo técnico de condições ambientais do trabalho expedido por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho nos termos da legislação trabalhista. No que tange à comprovação da exposição aos agentes nocivos, o Perfil Profissiográfico Previdenciário foi criado pela Lei 9528/97 é um documento que deve retratar as características de cada emprego do segurado, de forma a facilitar a futura concessão de aposentadoria especial. Assim, nas remotas hipóteses de ausência de laudo pericial, tem-se admitido referido documento como comprobatório das condições especiais, desde que as condições ambientais nele retratadas estejam assinadas por técnico devidamente identificado e habilitado. Volvendo os olhos para o caso em concreto, verifico que o autor desenvolveu atividades especiais anteriores à vigência da Lei n. 9.032/95, onde bastava apenas o seu enquadramento por categoria profissional: 1. Período de 01/08/1978 a 01/03/1979 – condutor de caminhão basculante - que multiplicado pelo fator 1,4, tem-se 9 meses e 25 dias;; 2. Período de 01/08/1988 a 01/02/1989 – frentista; que multiplicado pelo fator 1,4, tem-se 8 meses e 13 dias; 3. Período de 01/10/1989 a 01/04/1992 – caixa em posto de gasolina; que multiplicado pelo fator 1,4, tem-se 3 anos, 6 meses e 1 dia; 4. Período de 01/08/1994 a 28/04/1995 – frentista, que multiplicado pelo fator 1,4, tem-se 1 ano e 15 dias; Insta salientar que, "a atividade desenvolvida em posto de gasolina é considerada insalubre, para fins de contagem de tempo especial, seja no serviço externo, como de frentista ou lavador de carros, seja em serviço interno, a exemplo de operador de caixa, gerente, auxiliar administrativo, entre outras funções." (AC 0001382-21.2005.4.01.3805/MG, Rel. JUIZ FEDERAL GUILHERME MENDONÇA DOEHLER, 3ª TURMA SUPLEMENTAR, e-DJF1 p. 251 de 31/05/2012). Ademais, “as anotações em carteira de trabalho que consignam as atividade motorista de caminhão basculante (cargas) equiparam à de "motorista de veículos pesados", para fins de reconhecimento da natureza especial do labor”(...) (Apelação Cível nº 0005978-29.2015.4.03.6105, 9ª Turma do TRF da 3ª Região, Rel. Convocado Rodrigo Zacharias. j. 18.07.2018, e-DJF3 09.08.2018) Nesse sentido, também: PREVIDENCIÁRIO. CONVERSÃO DE TEMPO ESPECIAL EM COMUM. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. EXPOSIÇÃO A AGENTES INSALUBRES. TRABALHO PERMANENTE, NÃO OCASIONAL NEM INTERMITENTE. DECRETOS 53.831/64 E 83.080/79. REQUISITOS. POSSIBILIDADE. CARÊNCIA DE AÇÃO AFASTADA. [...] 4. É considerada insalubre, para fins de contagem de tempo especial, a atividade desenvolvida por trabalhador em posto de gasolina, tendo em vista o disposto no item 1.2.11 do Quadro Anexo do Decreto 53.831/64.[...] (AC 2004.38.00.050069-9/MG; Rel. Desembargador Federal Antônio Sávio De Oliveira Chaves, Rel. Conv. Juiz Federal Manoel José Ferreira Nunes (negritei) PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. SENTENÇA EXTRA PETITA. APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO. CONVERSÃO DE PERÍODO ESPECIAL. FRENTISTA. EXPOSIÇÃO A AGENTES QUIMICOS. ATIVIDADE DE FRENTISTA. DIB. CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS MORATÓRIOS. (...) 5. È considerada insalubre, para fins de contagem de tempo especial, a atividade desenvolvida com exposição a tóxicos orgânicos - hidrocarbonetos, conforme o item 01.02.12 do Anexo ao Decreto 53.831/64; item 01.02.10 do anexo I do Decreto nº 83.08079; item 01.00.19 do Anexo ao Decreto 2.172/97; e no item XIII, do anexo II, do Decreto nº 3.048/99. 6. Consoante precedente desta Corte, o caráter especial da atividade de frentista decorre da exposição do segurado a hidrocarbonetos derivados do petróleo (óleo diesel, gasolina, óleo de motor) e ao álcool, o que subsume a atividade à previsão contida no art. 2º, subitem 01.02.11 do Decreto nº 53.831/64, em vigor até 05.03.1997 e no subitem 01.02.10, anexo I, do Decreto 83.080/79, chancelados pelos Decretos nº 357/91 e 611/92 (AMS 0022349-97.2008.4.01.3800/MG, Rel. JUIZ FEDERAL MURILO FERNANDES DE ALMEIDA, 1ª CÂMARA REGIONAL PREVIDENCIÁRIA DE MINAS GERAIS, e-DJF1 de 16.11.2016). (...) (Apelação Cível nº 0025941-24.2013.4.01.3300/BA, 1ª Câmara Regional Previdenciária da Bahia - TRF da 1ª Região, Rel. Saulo José Casali Bahia. j. 22.09.2017, unânime, e-DJF1 08.11.2017). Portanto, somando-se os períodos multiplicados pelo fator de 1,4 descritos, chega-se ao montante de aproximadamente 6 (seis) anos. 6 – Do período de contribuição urbana comum. Conforme CNIS e CTPS do autor colacionados aos autos, verifica-se que este também exerceu a função de “cortador de tacos” de 09/06/1980 a 15/02/1982; “circuleiro” de 01/12/1987 a 29/02/1988 e frentista após à vigência da Lei n. 9.032/95, pelo período de 29/04/1995 a 01/03/2007, que somados, chega-se ao montante aproximado de 12 (doze) anos. Destarte, vislumbro que o tempo de contribuição da parte autora, na data do requerimento administrativo, superava 35 (trinta e cinco) anos, considerando-se o reconhecimento da atividade rural, o tempo especial reconhecido nestes autos convertido em tempo comum pelo fator de 1.4 (um ponto quatro), e os períodos de atividade comuns, de modo que a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, com proventos integrais, é devida, com termo inicial na data do requerimento administrativo. Ex positis, PROCEDENTE o pedido de aposentadoria por tempo de contribuição c/c averbação de trabalho rural e conversão de período especial em tempo comum, formulado por Roberto Fernandes Balieiro contra o Instituto Nacional do Seguro Social- INSS, para o fim de CONDENAR o INSS a conceder o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição ao autor, na base do salário-de-benefício,

assegurando-lhe o pagamento das parcelas vencidas e devidas desde a data do requerimento administrativo (12/01/2018, ID 12307748), devidamente atualizadas. Destarte, DECLARO EXTINTO o presente processo, COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, I do CPC. 7 - Outrossim, em analogia ao art. 4º da Lei n. 10.259/01, CONCEDO a antecipação dos efeitos da tutela, pela própria fundamentação da presente sentença e pelo periculum in mora em decorrência do caráter alimentar das prestações, e DETERMINO a implementação do beneficio no prazo de trinta (30) dias, sob pena de MULTA DIÁRIA que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), para tanto, OFICIE-SE o INSS – APSADJ – Agência da Previdência Social de Atendimento às Demandas Judiciais para cumprimento da presente decisão. 8 - Os juros de mora incidem a partir da citação válida, a teor do enunciado de Súmula 204 do Superior Tribunal de Justiça ("Os juros de mora nas ações relativas a benefícios previdenciários incidem a partir da citação válida") no percentual de 1% ao mês, até a entrada em vigor da Lei n° 11.960/09, a partir de quando os juros de mora incidirão a razão de 0,5% ao mês, ou com outro índice de juros remuneratórios da caderneta de poupança que eventualmente venha ser estabelecido (AC 2009.01.99.073676-1/MG, p. 11.04.2011), acrescido de correição monetária. Ainda, determino que a correção monetária se dê na forma dos enunciados de Súmulas 43 e 148 do Superior Tribunal de Justiça, incidente desde o momento em que cada prestação se tornou devida. Sem custas à vista da isenção determinada pela Lei n° 9.289/96, art. 1, § 1º e Lei Estadual n° 7.603/2001. Ademais, fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor das parcelas devidas até esta data, conforme entendimento pacificado na Seção Previdenciária do TRF e no Superior Tribunal de Justiça (Enunciado de súmula 111 – Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre prestações vincendas). 11 - Interposto recurso de apelação, independentemente de análise dos requisitos de admissibilidade da insurgência, nos termos dos arts. 994 a 1.014 do CPC, INTIME-SE para as contrarrazões. Vencido o prazo, com ou sem elas, subam os autos sem demora ao Tribunal Regional Federal, com as nossas homenagens. 12 - Preclusas as vias recursais, o que deverá ser certificado, arquivem-se os autos, com as baixas e anotações devidas, se nada for requerido em 15 dias. 13 - Diante da eventual preclusão da via recursal voluntária, submeta-se ao reexame necessário se, após a liquidação, o valor da condenação exceder 1.000 (mil) salários mínimos (art. 496, § 3º NCPC). Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Colíder/MT, data da assinatura digital. Giselda Regina Sobreira de Oliveira Andrade Juíza de Direito

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002116-88.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
EDSON PLENS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDSON PLENS OAB - MT0005603A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CAB COLIDER LTDA (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE COLÍDER JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COLÍDER AVENIDA VLADEMIR APARECIDO BAPTISTA, s/nº, TELEFONE: (66) 3541-1285, JARDIM VÂNIA, COLÍDER - MT - CEP: 78500-000 INTIMAÇÃO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO MAURICIO ALEXANDRE RIBEIRO PROCESSO n. 1002116-88.2019.8.11.0009 ESPÉCIE: [FORNECIMENTO DE ÁGUA, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PETIÇÃO (241) POLO ATIVO: Nome: EDSON PLENS POLO PASSIVO: Nome: CAB COLIDER LTDA Certifico para todos os efeitos de direito, que autorizada pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso, passo a impulsionar estes autos INTIMANDO a(s) parte(s) requerente(s), através do(a) advogado(a)/procurador(a), para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia: DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Sala: COLÍDER - J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 13/02/2020 Hora: 13:30, acompanhado da(s) parte(s) constituinte(s). A intimação do autor para audiência de conciliação será realizada na pessoa de seu advogado (art 334, § 3°, CPC), consignando que o não comparecimento pessoal à audiência implicará na extinção do processo e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95, com condenação nas custas processuais.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 8010424-96.2016.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
WELLINGTON SANTIAGO PEDRO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GERCIONE MOREIRA FRANCO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELISANGELA PERAL DA SILVA OAB - MT0013404A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE COLÍDER JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COLÍDER AVENIDA VLADEMIR APARECIDO BAPTISTA, s/nº, TELEFONE: (66) 3541-1285, JARDIM VÂNIA, COLÍDER - MT - CEP: 78500-000 INTIMAÇÃO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO MAURICIO ALEXANDRE RIBEIRO PROCESSO n. 8010424-96.2016.8.11.0009 ESPÉCIE: [VALOR DA EXECUÇÃO / CÁLCULO / ATUALIZAÇÃO]->CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156) POLO ATIVO: Nome: WELLINGTON SANTIAGO PEDRO POLO PASSIVO: Nome: GERCIONE MOREIRA FRANCO Certifico para todos os efeitos de direito, que autorizada pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso, passo a impulsionar estes autos INTIMANDO o polo passivo, através do(a) Advogado(a)/procurador(a), para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o débito no valor de R$ 1.784,98 (mil, setecentos e oitenta e quatro reais e noventa e oito centavos), com os acréscimos legais e custas processuais, se houver, sob pena de penhora, ADVERTINDO-O que, transcorrido o prazo acima mencionado sem o pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa e honorários advocatícios, ambos em 10% (dez por cento) sobre o valor corrigido, conforme despacho, petição e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado (art. 523 de seguintes do CPC). O prazo de 15 (quinze) dias para impugnação ao cumprimento de sentença começará a fluir após o decurso do prazo para o pagamento do débito, independentemente de penhora ou nova intimação (Art. 525, do CPC).

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001504-53.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
ELZA ALVES PIZZE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANILO GALADINOVIC ALVIM OAB - MT0014371A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PAULISTA - SERVICOS DE RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SOLANGE CALEGARO OAB - MS17450 (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE COLÍDER JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COLÍDER AVENIDA VLADEMIR APARECIDO BAPTISTA, s/nº, TELEFONE: (66) 3541-1285, JARDIM VÂNIA, COLÍDER - MT - CEP: 78500-000 INTIMAÇÃO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO MAURICIO ALEXANDRE RIBEIRO PROCESSO n. 1001504-53.2019.8.11.0009 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, SEGURO]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: ELZA ALVES PIZZE POLO PASSIVO: Nome: PAULISTA - SERVICOS DE RECEBIMENTOS E PAGAMENTOS LTDA Certifico para todos os efeitos de direito, que autorizada pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso, passo a impulsionar estes autos INTIMANDO a(s) parte(s) requerente(s)/recorrida(s), através do(a) Advogado(a)/Defensor(a)/Procurador(a), legalmente constituído nos autos, para, querendo apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado (id. 27306468) , no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001467-26.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
GERALDA PEREIRA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DOUGLAS SANTOS BARBOSA OAB - MT24850/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCIA APARECIDA DA SILVA 62302116100 (REQUERIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:
LOUISE RAMIRO DA COSTA OAB - GO30469 (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE COLÍDER JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COLÍDER AVENIDA VLADEMIR APARECIDO BAPTISTA, s/nº, TELEFONE: (66) 3541-1285, JARDIM VÂNIA, COLÍDER - MT - CEP: 78500-000 INTIMAÇÃO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO MAURICIO ALEXANDRE RIBEIRO PROCESSO n. 1001467-26.2019.8.11.0009 POLO ATIVO: Nome: GERALDA PEREIRA DOS SANTOS POLO PASSIVO: Nome: MARCIA APARECIDA DA SILVA Certifico para todos os efeitos de direito, que autorizada pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso, passo a impulsionar estes autos INTIMANDO a(s) parte(s) requerida(s)/recorrida(s), através do(a) Advogado(a)/Defensor(a)/Procurador(a), legalmente constituído nos autos, para, querendo apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado (id. 27302128), no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001331-29.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
WILSON MARIA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANILO GALADINOVIC ALVIM OAB - MT0014371A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COLÍDER Decisão Vistos, etc. Analisando os autos, verifica-se que houve o pagamento do acordo realizado entre as partes (ID: 25662496), tendo a parte autora pugnado pela expedição de alvará de liberação dos valores (ID: 26533178). Assim, EXPEÇA-SE o alvará de liberação dos valores, atentando-se para conta bancária informada na petição de ID: 26533178. Após, não havendo pendências, ARQUIVE-SE. Às providências. Cumpra-se. Colíder/MT, 28 de novembro de 2019. Maurício Alexandre Ribeiro Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001261-12.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
MANOEL CONRADO DE BRITO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANILO GALADINOVIC ALVIM OAB - MT0014371A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-S (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COLÍDER Decisão Vistos, etc. Analisando os autos, verifica-se que houve o pagamento do acordo realizado entre as partes (ID: 25670311), tendo a parte autora pugnado pela expedição de alvará de liberação dos valores (ID: 26533182). Assim, EXPEÇA-SE o alvará de liberação dos valores, atentando-se para conta bancária informada na petição de ID: 26533182. Após, não havendo pendências, ARQUIVE-SE. Às providências. Cumpra-se. Colíder/MT, 28 de novembro de 2019. Maurício Alexandre Ribeiro Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000416-14.2018.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
CICERO FERREIRA DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SUZINETE COSTA DE ALMEIDA OAB - MT0021291A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-S (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COLÍDER Decisão Vistos, etc. Analisando os autos, verifica-se que houve o pagamento espontâneo do débito pela parte requerida (ID: 26054764) antes de iniciada a fase de cumprimento de sentença. Além disso, a parte autora pugnou pela expedição de alvará de liberação dos valores (ID: 26075353). Assim, EXPEÇA-SE o alvará de liberação dos valores, atentando-se para conta bancária informada na petição de ID: 26075353. Após, não havendo pendências, ARQUIVE-SE. Às providências. Cumpra-se. Colíder/MT, 27 de novembro de 2019. Maurício Alexandre Ribeiro Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000416-14.2018.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
CICERO FERREIRA DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SUZINETE COSTA DE ALMEIDA OAB - MT0021291A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-S (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COLÍDER Decisão Vistos, etc. Analisando os autos, verifica-se que houve o pagamento espontâneo do débito pela parte requerida (ID: 26054764) antes de iniciada a fase de cumprimento de sentença. Além disso, a parte autora pugnou pela expedição de alvará de liberação dos valores (ID: 26075353). Assim, EXPEÇA-SE o alvará de liberação dos valores, atentando-se para conta bancária informada na petição de ID: 26075353. Após, não havendo pendências, ARQUIVE-SE. Às providências. Cumpra-se. Colíder/MT, 27 de novembro de 2019. Maurício Alexandre Ribeiro Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001333-96.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA APARECIDA PINTO SIMIAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANILO GALADINOVIC ALVIM OAB - MT0014371A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1001333-96.2019.8.11.0009. REQUERENTE: MARIA APARECIDA PINTO SIMIAO REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos etc. Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o art. 38 da Lei 9.099/95. Fundamento e decido. Homologo por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes. Em consequência, tendo a transação efeito de sentença entre as partes, julgo extinto o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, inciso III, "b", do CPC/2015. No mais, considerando que houve o pagamento do acordo (ID: 27014339) e a parte autora pugnou pela expedição de alvará de liberação dos valores (ID: 27070031), EXPEÇA-SE o alvará, atentando-se para conta bancária informada na petição de ID: 27070031. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Intimem-se. Submeto o presente projeto de sentença à apreciação e posterior homologação ao MM. Juiz de Direito, nos termos do artigo 40, da lei 9.099/95. Colíder, 12 de dezembro de 2019. Marcia Mieko Hiraçaka Almeida, Juíza Leiga SENTENÇA Vistos. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença elaborado pela Juíza Leiga, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publicada no Sistema PJE. Intimem-se Cumpra-se, expedindo-se o necessário com as cautelas de estilo. Colíder, 12 de dezembro de 2019. Maurício Alexandre Ribeiro Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001380-70.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
QUIRINO PEDROZO NETO (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
DANILO GALADINOVIC ALVIM OAB - MT0014371A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1001380-70.2019.8.11.0009. REQUERENTE: QUIRINO PEDROZO NETO REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos etc. Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o art. 38 da Lei 9.099/95. Fundamento e decido. Homologo por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes. Em consequência, tendo a transação efeito de sentença entre as partes, julgo extinto o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, inciso III, "b", do CPC/2015. No mais, considerando que houve o pagamento do acordo (ID: 26806033) e a parte autora pugnou pela expedição de alvará de liberação dos valores (ID: 27069470), EXPEÇA-SE alvará atentando-se a conta bancária indicada na petição de ID: 27069470. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Intimem-se. Submeto o presente projeto de sentença à apreciação e posterior homologação ao MM. Juiz de Direito, nos termos do artigo 40, da lei 9.099/95. Colíder, 12 de dezembro de 2019. Marcia Mieko Hiraçaka Almeida, Juíza Leiga. SENTENÇA Vistos. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença elaborado pela Juíza Leiga, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publicada no Sistema PJE. Intimem-se Cumpra-se, expedindo-se o necessário com as cautelas de estilo. Colíder, 12 de dezembro de 2019. Maurício Alexandre Ribeiro Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001334-81.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
GERALDA DA SILVA OLIMPIO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANILO GALADINOVIC ALVIM OAB - MT0014371A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1001334-81.2019.8.11.0009. REQUERENTE: GERALDA DA SILVA OLIMPIO REQUERIDO: BANCO BRADESCO Visto etc. Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. Trata-se de RECLAMAÇÃO CÍVEL proposta por GERALDA DA SILVA OLIMPIO em desfavor de BANCO BRADESCO S.A.. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no art. 2º e art. 38 da Lei nº 9.099/95 c.c. art. 1.046, §2º e §4º, do CPC c.c. Enunciados nº 161 e 162 do FONAJE. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, uma vez as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. MÉRITO Com efeito, a solução do litígio não demanda muito esforço, mormente pela regra do Código de Processo Civil que estabelece que compete ao autor provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu fato modificativo, impeditivo ou extintivo do referido direito. Além disso, segundo a regra contida nos artigos 336 e 341 do Código de Processo Civil, compete ao réu alegar, na contestação, toda matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor, sob pena de presumirem verdadeiros os fatos não impugnados. O cerne da controvérsia consiste em analisar a ilicitude dos descontos do benefício previdenciário da Reclamante, denominados “Reserva de Margem para Cartão de Crédito” e “Descontos de Cartão de Crédito”, referente ao período de 07/2018 à 07/2019 totalizando 13 parcelas de R$49,90 e pelo período de 08/2018 à 12/2018 em um total de 06 parcelas de R$46,90, que somados totalizam o valor de R$ 930,10, os quais afirma desconhecer a contratação. A Reclamada apresentou contestação, aduzindo em apertada síntese que desconhece qualquer reclamação referente aos supostos débitos, sendo portanto, indevida à reparação por danos morais. A Reclamada não trouxe elemento de prova que retire a validade dos documentos juntados na inicial e não demonstrou por meio de qualquer documento hábil a existência e exigibilidade dos débitos. Corroborando: EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DANOS MORAIS. DESCONTO INDEVIDO SEGURO. RECONHECIMENTO. RESTITUIÇÃO EM DOBRO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. AUSÊNCIA DE PROVA DA OFENSA OU LESÃO À HONRA. MERO DISSABOR. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. CRITÉRIOS. I - Ao dever de reparar impõe-se configuração de ato ilícito, nexo causal e dano, nos termos dos arts.927, 186 e 187 do CC/02, de modo que ausente demonstração de um destes requisitos não há que se falar em condenação, ressalvada a hipótese de responsabilidade objetiva, na qual prescindível a demonstração da culpa. II - Demonstrada a ocorrência de desconto indevido na conta corrente do autor, de valores referentes a serviços não contratados e prestados, impõe-se a respectiva devolução em dobro, nos moldes do art.42 do CDC. III - Ausente a comprovação do abalo psicológico ou das lesões de ordem moral causadas pelo desconto indevido em conta corrente, faz-se indevida a indenização por danos morais, configurando-se o ocorrido como meros aborrecimentos. IV - A fixação dos honorários advocatícios deve ser feita de forma equitativa nas hipóteses em que o valor da condenação/proveito econômico for inestimável ou irrisório, sendo que nos casos em que houver sucumbência recíproca, devem ser fixados em valor único, a ser suportado por ambas as partes, na proporção do êxito por elas obtido com a demanda, observados os critérios e limites legalmente impostos. (TJMG - Apelação Cível 1.0702.13.039547-9/001, Relator(a): Des.(a) João Cancio , 18ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 12/09/2017, publicação da súmula em 15/09/2017). Assim, não comprovada a legitimidade da cobrança, a declaração da inexistência do débito e devolução em dobro é medida que se impõe. Contudo, no que concerne ao pleito de indenização por danos morais, embora tenha a parte Autora alegado que entrou em contato com a instituição no intuito de resolver a questão, não trouxe aos autos nenhum nº de protocolo, comprovação de abalo psicológico ou lesões de ordem moral causadas pelo desconto indevido em conta corrente, assim não merece acolhimento o pedido nesse sentido. DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a pretensão contida na inicial para o fim de: a) declarar a inexistência de débitos da parte autora com a parte ré referente ao objeto sub judice e; b) a restituição em dobro do valores descontados na conta corrente da Autora, a título de danos materiais, devidamente corrigidos pelo INPC/IBGE desta data e acrescido de juros legais a partir dos respectivos descontos conta, extinguindo o feito com julgamento de mérito. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Intimem-se. Submeto o presente projeto de sentença à apreciação e posterior homologação ao MM. Juiz de Direito, nos termos do artigo 40, da lei 9.099/95. Colíder, 12 de dezembro de 2019. Marcia Mieko Hiraçaka Almeida Juíza Leiga SENTENÇA Vistos. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença elaborado pela Juíza Leiga, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publicada no Sistema PJE. Intimem-se Cumpra-se, expedindo-se o necessário com as cautelas de estilo. Colíder, 12 de dezembro de 2019. Maurício Alexandre Ribeiro Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001632-73.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
CECILIA DE GODOY OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANILO GALADINOVIC ALVIM OAB - MT0014371A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PRECATO CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANDRE LUIZ LUNARDON OAB - PR23304 (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1001632-73.2019.8.11.0009. REQUERENTE: CECILIA DE GODOY OLIVEIRA REQUERIDO: PRECATO CONSULTORIA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME Visto etc. Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. Trata-se de RECLAMAÇÃO CÍVEL proposta por CECILIA DE GODOY OLIVEIRA em desfavor de PRECATO CONSULTORIA E

CORRETORA DE SEGUROS LTDA. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no art. 2º e art. 38 da Lei nº 9.099/95 c.c. art. 1.046, §2º e §4º, do CPC c.c. Enunciados nº 161 e 162 do FONAJE. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, uma vez as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. MÉRITO Com efeito, a solução do litígio não demanda muito esforço, mormente pela regra do Código de Processo Civil que estabelece que compete ao autor provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu fato modificativo, impeditivo ou extintivo do referido direito. Além disso, segundo a regra contida nos artigos 336 e 341 do Código de Processo Civil, compete ao réu alegar, na contestação, toda matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor, sob pena de presumirem verdadeiros os fatos não impugnados. O cerne da controvérsia consiste em analisar a ilicitude dos descontos do benefício previdenciário da Reclamante, denominados "Precato Consultoria e Corretora de Seguros", referente 07 parcelas de R$78,23, que somados totalizam o valor de R$ 547,61, os quais afirma desconhecer a contratação. A Reclamada apresentou contestação, aduzindo em apertada síntese que já realizou a suspensão da cobrança do prêmio mensal na conta corrente da parte Autora, assim não há que se falar em indenização por danos morais. Entretanto, a Reclamada não trouxe elemento de prova que retire a validade dos documentos juntados com a inicial e não demonstrou por meio de qualquer documento hábil a existência e exigibilidade dos débitos. Devendo ser observado que o suposto contrato juntado aos autos, tem assinaturas divergentes. Corroborando: EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DANOS MORAIS. DESCONTO INDEVIDO SEGURO. RECONHECIMENTO. RESTITUIÇÃO EM DOBRO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. AUSÊNCIA DE PROVA DA OFENSA OU LESÃO À HONRA. MERO DISSABOR. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. CRITÉRIOS. I - Ao dever de reparar impõe-se configuração de ato ilícito, nexo causal e dano, nos termos dos arts.927, 186 e 187 do CC/02, de modo que ausente demonstração de um destes requisitos não há que se falar em condenação, ressalvada a hipótese de responsabilidade objetiva, na qual prescindível a demonstração da culpa. II - Demonstrada a ocorrência de desconto indevido na conta corrente do autor, de valores referentes a serviços não contratados e prestados, impõe-se a respectiva devolução em dobro, nos moldes do art.42 do CDC. III - Ausente a comprovação do abalo psicológico ou das lesões de ordem moral causadas pelo desconto indevido em conta corrente, faz-se indevida a indenização por danos morais, configurando-se o ocorrido como meros aborrecimentos. IV - A fixação dos honorários advocatícios deve ser feita de forma equitativa nas hipóteses em que o valor da condenação/proveito econômico for inestimável ou irrisório, sendo que nos casos em que houver sucumbência recíproca, devem ser fixados em valor único, a ser suportado por ambas as partes, na proporção do êxito por elas obtido com a demanda, observados os critérios e limites legalmente impostos. (TJMG - Apelação Cível 1.0702.13.039547-9/001, Relator(a): Des.(a) João Cancio , 18ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 12/09/2017, publicação da súmula em 15/09/2017). Assim, não comprovada a legitimidade da cobrança, a declaração da inexistência do débito e devolução em dobro é medida que se impõe. Contudo, no que concerne ao pleito de indenização por danos morais, embora tenha a parte Autora alegado que entrou em contato com a instituição no intuito de resolver a questão, não trouxe aos autos nenhum nº de protocolo, comprovação de abalo psicológico ou lesões de ordem moral causadas pelo desconto indevido em conta corrente, assim não merece acolhimento o pedido nesse sentido. DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a pretensão contida na inicial para o fim de: a) declarar a inexistência de débitos da parte autora com a parte ré referente ao objeto sub judice e; b) a restituição em dobro do valores descontados na conta corrente da Autora, no valor de R$547,61, a título de danos materiais, devidamente corrigidos pelo INPC/IBGE desta data e acrescido de juros legais a partir dos respectivos descontos conta, extinguindo o feito com julgamento de mérito. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Intimem-se. Submeto o presente projeto de sentença à apreciação e posterior homologação ao MM. Juiz de Direito, nos termos do artigo 40, da lei 9.099/95. Colíder, 12 de dezembro de 2019. Marcia Mieko Hiraçaka Almeida Juíza Leiga SENTENÇA Vistos. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença elaborado pela Juíza Leiga, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publicada no Sistema PJE. Intimem-se Cumpra-se, expedindo-se o necessário com as cautelas de estilo. Colíder, 12 de dezembro de 2019. Maurício Alexandre Ribeiro Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001631-88.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
CECILIA DE GODOY OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANILO GALADINOVIC ALVIM OAB - MT0014371A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ACE SEGURADORA S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO GALDAO DE ALBUQUERQUE OAB - SP0138646A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1001631-88.2019.8.11.0009. REQUERENTE: CECILIA DE GODOY OLIVEIRA REQUERIDO: ACE SEGURADORA S.A. Visto etc. Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. Trata-se de RECLAMAÇÃO CÍVEL proposta por CECILIA DE GODOY OLIVEIRA em desfavor de ACE SEGURADORA S.A. e CHUBB SEGUROS BRASIL S.A. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no art. 2º e art. 38 da Lei nº 9.099/95 c.c. art. 1.046, §2º e §4º, do CPC c.c. Enunciados nº 161 e 162 do FONAJE. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, uma vez as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. MÉRITO Com efeito, a solução do litígio não demanda muito esforço, mormente pela regra do Código de Processo Civil que estabelece que compete ao autor provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu fato modificativo, impeditivo ou extintivo do referido direito. Além disso, segundo a regra contida nos artigos 336 e 341 do Código de Processo Civil, compete ao réu alegar, na contestação, toda matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor, sob pena de presumirem verdadeiros os fatos não impugnados. O cerne da controvérsia consiste em analisar a ilicitude dos descontos do benefício previdenciário da Reclamante, denominados "Ace Seguradora S.A. e Chubb Seguros Brasil S.a.", referente 07 parcelas de R$52,00, que somados totalizam o valor de R$ 364,00, os quais afirma desconhecer a contratação. A Reclamada apresentou contestação, aduzindo em apertada síntese que já realizou a suspensão da cobrança do prêmio mensal na conta corrente da parte Autora, assim não há que se falar em indenização por danos morais. Entretanto, a Reclamada não trouxe elemento de prova que retire a validade dos documentos juntados com a inicial e não demonstrou por meio de qualquer documento hábil a existência e exigibilidade dos débitos. Devendo ser observado que o suposto contrato juntado aos autos, tem assinaturas divergentes. Corroborando: EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DANOS MORAIS. DESCONTO INDEVIDO SEGURO. RECONHECIMENTO. RESTITUIÇÃO EM DOBRO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. AUSÊNCIA DE PROVA DA OFENSA OU LESÃO À HONRA. MERO DISSABOR. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. CRITÉRIOS. I - Ao dever de reparar impõe-se configuração de ato ilícito, nexo causal e dano, nos termos dos arts.927, 186 e 187 do CC/02, de modo que ausente demonstração de um destes requisitos não há que se falar em condenação, ressalvada a hipótese de responsabilidade objetiva, na qual prescindível a demonstração da culpa. II - Demonstrada a ocorrência de desconto indevido na conta corrente do autor, de valores referentes a serviços não contratados e prestados, impõe-se a respectiva devolução em dobro, nos moldes do art.42 do CDC. III - Ausente a comprovação do abalo psicológico ou das lesões de ordem moral causadas pelo desconto indevido em conta corrente, faz-se indevida a indenização por danos morais, configurando-se o ocorrido como meros aborrecimentos. IV - A fixação dos honorários advocatícios deve ser feita de forma equitativa nas hipóteses em que o valor da condenação/proveito econômico for inestimável ou irrisório, sendo que nos casos em que houver sucumbência recíproca, devem ser fixados em valor único, a ser suportado por ambas as partes, na proporção do êxito por elas obtido com a demanda, observados os critérios e limites legalmente impostos. (TJMG - Apelação Cível 1.0702.13.039547-9/001, Relator(a): Des.(a) João Cancio ,

18ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 12/09/2017, publicação da súmula em 15/09/2017). Assim, não comprovada a legitimidade da cobrança, a declaração da inexistência do débito e devolução em dobro é medida que se impõe. Contudo, no que concerne ao pleito de indenização por danos morais, embora tenha a parte Autora alegado que entrou em contato com a instituição no intuito de resolver a questão, não trouxe aos autos nenhum nº de protocolo, comprovação de abalo psicológico ou lesões de ordem moral causadas pelo desconto indevido em conta corrente, assim não merece acolhimento o pedido nesse sentido. DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a pretensão contida na inicial para o fim de: a) declarar a inexistência de débitos da parte autora com a parte ré referente ao objeto sub judice e; b) a restituição em dobro do valores descontados na conta corrente da Autora, no valor de R$364,00 (em dobro), a título de danos materiais, devidamente corrigidos pelo INPC/IBGE desta data e acrescido de juros legais a partir dos respectivos descontos conta, extinguindo o feito com julgamento de mérito. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Intimem-se. Submeto o presente projeto de sentença à apreciação e posterior homologação ao MM. Juiz de Direito, nos termos do artigo 40, da lei 9.099/95. Colíder, 12 de dezembro de 2019. Marcia Mieko Hiraçaka Almeida Juíza Leiga SENTENÇA Vistos. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença elaborado pela Juíza Leiga, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publicada no Sistema PJE. Intimem-se Cumpra-se, expedindo-se o necessário com as cautelas de estilo. Colíder, 12 de dezembro de 2019. Maurício Alexandre Ribeiro Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001583-32.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
ZULMIRA BATISTA DE OLIVEIRA MILHEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANILO GALADINOVIC ALVIM OAB - MT0014371A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1001583-32.2019.8.11.0009. REQUERENTE: ZULMIRA BATISTA DE OLIVEIRA MILHEIRO REQUERIDO: BANCO BRADESCO Visto etc. Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. Trata-se de RECLAMAÇÃO CÍVEL proposta por ZULMIRA BATISTA DE OLIVEIRA MILHEIRO em desfavor de BANCO BRADESCO S.A.. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no art. 2º e art. 38 da Lei nº 9.099/95 c.c. art. 1.046, §2º e §4º, do CPC c.c. Enunciados nº 161 e 162 do FONAJE. Decido. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, uma vez as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. MÉRITO Com efeito, a solução do litígio não demanda muito esforço, mormente pela regra do Código de Processo Civil que estabelece que compete ao autor provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu fato modificativo, impeditivo ou extintivo do referido direito. Além disso, segundo a regra contida nos artigos 336 e 341 do Código de Processo Civil, compete ao réu alegar, na contestação, toda matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor, sob pena de presumirem verdadeiros os fatos não impugnados. O cerne da controvérsia consiste em analisar a ilicitude dos descontos do benefício previdenciário da Reclamante, denominados “Reserva de Margem para Cartão de Crédito” e “Descontos de Cartão de Crédito”, referente ao período de 01.2018 À 08.2019 totalizando 20 parcelas de R$49,90 e pelo período de 02.2018 à 07.2019 em um total de 14 parcelas de R$46,08, que somados totalizam o valor de R$ 1.643,12, os quais afirma desconhecer a contratação. A Reclamada apresentou contestação, aduzindo em apertada síntese exercício regular de direito, sendo portanto, indevida à reparação por danos morais. A Reclamada não trouxe elemento de prova que retire a validade dos documentos juntados na inicial e não demonstrou por meio de qualquer documento hábil a existência e exigibilidade dos débitos. Corroborando: EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DANOS MORAIS. DESCONTO INDEVIDO SEGURO. RECONHECIMENTO. RESTITUIÇÃO EM DOBRO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. AUSÊNCIA DE PROVA DA OFENSA OU LESÃO À HONRA. MERO DISSABOR. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. CRITÉRIOS. I - Ao dever de reparar impõe-se configuração de ato ilícito, nexo causal e dano, nos termos dos arts.927, 186 e 187 do CC/02, de modo que ausente demonstração de um destes requisitos não há que se falar em condenação, ressalvada a hipótese de responsabilidade objetiva, na qual prescindível a demonstração da culpa. II - Demonstrada a ocorrência de desconto indevido na conta corrente do autor, de valores referentes a serviços não contratados e prestados, impõe-se a respectiva devolução em dobro, nos moldes do art.42 do CDC. III - Ausente a comprovação do abalo psicológico ou das lesões de ordem moral causadas pelo desconto indevido em conta corrente, faz-se indevida a indenização por danos morais, configurando-se o ocorrido como meros aborrecimentos. IV - A fixação dos honorários advocatícios deve ser feita de forma equitativa nas hipóteses em que o valor da condenação/proveito econômico for inestimável ou irrisório, sendo que nos casos em que houver sucumbência recíproca, devem ser fixados em valor único, a ser suportado por ambas as partes, na proporção do êxito por elas obtido com a demanda, observados os critérios e limites legalmente impostos. (TJMG - Apelação Cível 1.0702.13.039547-9/001, Relator(a): Des.(a) João Cancio , 18ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 12/09/2017, publicação da súmula em 15/09/2017). Assim, não comprovada a legitimidade da cobrança, a declaração da inexistência do débito e devolução em dobro é medida que se impõe. Contudo, no que concerne ao pleito de indenização por danos morais, embora tenha a parte Autora alegado que entrou em contato com a instituição no intuito de resolver a questão, não trouxe aos autos nenhum nº de protocolo, comprovação de abalo psicológico ou lesões de ordem moral causadas pelo desconto indevido em conta corrente, assim não merece acolhimento o pedido nesse sentido. DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a pretensão contida na inicial para o fim de: a) declarar a inexistência de débitos da parte autora com a parte ré referente ao objeto sub judice e; b) a restituição em dobro do valores descontados na conta corrente da Autora, a título de danos materiais, devidamente corrigidos pelo INPC/IBGE desta data e acrescido de juros legais a partir dos respectivos descontos conta, extinguindo o feito com julgamento de mérito. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Intimem-se. Submeto o presente projeto de sentença à apreciação e posterior homologação ao MM. Juiz de Direito, nos termos do artigo 40, da lei 9.099/95. Colíder, 12 de dezembro de 2019. Marcia Mieko Hiraçaka Almeida Juíza Leiga SENTENÇA Vistos. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença elaborado pela Juíza Leiga, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publicada no Sistema PJE. Intimem-se Cumpra-se, expedindo-se o necessário com as cautelas de estilo. Colíder, 12 de dezembro de 2019. Maurício Alexandre Ribeiro Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001447-35.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
ARI LARA DA LUZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELISANGELA PERAL DA SILVA OAB - MT0013404A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-S (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1001447-35.2019.8.11.0009. REQUERENTE: ARI LARA DA LUZ REQUERIDO: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. Vistos etc., Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/9 5. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS proposta por ARI LARA DA LUZ em desfavor de BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no art. 2º e art. 38 da Lei nº 9.099/95 c.c. art. 1.046, §2º e §4º, do CPC c.c. Enunciados nº 161 e 162

do FONAJE. DECIDO. DO JULGAMENTO ANTECIPADO No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, pois as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. PRELIMINARES Não há que se falar em complexidade suficiente que autorize afastar a competência deste Juízo e não se revelam na espécie nenhumas das situações preliminares ao mérito e prejudiciais de mérito da demanda descritas no artigo 337 do Código de Processo Civil que impeçam o avanço e análise da controvérsia posta. MÉRITO Com efeito, a solução do litígio não demanda muito esforço, mormente pela regra do Código de Processo Civil que estabelece que compete ao autor provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu fato modificativo, impeditivo ou extintivo do referido direito. Além disso, segundo a regra contida nos artigos 336 e 341 do Código de Processo Civil, compete ao réu alegar, na contestação, toda matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor, sob pena de presumirem verdadeiros os fatos não impugnados. A parte Reclamante alega não ter firmado com a Reclamada contrato de empréstimo pessoal, que resultaram na negativação do seu nome junto aos órgãos de proteção ao crédito, nos valores de R$7.574,38; R$343,20; R$8.767,92; R$6.50,80 e R$446,91. Aduz que não recebeu nenhum valor referente aos empréstimos, sendo totalmente indevidos. Assim, requer a declaração de inexistência dos débitos e a condenação da Reclamada por danos morais. No entanto, a parte ré, em contestação logrou êxito em demonstrar a legitimidade parcial das cobranças, por meio de provas que indicam a validade do negócio jurídico, bem como a obrigação de pagar os débitos oriundos da utilização dos serviços. A reclamada afirma que a Autora realizou 05 empréstimos pessoais, através dos contratos nºs 929403185, 543056165, 548255804, 549557229 e 830202702, valores disponibilizados em conta corrente do Autor a serem quitados mediante desconto beneficiário. Juntos os contrato assinados pelo Reclamante e documentos pessoais utilizados no momento da contratação, documentos esses que legitimam a cobrança dos débitos inscritos nos órgãos de restrição ao crédito. Contudo, com relação ao contrato nº 830202702, supostamente firmado entre as partes, a Reclamada não se desincumbiu do seu ônus probatório, cabia à parte reclamada comprovar a regularidade do débito, apresentando o contrato que originou a dívida, devidamente assinado, ou o áudio da gravação, se a contratação foi realizada por "call Center", ônus do qual não se desincumbiu. Quanto à assinatura aposta nas cédulas apresentadas, se mostra desnecessária a realização de perícia grafotécnica, já que a semelhança nas assinaturas apresentadas nos documentos juntados aos autos dispensa aludido recurso. Nesse sentido, a declaração de inexistência do débito referente ao contrato nº 830202702 é medida que se impõe. Entretanto, juntamente com a inicial, foi anexado extrato de negativação, onde verifico além das 05 negativações comandas pela Reclamada, das quais 04 foram comprovadas a origem nestes autos, a existência de mais 02 negativações posteriores as que estão sendo discutidas nesta lide, comandadas pela Telefônica e Sky, sem comprovação de que sejam ilegítimas. Desse modo, aplicável no caso o disposto na Súmula 385 do STJ: "Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento". Portanto, forçoso reconhecer a ausência de elementos para declarar a inexistência das dívidas e, por conseguinte, ausentes os requisitos necessários à configuração da responsabilidade civil. DISPOSITIVO Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I do CPC c.c. art. 6º da Lei nº. 9.099/95, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para o fim de: a) DECLARAR a inexistência do débito negativado pela Reclamada no valor de R$343,20 disponibilizado em 27.06.2015; b) INDEFERIR o pedido de danos morais; Oficie-se ao SPC/SERASA, determinando a baixa em definitivo dos dados da parte Reclamante das inscrições relativo ao débito de R$343,20 disponibilizado em 27.06.2015, no prazo de 03 (três) dias. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Intimem-se. Submeto o presente projeto de sentença à apreciação e posterior homologação ao MM. Juiz de Direito, nos termos do artigo 40, da lei 9.099/95. Colíder, 12 de dezembro de 2019. Marcia Mieko Hiraçaka Almeida Juiza Leiga SENTENÇA Vistos. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença elaborado pela Juíza Leiga, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publicada no Sistema PJE. Intimem-se Cumpra-se, expedindo-se o necessário com as cautelas de estilo. Colíder, 12 de dezembro de 2019. Maurício Alexandre Ribeiro Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002028-50.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ROBERTO TESTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEGO CHAVES FREIRE OAB - MT23165/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANA MARIA DE SOUZA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COLÍDER Sentença Vistos, etc. Dispensado o relatório nos termos do art. 38, caput, da Lei n. 9.099/95. Fundamento e Decido. É caso de extinção do processo. Explico. A ação monitória segue rito especial estabelecido no art. 700 e seguintes do Código de Processo Civil, o que evidencia a incompatibilidade do seu processamento perante os Juizados Especiais. Nesse sentido, é o Enunciado nº 08 do FONAJE: ENUNCIADO 8 – As ações cíveis sujeitas aos procedimentos especiais não são admissíveis nos Juizados Especiais. De igual modo, é o entendimento jurisprudencial, vejamos: AÇÃO MONITÓRIA. DISTRIBUIÇÃO DOS AUTOS À 2ª VARA CÍVEL DE FERRAZ DE VASCONCELOS. REDISTRIBUIÇÃO AO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA MESMA COMARCA. RITO INCOMPATÍVEL. DESCABIMENTO. 1. Os Juizados Especiais estabelecidos pelas Leis 9.099 /95 e 12.153 /09 visam à rápida solução dos litígios, sendo regidos, dentre outros, pelos critérios da simplicidade, celeridade e economia processual. 2. Observe-se que o procedimento monitório eleito pelo autor encontra-se na Parte Especial do Código de Processo Civil, figurando entre um dos Procedimentos Especiais contidos no Título III, de modo que se efetiva mediante a realização de rito especial próprio, mostrando-se, assim, incompatível seu processamento perante os Juizados Especiais. 3. Conflito de Competência julgado procedente para determinar o processamento junto ao Juízo suscitado. (TJ-SP 00153604820188260000 SP 0015360-48.2018.8.26.00000, Relator: Artur Marques (Vice-Presidente), Data de Julgamento: 04/05/2018, Câmara Especial, Data de Publicação: 04/05/2018) (Grifei) Assim, à vista do exposto, JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, o que faço com fundamento no art. 51, II, da Lei n. 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios, nos termos dos arts. 54 e 55, ambos da Lei n. 9.099/95. Transitando em julgado, certifique-se, após arquive-se. Às comunicações de praxe. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Colíder/MT, 25 de novembro de 2019. Maurício Alexandre Ribeiro Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002027-65.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ROBERTO TESTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEGO CHAVES FREIRE OAB - MT23165/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLAUDENIR APARECIDO MOTA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COLÍDER Sentença Vistos, etc. Dispensado o relatório nos termos do art. 38, caput, da Lei n. 9.099/95. Fundamento e Decido. É caso de extinção do processo. Explico. A ação monitória segue rito especial estabelecido no art. 700 e seguintes do Código de Processo Civil, o que evidencia a incompatibilidade do seu processamento perante os Juizados Especiais. Nesse sentido, é o Enunciado nº 08 do FONAJE: ENUNCIADO 8 – As ações cíveis sujeitas aos procedimentos especiais não são admissíveis nos Juizados Especiais. De igual modo, é o entendimento jurisprudencial, vejamos: AÇÃO MONITÓRIA. DISTRIBUIÇÃO DOS AUTOS À 2ª VARA CÍVEL DE FERRAZ DE VASCONCELOS. REDISTRIBUIÇÃO AO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA MESMA COMARCA. RITO INCOMPATÍVEL. DESCABIMENTO. 1. Os Juizados Especiais estabelecidos pelas Leis 9.099 /95 e 12.153 /09 visam à rápida solução dos litígios, sendo regidos, dentre outros, pelos critérios da simplicidade, celeridade e economia processual. 2. Observe-se que o procedimento monitório eleito pelo autor encontra-se na Parte Especial do Código de Processo Civil, figurando entre um dos Procedimentos Especiais contidos no Título III, de modo que se efetiva mediante a realização de rito especial próprio, mostrando-se, assim, incompatível seu processamento perante os Juizados Especiais. 3. Conflito de Competência julgado procedente para determinar o processamento junto ao Juízo suscitado. (TJ-SP 00153604820188260000 SP 0015360-48.2018.8.26.00000, Relator: Artur

Marques (Vice-Presidente), Data de Julgamento: 04/05/2018, Câmara Especial, Data de Publicação: 04/05/2018) (Grifei) Assim, à vista do exposto, JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, o que faço com fundamento no art. 51, II, da Lei n. 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios, nos termos dos arts. 54 e 55, ambos da Lei n. 9.099/95. Transitando em julgado, certifique-se, após arquive-se. Às comunicações de praxe. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Colíder/MT, 25 de novembro de 2019. Maurício Alexandre Ribeiro Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001542-65.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
JHON WELLITON DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURICIO RICARDO ALVES OAB - MT15523-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1001542-65.2019.8.11.0009. REQUERENTE: JHON WELLITON DA SILVA REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Vistos etc. Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS proposta por JHON WELLITON DA SILVA em desfavor de TELEFÔNICA BRASIL S.A.. No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, uma vez que as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. PRELIMINARES Da Impossibilidade de Inversão do Ônus da Prova. A presente preliminar não está elencada nas hipóteses previstas nos incisos do art. 337 do Código de Processo Civil. Ademais, a análise da norma jurídica aplicada ao caso concreto deve ser feita no mérito e não em sede de preliminar como fora abordado pela parte Reclamada em sua defesa. Deste modo, afasto-a. Do Comprovante de Endereço. Deixo de acolher a preliminar suscitada pela Reclamada em sede de contestação, em razão de a parte autora ter instruído os autos com todos os documentos indispensáveis a análise da demanda. MÉRITO Com efeito, o que se tem de relevante para o deslinde da controvérsia é que a parte autora sustenta que a negativação é indevida, negando qualquer vínculo jurídico com a parte reclamada que originasse o débito no valor de R$198,61 data da inclusão: 11.01.2016. Consta da contestação que o crédito que originou a inscrição acoimada de indevida foi objeto de contrato de telefonia nº (66) 9694-3120, que teve suspenso os seus serviços por inadimplência da parte Reclamante. No presente caso, como o consumidor nega relação jurídica e a responsabilidade pelo débito, objeto desta lide, entendo que cabia a parte Reclamada comprovar a sua origem e licitude, ônus que não se desincumbiu a teor do dispositivo no art. 373, II do CPC, devendo ser observado que provas produzidas de forma unilateral, não se prestam para o fim desejado. Logo, não comprovada a origem do débito, certa a ilicitude do valor cobrado da Reclamante, ensejando a declaração de inexigibilidade do valor discutido nos autos e a exclusão dos dados negativos. Ademais, diante da inserção dos dados do autor nos referidos órgãos de proteção ao crédito sem qualquer justificativa para tal, cabível a reparação pelos danos causados, uma vez que tal fato por si só já gera um abalo moral. Corroborando: EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – RELAÇÃO JURÍDICA E DÉBITO INEXISTENTES - NEGATIVAÇÃO INDEVIDA – RESPONSABILIDADE DA EMPRESA DE TELEFONIA RECONHECIDA E DANO MORAL CONFIGURADO – INDENIZAÇÃO – FIXAÇÃO EM VALOR RAZOÁVEL. Comprovada a inexistência relação jurídica entre a parte autora e a empresa de telefonia ré e, portanto, de débito por parte da primeira, há que se reconhecer a ilegalidade da negativação do seu nome nos cadastros de maus pagadores, a responsabilidade da segunda pela inscrição indevida e a configuração do dano moral suscitado. O dano moral na hipótese é presumido e decorre da própria negativação injusta. A indenização a título de dano moral deve ser fixada segundo critérios de razoabilidade e proporcionalidade, com a observância das peculiaridades do caso e sempre tendo em vista os objetivos do instituto, quais sejam, compensar a vítima pelos prejuízos suportados, punir o agente pela conduta adotada e inibi-lo na reiteração do ilícito. (TJMG - Apelação Cível 1.0704.13.000712-0/001, Relator(a): Des.(a) Arnaldo Maciel , 18ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 29/05/2018, publicação da súmula em 07/06/2018). DISPOSITIVO. Ante o exposto, despiciendas considerações outras, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos contidos na petição inicial para: 1- DECLARAR a inexigibilidade do débito discutido nos autos no valor total de R$198,61 data da inclusão: 11.01.2016; 2- CONDENAR o Reclamado a indenizar a Reclamante pelos danos morais sofridos, no valor de R$ 3.000,00, com incidência de correção monetária, pela variação do INPC, a partir desta data (súmula 362 do STJ), e juros de mora de 1% ao mês a contar do evento danoso; 3- CONFIRMAR a liminar deferida no ID 23775538, tornando-a definitiva por seus próprios fundamentos. Oficie-se ao SPC/SERASA, determinando a baixa em definitivo dos dados da parte Reclamante daqueles anais relativo ao débito ora discutido, no prazo de 05 (cinco) dias. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Intimem-se. Submeto o presente projeto de sentença à apreciação e posterior homologação ao MM. Juiz de Direito, nos termos do artigo 40, da lei 9.099/95. Colíder, 12 de dezembro de 2019. Marcia Mieko Hiraçaka Almeida Juíza Leiga SENTENÇA Vistos. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença elaborado pela Juíza Leiga, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publicada no Sistema PJE. Intimem-se Cumpra-se, expedindo-se o necessário com as cautelas de estilo. Colíder, 12 de dezembro de 2019. Maurício Alexandre Ribeiro Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000113-63.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
VAGNER AGUSTINHO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURICIO RICARDO ALVES OAB - MT15523-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1000113-63.2019.8.11.0009. REQUERENTE: VAGNER AGUSTINHO DA SILVA REQUERIDO: ENERGISA TOCANTINS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. Vistos etc., Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS proposta por JULIANA OLIVEIRA SOARES em desfavor de ENERGISA TOCANTINS – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no art. 2º e art. 38 da Lei nº 9.099/95 c.c. art. 1.046, §2º e §4º, do CPC c.c. Enunciados nº 161 e 162 do FONAJE. Decido. DO JULGAMENTO ANTECIPADO No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, pois as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. PRELIMINAR Da Audiência de Instrução e Julgamento Não se faz necessária a realização de audiência instrução, uma vez que cabe ao magistrado dirigir a instrução do processo e deferir a produção probatória que considerar necessária à formação do seu convencimento. MÉRITO Com efeito, a solução do litígio não demanda muito esforço, mormente pela regra do Código de Processo Civil que estabelece que compete ao autor provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu fato modificativo, impeditivo ou extintivo do referido direito. Além disso, segundo a regra contida nos artigos 336 e 341 do Código de Processo Civil, compete ao réu alegar, na contestação, toda matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor, sob pena de presumirem verdadeiros os fatos não impugnados. A parte Reclamante alega não ter solicitado serviços junto a Reclamada, desconhecendo a origem do débito que ensejou a anotação junto aos órgãos de proteção ao crédito no valor R$ 125,41, protestado em 19.11.2018. Diante da negativa de débitos e evidente hipossuficiência da parte Reclamante, cumpria à Reclamada trazer aos autos documentos consistentes que pudessem comprovar inequivocamente a relação jurídica entre as partes e a legalidade do débito, como o contrato devidamente assinado, nos termos

do art. 373, II, do CPC c.c. artigo 6º, VIII, do CDC, entretanto, assim não o fez. A Reclamada não juntou aos autos qualquer documento que comprovasse minimamente o contrato entre as partes. Devendo ser observado que prints de controle interno, isoladamente, não se prestam para o fim desejado. Se, se veicula fato negativo, a incumbência do ônus probatório transfere-se para à Reclamada, ou mesmo pode-se desincumbir pelo ônus da contraprova. Assim, não fez a requerida, provas do alegado, deixando a questão no campo das meras alegações: sabe-se que alegar e não comprovar é o mesmo que não alegar (allegatioet non probatioquasi non allegatio). Portanto, não comprovada a legitimidade da cobrança, a declaração da inexistência do débito é medida que se impõe. No caso, caracterizado está o defeito do serviço, cuidando-se, portanto, de responsabilidade objetiva pelo fato do serviço, previsto no artigo 14 do CDC, respondendo o fornecedor por esse serviço defeituoso. Como decorrência da responsabilidade objetiva, para que o prestador do serviço possa se desonerar da obrigação de indenizar, deve provar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste ou a culpa é exclusiva do consumidor ou de terceiro (§3º, inc. I e II, do art. 14, do CDC). Sendo o ônus da prova relativo a essas hipóteses, do prestador do serviço e se não a produzir, será responsabilizado, como deve ocorrer no presente caso. Desse modo, tenho que a Reclamada encaminhou os dados da parte Reclamante indevidamente aos anais de proteção ao crédito, restando, pois, comprovada a prática de conduta ilícita, devendo, portanto, responder pelas suas consequências, qual seja, a de indenizar a vítima por eventuais danos experimentados de forma injusta. Contudo, no caso em testilha, constato do próprio extrato juntado com a inicial, que o Autor possui negativação anterior em seu nome, comandada pelo BB Administradora de Consórcios S.A. ocorrida em 12.11.2018, extinta sem resolução do mérito no Processo nº 1000109-26.2019.8.11.0009, portanto, legitima a inscrição preexistente, o que afasta a ocorrência de dano moral indenizável, sendo aplicável no caso retratado nos autos o teor da Súmula 385 do STJ. Nesse sentido é a Súmula 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça, assim ementada: “Súmula 385. Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”. Com relação ao pedido da Reclamada em condenação nas penas da litigância de má-fé, entendo que não deve ser deferida, uma vez que se trata, no caso, do livre exercício do direito constitucional de ação. DISPOSITIVO POSTO ISTO, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, para o fim de declarar a inexistência do débito “sub judice” e, e indeferir o pedido de indenização por danos morais. Outrossim, confirmo a liminar concedida no id. 1834844, tornando-a definitiva por seus próprios fundamentos. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Intimem-se. Submeto o presente projeto de sentença à apreciação e posterior homologação ao MM. Juiz de Direito, nos termos do artigo 40, da lei 9.099/95. Colíder, 12 de novembro de 2019. Marcia Mieko Hiraçaka Almeida Juíza Leiga SENTENÇA Vistos. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença elaborado pela Juíza Leiga, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publicada no Sistema PJE. Intimem-se Cumpra-se, expedindo-se o necessário com as cautelas de estilo. Colíder, 12 de novembro de 2019. Maurício Alexandre Ribeiro Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001465-56.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
IVONE SANTANA NUNES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO AURELIO CARDOSO OAB - MT18700/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1001465-56.2019.8.11.0009. REQUERENTE: IVONE SANTANA NUNES REQUERIDO: SEGURADORA LIDER Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA, proposta por IVONE SOARES SANTANA, RODRIGO JOSÉ SANTANA NUNES e CLEONICE VALENTINA SANTANA NUNES, em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A., objetivando o recebimento de seguro obrigatório – DPVAT. As partes promoventes relatam que o Sr. EDIVALDO NUNES LACERDA, foi vítima fatal de um acidente de trânsito ocorrido em 29.03.2019, conforme boletim de ocorrência e certidão de óbito anexadas à inicial. Informam que o de cujus era casado com IVONE SOARES SANTANA, e possuía dois filhos RODRIGO JOSÉ SANTANA NUNES e CLEONICE VALENTINA SANTANA NUNES. Pleiteiam a condenação da parte promovida ao pagamento do seguro obrigatório DPVAT, no valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescidos de juros de mora, atualização monetária. Realizada a audiência de conciliação, esta restou inexitosa. Em preliminar da contestação, a parte promovida requer, o reconhecimento da ilegitimidade ativa das partes, ante a falta de comprovação da condição de únicos herdeiros. Por fim postulou pela improcedência da demanda. Houve impugnação reiterando os pedidos iniciais. É o Relatório. Inicialmente, destaco o cabimento do julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inc. I do CPC. PRELIMINAR Da Ilegitimidade Ativa Verifico dos documentos acostados no Id. 22821839 foi acostado certidão de casamento matricula nº 146910 01 55 1998 2 00016 267 0004337 64 cônjuge Edivaldo Nunes Lacerda e Ivone Soares Santana, e documentos pessoas dos filhos onde consta como filiação: Edivaldo Nunes Lacerda. Não há nos autos nenhuma prova contrária a estes fatos a respaldar a recusa ao pagamento. Afasto a preliminar. CORROBORANDO: Ementa: SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA - PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE ATIVA AFASTADA - UNIÃO ESTÁVEL - DECLARAÇÃO PÚBLICA - INEXISTÊNCIA DE PROVA EM CONTRÁRIO - ACIDENTE OCORRIDO APÓS A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 340/2006 CONVERTIDA NA LEI Nº 11.482/2007 - VALOR DA INDENIZAÇÃO LIMITADO A R$ 13.500,00 - DIREITO AO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO - INCABÍVEL LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. (Destacamos). (TJMT - 3ª Tur. Rec. - RI nº 001.2008.006.223-3 - Rel:. Valmir Alaércio dos Santos - DJU 14/06/2010). Ementa: APELAÇÃO CÍVEL ? AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT ? ILEGITIMIDADE ATIVA ? EXISTÊNCIA NOS AUTOS DE PROVA DA UNIÃO ESTÁVEL COM O FALECIDO EM ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO ? LEGITIMIDADE PARA RECEBIMENTO DE INDENIZAÇÃO ? DESNECESSIDADE DO AJUIZAMENTO DE PRÉVIA AÇÃO DECLARATÓRIA ? PRELIMINAR AFASTADA ? RECURSO IMPROVIDO. I) Deve ser reconhecida a legitimidade ativa da companheira do falecido em acidente de trânsito quando emergem dos autos elementos probatórios que atestam a existência da união estável entre eles na época do óbito. II) Recurso conhecido e improvido. (Destacamos). (TJMS - 4ª Câm. Cív. - APL 0821592-06.2013.8.12.0001 - Rel.: Dorival Renato Pavan - 22/06/2015). MÉRITO Trata-se de pedido de indenização de seguro DPVAT no montante de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), em razão de acidente de motocicleta, ocorrido em 29.03.2019, que resultou na morte do Sr EDIVALDO NUNES LACERDA, consoante boletim de ocorrência e certidão de óbito digitalizados juntamente com a exordial. DO VALOR E DA DIVISÃO DO SEGURO: A Lei nº 6.194/74 que trata sobre o seguro obrigatório, estipula o valor da indenização em caso de morte, com segue abaixo: Artigo 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2o desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: I - R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; E como restou comprovado nos autos, que as partes promoventes sustentam a condição de beneficiários do seguro, a parte IVONE SOARES SANTANA como esposa do de cujus e as partes RODRIGO JOSÉ SANTANA NUNES e CLEONICE VALENTINA SANTANA NUNES, como filhos fazem jus a indenização. Assim a divisão deve atender a regra prevista no artigo 792 do Código Civil, que diz: Na falta de indicação da pessoa ou beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado será pago por metade ao cônjuge não separado judicialmente, e o restante aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária. Logo o capital segurado deve ser dividido em 50% (cinquenta por cento) para a companheira e 25% (vinte e cinco por cento) para cada filho. DA CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS: Com relação ao valor, para fins de apuração da indenização do seguro DPVAT, a jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça, interprete mor da legislação infraconstitucional, é pacífica de que deve ser apurada com base no

salário mínimo vigente na data do evento danoso e que deve incidir correção monetária a partir de então: "II - A indenização decorrente do seguro obrigatório (DPVAT) deve ser apurada com base no valor do salário mínimo vigente na data do evento danoso, monetariamente atualizado até o efetivo pagamento." (STJ - REsp 788712/RS, Rel. Min. ALDIR PASSARINHO JUNIOR, DJe 9.11.09). 6. No seguro obrigatório incide correção monetária desde o evento danoso e juros de mora a partir da citação. (STJ - REsp 875876 / PR ? J. 10.05.2011 ? Publ. DJE 27.06.2011). II. A indenização decorrente do seguro obrigatório (DPVAT) deve ser apurada com base no valor do salário mínimo vigente na data do evento danoso, monetariamente atualizado até o efetivo pagamento. (STJ - REsp 746087 / RJ ? J. 18.05.2010 ? Publ. DJE 01.06.2010). Com relação aos juros o Superior Tribunal de Justiça decidiu que estes incidem a partir da data da citação da seguradora, inclusive foi editada súmula a respeito: 3. Na ação de cobrança para complementação do pagamento de indenização de seguro obrigatório (DPVAT), os juros de mora incidem a partir da data de citação da seguradora?. (STJ - EDcl no Ag 1203267 / RJ ? J. 09.08.2011 ? Pub. DJE 19.08.2011). Súmula 426 - Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação. DISPOSITIVO Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão contida na inicial para condenar a parte promovida a pagar às partes promoventes o valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescidos de correção monetária pela variação do INPC/IBGE a contar do evento danoso e juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Intimem-se. Submeto o presente projeto de sentença à apreciação e posterior homologação ao MM. Juiz de Direito, nos termos do artigo 40, da lei 9.099/95. Colíder, 12 de dezembro de 2019. Marcia Mieko Hiraçaka Almeida Juíza Leiga SENTENÇA Vistos. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença elaborado pela Juíza Leiga, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publicada no Sistema PJE. Intimem-se Cumpra-se, expedindo-se o necessário com as cautelas de estilo. Colíder, 12 de dezembro de 2019. Maurício Alexandre Ribeiro Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000020-37.2018.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
NILSON PIRES CORREA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELISANGELA PERAL DA SILVA OAB - MT0013404A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1000020-37.2018.8.11.0009. REQUERENTE: NILSON PIRES CORREA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos em sentença. Dispensado o relatório com fundamento no art. 38 da Lei 9.099/1995. Compulsando os autos, vislumbro que o feito comporta julgamento antecipado da lide em razão da inexistência de necessidade de produção de prova em audiência. Desta forma, com a prova documental carreada aos autos, entendo que o feito se encontra devidamente instruído para julgamento. MÉRITO. Fundamento e decido. Trata-se de ação indenizatória promovida por NILSON PIRES CORREA em face de ESTADO DE MATO GROSSO, o requerente narra que sofreu ação ajuizada para recebimento de pensão alimentícia de seu filho e foi decretada a sua prisão e determinado o protesto da dívida alimentar, que supostamente seria na quantia de R$17.695,73, entretanto, seu nome foi equivocadamente protestado no valor de R$121.277,65 em 07.03.2017, e após manifestação do Autor houve a extinção do feito e a baixa do protesto. Afirma que sofreu abalo em virtude do protesto em seu nome, por esse motivo pleiteia indenização por danos morais. O ESTADO DE MATO GROSSO afirma que em relação aos danos morais, não se nega o fato do requerente ter sofrido um mero aborrecimento, entretanto, tal aspecto, por si só não é apto a provocar repercussão em sua ordem moral ou extrapatrimonial, razão pela qual o pedido de indenização por danos morais mostra-se descabido. Como é do entendimento dominante, o Estado só poderá ser responsabilizado pelos danos causados por atos judiciais típicos nos casos previstos no art. 5º, inciso LXXV, da CR/88, o qual contempla as hipóteses do condenado por erro judiciário e daquele que ficar preso além do tempo fixado na sentença, in verbis: "Art. 5º - LXXV - o Estado indenizará o condenado por erro judiciário, assim como o que ficar preso além do tempo fixado na sentença;" De fato, enquanto a norma prevista no art. 37, § 6º, da CR/88 aplica-se a toda a atividade administrativa, aquela inserta no dispositivo supratranscrito cuida especificamente da responsabilidade do Estado pela prática de atos judiciais típicos, como liminares, decisões, sentenças e acórdãos. Contudo, como ensina a boa doutrina, para que se caracterize o erro judiciário, como pretende a parte autora, "(...) não basta a mera injustiça da decisão, tampouco a divergência na interpretação da lei ou na apreciação da prova. Será preciso uma decisão contrária à lei ou à realidade fática, baseada em fatos falsos, irreais, inexistentes e não em simples erro de perspectiva; falsa percepção ou interpretação dos fatos, como, por exemplo, condenação de pessoa errada, aplicação de dispositivo legal impertinente, ou indevido exercício da jurisdição, motivada por dolo, fraude ou má-fé." (CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil. 10. ed. Atlas: São Paulo, 2012, p.293). Pois bem. O promovente realmente teve o seu nome protestado conforme citado na exordial, todavia se tratou de estrito cumprimento do dever legal, o que não imputa em responsabilização do ente estatal, visto também as circunstâncias. Corroborando: "O Estado só responde por atos lícitos nos casos expressamente previstos na Constituição e na lei. Não vemos, por isso, fundamento para responsabilizar o Estado pela prisão preventiva, regularmente decretada, mormente porque essa prisão tem respaldo na própria Constituição, em seu art. 5º, LXI. E ainda que sobrevenha absolvição do preso por falta de prova, não tem essa decisão, por si só, o condão de transmudá-la em ato ilegal, capaz de respaldar pretensão indenizatória." (CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil. 10. ed. Atlas: São Paulo, 2012, p.295). No mesmo sentido: "AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA EM PROCESSO CRIMINAL - INEXISTÊNCIA DE ERRO JUDICIÁRIO - PROCEDIMENTO PREVISTO EM LEI - AUSÊNCIA DE DEVER DE INDENIZAR. O simples fato da prisão preventiva em processo criminal não habilita o autor a pretender reparação por danos morais do Estado. A prisão processual tem expressa previsão legal no Código de Processo Civil e, se efetivada dentro do que prevê os art. 311 e seguintes do CPP, não enseja dever de reparação, mesmo que o réu seja, posteriormente, absolvido no processo crime. O entendimento contrário criaria perigoso precedente, obstaculizando a ação policial preventiva e repressiva. (Apelação Cível 1.0024.08.043219-8/001. Rel (a) Des (a) Vanessa Verdolim Hudson Andrade. Julgado em 25/08/2009 e publicado em 14/09/2009)." APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - DANOS MATERIAIS E MORAIS - DECRETO DE PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO - POSTERIOR ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS - ERRO JUDICIÁRIO - INEXISTÊNCIA - ATO JUDICIAL TÍPICO - RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO - APLICAÇÃO DO ART. 5º, INCISO LXXV, DA CR/88 - SENTENÇA MANTIDA. Como é do entendimento dominante, o Estado só poderá ser responsabilizado pelos danos causados por atos judiciais típicos nos casos previstos no art. 5º, inciso LXXV, da CR/88, o qual contempla as hipóteses do condenado por erro judiciário e daquele que ficar preso além do tempo fixado na sentença. Na hipótese dos autos, o simples fato de o apelante ter sido absolvido ao final do feito criminal, à conclusão de não existir prova de ter ele concorrido para a infração penal, não tem o condão de transformar a prisão em flagrante/preventiva em ato ilegal/abusivo, apto a caracterizar erro judiciário. Improcede, portanto, o pedido indenizatório. (TJ-MG - AC: 10347110004913001 MG, Relator: Geraldo Augusto, Data de Julgamento: 07/10/2014, Câmaras Cíveis / 1ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 15/10/2014) Com tais premissas, é certo que, no caso em tela, não restou configurado qualquer erro apto a justificar o pleito indenizatório. Nesse diapasão, o simples fato da parte ter decretada a prisão e o nome protestado por valor divergente, fato que posteriormente foi corrigido, não tem o condão de transformar em ato ilegal/abusivo, apto a caracterizar erro judiciário. Não merece acolhida, portanto, o pedido indenizatório. DISPOSITIVO Posto isso, julgo IMPROCEDENTE a pretensão deduzida na inicial, declarando extinto o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Intimem-se. Submeto o presente projeto de sentença à apreciação e posterior homologação ao MM. Juiz de Direito, nos termos do artigo 40, da lei 9.099/95. Colíder, 12 de dezembro de 2019. Marcia Mieko Hiraçaka Almeida Juíza Leiga SENTENÇA Vistos. Homologo, para que

produza seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença elaborado pela Juíza Leiga, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publicada no Sistema PJE. Intimem-se Cumpra-se, expedindo-se o necessário com as cautelas de estilo. Colíder, 12 de dezembro de 2019. Maurício Alexandre Ribeiro Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001547-87.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
DAVI WESLEI RODRIGUES VIEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELE DE MELO BAISE BARTH OAB - MT11277-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIANA GOULART PENTEADO OAB - SP167884-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1001547-87.2019.8.11.0009. REQUERENTE: DAVI WESLEI RODRIGUES VIEIRA REQUERIDO: AZUL LINHAS AEREAS Vistos, etc. Relatório dispensado. Fundamento e decido. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no art. 2º e art. 38 da Lei nº 9.099/95 c.c. art. 1.046, §2º e §4º, do CPC c.c. Enunciados nº 161 e 162 do FONAJE. Mérito No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, posto que as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. Não há que se falar em complexidade suficiente que autorize afastar a competência deste Juízo e não se revelam na espécie nenhumas das situações preliminares ao mérito e prejudiciais de mérito da demanda descritas no artigo 337 do Código de Processo Civil que impeçam o avanço e análise da controvérsia posta. Noticia o Reclamante, em síntese, que no dia 10.06.2019, contratou os serviços da Reclamada, denominados “Azul Cargo 02 (duas) Horas”, para adquirir peças para conserto de refrigeração, a qual tinha urgência em receber. Alega que a previsão de entrega seria dia 11.06, entretanto, somente foram entregues em 17.06.2019. Pelo atraso na entrega dos produtos, requer indenização por danos morais e materiais. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão não assiste à parte autora. Com efeito, a solução do litígio não demanda muito esforço, mormente pela regra do Código de Processo Civil que estabelece que compete ao autor provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu fato modificativo, impeditivo ou extintivo do referido direito. Além disso, segundo a regra contida nos artigos 336 e 337 do Código de Processo Civil, compete ao réu alegar, na contestação, toda matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor, sob pena de presumirem verdadeiros os fatos não impugnados. Da análise dos autos restou incontroverso que houve atraso na entrega da mercadoria por 02 dias, conforme DACTE nº 592698, datado de 17.06.2019, ou seja, o contrato não foi cumprido da forma acordada, entretanto, a tese do Reclamante não merece prosperar. Em que pese a parte Autora aduzir que sua imagem e reputação ficou comprometida perante seus clientes, não comprovou os danos materiais pretendidos. Com efeito, em que pese às razões apresentadas pela parte Reclamante, entendo que não há como reconhecer que o Autor passou a conviver com uma situação inesperada que lhe causou constrangimentos, humilhação, aborrecimentos e preocupações. Não sem propósito, como vem decidindo nossos tribunais, o mero aborrecimento, o dissabor, a mágoa ou a irritação, sem maiores consequências, não são passíveis de indenização por dano moral. Aliás, a história revela e é certo que a vida em sociedade, naturalmente - e sempre foi assim desde o início das civilizações –, impõe perdas e ganhos em diferentes graus e isso é salutar para o desenvolvimento econômico e intelectual da sociedade. Se todos quiserem ganhar sobre toda e qualquer situação da vida cotidiana, por conseguinte, causará sérios desequilíbrios e prejuízos à vida em sociedade. Reputa-se assim existente a relação jurídica entre as partes, mas restando inequívoca a inexistência de dano moral a ser reparado. DISPOSITIVO. Ante o exposto, nos termos do art. 487, inc. I, do Código de Processo Civil, julgo IMPROCEDENTES os pedidos da inicial, extinguindo o feito com resolução do mérito. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Intimem-se. Submeto o presente projeto de sentença à apreciação e posterior homologação ao MM. Juiz de Direito, nos termos do artigo 40, da lei 9.099/95. Colíder, 12 de dezembro de 2019. Marcia Mieko Hiraçaka Almeida Juíza Leiga SENTENÇA Vistos. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença elaborado pela Juíza Leiga, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publicada no Sistema PJE. Intimem-se Cumpra-se, expedindo-se o necessário com as cautelas de estilo. Colíder, 12 de dezembro de 2019. Maurício Alexandre Ribeiro Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000313-70.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
ANESIO FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELISANGELA PERAL DA SILVA OAB - MT0013404A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1000313-70.2019.8.11.0009. REQUERENTE: ANESIO FERREIRA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, etc. Dispensado o relatório, a teor do disposto no art. 38, da Lei n.º 9099/95. Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇAS REMUNERATÓRIAS ATRASADAS (URV), proposta por ANÉSIO FERREIRA, em face do ESTADO DE MATO GROSSO. A parte autora alega que é sargento da PMMT e que sofreu depreciação em sua remuneração em virtude da conversão do índice da URV (Unidade Real de Valor) quando da implementação do plano real. Requer à apuração das diferenças havidas durante o período quinquenal no montante de 11,98% (onze vírgula noventa e oito por cento) em parcela única na remuneração do Autor, a ser mensurado em liquidação de sentença, a partir de maio de 2013. Fundamento e decido. O Juizado Especial, conforme estabelece o artigo 3° da Lei nº. 9.099/1995 constitui sistema processual onde a celeridade e a simplicidade deve nortear a sua atividade jurisdicional, se restringindo ao processamento e julgamento de causas de menor complexidade. Assim, causas que necessitem de prova complexa para serem decididas, pois, a sentença deve ser sempre líquida (Lei 9.099/95, parágrafo único, art. 38), ou na hipótese desta ser ilíquida e não bastar a realização de simples cálculos aritméticos para apurar o quantum devido, havendo necessidade imperiosa de, posteriormente, efetuar a liquidação da sentença, estão subtraídas da competência do Juizado Especial. A aferição da complexidade da causa deve ser levado em consideração não o direito material discutido, mas o objeto da prova, consoante orienta o Enunciado nº. 54, do FONAJE: ENUNCIADO 54. A menor complexidade da causa, para a fixação da competência, é aferida pelo objeto da prova e não em face do direito material. Nessa linha de entendimento, para fins de aplicação no Juizado Especial da Fazenda Pública, o FONAJE editou o Enunciado nº 11 da Fazenda Pública, com o seguinte teor: ENUNCIADO 11 – As causas de maior complexidade probatória, por imporem dificuldades para assegurar o contraditório e a ampla defesa, afastam a competência do Juizado da Fazenda Pública. Nesse sentido, foi aprovada a Súmula 05 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso: SÚMULA 05: Em observância ao artigo 38, Parágrafo Único da Lei nº 9.099/95 e a necessidade de liquidação de sentença, o Juizado Especial não é competente para o julgamento das ações de cobranças relativas à URV. Deve ser ressaltado que o pedido é ilíquido, pois, não dispõe qual é o valor devido que a parte Reclamante tem direito de receber, apenas traçou parâmetros para apuração do cálculo, no entanto, os parâmetros nela traçados não são suficientes para a liquidação do quantum devido, por não se tratar de simples cálculos aritméticos, daí gera a necessidade de realização de cálculos complexos. Há muito tempo o colendo Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, vem reiteradamente decidindo que os valores devidos aos servidores públicos a título de URV, devem ser apurados em LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA, in verbis: "Somente em liquidação de sentença há de se apurar a efetiva defasagem remuneratória devida aos servidores públicos decorrente do método de conversão aplicado pelo Município em confronto com a legislação federal, de modo a evitar eventual pagamento em duplicidade e o enriquecimento sem causa" (AgRg nos EDcl no Resp 1.237.530/SP, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, 2ªT, DJe 13/6/2012). Dessa forma, no Juizado Especial há proibição legal de na fase de execução se

efetuar a denominada liquidação de sentença, pois a decisão deve ser sempre líquida, em face ao disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei 9.099, que dispõe: "Não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido". Pode ser admitida a realização de cálculos para apuração do quantum devido, segundo os parâmetros estabelecidos na sentença. No entanto, em se tratando de apuração de diferenças provenientes de URV, não basta simples cálculos, pois há necessidade de haver a liquidação de sentença, como decidiram o STJ e TJMT. No caso concreto, há necessidade de haver a liquidação da sentença, por esta ser ilíquida, para constatar se o reajuste salarial da categoria profissional da parte Reclamante foi ou não realizado de forma correta, na época em que o Cruzeiro Real foi convertido em URV. Isto porque não foi juntado nos autos qualquer elemento de prova hábil para demonstrar que a categoria profissional da parte Reclamante também foi prejudicada com o índice de 11,98%. Ainda que não houvesse o impedimento legal de proferir sentença ilíquida, deve ser ressaltado que os Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso não dispõe de peritos, em seu quadro de servidores, para realização de cálculos complexos, que gerará dificuldade na liquidação da sentença, se eventualmente forem impugnados os cálculos apresentados por uma das partes. Na liquidação da sentença deve ser levado em consideração os proventos mensais, as férias, acréscimo constitucional, 13º salário, eventuais gratificações, vantagens e benefícios assegurados em lei, também a incidência de imposto de renda, descontos da previdência social, correção monetária e juros de mora, tomando-se por base os valores efetivamente recebidos, de forma que não se trata de simples cálculo aritmético. Assim, pelo fato de neste caso haver necessidade de apuração do valor devido por meio de liquidação de sentença, que não é admitido no Juizado Especial e ainda pelo fato de não haver peritos nos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso, entendo que o Juizado Especial é incompetente para processar e julgar este feito, nos termos do artigo 51, inciso II, da Lei nº. 9.099/1995. DISPOSITIVO Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, de oficio, reconheço a INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA deste Juizado Especial para processar e julgar o feito, ante a complexidade da causa, e, em consequência julgo EXTINTO o presente feito sem resolução de mérito, com fundamento no inciso II do artigo 51 da Lei nº 9.099/95. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Intimem-se. Submeto o presente projeto de sentença à apreciação e posterior homologação ao MM. Juiz de Direito, nos termos do artigo 40, da lei 9.099/95. Colíder, 12 de dezembro de 2019. Marcia Mieko Hiraçaka Almeida Juíza Leiga SENTENÇA Vistos. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença elaborado pela Juíza Leiga, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publicada no Sistema PJe. Intimem-se Cumpra-se, expedindo-se o necessário com as cautelas de estilo. Colíder, 12 de dezembro de 2019. Maurício Alexandre Ribeiro Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001217-90.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
ROBERTO FRANCISCO FERREIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Bruno Costa Alvares Silva OAB - MT15127-O (ADVOGADO(A))
JOAO RICARDO VAUCHER DE OLIVEIRA OAB - MT14490-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV (REQUERIDO)
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1001217-90.2019.8.11.0009. REQUERENTE: ROBERTO FRANCISCO FERREIRA DA SILVA REQUERIDO: MATO GROSSO PREVIDENCIA - MTPREV, ESTADO DE MATO GROSSO Vistos em sentença. Dispensado o relatório com fundamento no art. 38 da Lei 9.099/1995. Compulsando os autos, vislumbro que o feito comporta julgamento antecipado da lide em razão da desnecessidade de produção de prova em audiência. MÉRITO Os pedidos do autor são improcedentes. Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO, proposta por ROBERTO FRANCISCO FERREIRA DA SILVA, em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO e MATO GROSSO PREVIDÊNCIA - MTPREV. Aduz a parte Autora que estão sendo cobrados ilegalmente sobre valores de natureza indenizatória. Entende que ao valores a serem restituídos perfazem o montante de R$10.342,36. Propôs a presente ação de repetição de indébito com o escopo de ser restituídos os valores cobrados pelos Reclamados referentes às contribuições previdenciárias incidentes sobre os valores de natureza indenizatória. Pois bem. A Lei Complementar Estadual 202/2004, em plena vigência, responsável pela diretriz do custeio do sistema previdenciário dos servidores efetivos do Estado de Mato Grosso pontua a base de cálculo para fins de desconto previdenciário: Art. 1º Fica instituído o sistema previdenciário do Estado de Mato Grosso que será custeado com o produto da arrecadação das contribuições previdenciárias do Estado do Mato Grosso e de seus servidores civis e militares ativos, inativos e pensionistas dos Poderes do Estado, do Ministério Público, das autarquias, fundações e universidades. Art. 2º As alíquotas relativas às contribuições mensais para o custeio do sistema previdenciário dos servidores públicos do Estado do Mato Grosso, por força do que estabelecem o § 18 do Art. 40 e o § 1º do Art. 149, da Constituição Federal (redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/03) e o Art. 4º da Emenda Constitucional nº 41/03, ficam fixadas nos seguintes percentuais: I - 11% (onze por cento) da remuneração total dos servidores civis e militares em atividade; A lei estabelece alíquota e autoriza os descontos discutidos em juízo, o cálculo da contribuição previdenciária é feito através da remuneração total recebida pelo servidor. A não incidência da contribuição previdenciária sobre o total percebido, quebraria o equilíbrio financeiro e atuarial do sistema. Assim, os elementos constantes dos autos não são suficientes para deferimento do pleito. DISPOSITIVO Posto isto, julgo IMPROCEDENTE a pretensão deduzida na inicial, declarando extinto o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Intimem-se. Submeto o presente projeto de sentença à apreciação e posterior homologação ao MM. Juiz de Direito, nos termos do artigo 40, da lei 9.099/95. Colíder, 12 de dezembro de 2019. Marcia Mieko Hiraçaka Almeida Juíza Leiga SENTENÇA Vistos. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença elaborado pela Juíza Leiga, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publicada no Sistema PJE. Intimem-se Cumpra-se, expedindo-se o necessário com as cautelas de estilo. Colíder, 12 de dezembro de 2019. Maurício Alexandre Ribeiro Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002123-17.2018.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
EDER JOSE DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANITA PAULA PEREIRA OAB - SP185112 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COOPERATIVA DE CREDITO E INVESTIMENTO DE LIVRE ADMISSAO VANGUARDA DA REGIAO DAS CATARATAS DO IGUACU E VALE DO PARAIBA-SICREDI VANGUARDA PR/SP/RJ (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CERINO LORENZETTI OAB - PR39974 (ADVOGADO(A))
MARCIO LUIZ BLAZIUS OAB - PR0031478A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COLÍDER SENTENÇA Processo: 1002123-17.2018.8.11.0009. REQUERENTE: EDER JOSE DA SILVA REQUERIDO: COOPERATIVA DE CREDITO E INVESTIMENTO DE LIVRE ADMISSAO VANGUARDA DA REGIAO DAS CATARATAS DO IGUACU E VALE DO PARAIBA-SICREDI VANGUARDA PR/SP/RJ Vistos, etc. Relatório dispensado. Fundamento e decido. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no art. 2º e art. 38, da Lei nº 9.099/95 c.c. art. 1.046, §2º e §4º, do CPC c.c. Enunciados nº 161 e 162, do FONAJE. Mérito. Trata-se de AÇÃO REVISIONAL DE FINACIAMENTO DE VEICULO , proposta em desfavor da COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTOVANGUARDA DA REGIÃO DAS CATARATAS DO IGUAÇU E VALE DO PARAÍBA. com o objetivo de revisar contrato celebrado entre as partes, com a análise dos juros e encargos aplicados. A competência absoluta, em razão da matéria, é de ordem pública, e pode ser declarada de ofício pelo juiz, se for o caso. Preconiza o artigo 113 do Código de Processo Civil, que: "A incompetência absoluta

deve ser declarada de ofício e pode ser alegada, em qualquer tempo e grau de jurisdição, independentemente de exceção". Para que uma causa possa ser atribuída ao Juizado, primeiro é preciso dizer que não se cuida de questão complexa. In casu, tenho que a matéria a ser apreciada necessitará de uma análise crítica mais acurada (perícia contábil), que envolve cálculos complexos que dependem de fórmulas matemáticas, não havendo como se proceder através de simples cálculos aritméticos, portanto, vejo a total incompetência deste Juizado Especial para processar e julgar o presente feito, ante a complexidade da causa, pois o próprio legislador pátrio elencou no art. 3º da Lei nº. 9.099/95 as causas consideradas de menor complexidade. Nessa esteira, a reclamação em epígrafe desafia a extinção, sem resolução do mérito, nos termos dos artigos 51, inciso II, da lei nº 9.099/95. Como se vê, não se trata de negativa de prestação jurisdicional, mas de incompatibilidade da causa com o procedimento instituído pela lei de regência. Por fim, anoto que nenhum prejuízo resultará à parte, a qual poderá socorrer-se das vias ordinárias, onde poderá gozar, se for o caso, do benefício da gratuidade de justiça. DISPOSITIVO Ante o exposto, face à incompetência do Juizado Especial para apreciar a causa, JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, nos termos dos artigos 51, inciso II, da lei nº 9.099/95. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, ao arquivo, com as devidas baixas. Intimem-se. Submeto o presente projeto de sentença à apreciação e posterior homologação ao MM. Juiz de Direito, nos termos do artigo 40, da lei 9.099/95. Colíder, 12 de dezembro de 2019. Marcia Mieko Hiraçaka Almeida Juíza Leiga SENTENÇA Vistos. Homologo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença elaborado pela Juíza Leiga, nos termos do art. 40 da Lei 9.099/95. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Publicada no Sistema PJe. Intimem-se Cumpra-se, expedindo-se o necessário com as cautelas de estilo. Colíder, 12 de dezembro de 2019. Maurício Alexandre Ribeiro Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002187-90.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
ARS TERCEIRIZACAO LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LINEIDE VIEIRA DE ALMEIDA OAB - MT15488-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SINDICATO RURAL DE COLIDER (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002187-90.2019.8.11.0009 POLO ATIVO:ARS TERCEIRIZACAO LTDA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LINEIDE VIEIRA DE ALMEIDA POLO PASSIVO: SINDICATO RURAL DE COLIDER FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: COLÍDER - J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 23/01/2020 Hora: 13:45 , no endereço: AVENIDA VLADEMIR APARECIDO BAPTISTA, s/nº, TELEFONE: (66) 3541-1285, JARDIM VÂNIA, COLÍDER - MT - CEP: 78500-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001185-85.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
LOURIVAL PEREIRA LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FREDERICO STECCA CIONI OAB - PR0054275A (ADVOGADO(A))
CAMILA EMILY DO NASCIMENTO SOUZA OAB - MT19960/O (ADVOGADO(A))
RICARDO ZEFERINO PEREIRA OAB - MT0012491A-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RN COMERCIO VAREJISTA S.A (REQUERIDO)
BANCO CETELEM S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE COLÍDER JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COLÍDER AVENIDA VLADEMIR APARECIDO BAPTISTA, s/nº, TELEFONE: (66) 3541-1285, JARDIM VÂNIA, COLÍDER - MT - CEP: 78500-000 INTIMAÇÃO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO MAURICIO ALEXANDRE RIBEIRO PROCESSO n. 1001185-85.2019.8.11.0009 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES] ->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: LOURIVAL PEREIRA LIMA POLO PASSIVO: Nome: BANCO CETELEM S.A. Nome: RN COMERCIO VAREJISTA S.A Certifico para todos os efeitos de direito, que autorizada pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso, passo a impulsionar estes autos INTIMANDO a(s) parte(s) Embargada(s), através do(a) advogado(a), para, querendo no prazo legal, manifestar-se acerca dos embargos de declaração id.27340916, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001185-85.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
LOURIVAL PEREIRA LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FREDERICO STECCA CIONI OAB - PR0054275A (ADVOGADO(A))
CAMILA EMILY DO NASCIMENTO SOUZA OAB - MT19960/O (ADVOGADO(A))
RICARDO ZEFERINO PEREIRA OAB - MT0012491A-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RN COMERCIO VAREJISTA S.A (REQUERIDO)
BANCO CETELEM S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO MAURICIO ALEXANDRE RIBEIRO PROCESSO n. 1001185-85.2019.8.11.0009 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: LOURIVAL PEREIRA LIMA POLO PASSIVO: Nome: BANCO CETELEM S.A. Nome: RN COMERCIO VAREJISTA S.A Certifico para todos os efeitos de direito, que autorizada pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso, passo a impulsionar estes autos INTIMANDO a(s) parte(s) Embargada(s), através do(a) advogado(a), para, querendo no prazo legal, manifestar-se acerca dos embargos de declaração id.27340916, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1001149-77.2018.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
EDSON FRANCISCO DONINI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDSON FRANCISCO DONINI OAB - MT0008406A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ASENAH MASTRI TEIXEIRA (EXECUTADO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE COLÍDER JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COLÍDER AVENIDA VLADEMIR APARECIDO BAPTISTA, s/nº, TELEFONE: (66) 3541-1285, JARDIM VÂNIA, COLÍDER - MT - CEP: 78500-000 INTIMAÇÃO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO MAURICIO ALEXANDRE RIBEIRO PROCESSO n. 1001149-77.2018.8.11.0009 ESPÉCIE: [NOTA PROMISSÓRIA]->EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159) POLO ATIVO: Nome: EDSON FRANCISCO DONINI POLO PASSIVO: Nome: ASENAH MASTRI TEIXEIRA Certifico para todos os efeitos de direito, que autorizada pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso, passo a impulsionar estes autos INTIMANDO a(s) parte(s) requerente(s), através do(a) Advogado(a)/procurador(a), sobre a Certidão do oficial de justiça com o número de id. 26510408, para apresentar o novo endereço da parte promovida, para fins de citação/intimação.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001330-44.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
NEUSA DE OLIVEIRA SANTOS (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
DANILO GALADINOVIC ALVIM OAB - MT0014371A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COLÍDER Decisão Vistos, etc. Analisando os autos, verifica-se que houve o pagamento do acordo entabulado (ID: 26320493), tendo a parte autora pugnado pela expedição de alvará de liberação dos valores (ID: 27071692). Assim, EXPEÇA-SE o alvará de liberação dos valores, atentando-se para conta bancária informada na petição de ID: 27071692. Após, não havendo pendências, ARQUIVE-SE. Às providências. Cumpra-se. Colíder/MT, 09 de dezembro de 2019. Maurício Alexandre Ribeiro Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001330-44.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
NEUSA DE OLIVEIRA SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANILO GALADINOVIC ALVIM OAB - MT0014371A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COLÍDER Decisão Vistos, etc. Analisando os autos, verifica-se que houve o pagamento do acordo entabulado (ID: 26320493), tendo a parte autora pugnado pela expedição de alvará de liberação dos valores (ID: 27071692). Assim, EXPEÇA-SE o alvará de liberação dos valores, atentando-se para conta bancária informada na petição de ID: 27071692. Após, não havendo pendências, ARQUIVE-SE. Às providências. Cumpra-se. Colíder/MT, 09 de dezembro de 2019. Maurício Alexandre Ribeiro Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000267-81.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS ALEXANDRE RIQUENA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO LOPES OAB - MT0019949A (ADVOGADO(A))
DOUGLAS SANTOS BARBOSA OAB - MT24850/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO IBI S.A. BANCO MULTIPLO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COLÍDER Decisão Vistos, etc. Analisando os autos, verifica-se que houve o pagamento espontâneo do débito pela parte requerida (ID: 26038462) antes de iniciada a fase de cumprimento de sentença. Além disso, a parte autora pugnou pela expedição de alvará de liberação dos valores (ID: 26256823). Assim, EXPEÇA-SE o alvará de liberação dos valores, atentando-se para conta bancária informada na petição de ID: 26256823. Após, não havendo pendências, ARQUIVE-SE. Às providências. Cumpra-se. Colíder/MT, 09 de dezembro de 2019. Maurício Alexandre Ribeiro Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000267-81.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS ALEXANDRE RIQUENA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO LOPES OAB - MT0019949A (ADVOGADO(A))
DOUGLAS SANTOS BARBOSA OAB - MT24850/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO IBI S.A. BANCO MULTIPLO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COLÍDER Decisão Vistos, etc. Analisando os autos, verifica-se que houve o pagamento espontâneo do débito pela parte requerida (ID: 26038462) antes de iniciada a fase de cumprimento de sentença. Além disso, a parte autora pugnou pela expedição de alvará de liberação dos valores (ID: 26256823). Assim, EXPEÇA-SE o alvará de liberação dos valores, atentando-se para conta bancária informada na petição de ID: 26256823. Após, não havendo pendências, ARQUIVE-SE. Às providências. Cumpra-se. Colíder/MT, 09 de dezembro de 2019. Maurício Alexandre Ribeiro Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000267-81.2019.8.11.0009
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS ALEXANDRE RIQUENA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO LOPES OAB - MT0019949A (ADVOGADO(A))
DOUGLAS SANTOS BARBOSA OAB - MT24850/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO IBI S.A. BANCO MULTIPLO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COLÍDER Decisão Vistos, etc. Analisando os autos, verifica-se que houve o pagamento espontâneo do débito pela parte requerida (ID: 26038462) antes de iniciada a fase de cumprimento de sentença. Além disso, a parte autora pugnou pela expedição de alvará de liberação dos valores (ID: 26256823). Assim, EXPEÇA-SE o alvará de liberação dos valores, atentando-se para conta bancária informada na petição de ID: 26256823. Após, não havendo pendências, ARQUIVE-SE. Às providências. Cumpra-se. Colíder/MT, 09 de dezembro de 2019. Maurício Alexandre Ribeiro Juiz de Direito

Comarca de Comodoro

1ª Vara

Intimação

Intimação Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1001385-78.2019.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (LITISCONSORTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FARMACIA CONFRESA LTDA - ME (REQUERIDO)
MAYCON HENING BRITO DA SILVA (REQUERIDO)
DANIZA HELLEN SIQUEIRA LOPES (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE COMODORO DESPACHO Processo: 1001385-78.2019.8.11.0046. LITISCONSORTE: BANCO DO BRASIL S.A REQUERIDO: FARMACIA CONFRESA LTDA - ME, MAYCON HENING BRITO DA SILVA, DANIZA HELLEN SIQUEIRA LOPES Vistos. Considerando que até o presente momento não há vinculação da guia de recolhimento das custas e taxas, intime-se a parte autora para providenciar a citada vinculação ou mesmo a arrecadação. Após a citada vinculação, autos conclusos para recebimento da inicial. Cumpra-se, expedindo o necessário. Comodoro/MT. Marcelo Sousa Melo Bento de Resende Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1002167-85.2019.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO NOROESTE DE MATO GROSSO - SICREDI NOROESTE MT (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO ANDRÉ HONDA FLORES OAB - MT9708-S (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
JOSE MOREIRA DOS SANTOS (EXECUTADO)
CAMERINO MOREIRA DOS SANTOS (EXECUTADO)
ALZIRA MUDESTO DE FIGUEIREDO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
MARCELO SOUSA MELO BENTO DE RESENDE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE COMODORO DESPACHO Processo: 1002167-85.2019.8.11.0046. EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO NOROESTE DE MATO GROSSO - SICREDI NOROESTE MT EXECUTADO: CAMERINO MOREIRA DOS SANTOS, ALZIRA MUDESTO DE FIGUEIREDO, JOSE MOREIRA DOS SANTOS , Vistos. Considerando que até o presente momento não há vinculação da guia de recolhimento das custas e taxas, intime-se a parte autora para providenciar a citada vinculação ou mesmo a arrecadação. Após a citada vinculação, autos conclusos para recebimento da inicial. Cumpra-se, expedindo o necessário. Comodoro/MT. Marcelo Sousa Melo Bento de Resende Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1002190-31.2019.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
BV FINANCEIRA S/A CREDITO- FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO LUZ PEREIRA OAB - MT0018473S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOANNES MUNIZ DE SOUSA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
MARCELO SOUSA MELO BENTO DE RESENDE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE COMODORO DESPACHO Processo: 1002190-31.2019.8.11.0046. REQUERENTE: BV FINANCEIRA S/A CREDITO- FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO REQUERIDO: JOANNES MUNIZ DE SOUSA Vistos. Considerando que até o presente momento não há vinculação da guia de recolhimento das custas e taxas, intime-se a parte autora para providenciar a citada vinculação ou mesmo a arrecadação. Após a citada vinculação, autos conclusos para recebimento da inicial. Cumpra-se, expedindo o necessário. Comodoro/MT. Marcelo Sousa Melo Bento de Resende Juiz de Direito

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Marcelo Sousa Melo Bento de Resende
Cod. Proc.: 138250 Nr: 3173-47.2019.811.0046
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MOISÉS PAZ ALVES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
DELIBERAÇÕES
1) Terminada a instrução do feito, intimem-se as partes para que apresentem as alegações finais.
2) Arbitro 01 URH em favor do douto defensor dativo que acompanhou o presente ato, sendo que tal valor deverá ser pago pela Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, afinal tal ente possui orçamento público e se encontra há mais de 02 anos sem atuar nesta comarca.
3) Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 122256 Nr: 3051-68.2018.811.0046
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CARLINDA NAMBIQUARA KITHÃULU
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO ITAÚ BNG CONSIGNADO S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTONIO MARCOS ALVES DA COSTA - OAB:24321
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO - OAB:14.992-A/MT
Certifico e dou fé que, não foi possível a expedição do alvará de liberação, tendo em vista que o advogado da autora, não informou em qual banco deverá ser feito o levantamento.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Marcelo Sousa Melo Bento de Resende
Cod. Proc.: 27644 Nr: 1761-67.2008.811.0046
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: IBRAIM SARTORI
PARTE(S) REQUERIDA(S): MOSAIC FERTILIZANTES DO BRASIL LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CLEVERSON CAMPOS CONTO - OAB:MT/15055, GUSTAVO CRESTANI FAVA - OAB:13.038/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GÉRSON LUÍS WERNER - OAB:6298-A
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração com pedido de efeitos infringentes, desta feita determino a intimação da parte embargada para que se manifeste em 5 dias.
Decorrido o prazo, autos conclusos.
P. I.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Marcelo Sousa Melo Bento de Resende
Cod. Proc.: 32473 Nr: 660-24.2010.811.0046
AÇÃO: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública->Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANTONIO MOSSI
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGUROS SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GABRIELA LEITE HEINSCH - OAB:12845
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Considerando que a parte exequente manifestou-se às fls. 253/254, pela desistência parcial de seu crédito, bem como pleiteou a expedição de RPV, cuja limitação de pagamento perfaz a 60 (sessenta) salários mínimos vigentes, defiro o pedido de alteração da forma de pagamento de seu crédito de precatório para RPV, conforme solicitado.
Isso posto, determino o cancelamento do precatório anteriormente expedido e a intimação de seu destinatário para respectiva exclusão, sendo o caso de se expedir RPV para pagamento.
P. I. C, expedindo o necessário.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Marcelo Sousa Melo Bento de Resende
Cod. Proc.: 33685 Nr: 1871-95.2010.811.0046
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RAIJAN CEZAR MASCARELLO
PARTE(S) REQUERIDA(S): CELSO MÁRIO COCCO, IVONETE MARIA COCCO, SAULO LUIZ COCCO, ADEMIR ROSTIROLLA, IGOR AMADEU COCCO RUBIN, ERONILDES KATHEE ROSTIROLLA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: HEITOR VANSAN MUNIZ - OAB:20.939/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GUILHERME DE ARRUDA CRUZ - OAB:12642, MAURO ROSALINO BREDA - OAB:MT/14.687, VIVIENE BARBOSA SILVA - OAB:4983
Vistos.
Trata-se de ação de execução oriunda do Juízo da Segunda Vara desta Comarca, em razão do peticionado às fls. 160/161, cujo pleiteou o apensamento do presente feito aos autos de cód. n° 34639, n° 33435 e n° 34769, que tramitam na presente Vara Cível e Criminal.
Portanto, determino o apensamento deste aos autos supracitados.
Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Marcelo Sousa Melo Bento de Resende
Cod. Proc.: 88599 Nr: 1723-74.2016.811.0046
AÇÃO: Embargos de Terceiro->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de

Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EDEMAR FUHR
PARTE(S) REQUERIDA(S): Banco Bradesco S/A, MD MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VICTOR HENRIQUE RAMPASO MIRANDA - OAB:20441/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCUS PEDRO STEIN AMBRÓZIO - OAB:13790/ES, MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:MT/3056
Vistos.
Trata-se de execução em que a parte cumpriu voluntariamente a obrigação.
Decido.
O artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil declara que:
Art. 924. Extingue-se a execução quando:
II – a obrigação for satisfeita;
Tendo em vista o pagamento do débito por parte do executado, julgo e declaro extinto o processo, com fundamento no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil.
Efetuo nesta data a liberação dos valores depositados em favor do exequente (fls. 307) e ainda das eventuais garantias que eventualmente existam dos autos.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Após, certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Marcelo Sousa Melo Bento de Resende
Cod. Proc.: 104029 Nr: 2636-22.2017.811.0046
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPDEDMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): JLMP
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
DELIBERAÇÕES
Designo audiência para oitiva da testemunha e da vítima para o dia 29 de Janeiro de 2020, às 14h30min.
No intuito de racionalizar o trabalho, a presente decisão serve como M A N D A D O D E I N T I M A Ç Ã O.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Marcelo Sousa Melo Bento de Resende
Cod. Proc.: 141138 Nr: 4584-28.2019.811.0046
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): VILSON PRUDENTE DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDO HENRIQUE VIOLA DE ALMEIDA - OAB:OAB/SP 355.024
DELIBERACÕES
Cumprido o ato, remeta-se a carta precatória para a comarca de origem (Vara Única Da Comarca De Vila Bela Da Santíssima Trindade/MT) com as baixas e cautelas de estilo, consignando nossas homenagens.
Arbitro 01 URH em favor do douto defensor dativo que acompanhou o presente ato, sendo que tal valor deverá ser pago pelo réu, afinal consta que ele possui advogado constituído nos presentes autos, sendo que tal causídico não compareceu nesta solenidade.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Marcelo Sousa Melo Bento de Resende
Cod. Proc.: 143744 Nr: 5832-29.2019.811.0046
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): FLAVIO APARECIO MARTINS PEREIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JUSTINO ARAÚJO - OAB:1038/RO
DELIBERACÕES
Tendo em vista a certidão juntada nos autos às fls. 24 do PDF, verifica-se a ausência de intimação do réu, sendo assim, devolva-se a carta precatória para a comarca de origem (VARA ÚNICA DA COMARCA DE COLNIZA-MT), com as baixas e cautelas de estilo, consignando nossas homenagens.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Marcelo Sousa Melo Bento de Resende
Cod. Proc.: 2365 Nr: 895-40.2000.811.0046
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANTÔNIO FIDÉLIS DA SILVA ZAMO
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AMAURI DE SOUSA BRITO FILHO - OAB:OAB/SP 226.117, ILDO ROQUE GUARESCHI - OAB:5417/B, SERGIO HENRIQUE GUARESCHI - OAB:9724
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - OAB:19.081-A OAB/MT, SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS - OAB:14258-A/MT
Vistos.
ANTONIO FIDÉLIS DA SILVA ZAMO, qualificado nos autos, opõe EMBARGOS DE DECLARAÇÃO contra a decisão que encerrou a instrução processual, alegando que houve omissão, tendo em vista que não foi realizada a oitiva das testemunhas requeridas.
Decido.
Conheço do recurso, eis que adequado e tempestivo.
No mérito, dou provimento ao recurso, eis que de fato a decisão não observou que a parte autora havia pugnada pela realização de prova testemunhal.
Observa-se nos autos que a decisão de fls. 177 determinou a intimação das partes para especificação de provas, momento que a parte autora manifestou-se às fls. 183 afirmando que pretendia utilizar-se das provas orais, sendo que as testemunhas foram arroladas às fls. 588.
Assim sendo, DOU PROVIMENTO aos presentes embargos declaratórios.
Designo o dia 13 de fevereiro de 2020, às 14:00 horas, para realização de audiência de instrução e julgamento.
Intime-se o advogado da parte requerente, via DJE, para que tenha ciência desta decisão e comprove nos autos a intimação das testemunhas arroladas sob pena de perder o direito à produção da prova testemunhal.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Marcelo Sousa Melo Bento de Resende
Cod. Proc.: 8969 Nr: 1020-37.2002.811.0046
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANTÔNIO FIDÉLIS DA SILVA ZAMO, MARIA LUIZA PINZON ZAMO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - OAB:19081-A, RODRIGO MISCHIATTI - OAB:7568-B/MT, SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS - OAB:14258-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOÃO ALCIR R. DE VARGAS - OAB:MT 05881
Vistos.
Indefiro o pedido de fls. 75, uma vez que o feito não encontra-se arquivado.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Marcelo Sousa Melo Bento de Resende
Cod. Proc.: 9886 Nr: 580-07.2003.811.0046
AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANTÔNIO FIDÉLIS DA SILVA ZAMO, MARIA LUIZA PINZON ZAMO
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOÃO ALCIR R. DE VARGAS - OAB:MT 05881, SERGIO HENRIQUE GUARESCHI - OAB:9.724/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - OAB:19.081-A OAB/MT, SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS - OAB:14258-A/MT
Vistos.
Considerando que a perícia contábil foi acostada aos autos, intimem-se as

partes para que apresentem alegações finais no prazo legal.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Marcelo Sousa Melo Bento de Resende
Cod. Proc.: 127995 Nr: 5413-43.2018.811.0046
AÇÃO: Tutela Cautelar Antecedente->Processo Cautelar->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: VALDIR JOSÉ ROTTA
PARTE(S) REQUERIDA(S): AMIR AGOSTINHO SIGNOR, ISABEL RITA SIGNOR, Ioni Cristiani Graedd Manetti, Silvano Manenti, ARI MIGUEL SCHMIDT, EDER PEDRO GRAEFF, Evandro Adeli Graeff
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUCIANA RODRIGUES DA SILVA MARTINEZ - OAB:OAB/RS 45.362, MARÍLIA MOTTIN BORGES - OAB:79963, SÉRGIO EDUARDO RODRIGUES DA SILVA MARTINEZ - OAB:OAB/RS 32803, SÉRGIO LEAL MARTINEZ - OAB:OAB/RS 7513, THAIANE BLANCH BENITES - OAB:OAB/MT 23580
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEAN PAUL HUNHOFF - OAB:5730-B/MT, ELIANA DA COSTA - OAB:5447-B
Vistos.
Trata-se de embargos de declaração (ref. 82 e 83) com pedido de efeitos infringentes, desta feita determino a intimação das partes embargadas para que se manifestem em 5 dias.
Decorrido o prazo, autos conclusos.
P. I.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 115114 Nr: 7437-78.2017.811.0046
AÇÃO: Ação Civil Pública->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): DARCI VALFRÉ
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Saulo Pires de Andrade Martins - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DAIANE CAROLINE DA SILVA - OAB:25708/O, RONIE JACIR THOMAZI - OAB:9877-B
Considerando o disposto no artigo 203 § 4º do CPC e o artigo 18 da portaria 03/2017 deste juízo, intimo as partes para que, no prazo comum de 15 dias, se manifestem acerca do laudo pericial juntado, podendo também, o assistente de cada uma das partes, caso queira, apresentar parecer em igual prazo.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 116911 Nr: 699-40.2018.811.0046
AÇÃO: Guarda->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: DNA
PARTE(S) REQUERIDA(S): GCV, RNV
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELISANGELA AZEREDO DA SILVA - OAB:MT-16.670, GLEYSCLER BELUSSI RIBEIRO GONÇALVES - OAB:16681
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUCAS ALBERTO TOSTES CORREA - OAB:23.071-B/MT
Certifico que decorreu in albis o prazo de 06 meses de suspensão do feito conforme acordo celebrado entre as partes. Destarte, considerando o disposto no artigo 203 § 4º do CPC e o artigo 19 da portaria 03/2017 deste juízo, intimo as partes para que, no prazo comum de 15 dias, se manifestem nos presentes autos. Decorrido tal prazo sem manifestação, desde já informo que os autos serão arquivados.

Sentença

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1001424-12.2018.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WILLIAN HIDEKI YAMAMURA OAB - MT17564/O (ADVOGADO(A))
JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR OAB - MT16168-O (ADVOGADO(A))
MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO OAB - MT4482-O (ADVOGADO(A))
MARCELO BRASIL SALIBA OAB - MT11546-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JULIANO DE PAULA ZUCKERT (EXECUTADO)
Magistrado(s):
MARCELO SOUSA MELO BENTO DE RESENDE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE COMODORO SENTENÇA Processo: 1001424-12.2018.8.11.0046. EXEQUENTE: BANCO FINASA BMC S.A. EXECUTADO: JULIANO DE PAULA ZUCKERT Vistos. Trata-se de ação proposta em que se verifica que o autor pediu desistência do feito. Decido. Tendo em vista a manifestação da parte autora, homologo a desistência e extingo a demanda sem resolução de mérito com fulcro no artigo 485, inciso VIII do Novo Código de Processo Civil. Ante o exposto, declaro extinto, sem resolução de mérito, os presentes autos. Após o trânsito, ao arquivo, com as baixas e anotações necessárias. P. R. I. C. Comodoro. Marcelo Sousa Melo Bento de Resende Juiz de Direito

2ª Vara

Intimação

Intimação Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1000255-87.2018.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIO JOSE DE SOUZA MARTINS (RÉU)
ANGELO ERICO PIMENTEL (RÉU)
ZILEI FATIMA DE ALMEIDA MARTINS (RÉU)

Fica a parte autora intimada a manifestar-se quanto à certidão do oficial de justiça, bem como comprovar a distribuição da carta precatória no juízo deprecado.

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior
Cod. Proc.: 24963 Nr: 2295-45.2007.811.0046
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FERTILIZANTES HERINGER S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): RICARDO YASSUHIRO MAMOSE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOAO DE DEUS PINTO MONTEIRO NETO - OAB:208.393/SP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDERSON CESAR FREI ALEXO - OAB:7069- MT, GASTÃO BATISTA TAMBARA - OAB:12529-A MT, HELEN VANESSA RITT ZANCHIN - OAB:9656
Código 24963
Vistos.
Traslade-se cópia da sentença prolatada nos autos, bem como da respectiva certidão que atesta o trânsito em julgado, para os autos em apenso. Por oportuno, após a transferência dos valores via alvará judicial, traslade-se de igual modo, cópia do mesmo.
O requerimento de cumprimento de sentença deve ser apreciado nos autos principais
Por fim, satisfeitas as custas processuais, cujo cumprimento deverá ser devidamente certificado, desapensem-se e arquivem-se os presentes autos com as baixas de anotação e estilo.
Às providências.
Comodoro-MT, 10 de dezembro de 2019.
Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior
Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior
Cod. Proc.: 22020 Nr: 3009-39.2006.811.0046
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FERTILIZANTES HERINGER S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): RICARDO YASSUHIRO MAMOSE

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOAO DE DEUS PINTO MONTEIRO NETO - OAB:208.393/SP

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDERSON CESAR FREI ALEXO - OAB:7069- MT, GASTÃO BATISTA TAMBARA - OAB:12529-A MT, HELEN VANESSA RITT ZANCHIN - OAB:9656, KARLA TOSHIE MAMOSE - OAB:71006

Ante o exposto, REJEITO a impugnação a penhora dou por firme a penhora realizada nos autos.Condeno o impugnante a pagar multa no valor de 5% (cinco por cento) do valor atualizado da causa, nos termos do art. 80, VII, CPC.Cumpra-se na íntegra o terceiro parágrafo de fls. 248, bem como elabore alvará de levantamento dos valores penhorados nos autos via Bacenjud.Intime-se.Cumpra-se.Comodoro-MT, 10 de dezembro de 2019.Antonio Carlos Pereira de Sousa JuniorJuiz de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A): Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior

Cod. Proc.: 114993 Nr: 7381-45.2017.811.0046

AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ANTONIO ZANELLA, FRANCISCO ZANELLA, IVONE BOASKEVICZ ZANELA, CLEONICE ZANELLA, ADILCE ZANELLA, INES ZANELLA, JACIR ZANELLA, MARCO ANTONIO ARRUDA MENDES, ANNA MARIA ZANELLA, PAULO ZANELLA, ROSANA ZANELLA, SERGIO ZANELLA, MARILENE ZANELLA, NILSE ROSA ZANELLA, ESTELA MARI ZANELLA

PARTE(S) REQUERIDA(S): LUIZ ZANELLA, ANA MARIA BARBOSA DE OLIVEIRA ZANELLA, AMAGGI EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RONIE JACIR THOMAZI - OAB:9877-B, VICTOR HENRIQUE RAMPASO MIRANDA - OAB:20441/O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FREDERICO LUIZ GONÇALVES - OAB:MS 12.349B, LUCAS TABACCHI PIRES CORRÊA - OAB:16961

Vistos.

Aguarde-se a devolução das missivas.

Após, encerrada a instrução, vistas às partes para razões finais escrita, nos termos do § 2º, do art. 364, do CPC.

Saem os presentes intimados.

Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior

Cod. Proc.: 140870 Nr: 4454-38.2019.811.0046

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): ANDRE BISPO DE OLIVEIRA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FELIPE DE PAULA ZAMO - OAB:24192/O

Vistos.

Defiro o pedido de ref. 76.

Expeça-se carta precatória para oitiva da testemunha, fixo desde já o prazo de 30 (trinta) dias para sua devolução, advirto que a sua expedição não implica na suspensão do feito, conforme disposição dos §§1º e 2º do art. 222, do CPP, devendo esta ir devidamente acompanhada no que couber, das peças elencadas na C.N.G.C.

Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior

Cod. Proc.: 144445 Nr: 6200-38.2019.811.0046

AÇÃO: Cumprimento de Sentença de Obrigação de Prestar Alimentos->Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: PHBdS, MAB

PARTE(S) REQUERIDA(S): AGdS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Lucas Alberto Tostes Correa - OAB:23071/B

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Vistos.Trata-se de cumprimento definitivo de sentença requerida por PEDRO HENRIQUE BARBOZA DE SOUZA menor impúbere neste ato por sua genitora Maria Angela Barboza em face de ADNILSON GOMES DE SOUZA todos devidamente qualificados nos autos.Prolatada sentença homologatória de acordo judicial, informou o exequente que o devedor encontra-se em mora com sua obrigação. É o relato do necessário. I) DEFIRO a assistência judiciária gratuita, considerando que em virtude do princípio da proteção integral;II) Processe-se em segredo de justiça, consoante norma inserta no artigo 189, II, do CPC;III) - Intime-se a parte executada pessoalmente no endereço informado nos autos para, em 15 (quinze) dias, pagar o débito, bem como as demais prestações que se vencerem no curso do processo, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem à execução.IV - Caso o executado, no prazo assinalado acima, não efetue o pagamento, não prove que o efetivou ou não apresente justificativa da impossibilidade de fazer, (...)

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior

Cod. Proc.: 119761 Nr: 1866-92.2018.811.0046

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JANDIR DE OLIVEIRA CAINETE

PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGUROS SOCIAL - INSS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GENIS SOUZA DA HORA - OAB:18933/O/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Vistos.

Trata-se de Ação de procedimento comum proposta por Jandir de Oliveira Cainete em face do Instituto Nacional do Seguro Social.

Deferida tutela de urgência em sede de contestação apresentou a parte autora, derradeiramente manifestação no sentido de que o INSS cessará na seara administrativa o benefício concedido na data de 27/12/2019, ref. 54.

É o relato do necessário.

Decido.

Considerando que a Corte da Cidadania no REsp 1599554 entendeu ser ilegal o procedimento administrativo efetuado pelo INSS consistente na alta programada a autarquia poderá fixar, mediante avaliação pericial ou com base na documentação médica do segurado, o prazo que entender suficiente para a recuperação da capacidade para o trabalho;

Oficie-se ao Gerente Executivo do INSS para que informe nos autos o motivo pelo qual cessará o benefício concedido judicialmente nestes autos, bem como reimplante (caso efetivamente cesse) no prazo de 30 (trinta) dias o benefício concedido em favor da parte autora, juntando aos autos a respectiva carta de concessão. Para tanto se encaminhe ao requerido fotocópia dos documentos pessoais da parte autora, tais como RG, CPF, certidão de casamento e/ou nascimento e/ou óbito;

Intimem-se.

Cumpra-Se, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 33307 Nr: 1493-42.2010.811.0046

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: SULBORO INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA, FABIO BARP, FILIPE BARP

PARTE(S) REQUERIDA(S): AGROPLANTE LTDA -ME, GLAUBER SILVEIRA DA SILVA, ADEMIR ROSTIROLLA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARIO MARCIO DE OLIVEIRA RIBEIRO - OAB:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: VIVIENE BARBOSA SILVA - OAB:4983

Impulsiono estes autos com a finalidade de intimar a parte exequente, na pessoa do seu advogado, para que providencie o recolhimento e posterior comprovação nos autos do valor respectivo ao mandado de penhora, conforme decisão de fls.164, dos autos do processo em epígrafe.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior

Cod. Proc.: 63268 Nr: 1397-22.2013.811.0046

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: LEONARDO GIOVANI NICHELE
PARTE(S) REQUERIDA(S): CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA JUNIOR
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LEONARDO GIOVANI NICHELE - OAB:7705/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BRUNO ALMEIDA DE OLIVEIRA - OAB:17.276/MT
Código 63268
Vistos.
Trata-se de embargos declaratórios opostos pelo requerido Carlos Alberto Alves da Rocha Júnior.
O requerente Leonardo Giovani Nichele apresentou contrarrazões ao recurso às fls. 197/198, requerendo o desprovimento bem como a condenação do requerido em multa por embargos protelatórios.
É a síntese do necessário.
Fundamento e decido.
Sem razão o embargante em sua irresignação.
A decisão que negou provimento aos embargos de declaração opostos abordou as questões relevantes para sua conclusão, que serviram de convencimento do magistrado julgador.
Corroborando o raciocínio:
"O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão.
O julgador possui o dever de enfrentar apenas as questões capazes de infirmar (enfraquecer) a conclusão adotada na decisão recorrida.
Assim, mesmo após a vigência do CPC/2015, não cabem embargos de declaração contra a decisão que não se pronunciou sobre determinado argumento que era incapaz de infirmar a conclusão adotada." STJ. 1ª Seção. EDcl no MS 21.315-DF, Rel. Min. Diva Malerbi (Desembargadora convocada do TRF da 3ª Região), julgado em 8/6/2016 (Info 585).
O inconformismo da parte com o conteúdo da decisão/sentença deverá se dar por meio da via recursal adequada.
Pelo exposto, CONHEÇO dos embargos e NÃO OS PROVEJO.
Transitada em julgado, translade-se cópia para o feito em apenso, desapense-se e arquive-se.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Comodoro/MT, 06 de dezembro de 2019.
Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior
Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior
Cod. Proc.: 63653 Nr: 1799-06.2013.811.0046
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LLO ASSESSORIA COBRANÇA E APOIO LTDA - ME, OTTO MARQUES DE SOUZA, MARIELI APARECIDA TOLDO DE SOUZA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRÉ ANTONIO WESCHENFELDER - OAB:18203/O MT, MARCELO BEDUSCHI - OAB:MT/10879/A, OTTO MARQUES DE SOUZA - OAB:12.404-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA - OAB:20495/A/MT, GUSTAVO AMATO PISSINI - OAB:13842-A/MT, LUIZ CARLOS ICETY ANTUNES - OAB:18032-A
(...).Em face do exposto, ACOLHO a impugnação de fls. 270/271, pelo que determino o prosseguimento do cumprimento da sentença pelo valor apresentado pelo autor, Banco do Brasil, nos termos da fundamentação supra.Condeno os requeridos/impugnados a título de honorários advocatícios, em 10% (dez por cento) sobre o valor da dívida, nos moldes do art. 85, §3º, inciso I, do CPC.Condeno os requeridos/impugnados em litigância de má-fé, aplicando multa que fixo em 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa, nos termos do artigo 81, do CPC.Proceda-se a retificação da capa processual para fazer constar o Banco do Brasil como exequente e LLO ASSESSORIA COBRANÇAS E APOIO LTDA e Outros como executados.Publique-se. Intimem-se.Cumpra-se.Comodoro/MT, 05 de dezembro de 2019.Antonio Carlos Pereira de Sousa JuniorJuiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior
Cod. Proc.: 63796 Nr: 1947-17.2013.811.0046
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BRASCAMPO INSUMOS E PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA- ME
PARTE(S) REQUERIDA(S): AGROPLANTA INDÚSTRIAS QUÍMICAS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTONIO SANTANA NESTORIO - OAB:18406/A, GUILHERME DE ARRUDA CRUZ - OAB:12642
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSE AUGUSTO BERTOLUCI - OAB:82628
Em face do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados por Agroplanta Fertilizantes e Inovações LTDA na reconvenção, nos moldes do art. 487, inciso I, do CPC.Condeno a requerida/reconvinte ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como dos honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da reconvenção, nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil".No mais, permanece a decisão nos termos em que foi prolatada, no que não for contraditório ao aqui decidido.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as baixas e cautelas de estilo.Às providências.Comodoro-MT, 11 de dezembro de 2019.Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior
Cod. Proc.: 65221 Nr: 3395-25.2013.811.0046
AÇÃO: Ação Civil Pública->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: O MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARCELO BEDUSCHI, MARCOS GUIDO PEROVANO PIOVEZAN, JAIR DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCELO BEDUSCHI - OAB:MT/10879/A, MARCIO RODRIGO FRIZZO - OAB:33150, OTTO MARQUES DE SOUZA - OAB:12.404-A/MT
Vistos.
De proêmio, defiro a juntada do substabelecimento.
Ainda, ante o fato de que o Douto Promotor de Justiça, Felipe Augusto Ribeiro de Oliveira, encontra-se em trânsito para convocação institucional – conforme ofício 839/2019/1ªPJCÍVEL (em anexo), e, tendo em vista que seu substituto, Luiz Eduardo Martins Jacob Filho, encontra-se realizando audiências na Primeira Vara desta Comarca, passo a realizar a audiência independente de sua presença.
No que tange à testemunha Rodinei, tendo em vista que foi devidamente justificada sua ausência, designo audiência de instrução e julgamento, o qual designo para o dia 11 de fevereiro de 2020, às 13h30min.
Saem os presentes intimados.
Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior
Cod. Proc.: 84109 Nr: 384-80.2016.811.0046
AÇÃO: Usucapião->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ARCENIO DOMENE
PARTE(S) REQUERIDA(S): TANAKA AGROPECUARIA LTDA, ESPOLIO DE TSUGUIO TANAKA, ESPOLIO DE KIMIE TANAKA, CARMEM TSUYAKO TANAKA, CELSO DE ALMEIDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DIRCEU FIDELIS DE SOUZA JUNIOR - OAB:MT/8564
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EDNA DE FALCO - OAB:74309, JOSE CARLOS DE MELLO DIAS - OAB:SP/19.191, LELIA CRISTINA RAPASSI DIAS DE SALLES FREIRE - OAB:110855, ODAIR BERNARDI - OAB:64.240/SP
Vistos.
Certifique-se o decurso do prazo do requerido para apresentar alegações finais.
Após, autos conclusos para sentença.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior

Cod. Proc.: 89034 Nr: 1868-33.2016.811.0046
AÇÃO: Usucapião->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FATIMA MARIA DE FREITAS BORGES LAMANES
PARTE(S) REQUERIDA(S): RAYMUNDO RAPHAEL DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VINICIUS DE MEDEIROS MARÇAL - OAB:319410
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: TAIANA CRISTINA CARVALHO MARQUES - OAB:25314 - O/MT
Código: 89034
VISTOS.
I - Recebo a emenda da inicial, para tanto, retifique-se o cadastro no sistema Apolo para o fim de fazer constar o espólio de RAYMUNDO RAPHAEL DA SILVA.
II – FACULTO o prazo de 15 (quinze) dias, para o fim de que o autor proceda com a emenda da inicial, indicando a abertura ou não de inventário dos bens deixados pelo "de cujus", bem como o respectivo endereço dos herdeiros ou demonstrar que diligenciou para tanto.
III – Retifique o sistema Apolo, para o fim de fazer constar o nome do novo advogado do autor para recebimento das intimações.
IV – Intime-se o autor da demanda para o fim de apresentar a outorga conjugal com firma reconhecida em 15 (quinze) dias.
V – Certifique se todos os confrontantes foram citados.
VI – Derradeiramente, encaminhem-se os autos à União, para que no prazo de 30 (trinta) dias manifeste interesse no feito.
Intime-se.
Cumpra-se.
Comodoro/MT, 11 de dezembro de 2019.
(assinado digitalmente)
Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior
Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior
Cod. Proc.: 91661 Nr: 2797-66.2016.811.0046
AÇÃO: Divórcio Litigioso->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: IHDSB
PARTE(S) REQUERIDA(S): RDRB
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GLEYSCLER BELUSSI RIBEIRO GONÇALVES - OAB:16681
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ELIANA DA COSTA - OAB:5447-B
Pelo exposto, CONHEÇO, mas NEGO PROVIMENTO aos presentes embargos de declaração. DEIXO de condenar a parte embargante a pagar multa de 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa por não vislumbrar a ocorrência de caráter protelatório.P. I. C.Comodoro/MT, 11 de dezembro de 2019.(assinado digitalmente)Antonio Carlos Pereira de Sousa JuniorJuiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior
Cod. Proc.: 118056 Nr: 1198-24.2018.811.0046
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RAIJAN CEZAR MASCARELLO
PARTE(S) REQUERIDA(S): REDE CEMAT CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: HEITOR VANSAN MUNIZ - OAB:20.939/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: OZANA BAPTISTA GUSMÃO - OAB:4062-MT
Vistos.
Indefiro a produção de perícia judicial, vez que o fato que pretende a requerida periciar ocorreu antes mesmo do ajuizamento da ação em 05/03/2018, além do que houve concerto do cabo rompido pela ré, pelo que a produção de tal prova seria extemporânea e inócua (art. 464, §1º, II e III, CPC).
Defiro a produção de prova testemunha.
DESIGNO audiência de instrução e julgamento para o dia 02 de março de 2020 às 13h45min, visando a oitiva das testemunhas arroladas pela requerente.
Quanto à intimação das testemunhas, obedeça-se a nova sistemática no art. 455 do CPC.
Caso necessário, expeçam-se carta precatória para oitiva de testemunha residente em Comarca diversa, com prazo de 60 dias.
Intimem-se.
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Às providências necessárias.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 135988 Nr: 2133-30.2019.811.0046
AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL DE RONDONIA
PARTE(S) REQUERIDA(S): DIONES FERNANDES TAMAROSSI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DIOGENES NUNES DE ALMEIDA NETO - OAB:RO/3831
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Fica a parte autora intimada, na pessoa de seu advogado, para que providencie o recolhimento do valor referente à diligência a ser cumprida pelo Oficial de Justiça, no município de Rondolândia/MT, comarca de Comodoro/MT, a saber: "Um Mandado de Pagamento", em desfavor do requerido. Nos termos da r. decisão proferida, ref.: 12.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior
Cod. Proc.: 13603 Nr: 1496-07.2004.811.0046
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS - IBAMA
PARTE(S) REQUERIDA(S): LUIZ DE LORENZI CANCELIER
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LENILDO NUNES PEREIRA - OAB:3538/RO
Vistos.
Tendo em vista que foram bloqueados 4 (quatro) veículos, o que gera excesso na penhora, com bloqueio de quantia superior à pleiteada, com fundamento no artigo 805, do CPC, determino que o exequente, no prazo de 10 (dez) dias, informe o valor atualizado do veículo objeto do pleito de penhora, bem como se este é compatível com o valor de seu crédito, devendo depositar em juízo eventual excesso.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior
Cod. Proc.: 40254 Nr: 1269-36.2012.811.0046
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL - SEFAZ -MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): CLAÍDES LAZARETTI MASUTTI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LEONARDO GIOVANI NICHELE - OAB:7705/MT
Vistos.
Trata-se de Execução Fiscal ajuizada pela Fazenda Pública Estadual em face de Claídes Lazaretti Masutti, todos devidamente qualificados.
À fl. 109 foi determinada a manifestação sobre a quitação da obrigação ou prosseguimento da execução.
É o breve relato.
Fundamento e decido.
Tendo em vista que não houve manifestação do exequente acerca da satisfação da obrigação ou o prosseguimento da execução, subentende-se anuência em relação ao adimplemento da lide.
Desta feita, considerando que foram satisfeitas todas as obrigações dos presentes autos, a extinção do feito é medida que se impõe.
Ante o exposto, JULGO EXTINTO o presente feito, nos termos do art. 924, II, c/c art. 925, ambos do CPC.
Proceda-se com a liberação de eventuais bens ou valores constritos nos

autos por decisão judicial.
Por fim, DETERMINO a confecção de alvará de levantamento em favor da Fazenda Pública Estadual, tendo em vista os dados bancários apresentados à fl. 114-v.
Cumpridas todas as determinações e, transitada em julgado, certifique-se e arquive-se com as anotações e baixas de estilo.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior
Cod. Proc.: 40394 Nr: 1407-03.2012.811.0046
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EURIDES GIUSTI
PARTE(S) REQUERIDA(S): BV FINANCEIRA S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: KATIA COSTA TEODORO - OAB:14.435-A/MT, VALESKA FERNANDA DA CAMARA LINHARES - OAB:MT/14988A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ELIZETE APARECIDA DE OLIVEIRA SCATIGNA - OAB:12.090 - A/MT
Vistos.
Ante a apresentação do endereço, cumpra-se conforme determinado à fl. 313.
Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior
Cod. Proc.: 61631 Nr: 3470-98.2012.811.0046
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PUBLICA ESTADUAL
PARTE(S) REQUERIDA(S): LATICÍNIOS COMODORO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - LATICÍNIO LÍRIO DO VALE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Mônica Pagliuso Siqueira - OAB:0, ROMES JULIO TOMAZ - OAB:3791/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GILIANE VAZ RAIZER THOMAZI - OAB:5246/RO
Vistos.
Tendo por norte que, no caso do bloqueio de numerários via sistema BACENJUD, esse se perfaz em várias contas bancárias do mesmo titular, indistintamente, o que gera, em alguns casos excesso na penhora, com bloqueio de quantia superior à pleiteada, com fundamento no artigo 805, do CPC, determino que o exequente indique qual ou quais instituições financeiras requer a penhora.
Intime-se o (a) exequente para que, no prazo de 10 (dez) dias, proceda como acima determinado, sob pena de suspensão do processo pela frustação da execução.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior
Cod. Proc.: 61735 Nr: 3585-22.2012.811.0046
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): VALDEON SILVA PIEDADE, SEBASTIÃO JOSÉ DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PÚBLICA DA COMARCA DE COMODORO - OAB:, LUCAS ALBERTO TOSTES CORREA - OAB:23.071-B/MT
Vistos.
Determino a devolução dos objetos apreendidos à fl. 96, quais sejam uma CNH em nome de Leandro Schmidt e uma bicicleta Bike Fischer, consignando que em caso de inércia, os bens serão leiloados, vinculando-se o valor da arrematação ao presente feito.
Transcorrido o prazo, determino que se proceda no âmbito da Diretoria do Foro a avaliação e o posterior leilão do(s) objeto(s) listado(s) na certidão anteriormente juntada aos autos, desde que ele(s) possua(m) valor econômico.
Constatada sua inservibilidade econômica, desde já fica autorizado o devido descarte, sendo que tal fato deverá ser posteriormente comunicado nestes autos.
Após, arquivem-se os autos com as baixas e cautelas de estilo.
Intime-se.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior
Cod. Proc.: 62851 Nr: 957-26.2013.811.0046
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS - IBAMA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ADEMIR ROSTIROLLA, VIVIENE BARBOSA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: VIVIENE BARBOSA SILVA - OAB:4983
Vistos.
Defiro conforme requerido à fl. 56, pelo que determino a conversão em renda dos valores depositados nos autos.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior
Cod. Proc.: 63218 Nr: 1345-26.2013.811.0046
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CLAUDENICIO GONÇALVES AZAMBUJA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGUROS SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELISANGELA AZEREDO DA SILVA - OAB:MT-16.670
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Trata-se de pedido de Cumprimento de Sentença requerido por Claudenicio Gonçalves Azumbuja em face do Instituto Nacional do Seguro Social, todos devidamente qualificados.
É o relato do necessário.
Impulsiono o feito da seguinte maneira.
DEFIRO a prioridade na tramitação processual;
RETIFIQUE o cadastro dos autos, fazendo registrar que o feito já se encontra na fase de Cumprimento de Sentença, nos termos do artigo 513 e seguintes do CPC;
Intime-se a Autarquia Federal mediante REMESSA FÍSICA/ELETRÔNICA do feito para que, caso queira, impugne o cumprimento de sentença, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhando demonstrativo do débito;
SE HOUVER IMPUGNAÇÃO, intime-se o exequente/impugnado por meio de seu advogado constituído nos autos de conhecimento via DJE para que, caso queira, manifeste-se nos autos a respeito da impugnação ao cumprimento de sentença apresentada pela Autarquia-ré em 15 (quinze) dias [art. 218,§1º, CPC];
NÃO HAVENDO apresentação de impugnação, certifique e venham-me os autos conclusos.
Intime-se.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior
Cod. Proc.: 67751 Nr: 1303-40.2014.811.0046
AÇÃO: Averiguação de Paternidade->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: OMPDEDMG, LVM, SME
PARTE(S) REQUERIDA(S): CAADS, CADS, VG, NADS, VGDS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDILAMAR APARECIDA RAMPANELLI - OAB:12200-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Arquivem-se os autos com as baixas e cautelas de estilo.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior
Cod. Proc.: 35907 Nr: 602-84.2011.811.0046
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: IRINEU MARCOS PARMEGGIANI
PARTE(S) REQUERIDA(S): GELSON IVAN FOLETO, NEUZA DETOFOL FOLETO, JOÃO BATISTA NICHELE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNO DE SOUZA SCHMIDT - OAB:19.996A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BRUNO DE SOUZA SCHMIDT - OAB:19.996A/MT, LEONARDO GIOVANI NICHELE - OAB:7705/MT, NEUZA DETOFOL FOLETO - OAB:4313/RO
Vistos.
Intime-se o exequente, pessoalmente, bem como seu patrono, nos termos do art. 485, §1º, CPC, para dar o regular andamento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção com espeque no art. 485, III, CPC.
Após, o prazo supracitado com ou sem manifestação, o que deverá ser certificado, voltem-me os autos conclusos para deliberação.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior
Cod. Proc.: 34989 Nr: 3172-77.2010.811.0046
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FUZZARI & FUZZARI COMERCIO E INDUSTRIAL DE MADEIRAS LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCO LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: KATIA COSTA TEODORO - OAB:14.435-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUCIANO BOABAID BERTAZZO - OAB:7657-B/MS, MARIA LUCILIA GOMES - OAB:5835-A
Vistos.
Certifique-se a existência de valores depositados nos autos.
Após, autos conclusos.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior
Cod. Proc.: 69149 Nr: 2380-84.2014.811.0046
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DARCI ZAIAS
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGUROS SOCIAL - INSS, EDNA MARIA DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GABRIELA LEITE HEINSCH - OAB:12845
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Trata-se de pedido de Cumprimento de Sentença requerido por Darci Zaias em face do Instituto Nacional do Seguro Social, todos devidamente qualificados.
É o relato do necessário.
Impulsiono o feito da seguinte maneira.
DEFIRO a prioridade na tramitação processual;
RETIFIQUE o cadastro dos autos, fazendo registrar que o feito já se encontra na fase de Cumprimento de Sentença, nos termos do artigo 513 e seguintes do CPC;
Intime-se a Autarquia Federal mediante REMESSA FÍSICA/ELETRÔNICA do feito para que, caso queira, impugne o cumprimento de sentença, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhando demonstrativo do débito;
SE HOUVER IMPUGNAÇÃO, intime-se o exequente/impugnado por meio de seu advogado constituído nos autos de conhecimento via DJE para que, caso queira, manifeste-se nos autos a respeito da impugnação ao cumprimento de sentença apresentada pela Autarquia-ré em 15 (quinze) dias [art. 218,§1º, CPC];
NÃO HAVENDO apresentação de impugnação, certifique e venham-me os autos conclusos.
Intime-se.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior
Cod. Proc.: 38715 Nr: 3413-17.2011.811.0046
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARIA ALVES FERREIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGUROS SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: PAULO ROGERIO DE SOUZA E SILVA - OAB:20236/O, RAFAEL NEVACK RIBEIRO - OAB:310498
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Trata-se de pedido de Cumprimento de Sentença requerido por Maria Alves Ferreira em face do Instituto Nacional do Seguro Social, todos devidamente qualificados.
É o relato do necessário.
Impulsiono o feito da seguinte maneira.
DEFIRO a prioridade na tramitação processual;
RETIFIQUE o cadastro dos autos, fazendo registrar que o feito já se encontra na fase de Cumprimento de Sentença, nos termos do artigo 513 e seguintes do CPC;
Intime-se a Autarquia Federal mediante REMESSA FÍSICA/ELETRÔNICA do feito para que, caso queira, impugne o cumprimento de sentença, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhando demonstrativo do débito;
SE HOUVER IMPUGNAÇÃO, intime-se o exequente/impugnado por meio de seu advogado constituído nos autos de conhecimento via DJE para que, caso queira, manifeste-se nos autos a respeito da impugnação ao cumprimento de sentença apresentada pela Autarquia-ré em 15 (quinze) dias [art. 218,§1º, CPC];
NÃO HAVENDO apresentação de impugnação, certifique e venham-me os autos conclusos.
Intime-se.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior
Cod. Proc.: 27891 Nr: 2011-03.2008.811.0046
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: O MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JUSCENILDA LUIZ DE LIMA SILVA, JULIANE DE OLIVEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BRUNO ERNESTO SILVA VARGAS - OAB:12.198/MS, CRISTINA RISSI PIENEGONDA - OAB:6474 E/MS, EDENILDA CÉLIA ROSA - OAB:7183/MS
(...) Diante do exposto, determino que se proceda no âmbito da Diretoria do Foro a avaliação e o posterior leilão do(s) objeto(s) listado(s) na certidão anteriormente juntada aos autos, desde que ele(s) possua(m) valor econômico. Ressalto que eventual quantia apurada no leilão deverá ser depositada no incidente da diretoria do foro. Constatada sua inservibilidade econômica, desde já fica autorizado o devido descarte, sendo que tal fato deverá ser posteriormente comunicado nestes autos. Após, arquivem-se os autos com as baixas e cautelas de estilo.Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior
Cod. Proc.: 2878 Nr: 1114-53.2000.811.0046
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): DINART FERREIRA DIAS, CONCEIÇÃO APARECIDA MEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: amanda pires costa - OAB:18614 mt, ANA PAULA ALVES MOREIRA DA SILVA - OAB:18.141-A/MT, ANDREI SIQUEIRA SANTOS - OAB:17698 MT, FABIULA MULLER KOENIG - OAB:OAB/MT 22165/A, GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI - OAB:OAB/MT 17.980/A, LUIZ CARLOS ICETY ANTUNES - OAB:18032-A, MARIA CRISTINA CORRÊA DE ANDRADE - OAB:15.549-O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ELIANA DA COSTA - OAB:5447-B

Vistos.

Certifique-se a existência de valores nos autos.

Ademais, defiro o pedido de vistas de fl. 301.

Cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior

Cod. Proc.: 37368 Nr: 2067-31.2011.811.0046

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: FLORESTA COLCHÕES LTDA EPP

PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCO S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: KATIA COSTA TEODORO - OAB:14.435-A/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARIA LUCILA GOMES - OAB:5835-A/MT

Vistos.

Certifique-se a existência de valores depositados nos autos, discriminando-os.

Após, autos conclusos.

Cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior

Cod. Proc.: 36073 Nr: 768-19.2011.811.0046

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ROSANA TEODORO DE ALMEIDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): COMETA CENTER CAR, DISAL ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO S/C LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DANIELA SORAIA SEBBEN BRAZ COSTA - OAB:18339/MT, GILIANE VAZ RAIZER THOMAZI - OAB:5246/RO, RONIE JACIR THOMAZI - OAB:9877-B

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EDEMILSON KOJI MOTODA - OAB:231747/SP, PATRICIA JORGE DA CUNHA VIANA - OAB:8014

Código nº 36073

SENTENÇA

Vistos.

Trata-se de cumprimento de sentença proposta por RONIE JACIR THOMAZI em face de DISAL ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

Juntou-se petição da executada informando o pagamento do débito, fls. 313/314.

O exequente requereu a liberação dos valores depositados, fls. 315/316. O que foi feito à fl. 318.

É o breve relato.

Fundamento e decido.

Compulsando os autos, vislumbro que o feito exauriu seu objeto, diante da quitação do débito.

Havendo o devedor adimplido o montante exequendo, a extinção do feito é medida que se impõe.

Isto posto, JULGO EXTINTO a presente execução e a faço com fulcro nos termos do art. 924, II c/c art. 925 ambos do CPC.

Transitada em julgado, arquive-se com as anotações e baixas de estilo.

Sem custas e honorários.

P.I. Cumpra-se.

Comodoro-MT, 05 de dezembro de 2019.

Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior

Juiz de Direito

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo Número: 1000068-45.2019.8.11.0046

Parte(s) Polo Ativo:

ANTONIO JOSE DE OLIVEIRA (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:

SUELI LOURENCO ARANTES DE OLIVEIRA OAB - MT23736/B (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:

MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMODORO CERTIDÃO Tendo em vista a expedição de alvará de liberação de valores expedidos nos autos, impulsiono o presente feito com a finalidade de intimar a parte requerente para que tenha ciência da liberação, bem como dos termos abaixo transcrito: “DETERMINO que dê ciência ao (à) advogado (a) constituído (a), através de publicação no DJE ou outro meio legal OU defensor público mediante remessa eletrônica/física dos autos, para que esclareça se dá integral quitação ao objeto da lide, advertindo-o que decurso do prazo de 05 (cinco) dias “in albis” será interpretado nesse sentido de anuência ao adimplemento e o processo extinto pela satisfação da obrigação – art. 924, II, c/c art. 925. Manifestado pelo adimplemento/satisfação ou transcorrido o prazo sem manifestação, volte-me concluso para sentença”. (assinado digitalmente) Mikael da Costa Ferreira Gestor Judiciário

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

Processo Número: 8010112-09.2016.8.11.0046

Parte(s) Polo Ativo:

CLAUDIO DA SILVA (EXEQUENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:

LUCAS CELSO MONTEIRO DA FONSECA GROTA OAB - MT11343/B (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

CICERO PATRICIO FERRAZ (EXECUTADO)

Advogado(s) Polo Passivo:

ANDRE ANTONIO WESCHENFELDER OAB - MT0018203A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMODORO DESPACHO Processo: 8010112-09.2016.8.11.0046. EXEQUENTE: CLAUDIO DA SILVA EXECUTADO: CICERO PATRICIO FERRAZ Vistos. Tendo por norte que, no caso do bloqueio de numerários via sistema BACENJUD, esse se perfaz em várias contas bancárias do mesmo titular, indistintamente, o que gera, em alguns casos excesso na penhora, com bloqueio de quantia superior à pleiteada, com fundamento no artigo 805, do CPC, determino que o exequente indique qual ou quais instituições financeiras requer a penhora. Ademais, considerando que o processo se desenrola tendo como um dos seus maiores objetivos a boa-fé objetiva e tendo em vista que o devedor acena acerca do pagamento parcial do crédito de forma extrajudicial, oficie-se a Cooperativa de Crédito Sicredi para o fim de informar nos autos se os valores apontados em ID. 5437224, foram creditados na conta de CLAUDIO DA SILVA. Intime-se o (a) exequente para indicar bens penhoráveis, em 05 dias, evitando-se a suspensão do processo pela frustração da execução. Cumpra-se. Comodoro-MT, 03 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Processo Número: 8010127-75.2016.8.11.0046

Parte(s) Polo Ativo:

CLEDSON FERNANDES VIANA (EXEQUENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:

JOAO PAULO DE JULIO PIOVEZAN OAB - MT0020746A (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

CNOVA COMERCIO ELETRONICO S.A. (EXECUTADO)

Advogado(s) Polo Passivo:

DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES FREIRE OAB - RJ2255-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMODORO DESPACHO Processo: 8010127-75.2016.8.11.0046. EXEQUENTE: CLEDSON FERNANDES VIANA EXECUTADO: CNOVA COMERCIO ELETRONICO S.A. Vistos. Tendo por norte que, no caso do bloqueio de numerários via sistema BACENJUD, esse se perfaz em várias contas bancárias do mesmo titular, indistintamente, o que gera, em alguns casos excesso na penhora, com bloqueio de quantia superior à pleiteada, com fundamento no artigo 805, do

CPC, determino que o exequente indique qual ou quais instituições financeiras requer a penhora. Intime-se o(a) exequente para que, de 10 (dez) dias proceda como acima determinado, sob pena de suspensão do processo pela frustração da execução. Cumpra-se. Comodoro/MT, 03 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002194-68.2019.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
FUNERARIA COMODORO LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CECILIA BONIFACIO DE ANDRADE OAB - MT23949/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ROGERIO FRANCISCO PEREIRA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002194-68.2019.8.11.0046 POLO ATIVO:FUNERARIA COMODORO LTDA - ME ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CECILIA BONIFACIO DE ANDRADE POLO PASSIVO: ROGERIO FRANCISCO PEREIRA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: COMODORO - J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 17/02/2020 Hora: 15:20 , no endereço: RUA PARÁ, S/N, MATO GROSSO, COMODORO - MT - CEP: 78310-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 8010111-87.2017.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
ENIO PAZINATTO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO PAULO DE JULIO PIOVEZAN OAB - MT0020746A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMODORO DECISÃO Processo: 8010111-87.2017.8.11.0046. REQUERENTE: ENIO PAZINATTO REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A VISTOS. 1) Certifique o trânsito em julgado da sentença prolatada nos autos, caso já não o tenha feito. 2) Retifique-se no sistema PJE, fazendo registrar que o feito já se encontra na fase de Cumprimento de Sentença, nos termos do artigo 513 e seguintes, do CPC. 3) Após, intimem-se o devedor, na pessoa de seu advogado, e na sua ausência pessoalmente que este tem um prazo de 15 (quinze) dias para efetuar o pagamento do débito, em não efetuando o pagamento, além da correção monetária e juros, haverá acréscimo de multa e honorários advocatícios de 10% (dez por cento) para cada um, consoante o disposto no artigo 509, §1º, CPC. Em caso de pagamento parcial a multa e os honorários incidirão sobre o restante. 4) Cientifique-se o devedor que, transcorrido o prazo previsto no art. 523, do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. 5) Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, intimem-se a parte exequente para apresentar bens da parte executada passíveis de penhora em 05 (cinco) dias e na ocasião já apresentar cálculo atualizado e CPF/CNPJ do executado. 6) Intime-se a parte vencida para que proceda com o recolhimento das custas processuais em que fora condenado pela Instância Superior, caso tenha ocorrido. Comodoro/MT, 06 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002195-53.2019.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
DULCILENE BISPO DO CARMO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RIAN DIULICE CORDEIRO DA SILVA OAB - MT0018139A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VANZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE ACO E FERRO LTDA - EPP (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002195-53.2019.8.11.0046 POLO ATIVO:DULCILENE BISPO DO CARMO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RIAN DIULICE CORDEIRO DA SILVA POLO PASSIVO: VANZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE ACO E FERRO LTDA - EPP FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: COMODORO - J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 17/02/2020 Hora: 15:40 , no endereço: RUA PARÁ, S/N, MATO GROSSO, COMODORO - MT - CEP: 78310-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000184-22.2017.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
EVERTON NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AMANDA BARBARA DE OLIVEIRA SODRE OAB - MT13333-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMODORO DECISÃO Processo: 1000184-22.2017.8.11.0046. REQUERENTE: EVERTON NASCIMENTO REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos. O recorrente não efetuou corretamente o preparo do recurso por ele interposto. Oportuna à transcrição do Enunciado 80 do FONAJE: “O recurso inominado será julgado deserto quando não houver o recolhimento integral do preparo e sua respectiva comprovação pela parte, no prazo de 48 horas, não admitida a complementação intempestiva (art. 42, § 1º, da Lei 9.099/1995).” (Grifou-se.). Assim sendo, declaro DESERTO o recurso interposto, o que faço com fulcro nos termos do artigo 42, § 1, da Lei 9.099/95 e Enunciado 80 do FONAJE. Decorrido “in albis” o prazo para interposição de recurso cabível, certifique o trânsito em julgado. Intime-se. Cumpra-se. Comodoro/MT, 09 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000386-62.2018.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
M. A. DA SILVA MÓVEIS EIRELI EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CECILIA BONIFACIO DE ANDRADE OAB - MT23949/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RAFAELA CRSITINA SALES DE OLIVEIRA (REQUERIDO)
MATEUS ISRAEL DOS SANTOS SILVA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMODORO DECISÃO Processo: 1000386-62.2018.8.11.0046. REQUERENTE: M. A. DA SILVA MÓVEIS EIRELI EPP REQUERIDO: RAFAELA CRSITINA SALES DE OLIVEIRA, MATEUS ISRAEL DOS SANTOS SILVA Vistos. I - Do pedido via Bacenjud. Tendo por norte que, no caso do bloqueio de numerários via sistema BACENJUD, esse se perfaz em várias contas bancárias do mesmo titular, indistintamente, o que gera, em alguns casos excesso na penhora, com bloqueio de quantia superior à pleiteada, com fundamento no artigo 805, do CPC, determino que o exequente indique qual ou quais instituições financeiras requer a penhora. Intime-se o(a) exequente para que, de 10 (dez) dias proceda como acima determinado, sob pena de suspensão do processo pela frustração da execução. II - Do pedido via Renajud. Intime-se a parte autora, para o fim de manifestar nos autos no prazo de 05 (cinco) dias, considerando que o bem em questão encontra-se com alienação fiduciária. Cumpra-se. Comodoro/MT, 09 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000116-72.2017.8.11.0046

Parte(s) Polo Ativo:
T. DE F. B. CHIBA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OSMAR LUIZ PRETTO OAB - MT0020696A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
THIAGO DE ASSIS BRUNETTA (EXECUTADO)
SINDICATO RURAL DE COMODORO (EXECUTADO)
Claudia Aparecida Bueno de Castro (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VICTOR HENRIQUE RAMPASO MIRANDA OAB - MT0020441A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMODORO DECISÃO Processo: 1000116-72.2017.8.11.0046. EXEQUENTE: T. DE F. B. CHIBA - ME EXECUTADO: SINDICATO RURAL DE COMODORO, THIAGO DE ASSIS BRUNETTA, CLAUDIA APARECIDA BUENO DE CASTRO Vistos. Do pedido de penhora via Bacenjud. Tendo por norte que, no caso do bloqueio de numerários via sistema BACENJUD, esse se perfaz em várias contas bancárias do mesmo titular, indistintamente, o que gera, em alguns casos excesso na penhora, com bloqueio de quantia superior à pleiteada, com fundamento no artigo 805, do CPC, determino que o exequente indique qual ou quais instituições financeiras requer a penhora. Intime-se o(a) exequente para que, de 10 (dez) dias proceda como acima determinado, sob pena de suspensão do processo pela frustração da execução. Do pedido de penhora via Renajud. O sistema Renajud é um sistema on-line de restrição judicial de veículos criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que interliga o Judiciário ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). A ferramenta eletrônica permite consultas e envio, em tempo real, à base de dados do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), de ordens judiciais de restrições de veículos — inclusive registro de penhora — de pessoas condenadas em ações judiciais — http://www.cnj.jus.br/sistemas/renajud. Assim, sem mais delongas despiciendas, o arresto/bloqueio de bens realizado por meio de bloqueio eletrônico de bens via RENAJUD é medida que se impõe. Todavia, como já mencionado a execução deve tramitar da forma menos onerosa ao devedor, pois por vezes o bem em questão tem valor superior ao crédito, causando prejuízos a este. Ante o exposto, INDEFIRO, por ora, o pedido de penhora de bem móvel, mas DETERMINO a restrição judicial via Renajud de bens móveis de titularidade do executado, devendo o exequente informar o valor atualizado do veículo objeto do pleito de penhora, bem como se este é compatível com o valor do seu crédito, devendo depositar em juízo eventual excesso de penhora. Intime-se. Cumpra-se. Comodoro/MT, 09 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 8010024-68.2016.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
CASA VERDE - MOVEIS E INTERIORES LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RIAN DIULICE CORDEIRO DA SILVA OAB - MT0018139A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDIANE RODRIGUES DOS SANTOS (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAQUEL LEIANE VIEIRA OAB - MT24945/O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMODORO DECISÃO Processo: 8010024-68.2016.8.11.0046. EXEQUENTE: CASA VERDE - MOVEIS E INTERIORES LTDA - ME EXECUTADO: EDIANE RODRIGUES DOS SANTOS Vistos. Do pedido de penhora via Renajud. O sistema Renajud é um sistema on-line de restrição judicial de veículos criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que interliga o Judiciário ao Departamento Nacional de Trânsito (Denatran). A ferramenta eletrônica permite consultas e envio, em tempo real, à base de dados do Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam), de ordens judiciais de restrições de veículos — inclusive registro de penhora — de pessoas condenadas em ações judiciais — http://www.cnj.jus.br/sistemas/renajud. Assim, sem mais delongas despiciendas, o arresto/bloqueio de bens realizado por meio de bloqueio eletrônico de bens via RENAJUD é medida que se impõe. Todavia, como já mencionado a execução deve tramitar da forma menos onerosa ao devedor, pois por vezes o bem em questão tem valor superior ao crédito, causando prejuízos a este. Ante o exposto, INDEFIRO, por ora, o pedido de penhora de bem móvel, mas DETERMINO a restrição judicial via Renajud de bens móveis de titularidade do executado, devendo o exequente informar o valor atualizado do veículo objeto do pleito de penhora, bem como se este é compatível com o valor do seu crédito, devendo depositar em juízo eventual excesso de penhora. Considerando a ausência de bens passíveis de penhora, intime-se o exequente o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar bens do devedor passíveis de penhora, sob pena de extinção na forma do §4º do art. 53 da Lei 9.099/95. Cumpra-se. Comodoro/MT, 09 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000129-71.2017.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
J. F. MOREIRA DA SILVA LIMA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARINEUSA DE OLIVEIRA OAB - MT23952/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LINCON VALACE PEREIRA PROCOPIO (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMODORO DECISÃO Processo: 1000129-71.2017.8.11.0046. EXEQUENTE: J. F. MOREIRA DA SILVA LIMA - ME EXECUTADO: LINCON VALACE PEREIRA PROCOPIO Vistos. I - Do pedido de busca de bens do devedor via Bacenjud. Tendo por norte que, no caso do bloqueio de numerários via sistema BACENJUD, esse se perfaz em várias contas bancárias do mesmo titular, indistintamente, o que gera, em alguns casos excesso na penhora, com bloqueio de quantia superior à pleiteada, com fundamento no artigo 805, do CPC, determino que o exequente indique qual ou quais instituições financeiras requer a penhora. Intime-se o(a) exequente para que, de 10 (dez) dias proceda como acima determinado, sob pena de suspensão do processo pela frustração da execução. II - Do pedido de penhora de bens que guarnecem a residência do executado. O pleito requerido merece guarida, porquanto o ordenamento jurídico admite, excepcionalmente, a penhora de bens que guarnecem a residência do executado quando supérfluos/suntuosos, levando em consideração, com razoabilidade, as circunstâncias e peculiaridades do caso, senão vejamos: Considerando o Enunciado 14 do Fonaje que assim dispõe "os bens que guarnecem a residência do devedor, desde que não essenciais a habitabilidade, são penhoráveis". O parágrafo único do artigo 1º e o artigo 2º da Lei 8.009/90 dispõem o seguinte: "A impenhorabilidade compreende o imóvel sobre o qual se assentam a construção, as plantações, as benfeitorias de qualquer natureza e todos os equipamentos, inclusive os de uso profissional, ou móveis que guarnecem a casa, desde que quitados. Art. 2º Excluem-se da impenhorabilidade os veículos de transporte, obras de arte e adornos suntuosos." Grifos nossos. Ante o exposto, expeça mandado de penhora e avaliação dos bens que guarnecem a residência do executado, nos termos da excepcionalidade constante do art. 833, II do NCPC, preservadas a dignidade da pessoa humana, com a proporcionalidade devendo o meirinho observar as disposições contidas no enunciado 14 do Fonaje, bem como o previsto na Lei 8.009/90. Fica autorizada ordem de arrombamento, e requisição de força policial (art. 846, par. 1º, 2º e 3º ambos do C.P.C, se necessário, observando o endereço indicado Cumpra-se. Comodoro/MT, 09 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001268-24.2018.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELO ABREU RIBEIRO (AUTOR(A))
ALVARO ABREU RIBEIRO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANE TESSARO OAB - MT12484-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
POSTO FISCAL JOSAFÁ JACOB (POSTO FISCAL XII DE OUTUBRO) (RÉU)
Estado de Mato Grosso (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMODORO DESPACHO Processo: 1001268-24.2018.8.11.0046. AUTOR(A): ALVARO ABREU RIBEIRO, MARCELO ABREU RIBEIRO RÉU: POSTO FISCAL JOSAFÁ JACOB (POSTO

FISCAL XII DE OUTUBRO), ESTADO DE MATO GROSSO Vistos. Ciência as partes do retorno dos autos da Turma Recursal. Após, cumpra-se na íntegra o acórdão prolatado. Havendo custas a serem recolhidas pelo vencido, intime-o. Não havendo pedido de cumprimento de sentença em 05 (cinco) dias, arquivem os autos. Cumpra-se. Comodoro/MT, 06 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001079-12.2019.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
DELEY VEICULOS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CATIANE FELIX CARDOSO OAB - MT0014131A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JORGE MONTEIRO DA SILVA (REQUERIDO)

Tendo em vista a designação de nova data para a realização de audiência, a saber, dia 17/02/2020 às 16:00, IMPULSIONO o presente feito com a finalidade de intimar a parte requerente para que tenha ciência da data retromencionada, bem como para que compareça no ato, que se realizará na sede do juízo.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000126-19.2017.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
JACINTO ALVES DA SILVA NETO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GABRIELA LEITE HEINSCH OAB - MT0012845A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMODORO DESPACHO Processo: 1000126-19.2017.8.11.0046. REQUERENTE: JACINTO ALVES DA SILVA NETO REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos. Ciência as partes do retorno dos autos da Turma Recursal. Após, cumpra-se na íntegra o acórdão prolatado. Havendo custas a serem recolhidas pelo vencido, intime-o. Não havendo pedido de cumprimento de sentença em 05 (cinco) dias, arquivem os autos. Cumpra-se. Comodoro/MT, 09 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 8010114-81.2013.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
DANILO NASCIMENTO TEIXEIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS AUGUSTO SERRA NETO OAB - MT16397-O (ADVOGADO(A))
VICTOR HENRIQUE RAMPASO MIRANDA OAB - MT0020441A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ORLANDO OLIVEIRA SOUZA FILHO (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMODORO DESPACHO Processo: 8010114-81.2013.8.11.0046. EXEQUENTE: DANILO NASCIMENTO TEIXEIRA EXECUTADO: ORLANDO OLIVEIRA SOUZA FILHO Vistos. O pedido contido em ID. já foi apreciado na decisão de ID. 21936528. Intime-se o exequente para o fim de indicar bens do devedor passíveis de penhora, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. Cumpra-se. Comodoro/MT, 09 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000499-16.2018.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
CM COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE LUIZ MIRANDA LUCION OAB - MT0021135A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ CARLOS DA SILVA SEBALHO - ME (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMODORO DESPACHO Processo: 1000499-16.2018.8.11.0046. EXEQUENTE: CM COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA EXECUTADO: LUIZ CARLOS DA SILVA SEBALHO - ME Vistos. Tendo por norte que, no caso do bloqueio de numerários via sistema BACENJUD, esse se perfaz em várias contas bancárias do mesmo titular, indistintamente, o que gera, em alguns casos excesso na penhora, com bloqueio de quantia superior à pleiteada, com fundamento no artigo 805, do CPC, determino que o exequente indique qual ou quais instituições financeiras requer a penhora. Intime-se o(a) exequente para que, de 10 (dez) dias proceda como acima determinado, sob pena de suspensão do processo pela frustração da execução. Cumpra-se. Comodoro/MT, 09 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Antonio Carlos Pereira de Sousa Junior Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001560-72.2019.8.11.0046
Parte(s) Polo Ativo:
ANGELITA PAULINO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO PAULO DE JULIO PIOVEZAN OAB - MT0020746A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CAB COMODORO LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO JORGE BERNARDINI OAB - SP242289-O (ADVOGADO(A))
PAULO ROBERTO SANTORO SALOMAO OAB - SP199085-O (ADVOGADO(A))

Tendo em vista a designação de nova data para a realização da audiência de conciliação, a saber, dia 17/02/2020 às 16:20, IMPULSIONO o presente feito com a finalidade de intimar as partes para que tenham ciência da data retrocitada, bem como para que compareçam ao ato, que se realizará na sede do juízo.

Comarca de Jaciara

1ª Vara

Intimação

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1001774-11.2018.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
JM EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - EPP (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MICHELLE DE CASTRO CINTRA OAB - GO48624-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DOALCEY FIDELIS NOGUEIRA (EXECUTADO)

Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, artigo 1º, item 7.2.1, impulsiono os presentes autos, com a finalidade de intimar a parte autora, para no prazo legal, se manifestar sobre a Certidão retro, impulsionando o feito e requerendo o que entender de direito.

Despacho Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1003201-09.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA LEONETE DELFINA TOMAZELLI - ME (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
REGIANE CAROLINE ROESLER OAB - MT23935/O (ADVOGADO(A))
WISTON CRISTALDO GOMES CHAVES OAB - MT22656/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EMBARGADO)
Magistrado(s):
LAURA DORILÊO CÂNDIDO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE JACIARA Processo: 1003201-09.2019.8.11.0010 Vistos, etc. A petição inicial encontra-se desacompanha das guias e comprovantes de recolhimentos das custas e taxas. Desta forma, intime-se a exequente

para promover o pagamento das custas e despesas de ingresso no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição do feito nos termos do artigo 290 do CPC. Ainda, certifique-se a tempestividade dos presentes Embargos, vinculando o presente feito à execução fiscal. Cumpra-se, expedindo-se o necessário e com as cautelas de estilo. Jaciara/MT, 12 de dezembro de 2019. Laura Dorilêo Cândido Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1003271-26.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
GERALDO LUIZ DIAS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
NICIA DA ROSA HAAS OAB - MT5947-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
29.979.036.0001-40 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RÉU)
Magistrado(s):
LAURA DORILÊO CÂNDIDO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE JACIARA Processo: 1003271-26.2019.8.11.0010 Vistos, etc. Compulsando a inicial e os documentos que a instruem denoto que a autora acostou comprovante de endereço em nome de pessoa estranha à relação processual. Consigno que o documento é imprescindível considerando as regras de competência pelo deve estar em nome do próprio requerente. Desta forma, intime-a para completar a inicial no prazo de 15 (quinze) dias juntando aos autos cópia de comprovante de endereço atual em seu nome ou comprovando a relação jurídica com a pessoa indicada no comprovante de endereço acostado, sob pena de indeferimento da petição inicial, nos termos do artigo 321 do Código de Processo Civil. Após, tornem os autos conclusos. Cumpra-se, expedindo o necessário. Jaciara/MT, 12 de dezembro de 2019. Laura Dorilêo Cândido Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1001766-97.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PEDRO ROBERTO ROMAO OAB - SP209551-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VALDIR MIGUEL BINELLO JUNIOR (REQUERIDO)
Magistrado(s):
LAURA DORILÊO CÂNDIDO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE JACIARA Autos nº 1001766-97.2019.8.11.0010 Vistos, etc. Apesar do documento acostado pela requerente ao id. 26784930, trata-se de instrumento de protesto datado de 13/11/2019, ou seja, realizado após o ajuizamento da demanda, de modo que a jurisprudência do nosso egrégio Tribunal de Justiça não considera comprovada a mora. Neste sentido: ESTADO DE MATO GROSSO TRIBUNAL DE JUSTIÇA QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO APELAÇÃO CÍVEL (198) Nº 1001422-77.2018.8.11.0002 EMENTA APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL - ENVIADA PARA ENDEREÇO DO CONTRATO - RETORNO COM INDICAÇÃO “MUDOU-SE” – INSTRUMENTO DE PROTESTO – POSTERIOR À PROPOSITURA DO FEITO - MORA NÃO COMPROVADA – RECURSO DESPROVIDO. A ação de Busca e Apreensão , nos termos do artigo 3.º, do Decreto Lei nº 911/69, pressupõe a existência do inadimplemento do devedor (mora). A súmula 72 do STJ dispõe ser imprescindível a comprovação da mora debendi para fins de busca e apreensão . Não se presta à comprovação da mora o Instrumento de Protesto promovido em data posterior à propositura do feito. (TJMT - N.U 1001422-77.2018.8.11.0002, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, GUIOMAR TEODORO BORGES, Quarta Câmara de Direito Privado, Julgado em 31/07/2019, Publicado no DJE 05/08/2019). Desta forma, intime-se a requerente pela derradeira vez para completar a inicial no prazo de 15 (quinze) dias, acostando documentos comprovatórios da constituição da mora do devedor, sob pena de indeferimento da inicial. Cumpra-se, expedindo-se o necessário e com as cautelas de estilo. Jaciara/MT, 12 de dezembro de 2019. Laura Dorilêo Cândido Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1003040-96.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLEITON RENATO DOS SANTOS PEREIRA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
LAURA DORILÊO CÂNDIDO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE JACIARA Autos nº 1003040-96.2019.8.11.0010 Vistos, etc. Apesar da manifestação de id. 27223148, o juízo já demonstrou seu entendimento quanto ao AR com anotação “mudou-se” no despacho anterior. Além disso, o entendimento encontra-se em consonância com a jurisprudência dos egrégios STJ e TJMT, in verbis: RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. DL 911/69. CONSTITUIÇÃO EM MORA. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. AVISO DE RECEBIMENTO (AR) COM INFORMAÇÃO DE QUE O DEVEDOR MUDOU-SE. COMPROVAÇÃO DO RECEBIMENTO PESSOAL. DESNECESSIDADE. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. INDEVIDA. 1. Ação de busca e apreensão da qual se extrai este recurso especial, interposto em 16/5/19 e concluso ao gabinete em 1º/8/19. 2. O propósito recursal consiste em definir se é imprescindível a comprovação simultânea do encaminhamento de notificação ao endereço constante no contrato e do seu recebimento pessoal, para a constituição do devedor em mora nos contratos de alienação fiduciária. 3. O prévio encaminhamento de notificação ao endereço informado no contrato pelo Cartório de Títulos e Documentos é suficiente para a comprovação da mora, tornando-se desnecessário ao ajuizamento da ação de busca e apreensão que o credor fiduciário demonstre o efetivo recebimento da correspondência pela pessoa do devedor. 4. O retorno da carta com aviso de recebimento no qual consta que o devedor "mudou-se" não constitui, por si só, fundamento para dizer que não foi constituído em mora. 5. A bem dos princípios da probidade e boa-fé, não é imputável ao credor fiduciário a desídia do devedor que deixou de informar a mudança do domicílio indicado no contrato, frustrando, assim, a comunicação entre as partes. 6. Na hipótese dos autos, o Tribunal de origem extinguiu o processo sem resolução de mérito, por ausência de comprovação da mora para o ajuizamento da ação de busca e apreensão, sob o fundamento de o AR constar a mudança do devedor. Esse entendimento não se alinha à jurisprudência do STJ. 7. Recurso especial conhecido e provido. (STJ - REsp 1828778/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/08/2019, DJe 29/08/2019). EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL FRUSTRADA – COMPROVAÇÃO DA MORA – NÃO OCORRÊNCIA – PRETENSÃO EXCLUSIVA DE PREQUESTIONAMENTO – INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 1.022 DO CPC – ADVERTÊNCIA DE MULTA – RECURSO REJEITADO. Segundo dispõe o § 2º do art. 2º do Decreto-lei n.º 911/69, a mora pode ser comprovada por carta registrada expedida por Cartório de Títulos e Documentos ou pelo protesto do título, a critério do credor. Ainda que comprovado o inadimplemento do contrato, de parte do consumidor, não houve a sua regular constituição em mora, na medida em que a notificação extrajudicial não foi entregue no endereço indicado no contrato, tendo retornado com a anotação ‘ mudou -se’, sem que a instituição financeira credora tenha se preocupado, de resto, em promover o protesto do contrato. Não preenchidos os requisitos previstos no artigo 3º do Decreto-Lei n. 911/1969, impõe-se a revogação da medida liminar de busca e apreensão deferida na origem. O prequestionamento, para eventual interposição de recursos aos Tribunais Superiores, só é viável quando o acórdão padece de vícios a que se refere o art. 1.022 do CPC, o que não se verifica na espécie. (TJMT - N.U 1014292-63.2018.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, DIRCEU DOS SANTOS, Terceira Câmara de Direito Privado, Julgado em 31/07/2019, Publicado no DJE 05/08/2019). Portanto, deixo de reconsiderar o pronunciamento e concedo o prazo suplementar de 30 (trinta) dias para a requerente para completar acostando documentos comprovatórios da constituição da mora do devedor, sob pena de indeferimento da inicial, sob pena de cancelamento da distribuição do feito. Cumpra-se, expedindo-se o

necessário e com as cautelas de estilo. Jaciara/MT, 12 de dezembro de 2019. Laura Dorilêo Cândido Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1001166-13.2018.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NABOR CURY MUSSY E CIA LTDA - ME (EXECUTADO)
NABOR CURY MUSSY (EXECUTADO)
BRUNA YARA BATISTA CURY (EXECUTADO)
ANGELA BATISTA DA SILVA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RICARDO MARQUES DE ABREU OAB - MT0011683A (ADVOGADO(A))

Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 56/2007-CGJ, artigo 1º, item 7.2.1, impulsiono os presentes autos, com a finalidade de intimar a parte autora, para no prazo legal, se manifestar sobre a Certidão do Senhor Meirinho retro, impulsionando o feito e requerendo o que entender de direito.

Despacho Classe: CNJ-279 ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
Processo Número: 1003272-11.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
DANIELE FABIANA SUAREZ DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WENDELL PEREIRA DE MELO OAB - MT23910/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:Magistrado(s):
LAURA DORILÊO CÂNDIDO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE JACIARA Autos nº 1003272-11.2019.8.11.0010 Vistos, etc. A Lei nº 6.858/80 garante os valores das contas individuais do FTGS e do PIS-PASEP não recebidos em vida pelos titulares serão pagos as dependentes habilitados perante a Previdência Social (artigo 1º, caput). Os requerentes afirmam que são sucessores do falecido Claudinei Rodrigues de Oliveira (convivente e filhos), pelo que poderiam receber os valores sem a intervenção judicial se habilitados como dependentes perante a Previdência Social. Portanto, considerando que o interesse processual é necessário para postular em juízo (artigo 17 do CPC), intimem-se os requerentes para completarem a inicial demonstrando a pretensão resistida em lhe pagarem os valores não recebidos em vida pelo de cujus no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial. Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo. Jaciara/MT, 12 de dezembro de 2019. Laura Dorilêo Cândido Juíza de Direito

Decisão

Decisão Classe: CNJ-292 RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Processo Número: 1000770-02.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
MAJESTIC CONVENIENCIA LTDA - ME (AUTOR(A))
BASSNUF RODRIGUES & CIA LTDA (AUTOR(A))
BASSNUF RODRIGUES TRANSPORTADORA LTDA - ME (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS OAB - MT15401-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CREDORES (RÉU)
ITAU UNIBANCO S/A (RÉU)
RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A. (RÉU)
BANCO BRADESCO (RÉU)
WIDAL & MARCHIORETTO LTDA (RÉU)
RODOBENS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (RÉU)
DIPECARR DISTRIBUIDORA DE PECAS E ACESSORIOS PARA CARRETAS LTDA (RÉU)
BANCO DO BRASIL SA (RÉU)
MARTINS COMERCIO E SERVICOS DE DISTRIBUICAO S/A (RÉU)
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS VALE DO CERRADO - SICREDI VALE DO CERRADO (RÉU)
ITAU UNIBANCO S/A (REPRESENTADO)
RODOBENS VEICULOS COMERCIAIS RONDONIA LTDA (RÉU)
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
HELDER GUIMARAES MARIANO OAB - MS18941 (ADVOGADO(A))
FERNANDO FREITAS FERNANDES OAB - MS19171 (ADVOGADO(A))
GERALDO FONSECA DE BARROS NETO OAB - SP206438 (ADVOGADO(A))
IGOR GUEDES SANTOS OAB - SP400133 (ADVOGADO(A))
NIVALDO FERNANDES GUALDA JUNIOR OAB - SP208908 (ADVOGADO(A))
EDUARDO ALVES MARCAL OAB - MT13311-O (ADVOGADO(A))
RHAMAEL THEODORUS YOHANNES OLIVEIRA SHILVA GOMES VILLAR OAB - MT19143/O (ADVOGADO(A))
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - MT20495-A (ADVOGADO(A))
LETICIA BORGES POSSAMAI OAB - MT22646/O-O (ADVOGADO(A))
MARCUS VINICIUS DE CARVALHO REZENDE REIS OAB - MG1623-O (ADVOGADO(A))
RICARDO LOPES GODOY OAB - MG77167 (ADVOGADO(A))
GERSON DA SILVA OLIVEIRA OAB - MT8350-O (ADVOGADO(A))
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
JEFERSON ALEX SALVIATO OAB - SP236655-O (ADVOGADO(A))
WILLIAM CARMONA MAYA OAB - SP257198 (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
FAZENDA NACIONAL - MINISTERIO DA FAZENDA (TERCEIRO INTERESSADO)
MUNICÍPIO DE JACIARA - MT (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
estado de mato grosso (TERCEIRO INTERESSADO)
GLAUCIA ALBUQUERQUE BRASIL (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Magistrado(s):
LAURA DORILÊO CÂNDIDO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE JACIARA DECISÃO Processo: 1000770-02.2019.8.11.0010. AUTOR(A): BASSNUF RODRIGUES & CIA LTDA, BASSNUF RODRIGUES TRANSPORTADORA LTDA - ME, MAJESTIC CONVENIENCIA LTDA - ME RÉU: CREDORES, BANCO BRADESCO, RODOBENS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA., RODOBENS VEICULOS COMERCIAIS RONDONIA LTDA, COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS VALE DO CERRADO - SICREDI VALE DO CERRADO, BANCO DO BRASIL SA, ITAU UNIBANCO S/A, WIDAL & MARCHIORETTO LTDA, RAIZEN COMBUSTIVEIS S.A., BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, DIPECARR DISTRIBUIDORA DE PECAS E ACESSORIOS PARA CARRETAS LTDA, MARTINS COMERCIO E SERVICOS DE DISTRIBUICAO S/A REPRESENTADO: ITAU UNIBANCO S/A Vistos e examinados. As recuperandas comparecem aos autos, informando que contrataram uma empresa especializada para refazer sua contabilidade, requerendo o prazo de 60 dias para a realização do trabalho (ID. 27258339). Pois bem. Como se pode observar na ID. 19730702, foi deferido o processamento da recuperação judicial das postulantes, condicionado ao refazimento de sua contabilidade no prazo máximo de 100 dias corridos. Aquela decisão foi proferida em 30 de abril de 2019. Decorridos mais de 06 meses daquela decisão, foi concedido mais 30 dias de prazo para que as empresas cumprissem a decisão anteriormente mencionada (ID. 25818535). Não bastasse o prazo inicialmente concedido ter sido há muito tempo extrapolado, novamente as recuperandas comparecem aos autos requerendo mais 60 dias de prazo. A meu ver, o prazo solicitado é excessivo, vez que as recuperandas tiveram mais de 08 meses para readequarem sua contabilidade, porém não o fizeram. Todavia, a fim de viabilizar sua recuperação, concedo às empresas recuperandas o prazo de 15 (quinze) dias corridos para o refazimento de sua contabilidade, observando-se as orientações apresentadas pela AJ à ID. 25368991, sob pena de convolação em falência. Importante consignar que o fim do prazo se dará no período de recesso forense, período este em que os prazos processuais serão suspensos, conforme artigo 220 do CPC, o que concederá às recuperandas um prazo maior, mais que suficiente para readequarem sua contabilidade. Assim, intimem-se as empresas recuperandas para que refaçam a contabilidade, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, sob pena de convolação em falência. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo. Às Providências Jaciara - MT, 11 de dezembro de 2019. Laura Dorilêo Cândido Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1003207-16.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
AMARA DE MELO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
TAIS PAULA COSTA LEITE OAB - MT26426/O (ADVOGADO(A))
DALILA AUXILIADORA DA COSTA LEITE OAB - MT0010469A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
LAURA DORILÊO CÂNDIDO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE JACIARA Autos nº 1003207-16.2019.8.11.0010 Vistos, etc. Trata-se de ação previdenciária de concessão de benefício de prestação continuada com pedido de antecipação de tutela ajuizada por Amara de Melo dos Santos em face do Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, ambos devidamente qualificados nos autos. A requerente diz que é portadora de deficiência em razão do diagnóstico de algumas doenças, encontra-se impossibilitada para o labor, contudo o INSS não concedeu o benefício sob alegação de não constatação de incapacidade laborativa. Vieram os autos conclusos. É o relatório. Decido. I – Do pedido de concessão de tutela provisória de urgência de natureza antecipada. Sobre a concessão da tutela de urgência de natureza antecipada (Art. 300, "caput" e §3º do CPC), desfilam os denodados Fredie Didier Jr., Paula Sarno Braga e Rafael Alexandria de Oliveira, na obra: Curso de Direito Processual Civil, Teoria da Prova, Direito Probatório, Decisão, Precedente, Coisa Julgada e Tutela Provisória, Conforme o Novo CPC e as Leis n.º 13.015/2014 (Recursos de Revista Repetitivos) e 13.058/2014, edição 2015, Ed. Juspodivm, pág. 572, verbis: "A principal finalidade da tutela provisória é abrandar os males do tempo e garantir a efetividade da jurisdição (os efeitos da tutela). Serve, então, para redistribuir, em homenagem ao princípio da igualdade, o ônus do tempo do processo, conforme célebre imagem de Luiz Guilherme Marinoni. Se é inexorável que o processo demore, é preciso que o peso do tempo seja repartido entre as partes, e não somente o demandante arque com ele. Esta é a tutela antecipada, denominada no CPC-2015 como 'tutela provisória'. A tutela provisória confere a pronta satisfação ou a pronta asseguração. A decisão que concede tutela provisória é baseada em cognição sumária e dá eficácia imediata à tutela definitiva pretendida (satisfativa ou cautelar). Por ser provisória, será substituída por uma tutela definitiva, que a confirme, revogue ou modifique." Não menos festejado, o autor José Miguel Garcia Medina, em comentário ao art. 300, do CPC, notadamente na Obra: Novo Código de Processo Civil Comentado, Com Remissões e Notas Comparativas ao CPC/1973, 3ª edição da obra Código de Processo Civil Comentado, reescrita de acordo com a Lei 13.105, de 16.03.2015, Revista dos Tribunais, p. 475, ensina: "X. Antecipação dos efeitos da tutela em ações de conhecimento declaratórias e constitutivas. Admite-se a antecipação de tutela em qualquer modalidade de ação, inclusive declaratórias e constitutivas. Não se antecipa a própria declaração ou constituição, mas efeitos da sentença declaratória ou constitutiva." Pois bem. Aplicando-se o exposto ao caso concreto, não vislumbro a presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito vindicado, considerando que a renda é um dos requisitos para a concessão do benefício e que inexistem informações acerca da condição financeira da requerente e sua família no presente momento processual. Neste sentido: Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. [...] § 3o Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência ou idosa a família cuja renda mensal per capita seja inferior a 1/4 (um quarto) do salário-mínimo. (grifei). Portanto, diante da ausência do requisito legal, indefiro a antecipação de tutela. II – Da decisão inicial de conteúdo positivo. Firmada a competência deste Juízo, forte na competência excepcional do §3º do artigo 109 da Constituição Federal. Verifica-se que estão preenchidos os requisitos do artigo 319 do CPC, assim como foi observada a determinação posta no artigo 320 do mesmo Diploma Processual Civil. Desta forma, não sendo o caso de aplicação do disposto no art. 330 do CPC, com fundamento no disposto no art. 334 do mesmo codex, recebo a petição inicial. Desde já, defiro o pedido do benefício da assistência judiciária gratuita com fulcro no artigo 5º, inciso LXXIV, da CF e artigo 98 do CPC. Visando maior celeridade ao deslinde da demanda, entendo ser favorável a realização da perícia médica. Assim sendo, nomeio como perita a Dra. Soraya Kaffashi Soares Castro, CRM 2311/MT, com endereço profissional na Rua: Gago Coutinho, 519, bairro Araés, Cuiabá/MT, CEP: 78005-730, que deverá cumprir o encargo independente de compromisso, sob a fé do seu grau (artigo 466 do NCPC), conforme a agenda disponibilizada perante este juízo, no dia 12 de março de 2020, às 08h25. Intime-se a parte autora, no endereço constante nos autos, para se apresentar para a perícia na data designada, cientificando-a que deverá portando todos os seus exames. Arbitro para pagamento dos honorários periciais o valor de R$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais), o que faço com fulcro no parágrafo único do artigo 28 da Resolução CJF-RES-2014/00305, atenta ao limite máximo da tabela V do anexo da referida Resolução, aumentada de 01 (uma) vez. Justifico a majoração dos honorários, em razão da grande dificuldade em se encontrar médico perito na região, onde há anos há um ciclo de recorrentes escusas por parte dos nomeados, bem como levando-se em consideração a distância do local para realização dos trabalhos. O respectivo laudo deverá ser apresentado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da efetivação da avaliação e/ou exame médico encimado. Com a juntada do laudo médico pericial, cite-se o réu, por remessa postal, com a faculdade do artigo 212, § 2º, do Código de Processo Civil, para que responda a presente ação, no prazo de 30 (trinta) dias (art. 183 do CPC – dobro), se quiser. Ainda, INTIMEM-SE as partes para fins e prazo do §1º do artigo 477 do CPC, observando na espécie a intimação da parte requerente mediante publicação no DJE e intimação da parte requerida mediante remessa postal dos autos, nos termos do Convênio firmado entre o TJMT e o INSS. Passo a formular os quesitos do Juízo, nos seguintes termos: (01) Qual é a idade, profissão, a atividade habitual, a renda mensal (ou o meio de subsistência) e o grau de instrução da pessoa periciada? (02) A parte pericianda está atualmente trabalhando? Em que? Alternativamente: quando ela parou de trabalhar? No que trabalhava? (03) A parte periciada tem (ou teve) lesão, doença, sequela ou deficiência física que afete (ou tenha afetado) sua capacidade laboral? Descreva a doença/deficiência, indicando o CID/CIF, informando o atual estágio (estabilizado ou em fase evoluída), a data em que teve início e se há aleijão ou deformidade estética. (04) Há enquadramento na portaria interministerial MPAS/MS 2.998, de 23.08.2001, segundo o diagnóstico médico? (05) A parte pericianda tem pleno e efetivo acesso a tratamentos, aparelhos e remédios adequados que possibilitem que ela continue a trabalhar normalmente, sem limitação, dor, sofrimento ou efeito colateral? (06) Qual é o grau de incapacidade para o trabalho: é total (impede o exercício de todo e qualquer trabalho) ou parcial (impede apenas o exercício do trabalho habitual)? (07) A incapacidade laboral é permanente ou temporária? Neste último caso, qual é a previsão de recuperação da capacidade para o trabalho, se forem seguidas as prescrições médicas e/ou fisioterapêuticas? (08) Qual é a data provável do início da incapacidade? Alternativamente: durante qual período durou provavelmente a incapacidade laboral? (09) A incapacidade decorre ou decorreu do surgimento da doença/deficiência física ou do seu agravamento/evolução? (10) A doença/deficiência torna a parte incapaz para a vida independente (dependente da assistência de terceiros? (11) Sendo parcial e permanente a incapacidade laboral: a parte pericianda é suscetível de ser reabilitada para exercer uma nova e diversa profissão que garanta sua subsistência, sem prejuízo do seu tratamento/cura/restabelecimento? Superado o prazo ventilado, CERTIFIQUE-SE. Com a chegada da contestação, intime-se o autor para impugnar, no prazo legal. Por fim, notifique-se a equipe multidisciplinar do juízo para que seja realizado estudo psicossocial para averiguar a atual situação da parte autora, devendo o laudo ser anexado no prazo máximo de 10 (dez) dias. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo. Jaciara/MT, 12 de dezembro de 2019. Laura Dorilêo Cândido Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1003075-56.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS FREITAS LTDA - EPP (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VANDERLEI CHILANTE OAB - MT0003533S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Eliane Garcia de Almeida (IMPETRADO)

Magistrado(s):
LAURA DORILÊO CÂNDIDO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE JACIARA Autos nº 1003075-56.2019.8.11.0010 Vistos, etc. Trata-se de mandado de segurança impetrado por Laboratório de Análises Clínicas Freitas LTDA contra ato da pregoeira Eliane Garcia de Almeida, partes qualificadas nos autos em epígrafe. O impetrante conta que participava do Pregão nº 008/2019 quando foi desclassificado por apresentar os documentos exigidos no edital em envelope aberto em vez de lacrados, o que configuraria formalismo excessivo. Pretende, assim, que seja declarado habilitado para o Pregão. Decido. Primeiro, considerando a indicação da correta autoridade coatora nas emendas a inicial determinadas, determino a correção do polo passivo da demanda, pondo-se Eliane Garcia de Almeida como impetrada. Prosseguindo, sem adentrar ao mérito do ato administrativo, passo a examinar a possibilidade de suspensão liminar do ato nos termos do artigo 7º, inciso III, da Lei nº 12.016/09. Examinando a ata da sessão público do pregão nº 008/2019 (id. 26465535), denoto que a impetrante ofertou o menor lance, contudo foi considerada inabilitada por deixar de apresentar as declarações exigidas pelo edital dentro do envelope de habilitação. Neste viés, entendo que há fundamento relevante, pois a decisão traz aparência de excesso de formalidade que afasta a finalidade da licitação (gênero do pregão) de escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Aliás, denoto que o entendimento sobre a sobreposição do interesse da Administração Pública sobre os formalismo excessivo em licitações vem sendo aplicado pelos Tribunais de Justiça pátrios e pelo egrégio STJ. Neste sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. MANDADO DE SEGURANÇA. PREGÃO ELETRÔNICO. REGISTRO DE PREÇOS. AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTOS NUTRICIONAIS PARA USO HUMANO PELA SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO. VERIFICAÇÃO DE VÍCIOS NOS DOCUMENTOS RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA IMPETRANTE. DESCLASSIFICAÇÃO DA PARTE REALIZADA DE PLANO, SEM QUE POSSIBILITADA A COMPLEMENTAÇÃO DOS DADOS FALTANTES. DESCABIMENTO, NO CASO CONCRETO. OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NO ART. 43, § 3º, DA LEI Nº 8.666/93. VEDAÇÃO AO FORMALISMO EXCESSIVO NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, EM DETRIMENTO DA ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA À ADMINISTRAÇÃO. REQUISITOS NECESSÁRIOS AO DEFERIMENTO DA LIMINAR MANDAMENTAL ATENDIDOS. SUSPENSÃO DO CERTAME, TODAVIA, QUE DEVE SE LIMITAR AO LOTE OBJETO DE DISCUSSÃO NA VIA MANDAMENTAL. A concessão de liminar em mandado de segurança pressupõe a concorrência dos requisitos legais previstos no art. 7º, inc. III, da Lei nº 12.016/2009. “In casu”, embora o atestado de capacitação técnica apresentado pela impetrante no PE nº 0134/2019 estivesse parcialmente omisso, tratando-se a sua complementação de providência singela, sanada já quando da interposição de recurso na esfera administrativa, a pronta desclassificação da parte do certame revela, ao menos a priori, medida desproporcional, pois não consentânea com o princípio do formalismo moderado preconizado tanto pela doutrina como pela jurisprudência dos tribunais superiores. Logo, evidenciada a probabilidade do direito invocado na inicial, cumpre manter a decisão que deferiu a liminar mandamental, com fulcro nos arts. 300 do CPC e 7º, inc. III, da Lei nº 12.016/2009, ficando os seus efeitos, todavia, circunscritos ao lote do certame objeto de discussão nesta ação mandamental (Lote nº 2). RECURSO PROVIDO EM PARTE.(TJRS - Agravo de Instrumento, Nº 70082197625, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Miguel Ângelo da Silva, Julgado em: 26-09-2019) (grifei). APELAÇÃO CÍVEL - ADMINISTRATIVO - MANDADO DE SEGURANÇA - LICITAÇÃO - PREGÃO - EMPRESA PEQUENO PORTE - EDITAL - EXIGÊNCIA - HABILITAÇÃO - BALANÇO PATRIMONIAL - RAZOABILIDADE. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO. I - A existência de formalidades e a observância ao princípio da vinculação ao edital no procedimento licitatório não podem importar na imposição de formalismos exacerbados, já que o procedimento não se constitui um fim em si mesmo, ao contrário, tem por escopo selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, mas, ao mesmo tempo, busca propiciar a todos os interessados igual oportunidade de contratar com o Poder Público. II - É requisito para habilitação de licitante, dentre outros, a comprovação de qualificação econômico-financeira da empresa, a qual pode ser demonstrada pela apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, relativo ao último exercício social previsto na lei de licitações. III - Configura excesso de formalismo a inabilitação da licitante cuja proposta foi a mais vantajosa para Administração em razão da apresentação 'incompleta' do balanço patrimonial, pois a ausência do 'termo de abertura' não é suficiente para macular o conteúdo do documento, devidamente chancelado pela Junta Comercial, autenticado no Cartório do 3º Ofício, assinado por contador e ratificado pelo sócio-gerente. (TJMG - Apelação Cível 1.0317.09.116126-3/001, Relator(a): Des.(a) Bitencourt Marcondes , 8ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 28/10/2010, publicação da súmula em 01/12/2010) (grifei). REMESSA EX OFFICIO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. TOMADA DE PREÇOS. ALEGAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE ITEM DO EDITAL. NÃO OCORRÊNCIA. MERA IRREGULARIDADE ACLARADA POR DILIGÊNCIA DA COMISSÃO. POSSIBILIDADE. DIREITO LÍQUIDO E CERTO RECONHECIDO. SENTENÇA CONFIRMADA. 1. Comprovado que as planilhas de orçamento encontram-se devidamente rubricadas e, ainda, acompanhadas de declaração que atesta as rubricas e identifica devidamente o profissional responsável pelos orçamentos de engenharia, impõe-se reconhecer que foram atendidas as exigências editalícias. 2. O excesso de formalismo não deve prevalecer sobre o fim buscado pela licitação, qual seja, a escolha da proposta mais vantajosa à Administração, ainda mais quando totalmente desimportante à configuração do ato. Precedentes. 3. Remessa oficial conhecida e não provida. (TJDFT - Acórdão 434336, 20080110938917RMO, Relator: HUMBERTO ADJUTO ULHÔA, 3ª Turma Cível, data de julgamento: 14/7/2010, publicado no DJE: 21/7/2010. Pág.: 65) (grifei). PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO AFASTADA. LICITAÇÃO. SERVIÇOS DE OXIGENOTERAPIA. AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO ANVISA. EDITAL. NÃO-EXIGÊNCIA. 1. Não há violação do art. 535 do CPC quando o Tribunal a quo resolve a controvérsia de maneira sólida e fundamentada, apenas não adotando a tese do recorrente. 2. O acórdão recorrido concluiu que tanto o objeto - contratação de serviços de oxigenoterapia domiciliar-, quanto o edital do certame dispensavam Licença de Funcionamento expedida pela Anvisa, porquanto a licitação não objetivava a "comercialização de equipamentos" que exigiria a autorização do órgão de vigilância, nos termos da lei. 3. Não se deve exigir excesso de formalidades capazes de afastar a real finalidade da licitação, ou seja, a escolha da melhor proposta para a Administração em prol dos administrados. 4. Recurso especial não provido. (STJ - REsp 1190793/SC, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/08/2010, DJe 08/09/2010) (grifei). Além disso, tenho que a não suspensão do ato pode resultar na ineficácia da medida, pois o resultado do pregão poderá ser homologado e a empresa declarada vencedora contratada pela Administração Pública. Diante do exposto, defiro o pedido liminar para determinar a suspensão do ato administrativo impugnado até decisão judicial em contrário. Notifique-se a autoridade coatora, dando-lhe conta do deferimento da liminar e também para que preste suas informações no prazo legal de 10 (dez) dias. Dê-se ciência ao Município, enviando-lhe cópia da inicial para que, querendo, ingresse no feito, nos termos do artigo 7º, inciso II, da Lei 12.016/09. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação do impetrado, vista dos autos ao Ministério Público Estadual para parecer no prazo legal de 10 (dez) dias. Após, conclusos para sentença. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Jaciara/MT, 12 de dezembro de 2019. Laura Dorilêo Cândido Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-51 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1003185-55.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
P. G. N. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIETE DE SOUZA BARROS OAB - MT23997/O-O (ADVOGADO(A))
EMANUELLY OLIVEIRA SANTOS GIACOMELLI OAB - 016.941.241-50 (REPRESENTANTE)
MARCIO GUIMARAES NOGUEIRA OAB - MT0012853A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS S.A. (RÉU)
Magistrado(s):
LAURA DORILÊO CÂNDIDO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE JACIARA Autos nº 1003185-55.2019.8.11.0010 Vistos, etc. Trata-se de ação indenizatória por dano material e moral proposta por Pedro Giacomelli Nogueira, menor representado por Emanuelly Giacomelli Nogueira, contra

Gol Linhas Aéreas S/A, litigantes qualificados na petição inicial. Ante ao requerimento de concessão da assistência jurídica gratuita e considerando a necessidade constitucional de comprovação de insuficiência de recursos, determinou-se que o requerente completasse a petição inicial comprovando a insuficiência de recursos ou anexando os comprovantes de pagamento das custas e despesas processuais iniciais (id. 26773444). O requerente então afirmou que por ser menor presume-se sua hipossuficiência e acostou recebido de declaração de imposto de renda da sua genitora (id. 27263139). Vieram-me os autos conclusos. Pois bem. Para que a pessoa jurídica faça jus às benesses da gratuidade da justiça é necessário que comprove inequivocamente a insuficiência de recursos que prejudique seu funcionamento, como vemos do julgado do nosso egrégio Tribunal de Justiça abaixo transcrito: PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSOTRIBUNAL DE JUSTIÇA 1006956-71.2019.8.11.0000AGRAVANTE: COOALESTE - COOPERATIVA AGRICOLA DOS PRODUTORES RURAIS DA REGIAO SUL DO MATO GROSSO AGRAVADO: RONIVALDO DE SOUZA CAMARGO DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHOEMENTAAGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE COBRANÇA - JUSTIÇA GRATUITA – PESSOA JURÍDICA - COOPERATIVA – CONCESSÃO DE PAGAMENTO DAS CUSTAS AO FINAL DO PROCESSO – REVOGAÇÃO POSTERIOR – POSSIBILIDADE - HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO DEMONSTRADA DE FORMA INEQUÍVOCA – SÚMULA 481 DO STJ - DECISÃO MANTIDA - RECURSO NÃO PROVIDO. A pessoa jurídica pode beneficiar-se das isenções de que trata a gratuidade da justiça em casos excepcionais (art. 99, § 3º, CPC/2015), desde que comprove de forma inequívoca que não pode fazer frente às despesas do processo em prejuízo de seu funcionamento. Deve ser mantida a decisão que revoga a gratuidade quando existem nos autos elementos que afastam a precariedade econômica alegada. (TJMT - N.U 1006956-71.2019.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO, Quarta Câmara de Direito Privado, Julgado em 31/07/2019, Publicado no DJE 02/08/2019) (grifei). Além disso, nossa Constituição Federal é muito clara quando trata da assistência jurídica gratuita, prevendo expressamente que o Estado a prestará aos indivíduos que comprovarem a insuficiência de recursos. É de notório conhecimento que a Carta Magna ocupa o topo da pirâmide hierárquica das normas, pelo que nenhuma norma do ordenamento jurídico pode se opor a ela. Além disso, a Lei Maior está no centro do ordenamento jurídico, o que significa que suas previsões refletem e servem como ponto de partida para todas as demais normas e ramos nele existentes. Neste viés, não é possível afastar a necessidade constitucional de comprovação da insuficiência de recursos com fundamento em lei inferior na hierarquia das normas do ordenamento jurídico brasileiro. Nesta mesma linha: AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO DE MÚTUO C/C ANULAÇÃO DE CONFISSÃO DE DÍVIDA C/C ANULAÇÃO DE GRAVAME HIPOTECÁRIO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS – PESSOA JURÍDICA – POSSIBILIDADE DE DEFERIMENTO DO BENEFÍCIO DESDE QUE DEMONSTRADA A HIPOSSUFICIÊNCIA - HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO COMPROVADA – SIMPLES ALEGAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA – INSUFICIÊNCIA - INVIABILIDADE DO DEFERIMENTO À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL - DECISÃO MANTIDA– RECURSO DESPROVIDO. Segundo o artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Desse modo, apenas a alegação de hipossuficiência não é suficiente para que se conceda o benefício de gratuidade da justiça. Não comprovada a hipossuficiência e/ou situação momentânea alegada que demonstraria a impossibilidade de arcar com as custas processuais, imperioso a manutenção da decisão que indeferiu o benefício de gratuidade da justiça. (TJMT - N.U 1014975-03.2018.8.11.0000, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, Primeira Câmara de Direito Privado, Julgado em 30/07/2019, Publicado no DJE 05/08/2019). In casu, em que pese manifestação apresentada, a hipossuficiência de autores menores de idade deve ser examinada a luz da condição financeira de seus pais, já que são estes os responsáveis por arcar com seu sustento. Aliás, no presente caso os fatos da inicial por si só demonstram grandes indícios da suficiência de recursos, pois envolvem viagem internacional para conhecer a Disney, tendo sido gasto somente em passagens aéreas R$ 8.628,44 (oito mil seiscentos e vinte e oito reais e quarenta e quatro centavos), pagos no cartão por Emanuellt Giacomelli Nogueira, ora representante do requerente. Assim, o recebido de declaração de imposto de renda da genitora do menor, somente, é incapaz de afastar os indícios de capacidade financeira. Desta forma, não se encontra prova a insuficiência de recursos, havendo sim indícios de que a parte não é hipossuficiente. Pelas razões expostas, obedecendo ao artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, indefiro o pedido de concessão da assistência jurídica gratuita; portanto, intime-se a requerente para recolher as custas e taxas judiciais em 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição do feito. Todavia, com base no artigo 98, §6º, do CPC, que prevê a possibilidade do Juiz, conforme o caso, conceder o parcelamento das despesas processuais que o beneficiário tiver que adiantar no curso do procedimento, faculto à parte o recolhimento das custas e taxas judiciais de ingresso em 03 (três) parcelas mensais, devendo a primeira ser recolhida no prazo acima assinalado e as demais dentro dos 30 (trinta) dias subsequentes ao vencimento de cada parcela. Cumpra-se, expedindo-se o necessário e com as cautelas de estilo. Jaciara/MT, 12 de dezembro de 2019. Laura Dorilêo Cândido Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-66 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
Processo Número: 1002691-93.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS ALBERTO PEREIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Katherine Nunes de Souza Crivellaro OAB - MT11422/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VALDENIR ANTONIEL DE SOUZA (RÉU)
Magistrado(s):
LAURA DORILÊO CÂNDIDO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE JACIARA Autos nº 1002691-93.2019.8.11.0010 Vistos, etc. Verifico que estão preenchidos os requisitos do artigo 319 do CPC, assim como foi observada a determinação posta no artigo 320 do mesmo diploma legal. Desta forma, não sendo o caso de aplicação do disposto no artigo 330 do CPC, com fundamento no disposto no artigo 334 do mesmo códex, recebo a petição inicial e sua emenda. Considerando que a causa versa sobre direitos que admitem transação, remetam-se os presentes autos ao CEJUSC, para que sejam as partes intimadas para comparecimento em audiência de tentativa de conciliação a ser designada. Consigne-se no mandado que o não comparecimento injustificado do autor ou dos réus à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será aplicada multa nos termos do artigo 334, §8º, do CPC. Havendo desinteresse pelos réus na realização da audiência, deverá peticionar com 10 (dez) dias de antecedência a contar da data da audiência (CPC, §5º do artigo 334). Citem-se as partes rés pelo correio, com AR/MP (artigos 246, inciso I e 247, caput, ambos do CPC), para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 335 do CPC, sob pena, de não o fazendo, serem consideradas revéis (artigo 344 do CPC). Voltando o AR negativo, citem-se por oficial de justiça. Apresentada a resposta, a parte autora deverá ser intimada para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias, conforme os artigos 350 e 351 do CPC, podendo corrigir eventual irregularidade ou vício sanável no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 352 do CPC. Cumpra-se, expedindo-se o necessário e com as cautelas de estilo. Jaciara/MT, 12 de dezembro de 2019. Laura Dorilêo Cândido Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002862-50.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
IRACINA RAMOS SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDINEZ DA SILVA PINTO JUNIOR OAB - MT8143/A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
LAURA DORILÊO CÂNDIDO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE JACIARA Processo: 1002862-50.2019.8.11.0010 Vistos, etc. Trata-se de ação de pensão por morte rural proposta por Iracina Ramos Souza contra Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ambos devidamente qualificados nos autos. A petição inicial foi recebida ao id. 25915014. Devidamente citada, a autarquia requerida quedou-se inerte (id. 26294963). A autora pugnou pela designação de audiência de instrução e julgamento (id. 26433315). Vieram os autos conclusos. É o que merece

registro. Decido. Nos termos do art. 357, caput e incisos, do Código de Processo Civil, passo a sanear o feito. As partes são legítimas e bem representadas. Pressupostos processuais de validade e existência da relação processual presentes. Com efeito, dou o feito por saneado, fixando como ponto controvertido a demonstração dos requisitos para obtenção do benefício. Analisando detidamente os autos, verifico a necessidade de realização de audiência, para comprovação da qualidade de segurado rural da parte autora. Assim, defiro a produção de prova testemunhal, conforme requerido pelo autor em sua peça inaugural. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 06 de fevereiro de 2020 às 14h. Determino o comparecimento pessoal da parte autora para prestar depoimento pessoal, intimando-a e advertindo-a do disposto no § 1º do artigo 385 do Código de Processo Civil. A contar da intimação desta decisão, as partes possuem o prazo de 05 (cinco) dias para juntarem nos autos o rol das testemunhas a serem ouvidas, nos termos dos artigos 357, § 4º e 450 do CPC, devendo o comparecimento das testemunhas à audiência ser promovido pela parte autora, independente de intimação, nos termos do art. 455 e parágrafos, do Código de Processo Civil. Após, voltem os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo. Jaciara/MT, 12 de dezembro de 2019. Laura Dorilêo Cândido Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-68 USUCAPIÃO
Processo Número: 1003109-65.2018.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO AIRES DOS SANTOS (AUTOR(A))
ELITA GONCALVES DOS SANTOS (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCIO RUIZ FERREIRA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO BINOTTO PEREIRA OAB - MS12098 (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
JOSE MARIA ROSA DE AQUINO (CONFINANTES)
estado de mato grosso (TERCEIRO INTERESSADO)
ADVOCACIA GERAL DA UNIAO (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
ANTONIO FERREIRA DE ALENCAR (CONFINANTES)
DONIZETE ALVES COTRIN (CONFINANTES)
MUNICÍPIO DE JACIARA - MT (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
LAURA DORILÊO CÂNDIDO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE JACIARA Autos nº 1003109-65.2018.8.11.0010 Vistos, etc. Trata-se de ação de usucapião proposta por Elita Gonçalves dos Santos e Jantonio Aires dos Santos contra Márcio Ruiz Ferreira, todos devidamente qualificados nos autos. A petição inicial foi recebida ao id. 16596428. Os confiantes foram citados por oficial de justiça de id. 16996157. O Estado de Mato Grosso manifestou seu desinteresse na lide (id. 17210637). O Município de Jaciara informou a existência de débitos fiscais sobre o imóvel usucapiendo (id. 17779109). O requerido ofereceu contestação id. 18538534 contrapondo-se à pretensão autoral e pedindo a concessão de assistência jurídica gratuita. A União manifestou se desinteresse no feito (id. 18592906). O Ministério Público manifestou-se ao id. 27211421. Vieram os autos conclusos. É o necessário. Decido. Primeiro, denoto que o requerido pede a concessão da assistência jurídica gratuita, sem contudo acostar documentos que demonstrem a insuficiência de recursos. Destaco que conforme artigo 98 do CPC considera-se necessitada a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios. Ademais, o artigo 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal dispõe que "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos" (grifei). Assim, o citado artigo 98 e os seguintes do CPC, os quais tratam da assistência judiciária aos necessitados, devem ser interpretados tendo por base a Constituição da República, razão pela qual a parte deve comprovar sua insuficiência de recursos. Aliás, sendo as custas judiciárias um recolhimento de natureza claramente tributária, não pode o Poder Judiciário coadunar com práticas que indubitavelmente lesam o erário, aceitando cegamente todo e qualquer pedido de assistência. Desta forma, intime-se o requerido para acostar documentos idôneos a comprovar a insuficiência de recursos, sob pena de indeferimento do pedido de gratuidade da justiça, no prazo de 15 (quinze) dias. Por outro lado, observo que não consta nos autos a matrícula do imóvel usucapiendo, portanto intimem-se os requerentes para acostarem o documento no prazo de 15 (quinze) dias. Além disso, deverão, no mesmo prazo, manifestar-se sobre os débitos fiscais que recaem sobre o imóvel conforme informado pelo Município de Jaciara ao id. 17779109. Sem prejuízo, inexistem outras questões prévias pendentes de análise. Com efeito, declaro o feito saneado. Fixo os pontos controvertidos os próprios requisitos do usucapião extraordinário descritos no artigo 1.238 do Código Civil, a saber: posse sem interrupção ou oposição por quinze anos, reduzidos à dez anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel sua moradia habitual ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo. Designo a audiência de instrução e julgamento para o dia 12 de fevereiro de 2020, às 15h. Determino o comparecimento pessoal das partes para prestarem depoimento pessoal, intimando-as e advertindo-as do disposto no § 1º do artigo 385 do Código de Processo Civil. A contar da intimação desta decisão, as partes possuem o prazo de 05 (cinco) dias para juntarem nos autos o rol das testemunhas a serem ouvidas, nos termos dos artigos 357, § 4º e 450 do CPC. Arroladas testemunhas pelo requerido, deverá promover o comparecimento das testemunhas à audiência, independente de intimação, nos termos do art. 455 e parágrafos, do Código de Processo Civil. Arroladas as testemunha pelos requerentes, expeçam-se todas as intimações necessárias, pois são assistidos pela Defensoria Pública (CPC, art. 455, § 4º inc. IV). Intimem-se. Ciência a DPE e MPE. Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo. Jaciara/MT, 12 de dezembro de 2019. Laura Dorilêo Cândido Juíza de Direito

2ª Vara

Intimação

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1003254-87.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
ODEILDE PEREIRA DE JESUS MIYAMOTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVANA PACHECO LEAL OAB - MT0003714A (ADVOGADO(A))
ARAMITAN FARIA CASSIANO JORGE DE CARVALHO OAB - MT18850/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
LAURA DORILÊO CÂNDIDO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE JACIARA DESPACHO Processo: 1003254-87.2019.8.11.0010. Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS proposta por ODEILDE PEREIRA DE JESUS em desfavor de ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A, ambos qualificados na inicial. A autora conta que possui contrato com a requerida ENERGISA de prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora n.º 6/1964781-7. Relatou ainda que a variação no consumo de energia foi incoerente no mês de julho, uma vez que nunca ultrapassava a média de 100 KW, e no referido mês saltou para 509 KW. Vieram os autos conclusos. Pois bem. Verifico que estão preenchidos os requisitos do artigo 319 do CPC, assim como foi observada a determinação posta no artigo 320 do mesmo diploma legal. Desta forma, não sendo o caso de aplicação do disposto no artigo 330 do CPC, com fundamento no disposto no artigo 334 do mesmo códex, recebo a petição inicial. Defiro a concessão de assistência jurídica gratuita nos termos do artigo 5º, inciso LXXIV, da CF e 98 do CPC. Considerando que a causa versa sobre direitos que admitem transação, remetam-se os presentes autos ao CEJUSC, para que sejam as partes intimadas para comparecimento em audiência de tentativa de conciliação a ser designada. Consigne-se no mandado que o não comparecimento injustificado do autor ou dos réus à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será aplicada multa nos termos do artigo 334, §8º, do CPC. Havendo desinteresse pelos réus na realização da audiência, deverá peticionar com 10 (dez) dias de antecedência a contar da data da audiência (CPC, §5º do artigo 334). Citem-se as partes rés pelo correio, com AR/MP (artigos 246, inciso I e 247, caput, ambos do CPC), para

contestarem no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 335 do CPC, sob pena, de não o fazendo, serem consideradas revéis (artigo 344 do CPC). Voltando o AR negativo, citem-se por oficial de justiça. Apresentada a resposta, a parte autora deverá ser intimada para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias, conforme os artigos 350 e 351 do CPC, podendo corrigir eventual irregularidade ou vício sanável no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 352 do CPC. Cumpra-se, expedindo-se o necessário e com as cautelas de estilo. Jaciara/MT, 12 de dezembro de 2019. Laura Dorilêo Cândido Juíza de Direito, em substituição legal

Despacho Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1003247-95.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
BV FINANCEIRA S/A CREDITO- FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERGIO SCHULZE OAB - MT16807-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JEOVANIO SOARES TORRES (REQUERIDO)
Magistrado(s):
LAURA DORILÊO CÂNDIDO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE JACIARA DESPACHO Processo: 1003247-95.2019.8.11.0010. Vistos, etc. Examinando a petição inicial e documentos que a instruem, denoto que o AR acostado não se presta a compravar a notificação extrajudicial do requerido, pois consta que não foi entregue no endereço, indicando como motivo “Endereço insuficiente”. Lembrando-se que a comprovação da mora é pressuposto de constituição válida e regular do processo, comprovada pela notificação do devedor (artigo 2º, § 2º, do Decreto-Lei 911/96. Neste sentido: TJMT - N.U 1000771-79.2017.8.11.0002, APELAÇÃO CÍVEL, SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 05/02/2019, Publicado no DJE 11/02/2019). Ainda, vejamos o entendimento do STJ: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL REALIZADA NO ENDEREÇO INFORMADO NO CONTRATO. VALIDADE. PRECEDENTES. CONSTITUIÇÃO EM MORA RECONHECIDA PELA CORTE DE ORIGEM. SÚMULA 7/STJ. 1. Entendimento assente deste Superior Tribunal no sentido de que, para a constituição do devedor em mora nos contratos de alienação fiduciária, é imprescindível a comprovação de encaminhamento de notificação ao endereço constante do contrato, bem como de seu efetivo recebimento, o que ocorreu no presente caso. 2. Conclusão do acórdão recorrido que se encontra no mesmo sentido da orientação deste Superior Tribunal. 3. Rever o acórdão recorrido e acolher a pretensão recursal demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, o que é vedado na via especial, ante o óbice da Súmula 7 do STJ. 4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1343491 / MS AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2018/0202286-4; Relator: Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO; Orgão Julgador: TERCEIRA TURMA; Data do Julgamento 10/06/2019; Data da Publicação: DJe 14/06/2019). Dessa forma, intime-se o requerente para completar a inicial no prazo de 15 (quinze) dias, acostando documentos comprovatórios da constituição da mora do devedor, bem como, recolher e/ou comprovar o recolhimento das custas iniciais, sob pena sob pena de indeferimento da inicial/cancelamento da distribuição. Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautels de estilo. Jaciara/MT, 12 de dezembro de 2019. Laura Dorilêo Cândido Juíza de Direito, em substituição legal

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001436-03.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
MARINALVA MARIA DA CRUZ (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBSON CAITANO RAFAGNIN OAB - MT26842/O (ADVOGADO(A))
Giovani Bianchi OAB - MT6641-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)
29.979.036.0001-40 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RÉU)
Magistrado(s):
LAURA DORILÊO CÂNDIDO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE JACIARA Processo: 1001436-03.2019.8.11.0010. Vistos etc. Intime-se o INSS para manifestar acerca do laudo juntado no id. 24998236, no prazo de 30 dias. Após, conclusos para sentença. Jaciara/MT, 12 de dezembro de 2019. Laura Dorilêo Cândido Juíza de Direito, em substituição legal

Decisão

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001886-77.2018.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
VERA LUCIA SCHMIDT PORTES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DERCIO LUPIANO DE ASSIS FILHO OAB - MT0012466S (ADVOGADO(A))
ALEXANDER PARMIGIANI OAB - MT0018912A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
LAURA DORILÊO CÂNDIDO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE JACIARA DECISÃO Processo: 1001886-77.2018.8.11.0010. Vistos, etc. Trata-se de ação previdenciária de aposentadoria rural por idade proposta por Vera Lucia Shmidt Portes em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ambos devidamente qualificados nos autos em epígrafe. A autora contou que estava com 65 (sessenta e cinco) anos de idade e começou o labor rural aos 12 (doze) anos de idade com sua família; sempre exercendo função de trabalhadora rural como “Boia-fria”; Relatou por fim que nunca trabalhou com carteira assinada. O recebimento da petição inicial deu-se no pronunciamento de id. 14883674, oportunidade em que foi concedida a assistência jurídica gratuita à autora. Citada via sistema, a Autarquia Federal requerida ofereceu contestação ao id. 15689565, não arguindo questões prévias e contrapondo-se ao mérito da demanda, sustentando que inexiste início razoável e contemporâneo de prova material. A requerente impugnou a peça defensiva ao id. 17944637 rebatendo os argumentos da requerida e ratificando os termos de sua pretensão. Em decisão de saneamento e organização do processo, designou-se audiência instrutória (id. 19492663). Realizada a audiência, colheram-se as declarações da autora e de suas testemunhas e a requerente apresentou alegações finais remissivas à inicial (id. 20561192). O requerido, mesmo ciente da audiência, não compareceu ao ato processual, tampouco justificou a sua ausência, precluindo, portanto, o direito de ofertar alegações finais. Os autos vieram conclusos. Pois bem. Após relatar os autos para proferir sentença, e observando que o CNIS trazido nos autos não é da autora, a conversão do julgamento em diligência se faz necessária. Assim, CONVERTO O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA. Desta forma, intime-se a requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos o CNIS da parte autora, bem como do seu esposo. Após, tornem os autos conclusos para sentença. Às providências. Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo. Jaciara/MT, 12 de dezembro de 2019. Laura Dorilêo Cândido Juíza de Direito, em substituição legal

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1003420-56.2018.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO ANTONIO DE LIMA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO MARQUES DE ABREU OAB - MT0011683A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
LAURA DORILÊO CÂNDIDO

in ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE JACIARA DECISÃO Processo: 1003420-56.2018.8.11.0010. Vistos, etc. Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito e indenizatória por dano moral proposta por Paulo Antônio de Lima contra Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A, litigantes qualificados na petição inicial. Com inicial vieram os documentos. O recebimento da petição inicial, deu-se no pronunciamento de id. 17032243, ocasião em que também concedida a tutela de urgência e assistência jurídica gratuita. Realizada audiência para conciliação, não houve autocomposição entre as partes

(id. 18023281). A requerida ofereceu contestação ao id. 18470720 contrapondo-se à pretensão autoral. O requerente impugnou a peça defensiva ao id. 21315219 rebatendo os argumentos defensivos e ratificando os termos de sua pretensão. Os autos vieram conclusos. É o que merece registro. Decido. Inversão do ônus da prova: É fato sabido e notório que para a inversão do ônus da prova consubstanciado no artigo 6º, inciso VIII, do CDC, devem ser analisados observando os requisitos legais: a verossimilhança das alegações e a hipossuficiência. Ressalto que a teoria da distribuição do ônus da prova flexibiliza ao juiz a distribuição do ônus probatório conforme seu livre convencimento. Desta forma, aquela visão estática que, aprioristicamente, obriga ao autor provar os fatos constitutivos de seu direito invocado e, ao réu, os fatos obstativos da pretensão contra ele articulada, sem levar em consideração as condições probatórias de cada parte, não condiz com os preceitos da atual sistemática do Processo Civil Brasileiro que busca dar maior subsídio à parte hipossuficiente da relação processual, isto é, sobre quem não tem condições de fazer a melhor prova capaz de lhe assegurar o direito por ela invocado. Ademais, in casu, tratando-se a requerida de uma fornecedora de serviços, a inversão do ônus da prova é ope legis, conforme vemos do julgado do egrégio TJMT e artigo 14, §3º, do CDC, abaixo transcritos: RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - SUB-ROGAÇÃO - SEGURADO - SEGURADORA - FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEMAT - RELAÇÃO DE CONSUMO E INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - INDEFERIMENTO - AÇÃO REGRESSIVA - PRETENDIDA APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – CABIMENTO - SEGURADORA QUE SE SUB-ROGOU NOS DIREITOS DO SEGURADO CONSUMIDOR, SUBSTITUINDO-O NA RELAÇÃO CONTRATUAL - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - ARTIGO 14 DO CDC - RISCO ADMINISTRATIVO - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA OPE LEGIS – DECISÃO REFORMADA - RECURSO PROVIDO. Em havendo pagamento da indenização securitária, a seguradora sub-roga-se nos direitos e ações que competiriam ao segurado contra o autor do dano, falha na prestação de serviço de energia elétrica, nos limites do contrato de seguro, cabendo, no caso, a aplicação de todos os institutos previstos no Código de Defesa do Consumidor. A responsabilidade civil das concessionárias exploradoras de energia elétrica é objetiva, calcada no risco administrativo (art. 37, §6º, da CF). O Código do Consumidor presume o defeito do produto ou serviço, permitindo-se ao fornecedor, todavia, provar que o defeito não existe (arts. 12, §3º, II, e 14, §3º, I). Por esta razão, a inversão do ônus da prova decorre ope legis, isto é, da própria lei, cabendo ao fornecedor a comprovação da inexistência do defeito ou que o dano ocorreu por culpa exclusiva da vítima/terceiro (N.U 0029294-32.2014.8.11.0000, AI 29294/2014, DESA.MARILSEN ANDRADE ADDARIO, SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 06/08/2014, Publicado no DJE 14/08/2014) (grifei). Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. [...] §3° O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar: I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste; II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro. [...] Desse modo, defiro a inversão do ônus da prova como requerido pela autora, eis que deriva da própria lei. Demais atos de saneamento: Assim, nos termos do art. 357, caput e incisos, do Código de Processo Civil, passo a sanear o feito. As partes são legítimas e estão bem representadas. Pressupostos processuais de validade e existência da relação processual presentes. Inexistem preliminares ou prejudiciais de mérito a serem analisadas. Com efeito, declaro o feito saneado e verifico que não há necessidade de produção de outras provas, sendo assim caso de julgamento antecipado do pedido nos termos do artigo 355, inciso I, do CPC. Portanto, aguarde-se a preclusão do presente pronunciamento e depois tornem os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo. Jaciara/MT, 12 de dezembro de 2019. Laura Dorilêo Cândido Juíza de Direito, em substituição legal

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000640-12.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
LUZIA ATAIDE OGEDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Giovani Bianchi OAB - MT6641-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANA PAULA SIGARINI GARCIA OAB - MT10133-O (ADVOGADO(A))
FERNANDO AUGUSTO VIEIRA DE FIGUEIREDO OAB - MT7627-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
LAURA DORILÊO CÂNDIDO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE JACIARA DECISÃO Processo: 1000640-12.2019.8.11.0010. Vistos, etc. Trata-se de ação indenizatória proposta por Alcindo Luzia Ataide Ogeda em desfavor de Unimed Cuiabá Cooperativa de Trabalho Médico, litigantes qualificados na petição da inicial. O recebimento da exordial deu-se no pronunciamento de id. 19040392, oportunidade em que foi deferida a tutela de urgência e decretada a inversão do ônus da prova. A requerida ofereceu contestação ao id. 19971944, não suscitando questões prévias e contrapondo-se ao mérito da demanda. Em seguida, a demandada interpôs agravo de instrumento contra a decisão de ID. 19971944. A autora impugnou a peça defensiva, sustentando a procedência de sua pretensão (id. 20221135). Embora ambas as partes tenham pugnado pela não realização da audiência conciliatória (ID. 19971944 e 20459994), esta foi realizada à ID. 20541970, todavia restou infrutífera. Por fim, adveio a decisão do agravo de instrumento interposto pela requerida, onde foi dado parcial provimento à este, apenas para que fosse procedida a reavaliação da necessidade de um técnico de enfermagem à disposição da requerente em tempo integral, parcial ou apenas de cuidados de seus familiares (ID. 23709694). Vieram os autos conclusos. É o que merece registro. Decido. Nos termos do art. 357, caput e incisos, do Código de Processo Civil, passo a sanear o feito. As partes são legítimas e estão bem representadas. Pressupostos processuais de validade e existência da relação processual presentes. Inexistem preliminares ou prejudiciais de mérito a serem analisadas. Com efeito, DECLARO O FEITO SANEADO, fixando como ponto controvertido a obrigação da requerida em proceder com a assistência médica domiciliar à autora. Assim, intime-as para no prazo de 15 (quinze) dias manifestarem se ratificam as provas já produzidas nos autos ou se desejam produzir outras, justificando sua pertinência, sob pena de indeferimento (CPC, Arts. 10, 219, 348 e 357, II), bem como, requererem, se caso for, prova pericial (CPC, Arts. 369, 405, 464 e CC, Art. 212). Sendo requerida a produção de prova testemunhal, as partes devem, no mesmo prazo, apresentar rol de testemunhas, sob pena de preclusão. Em caso de pedido de todos os envolvidos no litígio, para julgamento antecipado do mérito, nos termos do Art. 355, I, CPC, retornem-me conclusos com anotações para sentença. Decorrido o prazo, certifique-se e voltem conclusos. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo. Às Providências Jaciara/MT, 12 de dezembro de 2019. Laura Dorilêo Cândido Juíza de Direito, em substituição legal

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002694-82.2018.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
ELIZABETE BARBOSA DA SILVA (REQUERENTE)
R. B. D. A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVANA PACHECO LEAL OAB - MT0003714A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
LAURA DORILÊO CÂNDIDO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE JACIARA DECISÃO Processo: 1002694-82.2018.8.11.0010. Vistos etc. Trata-se de ação de indenização por danos morais ajuizada por Ruan Barbosa de Almeida, menor representado pela mãe Elizabete Barbosa da Silva, contra o Plano de Saúde Unimed Cuiabá, litigantes já qualificados na inicial. A petição inicial foi recebida no pronunciamento de id. 16350402, oportunidade em que também concedida a assistência jurídica gratuita. Realizada audiência de conciliação, as partes não chagaram a um acordo (id. 17791166). A requerida deixou transcorrer o prazo para apresentar a contestação (ID. 19328279), motivo pela qual a autora pugnou pela decretação da revelia desta (ID. 19416494). Vieram-me os autos. Pois bem. Inicialmente, considerando que a requerida foi devidamente citada e

deixou de oferecer contestação (id. 19328279), decreto sua revelia com fundamento no artigo 344 do CPC. Ademais, nos termos do art. 357, caput e incisos, do Código de Processo Civil, passo a sanear o feito. As partes são legítimas e estão bem representadas. Pressupostos processuais de validade e existência da relação processual presentes. Inexistem preliminares ou prejudiciais de mérito a serem analisadas. Com efeito, declaro o feito saneado e verifico que não há necessidade de produção de outras provas, sendo assim caso de julgamento antecipado do pedido nos termos do artigo 355, inciso I, do CPC. Portanto, aguarde-se a preclusão do presente pronunciamento e depois tornem os autos conclusos para sentença. Cumpra-se. Jaciara/MT, 12 de dezembro de 2019. Laura Dorilêo Cândido Juíza de Direito, em substituição legal

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1003248-80.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VAGNER SILIVANIO PEREIRA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
LAURA DORILÊO CÂNDIDO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE JACIARA DECISÃO Processo: 1003248-80.2019.8.11.0010. Vistos, etc. Trata-se de ação de busca e apreensão ajuizada por ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA em face de VAGNER SILIVANIO PEREIRA, partes já qualificadas na petição inicial. Consoante termos da inicial, a requerente concedeu financiamento ao requerido no importe de R$ 39.642,92 (trinta e nove mil seiscentos e quarenta e dois reais centavos), a ser pago em 72 (setenta e duas) parcelas de R$ 598,14 (quinhentos e noventa e oito reais e quatorze centavos) com vencimento final em 25/12/2020, cedendo em garantia por alienação fiduciária o veículo MARCA/MODELO FIAT STRADA, ANO/MODELO 2014/2015, COR PRATA, PLACA QBJ-9068, CHASSI 9BD578341F7874893, RENAVAM 1016832998, porém o requerido tornou-se inadimplente, deixando de pagar as prestações a partir de 23/07/2019, mesmo devidamente notificado. Com a inicial vieram documentos. É o relato do necessário. Fundamento e decido. A liminar de busca e apreensão deve ser deferida, porquanto comprovados os pressupostos legais necessários para tanto, nos termos do disposto no Decreto-Lei nº 911/69, com as alterações da Lei nº 10.931/2004 e Lei nº 13.043/2014, especialmente diante da comprovação da constituição da mora do requerido. É certo que de acordo com o artigo 3º, § 2º do Decreto Lei 911/69, alterado pela Lei n° 10.931/2004, o devedor pode, no prazo de 05 (cinco) dias após executada a liminar de busca e apreensão, pagar a “integralidade da dívida pendente”. Neste sentido é o entendimento do STJ: DIREITO CIVIL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. DECRETO-LEI N. 911/1969. ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI N. 10.931/2004. PURGAÇÃO DA MORA E PROSSEGUIMENTO DO CONTRATO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE PAGAMENTO DO TOTAL DA DÍVIDA (PARCELAS VENCIDAS E VINCENDAS).DECISÃO MANTIDA.1. A atual redação do art. 3º do Decreto-Lei n. 911/1969 não faculta ao devedor a purgação da mora nas ações de busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente. 2. Somente se o devedor fiduciante pagar a integralidade da dívida, incluindo as parcelas vencidas, vincendas e encargos, no prazo de 5 (cinco) dias após a execução da liminar, ser-lhe-á restituído o bem, livre do ônus da propriedade fiduciária. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1398434/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 04/02/2014, DJe 11/02/2014). Certo é que lei especial nova geralmente traz normas a par das já existentes; normas diferentes, novas, mais específicas que as anteriores e que, como o Código de Defesa do Consumidor não regula contratos específicos e em casos de incompatibilidade, há clara prevalência da lei especial nova. Nesse passo, transcrevo o voto proferido no REsp 1.287.402/PR/STJ, pelo Relator do acórdão o Excelentíssimo Ministro Antonio Carlos Ferrreira, verbis: A hipótese legal, para mim, é muito clara. O devedor pode, nos 5 (cinco) dias previstos em lei, pagar a integralidade da dívida pendente. "O devedor fiduciante poderá pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre de ônus. Nesse passo, cumpre consignar que, evidentemente, naquilo que compatível, aplicam-se à relação contratual envolvendo alienação fiduciária de bem móvel, integralmente, as disposições previstas no Código Civil e, nas relações de consumo, o Código de Defesa do Consumidor. Por todo o exposto, e levando-se em conta as razões expendidas na petição inicial, os documentos que a acompanham, bem como, a constituição em mora do requerido, defiro a liminar de busca e apreensão da veículo FIAT STRADA, ANO/MODELO 2014/2015, COR PRATA, PLACA QBJ-9068, CHASSI 9BD578341F7874893, RENAVAM 1016832998, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei 911/69, com as alterações da Lei 13.043/2014. Executada a liminar, cite-se a requerida para, querendo: A) no prazo de 05 (cinco) dias, contados da apreensão, ter o bem restituído, livre de ônus, desde que pague a integralidade do débito, correspondente às parcelas vencidas e vincendas, com acréscimos decorrentes da mora, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário, nos termos do § 2º do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911/69, com a nova redação dada pela Lei 10.931/2004, acrescidas das custas processuais, que deverá ser calculada com base no valor depositado e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor depositado; B) no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente da purgação da mora, contestar a presente nos termos do art. 3º, § 3º, com nova redação dada pela Lei 10.931/04. Consigne-se no mandado as advertências legais contidas no art. 344 do Código de Processo Civil. Deverá a requerida, no cumprimento do ato, entregar todos os documentos relativos ao bem, conforme previsto no art. 3º da Lei 13.043/2014. Nomeio como depositário fiel do bem o representante legal do autor. Lavre-se o termo de compromisso de depositário fiel do bem e expeça-se mandado de busca e apreensão. Autorizo o concurso da força policial para assegurar o cabal cumprimento da medida de busca e apreensão. Defiro os benefícios inseridos no art. 212 do CPC, caso necessário. Intime-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário e com as cautelas de estilo. Jaciara/MT, 12 de dezembro de 2019. Laura Dorilêo Cândido Juíza de Direito, em substituição legal

Decisão Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1000850-63.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
ROSILDA DA SILVA (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BENEDITO EDSON DE OLIVEIRA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDMILSON VASCONCELOS DE MORAES OAB - MT8548-O (ADVOGADO(A))
LUCIANE ROSA DE SOUZA OAB - MT15779-O (ADVOGADO(A))
RANIELE SOUZA MACIEL OAB - MT23424/O (ADVOGADO(A))
RAFAEL SOUZA NUNES OAB - MT14676-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
LAURA DORILÊO CÂNDIDO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE JACIARA DECISÃO Processo: 1000850-63.2019.8.11.0010. Vistos etc. Trata-se de Ação Revisional de Alimentos proposta por Millenna Lhaysa Silva de Oliveira e Millanny Silva de Oliveira, menores representadas pela genitora Rosilda da Silva, em face de Benedito Edson de Oliveira, todos devidamente qualificados nos autos. A petição inicial foi recebida no pronunciamento de ID. 19736455, oportunidade em que deferido a gratuidade da justiça e indeferido o pedido de tutela de urgência. Realizada audiência de conciliação, não houve autocomposição entre as partes (ID. 21930814). Em contestação (ID. 22040781), o requerido rebateu todos os pontos da exordial, bem como pugnou pela improcedência dos pedidos. À replica, as requerentes pugnaram pela designação da audiência de instrução (ID. 25199382). Vieram os autos conclusos. É o relatório. Decido. Diante da necessidade de averiguação do binômio necessidade/possibilidade, defiro o pedido dos requerentes e designo audiência de instrução e julgamento para o dia 20 de fevereiro de 2020, às 14h00min. A contar da intimação desta decisão, as partes possuem o prazo de 05 (cinco) dias para juntarem nos autos o rol das testemunhas a serem ouvidas, nos termos dos artigos 357, §4º e 450 do CPC. Ademais, arroladas as testemunhas pelas partes, expeçam-se todas as intimações necessárias, nos termos do Art. 455, § 4º, inciso IV do CPC. Ciência à DPE e ao MPE. Cumpra-se, expedindo o necessário com as cautelas de estilo.

Jaciara/MT, 12 de dezembro de 2019. Laura Dorilêo Cândido Juíza de Direito, em substituição legal

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1003620-63.2018.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO LIBERATO DA COSTA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYWMY EDWARDA ARAUJO SILVA OAB - MT23677/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
LAURA DORILÊO CÂNDIDO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE JACIARA DECISÃO Processo: 1003620-63.2018.8.11.0010. Vistos, etc. Trata-se de ação previdenciária de aposentadoria rural por idade ajuizada por ANTÔNIO LIBERATO DA COSTA contra Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, ambos devidamente qualificados nos autos. A petição inicial foi recebida ao id. 18027804. Citada via sistema, a autarquia ofereceu contestação ao id. 21037539 contrapondo-se à pretensão autoral. A autora impugnou a peça defensiva ao id. 22472660 rebatendo as teses defensivas e ratificando os argumentos de sua pretensão. Vieram os autos conclusos. É o que merece registro. Decido. Nos termos do art. 357, caput e incisos, do Código de Processo Civil, passo a sanear o feito. As partes são legítimas e estão bem representadas. Pressupostos processuais de validade e existência da relação processual presentes. Inexistem preliminares ou prejudiciais de mérito à serem analisadas. Portanto, dou o feito por saneado, fixando como ponto controvertido a demonstração dos requisitos para obtenção do benefício. Analisando detidamente os autos, verifico a necessidade de realização de audiência para comprovação da qualidade de segurado rural da parte autora. Assim, defiro a produção de prova testemunhal. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 12 de fevereiro de 2020, às 13h30min. Determino o comparecimento pessoal da parte autora para prestar depoimento pessoal, intimando-a e advertindo-a do disposto no § 1º do artigo 385 do Código de Processo Civil. A contar da intimação desta decisão, as partes possuem o prazo de 05 (cinco) dias para juntarem nos autos o rol das testemunhas a serem ouvidas, nos termos dos artigos 357, § 4º e 450 do CPC, devendo o comparecimento das testemunhas à audiência ser promovido pela parte autora, independente de intimação, nos termos do art. 455 e parágrafos, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo. Jaciara/MT, 12 de dezembro de 2019. Laura Dorilêo Cândido Juíza de Direito, em substituição legal

Sentença

Sentença Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1002059-67.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANO ROGERIO RAMPELOTTO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO ALMEIDA ALVES OAB - MT13615-O (ADVOGADO(A))
Michele Juliana Noca OAB - MT7622-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADRIANO ROGÉRIO CALAÇA RAMPELOTTO (RÉU)
Magistrado(s):
LAURA DORILÊO CÂNDIDO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE JACIARA SENTENÇA Processo: 1002059-67.2019.8.11.0010. Vistos e examinados Trata-se de Ação Revisional de Alimentos proposta ADRIANO ROGÉRIO RAMPELOTTO em face de ADRIANO ROGÉRIO CALAÇA RAMPELOTTO, ambos qualificados nos autos. Com a inicial vieram documentos. Recebida a inicial, fora deferido o pedido de gratuidade da justiça, bem como foi determinada a remessa dos autos ao CEJUSC. Em audiência realizada no CEJUSC (ID.26773886), as partes entabularam acordo quanto ao valor dos alimentos, querendo a sua homologação e a extinção do feito. Vieram-me conclusos. É o relato do necessário. Fundamento e decido. Não vislumbro qualquer ilicitude ou prejuízo a quaisquer das partes, restando-me apenas homologar o presente ajuste em audiência de conciliação. Desta feita, a homologação do acordo inerente aos alimentos é medida que se impõe. Ante o exposto e, por tudo mais que dos autos consta, com fundamento no art. 487, inciso III, alínea "b", do Novo Código de Processo Civil, homologo por sentença o acordo entabulado entre as partes. Por consequência, julgo extinto o processo com resolução do mérito. Isentos de custas processuais por serem pobres na forma da Lei 1.060/50 e do art. 98, do NCPC. Transitada em julgado, arquivem-se os autos, com baixa nos registros. Às providências. Jaciara - MT, 12 de dezembro de 2019. Laura Dorilêo Cândido Juíza de Direito, em substituição legal

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001931-47.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
ONDINA INEZ BOTTON (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MIRIAM MATTIONI OAB - RS48520-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Magistrado(s):
LAURA DORILÊO CÂNDIDO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE JACIARA SENTENÇA Processo: 1001931-47.2019.8.11.0010. Vistos e examinados. Trata-se de Ação Ordinária Condenatória c/c Obrigação de Fazer c/c Consignatória em Pagamento e de Vedação de Corte de Energia Elétrica c/c Pedido Liminar de Exibição de Documentos e de Multa Cominatória para Proibição/Levantamento de Inscrição de Dados em Orgãos de Proteção ao Crédito proposto por Ondina Inez Botton em face de Energisa Mato Grosso devidamente qualificados nos autos. Com a inicial vieram documentos. O processo teve seu regular trâmite, com os demais atos correlatos ao procedimento eleito. Entre um ato e outro, a autora pugnou pela desistência da presente ação (ID. 23135166). Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Fundamento e decido. Diante do pedido formulado pela requerente ao ID. 23135166 a extinção do processo é à medida que se impõe. Ante o exposto, e por tudo que dos autos consta e sem maiores delongas, homologo a desistência da presente execução e, por consequência julgo o processo sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil, e ainda, após o trânsito em julgado, determino arquivamento do presente feito, com as devidas anotações, comunicações e baixas necessárias no cartório distribuidor. Ainda, determino a liberação do valor consignado nos autos em favor da autora (conta informada no id. 23135166). Custas, se houver, pela autora. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo. Às providências. Jaciara/MT, 12 de dezembro de 2019. Laura Dorilêo Cândido Juíza de Direito, em substituição legal

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000633-20.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
GENI CANDIDO SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Giovani Bianchi OAB - MT6641-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
29.979.036.0001-40 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (RÉU)
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
LAURA DORILÊO CÂNDIDO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE JACIARA SENTENÇA Processo: 1000633-20.2019.8.11.0010. Vistos e examinados. Trata-se de ação previdenciária de concessão de aposentadoria por invalidez ou restabelecimento de auxílio-doença proposta por Geni Cândido Souza contra Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, partes qualificadas na petição inicial. A requerente conta que sobre de problemas de saúde que a tornam incapaz total e definitivamente para o labor, tendo recebido o benefício previdenciário de auxílio-doença desde setembro de 2016 até novembro de 2018, contudo cessado sob alegação de não constatação da incapacidade laborativa. O recebimento da inicial deu-se no pronunciamento de id. 19017447, onde também concedida assistência jurídica gratuita à requerente, indeferida a concessão de tutela antecipada e determinada a realização de perícia. A pericia foi realizada conforme laudo pericial acostado ao id. 20013553 com

conclusão de incapacidade laborativa total e temporária. A requerente manifestou acerca do laudo pericial, requerendo a concessão do benefício de auxílio-doença(id. 20162938). Citado, o INSS ofertou contestação no id. 22293031. À replica (id. 22964884), a autora pugnou pela procedência dos pedidos. Os autos vieram conclusos. É o relatório. Fundamento e decido. A concessão do benefício da aposentadoria por invalidez demanda os seguintes requisitos - artigos 42 e 26, inciso II, ambos da Lei nº 8.213/91 -: a) A qualidade de segurado; b) O cumprimento da carência de 12 contribuições mensais, dispensada nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa, de doença profissional ou do trabalho e de acometimento de alguma das doenças especificadas no artigo 151 da Lei nº 8.213/91; c) A incapacidade total e permanente do segurado, sendo inviável a sua reabilitação para o exercício da mesma ou de qualquer outra atividade que lhe garanta a subsistência e; d) Que não se trate de doença ou lesão preexistente à filiação, salvo quando a incapacidade sobrevier em razão da progressão ou agravamento de tal doença ou lesão. Por sua vez, o benefício do auxílio-doença exige os seguintes requisitos - artigos 59 e 26, inciso II, da Lei nº 8.213/91 -: a) A qualidade de segurado; b) O cumprimento da carência de 12 contribuições mensais, dispensada nos casos de acidente de qualquer natureza ou causa, de doença profissional ou do trabalho e de acometimento de alguma das doenças especificadas no artigo 151 da Lei nº 8.213/91; c) A incapacidade temporária para o trabalho ou atividade habitual do segurado por mais de 15 dias; d) Que não se trate de doença ou lesão preexistente à filiação, salvo quando a incapacidade sobrevier em razão da progressão ou agravamento de tal doença ou lesão. Tratando-se de causa que envolve a verificação da existência de incapacidade laborativa constatou-se a necessidade de realização de perícia médica para aferir com isenção, imparcialidade e equidistância das partes a real condição do segurado para o trabalho, haja vista a contradição entre as alegações das partes envolvidas, uma afirmando a existência da incapacidade e a outra emitindo parecer contrário à pretensão deduzida em nível administrativo. Sendo assim, determinou-se a realização de perícia médica para a produção da prova técnica fundamental ao deslinde da controvérsia, objetivando a melhor formação do juízo de convencimento quanto aos fatos a comprovar. A qualidade de segurado da autora e a carência exigida para concessão dos benefícios não foram alvos de controvérsia no feito, ainda assim destaco que o extrato dela no CNIS demonstra vínculo previdenciário no interregno de agosto/2010 a fevereiro/2016 e que recebeu benefício de auxilio doença no período fracionado de setembro/2016 a novembro/2018, pelo que a qualidade de segurado da Previdência Social e o período de carência de 12 contribuições encontram-se evidentes. Além disso, realizada perícia médica com a requerente constatou-se que há incapacidade laborativa total e temporária. Lado outro, quanto à impugnação ao laudo pericial, entendo que esta não merece prosperar, pois a perita respondeu de forma clara os quesitos apresentados, sendo estes conclusivos, razão pela qual o laudo deve ser homologado. Além disso, trata-se de profissional de confiança do juízo, tendo realizado diversas perícias em outros feitos, não havendo nada que a inquine. Ainda, ressalto que a requerente teve a oportunidade de indicar assistente técnico em momento oportuno e não o fez. Portanto, homologo o laudo pericial de id. 20024172. Desta forma, não havendo incapacidade permanente não há que se falar em aposentadoria por invalidez, porém, sendo ela total e temporária, a autora faz jus ao benefício de auxílio-doença. O benefício em tela deverá ser concedido pelo prazo de 01 (um) ano a contar da data da perícia (DCB 17/04/2019), ocasião em que INSS deverá submeter a parte autora a exames médico-periciais a fim de constatar a necessidade de prorrogação do benefício. De igual modo, fica a parte autora obrigada a submeter-se a exames médico-periciais quando determinado pelo INSS. Afigura-se pertinente registrar que o INSS pode revogar o benefício a qualquer momento, caso não sejam atendidas as exigências legais, devendo-se entender como termo final a total reabilitação do segurado, caso contrário, até sua conversão em aposentadoria por invalidez. Ante o exposto, julgo procedente a pretensão autoral para condenar o requerido a restabelecer o benefício de auxílio-doença à parte autora desde a data da cessação do benefício (DIB 07/11/2018), data de início do pagamento no dia desta sentença (DIP 12/12/2019), e data de cessação do benefício no prazo de 01 (um) ano contado da data da perícia (DCB 17/04/2020) com observância de que não houve concessão de tutela antecipada. Assim, condeno o INSS ao pagamento das parcelas pretéritas, observando-se eventual prescrição quinquenal. Consequentemente, julgo extinto o feito com resolução de mérito com fulcro no artigo 487, inciso I, CPC. Observe-se que os valores deverão ser atualizados monetariamente e com juros de mora desde a data em que seria devido cada pagamento. Ainda, as condenações impostas à Fazenda Pública de natureza previdenciária sujeitam-se à incidência do IPCA-E para fins de correção monetária (STF – RE nº 870.947, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 20/09/2017, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-262 DIVULG 17-11-2017 PUBLIC 20-11-2017). Quanto aos juros de mora, incidem segundo a remuneração oficial da caderneta de poupança (art. 1º - F da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/2009)(Tema 905 dos recursos repetitivos – Recurso Especial n.º 149.514.6/MG). Sem custas à vista da isenção determinada pela Lei n° 9.289/96, art. 1º, §1º e Lei Estadual n° 7.603/2001. Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas devidas até esta data, conforme entendimento pacificado na Seção Previdenciária do TRF e no Superior Tribunal de Justiça (Enunciado de súmula 111 – Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, não incidem sobre prestações vincendas). Embora tenha sido proferida contra a Fazenda Pública, melhor analisando o caderno processual e o teor deste “decisum”, esta sentença não se submete ao reexame necessário, nos termos do inciso I, §3º, artigo 496, do CPC. Transitada em julgado, após cumpridas as formalidades de praxe, arquivem-se os autos com a devida baixa. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Jaciara/MT, 12 de dezembro de 2019. Laura Dorilêo Cândido Juíza de Direito, substituição legal

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1001633-55.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
EUFROSINA PEREIRA DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JORGE MARCOS ROQUE DE FARIA OAB - MT0017293A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UESTER FANNY BUENO (EXECUTADO)
ELIEL TORRES DE ARAUJO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EDNEI FERREIRA DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JACIARA DESPACHO Processo: 1001633-55.2019.8.11.0010. EXEQUENTE: EUFROSINA PEREIRA DA SILVA EXECUTADO: UESTER FANNY BUENO, ELIEL TORRES DE ARAUJO Vistos. Considerando a ausência de citação do executado UESTER FANNY BUENO, determino a retirada da restrição via sistema renajud de seus veículos. Manifeste-se o Exequente quanto ao prosseguimento do feito, no prazo de 15 dias. Intime-se. Cumpra-se. Ednei Ferreira dos Santos Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002188-72.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
FLORENTINO & CASTELINI LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BERTONI DARI NITSCHE OAB - MT0012402A (ADVOGADO(A))
EMILLY SILVA DE CARVALHO OAB - MT22883/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GLAYSON ARRUDA MEDEIRO DOS SANTOS (REQUERIDO)

Certifico que, nos termos da legislação vigente e Provimento nº 55/2007, e, considerando a certidão do sr. oficial de justiça juntada no id n. 27328594, impulsiono o feito com a finalidade de expedir intimação à parte autora para, no prazo de 05 dias, requerer o que entender de direito, sob pena de arquivamento.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000133-51.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
FLORENTINO & CASTELINI LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMILLY SILVA DE CARVALHO OAB - MT22883/O (ADVOGADO(A))
BERTONI DARI NITSCHE OAB - MT0012402A (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
ROSIANE MAHARA ANDRADE (EXECUTADO)

Certifico que, nos termos da legislação vigente e Provimento nº 55/2007, e, considerando a certidão do sr. oficial de justiça juntada no id n. 27328624, impulsiono o feito com a finalidade de expedir intimação à parte autora para, no prazo de 05 dias, requerer o que entender de direito, sob pena de arquivamento.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1001606-72.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
FLORENTINO & CASTELINI LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BERTONI DARI NITSCHE OAB - MT0012402A (ADVOGADO(A))
EMILLY SILVA DE CARVALHO OAB - MT22883/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CARINA KLEIN (EXECUTADO)

Certifico que, nos termos da legislação vigente e Provimento nº 55/2007, e, considerando a certidão do sr. oficial de justiça juntada no id n. 27328557, impulsiono o feito com a finalidade de expedir intimação à parte autora para, no prazo de 05 dias, requerer o que entender de direito, sob pena de arquivamento.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003276-48.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
GLEYSON SANTOS SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
POLIANDRO DA SILVA MOURA OAB - MT26554/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1003276-48.2019.8.11.0010 POLO ATIVO:GLEYSON SANTOS SOUZA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: POLIANDRO DA SILVA MOURA POLO PASSIVO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: JACIARA - J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 17/03/2020 Hora: 10:00 , no endereço: RUA POTIGUARAS, 939, CENTRO, JACIARA - MT - CEP: 78820-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1001380-67.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
JOSEANE MARTINS DOS SANTOS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO GUIMARAES NOGUEIRA OAB - MT0012853A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES OAB - MT16846-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do Provimento n. 55/2007 impulsiono os autos para intimação da Parte autora para no prazo de 05 dias manifestar-se acerca da petição de id n. 27306404 e seguintes.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001461-16.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
JAQUELINE ALVES DA SILVA DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LANNING PIRES AMARAL OAB - MT20910/O (ADVOGADO(A))
POLIANDRO DA SILVA MOURA OAB - MT26554/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

Certifico e dou fé que os embargos de declaração de id n. 27315298 foram interpostos dentro do prazo legal. Posto isto, nos termos do Provimento n. 55/2007 impulsiono os autos para intimação da Parte embargada para no prazo de 05 dias manifestar-se acerca dos embargos de declaração de id n. 27315298.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001880-36.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
JOSILVANIA MARTINS DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
POLIANDRO DA SILVA MOURA OAB - MT26554/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

Certidão de Tempestividade Recursal Processo n.: 1001880-36.2019.8.11.0010 Certifico que o Recurso Inominado, bem como o preparo foi interposto tempestivamente. Posto isto, nos termos do artigo 203, § 4º do CPC ou Capítulo 2, Seção 17, Item 2.17.4 - VI da CNGC, intimo a parte recorrida do recurso, para querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 10 dias. Jaciara, 12 de dezembro de 2019. ANA PAULA PAIXAO GERALDINO Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001153-77.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
ALCIONE BARRETO DOS SANTOS NEVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
POLIANDRO DA SILVA MOURA OAB - MT26554/O (ADVOGADO(A))
LANNING PIRES AMARAL OAB - MT20910/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COELBA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCUS VINICIUS AVELINO VIANA OAB - BA519B (ADVOGADO(A))

Certidão de Tempestividade Recursal Processo n.: 1001153-77.2019.8.11.0010 Certifico que o Recurso Inominado, bem como o preparo foi interposto tempestivamente. Posto isto, nos termos do artigo 203, § 4º do CPC ou Capítulo 2, Seção 17, Item 2.17.4 - VI da CNGC, intimo a parte recorrida do recurso, para querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 10 dias. Jaciara, 12 de dezembro de 2019. ANA PAULA PAIXAO GERALDINO Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001154-62.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
ALCIONE BARRETO DOS SANTOS NEVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LANNING PIRES AMARAL OAB - MT20910/O (ADVOGADO(A))
POLIANDRO DA SILVA MOURA OAB - MT26554/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COELBA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCUS VINICIUS AVELINO VIANA OAB - BA519B (ADVOGADO(A))

Certidão de Tempestividade Recursal Processo n.: 1001154-62.2019.8.11.0010 Certifico que o Recurso Inominado, bem como o preparo foi interposto tempestivamente. Posto isto, nos termos do artigo 203, § 4º do CPC ou Capítulo 2, Seção 17, Item 2.17.4 - VI da CNGC, intimo a parte recorrida do recurso, para querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 10 dias. Jaciara, 12 de dezembro de 2019. ANA PAULA PAIXAO GERALDINO Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000769-22.2016.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
MILTON DIAS COSTA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BERTONI DARI NITSCHE OAB - MT0012402A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

ALESSANDRO ROMEU DE ARRUDA (EXECUTADO)
LOCALIZA RENT A CAR SA (EXECUTADO)
CARLOS DOS SANTOS (EXECUTADO)
EDSON BATISTA DOS SANTOS (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CAMILA CEOLIN LIMA OAB - MG152308 (ADVOGADO(A))
TAINARA LOURENCO RIBEIRO OAB - MT19898/O (ADVOGADO(A))
MARCUS PETRONIO DE SOUZA DIAS OAB - MT0009652S-O (ADVOGADO(A))
CAMILA ANELYSE MENDONCA MARGARIDA OAB - MG153019 (ADVOGADO(A))

Nos termos do Provimento n. 55/2007, impulsiono os presentes autos para intimação da Parte Autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar o endereço completo para citação do promovido Alessandro Romeu de Arruda, tendo em vista que o endereço informado no ID n. 10349762 é insuficiente.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000769-22.2016.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
MILTON DIAS COSTA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BERTONI DARI NITSCHE OAB - MT0012402A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALESSANDRO ROMEU DE ARRUDA (EXECUTADO)
LOCALIZA RENT A CAR SA (EXECUTADO)
CARLOS DOS SANTOS (EXECUTADO)
EDSON BATISTA DOS SANTOS (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CAMILA CEOLIN LIMA OAB - MG152308 (ADVOGADO(A))
TAINARA LOURENCO RIBEIRO OAB - MT19898/O (ADVOGADO(A))
MARCUS PETRONIO DE SOUZA DIAS OAB - MT0009652S-O (ADVOGADO(A))
CAMILA ANELYSE MENDONCA MARGARIDA OAB - MG153019 (ADVOGADO(A))

Nos termos do Provimento n. 55/2007 impulsiono os autos para intimação da parte requerida LOCALIZA RENT A CAR SA para informar os dados bancários a fim de que os valores sejam devolvidos.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003278-18.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
LUZIA GABRIELE XAVIER FELIX (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS HENRIQUE MASCARENHAS OAB - MT23615/O (ADVOGADO(A))
RICARDO MARQUES DE ABREU OAB - MT0011683A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIC EDUCACIONAL LTDA (REQUERIDO)
KROTON EDUCACIONAL S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1003278-18.2019.8.11.0010 POLO ATIVO:LUZIA GABRIELE XAVIER FELIX ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUCAS HENRIQUE MASCARENHAS, RICARDO MARQUES DE ABREU POLO PASSIVO: UNIC EDUCACIONAL LTDA e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: JACIARA - J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 17/03/2020 Hora: 10:10 , no endereço: RUA POTIGUARAS, 939, CENTRO, JACIARA - MT - CEP: 78820-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000923-06.2017.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
NATALINO FERREIRA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BERTONI DARI NITSCHE OAB - MT0012402A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO SIDENEI GONCALVES DA SILVA (EXECUTADO)

Certifico que, nos termos da legislação vigente e Provimento nº 55/2007, e, considerando a certidão do sr. oficial de justiça juntada no id n. 27356652, impulsiono o feito com a finalidade de expedir intimação à parte autora para, no prazo de 05 dias, requerer o que entender de direito, sob pena de arquivamento.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000941-56.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
FLAVIA OLIVEIRA NUNES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONNY CLAIR BENCICE E SILVA OAB - MT0016265A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do Provimento n. 55/2007 impulsiono os autos para intimação da Parte autora para no prazo de 05 dias manifestar-se acerca da petição de id n. 27350220 e seguintes.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000932-94.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
DENEZIO NUNES SIQUEIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO GUIMARAES NOGUEIRA OAB - MT0012853A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do Provimento n. 55/2007 impulsiono os autos para intimação da Parte autora para no prazo de 05 dias manifestar-se acerca da petição de id n. 27350238 e seguintes.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001636-10.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
ALINE NAIARA DE SOUZA ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO GUIMARAES NOGUEIRA OAB - MT0012853A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Certifico e dou fé que os embargos de declaração de id n. 27319212 foram interpostos dentro do prazo legal. Posto isto, nos termos do Provimento n. 55/2007 impulsiono os autos para intimação da Parte embargada para no prazo de 05 dias manifestar-se acerca dos embargos de declaração de id n. 27319212.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1001042-93.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
MAURA ALVES GOUVEIA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO MARQUES PONTES JUNIOR OAB - MT16873/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do Provimento n. 55/2007 impulsiono os autos para intimação da Parte autora para no prazo de 05 dias manifestar-se acerca da petição de id n. 27334135 e seguintes.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000934-64.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
WESLLEY BITTENCOURT JACINTO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO GUIMARAES NOGUEIRA OAB - MT0012853A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

TELEFÔNICA BRASIL S.A. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do Provimento n. 55/2007 impulsiono os autos para intimação da Parte autora para no prazo de 05 dias manifestar-se acerca da petição de id n. 27338754 e seguintes.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000939-86.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
CELIA PEREIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONNY CLAIR BENCICE E SILVA OAB - MT0016265A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do Provimento n. 55/2007 impulsiono os autos para intimação da Parte autora para no prazo de 05 dias manifestar-se acerca da petição de id n. 27340164 e seguintes.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001710-64.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
EDEVALDO DE LIMA MIRANDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGERIO TEOPILO DA CRUZ OAB - MT21521-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Certifico e dou fé que os embargos de declaração de id n. 27344223 foram interpostos dentro do prazo legal. Posto isto, nos termos do Provimento n. 55/2007 impulsiono os autos para intimação da Parte embargada para no prazo de 05 dias manifestar-se acerca dos embargos de declaração de id n. 27344223.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001603-20.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
HENRIQUE MISAEL DOS SANTOS LOPES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGERIO TEOPILO DA CRUZ OAB - MT21521-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Certifico e dou fé que os embargos de declaração de id n. 27350542 foram interpostos dentro do prazo legal. Posto isto, nos termos do Provimento n. 55/2007 impulsiono os autos para intimação da Parte embargada para no prazo de 05 dias manifestar-se acerca dos embargos de declaração de id n. 27350542 .

Sentença

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000757-37.2018.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
MARIVALDA OLIVEIRA MASCARENHAS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EDNEI FERREIRA DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JACIARA SENTENÇA Processo: 1000757-37.2018.8.11.0010. EXEQUENTE: MARIVALDA OLIVEIRA MASCARENHAS EXECUTADO: VIVO S.A. Vistos. Considerando que a parte Exequente concorda com os valores depositados pela parte Executada, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO com fulcro no que dispõem os arts. 924, inc. II, e art. 925, ambos do CPC, autorizando que a parte postulante proceda ao levantamento dos valores vinculados aos autos mediante a expedição do competente Alvará Judicial, a ser expedido em nome do beneficiário ou de seu advogado, desde que este tenha procuração especial para tanto. Atente-se para liberação de valores da seguinte forma: Exequente: R$ 7.204,05 (MARIVALDA OLIVEIRA MASCARENHAS) Executado: R$ 7.837,04 (TELEFÔNICA BRASIL S/A) Dê-se baixa em eventuais gravames e penhoras realizadas nos autos. Atente-se para adequada autuação e distribuição na fase de cumprimento de julgado. Sentença publicada e registrada pelo sistema eletrônico PJE 2.0. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se com as baixas e anotações de estilo. Cumpra-se, expedindo o necessário. Ednei Ferreira dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000763-44.2018.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
ERICA SINOBRE DE OLIVEIRA NOVAES (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ARTUR ATANASIO DE SOUZA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EDNEI FERREIRA DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JACIARA SENTENÇA Processo: 1000763-44.2018.8.11.0010. EXEQUENTE: ERICA SINOBRE DE OLIVEIRA NOVAES EXECUTADO: ARTUR ATANASIO DE SOUZA Vistos, etc. Considerando que a obrigação foi integralmente satisfeita, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO com fulcro no que dispõem os arts. 924, inc. II, e art. 925, ambos do CPC, autorizando que a parte postulante proceda ao levantamento dos valores vinculados aos autos mediante a expedição do competente Alvará Judicial, a ser expedido em nome do beneficiário ou de seu advogado, desde que este tenha procuração especial para tanto. Dê-se baixa em eventuais gravames e penhoras realizadas nos autos. Atente-se para adequada autuação e distribuição na fase de cumprimento de julgado. Sentença publicada e registrada pelo sistema eletrônico PJE 2.0. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se com as baixas e anotações de estilo. Cumpra-se, expedindo o necessário. Ednei Ferreira dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002395-71.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
LAILA ROBERTA SOARES DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO MAGANHA DE LIMA OAB - MT17538-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EMPODERA PRODUTOS E SERVICOS LTDA - EPP (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
TELMA VALERIA DA SILVA CURIEL MARCON OAB - MS6355 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EDNEI FERREIRA DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JACIARA SENTENÇA Processo: 1002395-71.2019.8.11.0010. REQUERENTE: LAILA ROBERTA SOARES DOS SANTOS REQUERIDO: EMPODERA PRODUTOS E SERVICOS LTDA - EPP Vistos. Dispensado o relatório nos termos do artigo 38, caput, da lei n. 9.099/95. Da análise dos autos, verifica-se que a parte reclamante, não compareceu à audiência de conciliação realizada, apesar de devidamente intimada para o ato, ficando evidenciando o seu desinteresse processual e autorizando, assim, a extinção do feito. O Enunciado nº 20, do FONAJE, tem a seguinte redação: “O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto.” Como se vê, em conformidade com o Enunciado 20 do FONAJE, o comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório, pois, sua ausência é causa de extinção do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, in verbis: “Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o Autor deixar de comparecer

a qualquer das audiências do processo." Ademais, verifico que a parte autora não apresentou qualquer justificativa para sua ausência na assentada. Assim, tenho que a extinção do presente feito é medida imperiosa. DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo EXTINTO o processo sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95. Considerando ainda que não houve comprovação de que a ausência decorreu de força maior (art. 51, §2º, Lei 90.99/95 c.c. art. 334, §8º do CPC), CONDENO a parte reclamante no pagamento das custas processuais, conforme orientação contida no Enunciado 28/FONAJE, não podendo repetir o ajuizamento desta ação sem que haja prévio pagamento das custas processuais deste feito. Intime-se. Cumpra-se. Ednei Ferreira dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1001099-48.2018.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
WALTERLI RODRIGUES DE LIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO YUJI YASHIRO OAB - MT16250-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IRESOLVE COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO MAHFUZ VEZZI OAB - MT18017-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EDNEI FERREIRA DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JACIARA SENTENÇA Processo: 1001099-48.2018.8.11.0010. EXEQUENTE: WALTERLI RODRIGUES DE LIRA EXECUTADO: IRESOLVE COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A. Vistos. Relatório dispensado nos termos da lei 9099/95. Analisando os argumentos trazidos pelo embargante, verifico que razão não lhe assiste. Os cálculos trazidos pelo embargado refletem perfeitamente os parâmetros de atualização fixados na sentença proferida nos autos, bem como corretamente fez incidir a multa de 10% do artigo 523, §1º, do CPC, sobre o montante atualizado da dívida. Não merece prosperar a alegação do embargante de que o valor devido a título de juros estariam fora da base de cálculo da multa acima referida, uma vez que a legislação não faz qualquer ressalva nesse sentido, de modo que tanto o valor acrescido ao principal á título de correção monetária, quanto aquele à título de juros, devem sofrer incidência da multa de 10% do artigo 523, §1º, do CPC. Ante o exposto, julgo IMPR.OCEDENTES os presentes embargos à execução, permanecendo em favor do embargado crédito no montante de R$ 8.688,85 (oito mil seiscentos e oitenta e oito reais e oitenta e cinco centavos) . Após o trânsito em julgado da presente sentença, expeça-se alvará de liberação ao embargado (WALTERLI RODRIGUES DE LIRA). Sem custas e honorários. Intime-se. Cumpra-se. Ednei Ferreira dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1001453-39.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
PEDRO VALMIR SERAFINI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GILIAN FERNANDO MATOS FERREIRA OAB - MT23525/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENPA ENGENHARIA E PARCERIA LTDA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEANDRO MARTINS PARREIRA OAB - MG86037 (ADVOGADO(A))
WAGNER DE ASSIS PAULA OAB - 027.117.657-17 (REPRESENTANTE)
Magistrado(s):
EDNEI FERREIRA DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JACIARA SENTENÇA Processo: 1001453-39.2019.8.11.0010. EXEQUENTE: PEDRO VALMIR SERAFINI EXECUTADO: ENPA ENGENHARIA E PARCERIA LTDA REPRESENTANTE: WAGNER DE ASSIS PAULA Vistos. Relatório dispensado nos termos da lei 9099/95. De início,rejeito a a preliminar de intempestividade dos embargos, uma vez que foram apresentados no último dia do prazo, o qual se iniciou em 22/07/2019 e se encerrou em 09/08/2019, contados apenas os dias úteis. Não havendo mais preliminares, passo à análise do mérito. Entendo que razão parcial assiste ao embargante, isto porque o acordo ora executado prevê expressamente a incidência de juros anuais de 1% (um por cento), devendo incidir a partir do quinto dia de atraso no pagamento das parcelas mensais. Ainda, verifica-se que não há cláusula no acordo que fixe multa de 20% no caso de atraso no pagamento, sendo que o embargado indicou que a multa estaria descrita no "item 5" do pacto, contudo, é possível constatar que o referido documento só possui 02 (dois) itens, de modo que a incidência da aludida multa deve ser afastada. Desse modo, devem ser acolhidos os cálculos apresentados pelo embargante, os quais perfeitamente refletem os parâmetros de atualização descritos no acordo firmado pelas partes. Ademais, entendo que o pleito de suspensão do feito não merece prosperar, uma vez que que a única limitação nos casos em que o crédito executado se qualifica como "extraconcursal" é o fato de os atos de constrição serem de competência exclusiva do juízo que processa a recuperação. Nesse sentido: CRÉDITO EXTRACONCURSAL. PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO. POSSIBILIDADE. ATOS DE CONSTRIÇÃO PELO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que julgou improcedente a impugnação em que se objetivava fosse declarada a incompetência absoluta do Juízo, a liberação da penhora, no valor de R$ 400,07 em favor da executada e a expedição de ofício ao Juízo da Recuperação Judicial, para pagamento ulterior do crédito extraconcursal, e suspensão do processo até a ocorrência do efetivo pagamento. 2. Assim, uma vez realizada a Assembleia Geral de Credores- termo final do stayperiod-, e, tratando-se de crédito constituído depois de ter o devedor ingressado com o pedido de recuperação judicial (crédito extraconcursal), não há óbice ao prosseguimento da ação, notadamente porque o crédito extraconcursal está excluído do Plano de recuperação Judicial e de seus efeitos. 3. Não obstante as ações, tratando-se de créditos extraconcursais, sigam o seu curso normal, na esteira do posicionamento da doutrina e da jurisprudência, os atos de constrição devem ser determinados pelo Juízo da Recuperação, devendo o juízo processante informar, por intermédio de ofício, ao juízo da recuperação a necessidade de pagamento do créditoextraconcursal. 4. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO e PROVIDO EM PARTE, para determinar que os atos de constrição sejam realizados pelo Juízo da Recuperação, com expedição de ofício pelo Juízo de origem para informar ao Juízo da Recuperação acerca da necessidade de pagamento do crédito extraconcursal. Sem custas. 5. A ementa servirá de acórdão, conforme art. 46 da Lei n. 9.099 /95. (TJ-DF 0700371-53.2019.8.07.9000 DJE 05/06/2019) O crédito perseguido na presente execução se configura como extraconcursal, eis que o acordo executado foi firmado em data posterior ao pedido de recuperação judicial. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os presentes embargos à execução e, por conseguinte, declaro excesso de execução no montante de R$ 2.544,53 (dois mil quinhentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e três centavos), permanecendo em favor do exequente o crédito de R$ 10.520,90 (dez mil quinhentos e vinte reais e noventa centavos). Após o trânsito em julgado da presente sentença, expeça-se ofício ao juízo que processa a recuperação judicial do executado, informando a constituição de crédito extraconcursal nos presentes autos, bem como a necessidade de pagamento da referida quantia. Ademais, ante a impossibilidade de os feitos permanecerem suspensos por tempo indeterminado perante os juizados especiais, determino a remessa dos autos ao arquivo, sendo que, assim que realizado o pagamento, serão os autos desarquivados e as quantias depositadas liberadas em favor da parte exequente. Intime-se. Cumpra-se. Ednei Ferreira dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001218-72.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
ELZO RODRIGUES GARCIA & CIA LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BERTONI DARI NITSCHE OAB - MT0012402A (ADVOGADO(A))
EMILLY SILVA DE CARVALHO OAB - MT22883/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MAIKELY REGINA MONCAO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EDNEI FERREIRA DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JACIARA SENTENÇA Processo: 1001218-72.2019.8.11.0010. REQUERENTE: ELZO RODRIGUES GARCIA &

CIA LTDA - ME REQUERIDO: MAIKELY REGINA MONCAO Vistos, etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. Analisando o processo, verifico que se encontra maduro para julgamento, sendo desnecessária a produção de outras provas, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do CPC. Trata-se de ação de cobrança proposta por ELZO RODRIGUES GARCIA & CIA LTDA - ME, em face de MAIKELY REGINA MONCAO. Alega a parte reclamante, em síntese, ser credora da importância total de R$ 772,72 (setecentos e setenta e dois reais e setenta e dois centavos), não adimplida pela parte reclamada, referente aquisição de produtos junto ao seu estabelecimento comercial. Em que pese a parte ré tenha sido devidamente citada, conforme se infere do documento de Id. 26542019, não se fez presente em audiência, tampouco justificou a ausência ou apresentou contestação. Inexistindo preliminares, passo a analisar a questão do mérito. É o breve relato. Decido. MÉRITO Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão assiste à parte autora. De toda forma, a solução do litígio não demanda muito esforço, mormente pela regra do Código de Processo Civil que estabelece que compete ao autor provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu fato modificativo, impeditivo ou extintivo do referido direito. Além disso, segundo a regra contida nos artigos 336 e 341 do Código de Processo Civil, compete ao réu alegar, na contestação, toda matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor, sob pena de presumirem verdadeiros os fatos não impugnados. A parte reclamada, embora tenha sido devidamente citada a comparecer em audiência, não se fez presente, tampouco justificou a ausência ou apresentou defesa, razão pela qual entendo que a decretação da sua revelia no presente caso é medida de rigor. Destaco o teor do Enunciado nº 04 do Estado de Mato Grosso e também a Súmula 11 dos Juizados Especiais, as quais estabelecem que: Enunciado 4 – A Contestação será apresentada no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da Audiência de Conciliação, sob pena de Revelia. SÚMULA 11: A contestação será apresentada no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da audiência de conciliação, sob pena de revelia. Assim, em se tratando de Juizado Especial, a ausência de contestação implica em revelia da parte promovida, conforme entendimento da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso, verbis: AÇÃO INDENIZATÓRIA - REVELIA MANTIDA - APLICAÇÃO DA SÚMULA 16 NDA TURMA RECURSAL ÚNICA - INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ROL DE INADIMPLENTES - AUSÊNCIA DE PROVA DA CONTRATAÇÃO - ÔNUS DA PROVA - ATO ILÍCITO CARACTERIZADO - OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR - RESPONSABILIDADE CIVIL - QUANTUM MANTIDO. 1 - Os efeitos da revelia devem ser mantidos, porquanto a parte ré compareceu a audiência de conciliação, saindo intimada de que teria o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar contestação, contudo, deixou transcorrer in albis, como se vê da certidão de fls. 58. Aplicação da Súmula 16 da Turma Recursão Única. 2- In casu, cabia a cessionária, a comprovação da origem e regularidade da dívida perante a cedente, bem como a notificação do suposto devedor acerca da cessão, o que não ocorreu, acarretando a ilegalidade do cadastro negativo. 2- É inquestionável o dano moral que enseja a indenização ao consumidor pelos danos sofridos, decorrente do cadastro equivocado de seus dados nos anais de proteção ao crédito, por dívida de linha telefônica que sequer havia solicitado, gerando, por si só, para o ofensor, a obrigação de reparar os danos morais daí advindos, cujo valor deve ser mantido de acordo com a gravidade da lesão e a extensão do dano. 3 - Na fixação da reparação por dano extrapatrimonial, incumbe ao julgador, atentando, sobretudo, às condições do ofensor, às do ofendido e às do bem jurídico lesado, e aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, arbitrar quantum que se preste à suficiente recomposição dos prejuízos, sem importar, contudo, enriquecimento sem causa da vítima. 4 - Dever de indenizar, valor fixado com moderação e razoabilidade, não caracterizando enriquecimento ilícito por parte do Autor. 5 - Recurso conhecido e não provido. (RI 939/2012, DR. YALE SABO MENDES, TURMA RECURSAL ÚNICA, Julgado em 03/07/2012, Publicado no DJE 16/08/2012) Portanto, tendo a parte ré deixado de comparecer em audiência, bem como de apresentar contestação, tornou-se revel. Assim sendo restando incontroversos os fatos e documentos da exordial. Outrossim, a parte demandada não contestou, nem compareceu à audiência de conciliação, confessando, portanto, a matéria fática. Nesse sentido é a inteligência do artigo 20 da Lei 9.099/95, que lemos: “Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz.” Cabe à parte reclamada comparecer pessoalmente na audiência, caso contrário serão reputados verdadeiros os fatos alegados pelo autor, com imediato julgamento da demanda. O Enunciado nº. 20, do Fórum Nacional de Juizados Especiais, têm a seguinte redação: ENUNCIADO 20 – O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto. Devemos nos ater ao fato de que o rigor da exigência do comparecimento pessoal das partes às audiências designadas deve-se ao princípio maior dos sistemas dos Juizados Especiais, que é a tentativa de conciliação entre os litigantes. Em se tratando de causa que versa sobre direitos patrimoniais e, portanto, disponíveis, a ausência da parte requerida à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento conduz aos efeitos da revelia, chancelando a presunção de veracidade dos fatos narrados na petição inicial, salvo, todavia, se outro não for o entendimento do julgador. Assim, uma vez que a parte ré não produziu qualquer prova ou se manifestou nos autos para defender-se do alegado, demonstrou verdadeiro descaso com a demanda. Ademais, o não comparecimento à audiência designada para tentativa de conciliação corroborou para que não trouxesse aos autos qualquer prova que destituísse o alegado pela parte demandante, assim a decretação da revelia com o aproveitamento de todos os seus efeitos é medida que se impõe. Nos termos do artigo 373, I, do CPC, ao autor incumbe provar o fato constitutivo de seu direito, sob pena de improcedência da reclamação. Com efeito, analisando detidamente os autos, tenho que a parte autora se desincumbiu de provar o que alegou com a exordial, ao passo que apresentou como documentos da dívida, notas de débito no Id. 20700318, demonstrando a aquisição de produtos pela parte demandada, a qual não fora adimplida, restando saldo a quitar pela parte ré no importe de R$ 772,72 (setecentos e setenta e dois reais e setenta e dois centavos). Outrossim, a parte demandada não conseguiu inibir os fatos constitutivos do direito do autor trazido com a exordial, nos termos do que prevê o art. 373, II, do CPC. Nesse sentido: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE COBRANÇA. ENSINO PARTICULAR. MENSALIDADES INADIMPLIDAS. AUSÊNCIA DE PROVA DE FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DA AUTORA. APLICAÇÃO DA REGRA DO ART. 373 DO CPC/15. AUSÊNCIA DE ABUSIVIDADE NA COBRANÇA. SENTENÇA MANTIDA. Cobrança relativa às mensalidades do contrato de prestação de serviços educacionais firmados entre as partes. O ônus de comprovar o pagamento de uma obrigação é do devedor, cabendo ao credor apenas a prova da existência da dívida, instrumentalizada por documento particular, consoante estabelece o artigo 320 do Código Civil. Isto porque, nas ações de cobrança a prova do adimplemento da obrigação constitui fato impeditivo, modificativo e extintivo do direito do autor que, por sua vez, deverá amparar a lide com prova escorreita da contratação, ex vi legis, do artigo 373, incisos I e II, do CPC/15. Precedentes do colendo Superior Tribunal de Justiça e desta egrégia Corte. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO. UNÂNIME.(Apelação Cível, Nº 70082688912, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Giovanni Conti, Julgado em: 24-10-2019 Diante dos fatos e provas, tenho desta forma que deve a parte reclamada adimplir com sua obrigação de pagar quantia certa, respondendo pelo pagamento dos valores. Ademais, a parte reclamante cumpriu satisfatoriamente com seu ônus probatório, juntando aos autos a prova da dívida que não logrou êxito em recebê-la. DISPOSITIVO Pelo exposto, DECRETO A REVELIA da parte promovida e, julgo PROCEDENTE com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil do pleito autoral, para o fim de condenar a parte reclamada ao pagamento da dívida inadimplida, no valor de R$ 772,72 (setecentos e setenta e dois reais e setenta e dois centavos), que deverá ser corrigido monetariamente pelo índice oficial - INPC/IBGE desde o vencimento e acrescido de juros legais de 1% ao mês desde a citação válida. Valor que deverá ser apurado através de simples cálculo aritmético. Sem custas nem honorários, em conformidade com o art. 54 e art. 55, ambos da Lei 9.099/95. À consideração do Excelentíssimo Juiz de Direito do Juizado Especial Cível da Comarca de Jaciara para homologação conforme o artigo 40 da lei 9.099/95. Jaciara - MT. Publicado e registrado no PJE. DANILO ALEXANDRE ALVES Juiz Leigo Vistos, Homologo, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do Juiz Leigo deste Juizado Especial. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Intimem-se as partes da sentença. Jaciara - MT. EDNEI FERREIRA DOS SANTOS Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001390-14.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
GIAN CARLO RODRIGUES DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO GUIMARAES NOGUEIRA OAB - MT0012853A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EDNEI FERREIRA DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JACIARA SENTENÇA Processo: 1001390-14.2019.8.11.0010. REQUERENTE: GIAN CARLO RODRIGUES DOS SANTOS REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Vistos e etc, Dispenso o relatório, nos termos do artigo 38, da Lei 9.099/95. Decido. Recurso de embargos de declaração opostos por TELEFÔNICA BRASIL S/A, contra sentença proferida no presente feito, que lhe move GIAN CARLO RODRIGUES DOS SANTOS. Consoante ao embargo da parte ré, por discordar com a fundamentação declinada na sentença, pretende, pela via dos aclaratórios, rever o entendimento do juízo prolator. Verifico que as razões do embargo revelam o inconformismo da parte com a sentença que julgou parcialmente procedente a demanda, não reconhecendo sua tese, sustentada na peça de resistência. Não há o que aclarar ou colmatar no ato sentencial, o que fulmina o meio impugnativo ora manejado. Não é dado à parte buscar rediscutir o que já foi decidido na sentença, o que não se compadece com o recurso ora manejado, pois o Estado-juiz, ao declarar seu entendimento, fundando-o em alguma disposição legal, em algum elemento de prova que lhe passou convencimento, ou, ainda, em alguma corrente jurisprudencial, está, por conseguinte, afastando a incidência de qualquer outro dispositivo de lei, de qualquer outra circunstância probatória e também das eventuais outras posições jurisprudenciais que lhe parecerem incompatíveis. A jurisdição deve ser prestada na exata medida da causa de pedir e do pedido, cumprindo declinar a fundamentação mais apropriada ao caso concreto. Friso, uma vez mais, que a sentença não padece de dúvida, obscuridade, contradição ou omissão, que são as hipóteses de cabimento dos aclaratórios. Cito: Ementa: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ADVOGADO DA UNIÃO. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXECUTIVA - GAE. EXCLUSÃO PELA MEDIDA PROVISÓRIA 2.048-26/2000, QUE INSTITUIU A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE JURÍDICA - GDAJ. AUSÊNCIA DE VÍCIOS DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME. NÃO CABIMENTO. 1. Os aclaratórios não merecem prosperar, pois o acórdão embargado não padece de vícios de omissão, contradição ou obscuridade, na medida que apreciou a demanda de forma clara e precisa, estando bem delineados os motivos e fundamentos que a embasam. 2. Não se prestam os embargos de declaração ao reexame da matéria que se constitui em objeto do decisum, porquanto constitui instrumento processual com o escopo de eliminar do julgamento obscuridade, contradição ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pela decisão ou, ainda, de corrigir evidente erro material, consoante reza o art. 535 do CPC. 3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp 1353016/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 03/09/2013) Logo, em relação ao embargo da parte demandada mostra-se imperativo pela declaração de que o presente é manifestamente descabido, porquanto, como dito acima, não objetiva aclarar ou a integrar o julgado, tendo em vista que o meio impugnativo ora manejado busca, tão só, modificar o entendimento declinado pelo Estado-juiz acerca da matéria ora impugnada, o que não se compadece com o recurso manejado. ADVIRTO à parte ora Embargante, por fim, que a oposição de novos embargos de declaração com fins meramente protelatórios poderá ensejar a aplicação de multa, conforme previsão expressa do § 2º do art. 1.026 do CPC. Nesse sentido: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – OMISSÃO – VÍCIO INEXISTENTE – INTENÇÃO DO EMBARGANTE DE REDISCUTIR A MATÉRIA – IMPOSSIBILIDADE – PREQUESTIONAMENTO – OBEDIÊNCIA NECESSÁRIA AOS DITAMES DO ART. 1.022, CPC/2015 – DECISÃO COLEGIADA CLARA E COERENTE – INTUITO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA – EMBARGOS PROTELATÓRIOS - APLICAÇÃO DE MULTA – EMBARGOS REJEITADOS. 1 – Não havendo erro, omissão, contradição ou obscuridade no acórdão, mas mero inconformismo do embargante com o julgamento que lhe foi desfavorável, a rejeição dos embargos de declaração é medida que se impõe. 2 – O oferecimento de embargos de declaração manifestamente procrastinatórios enseja a aplicação da multa prevista no § 2º do art. 1.026 do CPC/2015. (ED 70977/2018, DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 26/11/2018, Publicado no DJE 06/12/2018) Assim, não vislumbro a existência dos alegados vícios na decisão proferida. Não concordando a parte Embargante com o julgado, o único remédio possível é a interposição do recurso previsto em Lei. Diante do exposto, REJEITO os embargos de declaração opostos. À consideração do Excelentíssimo Juiz de Direito do Juizado Especial Cível da Comarca de Jaciara para homologação conforme o artigo 40 da lei 9.099/95. Jaciara - MT. Publicado e registrado no PJE. DANILO ALEXANDRE ALVES Juiz Leigo Vistos, Homologo, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, a decisão da lavra do Juiz Leigo deste Juizado Especial. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Intimem-se as partes da sentença. Jaciara - MT. EDNEI FERREIRA DOS SANTOS Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000769-22.2016.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
MILTON DIAS COSTA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BERTONI DARI NITSCHE OAB - MT0012402A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALESSANDRO ROMEU DE ARRUDA (EXECUTADO)
LOCALIZA RENT A CAR SA (EXECUTADO)
CARLOS DOS SANTOS (EXECUTADO)
EDSON BATISTA DOS SANTOS (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CAMILA CEOLIN LIMA OAB - MG152308 (ADVOGADO(A))
TAINARA LOURENCO RIBEIRO OAB - MT19898/O (ADVOGADO(A))
MARCUS PETRONIO DE SOUZA DIAS OAB - MT0009652S-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EDNEI FERREIRA DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JACIARA SENTENÇA Processo: 1000769-22.2016.8.11.0010. EXEQUENTE: MILTON DIAS COSTA EXECUTADO: EDSON BATISTA DOS SANTOS, CARLOS DOS SANTOS, ALESSANDRO ROMEU DE ARRUDA, LOCALIZA RENT A CAR SA Vistos. Considerando que a obrigação foi integralmente satisfeita, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO com fulcro no que dispõem os arts. 924, inc. II, e art. 925, ambos do CPC, autorizando que a parte postulante proceda ao levantamento dos valores vinculados aos autos mediante a expedição do competente Alvará Judicial, a ser expedido em nome do beneficiário ou de seu advogado, desde que este tenha procuração especial para tanto. Ademais, considerando o depósito em duplicidade nos presentes autos, deve ser atentado para a liberação do valor de R$ 416,75 (quatrocentos e dezesseis reais e setenta e cinco centavos) em favor da parte exequente e a mesma quantia para a Execuada LOCALIZA RENT A CAR SA. Atente-se para adequada autuação e distribuição na fase de cumprimento de julgado. Sentença publicada e registrada pelo sistema eletrônico PJE 2.0. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se com as baixas e anotações de estilo. Cumpra-se, expedindo o necessário. Ednei Ferreira dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000334-43.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANA MARQUES COIMBRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO GUIMARAES NOGUEIRA OAB - MT0012853A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S/A (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EDNEI FERREIRA DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JACIARA SENTENÇA Processo: 1000334-43.2019.8.11.0010. EXEQUENTE: LUCIANA MARQUES COIMBRA EXECUTADO: OI S/A Vistos. Trata-se de embargos à execução opostos por OI S.A em face de LUCIANA MARQUES COIMBRA alegando, em síntese, erro nos cálculos apresentados pelo Embargado, bem como a necessidade de suspensão da presente execução. Pois bem, compulsando os autos verifico que de fato os cálculos trazidos pelo embargado contêm impropriedades, especialmente no tocante à data inicial da incidência dos juros, isto porque considerou como tal a data do vencimento da dívida, quando na verdade deveria ter adotado a data da efetiva negativação, ou seja, o dia em que ocorreu o evento danoso. Assim, devem ser acolhidos os cálculos apresentados pelo embargante, uma vez que perfeitamente refletem os parâmetros de atualização fixados na sentença proferida nos presentes autos. Ademais, considerando que a Executada encontra-se em recuperação judicial conforme deferida no processo n. 0203711- 65.2016.8.19.0001, em trâmite perante a 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, devem os atos de constrição ser praticados pelo respectivo juízo. Nesse sentido: CRÉDITO EXTRACONCURSAL. PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO. POSSIBILIDADE. ATOS DE CONSTRIÇÃO PELO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. Trata-se de agravo de instrumento contra decisão que julgou improcedente a impugnação em que se objetivava fosse declarada a incompetência absoluta do Juízo, a liberação da penhora, no valor de R$ 400,07 em favor da executada e a expedição de ofício ao Juízo da Recuperação Judicial, para pagamento ulterior do crédito extraconcursal, e suspensão do processo até a ocorrência do efetivo pagamento. 2. Assim, uma vez realizada a Assembleia Geral de Credores- termo final do stayperiod-, e, tratando-se de crédito constituído depois de ter o devedor ingressado com o pedido de recuperação judicial (crédito extraconcursal), não há óbice ao prosseguimento da ação, notadamente porque o crédito extraconcursal está excluído do Plano de recuperação Judicial e de seus efeitos. 3. Não obstante as ações, tratando-se de créditos extraconcursais, sigam o seu curso normal, na esteira do posicionamento da doutrina e da jurisprudência, os atos de constrição devem ser determinados pelo Juízo da Recuperação, devendo o juízo processante informar, por intermédio de ofício, ao juízo da recuperação a necessidade de pagamento do crédito extraconcursal. 4. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO e PROVIDO EM PARTE, para determinar que os atos de constrição sejam realizados pelo Juízo da Recuperação, com expedição de ofício pelo Juízo de origem para informar ao Juízo da Recuperação acerca da necessidade de pagamento do crédito extraconcursal. Sem custas. 5. A ementa servirá de acórdão, conforme art. 46 da Lei n. 9.099 /95. (TJ-DF 0700371-53.2019.8.07.9000 DJE 05/06/2019) Consigne-se, ainda, que o crédito perseguido na presente execução se configura como extraconcursal, uma vez que os fatos que ocasionaram a condenação em danos morais por responsabilidade extracontratual ocorreram em data posterior ao pedido de recuperação judicial. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os presentes embargos à execução e, por conseguinte, declaro excesso de execução no montante de R$ 541,84 (quinhentos e quarenta e um reais e oitenta e quatro centavos), permanecendo em favor do exequente o crédito de R$ 7.543,52 (sete mil quinhentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos). Após o trânsito em julgado da presente sentença, determino a expedição de ofício ao juízo da recuperação judicial acima indicado, informando a constituição de crédito extraconcursal nos presentes autos, bem como a necessidade de pagamento da referida quantia. Ademais, ante a impossibilidade de os feitos permanecerem suspensos por tempo indeterminado perante os juizados especiais, determino a remessa dos autos ao arquivo, sendo que, assim que realizado o pagamento, serão os autos desarquivados e as quantias depositadas liberadas em favor da parte exequente. Intime-se. Cumpra-se. Ednei Ferreira dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001752-16.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO CRUZ DA SILVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
MUNICÍPIO DE JACIARA - MT (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Magistrado(s):
EDNEI FERREIRA DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JACIARA SENTENÇA Processo: 1001752-16.2019.8.11.0010. ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: FRANCISCO CRUZ DA SILVA ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: MUNICÍPIO DE JACIARA - MT RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos etc. Dispensado o relatório nos termos do artigo 38, caput, da lei n. 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Analisando o processo, verifico que se encontra maduro para julgamento, sendo desnecessária a produção de outras provas, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do CPC. Cuida-se de ação ajuizada por FRANCISCO CRUZ DA SILVA, em face do ESTADO DE MATO GROSSO e MUNICÍPIO DE JACIARA - MT. Pretende a parte autora que as partes rés sejam compelidas em fornecer procedimento cirúrgico de ARTROPLASTIA ESCAPULO-UMERAL, tendo em vista acometimento de moléstia, conforme prescrição médica. Tutela de urgência indeferida. Em contestação alega o ente Estatal, em síntese, preliminar de ausência de interesse processual, afirmando no mérito que o Estado não pode desrespeitar as leis orçamentárias, alicerçado nos princípios orçamentários, da reserva do possível e das “escolhas trágicas”, bem como do comprometimento da isonomia e consequentemente do acesso universal à saúde. Pugna ainda pela impertinência de multa diária e improcedência da ação. Já a parte reclamada MUNICÍPIO DE JACIARA, alegou em contestação, carência da ação, afirmando no mérito, que o Município apenas realiza a regulação e busca administrativa junto ao Estado, de modo que o procedimento cirúrgico deve ser realizado pela Secretaria Estadual de Saúde, não havendo solidariedade entre os entes, pugnando ao final pela improcedência dos pedidos da exordial. É o breve relato. Decido. PRELIMINARES Rejeito a preliminar de ausência de interesse processual sustentado pelas partes rés na contestação, tendo em vista a previsão constitucional do princípio da inafastabilidade da jurisdição, bem como verifico que a parte reclamante comprovou nos autos a via crucis enfrentada para atendimento médico junto aos entes, o que lhe tem sido negado, demonstrando a necessidade que a parte tem de ingressar em juízo para ter sua pretensão amparada. Nesse sentido: “DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO A SAÚDE. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROSSEGUIMENTO DE JULGAMENTO. AUSÊNCIA DE INGERÊNCIA NO PODER DISCRICIONÁRIO DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 2º, 6º E 196 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1. O direito a saúde é prerrogativa constitucional indisponível, garantido mediante a implementação de políticas públicas, impondo ao Estado a obrigação de criar condições objetivas que possibilitem o efetivo acesso a tal serviço. 2. É possível ao Poder judiciário determinar a implementação pelo Estado, quando inadimplente, de políticas públicas constitucionalmente previstas, sem que haja ingerência em questão que envolve o poder discricionário do Poder Executivo. Precedentes. 3. Agravo regimental improvido . (AI 734.487-AgR, rel. min. Ellen Gracie, Segunda Turma, DJe de 20.08.2010)” Ultrapassada a fase das preliminares, passo à análise do MÉRITO da demanda. MÉRITO Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão assiste às partes autoras. De toda forma, a solução do litígio não demanda muito esforço, mormente pela regra do Código de Processo Civil que estabelece que compete ao autor provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu fato modificativo, impeditivo ou extintivo do referido direito. Além disso, segundo a regra contida nos artigos 336 e 341 do Código de Processo Civil, compete ao réu alegar, na contestação, toda matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor, sob pena de presumirem verdadeiros os fatos não impugnados. Com efeito, o que se tem de relevante para o deslinde da controvérsia é saber se a parte autora faz jus a realização do procedimento cirúrgico, conforme prescrição médica. Angularizada a relação processual, o Estado de Mato Grosso apresentou contestação, postulando pela improcedência da demanda, ao argumento de que a parte autora não comprovou os fatos constitutivos do seu direito, não podendo desrespeitar as leis orçamentarias, o que inviabilizaria o fornecimento do procedimento. Insta mencionar que a saúde da população é dever do Estado e garantia do cidadão, devendo aquele proporcionar o suficiente para o seu bem estar. Assim, com fundamento no Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, nenhum cidadão poderá sofrer qualquer ato que atente contra a sua saúde. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana abrange o direito do cidadão ao recebimento de amplo atendimento médico, de forma gratuita, desde que prescritos por profissional médico à pessoa hipossuficiente,

portadora de doença grave, desprovida de recursos financeiros para custear o tratamento, sem o comprometimento de seu sustento próprio e de sua família, sob pena de colocar em risco sua própria vida. O artigo 196 da Carta Magna consagra o direito à saúde como dever do Estado, que deverá, por meio de políticas sociais e econômicas, propiciar aos necessitados não "qualquer tratamento", mas o mais adequado e eficaz, capaz de ofertar à pessoa enferma maior dignidade e menor sofrimento, senão vejamos: "Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação". Nesse sentido: “O direito à saúde - além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas - representa conseqüência constitucional indissociável do direito à vida.” (STF - 2.ª T. RE-AgR 393175/RS. Rel. Min. CELSO DE MELLO. J.: 12.12.06, DJ 02.02.07, p. 00140) Evidentemente, o direito à vida, à saúde e à dignidade humana devem prevalecer, ainda que em detrimento do erário. Nesse mesmo sentido, já foi decidido pelo E. Supremo Tribunal Federal, em contexto assemelhado (Pet. 1.246-SC): Entre proteger a inviolabilidade do direito à vida, que se qualifica como direito subjetivo inalienável assegurado pela própria Constituição da República (art. 5º, caput e art. 196), ou fazer prevalecer, contra essa prerrogativa fundamental, um interesse financeiro e secundário do Estado, entendo uma vez configurado esse dilema que razões de ordem ético-jurídica impõem ao julgador uma só e possível opção: aquela que privilegia o respeito indeclinável à vida e à saúde humana, notadamente daqueles que têm acesso, por força de legislação local, ao programa de distribuição gratuita de medicamentos, instituído em favor de pessoas carentes. Nesse mesmo sentido, e em razão dessa determinação da Carta Magna, o legislador infraconstitucional editou o art. 2º da Lei nº 8.080/90, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, verbis: A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. À luz de entendimentos jurisprudenciais, é inegável o dever solidário dos vários entes da federação, em garantir integral tratamento de saúde àqueles que o necessitam: Nas causas envolvendo o acesso à saúde dos cidadãos, por meio do Sistema Único de Saúde, os entes federados são solidariamente responsáveis (...). (TRF 4ª R. Al 2003.04.01.041369-9 SC 3ª T Rel. Des. Fed. Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz DJU 21.01.2004 p. 625). Conclui-se, portanto, que cabe aos entes federados, solidariamente responsáveis, no que tange à saúde, a sua promoção e proteção, e também a sua recuperação, não havendo que se falar em violação do princípio da isonomia entre os cidadãos e nem em violação aos princípios da legalidade. Destarte, transparece inegável o direito de acesso à saúde de qualidade, oportunizando o bem-estar daqueles que necessitam, e que não possuem condições de obtê-la, a não ser pelas vias judiciais. Destarte, transparece inegável o direito de acesso à saúde de qualidade, oportunizando o bem-estar daqueles que necessitam, e que não possuem condições de obtê-la, a não ser pelas vias judiciais. Notadamente, sequer se poderia falar em ingerência do Poder Judiciário em área discricionária do Poder Executivo ou violação ao princípio da Separação de Poderes, pois o exercício da jurisdição opera-se, repita-se, em face de direito subjetivo constitucional violado, e, deste modo, apenas se faz cumprir a lei e a ordem constitucional, em fundamentada decisão judicial, ante a lesão ou ameaça a direito (art. 5º, XXXV, da Constituição da República). Então, é dever do Poder Público, aí incluídos os três entes da federação, prestar assistência terapêutica integral àqueles que necessitam, a fim de resguardar o direito à saúde dos cidadãos, não havendo que se falar em impossibilidade de onerabilidade demasiada a determinado ente e nem em violação da separação de poderes. No caso concreto, a parte reclamada não trouxera aos autos prova de ausência dessa disponibilidade financeira para deixar de atender ao pedido inicial, e, mesmo que tivessem trazido, a pretensão deduzida em juízo é razoável porque a parte reclamante busca preservar a dignidade humana que é consequência da própria existência do homem. Sobre o assunto, defendendo que a determinação de promoção à saúde do cidadão pelo Poder Judiciário não ofende o Princípio da reserva do possível, a jurisprudência abaixo: APELAÇÕES CÍVEIS. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. SAÚDE PÚBLICA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. Solidariedade dos entes federados para fornecer medicamentos. O fornecimento gratuito de medicamentos e demais serviços de saúde constitui responsabilidade solidária da União, dos Estados e dos Municípios, derivada dos artigos 6º, 23, II, 30, VII e 196 da Constituição Federal c/c o art. 241 da Constituição Estadual, independentemente da previsão do medicamento pleiteado estar ou não, nas listas do SUS, ou especificamente na lista correspondente ao ente demandado. Princípio da reserva do possível. Não há falar em afronta ao princípio da reserva do possível, pois o Poder Público tem a obrigação constitucional de garantir condições mínimas de saúde aos seus tutelados, bem como por não haver prova da ausência de disponibilidade financeira do ente público. Honorários advocatícios à Defensoria Pública. (...).? (Apelação Cível Nº 70065904971, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Lúcia de Fátima Cerveira, Julgado em 12/08/2015) Não se trata, ademais, de conferir tratamento desigual da parte reclamante em relação aquele cidadão que está na fila do SUS, pois todos estes também merecem tratamento digno, devendo toda a política pública atender à sociedade visando a dignidade da pessoa humana. Analisando a narrativa fática descrita na exordial em confronto com os elementos probatórios carreados aos autos, denota-se que o paciente está necessitando, do procedimento cirúrgico, trazendo aos autos laudo médico, que atestou os problemas de saúde e a necessidade pelo tratamento, bem como restou assentado no parecer do NAT (id. 22641407), que “há risco de perda de oportunidade, inclusive com sequelas permanentes, caso o procedimento não seja providenciado com brevidade, pois já extrapolou, em muito, o tempo recomendado para sua execução”. Ainda, verifico que a parte autora se encontra regulada desde a data de 24.08.2017 (id. 22524964 - Pág. 11), de modo que já houve o transcurso do prazo superior a 27 (vinte e sete) meses, sem, contudo, que o referido procedimento fosse agendado, não podendo a parte demandante permanecer indefinidamente sem receber o atendimento de que necessita. Outrossim, a parte autora encontra-se assistida pela Defensoria Pública, tendo afirmado ser hipossuficiente, nos termos da lei, sendo presumida sua hipossuficiência financeira e consequente incapacidade financeira para o custeio do tratamento médico. Assim, imperiosa a procedência do pleito inicial, para o fornecimento do procedimento cirúrgico de que necessita a parte reclamante, pois provou com os documentos encartados aos autos a sua necessidade. Destaco que, no presente caso, o Poder Judiciário não figura como cogestor dos recursos destinados à saúde, interferindo no orçamento do Estado. Não significa violação ao princípio de independência e harmonia dos Poderes, já que no campo de obrigação contraposta há interesse individual indisponível, inexistindo discricionariedade administrativa. Nesta esteira, o Poder Judiciário se faz presente apenas e tão somente para inibir a execução das irregularidades praticadas pela administração, que, de fato, não observou os princípios constitucionais. DA SOLIDARIEDADE ENTRE OS ENTES No que toca a tese levantada pela municipalidade, sob o fundamento de não haver solidariedade entre os entes, tenho que a mesma deve ser rejeita. É que, o entendimento prevalente firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, reconhece a solidariedade entre Municípios, Estados e União, para a adoção de medidas ligada a saúde dos cidadãos, hipótese dos autos. Nesse sentido: PROCESSUAL CIVIL. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. AÇÃO MOVIDA CONTRA O ESTADO. CHAMAMENTO DA UNIÃO AO PROCESSO. ART. 77, III, DO CPC. DESNECESSIDADE. Controvérsia submetida ao rito do art. 543-C do CPC 1. O chamamento ao processo da União com base no art. 77, III, do CPC, nas demandas propostas contra os demais entes federativos responsáveis para o fornecimento de medicamentos ou prestação de serviços de saúde, não é impositivo, mostrando-se inadequado opor obstáculo inútil à garantia fundamental do cidadão à saúde. Precedentes do STJ. 2. A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal entende que "o recebimento de medicamentos pelo Estado é direito fundamental, podendo o requerente pleiteá-los de qualquer um dos entes federativos, desde que demonstrada sua necessidade e a impossibilidade de custeá-los com recursos próprios", e "o ente federativo deve se pautar no espírito de solidariedade para conferir efetividade ao direito garantido pela Constituição, e não criar entraves jurídicos para postergar a devida prestação jurisdicional", razão por que "o chamamento ao processo da União pelo Estado de Santa Catarina revela-se medida meramente protelatória que não traz nenhuma utilidade ao processo, além de atrasar a resolução do feito, revelando-se meio inconstitucional para evitar o acesso aos remédios necessários para o restabelecimento da saúde da recorrida" (RE 607.381 AgR, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJ 17.6.2011). STJ. 1ª Seção. REsp

1.203.244-SC, Rel. Min. Herman Benjamin, j. em 9/4/2014 (recurso repetitivo) (Grifei) Assim, deve o Estado de Mato Grosso e o Município de Jaciara serem condenados, solidariamente, em fornecer o tratamento médico em favor da parte autora. DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo PROCEDENTES os pedidos da exordial, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para condenar SOLIDARIAMENTE as partes reclamadas em fornecerem o tratamento médico, conforme prescrição médica trazida pela parte autora. Sem custas nem honorários, em conformidade com o art.54 e art.55, ambos da Lei 9.099/95 c/c artigo 27 da Lei 12.153/2009. À consideração do Excelentíssimo Juiz de Direito do Juizado Especial Cível da Comarca de Jaciara para homologação conforme o artigo 40 da lei 9.099/95. Jaciara - MT. Publicado e registrado no PJE. DANILO ALEXANDRE ALVES Juiz Leigo Vistos, Homologo, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do Juiz Leigo deste Juizado Especial. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Intimem-se as partes da sentença. Jaciara - MT. EDNEI FERREIRA DOS SANTOS Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001653-46.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
MARCO ANTONIO FERREIRA DA SILVA (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
MUNICÍPIO DE JACIARA - MT (RÉU)
Magistrado(s):
EDNEI FERREIRA DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JACIARA SENTENÇA Processo: 1001653-46.2019.8.11.0010. AUTOR(A): MARCO ANTONIO FERREIRA DA SILVA RÉU: MUNICÍPIO DE JACIARA - MT, ESTADO DE MATO GROSSO Vistos etc. Dispensado o relatório nos termos do artigo 38, caput, da lei n. 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Analisando o processo, verifico que se encontra maduro para julgamento, sendo desnecessária a produção de outras provas, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do CPC. Cuida-se de ação ajuizada por MARCO ANTONIO FERREIRA DA SILVA, em face do ESTADO DE MATO GROSSO e MUNICÍPIO DE JACIARA - MT. Pretende a parte autora que as partes rés sejam compelidas em fornecer acompanhamento com neurocirurgião, conforme prescrição médica. Tutela de urgência indeferida. Em contestação alega o ente Estatal, em síntese, preliminar de ausência de interesse processual, afirmando no mérito que o Estado não pode desrespeitar as leis orçamentárias, alicerçado nos princípios orçamentários, da reserva do possível e das “escolhas trágicas”, bem como do comprometimento da isonomia e consequentemente do acesso universal à saúde. Pugna ainda pela impertinência de multa diária e improcedência da ação. Já a parte reclamada MUNICÍPIO DE JACIARA, em que pese tenha sido devidamente citada, não apresentou contestação nos autos, contudo, deixo de aplicar os efeitos da revelia, tendo em vista tratar de direitos indisponíveis, nos termos do que preceitua o art. 345, II do CPC. É o breve relato. Decido. PRELIMINARES Rejeito a preliminar de ausência de interesse processual sustentado pela parte ré Estado de Mato Grosso, na contestação, tendo em vista a previsão constitucional do princípio da inafastabilidade da jurisdição, bem como verifico que a parte reclamante comprovou nos autos a via crucis enfrentada para atendimento médico junto aos entes, o que lhe tem sido negado, demonstrando a necessidade que a parte tem de ingressar em juízo para ter sua pretensão amparada. Nesse sentido: “DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO A SAÚDE. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PROSSEGUIMENTO DE JULGAMENTO. AUSÊNCIA DE INGERÊNCIA NO PODER DISCRICIONÁRIO DO PODER EXECUTIVO. ARTIGOS 2º, 6º E 196 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. 1. O direito a saúde é prerrogativa constitucional indisponível, garantido mediante a implementação de políticas públicas, impondo ao Estado a obrigação de criar condições objetivas que possibilitem o efetivo acesso a tal serviço. 2. É possível ao Poder judiciário determinar a implementação pelo Estado, quando inadimplente, de políticas públicas constitucionalmente previstas, sem que haja ingerência em questão que envolve o poder discricionário do Poder Executivo. Precedentes. 3. Agravo regimental improvido . (AI 734.487-AgR, rel. min. Ellen Gracie, Segunda Turma, DJe de 20.08.2010)” Ultrapassada a fase das preliminares, passo à análise do MÉRITO da demanda. MÉRITO Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão assiste às partes autoras. De toda forma, a solução do litígio não demanda muito esforço, mormente pela regra do Código de Processo Civil que estabelece que compete ao autor provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu fato modificativo, impeditivo ou extintivo do referido direito. Além disso, segundo a regra contida nos artigos 336 e 341 do Código de Processo Civil, compete ao réu alegar, na contestação, toda matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor, sob pena de presumirem verdadeiros os fatos não impugnados. Com efeito, o que se tem de relevante para o deslinde da controvérsia é saber se a parte autora faz jus a realização do acompanhamento médito, conforme prescrição médica. Angularizada a relação processual, o Estado de Mato Grosso apresentou contestação, postulando pela improcedência da demanda, ao argumento de que a parte autora não comprovou os fatos constitutivos do seu direito, não podendo desrespeitar as leis orçamentarias, o que inviabilizaria o fornecimento do procedimento. Insta mencionar que a saúde da população é dever do Estado e garantia do cidadão, devendo aquele proporcionar o suficiente para o seu bem estar. Assim, com fundamento no Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, nenhum cidadão poderá sofrer qualquer ato que atente contra a sua saúde. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana abrange o direito do cidadão ao recebimento de amplo atendimento médico, de forma gratuita, desde que prescritos por profissional médico à pessoa hipossuficiente, portadora de doença grave, desprovida de recursos financeiros para custear o tratamento, sem o comprometimento de seu sustento próprio e de sua família, sob pena de colocar em risco sua própria vida. O artigo 196 da Carta Magna consagra o direito à saúde como dever do Estado, que deverá, por meio de políticas sociais e econômicas, propiciar aos necessitados não "qualquer tratamento", mas o mais adequado e eficaz, capaz de ofertar à pessoa enferma maior dignidade e menor sofrimento, senão vejamos: "Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação". Nesse sentido: “O direito à saúde - além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas - representa conseqüência constitucional indissociável do direito à vida.” (STF - 2.ª T. RE-AgR 393175/RS. Rel. Min. CELSO DE MELLO. J.: 12.12.06, DJ 02.02.07, p. 00140) Evidentemente, o direito à vida, à saúde e à dignidade humana devem prevalecer, ainda que em detrimento do erário. Nesse mesmo sentido, já foi decidido pelo E. Supremo Tribunal Federal, em contexto assemelhado (Pet. 1.246-SC): Entre proteger a inviolabilidade do direito à vida, que se qualifica como direito subjetivo inalienável assegurado pela própria Constituição da República (art. 5º, caput e art. 196), ou fazer prevalecer, contra essa prerrogativa fundamental, um interesse financeiro e secundário do Estado, entendo uma vez configurado esse dilema que razões de ordem ético-jurídica impõem ao julgador uma só e possível opção: aquela que privilegia o respeito indeclinável à vida e à saúde humana, notadamente daqueles que têm acesso, por força de legislação local, ao programa de distribuição gratuita de medicamentos, instituído em favor de pessoas carentes. Nesse mesmo sentido, e em razão dessa determinação da Carta Magna, o legislador infraconstitucional editou o art. 2º da Lei nº 8.080/90, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, verbis: A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. À luz de entendimentos jurisprudenciais, é inegável o dever solidário dos vários entes da federação, em garantir integral tratamento de saúde àqueles que o necessitam: Nas causas envolvendo o acesso à saúde dos cidadãos, por meio do Sistema Único de Saúde, os entes federados são solidariamente responsáveis (...). (TRF 4ª R. Al 2003.04.01.041369-9 SC 3ª T Rel. Des. Fed. Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz DJU 21.01.2004 p. 625). Conclui-se, portanto, que cabe aos entes federados, solidariamente responsáveis, no que tange à saúde, a sua promoção e proteção, e também a sua recuperação, não havendo que se falar em violação do princípio da isonomia entre os cidadãos e nem em violação aos princípios da legalidade. Destarte, transparece inegável o direito de acesso à saúde de qualidade, oportunizando o bem-estar daqueles que necessitam, e que não possuem condições de obtê-la, a não ser pelas vias judiciais. Destarte, transparece inegável o direito de acesso à saúde de qualidade, oportunizando o bem-estar daqueles que

necessitam, e que não possuem condições de obtê-la, a não ser pelas vias judiciais. Notadamente, sequer se poderia falar em ingerência do Poder Judiciário em área discricionária do Poder Executivo ou violação ao princípio da Separação de Poderes, pois o exercício da jurisdição opera-se, repita-se, em face de direito subjetivo constitucional violado, e, deste modo, apenas se faz cumprir a lei e a ordem constitucional, em fundamentada decisão judicial, ante a lesão ou ameaça a direito (art. 5º, XXXV, da Constituição da República). Então, é dever do Poder Público, aí incluídos os três entes da federação, prestar assistência terapêutica integral àqueles que necessitam, a fim de resguardar o direito à saúde dos cidadãos, não havendo que se falar em impossibilidade de onerabilidade demasiada a determinado ente e nem em violação da separação de poderes. No caso concreto, a parte reclamada não trouxera aos autos prova de ausência dessa disponibilidade financeira para deixar de atender ao pedido inicial, e, mesmo que tivessem trazido, a pretensão deduzida em juízo é razoável porque a parte reclamante busca preservar a dignidade humana que é consequência da própria existência do homem. Sobre o assunto, defendendo que a determinação de promoção à saúde do cidadão pelo Poder Judiciário não ofende o Princípio da reserva do possível, a jurisprudência abaixo: APELAÇÕES CÍVEIS. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. SAÚDE PÚBLICA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. Solidariedade dos entes federados para fornecer medicamentos. O fornecimento gratuito de medicamentos e demais serviços de saúde constitui responsabilidade solidária da União, dos Estados e dos Municípios, derivada dos artigos 6º, 23, II, 30, VII e 196 da Constituição Federal c/c o art. 241 da Constituição Estadual, independentemente da previsão do medicamento pleiteado estar ou não, nas listas do SUS, ou especificamente na lista correspondente ao ente demandado. Princípio da reserva do possível. Não há falar em afronta ao princípio da reserva do possível, pois o Poder Público tem a obrigação constitucional de garantir condições mínimas de saúde aos seus tutelados, bem como por não haver prova da ausência de disponibilidade financeira do ente público. Honorários advocatícios à Defensoria Pública. (...).? (Apelação Cível Nº 70065904971, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Lúcia de Fátima Cerveira, Julgado em 12/08/2015) Não se trata, ademais, de conferir tratamento desigual da parte reclamante em relação aquele cidadão que está na fila do SUS, pois todos estes também merecem tratamento digno, devendo toda a política pública atender à sociedade visando a dignidade da pessoa humana. Analisando a narrativa fática descrita na exordial em confronto com os elementos probatórios carreados aos autos, denota-se que o paciente está necessitando, do procedimento cirúrgico, trazendo aos autos laudo médico, que atestou os problemas de saúde e a necessidade pelo tratamento, bem como restou assentado no parecer do NAT (id. 22344408 - Pág. 3), que o "Prazo razoável para agendamento da consulta de 60 (sessenta dias – a contar do momento de registro da solicitação via sistema SISREGIII).. Ora, verifico que a parte autora se encontra regulada desde a data de 07.12.2018 (id. 22230729 - Pág. 6), de modo que já houve o transcurso do prazo superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dia, sem, contudo, que o referido atendimento médico fosse agendado, não podendo a parte demandante permanecer indefinidamente sem receber o atendimento de que necessita. Outrossim, a parte autora encontra-se assistida pela Defensoria Pública, tendo afirmado ser hipossuficiente, nos termos da lei, sendo presumida sua hipossuficiência financeira e consequente incapacidade financeira para o custeio do tratamento médico. Assim, imperiosa a procedência do pleito inicial, para o fornecimento do atendimento médico de que necessita a parte reclamante, pois provou com os documentos encartados aos autos a sua necessidade. Destaco que, no presente caso, o Poder Judiciário não figura como cogestor dos recursos destinados à saúde, interferindo no orçamento do Estado. Não significa violação ao princípio de independência e harmonia dos Poderes, já que no campo de obrigação contraposta há interesse individual indisponível, inexistindo discricionariedade administrativa. Nesta esteira, o Poder Judiciário se faz presente apenas e tão somente para inibir a execução das irregularidades praticadas pela administração, que, de fato, não observou os princípios constitucionais. DA SOLIDARIEDADE ENTRE OS ENTES O entendimento prevalente firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, reconhece a solidariedade entre Municípios, Estados e União, para a adoção de medidas ligada a saúde dos cidadãos, hipótese dos autos. Nesse sentido: PROCESSUAL CIVIL. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. AÇÃO MOVIDA CONTRA O ESTADO. CHAMAMENTO DA UNIÃO AO PROCESSO. ART. 77, III, DO CPC. DESNECESSIDADE. Controvérsia submetida ao rito do art. 543-C do CPC 1. O chamamento ao processo da União com base no art. 77, III, do CPC, nas demandas propostas contra os demais entes federativos responsáveis para o fornecimento de medicamentos ou prestação de serviços de saúde, não é impositivo, mostrando-se inadequado opor obstáculo inútil à garantia fundamental do cidadão à saúde. Precedentes do STJ. 2. A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal entende que "o recebimento de medicamentos pelo Estado é direito fundamental, podendo o requerente pleiteá-los de qualquer um dos entes federativos, desde que demonstrada sua necessidade e a impossibilidade de custeá-los com recursos próprios", e "o ente federativo deve se pautar no espírito de solidariedade para conferir efetividade ao direito garantido pela Constituição, e não criar entraves jurídicos para postergar a devida prestação jurisdicional", razão por que "o chamamento ao processo da União pelo Estado de Santa Catarina revela-se medida meramente protelatória que não traz nenhuma utilidade ao processo, além de atrasar a resolução do feito, revelando-se meio inconstitucional para evitar o acesso aos remédios necessários para o restabelecimento da saúde da recorrida" (RE 607.381 AgR, Relator Ministro Luiz Fux, Primeira Turma, DJ 17.6.2011). STJ. 1ª Seção. REsp 1.203.244-SC, Rel. Min. Herman Benjamin, j. em 9/4/2014 (recurso repetitivo) (Grifei) Assim, deve o Estado de Mato Grosso e o Município de Jaciara serem condenados, solidariamente, em fornecer o tratamento médico em favor da parte autora. DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo PROCEDENTES os pedidos da exordial, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para condenar SOLIDARIAMENTE as partes reclamadas em fornecerem o tratamento médico, conforme prescrição médica trazida pela parte autora. Sem custas nem honorários, em conformidade com o art.54 e art.55, ambos da Lei 9.099/95 c/c artigo 27 da Lei 12.153/2009. À consideração do Excelentíssimo Juiz de Direito do Juizado Especial Cível da Comarca de Jaciara para homologação conforme o artigo 40 da lei 9.099/95. Jaciara - MT. Publicado e registrado no PJE. DANILO ALEXANDRE ALVES Juiz Leigo Vistos, Homologo, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do Juiz Leigo deste Juizado Especial. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Intimem-se as partes da sentença. Jaciara - MT. EDNEI FERREIRA DOS SANTOS Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001206-58.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
WANDER PASCOAL DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMILLY SILVA DE CARVALHO OAB - MT22883/O (ADVOGADO(A))
BERTONI DARI NITSCHE OAB - MT0012402A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FERNANDA QUINTINO DIGIGOV (REQUERIDO)
RAFAEL RICARDO VAZ FERREIRA (REQUERIDO)
RAFAEL RICARDO VAZ FERREIRA - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AURILENE SOUSA CARMO OAB - MT16682 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EDNEI FERREIRA DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JACIARA SENTENÇA Processo: 1001206-58.2019.8.11.0010. REQUERENTE: WANDER PASCOAL DE OLIVEIRA REQUERIDO: RAFAEL RICARDO VAZ FERREIRA - ME, RAFAEL RICARDO VAZ FERREIRA, FERNANDA QUINTINO DIGIGOV Vistos etc. Dispensado o relatório nos termos do artigo 38, caput, da lei n. 9099/95. Analisando o processo, verifico que se encontra maduro para julgamento, sendo desnecessária a produção de outras provas, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do CPC. Trata-se de ação proposta por WANDER PASCOAL DE OLIVEIRA, em desfavor de RAFAEL RICARDO VAZ FERREIRA - ME, RAFAEL RICARDO VAZ FERREIRA e FERNANDA QUINTINO DIGIGOV. Relata a parte autora que contratou a prestação de serviços das partes rés, a fim de realizar banho e tosa higiênica de seu animal de estimação denominado "Sapeca", porém, que ao retornar para buscar o animal verificou que o mesmo se encontrava apático, retornando novamente com o animal junto as partes reclamadas, o qual fora atendido, entretanto, veio a óbito. Requer

indenização de danos morais. Em contestação alegam as partes reclamadas, em síntese, preliminar de necessidade de perícia técnica, preclusão consumativa e segurança jurídica, de litigância de má-fé, de ilegitimidade passiva das partes RAFAEL RICARDO VAZ FERREIRA e FERNANDA QUINTINO DIGIGOV, afirmando no mérito que fora prestado atendimento ao animal, inexistindo responsabilidade das partes demandadas no evento morte, não havendo dever de indenizar, haja vista inexistência de qualquer irregularidade, pugnando ao final pela condenação da parte autora no pedido contraposto e a improcedência da ação. É o breve relato. Decido. PRELIMINARES Rejeito a preliminar de necessidade de perícia técnica, tendo em vista que os documentos trazidos aos autos são suficientes ao deslinde da causa, tornando despicienda a realização de exame pericial. Nesse sentido: AÇÃO DE COBRANÇA - ELETRIFICAÇÃO RURAL - RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS PELO CONSUMIDOR - SENTENÇA EXTINTIVA PELA COMPLEXIDADE – DESNECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PROVA PERÍCIAL – COMPETENCIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL – AUSENCIA DE COMPLEXIDADE – SENTENÇA REFORMADA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Trata-se de ação com de pedido de indenização por danos materiais movida em face de ENERGISA, pleiteando o reembolso de valor despendido com a construção de rede elétrica em propriedade rural, bem como a formalização da incorporação da rede supracitada. No caso em análise, não há que se falar em complexidade da matéria, tampouco em incompetência do Juizado Especial Cível, notadamente quando os documentos acostados são suficientes para o enfrentamento do mérito da controvérsia. Com efeito, tem-se que a matéria debatida não se mostra complexa, sendo caso apenas de verificação da norma correta a ser aplicada, não sendo necessária a produção de prova pericial. Assim, haja vista que a sentença objurgada julgou extinto o feito em razão da complexidade, a devolução ao juízo a quo para que analise novamente os autos é a medida que se impõe. Recurso conhecido e provido. PATRICIA CENI DOS SANTOS, Turma Recursal Única, Julgado em 07/12/2018, Publicado no DJE 10/12/2018) Ademais, tenho que deve ser rejeitada a preliminar de preclusão consumativa e segurança jurídica alegada pelas partes rés, tendo em vista que a parte autora não figurou no polo ativo do processo 1000838-83.2018.8.11.0010, bem como a realização do pedido contraposto é uma faculdade do réu, ao passo que eventual direito a ser tutelado pode ser exercido por ação autônoma, como no presente caso. Igualmente, não há o que se falar em litigância de má-fé, pois não estão caracterizadas as hipóteses do art. 80 do CPC, não havendo razão para a aplicação das penas por litigância de má-fé. Ainda, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva arguida, no que toca as partes rés RAFAEL RICARDO VAZ FERREIRA e FERNANDA QUINTINO DIGIGOV, haja vista a existência de relação jurídica entre as partes, ao passo que as partes rés são os médicos veterinários que realizam atendimento na clínica PROVET, ora também parte ré. Ora, é certo que as partes rés, na condição de médicos veterinários, são os responsáveis pela realização de atendimento médico junto a clínica veterinária, ao passo que o animal a ser submetido a 02 (dois) procedimentos médicos (sutura e reanimação com intubação), fora atendido pelos mesmos, de modo que são partes legítimas para figurar no polo passivo da presente ação. Ultrapassada a fase das preliminares, passo à análise do MÉRITO da demanda. MÉRITO Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que assiste parcial razão à parte autora. Temos por regra, que nos litígios envolvendo relações de consumo, tal qual no presente caso, o ônus da prova passa a ser da parte fornecedora. A inversão do ônus da prova tem como fundamento a hipossuficiência da parte consumidora, não só no plano econômico, mas também jurídico, principalmente processual, porque não raras vezes está a parte consumidora impossibilitada de comprovar seu direito por ausência de dados, enquanto a parte fornecedora tem ao seu alcance todos os elementos indispensáveis para a produção da prova. Assim, inverto o ônus da prova em favor da parte consumidora, o que faço com supedâneo no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. A solução do litígio não demanda muito esforço, mormente pela regra do Código de Processo Civil que estabelece que compete ao autor provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu fato modificativo, impeditivo ou extintivo do referido direito. Além disso, segundo a regra contida nos artigos 336 e 341 do Código de Processo Civil, compete ao réu alegar, na contestação, toda matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor, sob pena de presumirem verdadeiros os fatos não impugnados. Com efeito, o que se tem de relevante para o deslinde da controvérsia é saber se houve responsabilidade das partes rés no falecimento do animal “Sapeca”. De início, verifico que restou incontroverso nos autos, que o animal denominado “Sapeca” não apresentava qualquer problema de saúde ou debilidade aparente, no momento da entrada na clínica veterinária, ora parte ré, bem como que no momento da realização do serviço de banho e tosa, houve o corte de sua barriga, vindo o animal a ser submetido a procedimento cirúrgico e posteriormente a óbito, após a entrada na clínica veterinária. No presente caso, em pese a parte reclamada tenha afirmado a ausência de conduta ilícita, sob a justificativa de que o corte abdominal não foi o causador do óbito do animal sapeca, tendo em vista que o mesmo sofria de “insuficiência cardíaca crônica, não relatada e não diagnosticada previamente em consultas de rotina”, observa-se que o diagnóstico do resultado de necropsia foi “Síndrome da Angústia Respiratória Aguda Canina (fase subaguda)” e “Insuficiência Cardíaca” (documento de id. 23165096 - Pág. 2). Ora, o próprio laudo médico trazido nos autos não afirma que a morte do animal seja em decorrência de uma condição preexistente, vez que apenas relata a pré-existência de uma insuficiência cardíaca crônica, não ligando tal condição ao óbito do animal. Entretanto, tenho que houve imperícia das partes rés nos cuidados para com o animal, ao passo que constatada a ocorrência da lesão no abdômen do mesmo, deveriam as partes demandadas entrar em contato com a parte autora, a fim de verificar a existência de alguma condição preexistente de doença do animal, em vez de realizarem procedimento cirúrgico, sem a autorização da proprietária e com aplicação de medicamentos e anestésicos, sem saber se o animal possuía alguma restrição. Apesar das razões das partes rés, verifico que estas não comprovaram a ocorrência de nenhum fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da parte autora. Outrossim, no caso em tela, de acordo com os documentos carreados nos autos, o animal fora levado para a realização de serviço de banho e tosa higiênica, ao passo que, havendo o corte em seu abdômen, com a necessidade de realização de procedimento cirúrgico e aplicação de anestesia, este se mostra fora da linha de desdobramento dos serviços contratados, devendo as partes rés responderem por eventual dano causado. A responsabilidade da clínica veterinária é analisada sob o ponto de vista objetivo, independentemente de culpa, enquanto a responsabilidade do profissional liberal é subjetiva, nos termos do art. 14, § 4º CDC. Nesse sentido: “DIREITO PROCESSUAL CIVIL (...) RESPONSABILIDADE CIVIL - CLÍNICA VETERINÁRIA - SERVIÇOSDE BANHO E TOSA DE ANIMAIS - RELAÇÃO DE CONSUMO - RESPONSABILIDADE OBJETIVA - MORTE DE CACHORRO DECORRENTE DE LESÕES CAUSADAS DURANTE A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS - DANOS MORAIS - CONFIGURAÇÃO - VALOR INFERIOR AO PEDIDO - SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - NÃO CONFIGURAÇÃO. I (omissis) V – A prestação de serviço de banho e tosa realizada por clínica veterinária se amolda à definição contida no § 2º do art. 3º do Código de Defesa do Consumidor, sendo, pois, a clínica veterinária fornecedora de serviços. VI - Os fornecedores de serviços respondem objetivamente pelos danos causados ao consumidor em virtude de inobservância do dever de segurança imposto pelo § 1º do art. 14, do Código de Defesa do Consumidor. VII - Aplicada a responsabilidade objetiva, ao consumidor incumbe apenas a prova do fato lesivo, do dano e do nexo causal que os vinculam. VIII - Para se eximir do dever de indenizar, cabe ao fornecedor a prova da inexistência de defeito ou a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, nos termos do art. 14, § 3º, inc. I e II, CDC, ônus este do qual não se desincumbira. IX - A morte de animal de estimação decorrente de lesões causadas durante a prestação de serviços de banho e tosa gera danos de ordem moral ao proprietário do animal, que prescindem de prova. X - Uma vez reconhecido o direito à reparação pelo dano, ainda que seja ela fixada em valor inferior ao pedido ou sugerido pela parte, não há sucumbência parcial ou recíproca, tendo em vista que a valoração do dano incumbe ao juiz.” [TJMG Apelação Cível nº 1.0024.07.483870-7/001, Relator Desembargador Mota e Silva, j. 22.02.2011, p. 04.3.2011]. Ademais, a morte do animal de estimação da parte autora no interior da clínica veterinária, ora parte ré, logo após procedimento cirúrgico realizado por seus veterinários, também réus na presente ação, por si só, gera em desfavor das rés a presunção de culpa, cabendo a elas comprovarem que o fato ocorreu por circunstâncias alheias à prestação do serviço, providência da qual não se desincumbiram. Outrossim, verifico que o animal não fora levado a clínica parte ré para a realização de procedimento cirúrgico, não sendo suficiente a alegação das rés de que o estado de saúde do animal teria sido a causa de sua morte, restando inconteste que o animal deu entrada sem qualquer relato de problemas de

saúde, ao passo que o óbito ocorreu em razão da imperícia dos veterinários, ora réus, quando da realização do procedimento cirúrgico, conforme já delineado acima. Ainda, ressalto para o fato de que a liberação do animal se deu sob o efeito do sedativo, conforme narrado na exordial, vez que o animal "mantinha-se apática e mal conseguia ficar em pé", circunstância que demonstra ainda mais a negligência das partes rés no trato com os animais colocados aos seus cuidados. Deste modo, tenho que efetivamente houve falhas na prestação do serviço, vez que, as partes reclamadas não agiram com diligência no cuidado do animal submetido a sua guarda. Nesse sentido: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS – JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE – CERCEAMENTO DE DEFESA – NÃO OCORRÊNCIA – REPARAÇÃO DE DANOS – MORTE DE ANIMAL DE ESTIMAÇÃO – USO EXCESSIVO DE SEDATIVO DURANTE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO – COMPROVAÇÃO – DANOS MORAIS E MATERIAIS COMPROVADOS – QUANTUM INDENIZATÓRIO MANTIDO – LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ – AFASTADA – SENTENÇA REFORMADA – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. Não acarreta cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide sem audiência de instrução e julgamento se as provas anexadas aos autos forem suficientes para o convencimento do magistrado. As clínicas veterinárias, na qualidade de prestadoras de serviços, respondem independente de culpa pelo serviço defeituoso prestado ao consumidor. A reparação de danos morais deve proporcionar a satisfação da vítima e, em contrapartida, impor ao infrator impacto financeiro, a fim de dissuadi-lo da prática do ilícito. A relutante intenção de ver garantidos os seus direitos não configura, por si só, má-fé, já que é garantido às partes, constitucionalmente, o direito ao contraditório e à ampla defesa. (N.U 0002905-62.2014.8.11.0015, Ap 103527/2015, DES.DIRCEU DOS SANTOS, TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 09/09/2015, Publicado no DJE 16/09/2015) Sendo o ônus da prova relativo a essas hipóteses do prestador do serviço e não tendo ele se desincumbido do ônus que lhe cabia deve ser responsabilizado pelos danos causados. Os artigos 186 e 927 ambos do Código Civil Brasileiro, prelecionam que: Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Nesse caso, em que provável a aflição da parte autora em face do ato lesivo ensejado pelas partes demandadas, resta estabelecido o dever de indenizar por dano moral, importando, na sequência, fixar o quantum indenizatório. Na hipótese dos autos, é evidente a tristeza e a mágoa da parte autora em decorrência da má prestação do serviço pelas partes rés, que ocasionou a morte de seu animal de estimação "Sapeca", certamente muito estimada pela família, conforme fotografias que instruem a inicial. Na temática, a lei civil não fornece critérios específicos para a fixação do quantum, cabendo ao Juiz a árdua missão de estipular um valor justo de modo a amenizar e compensar o abalo. O valor a ser arbitrado na indenização por danos morais deve atender a uma dupla finalidade: reparação e repressão. E, portanto, deve ser observada a capacidade econômica do atingido, mas também do ofensor, de molde a que não haja enriquecimento injustificado, mas que também não lastreie indenização que não atinja o caráter pedagógico a que se propõe. Nesse sentido, preleciona o STJ: "Na fixação do valor da condenação por dano moral, deve o julgador atender a certos critérios, tais como nível cultural do causador do dano; condição sócio-econômica do ofensor e do ofendido; intensidade do dolo ou grau da culpa (se for o caso) do autor da ofensa; efeitos do dano no psiquismo do ofendido e as repercussões do fato na comunidade em que vive a vítima." (RESP 355392/RJ, Rel. MINISTRO CASTRO FILHO, j. 26.03.02). Nessa trilha leciona SÉRGIO CAVALIERI FILHO: "Razoável é aquilo que é sensato, comedido, moderado; que guarda uma certa proporcionalidade. Importa dizer que o juiz, ao valorar o dano moral, deve arbitrar uma quantia que, de acordo com o seu prudente arbítrio, seja compatível com a reprovabilidade da conduta ilícita, a intensidade e duração do sofrimento experimentado pela vítima, a capacidade econômica do causador do dano, as condições sociais do ofendido, e outras circunstâncias mais que se fizerem presentes" (in Programa de Responsabilidade Civil, 2.ª edição, 2001 p. 81/82) Com efeito, a indenização por dano moral deve representar para a vítima uma satisfação capaz de amenizar de alguma forma o sofrimento impingido. A eficácia da contrapartida pecuniária está na aptidão para proporcionar tal satisfação em justa medida, de modo que não signifique um enriquecimento sem causa para a vítima e produza impacto bastante no causador do mal a fim de dissuadi-lo a praticar novo atentado. A jurisprudência trilha o caminho do bom senso nessa linha tênue daquilo que representa o equilíbrio do justo ressarcimento: "Ao magistrado compete estimar o valor da reparação de ordem moral, adotando os critérios da prudência e do bom senso e levando em estima que o quantum arbitrado representa um valor simbólico que tem por escopo não o pagamento do ultraje - a honra não tem preço - mas a compensação moral, a reparação satisfativa devida pelo ofensor ao ofendido.(TJPR, APC nº 19.411-2, 1ª Turma Cível, Des. Rel. Oto Luiz Sponholz)." Entretanto, ressalta-se que a reparação de dano moral não pode ensejar enriquecimento ilícito, devendo o julgador levar em consideração o quantum indenizatório. Justifica-se a redução do montante a ser arbitrado, em decorrência deste juízo verificar a existência de mais 01 (uma) demanda de ação indenizatória, com pedido de danos morais (autos 1000589-98.2019.8.11.0010), proposta pelo mesmo núcleo familiar. Outrossim, em que pese o grande afeto da parte autora pelo animal, verifico que a parte autora daquela demanda (Sra. Eliana Leandro de Souza), era a proprietária do animal, conforme se infere do documento de id. 23693091, o que demonstra uma maior dor suportada quando do óbito, apto a justificar a diferenciação do valor indenizatório. Sopesando tais orientações e ponderando as circunstâncias do caso, reputo apropriada e condizente a fixação da verba indenizatória por danos morais, satisfazendo, assim, a justa proporcionalidade entre o ato ilícito e o constrangimento causado, bem como a condição econômica das partes reclamadas, atendendo ao caráter compensatório e ao mesmo tempo inibidor a que se propõe a pretensão indenizatória, nos moldes estabelecidos na Constituição da República, suficiente para representar um desestímulo à prática de novas condutas pelo agente causador do dano. DO PEDIDO CONTRAPOSTO No que tange a pretensão contraposta, formulada pela parte reclamada FERNANDA QUINTINO DIGIGOV, tenho que a mesma deve ser indeferida. Compulsando os autos, verifico que esta, não conseguiu trazer provas aptas a demonstrar a veracidade de suas alegações, passando ao largo de comprovar qualquer ato ilícito praticado pela parte autora, ensejador de reparação e, principalmente, não conseguiram demonstrar qualquer prejuízo experimentado em decorrência de tais atos. Ora, analisando detidamente os autos, verifico que as supostas condutas desabonadoras/desrespeitosas supostamente proferidas pela parte autora, não foram direcionadas a terceira parte ré, conforme se infere do Boletim de Ocorrência (id. 23165091 e 23164338), bem como tenho que tais fatos, frisa-se não praticados em face da terceira parte demandada, já foram tratadas nos respectivos processos judiciais, movido pela parte ré Rafael Ricardo Vaz Ferreira. Assim, diante da ausência de comprovação de qualquer conduta ilícita da parte autora em face da terceira parte reclamada, a improcedência do pedido contraposto é medida imperiosa. DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da exordial, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para o fim de: 1 – condenar SOLIDARIAMENTE as partes reclamadas ao pagamento de R$ 2.000,00 (dois mil reais) pelos danos morais sofridos pela parte reclamante, valor este que deverá ser acrescido de correção monetária pelo índice oficial - INPC/IBGE e, juros legais de 1% (um por cento) ao mês, ambos a partir do arbitramento desta sentença, nos termos da súmula 362 do STJ. Julgo IMPROCEDENTE o pedido contraposto, nos termos da fundamentação supra. Sem custas nem honorários, em conformidade com o art.54 e art.55, ambos da Lei 9.099/95. À consideração do Excelentíssimo Juiz de Direito do Juizado Especial Cível da Comarca de Jaciara para homologação conforme o artigo 40 da lei 9.099/95. Jaciara - MT. Publicado e registrado no PJE. DANILO ALEXANDRE ALVES Juiz Leigo Vistos, Homologo, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do Juiz Leigo deste Juizado Especial. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Intimem-se as partes da sentença. Jaciara - MT. EDNEI FERREIRA DOS SANTOS Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000013-08.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
SIMONY DA SILVA SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OMNI FINANCEIRA S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:

NEILDES ARAUJO AGUIAR DI GESU OAB - SP0217897A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EDNEI FERREIRA DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JACIARA SENTENÇA Processo: 1000013-08.2019.8.11.0010. REQUERENTE: SIMONY DA SILVA SANTOS REQUERIDO: OMNI FINANCEIRA S/A Vistos e etc, Dispenso o relatório, nos termos do artigo 38, da Lei 9.099/95. Decido. Recurso de embargos de declaração opostos por OMNI FINANCEIRA S/A, contra sentença proferida no presente feito, que lhe move SIMONY DA SILVA SANTOS. Consoante ao embargo da parte ré, por discordar com a fundamentação declinada na sentença, pretende, pela via dos aclaratórios, rever o entendimento do juízo prolator. Verifico que as razões do embargo revelam o inconformismo da parte com a sentença que julgou parcialmente procedente a demanda, não reconhecendo sua tese, sustentada na peça de resistência. Não há o que aclarar ou colmatar no ato sentencial, o que fulmina o meio impugnativo ora manejado. Não é dado à parte buscar rediscutir o que já foi decidido na sentença, o que não se compadece com o recurso ora manejado, pois o Estado-juiz, ao declarar seu entendimento, fundando-o em alguma disposição legal, em algum elemento de prova que lhe passou convencimento, ou, ainda, em alguma corrente jurisprudencial, está, por conseguinte, afastando a incidência de qualquer outro dispositivo de lei, de qualquer outra circunstância probatória e também das eventuais outras posições jurisprudenciais que lhe parecerem incompatíveis. A jurisdição deve ser prestada na exata medida da causa de pedir e do pedido, cumprindo declinar a fundamentação mais apropriada ao caso concreto. Friso, uma vez mais, que a sentença não padece de dúvida, obscuridade, contradição ou omissão, que são as hipóteses de cabimento dos aclaratórios. Cito: Ementa: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ADVOGADO DA UNIÃO. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXECUTIVA - GAE. EXCLUSÃO PELA MEDIDA PROVISÓRIA 2.048-26/2000, QUE INSTITUIU A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE JURÍDICA - GDAJ. AUSÊNCIA DE VÍCIOS DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME. NÃO CABIMENTO. 1. Os aclaratórios não merecem prosperar, pois o acórdão embargado não padece de vícios de omissão, contradição ou obscuridade, na medida que apreciou a demanda de forma clara e precisa, estando bem delineados os motivos e fundamentos que a embasam. 2. Não se prestam os embargos de declaração ao reexame da matéria que se constitui em objeto do decisum, porquanto constitui instrumento processual com o escopo de eliminar do julgamento obscuridade, contradição ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pela decisão ou, ainda, de corrigir evidente erro material, consoante reza o art. 535 do CPC. 3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp 1353016/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 03/09/2013) Logo, em relação ao embargo da parte demandada mostra-se imperativo pela declaração de que o presente é manifestamente descabido, porquanto, como dito acima, não objetiva aclarar ou a integrar o julgado, tendo em vista que o meio impugnativo ora manejado busca, tão só, modificar o entendimento declinado pelo Estado-juiz acerca da matéria ora impugnada, o que não se compadece com o recurso manejado. ADVIRTO à parte ora Embargante, por fim, que a oposição de novos embargos de declaração com fins meramente protelatórios poderá ensejar a aplicação de multa, conforme previsão expressa do § 2º do art. 1.026 do CPC. Nesse sentido: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – OMISSÃO – VÍCIO INEXISTENTE – INTENÇÃO DO EMBARGANTE DE REDISCUTIR A MATÉRIA – IMPOSSIBILIDADE – PREQUESTIONAMENTO – OBEDIÊNCIA NECESSÁRIA AOS DITAMES DO ART. 1.022, CPC/2015 – DECISÃO COLEGIADA CLARA E COERENTE – INTUITO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA – EMBARGOS PROTELATÓRIOS - APLICAÇÃO DE MULTA – EMBARGOS REJEITADOS. 1 – Não havendo erro, omissão, contradição ou obscuridade no acórdão, mas mero inconformismo do embargante com o julgamento que lhe foi desfavorável, a rejeição dos embargos de declaração é medida que se impõe. 2 – O oferecimento de embargos de declaração manifestamente procrastinatórios enseja a aplicação da multa prevista no § 2º do art. 1.026 do CPC/2015. (ED 70977/2018, DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 26/11/2018, Publicado no DJE 06/12/2018) Assim, não vislumbro a existência dos alegados vícios na decisão proferida. Não concordando a parte Embargante com o julgado, o único remédio possível é a interposição do recurso previsto em Lei. Diante do exposto, REJEITO os embargos de declaração opostos. À consideração do Excelentíssimo Juiz de Direito do Juizado Especial Cível da Comarca de Jaciara para homologação conforme o artigo 40 da lei 9.099/95. Jaciara - MT. Publicado e registrado no PJE. DANILO ALEXANDRE ALVES Juiz Leigo Vistos, Homologo, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, a decisão da lavra do Juiz Leigo deste Juizado Especial. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Intimem-se as partes da sentença. Jaciara - MT. EDNEI FERREIRA DOS SANTOS Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1002039-76.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
ARLY CABRAL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO BINOTTO PEREIRA OAB - MS12098 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DETRAN (REQUERIDO)
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EDNEI FERREIRA DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JACIARA SENTENÇA Processo: 1002039-76.2019.8.11.0010. REQUERENTE: ARLY CABRAL REQUERIDO: DETRAN, ESTADO DE MATO GROSSO Vistos etc. Dispensado o relatório nos termos do artigo 38, caput, da lei n. 9.099/95 c/c artigo 27, da Lei nº 12.153/2009. Analisando o processo, verifico que se encontra maduro para julgamento, sendo desnecessária a produção de outras provas, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do CPC. Cuida-se de ação ajuizada por ARLY CABRAL em face do ESTADO DE MATO GROSSO e DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO - DETRAN/MT. Pretende a parte autora que as partes rés sejam compelidas em realizar a desvinculação da responsabilidade relativa aos bens móveis, do qual deixou de ser proprietário, ante a ocorrência de furto, bem como a declaração de inexistência de débitos dos mesmos. Tutela de urgência deferida. Em contestação alega o Departamento de Trânsito, em síntese, preliminar de ausência a audiência de conciliação, inépcia da petição inicial, ausência de legitimidade e interesse processual, litigância de má-fé, pugnando pela improcedência da ação. Já o ente Estatal, contestou, em síntese, que os débitos tributários do IPVA decorrem de cadastramento realizado junto ao DETRAN, o qual possui competência para eventual alteração cadastral, não havendo se falar em responsabilidade do ente estatal, pugnando pela improcedência da ação. É o breve relato. Decido. PRELIMINARES Não houve designação de seção de conciliação, tornando desnecessária a análise da preliminar vindicada. Evidencia-se a legitimidade passiva tanto do DETRAN, uma vez que detém a responsabilidade pela higidez dos registros dos veículos em circulação. Com efeito, conforme o disposto no art. 1º da Lei Federal n. 3.844, de 13.04.77 o Departamento de Trânsito de Mato Grosso – DETRAN/MT é uma autarquia com personalidade jurídica própria, senão vejamos: “Art. 1º - O Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), criado pela Lei nº 2626, de 7 de julho de 1966, fica transformado em autarquia, com personalidade jurídica própria, autonomia administrativa e financeira, sede e foro em Cuiabá e jurisdição em todo o território do Estado”. Portanto o referido Departamento possui personalidade jurídica própria, distinta da entidade estatal e municipal, a qual está vinculada, bem como autonomia administrativa e financeira, motivo pelo qual deve responder, isoladamente, por questões relacionadas às multas por infrações de trânsito, danos sofridos por falha na prestação de serviço ou ainda por questões de envolvam a clonagem de veículo vinculado a sua jurisdição, como no caso dos autos. Ainda, tenho que deve ser rejeitada a preliminar de inépcia da inicial, arguida pela parte ré DETRAN, sob fundamento de falta de interesse de agir, tendo em vista a previsão constitucional do princípio da inafastabilidade da jurisdição. Outrossim, a busca ou o exaurimento da via administrativa não é requisito indispensável a propositura da ação, ante a necessidade que a parte tem de ingressar em juízo para ter sua pretensão amparada. Igualmente, não há o que se falar em litigância de má-fé, pois não estão caracterizadas as hipóteses do art. 80 do CPC, não havendo razão para a aplicação das penas por litigância de má-fé. Desse modo, REJEITAM-SE as preliminares invocadas pelas partes reclamadas. Ultrapassada a fase das preliminares,

passo à análise do MÉRITO da demanda. MÉRITO Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que parcial razão assiste à parte autora. De toda forma, a solução do litígio não demanda muito esforço, mormente pela regra do Código de Processo Civil que estabelece que compete ao autor provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu fato modificativo, impeditivo ou extintivo do referido direito. Além disso, segundo a regra contida nos artigos 336 e 341 do Código de Processo Civil, compete ao réu alegar, na contestação, toda matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor, sob pena de presumirem verdadeiros os fatos não impugnados. Com efeito, o que se tem de relevante para o deslinde da controvérsia é saber se a parte autora faz jus a desvinculação da responsabilidade relativa o veículo e semi-reboques cadastrados com as placas JZE3170, JZE3120 e JYV1990, no que se refere ao pagamento dos tributos. DO VEICULO DE PLACA JZE3170 A parte autora afirma que no ano de 1998 o veículo SCANIA/T114 GA4X2NZ, de placa JZE3170 e RENAVAM 00706513924 fora furtado/roubado, motivo pelo qual deixou de realizar o pagamento do licenciamento. Analisando detidamente os documentos juntados aos autos, mormente após a análise do extrato do DETRANNET lançado no id. 23668519 - Pág. 1, consta que o veículo possui o impedimento de "Ocorrência de Furto/Roubo (23/10/1998)". Logo, tenho que restou demonstrado através dos documentos que o citado veículo fora roubado na data de 23/10/1998, de modo que o seu domínio útil ficou prejudicado. No que tange o furto ou roubo de veículo, o artigo 29-B da Lei Estadual nº 7.301/2000, disciplinou que importa no cancelamento dos débitos do IPVA, nesses termos: "Art. 29-B. Cancelam-se os débitos do IPVA relativos a veículo objeto de perda total, furto, roubo, a partir da data da ocorrência do evento, mantido, porém, o débito correspondente a tantos doze avos quantos forem os meses-calendário ou fração já transcorridos no exercício". Eis o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso: APELAÇÃO CÍVEL – ISENÇÃO DO IPVA – VEÍCULO FURTADO – COMUNICAÇÃO DO SINISTRO VIA ADMINISTRATIVA – IRRELEVÂNCIA – RECURSO IMPROVIDO. 1-No Estado de Mato Grosso a Lei 7.301/2000, em seu artigo 29-B dispõe sobre a isenção de pagamento de IPVA, em caso de roubo furto ou privação dos direitos de propriedade. 2-Estando o apelado amparado por lei, não é necessário o esgotamento, ou o acesso, em primeiro lugar, da via administrativa, somente para após, negado referido direito pleiteado administrativamente, recorrer á via judicial. (N.U 0000219-48.2010.8.11.0012, SERLY MARCONDES ALVES, SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 07/02/2014, Publicado no DJE 14/02/2014) Assim, ante a comprovação de Furto/Roubo do bem e, diante a ausência de responsabilidade do pagamento das cobranças realizadas pelas partes rés, a declaração de inexistência das mesmas é medida que se impõe, devendo as partes demandadas obstarem em realizar qualquer cobrança nesse sentido, no que toca ao veículo SCANIA/T114 GA4X2NZ, de placa JZE3170 e RENAVAM 00706513924. DOS VEÍCULOS DE PLACA JYV1990 E JZE3120 No que toca os veículos REB/RANDON SR GR TR, de placa JYV1990 e RENAVAM 00636567486, bem como SR/RANDON SR CA, de placa JZE3120 e RENAVAM 00706512430, tenho que a improcedência do pedido de declaração de inexistência do débito é medida de rigor. In casu, a parte reclamante alega que referidos bens foram furtados/roubados, contudo, não juntou aos autos qualquer documento ou comprovação de tais sinistros. É que, dá análise dos documentos de id. 23668516 e 23668517, verifico que inexiste qualquer impedimento registrado nos respectivos veículos. Ademais, se houve o furto/roubo do bem da parte autora, nos termos sugeridos na peça inicial, deveria esta trazer aos autos a comprovação de tal comunicação ou de sua ocorrência, passando ao largo de comprovar tal realização. Incumbe a parte reclamante provar a veracidade de seus alegados quanto aos fatos constitutivos do seu direito nos termos do art. 373, inciso I, do CPC. "A regra do ônus da prova é um indicativo para o juiz se livrar do estado de dúvida e, assim, julgar o mérito e colocar fim ao processo. Tal dúvida deve ser paga pela parte que tem o ônus da prova. Se a dúvida paira sobre o fato constitutivo, essa deve ser suportada pelo autor, ocorrendo o contrário em relação aos demais fatos" (Prova, Revista dos Tribunais, 2009, p. 160)". Dessa feita, o conjunto probatório autoriza a conclusão de que não houve a ocorrência dos sinistros, nos termos sugeridos pela parte autora, ao passo que não restou comprovado adimplemento de suas obrigações para os tributos cobrados pelas partes rés, não havendo que se falar em inexistência do débito. DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo parcialmente PROCEDENTES os pedidos da exordial, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, a fim de confirmar a tutela de urgência, tão somente quanto ao veículo SCANIA/T114 GA4X2NZ, de placa JZE3170 e RENAVAM 00706513924, e, de consequência, determinar as partes rés para que promovam a respectiva baixa definitiva de todos os débitos registrados em nome da parte autora para o respectivo veículo. Julgo IMPROCEDENTES os demais pedidos da inicial, nos termos da fundamentação supra. Sem custas nem honorários, em conformidade com o art.54 e art.55, ambos da Lei 9.099/95 c/c artigo 27 da Lei 12.153/2009. À consideração do Excelentíssimo Juiz de Direito do Juizado Especial Cível da Comarca de Jaciara para homologação conforme o artigo 40 da lei 9.099/95. Jaciara - MT. Publicado e registrado no PJE. DANILO ALEXANDRE ALVES Juiz Leigo Vistos, Homologo, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do Juiz Leigo deste Juizado Especial. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Intimem-se as partes da sentença. Jaciara - MT. EDNEI FERREIRA DOS SANTOS Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001736-62.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO JOSE PAES DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO MARQUES DE ABREU OAB - MT0011683A (ADVOGADO(A))
LUCAS HENRIQUE MASCARENHAS OAB - MT23615/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EDNEI FERREIRA DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JACIARA SENTENÇA Processo: 1001736-62.2019.8.11.0010. REQUERENTE: PAULO JOSE PAES DE SOUZA REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Vistos etc. Dispensado o relatório nos termos do artigo 38, caput, da lei n. 9099/95. Analisando o processo, verifico que se encontra maduro para julgamento, sendo desnecessária a produção de outras provas, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do CPC. Trata-se de ação proposta por PAULO JOSE PAES DE SOUZA, em desfavor de TELEFONICA BRASIL S.A. Relata a parte autora que é cliente da parte ré, tendo solicitado o cancelamento do desconto semanal junto a parte reclamada, sofrendo insistentes cobranças indevidas pela parte ré, pugnando ao final pela cessação das cobranças e indenização de danos morais. Tutela de urgência deferida. Em contestação alega a parte reclamada, em síntese, que há existência de relação jurídica entre as partes, não havendo dever de indenizar, haja vista inexistência de qualquer irregularidade na cobrança, pugnando ao final pela improcedência da ação. Inexistindo preliminares, passo à análise do mérito da demanda. É o breve relato. Decido. MÉRITO Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que parcial razão assiste à parte autora. De toda forma, a solução do litígio não demanda muito esforço, mormente pela regra do Código de Processo Civil que estabelece que compete ao autor provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu fato modificativo, impeditivo ou extintivo do referido direito. Além disso, segundo a regra contida nos artigos 336 e 341 do Código de Processo Civil, compete ao réu alegar, na contestação, toda matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor, sob pena de presumirem verdadeiros os fatos não impugnados. Temos por regra, que nos litígios envolvendo relações de consumo, tal qual no presente caso, o ônus da prova passa a ser da parte fornecedora. A inversão do ônus da prova tem como fundamento a hipossuficiência da parte consumidora, não só no plano econômico, mas também jurídico, principalmente processual, porque não raras vezes está a parte consumidora impossibilitada de comprovar seu direito por ausência de dados, enquanto a parte fornecedora tem ao seu alcance todos os elementos indispensáveis para a produção da prova. Assim, inverto o ônus da prova em favor da parte consumidora, o que faço com supedâneo no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Incumbe a parte reclamada provar a veracidade de seus argumentos alegados, na qualidade de fornecedora de serviços, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque as assertivas

são fatos extintivos de direito, nos termos do art. 373, II, do CPC. Compulsando os autos verifico que a parte reclamada não conseguiu satisfatoriamente com a contestação inibir os fatos constitutivos do direito do autor trazido com a exordial e, nem provar o que afirmou com a defesa. Com efeito, o que se tem de relevante para o deslinde da controvérsia, é que a parte autora afirma desconhecer a origem dos descontos que abalroaram sua fatura de cartão de crédito, afirmando ter solicitado o cancelamento dos indigitados descontos. De início, verifico que restou incontroverso nos autos que a parte ré realizou vários descontos na fatura de cartão de crédito da parte autora. Assim, conforme preceitua o Art. 374, III, do CPC, não dependem de prova os fatos admitidos no processo como incontroversos, como ocorreu no presente. Nesse sentido, restando incontroverso a realização dos descontos pela parte ré, junto ao cartão de crédito da parte autora, resta analisar a legalidade da conduta daquela, a fim de verificar a existência ou não de autorização para realização dos citados descontos. No presente caso, em pese a parte reclamada tenha afirmado a ausência de conduta ilícita, observa-se que esta não trouxe aos autos qualquer tipo de documento ou contrato, que comprovasse a legalidade dos débitos que ensejaram o lançamento na fatura de cartão de crédito da parte autora e, principalmente, não há qualquer autorização da parte reclamante para a efetivação dos descontos. Outrossim, analisando detidamente os autos, verifico que a parte autora conseguir comprovar através dos protocolos de atendimento, que buscou solucionar o impasse junto a parte reclamada por várias oportunidades, tendo que aguardar longo período, sem, contudo, ter seu problema solucionado, sendo que esta última se manteve inerte até o ajuizamento da presente demanda. Assim, tenho que efetivamente houve falhas na prestação do serviço, vez que, a parte reclamada realizou indevidamente os descontos na conta corrente da parte autora. Deste modo, entendo que assiste razão a parte reclamante, pois não houve a comprovação dos débitos que originaram os descontos indevidos. No entanto, prevalece no âmbito da Turma Recursal do Estado do Mato Grosso o entendimento de que o dano moral sofrido em virtude de desconto indevido na conta corrente se configura “in re ipsa”, ou seja, independentemente de prova. Nesse sentido: RECURSO INOMINADO – RELAÇÃO DE CONSUMO – CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO – ALEGAÇÃO DE CESSÃO DO CRÉDITO - INSTRUMENTO DE CESSÃO NÃO CARREADO AOS AUTOS – ÔNUS DO DEMANDADO – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA LEGITIMIDADE DO DÉBITO - DESCONTOS INDEVIDOS – PREJUÍZO MATERIAL COMPROVADO – DIREITO À RESTITUIÇÃO EM DOBRO – DANO MORAL CONFIGURADO IN RE IPSA – QUANTUM INDENIZATÓRIO MANTIDO – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. GONCALO ANTUNES DE BARROS NETO, Turma Recursal Única, Julgado em 18/02/2019, Publicado no DJE 20/02/2019) (Grifei) O dano moral, neste caso, decorre da frustração da expectativa de usufruir como bem entender dos valores disponíveis em sua conta, tendo que percorrer longa e tormentosa trajetória para reaver os valores descontados indevidamente, tudo isto somado ao desrespeito com que foi tratado a consumidora. Por certo que tudo isto causa à parte sentimento de impotência e fraqueza ante a ilicitude da recusa em restituir os valores indevidamente descontados. A parte reclamante sofreu, pois, lesão decorrente da frustração, da angústia, da sensação de impotência, em razão de não poder dispor do numerário de sua conta corrente, posição em consonância com a Jurisprudência dominante. Insta ressaltar que a responsabilidade da parte reclamada como fornecedora de serviços é objetiva nos termos do art. 14 do CDC, que assim dispõe: O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. Tal responsabilidade é afastada apenas quando comprovada que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste, ou, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro (§ 3º, inc. I e II, do art. 14, do CDC). Sendo o ônus da prova relativo a essas hipóteses do prestador do serviço e não tendo ele se desincumbido do ônus que lhe cabia deve ser responsabilizado pelos danos causados. Os artigos 186 e 927 ambos do Código Civil Brasileiro, prelecionam que: Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Nesse caso, em que provável a aflição da parte autora em face do ato lesivo ensejado pela parte demandada, resta estabelecido o dever de indenizar por dano moral, importando, na sequência, fixar o quantum indenizatório. Na temática, a lei civil não fornece critérios específicos para a fixação do quantum, cabendo ao Juiz a árdua missão de estipular um valor justo de modo a amenizar e compensar o abalo. O valor a ser arbitrado na indenização por danos morais deve atender a uma dupla finalidade: reparação e repressão. E, portanto, deve ser observada a capacidade econômica do atingido, mas também do ofensor, de molde a que não haja enriquecimento injustificado, mas que também não lastreie indenização que não atinja o caráter pedagógico a que se propõe. Nesse sentido, preleciona o STJ: “Na fixação do valor da condenação por dano moral, deve o julgador atender a certos critérios, tais como nível cultural do causador do dano; condição sócio-econômica do ofensor e do ofendido; intensidade do dolo ou grau da culpa (se for o caso) do autor da ofensa; efeitos do dano no psiquismo do ofendido e as repercussões do fato na comunidade em que vive a vítima." (RESP 355392/RJ, Rel. MINISTRO CASTRO FILHO, j. 26.03.02). Nessa trilha leciona SÉRGIO CAVALIERI FILHO: “Razoável é aquilo que é sensato, comedido, moderado; que guarda uma certa proporcionalidade. Importa dizer que o juiz, ao valorar o dano moral, deve arbitrar uma quantia que, de acordo com o seu prudente arbítrio, seja compatível com a reprovabilidade da conduta ilícita, a intensidade e duração do sofrimento experimentado pela vítima, a capacidade econômica do causador do dano, as condições sociais do ofendido, e outras circunstâncias mais que se fizerem presentes” (in Programa de Responsabilidade Civil, 2.ª edição, 2001 p. 81/82) Com efeito, a indenização por dano moral deve representar para a vítima uma satisfação capaz de amenizar de alguma forma o sofrimento impingido. A eficácia da contrapartida pecuniária está na aptidão para proporcionar tal satisfação em justa medida, de modo que não signifique um enriquecimento sem causa para a vítima e produza impacto bastante no causador do mal a fim de dissuadi-lo a praticar novo atentado. A jurisprudência trilha o caminho do bom senso nessa linha tênue daquilo que representa o equilíbrio do justo ressarcimento: “Ao magistrado compete estimar o valor da reparação de ordem moral, adotando os critérios da prudência e do bom senso e levando em estima que o quantum arbitrado representa um valor simbólico que tem por escopo não o pagamento do ultraje - a honra não tem preço - mas a compensação moral, a reparação satisfativa devida pelo ofensor ao ofendido.(TJPR, APC nº 19.411-2, 1ª Turma Cível, Des. Rel. Oto Luiz Sponholz).” Sopesando tais orientações e ponderando as circunstâncias do caso, reputo apropriada e condizente a fixação da verba indenizatória por danos morais, satisfazendo, assim, a justa proporcionalidade entre o ato ilícito e o constrangimento causado, bem como a condição econômica da parte reclamada, atendendo ao caráter compensatório e ao mesmo tempo inibidor a que se propõe a pretensão indenizatória, nos moldes estabelecidos na Constituição da República, suficiente para representar um desestímulo à prática de novas condutas pelo agente causador do dano. Assim, ante a ausência de comprovação da legalidade dos débitos, a declaração de inexistência dos mesmos é medida que se impõe. DOS DANOS MATERIAIS No que toca a repetição do indébito, tenho que assiste razão a parte autora. É que, analisando detidamente os autos, verifico que a parte ré não trouxe qualquer documento que comprovasse a autorização dos descontos, passando ao largo de comprovar qualquer solicitação ou autorização nesse sentido. Ainda, em concordância com o entendimento da Turma Recursal de Mato Grosso, tenho que a devolução deverá ocorrer de foram dobrada, visto que, não havendo provas da adesão ao serviço indevidamente cobrado, os valores indevidamente pagos devem ser restituídos em dobro. Nesse sentido: RECURSO INOMINADO ? RELAÇÃO DE CONSUMO ? CONTRATOS BANCÁRIOS ? CARTÃO DE CRÉDITO ? COBRANÇA POR SERVIÇO NÃO CONTRATADO ? REPETIÇÃO DO INDÉBITO EM DOBRO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS ? SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA ? RESTITUIÇÃO SIMPLES ? INSURGÊNCIA DA PARTE RECLAMANTE ? RESTITUIÇÃO DE VALORES DEVE OCORRER DE FORMA DOBRADA ? DANO MORAL NÃO CONFIGURADO ? SENTENÇA REFORMADA EM PARTE ? RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. É ônus que incumbe à Ré comprovar fatos modificativos, impeditivos ou extintivos do direito pleiteado, nos moldes do artigo 373, inciso II, do NCPC, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos não impugnados. Não havendo provas da adesão ao serviço indevidamente cobrado, os valores indevidamente pagos devem ser restituídos de forma dobrada. Não obstante a falha na prestação do serviço, tais fatos não comprovam o dano moral alegado, de modo que a situação não desborda do mero aborrecimento. Recurso conhecido e parcialmente provido. (TJMT; Turma

Recursal; RI n.º 0028651-68.2014.811.0002; Relator Juiz Dr. Marcelo Sebastião Prado de Moraes; julgado em 19/08/2016). (Grifei) Desta forma, deve a parte ré ser compelida a restituição da importância total de R$ 270,00 (duzentos e setenta reais), já em dobro, nos termos do que preceitua o art. 42, p. único, do CDC. DESCUMPRIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA Em simples análise dos autos percebe-se que a parte reclamada apresentou manifestação para que a parte autora fornecesse seus dados para cumprimento da tutela de urgência, a qual fora atendida, inexistindo qualquer comprovação de descumprimento após tal data. Assim, tenho que restou cumprida a tutela deferida nos autos. DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos da exordial, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para o fim de: 1 – confirmar a tutela deferida nos autos; 2 – condenar a parte reclamada a restituir em favor da parte reclamante a importância de R$ 270,00 (duzentos e setenta reais), já em dobro, valor este que deverá ser acrescido de correção monetária pelo índice oficial - INPC/IBGE, desde o efetivo desembolso e, juros legais de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação; 3 – condenar a parte reclamada ao pagamento de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) pelos danos morais sofridos pela parte reclamante, valor este que deverá ser acrescido de correção monetária pelo índice oficial - INPC/IBGE e, juros legais de 1% (um por cento) ao mês, ambos a partir do arbitramento desta sentença, nos termos da súmula 362 do STJ. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. À consideração do Excelentíssimo Juiz de Direito do Juizado Especial Cível da Comarca de Jaciara para homologação conforme o artigo 40 da lei 9.099/95. Jaciara - MT. Publicado e registrado no PJE. DANILO ALEXANDRE ALVES Juiz Leigo Vistos, Homologo, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do Juiz Leigo deste Juizado Especial. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Intimem-se as partes da sentença. Jaciara - MT. EDNEI FERREIRA DOS SANTOS Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1003414-49.2018.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
AMILTO GONCALVES DA SILVA (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE JACIARA - MT (RÉU)
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
EDNEI FERREIRA DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JACIARA SENTENÇA Processo: 1003414-49.2018.8.11.0010. AUTOR(A): AMILTO GONCALVES DA SILVA RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO, MUNICÍPIO DE JACIARA - MT Vistos etc. Trata-se de ação promovida por AMILTO GONCALVES DA SILVA, em face de ESTADO DE MATO GROSSO e MUNICIPIO DE JACIARA. A execução foi adimplida, sendo realizada a expedição do competente Alvará Judicial no id. 20416281 em favor da parte autora. Considerando o valor do fármaco e os documentos trazidos aos autos no id. 21042418, 21972746 e 22870593 restando demonstrada a aquisição dos medicamentos e aplicações pela parte exequente, tenho que houve efetivo cumprimento da prestação de contas, no que toca aos valores contristados das contas do ente estadual. Contudo, verifico a existência de saldo a ser restituído na conta do Estado de mato Grosso, no importe de R$ 49,64 (quarenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), referente a diferença dos valores constritos nas contas do ente estadual (id. 19499698) e aquele levantado pela parte autora (id. 2041628). Assim, deve a parte exequente ser compelida em restituir os valores diretamente na conta do ente estatal, devendo comprovar tal restituição, no prazo de 10 (dez) dias. Dados para restituição: ESTADO DE MATO GROSSO - CNPJ Titular Conta: 03.507.415/0001-44 Banco Agência Conta 001 - Banco do Brasil S.A. 3834 10101004 DISPOSITIVO Dessa forma, JULGO EXTINTO o feito COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 924, II e 925, ambos do CPC. Determino que a intimação da parte exequente, para que realize a restituição dos valores diretamente na conta do ente estatal, bem como sua comprovação, no prazo de 10 (dez) dias. À consideração do Excelentíssimo Juiz de Direito do Juizado Especial Cível da Comarca de Jaciara para homologação conforme o artigo 40 da lei 9.099/95. Jaciara - MT. Publicado e registrado no PJE. DANILO ALEXANDRE ALVES Juiz Leigo Vistos, Homologo, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, a decisão da lavra do Juiz Leigo deste Juizado Especial. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Intimem-se as partes da decisão. Jaciara - MT. EDNEI FERREIRA DOS SANTOS Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001405-80.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
ALZIRA DE FATIMA ALEGRETTI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARAMITAN FARIA CASSIANO JORGE DE CARVALHO OAB - MT18850/O (ADVOGADO(A))
SILVANA PACHECO LEAL OAB - MT0003714A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALIANCA DO BRASIL SEGUROS S/A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Jacó Carlos Silva Coelho OAB - MT15013-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EDNEI FERREIRA DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JACIARA SENTENÇA Processo: 1001405-80.2019.8.11.0010. REQUERENTE: ALZIRA DE FATIMA ALEGRETTI REQUERIDO: ALIANCA DO BRASIL SEGUROS S/A. Vistos etc. Dispensado o relatório nos termos do artigo 38, caput, da lei n. 9099/95. Analisando o processo, verifico que se encontra maduro para julgamento, sendo desnecessária a produção de outras provas, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do CPC. Trata-se de ação de indenização proposta por ALZIRA DE FATIMA ALEGRETTI, em desfavor de ALIANCA DO BRASIL SEGUROS S/A. Relata a parte autora ser usuária dos serviços da parte ré, referente seguro residencial, asseverando que em decorrência de fortes chuvas ocorridas no município, sua casa fora atingida pelo alagamento, ocorrendo diversos prejuízos, sendo negado o ressarcimento dos mesmos, requerendo ao final indenização de dano moral e material. Em contestação alega a parte reclamada, em síntese, que não houve a contratação do risco ocorrido, bem como da existência de expressa previsão contratual de exclusão do evento natural ocorrido, pugnando ao final pela improcedência da demanda. Inexistindo preliminares passo a análise de mérito. É o breve relato. Decido. MÉRITO Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que NÃO assiste razão à parte autora. A solução do litígio não demanda muito esforço, mormente pela regra do Código de Processo Civil que estabelece que compete ao autor provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu fato modificativo, impeditivo ou extintivo do referido direito. Além disso, segundo a regra contida nos artigos 336 e 341 do Código de Processo Civil, compete ao réu alegar, na contestação, toda matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor, sob pena de presumirem verdadeiros os fatos não impugnados. Temos por regra, que nos litígios envolvendo relações de consumo, tal qual no presente caso, o ônus da prova passa a ser da parte fornecedora. A inversão do ônus da prova tem como fundamento a hipossuficiência da parte consumidora, não só no plano econômico, mas também jurídico, principalmente processual, porque não raras vezes está a parte consumidora impossibilitada de comprovar seu direito por ausência de dados, enquanto a parte fornecedora tem ao seu alcance todos os elementos indispensáveis para a produção da prova. Assim, inverto o ônus da prova em favor da parte consumidora, o que faço com supedâneo no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Não obstante a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, inciso VIII, do CDC, esta não libera a parte autora da comprovação mínima dos fatos constitutivos do direito que pleiteia. Ora, não se pode transformar a técnica de julgamento de inversão do ônus da prova em verdadeira prova diabólica, sob pena de obrigarmos a reclamada a provar todas as nuances fáticas e legais, mesmo aquelas que estejam fora de sua esfera de cognição e conhecimento. Outro não é o entendimento do mestre Fredie Didier Junior, que ensina: “Por outro lado, exigir do fornecedor, apenas por vislumbrar uma possível inversão do ônus da prova em seu desfavor, faça prova tanto dos fatos impeditivos, extintivos ou modificativos que eventualmente alegar, como de inexistência do fato constitutivo do direito do consumidor, é tornar legal a inversão que o legislador quis que fosse judicial (tanto que exigiu o preenchimento, no

caso concreto, de certos requisitos). Segundo Cambi, o juiz, ao inverter o ônus da prova, deve fazê-lo sobre fato ou fatos específicos, referindo-se a eles expressamente. Deve evitar a inversão do ônus probandi para todos os fatos que beneficiam ao consumidor, de forma ampla e indeterminada, pois acabaria colocando sobre o fornecedor o encargo de provar negativa absoluta/indefinida, o que é imposição diabólica." Com efeito, o que se tem de relevante para o deslinde da controvérsia é saber se a parte autora faz jus a indenização decorrente do alagamento ocorrido em sua residência. In casu, tenho que restou incontroverso nos autos que os infortúnios suportados pela parte demandante decorreram de alagamento, decorrente das fortes chuvas, conforme afirmado na exordial. Assim, conforme preceitua o Art. 374, III, do CPC, não dependem de prova os fatos admitidos no processo como incontroversos, como ocorreu no presente. De outro norte, incumbe a parte reclamada provar a veracidade de seus argumentos alegados, na qualidade de fornecedora de serviços, vez que as assertivas são fatos extintivos de direito, nos termos do art. 373, II, do CPC. Compulsando os autos verifico que a parte reclamada conseguiu satisfatoriamente com a contestação inibir os fatos constitutivos do direito do autor trazido com a exordial e, provando o que afirmou com a defesa. No caso em tela, de acordo com a prova dos autos, não houve a contratação pela parte autora da cobertura de seguro residencial para chuva/alagamento. A parte reclamada juntou nos autos o contrato assinado pela parte autora (id. 24381113), o qual possui expressamente as coberturas contratadas, inexistindo qualquer menção quanto a cobertura de chuva/alagamento. Como se percebe da proposta de seguro, a cláusula contratual em questão está redigida de forma clara e sua interpretação literal não demanda conhecimentos técnicos do consumidor. Considerando que a apólice do seguro faz referência aos riscos cobertos, estabelecendo tudo de forma clara e sem o propósito de engodo, não assiste razão ao autor ao exigir o pretendido ressarcimento, devendo prevalecer no caso o princípio do "pacta sunt servanda". Logo, inexiste a configuração de qualquer ato ilícito, não havendo como cogitar o elemento culpa, bem como não há como concluir que o problema ocorrido com a parte reclamante foi efetuado de forma ilícita pela reclamada, não podendo esta ser responsabilizada pelos fatos narrados pela parte autora, o que faz afastar a responsabilidade pelos danos materiais e morais. Nesse sentido: APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. AÇÃO INDENIZATÓRIA. SEGURO RESIDENCIAL. PREJUÍZOS ADVINDOS DE FORTES CHUVAS. RISCO NÃO CONTRATADO. INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA INDEVIDA. Trata-se de ação de indenização securitária, relativa ao contrato de seguro residencial firmado entre as partes, julgada improcedente na origem. "In casu", a tentativa do autor de enquadrar o episódio na garantia denominada explosão é descabida, pois restou evidenciada que a causa dos prejuízos foi a enxurrada causada por fortes chuvas, o que definitivamente não está previsto na apólice, desonerando a seguradora ré do dever de indenizar. Com efeito, a liturgia do "caput" do artigo 757 do Código Civil estabelece que a seguradora obrigar-se-á apenas pelos riscos predeterminados, ou então, riscos assumidos, de sorte que sua interpretação possibilita a eleição de riscos sobre os quais recairá a cobertura securitária, bem como a exclusão daqueles que não pretende garantir. Precedentes. Sentença mantida. APELAÇÃO DESPROVIDA.(Apelação Cível, Nº 70042955229, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Niwton Carpes da Silva, Julgado em: 04-04-2013) Inexistindo ato ilícito praticado pela parte reclamada, indevida será a indenização por danos morais e materiais pleiteada pela parte reclamante. DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo IMPROCEDENTES os pedidos da exordial, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas nem honorários, em conformidade com o art.54 e art.55, ambos da Lei 9.099/95. À consideração do Excelentíssimo Juiz de Direito do Juizado Especial Cível da Comarca de Jaciara para homologação conforme o artigo 40 da lei 9.099/95. Jaciara - MT. Publicado e registrado no PJE. DANILO ALEXANDRE ALVES Juiz Leigo Vistos, Homologo, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do Juiz Leigo deste Juizado Especial. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Intimem-se as partes da sentença. Jaciara - MT. EDNEI FERREIRA DOS SANTOS Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000336-81.2017.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
JAINE NAHANE MIRANDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAINE NAHANE MIRANDA OAB - MT18122/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EDNEI FERREIRA DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JACIARA SENTENÇA Processo: 1000336-81.2017.8.11.0010. EXEQUENTE: JAINE NAHANE MIRANDA EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos. Conforme os cálculos constantes nos autos o valor devido à exequente é de R$ 3.890,98 (três mil oitocentos e noventa reais e noventa e oito centavos), sendo que, mesmo com a realização frutífera de penhora online em desfavor do executado, este veio aos autos e realizou o depósito da quantia R$ 3.524,25 (três mil quinhentos e vinte e quatro reais e vinte e cinco centavos). Assim, considerando que a obrigação foi integralmente satisfeita, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO com fulcro no que dispõem os arts. 924, inc. II, e art. 925, ambos do CPC, autorizando que a parte postulante proceda ao levantamento dos valores vinculados aos autos mediante a expedição do competente Alvará Judicial, a ser expedido em nome do beneficiário ou de seu advogado, desde que este tenha procuração especial para tanto. Atente-se para a liberação dos valores da seguinte forma: R$ 3.890,98 (três mil oitocentos e noventa reais e noventa e oito centavos) em favor da Exequente R$ 3.524,25 (três mil quinhentos e vinte e quatro reais e vinte e cinco centavos) em favor do Executado Dê-se baixa em eventuais gravames e penhoras realizadas nos autos. Atente-se para adequada autuação e distribuição na fase de cumprimento de julgado. Sentença publicada e registrada pelo sistema eletrônico PJE 2.0. Intimem-se. Transitada em julgado, arquive-se com as baixas e anotações de estilo. Cumpra-se, expedindo o necessário. Ednei Ferreira dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001745-24.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTIANE BORGES DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EDNEI FERREIRA DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JACIARA SENTENÇA Processo: 1001745-24.2019.8.11.0010. REQUERENTE: CRISTIANE BORGES DE ALMEIDA REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Vistos etc. Dispensado o relatório nos termos do artigo 38, caput, da lei n. 9.099/95. Analisando o processo, verifico que se encontra maduro para julgamento, sendo desnecessária a produção de outras provas, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do CPC. Trata-se de ação proposta por CRISTIANE BORGES DE ALMEIDA, em desfavor de TELEFÔNICA BRASIL S.A. Relata a parte autora que teve o nome inserido nos órgãos de proteção ao crédito pela parte reclamada, referente débito indevido, requerendo assim a declaração de inexistência do débito, bem como indenização de danos morais. Em contestação alega a parte reclamada, em síntese, preliminar de ausência de documento indispensável e documento sigiloso, afirmando no mérito que o débito é devido, ante a existência de relação jurídica entre as partes, não havendo dever de indenizar, haja vista inexistência de qualquer irregularidade na cobrança, pugnando ao final pela condenação da parte autora nas penas de litigância de má-fé e pedido contraposto. É o breve relato. Decido. PRELIMINARES Rejeito a preliminar de ausência de documento indispensável a propositura da ação, tendo em vista que o documento trazido aos autos apresenta informações verossímeis. Ainda, tenho que deve ser rejeita a preliminar de documento sigiloso, ante a inexistência de informações pessoais da parte autora no citado documento. Ultrapassada a fase das preliminares, passo à análise do MÉRITO da demanda. MÉRITO Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão NÃO assiste à parte autora. A solução do litígio não demanda muito esforço, mormente pela regra do Código de Processo Civil

que estabelece que compete ao autor provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu fato modificativo, impeditivo ou extintivo do referido direito. Além disso, segundo a regra contida nos artigos 336 e 341 do Código de Processo Civil, compete ao réu alegar, na contestação, toda matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor, sob pena de presumirem verdadeiros os fatos não impugnados. Temos por regra, que nos litígios envolvendo relações de consumo, tal qual no presente caso, o ônus da prova passa a ser da parte fornecedora. A inversão do ônus da prova tem como fundamento a hipossuficiência da parte consumidora, não só no plano econômico, mas também jurídico, principalmente processual, porque não raras vezes está a parte consumidora impossibilitada de comprovar seu direito por ausência de dados, enquanto a parte fornecedora tem ao seu alcance todos os elementos indispensáveis para a produção da prova. Assim, inverto o ônus da prova em favor da parte consumidora, o que faço com supedâneo no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Incumbe a parte reclamada provar a veracidade de seus argumentos alegados, na qualidade de fornecedora de serviços, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque as assertivas são fatos extintivos de direito, nos termos do art. 373, II, do CPC. Compulsando os autos verifico que a parte reclamada conseguiu satisfatoriamente com a contestação inibir os fatos constitutivos do direito do autor trazido com a exordial e, provando o que afirmou com a defesa. Com efeito, o que se tem de relevante para o deslinde da controvérsia é que a parte autora contesta as cobranças realizadas pela parte reclamada, negando qualquer inadimplência nesse sentido. No caso em tela, de acordo com a prova dos autos, verifico a existência de relação jurídica entre as partes, restando demonstrada a inadimplência da parte autora. A parte reclamada juntou nos autos a comprovação do serviço contratado pela parte demandante, conforme se extrai do contrato juntado com a defesa no Id. 25780877, sendo que há cópia do documento de identidade da parte autora, bem como a assinatura é idêntica as demais assinaturas apostas nos documentos que instruíram a exordial. Outrossim, ressalto para o fato de que, fora possibilitado a parte autora, o exercício do contraditório e ampla defesa, onde poderia demonstrar o pagamento dos débitos, permanecendo inerte neste particular. A parte requerente deixou de trazer qualquer contraponto às provas apresentadas pela parte ré. Assim, a dívida e negativação é legítima, descabe, portanto, o pleito de indenização por danos morais. A propósito, averbem-se julgados pertinentes: RECURSO INOMINADO – AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – AELGAÇÃO DE INSCRIÇÃO INDEVIDA EM ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO – SUPOSTAS NEGATIVAÇÕES INDEVIDAS NO VALOR DE R$ 199,13 (cento e noventa e nove reais e treze centavos) – SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA – INSURGÊNCIA DA PARTE RECLAMANTE – PLEITO DE REFORMA DA SENTENÇA PARA JULGAR PROCEDENTES OS PEDIDOS INICIAIS – A PARTE AUTORA ALTERA A VERSÃO DOS FATOS – NA INICIAL DIZ QUE NÃO POSSUI DÉBITO COM A PARTE RECORRIDA, JÁ NA IMPUGNAÇÃO ALEGA A AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE CONTRATAÇÃO – RELAÇÃO JURÍDICA COMPROVADA – DANO MORAL NÃO CONFIGURADO – LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ MANTIDA – SENTENÇA MANTIDA POR OUTROS FUNDAMENTOS – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.1. No caso em comento, a parte Recorrente pleiteia a procedência dos seus pedidos iniciais com o reconhecimento dos danos morais, oriundos da suposta inclusão indevida de seu nome junto aos órgãos de proteção ao crédito. 2. No entanto, não há que se falar em condenação por danos morais, tampouco em procedência dos pedidos iniciais, notadamente a contestação traz o termo de adesão e contratação de serviços (id. 7580913), devidamente assinado pela parte autora, bem como cópia dos documentos pessoais da autora e histórico de pagamentos (id. 7580914), o que evidencia regular contratação e utilização dos serviços, fato inicialmente negado pela parte Reclamante.3. Ainda mais, verifica-se que a parte autora alega na inicial que não possui nenhum débito com a recorrida, mas não juntou nenhum comprovante de pagamento. Contudo, na impugnação a parte autora alega a ausência de demonstração de contratação, ou seja, a parte autora altera a versão dos fatos.4. Contudo, mantenho a litigância de má-fé da parte autora, tendo em vista que a recorrida comprovou a relação entre as partes.5. Dessa forma, a sentença deve ser mantida em sua totalidade.6. Recurso conhecido e improvido. (N.U 1007057-34.2017.8.11.0015, TURMA RECURSAL, PATRICIA CENI DOS SANTOS, Turma Recursal Única, Julgado em 18/06/2019, Publicado no DJE 24/06/2019) Destarte, não se verificando a ocorrência de qualquer conduta ilícita ou indevida pela parte reclamada, não há que se falar em ocorrência de dano material e moral, uma vez que, ausentes os requisitos necessários para que haja o dever de indenizar, ou seja, o ato ilícito, o dano, o nexo de causalidade entre o ato, o dano e a culpa da reclamada. DA LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ Vislumbro no presente litígio a existência de litigância de má-fé pela parte autora, frente à notória alteração na realidade dos fatos, nos termos do art. 142 do CPC, o que dá ensejo à sua condenação, nos termos do art. 81 do Código de Processo Civil. A parte reclamante ingressou com a presente demanda afirmando não possuir qualquer dívida que justificasse os apontamentos, o que implicaria em ato ilícito ensejador de danos morais pelo abalo sofrido, em virtude dos atos da parte reclamada, que ensejou a inserção de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. Entretanto, compulsando aos autos, verifico que a reclamada cumpriu com seu ônus probatório, demonstrando se tratar de dívida devidamente contraída, inclusive acostando aos autos documentos que demonstram a existência junto a parte autora. Logo, resta clara a alteração dos fatos, já que a parte reclamante indica a inexistência da relação jurídica devidamente comprovada nos presentes autos, tornando-se a condenação em litigância de má-fé medida necessária. Imperioso mencionar, inclusive, que se há alguma irregularidade esta encontra-se no agir da parte autora, que na tentativa de se eximir de suas obrigações induziu em erro este juízo alterando a verdade dos fatos, ficando caracterizada a litigância de má-fé prevista no artigo 80 do CPC. Eis o entendimento jurisprudencial: APELAÇÃO CIVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. LEGALIDADE DA CONTRATAÇÃO. SENTENÇA DE IMPROCEDENCIA MANTIDA. LITIGANCIA DE MÁ-FÉ CONFIGURADA. 1. BAIXA DO FEITO EM DILIGÊNCIA. DAS PROVAS PRODUZIDAS NOS AUTOS: As provas produzidas pela parte ré, nos termos do que dispõe o artigo 333, II, do Código de Processo Civil, são suficientes para contrapor o alegado pelo requerente e comprovar que a contratação de fato existiu. 2. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. Mantida a condenação da parte demandante. Inviabilidade de condenação do procurador da parte. Precedentes desta Corte e do Superior Tribunal de Justiça. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO. (Apelação Cível Nº 70056465560, Décima Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Eduardo João Lima Costa, Julgado em 08/10/2013). DO PEDIDO CONTRAPOSTO A parte reclamada requer o pagamento no valor da dívida relativamente ao inadimplemento, aduz que a parte autora deveria quitar seus débitos, porém, deixou de pagar o importe de R$ 109,83 (cento e nove reais e oitenta e três centavos), que se encontra inadimplente, sem notícias nos autos de quitação. Diante da comprovação da relação entre as partes e, em face de inadimplência da mesma, merece guarida o pedido contraposto apresentado pela parte reclamada. DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo IMPROCEDENTES os pedidos da exordial, declarando extinto o feito com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. ACOLHO o pedido contraposto, determinando que a parte autora pague a dívida discutida nos autos, cujo valor total é de R$ 109,83 (cento e nove reais e oitenta e três centavos), acrescida de juros e corrigida monetariamente a partir do vencimento. Por outro lado, condeno a parte reclamante à pena de litigância de má-fé no valor equivalente a 5% sobre o valor corrigido da causa, a ser revertido em favor da parte reclamada, na forma do artigo 81, do Código de Processo Civil. Outrossim, em decorrência da má-fé, condeno a parte reclamante, na forma do artigo 55 da Lei n. 9.099/95, ao pagamento das custas e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor da causa, levando-se em conta os critérios do art. 85, §8º do Código de Processo Civil. Ressalto, ainda, que, nos termos do Enunciado 114 do FONAJE, “A gratuidade da justiça não abrange o valor devido em condenação por litigância de má-fé (XX Encontro – São Paulo/SP)”. À consideração do Excelentíssimo Juiz de Direito do Juizado Especial Cível da Comarca de Jaciara para homologação conforme o artigo 40 da lei 9.099/95. Jaciara - MT. Publicado e registrado no PJE. DANILO ALEXANDRE ALVES Juiz Leigo Vistos, Homologo, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do Juiz Leigo deste Juizado Especial. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Intimem-se as partes da sentença. Jaciara - MT. EDNEI FERREIRA DOS SANTOS Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001837-02.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
GRACILENE PEREIRA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO GUIMARAES NOGUEIRA OAB - MT0012853A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EDNEI FERREIRA DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JACIARA SENTENÇA Processo: 1001837-02.2019.8.11.0010. REQUERENTE: GRACILENE PEREIRA DE OLIVEIRA REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Vistos etc. Dispensado o relatório nos termos do artigo 38, caput, da lei n. 9.099/95. Analisando o processo, verifico que se encontra maduro para julgamento, sendo desnecessária a produção de outras provas, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do CPC. Trata-se de ação proposta por GRACILENE PEREIRA DE OLIVEIRA, em desfavor de TELEFÔNICA BRASIL S.A. Relata a parte autora que teve o nome inserido nos órgãos de proteção ao crédito pela parte reclamada, referente débito indevido, requerendo assim a declaração de inexistência do débito, bem como indenização de danos morais. Tutela de urgência indeferida. Em contestação alega a parte reclamada, em síntese, preliminar de falta de interesse de agir e ausência de pretensão resistida, afirmando no mérito que o débito é devido, ante a existência de relação jurídica entre as partes, não havendo dever de indenizar, haja vista inexistência de qualquer irregularidade na cobrança, pugnando ao final pela condenação da parte autora nas penas de litigância de má-fé e pedido contraposto. É o breve relato. Decido. PRELIMINARES Rejeito as preliminares de falta de interesse de agir, sob o fundamento de ausência de pretensão resistida, tendo em vista a previsão constitucional do princípio da inafastabilidade da jurisdição. Ademais, o exaurimento da via administrativa não é requisito indispensável a propositura da ação, ante a necessidade que a parte tem de ingressar em juízo para ter sua pretensão amparada. Ultrapassada a fase das preliminares, passo à análise do MÉRITO da demanda. MÉRITO Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que assiste parcial razão à parte autora. A solução do litígio não demanda muito esforço, mormente pela regra do Código de Processo Civil que estabelece que compete ao autor provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu fato modificativo, impeditivo ou extintivo do referido direito. Além disso, segundo a regra contida nos artigos 336 e 341 do Código de Processo Civil, compete ao réu alegar, na contestação, toda matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor, sob pena de presumirem verdadeiros os fatos não impugnados. Temos por regra, que nos litígios envolvendo relações de consumo, tal qual no presente caso, o ônus da prova passa a ser da parte fornecedora. A inversão do ônus da prova tem como fundamento a hipossuficiência da parte consumidora, não só no plano econômico, mas também jurídico, principalmente processual, porque não raras vezes está a parte consumidora impossibilitada de comprovar seu direito por ausência de dados, enquanto a parte fornecedora tem ao seu alcance todos os elementos indispensáveis para a produção da prova. Assim, inverto o ônus da prova em favor da parte consumidora, o que faço com supedâneo no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Incumbe a parte reclamada provar a veracidade de seus argumentos alegados, na qualidade de fornecedora de serviços, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque as assertivas são fatos extintivos de direito, nos termos do art. 373, II, do CPC. Compulsando os autos verifico que a parte reclamada não conseguiu satisfatoriamente com a contestação inibir os fatos constitutivos do direito do autor trazido com a exordial e, nem provar o que afirmou com a defesa. Com efeito, o que se tem de relevante para o deslinde da controvérsia é que a parte autora contesta as cobranças realizadas pela parte reclamada, que ensejaram a inserção de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. Outrossim, em exame do conjunto fático probatório disponível nos autos, nota-se que foi juntado pela parte promovida, no corpo da peça de resistência, telas e relatórios que aparentam ser de seu sistema, os quais não têm o condão probatório, pois ao que tudo indica se tratam de documentos apócrifos e produzidos unilateralmente. Nesse sentido: E M E N T A RECURSO INOMINADO – RELAÇÃO DE CONSUMO – DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO – INSCRIÇÃO EM SERASA – DANO MORAL – SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA – INSURGÊNCIA DA PARTE RECLAMANTE – TELAS SISTÊMICAS – PROVA UNILATERAL E SEM VALOR PROBATÓRIO – DANO MORAL NÃO CONFIGURADO – EXISTÊNCIA DE RESTRIÇÕES PREEXISTENTES (SÚMULA 385 STJ) – SENTENÇA REFORMADA – RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.A tese de defesa da parte Recorrida se baseia em telas sistêmicas, as quais, conforme entendimento sedimentado pela Turma Recursal Única, são provas unilaterais desprovidas de qualquer valor probatório. Em razão do deferimento da inversão do ônus da prova, a incumbência de comprovar a existência do contrato, a origem da dívida, sua legitimidade e a legalidade da restrição apontada é da empresa Ré, ante a hipossuficiência técnica do consumidor. Diante da inexistência de provas da contratação dos serviços questionados, seja ela expressa, através de assinatura de contrato, ou verbal, através de canais de atendimento telefônico, os débitos vinculados a estes contratos são inexigíveis, não podendo exigir de quaisquer das partes, tampouco do consumidor, a produção de prova ou contraprova de fato negativo. Reconhecendo a inexigibilidade dos débitos, também é indevida a restrição apontada. No entanto, o pleito indenizatório é improcedente, haja vista a existência de restrições pretéritas, aplicando-se o teor da Súmula 385, do STJ. Recurso conhecido e parcialmente provido. (N.U 1000816-95.2019.8.11.0040, TURMA RECURSAL, MARCELO SEBASTIAO PRADO DE MORAES, Turma Recursal Única, Julgado em 22/07/2019, Publicado no DJE 23/07/2019) No presente caso, em pese a reclamada tenha afirmado a existência do débito, bem como tenha asseverado na peça de resistência a inexistência de irregularidades, observa-se que esta NÃO trouxe aos autos qualquer tipo de contrato ou documento, quiçá aqueles firmados pela parte autora, que comprovasse a realização de relação jurídica entre a partes, se descuidando de provar o alegado na peça defensiva, passando ao largo de comprovar a relação jurídica entre as partes, que ensejaram os débitos discutidos nos autos. Deste modo, entendo que assiste razão a parte reclamante, pois não houve a comprovação dos débitos que originaram a inscrição de seus dados pessoais junto ao órgão de restrição ao crédito (SPC/SERASA). No entanto, prevalece no âmbito do Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que o dano moral sofrido em virtude de indevida negativação do nome se configura “in re ipsa”, ou seja, independentemente de prova. Nesse sentido: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO DO NOME DO AUTOR NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. DANO MORAL IN RE IPSA. ASTREINTES. VALOR DOS DANOS MORAIS. REEXAME DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. RAZOABILIDADE. DECISÃO MANTIDA. 1. Inexiste afronta ao art. 1.022 do CPC/2015 quando o acórdão recorrido pronuncia-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo. 2. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático dos autos (Súmula n. 7 do STJ). 3. Consoante a jurisprudência desta Corte, "nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral se configura in re ipsa, isto é, prescinde de prova" (REsp n. 1.059.663/MS, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe 17/12/2008). 4. Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do óbice da Súmula n. 7 do STJ para possibilitar sua revisão. No caso, a quantia arbitrada na origem é razoável, não ensejando a intervenção desta Corte. 5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1214839 / SC AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2017/0309892-0 – Relator (a) Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA - Órgão Julgador T4 - QUARTA TURMA - Data do Julgamento 26/02/2019 - Data da Publicação/Fonte DJe 08/03/2019) (Grifei) Insta ressaltar que a responsabilidade da parte reclamada como fornecedora de serviços é objetiva nos termos do art. 14 do CDC, que assim dispõe: O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. Tal responsabilidade é afastada apenas quando comprovada que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste, ou, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro (§ 3º, inc. I e II, do art. 14, do CDC). Sendo o ônus da prova relativo a essas hipóteses

do prestador do serviço e não tendo ele se desincumbido do ônus que lhe cabia deve ser responsabilizado pelos danos causados. Os artigos 186 e 927 ambos do Código Civil Brasileiro, prelecionam que: Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Nesse caso, em que provável a aflição da parte autora em face do ato lesivo ensejado pela parte demandada, resta estabelecido o dever de indenizar por dano moral, importando, na sequência, fixar o quantum indenizatório. Com efeito, a indenização por dano moral deve representar para a vítima uma satisfação capaz de amenizar de alguma forma o sofrimento impingido. A eficácia da contrapartida pecuniária está na aptidão para proporcionar tal satisfação em justa medida, de modo que não signifique um enriquecimento sem causa para a vítima e produza impacto bastante no causador do mal a fim de dissuadi-lo a praticar novo atentado. Sopesando tais orientações e ponderando as circunstâncias do caso, reputo apropriada e condizente a fixação da verba indenizatória por danos morais, satisfazendo, assim, a justa proporcionalidade entre o ato ilícito e o constrangimento causado, bem como a condição econômica da parte reclamada, atendendo ao caráter compensatório e ao mesmo tempo inibidor a que se propõe a pretensão indenizatória, nos moldes estabelecidos na Constituição da República, suficiente para representar um desestímulo à prática de novas condutas pelo agente causador do dano. Assim, ante a ausência de comprovação de vínculo entre as partes, a declaração de inexistência da relação jurídica e do débito é medida que se impõe. DO PEDIDO CONTRAPOSTO No que tange a pretensão contraposta, formulada pela parte reclamada, tenho que a mesma deve ser indeferida. Compulsando os autos, verifico que esta, não conseguiu trazer provas aptas a demonstrar a veracidade de suas alegações, passando ao largo de comprovar a contratação dos serviços pela parte autora que, supostamente originaram os débitos discutidos nos autos. Assim, diante da ausência de comprovação dos débitos, a improcedência do pedido contraposto é medida imperiosa. DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo PROCEDENTES os pedidos da exordial, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para o fim de: 1 – declarar inexigível o débito discutido na presente demanda; 2 - determinar que a parte promovida providencie a exclusão dos dados da parte reclamante, junto aos órgãos de proteção do crédito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de fixação de multa; e 3 - condenar a parte reclamada ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) pelos danos morais sofridos pela parte reclamante, valor este que deverá ser acrescido de correção monetária pelo índice oficial - INPC/IBGE, a partir da presente data e juros legais de 1% (um por cento) ao mês, desde o evento danoso, conforme disposição da súmula 54 do STJ. Sem custas nem honorários, em conformidade com o art.54 e art.55, ambos da Lei 9.099/95. À consideração do Excelentíssimo Juiz de Direito do Juizado Especial Cível da Comarca de Jaciara para homologação conforme o artigo 40 da lei 9.099/95. Jaciara - MT. Publicado e registrado no PJE. DANILO ALEXANDRE ALVES Juiz Leigo Vistos, Homologo, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do Juiz Leigo deste Juizado Especial. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Intimem-se as partes da sentença. Jaciara - MT. EDNEI FERREIRA DOS SANTOS Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001836-17.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
TAIZA FERREIRA DE MENDONCA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO GUIMARAES NOGUEIRA OAB - MT0012853A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EDNEI FERREIRA DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JACIARA SENTENÇA Processo: 1001836-17.2019.8.11.0010. REQUERENTE: TAIZA FERREIRA DE MENDONCA REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Vistos etc. Dispensado o relatório nos termos do artigo 38, caput, da lei n. 9.099/95. Analisando o processo, verifico que se encontra maduro para julgamento, sendo desnecessária a produção de outras provas, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do CPC. Trata-se de ação proposta por TAIZA FERREIRA DE MENDONCA, em desfavor de TELEFÔNICA BRASIL S.A. Relata a parte autora que teve o nome inserido nos órgãos de proteção ao crédito pela parte reclamada, referente débito indevido, requerendo assim a declaração de inexistência do débito, bem como indenização de danos morais. Tutela de urgência indeferida. Em contestação alega a parte reclamada, em síntese, preliminar impossibilidade de inversão do ônus da prova e ausência de consulta extraída junto aos órgãos de proteção ao crédito, afirmando no mérito que o débito é devido, ante a existência de relação jurídica entre as partes, não havendo dever de indenizar, haja vista inexistência de qualquer irregularidade na cobrança, pugnando ao final pela condenação da parte autora nas penas de litigância de má-fé e pedido contraposto. É o breve relato. Decido. PRELIMINARES Rejeito a preliminar de ausência de consulta extraída dos órgãos de proteção ao crédito, tendo em vista que o documento trazido aos autos apresenta informações verossímeis. No que tange a preliminar de impossibilidade de inversão do ônus da prova, pois conforme se infere dos autos, trata-se de relação de consumo, ao passo que a parte autora, ora consumidora, se mostra hipossuficiente frente a parte reclamada, ora fornecedora. Ultrapassada a fase das preliminares, passo à análise do MÉRITO da demanda. MÉRITO Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que assiste parcial razão à parte autora. A solução do litígio não demanda muito esforço, mormente pela regra do Código de Processo Civil que estabelece que compete ao autor provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu fato modificativo, impeditivo ou extintivo do referido direito. Além disso, segundo a regra contida nos artigos 336 e 341 do Código de Processo Civil, compete ao réu alegar, na contestação, toda matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor, sob pena de presumirem verdadeiros os fatos não impugnados. Temos por regra, que nos litígios envolvendo relações de consumo, tal qual no presente caso, o ônus da prova passa a ser da parte fornecedora. A inversão do ônus da prova tem como fundamento a hipossuficiência da parte consumidora, não só no plano econômico, mas também jurídico, principalmente processual, porque não raras vezes está a parte consumidora impossibilitada de comprovar seu direito por ausência de dados, enquanto a parte fornecedora tem ao seu alcance todos os elementos indispensáveis para a produção da prova. Assim, inverto o ônus da prova em favor da parte consumidora, o que faço com supedâneo no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Incumbe a parte reclamada provar a veracidade de seus argumentos alegados, na qualidade de fornecedora de serviços, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque as assertivas são fatos extintivos de direito, nos termos do art. 373, II, do CPC. Compulsando os autos verifico que a parte reclamada não conseguiu satisfatoriamente com a contestação inibir os fatos constitutivos do direito do autor trazido com a exordial e, nem provar o que afirmou com a defesa. Com efeito, o que se tem de relevante para o deslinde da controvérsia é saber se os débitos inseridos nos órgãos de proteção ao crédito são legítimos. De início, verifico que restou incontroverso nos autos que a parte autora realizou o pagamento do débito junto a parte ré na data de 17/05/2019, conforme se infere do comprovante de pagamento trazido com a exordial no id. 22803566 - Pág. 7. Assim, conforme preceitua o Art. 374, III, do CPC, não dependem de prova os fatos admitidos no processo como incontroversos, como ocorreu no presente. Nesse sentido, restando incontroverso a realização do pagamento pela parte autora, resta analisar a legalidade da conduta da parte reclamada, a fim de verificar a legalidade ou não da manutenção dos dados cadastrais da parte reclamante junto aos órgãos de proteção ao crédito. No presente caso, verifico do documento trazido com a exordial no Id. 22803566 - Pág. 3, que o nome da parte autora permanecia até a data de 28/05/2019, com o apontamento restritivo da dívida adimplida, ou seja, mesmo após a realização do pagamento do débito, o nome da parte reclamante permaneceu inserido nos órgãos de proteção ao crédito. Quanto ao prazo para a realização da exclusão da dívida junto aos órgãos de proteção ao crédito, a Corte Cidadã fixou o seguinte entendimento sumular, vejamos: Súmula 548 Incumbe ao credor a exclusão do registro da dívida em nome do devedor no cadastro de inadimplentes no prazo de cinco dias úteis, a partir do integral e efetivo pagamento do débito. (Grifei) No caso em tela, de acordo com os documentos carreados nos autos, não há qualquer dúvida de que

o nome da parte demandante permaneceu no rol dos inadimplentes por tempo excessivo, uma vez que já adimplente seu CPF continuou negativado. Assim, tenho que efetivamente houve falhas na prestação do serviço, vez que, a parte reclamada realizou a manutenção do nome da parte reclamante nos órgãos restritivos de crédito, referente débito indevido, vez que a dívida já se encontrava adimplida haviam vários dias. Deste modo, entendo que assiste razão a parte reclamante, pois não houve a comprovação dos débitos que originaram a inscrição de seus dados pessoais junto ao órgão de restrição ao crédito (SPC/SERASA). No entanto, prevalece no âmbito do Superior Tribunal de Justiça o entendimento de que o dano moral sofrido em virtude de indevida negativação do nome se configura "in re ipsa", ou seja, independentemente de prova. Nesse sentido: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO DO NOME DO AUTOR NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. DANO MORAL IN RE IPSA. ASTREINTES. VALOR DOS DANOS MORAIS. REEXAME DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. RAZOABILIDADE. DECISÃO MANTIDA. 1. Inexiste afronta ao art. 1.022 do CPC/2015 quando o acórdão recorrido pronuncia-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo. 2. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático dos autos (Súmula n. 7 do STJ). 3. Consoante a jurisprudência desta Corte, "nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral se configura in re ipsa, isto é, prescinde de prova" (REsp n. 1.059.663/MS, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe 17/12/2008). 4. Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do óbice da Súmula n. 7 do STJ para possibilitar sua revisão. No caso, a quantia arbitrada na origem é razoável, não ensejando a intervenção desta Corte. 5. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1214839 / SC AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2017/0309892-0 – Relator (a) Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA - Órgão Julgador T4 - QUARTA TURMA - Data do Julgamento 26/02/2019 - Data da Publicação/Fonte DJe 08/03/2019) (Grifei) Insta ressaltar que a responsabilidade da parte reclamada como fornecedora de serviços é objetiva nos termos do art. 14 do CDC, que assim dispõe: O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. Tal responsabilidade é afastada apenas quando comprovada que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste, ou, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro (§ 3º, inc. I e II, do art. 14, do CDC). Sendo o ônus da prova relativo a essas hipóteses do prestador do serviço e não tendo ele se desincumbido do ônus que lhe cabia deve ser responsabilizado pelos danos causados. Os artigos 186 e 927 ambos do Código Civil Brasileiro, prelecionam que: Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Nesse caso, em que provável a aflição da parte autora em face do ato lesivo ensejado pela parte demandada, resta estabelecido o dever de indenizar por dano moral, importando, na sequência, fixar o quantum indenizatório. Com efeito, a indenização por dano moral deve representar para a vítima uma satisfação capaz de amenizar de alguma forma o sofrimento impingido. A eficácia da contrapartida pecuniária está na aptidão para proporcionar tal satisfação em justa medida, de modo que não signifique um enriquecimento sem causa para a vítima e produza impacto bastante no causador do mal a fim de dissuadi-lo a praticar novo atentado. Sopesando tais orientações e ponderando as circunstâncias do caso, reputo apropriada e condizente a fixação da verba indenizatória por danos morais, satisfazendo, assim, a justa proporcionalidade entre o ato ilícito e o constrangimento causado, bem como a condição econômica da parte reclamada, atendendo ao caráter compensatório e ao mesmo tempo inibidor a que se propõe a pretensão indenizatória, nos moldes estabelecidos na Constituição da República, suficiente para representar um desestímulo à prática de novas condutas pelo agente causador do dano. Assim, ante a ausência de comprovação de vínculo entre as partes, a declaração de inexistência da relação jurídica e do débito é medida que se impõe. DO PEDIDO CONTRAPOSTO No que tange a pretensão contraposta, formulada pela parte reclamada, tenho que a mesma deve ser indeferida. Compulsando os autos, verifico que esta, não conseguiu trazer provas aptas a demonstrar a veracidade de suas alegações, passando ao largo de comprovar a contratação dos serviços pela parte autora que, supostamente originaram os débitos discutidos nos autos. Assim, diante da ausência de comprovação dos débitos, a improcedência do pedido contraposto é medida imperiosa. DA LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ Não vislumbro no presente litígio a existência de litigância de má-fé pela parte autora, haja vista que sua conduta não se enquadra naquelas descritas no art. 80 do Novo Código de Processo Civil. DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo PROCEDENTES os pedidos da exordial, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil, para o fim de: 1 – declarar inexigível o débito discutido na presente demanda; 2 - determinar que a parte promovida providencie a exclusão dos dados da parte reclamante, junto aos órgãos de proteção do crédito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de fixação de multa; e 3 - condenar a parte reclamada ao pagamento de R$ 6.000,00 (seis mil reais) pelos danos morais sofridos pela parte reclamante, valor este que deverá ser acrescido de correção monetária pelo índice oficial - INPC/IBGE, a partir da presente data e juros legais de 1% (um por cento) ao mês, desde o evento danoso, conforme disposição da súmula 54 do STJ. Sem custas nem honorários, em conformidade com o art.54 e art.55, ambos da Lei 9.099/95. À consideração do Excelentíssimo Juiz de Direito do Juizado Especial Cível da Comarca de Jaciara para homologação conforme o artigo 40 da lei 9.099/95. Jaciara - MT. Publicado e registrado no PJE. DANILO ALEXANDRE ALVES Juiz Leigo Vistos, Homologo, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do Juiz Leigo deste Juizado Especial. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Intimem-se as partes da sentença. Jaciara - MT. EDNEI FERREIRA DOS SANTOS Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001552-09.2019.8.11.0010
Parte(s) Polo Ativo:
ELISAMA ALVES DE MOURA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIO GUIMARAES NOGUEIRA OAB - MT0012853A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EDNEI FERREIRA DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JACIARA SENTENÇA Processo: 1001552-09.2019.8.11.0010. REQUERENTE: ELISAMA ALVES DE MOURA REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Vistos e etc, Dispenso o relatório, nos termos do artigo 38, da Lei 9.099/95. Decido. Recurso de embargos de declaração opostos por TELEFÔNICA BRASIL S/A, contra sentença proferida no presente feito, que lhe move ELISAMA ALVES DE MOURA. Consoante ao embargo da parte ré, por discordar com a fundamentação declinada na sentença, pretende, pela via dos aclaratórios, rever o entendimento do juízo prolator. Verifico que as razões do embargo revelam o inconformismo da parte com a sentença que julgou parcialmente procedente a demanda, não reconhecendo sua tese, sustentada na peça de resistência. Não há o que aclarar ou colmatar no ato sentencial, o que fulmina o meio impugnativo ora manejado. Não é dado à parte buscar rediscutir o que já foi decidido na sentença, o que não se compadece com o recurso ora manejado, pois o Estado-juiz, ao declarar seu entendimento, fundando-o em alguma disposição legal, em algum elemento de prova que lhe passou convencimento, ou, ainda, em alguma corrente jurisprudencial, está, por conseguinte, afastando a incidência de qualquer outro dispositivo de lei, de qualquer outra circunstância probatória e também das eventuais outras posições jurisprudenciais que lhe parecerem incompatíveis. A jurisdição deve ser prestada na exata medida da causa de pedir e do pedido, cumprindo declinar a fundamentação mais apropriada ao caso concreto. Friso, uma vez mais, que a sentença não padece de dúvida, obscuridade, contradição ou omissão, que são as hipóteses de cabimento dos aclaratórios. Cito: Ementa: PROCESSUAL

CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ADVOGADO DA UNIÃO. GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE EXECUTIVA - GAE. EXCLUSÃO PELA MEDIDA PROVISÓRIA 2.048-26/2000, QUE INSTITUIU A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE JURÍDICA - GDAJ. AUSÊNCIA DE VÍCIOS DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE REEXAME. NÃO CABIMENTO. 1. Os aclaratórios não merecem prosperar, pois o acórdão embargado não padece de vícios de omissão, contradição ou obscuridade, na medida que apreciou a demanda de forma clara e precisa, estando bem delineados os motivos e fundamentos que a embasam. 2. Não se prestam os embargos de declaração ao reexame da matéria que se constitui em objeto do decisum, porquanto constitui instrumento processual com o escopo de eliminar do julgamento obscuridade, contradição ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pela decisão ou, ainda, de corrigir evidente erro material, consoante reza o art. 535 do CPC. 3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp 1353016/AL, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 03/09/2013) Logo, em relação ao embargo da parte demandada mostra-se imperativo pela declaração de que o presente é manifestamente descabido, porquanto, como dito acima, não objetiva aclarar ou a integrar o julgado, tendo em vista que o meio impugnativo ora manejado busca, tão só, modificar o entendimento declinado pelo Estado-juiz acerca da matéria ora impugnada, o que não se compadece com o recurso manejado. ADVIRTO à parte ora Embargante, por fim, que a oposição de novos embargos de declaração com fins meramente protelatórios poderá ensejar a aplicação de multa, conforme previsão expressa do § 2º do art. 1.026 do CPC. Nesse sentido: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – OMISSÃO – VÍCIO INEXISTENTE – INTENÇÃO DO EMBARGANTE DE REDISCUTIR A MATÉRIA – IMPOSSIBILIDADE – PREQUESTIONAMENTO – OBEDIÊNCIA NECESSÁRIA AOS DITAMES DO ART. 1.022, CPC/2015 – DECISÃO COLEGIADA CLARA E COERENTE – INTUITO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA – EMBARGOS PROTELATÓRIOS - APLICAÇÃO DE MULTA – EMBARGOS REJEITADOS. 1 – Não havendo erro, omissão, contradição ou obscuridade no acórdão, mas mero inconformismo do embargante com o julgamento que lhe foi desfavorável, a rejeição dos embargos de declaração é medida que se impõe. 2 – O oferecimento de embargos de declaração manifestamente procrastinatórios enseja a aplicação da multa prevista no § 2º do art. 1.026 do CPC/2015. (ED 70977/2018, DESA. HELENA MARIA BEZERRA RAMOS, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO, Julgado em 26/11/2018, Publicado no DJE 06/12/2018) Assim, não vislumbro a existência dos alegados vícios na decisão proferida. Não concordando a parte Embargante com o julgado, o único remédio possível é a interposição do recurso previsto em Lei. Diante do exposto, REJEITO os embargos de declaração opostos. À consideração do Excelentíssimo Juiz de Direito do Juizado Especial Cível da Comarca de Jaciara para homologação conforme o artigo 40 da lei 9.099/95. Jaciara - MT. Publicado e registrado no PJE. DANILO ALEXANDRE ALVES Juiz Leigo Vistos, Homologo, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, a decisão da lavra do Juiz Leigo deste Juizado Especial. Preclusa a via recursal, em nada sendo requerido, arquive-se com as baixas necessárias. Intimem-se as partes da sentença. Jaciara - MT. EDNEI FERREIRA DOS SANTOS Juiz de Direito

Comarca de Juara

1ª Vara

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Fabrício Sávio da Veiga Carlota
Cod. Proc.: 38951 Nr: 2974-27.2010.811.0018
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Fazenda Pública Estadual
PARTE(S) REQUERIDA(S): Padrão Turismo Ltda, Afranio de Oliveira Neves, Tania Regina Buchelt Violada
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Jenz Prochnow Junior - OAB:Subprocurador
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GUSTAVO ADOLFO ALMEIDA ANTONELLI - OAB:10042
Vistos, etc.Primeiramente, conforme decisão de fls. 26/27, determino que a Secretaria Judicial proceda com a devida inclusão dos sócios administradores no polo passivo da demanda, devendo a Distribuidora corrigir a capa dos autos.Ainda, considerando o petitório de fls. 56, citem-se os executados por edital, observado o disposto no art. 830, § 2º do CPC e o art. 8º, IV da Lei 6.830/80.Prazo do edital: 30 (trinta) dias.Na hipótese de quedarem-se inertes, desde já nomeio a Defensoria Pública como curadora especial (artigo 72, CPC).Nesse sentido:AGRAVO REGIMENTAL NA CARTA ROGATÓRIA. INTIMAÇÃO PRÉVIA, VIA POSTAL, FRUSTRADA. DECURSO DO PRAZO PARA APRESENTAR IMPUGNAÇÃO. NOMEAÇÃO DE CURADOR ESPECIAL. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DO ART. 216-R DO REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. APÓS O EXEQUATUR, CITAÇÃO POR INTERMÉDIO DE OFICIAL DE JUSTIÇA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.1. A intimação prévia constitui procedimento preliminar à concessão da ordem, podendo ser realizada via postal, pois o escopo é oportunizar o contraditório ao Interessado.2. Esta Corte Superior de Justiça deu uma interpretação extensiva ao art. 216-R do Regimento Interno para garantir o direito de defesa prévia do Interessado não localizado. Assim, após o decurso do prazo para a impugnação, nomeia-se curador especial (AgRg na CR n.º 9.556/EX, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 2/12/2015, DJe 18/12/2015).3. De qualquer forma, a alegação de eventual prejuízo foi afastada pelo posterior cumprimento da diligência, com a devida notificação da parte Interessada, nos termos do art. 247, inciso I, do novo Código de Processo Civil, por intermédio de oficial de justiça, 4.Agravo regimental desprovido. (AgRg na CR 10.191/EX, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 07/12/2016, DJe 15/12/2016)Após, intime-se o ilustre Defensor Público para se manifestar no prazo legal. Em igual prazo diga a exequente.Em seguida, venham-me os autos conclusos.Sirva-se cópia desta decisão como mandado/carta de intimação. Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Fabrício Sávio da Veiga Carlota
Cod. Proc.: 38952 Nr: 2975-12.2010.811.0018
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Fazenda Pública Estadual
PARTE(S) REQUERIDA(S): Padrão Turismo Ltda, Afranio de Oliveira Neves, Tania Regina Buchelt Violada
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Jenz Prochnow Junior - OAB:Subprocurador
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GUSTAVO ADOLFO ALMEIDA ANTONELLI - OAB:10042
Vistos, etc.
Primeiramente, conforme decisão de fls. 34/35, determino que a Secretaria proceda com a devida inclusão dos sócios administradores no polo passivo da demanda, devendo a Distribuidora corrigir a capa dos autos.
Ainda, considerando o petitório de fls. 64, citem-se os executados por edital, observado o disposto no art. 830, § 2º do CPC e o art. 8º, IV da Lei 6.830/80.
Prazo do edital: 30 (trinta) dias.
Na hipótese de quedarem-se inertes, desde já nomeio a Defensoria Pública como curadora especial (artigo 72, CPC).
Nesse sentido:
AGRAVO REGIMENTAL NA CARTA ROGATÓRIA. INTIMAÇÃO PRÉVIA, VIA POSTAL, FRUSTRADA. DECURSO DO PRAZO PARA APRESENTAR IMPUGNAÇÃO. NOMEAÇÃO DE CURADOR ESPECIAL. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DO ART. 216-R DO REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. APÓS O EXEQUATUR, CITAÇÃO POR INTERMÉDIO DE OFICIAL DE JUSTIÇA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.1. A intimação prévia constitui procedimento preliminar à concessão da ordem, podendo ser realizada via postal, pois o escopo é oportunizar o contraditório ao Interessado.2. Esta Corte Superior de Justiça deu uma interpretação extensiva ao art. 216-R do Regimento Interno para garantir o direito de defesa prévia do Interessado não localizado. Assim, após o decurso do prazo para a impugnação, nomeia-se curador especial (AgRg na CR n.º 9.556/EX, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 2/12/2015, DJe 18/12/2015).3. De qualquer forma, a alegação de eventual prejuízo foi afastada pelo posterior cumprimento da diligência, com a devida notificação da parte Interessada, nos termos do art. 247, inciso I, do novo Código de Processo Civil, por intermédio de oficial de justiça, 4.Agravo regimental desprovido. (AgRg na CR 10.191/EX, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 07/12/2016, DJe 15/12/2016)

Após, intime-se o ilustre Defensor Público para se manifestar no prazo legal. Em igual prazo diga a exequente.
Em seguida, venham-me os autos conclusos.
Sirva-se cópia desta decisão como mandado/carta de intimação. Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Fabrício Sávio da Veiga Carlota
Cod. Proc.: 38953 Nr: 2976-94.2010.811.0018
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Fazenda Pública Estadual
PARTE(S) REQUERIDA(S): Padrão Turismo Ltda, Afranio de Oliveira Neves, Tania Regina Buchelt Violada
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Jenz Prochnow Junior - OAB:Subprocurador
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GUSTAVO ADOLFO ALMEIDA ANTONELLI - OAB:10042
Vistos, etc.
Primeiramente, conforme decisão de fls. 34/35, determino que a Secretaria proceda com a devida inclusão dos sócios administradores no polo passivo da demanda, devendo a Distribuidora corrigir a capa dos autos.
Ainda, considerando o petitório de fls. 65, citem-se os executados por edital, observado o disposto no art. 830, § 2º do CPC e o art. 8º, IV da Lei 6.830/80.
Prazo do edital: 30 (trinta) dias.
Na hipótese de quedarem-se inertes, desde já nomeio a Defensoria Pública como curadora especial (artigo 72, CPC).
Nesse sentido:
AGRAVO REGIMENTAL NA CARTA ROGATÓRIA. INTIMAÇÃO PRÉVIA, VIA POSTAL, FRUSTRADA. DECURSO DO PRAZO PARA APRESENTAR IMPUGNAÇÃO. NOMEAÇÃO DE CURADOR ESPECIAL. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DO ART. 216-R DO REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. APÓS O EXEQUATUR, CITAÇÃO POR INTERMÉDIO DE OFICIAL DE JUSTIÇA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.1. A intimação prévia constitui procedimento preliminar à concessão da ordem, podendo ser realizada via postal, pois o escopo é oportunizar o contraditório ao Interessado.2. Esta Corte Superior de Justiça deu uma interpretação extensiva ao art. 216-R do Regimento Interno para garantir o direito de defesa prévia do Interessado não localizado. Assim, após o decurso do prazo para a impugnação, nomeia-se curador especial (AgRg na CR n.º 9.556/EX, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 2/12/2015, DJe 18/12/2015).3. De qualquer forma, a alegação de eventual prejuízo foi afastada pelo posterior cumprimento da diligência, com a devida notificação da parte Interessada, nos termos do art. 247, inciso I, do novo Código de Processo Civil, por intermédio de oficial de justiça, 4.Agravo regimental desprovido. (AgRg na CR 10.191/EX, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 07/12/2016, DJe 15/12/2016)
Após, intime-se o ilustre Defensor Público para se manifestar no prazo legal. Em igual prazo diga a exequente.
Em seguida, venham-me os autos conclusos.
Sirva-se cópia desta decisão como mandado/carta de intimação. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Juliano Hermont Hermes da Silva
Cod. Proc.: 29005 Nr: 42-91.1995.811.0018
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Bertulina Rosa de Souza
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional de Seguro Social-INSS.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: José dos Santos Neto - OAB:3.677-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Lucianne Spindola Neves - OAB:6146-B/MT
Processo nº 42-91.1995.811.0018.
Código nº 29005
Vistos etc.
Considerando a manifestação da Autarquia às fls. 220v e diante dos autos de código 29958, já estar arquivado desde 05/11/2013, por ser de interesse da parte autora, determino a intimação da mesma para que providencie cópia dos autos requisitado pela Autarquia.
Com a juntada das cópias, dê-se vistas dos autos à Autarquia, conforme requerido.
Intime-se.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Juara/MT, 30 de Outubro de 2019.
JULIANO HERMONT HERMES DA SILVA
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Juliano Hermont Hermes da Silva
Cod. Proc.: 86435 Nr: 5485-85.2016.811.0018
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Délcio Alves de Andrade
PARTE(S) REQUERIDA(S): Município de Juara-MT- na pessoa do Gestor
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Defensoria Publica de Juara-MT. - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Processo de nº: 5485-85.2016.811.0018
Cód. 86435
Vistos etc.
Diante da não intimação pessoal do requerente, bem como diante da ausência da testemunha, REDESIGNO a presente para o dia 05 de fevereiro de 2020, às 14 horas, saindo os presentes intimados.
Expeça-se Mandado de Intimação para intimar o requerente, bem como a testemunha Francisco de Assis Rodrigues.
Juara/MT, 03 de Dezembro de 2019.
Juliano Hermont Hermes da Silva
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Juliano Hermont Hermes da Silva
Cod. Proc.: 104844 Nr: 485-36.2018.811.0018
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Silvani da Silva Rocha
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Bruno Ricardo Barela Iori - OAB:18438/0, Toni Fernandes Sanches - OAB:19529
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Processo n º 485-36.2018.811.0018
Código nº 104844
Vistos etc.
Corrija-se a autuação, mudando-se os registros cartorários e distribuição para "Execução contra a Fazenda Pública->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO.
Posteriormente, INTIME-SE a Autarquia Federal para, no prazo de 30 dias, apresentar impugnação, na forma do artigo 535 do CPC, bem como para, no mesmo prazo, manifestar-se nos termos do artigo 100, § 9º e § 10º, da CF/88 (compensação de débitos), sob pena de perda do direito de abatimento, o que deverá ser certificado.
Transcorrido o prazo assinalado ou caso a Autarquia Federal concorde expressamente com o cálculo apresentado, CERTIFIQUE-SE e, independentemente de novo despacho, EXPEÇA-SE a respectiva requisição de pagamento, encaminhando-se ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
Outrossim, se a Autarquia apresentar valor a ser compensado, INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 05 dias, pugnar o que entender de direito, valendo o silêncio como concordância. Nessa hipótese, caso não haja irresignação, PROMOVA-SE a compensação.
Se, em outro viés, a Autarquia Federal contestar por mera petição o valor apresentado, INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 05 dias, se manifestar nos autos, valendo o silêncio como concordância. Nessa hipótese, desde já também vale registrar que, se transcorrido "in albis" o prazo assinalado ou caso a parte exequente concorde expressamente com o cálculo apresentado, CERTIFIQUE-SE e, independentemente de novo despacho, EXPEÇA-SE a respectiva requisição de pagamento, encaminhando-se ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
FIXO os honorários advocatícios em 10% do valor da causa, na forma do artigo 85, §3º, I, do CPC, os quais devem ser pagos em observância ao art. 23, Lei 8.906/94.
Cumpra-se imediatamente, expedindo-se o necessário com máxima

urgência.
Juara/MT, 06 de Dezembro de 2019.
JULIANO HERMONT HERMES DA SILVA
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Juliano Hermont Hermes da Silva
Cod. Proc.: 88987 Nr: 1145-64.2017.811.0018
AÇÃO: Divórcio Litigioso->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RZB
PARTE(S) REQUERIDA(S): DdAB
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Magaiver Baesso dos Santos - OAB:21081/O, Marcia de Campos Luna - OAB:MT/12.418
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Processo nº 1145-64.2017.811.0018
Código nº 88987
Vistos etc.
Diante dos presentes autos tramitarem em apenso aos autos de código 93205, e diante da audiência designada naqueles autos para o dia 18/02/2020 às 13h00min, o qual se estenderá para em conjunto ser realizada audiência também nestes autos, cumpra-se conforme determinado naqueles autos.
Intimem-se.
Ciência ao Ministério Público.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Juara/MT, 09 de Dezembro de 2019.
JULIANO HERMONT HERMES DA SILVA
Juiz de Direito.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Juliano Hermont Hermes da Silva
Cod. Proc.: 93205 Nr: 3279-64.2017.811.0018
AÇÃO: Divórcio Litigioso->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DdAB
PARTE(S) REQUERIDA(S): RZB
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Defensoria Publica de Juara-MT. - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Amanda Albertini Colet - OAB:20262/0, Magaiver Baesso dos Santos - OAB:21081/O
Processo nº 3279-64.2017.811.0018
Código nº 93205
Vistos etc.
Trata-se de ação de Divórcio Litigioso c/c partilha de bens c/c guarda c/c alimentos (com pedido de guarda provisória liminarmente), proposto por Diely de Almeida Borges, em face de Roberlei Zachim Borges.
Em decisão (ref. 35), foi deferida a guarda provisória e fixado alimentos.
Audiência de conciliação (ref. 105/106) restou infrutífera.
O requerido apresentou Contestação (ref. 109/112).
Impugnação à Contestação foi apresentada (ref. 114/115).
Intimados para especificarem provas, apenas a parte autora e o Parquet se manifestaram.
Vieram-me os autos conclusos.
É o breve relato. Fundamento e Decido.
Vê-se que não há preliminares pendentes de análise.
Fixo como ponto controvertido a decretação do divórcio, a guarda dos filhos, o valor da pensão, os bens, as dívidas.
DECLARO, pois, saneado o feito.
DESIGNO audiência de instrução e julgamento para o dia 18/02/2020 às 13h00min, apresentando o rol de testemunhas nos termos do artigo 450 do CPC, com observância ao artigo 455, do CPC.
RESSALTO que diante dos presentes autos tramitarem em apenso aos autos de código 88987, e envolver as mesmas partes e pedidos em comum, a audiência se realizará em conjunto em ambos os autos.
Ciência ao Ministério Público.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Juara/MT, 09 de Dezembro de 2019.
JULIANO HERMONT HERMES DA SILVA
Juiz de Direito.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Juliano Hermont Hermes da Silva
Cod. Proc.: 10687 Nr: 1-81.1982.811.0018
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Alécio Tomazelli, Evilásio Marcos Tomazelli, Benedito de Oliveira, Espolio de Rodrigo Henrique da Costa, Antonio de Oliveira, Orcelino Domingos Moreira
PARTE(S) REQUERIDA(S): Lourival de Oliveira Filho, Helena Prado de Oliveira
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Élcio Lima do Prado - OAB:4.757/MT, Felicio Hirocazu Ikeno - OAB:3470, Jorge Balbino da Silva - OAB:MT/3063-A, LÁZARO ROBERTO DE SOUZA - OAB:4801-B/MT, Marcelo Junior Gonçalves - OAB:MT/8787-B, Silvio Luiz de Oliveira - OAB:3546-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BRUNO RICARDO BARELA IORI - OAB:18438/O, Defensoria Publica de Juara-MT. - OAB:, Ricardo Prado de Oliveira - OAB:7596-B, TONI FERNANDES SANCHES - OAB:19529/O
(...) INDEFIRO a redução dos honorários periciais, e mantenho os valores apresentados pela Empresa, diante da complexidade dos autos, conforme bem relatado pela empresa em suas manifestações.DEFIRO o pagamento a ser efetuado pela parte Alecio Tomazelli sendo 50% antes da realização da pericia e 50% após a apresentação do laudo pericial, sob pena de serem homologados os cálculos apresentados às fls. 3081/3118. (...) Quanto ao pedido constante às fls. 3160/3168, no que tange a liberação de pagamento mensal no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em face do executado/exequente Lourival de Oliveira Filho, diante da idade em que este se encontra, bem como seu estado de saúde, o qual se comprova diante da documentação juntada aos autos, considerando ainda, se tratar de verba alimentar, sendo que o pleito equivale a 1% do montante depositado em Juízo, DEFIRO o levantamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensais, a serem pagos em favor do executado/exequente Lourival de Oliveira Filho, devendo ser liberados mensalmente, independentemente de nova decisão, na conta apresentada por este, qual seja conta poupança Banco Bradesco, agência 0667, conta número 1002443-9, de sua titularidade.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Juliano Hermont Hermes da Silva
Cod. Proc.: 23335 Nr: 1385-05.2007.811.0018
AÇÃO: Arrolamento de Bens->Processo Cautelar->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Berenice Silva de Araujo Costa
PARTE(S) REQUERIDA(S): Anibal Antonio de Araujo Costa
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Élcio Lima do Prado - OAB:4.757/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Código: 23335
Vistos.
Trata-se de pedido de retificação de formal de partilha que da adjudicação do imóvel em favor de Berenice Silva de Araújo Costa.
Inicialmente verifica-se que desde a inicial, somente constou como bem a ser inventariada a fração de 1/18 (um dezoito avos) do imóvel registrado sob o nº 36.656 do 4º RGI de Belo Horizonte/MG.
Porém restou verificado que o de cujus possuía, na realidade, a fração 1/12 (um doze avos).
Assim, considerando se tratar de herdeira única, com aplicação do art. 656 do CPC, DEFIRO A EXPEDIÇÃO de novo Formal de Partilha considerando o total correto do imóvel, qual seja, a fração 1/12 (um doze avos) ou 8,3333%, CONDICIONADO AO RECOLHIMENTO de custas e taxas processuais sobre a diferença, considerando o item 3 da Nota Devolutiva do Cartório do 4º Ofício de Imóveis de Belo Horizonte/MG, que indica tratar-se de imóvel com 04 (quatro) apartamentos e um barracão, sendo não condizente com o valor dado na inicial.
Após o recolhimento das mencionadas custas, EXPEÇA-SE o Formal.
Por fim, nos termos do art. 659, §2º do CPC, OFICIE-SE à Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais acerca da adjudicação para ciência e providências que entender pertinentes.
Cumpra-se.
Juara, 11 de dezembro de 2019.
Juliano Hermont Hermes da Silva

Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 41384 Nr: 1823-89.2011.811.0018
AÇÃO: Execução de Sentença (arts. 632 e 730 do CPC)->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: Eraldo Francisco Alves
PARTE(S) REQUERIDA(S): Consórcio Nacional Honda Ltda, Canopus Honda Ltda
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marcio Teixeira da Fonseca - OAB:MT/8393-A, Silviana Milene dos Santos - OAB:MT/8805, Simoni Bergamaschi da Fonseca - OAB:MT/5810O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Daniel Paulo Maia Teixeira - OAB:4705, Marco Andre Honda Flores - OAB:6171 OAB/MS
Certifico que nesta data procedi a expedição dos seguintes alvará: Alvará Eletrônico n° 573606-4 / 2019 e Alvará Eletrônico n° 573594-7 / 2019

Intimação das Partes
JUIZ(A): Juliano Hermont Hermes da Silva
Cod. Proc.: 41384 Nr: 1823-89.2011.811.0018
AÇÃO: Execução de Sentença (arts. 632 e 730 do CPC)->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: Eraldo Francisco Alves
PARTE(S) REQUERIDA(S): Consórcio Nacional Honda Ltda, Canopus Honda Ltda
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marcio Teixeira da Fonseca - OAB:MT/8393-A, Silviana Milene dos Santos - OAB:MT/8805, Simoni Bergamaschi da Fonseca - OAB:MT/5810O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Daniel Paulo Maia Teixeira - OAB:4705, Marco Andre Honda Flores - OAB:6171 OAB/MS
Processo nº 823-89.2011.811.0018.
Código nº 41384
Vistos etc.
Sentença proferida às fls. 117/120.
Interposto recurso de apelação pela parte executada Consórcio Nacional Honda Ltda, esta posteriormente requereu a Desistência, momento em que quitou o débito integralmente, conforme comprovante de fls. 176/177.
A parte executada Mercantil Adhara Ltda também interpôs recurso de apelação, onde alega sua ilegitimidade passiva, o qual foi negado provimento (fls. 183/185).
A executada Consórcio Nacional Honda Ltda em petição de fls. 199/202, juntou aos autos reiterando o cumprimento integral do débito.
Autora se manifestou às fls. 208, requerendo o levantamento dos valores depositados a expedição do necessário a fim de transferir o valor para sua conta.
Vieram-me os autos conclusos.
É o breve relato. Fundamento e decido.
Recebo a petição de fls. 199/202 e considerando que a parte requerida já liquidou o saldo devedor, conforme petição de fls. 201, bem como que a parte autora apresentou a conta para transferência dos valores pagos, às fls. 208.
Sendo assim, observa-se que o feito executivo alcançou o seu objetivo, sendo de rigor a extinção do feito, pois a obrigação foi devidamente satisfeita.
Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 924, II, do CPC.
PROMOVA-SE a liberação de eventuais penhoras realizadas nos autos em favor do executado.
Ademais, determino a transferência dos valores depositados nos autos para conta judicial e proceda-se o necessário para a liberação dos valores em favor da parte autora conforme os dados apresentados nos autos.
Sem Custas. Publique-se e Registre-se.
Com o trânsito em julgado, AO ARQUIVO.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Juara/MT, 11 de Dezembro de 2019.
JULIANO HERMONT HERMES DA SILVA
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 57273 Nr: 3512-37.2012.811.0018
AÇÃO: Exibição de Documento ou Coisa->Incidentes->Outros Procedimentos->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Edilson Xavier dos Santos - ME, Edilson Xavier dos Santos
PARTE(S) REQUERIDA(S): Banco Bradesco S/A-Juara
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: José dos Santos Neto - OAB:3.677-A, Silviana Milene dos Santos - OAB:MT/8805
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ROSANGELA DA ROSA CORREA - OAB:OABMT16308-A
Proceder a intimação da parte autora acerca da petição e documentos acostados de fls. 308/346, bem como requerer o que entender de direito, no prazo legal.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 37152 Nr: 1320-05.2010.811.0018
AÇÃO: Execução de Sentença (arts. 632 e 730 do CPC)->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: José Carlos Olea
PARTE(S) REQUERIDA(S): Civis Pereira Sardinha, Izabel Jorge Sardinha
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: KETLYN CAROLINE SCHMID - OAB:21200/O, Marcelo Junior Gonçalves - OAB:MT/8787-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Defensoria Publica de Juara-MT. - OAB:, SIMONI BERGAMASCHI DA FONSECA - OAB:5810
Proceder à intimação da advogada da parte executada, Dra. Simoni Bergamaschi da Fonseca OAB/MT 5810 O, para que proceda a devolução dos autos de código 37152 na secretaria, prazo de 24 horas, sob pena de busca e apreensão.

2ª Vara

Intimação

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1001019-60.2018.8.11.0018
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO S/A (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS MANOEL CARDOZO AZOIA (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DA COMARCA DE JUARA Intimar o patrono da autora para manifestar quanto a certidão do Sr. Oficial de Justiça ID 25120899, no prazo legal. Juara-MT, 12 de dezembro de 2019. Luciane Maria Vollmer Analista Judiciário

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Juliano Hermont Hermes da Silva
Cod. Proc.: 91881 Nr: 2597-12.2017.811.0018
AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Meire Boer
PARTE(S) REQUERIDA(S): Carlos Eduardo Prado Ruiz, Espolio de Lídia Maria Ferro Prado Ruiz
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: José dos Santos Neto - OAB:3.677-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Elio Araujo Silva - OAB:4876-A/MT, Jheth Jeanne Martins da Silva Araujo - OAB:11.160-B, RAFAEL BARION DE PAULA - OAB:11063/B
Cód. 91881
Processo de nº: 2897-12.2017.811.0018
Vistos etc.
Tendo em vista que em decisão de 15/08/2019, o magistrado à época deferiu apenas a produção de prova testemunhal, restando indeferida a prova consistente no depoimento pessoal das partes e demais provas requeridas, entendo por preclusa a produção da referida prova, INDEFERINDO os pedidos acima, declarando encerrada a instrução probatória.
Com relação à proposta de acordo, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para resposta por parte da autora/embargada, aguardando-se os autos em Secretaria.

Após referido prazo, havendo aceitação da proposta, vistas aos requeridos/embargantes e em seguida, conclusos para homologação.
Juara/ MT, 04 de Dezembro de 2019.
Juliano Hermont Hermes da Silva
Juiz de Direito
Em caso de não aceitação do acordo ou ultrapassado o prazo sem manifestação por parte da autora/embargada, conclusos para sentença.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Alexandre Sócrates Mendes
Cod. Proc.: 39806 Nr: 265-82.2011.811.0018
AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Jose Sirso da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Mamborê - Industria e Comércio de Madeiras Ltda
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Rebeka Vieira - OAB:267530/SP, Rodrigo Ribas Couto - OAB:147479/RJ
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
D E S P A C H O
Considerando que a parte autora intimada para dar seguimento ao feito, nada requereu, DETERMINO sua intimação para requerer o que de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena se extinção anômala da ação.
Às providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 117506 Nr: 3037-05.2017.811.0019
AÇÃO: Medidas de Proteção à Criança e Adolescente->Processo de Execução->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: MPE
PARTE(S) REQUERIDA(S): JBD, CSdN
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Élcio Lima do Prado - OAB:4.757/MT, Moacir Velozo Junior - OAB:17.762-A MT
Intimação da parte requerida quanto a decisão de ref. 60.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Alexandre Sócrates Mendes
Cod. Proc.: 89870 Nr: 1572-61.2017.811.0018
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Município de Juara-MT- na pessoa do Gestor
PARTE(S) REQUERIDA(S): ENEL GREEN POWER FAZENDA S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: João Henrique de Paula Alves Ferreira - OAB:11354/MT, Thalles de Souza Rodrigues - OAB:9874-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BIANCA BONEFF PAZOS MAREQUE - OAB:189193
FORTE EM TAIS FUNDAMENTOS, RECEBO os embargos de declaração, PROVEJO os embargos de f. 196/197 para sanar a omissão apontada constante na determinação de pagamento de honorários advocatícios e, para tanto, FIXO os honorários advocatícios em 10% do valor atualizado da causa, a serem custeados pela parte executada. Por outro lado, diante do não preenchimento dos requisitos legais e a inexistência de omissão ou contradição apontadas pela parte executada, REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos às f. 182/194. P.R.I.C.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 8854 Nr: 79-40.2003.811.0018
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Orlindo Vandresen
PARTE(S) REQUERIDA(S): Inácio Luiz Nascimento
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Élcio Lima do Prado - OAB:4.757/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Christian Jacks Lino Gasparotto - OAB:6349-B
Intimar patrono das partes para conhecimento e manifestação quanto a juntada de manifestação do MPE de fls.140/142, no prazo legal.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 40121 Nr: 577-58.2011.811.0018
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Eber Paulo Alves Moraes
PARTE(S) REQUERIDA(S): Município de Juara-MT- na pessoa do Gestor, Vilson Viana
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marcia de Campos Luna - OAB:MT/12.418, Rodrigo Carlos Bergo - OAB:8.435/O MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Élcio Lima do Prado - OAB:4.757/MT, Fabio Alves Donizeti - OAB:12.674, Leonardo Fernandes Maciel Esteves - OAB:14.143, SilvioLuiz de Oliveira - OAB:3.546-A
Intimar a patrona da parte executada conforme item “c” da decisão de fl.120, no prazo de 15 dias.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 40597 Nr: 1048-74.2011.811.0018
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco Bradesco S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Danielle Pelizaro Veloso de Araujo-ME, Danielle Pelizaro Veloso de Araújo, Espólio de José Márcio Veloso de Araújo - Representado por Danielle Pelizaro Veloso de Araújo
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Fabricio Tsuji Ishiki - OAB:13.218/B, Mauro Paulo Galera Mari - OAB:MT/3.056, Vanessa Tokie Kawabata Ishiki - OAB:13187-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimo o patrono da parte autora a retirar em secretária, carta precatória para seu devido cumprimento no prazo legal.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 43484 Nr: 594-60.2012.811.0018
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MAdS, AVRdS, PHRdS
PARTE(S) REQUERIDA(S): LdOR
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: André Rodrigo Schneider - OAB: MT/7.824-B, Silvia Cristina Giraldelli - OAB:12854-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Jorge Balbino da Silva - OAB:MT/3063-A
Intimar Dr. André Rodrigo Schneider quanto ao desarquivamento dos autos.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 63414 Nr: 4015-87.2014.811.0018
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: IdAS, Francieli da Silva de Araujo
PARTE(S) REQUERIDA(S): Hospital e Maternidade São Lucas Ltda, Takaaki Hosoume
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Higor da Silva Dantas - OAB:MT0019755O, Leonardo Fernandes Maciel Esteves - OAB:14.143, Marcelo Rubens Betarello Setolin - OAB:18930/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Élcio Lima do Prado - OAB:4.757/MT, Silvio Luiz de Oliveira - OAB:3546-A
Intimar Dr. Higor da Silva Dantas para que se manifeste no presente feito tendo em vista o pedido de desarquivamento.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 38537 Nr: 2562-96.2010.811.0018
AÇÃO: Usucapião->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: João Luiz Geraldo Rosa

PARTE(S) REQUERIDA(S): Espolio de E. G. dos Santos
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Fabricio Tsuji Ishiki - OAB:13.218/B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Moacir Velozo Junior - OAB:17.762-A MT
Intimar patrono da parte autora quanto à juntada de informações do Cartório de Registro de Imóveis de fls. 123/124, no prazo legal.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 38937 Nr: 2960-43.2010.811.0018
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Assoc. do Vale do Juruena-SICREDI UNIVALES
PARTE(S) REQUERIDA(S): Leo Vicente do Nascimento
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Janaína Braga de Almeida - OAB:13.701, Pedro Francisco Soares - OAB:12999/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Marcia de Campos Luna - OAB:MT/12.418
Intimar o patrono do autor para efetuar o pagamento de depósito de diligência do Sr. Oficial de Justiça , junto ao site do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Caso necessário será cobrado complementação da diligência.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 39651 Nr: 112-49.2011.811.0018
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Cambuci S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): J. R. Pizzolio Alves-ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Alessandra Maria Margarita La Regina - OAB:97954
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimar o patrono do autor para efetuar o pagamento de depósito de diligência do Sr. Oficial de Justiça , junto ao site do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Caso necessário será cobrado complementação da diligência.

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001576-13.2019.8.11.0018
Parte(s) Polo Ativo:
APARECIDO CAETANO DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMANDA ALBERTINI COLET OAB - MT0020262A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EBAZAR.COM.BR. LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO CHALFIN OAB - MT20332-A (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO da parte promovida, nos termos do artigo 42, § 2.º da Lei 9.099/95, para que apresente contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo de 10 (dez) dias, conforme documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1001606-82.2018.8.11.0018
Parte(s) Polo Ativo:
ADELIANA CRISTINA SOARES DE MELO ROCHA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE DE OLIVEIRA ALEXANDRINO OAB - MG0103709A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE JUARA (EXECUTADO)

Promovo a intimação da(s) parte(s) para manifestar, no prazo de 05 dias, do retorno dos autos da Turma Recursal.

3ª Vara

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Pedro Flory Diniz Nogueira
Cod. Proc.: 72478 Nr: 2445-32.2015.811.0018
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Igor Henrique Chagas
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Aristides Jose Botelho de Oliveira - OAB:3911/MT, Marcelo Rubens Betarello Setolin - OAB:18930/MT
Autos nº 2445-32.2015.811.0018 – Cód. 72478
Denunciado: Igor Henrique Chagas
Vistos etc,
Recebo o recurso de apelação de ref. 152, interposto pela defesa nos efeitos devolutivo e suspensivo (art. 597 do Código de Processo Penal).
Intime-se o Ministério Público para apresentar suas contrarrazões, no prazo de oito dias (CPP art. 600).
Findo o prazo, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso, no prazo de cinco dias (art. 601, caput, do CPP).
Intime-se o acusado da sentença.
Cumpra-se.
Juara/MT, 27 de novembro de 2019.
Pedro Flory Diniz Nogueira
Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Pedro Flory Diniz Nogueira
Cod. Proc.: 113587 Nr: 4542-97.2018.811.0018
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público Estadual
PARTE(S) REQUERIDA(S): Adriane de Almeida Justino, Paulo Justino de Almeida, Reginaldo Justino de Almeida
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FLÁVIO DE PINHO MASIERO - OAB:13967, Marcelo Rubens Betarello Setolin - OAB:18930/MT
[...] Ressalte-se que, caso ocorra durante a instrução criminal a comprovação de que os fatos se adequam a outro tipo penal, o juiz sentenciante poderá, sem modicar a descrição dos fatos, atribuir-lhe nova definição jurídica diversa, conforme disposto no artigo 383 do Código de Processo Penal.Consigne-se, ainda, que há também a possibilidade de ao final de instrução processual o juiz concluir que o fato narrado na inicial não corresponde aos provados durante a instrução processual e remeter o processo ao Ministério Público que deverá aditar a peça inaugural, nos termos do artigo 384 do CPP.Em análise à inicial acusatória, percebe-se que o Parquet qualificou devidamente os réus (vide denúncia fls. 1/4 PDF) e, na sequência, passou a atribuir aos acusados a prática dos delitos previstos nos artigos 148, § 2º e 158, § 1º, c.c art. 61, inciso II, alínea "h" todos do Código Penal, descriminando, de forma precisa, as condutas praticadas pelos denunciados.Assim, presentes na narrativa inicial os elementos essenciais para identificar a conduta como fato típico, a permitir que os denunciados possam se defender das acusações ali contidas, e, de resto, constatando-se que a exordial encontrava-se instruída com elementos suficientes acerca da materialidade e autoria delitiva, a abertura da fase instrutória para colheita de provas é medida que se impõe.Portanto, não sendo o caso de absolvição sumária (CPP, art. 397), mantenho a audiência designada para o dia 28 de julho de 2020, às 14h00.Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Pedro Flory Diniz Nogueira
Cod. Proc.: 111765 Nr: 3825-85.2018.811.0018
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público Estadual
PARTE(S) REQUERIDA(S): Webiton Alves da Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Aristides Jose Botelho de Oliveira - OAB:3911/MT
AUTOS Nº 3825-85.2018.811.0018 - CÓDIGO 111765

DENUNCIADO: WEBITON ALVES DA SILVA
IMPUTAÇÃO: ARTIGO 155, § 4º, INCISO II, C.C ART. 71 AMBOS DO CÓDIGO PENAL

Vistos e examinados,

Trata-se de ação penal proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO em desfavor de WEBITON ALVES DA SILVA, dando-o como incurso nas penas do artigo 155, § 4º, INCISO II, C.C ART. 71 AMBOS DO CÓDIGO PENAL.

A denúncia foi assim redigida:

1º FATO - "No dia 09/03/2018, nas dependências do estabelecimento comercial Tornearia e Mecânica Linke, localizada na Rua Belo Horizonte, nº 677, Centro, nesta comarca, o denunciado, com abuso de confiança, subtraiu, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, qual seja, importância de R$ 900,00 (novecentos reais) das vítimas Cleyton Alessandro de Oliveira.

2º FATO – "No dia 10/03/2018, no período da manhã, nas dependências do estabelecimento comercial Tornearia e Mecânica Linke, localizada na Rua Belo Horizonte, nº 677, Centro, nesta comarca, o denunciado, com abuso de confiança, subtraiu, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, qual seja, importância de R$ 300,00 (trezentos reais) da vítima Cleyton Alessandro de Oliveira.

3º FATO – "No dia 12/03/2018, no período da tarde, nas dependências do estabelecimento comercial Tornearia e Mecânica Linke, localizada na Rua Belo Horizonte, nº 677, Centro, nesta Comarca, o denunciado, com abuso de confiança, subtraiu, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, qual seja, importância de R$ 100,00 (cem reais), da vítima Cleyton Alessandro de Oliveira.

4º FATO – "No dia 13/03/2018, por volta das 09h00min, nas dependências do estabelecimento comercial Tornearia e Mecânica Linke, localizada na Rua Belo Horizonte, nº677, Centro, nesta comarca, o denunciado, com abuso de confiança, subtraiu, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, qual seja, a importância de R$ 300,00 (trezentos reais), da vítima Cleyton Alessandro de Oliveira".

A denúncia foi recebida no dia 14 de setembro de 2018 (ref. 04). O acusado foi citado pessoalmente e em seguida apresentou resposta à acusação (ref. 20). Não estando presentes as hipóteses de absolvição sumária foi designada audiência de instrução e julgamento para colheita de provas. Nessa oportunidade foi colhido o depoimento de Cleyton Alessandro de Oliveira (vítima), Jeferson Witter Pereira (policial militar), Marilice Regina Borzio de Oliveira (testemunha), Ney da Costa Leite (investigador de polícia) e das testemunhas de defesa Reginaldo Araújo, Rosangela Alves da Silva e Jane Alves da Silva. Por fim, o acusado foi interrogado.

Juntadas as alegações finais do Ministério Público pugnando pela procedência da denúncia. A defesa, por sua vez, apresentou seus memoriais finais, pleiteando a absolvição do acusado por insuficiência de provas e em caso de entendimento divergente o afastamento da qualificadora e a modalidade continuada, bem como a desclassificação para tentativa de furto e reconhecimento do furto privilegiado (ref. 53).

EIS O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO.

A imputação que pesa sobre o acusado diz respeito ao delito de furto qualificado pelo abuso de confiança, o qual possui a seguinte redação, in verbis:

Art. 155 do Código Penal:

"Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel".

§ 4º A pena é de reclusão de dois a oito anos, e multa, se o crime é cometido:

II – com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza.

A materialidade dos delitos descritos na denúncia está devidamente comprovada por meio do auto de prisão em flagrante, termo de depoimento dos policiais militares, termo de depoimento da vítima, termo de declaração dos informantes Marilice Regina e Aparecido Reginaldo de Oliveira, termos de entrega, termo de interrogatório do acusado e boletim de ocorrência.

A autoria é incontestável.

Em sede inquisitorial o acusado confessou a autoria dos quatros furtos que lhes foram imputados, detalhando o modus operandi perpetrada para a prática dos delitos, vejamos:

"Que há aproximadamente três anos diz trabalhar na Tornearia e Mecânica Linke, localizada nesta cidade, e que exercia a função de auxiliar de torneiro mecânico. Que em horário que diz não se recordar, durante o dia 09/03/2018, percebeu que o filho de seu patrão, Cleyton Alessandro de Oliveira deixou a carteira de bolso dele sobre o torno mecânico em que ele trabalha e que aproveitando-se de certo descuido dele, diz ter aberto a carteira e subtraído do interior dela a quantia de R$ 900,00 (novecentos reais) em espécie. Que durante a manhã de sábado dia 10/03/2018, aproveitando-se de outro descuido de Cleyton, diz novamente ter aberto a carteira dele e subtraído uma quantia em dinheiro que acredita ter sido em torno de R$ 300,00 (trezentos reais). Que no final da tarde de ontem 12/03/2018 novamente quando Cleyton não estava por perto do local em que ele costumava guardar a carteira dele, diz tê-la aberto e subtraído a quantia de R$ 100,00 (cem reais). Que na manhã do dia de hoje, 13/03/2018, em horário aproximado das 09 horas diz novamente ter furtado a quantia de R$ 300,00 (trezentos reais) em espécie do interior da carteira de Cleyton e que logo em seguida diz que este deu por falta do dinheiro dele e realizou uma reunião com todos os funcionários, os quais de pronto abriram suas carteiras para mostrar o que havia dentro delas. Que abaixo da capa do celular que possui foi localizado uma nota de R$ 100,00 (cem reais) que estava marcada com o desenho de uma estrela feito com uma caneta esferográfica, a qual Cleyton dizia ter sido feito na manhã de hoje com o intuito exclusivo de apurar quem estaria cometendo os furtos de dinheiro na carteira dele. Que policiais militares estiveram no local e ao ser instado disse a eles que havia encontrado caído no chão a cédula de R$ 100,00 (cem reais) que fora encontrada sob a capa de seu celular, bem como alegou que não estava na posse dos outros R$ 200,00 (duzentos reais) que Cleyton diz que também haviam sido furtados. Que diz ter sido levado ao 21 BPM e naquele local diz ter contado aos policiais que de fato estava com os R$ 200,00 (duzentos reais) furtados da carteira de Cleyton na manhã de hoje, e em seguida diz tê-lo levado até o armário pessoal que possui na tornearia Linke, onde eles arrecadaram duas cédulas de R$ 100,00 (cem reais), quem também estavam marcadas com a mesma estrela feita com caneta esferográfica. Que abaixo do colchão em que dorme ainda mantém certa quantia em dinheiro que diz ser parte do total que diz ter subtraído de Cleyton. Que diz ter utilizado parte do dinheiro que furtou de Cleyton para comprar dois capacetes motociclísticos, pelos quais pagou a quantia aproximada de R$ 300,00 (trezentos reais), pagar um jantar para amigos de igreja de sua namorada, o qual custou aproximadamente R$ 400,00 (quatrocentos reais), pagar uma conta de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta) na Loja União, nesta cidade, além de ter feito lanches com sua namorada, dentre outros pequenos gastos".

Já em sede judicial o denunciado negou a autoria dos delitos que lhe foram imputados, descrevendo que encontrou a quantia de R$ 300,00 (trezentos reais), no chão do estabelecimento comercial onde trabalhava e tinha a intenção de restituir ao proprietário. Negou com veemência que tenha praticado os furtos descritos na peça acusatória.

Em que pese a negativa apresentada pelo acusado em sede judicial, observa-se que a confissão do réu na fase policial, depoimento das testemunhas e da vítima, além de apreensão de parte do montante subtraído em posse do acusado, levam à convicção de que o acusado foi o autor dos furtos descritos na denúncia.

A vítima Cleyton Alessandro de Oliveira relatou quatro ocorrências de furto, sendo que segundo o ofendido os delitos aconteceram durante quatro dias seguidos. Cleyton contou que antes da prisão em flagrante do acusado vinha notando que estava sumindo dinheiro de sua carteira. Esclareceu que no intuito de apurar quem seria o autor dos furtos, Marilice marcou todas as notas com a oposição de uma estrela que grafou com uma caneta esferográfica e em seguida colocou em sua carteira. Aduziu que no dia 13/03/2018, logo após realizar a contagem das notas detectou que estavam faltando o valor de R$ 300,00 (trezentos reais). Discorreu que chamou todos os funcionários e indagados a respeito do furto que havia acontecido os funcionários permitiram que fossem revistados. Esclareceu que ocultada abaixo da capa do celular do funcionário Webiton localizou uma nota de R$ 100,00 (cem reais), que havia sido furtada de sua carteira dado que ela apresentava a referida estrela grafada, bem como a numeração que apresentava coincidia perfeitamente com uma das notas que havia sido fotografada.

A informante Marilice Borzio de Oliveira discorreu na seara judicial que Cleyton lhe contou que estava sumindo dinheiro de sua carteira. Declarou que, no intuito de identificar o autor dos furtos, marcou as notas que estavam na carteira da vítima com uma estrela, de modo que posteriormente a vítima comunicou que parte do dinheiro havia sido subtraído de sua carteira. A informante esclareceu que diante do sumiço do dinheiro foi realizada uma reunião com todos os funcionários, de modo que em tal oportunidade o acusado apresentou uma nota de R$ 100,00 (cem reais), que estava grafado com a estrela, a qual segundo o acusado

teria sido achada. Marilice discorreu que posteriormente foi localizada dentro do armário do denunciado a quantia de R$ 300,00 (trezentos reais).

O policial militar Thiago Ignácio Cardoso da Silva contou que a vítima acionou a guarnição e relatou que há alguns dias vinha notando que alguém estaria furtando quantias em dinheiro nas dependências da empresa, de modo que no dia dos fatos, no intuito de apurar quem seria o autor, deixou certa quantia na carteira, mas teria marcado todas as notas com a oposição de uma estrela que grafou com caneta esferográfica, bem como teria fotografado as notas. O miliciano contou que o proprietário do estabelecimento comercial relatou que na manhã do dia do fato verificou que havia sido subtraído R$ 300,00 (trezentos reais) do interior de sua carteira. Contou que em conversa com todos os funcionários apurou que o acusado Webiton estava na posse de uma das notas que havia sido grafada. O policial mencionou, ainda, que dentro do armário do réu foi localizado mais uma quantia em dinheiro.

No mesmo sentido temos o depoimento do policial militar Jeferson Witter Pereira, o qual esclareceu que o acusado na sede do Batalhão da Polícia Militar indicou o local onde estava guardada parte da quantia que teria sido furtada naquele dia.

Jane Alves da Silva, ouvida na condição de informante por ser namorada do denunciado, contou que antes dos furtos descritos na denúncia o acusado já havia relatado que teria sumido de sua carteira a quantia de R$ 20,00 (vinte reais), tendo, inclusive, indagado a informante se teria sido ela quem havia pegado a referida quantia.

Rosangela Alves da Silva, genitora do acusado, disse que seu filho nunca chegou em casa com dinheiro que não fosse de sua propriedade. Discorreu que o dinheiro localizado em sua residência era proveniente do salário do acusado.

Reginaldo Araújo, testemunha de defesa, esclareceu em sede judicial que os capacetes localizados na casa do acusado foram comprados em seu nome.

Ney da Costa Leite, investigador de polícia, esclareceu que polícia militar conduziu o acusado até a Delegacia de Polícia e foi determinado pela autoridade policial que acompanhasse o acusado até sua residência, local onde o denunciado indicou aos policiais onde havia certa quantia em dinheiro, o qual segundo Webiton se tratava de dinheiro proveniente dos furtos. Segundo Ney, na residência do acusado ainda foram localizados dois capacetes, os quais foram adquiridos com o dinheiro furtado, segundo Webiton. O investigador declarou, ainda, que o réu confessou a autoria dos furtos descritos na peça acusatória.

Em que pese a versão apresentada pelo acusado em juízo, verifica-se que sua confissão na seara extrajudicial está em perfeita harmonia com as demais provas acostadas aos autos, trazendo certeza de que os furtos foram cometidos pelo acusado.

O artigo 156 do Código de Processo Penal determina que a prova da alegação incumbirá a quem fizer, sendo, inclusive, oportunizado ao réu a indicação de provas para confirmar sua versão (artigo 189 do CPP), o que não ocorreu no caso dos presentes autos, motivo pelo qual a negativa de Webiton não encontra guarida.

Assim, observa-se que a confissão extrajudicial do acusado, depoimento das testemunhas e da vítima, aliada a apreensão de parte da res furtiva, bastam a certeza da prática do furto.

Nesse sentido:

APELAÇÃO CRIMINAL - FURTO QUALIFICADO - MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS - APREENSÃO DA RES FURTIVA EM PODER DO RÉU - AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA CONVINCENTE - CONDENAÇÃO CONFIRMADA. - Tratando-se do delito de furto, a apreensão da coisa subtraída em poder do acusado gera a presunção de sua responsabilidade e, invertendo-se o ônus da prova, cabe a ele apresentar justificação inequívoca. A justificação dúbia e inverossímil autoriza o reconhecimento da procedência da denúncia. (TJ-MG - APR: 10024110197282001 MG, Relator: Beatriz Pinheiro Caires, Data de Julgamento: 08/08/2013, Câmaras Criminais / 2ª CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 21/08/2013).

Portanto, escorado no princípio da livre convicção motivada, entendo suficientemente comprovadas a materialidade e autoria do crime furto, em conformidade com o descrito na exordial acusatória.

PASSO À ANÁLISE DA QUALIFICADORA PREVISTA NO ART. 155, § 4º, INCISO II, QUAL SEJA, ABUSO DE CONFIANÇA.

A relação de confiança, necessária para qualificar o crime de furto, é aquela que representa um vínculo subjetivo de lealdade ou fidelidade entre o agente e a vítima.

Em outras palavras: a res furtiva deve entrar na esfera de disponibilidade do agente, em razão da facilidade decorrente da confiança nele depositada.

No caso em tela, ficou clarividente pelas provas acostadas aos autos a incidência da qualificadora do abuso de confiança, eis que o acusado na condição de funcionário do estabelecimento comercial gozava de confiança de seus superiores e cometeu os furtos, valendo-se das facilidades que a condição de funcionário lhe proporcionava.

Segundo Cezar Roberto Bitencourt, “confiança é um sentimento interior de credibilidade, representando um vínculo subjetivo de respeito e consideração entre o agente e a vítima, pressupondo especial relação pessoal entre ambos. Abuso de confiança, por sua vez, consiste em uma espécie de traição a confiança, produto de relações de confiabilidade entre sujeito ativo e passivo, exatamente a razão pela qual foi facilitado o acesso à coisa alheia” (Código Penal Comentado, 7ª edição. P. 649).

No caso em tela, restou comprovada a existência manifesta de confiança da vítima em relação ao acusado, seja pela relação empregatícia, seja pelo acesso tranquilo ao local onde ocorreram as subtrações em decorrência dessa condição, devendo incidir a qualificadora.

DA CONTINUIDADE DELITIVA (ARTIGO 71 DO CÓDIGO PENAL).

De acordo com o art. 71 do Código Penal, quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e nas mesmas condições de tempo, lugar e modo de execução, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplicando-se-lhes a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços).

É assente na doutrina e na jurisprudência pátria que o critério utilizado para a exasperação da pena, nos casos de continuidade delitiva, é o número de infrações penais praticadas, parâmetro este que especificará no caso concreto a fração de aumento, dentro do intervalo legal de 1/6 a 2/3.

Assim, se forem praticados 2 crimes, o aumento será de 1/6; se praticados 3 crimes, será de 1/5; se praticados 4 crimes, será de 1/4; se praticados 5 crimes, será de 1/3; se praticados 6 crimes, será de 1/2 e, se praticados 7 ou mais crimes, será de 2/3.

Esse é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, in verbis:

“PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA E ESTELIONATO. DOSIMETRIA. CONTINUIDADE DELITIVA. REDUÇÃO DO PERCENTUAL DE AUMENTO DA PENA. REGIME PRISIONAL ABERTO ESTABELECIDO. GRAVIDADE ABSTRATA DOS DELITOS. SUBSTITUIÇÃO DA PENA CORPORAL POR RESTRITIVAS DE DIREITOS. TEMA NÃO ANALISADO PELA CORTE DE ORIGEM. WRIT NÃO CONHECIDO E ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO. [...] 3. A exasperação da pena do crime de maior pena, realizado em continuidade delitiva, será determinada, basicamente, pelo número de infrações penais cometidas, parâmetro este que especificará no caso concreto a fração de aumento, dentro do intervalo legal de 1/6 a 2/3. Nesse diapasão, esta Corte Superior de Justiça possui o entendimento consolidado de que, em se tratando de aumento de pena referente à continuidade delitiva, aplica-se a fração de aumento de 1/6 pela prática de 2 infrações; 1/5, para 3 infrações; 1/4 para 4 infrações; 1/3 para 5 infrações; 1/2 para 6 infrações e 2/3 para 7 ou mais infrações. [...] 8. Writ não conhecido. Ordem concedida, de ofício, a fim de reduzir a pena a 2 anos, 2 meses e 12 dias de reclusão, mais 22 dias-multa, a ser cumprida em regime aberto, salvo se, por outro motivo, o paciente estiver descontando pena em regime mais severo, determinando ao Juízo das Execuções que avalie a possibilidade de conversão da pena corporal em restritivas de direitos.” (HC 464.954/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 02/10/2018) –

No mesmo diapasão:

“PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. CONTINUIDADE DELITIVA. ACRÉSCIMO COM BASE NO NÚMERO DE INFRAÇÕES. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. FUNDAMENTO IDÔNEO. QUANTIDADE E NATUREZA DA DROGA APREENDIDA. PRECEDENTES. I - Esta Corte Superior firmou a compreensão de que a fração de aumento no crime continuado é determinada em função da quantidade de delitos cometidos, "aplicando-se a fração de aumento de 1/6 pela prática de 2 infrações; 1/5, para 3 infrações; 1/4, para 4 infrações; 1/3, para 5 infrações; 1/2, para 6 infrações; e 2/3, para 7 ou mais infrações" (HC n. 342.475/RN, Sexta Turma, Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJe de

23/2/2016). [...] Agravo regimental desprovido." (AgRg no AREsp 1012270/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 21/05/2018).

Conforme comprovado o acusado praticou o delito por 4 (quatro) vezes, razão pela qual o aumento deve se dar na proporção de 1/4 (um quarto), nos termos da fundamentação.

DISPOSITIVO:

ANTE O EXPOSTO, por tudo mais que dos autos consta e, com fundamento no artigo 387 do Código de Processo Penal, julgo procedente a denúncia para condenar o acusado WEBITON ALVES DA SILVA, pela prática do crime descrito no artigo 155, § 4º, inciso II (por quatro vezes), c.c art. 71, ambos do Código Penal.

Passo, portanto, a dosar a pena em consonância com o critério trifásico estabelecido pelo art. 68 do Código Penal, atento ao princípio da individualização da pena previsto no art. 5º, XLVI da Carta Magna.

DOSIMETRIA DA PENA EM RELAÇÃO AO FATO I

A pena prevista para o crime de furto qualificado é de reclusão de 2 (dois) a 8 (oito) anos, nos termos do artigo 155, § 4º, inciso I, do Código Penal.

Considerando as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do CP, e atento ao que seja necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime, verifico que a culpabilidade foi normal à espécie; antecedentes criminais imaculados; quanto à conduta social, não verifico a presença de nenhuma circunstância que indique ser o réu uma pessoa que provoque instabilidade social, além do delito perpetrado; quanto à personalidade não há elementos suficientes para analisá-la; os motivos do delito são próprios do tipo violado; as circunstâncias do delito foi inerente ao tipo; quanto às consequências não foram altamente graves, pois a vítima recuperou parte do montante subtraído, sem maiores prejuízos e, por fim, quanto ao comportamento da vítima não há indício de contribuição para a infração penal.

Assim, inexistindo circunstância judicial desfavorável ao acusado, estabelece-se então, como medida razoável e necessária para a reprovação e prevenção do crime, a pena-base em 2 (dois) anos de reclusão.

Não verifico a presença de circunstâncias agravantes. Tendo sido a pena fixada no mínimo legal, é incabível a aplicação da atenuante da confissão (art. 65, III, d, do Código Penal), bem como a atenuante prevista no artigo 65, inciso I do Código Penal. Súmula 231 do STJ,

Não há nenhuma causa de aumento ou diminuição de pena presente nestes autos, razão pela qual fica o acusado condenado a pena de 2 (dois) anos de reclusão.

Ao fim da aplicação do sistema trifásico, fixo a pena definitiva em 2 (dois) anos de reclusão e pagamento de 10 (dez) dias-multa, fixados em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo.

DOSIMETRIA DA PENA EM RELAÇÃO AO FATO II

A pena prevista para o crime de furto qualificado é de reclusão de 2 (dois) a 8 (oito) anos, nos termos do artigo 155, § 4º, inciso I, do Código Penal.

Considerando as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do CP, e atento ao que seja necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime, verifico que a culpabilidade foi normal à espécie; antecedentes criminais imaculados; quanto à conduta social, não verifico a presença de nenhuma circunstância que indique ser o réu uma pessoa que provoque instabilidade social, além do delito perpetrado; quanto à personalidade não há elementos suficientes para analisá-la; os motivos do delito são próprios do tipo violado; as circunstâncias do delito foi inerente ao tipo; quanto às consequências não foram altamente graves, pois a vítima recuperou parte do montante subtraído, sem maiores prejuízos e, por fim, quanto ao comportamento da vítima não há indício de contribuição para a infração penal.

Assim, inexistindo circunstância judicial desfavorável ao acusado, estabelece-se então, como medida razoável e necessária para a reprovação e prevenção do crime, a pena-base em 2 (dois) anos de reclusão.

Não verifico a presença de circunstâncias agravantes. Tendo sido a pena fixada no mínimo legal, é incabível a aplicação da atenuante da confissão (art. 65, III, d, do Código Penal), bem como a atenuante prevista no artigo 65, inciso I do Código Penal. Súmula 231 do STJ,

Não há nenhuma causa de aumento ou diminuição de pena presente nestes autos, razão pela qual fica o acusado condenado a pena de 2 (dois) anos de reclusão.

Ao fim da aplicação do sistema trifásico, fixo a pena definitiva em 2 (dois) anos de reclusão e pagamento de 10 (dez) dias-multa, fixados em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo.

DOSIMETRIA DA PENA EM RELAÇÃO AO FATO III

A pena prevista para o crime de furto qualificado é de reclusão de 2 (dois) a 8 (oito) anos, nos termos do artigo 155, § 4º, inciso I, do Código Penal.

Considerando as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do CP, e atento ao que seja necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime, verifico que a culpabilidade foi normal à espécie; antecedentes criminais imaculados; quanto à conduta social, não verifico a presença de nenhuma circunstância que indique ser o réu uma pessoa que provoque instabilidade social, além do delito perpetrado; quanto à personalidade não há elementos suficientes para analisá-la; os motivos do delito são próprios do tipo violado; as circunstâncias do delito foi inerente ao tipo; quanto às consequências não foram altamente graves, pois a vítima recuperou parte do montante subtraído, sem maiores prejuízos e, por fim, quanto ao comportamento da vítima não há indício de contribuição para a infração penal.

Assim, inexistindo circunstância judicial desfavorável ao acusado, estabelece-se então, como medida razoável e necessária para a reprovação e prevenção do crime, a pena-base em 2 (dois) anos de reclusão.

Não verifico a presença de circunstâncias agravantes. Tendo sido a pena fixada no mínimo legal, é incabível a aplicação da atenuante da confissão (art. 65, III, d, do Código Penal), bem como a atenuante prevista no artigo 65, inciso I do Código Penal. Súmula 231 do STJ,

Não há nenhuma causa de aumento ou diminuição de pena presente nestes autos, razão pela qual fica o acusado condenado a pena de 2 (dois) anos de reclusão.

Ao fim da aplicação do sistema trifásico, fixo a pena definitiva em 2 (dois) anos de reclusão e pagamento de 10 (dez) dias-multa, fixados em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo.

DOSIMETRIA DA PENA EM RELAÇÃO AO FATO IV

A pena prevista para o crime de furto qualificado é de reclusão de 2 (dois) a 8 (oito) anos, nos termos do artigo 155, § 4º, inciso I, do Código Penal.

Considerando as circunstâncias judiciais previstas no art. 59 do CP, e atento ao que seja necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime, verifico que a culpabilidade foi normal à espécie; antecedentes criminais imaculados; quanto à conduta social, não verifico a presença de nenhuma circunstância que indique ser o réu uma pessoa que provoque instabilidade social, além do delito perpetrado; quanto à personalidade não há elementos suficientes para analisá-la; os motivos do delito são próprios do tipo violado; as circunstâncias do delito foi inerente ao tipo; quanto às consequências não foram altamente graves, pois a vítima recuperou parte do montante subtraído, sem maiores prejuízos e, por fim, quanto ao comportamento da vítima não há indício de contribuição para a infração penal.

Assim, inexistindo circunstância judicial desfavorável ao acusado, estabelece-se então, como medida razoável e necessária para a reprovação e prevenção do crime, a pena-base em 2 (dois) anos de reclusão.

Não verifico a presença de circunstâncias agravantes. Tendo sido a pena fixada no mínimo legal, é incabível a aplicação da atenuante da confissão (art. 65, III, d, do Código Penal), bem como a atenuante prevista no artigo 65, inciso I do Código Penal. Súmula 231 do STJ,

Não há nenhuma causa de aumento ou diminuição de pena presente nestes autos, razão pela qual fica o acusado condenado a pena de 2 (dois) anos de reclusão.

Ao fim da aplicação do sistema trifásico, fixo a pena definitiva em 2 (dois) anos de reclusão e pagamento de 10 (dez) dias-multa, fixados em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo.

Considerando o fato de ter o denunciado ter praticado quatro furtos, em continuidade delitiva, condeno-o a pena de 2 (dois) anos de reclusão e acresço-a em ¼ (um quatro), passando a dosá-la em 2 (dois) anos e 6 (seis) meses de reclusão e pagamento de 39 (trinta e nove) dias-multa, fixados em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época dos fatos.

Nos termos do artigo 33, § 2º do Código Penal, fixo o regime aberto para cumprimento da reprimenda.

Nos termos do art. 44 do Código Penal, verifico que a pena privativa de liberdade aplicada não é superior a quatro anos e o crime não foi cometido com violência ou grave ameaça à pessoa. Da mesma forma, o réu não é reincidente em crime doloso e a culpabilidade, os antecedentes, a conduta

social e a personalidade do condenado não obstam a concessão da benesse.

Portanto substituo a pena de detenção por duas restritivas de direito (art. 44, § 2º, do CP), sem prejuízo da pena de multa aplicada, que deverão ser aplicadas pelo juiz das execuções penais.

Por fim, concedo ao acusado o direito de apelar em liberdade, uma vez que inexistem as hipóteses do art. 312 do Código de Processo Penal nos presentes autos.

Deixo de condenar o acusado ao pagamento de valor mínimo de indenização civil, uma vez que não houve instrução específica com a indicação de valores. Ademais não foi aferida a renda do acusado e não foi possibilitado à este o direito de contraprova. (AgRg no REsp 1687217/MS)

Saliento que este entendimento é consolidado no Tribunal de Justiça de Mato Grosso, conforme RAC n. 116323/2017 e n. 140803/2017.

Condeno o réu em custas processuais na forma do artigo 804 do Código de Processo Penal.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Certificado que for o trânsito em julgado: comunique-se ao TRE/MT e ao IICC; anote-se junto ao Cartório Distribuidor; expeça-se guia de execução definitiva; procedam às baixas e anotações de estilo, arquive-se em definitivo.

Ciência ao Representante do Ministério Público.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Cumpra-se.

Juara/MT, 22 de novembro de 2019.

Pedro Flory Diniz Nogueira

Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Pedro Flory Diniz Nogueira

Cod. Proc.: 131991 Nr: 4448-18.2019.811.0018

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: Ministério Público Estadual

PARTE(S) REQUERIDA(S): Reinaldo Costa Silva

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Sandra Aline de Farias - OAB:21308/O, Simoni Bergamaschi da Fonseca - OAB:MT/5810O

Cód. 131991

Vistos.

RECEBO o recurso em sentido estrito interposto pela defesa do acusado REINALDO COSTA SILVA (ref. 86), nos termos do art. 581, inciso IV, do Código de Processo Penal.

Abra-se vista à defesa para apresentar as razões recursais, no prazo de 2 (dois) dias (art. 588, CPP).

Com a apresentação das razões sobreditas, abra-se vista ao Ministério Público para apresentar contrarrazões, também no prazo de 2 (dois) dias (art. 588, CPP).

Assim, após a apresentação das contrarrazões, voltem os autos conclusos para eventual juízo de retratação do recurso, nos termo do art. 589 do CPP.

Cumpra-se.

Juara/MT, 11 de dezembro de 2019.

Pedro Flory Diniz Nogueira

Juiz de Direito

Comarca de Juína

Diretoria do Fórum

Portaria

PORTARIA Nº 46/2019

O Doutor Vagner Dupim Dias, Juiz Diretor do Foro desta Comarca de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e:

RESOLVE,

CONCEDER a servidora Solange Ferreira dos Santos Oliveira, Técnica Judiciária, matrícula 6297, 90 (noventa) dias de licença-prêmio, relativa aos quinquênios de 08/03/2011 à 08/03/2016, devendo as mesmas serem usufruídas de acordo com a conveniência do serviço.

Publique-se. Cumpra-se.

Remeta-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos e Divisão de Controle e Informação do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Juína, 26 de novembro de 2019.

Vagner Dupim Dias

Juiz Diretor do Foro

PORTARIA Nº 43/2019

O Doutor Vagner Dupim Dias, Juiz Diretor do Foro desta Comarca de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e:

RESOLVE,

CONCEDER a servidora Cássia Inês dos Santos, Auxiliar Judiciária, matrícula 6288, 90 (noventa) dias de licença-prêmio, relativa aos quinquênios de 27/11/2002 à 27/11/2007, devendo as mesmas serem usufruídas de acordo com a conveniência do serviço.

Publique-se. Cumpra-se.

Remeta-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos e Divisão de Controle e Informação do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Juína, 26 de novembro de 2019.

Vagner Dupim Dias

Juiz Diretor do Foro

PORTARIA Nº 45/2019

O Doutor Vagner Dupim Dias, Juiz Diretor do Foro desta Comarca de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e:

RESOLVE,

CONCEDER a servidor Paulo Chrispiniano de Almeida, Oficial de Justiça, matrícula 2064, 90 (noventa) dias de licença-prêmio, relativa aos quinquênios de 24/10/2014 à 24/10/2019, devendo as mesmas serem usufruídas de acordo com a conveniência do serviço.

Publique-se. Cumpra-se.

Remeta-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos e Divisão de Controle e Informação do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Juína, 26 de novembro de 2019.

Vagner Dupim Dias

Juiz Diretor do Foro

PORTARIA Nº 44/2019

O Doutor Vagner Dupim Dias, Juiz Diretor do Foro desta Comarca de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e:

RESOLVE,

CONCEDER a servidora Cássia Inês dos Santos, Auxiliar Judiciária, matrícula 6288, 90 (noventa) dias de licença-prêmio, relativa aos quinquênios de 27/11/2012 à 27/11/2017, devendo as mesmas serem usufruídas de acordo com a conveniência do serviço.

Publique-se. Cumpra-se.

Remeta-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos e Divisão de Controle e Informação do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Juína, 26 de novembro de 2019.

Vagner Dupim Dias

Juiz Diretor do Foro

PORTARIA Nº 31/2019

O Doutor Vagner Dupim Dias, Juiz Diretor do Foro desta Comarca de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e:

RESOLVE,

CONCEDER ao servidor Adriano Luiz Hermes, oficial de justiça, matrícula 25982, 90 (noventa) dias de licença-prêmio, relativa aos quinquênios de 19/12/2013 a 19/12/2018, devendo as mesmas serem usufruídas de acordo com a conveniência do serviço.

Publique-se. Cumpra-se.

Remeta-se cópia ao Departamento de Recursos Humanos e Divisão de Controle e Informação do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Juína, 13 de Agosto de 2019.

Vagner Dupim Dias

JUIZ DIRETOR DO FORO

PORTARIA nº 37/2019

O Doutor VAGNER DUPIM DIAS, MM. Juiz de Direito e Diretor Foro desta Comarca de Juína/MT, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Lei n. 9.651/2011, a qual estabelece o horário de funcionamento das serventias no Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO o que dispõe a Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria do Foro Extrajudicial, no sentido de que o Magistrado poderá alterar o horário de atendimento da serventia em virtude das peculiaridades da Comarca;

CONSIDERANDO a Sentença com Resolução de Mérito proferida nos autos de Pedido de Providência nº 148714.

RESOLVE:
ALTERAR o horário de expediente do Cartório Tabelionato de Notas e Registro Civil de Castanheira/MT, seja das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00h, com efeitos a partir da publicação desta.
Comunique-se a Corregedoria-Geral da Justiça.
Publique-se e Cumpra-se.
Juína, 08 de outubro de 2019.
VAGNER DUPIM DIAS
Juiz de Direito e Diretor do

1ª Vara

Intimação

Intimação Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1000728-73.2017.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
ERUDEMAR PIASSA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEGO LUIZ PASQUALLI OAB - PR41932 (ADVOGADO(A))
CRISTIANE MICHELI GABARDO OAB - PR55840 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AMARILDO JAIR BRUGNERA (RÉU)

INTIMAÇÃO DO (A) ADVOGADO (A) DA PARTE AUTORA PARA QUE PROVIDENCIE O PAGAMENTO DE DILIGÊNCIA DO(A) SENHOR(A) OFICIAL(A) DE JUSTIÇA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, PARA CUMPRIMENTO DO MANDADO DE INTIMAÇÃO, EM DILIGÊNCIA A SER CUMPRIDA NA PONTE DO RIO JURUENA. OUTROSSIM, INFORMAMOS QUE O REFERIDO VALOR DEVERÁ SER RECOLHIDO POR MEIO DO SISTEMA http://arrecadacao.tjmt.jus.br/#/home, CONFORME PROVIMENTO Nº 07/2017-CGJ.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000112-98.2017.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
OLMIR IORIS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL JERÔNIMO SANTOS OAB - MT0013389A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMERCIO DE PNEUS JUINA LTDA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROQUE JAIR PERIUS OAB - 661.944.159-91 (REPRESENTANTE)

CONSIDERANDO A PORTARIA CGJ N. 142, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019 QUE REGULAMENTOU O CUMPRIMENTO DE MANDADOS JUDICIAIS EM COMARCA DIVERSA À DO JUÍZO DE ORIGEM, QUANDO SE TRATAR DE PROCESSO ELETRÔNICO QUE TRAMITA NO SISTEMA PJE, NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO, DISPENSANDO À DISTRIBUIÇÃO DE CARTA PRECATÓRIA, SALVO NOS CASOS PREVISTOS NO ART. 2ª DA REFERIDA PORTARIA, IMPULSIONO OS AUTOS PARA INTIMAR A PARTE AUTORA PARA QUE PROVIDENCIE O PAGAMENTO DE DILIGÊNCIA DO(A) SENHOR(A) OFICIAL(A) DE JUSTIÇA, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS. OUTROSSIM, INFORMAMOS QUE A GUIA PARA PAGAMENTO DA DILIGÊNCIA DEVERÁ SER EMITIDA NO SITE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, POR MEIO DA OPÇÃO "CUMPRIR DILIGÊNCIA NA: OUTRA COMARCA" E INFORMAR OS DADOS DO ZONEAMENTO PARA O DEVIDO CUMPRIMENTO.

Intimação Classe: CNJ-496 GUARDA
Processo Número: 1002274-95.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
I. B. D. A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAMILLE FERNANDA FERREIRA DE SOUZA OAB - SP277652 (ADVOGADO(A))
ANA CAROLINE MARAIA OAB - MT26672/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A. T. D. P. (REQUERIDO)

INTIMAÇÃO DO(A) ADVOGADO(A) DA PARTE AUTORA ACERCA DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA NOS AUTOS PARA O DIA 26/02/2020, ÀS 10H00MIN, A SER REALIZADA NO CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA - CEJUSC, NO FÓRUM DESTA COMARCA DE JUÍNA-MT.

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1000973-84.2017.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
L. B. D. S. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
NATHALIA FERNANDES DE ALMEIDA OAB - MT17249/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
J. D. F. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAFAEL GIL SILVA OAB - MT20303/O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE JUÍNA PRIMEIRA VARA CIVEL Autos nº 1000973-84.2017.8.11.0025 C E R T I D Ã O ROSANE INÊS NOATTO, GESTORA JUDICIÁRIO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUÍNA, ESTADO DE MATO GROSSO, MATRÍCULA 6464, PORTARIA N.º 101/2013/DF, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, ETC... Certifico que, na data de 21/07/2019, foi nomeada como Advogada dativa, a Dra. NATHALIA FERNANDA DE ALMEIDA, OAB/MT 17.249, para promover a defesa no processo nº 1000973-84.2017.8.11.0025, que tramitou via PJe. Certifico, ainda, que foi arbitrado a título de Honorários Advocatícios o valor de 03 (três) URHS, pelo serviço prestado pela Advogada acima identificada. Juína/MT, 12 de dezembro de 2019. ROSANE INÊS NOATTO Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-79 AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Processo Número: 1000423-26.2016.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (AUTOR(A))
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO CARLOS VENTURA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JESSICA RODRIGUES DE SOUZA OAB - MT0022870A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DE JUÍNA DECISÃO Processo: 1000423-26.2016.8.11.0025. AUTOR(A): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO RÉU: ANTONIO CARLOS VENTURA V I S T O S, Manifesta-se o representante ministerial pela citação editalícia do requerido, ao argumento que o endereço obtido junto ao sistema Infoseg é inútil e incompleto e evidencia que o réu está em local incerto e não sabido. Considerando que a parte ré não foi localizada nem no endereço indicado na inicial nem pelos sistemas eletrônicos de pesquisa de informações pessoais criados como mecanismos de facilitação e celeridade processual, isso já é o bastante para se concluir que o requerido realmente está em local incerto e desconhecido. Sendo assim, defiro o requerimento de citação ficta (ID. 13780062), expeça-se edital, com o prazo de 20 dias, nos termos do art. 257, do CPC. Transcorrido o prazo de resposta, não havendo manifestação do citando, desde já, em respeito ao artigo 72, inciso II do Código de Processo Civil, nomeio a Drª. Jessica Rodrigues de Souza – OAB/MT n. 22.870/O, advogada militante nesta Comarca, para que assuma o patrocínio da causa, devendo ser intimada, independente de novo despacho, para apresentar resposta no prazo legal. Cumpra-se, expedindo o necessário. Às providências. FABIO PETENGILL Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1002480-12.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
WELINTON JOSE SERPA GIL (REQUERENTE)
CLARI JOSE STUANI (REQUERENTE)
OSWALDO LOPES DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WELINTON JOSE SERPA GIL OAB - MT0004812A (ADVOGADO(A))
CLARI JOSE STUANI OAB - MT21949/O (ADVOGADO(A))
OSWALDO LOPES DE SOUZA OAB - MT0003682S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOÃO CARLOS DA SILVA (REQUERIDO)
ROBERTO MARTIM (REQUERIDO)

RUBENS MARCOS DE MORAIS (REQUERIDO)
SERGIO FELIX DA CRUZ (REQUERIDO)
ELIAS MOURA DA SILVA (REQUERIDO)
VALTON RODRIGUES SOARES (REQUERIDO)
JULIO CESAR SOUZA SILVA (REQUERIDO)
ADEMIR BRASILINO DE BARROS (REQUERIDO)
HENRIQUE (REQUERIDO)
SIMONE RODRIGUES GOULART (REQUERIDO)
AILTON CANDIDO PEREIRA (REQUERIDO)
ROMILDO RAMOS DOS SANTOS (REQUERIDO)
LUCIANO AFONSO DOS SANTOS (REQUERIDO)
JALCIRA ALVES DOS SANTOS (REQUERIDO)

INTIMAÇÃO DO (A) ADVOGADO (A) DA PARTE AUTORA PARA QUE PROVIDENCIE O PAGAMENTO DE DILIGÊNCIA DO(A) SENHOR(A) OFICIAL(A) DE JUSTIÇA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, PARA CUMPRIMENTO DO MANDADO DE CITAÇÃO. OUTROSSIM, INFORMAMOS QUE O REFERIDO VALOR DEVERÁ SER RECOLHIDO POR MEIO DO SISTEMA http://arrecadacao.tjmt.jus.br/#/home, CONFORME PROVIMENTO Nº 07/2017-CGJ.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000441-76.2018.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA-AJES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADER THOME NETO OAB - MT11890/B-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SAMUEL PEREIRA DE OLIVEIRA (EXECUTADO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO PRIMEIRA VARA DA COMARCA DE JUÍNA/MT Processo nº 1000441-76.2018.8.11.0025 AUTOR(A): ASSOCIACAO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA-AJES RÉU: SAMUEL PEREIRA DE OLIVEIRA VISTOS. Cuida-se de ação monitória fundada em contrato de prestação de serviços educacionais. Devidamente citado (ID. 15628961), o requerido deixou transcorrer in albis o prazo para opor embargos monitórios. Formalizados, os autos vieram conclusos para deliberações. É breve o relato. Decido. À luz do comando que emana do art. 701, §2º do CPC, o procedimento de conversão do mandado inicial da monitória em executivo se dará nos seguintes termos: Art. 701. [...] §2º Constituir-se-á de pleno direito o titulo executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade, se não realizado o pagamento e não apresentados os embargos previstos no art. 702, observando-se, no que couber, o titulo II do livro I da parte especial. No caso dos autos, verifica-se que o requerido, apesar de devidamente citado, renunciou a instauração do contraditório ao deixar de opor embargos monitórios, dando azo a constituição de pleno direito do titulo executivo, nos termos do artigo supramencionado. Desse modo, converto o manda do inicial em título executivo judicial, expedindo-se o competente mandado executório para o pagamento do debito. Intime-se o devedor para efetuar o pagamento espontâneo do débito, em 15 (quinze) dias uteis, acrescido de custas, se houver, sob pena de, quedando-se inerte, incidir multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação (CPC, art. 523, §1º) e, também, honorários advocatícios de 10% (dez por cento), com ulterior expedição de mandado de penhora e avaliação (§ 3º). Caso o devedor não efetue, no prazo legal o depósito do montante discriminado, deverá o credor apresentar cálculo atualizado do débito acrescido da multa e dos honorários citados anteriormente, em continuidade, e a requerimento do credor, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação, que recairá sobre tantos bens quanto os necessários para garantir a dívida. Efetivada a penhora, poderá o executado apresentar impugnação (CPC, art. 525), que não terá efeito suspensivo (CPC, art. 525, §6º), bem como somente poderão ser aduzidas em defesa as matérias delineadas nos incisos do art. 525, §1º do Código de Processo Civil. Sem prejuízo, considerando que o requerido, mesmo devidamente intimado para comparecer à audiência de conciliação/mediação designada, se fez ausente, com sustentáculo no artigo 334, § 8° do NCPC, aplico em seu desfavor multa em 2% (dois por cento) sobre o valor da causa. Preclusa a presente decisão, expeça-se ofício à Procuradoria do Estado para as providências de estilo quanto ao valor da multa. Por fim, promova-se a conversão da presente ação em cumprimento de sentença. Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo. Às providências.

Juína/MT, 26 de junho de 2019. FABIO PETENGILL Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000441-76.2018.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA-AJES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADER THOME NETO OAB - MT11890/B-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SAMUEL PEREIRA DE OLIVEIRA (EXECUTADO)

INTIMAÇÃO DO (A) ADVOGADO (A) DA PARTE AUTORA PARA QUE PROVIDENCIE O PAGAMENTO DE DILIGÊNCIA DO(A) SENHOR(A) OFICIAL(A) DE JUSTIÇA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, PARA CUMPRIMENTO DO MANDADO. OUTROSSIM, INFORMAMOS QUE O REFERIDO VALOR DEVERÁ SER RECOLHIDO POR MEIO DO SISTEMA http://arrecadacao.tjmt.jus.br/#/home, CONFORME PROVIMENTO Nº 07/2017-CGJ.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000122-11.2018.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAROLINA PEREIRA TOME WICHOSKI OAB - MT18603-A (ADVOGADO(A))
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - PR8123-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE CARLOS PEREIRA (EXECUTADO)

Intimação da parte autora para que se manifestar no feito, requerendo o que de direito, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000533-88.2017.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
RODRIGO VENANCIO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WEBERKREY RIBEIRO BOTELHO OAB - MT21923/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DE JUÍNA DESPACHO Numero do Processo: 1000533-88.2017.8.11.0025 REQUERENTE: RODRIGO VENANCIO REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Vistos etc. RECEBO a inicial posto que atendidos os requisitos do artigo 319 do NCPC e, nos termos do artigo 334, caput, do Novo Código de Processo Civil, designo audiência de conciliação/mediação para o dia 28 de agosto de 2017, às 15h20min, devendo as partes comparecerem acompanhadas de advogados. CITE-SE a parte requerida e INTIME-SE a parte autora, na pessoa de seu advogado, constando que, nos termos do artigo 334, § 8º, do NCPC, o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação/mediação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. Consigne-se que não havendo autocomposição, sai o réu intimado para oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias à partir da data da audiência, sob pena de incorrer nos efeitos da revelia (art. 344, NCPC) DEFIRO os benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Às providencias. Juína/MT, 26 de junho de 2017. Roger Augusto Bim Donega Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1001265-35.2018.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
ARLEI NOATTO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIA CRISTINA GIRALDELLI OAB - MT0012854A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO VITOR CORSI DE SOUZA NOATTO (RÉU)

INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA PARA, QUERENDO E NO PRAZO LEGAL, MANIFESTAR SOBRE A NÃO REALIZAÇÃO DA AUDIENCIA DE CONCILIAÇÃO, BEM COMO SOBRE AS DILIGÊNCIAS NEGATIVA QUANTO À LOCALIZAÇÃO DA PARTE REQUERIDA.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000559-52.2018.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
M. S. L. O. (EXEQUENTE)
K. L. L. O. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDER DE MOURA PAIXAO MEDEIROS OAB - MT19095/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
F. A. O. (EXECUTADO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
L. A. L. (TERCEIRO INTERESSADO)

INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA SOBRE A CERTIDÃO NEGATIVA DO OFICIAL DE JUSTIÇA DE ID 26788850

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Fabio Petengill
Cod. Proc.: 35510 Nr: 91-91.2007.811.0025
AÇÃO: Inventário->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LUZINETE SOUZA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARCO ANTONIO FERNANDES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: OSWALDO LOPES DE SOUZA - OAB:3682-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Processo nº: 91-91.2007.8.11.0025 (Código nº: 35510)
Inventariado: Espólio de Marco Antonio Fernandes
Inventariante: Luzinete Souza Silva
Vistos, etc.
Destituída a inventariante judicial, pela péssima administração dos bens do Espólio, com fortes indícios de desvio patrimonial e apropriação indevida de bens da herança, foram os seis outros herdeiros intimados a manifestar interesse na assunção do múnus processual e todos, em uníssono, declinaram do encargo, o que autoriza, sem margens a qualquer dúvida, a aplicação da regra do art. 617, VII, do CPC/15, justificando a nomeação de inventariante judicial, que será remunerado às expensas do patrimônio hereditário.
Destarte, nomeio como inventariante judicial a empresa AJ1 Administração Judicial, localizada na Avenida Dr Hélio Ribeiro, 525, 24º andar, Sala 2401, Edifício Helbor Dual Business, Bairro Alvorada, CEP 78.048-848, Cuiabá/MT, Telefones: (65) 2136-2363 e (65) 99816-6362, endereço eletrônico: aj1@aj1.com.br, que deverá, em aceitando o encargo, comparecer em juízo para assinar termo de compromisso e colheita da assinatura do compromissado nomeado.
Prestado o compromisso, assume o inventariante judicial a posse de todos os bens da herança, e isso implica, inclusive, em imissão na posse dos três imóveis arrolados nos autos como componentes do monte-mor, assim como na obrigação de arrecadar os demais bens da herança porventura sonegados, exigindo prestação de contas da inventariante destituída, apresentando as certidões de dívidas fiscais e, por fim, propondo o esboço da partilha, em sede de últimas declarações.
Fixo prazo de 90 dias para assunção do compromisso e adoção das providências pendentes de encaminhamento, que atravancam o processamento efetivo do inventário.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário e com as cautelas de estilo.
Juína (MT), 30 de outubro de 2019.
FABIO PETENGILL,
Juiz de Direito.

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 95883 Nr: 4237-68.2013.811.0025
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): RAIMUNDO VIANA TAVARES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - OAB:OAB/MT 16.691-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 20 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): RAIMUNDO VIANA TAVARES, Cpf: 35463406200, brasileiro(a), solteiro(a), agricultor. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO dO(A) REQUERIDO(a) acima qualificado(a), atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da ação que lhe é proposta, consoante consta da petição inicial a seguir resumida, para, no prazo de 15 dias, contados do término do prazo deste edital, apresentar resposta, caso queira, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos afirmados na petição inicial.
Resumo da Inicial: Trata-se de Ação Ordinária de Cobrança movida por BANCO DO BRASIL S/A em face de RAIMUNDO VIANA TAVARES, ante o inadimplemento do contrato de financiamento, no valor de R$ 24.492,58 (vinte e quatro mil quatrocentos e noventa e dois reais e cinquenta e oito centavos).
Despacho/Decisão: Processo nº 4237-68.2013.811.0025 – Código 95883Requerente: Banco do Brasil S/ARequerido: Raimundo Viana TavaresVISTOS, Pretende o autor a citação editalícia do requerido por não ter sido localizado nos endereços indicados nos autos nem pelos sistemas eletrônicos de pesquisa de informações pessoais criados como mecanismo de facilitação e celeridade processual, o que já é o bastante para se concluir que o demandado realmente está em local incerto e não sabido.Desse modo, defiro o requerimento de fls. 134/136, expeça-se edital de citação, com prazo de 20 dias, nos termos do art. 257, do CPC.Transcorrido o prazo de resposta, não havendo manifestação do devedor, desde já, em respeito ao art. 72, II do Código de Processo Civil, nomeio o Dr. Lincoln Marcos de Oliveira – OAB/MT 19.390/O, advogado militante nesta Comarca, para que assuma o patrocínio da causa, devendo ser intimado, independente de novo despacho, para apresentar resposta no prazo legal.Sem prejuízo, nos termos do que estabelece o art. 487, parágrafo único do CPC, porque da data do ajuizamento da ação até agora já decorreram mais de 6 anos, sem qualquer marco interruptivo da prescrição do direito de crédito, determino a intimação do credor para se manifestar sobre tal matéria, no prazo de 15 dias, sob pena de preclusão.Empós, tornem-me conclusos para novas deliberações.Às providências.Juína/MT, 24 de outubro de 2019.FABIO PETENGILLJuiz de Direito
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, ROBSON NEVES DE SOUZA, digitei.
Juína, 01 de novembro de 2019
Rosane Inês Noatto Gestor Judicial Autorizado art. 1.205/CNGC

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 96301 Nr: 4696-70.2013.811.0025
AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO
PARTE(S) REQUERIDA(S): EDSON TRENTINI, OLÍMPIO ALVES DE MOURA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS - OAB:13.994-A/MT, RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - OAB:8184-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 20 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): OLÍMPIO ALVES DE MOURA, Cpf: 27229939291, Rg: 574.041, Filiação: Isabel Josefa de Moura e Francalino Alves dos Santos, data de nascimento: 26/07/1962, brasileiro(a), natural de Picos-PI, casado(a), comerciante. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO da parte ré, acima qualificada, atualmente em local

incerto e não sabido para cumprir a obrigação exigida pela parte autora, consistente no pagamento do débito no valor de R$ 49.573,13 (Quarenta e nove mil e quinhentos e setenta e tres reais e treze centavos) especificado na petição inicial em resumo abaixo, acrescido do pagamento dos honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do dia útil seguinte ao prazo final do edital (art. 231, IV, CPC/2015), sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade, se não realizado o pagamento e não apresentados os embargos previstos no art. 702 do CPC/2015. CIENTE a parte citada que, no caso de integral pagamento no prazo estipulado (15 dias), ficará isento(a) do pagamento de custas processuais (art. 701, § 1º, CPC/2015) ou, no mesmo prazo, reconhecendo a quantia devida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do seu valor, acrescido de custas e honorários de advogado, poderá requerer o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, com correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês.
Resumo da Inicial: Trata-se de Ação Monitória movida por HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO em face de EDSON TRETINI e OLÍMPIO ALVES de MOURA, ante o inadimplemento do contrato de financiamento, no valor de R$ 49,573,13 (quarenta e nove mil quinhentos e setenta e três reais e treze centavos).
Despacho/Decisão:

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 81957 Nr: 1710-17.2011.811.0025
AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MDGSR
PARTE(S) REQUERIDA(S): SAF
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VIVIANE SANTIN RODRIGUES - OAB:4206
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DANIELI FELBER - OAB:10.623/MT
INTIMAÇÃO DO (A)ADVOGADO (A)DA PARTE AUTORA PARA, NO PRAZO LEGAL, MANIFESTAR ACERCA DA PESQUISA REALIZADA VIA BACENJUD.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Fabio Petengill
Cod. Proc.: 115195 Nr: 6337-25.2015.811.0025
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MUNICÍPIO DE JUÍNA/MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARIA DOS REIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LAURA GABRIELLY GOMES GONÇALVES DE SOUZA - OAB:OAB/MT 24.863/O
Processo nº 6337-25.2015.811.0025 – Código 115195
Exequente: Município de Juína MT
Executado: Maria dos Reis
VISTOS,
Trata-se de execução de fiscal, promovido pelo Município de Juína, em face de Maria dos Reis, que, citada por edital, quedou-se revel, sendo sua defesa técnica patrocinada por advogada nomeada como dativa para atuar na curadoria dos interesses do revel, e que, em seu interesse, apresentou contestação por negativa geral, que foi impugnada pelo exequente.
Feita essa resenha fática, o compulsar dos autos revela que a defesa apresentada não traz qualquer oposição ou resistência à pretensão executória, razão porque, a solução da quaestio é de singela complexidade, já que a impugnação se fez por negativa geral, sem atacar ponto algum da execução, e, sendo assim, não havendo motivos a inquinar a presunção de legalidade que advém do título, rejeito a peça defensiva, e determino prosseguimento da execução.
Desse modo, intime-se o credor para apresentar cálculo do valor atualizado da dívida e adotar as medidas que julgar cabíveis para impulsionar de modo efetivo e concreto a execução fiscal, salientando que segundo a dicção da mesma Corte Cidadã, realizada a citação válida, retorna a correr a marcha prescricional, que somente se interromperá definitivamente com a constrição patrimonial efetiva, que sirva a garantir a dívida exequenda.
Intimem-se.
As Providências.
Juína/MT, 12 de dezembro 2019.
FABIO PETENGILL
Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Fabio Petengill
Cod. Proc.: 122872 Nr: 3183-62.2016.811.0025
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: A FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): O EDUARDO ITO SUPERMERCADO, OSSAMU EDUARDO ITO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: OLGA GENY ALMEIDA ALVES - OAB:2606/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GILMAR DA CRUZ E SOUSA - OAB:3543-B/MT
Processo nº 3183-62.2016.811.0025 – Código 122875
Exequente: Fazenda Pública do Estado MT
Executado: Eduardo Ito Supermercado
EXECUÇÃO FISCAL
VISTOS,
Manifesta-se o exequente pugnando pela suspensão pelo prazo de 90 dias, prazo já sem qualquer andamento útil do feito.
Sendo assim, intime-se a Fazenda Pública a dar impulso efetivo da execução, assim como se manifeste acerca da à hipótese do entendimento dos temas 566 à 571 do STJ, uma vez que já ajuizamento da ação sem qualquer situação intempestiva da marcha prescricional, que se dispara automaticamente, a contar do prazo de suspensão a que alude o artigo 40 e 2° da LEF
Às providências.
Juína, 09 de dezembro de 2019.
FABIO PETENGILL
Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Fabio Petengill
Cod. Proc.: 118890 Nr: 783-75.2016.811.0025
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ADAILTON DOS SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S. A., CITAVEL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ENADIA GARCIA DOS SANTOS RIBEIRO - OAB:8249-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS - OAB:13431-B/MT
Processo n: 783-75.2016.8.11.0025 (cod. 118890)
Exequente: Adailton dos Santos
Executado: Banco Bradesco Financiamentos S/A
V i s t o s,
Proferida sentença condenatória em face do ora executado, antes de ser iniciada a etapa de cumprimento de sentença, compareceu o devedor em juízo e efetuou o depósito do valor referente à obrigação principal (R$ 5.503,69 – fls. 79/84), sem atentar à existência de imposição de condenação também sobre as verbas decorrentes da sucumbência (reembolso das custas e honorários advocatícios), sendo apontado pelo credor o erro na liquidação, que foi, ademais, reconhecido pelo devedor e devidamente complementado.
Sendo assim, já tendo o credor postulado o levantamento dos valores, e estando adimplida a dívida judicial, a extinção do feito é medida impositiva.
Ante o exposto e por tudo que dos autos consta, JULGO E DECLARO EXTINTO o processo com julgamento do mérito, o que faço com arrimo nos termos do artigo 924, inciso II, do Novo Código de Processo Civil.
Expeça-se alvará em favor do credor para levantamento dos valores depositados nos autos. Transfira-se o crédito para a conta bancária indicada pelo exequente às fls. 86.
Certificado o trânsito em julgada desta decisão, arquive-se com as baixas e anotações de estilo.
P. I. C.
Às providências.
FABIO PETENGILL,
Juiz de Direito.

2ª Vara

Intimação

Intimação Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1000248-27.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA-AJES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
NADER THOME NETO OAB - MT11890/B-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ILDA PEREIRA DA SILVA SOUSA (RÉU)

Intimar o(a) Advogado(a) da parte autora para que providencie o pagamento da diligência do(a) senhor(a) oficial(a) de justiça, por meio do sistema de arrecadação http://arrecadacao.tjmt.jus.br/#/home, conforme provimento nº 7/2017-CGJ/TJMT.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000388-61.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA-AJES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
NADER THOME NETO OAB - MT11890/B-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALESSANDRA AQUINO PERES (RÉU)

.

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1000574-84.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
M. D. L. C. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALCIONE ADAME OAB - SP252199 (ADVOGADO(A))
LUIS FERNANDO MORAES DE MELLO OAB - MT19056/B (ADVOGADO(A))
STEFAN HANATZKI SIGLINSKI OAB - MT25663/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
C. L. E. D. S. (RÉU)

.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1001943-16.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DIVANIR SALETE STOCCO (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE JUÍNA DESPACHO Processo: 1001943-16.2019.8.11.0025 EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL SA EXECUTADO: DIVANIR SALETE STOCCO Vistos, etc. 1. Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação (NCPC, art. 139, VI e Enunciado n. 35 da ENFAM). 2. Cite(m)-se o (a) (s) executado (a) (s), conforme requerido na exordial, para pagar a dívida, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, que fixo no patamar de dez por cento, no prazo de 03 (três) dias, a contar da citação. 3. Caso o (a) (s) executado (a) (s) possua(m) cadastro na forma do art. 246, §1º e art. 1.051 do Novo Código de Processo Civil, a citação deverá ser feita de maneira preferencialmente eletrônica. 4. Do mandado ou carta de citação deverá constar, também, a ordem de penhora e avaliação a ser cumprida pelo Oficial de Justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. 5. Não encontrado (a) (s) o (a) (s) executado (a) (s), havendo bens de sua titularidade, o Oficial de Justiça deverá proceder ao arresto de tantos quanto bastem para garantir a execução, seguindo o processo na forma do art. 830, do Novo Código de Processo Civil. 6. Nos termos do art. 212, § 2º do NCPC, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses e nos feriados ou dias úteis mesmo antes das 6 e depois das 20 horas, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal. 7. O (a) (s) executado (a) (s) deverá (ão) ter ciência de que, nos termos do art. 827, §1º, do Novo Código de Processo Civil, em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade. 8. Registre-se, também, a possibilidade de oferecimento de embargos à execução, distribuídos por dependência e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 231, do Novo Código de Processo Civil. 9. Alternativamente, no lugar dos embargos, mediante o depósito de trinta por cento do valor total executado, poderá ser requerido o parcelamento do restante em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês. 10. Fica(m) o (a) (s) executado (a) (s) advertido(s) que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar na elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte exequente, além de outras penalidades previstas em lei. 11. O exequente, por sua vez, deverá ter ciência de que, não localizado o (a) (s) executado (a) (s), deverá, na primeira oportunidade, requerer as medidas necessárias para a viabilização da citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, §1º, do Novo Código de Processo Civil. 12. Tratando-se de pessoa jurídica, deverá, desde logo, providenciar a juntada de certidão de breve relato obtida junto à Junta Comercial ou semelhante, diligenciando, ainda, perante os cadastros processuais do juízo onde a empresa tem sede ou filial. 13. Registre-se que, independentemente de nova ordem judicial, mediante o recolhimento de eventuais taxas, o exequente poderá requerer diretamente à Serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 828, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Novo Código de Processo Civil. 14. Expedida a certidão, caberá ao exequente providenciar as averbações e comunicações necessárias, comprovando posteriormente nos autos, no prazo de 10 dias, sob pena de nulidade, sem prejuízo de eventual responsabilização. Às providências. Juína/MT, 22 de novembro de 2019. DAIANE MARILYN VAZ Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-287 IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1002377-05.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (IMPUGNANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO RAMOS DOMBROSKI OAB - RJ173725-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FRIGORIFICO RS LTDA - ME (IMPUGNADO)
Magistrado(s):
DAIANE MARILYN VAZ

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE JUÍNA DESPACHO Processo: 1002377-05.2019.8.11.0025 IMPUGNANTE: BANCO DO BRASIL SA IMPUGNADO: FRIGORIFICO RS LTDA - ME Vistos, etc. Certifique-se a tempestividade da presente impugnação de crédito (art. 8º, caput, Lei n. 11.101/2005). Sendo tempestiva, intime-se a requerida para, querendo, contestar a impugnação em cinco dias, e depois abra-se vista à parte credora para em igual prazo se manifestar sobre a resposta (arts. 10, § 5º, 11 e 12, da LRF). Em seguida, abra-se vista ao administrador judicial para emitir parecer no prazo de 05 (cinco) dias, quando haverá de juntar laudos, as informações existentes nos livros fiscais e demais documentos do devedor acerca do crédito, constantes ou não da relação de credores. Na sequência, dê-se vista ao Ministério Público e, em seguida, voltem-me conclusos para a adoção de uma das providências do art. 15, LRF. Às providências. DAIANE MARILYN VAZ Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1001512-79.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
J. F. D. (RECONVINTE)
T. F. D. S. D. (RECONVINTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIO FERNANDO DESKE OAB - 000.602.701-60 (REPRESENTANTE)
HILONES NEPOMUCENO OAB - MT0014764A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
N. A. D. S. (RECONVINDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE JUÍNA DESPACHO Processo: 1001512-79.2019.8.11.0025. Vistos, etc. Recebo a

exordial, eis que preenchidos os requisitos dos artigos 319 e 320 do CPC/2015 e defiro os benefícios da justiça gratuita à parte autora, nos termos do art. 98 c/c art. 99, § 3º, CPC/2015. Deixo de designar audiência de conciliação em razão de constar nos autos a informação de que a requerida encontra-se presa preventivamente na unidade prisional feminina da Comarca de Tangará da Serra/MT. Considerando as peculiaridades do caso e buscando uma melhor instrução do processo com vistas à fiel análise do pleito liminar, entendo prudente postergar a análise do pedido para momento posterior à juntada do relatório da equipe interdisciplinar deste juízo. Para tanto, notifiquem-se a psicóloga e a assistente social deste Juízo para que realizem o estudo psicossocial do caso, encaminhando o relatório no prazo máximo de 15 (quinze) dias. CITE-SE a requerida para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar defesa (art. 335, NCPC). No mais, DETERMINO que o feito processe-se em SEGREDO DE JUSTIÇA. Ciência ao Parquet. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Às providências. Juína/MT, data da assinatura registrada no sistema. DAIANE MARILYN VAZ Juíza de Direito

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 89936 Nr: 4215-44.2012.811.0025
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ALEXANDRO BISPO DE PAULA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MAYARA GONÇALVES FREITAS RAMPON - OAB:19.468/MT, SELMA PINTO DE ARRUDA GUIMARÃES - OAB:3749-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Considerando a confirmação do recebimento do Ofício de fl.281, intime-se a parte autora para requerer o que entender por direito no prazo de 05 (cinco) dias.

3ª Vara

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Vagner Dupim Dias
Cod. Proc.: 139953 Nr: 3384-83.2018.811.0025
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ALISSON DE SOUZA LIMA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: HILONÊS NEPOMUCENO - OAB:14764-B/MT
Vistos,
Para fins de readequação da pauta e agenda deste magistrado, REDESIGNO a audiência para o dia 30/01/2020, às 15h.
INTIMEM-SE.
CIÊNCIA ao Ministério Público e à Defesa.
CUMPRA-SE.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Vagner Dupim Dias
Cod. Proc.: 136057 Nr: 609-95.2018.811.0025
AÇÃO: Auto de Prisão em Flagrante->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA:
PARTE(S) REQUERIDA(S): JRTDS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Newton zacarias Petermann Fregadolli Brandão - OAB:10515
Vistos,
Já havendo determinação de restituição de fiança (autos sob o Código n. 136231), DEFIRO o pleito de fl. 32/33. Para tanto, EXPEÇA-SE o alvará de levantamento, intimando-se pessoalmente o indiciado desta decisão.
CUMPRA-SE.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Vagner Dupim Dias
Cod. Proc.: 112184 Nr: 3696-64.2015.811.0025
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ADRIANO LOPES DA COSTA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PEDRO ELÍSIO DE PAULA NETO - OAB:13.071
(...) Ante o exposto, comungando com o entendimento do Parquet, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado ADRIANO LOPES DA COSTA, ante a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva em abstrato (art. 107, IV, do CP c/c art. 109, VI, do CP).Ao Advogado nomeado para o munus público, Dr. Nader Thomé Neto à f. 99, vº, ARBITRO HONORÁRIOS DATIVOS no importe de 01 (um) URH pelos serviços prestados (f. 100), nos termos da Tabela da OAB/MT. Para tanto, EXPEÇA-SE a certidão, com o valor total e corrigido dos honorários que lhe são devidos, para cobrança junto ao Estado de Mato Grosso (art. 303, § 3º, da CNGC). ANOTE-SE no relatório de acordo com o art. 306 da CNGC, feitas as comunicações semestrais devidas.RECOLHA-SE eventual mandado de prisão em aberto, atualizando-se o BNMP 2.0.Transitada em julgado, ARQUIVE-SE.P.I.C.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Vagner Dupim Dias
Cod. Proc.: 118304 Nr: 417-36.2016.811.0025
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): GEREMIAS DOS SANTOS FIDEL, ALEXANDRE GONZAGA ROCHA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANTONIO VALDENIR CALIARE - OAB:13443/MT, PAULO RENATO RIBEIRO - OAB:OAB/MT 5789
Vistos. HOMOLOGO a desistência da testemunha faltante. Insistindo o MP na oitiva das testemunhas faltantes, REDESIGNO a audiência para o dia 08/06/2020, às 13h30min. VISTA ao MP para no prazo de 5 (cinco) dias manifestar quanto ao endereço das testemunhas e vítima. Se residentes fora dos limites territoriais desta Comarca, DEPREQUE-SE sua inquirição (art. 222, caput, do CPP). SAEM os presentes intimados. CUMPRA-SE.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Vagner Dupim Dias
Cod. Proc.: 107824 Nr: 1483-85.2015.811.0025
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSE JORGE DA SILVA, ROBERTO ROCHA VIEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RAFAEL JERONIMO SANTOS - OAB:13389/MT
Vistos. De proêmio, HOMOLOGO a desistência da testemunha faltante. Anoto que a sentença penal oral tem apoio no Enunciado n. 12 do Grupo de Estudo criado pela Portaria Conjunta ESMAGIS/EMAM n. 1/2014, “in verbis”: “A sentença penal de baixa ou média complexidade pode ser prolatada oralmente, com registro mediante gravação fonográfica ou audiovisual em meio eletrônico, devendo constar, impreterivelmente, no TERMO DA AUDIÊNCIA: a) o código do processo, o nome das partes e seus advogados (ainda que ausentes no ato), o nome do juiz, o local e a data da audiência; b) a anotação da presença ou não do representante do Ministério Público e das testemunhas arroladas pelas partes; c) o resumo sucinto dos fatos ocorridos na audiência (requerimentos, recursos, contraditas, decisões, etc.); d) o dispositivo da sentença e, em caso de sentença condenatória, a fundamentação da medida de segurança, da medida socioeducativa e da dosimetria da pena, expondo, nesse último caso, o caminho matemático percorrido pelo juiz, em cada uma das três fases, para fixar a pena definitiva; f) a assinatura do juiz e de todos os presentes na solenidade”. Assim, forte na fundamentação constante do arquivo em áudio, Ante o exposto, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva externada na denúncia para CONDENAR o réu JOSE JORGE DA SILVA, como incurso, nas penas do art. 306, “caput”, da Lei n. 9.503/97. Passo à dosimetria da pena. PENA: detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão

ou a habilitação para dirigir veículo automotor. 1ª FASE: Analisando as circunstâncias judiciais previstas no artigo 59 do Código Penal, tem-se que: 1) culpabilidade: normal, ínsito ao tipo penal; 2) antecedentes: inexistem; 3) conduta social: não consta dos autos nada que desabone sua conduta social; 4) personalidade: não há nos autos estudo especializado e dados concretos que permitam inferir qualquer traço psicológico relevante; 5) motivos: ínsitos ao tipo penal; 6) circunstâncias: típicas do crime; 7) consequências: comuns ao tipo penal; 8) comportamento da vítima: inexistente. Considerando que não há circunstância judicial negativa, FIXO a pena-base em 6 (seis) meses de detenção e 10 (dez) dias-multa e 2 (dois) meses de suspensão/proibição de se obter permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor. 2ª FASE: Inexistem agravantes. Embora esteja presente a atenuante da confissão, DEIXO de reduzir a pena aquém do mínimo legal. 3ª FASE: Inexistem causas de aumento ou diminuição da pena. Portanto, TORNO DEFINITIVA a pena do vertente delito em 6 (seis) meses de detenção e 10 (dez) dias-multa e 2 (dois) meses de suspensão/proibição de se obter permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor. Tendo em vista que na data dos fatos o réu não apresentou Carteira Nacional de Habilitação, DETERMINO, caso ele tenha adquirido, a SUSPENSÃO de sua utilização pelo prazo de 2 (dois) meses. Caso não, PROÍBO o acusado de obter permissão ou habilitação pelo mesmo prazo. A pena deverá ser cumprida inicialmente em regime ABERTO, nos moldes do art. 33, § 2º, "c", do CP. Tendo em vista o regime fixado, CONCEDO ao réu o direito de apelar em liberdade. Nos termos do artigo 44, §2º, do Código Penal, e considerando que as circunstâncias do artigo 59 do mesmo diploma legal não desabonam a ré a ponto de impedir a substituição, CONVERTO (CP, art. 44, III) a pena privativa de liberdade em uma pena restritiva de direito consistente em prestação pecuniária no importe de 1 salário mínimo a ser retirado da fiança recolhida. DEIXO de proceder à suspensão condicional da pena, por conta da aplicação da PRD. ISENTO o réu do pagamento das custas e despesas processuais, haja vista ser o condenado pobre, na forma da lei. Transitada em julgado a sentença para as partes, DETERMINO as seguintes providências: 01) EXTRAIA-SE guia de execução definitiva; 02) COMUNIQUE-SE ao Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, via INFODIP, para fins do art. 15, III, da CF; 03) COMUNIQUEM-SE ao Cartório Distribuidor e à Autoridade Policial; 04) OFICIE-SE ao Instituto Nacional e Estadual de Identificação; 05) OFICIE-SE ao Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso - DETRAN; 6) LANCE-SE o nome do réu no rol do culpado. Em relação acusado ROBERTO, permaneçam os autos suspensos, aguardando o cumprimento das condições do sursis processual. SAEM os presentes intimados. CUMPRA-SE.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Vagner Dupim Dias
Cod. Proc.: 112186 Nr: 3698-34.2015.811.0025
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): EDSON FERREIRA DE OLIVEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EUGÊNIO BARBOSA DE QUEIROZ - OAB:12457

Vistos. De proêmio, HOMOLOGO as desistências. Anoto que a sentença penal oral tem apoio no Enunciado n. 12 do Grupo de Estudo criado pela Portaria Conjunta ESMAGIS/EMAM n. 1/2014, "in verbis": "A sentença penal de baixa ou média complexidade pode ser prolatada oralmente, com registro mediante gravação fonográfica ou audiovisual em meio eletrônico, devendo constar, impreterivelmente, no TERMO DA AUDIÊNCIA: a) o código do processo, o nome das partes e seus advogados (ainda que ausentes no ato), o nome do juiz, o local e a data da audiência; b) a anotação da presença ou não do representante do Ministério Público e das testemunhas arroladas pelas partes; c) o resumo sucinto dos fatos ocorridos na audiência (requerimentos, recursos, contraditas, decisões, etc.); d) o dispositivo da sentença e, em caso de sentença condenatória, a fundamentação da medida de segurança, da medida socioeducativa e da dosimetria da pena, expondo, nesse último caso, o caminho matemático percorrido pelo juiz, em cada uma das três fases, para fixar a pena definitiva; f) a assinatura do juiz e de todos os presentes na solenidade". Assim, forte na fundamentação constante do arquivo em áudio, Ante o exposto, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva externada na denúncia para CONDENAR o réu EDSON FERREIRA DE OLIVEIRA, como incurso, nas penas do art. 306, "caput", da Lei n. 9.503/97. Passo à dosimetria da pena. PENA: detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor. 1ª FASE: Analisando as circunstâncias judiciais previstas no artigo 59 do Código Penal, tem-se que: 1) culpabilidade: normal, ínsito ao tipo penal; 2) antecedentes: inexistem; 3) conduta social: não consta dos autos nada que desabone sua conduta social; 4) personalidade: não há nos autos estudo especializado e dados concretos que permitam inferir qualquer traço psicológico relevante; 5) motivos: ínsitos ao tipo penal; 6) circunstâncias: típicas do crime; 7) consequências: graves, uma vez que houve colisão em poste de iluminação pública, destruindo-o por completo, ficando pendurado apenas pelos fios havendo necessidade de interdição da via pública pela Energisa; 8) comportamento da vítima: inexistente. Considerando que não há circunstância judicial negativa, FIXO a pena-base em 10 (dez) meses de detenção e 60 (sessenta) dias-multa e 4 (quatro) meses de suspensão/proibição de se obter permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor. 2ª FASE: Inexistem agravantes. RECONHEÇO a atenuante da confissão e REDUZO a pena em 1/6, alcançando uma pena de 8 meses de detenção e 50 dias-multa e 3 meses e 10 dias de suspensão/proibição de se obter permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor. 3ª FASE: Inexistem causas de aumento ou diminuição da pena. Portanto, TORNO DEFINITIVA a pena do vertente delito em 8 meses de detenção e 50 dias-multa e 3 meses e 10 dias de suspensão/proibição de se obter permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor. Tendo em vista que na data dos fatos o réu não apresentou Carteira Nacional de Habilitação, DETERMINO, caso ele tenha adquirido, a SUSPENSÃO de sua utilização pelo prazo de 2 (dois) meses. Caso não, PROÍBO o acusado de obter permissão ou habilitação pelo mesmo prazo. A pena deverá ser cumprida inicialmente em regime ABERTO, nos moldes do art. 33, § 2º, "c", do CP. Tendo em vista o regime fixado, CONCEDO ao réu o direito de apelar em liberdade. Nos termos do artigo 44, §2º, do Código Penal, e considerando que as circunstâncias do artigo 59 do mesmo diploma legal não desabonam a ré a ponto de impedir a substituição, CONVERTO (CP, art. 44, III) a pena privativa de liberdade em uma pena restritiva de direito consistente em prestação pecuniária no momento arbitrado a título d fiança ao acusado. DEIXO de proceder à suspensão condicional da pena, por conta da aplicação da PRD. ISENTO o réu do pagamento das custas e despesas processuais, haja vista ser o condenado pobre, na forma da lei. Transitada em julgado a sentença para as partes, DETERMINO as seguintes providências: 01) EXTRAIA-SE guia de execução definitiva; 02) COMUNIQUE-SE ao Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, via INFODIP, para fins do art. 15, III, da CF; 03) COMUNIQUEM-SE ao Cartório Distribuidor e à Autoridade Policial; 04) OFICIE-SE ao Instituto Nacional e Estadual de Identificação; 05) OFICIE-SE ao Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso - DETRAN; 6) LANCE-SE o nome do réu no rol do culpado; 07) Tendo em vista a atuação dativa anterior, arbitro honorários dativos proporcionais no importe de 03 URH. NOMEIO como Advogado Dativo PARA O ATO, Dr. Jerry Adriane de Oliveira, ARBITRO HONORÁRIOS DATIVOS a(o) Advogado (a) Dativo (a) no importe de 07 URH. EXPEÇA-SE certidões de honorários dativos para cobrança junto ao Estado de Mato Grosso (art. 4º, § 3º, do Provimento n. 9/2007 da e. CGJ). ANOTE-SE no relatório de com o Provimento n. 9/2007 da e. CGJ e Capítulo I, Sessão 12, da CNGC, feitas as comunicações semestrais devidas. SAEM os presentes intimados. CUMPRA-SE.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Vagner Dupim Dias
Cod. Proc.: 100200 Nr: 1514-42.2014.811.0025
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): GEANE FERNANDES ESTEVES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EUGÊNIO BARBOSA DE QUEIROZ - OAB:12457

Vistos. Insistindo o MP e a defesa na oitiva das testemunhas faltantes, REDESIGNO a audiência para o dia 28/05/2020, às 15h30min. VISTA ao MP e para no prazo de 5 (cinco) dias manifestar quanto ao endereço da testemunha e vítima. Se residentes fora dos limites territoriais desta Comarca, DEPREQUE-SE sua inquirição (art. 222, caput, do CPP). SAEM os presentes intimados. CUMPRA-SE.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Vagner Dupim Dias

Cod. Proc.: 143187 Nr: 430-30.2019.811.0025
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ALEX DO OURO DA SILVA, WAGNER DA SILVA RAMOS, MARTA SOUZA AMORIM
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CAIO FERNANDO GIANINI LEITE - OAB:20037A/MT, EDER DE MOURA PAIXÃO MEDEIROS - OAB:OAB/MT19095, OSWALDO LOPES DE SOUZA - OAB:3682/A
Vistos.
1) HOMOLOGO a desistência da testemunha Zetinho.
2) DEFIRO o pleito da Defesa de Marta. Para tanto, DESIGNE-SE nova audiência, oportunidade em que os acusados serão interrogados, garantindo-se a participação da corré Marta à audiência, ainda que por videoconferência, caso em que deverá será expedida carta precatória para formalização do ato, com agendamento pelo Gestor de data, hora e sala virtual.
3) Em não havendo estrutura de videoconferência no juízo deprecado ou na unidade prisional, REQUISITE-SE sua escolta à SESP.
4) EXPEÇA-SE MANDADO DE CONDUÇÃO COERCITIVA para as testemunhas Larissa, Mayra e João Batista.
5) INTIMEM-SE Andrei e Gabriel.
6) SAI a Defesa de Wagner intimada a fornecer o endereço da testemunha Pedro no prazo de 05 dias. Com a informação, INTIME-SE ou EXPEÇA-SE CP.
7) SAEM os presentes intimados, comprometendo-se a Defesa de Marta a trazer as testemunhas Rubiana e Cesar independentemente de intimação, mas sem prejuízo de eventual requerimento de mandado de condução coercitiva em casa de recusa das testemunhas.
CUMPRA-SE.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Vagner Dupim Dias
Cod. Proc.: 140956 Nr: 4038-70.2018.811.0025
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): NILMARCOS TEODORO DE MELO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CARLOS ALEXANDRE GUTERRES - OAB:20272/O
Vistos. Ante o exposto, HOMOLOGO a proposta ministerial e SUSPENDO o curso do processo pelo prazo de 2 (dois) anos. Nos termos do art. 89, § 2º, da Lei n° 9.099/95, ESPECIFICO como condição, além das acimas, a seguinte: V) PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA no importe de 01 (um) salário mínimo na conta única do Tribunal de Justiça, anexando comprovantes de pagamentos aos autos, sendo o pagamento em 04 vezes, a primeira parcela paga até 05/01/2020. SAEM os presentes intimados. CUMPRA-SE.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Vagner Dupim Dias
Cod. Proc.: 146218 Nr: 2595-50.2019.811.0025
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): EDMILSON BATISTA DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EDER HERMES - OAB:OAB/MT 16.727
Vistos. HOMOLOGO a desistência da testemunha faltante. Nos termos do art. 217 do CPP, as testemunhas Elisiane Patricia de Souza e Wiliasmar Manfardini, foram ouvido(a)s sem a presença do acusado, sob a justificativa delas de que sente constrangimento. Desde já DECLARO ENCERRADA a instrução criminal e REMETO às partes às alegações finais, no prazo legal, restando pendente as alegações finais da Defesa. SAEM os presentes intimados. CUMPRA-SE.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Vagner Dupim Dias
Cod. Proc.: 133295 Nr: 4632-21.2017.811.0025
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): LUCAS FERREIRA NUNES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NADER THOMÉ NETO - OAB:11.890-B/MT
Vistos. HOMOLOGO as desistências das testemunhas faltantes. Nos termos do art. 217 do CPP, a testemunha Elizangela Bispo de Paulo Meira foi ouvida sem a presença do acusado, sob a justificativa delas de que sente constrangimento. Desde já DECLARO ENCERRADA a instrução criminal e REMETO às partes às alegações finais, no prazo legal, restando pendente as alegações finais da Defesa. SAEM os presentes intimados. CUMPRA-SE.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Vagner Dupim Dias
Cod. Proc.: 128627 Nr: 1670-25.2017.811.0025
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ALTAIR BATISTA VIEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ULISSES RABANEDA DOS SANTOS - OAB:8948/O
Vistos. Diante da petição da defesa, DEFIRO e REDESIGNO a audiência para o dia 27/05/2020, às 15h30minmin. SAEM os presentes intimados. CUMPRA-SE.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Vagner Dupim Dias
Cod. Proc.: 136913 Nr: 1177-14.2018.811.0025
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARCOS ALEXANDRE GOMES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EDER DE MOURA PAIXÃO MEDEIROS - OAB:OAB/MT19095
(...) Ante o exposto, MANTENHO a prisão do pronunciado.2.DA DESIGNAÇÃO DA SESSÃO DE JULGAMENTO (TRIBUNAL DO JÚRI)Dispõe o art. 472, parágrafo único, do CPP que "o jurado, em seguida, receberá cópias da pronúncia ou, se for o caso, das decisões posteriores que julgaram admissível a acusação e do relatório do processo".Nessa perspectiva, na fase do art. 422 do CPP, DETERMINO que seja formado expediente exclusivamente com a juntada das cópias da sentença de pronúncia, das decisões posteriores e do relatório do processo, conforme preconiza o art. 472 do CPP.DESIGNO o dia 02/03/2020, às 9h para submissão do pronunciado ao julgamento por seus pares, bem como CIENTIFICO às partes quanto à viabilização e respeito ao tríduo legal previsto no art. 479 do CPP, isso por que se trata de regra preclusiva que convive com a plenitude de defesa, na medida em que, parafraseando aresto do STJ, "o art. 479 do Código de Processo Penal" dialoga com a "obediência aos princípios do contraditório, da não surpresa, da lealdade processual e da paridade de armas", emprestando segurança jurídica à dialética processual.INTIMEM-SE o pronunciado e seu Advogado, assim como o Ministério Público.INTIMEM-SE as testemunhas em tempo hábil e prazo razoável, de modo a cumprir os mandados e/ou precatórias necessários, definido o mesmo local dos júris anteriores para realizar a sessão de julgamento, qual seja, a sede desta Comarca. Devem ser intimadas as testemunhas arroladas pela Defesa dos pronunciados, assim como pelo Ministério Público.Adote as providências que se fizerem necessárias, especialmente a publicação da lista dos processos a serem julgados, no átrio do Fórum, lugar de costume, conforme orientação do art. 429, § 1.°, do CPP.Prepare o local, em concurso com a gerência deste Foro, providencie alimentação aos envolvidos, OFICIE-SE à Polícia Militar para que ofereça segurança o suficiente, colocando o efetivo enviado à disposição e sob as ordens do magistrado presidente do e. Tribunal do Júri.CIÊNCIA ao Ministério Público e à Defesa.INTIMEM-SE e CUMPRA-SE, servindo esta como OFÍCIO.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Vagner Dupim Dias
Cod. Proc.: 147717 Nr: 3657-28.2019.811.0025
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): RONY FERREIRA REIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Ante o exposto, comungando com o entendimento do Parquet, DETERMINO o ARQUIVAMENTO destes autos em relação ao crime de tráfico ilícito de entorpecentes, em tese, praticado por PATRÍCIA VIEIRA DIAS, ressalvado o disposto no art. 18 do CPP. Via de consequência, OFICIE-SE à Equipe de Monitoramento Eletrônico para que PROCEDA a retirada da tornozeleira eletrônica.CIÊNCIA ao Ministério Público e à Defesa.CUMPRA-SE, servindo esta como MANDADO de NOTIFICAÇÃO/OFÍCIO.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Vagner Dupim Dias
Cod. Proc.: 141943 Nr: 4766-14.2018.811.0025

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARCOS ANTONIO RODRIGUES, LUCAS FERREIRA DO PRADO, EDSON GOMES DE OLIVEIRA, ERIC RUAN BUENO FERREIRA, JOÃO PAULO DE LIMA SANZOVO, RAFFAEL ARUA POMPEU AMORIM SOUZA, JOÃO PAULO DE SOUZA MASSAROLO, PEDRO HENRIQUE VENTURA BUENO, PEDRO HENRIQUE VENTURA BUENO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EDER DE MOURA PAIXÃO MEDEIROS - OAB:OAB/MT19095, RAFAEL GIL SILVA - OAB:MT/20303-0, RAFAEL JERONIMO SANTOS - OAB:13389/MT, WILLIAN MARCOS VASCONCELOS - OAB:11323

Vistos. Considerando que o acusado presente declarou chamar-se Jose Welligton Lima Brilhante, conforme dados acima, passo a deliberar:
a) DETERMINO a exclusão nome do nome de Lucas Ferreira do Prado do sistema Apolo, capa dos autos e todos os demais sistemas, registros e banco de dados, relativos a estes autos, SUBSTITUINDO pelo nome ora informado, inclusive no âmbito do SEEU se for o caso;
b) DETERMINO à POLITEC de Juína que, no prazo de 10 (dez) dias, CONFRONTE o exame dactiloscópico já colhido em face do acusado com o registro de impressão digital pré-existente do nome ora declarado por ele;
c) DEFIRO o pleito ministerial, ENCAMINHANDO-SE da cópia da perícia de fl. 370-373, bem como da presente ata e mídia com o vídeo da justificação para apuração eventual prática de crime;
d) OFICIE-SE aos juízos de Campo Novo dos Parecis-MT, de Sapezal-MT e da Sétima Vara Criminal de Cuiabá-MT, especificamente quanto aos processos em que Lucas Ferreira do Prado consta como acusado (códigos n. 88894, 95027, 95620 de Campo Novo do Parecis, 106894 de Sapezal e 588784 da 7ª Vara Criminal de Cuiabá) para as providências cabíveis, instruindo com cópia da perícia de fl. 370/373, cópia da presente ata e justificativa do acusado, bem como de cópia do resultado da nova perícia de confrontação a ser realizada pela POLITEC;
e) OFICIE-SE ao juízo de Rio Branco-AC, instruindo com cópia da perícia de fl. 370/373, cópia da presente ata e justificativa do acusado, bem como de cópia do resultado da nova perícia de confrontação a ser realizada pela POLITEC, para as providências cabíveis nos autos n. 009503-192015.8.01.0001, processo este que se encontra suspenso em razão da revelia do acusado Wellington;
f) CUMPRA-SE com urgência as demais determinações de fl. 392-402.
SAEM os presentes intimados.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Vagner Dupim Dias
Cod. Proc.: 129970 Nr: 2475-75.2017.811.0025

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPDMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): JEDC
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CRISTIANO ZANDONÁ - OAB:18.829/MT

Vistos,
I) Os argumentos da defesa são insuficientes para a extinção do processo neste momento processual, sendo necessária a instrução para garantir o exaurimento das provas e garantir a ampla defesa, razão por que CONFIRMO o recebimento da denúncia;
II) DESIGNO audiência de INSTRUÇÃO e JULGAMENTO para o dia 25/03/2020, às 17h, ocasião em que se tomará o depoimento das testemunhas de acusação e de defesa e se procederá ao interrogatório do acusado;
III) Havendo testemunhas residentes fora dos limites territoriais desta Comarca, DEPREQUE-SE sua inquirição (art. 222, caput, do CPP). Para os fins do art. 222, § 2º, do CPP, FIXO o PRAZO DE 30 DIAS para cumprimento das precatórias. INTIMEM-SE as partes da expedição das precatórias, a fim de que acompanhem seu cumprimento diretamente no Juízo deprecado. De tudo, CERTIFIQUE-SE;
IV) INTIMEM-SE as testemunhas e o acusado;
V) CIÊNCIA ao Ministério Público e à Defesa;
CUMPRA-SE.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Vagner Dupim Dias
Cod. Proc.: 133929 Nr: 5075-69.2017.811.0025

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): EDSON ELTON DA SILVA LOPES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: YOUSSEF SAYAH EL ATYEH - OAB:26319/GO

Vistos. Diante da petição da defesa, DEFIRO e REDESIGNO a audiência para o dia 01/06/2020, às 15h. SAEM os presentes intimados. CUMPRA-SE.

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 131335 Nr: 3390-27.2017.811.0025

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPDMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): JS, ECA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARLENE FERNANDES DOS SANTOS - OAB:18730/MT

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): EVERALDO CARLOS ANDRADE, Filiação: Enedina Lopes de Andrade e Julio Carlos de Andrade, data de nascimento: 02/09/1975, brasileiro(a). atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) RÉU(S) acima qualificado(s), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolas testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.
Despacho: Vistos em correição,DEFIRO o pleito ministerial de fl. 121-123. Para tanto, CITE-SE o acusado Everaldo Carlos Andrade POR EDITAL COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, para responder a acusação por escrito no prazo de 10 (dez) dias, momento em que, por meio de advogado ou Defensor Público, poderá arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação quando necessária (arts. 396 e 396-A do CPP, com a redação dada pela Lei nº. 11.719/08).Após, decorrido o prazo sem a defesa, VISTA ao Ministério Público e CONCLUSOS para deliberação.Diante da certidão de f. 125, vº, e considerando a ausência de Defensor Público lotado nesta Comarca, NOMEIO o(a) Dr(a). Marlene Fernandes dos Santos para atuar como Advogado(a) Dativo(a) ao acusado Joscemar Strutt.A(o) Advogado(a) nomeado(a) para o munus público, ARBITRO HONORÁRIOS DATIVOS no importe de 10 URH, nos termos da Tabela da OAB/MT. Anoto que na sentença será determinada a expedição de certidão, com o valor total e corrigido dos honorários que lhe são devidos, para cobrança junto ao Estado de Mato Grosso (art. 303, § 3º, da CNGC). ANOTE-SE no relatório de acordo com o art. 306 da CNGC, feitas as comunicações semestrais devidas.INTIME-SE desta nomeação.CUMPRA-SE.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, MANOELA SOUSA DOS SANTOS , digitei.
Juína, 12 de dezembro de 2019
Paulo Ricardo Passinato Amorim Gestor Judicial Autorizado art. 1.686/CNGC

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 8010335-25.2016.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
ALAIDE MATEUS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TUANNA LUDMILA ALVES AMORIM DOS SANTOS OAB - MT0020043A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CARRASCO & SILVA LTDA - ME (EXECUTADO)

Intimação do(a) Exequente, através do(a) advogado(a), para apresentar cálculo atualizado do débito acrescido da multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação (CPC, art. 523, §1º), bem como apresentar requerimento pertinente, no prazo de 05 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 8010246-02.2016.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
VALME FERNANDES LIMA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NILSON JOSE FRANCO OAB - MT0006188A-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CARRASCO & SILVA LTDA - ME (EXECUTADO)

Intimação do(a) Exequente, através do(a) advogado(a), para apresentar cálculo atualizado do débito acrescido da multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação (CPC, art. 523, §1º), e requerimento pertinente, bem como apontar endereço, localização e situação de desembaraço dos bens porventura indicados à constrição, em razão do não pagamento voluntário da sentença (id. 27314546), pena de extinção da execução, nos termos do art. 53, § 4º da Lei reguladora dos JECs.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000263-93.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
NILCE BARBOSA DE SOUZA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
EUGENIO BARBOSA DE QUEIROZ OAB - MT0012457-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADENIR MOREIRA DE OLIVEIRA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LAURA GABRIELLY GOMES GONCALVES DE SOUZA OAB - MT24863/O (ADVOGADO(A))

Intimação do(a) Requerido/ Recorrido, através do(a) advogado(a), para apresentar contrarrazões, no prazo legal.

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001003-22.2017.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
MARILZA MOREIRA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HILONES NEPOMUCENO OAB - MT0014764A (ADVOGADO(A))
JESSICA RODRIGUES DE SOUZA OAB - MT0022870A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
FABIO PETENGILL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMARCA DE JUÍNA/MT Processo nº 1001003-22.2017.8.11.0025 REQUERENTE: MARILZA MOREIRA DE OLIVEIRA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A VISTOS. Ante a informação de que a parte autora não possui interesse em recorrer da sentença prolatada, certifique-se o seu transito em julgado. No mais, considerando que a decisão que nomeou o(a) advogado(a) Hilonês Nepomuceno não arbitrou honorários em seu favor, fixo-os, desde já, no valor equivalente à R$ 200,00 (duzentos reais), em conformidade com a tabela da Ordem dos Advogados do Brasil (Res. 096/2007-OAB/MT), nos termos do Provimento nº. 09/2007-CGJ. Expeça-se certidão em favor da defensora dativa, com o valor total dos honorários que lhe são devidos, para cobrança junto ao Estado de Mato Grosso (Prov.07/2007-CGJ, art. 4º, § 3º). Após, arquivem-se os autos com as baixas e cautelas de estilo. Às providências. FABIO PETENGILL Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000687-72.2018.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
GABRIELA SOUZA DOS SANTOS SILVERIO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL JERÔNIMO SANTOS OAB - MT0013389A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GISELE WALESKA DE SOUZA VARGAS PESSOA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FABIO PETENGILL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMARCA DE JUÍNA/MT Processo nº 1000687-72.2018.8.11.0025 EXEQUENTE: GABRIELA SOUZA DOS SANTOS SILVERIO EXECUTADO: GISELE WALESKA DE SOUZA VARGAS PESSOA V I S T O S, Indefiro o pedido de suspensão da lide, eis que além de não possuir qualquer respaldo legal, tal providência é totalmente incompatível com o rito célere da Lei 9.099/95. Portanto, intime-se o credor para se manifestar sobre o prosseguimento do feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção. Transcorrido o prazo retro, independentemente de manifestação, tornem os autos conclusos para deliberações. Às providências. FABIO PETENGILL Juiz de Direito.

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000012-46.2017.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
ODARIO SEBASTIAO DE OLIVEIRA GONCALVES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAQUELINE DE ANGELO NASCIMENTO OAB - MT0013427A-A (ADVOGADO(A))
ANA PAULA SOKOLOVICZ DA COSTA OAB - MT24419/O (ADVOGADO(A))
MAYARA GONCALVES FREITAS OAB - MT0019468A (ADVOGADO(A))
SELMA PINTO DE ARRUDA GUIMARAES OAB - MT0003749A (ADVOGADO(A))
WALERIA MACEDO ZAGO DIAS OAB - PA16616-B (ADVOGADO(A))
POLIANE DE BRITO BATISTA OAB - MT21950/O (ADVOGADO(A))
ALINE GRAZIELI LAMBRECHT OAB - MT21432/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCELO CARVALHO DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FABIO PETENGILL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMARCA DE JUÍNA/MT Processo nº 1000012-46.2017.8.11.0025 EXEQUENTE: ODARIO SEBASTIAO DE OLIVEIRA GONCALVES EXECUTADO: MARCELO CARVALHO DA SILVA Manifesta-se o credor requerendo a suspensão do feito pelo prazo de 60 dias, com o objetivo de aguardar eventual manifestação do devedor quanto ao interesse em adimplir voluntariamente o débito perseguido. No entanto, tal pedido não merece acolhimento, eis que além de não possuir qualquer respaldo legal, é totalmente incompatível com o rito célere da Lei 9.099/95. Portanto, intime-se o credor para se manifestar sobre o prosseguimento do feito, bem como para indicar o paradeiro do veículo penhorado nos autos, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção. Transcorrido o prazo retro, independentemente de manifestação, tornem os autos conclusos para deliberações. Às providências. FABIO PETENGILL Juiz de Direito.

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001786-77.2018.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
FABRICIO RIBEIRO ANDRADE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

JAMILLE FERNANDA FERREIRA DE SOUZA OAB - SP277652 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOZAIRA RITA SEIXAS GUEDES OAB - MT6948-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
FABIO PETENGILL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMARCA DE JUÍNA/MT Processo nº 1001786-77.2018.8.11.0025 REQUERENTE: FABRICIO RIBEIRO ANDRADE REQUERIDO: AZUL TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - ME VISTOS. Intime-se o requerido para cumprir voluntariamente a sentença no prazo de quinze dias, sob pena de, quedando-se inerte, incidir multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação (CPC, art. 523, §1º), com ulterior expedição de mandado de penhora e avaliação (§ 3º). Caso a devedora não efetue, no prazo legal o depósito do montante discriminado, apresentado o cálculo atualizado do débito acrescido da multa citada anteriormente, em continuidade, e a requerimento do credor, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação, que recairá sobre tantos bens quanto os necessários para garantir a dívida. Efetivada a penhora, poderá o executado apresentar embargos à execução, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 52, IX, da Lei nº 9.099/95, recaindo a penhora em bens imóveis, será intimado também o cônjuge do devedor. Transcorrido o prazo para oposição de embargos, certifique-se. Após, conclusos para impulso oficial. Por fim, registre-se nos cadastros dos autos que o presente processo está tramitando em fase de cumprimento de sentença. Às providências. FABIO PETENGILL Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000056-02.2016.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS RENAN SILVA COSTA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SONIA BISPO GOLO OAB - MT0020634A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AMON HELIADINS DA COSTA ATAIDE (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANTONIO VALDENIR CALIARE OAB - MT13443-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
FABIO PETENGILL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMARCA DE JUÍNA/MT Processo nº 1000056-02.2016.8.11.0025 EXEQUENTE: CARLOS RENAN SILVA COSTA EXECUTADO: AMON HELIADINS DA COSTA ATAIDE Vistos etc... Considerando que a diligência negativa certificada no Id. 22834534, visava a penhora de bens que guarnecem à residência do devedor, ante a total incongruência do pedido, indefiro a sua realização via aplicativo 'whatsapp'. Intime-se o parte exequente para indicar o paradeiro do veículo indicado à penhora, no prazo de 05 dias. Às providências. Fabio Petengill Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000785-23.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
BRENO BADOTTI SAMPAIO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO NARDO GASPARINI OAB - MT22774/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALDENIR SOUZA COSTA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
FABIO PETENGILL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMARCA DE JUÍNA/MT Processo nº 1000785-23.2019.8.11.0025 EXEQUENTE: BRENO BADOTTI SAMPAIO EXECUTADO: ALDENIR SOUZA COSTA Vistos. Indefiro o pedido de citação por hora certa, eis que para o acolhimento do pleito são imprescindíveis o preenchimento dos requisitos do art. 252[1] do CPC e, conforme certidão do Sr. Oficial de Justiça de Id. 20143858/24017032, não há qualquer suspeita de ocultação da executada, mas sim de que ela se mudou de residência, inexistindo qualquer informação nos autos que ateste o contrário. Portanto, intime-se o exequente para se manifestar sobre o prosseguimento do feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção. Às providências. FABIO PETENGILL Juiz de Direito [1] Art. 252. Quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001562-76.2017.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
ADEMAR DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANDY VINICIUS SPANHOL OAB - MT9114/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AMANDA BARBARA DE OLIVEIRA SODRE OAB - MT13333-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
FABIO PETENGILL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMARCA DE JUÍNA/MT Processo nº 1001562-76.2017.8.11.0025 REQUERENTE: ADEMAR DA SILVA REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos etc... Em observância aos estritos termos da lei, especialmente ao teor do artigo 81 do NCPC, o valor devido a título de multa por litigância de má-fé deve ser revertido em favor da parte prejudicada, nesses moldes, intime-se o subscritor da petição de Id. 24333428 para que justifique o fato do escritório que representa a parte credora ter sido nomeado como autor do pedido de cumprimento de sentença e, sendo o caso, promova as retificações necessárias, no prazo de 05 dias. Oportunamente, tornem os autos conclusos para deliberações. Às providências. Fabio Petengill Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001589-59.2017.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
EDWALDO GOMES DE MELO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO YUJI YASHIRO OAB - MT16250-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
FABIO PETENGILL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMARCA DE JUÍNA/MT Processo nº 1001589-59.2017.8.11.0025 REQUERENTE: EDWALDO GOMES DE MELO REQUERIDO: BANCO BRADESCO VISTOS. Trata-se de cumprimento de sentença objetivando a excussão da multa por litigância de má-fé arbitrada. Prefacialmente registre-se que o presente processo está tramitando em fase de cumprimento de sentença, bem como prova-se a inversão dos polos, incluindo o réu no polo ativo da lide e do autor no polo passivo. Após, intime-se o devedor para cumprir voluntariamente a sentença no prazo de quinze dias, sob pena de, quedando-se inerte, incidir multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação (CPC, art. 523, §1º), com ulterior expedição de mandado de penhora e avaliação (§ 3º). Caso a devedora não efetue, no prazo legal o depósito do montante discriminado, apresentado o cálculo atualizado do débito acrescido da multa citada anteriormente, em continuidade, e a requerimento do credor, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação, que recairá sobre tantos bens quanto os necessários para garantir a dívida. Efetivada a penhora, poderá o executado apresentar embargos à execução, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 52, IX, da Lei nº 9.099/95, recaindo a penhora em bens imóveis, será intimado também o cônjuge do devedor. Transcorrido o prazo para oposição de embargos, certifique-se. Após, conclusos para impulso oficial. Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo. FABIO PETENGILL Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001086-67.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
GILVETE BARBOSA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONNY CLAIR BENCICE E SILVA OAB - MT0016265A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
FABIO PETENGILL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMARCA DE JUÍNA/MT Processo nº 1001086-67.2019.8.11.0025 REQUERENTE: GILVETE BARBOSA DOS SANTOS REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. VISTOS. Intime-se o requerido para cumprir voluntariamente a sentença no prazo de quinze dias, sob pena de, quedando-se inerte, incidir multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação (CPC, art. 523, §1º), com ulterior expedição de mandado de penhora e avaliação (§ 3º). Caso a devedora não efetue, no prazo legal o depósito do montante discriminado, apresentado o cálculo atualizado do débito acrescido da multa citada anteriormente, em continuidade, e a requerimento do credor, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação, que recairá sobre tantos bens quanto os necessários para garantir a dívida. Efetivada a penhora, poderá o executado apresentar embargos à execução, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 52, IX, da Lei nº 9.099/95, recaindo a penhora em bens imóveis, será intimado também o cônjuge do devedor. Transcorrido o prazo para oposição de embargos, certifique-se. Após, conclusos para impulso oficial. Por fim, registre-se nos cadastros dos autos que o presente processo está tramitando em fase de cumprimento de sentença. Às providências. FABIO PETENGILL Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000270-85.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
JANDIR ANTONIO DALBERTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAIR CARLOS CRIVELETTO OAB - MT4917-O (ADVOGADO(A))
JONAS DE MOURA RADIN OAB - MT19217/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
FABIO PETENGILL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMARCA DE JUÍNA/MT Processo nº 1000270-85.2019.8.11.0025 REQUERENTE: JANDIR ANTONIO DALBERTO REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. VISTOS. Intime-se o requerido para cumprir voluntariamente a sentença no prazo de quinze dias, sob pena de, quedando-se inerte, incidir multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação (CPC, art. 523, §1º), com ulterior expedição de mandado de penhora e avaliação (§ 3º). Caso a devedora não efetue, no prazo legal o depósito do montante discriminado, apresentado o cálculo atualizado do débito acrescido da multa citada anteriormente, em continuidade, e a requerimento do credor, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação, que recairá sobre tantos bens quanto os necessários para garantir a dívida. Efetivada a penhora, poderá o executado apresentar embargos à execução, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 52, IX, da Lei nº 9.099/95, recaindo a penhora em bens imóveis, será intimado também o cônjuge do devedor. Transcorrido o prazo para oposição de embargos, certifique-se. Após, conclusos para impulso oficial. Por fim, registre-se nos cadastros dos autos que o presente processo está tramitando em fase de cumprimento de sentença. Às providências. FABIO PETENGILL Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001864-71.2018.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANA TEIXEIRA LEAL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREIA OLIVEIRA LIMA OAB - MT0006283A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONSÓRCIO NACIONAL VOLKSWAGEN LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LEONARDO PLATAIS BRASIL TEIXEIRA OAB - RJ0160435A (ADVOGADO(A))

Tem o presente a finalidade de intimar a parte Requerente, na pessoa de seu advogado, acerca da audiência de conciliação designada para 01/02/2019 às 17h50min.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000523-73.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
ARMANDO FERREIRA DA CRUZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Tem o presente a finalidade de INTIMAR a parte requerente, na pessoa de seu advogado, acerca da audiência de conciliação designada para o dia 24/05/2019 às 13h00min.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000308-97.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
CLEONICE FURTADO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Tem o presente a finalidade de INTIMAR a parte Requerente, na pessoa de seu advogado, acerca da audiência de conciliação designada para o dia 05/04/2019 às 13h10min.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001619-60.2018.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
ANDREA NUNES OLIVEIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONNY CLAIR BENCICE E SILVA OAB - MT0016265A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Tem o presente a finalidade de intimar a parte Requerente, na pessoa de seu advogado, acerca da audiência de conciliação designada para o dia 07/12/2018 às 13h40min. O não comparecimento pessoal a audiência, implicará na extinção do processo e arquivamento do feito, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação nas custas processuais.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000316-74.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
ODAIR JOSE FERREIRA ROCHA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MATEUS DOS SANTOS OAB - MT0015177A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-S (ADVOGADO(A))

Tem o presente a finalidade de INTIMAR a parte Requerente, na pessoa de seu advogado, acerca da redesignação da audiência de conciliação para

o dia 14/06/2019 às 13h20min., consoante teor da Portaria nº. 17/2019 DF (id. 19793131), o qual determina a suspensão do expediente forense no Foro Judicial e Extrajudicial da Comarca de Juína-MT no dia 09/05/02019 (quinta-feira), em razão do feriado municipal, e também no dia 10/05/2019 (sexta-feira), em razão do ponto facultativo municipal.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000257-86.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
VILSON DE SOUZA SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JANAINA BRAGA DE ALMEIDA GUARIENTI OAB - MT13701-A (ADVOGADO(A))
PEDRO FRANCISCO SOARES OAB - MT12999-A (ADVOGADO(A))
IZAURA JOSE PADILHA DOS SANTOS OAB - MT21066/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))

Tem o presente a finalidade de intimar a parte Requerente, na pessoa de seu advogado, acerca da audiência de conciliação designada para o dia 29/03/2019 às 13h40min.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000510-74.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO RISSATO BERTUSSE (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL JERÔNIMO SANTOS OAB - MT0013389A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-S (ADVOGADO(A))

Tem o presente a finalidade de INTIMAR a parte Requerente, na pessoa de seu advogado, dos termos da r. decisão, bem como acerca da audiência de conciliação designada para o dia 26/04/2019 às 16h40min.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010360-09.2014.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIA DE ANDRADE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CONCEICAO SOUSA OAB - MT0012214A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MOVEIS ROMERA LTDA (REQUERIDO)
PHILCO ELETRONICOS SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DIOGO LOPES VILELA BERBEL OAB - PR41766-O (ADVOGADO(A))
MARCIO IRINEU DA SILVA OAB - SP0306306A (ADVOGADO(A))

TEM O PRESENTE A FINALIDADE DE INTIMAR A PARTE AUTORA, NA PESSOA DE SEU ADVOGADO, PARA QUERENDO, APRESENTAR CONTRARRAZÕES, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000650-11.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
DIRCEU DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HILONES NEPOMUCENO OAB - MT0014764A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LOJAS RENNER S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO MAHFUZ VEZZI OAB - MT18017-O (ADVOGADO(A))
EVANDRO LUIS PIPPI KRUEL OAB - MT0017211S-A (ADVOGADO(A))

Tem o presente a finalidade de INTIMAR a parte Requerente, na pessoa de seu advogado, acerca da audiência de conciliação designada para o dia 17/05/2019 às 14h20min. Fica advertido que extingue-se o processo, deixando o autor de comparecer a qualquer das audiências, conforme artigo 51, inciso I da Lei n° 9.099/95.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000416-29.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
CONCILIA DE LIMA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SONIA BISPO GOLO OAB - MT0020634A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAÚ CONSIGNADO. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-S (ADVOGADO(A))

Tem o presente a finalidade de INTIMAR a parte Requerente, na pessoa de seu advogado, acerca da audiência de conciliação designada para o dia 26/04/2019 às 14h10min, bem como INTIMAR da decisão (id. 18444453).

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000053-42.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS ALEXANDRO VARGAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))

Tem o presente a finalidade de intimar a parte Requerente, na pessoa de seu advogado, acerca da audiência de conciliação designada para o dia 01/03/2019 às 13h30min. Ressalta-se que a contagem do prazo processual iniciar-se em 21 de Janeiro de 2019, conforme Provimento nº 16/2018 do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001420-04.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
COLEGIO SAO GONCALO DE JUINA LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NINIVI ZILIENE PEREIRA CARNEIRO GUIMARAES OAB - MS0011524A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VANIA MARCHINI MAZIERI (REQUERIDO)

Tem o presente a finalidade de intimar o(a) Requerente através do(a) Advogado(a), acerca da audiência de conciliação designada para o dia 27/09/2019 às 15:10. Fica advertido que extingue-se o processo, deixando o autor de comparecer a qualquer das audiências, conforme artigo 51, inciso I da Lei n° 9.099/95.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000908-55.2018.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAEL PEREIRA FERNANDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA OAB - MT19194-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICAÇÕES S.A, (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMARCA DE JUÍNA/MT Processo nº 1000908-55.2018.8.11.0025 REQUERENTE: RAFAEL PEREIRA FERNANDES REQUERIDO: EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICAÇÕES S.A, VISTOS. Conforme se infere da inicial, a parte recorrente, ao argumento de não possuir condições financeiras para arcar com as custas do recurso inominado interposto, pleiteou a concessão do benefício processual da

gratuidade de justiça. De acordo com o Art. 98 do NCPC, considera-se necessitada a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios. Por outro lado o Art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição da República dispõe que "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". O Art. 98 e ss. do NCPC, que trata da assistência judiciária aos necessitados, deve ser interpretado tendo por base a Constituição da República, razão pela qual a parte deve comprovar sua insuficiência de recursos. Sendo as custas judiciárias um recolhimento de natureza claramente tributária, não pode o Poder Judiciário coadunar com práticas que indubitavelmente lesam o erário - e o aceitamento cego de todo e qualquer pedido de assistência. Desta forma, intimem-se a parte recorrente para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Art. 219, NCPC), comprovar documentalmente a hipossuficiência alegada, com o fito de viabilizar a análise do pedido – forte no §2º, do Art. 99, do NCPC, ou ainda, comprovar o recolhimento das custas processuais devidas, no prazo de 48 horas, sob pena do recurso ser julgado deserto, nos termos do artigo 42, § 1º da Lei 9.099/95, c/c Enunciado 80 do FONAJE. Após, tornem os autos conclusos para deliberações. Às providências. FABIO PETENGILL Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000546-19.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
PABALO GONCALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Tem o presente a finalidade de intimar a parte Requerente, na pessoa de seu advogado, acerca da audiência de conciliação designada para o dia 24/05/2019 às 13h20min. Fica advertido que extingue-se o processo, deixando o autor de comparecer a qualquer das audiências, conforme artigo 51, inciso I da Lei n° 9.099/95.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000546-19.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
PABALO GONCALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMARCA DE JUÍNA/MT Processo nº 1000546-19.2019.8.11.0025 REQUERENTE: PABALO GONCALVES REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. VISTOS. Conforme se infere da inicial, a parte recorrente, ao argumento de não possuir condições financeiras para arcar com as custas do recurso inominado interposto, pleiteou a concessão do benefício processual da gratuidade de justiça. De acordo com o Art. 98 do NCPC, considera-se necessitada a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios. Por outro lado o Art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição da República dispõe que "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". O Art. 98 e ss. do NCPC, que trata da assistência judiciária aos necessitados, deve ser interpretado tendo por base a Constituição da República, razão pela qual a parte deve comprovar sua insuficiência de recursos. Sendo as custas judiciárias um recolhimento de natureza claramente tributária, não pode o Poder Judiciário coadunar com práticas que indubitavelmente lesam o erário - e o aceitamento cego de todo e qualquer pedido de assistência. Desta forma, intimem-se a parte recorrente para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Art. 219, NCPC), comprovar documentalmente a hipossuficiência alegada, com o fito de viabilizar a análise do pedido – forte no §2º, do Art. 99, do NCPC, ou ainda, comprovar o recolhimento das custas processuais devidas, no prazo de 48 horas, sob pena do recurso ser julgado deserto, nos termos do artigo 42, § 1º da Lei 9.099/95, c/c Enunciado 80 do FONAJE. Após, tornem os autos conclusos para deliberações. Às providências. FABIO PETENGILL Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1001024-27.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
LEONARDO BANDIERA FONSECA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GIVAGO DIAS MENDES OAB - ES19831 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE JUINA (REQUERIDO)
DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO MATO GROSSO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MÁRIO LÚCIO FRANCO PEDROSA OAB - MT5746-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMARCA DE JUÍNA/MT Processo nº 1001024-27.2019.8.11.0025 REQUERENTE: LEONARDO BANDIERA FONSECA REQUERIDO: MUNICIPIO DE JUINA, DETRAN - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO MATO GROSSO VISTOS. Conforme se infere da inicial, a parte recorrente, ao argumento de não possuir condições financeiras para arcar com as custas do recurso inominado interposto, pleiteou a concessão do benefício processual da gratuidade de justiça. De acordo com o Art. 98 do NCPC, considera-se necessitada a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios. Por outro lado o Art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição da República dispõe que "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". O Art. 98 e ss. do NCPC, que trata da assistência judiciária aos necessitados, deve ser interpretado tendo por base a Constituição da República, razão pela qual a parte deve comprovar sua insuficiência de recursos. Sendo as custas judiciárias um recolhimento de natureza claramente tributária, não pode o Poder Judiciário coadunar com práticas que indubitavelmente lesam o erário - e o aceitamento cego de todo e qualquer pedido de assistência. Desta forma, intimem-se a parte recorrente para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Art. 219, NCPC), comprovar documentalmente a hipossuficiência alegada, com o fito de viabilizar a análise do pedido – forte no §2º, do Art. 99, do NCPC, ou ainda, comprovar o recolhimento das custas processuais devidas, no prazo de 48 horas, sob pena do recurso ser julgado deserto, nos termos do artigo 42, § 1º da Lei 9.099/95, c/c Enunciado 80 do FONAJE. Após, tornem os autos conclusos para deliberações. Às providências. FABIO PETENGILL Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001417-83.2018.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXSANDER BARBOSA LUCAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Tem o presente a finalidade de intimar a parte Requerente, na pessoa de seu advogado, acerca da audiência de conciliação designada para o dia 24/05/2019 às 14h00min. Fica advertido que extingue-se o processo, deixando o autor de comparecer a qualquer das audiências, conforme artigo 51, inciso I da Lei n° 9.099/95.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001417-83.2018.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXSANDER BARBOSA LUCAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMARCA DE JUÍNA/MT Processo nº 1001417-83.2018.8.11.0025 REQUERENTE: ALEXSANDER BARBOSA LUCAS REQUERIDO: VIVO S.A. VISTOS. Conforme se infere da inicial, a parte recorrente, ao argumento de não possuir condições financeiras para arcar com as custas do recurso inominado interposto, pleiteou a concessão do benefício processual da gratuidade de justiça. De acordo com o Art. 98 do NCPC, considera-se necessitada a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios. Por outro lado o Art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição da República dispõe que "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". O Art. 98 e ss. do NCPC, que trata da assistência judiciária aos necessitados, deve ser interpretado tendo por base a Constituição da República, razão pela qual a parte deve comprovar sua insuficiência de recursos. Sendo as custas judiciárias um recolhimento de natureza claramente tributária, não pode o Poder Judiciário coadunar com práticas que indubitavelmente lesam o erário - e o aceitamento cego de todo e qualquer pedido de assistência. Desta forma, intimem-se a parte recorrente para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Art. 219, NCPC), comprovar documentalmente a hipossuficiência alegada, com o fito de viabilizar a análise do pedido – forte no §2º, do Art. 99, do NCPC, ou ainda, comprovar o recolhimento das custas processuais devidas, no prazo de 48 horas, sob pena do recurso ser julgado deserto, nos termos do artigo 42, § 1º da Lei 9.099/95, c/c Enunciado 80 do FONAJE. Após, tornem os autos conclusos para deliberações. Às providências. FABIO PETENGILL Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000550-56.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
ESTER ROBERTA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Tem o presente a finalidade de intimar a parte Requerente, na pessoa de seu advogado, acerca da audiência de conciliação designada para o dia 24/05/2019 às 13h30min. Fica advertido que extingue-se o processo, deixando o autor de comparecer a qualquer das audiências, conforme artigo 51, inciso I da Lei n° 9.099/95.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000550-56.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
ESTER ROBERTA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMARCA DE JUÍNA/MT Processo nº 1000550-56.2019.8.11.0025 REQUERENTE: ESTER ROBERTA DOS SANTOS REQUERIDO: VIVO S.A. VISTOS. Conforme se infere da inicial, a parte recorrente, ao argumento de não possuir condições financeiras para arcar com as custas do recurso inominado interposto, pleiteou a concessão do benefício processual da gratuidade de justiça. De acordo com o Art. 98 do NCPC, considera-se necessitada a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios. Por outro lado o Art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição da República dispõe que "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". O Art. 98 e ss. do NCPC, que trata da assistência judiciária aos necessitados, deve ser interpretado tendo por base a Constituição da República, razão pela qual a parte deve comprovar sua insuficiência de recursos. Sendo as custas judiciárias um recolhimento de natureza claramente tributária, não pode o Poder Judiciário coadunar com práticas que indubitavelmente lesam o erário - e o aceitamento cego de todo e qualquer pedido de assistência. Desta forma, intimem-se a parte recorrente para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Art. 219, NCPC), comprovar documentalmente a hipossuficiência alegada, com o fito de viabilizar a análise do pedido – forte no §2º, do Art. 99, do NCPC, ou ainda, comprovar o recolhimento das custas processuais devidas, no prazo de 48 horas, sob pena do recurso ser julgado deserto, nos termos do artigo 42, § 1º da Lei 9.099/95, c/c Enunciado 80 do FONAJE. Após, tornem os autos conclusos para deliberações. Às providências. FABIO PETENGILL Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000526-28.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
JESSICA CAROLINE DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Tem o presente a finalidade de INTIMAR a parte requerente, na pessoa de seu advogado, acerca da audiência de conciliação designada para o dia 24/05/2019 às 13h10min.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000526-28.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
JESSICA CAROLINE DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMARCA DE JUÍNA/MT Processo nº 1000526-28.2019.8.11.0025 REQUERENTE: JESSICA CAROLINE DOS SANTOS REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. VISTOS. Conforme se infere da inicial, a parte recorrente, ao argumento de não possuir condições financeiras para arcar com as custas do recurso inominado interposto, pleiteou a concessão do benefício processual da gratuidade de justiça. De acordo com o Art. 98 do NCPC, considera-se necessitada a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios. Por outro lado o Art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição da República dispõe que "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". O Art. 98 e ss. do NCPC, que trata da assistência judiciária aos necessitados, deve ser interpretado tendo por base a Constituição da República, razão pela qual a parte deve comprovar sua insuficiência de recursos. Sendo as custas judiciárias um recolhimento de natureza claramente tributária, não pode o Poder Judiciário coadunar com práticas que indubitavelmente lesam o erário - e o aceitamento cego de todo e qualquer pedido de assistência. Desta forma, intimem-se a parte recorrente para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Art. 219, NCPC), comprovar documentalmente a hipossuficiência alegada, com o fito de viabilizar a análise do pedido – forte no §2º, do Art. 99, do NCPC, ou ainda, comprovar o recolhimento das custas processuais devidas, no prazo de 48 horas, sob pena do recurso ser julgado deserto, nos termos do artigo 42, § 1º da Lei 9.099/95, c/c Enunciado 80 do FONAJE. Após, tornem os autos conclusos para deliberações. Às providências. FABIO PETENGILL Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001504-05.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
MONIQUE CRISTINI BARROS DE MELLO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ENADIA GARCIA DOS SANTOS RIBEIRO OAB - MT0008249S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

LATAM AIRLINES GROUP S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO RIVELLI OAB - MT19023-A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMARCA DE JUÍNA/MT Processo nº 1001504-05.2019.8.11.0025 REQUERENTE: MONIQUE CRISTINI BARROS DE MELLO REQUERIDO: LATAM AIRLINES GROUP S/A S E N T E N Ç A VISTOS ETC. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei nº 9.099/95. Fundamento e decido. Analisando os autos, verifico que as partes requereram a homologação do acordo entabulado. Assim, postula o art. 487, inciso III, alínea b, do NCPC, a resolução do processo quando as partes transigirem, hipótese que se coaduna ao caso sub examine. Ante o exposto, hei por bem HOMOLOGAR O ACORDO avençado entre as partes. Em consequência, JULGO E DECLARO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo jurídico nos termos do art. 487, inciso III, alínea b, do NCPC, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Por fim, se for o caso, desde já DETERMINO o levantamento de eventual valor depositado através da expedição de alvará a ser transferido para a conta a ser informada pela parte interessada, desde que preenchidos os requisitos da Portaria nº 02/2015-GAB, e devidamente certificado pela Sra. Gestora judicial, devendo a parte beneficiada informar os dados bancários nos autos ou, em caso de conta de causídico(a), apresentar procuração específica para tal ato. Transitada em julgado, se nada for requerido, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P.I.C. Juína-MT, 22 de novembro de 2019. Haline Turino Juíza Leiga V I S T O S, HOMOLOGO, para que surta seus efeitos legais, o projeto de sentença elaborado pela Juíza Leiga, na forma do artigo 40 da lei nº 9099/95. Sem custas, nem honorários, na forma da Lei 9099/95. Após o trânsito em julgado, cumpridas as formalidades legais, dê-se baixa e arquivem-se. P.I.C. Juína-MT, 22 de novembro de 2019. FABIO PETENGILL Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000270-85.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
JANDIR ANTONIO DALBERTO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAIR CARLOS CRIVELETTO OAB - MT4917-O (ADVOGADO(A))
JONAS DE MOURA RADIN OAB - MT19217/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Tem o presente a finalidade de intimar a parte Requerente, na pessoa de seu advogado, acerca da audiência de conciliação designada para o dia 29/03/2019 às 14h00min.

Intimação Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 8010155-09.2016.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
ARACY MOURA DOS SANTOS AMARAL (EXEQUENTE)
EDVALDO GOMES DO AMARAL (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYARA GONCALVES FREITAS OAB - MT0019468A (ADVOGADO(A))
MARCOS BODSTEIN VILLACA FILHO OAB - MT0019216A (ADVOGADO(A))
SELMA PINTO DE ARRUDA GUIMARAES OAB - MT0003749A (ADVOGADO(A))
JAQUELINE DE ANGELO NASCIMENTO OAB - MT0013427A-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EXPRESSO VIA NORTE LTDA - ME (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JACKSON MARIO DE SOUZA OAB - MT4635-O (ADVOGADO(A))

Intimação do(a) Exequente, através do(a) advogado(a), para manifestar-se acerca da devolução da Carta Precatória com certidão negativa, no prazo de 05 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000698-72.2016.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
GESSICA BARBARA DA SILVA MOTTA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOCIMAR FERREZ OAB - MT0187660A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

Intimação da parte autora, por intermédio do advogado constituido, para, caso queira, requerer o que entender de direito, ante o retorno dos autos de instância superior, no prazo de 05 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001086-67.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
GILVETE BARBOSA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONNY CLAIR BENCICE E SILVA OAB - MT0016265A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Intimação do(a) Requerente, através do(a) Advogado(a), acerca da audiência de conciliação designada para o dia 02/08/2019 às 13:10.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001086-67.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
GILVETE BARBOSA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONNY CLAIR BENCICE E SILVA OAB - MT0016265A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMARCA DE JUÍNA/MT Processo nº 1001086-67.2019.8.11.0025 REQUERENTE: GILVETE BARBOSA DOS SANTOS REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. VISTOS. Intime-se o requerido para cumprir voluntariamente a sentença no prazo de quinze dias, sob pena de, quedando-se inerte, incidir multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação (CPC, art. 523, §1º), com ulterior expedição de mandado de penhora e avaliação (§ 3º). Caso a devedora não efetue, no prazo legal o depósito do montante discriminado, apresentado o cálculo atualizado do débito acrescido da multa citada anteriormente, em continuidade, e a requerimento do credor, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação, que recairá sobre tantos bens quanto os necessários para garantir a dívida. Efetivada a penhora, poderá o executado apresentar embargos à execução, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 52, IX, da Lei nº 9.099/95, recaindo a penhora em bens imóveis, será intimado também o cônjuge do devedor. Transcorrido o prazo para oposição de embargos, certifique-se. Após, conclusos para impulso oficial. Por fim, registre-se nos cadastros dos autos que o presente processo está tramitando em fase de cumprimento de sentença. Às providências. FABIO PETENGILL Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002527-83.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
GEANE SOUSA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULA ARAUJO COSTA OAB - MT23601/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002527-83.2019.8.11.0025 POLO ATIVO:GEANE SOUSA DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: PAULA ARAUJO COSTA POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: JUÍNA - J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 24/01/2020 Hora: 17:10 , no endereço: PRAÇA DOS TRÊS PODERES, S/N, TELEFONE: (66) 3566-1563, CENTRO, JUÍNA - MT - CEP: 78320-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002528-68.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
GEANE SOUSA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULA ARAUJO COSTA OAB - MT23601/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1002528-68.2019.8.11.0025 POLO ATIVO:GEANE SOUSA DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: PAULA ARAUJO COSTA POLO PASSIVO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: JUÍNA - J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Data: 24/01/2020 Hora: 17:50 , no endereço: PRAÇA DOS TRÊS PODERES, S/N, TELEFONE: (66) 3566-1563, CENTRO, JUÍNA - MT - CEP: 78320-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000679-95.2018.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EVERSON EICHENBERG VARELLA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO ANTONIO GUERRA OAB - MT16276-O (ADVOGADO(A))
MARCEL LUERSEN OAB - MT14419-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMARCA DE JUÍNA/MT Processo nº 1000679-95.2018.8.11.0025 REQUERENTE: EVERSON EICHENBERG VARELLA REQUERIDO: BANCO BRADESCO VISTOS. Trata-se de cumprimento de sentença objetivando a excussão dos honorários sucumbenciais e da multa por litigância de má-fé arbitrados em desfavor da parte autora. Prefacialmente registre-se que o presente processo está tramitando em fase de cumprimento de sentença, bem como prova-se a inversão dos polos, incluindo o réu no polo ativo da lide e do autor no polo passivo. Após, intime-se o devedor para cumprir voluntariamente a sentença no prazo de quinze dias, sob pena de, quedando-se inerte, incidir multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação (CPC, art. 523, §1º), com ulterior expedição de mandado de penhora e avaliação (§ 3º). Caso a devedora não efetue, no prazo legal o depósito do montante discriminado, apresentado o cálculo atualizado do débito acrescido da multa citada anteriormente, em continuidade, e a requerimento do credor, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação, que recairá sobre tantos bens quanto os necessários para garantir a dívida. Efetivada a penhora, poderá o executado apresentar embargos à execução, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 52, IX, da Lei nº 9.099/95, recaindo a penhora em bens imóveis, será intimado também o cônjuge do devedor. Transcorrido o prazo para oposição de embargos, certifique-se. Após, conclusos para impulso oficial. Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo. FABIO PETENGILL Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1001589-59.2017.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDWALDO GOMES DE MELO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO YUJI YASHIRO OAB - MT16250-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMARCA DE JUÍNA/MT Processo nº 1001589-59.2017.8.11.0025 REQUERENTE: EDWALDO GOMES DE MELO REQUERIDO: BANCO BRADESCO VISTOS. Trata-se de cumprimento de sentença objetivando a excussão da multa por litigância de má-fé arbitrada. Prefacialmente registre-se que o presente processo está tramitando em fase de cumprimento de sentença, bem como prova-se a inversão dos polos, incluindo o réu no polo ativo da lide e do autor no polo passivo. Após, intime-se o devedor para cumprir voluntariamente a sentença no prazo de quinze dias, sob pena de, quedando-se inerte, incidir multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação (CPC, art. 523, §1º), com ulterior expedição de mandado de penhora e avaliação (§ 3º). Caso a devedora não efetue, no prazo legal o depósito do montante discriminado, apresentado o cálculo atualizado do débito acrescido da multa citada anteriormente, em continuidade, e a requerimento do credor, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação, que recairá sobre tantos bens quanto os necessários para garantir a dívida. Efetivada a penhora, poderá o executado apresentar embargos à execução, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 52, IX, da Lei nº 9.099/95, recaindo a penhora em bens imóveis, será intimado também o cônjuge do devedor. Transcorrido o prazo para oposição de embargos, certifique-se. Após, conclusos para impulso oficial. Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo. FABIO PETENGILL Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000937-71.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
JERICO MOREIRA SILVA 42016630191 (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MICHAEL MENEZES MACHADO OAB - MT26002/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - ME (REQUERIDO)

Intimação da parte Requerente, por intermédio do(a) advogado(a) constituído(a) para para apresentar endereço atualizado ou manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias, quanto ao AR negativo.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001786-77.2018.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
FABRICIO RIBEIRO ANDRADE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAMILLE FERNANDA FERREIRA DE SOUZA OAB - SP277652 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA - ME (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOZAIRA RITA SEIXAS GUEDES OAB - MT6948-O (ADVOGADO(A))

Tem o presente a finalidade de intimar a parte Requerente, na pessoa de seu advogado, acerca da audiência de conciliação designada para o dia 01/02/2019 às 13h10min.

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Fabio Petengill
Cod. Proc.: 105150 Nr: 127-55.2015.811.0025
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MÁRCIO JOSÉ CÂNDIDO COSTA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: HILONÊS NEPOMUCENO - OAB:14764-B/MT
Processo n°: 127-55.2015.811.0025 (Código: 105150) Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo Réu: Marcio José Candido Costa VISTOS, Desse modo, e porque até o presente momento não houve apresentação de resposta à acusação, já que na audiência designada, foi concedida a suspensão condicional antes da apresentação de resposta à acusação, determino seja expedido novo mandado de intimação do réu, preferencialmente em diligências a serem realizadas em dias e horários alternados, a fim de que compareça à audiência de instrução e julgamento, que resta desde já agendada para o dia 24/01/2020, às 15h, constando no mandado que deverá o réu se apresentar acompanhado de advogado, o qual, por força dos atos passados (todos realizados por dativo), desde já

nomeio para assumir o múnus da advocacia dativa, designando a causídica Hilonês Nepomuceno, OAB/MT 14764/O, que deverá ser intimada a manifestar aquiescência e, em caso positivo, cientificada de que deverá realizar apresentação de defesa oral ou escrita (art. 81 da Lei dos Juizados Especiais), devendo serem intimadas as testemunhas indicadas na denúncia, bem como o(a) denunciado(a) trazer as suas, independente de intimação. Ciência ao MP. Às providências. Juína/MT, 06 de dezembro de 2019. FABIO PETENGILL, Juiz de Direito.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Fabio Petengill
Cod. Proc.: 43042 Nr: 2449-92.2008.811.0025
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ELTON BRASILINO SANTANA, ED CARLOS DOS SANTOS PINHEIRO, PM MÁRCIO DOS SANTOS SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CARLOS FREDERICK DA S. I. DE ALMEIDA - OAB:7355 A, ISABELLY FURTUNATO - OAB:21705/B, LUCAS BERNARDINO - OAB:OAB/MT 12.027
Autos n°: 2009/27 (Código:43042)
Autor: Ministério Público Estadual
Réus: Elton Brasilino Santana e Outros
VISTOS.
O compulsar dos autos revela que após a prolação da sentença de extinção da punibilidade, pela prescrição em concreto do fato criminoso, formulou o réu Elton Brasilino Santana pedido de restituição do bem apreendido (motocicleta HONDA XR/250 Tornado, Placas JZY5694), o que foi deferido, condicionando a retirada, todavia, ao pagamento de todos os débitos administrativos que eventualmente recaíssem sobre a coisa.
Passados mais de 3 meses da decisão, o feito ainda permanece tramitando, porque indicada a existência de débitos de imposto e taxas (IPVA e Licenciamento), compareceu o réu em juízo para informar que ainda não reunia o total dos valores necessários à quitação do débito, o que em nada se relaciona com o objeto da lide e as suas consequências.
Vale dizer: a restituição como consequência da extinção da ação penal já foi deferida, e se o proprietário do veículo possui dívidas tributárias incidentes sobre a coisa, essa questão deve ser resolvida por ele diretamente com a Fazenda Estadual, em nada importando ao deslinde da controvérsia.
Frise-se: se o devedor/réu pagar os débitos, parcela-los, a motocicleta lhe será restituída administrativamente e se não o fizer, também no âmbito administrativo é que se dará o perdimento e a alienação extrajudicial, como autoriza a Resolução 623/2016 do CONTRAN e Lei nº 13.160, de 25 de agosto de 2015.
Sendo assim, atingida a finalidade do procedimento judicial, tendo sido deferida a restituição do veículo apreendido, a eventual demora na quitação de débitos tributários é matéria de índole administrativa, que não impede a extinção da ação penal.
Pelo exposto, JULGO EXTINTO o presente procedimento criminal, determinando sejam os autos arquivados e procedidas as respectivas anotações.
Cumpra-se, providenciando e expedindo o necessário.
Juína (MT), 9 de dezembro de 2019.
FABIO PETENGILL,
Juiz de Direito.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1001742-24.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
CLECI MOVEIS E DECORACOES EIRELI - EPP (REQUERENTE)
VANESSA FERNANDA VOGT (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
SAMARA COSTA DOURADO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
FABIO PETENGILL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMARCA DE JUÍNA/MT Processo nº 1001742-24.2019.8.11.0025 REQUERENTE: CLECI MOVEIS E DECORACOES EIRELI - EPP, VANESSA FERNANDA VOGT REQUERIDO: SAMARA COSTA DOURADO CARTA PRACATÓRIA V I S T O S, Preenchidos os requisitos do art. 260 do CPC, cumpra-se conforme descrito no campo finalidade: 1). Leilão do veículo penhorado nos autos principais (Honda Biz 125 ES, placa NPD9388); Ante a inexistência de leiloeiro judicial efetivo neste Juízo, e com esteio na legislação processual de regência e regramento do Decreto 21.981/32 e da Lei 4.021/61, nomeio leiloeiro público para tal mister, assim o fazendo na pessoa de CIRLEI FREITAS BALBINO DA SILVA, legalmente habilitada nos órgãos de classe respectivos (JUCEMAT, FAMATO, etc.) e operante do sistema e padrão LEILÕES JUDICIAIS SERRANO®, com mais de 10 (dez) anos de experiência funcional (art. 880, § 3º, CPC). Na consecução do seu labor, a leiloeira nomeada deverá fiel obediência ao artigo 884 do CPC e artigo 19 e ss. do Decreto nº 21.981/32 c/c artigo 5º e ss. da Lei nº4.021/61, viabilizando o praceamento público presencial ou eletrônico, através da rede mundial de computadores, com observância do Provimento 025/2011/CMag/TJMT. O leiloeiro nomeado está autorizado a: a) constatar a atual situação do bem penhorado, bem como fotografá-lo para melhor divulgação do ato, valendo a cópia assinada deste como mandado de constatação; b) solicitar cópia integral dos autos à secretaria para providências quanto a realização do leilão; c) caso seja necessário, o leiloeiro poderá solicitar auxílio policial para o cumprimento de seus deveres junto ao bem a ser leiloado. Ainda, deverá a Sra, Leiloeira observar as condições para realização do ato fixadas pelo Juízo deprecante: Nos termos do artigo 885, do Código de Processo Civil, "o juiz da execução estabelecerá o preço mínimo, as condições de pagamento e as garantias que poderão ser prestadas pelo arrematante", dessa forma: 2.1. Na primeira hasta somente deverão ser aceitos lances igual ou acima do valor da avaliação e na segunda lances ressalvado preço vil. 2.1.1. Em segunda praça ou em segundo leilão não será admitido lance parcelado (art. 895, CPC). 2.1.2. Será considerado – via de regra – preço vil aquele inferior a 51% (cinquenta e um por cento) do valor da avaliação, salvo situações excepcionais (como de bens reiteradas vezes levados à praça ou leilão sem licitantes), a ser apreciada diante da situação concreta, no dia da arrematação, mediante provocação. Oportunamente, expeça-se o edital para fixação no lugar de costume e publicação na rede mundial de computadores, em especial nos sítios eletrônicos especializados em alienações judiciais, bem como na imprensa escrita e falada, preferencialmente de âmbito regional. Conste no edital que a praça ou leilão se realizará por meio eletrônico, atendidos os lances de conformidade com o previsto na norma processual. INTIME-SE o Executado do leilão por meio de seu advogado. Caso o Executado não tenha procurador constituído nos autos, será intimado por carta com aviso de recebimento destinada ao endereço constante no processo ou por mandado. Frustrados esses meios, o Executado será tido por intimado pela publicação do próprio edital de leilão (art. 889, §1º, do CPC). INTIME-SE ainda, o coproprietário, meeiro ou titular de outro direito sobre o bem (credor hipotecário, credor fiduciário, promitente comprador com contrato registrado na matrícula, etc.) por carta com aviso de recebimento dirigida ao endereço disponível no processo. Caso reste frustrada a intimação postal, deverão ser intimados por mandado ou carta precatória. Poderão oferecer lances todas às pessoas físicas capazes e jurídicas legalmente constituídas, devendo o leiloeiro observar as restrições dos incisos do art. 890, do CPC. ARBITRO a comissão do leiloeiro em 5% (cinco por cento) do valor do lanço vencedor. Caso reste suspenso o leilão em decorrência de pagamento ou parcelamento da dívida, responderá o Executado pelas despesas do leiloeiro, que arbitro em 2,5% (dois e meio por cento) do valor da avaliação. Em caso do arrematante ou seu fiador não pagar o valor do lance no prazo estabelecido, perderá a caução em favor do Exeqüente (art. 897, do CPC), como poderá responder por eventuais indenizações pelo retardamento do leilão, que deverá ser refeito. Cumpra-se, expedindo o necessário. Comunique-se o Juízo Deprecante. Às providências. FABIO PETENGILL, Juiz de Direito.

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002489-71.2019.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
ROSENI BATISTA PINTO (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELI FELBER OAB - MT0010623A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
FABIO PETENGILL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMARCA DE JUÍNA/MT Processo nº 1002489-71.2019.8.11.0025 INTERESSADO: ROSENI BATISTA PINTO REQUERIDO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A VISTOS. Cuida-se de ação de declaração de inexistência de débito c/c cumulada com indenização por danos morais. Consta da inicial que quando tentou efetuar compras no comércio local a parte autora foi surpreendida com a existência de uma negativação registrada em seu nome no valor de R$ 353,13 (trezentos e cinquenta e três reais e treze centavos), incluída pela requerida junto ao serviço de proteção ao crédito em 17 de junho de 2019, causando-lhe assim, danos morais, porque a referida inscrição seria indevida, por não terem as partes qualquer relação comercial. Diante de tal situação, ajuizou a presente demanda, requerendo, em sede de tutela de urgência, a exclusão do seu nome dos órgãos de restrição ao crédito. Instruiu a inicial com os documentos. Era o que tinha para informar. Decido. Em se tratando de pedido de concessão de tutela provisória, em sede antecipatória, estreita-se a cognição ao juízo de ponderação entre os requisitos exigidos pelo art. 300 do NCPC, e a ameaça/risco ao direito apontado como violado ou em vias de o ser, pelo ato/fato que se busca acautelar com a pretensão de urgência. Dito isso, a mim parece inicialmente muito relevante destacar na esteira das lições doutrinárias que a probabilidade do direito, a que alude o citado dispositivo legal se trata da "situação decorrente da preponderância dos motivos convergentes à aceitação de determinada proposição, sobre os motivos divergentes. As afirmativas pesando mais sobre o espírito da pessoa, o fato é provável; pesando mais as negativas, ele é improvável (Malatesta). A probabilidade, assim conceituada, é menos que a certeza, porque lá os motivos divergentes não ficam afastados, mas somente suplantados; e é mais que a credibilidade, ou verossimilhança, pela qual na mente do observador os motivos convergentes e os divergentes comparecem em situação de equivalência e, se o espírito não se anima a afirmar, também não ousa negar" (Cândido Rangel Dinamarco: A Reforma do Código de Processo Civil, 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 1996, p. 145). Fixada essa premissa, há que se observar que a pretensão da autora está fundamentada na inexistência de relação contratual com a requerida, afirmando, em síntese que nunca contratou os serviços que originaram o débito reclamado. Somente por esse resumo já se pode concluir que, nesse momento processual tudo o que se tem são afirmações unilaterais do autor, carentes de prova suficientemente convincente do fato gerador do direito por ele alegado. Sendo assim, nesse primeiro giro de olhos, nada havendo na inicial ou nos documentos acostados ao feito com ela, que demonstre a alegação de que a negativação levada a efeito se deu sem qualquer tipo de relação contratual entre as partes, fragiliza-se o argumento exordial e desaconselha-se o deferimento da tutela provisória perquirida. Sobre o tema, colho da jurisprudência da Corte Cidadã: "Tanto a doutrina como a jurisprudência superaram a complexa construção do direito antigo acerca da prova dos fatos negativos, razão pela qual a afirmação dogmática de que o fato negativo nunca se prova é inexata, pois há hipóteses em que uma alegação negativa traz, inerente, uma afirmativa que pode ser provada. Desse modo, sempre que for possível provar uma afirmativa ou um fato contrário àquele deduzido pela outra parte, tem-se como superada a alegação de "prova negativa", ou "impossível" (STJ, REsp 422.778/SP, Rel. p/ Acórdão: Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma). Nesse mesmo diapasão: "(...) a ideia de que os fatos negativos não precisam ser provados – decorrente do brocardo negativa non sunt provanda – vem perdendo seu valor (...) todo fato negativo corresponde a um fato positivo (afirmativo) e viceversa. Por isso, diz-se, atualmente, que somente os fatos absolutamente negativos (negativas absolutas/indefinidas) são insusceptíveis de prova (...). Não é possível, por exemplo, provar que nunca estive no Município de Candeias. Assim, nesses casos, o ônus probatório é de quem alegou o fato positivo de que estive lá (...). Já os fatos relativamente negativos (negativas definidas/relativas) são aptos a serem provados. Se alguém afirma, por exemplo, que, em 09 de dezembro, não compareceu à academia pela manhã, porque foi ao médico, é possível provar indiretamente a não ida à academia (fato negativo), se houver comprovação de que esteve toda a manhã no consultório médico. (...) E nesses casos em que se negam fatos aduzidos pela outra parte, fazendo-se, simultaneamente, uma afirmação de fato positivo que contradiz e exclui o fato trazido pela contraparte, o ônus da prova será bilateral (de ambas)." (DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael. Curso de Direito Processual Civil. Salvador: JusPodivm, 2007. v. 2. p. 59-60). Isto posto, não me convencendo da probabilidade do direito nas alegações iniciais e da existência de perigo de dano, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência formulado pelo autor. Sem prejuízo, recebo a inicial, uma vez que preenchidos os requisitos do artigo 319 do CPC/2015. Cite-se a parte reclamada, a fim de que compareça à audiência de conciliação já designada pela Escrivania deste juízo. Faça constar no mandado às advertências legais prescritas no artigo 20 e 51, inciso I, ambos da Lei n° 9.099/95. Às providências, expedindo o necessário. FABIO PETENGILL Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1001483-97.2017.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO DE CARVALHO LINO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
YOUSSEF SAYAH EL ATYEH OAB - MT22196-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FERNANDO GOMES CAVALHEIRO (EXECUTADO)
NEUZA DE BELEM GOMES PEIXOTO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JESSICA RODRIGUES DE SOUZA OAB - MT0022870A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
FABIO PETENGILL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMARCA DE JUÍNA/MT Processo nº 1001483-97.2017.8.11.0025 EXEQUENTE: PAULO DE CARVALHO LINO EXECUTADO: FERNANDO GOMES CAVALHEIRO, NEUZA DE BELEM GOMES PEIXOTO VISTOS. Consoante se verifica na certidão de 23747692, a diligência para intimação do devedor Fernando Gomes Cavalheiro para cumprimento voluntário da sentença restou negativa porque a parte se mudou de endereço sem previamente ter comunicado tal fato ao Juízo. Nesses moldes, há que se aplicar o disposto no parágrafo único do artigo 274 do CPC que: "Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço." Assim, outra alternativa não há senão considerar válida a intimação feita no endereço em que houve a citação da requerida. Nesses moldes, considerando a inércia de ambos os devedores em adimplir o débito perseguido, intime-se o credor para se manifestar sobre o prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito. Providências necessárias. FABIO PETENGILL Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000411-75.2017.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO BATISTA BARBOSA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANO ZANDONA OAB - MT0016829A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADRIANA MARCIA DOS SANTOS (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HILONES NEPOMUCENO OAB - MT0014764A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
FABIO PETENGILL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE COMARCA DE JUÍNA/MT Processo nº 1000411-75.2017.8.11.0025 EXEQUENTE: JOAO BATISTA BARBOSA EXECUTADO: ADRIANA MARCIA DOS SANTOS V I S T O S. Conforme se infere dos autos, a diligência para localização de semoventes registrados em nome do executado restou frutífera. Nesses moldes, defiro o pedido de penhora, avaliação e remoção das reses, em quantidade suficiente para saldar o débito exequendo, devendo o Sr. Oficial lavrar o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o Executado (art. 841, §1º, CPC). NOMEIO, o exequente como depositário fiel dos semoventes objetos da constrição, advertindo-o que para execução da medida deverá fornecer os meios necessários para imediata remoção dos bens, sob pena de deposito em favor executado. Caso se impeça ou se obstaculize a diligência, autorizo a requisição de reforço policial, bem como a possibilidade do Oficial de Justiça consultar o sistema do INDEA/MT em

caso de dúvidas sobre a propriedade de semoventes que estejam no local. Às providências. FABIO PETENGILL, Juiz de Direito.

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000814-10.2018.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
RAQUEL DA CONCEICAO NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
FABIO PETENGILL

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JUÍNA Processo n.1000814-10.2018.8.11.0025 Requerente: Raquel da Conceição Nascimento Requerido: Vivo S/A V i s t o s, Extinto o processo pela satisfação da obrigação e determinado o levantamento do valor da condenação em prol da autora, porque seu advogado se encontrava com a inscrição suspensa na OAB, sobreveio pedido do causídico informando que já teria decorrido o prazo de sua suspensão perante a OAB, assim como requereu a expedição de alvará em seu favor no percentual de 49% do proveito econômico obtido, conforme pactuado com a sua cliente no contrato de prestação de serviços advocatícios juntado aos autos. Em que pese este juízo entender que a cláusula quota litis ultrapassa o percentual regularmente cobrado em contratos comutativos dessa natureza, é certo que para exercício do mister, o advogado pode acordar com o cliente o pagamento de honorários pelos serviços prestados, sendo, portanto, de livre pactuação e de caráter privado e não cabe a redução pelo juízo, já que a matéria lhe foge à competência. Dito isto, defiro o pedido formulado pelo advogado para determinar que seja expedido um alvará para a autora no importe de 51% do valor depositado nos autos e os outros 49% em favor do causídico que conduziu a lide. Após, arquivem-se os autos com as baixas de estilo. Às providências. FABIO PETENGILL Juiz de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000468-59.2018.8.11.0025
Parte(s) Polo Ativo:
ELIANE FERNANDES CARVALHO NUNES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LARYSSA ANANDA MENDES MOREIRA OAB - MT0022717A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
FABIO PETENGILL

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE JUÍNA Processo n.1000468-59.2018.8.11.0025 Requerente: Eliane Fernandes Carvalho Nunes Requerido: Banco Bradesco S/A V i s t o s, Dispensado o relatório nos termos do artigo 38 da Lei n. 9.099/95. Analisando os autos, verifica-se que o devedor efetuou o depósito do saldo remanescente da condenação, acostando aos autos guia de depósito judicial no valor de R$ 7.501,51 – ID. 26944456. Noutro passo, a credora postulou pelo levantamento dos valores depositados em Juízo relativos a guia de ID. 26944460. Por tais razões, em face do adimplemento do executado, a extinção do feito é medida impositiva. Ante o exposto e por tudo que dos autos consta, JULGO E DECLARO EXTINTO o processo com julgamento do mérito, o que faço com arrimo nos termos do artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Expeça-se alvará em favor da credora para levantamento do valor depositado, nos moldes requeridos na petição de ID. 26990314, conforme poderes para receber e dar quitação conferidos ao advogado na procuração de ID. 12588283, independentemente do trânsito em julgado da presente decisão. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se com as baixas e anotações de estilo. P. I. C. Às providências. FABIO PETENGILL, Juiz de Direito.

Comarca de Mirassol D'Oeste

1ª Vara

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000202-80.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTIANE PEREIRA NUNES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO SANTOS DE PAULA OAB - MT0020135A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE MIRASSOL D'OESTE SENTENÇA Processo: 1000202-80.2019.8.11.0011. AUTOR(A): CRISTIANE PEREIRA NUNES RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos. Cuida-se de embargos de declaração opostos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em id nº 26716927 em que alega erro nos termos do acordo. Devidamente intimada a parte embargada manifestou-se em id nº 27276098. Os autos me vieram conclusos. É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. Como de conhecimento, a dicção do artigo 1.022, inciso I, do CPC permite a promoção dos embargos declaratórios para, entre outras hipóteses, dirimir omissão, contradição e erros materiais existentes na sentença. Acerca de tal espécie recursal, a despeito da controvérsia doutrinária em torno da sua natureza jurídica, destaca o doutrinador Daniel Amorim Assumpção Neves (in Manual de Direito Processual Civil. 2ed. São Paulo: Método, 2011, p.718-719), mais especificamente quanto às hipóteses de cabimento, que: "A omissão refere-se à ausência de apreciação de questões relevantes sobre os quais o órgão jurisdicional deveria ter se manifestado, inclusive as matérias que deva conhecer de ofício. (...) A obscuridade, que pode ser verificada tanto na fundamentação quanto no dispositivo, decorre da falta de clareza e precisão da decisão, suficiente a não permitir a certeza jurídica a respeito das questões resolvidas. (...) O terceiro vício que legitima a interposição dos embargos de declaração é a contradição, verificada sempre que existirem proposições inconciliáveis entre si, de forma que a afirmação de uma logicamente significará a negação da outra." (negritos originais). No caso sub judice, vislumbro que o erro apontado pela parte não comporta acolhimento, haja vista que o equivoco alegado se encontra na proposta de acordo e não na sentença homologatória. Desta feita, a embargante deve se valer de outros meios para tal fim. Ante o exposto, RECEBO os presentes embargos declaratórios, e no mérito, DESACOLHO a pretensão neles deduzida e JULGO IMPROCEDENTE o pedido da parte embargante, por não haver, s.m.j., nenhuma contradição na sentença proferida, nos termos do art. 1.022, inciso II, do CPC, razão por que a MANTENHO nos moldes em que prolatada. CUMPRA-SE. INTIME-SE. ÀS PROVIDÊNCIAS. Mirassol D'Oeste/MT, 11 de dezembro de 2019. (Assinado digitalmente) Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-68 USUCAPIÃO
Processo Número: 1001480-19.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA HELENA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ABEL ALBINO DE ARRUDA OAB - TO3338-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDIVALDO DE MENEZES (RÉU)
MARIO LOPES DA SILVA (RÉU)
MARIA OLIVEIRA DA SILVA (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE MIRASSOL D'OESTE DECISÃO Processo: 1001480-19.2019.8.11.0011. AUTOR(A): MARIA HELENA DA SILVA RÉU: MARIO LOPES DA SILVA, EDIVALDO DE MENEZES, MARIA OLIVEIRA DA SILVA Vistos. Em análise detida dos autos, verifico que apesar da parte autora ter incluído vários requeridos no polo passivo, desnecessária a inclusão de todos estes, haja vista que a usucapião é forma originária de aquisição da propriedade e não derivada, sendo desnecessária também a apresentação da cadeia de antigos possuidores, por não se tratar a presente de ação de

adjudicação compulsória. Assim, consigno que o correto seria figurar no polo passivo apenas os Espólios de Mario Lopes da Silva e Luiza Voltoline da Silva, representados pelos inventariantes ou a inclusão de todos os herdeiros em caso de inexistir inventário em tramite.. Desta feita, apesar do adiantado momento processual em que se encontra, CHAMO O FEITO à ordem e DETERMINO à autora que proceda à emenda da petição inicial, excluindo-se as pessoas de Edivaldo, Sinesio e Maria Oliveira, incluindo-se os espólios acima apontados e seus herdeiros, sob pena de indeferimento da inicial, bem como indique os endereços em que os mesmos possam ser localizados para citação da presente. ÀS PROVIDÊNCIAS. Mirassol D'Oeste-MT, 10 de dezembro de 2019. Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima Juíza de Direito

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 226989 Nr: 242-21.2015.811.0011
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Elenita Ana de Souza Siqueira
PARTE(S) REQUERIDA(S): G C DA SILVA-TRANSPORTES-ME, Antonio Francisco da Silva, Terezinha Rosa da Cruz Souza
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Rerison Rodrigo Babora - OAB:9.578 - B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Mercia Vilma do Carmo - OAB:8873
Vistos.
A despeito que já foi reconhecida a legitimidade passiva da empresa na ação de conhecimento, não havendo necessidade de desconsideração da personalidade da pessoa jurídica, DEFIRO o pleito de execução de modo que intime o autor para que no prazo de 15 (quinze) dias diligencie quanto aos bens a serem executados, sob pena de extinção.
Deixo consignado a análise do pedido inscrito no item "b" caso as diligências restem infrutíferas.
Após, CONCLUSOS.
INTIME-SE.
CUMPRA-SE.
ÀS PROVIDÊNCIAS.
Mirassol D'Oeste-MT, 02 de dezembro de 2019.
Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 252028 Nr: 4093-97.2017.811.0011
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Neuza dos Reis
PARTE(S) REQUERIDA(S): Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AMARO CESAR CASTILHO - OAB:4384-B, MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA - OAB:3127-A, OZANA BAPTISTA GUSMÃO - OAB:4062, SÉRGIO HENRIQUEK. KOBAYASHI - OAB:MT- 6180, valdeir batista pinheiro filho - OAB:21934/O
Ante o exposto, RECEBO os presentes embargos declaratórios, e no mérito, ACOLHO a pretensão neles deduzidos e JULGO PROCEDENTE o pedido da embargante, nos termos do art. 1.022, §1º, inciso I do CPC, razão por que RETIFICO a sentença nos seguintes termos:"CONDENO a parte autora nas custas e despesas processuais no importe de 10% sobre o valor da causa. Porém suspendo a sua inexigibilidade nos termos do art. 98, §3º do CPC."MANTENHO os demais termos da sentença incólumes.No mais, ante a apresentação de contrarrazões ao recurso de apelação REMETAM os autos ao e.TJMT, com as nossas homenagens de estilo.CUMPRA-SE. INTIMEM-SE. ÀS PROVIDÊNCIAS. Mirassol D´Oeste/MT, 03 de dezembro de 2019.Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 237075 Nr: 1296-85.2016.811.0011
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Cleonice Bruno Aguario
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional de Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: César Luiz Branicio da da Silva - OAB:21.373
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ante o exposto, RECEBO os presentes embargos declaratórios, e no mérito, DESACOLHO a pretensão neles deduzida e JULGO IMPROCEDENTE o pedido da parte embargante, por não haver, s.m.j., nenhuma contradição na decisão proferida, nos termos do art. 1.022, §1º, inciso I, do CPC, razão por que a MANTENHO nos moldes em que prolatada.CUMPRA-SE. INTIMEM-SE. ÀS PROVIDÊNCIAS.Mirassol D'Oeste/MT, 05 de dezembro de 2019.Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 103841 Nr: 1038-85.2010.811.0011
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: V. Lopes Batista - EPP, Valdevino Lopes da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): H. M. R. Comércio Atacadista de Material para Construção Ltda - EPP, Banco Brasileiro de Descontos S/A - Bradesco
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Oswaldo Alvarez de Campos Junior - OAB:6.702/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO - OAB:14.992-A, BRUNO CORRÊA SOBRINHO - OAB:22029/O, EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS - OAB:13.431-A
Vistos.
Cuida-se de execução de sentença movida por V. LOPES BATISTA – EPP e VALDEVINO LOPES DA SILVA em face de H. M. R. COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA – EPP e BANCO BRADESCO DE DESCONTOS S/A - BRADESCO, devidamente qualificados nos autos.
Entre um ato e outro, a parte autora informa que os alvarás foram devidamente levantados, requerendo assim a extinção do presente feito. (fl.457-vº).
Os autos vieram-me conclusos.
É O BREVÍSSIMO RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO.
Como de conhecimento, as causas de extinção dos feitos executivos estão elencadas no art. 924 do CPC, sendo certo que a referida extinção somente produzirá efeito quando for declarada por sentença.
No caso dos autos, vê-se que houve o pagamento da dívida e, via de consequência, a extinção da execução por pronunciamento judicial que declare tal situação.
Posto isso, JULGO EXTINTO o processo de execução, ante o cumprimento pelo executado da obrigação, nos termos do o art. 924, e o art. 925, estes últimos do CPC.
CONDENO a parte executada ao pagamento de custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios no importe de 10 % do valor do débito, conforme o art. 85 do CPC.
Após o trânsito em julgado, AO ARQUIVO com as anotações e baixas de estilo.
P.R.I.C.
ÀS PROVIDÊNCIAS.
Mirassol D´Oeste/MT, 05 de dezembro de 2019.
Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 141319 Nr: 3249-60.2011.811.0011
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Sebastião Ribeiro de Marques
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional de Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUCINÉIA RODRIGUES DE SOUZA - OAB:16339
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Vistos.
Em que pese os autos me terem vindo conclusos para sentença, com o olhar volvido a decisão do E. TRF da 1ª Região de fl. 101, denota-se que os atos a partir da solenidade outrora realizada foram decretados nulos ante a ausência de citação da autarquia demandada. Dessa forma, os autos foram remetidos ao juízo de piso para regularizar tal ato e assim dar prosseguimento regular ao feito.
Devidamente citada, a requerida deixou fluir o prazo sem manifestar-se, conforme certidão de fl.133.
Assim, CONVERTO O FEITO EM DILIGÊNCIA e DESIGNO audiência de instrução e julgamento para o dia 27/02/2020, às 14h00min, intimando-se as partes para, em querendo, apresentar rol de testemunhas, sob pena de preclusão, salvo se indicar que trará independente de intimação.
INTIMEM-SE.
ÀS PROVIDÊNCIAS.
Mirassol D'Oeste/MT, 05 de dezembro de 2019.
Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 494 Nr: 25-08.1997.811.0011
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco do Brasil S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): TORREFAÇÃO MOAGEM DE CAFÉ MIRASSOL LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Fabio Rogério Del Arco Macagnan - OAB:5.933-B, Louise Rainer Pereira Gionédis - OAB:16.691/A, THAIS DANIELA TUSSOLINI DE ALMEIDA - OAB:21589/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
(...) ter informação à localização de patrimônio passível de penhora. Assim, até que colacione provas de que diligenciou no intuito de localizar bens do devedor, a pretensão da parte exeqüente não encontra guarida no ordenamento jurídico.Aliás, a consideração jurídica ora apresentada já foi alvo de apreciação pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso, respectivamente, cuja ementa merece transcrição:"Agravo de instrumento. Execução de título extrajudicial. Indeferimento de medida de expedição de ofício à Receita Federal e ao DETRAN solicitando informações sobre eventuais bens das partes agravadas, como executadas. Recurso para sua obtenção. Inexistindo elementos de ponderação e prova sobre as diligências do credor-exeqüente sobre a existência de bens em nome da parte executada, confirma-se a orientação judicial do colendo juízo de origem. Não seguimento do recurso ". (grifo e negrito nosso)EXECUTADO - MEIOS LEGAIS ESGOTADOS – NÃO-COMPROVAÇÃO – IMPOSSIBILIDADE - AGRAVO IMPROVIDO.Se o exeqüente não demonstrou ter esgotado todos os meios que possibilitam a averiguação e comprovação da existência de bens passíveis de penhora, deve ser indeferida a expedição de ofício à Receita Federal e ao DETRAN, visando obter informações que indiquem existência de bens em nome do executado . (grifo e negrito nosso)Pautando-se, justamente, nos precedentes jurisprudenciais, é que não se pode deferir o pleito em questão, pelo menos até que se traga aos autos provas cabais das diligências levadas adiante pela parte interessada em prol da localização de bens em nome do executado. POSTO ISSO, INDEFIRO o pedido de fl. 272 - verso que requer a pesquisa das 3 (três) últimas declarações de imposto de renda do executado.No mais, DETERMINO que as intimações sejam feitas exclusivamente em nome da advogada Drª LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS – OAB/ MT – 16691-A, sob pena de nulidade.Feitas as diligências, INTIME-SE a exequente para pugnar o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.Após, CONCLUSOS.INTIMEM-SE.CUMPRA-SE.Mirassol D'Oeste/MT, 06 de dezembro de 2019.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 259162 Nr: 1501-46.2018.811.0011
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Aparecida de Fátima Lopes Ferron
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social -INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marco Antonio Corbelino - OAB:9898/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Diante da desídia do perito nomeado às fls. 77, REVOGO a sua nomeação.
No mais, NOMEIO como novo perito, Dr. Alexandre Augusto Sanches Camargo, CRM – MT 3737, sito à Leonório Lourenção, nº 812, bairro centro, telefone comercial (65) 3241-5227, que deverá ser intimado para manifestar seu interesse na realização da perícia, no prazo de 15 (quinze) dias.
INTIME-SE nos termos da decisão de fl. 68.
CUMPRA-SE.
Após, CONCLUSOS.
Mirassol D'Oeste-MT, 05 de dezembro de 2019.
Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 20791 Nr: 1032-54.2005.811.0011
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Cooperativa de Crédito Rural da Grande Cáceres, Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Oeste de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Maria de Fatima Gonçalves, Nelson João Pires
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRÉ ASSIS ROSA - OAB:19.077-A, MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO - OAB:4482/MT, MARCELO BRASIL SALIBA - OAB:11546-A, Milton Martins Mello - OAB:3811
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Diante do exposto, DEFIRO o pedido formulado, de modo que SE EXPEÇA ofício ao SERASA, determinando a inserção do nome da parte executada MARIA DE FÁTIMA GONÇALVES e NELSON JOÃO PIRES em seus cadastros em virtude de débito que perfaz o montante de R$ 126.604,86 (cento de vinte e seis mil, seiscentos e quatro reais e oitenta e seis centavos).No mais, considerando o pedido de reabertura de prazo/publicação em nome do novo procurador para dar prosseguimento ao feito à fl. 122, INDEFIRO o pedido em questão, considerando que não houve justificativa plausível para tal.Após, INTIME-SE a exequente para pugnar o que é de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.CUMPRA-SE. ÀS PROVIDÊNCIAS.Mirassol D'Oeste-MT, 09 de dezembro de 2019.Henriqueta Fernanda C. A. F. LimaJuíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 189472 Nr: 2570-89.2013.811.0011
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Antonio Gomes da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Bruna Gabriela Zanrosso - OAB:15.679
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Considerando o retorno dos autos do Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem no prazo de 15 (quinze) dias.
Transcorrido o prazo in albis, ao arquivo provisório.
CUMPRA-SE.
ÀS PROVIDÊNCIAS.
Mirassol D'Oeste/MT, 09 de dezembro de 2019.
Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 205764 Nr: 1143-23.2014.811.0011
AÇÃO: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública->Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Evania Mendes da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Luiz Pereira Pardin - OAB:4776-B

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Analisando detidamente o presente feito, verifico que o patrono constituído nos autos não informou a conta bancária para ser depositado o valor levantado. Desta feita, DETERMINO que INTIME-SE o douto causídico para juntar aos autos o encimado.
No mais, considerando o pagamento da RPV expedida às fls.134/135, DETERMINO o levantamento do valor depositado, observando a conta bancária a ser informada.
EXPEÇA-SE o competente Alvará.
Com o levantamento do valor, INTIME-SE a requerente para pugnar o que de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sendo o silêncio interpretado com quitação integral.
Após, devidamente certificado, CONCLUSOS.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
ÀS PROVIDÊNCIAS.
Mirassol D'Oeste-MT, 09 de dezembro de 2019.
Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 28889 Nr: 2751-03.2007.811.0011
AÇÃO: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública->Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Santina Santos Rocco
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional de Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Valéria Aparecida Soldá de Lima - OAB:9.495
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Os autos vieram conclusos noticiando a existência de recurso de Agravo de Instrumento interposto pela parte executada.
Reexaminando, com vagar, a decisão objurgada, entendo que a mesma deve ser mantida, pelas mesmas razões fáticas e jurídicas que a embasaram.
Assim, COMUNIQUE-SE ao e. TRF da 1ª Região o não exercício do juízo retratório, conforme art. 1.018, §1º, do CPC, e AGUARDE-SE comunicação quanto ao eventual recebimento de efeito ativo ao recurso para providências neste juízo de piso.
INTIME-SE.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
ÀS PROVIDÊNCIAS.
Mirassol D'Oeste-MT, 09 de dezembro de 2019.
Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 76177 Nr: 1557-94.2009.811.0011
AÇÃO: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública->Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Mauriza Barbosa Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Valéria Aparecida Soldá de Lima - OAB:9.495
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Cuida-se de execução de sentença movida por Mauriza Barbosa Silva em face de Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, devidamente qualificados nos autos.
Entre um ato e outro, a parte autora informa que os alvarás foram devidamente levantados, requerendo assim a extinção do presente feito. (fl.237).
Os autos vieram-me conclusos.
É O BREVÍSSIMO RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO.
Como de conhecimento, as causas de extinção dos feitos executivos estão elencadas no art. 924 do CPC, sendo certo que a referida extinção somente produzirá efeito quando for declarada por sentença.
No caso dos autos, vê-se que houve o pagamento da dívida e, via de consequência, a extinção da execução por pronunciamento judicial que declare tal situação.
Posto isso, JULGO EXTINTO o processo de execução, ante o cumprimento pelo executado da obrigação, nos termos do o art. 924, e o art. 925, estes últimos do CPC.
Deixo de condenar a requerida em custas processuais, nos termos do art. 8, §1º da Lei 8.620/93 e art. 3º da Lei 7.603/01 e em honorários advocatícios, eis que não houve resistência à pretensão.
P.R.I.C.
Após o trânsito em julgado, AO ARQUIVO com as anotações e baixas de estilo.
Mirassol D´Oeste/MT, 09 de dezembro de 2019.
Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 83680 Nr: 2798-06.2009.811.0011
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Da Roça Comércio de Produtos Agropecuarios Ltda, Gianne Seawright Rowe, Jamille Seawright Rowe, Alvaro Navarro Rodrigues
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Ivo Sergio Ferreira Mendes - OAB:8909, Max Magno Ferreira Mendes - OAB:8093
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Amanda Gonçalves da Silva Palermo - OAB:24344/0
Vistos.
DEFIRO conforme requerido à fl. 202 para o fim de determinar a imediata exclusão de Jamille Seawright Rowe do polo passivo da presente demanda, tal qual já determinado na sentença de fls. 184/188.
Ademais, DEFIRO o pleito de fls. 193/195 devendo-se intimar a parte exequente para que efetive o pagamento dos honorários sucumbenciais de fl. 200.
Após, INTIME-SE a exequente para requerer o que é direito, em 15 (quinze) dias.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
ÀS PROVIDÊNCIAS.
Mirassol D'Oeste-MT, 9 de dezembro de 2019.
Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 258279 Nr: 1049-36.2018.811.0011
AÇÃO: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública->Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Nelson Manoel da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social -INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marco Antonio Corbelino - OAB:9898/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Cuida-se de Impugnação à Execução oposta por Instituto Nacional Do Seguro Social – INSS em desfavor de Nelson Manoel da Silva.
Instada, a impugnada manifestou concordando com a manifestação do impugnante à fl.120.
Os autos vieram conclusos.
É A SÍNTESE NECESSÁRIA. FUNDAMENTO E DECIDO.
Sem delongas, considerando a manifestação da impugnada, ACOLHO a pretensão deduzida na inicial e JULGO PROCEDENTE o pleito da impugnante, nos termos do art. 487, I, do CPC, razão por que HOMOLOGO os cálculos apresentados à fl.114/114-v.
Posto isso, inexistindo motivo para o prosseguimento do feito, com espeque no art. 924, II e 925, ambos do CPC, DECLARO EXTINTA a vertente execução.
DEIXO DE CONDENAR a impugnada em custas e despesas processuais ante a ausência de resistência à pretensão.
REQUISITE-SE o pagamento por intermédio do Presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, observando-se o cálculo apresentado à fl. 114/114-v, com a consequente expedição dos alvarás competentes.
Após o trânsito em julgado, ao ARQUIVO com as anotações e baixas de estilo.

P.R.I.C.
ÀS PROVIDÊNCIAS.
Mirassol D'Oeste/MT, 09 de dezembro de 2019.
Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 253252 Nr: 4867-30.2017.811.0011
AÇÃO: Usucapião->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Jecira Ferreira Lemes
PARTE(S) REQUERIDA(S): Espolio de Paulo Mendonça, Lea Marisa Lopes Mendonça
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Geovani Mendonça de Freitas - OAB:11.473-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
(..,) FIXO os seguintes pontos que dependem de prova: 1) a posse e a sua respectiva natureza exercida sobre a área em litígio; 2) existência de vício possessório e seu conhecimento pela autora; 3) tempo de posse exercido.DESIGNO audiência de instrução e julgamento para o dia 05/03/2020, às 14h30min, sendo que o rol de testemunhas deverá ser apresentado no prazo legal, sob pena de preclusão, bem como ainda deverão os causídicos providencias as intimações das testemunhas arroladas tempestivamente nos termos do artigo 455 no NCPC, excetuando-se as hipóteses do §4º do mesmo artigo.Sobre a distribuição do ônus da prova (art. 357, III, CPC) ressalto que caberá aos requerentes, nos termos do art. 373 do Estatuto Processual Civil.INTIMEM-SE. CUMPRA-SE, expedindo-se o necessário.Mirassol D'Oeste-MT, 9 de dezembro de 2019.Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 235528 Nr: 490-50.2016.811.0011
AÇÃO: Habilitação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Natural Pork Alimentos S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Marques & Caetano Ltda.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Luciana Cristina Martins Trevisan - OAB:11.955-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: KARLOS LOCK - OAB:16828, MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS - OAB:15401
...EDA-SE à conversão do presente em Cumprimento de Sentença.I.Nos termos do art. 523 do NCPC, INTIME-SE a parte devedora, na pessoa de seus advogados ou, caso não o tenha ou decorrido um ano do trânsito em julgado da sentença, via carta com AR, para que efetue o pagamento do débito de acrescido de eventuais custas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) e de honorários advocatícios de 10% (dez por cento), ambos incidentes cumulativamente sobre o débito atualizado ou sobre o valor restante, em caso de pagamento parcial, nos termos do art. 523, §1ºe §2º do NCPC.II.Deverá constar da intimação que decorrido o prazo acima sem o pagamento voluntário, a parte executada poderá oferecer impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, independente de penhora ou de nova intimação, nos termos do art. 525 do NCPC.III.Ausente o pagamento, a parte requerente deverá recolher eventuais custas de execução (AI n. 1357770-7, Acórdão n. 57841, do E. TJPR).IV.Ausente o pagamento, ainda, a multa, as eventuais custas e os honorários advocatícios, todos acima fixados, ficam incluídos no débito e, independente de haver ou não impugnação, deve ser feita a penhora pelo sistema Bacenjud e, se negativa, pelo sistema Renajud.V.Encontrado valor em dinheiro ou veículo em nome da parte executada, LAVRE-SE o auto de penhora, com a avaliação do bem pelo oficial de justiça (art. 870 do NCPC), e INTIME-SE a parte devedora, nos termos do art. 841 do NCPC, dispensada a intimação se a penhora foi realizada na presença do devedor.VI. Apresentada qualquer impugnação pela parte executada, manifeste-se a parte exequente. Após, apresentada ou não manifestação, conclusos para decisão.VII. Ausente impugnação EXPEÇA-SE o competente alvará de levantamento à parte exequente com prazo de 90 (noventa) dias, devendo a mesma se manifestar quanto à satisfação de seu crédito no prazo de 10 (dez) dias, sendo que, no silêncio, os autos devem ser arquivados.CUMPRA-SE, expedindo o necessário.Mirassol D´Oeste/MT, 9 de dezembro de 2019.Henriqueta Fernanda C. A. F. LimaJuíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 178216 Nr: 703-61.2013.811.0011
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Campesatto Comércio de Materiais para Construção Ltda, Giancarlo Campesatto
PARTE(S) REQUERIDA(S): Rodo Linea Implementos para Transporte Ltda
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Anatoly Hodniuk Júnior - OAB:7963, Wagner Peruchi de Matos - OAB:9865
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Luciana da Trindade Xavier - OAB:25621-0, MARCIO EDUARDO MORO - OAB:41.303/PR
Vistos.
Considerando a justificativa apresentada no petitório de fls.707/708, bem como os documentos probatórios acostados, DEFIRO o pedido de fl. 706.
Face ao exposto, analisando detidamente os autos verifico que se faz imprescindível a audiência de instrução e julgamento para o devido desfecho da lide, de modo que e DESIGNO nova data para a realização da audiência de instrução e julgamento para o dia 05/03/2020, às 16h00min.
INTIME-SE.
CUMPRA-SE.
ÀS PROVIDÊNCIAS.
Mirassol D'Oeste/MT, 25 de novembro de 2019.
Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 251685 Nr: 3942-34.2017.811.0011
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Maria de Fátima de Farias Soares
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Maria Teresa Bousada Dias Koshiama - OAB:MG / 67.089
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
(...)213/91, na data da realização da perícia médica, no valor legal, com incidência de juros de mora a partir da citação, quanto às parcelas anteriores, e, no que tange às posteriores, a partir de cada parcela vencida, salvo as anteriores aos quinquênios, acrescido ainda de correção monetária a partir de cada parcela vencida . No ponto, "a partir da vigência da Lei 11.960/09 deverão incidir para fins de correção monetária e compensação da mora, uma única vez, até o efetivo pagamento, os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança ", JULGANDO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil.Por oportuno, DETERMINO ao INSS que IMPLANTE, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, o referido benefício, eis que DEFIRO o pedido de tutela antecipada,, consignando que as parcelas atrasadas serão objeto de execução após o trânsito em julgado. CONDENO a Autarquia Federal nos honorários advocatícios, que FIXO no importe de 10% sobre as parcelas vencidas, não incidindo sobre as prestações vincendas (artigo 85, § 2º, CPC e Súmula 111 do STJ).ISENTO a Autarquia Federal do pagamento das custas processuais, salvo quanto aos valores comprovadamente despendidos pela parte autora, nos termos do inciso I do art. 3º da Lei Estadual 7.603, de 27 de dezembro de 2001.DEIXO de determinar a remessa dos autos ao egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em exercício do "duplo grau de jurisdição obrigatório", tendo em vista o disposto no inciso III, §3º do art. 496 do CPC, já que o valor da condenação, nitidamente, não excederá a 100 (cem) salários mínimos.P.R.I.C.Após o trânsito em julgado, INTIME-SE a parte demandante para, no prazo de 30 (trinta) dias, pugnar o que entender de direito. Transcorrido "in albis" o prazo, AO ARQUIVO com as anotações e providências de estilo, sem prejuízo de seu desarquivamento, independentemente do recolhimento de taxa, se requerido no prazo legal.ÀS PROVIDÊNCIAS.Mirassol D'Oeste/MT, 05 de dezembro de 2019. Henriqueta Fernanda C. A. F. LimaJuíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 249651 Nr: 2881-41.2017.811.0011
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Aristides Salvioni
PARTE(S) REQUERIDA(S): Valdinei Rodrigues Salgueiro
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADERMO MUSSI - OAB:2935
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: IGOR CHRISTIAN ADRIANO SALGUEIRO - OAB:24525, Valdinei Rodrigues Salgueiro - OAB:14.862
Vistos.
Cuida-se de "Ação de Cobrança c/c Indenização por Danos Morais" ajuizada por ARISTIDES SALVIONI, em face de VALDINEI RODRIGUES SALGUEIRO, todos devidamente qualificados.
Entre um ato e outro, à fl. 78 fora entabulado um acordo entre as partes, pugnando pela homologação.
Os autos vieram conclusos.
É A SÍNTESE NECESSÁRIA. FUNDAMENTO E DECIDO.
Prima facie, mister discorrer que a atividade jurisdicional tem por finalidade justamente a pacificação social por meio da solução dos litígios que lhe são submetidos a julgamento, destarte, havendo auto composição entre as partes nada mais resta senão homologá-lo.
Pelo exposto, com fundamento no inciso III do art. 487, alínea "b" do CPC, HOMOLOGO a autocomposição derradeira em todos os seus termos e cláusulas, oportunidade em que SUSPENDO o presente feito até que finda todas as parcelas, nos termos do art. 313, II e 922, ambos do CPC/15.
Custas e despesas processuais e honorários advocatícios na forma acordada.
P.R.I.C.
Após o trânsito em julgado, AO ARQUIVO com as baixas de estilo.
ÀS PROVIDÊNCIAS.
Mirassol D' Oeste - MT, 09 de dezembro de 2019.
Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 237975 Nr: 1759-27.2016.811.0011
AÇÃO: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública->Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Ana Rosa da Costa
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Maria Teresa Bousada Dias Koshiama - OAB:12.685-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Cuida-se de execução de sentença movida por Ana Rosa da Costa em face de Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, devidamente qualificados nos autos.
Entre um ato e outro, a parte autora informa que os alvarás foram devidamente levantados, requerendo assim a extinção do presente feito. (fl.116).
Os autos vieram-me conclusos.
É O BREVÍSSIMO RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO.
Como de conhecimento, as causas de extinção dos feitos executivos estão elencadas no art. 924 do CPC, sendo certo que a referida extinção somente produzirá efeito quando for declarada por sentença.
No caso dos autos, vê-se que houve o pagamento da dívida e, via de consequência, a extinção da execução por pronunciamento judicial que declare tal situação.
Posto isso, JULGO EXTINTO o processo de execução, ante o cumprimento pelo executado da obrigação, nos termos do o art. 924, e o art. 925, estes últimos do CPC.
Deixo de condenar a requerida em custas processuais, nos termos do art. 8, §1º da Lei 8.620/93 e art. 3º da Lei 7.603/01 e em honorários advocatícios, eis que não houve resistência à pretensão.
P.R.I.C.
Após o trânsito em julgado, AO ARQUIVO com as anotações e baixas de estilo.
Mirassol D´Oeste/MT, 09 de dezembro de 2019.
Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 170160 Nr: 3758-54.2012.811.0011
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Patricia Moreira
PARTE(S) REQUERIDA(S): Estado de Mato Grosso
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Jesus Vieira de Oliveira - OAB:9.309
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Marcia Palmiro da Silva e Lima - Procuradora do Estado - OAB:000000000
(...).ação (art. 23 da Lei 8.906/1994). Parte do texto aprovado para a súmula parece, ainda, remeter ao § 4º do art. 22 da Lei 8.906/1994 ("Os honorários advocatícios incluídos na condenação ou destacados do montante principal devido ao credor consubstanciam verba de natureza alimentar cuja satisfação ocorrerá com a expedição de precatório ou requisição de pequeno valor, observada ordem especial restrita aos créditos dessa natureza"). Adotando essas razões, inicialmente concluí que os honorários contratuais eram alcançados pela Súmula Vinculante 47. 8. Posteriormente, ambas as turmas desta Corte afirmaram, em precedentes unânimes, a inaplicabilidade da Súmula Vinculante 47 aos honorários advocatícios contratuais. A jurisprudência desta Corte tem apontado inexistir relação de estrita aderência entre decisões sobre o fracionamento de execução contra a Fazenda Pública, para o pagamento de honorários contratuais, e a Súmula Vinculante 47: Rcl 21.916, rel. Min. Marco Aurélio; Rcl 24.201, rel. Min. Cármen Lúcia; (...). 9. Assim, adiro à posição adotada pela maioria dos membros desta Corte e concluo que a Súmula Vinculante 47 não alcança o debate relativo ao fracionamento fracionamento de execução contra a Fazenda Pública para pagamento, separado do montante principal, de créditos decorrentes de honorários advocatícios contratuais.[Rcl 26.840 AgR, rel. min. Roberto Barroso, dec. monocrática, j. 23-11-2017, DJE 268 de 27-11-2017.] (negrito nosso)Posto isso, com fundamento no teor da Súmula Vinculante 47, DETERMINO que retifique a RPV expedida com os honorários advocatícios e o montante expedido em favor da requerente, passando a integralizar em um único oficio os valores devidos pelo Estado de Mato Grosso.Desta forma, fica a encargo do patrono constituído o percebimento destes valores diretamente com a sua cliente, na forma pactuada, nos termos da legislação vigente. Caso necessário, CONCLUSOS.CUMPRA-SE.ÀS PROVIDÊNCIAS.Mirassol D'Oeste-MT, 09 de dezembro de 2019. Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 235178 Nr: 267-97.2016.811.0011
AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Luzia Celina Ortiz de Oliveira
PARTE(S) REQUERIDA(S): Antonio Francisco da Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Gilson Carlos Ferreira - OAB:14.391
Vistos.
Os autos vieram-me conclusos ante a petição de fls. 96/98, donde a requerente pugna pela substituição do polo ativo da demanda ou, subsidiariamente, requesta pela inclusão do Sr. Sidinei Miranda dos Santos para atuar no feito na qualidade de assistente litisconsorcial.
Pois bem. A rigor do que dispõe o art. 109, §1° do CPC, DÊ-SE VISTAS dos autos à requerente para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias.
Após, com ou sem manifestação da requerida, devolvam-me os autos CONCLUSOS.
ÀS PROVIDÊNCIAS.
Mirassol D'Oeste-MT, 09 de dezembro de 2019.
Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima

Cod. Proc.: 253089 Nr: 4784-14.2017.811.0011
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BDP
PARTE(S) REQUERIDA(S): HG-EGBHdSL, DP
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCOS ANTONIO SILVA DE LIMA - OAB:19.919, Miriele Garcia Ribeiro - OAB:10.636
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Cuida-se de "Ação de Obrigação de Fazer com Pedido de Tutela de Urgência" movido por BIANCA DORIA PIOVEZAN, em face de DAVIDSON PERIERA e HOST GATOR LTDA, todos devidamente qualificados nos autos.
Entre um ato e outro, a parte autora foi intimada pessoalmente para regularizar o processo sob pena de extinção, ficando inerte até o presente momento (fl. 79).
Os autos vieram conclusos.
É A SÍNTESE NECESSÁRIA. FUNDAMENTO E DECIDO.
Sem delongas, ante a ausência de movimentação processual, implica na extinção do processo, "ex vi" do art. 485, inciso III do CPC. Considerando que a parte autora apesar de devidamente intimada se manteve silente, não resta outra alternativa senão JULGAR EXTINTO O PRESENTE FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, inciso III do Código de Processo Civil.
CONDENO a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais remanescentes.
Após o trânsito em julgado, AO ARQUIVO com as anotações e baixas de estilo.
P.R.I.C. ÀS PROVIDÊNCIAS.
Mirassol D´Oeste/MT, 10 de dezembro de 2019.
Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima
Juíza de Direito

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 219422 Nr: 3498-06.2014.811.0011
AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ABG, LHGdO
PARTE(S) REQUERIDA(S): LdOF
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Enaile Laura Nunes da Silva - Promotora de Justiça - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MIRASSOL D'OESTE - MT
JUIZO DA CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E ARQUIVAMENTO
EDITAL DE INTIMAÇÃO – PAGAMENTO DE CUSTAS PENDENTES
PRAZO: 30 DIAS
AUTOS N.º 3498-06.2014.811.0011 Código 219422
ESPÉCIE: Ação de Execução
PARTE REQUERENTE: A Fazenda Pública do Municipio de Mirassol D'Oeste- MT
PARTE REQUERIDA: Leandro de Oliveira Ferreira
INTIMANDO(A, S): Executados(as): Leandro de Oliveira Ferreira, Rg: 21311250 SSP MT Filiação: José Paulo Ferreira e Lúcia de Oliveira Ferreira, data de nascimento: 17/04/1983, brasileiro(a), natural de Fátima do Sul-MS, divorciado(a), mecânico, Endereço: Rua Deputado Vicente Bezerra Neto, Nº 236, Bairro: Alto da Boa Vista, Cidade: Mirassol D'Oeste-MT
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em endereço incompleto para efetuar o pagamento das custas processuais pendentes, no valor de R$ 557,83 (Quinhentos e cinquenta e sete Reais e oitenta e tres centavos), no prazo de 05 dias dias, contados da expiração do prazo do presente edital, sob pena de ficar Vossa Senhoria ADVERTIDA de que o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxas judiciárias implicará na restrição de vosso nome e CPF junto a dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612 § 5 º da CNGC -TJMT.. Eu, Nilceia Aparecida Castilho de Castilho, Analista Judiciária, digitei.
Mirassol D'oeste - MT, 11 de dezembro de 2019.
Lucimeire Monaski Friozi
Gestor Adm 3

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 250816 Nr: 3435-73.2017.811.0011
AÇÃO: Guarda->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: SdCA, HCTdS
PARTE(S) REQUERIDA(S): PCCT, WCCdS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Bruno Martin Sippel - OAB:, Bruno Martin Sippel Souza - OAB:21366/0
Vistos.
Não havendo outras questões prévias a serem apreciadas ou irregularidades a serem expurgadas, DOU POR SANEADO O PROCESSO, passando à organização de sua instrução.
Consoante o disposto no artigo 357, II, do Código de Processo Civil, FIXO os seguintes pontos que dependem de prova: 1) a relação afetiva entre a autora e os demais membros da família com a criança; 2) as condições que a criança se encontra atualmente e seu desenvolvimento diário.
Nesse desiderato, vislumbro que a parte autora pugnou pela colheita de depoimento de testemunhas e o Ministério Público pelo depoimento pessoal. Assim, considerando os argumentos tecidos, entendo necessária a instrução do feito e produção de prova testemunhal e o depoimento da parte autora.
DESIGNO audiência de instrução e julgamento para o dia 19/02/2020, às 14h30min, sendo que o rol de testemunhas deverá aportar aos autos no prazo do art. 407 do CPC, sob pena de preclusão.
INTIMEM-SE as partes e respectivos causídicos, o Ministério Público e as testemunhas tempestivamente arroladas.
CIENTIFIQUE o Ministério Público e Defensoria Pública.
INTIMEM-SE.
CUMPRA-SE, expedindo-se o necessário.
Mirassol D'Oeste-MT, 26 de novembro de 2019.
Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 235365 Nr: 375-29.2016.811.0011
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Jose Augusto de Moraes Pessamilio e outros
PARTE(S) REQUERIDA(S): Marques & Caetano Ltda.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Alexandre Ogusuku - OAB:SP 137.378
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: KARLOS LOCK - OAB:16828, MARCO AURELIO MESTRE MEDEIROS - OAB:15401
Vistos.
Os autos vieram conclusos para análise dos pleitos de fls. 134/134-v, 135/141 e certidão de fl. 144.
Pois bem. Em análise detida do feito, verifico que merece guarida o pleito de fl. 134/134-v, de que a intimação do executado acerca da constrição monetária realizada via Bacenjud deveria ser feita na pessoa de seus procuradores constituídos nos autos, via DJE e não pessoalmente, conforme dicção do art. 841, §1º, do CPC.
Assim, saliento à secretaria de vara para que tais tipos de intimação ocorram na pessoa do patrono constituído, a teor do §1º, art. 841, CPC.
Contudo, entendo que em razão do requerido já ter vindo aos autos pleitear a devolução dos valores bloqueados, entendo que se torna despicienda a intimação, ante a notória ciência do executado e prejudicada a análise da certidão de fl. 144 pelo mesmo motivo.
Desta feita, INTIME-SE a parte exequente para que se manifeste acerca do pleito de fls. 135/141.
Por fim, CONCLUSOS.
CUMPRA-SE.
ÀS PROVIDÊNCIAS.
Mirassol D'Oeste/MT, 10 de dezembro de 2019.
Henriqueta Fernanda C.A.F.Lima
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima

Cod. Proc.: 253681 Nr: 5072-59.2017.811.0011
AÇÃO: Usucapião->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Maria Gomes da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): P. Mendonça F.I.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Considerando a inércia do Defensor Público, INTIME-SE pessoalmente a parte autora para que de prosseguimento nos autos em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.
Após, CONCLUSOS.
CUMPRA-SE.
ÀS PROVIDÊNCIAS.
Mirassol D'Oeste/MT, 10 de dezembro de 2019.
Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 255088 Nr: 5631-16.2017.811.0011
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Guilherme Palermo Oliveira
PARTE(S) REQUERIDA(S): Seguradora Lider dos Consórcios de Seguro DPVAT - S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Wagner Ricci da Silva - OAB:21.379
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CAROLINA ROSSETO SANCHES - OAB:19.142/MT, FAGNER DA SILVA BOTOF - OAB:12903/O
Vistos.
Considerando a ordem cronológica do andamento do processo desde a decisão de fl.130, noticiou o exequente à fl. 133 que ainda não havia sido depositados os valores que o correspondem, bem como foi certificado o silêncio de seu patrono à fl. 134, sendo assim DETERMINO que certifique quanto ao ocorrido, intimando-se posteriormente o mesmo para que diga em 05 (cinco) dias se percebeu os valores contidos no alvará de fl. 131, advertindo que seu silêncio será considerado com quitação do crédito.
Caso tenha incidido alguma ocorrência com o presente alvará, desde já fica AUTORIZADO a expedição de novo alvará em favor do autor.
Por fim, CONCLUSOS.
CUMPRA-SE.
Mirassol D´Oeste/MT, 10 de dezembro de 2019.
Henriqueta Fernanda C.A.F.Lima
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 255533 Nr: 5814-84.2017.811.0011
AÇÃO: Inventário->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: João Borges de Carvalho
PARTE(S) REQUERIDA(S): Espolio de Aparecida Teixeira Andrade
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Iuri Seror Cuiabano - OAB: 10.838
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
INTIME-SE o inventariante para que informe nos autos o endereço da genitora da de cujus.
Após, CITE-SE a genitora e herdeira da de cujus acerca da presente demanda, para querendo, se manifeste.
Em seguida, INTIME-SE o inventariante para que promova à juntada da GIA de ITCMD aos autos.
Ademais, INDEFIRO o pleito de fls. 56, no que tange à localização de bens ou direitos não declarados, uma vez que as certidões negativas juntadas às fls. 48/50 demonstram inexistir débito tributário em nome da falecida, razão pela qual, inaplicável o disposto no art. 185 do CTN.
Somente então, CONCLUSOS.
CUMPRA-SE.
Mirassol D'Oeste/MT, 10 de dezembro de 2019.
Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 250428 Nr: 3225-22.2017.811.0011
AÇÃO: Inventário->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Sabrina Leão Salvioni, Samuel Leão Valadão Bicalho, Rogerio Valadão Bicalho
PARTE(S) REQUERIDA(S): Espólio de Manoela Leão
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Jefferson Luis Fernandes Beato - OAB:3057
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
INTIME-SE o inventariante para que proceda à juntada nos autos da guia de ITCD, bem como as certidões negativas emitidas pela PGE em nome do de cujus.
INDEFIRO o pleito de fls. 79, no que tange à localização de bens ou direitos não declarados, uma vez que as certidões negativas juntadas demonstram inexistir débito tributário em nome do falecido, razão pela qual, inaplicável o disposto no art. 185 do CTN.
Ademais, CUMPRA-SE a decisão proferida à fl. 78 para o fim de INTIMAR Fazenda Pública de Cuiabá para manifestar se possui interesse no presente feito.
Após, VISTA à Fazenda Pública e ao Ministério Público para manifestação, em 15 (quinze) dias.
Somente então, CONCLUSOS.
CUMPRA-SE.
Mirassol D'Oeste/MT, 10 de dezembro de 2019.
Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 238610 Nr: 2082-32.2016.811.0011
AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Marques e Caetano Ltda
PARTE(S) REQUERIDA(S): Jose Augusto de Moraes Pessamilio e outros
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marco Aurélio Mestre Medeiros - OAB:15.401
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Andre Alberto Costa Moretti - OAB:290505, Fernanda Pereira da Silva - OAB:236.918, SABRINA DE CAMARGO FERRAZ - OAB:203124
Vistos.
Cuida-se de "Ação de Embargos à Execução" movido por MARQUES E CAETANO em face de JOSÉ AUGUSTO DE MORAES PESSAMILIO E OUTROS, todos devidamente qualificados nos autos.
Entre um ato e outro, a embargante pugnou a este juízo pelo parcelamento das custas processuais (fls. 75/79), o que foi indeferido em decisão de fls. 86/87 e determinada a intimação da mesma para efetuar o recolhimento das custas sob pena de extinção.
Os autos vieram conclusos.
É A SÍNTESE NECESSÁRIA. FUNDAMENTO E DECIDO.
Sem delongas, ante a ausência de movimentação processual, implica na extinção do processo, "ex vi" do art. 485, inciso III do CPC.
Considerando que a parte embargante não efetuou o recolhimento das custas processuais, não resta outra alternativa senão JULGAR EXTINTO O PRESENTE FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, inciso III do Código de Processo Civil.
CONDENO a parte embargante ao pagamento das custas e despesas processuais.
Após o trânsito em julgado, DESAPENSE-SE e ARQUIVE-SE com as anotações e baixas de estilo.
Cientifique DPE e MPE.
P.R.I.C.
ÀS PROVIDÊNCIAS.
Mirassol D´Oeste/MT, 10 de dezembro de 2019.
Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima

Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 666 Nr: 321-30.1997.811.0011
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: COMETA PARK'S HOTEL LTDA, Francis Maris Cruz
PARTE(S) REQUERIDA(S): Prefeitura Municipal de Mirassol D' Oeste
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Patrícia Jorge da Cunha Viana Dantas - OAB:8014
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Danilo Cesar Ochiuto - OAB:
Vistos.
Considerando o retorno dos autos do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, por ter sido digitalizado e feita a sua distribuição automaticamente no sistema PJE (fl. 49), DETERMINO que os autos aguardem em cartório a apreciação do recurso interposto.
Após de tudo certificado, ÀS PARTES para manifestarem o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.
Empós, CONCLUSOS.
CUMPRA-SE.
ÀS PROVIDÊNCIAS.
Mirassol D'Oeste/MT, 10 de dezembro de 2019.
Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 13655 Nr: 2266-76.2002.811.0011
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco de Brasil S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Paloma Fomento Comercial Ltda
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AMANDA CARINA UEHARA PAULA - OAB:357020, Itamar Batista dos Santos - OAB:5987, Marcelo Guimarães Marotta - OAB:10.856/AM
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: J. Célio Garcia - OAB:2.809-MT, PEDRO OVELAR - OAB:6270
Vistos.
DEFIRO o petitório de fl. 263, de modo que DETERMINO a exclusão do Banco do Brasil do polo passivo da presente demanda.
Por consectário, INTIME-SE a Associação dos Advogados do Banco Brasil para fins do despacho exarado à fl. 261.
No mais, REMETAM-SE os autos ao Cartório Distribuidor para que proceda à alteração da capa dos autos.
Empós, de tudo cumprido e certificado, façam-me os autos CONCLUSOS.
CUMPRA-SE.
ÀS PROVIDÊNCIAS.
Mirassol D'oeste/MT, 10 de dezembro de 2019.
Henriqueta Fernanda C.A.F.Lima
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 23221 Nr: 534-21.2006.811.0011
AÇÃO: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública->Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Altiva Maria Nunes de Oliveira
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social -INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Silvio José Columbano Monez - OAB:8996
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
REJEITO a Objeção de Pré-executividade de fls. 287/289-v, já que não é adequada para trazer à apreciação do Juízo matéria que carece de dilação probatória.Ademais, HOMOLOGO o cálculo apresentado pela autora à fl.284, de modo que, DETERMINO que EXPEÇA-SE o respectivo precatório, observando-se o disposto no art.100,CF/88, encaminhando-se ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Em se tratando de obrigação de pequeno valor, proceda-se ao pagamento no prazo de 2 (dois) meses contado da entrega da requisição, mediante depósito na agência de banco oficial mais próxima da residência do exequente (art.535, § 3o ,NCPC).Após, com o pagamento da RPV encimada, INTIME-SE a parte autora para pugnar o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sendo silêncio interpretado como quitação integral. Após, CONCLUSOS.INTIMEM-SE.ÀS PROVIDÊNCIAS.Mirassol D'Oeste-MT, 28 de novembro de 2018.Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima Juíza de Direito

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 242943 Nr: 4344-52.2016.811.0011
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: A Fazenda do Municipio de Mirassol D`Oeste
PARTE(S) REQUERIDA(S): Laide Penariol
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Emerson Rodrigues da Silva - OAB:17.872
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MIRASSOL D'OESTE - MT
JUIZO DA CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E ARQUIVAMENTO
EDITAL DE INTIMAÇÃO – PAGAMENTO DE CUSTAS PENDENTES
PRAZO: 30 DIAS
AUTOS N.º 4344-52.2016.811.0011 Código 242943
ESPÉCIE: Ação de Execução
PARTE REQUERENTE: A Fazenda Pública do Municipio de Mirassol D'Oeste- MT
PARTE REQUERIDA: Laide Penario
INTIMANDO(A, S): Executados(as): Laide Penariol, Cpf: 00261583883, Rg: 6.586.842 SSP SP Filiação: José Abel Penariol e de Maria A. Afonso Penariol, data de nascimento: 05/10/1953, brasileiro(a), natural de Catanduva-SP, solteiro(a), professora aposentada, Endereço: Rua Paulo Mendonça, Nº 36, Bairro: Centro, Cidade: Mirassol D'oeste-MT
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em endereço incompleto para efetuar o pagamento das custas processuais pendentes, no valor de R$ 557,83 (Quinhentos e cinquenta e sete Reais e oitenta e tres centavos), no prazo de 05 dias dias, contados da expiração do prazo do presente edital, sob pena de ficar Vossa Senhoria ADVERTIDA de que o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxas judiciárias implicará na restrição de vosso nome e CPF junto a dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612 § 5 º da CNGC -TJMT.. Eu, Nilceia Aparecida Castilho de Castilho, Analista Judiciária, digitei.
Mirassol D'oeste - MT, 11 de dezembro de 2019.
Lucimeire Monaski Friozi
Gestor Adm 3

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 252920 Nr: 4630-93.2017.811.0011
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: A Fazenda do Municipio de Mirassol D`Oeste
PARTE(S) REQUERIDA(S): Milton Orfeu Rabesquini
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Procurador do Município de Mirassol D´Oeste - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MIRASSOL D'OESTE - MT
JUIZO DA CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E ARQUIVAMENTO
EDITAL DE INTIMAÇÃO – PAGAMENTO DE CUSTAS PENDENTES
PRAZO: 30 DIAS
AUTOS N.º 4630-93.2017.811.0011 Código 252920
ESPÉCIE: Ação de Execução
PARTE REQUERENTE: A Fazenda Pública de Mirassol D'Oeste- MT
PARTE REQUERIDA: Milton Orfeu Rabesquini
INTIMANDO(A, S): Executados(as): Milton Orfeu Rabesquini, Cpf: 73623733849, Rg: 8.184.877 brasileiro(a), casado(a), advogado, Endereço: Rua Paulo Mendonça, Nº 52, Bairro: Centro, Cidade: Mirassol D´Oeste-MT
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em endereço incompleto para efetuar o pagamento das custas processuais pendentes, no valor de R$ 556,94 (Quinhentos e cinquenta e seis Reais e noventa e quatro centavos), no prazo de 05 dias dias, contados da

expiração do prazo do presente edital, sob pena de ficar Vossa Senhoria ADVERTIDA de que o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxas judiciárias implicará na restrição de vosso nome e CPF junto a dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612 § 5 º da CNGC -TJMT.. Eu, Nilceia Aparecida Castilho de Castilho, Analista Judiciária, digitei.
Mirassol D'oeste - MT, 11 de dezembro de 2019.
Lucimeire Monaski Friozi
Gestor Adm 3

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 272821 Nr: 3297-38.2019.811.0011
AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Transportadora Kisenia Ltda - ME, Josué Vieira de Oliveira, Claudileia Andreia de Oliveira
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Louise Rainer Pereira Gionedis - OAB:OAB/PR 8.123, THAIS DANIELA TUSSOLINI DE ALMEIDA - OAB:21589/O
INTIMO O ADVOGADO DO EMBARGADO DA R. DECISÃO DE FLS. 10, QUE ENCONTRA DISPONIVEL NO SITE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 103020 Nr: 943-55.2010.811.0011
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FPE
PARTE(S) REQUERIDA(S): ÁPPAL, ERdOH, ARdC
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Jenz Prochnow Júnior - Procurador -Geral - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
DEFIRO o pedido de id nº 26480661 considerando deter o dinheiro preferência sobre os demais bens a ser penhorados, consoante ordem elencada no artigo 835 do CPC, DEFIRO pedido de tentativa de PENHORA ONLINE, nos termos do artigo 854, do CPC, DETERMINANDO que:
(I) EFETIVE-SE o bloqueio de contas do executado por meio do sistema BACENJUD, até o valor de R$ 8.734,79 (oito mil, setecentos e trinta e quatro reais e setenta e nove centavos), observando CNPJ n° 36.972.057/0001-08 e CPF nº 111.884.210-34 e 583.974.779-34 JUNTANDO-SE aos autos cópia da operação.
(II) Caso frutífero o bloqueio, que valerá como TERMO DE PENHORA o protocolo emitido pelo Sistema BACENJUD, devendo a quantia indicada ser depositada judicialmente, após, INTIME-SE a parte executada acerca da penhora online, para os fins do § 2º do artigo 854 do CPC, que poderá se manifestar nos termos do §3º do referido artigo.
(III) No caso de ocorrência do item "II" da presente decisão, se vier aos autos a impugnação, CERTIFIQUE-SE acerca de sua tempestividade e façam-me os autos CONCLUSOS imediatamente, sob pena de responsabilização.
(IV) Rejeitada ou não apresentada a manifestação do executado, converter-se-á a indisponibilidade em penhora, procedendo-se à determinação à instituição financeira correspondente para que, em 24 (vinte e quatro) horas, transfira o montante indisponível para conta vinculada ao juízo da execução, pelo BACENJUD.
(V) Caso a penhora reste infrutífera, CONCLUSOS para análise dos demais pedidos.
Permaneçam os autos em gabinete para efetivação da restrição, nos termos do art. 2º, §2º, do Provimento4/07 – CGJ.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
ÀS PROVIDÊNCIAS.
Mirassol D'Oeste-MT, 27 de novembro de 2019.
Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 24542 Nr: 1784-89.2006.811.0011
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FN-C
PARTE(S) REQUERIDA(S): OdS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Humberto Sousa Lima Falconi - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
(...)(I) EFETIVE-SE o bloqueio de contas dos executados por meio do sistema BACENJUD, até o valor de R$ 652.449,82 (seiscentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e oitenta e dois centavos), observando CPF/CNPJ n° 207.812.371-49, JUNTANDO-SE aos autos cópia da operação.(II) Caso frutífero o bloqueio, que valerá como TERMO DE PENHORA o protocolo emitido pelo Sistema BACENJUD, devendo a quantia indicada ser depositada judicialmente, após, INTIME-SE a parte executada acerca da penhora online, para os fins do § 2º do artigo 854 do CPC, que poderá se manifestar nos termos do §3º do referido artigo.(III) No caso de ocorrência do item "II" da presente decisão, se vier aos autos a impugnação, CERTIFIQUE-SE acerca de sua tempestividade e façam-me os autos CONCLUSOS imediatamente, sob pena de responsabilização. (IV) Rejeitada ou não apresentada a manifestação do executado, converter-se-á a indisponibilidade em penhora, procedendo-se à determinação à instituição financeira correspondente para que, em 24 (vinte e quatro) horas, transfira o montante indisponível para conta vinculada ao juízo da execução, pelo BACENJUD.V) Caso a penhora reste infrutífera, que SE PROMOVA consulta junto ao RENAJUD observando CPF/CNPJ n° 03.687.657/0001-31, 325.012.428-15 e 033.891.478-10. Se frutífera a localização de veículos em nome da executada, PROMOVA-SE a penhora, depósito e avaliação do veículo, conforme pugnado e disposto nos arts. 835, IV, art.839 do CPC.Com a efetivação da penhora e avaliação do bem, INTIME-SE a parte executada acerca da penhora, nos termos do art. 841 do CPC, bem como para fins do art. 847 do mesmo códex.Se vier aos autos a impugnação, CERTIFIQUE-SE acerca de sua tempestividade e façam-me os autos CONCLUSOS imediatamente, sob pena de responsabilização.Não apresentada à manifestação do executado, voltem-me os autos conclusos para efetivação da restrição via RENAJUD.Se não lograr êxito em encontrar bens, INTIME-SE a exequente para pugnar o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.(...)

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 115883 Nr: 3797-22.2010.811.0011
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MdC
PARTE(S) REQUERIDA(S): JJFE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Deyvison Barreto de Souza - OAB:23202, Rosiane Pereira dos Santos - OAB:21.789
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
DEFIRO o petitório de fl. 72, de modo que DETERMINO as seguintes providências:
I-) Se proceda com a consulta nos sistemas INFOJUD, RENAJUD, BACENJUD e OFICIEM-SE o INSS, Banco do Brasil e a Receita Federal, solicitando envio de endereço atualizado do executado.
II-) Aportando aos autos as informações ora deferidas, INTIME-SE a exequente para pugnar o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.
III-) Permaneçam os autos em gabinete para efetivação da consulta.
Por fim, CONCLUSOS.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.
ÀS PROVIDÊNCIAS.
Mirassol D'Oeste-MT, 07 de novembro de 2019.
Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 241725 Nr: 3755-60.2016.811.0011
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AFPdEdMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): LdS, LLDS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Olga Geny de Almeida Alves - Procuradora do Estado - OAB:0
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.

DEFIRO o pedido de fls. 68, considerando deter o dinheiro preferência sobre os demais bens a ser penhorados, consoante ordem elencada no artigo 835 do CPC, DEFIRO pedido de tentativa de PENHORA ONLINE, nos termos do artigo 854, do CPC, DETERMINANDO que:

(I) EFETIVE-SE o bloqueio de contas dos executados por meio do sistema BACENJUD, até o valor de R$ 24.870,89 (vinte e quatro mil, noitocentos e setenta reais e oitenta e nove centavos), observando CPF/CNPJ n° 03.166.350/0001-10 e 580.729.341-04, JUNTANDO-SE aos autos cópia da operação.

(II) Caso frutífero o bloqueio, que valerá como TERMO DE PENHORA o protocolo emitido pelo Sistema BACENJUD, devendo a quantia indicada ser depositada judicialmente, após, INTIME-SE a parte executada acerca da penhora online, para os fins do § 2º do artigo 854 do CPC, que poderá se manifestar nos termos do §3º do referido artigo.

(III) No caso de ocorrência do item "II" da presente decisão, se vier aos autos a impugnação, CERTIFIQUE-SE acerca de sua tempestividade e façam-me os autos CONCLUSOS imediatamente, sob pena de responsabilização.

(IV) Rejeitada ou não apresentada a manifestação do executado, converter-se-á a indisponibilidade em penhora, procedendo-se à determinação à instituição financeira correspondente para que, em 24 (vinte e quatro) horas, transfira o montante indisponível para conta vinculada ao juízo da execução, pelo BACENJUD.

V) Caso a penhora reste infrutífera, INTIME-SE a exequente para pugnar o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

Permaneçam os autos em gabinete para efetivação da restrição, nos termos do art. 2º, §2º, do Provimento4/07 – CGJ.

CUMPRA-SE, expedindo o necessário.

ÀS PROVIDÊNCIAS.

Mirassol D'Oeste/MT, 03 de dezembro de 2019.

Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima

Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima

Cod. Proc.: 239295 Nr: 2415-81.2016.811.0011

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MDdS

PARTE(S) REQUERIDA(S): VNB

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso - OAB:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Vistos.DEFIRO o pedido de fls. 54/54-v, considerando deter o dinheiro preferência sobre os demais bens a serem penhorados, consoante ordem elencada no artigo 835 do CPC, DEFIRO pedido de tentativa de PENHORA ONLINE, nos termos do artigo 854, do CPC, DETERMINANDO que: (I) EFETIVE-SE o bloqueio de contas dos executados por meio do sistema BACENJUD, até o valor de R$ 684,86 (seiscentos e oitenta e quatro reais e oitenta e seis centavos), JUNTANDO-SE aos autos cópia da operação.(II) Caso frutífero o bloqueio, que valerá como TERMO DE PENHORA o protocolo emitido pelo Sistema BACENJUD, devendo a quantia indicada ser depositada judicialmente, após, INTIME-SE a parte executada acerca da penhora online, para os fins do § 2º do artigo 854 do CPC, que poderá se manifestar nos termos do §3º do referido artigo.(III) No caso de ocorrência do item "II" da presente decisão, se vier aos autos a impugnação, CERTIFIQUE-SE acerca de sua tempestividade e façam-me os autos CONCLUSOS imediatamente, sob pena de responsabilização. (IV) Rejeitada ou não apresentada à manifestação do executado, converter-se-á a indisponibilidade em penhora, procedendo-se à determinação à instituição financeira correspondente para que, em 24 (vinte e quatro) horas, transfira o montante indisponível para conta vinculada ao juízo da execução, pelo BACENJUD.(V) Caso a penhora reste infrutífera, OFICIE-SE o Cartório Distribuidor deste Juízo para que diligencie no sentido identificar ações em tramitação em que o executado seja parte, para fins de investigar a existência ou não de bens passíveis de penhora.Permaneçam os autos em gabinete para efetivação das diligências supra, nos termos do art. 2º, §2º, do Provimento4/07 – CGJ.No mais, considerando que o requerido Valdinei Neres Bezerra, mesmo devidamente citado quedou-se inerte, DECLARO-O revel, nos termos do artigo 344 do CPC.CUMPRA-SE, expedindo o necessário.ÀS PROVIDÊNCIAS. Mirassol D'Oeste/MT, 03 de dezembro de 2019.Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima Juíza de Direito

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 233473 Nr: 3892-76.2015.811.0011

AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: A Fazenda do Municipio de Mirassol D`Oeste

PARTE(S) REQUERIDA(S): Wirlene Rossin Silva Vaconcelos

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Danilo Cezar Ochiuto - OAB:8833, Emerson Rodrigues da Silva - OAB:17.872

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

ESTADO DE MATO GROSSO

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE MIRASSOL D'OESTE - MT

JUIZO DA CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E ARQUIVAMENTO

EDITAL DE INTIMAÇÃO – PAGAMENTO DE CUSTAS PENDENTES

PRAZO: 30 DIAS

AUTOS N.º 3892-76.2015.811.0011 Código 233473

ESPÉCIE: Ação de Execução

PARTE REQUERENTE: A Fazenda do Municipio de Mirassol D'Oeste- MT

PARTE REQUERIDA: Wirlene Rossin Silva Vasconcelos

INTIMANDO(A, S): Executados(as): Wirlene Rossin Silva Vaconcelos, Cpf: 41599047187, Rg: 579.316 SSP MT Filiação: Divino Jose da Silva e Maria das Graça R. Silva, data de nascimento: 14/06/1969, brasileiro(a), natural de Imburena-ES, casado(a), Endereço: Rua Amadeu Teles Tamandaré Nº 2.159, Bairro: Centro, Cidade: Mirassol D'Oeste-MT

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em endereço incompleto para efetuar o pagamento das custas processuais pendentes, no valor de R$ 557,84 (Quinhentos e cinquenta e sete Reais e oitenta e quatro centavos), no prazo de 05 dias dias, contados da expiração do prazo do presente edital, sob pena de ficar Vossa Senhoria ADVERTIDA de que o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxas judiciárias implicará na restrição de vosso nome e CPF junto a dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612 § 5 º da CNGC -TJMT.. Eu, Nilceia Aparecida Castilho de Castilho, Analista Judiciária, digitei.

Mirassol D'oeste - MT, 12 de dezembro de 2019.

Lucimeire Monaski Friozi

Gestor Adm 3

2ª Vara

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Processo Número: 1003279-97.2019.8.11.0011

Parte(s) Polo Ativo:

MARILENE DE OLIVEIRA PINTO (AUTOR(A))

Advogado(s) Polo Ativo:

MARCO ANTONIO CORBELINO OAB - MT9898-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE MIRASSOL D'OESTE 2ª VARA CÍVEL DE MIRASSOL D'OESTE AV. AVENIDA JOAQUIM CUNHA, 595, QD 10 LOTE 04, MIRASSOL D'OESTE - MT - CEP: 78280-000 - TELEFONE: (65) 32411620 CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Certifico que impulsiono os autos, em cumprimento ao art. 203, § 4º do NCPC, com a abertura de vistas à parte autora, para que se manifeste acerca da contestação apresentada. Mirassol d"Oeste/MT, 12 de dezembro de 2019 Gestor de Secretaria (Assinado Digitalmente)

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Processo Número: 1003103-21.2019.8.11.0011

Parte(s) Polo Ativo:

NILDA LIMA DE OLIVEIRA SANTOS (AUTOR(A))

Advogado(s) Polo Ativo:

MARCO ANTONIO CORBELINO OAB - MT9898-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE MIRASSOL D'OESTE 2ª VARA CÍVEL DE MIRASSOL D'OESTE AV.

AVENIDA JOAQUIM CUNHA, 595, QD 10 LOTE 04, MIRASSOL D'OESTE - MT - CEP: 78280-000 - TELEFONE: (65) 32411620 CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Certifico que impulsiono os autos, em cumprimento ao art. 203, § 4º do NCPC, com a abertura de vistas à parte autora, para que se manifeste acerca da contestação apresentada. Mirassol d"Oeste/MT, 12 de dezembro de 2019 Gestor de Secretaria (Assinado Digitalmente)

Expediente

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 252690 Nr: 4434-26.2017.811.0011

AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: A Fazenda do Municipio de Mirassol D`Oeste

PARTE(S) REQUERIDA(S): Luciene Figueira Camara

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Valdinei Rodrigues Salgueiro - OAB:14.862

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MIRASSOL D'OESTE - MT
JUIZO DA CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E ARQUIVAMENTO
EDITAL DE INTIMAÇÃO – PAGAMENTO DE CUSTAS PENDENTES

PRAZO: 30 DIAS

AUTOS N.º 4434-26.2017.811.0011 Código 252690
ESPÉCIE: Ação de Execução
PARTE REQUERENTE: A Fazenda Pública do Municipio de Mirassol D'Oeste- MT
PARTE REQUERIDA: Luciene Figueira Camara
INTIMANDO(A, S): Executados(as): Luciene Figueira Camara, Cpf: 89066383100 Filiação: , brasileiro(a), , Endereço: Rua Alécio Cumini, Nº 35, Bairro: Jardim das Oliveiras, Cidade: Mirassol D'oeste-MT
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em endereço incompleto para efetuar o pagamento das custas processuais pendentes, no valor de R$ 556,94 (Quinhentos e cinquenta e seis Reais e noventa e quatro centavos), no prazo de 05 dias dias, contados da expiração do prazo do presente edital, sob pena de ficar Vossa Senhoria ADVERTIDA de que o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxas judiciárias implicará na restrição de vosso nome e CPF junto a dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612 § 5 º da CNGC -TJMT.. Eu, Nilceia Aparecida Castilho de Castilho, Analista Judiciária, digitei.

Mirassol D'oeste - MT, 11 de dezembro de 2019.
Lucimeire Monaski Friozi
Gestor Adm 3

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 253010 Nr: 4716-64.2017.811.0011

AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: A Fazenda do Municipio de Mirassol D`Oeste

PARTE(S) REQUERIDA(S): Marilza Auxiliadora da Cunha

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Procurador do Município de Mirassol D´Oeste - OAB:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MIRASSOL D'OESTE - MT
JUIZO DA CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E ARQUIVAMENTO
EDITAL DE INTIMAÇÃO – PAGAMENTO DE CUSTAS PENDENTES

PRAZO: 30 DIAS

AUTOS N.º 4716-64.2017.811.0011 Código 253010
ESPÉCIE: Ação de Execução
PARTE REQUERENTE: A Fazenda Pública do Municipio de Mirassol D'Oeste- MT
PARTE REQUERIDA: Marilza Auxiliadora da Cunha
INTIMANDO(A, S): Executados(as): Marilza Auxiliadora da Cunha, Cpf: 81930771134, Rg: 1.129.526-0 SSP MT Filiação: Benedito Marques da Cunha e Sebastiana Domingas da Cunha, data de nascimento: 01/06/1978, brasileiro(a), natural de Poconé-MT, casado(a), representante, Endereço: Rua Alécio Cumini, Nº 287, Bairro: Jardim das Oliveiras, Cidade: Mirassol D'Oeste-MT
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em endereço incompleto para efetuar o pagamento das custas processuais pendentes, no valor de R$ 556,94 (Quinhentos e cinquenta e seis Reais e noventa e quatro centavos), no prazo de 05 dias dias, contados da expiração do prazo do presente edital, sob pena de ficar Vossa Senhoria ADVERTIDA de que o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxas judiciárias implicará na restrição de vosso nome e CPF junto a dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612 § 5 º da CNGC -TJMT.. Eu, Nilceia Aparecida Castilho de Castilho, Analista Judiciária, digitei.

Mirassol D'oeste - MT, 11 de dezembro de 2019.
Lucimeire Monaski Friozi
Gestor Adm 3

Intimação das Partes

JUIZ(A): Marcos André da Silva

Cod. Proc.: 262944 Nr: 3107-12.2018.811.0011

AÇÃO: Guarda->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

PARTE AUTORA: OMPdEdMG, BGdA, EFAR

PARTE(S) REQUERIDA(S): ECGdA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Saulo Pires de Andrade Martins Promotoer de Justiça-MT - OAB:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Código 262944

Aqui se tem Ação de Regulamentação de Guarda.
Defiro o pedido contido na folha 179, no que refere à habilitação nos autos, bem como a juntada de procuração.
No mais, abram-se vista dos autos ao causídico para manifestação.
Após, dê-se vista ao MPE.
Cumpra-se.

Mirassol D'Oeste/MT, 06 de dezembro de 2019.
Marcos André da Silva
Juiz de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A): Marcos André da Silva

Cod. Proc.: 120782 Nr: 1154-57.2011.811.0011

AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Fazenda Nacional - Cuiabá/MT

PARTE(S) REQUERIDA(S): Gramel Industria e Comércio de Cereais e Derivados Ltda, João Anderson Braga, Eliandra Alves de Freitas Braga

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Eliane Moreno Heidgger da Silva - OAB:2287-B

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Jerferson Santana da Silva - OAB:19.102

Código 120782

Ante o teor da certidão de folha 226, abra-se vista à exequente para que, no prazo de 30 (trinta) dias, se manifeste.
Após, conclusos.
Às providências.

Mirassol D'Oeste/MT, 05 de dezembro de 2019.
MARCOS ANDRÉ DA SILVA
Juiz de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A): Marcos André da Silva

Cod. Proc.: 233614 Nr: 3982-84.2015.811.0011

AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: A Fazenda Publica do Estado de Mato Grosso

PARTE(S) REQUERIDA(S): Unifrigo Industria e Comercio Imp e Exp Ltda, Claudio Ney de Faria Maia, Denio Altivo de Oliveira

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Mônica Pagliuso Siqueira - Procuradora do Estado - OAB:000.000

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GILSON ADRIANE DE SOUZA - OAB:86343 MG

Código: 233614

Intime-se a Fazenda Pública para manifestar quanto à alegada regularização das documentações impugnadas, no prazo de 30 (trinta) dias, oportunidade em que manifestará aceite ou não dos bens ofertados como garantia da dívida.
Após, conclusos.

Às providências.
Mirassol D'Oeste-MT, 27 de setembro de 2019.
Marcos André da Silva
Juiz de Direito

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 265951 Nr: 4478-11.2018.811.0011
AÇÃO: Embargos à Execução Fiscal->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Siderley Corso
PARTE(S) REQUERIDA(S): A Fazenda Publica do Estado de Mato Grosso
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marcus Vinicius Esbalqueiro Defensor Público - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE MIRASSOL D'OESTE - MT
JUIZO DA CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E ARQUIVAMENTO
EDITAL DE INTIMAÇÃO – PAGAMENTO DE CUSTAS PENDENTES
PRAZO: 30 DIAS
AUTOS N.º 4478-11.2018.811.0011 Código 265951
ESPÉCIE: Ação de Embargos
PARTE REQUERENTE: Siderley Corso
PARTE REQUERIDA: A Fazenda Pública do /Estado de Mato Grosso
INTIMANDO(A, S): Embargante: Siderley Corso, Cpf: 73732796868, Rg: 6.810.932-5 SSP SP Filiação: Marcilio Corso e de Maria Wailde da Silva Corso, data de nascimento: 26/10/1954, brasileiro(a), natural de São José Rio Preto-SP, casado(a), pecuarista / empresário, Endereço: Rua Francisco Botelho Neto, Nº 410, Bairro: Centro, Cidade: Mirassol D'Oeste-MT
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em endereço incompleto para efetuar o pagamento das custas processuais pendentes, no valor de R$ 1.506,95 (Hum mil Quinhentos e seis Reais e noventa e cinco centavos), no prazo de 05 dias dias, contados da expiração do prazo do presente edital, sob pena de ficar Vossa Senhoria ADVERTIDA de que o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxas judiciárias implicará na restrição de vosso nome e CPF junto a dívida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no artigo 612 § 5 º da CNGC -TJMT.. Eu, Nilceia Aparecida Castilho de Castilho, Analista Judiciária, digitei.
Mirassol D'oeste - MT, 12 de dezembro de 2019.
Lucimeire Monaski Friozi
Gestor Adm 3

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004030-84.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA LOPES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS FERNANDO ALVES DE BRITO OAB - MT25726/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1004030-84.2019.8.11.0011 POLO ATIVO:MARIA LOPES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUIS FERNANDO ALVES DE BRITO POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Sala de Conciliação - Juizado Especial Data: 19/02/2020 Hora: 17:30 , no endereço: Av. Joaquim Cunha, 595, TELEFONE: (65) 3241-1391, Alto da Boa Vista, MIRASSOL D'OESTE - MT - CEP: 78280-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004031-69.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA LOPES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS FERNANDO ALVES DE BRITO OAB - MT25726/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1004031-69.2019.8.11.0011 POLO ATIVO:MARIA LOPES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUIS FERNANDO ALVES DE BRITO POLO PASSIVO: BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Sala de Conciliação - Juizado Especial Data: 03/03/2020 Hora: 13:30 , no endereço: Av. Joaquim Cunha, 595, TELEFONE: (65) 3241-1391, Alto da Boa Vista, MIRASSOL D'OESTE - MT - CEP: 78280-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000294-58.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO PAN (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
feliciano lyra moura OAB - MT15758-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IZAIAS ANTONIO LEME (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO SANTOS DE PAULA OAB - MT0020135A (ADVOGADO(A))

CERTIDÃO Certifico que, considerando o teor da Certidão de Id. 27312183, , INTIME-SE o exequente para pugnar o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos da R. Decisão de Id. 26252971 Para constar lavrei a presente. Mirassol D'Oeste, 12 de dezembro de 2019. Mayla Gimenes de Melo Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004019-55.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DE LOURDES DE SOUSA ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA TERESA BOUSADA DIAS KOSHIAMA OAB - MT0012685A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (REQUERIDO)

Procedo com a intimação do(a) advogado(a) da parte autora acerca da R. Decisão onstante do id. 27265235, bem como, da audiência de CONCILIAÇÃO designada para a Data de 19/02/2020 às 15:00 horas. Informo, ainda, que em conformidade com a Portaria 002/2016-JE, deixei de proceder com a intimação pessoal da parte autora para que compareça à referida audiência, devendo Vossa Senhoria comunica-la do dia e horário de realização da mesma. Ressalvo-lhe, por fim, que o não comparecimento da parte autora na audiência conciliatória poderá ensejar na condenação as custas processuais, com base no Enunciado 28 do FONAJE e item 5.9.1, II. da CNGC.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004030-84.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA LOPES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS FERNANDO ALVES DE BRITO OAB - MT25726/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

Procedo com a intimação do(a) advogado(a) da parte autora acerca da audiência de CONCILIAÇÃO designada para a Data de 19/02/2020 às 17:30 horas. Informo, ainda, que em conformidade com a Portaria 002/2016-JE, deixei de proceder com a intimação pessoal da parte autora para que compareça à referida audiência, devendo Vossa Senhoria comunica-la do dia e horário de realização da mesma. Ressalvo-lhe, por fim, que o não comparecimento da parte autora na audiência conciliatória poderá ensejar na condenação as custas processuais, com base no Enunciado 28 do FONAJE e item 5.9.1, II. da CNGC.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004031-69.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA LOPES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS FERNANDO ALVES DE BRITO OAB - MT25726/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. (REQUERIDO)

Procedo com a intimação do(a) advogado(a) da parte autora acerca da audiência de CONCILIAÇÃO designada para a Data de 03/03/2020 às 13:30 horas. Informo, ainda, que em conformidade com a Portaria 002/2016-JE, deixei de proceder com a intimação pessoal da parte autora para que compareça à referida audiência, devendo Vossa Senhoria comunica-la do dia e horário de realização da mesma. Ressalvo-lhe, por fim, que o não comparecimento da parte autora na audiência conciliatória poderá ensejar na condenação as custas processuais, com base no Enunciado 28 do FONAJE e item 5.9.1, II. da CNGC.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004007-41.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DE LOURDES DE SOUSA ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA TERESA BOUSADA DIAS KOSHIAMA OAB - MT0012685A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (REQUERIDO)

Procedo com a intimação do(a) advogado(a) da parte autora acerca da R. Decisão constante do id. 27266609, bem como da audiência de CONCILIAÇÃO designada para a Data de 18/02/2020 às 16:00 horas. Informo, ainda, que em conformidade com a Portaria 002/2016-JE, deixei de proceder com a intimação pessoal da parte autora para que compareça à referida audiência, devendo Vossa Senhoria comunica-la do dia e horário de realização da mesma. Ressalvo-lhe, por fim, que o não comparecimento da parte autora na audiência conciliatória poderá ensejar na condenação as custas processuais, com base no Enunciado 28 do FONAJE e item 5.9.1, II. da CNGC.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004010-93.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DE LOURDES DE SOUSA ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA TERESA BOUSADA DIAS KOSHIAMA OAB - MT0012685A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (REQUERIDO)

Procedo com a intimação do(a) advogado(a) da parte autora acerca R. Decisão constante do id. 27266612, bem como da audiência de CONCILIAÇÃO designada para a Data de 19/02/2020 às 14:00 horas. Informo, ainda, que em conformidade com a Portaria 002/2016-JE, deixei de proceder com a intimação pessoal da parte autora para que compareça à referida audiência, devendo Vossa Senhoria comunica-la do dia e horário de realização da mesma. Ressalvo-lhe, por fim, que o não comparecimento da parte autora na audiência conciliatória poderá ensejar na condenação as custas processuais, com base no Enunciado 28 do FONAJE e item 5.9.1, II. da CNGC.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004008-26.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DE LOURDES DE SOUSA ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA TERESA BOUSADA DIAS KOSHIAMA OAB - MT0012685A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (REQUERIDO)

Procedo com a intimação do(a) advogado(a) da parte autora acerca da R. Decisão constante do id. 27266616, bem como, da audiência de CONCILIAÇÃO designada para a Data de 18/02/2020 às 16:30 horas. Informo, ainda, que em conformidade com a Portaria 002/2016-JE, deixei de proceder com a intimação pessoal da parte autora para que compareça à referida audiência, devendo Vossa Senhoria comunica-la do dia e horário de realização da mesma. Ressalvo-lhe, por fim, que o não comparecimento da parte autora na audiência conciliatória poderá ensejar na condenação as custas processuais, com base no Enunciado 28 do FONAJE e item 5.9.1, II. da CNGC.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002960-32.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
EDEJUNIO VIEIRA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA TERESA BOUSADA DIAS KOSHIAMA OAB - MT0012685A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU OAB - SP117417-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MIRASSOL D'OESTE DECISÃO Processo: 1002960-32.2019.8.11.0011. REQUERENTE: EDEJUNIO VIEIRA DOS SANTOS REQUERIDO: CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. Vistos. Verifico que o recurso interposto nos autos inicialmente preenche os requisitos de admissibilidade, vez que se trata da via pertinente (cabimento) para guerrear a decisão recorrida (art. 41 da LJESP), tendo sido interposto no prazo legal (tempestividade) de 10 dias (art. 42 da LJESP), foi manejado (regularidade formal) por meio de petição (art. 42, segunda parte, da LJESP), não havendo indicativos de que a parte aquiesceu com a decisão ou renunciou seu direito ao uso das vias recursais (inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer), razão pela qual o RECEBO tão somente em seu efeito devolutivo (art. 43 da LJESP). INTIME(M)-SE o(s) recorrido(s) para, querendo, apresentarem contrarrazões no prazo legal. Decorrido o prazo supra, com ou sem contrarrazões, REMETAM-SE os autos para a Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso. CUMPRA-SE. Mirassol D'Oeste-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002962-02.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
ROSIENE DOS SANTOS SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA TERESA BOUSADA DIAS KOSHIAMA OAB - MT0012685A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU OAB - SP117417-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MIRASSOL D'OESTE DECISÃO Processo: 1002962-02.2019.8.11.0011. REQUERENTE: ROSIENE DOS SANTOS SILVA REQUERIDO: CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. Vistos. Verifico que o recurso interposto nos autos inicialmente preenche os requisitos de admissibilidade, vez que se trata da via pertinente (cabimento) para guerrear a decisão recorrida (art. 41 da LJESP), tendo sido interposto no prazo legal (tempestividade) de 10 dias (art. 42 da LJESP), foi manejado (regularidade formal) por meio de petição (art. 42, segunda parte, da LJESP), não havendo indicativos de que a parte aquiesceu com a decisão ou renunciou seu direito ao uso das vias recursais (inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer), razão pela qual o RECEBO tão somente em seu efeito devolutivo (art. 43 da LJESP). INTIME(M)-SE o(s) recorrido(s) para, querendo, apresentarem contrarrazões no prazo legal. Decorrido o prazo supra, com ou sem contrarrazões, REMETAM-SE os autos para a Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso. CUMPRA-SE. Mirassol D'Oeste-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004026-47.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
CIDALINO DIOGO MOREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULA ARAUJO COSTA OAB - MT23601/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

Procedo com a intimação do(a) advogado(a) da parte autora acerca da R. Decisão constante do id. 27300195, bem como, da audiência de CONCILIAÇÃO designada para a Data de 19/02/2020 às 16:30 horas. Informo, ainda, que em conformidade com a Portaria 002/2016-JE, deixei de proceder com a intimação pessoal da parte autora para que compareça à referida audiência, devendo Vossa Senhoria comunica-la do dia e horário de realização da mesma. Ressalvo-lhe, por fim, que o não comparecimento da parte autora na audiência conciliatória poderá ensejar na condenação as custas processuais, com base no Enunciado 28 do FONAJE e item 5.9.1, II. da CNGC.

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1003500-80.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
OTAVIO ALCIDES SANTOS DE CASTRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MIRASSOL D'OESTE SENTENÇA Processo: 1003500-80.2019.8.11.0011. REQUERENTE: OTAVIO ALCIDES SANTOS DE CASTRO REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos. Cuida-se de Embargos de Declaração interposto por OTAVIO ALCIDES SANTOS DE CASTRO em que alega omissão constante na sentença de ID 26416156 aduzindo em síntese que não ocorrera a litispendência. Instado, o embargado manifestou pela rejeição dos embargos. Em seguida, vieram-me os autos conclusos. EIS A SÍNTESE NECESSÁRIA. FUNDAMENTO E DECIDO. Como de conhecimento, a dicção do artigo 1.022, inciso I, do CPC permite a promoção dos embargos declaratórios para, entre outras hipóteses, dirimir omissão, contradição e erros materiais existentes decisão. Acerca de tal espécie recursal, a despeito da controvérsia doutrinária em torno da sua natureza jurídica, destaca o doutrinador Daniel Amorim Assumpção Neves (in Manual de Direito Processual Civil. 2ed. São Paulo: Método, 2011, p.718-719), mais especificamente quanto às hipóteses de cabimento, que: A omissão refere-se à ausência de apreciação de questões relevantes sobre os quais o órgão jurisdicional deveria ter se manifestado, inclusive as matérias que deva conhecer de ofício. (...) A obscuridade, que pode ser verificada tanto na fundamentação quanto no dispositivo, decorre da falta de clareza e precisão da decisão, suficiente a não permitir a certeza jurídica a respeito das questões resolvidas. (...) O terceiro vício que legitima a interposição dos embargos de declaração é a contradição, verificada sempre que existirem proposições inconciliáveis entre si, de forma que a afirmação de uma logicamente significará a negação da outra. (negritos originais). No caso sub judice, vislumbro que a omissão apontada pela parte não comporta acolhimento, haja vista que a decisão obliterada se ateve os fatos contidos nos autos, bem como os analisou pormenorizadamente, sendo caso de extinção pela litispendência. O argumento exposto pela embargante adentra ao mérito da decisão proferida, na tentativa de rediscutir os fundamentos da decisão embargada, e demanda reapreciação, configurando pedido de reconsideração, instituto este inexistente no ordenamento jurídico brasileiro. Portanto, registro que a forma adequada de se pugnar este tipo de manifestação judicial não encontra sede nos embargos de declaração, mas sim em sede de recurso. Desta feita, CONHEÇO dos embargos declaratórios, tendo em vista que foram intentados no prazo legal e, no entanto, NEGO-LHES PROVIMENTO, já que não houve comprovação de quaisquer das suas hipóteses de cabimento, conforme o art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil. CUMPRAM-SE as determinações remanescentes da sentença supracitada. Cumpra-se. Mirassol D'Oeste/MT, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003640-17.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
DISTRIBUIDORA DE VIDROS MAZALINS LTDA - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVONEY BATISTA ANZOLIN OAB - MT0008122A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EGLEISSON MARQUES DE OLIVEIRA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MIRASSOL D'OESTE DECISÃO Processo: 1003640-17.2019.8.11.0011. REQUERENTE: DISTRIBUIDORA DE VIDROS MAZALINS LTDA - EPP REQUERIDO: EGLEISSON MARQUES DE OLIVEIRA Vistos. Primeiramente, ante o teor da ata de audiência de id n. 27301342, donde ressai a ausência da demandada, APLICO-LHE a revelia, nos termos do art. 20 da Lei de Juizados Especiais (nº. 9.099/95). Ademais, A seguir, DETERMINO desde já que SE INTIMEM as partes para que, no prazo de 05 (cinco) dias, especifiquem os fatos controvertidos e as provas que pretendem produzir em audiência de instrução, sob pena de preclusão. Havendo a opção por prova testemunhal, no referido prazo, arrolem as eventuais testemunhas que serão ouvidas (art. 34 da Lei 9.099/95), sob pena eventual contradita alegada pela parte adversa implicar em automática redesignação da audiência. ATENTE-SE que, na intimação por telefone, deverá certificar qual o número chamado, o dia, o horário, a pessoa com quem falou e, em resumo, o teor da comunicação e da respectiva resposta, além de outras informações pertinentes – art. 911 da CNGC. Em atenção aos termos da CGJ, art. 917 e ss., a realização dessa intimação das instituições públicas ou privadas cadastradas deverá ser realizada de FORMA ELETRÔNICA. Nos locais atendidos e não se tratando da hipótese ora mencionada, far-se-á por CORRESPONDÊNCIA/CORREIO, com aviso de recebimento em mão própria (ARMP) e considerar-se-á feita na data da entrega da carta no endereço – art. 909 da CNGC. Sendo requerida a produção de provas pelas partes, venham-me CONCLUSOS. Com a manifestação das partes pelo julgamento antecipado, remetam-se os autos para Juíza Leiga. Por fim, CONCLUSOS. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. ÀS PROVIDÊNCIAS. Mirassol D'oeste/MT, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1001738-29.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
NILDA CABRIOTTI DUARTE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEBORA ALESSANDRA FERREIRA OAB - MT0018996A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFONICA BRASIL S.A. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

CERTIDÃO Certifico que em cumprimento a ordem de serviço 001/16 GAB/JUIZADO ESPECIAL, procedo com a expedição de intimação da parte autora para manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias, quanto aos documentos juntados no Id. 27337644. Para constar lavrei a presente. Mirassol D'Oeste, 12 de dezembro de 2019 Mayla Gimenes de Melo Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003618-56.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA CONCEICAO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS FERNANDO ALVES DE BRITO OAB - MT25726/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SUDAMERICA CLUBE DE SERVICOS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANDRE LUIZ LUNARDON OAB - PR23304 (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MIRASSOL D'OESTE SENTENÇA Processo: 1003618-56.2019.8.11.0011. REQUERENTE: MARIA CONCEICAO DA SILVA REQUERIDO: SUDAMERICA CLUBE DE SERVICOS Vistos. Dispensado o relatório, atendido o art. 38 da Lei nº 9.099/95. DECIDO.

Verifico que a parte reclamante, embora devidamente intimada, deixou de comparecer na audiência, sem apresentar qualquer justificativa plausível pela ausência na solenidade de conciliação, consoante ressai do termo aportado no id nº 27252299. A despeito de o advogado da autora ter comparecido ao ato, conforme redação do art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95, a presença é pessoal, não isentando o feito da extinção o fato de o procurador do autor ter comparecido à solenidade. A presença da parte nas audiências é obrigatória, devendo as partes apresentar suas justificativas até a abertura da sessão, em caso de impossibilidade de comparecimento. Prescreve o Enunciado 20 do FONAJE: "O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto". O artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, prescreve que: "Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o Autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo". Assim, não comparecendo a parte interessada na audiência, a extinção do processo é medida que se impõe. A extinção do processo independerá, no presente caso, de prévia intimação pessoal das partes (art. 51, §1º da Lei nº 9.099/95). Ensina-nos o jurisconsulto Ricardo Cunha Chimenti que: "Não comparecimento do autor. Extinção do processo sem julgamento do mérito. Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 51, I, da Lei n. 9.099, de 26-9-1995, quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo, mesmo que tenha advogado constituído". (in, Teoria e Prática dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais, 8ª edição, Editora Saraiva, pág. 102) Nesse sentido, verbis: "PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS. AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. AUTOR. AUSÊNCIA. INTIMAÇÃO. ADVOGADO. VALIDADE. EXTINÇÃO. CONSEQUÊNCIA LEGAL. Nos termos do artigo 51, I, da Lei 9.099/95, a ausência do autor a qualquer das audiências do processo acarreta a extinção do feito sem julgamento do mérito, não se justificando a falta quando o advogado da parte foi regularmente intimado da designação do ato. Recurso conhecido e não provido". (Recurso Inominado nº 2004.0001565-3, Juiz Relator Vitor Roberto Silva, Livro 45, folha 229/231, Julgado em 09/08/2004 - Turma Recursal Única do Juizado Especial Cível do Estado do Paraná)" Para evitar a extinção do processo em razão do não comparecimento à audiência designada, a justificativa deve ser apresentada até o momento da abertura do referido ato, o que in casu, não ocorrera, não podendo lhe ser concedido prazo suplementar para apresentação, tampouco ser aceita justificativa após o referido ato. Devemos nos ater que o rigor da exigência do comparecimento pessoal das partes às audiências designadas, deve-se ao princípio maior do sistema dos Juizados Especiais, que é a tentativa de conciliação entre os litigantes. Com efeito, o legislador atribuiu tal importância à conciliação que obrigou a presença pessoal das partes, estabelecendo sérias sanções para aquele que não comparecer à audiência: para a Autora, a extinção do feito, para a ré, a revelia. (TJSP, 1º Colégio Recursal da Capital do Estado de São Paulo). Destarte, com fundamento no Enunciado 20 do FONAJE e art. 51, inciso I da Lei n.º 9.099/1995, JULGO EXTINTA a presente ação, sem resolução de mérito, ante a ausência injustificada da parte reclamante à audiência. Condeno a parte reclamante ao pagamento das custas processuais (Enunciado 28 do FONAJE e item 5.9.1, II, da CNGC), devendo a mesma ser intimada para pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias, ressalvada a comprovação referida no artigo 51, § 2º, da Lei nº 9.099/95. Após, observadas as cautelas de estilo, arquivem-se os autos com as baixas necessárias. P.R.I.C. ÀS PROVIDÊNCIAS. Mirassol D'Oeste/MT, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003617-71.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA CONCEICAO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS FERNANDO ALVES DE BRITO OAB - MT25726/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO(A))
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MIRASSOL D'OESTE SENTENÇA Processo: 1003617-71.2019.8.11.0011. REQUERENTE: MARIA CONCEICAO DA SILVA REQUERIDO: BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A. Vistos. Dispensado o relatório, atendido o art. 38 da Lei nº 9.099/95. DECIDO. Verifico que a parte reclamante, embora devidamente intimada, deixou de comparecer na audiência, sem apresentar qualquer justificativa plausível pela ausência na solenidade de conciliação, consoante ressai do termo aportado no id nº 27252318. A despeito de o advogado da autora ter comparecido ao ato, conforme redação do art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95, a presença é pessoal, não isentando o feito da extinção o fato de o procurador do autor ter comparecido à solenidade. A presença da parte nas audiências é obrigatória, devendo as partes apresentar suas justificativas até a abertura da sessão, em caso de impossibilidade de comparecimento. Prescreve o Enunciado 20 do FONAJE: "O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto". O artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, prescreve que: "Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o Autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo". Assim, não comparecendo a parte interessada na audiência, a extinção do processo é medida que se impõe. A extinção do processo independerá, no presente caso, de prévia intimação pessoal das partes (art. 51, §1º da Lei nº 9.099/95). Ensina-nos o jurisconsulto Ricardo Cunha Chimenti que: "Não comparecimento do autor. Extinção do processo sem julgamento do mérito. Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 51, I, da Lei n. 9.099, de 26-9-1995, quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo, mesmo que tenha advogado constituído". (in, Teoria e Prática dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais, 8ª edição, Editora Saraiva, pág. 102) Nesse sentido, verbis: "PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS. AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. AUTOR. AUSÊNCIA. INTIMAÇÃO. ADVOGADO. VALIDADE. EXTINÇÃO. CONSEQUÊNCIA LEGAL. Nos termos do artigo 51, I, da Lei 9.099/95, a ausência do autor a qualquer das audiências do processo acarreta a extinção do feito sem julgamento do mérito, não se justificando a falta quando o advogado da parte foi regularmente intimado da designação do ato. Recurso conhecido e não provido". (Recurso Inominado nº 2004.0001565-3, Juiz Relator Vitor Roberto Silva, Livro 45, folha 229/231, Julgado em 09/08/2004 - Turma Recursal Única do Juizado Especial Cível do Estado do Paraná)" Para evitar a extinção do processo em razão do não comparecimento à audiência designada, a justificativa deve ser apresentada até o momento da abertura do referido ato, o que in casu, não ocorrera, não podendo lhe ser concedido prazo suplementar para apresentação, tampouco ser aceita justificativa após o referido ato. Devemos nos ater que o rigor da exigência do comparecimento pessoal das partes às audiências designadas, deve-se ao princípio maior do sistema dos Juizados Especiais, que é a tentativa de conciliação entre os litigantes. Com efeito, o legislador atribuiu tal importância à conciliação que obrigou a presença pessoal das partes, estabelecendo sérias sanções para aquele que não comparecer à audiência: para a Autora, a extinção do feito, para a ré, a revelia. (TJSP, 1º Colégio Recursal da Capital do Estado de São Paulo). Destarte, com fundamento no Enunciado 20 do FONAJE e art. 51, inciso I da Lei n.º 9.099/1995, JULGO EXTINTA a presente ação, sem resolução de mérito, ante a ausência injustificada da parte reclamante à audiência. Condeno a parte reclamante ao pagamento das custas processuais (Enunciado 28 do FONAJE e item 5.9.1, II, da CNGC), devendo a mesma ser intimada para pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias, ressalvada a comprovação referida no artigo 51, § 2º, da Lei nº 9.099/95. Após, observadas as cautelas de estilo, arquivem-se os autos com as baixas necessárias. P.R.I.C. ÀS PROVIDÊNCIAS. Mirassol D'Oeste/MT, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003616-86.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA CONCEICAO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS FERNANDO ALVES DE BRITO OAB - MT25726/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MIRASSOL D'OESTE SENTENÇA Processo: 1003616-86.2019.8.11.0011. REQUERENTE: MARIA CONCEICAO DA SILVA REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos. Dispensado o relatório, atendido o art. 38 da Lei nº 9.099/95. DECIDO. Verifico que a parte reclamante, embora devidamente intimada, deixou de comparecer na audiência, sem apresentar qualquer justificativa plausível pela ausência na solenidade de conciliação, consoante ressai do termo aportado no id nº 27252742. A despeito de o advogado da autora ter comparecido ao ato, conforme redação do art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95, a presença é pessoal, não isentando o feito da extinção o fato de o procurador do autor ter comparecido à solenidade. A presença da parte nas audiências é obrigatória, devendo as partes apresentar suas justificativas até a abertura da sessão, em caso de impossibilidade de comparecimento. Prescreve o Enunciado 20 do FONAJE: "O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto". O artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, prescreve que: "Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o Autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo". Assim, não comparecendo a parte interessada na audiência, a extinção do processo é medida que se impõe. A extinção do processo independerá, no presente caso, de prévia intimação pessoal das partes (art. 51, §1º da Lei nº 9.099/95). Ensina-nos o jurisconsulto Ricardo Cunha Chimenti que: "Não comparecimento do autor. Extinção do processo sem julgamento do mérito. Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 51, I, da Lei n. 9.099, de 26-9-1995, quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo, mesmo que tenha advogado constituído". (in, Teoria e Prática dos Juizados Especiais Cíveis Estaduais e Federais, 8ª edição, Editora Saraiva, pág. 102) Nesse sentido, verbis: "PROCESSUAL CIVIL. JUIZADOS ESPECIAIS. AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. AUTOR. AUSÊNCIA. INTIMAÇÃO. ADVOGADO. VALIDADE. EXTINÇÃO. CONSEQUÊNCIA LEGAL. Nos termos do artigo 51, I, da Lei 9.099/95, a ausência do autor a qualquer das audiências do processo acarreta a extinção do feito sem julgamento do mérito, não se justificando a falta quando o advogado da parte foi regularmente intimado da designação do ato. Recurso conhecido e não provido". (Recurso Inominado nº 2004.0001565-3, Juiz Relator Vitor Roberto Silva, Livro 45, folha 229/231, Julgado em 09/08/2004 - Turma Recursal Única do Juizado Especial Cível do Estado do Paraná)" Para evitar a extinção do processo em razão do não comparecimento à audiência designada, a justificativa deve ser apresentada até o momento da abertura do referido ato, o que in casu, não ocorrera, não podendo lhe ser concedido prazo suplementar para apresentação, tampouco ser aceita justificativa após o referido ato. Devemos nos ater que o rigor da exigência do comparecimento pessoal das partes às audiências designadas, deve-se ao princípio maior do sistema dos Juizados Especiais, que é a tentativa de conciliação entre os litigantes. Com efeito, o legislador atribuiu tal importância à conciliação que obrigou a presença pessoal das partes, estabelecendo sérias sanções para aquele que não comparecer à audiência: para a Autora, a extinção do feito, para a ré, a revelia. (TJSP, 1º Colégio Recursal da Capital do Estado de São Paulo). Destarte, com fundamento no Enunciado 20 do FONAJE e art. 51, inciso I da Lei n.º 9.099/1995, JULGO EXTINTA a presente ação, sem resolução de mérito, ante a ausência injustificada da parte reclamante à audiência. Condeno a parte reclamante ao pagamento das custas processuais (Enunciado 28 do FONAJE e item 5.9.1, II, da CNGC), devendo a mesma ser intimada para pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias, ressalvada a comprovação referida no artigo 51, § 2º, da Lei nº 9.099/95. Após, observadas as cautelas de estilo, arquivem-se os autos com as baixas necessárias. P.R.I.C. ÀS PROVIDÊNCIAS. Mirassol D'Oeste/MT, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1001946-13.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
EZEQUIAS FERREIRA DOS SANTOS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGER FERNANDES OAB - MT8343-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S/A (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Alexandre Miranda Lima OAB - MT13241-A (ADVOGADO(A))

CERTIDÃO Considerando que a parte impugnante apresentou manifestação de Id. 27335784, INTIMEM-SE as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, nos termos do art. 370 do NCPC, justificando-as, sob pena de indeferimento, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do §4º da R. Decisão de Id. 26148623 Para constar lavrei a presente. Mirassol D'Oeste, 12 de dezembro de 2019. Mayla Gimenes de Melo Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1003257-39.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS CARDOSO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMERSON RODRIGUES DA SILVA OAB - MT17872/O (ADVOGADO(A))
MARCIO JOSE DA SILVA OAB - MT0016225A (ADVOGADO(A))
DEYVISON BARRETO DE SOUZA OAB - MT23202/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DECOLAR.COM LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FRANCISCO ANTONIO FRAGATA JUNIOR OAB - SP39768 (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MIRASSOL D'OESTE SENTENÇA Processo: 1003257-39.2019.8.11.0011. REQUERENTE: CARLOS CARDOSO DA SILVA REQUERIDO: DECOLAR.COM LTDA Vistos. Sem relatório, nos termos do artigo 38, caput, da Lei Federal n.º 9.099/95. Prima facie, mister discorrer que a atividade jurisdicional tem por finalidade justamente a pacificação social por meio da solução dos litígios que lhe são submetidos a julgamento, dessarte, havendo autocomposição entre as partes nada mais resta senão homologá-lo. Pelo exposto, HOMOLOGO a autocomposição de id nº 27301741 em todos os seus termos e cláusulas, para que surtam os jurídicos e legais efeitos, nos termos do artigo 922, caput, do CPC. Sem custas. P.R.I.C. Certifique-se o trânsito em julgado, e após, AO ARQUIVO com as anotações e baixas de estilo. ÀS PROVIDÊNCIAS. Mirassol D'Oeste/MT, 12 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003864-52.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
JUCIMARA ALVES PORTELA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO ROBERTO FELFILI OAB - MT3923-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MIRASSOL D'OESTE SENTENÇA Processo: 1003864-52.2019.8.11.0011. REQUERENTE: JUCIMARA ALVES PORTELA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos. Dispensado o relatório, atendido o art. 38 da Lei nº 9.099/95. DECIDO. Sem delongas, verifica-se que a autora não acostou aos autos todos os documentos necessários para o prosseguimento do feito. Assim, considerando que o exequente mesmo intimado, quedou-se silente (id nº 27317536), diante da ausência de emenda da petição inicial, a extinção do feito é medida que se impõe, nos moldes do art. 321, parágrafo único, e art. 330, I, ambos do CPC. Posto isso, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, razão por que, nos termos do art. 485, I, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, determinando o cancelamento da distribuição. Sem custas. P.R.I.C. Transitada em julgado a sentença, ao ARQUIVO, com as baixas e anotações de estilo. Mirassol D'Oeste-MT, 12 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000163-20.2018.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
GILVAN ETE DA SILVA FARIAS (EXEQUENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO ROBERTO FELFILI OAB - MT3923-O (ADVOGADO(A))
CONCEICAO FABIANE DA SILVA OAB - MT26259/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MIRASSOL D'OESTE SENTENÇA Processo: 1000163-20.2018.8.11.0011. EXEQUENTE: GILVAN ETE DA SILVA FARIAS EXECUTADO: VIVO S.A. Vistos. Dispensado o relatório, atendido o art. 38 da Lei nº 9.099/95. DECIDO. Tendo em vista que mesmo intimada a autora nada manifestou, conforme atesta certidão de ID 27320196, tem-se que fora satisfeita a presente execução. Como de conhecimento, as causas de extinção dos feitos executivos estão elencadas no art. 924 e incisos do CPC, sendo certo que a referida extinção somente produzirá efeito quando for declarada por sentença. No caso dos autos, vê-se que houve o cumprimento da obrigação e, via de consequência, a extinção da execução por pronunciamento judicial que declare tal situação. Posto isso, JULGO EXTINTO o processo de execução, ante o cumprimento pelo executado da obrigação, nos termos do o art. 924, e o art. 925, estes últimos do CPC. SEM custas. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, AO ARQUIVO com as anotações e baixas de estilo. ÀS PROVIDÊNCIAS. Mirassol D'oeste/MT, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003867-07.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
JUCIMARA ALVES PORTELA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO ROBERTO FELFILI OAB - MT3923-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MIRASSOL D'OESTE SENTENÇA Processo: 1003867-07.2019.8.11.0011. REQUERENTE: JUCIMARA ALVES PORTELA REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos. Dispensado o relatório, atendido o art. 38 da Lei nº 9.099/95. DECIDO. Sem delongas, verifica-se que a autora não acostou aos autos todos os documentos necessários para o prosseguimento do feito. Assim, considerando que o exequente mesmo intimado, quedou-se silente (id nº 27318848), diante da ausência de emenda da petição inicial, a extinção do feito é medida que se impõe, nos moldes do art. 321, parágrafo único, e art. 330, I, ambos do CPC. Posto isso, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, razão por que, nos termos do art. 485, I, do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, determinando o cancelamento da distribuição. Sem custas. P.R.I.C. Transitada em julgado a sentença, ao ARQUIVO, com as baixas e anotações de estilo. Mirassol D'Oeste-MT, 12 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001673-34.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
PIERO DIAS DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBSON DOS REIS SILVA OAB - MT0019991A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Alexandre Miranda Lima OAB - MT13241-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MIRASSOL D'OESTE DECISÃO Processo: 1001673-34.2019.8.11.0011. REQUERENTE: PIERO DIAS DE ALMEIDA REQUERIDO: OI S.A Vistos. Verifico que o recurso interposto nos autos inicialmente preenche os requisitos de admissibilidade, vez que se trata da via pertinente (cabimento) para guerrear a decisão recorrida (art. 41 da LJESP), tendo sido interposto no prazo legal (tempestividade) de 10 dias (art. 42 da LJESP), foi manejado (regularidade formal) por meio de petição (art. 42, segunda parte, da LJESP), não havendo indicativos de que a parte aquiesceu com a decisão ou renunciou seu direito ao uso das vias recursais (inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer), razão pela qual o RECEBO tão somente em seu efeito devolutivo (art. 43 da LJESP). INTIME(M)-SE o(s) recorrido(s) para, querendo, apresentarem contrarrazões no prazo legal. Decorrido o prazo supra, com ou sem contrarrazões, REMETAM-SE os autos para a Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso. CUMPRA-SE. Mirassol D'Oeste-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001455-06.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
CLEUNICE DA SILVA LANDIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILTON JONES AMORIM VIEIRA OAB - MT16216-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BOA VISTA SERVICOS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ ANTONIO FILIPPELLI OAB - MT0015280S (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MIRASSOL D'OESTE DECISÃO Processo: 1001455-06.2019.8.11.0011. REQUERENTE: CLEUNICE DA SILVA LANDIM REQUERIDO: BOA VISTA SERVICOS S.A. Vistos. Defiro o pedido de gratuidade formulado pelo recorrente, nos termos da Lei nº 1.060/50, e art. 98, do CPC, tão somente para dispensá-lo do preparo. Verifico que o recurso interposto nos autos inicialmente preenche os requisitos de admissibilidade, vez que se trata da via pertinente (cabimento) para guerrear a decisão recorrida (art. 41 da LJESP), tendo sido interposto no prazo legal (tempestividade) de 10 dias (art. 42 da LJESP), foi manejado (regularidade formal) por meio de petição (art. 42, segunda parte, da LJESP), não havendo indicativos de que a parte aquiesceu com a decisão ou renunciou seu direito ao uso das vias recursais (inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer), razão pela qual o RECEBO tão somente em seu efeito devolutivo (art. 43 da LJESP). INTIME(M)-SE o(s) recorrido(s) para, querendo, apresentarem contrarrazões no prazo legal. Decorrido o prazo supra, com ou sem contrarrazões, REMETAM-SE os autos para a Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso. CUMPRA-SE. Mirassol D'Oeste-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000575-14.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
CAIQUE RIBEIRO GODOI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MIRASSOL D'OESTE DECISÃO Processo: 1000575-14.2019.8.11.0011. REQUERENTE: CAIQUE RIBEIRO GODOI REQUERIDO: BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. Vistos. Defiro o pedido de gratuidade formulado pelo recorrente, nos termos da Lei nº 1.060/50, e art. 98, do CPC, tão somente para dispensá-lo do preparo. Verifico que o recurso interposto nos autos inicialmente preenche os requisitos de admissibilidade, vez que se trata da via pertinente (cabimento) para guerrear a decisão recorrida (art. 41 da LJESP), tendo sido interposto no prazo legal (tempestividade) de 10 dias (art. 42 da LJESP), foi manejado (regularidade formal) por meio de petição (art. 42, segunda parte, da LJESP), não havendo indicativos de que a parte aquiesceu com a decisão ou renunciou seu direito ao uso das vias recursais (inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer), razão pela qual o RECEBO tão somente em seu efeito devolutivo (art. 43 da LJESP). INTIME(M)-SE o(s) recorrido(s) para, querendo, apresentarem contrarrazões no prazo legal. Decorrido o prazo supra, com ou sem contrarrazões, REMETAM-SE os autos para a Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso. CUMPRA-SE. Mirassol D'Oeste-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado

digitalmente) Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000673-33.2018.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DE FATIMA SOARES DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMERSON RODRIGUES DA SILVA OAB - MT17872/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO DE TRANSITO DETRAN (REQUERIDO)
Outros Interessados:
INES ORTEGA DA SILVA (TESTEMUNHA)
EDWARD LOPES DA SILVA (TESTEMUNHA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MIRASSOL D'OESTE DECISÃO Processo: 1000673-33.2018.8.11.0011. REQUERENTE: MARIA DE FATIMA SOARES DOS SANTOS REQUERIDO: DEPARTAMENTO DE TRANSITO DETRAN Vistos. Verifico que o recurso interposto nos autos inicialmente preenche os requisitos de admissibilidade, vez que se trata da via pertinente (cabimento) para guerrear a decisão recorrida (art. 41 da LJESP), tendo sido interposto no prazo legal (tempestividade) de 10 dias (art. 42 da LJESP), foi manejado (regularidade formal) por meio de petição (art. 42, segunda parte, da LJESP), não havendo indicativos de que a parte aquiesceu com a decisão ou renunciou seu direito ao uso das vias recursais (inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer), razão pela qual o RECEBO tão somente em seu efeito devolutivo (art. 43 da LJESP). INTIME(M)-SE o(s) recorrido(s) para, querendo, apresentarem contrarrazões no prazo legal. Decorrido o prazo supra, com ou sem contrarrazões, REMETAM-SE os autos para a Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso. CUMPRA-SE. Mirassol D'Oeste-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001879-48.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNO HENRIQUE DE MOURA DE OLIVIERA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO LUIZ GOMES DA SILVA OAB - MT0017690A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MIRASSOL D'OESTE DECISÃO Processo: 1001879-48.2019.8.11.0011. REQUERENTE: BRUNO HENRIQUE DE MOURA DE OLIVIERA REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Vistos. RECEBO os embargos opostos, eis que tempestivos. Diante do natural caráter infringente[1] dos embargos declaratórios, em observância aos princípios do contraditório e ampla defesa, nos termos do art. 1.023, §2º, do CPC, INTIME-SE a parte contrária para que, querendo, se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, CONCLUSOS. CUMPRA-SE. ÀS PROVIDÊNCIAS. Mirassol D´Oeste/MT, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima Juíza de Direito [1] Em qualquer caso em que os embargos possam assumir caráter infringente – seja no cumprimento de sua normal função, seja no seu emprego atípico –, antes de decidi-los o julgador deve ouvir a parte contrária no prazo de cinco dias (art. 1.023, § 2.º) Acessado em 25/05/2017: http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI236300,61044-Embargos+de+declaracao+efeitos+no+CPC15.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 8010069-80.2016.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
ORDALICE BARBIZANI PEREIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VIVIANE SOUZA DO COUTO OAB - MT0013637A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MIRASSOL D'OESTE DESPACHO Processo: 8010069-80.2016.8.11.0011. EXEQUENTE: ORDALICE BARBIZANI PEREIRA EXECUTADO: OI S.A Vistos. A despeito do certificado em id retro, de fato não consta homologação de valores, eis que fora reconhecida a natureza concursal do crédito em sede de recurso, de modo que cabe à autora então apontar o valor da execução para fins de expedição de certidão. Dessa feita, se não constar dos autos o valor inicialmente apontado pela autora da pretensão execução, eis que fora extinta em sede recursal, INTIME-SE a autora para tal desiderato, ao passo que se constar o valor deverá ser utilizado para fins de expedição da execução. No mais, CUMPRA-SE a r. decisão. ÀS PROVIDÊNCIAS. MIRASSOL D'OESTE, 11 de dezembro de 2019. Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1004018-70.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNA IZABELLA FERREIRA BARBOSA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNA IZABELLA FERREIRA BARBOSA OAB - MT25784/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso na pessoa do seu representante legal (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MIRASSOL D'OESTE DECISÃO Processo: 1004018-70.2019.8.11.0011. EXEQUENTE: BRUNA IZABELLA FERREIRA BARBOSA EXECUTADO: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO NA PESSOA DO SEU REPRESENTANTE LEGAL Vistos. De pronto, a despeito do disposto na Lei nº 12.153/2009 e da nova sistemática trazida pelo Novo Código de Processo Civil de 2015, deixo de designar sessão de mediação/conciliação no presente feito, em razão da manifesta falta de interesse em transacionar em casos análogos. Cuida-se de execução de título judicial em face do Estado de Mato Grosso, onde o exequente BRUNA IZABELLA FERREIRA BARBOSA pretende receber créditos oriundos de honorários arbitrados em causas onde este foi nomeado para patrocinar os interesses de pessoas carentes nesta Comarca. DEFIRO as benesses da justiça gratuita dia do caráter alimentar da verba executada, podendo ser revista em caso de mudança no cenário fático, nos termos do art. 54, da Lei 9.099/95. Desta forma, CITE-SE para, querendo, opor embargos no prazo de 30 (trinta) dias. Certificado o não oferecimento de embargos, REQUISITE-SE o pagamento, por intermédio do Excelentíssimo Presidente do Tribunal de Justiça (NCPC, artigo 910, §1). CUMPRA-SE, expedindo o necessário. ÀS PROVIDÊNCIAS. Mirassol D'Oeste/MT, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000491-47.2018.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDO FONSECA (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
DISMOBRAS IMPORTACAO, EXPORTACAO E DISTRIBUICAO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS S/A (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MIRASSOL D'OESTE SENTENÇA Processo: 1000491-47.2018.8.11.0011. EXEQUENTE: FERNANDO FONSECA EXECUTADO: DISMOBRAS IMPORTACAO, EXPORTACAO E DISTRIBUICAO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS S/A Vistos. Cuida-se de execução de sentença movida por FERNANDO FONSECA contra DISMOBRAS IMPORTACAO, EXPORTACAO E DISTRIBUICAO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS S/A buscando, em síntese, a prestação jurisdicional. Entre um ato e outro, a exequente requereu extinção do feito com expedição de certidão de crédito, ante a homologação de plano de recuperação judicial da executada. Os autos vieram conclusos. É o relato do necessário. Fundamento e Decido. Sem delongas desnecessárias, considerando que o fato gerador do crédito existente nos autos fora fundado anteriormente ao plano de homologação de recuperação judicial,

tem-se que cabe ao exequente empreender diligência no sentido de habilitar seu crédito junto ao juízo universal da recuperação judicial, a fim de que este seja devidamente adimplido dentro do prazo recuperacional. Neste caso, aplica-se a regra do Enunciado 51 do Fonaje, o qual dispõe: ENUNCIADO 51 – Os processos de conhecimento contra empresas sob liquidação extrajudicial, concordata ou recuperação judicial devem prosseguir até a sentença de mérito, para constituição do título executivo judicial, possibilitando a parte habilitar o seu crédito, no momento oportuno, pela via própria (nova redação – XXI Encontro – Vitória/ES). Nesse sentido: EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. EMPRESA EXECUTADA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ENUNCIADO 51 DO FONAJE. IMPOSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO PERANTE O JUIZADO ESPECIAL. NECESSIDADE DE HABILITAÇÃO DO CRÉDITO PELA VIA PRÓPRIA. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. 1. O crédito constituído em favor do exequente por meio de título judicial não pode, no caso concreto, ser executado perante o Juizado Especial Cível, o qual é incompetente para fazê-lo, eis encontrar-se a empresa executada em processo de recuperação judicial, o que impõe ao autor a habilitação de seu crédito perante o juízo falimentar, por ter sido constituído em data anterior ao ingresso daquela ação. 2. Cabe analogia ao Enunciado nº 51 do FONAJE que dispõe que "os processos de conhecimento contra empresas sob liquidação extrajudicial, concordata ou recuperação judicial devem prosseguir até a sentença de mérito, para constituição do título executivo judicial, possibilitando a parte habilitar o seu crédito, no momento oportuno, pela via própria." Assim, correta a decisão que extinguiu o feito, devendo o credor habilitar seu crédito junto ao Juízo onde tramita a recuperação judicial da executada. Sentença confirmada por seus próprios fundamentos. RECURSO DESPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004213625, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Adriana da Silva Ribeiro, Julgado em 23/05/2013) IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. TÍTULO EXECUTIVO JÁ CONSTITUÍDO. IMPOSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO PERANTE O JUIZADO ESPECIAL. NECESSIDADE DE HABILITAÇÃO DO CRÉDITO PELA VIA PRÓRIA. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO 51 DO FONAJE. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. (Recurso Cível Nº 71003756954, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Vivian Cristina Angonese Spengler, Julgado em 12/12/2012) IMPUGNAÇÃO À FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EMPRESA RÉ EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ENUNCIADO 51 DO FONAJE. TÍTULO EXECUTIVO CONSTITUÍDO. IMPOSSIBILIDADE DE EXECUÇÃO PERANTE O JUIZADO ESPECIAL. NECESSIDADE DE HABILITAÇÃO DO CRÉDITO PELA VIA PRÓRIA. 1. Ainda que a hipótese dos autos não conste do rol do art. 52, IX, da Lei nº 9.099/95, a pretensão de extinção da execução poderia ser aventada até mesmo por simples petição, ou reconhecido ex officio pelo Juízo, uma vez que o crédito constituído em favor da recorrente não pode ser executado perante o Juizado Especial Cível, o qual é incompetente para fazê-lo. 2. Dispõe o Enunciado nº 51 do FONAJE que “os processos de conhecimento contra empresas sob liquidação extrajudicial, concordata ou recuperação judicial devem prosseguir até a sentença de mérito, para constituição do título executivo judicial, possibilitando a parte habilitar o seu crédito, no momento oportuno, pela via própria.” Assim, correta a decisão que determinou o levantamento da penhora, devendo a credora habilitar seu crédito junto ao Juízo onde tramita a recuperação judicial da executada. TJRS, Recurso Cível 71003556099, 1ª Turma Recursal, Relator Ricardo Torres Hermann, j. 10/05/2012). Pelo exposto, JULGO EXTINTO o feito sem resolução de mérito ante a incompetência deste juízo para prosseguimento dos atos expropriatórios em face da executada que está em processo recuperacional, devendo a exequente seguir o procedimento apto à habilitar seu crédito perante o juízo recuperacional. EXPEÇA-SE a competente certidão de crédito. CONDENO a executada ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como em honorários advocatícios, estes no importe de 10% do valor do débito, nos termos do art. 85 do CPC/15. PUBLIQUE-SE, ficando DISPENSADO o registro, nos termos do Provimento nº. 42/2008 da CGJ/MT e art. 317, §4º da CNGC/MT. Após o trânsito em julgado, devidamente certificado, procedidas as anotações e baixas necessárias, ARQUIVEM-SE os autos. CUMPRA-SE. ÀS PROVIDÊNCIAS. Mirassol D’Oeste/MT, 09 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010078-76.2015.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
SANDRA DOS SANTOS LEITE BATISTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULOSALEM PEREIRA GONCALVES OAB - MT18220-O (ADVOGADO(A))
PLINIO PELLENZ JUNIOR OAB - MT18240-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WALDEMAR PINHEIRO DOS SANTOS OAB - MT0007718A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MIRASSOL D'OESTE DESPACHO Processo: 8010078-76.2015.8.11.0011. REQUERENTE: SANDRA DOS SANTOS LEITE BATISTA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos. Considerando o retorno dos autos da Turma Recursal, DETERMINO a intimação das partes para pugnarem o que de direito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento. Transcorrendo o prazo in albis, AO ARQUIVO. Caso contrário, CONCLUSOS. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. ÀS PROVIDÊNCIAS. Mirassol D’oeste-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000543-43.2018.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA IZABEL CAMARGO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TATIANE CORBELINO LACCAL DA SILVA OAB - MT0009409A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MIRASSOL D'OESTE DECISÃO Processo: 1000543-43.2018.8.11.0011. REQUERENTE: MARIA IZABEL CAMARGO REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos. Considerando o retorno dos autos da Turma Recursal, DETERMINO a intimação das partes para pugnarem o que de direito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento. Transcorrendo o prazo in albis, AO ARQUIVO. Na hipótese de ausência de pagamento espontâneo da condenação, e, sendo pugnado o cumprimento de sentença pela parte autora, determino: I – A conversão da ação para Cumprimento de Sentença. II – INTIME-SE a parte executada, por meio de seu advogado via DJE (Novo CPC, art. 513, §2º, I), ou, na falta deste e em caso de ser representada pela Defensoria Pública, por carta com Aviso de Recebimento (Art. 513, §2º, II, do Novo CPC), para efetuar o pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidir em multa de 10% do total da condenação e, também, de honorários de advogados no mesmo patamar, nos termos do art. 523, §1º, do Novo CPC (Enunciado nº 97 do FONAJE). III – Transcorrido o prazo acima sem o pagamento, em havendo pedido de penhora on line, voltem-me os autos conclusos. IV – Em não havendo o requerimento acima, ou sendo a referida penhora infrutífera, EXPEÇA-SE mandado de penhora, remoção, depósito, avaliação e intimação (art. 52, IV da Lei 9.099/95), em que deverão ser constritos tantos bens quantos bastem para a completa garantia do crédito exequendo. V – Transcorrido o prazo estipulado no item I, a parte executada terá 15 (quinze) dias para apresentar embargos, independentemente de penhora ou nova intimação (art. 525 do Novo CPC). VI – Não apresentados embargos, manifeste-se a parte credora, no prazo de 05 (cinco) dias, quanto ao seu interesse pela adjudicação dos bens penhorados. VII – Não havendo penhora, ou não localizada a parte devedora, INTIME-SE a parte exequente para que adote as providências cabíveis, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção (art. 53, §4º da Lei 9.099/95). De tudo cumprido e certificado, CONCLUSOS. CUMPRA-SE. ÀS PROVIDÊNCIAS. Mirassol D’Oeste/MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 8010304-81.2015.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:

ODILSON BATISTA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SUELLEN MENEZES BARRANCO OAB - MT0015667A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CERVEJARIA PETROPOLIS S/A (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIA DA PENHA PEREIRA DOS SANTOS OAB - SP0301700A (ADVOGADO(A))
PATRICIA MEDEIROS ARIAS OAB - SP259885 (ADVOGADO(A))

CERTIDÃO Certifico que, considerando o aporte do cálculo determinado pela R. Decisão de Id. 24685870, juntado ao Id. 27353051, INTIMEM-SE as partes para pugnarem o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias. Para constar lavrei a presente. Mirassol D'Oeste, 12 de dezembro de 2019. Mayla Gimenes de Melo Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004021-25.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
OZEIAS JANUARIO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO MARQUES PONTES JUNIOR OAB - MT16873/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MIRASSOL D'OESTE DECISÃO Processo: 1004021-25.2019.8.11.0011. REQUERENTE: OZEIAS JANUARIO DA SILVA REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos. Analisando detidamente os autos, verificam-se defeitos e irregularidades nos termos da inicial, visto que não consta dos autos comprovante de endereço em nome do autor. Assim, INTIME-SE o(a) douto(a) causídico(a) para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar ou a complementar a petição inicial nos termos do art. 321 do NCPC. Após, CONCLUSOS. CUMPRA-SE. ÀS PROVIDÊNCIAS. Mirassol D'Oeste-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000252-43.2018.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
GERCINA MARIA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO LUIZ GOMES DA SILVA OAB - MT0017690A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MIRASSOL D'OESTE SENTENÇA Processo: 1000252-43.2018.8.11.0011. REQUERENTE: GERCINA MARIA DE OLIVEIRA REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos. Dispensado o relatório, atendido o art. 38 da Lei nº 9.099/95. DECIDO. De pronto, cumpre assinalar que a lide posta em discussão não exige maiores delongas. O autor perseguia a prestação jurisdicional, todavia, deixou de promover o regular prosseguimento do feito, embora devidamente intimado (id de n. 26923777). Assim, a ausência de impulso processual da parte autora, implica extinção anômala do processo, "ex vi" do art. 485, inciso VI, do NCPC. Nesse sentido: "TJ-DF - Apelação Cível APC 20140710392026 (TJ-DF) Data de publicação: 24/06/2015 Ementa: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. BUSCA E APREENSÃO. COMANDO JUDICIAL DESATENDIDO. INÉRCIA DO AUTOR. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. SENTENÇA MANTIDA. 1. Se a parte se mantém inerte em atender à determinação judicial para dar prosseguimento ao feito, deixando de indicar o correto endereço do réu ou de converter a demanda em execução, a extinção do processo é medida que se impõe, ante a falta de interesse de agir, nos termos do art. 267 , VI, do CPC . 2. Recurso conhecido e desprovido." (negritos nossos) Diante disso, não resta outra alternativa senão JULGAR EXTINTO O PRESENTE FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Sem custas. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, AO ARQUIVO com as anotações e baixas de estilo. CUMPRA. ÀS PROVIDÊNCIAS. Mirassol D'Oeste/MT, 05 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1001167-58.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
SIRLEY REMEDIO SABINO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL HERRERA DE OLIVEIRA OAB - MT0018387A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

CERTIDÃO Certifico que em cumprimento a ordem de serviço 001/16 GAB/JUIZADO ESPECIAL, procedo com a expedição de intimação da parte autora para manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias, quanto aos documentos juntados no Id. 26585933. Para constar lavrei a presente. Mirassol D'Oeste, 12 de dezembro de 2019 Mayla Gimenes de Melo Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000808-45.2018.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
GONDIM & CIA LTDA - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNA GABRIELA ZANROSSO OAB - MT0015679A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
REGINA MEDEIROS CANADINHA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MIRASSOL D'OESTE DECISÃO Processo: 1000808-45.2018.8.11.0011. REQUERENTE: GONDIM & CIA LTDA - EPP REQUERIDO: REGINA MEDEIROS CANADINHA Vistos. Considerando que mesmo intimada a manifestar-se a autora deixou transcorrer o prazo a tanto, conforme teor da certidão inserida no id nº 27004364, DETERMINO a remessa ao ARQUIVO com as baixas e anotações de estilo. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. ÀS PROVIDÊNCIAS. Mirassol D'Oeste-MT, 09 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000602-94.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
DAIANE LEITE DE OLIVEIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MIRASSOL D'OESTE DECISÃO Processo: 1000602-94.2019.8.11.0011. REQUERENTE: DAIANE LEITE DE OLIVEIRA REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Vistos. Considerando que a parte sucumbente não efetuou o pagamento espontâneo, e, ante o teor do petitório de id nº 27279811, determino: I – INTIME-SE a parte executada, por meio de seu advogado via DJE (Novo CPC, art. 513, §2º, I), ou, na falta deste e em caso de ser representada pela Defensoria Pública, por carta com Aviso de Recebimento (Art. 513, §2º, II, do Novo CPC), para efetuar o pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidir em multa de 10% do total da condenação e, também, de honorários de advogados no mesmo patamar, nos termos do art. 523, §1º, do Novo CPC (Enunciado nº 97 do FONAJE). II – Transcorrido o prazo acima sem o pagamento, em havendo pedido de penhora on line, voltem-me os autos conclusos. III – Em não havendo o requerimento acima, ou sendo a referida penhora infrutífera, EXPEÇA-SE mandado de penhora, remoção, depósito, avaliação e intimação (art. 52, IV da Lei 9.099/95), em que deverão ser constritos tantos bens quantos bastem para a completa garantia do crédito exequendo. IV – Transcorrido o prazo estipulado no item I, a parte executada terá 15 (quinze) dias para apresentar embargos, independentemente de penhora ou nova intimação (art. 525 do Novo CPC). V – Não apresentados embargos, manifeste-se a parte credora, no prazo

de 05 (cinco) dias, quanto ao seu interesse pela adjudicação dos bens penhorados. VI – Não havendo penhora, ou não localizada a parte devedora, INTIME-SE a parte exequente para que adote as providências cabíveis, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção (art. 53, §4º da Lei 9.099/95). De tudo cumprido e certificado, CONCLUSOS. CUMPRA-SE. ÀS PROVIDÊNCIAS. Mirassol D'Oeste/MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000501-57.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
TACIANE DE SOUZA LEAL (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MIRASSOL D'OESTE DECISÃO Processo: 1000501-57.2019.8.11.0011. REQUERENTE: TACIANE DE SOUZA LEAL REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Vistos. Considerando que a parte sucumbente não efetuou o pagamento espontâneo, e, ante o teor do petitório de id nº 27289057, determino: I – INTIME-SE a parte executada, por meio de seu advogado via DJE (Novo CPC, art. 513, §2º, I), ou, na falta deste e em caso de ser representada pela Defensoria Pública, por carta com Aviso de Recebimento (Art. 513, §2º, II, do Novo CPC), para efetuar o pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidir em multa de 10% do total da condenação e, também, de honorários de advogados no mesmo patamar, nos termos do art. 523, §1º, do Novo CPC (Enunciado nº 97 do FONAJE). II – Transcorrido o prazo acima sem o pagamento, em havendo pedido de penhora on line, voltem-me os autos conclusos. III – Em não havendo o requerimento acima, ou sendo a referida penhora infrutífera, EXPEÇA-SE mandado de penhora, remoção, depósito, avaliação e intimação (art. 52, IV da Lei 9.099/95), em que deverão ser constritos tantos bens quantos bastem para a completa garantia do crédito exequendo. IV – Transcorrido o prazo estipulado no item I, a parte executada terá 15 (quinze) dias para apresentar embargos, independentemente de penhora ou nova intimação (art. 525 do Novo CPC). V – Não apresentados embargos, manifeste-se a parte credora, no prazo de 05 (cinco) dias, quanto ao seu interesse pela adjudicação dos bens penhorados. VI – Não havendo penhora, ou não localizada a parte devedora, INTIME-SE a parte exequente para que adote as providências cabíveis, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção (art. 53, §4º da Lei 9.099/95). De tudo cumprido e certificado, CONCLUSOS. CUMPRA-SE. ÀS PROVIDÊNCIAS. Mirassol D'Oeste/MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000439-17.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
RONILDO CLAUDIO DA CRUZ (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Em pdf.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000535-32.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
MARISY LUANA COSTA RODRIGUES SANTOS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MIRASSOL D'OESTE DECISÃO Processo: 1000535-32.2019.8.11.0011. REQUERENTE: MARISY LUANA COSTA RODRIGUES SANTOS REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Vistos. Considerando que a parte sucumbente não efetuou o pagamento espontâneo, e, ante o teor do petitório de id nº 27289873, determino: I – INTIME-SE a parte executada, por meio de seu advogado via DJE (Novo CPC, art. 513, §2º, I), ou, na falta deste e em caso de ser representada pela Defensoria Pública, por carta com Aviso de Recebimento (Art. 513, §2º, II, do Novo CPC), para efetuar o pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidir em multa de 10% do total da condenação e, também, de honorários de advogados no mesmo patamar, nos termos do art. 523, §1º, do Novo CPC (Enunciado nº 97 do FONAJE). II – Transcorrido o prazo acima sem o pagamento, em havendo pedido de penhora on line, voltem-me os autos conclusos. III – Em não havendo o requerimento acima, ou sendo a referida penhora infrutífera, EXPEÇA-SE mandado de penhora, remoção, depósito, avaliação e intimação (art. 52, IV da Lei 9.099/95), em que deverão ser constritos tantos bens quantos bastem para a completa garantia do crédito exequendo. IV – Transcorrido o prazo estipulado no item I, a parte executada terá 15 (quinze) dias para apresentar embargos, independentemente de penhora ou nova intimação (art. 525 do Novo CPC). V – Não apresentados embargos, manifeste-se a parte credora, no prazo de 05 (cinco) dias, quanto ao seu interesse pela adjudicação dos bens penhorados. VI – Não havendo penhora, ou não localizada a parte devedora, INTIME-SE a parte exequente para que adote as providências cabíveis, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção (art. 53, §4º da Lei 9.099/95). De tudo cumprido e certificado, CONCLUSOS. CUMPRA-SE. ÀS PROVIDÊNCIAS. Mirassol D'Oeste/MT, 11 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003536-25.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
MICHELY LUCAS DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO MARQUES PONTES JUNIOR OAB - MT16873/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MIRASSOL D'OESTE DECISÃO Processo: 1003536-25.2019.8.11.0011. REQUERENTE: MICHELY LUCAS DE OLIVEIRA REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos. Considerando o certificado em id nº 27263291, DETERMINO a intimação da requerente para pugnar o que de direito, dando prosseguimento a presente, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção anômala. Após, CONCLUSOS. CUMPRA-SE. ÀS PROVIDÊNCIAS. Mirassol D' Oeste/MT, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000839-31.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
ROSELAINE FARIA CARRASCO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TATIANE DA SILVA ARGENTINO OAB - MT21507/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFONICA BRASIL S.A. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

CERTIDÃO Certifico que, em que pese a R. Decisão de penhora juntada ao Id. 27207655, verifica-se que houve o pagamento espontâneo pela parte requerida, conforme Id 2734880, antes da efetivação da penhora. Ante ao exposto, em cumprimento a ordem de serviço 001/16 GAB/JUIZADO ESPECIAL, procedo com a expedição de intimação da parte autora para manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias. Para constar lavrei a presente. Mirassol D'Oeste, 12 de dezembro de 2019. Mayla Gimenes de Melo Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 8010343-15.2014.8.11.0011

Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS ANTONIO ROCHA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEFFERSON LUIS FERNANDES BEATO OAB - MT0003057A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI BRASILTELECOM (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MIRASSOL D'OESTE SENTENÇA Processo: 8010343-15.2014.8.11.0011. EXEQUENTE: CARLOS ANTONIO ROCHA EXECUTADO: OI BRASILTELECOM Vistos. Cuida-se de Embargos de Declaração interposto por OI S.A em que alega contradição constante na sentença de ID 26262292 aduzindo que o valor apurado encontra-se equivocado, devendo ser acolhida atese outrora apresentada pela executada. Em seguida, vieram-me os autos conclusos. EIS A SÍNTESE NECESSÁRIA. FUNDAMENTO E DECIDO. Como de conhecimento, a dicção do artigo 1.022, inciso I, do CPC permite a promoção dos embargos declaratórios para, entre outras hipóteses, dirimir omissão, contradição e erros materiais existentes decisão. Acerca de tal espécie recursal, a despeito da controvérsia doutrinária em torno da sua natureza jurídica, destaca o doutrinador Daniel Amorim Assumpção Neves (in Manual de Direito Processual Civil. 2ed. São Paulo: Método, 2011, p.718-719), mais especificamente quanto às hipóteses de cabimento, que: A omissão refere-se à ausência de apreciação de questões relevantes sobre os quais o órgão jurisdicional deveria ter se manifestado, inclusive as matérias que deva conhecer de ofício. (...) A obscuridade, que pode ser verificada tanto na fundamentação quanto no dispositivo, decorre da falta de clareza e precisão da decisão, suficiente a não permitir a certeza jurídica a respeito das questões resolvidas. (...) O terceiro vício que legitima a interposição dos embargos de declaração é a contradição, verificada sempre que existirem proposições inconciliáveis entre si, de forma que a afirmação de uma logicamente significará a negação da outra. (negritos originais). No caso sub judice, vislumbro que a contradição apontada pela parte não comporta acolhimento, haja vista que a decisão obliterada se ateve os fatos contidos nos autos, bem como os analisou exaustivamente, ficando demonstrado que o crédito discuto se trata de extraconcursal, e que o valor devido está de acordo com o cálculo do contador judicial. O argumento exposto pela embargante adentra ao mérito da decisão proferida, na tentativa de rediscutir os fundamentos da decisão embargada, e demandam reapreciação, configurando pedido de reconsideração, instituto este inexistente no ordenamento jurídico brasileiro. Portanto, registro que a forma adequada de se pugnar este tipo de manifestação judicial não encontra sede nos embargos de declaração, mas sim em sede de recurso. Desta feita, CONHEÇO dos embargos declaratórios, tendo em vista que foram intentados no prazo legal e, no entanto, NEGO-LHES PROVIMENTO, já que não houve comprovação de quaisquer das suas hipóteses de cabimento, conforme o art. 1.022 do Novo Código de Processo Civil. CUMPRAM-SE as determinações remanescentes da sentença supracitada. Cumpra-se. Mirassol D'Oeste/MT, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002396-53.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
ORLANDINO MARIANO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO YUJI YASHIRO OAB - MT16250-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MIRASSOL D'OESTE DECISÃO Processo: 1002396-53.2019.8.11.0011. REQUERENTE: ORLANDINO MARIANO DA SILVA REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos. RECEBO os embargos opostos, eis que tempestivos. Diante do natural caráter infringente[1] dos embargos declaratórios, em observância aos princípios do contraditório e ampla defesa, nos termos do art. 1.023, §2º, do CPC, INTIME-SE a parte contrária para que, querendo, se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, CONCLUSOS. CUMPRA-SE. ÀS PROVIDÊNCIAS. Mirassol D´Oeste/MT, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima Juíza de Direito [1] Em qualquer caso em que os embargos possam assumir caráter infringente – seja no cumprimento de sua normal função, seja no seu emprego atípico –, antes de decidi-los o julgador deve ouvir a parte contrária no prazo de cinco dias (art. 1.023, § 2.º) Acessado em 25/05/2017: http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI236300,61044-Embargos+de+declaracao+efeitos+no+CPC15.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002445-94.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
APARECIDA TABORGA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO LUIZ GOMES DA SILVA OAB - MT0017690A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MIRASSOL D'OESTE DECISÃO Processo: 1002445-94.2019.8.11.0011. REQUERENTE: APARECIDA TABORGA DE OLIVEIRA REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Vistos. RECEBO os embargos opostos, eis que tempestivos. Diante do natural caráter infringente[1] dos embargos declaratórios, em observância aos princípios do contraditório e ampla defesa, nos termos do art. 1.023, §2º, do CPC, INTIME-SE a parte contrária para que, querendo, se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, CONCLUSOS. CUMPRA-SE. ÀS PROVIDÊNCIAS. Mirassol D´Oeste/MT, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima Juíza de Direito [1] Em qualquer caso em que os embargos possam assumir caráter infringente – seja no cumprimento de sua normal função, seja no seu emprego atípico –, antes de decidi-los o julgador deve ouvir a parte contrária no prazo de cinco dias (art. 1.023, § 2.º) Acessado em 25/05/2017: http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI236300,61044-Embargos+de+declaracao+efeitos+no+CPC15.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1001155-44.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANO SIVETI ROMA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBSON DOS REIS SILVA OAB - MT0019991A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

CERTIDÃO Certifico que em cumprimento a ordem de serviço 001/16 GAB/JUIZADO ESPECIAL, procedo com a expedição de intimação da parte autora para manifestar-se no prazo de 05 (cinco) dias, quanto aos documentos juntados no Id. 27348164. Para constar lavrei a presente. Mirassol D'Oeste, 12 de dezembro de 2019 Mayla Gimenes de Melo Gestora Judiciária

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1002958-62.2019.8.11.0011
Parte(s) Polo Ativo:
DAVI DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL ALMEIDA TAMANDARE NOVAES OAB - MT0019946A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FABIO MORAES DA SILVA (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MIRASSOL D'OESTE DECISÃO Processo: 1002958-62.2019.8.11.0011. EXEQUENTE: DAVI DA SILVA EXECUTADO: FABIO MORAES DA SILVA Vistos. Em razão da não localização de bens passíveis de penhora, a exequente requer que seja oficiado à Receita

Federal do Brasil para que o órgão forneça informações acerca de bens passíveis de penhora em nome do executado. Os autos vieram conclusos. Pois bem. Como de conhecimento, o sigilo bancário e fiscal decorre diretamente do direito à privacidade, previsto no artigo 5º, inciso X, da CF/88, que, por sua vez, é complementado pelo disposto no inciso XII do mesmo artigo constitucional, ambos, repita-se, garantindo a proteção da vida privada da pessoa física, bem como resguardando dados sigilosos da pessoa jurídica. Entretanto, a proteção dispensada a essas espécies de dados, como forma de resguardar a própria intimidade da pessoa física e a privacidade da pessoa jurídica, não chega às raias de torná-los intocáveis sob pena de se proteger exacerbadamente os maus pagadores. Afinal, até mesmo as liberdades públicas são relativas, de sorte que cedem espaço quando "em jogo" um interesse maior da sociedade. Em resumo, o direito fundamental à privacidade não pode servir de proteção a arbitrariedades e ilegalidades, conforme se extrai da seguinte lição do prof. Alexandre de Moraes: "Os sigilos bancário e fiscal são relativos e apresentam limites, podendo ser devassados pela Justiça Penal e Civil, pelas comissões Parlamentares de Inquérito e pelo Ministério Público uma vez que a proteção constitucional do sigilo não deve servir para detentores de negócios não transparentes ou de devedores que tiram proveito dele para não honrar seus compromissos[1]". (negrito nosso) E nos autos, mesmo devidamente citada, a parte executada não pagou o débito. De outra parte, a exequente diligenciou, com insucesso, à procura de bens que garantissem a execução, como se colhe da penhora "on-line" e via RENAJUD. Portanto, o requerente demonstrou que esgotou todos os meios possíveis para obter esclarecimentos sobre a existência de patrimônio em nome dos executados (art. 476 da CNGC). POSTO ISSO, DEFIRO o pedido em questão, motivo pelo qual DETERMINO as seguintes providências: I-) PROCEDA-SE à consulta via sistema INFOJUD, requisitando as Declarações de Imposto de Renda dos últimos três anos em nome do executado, CPF/CNPJ nº 026.422.891-09. II-) Aportando aos autos as informações ora deferidas, INTIME-SE a exequente para pugnar o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias. III-) Permaneçam os autos em gabinete para efetivação da consulta. Por fim, CONCLUSOS. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. ÀS PROVIDÊNCIAS. Mirassol D'Oeste-MT, 09 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima Juíza de Direito [1] In Direito Constitucional, 12ª edição, editora Jurídica Atlas, p. 93.

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Henriqueta Fernanda Chaves Alencar F. Lima
Cod. Proc.: 86547 Nr: 3164-45.2009.811.0011
AÇÃO: Procedimento do Juizado Especial Cível->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Edmilson Barbosa da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): Banco do Brasil S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Vanessa Ágata Garcia Cajango - OAB:12612 - B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - OAB:11065/A, Rafael Sganzerla Durand - OAB:MT 12-208-A
Vistos.
DEFIRO o pedido vertido às fls. 245/245-v, de modo que DETERMINO o levantamento dos valores bloqueados no importe de R$ 29.738,00 (vinte e novel mil, setecentos e trinta e oito reais) na conta indicada pela requerida.
Após, de tudo cumprido e certificado, ARQUIVEM-SE os autos com as baixas e anotações de estilo.
EXPEÇA-SE o respectivo alvará.
INTIMEM-SE.
CUMPRA-SE, expedindo-se o necessário.
ÀS PROVIDÊNCIAS.
Mirassol D'Oeste-MT, 10 de dezembro de 2019.
Henriqueta Fernanda C. A. F. Lima
Juíza de Direito

3ª Vara Criminal

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 265811 Nr: 4409-76.2018.811.0011
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: O Ministério Publico do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Carlos Henrique Marques de Paula
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: edson gomes de carvalho - OAB:19970, juliano barreto lopes - OAB:20450/0, rafael almeida tamandaré novaesa - OAB:19946
DESPACHO
Vistos.
Tendo em vista que a magistrada titular se encontra em gozo de licenças deferidas pelo Tribunal de Justiça e considerando que este magistrado atua em substituição legal nesta Terceira Vara de Mirassol D'Oeste/MT, assim como é titular da Comarca de Rio Branco/MT e ainda cumula a Segunda Vara desta Comarca de Mirassol D'Oeste/MT, respondendo ao todo por três juízos diversos, torna-se imperiosa a readequação da pauta de audiências deste juízo.
Assim, determino o cancelamento da audiência designada nos autos, devendo o feito aguardar em secretaria a normalização e harmonização das pautas de audiência dos Juízos supramencionados.
Desta feita, aguarde o feito em secretaria até deliberação posterior.
Cumpra-se.
Às providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Marcos André da Silva
Cod. Proc.: 273941 Nr: 3841-26.2019.811.0011
AÇÃO: Auto de Prisão em Flagrante->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Justiça Pública
PARTE(S) REQUERIDA(S): Sérgio Luiz do Nascimento
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JULIO CEZAR MASSAM NICHOLS - OAB:11270
Tratam os autos de comunicação de prisão em flagrante de Sérgio Luiz do Nascimento, o qual teria, em tese, cometido o crime previsto no artigo 12 da Lei 10.826/2003.
A defesa pediu liberdade provisória sem fiança (fls.30/38).
Eis o necessário. DECIDO
I – DA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA
Inviável a realização de audiência de custódia no prazo estabelecido pela Resolução 213/2015 CNJ, tendo em vista que este juiz responde, nesta data, a 2 Varas nesta Comarca de Mirassol D'Oeste/MT e, ainda, responde à Comarcas de Rio Branco/MT, a qual dista 83 km, tornando, assim, inviável o cumprimento do prazo estabelecido na referida Resolução.
Ademais, insta consignar que, nesta data, assim como nos demais dias desta semana, este magistrado estará na Comarca de Rio Branco/MT e responderá também à Comarca de São José dos Quatro Marcos/MT, impossibilitando a realização do ato antes do dia 16.12.2019.
Assim, tais razões justificam a realização da audiência fora do prazo regimental.
Necessário também destacar que a permanência do custodiado em sede policial para a realização prévia da audiência de custódia vulnera direitos do próprio segregado, como alimentação, banho e local descente para pernoitar.
Ante o exposto, designo audiência de custódia para o dia 16/12/2019, às 17h55mim.
II – DA HOMOLOGAÇÃO DO FLAGRANTE
A prisão em flagrante deve ser homologada, porque preenche os requisitos legais inscritos nos artigos 302 e 304, ambos do Código de Processo Penal, não ostentando vícios de natureza material e/ou formal que o maculam merecendo ser homologado. Denoto que foram ouvidos o condutor, as testemunhas e o autuado, na forma instituída pelo artigo 304 do CPP e ao final, por todos assinados, como dispõe a Lei.
Consta, ainda, a nota de culpa constando o artigo em que foi incurso, e, ciência das garantias constitucionais, sendo oportunizado ao custodiado a comunicação de sua prisão a pessoa indicada. Assim, a parte formal do auto de prisão em flagrante está perfeita.
No que tange a parte material, vejo que segue a mesma sorte.
Com efeito, o autuado foi preso logo enquanto cometia a infração penal, vez que surpreendido de posse de uma arma de fogo, tudo nos termos dos artigos 301 e 302 do CPP.

Posto isso, HOMOLOGO o auto e passo a análise acerca da necessidade da decretação da prisão preventiva.

Não realizando qualquer julgamento precipitado quanto ao mérito da demanda repressiva, mediante os indícios colhidos no feito respectivo, verifico estão presentes, no caso em tela, requisitos para manutenção da segregação preventiva.

O relato desesperado da vítima demonstra extrema periculosidade do investigado. Consta que o preso, alterado, foi até residência de sua esposa, depois de discutir com ela, sacou de uma espingarda para disparar contra sua companheira, quando foi impedido por ela, que logrou impedir que o suspeito municiasse a arma. Consta ainda que a vítima teria logrado deixado o local porque teria conseguido fugir, depois de correr desesperadamente.

Os autos ainda revelam que, não satisfeito, o preso teria ameaça de morte sua cunhada, que, do mesmo modo, logrou correr e se desvencilhar o preso, depois de entrar em veículo.

Consta ainda que a Polícia Militar compareceu ao local, prendendo em flagrante o suspeito, encontrou a espingarda e várias munições.

Assim, isso revela a extrema periculosidade que a liberdade do custodiado pode representar para a integridade das vítimas. Por isso, para resguarda a ordem pública, a manutenção da prisão é a medida mais adequada.

Assim, decreto a prisão preventiva de Sérgio Luiz do Nascimento. Expeça-se o correspondente mandado de prisão pelo sistema BNMP.

Aguarde-se o inquérito policial, dando-se ciência ao Ministério Público.

Intimem-se com urgência as vítimas para que tomem conhecimento acerca da presente decisão, bem como para que querendo requeiram medidas de proteção, a exemplo do afastamento do agressor do lar ou domicilio.

Oportunamente, arquivem-se estes autos, com as baixas e anotações devidas, juntando-se cópia da presente decisão e do alvará de soltura devidamente cumprido no feito principal.

Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública.

Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 258323 Nr: 1082-26.2018.811.0011

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: O Ministério Publico do Estado de Mato Grosso

PARTE(S) REQUERIDA(S): Guilherme da Silva Cardoso

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Rafael Herrera de Oliveira - OAB:18.387/O

Impulsio os presentes autos ao douto advogado para apresentar as Alegações Finais no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 273941 Nr: 3841-26.2019.811.0011

AÇÃO: Auto de Prisão em Flagrante->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: Justiça Pública

PARTE(S) REQUERIDA(S): Sérgio Luiz do Nascimento

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JULIO CEZAR MASSAM NICHOLS - OAB:11270

Ante o exposto, designo audiência de custódia para o dia 16/12/2019, às 17h55mim.

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 255661 Nr: 5879-79.2017.811.0011

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: O Ministério Publico do Estado de Mato Grosso

PARTE(S) REQUERIDA(S): Valdir Rezende dos Anjos, Roberto da Rocha Ferreira

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Defensoria Pública de Mirassol D´Oeste - OAB:, Nilson Tomaz da Silva Junior - OAB:23151/O

ESTADO DE MATO GROSSO

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE MIRASSOL D'OESTE - MT

JUIZO DA TERCEIRA VARA

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO: 60 DIAS

AUTOS Nº 5879-79.2017.811.0011

ESPÉCIE: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

AUTOR(ES): O Ministério Publico do Estado de Mato Grosso

RÉU(S): Valdir Rezende dos Anjos e Roberto da Rocha Ferreira

INTIMANDO: Réu(s): Roberto da Rocha Ferreira, Cpf: 20269797823, Rg: 24.048.624-9 SSP SP Filiação: Anibal Gonçalves Ferreira e de Elza Maria da Rocha, data de nascimento: 07/12/1963, brasileiro(a), natural de Paulo de faria-SP, convivente, lavrador / cortador de cana, Endereço: Rua Barão do Rio Branco, S/nº, Bairro: Alto da Boa Vista-(065)9959-6324, Cidade: Mirassol D'oeste-MT

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença de fls. 211/223, proferida nos autos e a seguir transcrita.

DESPACHO: SENTENÇA

Vistos, etc.

Trata-se de denúncia formulada pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso em face dos réus ROBERTO DA ROCHA FERREIRA e VALDIR REZENDE DOS ANJOS, dando o primeiro como incurso nas sanções penais previstas no art. 155, §4º, incisos I e IV, do Código Penal (1º Fato), e o segundo como incurso nas penas do art. 155, §4º, incisos I e IV (1º Fato), e art. 155, caput (2º Fato), em concurso material de crimes, na forma do art. 69, todos do Código Penal, pela prática dos fatos delituosos descritos na denúncia de fls. 05/06.Denúncia recebida em 26.02.2018 (fl. 127). Citados, os acusados apresentaram respostas à acusação (fls. 151/152 e 154/160). Durante a instrução processual foram ouvidas duas testemunhas, a vítima e interrogado o réu Valdir Rezende dos Anjos, sendo decretada a revelia do acusado Roberto da Rocha Ferreira. O Ministério Público apresentou memoriais finais às fls. 189/199, ratificando os termos da denúncia. A defesa do réu Valdir Rezende dos Anjos, em alegações finais de fls. 200/203, requestou o afastamento da qualificadora de rompimento de obstáculos, o reconhecimento da continuidade delitiva, da atenuante da confissão espontânea e o direito de recorrer em liberdade. Em memoriais finais de fls. 204/210, a defesa do réu Roberto da Rocha Ferreira postulou sua absolvição com base no princípio da insignificância. Havendo condenação, almejou o afastamento da qualificadora de rompimento de obstáculos, o reconhecimento da participação de menor importância, da confissão espontânea e regime inicial aberto.

Em síntese, é o relatório.

Decido.

Da Materialidade.

As materialidades dos delitos imputados foram cabalmente comprovadas nos autos por meio do auto de prisão em flagrante de fl. 08, boletim de ocorrência policial de fls. 09/10, espelho do monitoramento eletrônico de fls. 11/13, termo de reconhecimento de objeto de fl. 22, auto de avaliação indireta de fl. 64, laudo pericial de fls. 67/69 e pelas declarações prestadas perante a Autoridade Policial e em Juízo.

Da Autoria.

De igual forma, a autoria delitiva restou demonstrada e recai de forma inconteste sobre os réus, como se depreende dos depoimentos prestados tanto na fase investigativa quanto na fase judicial. Nesse sentido, percucientes foram os memoriais finais do Ministério Público acostados às fls. 189/199, da lavra do d. Promotor de Justiça Osvaldo Moleiro Neto, que bem delineou o contexto fático-probatório dos autos, os quais adoto como razão de decidir, in verbis:

"[...] De igual modo, a autoria dos delitos restou suficientemente comprovada pelas provas colhidas nos autos, as quais são capazes de sustentar um juízo sólido para a condenação dos acusados, nos moldes requestados na inicial.

Inicialmente, convém mencionar que as provas angariadas no feito não deixam dúvidas de que foi os acusados os autores dos crimes em tela. O sistema de monitoramento das tornozeleiras demonstrou de forma cristalina que os acusados Valdir e Roberto estiveram no interior da residência no dia 05/12/2017 (fls. 12 e 13), bem como que o acusado Valdir retornou no dia 06/12/2017 (fl. 11). Nesse contexto, vale salientar que o réu Valdir Rezende dos Anjos, tanto em sede inquisitorial quanto em sede judicial, confessou a autoria delitiva, bem como a participação do réu Roberto da Rocha Ferreira. Externo trechos:

"(…) Que confirma que furtou a casa da vítima Ellen; Que teve a ajuda de Roberto da Rocha Ferreira; Que Roberto teria chamado, ontem de dia (terça-feira, 05/12/2017), por volta das 11h00min da manhã, para furtarem uma casa, dizendo que lá não tinha ninguém; Que retiraram de dentro da casa, por volta das 11h0min quatro pacotes de feijão, um de arroz, duas travessas de vidro, um ventilador branco;(…) Que alega que hoje (06/12/2017) pela manhã, por volta das 11h00min, entrou novamente na mesma casa, desta vez sozinho, e levou de lá uma bolsa preta e um boné vermelho e branco (...)" (Interrogatório às fls. 27/29).

"(…) Réu: foi assim, o Roberto chegou em casa, tava eu e minha muié (…) aí ele chegou, pegou trouxe um corotim de pinga, nós começou tomar, ai ele falou assim 'tô precisando de um ventilador' falou assim pra mim 'tô precisando de um ventilador e eu sei onde tem', ele já tinha ido lá entendeu, já tinha ido lá, falei mas, a minha muié falou assim pra ele 'mas não dá problema não?' a muié falou pra ele, ele falou 'não, não dá nada não, já fui lá já', eu falei 'então vou lá então', peguei e fui, aí a porta de lata, tem duas portas, uma de madeira e outra de lata, aí a de lata tava um buraco embaixo assim, peguei fui e entrei, fui entrei, peguei um ventilador pra ele, peguei uma bolsa e um boné, e uma batedeira e um, aquele negócio de vidro, travessa de vidro.

Juiz: E ele estava aonde nesse momento? Estava junto?

Réu: Tava junto, ele tava no rumo da porta, pegando na porta.

Juiz: E depois?

Réu: Aí depois ele pegou levou lá em casa pra mim, levou lá em casa o resto dos trem, e o ventilador ele pegou pra ele, ai quando foi a noite ele voltou lá e eu não tava lá, me chamando eu pra voltar lá, porque ele queria a televisão, ai eu num tava lá, eu peguei cheguei lá minha muié falou pra mim, ai eu não fui, ele pegou perguntou de mim e depois foi e saiu (…) ele voltou lá em casa a noite atrás de mim, pra mim voltar no lugar onde nós roubou, e eu não tava lá na hora, que ele tava querendo a televisão, que tinha uma televisão lá, aí eu cheguei em casa minha muié falou pra mim que ele tinha ido atrás de mim, mas depois disso ai ele saiu lá de casa e eu não sei se ele voltou lá.

Juiz: Você não voltou lá de novo?

Réu: Voltei, voltei no outro dia.

Juiz: Pra fazer o que?

Réu: Pra pegar essa televisão pra ele.

Juiz: Aí você pegou?

Réu: Não, cheguei lá a televisão não tava lá mais.

(…)

Promotor: Quando você voltou no segundo dia, no dia 06, o que você levou da casa?

Réu: No segundo dia, no segundo dia eu levei uma bolsa, e um boné e um óculos.

Promotor: E essa televisão que também foi furtada, você sabe se foi o Roberto que voltou lá depois e pegou?

Réu: Provavelmente, provavelmente porque ele foi lá em casa no outro dia, no mesmo dia a noite entendeu? Falando que queria, ele tinha falado que queria a televisão entendeu? Aí queria que eu fosse lá com ele eu peguei e não tava lá na hora, ai no outro dia eu voltei lá, cheguei lá a televisão não tava lá mais. (...)" (Mídia Audiovisual de fl. 174).

Contudo, apesar de o réu sustentar que a porta já estava arrombada, e que teria adentrado na residência através de um buraco, alegando que não houve rompimento de obstáculo, o Laudo Pericial do local (fls. 67/69), demonstra de forma inequívoca que houve o arrombamento, bem como trouxe em imagens (fl. 68), que não seria possível adentrar na residência por meio do buraco, em razão deste ser estreito. Ademais, a vítima Ellen Caroline Camilo Tudeia, em seu depoimento em juízo, relatou que sua porta foi arrombada para o cometimento do crime de furto, além de afirmar que reconheceu o réu Valdir Rezende dos Anjos, quando o viu na rua com alguns de seus pertences. Vejamos:

"Vítima: Eu não estava em casa, estava em Curvelândia, ai eu cheguei na terça-feira cedo (…) ai eu vi que a casa, que a porta tava arrombada, e que a casa tava revirada, eu tinha uma entrevista de emprego marcada, eu tive que sair e não tinha ninguém pra deixar em casa cuidando, eu liguei pra polícia militar mas eles não podia ir lá na hora, então eu sai pra entrevista, e quando eu retornei eu vi que eles tinha voltado e levado mais coisas.

(…)

Promotor: E a senhora sabe quem furtou a sua residência?

Vítima: Sim.

Promotor: Como a senhora ficou sabendo?

Vítima: Eu tava sentada na frente esperando a polícia militar, passou um indivíduo na frente da rua usando um boné que a empresa onde eu trabalhava fez apenas para os funcionários, ai eu reconheci ele pelo boné." (Mídia Audiovisual de fl.174).

O policial militar Joelino das Neves Cebalho, que atendeu a ocorrência, em seu depoimento em juízo, relatou detalhadamente como ocorreu os fatos:

"Testemunha: Na data dos fatos eu estava comandando duas guarnição policial, lá em Mirassol D'Oeste, quando fui informado pelo 190 da situação dessa casa que teria sido arrombada, ali no bairro alto da boa vista, eu com a minha equipe, junto com meu policial e o motorista, deslocamos até a residência e deparamos já com a vítima e uma testemunha, acho que era amigo dela se não me engano, e ela nos relatou que teria deslocado pra cidade de Curvelândia, cidade vizinha, no final de semana pra trabalhar numa lanchonete, e quando retornou se não me engano no domingo, ela deparou com a casa com a porta arrombada, e vários produtos da residência teria sido furtado, entre eles televisão, liquidificador, batedeira, panela, na verdade levaram quase tudo (…) e ai diante dessas informações, ela mesmo passou também, que no momento que ela ligou, nesse intervalo dela ligar e nós se deslocar até lá na casa dela, diz que ela percebeu que uma pessoa passou em frente da casa, e ela reconheceu um boné, que teria sido subtraído dessa residência, e assim que esse rapaz passou na frente da casa eles percebeu, e essa testemunha que tava com ela, tava numa motocicleta, acompanhou esse cidadão (…) ele retornou até a casa da vítima e aguardou, assim que nós chegamos ele passou essa informação, eu coloquei ele na viatura e fomos fazer diligências pra ver se conseguia localizar ali nas imediações esse cidadão, fizemos várias diligências ali, porém não localizamos, foi coletado os dados da vítima, e iniciamos/continuamos as diligências ali no bairro (…) eu desloquei com a minha equipe até o presídio, e lá eu conversando com o diretor, eu perguntei (…) se existia a possibilidade dele identificar pra nós se num teve movimentação de pessoas utilizando tornozeleiras nesse local, durante esse período, esse tempo que ela ficou, de sexta-feira até domingo, ele se prontificou a tá verificando, e de posse dessas dados da residência, ele conseguiu jogar no sistema que eles fazem monitoramento, exatamente a casa, e dentro do sistema histórico, constatou a presença de duas pessoas que estavam utilizando tornozeleira nesse local, dentro do período desses dias (…) e passou pra nós os dados, deslocamos novamente com a residência, e conversando com a pessoa, ele mostrou pra nós a fato, falei 'olha, a pessoa que nós conseguimos identificar lá no sistema de monitoramento (...)' ele falou 'não, foi esse ai que passou ai na frente' falei 'mas vocês sabe onde ele mora?' falei assim 'olha, aqui próximo tem um casal que recém saiu da cadeia e eles tão utilizando tornozeleira' deslocamos lá na casa e perguntamos pra esposa do suspeito, se não me engano o nome dele era Valdir, se o Valdir estava na casa, ela falou que não estava (…) e indagamos a respeito do paradeiro dele (…) ela falou que não sabia, que ele tinha saído pra rua, eu entrei em contato novamente, deslocamos novamente na cadeia pública, e mantivemos novamente contato com o diretor e perguntei a princípio se ele podia nos dar o posicionamento exato daquele momento onde estaria a pessoa de Valdir (…) ele nos informou que ele estava no bairro alto da boa vista (…) e que estava em movimento, eu me desloquei com as minhas duas equipes pra lá e tudo indica que ele nos viu, ou foi informado pela esposa (…) e eu tava mantendo com o diretor do presídio e ele nos informou ele tá em movimento a tantos por hora, ele tá entrando dentro de uma mata, ele tá se escondendo (…) conseguimos localizar ele lá dentro da mata, utilizando entorpecente, fizemos a detenção dele lá, no exato momento ele já assumiu que teria sido o autor realmente do furto nessa residência, deslocamos com ele até a residência da vítima, a vítima reconheceu sendo a pessoa que teria passado com o boné, e ele nos passou também o nome de uma segunda pessoa onde ele teria deixado todos os produtos furtado (…) a outra guarnição foi (…) não localizou porque a casa tava fechada, porém em informações ali dos vizinhos eles falou que ele podia tá no bar (…) ele foram num bar ali próximo a rodoviária (…) localizaram ele lá, indagaram pelo nome, pelo nome de (…) Roberto e fizeram a detenção dele, ele deslocou até a casa dele, onde nos apresentou um dos produtos furtados na casa, que seria um ventilador (...)" (Mídia Audiovisual de fl. 188).

Importante se faz colacionar os entendimentos do STJ e STF, que asseveram ser meio idôneo as provas obtidas por meio de depoimento policial. Notemos os julgados:

"(…) 2. Não obstante as provas testemunhais advirem de agentes de polícia, a palavra dos investigadores não pode ser afastada de plano por

sua simples condição, caso não demonstrados indícios mínimos de interesse em prejudicar o acusado, mormente em hipótese como a dos autos, em que os depoimentos foram corroborados pelo conteúdo das interceptações telefônicas, pela apreensão dos entorpecentes – 175g de maconha e aproximadamente 100g de cocaína -, bem como pelas versões consideradas pelo acórdão como inverossímeis e permeadas por várias contradições e incoerências apresentadas pelo paciente e demais corréus. 3 É assente nesta Corte o entendimento no sentido de que o depoimento dos policiais prestado em juízo constitui meio de prova idôneo a resultar na condenação do paciente, notadamente quando ausente qualquer dúvida sobre a imparcialidade das testemunhas, cabendo à defesa o ônus de demonstrar a imprestabilidade da prova, fato que não ocorreu no presente caso" (HC 165.561/AM, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 15/02/2016). Súmula nº 568/STJ" (HC 393.516/MG, j. 20/06/2017, destacado).

"Agravo regimental em recurso ordinário em habeas corpus. 2. Tráfico ilícito de entorpecentes e associação para o tráfico (art. 33, caput, c/c art. 35, caput, da Lei n. 11.343/2006). Condenação. 3. Alegação de cerceamento de defesa. Suposta nulidade absoluta em razão da não apreciação de pedido de reperguntas ao corréu. Inocorrência. A condenação está amparada em amplo contexto probatório produzido durante a instrução, sobretudo em depoimentos dos policiais que prenderam o recorrente em flagrante e em monitoramento telefônico. A sentença não fez referência à confissão do corréu para fundamentar o juízo condenatório do acusado. 4. Agravo regimental a que se nega provimento" (RHC 123731 AgR/SP, j. 31/05/2016 Destacado).

De igual forma, é entendimento do TJMT:

"RECURSOS DE APELAÇÃO CRIMINAL – CONDENAÇÕES PELA PRÁTICA DO CRIME PREVISTO NO ART. 155, §4.º, INCISO IV, DO CP, SENDO IMPUTADO A UM DOS AGENTES A PRÁTICA, EM CONCURSO MATERIAL, DO DELITO PREVISTO NO ART. 307 DO CP – 1. IRRESIGNAÇÕES DEFENSIVAS – 1.1. PEDIDOS DE ABSOLVIÇÃO POR ATIPICIDADE DA CONDUTA, EM FACE DA INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA – IMPROCEDÊNCIA – NÃO COMPROVADA A INEXPRESSIVIDADE DA LESÃO JURÍDICA, TAMPOUCO O REDUZIDO GRAU DE REPROVABILIDADE DO COMPORTAMENTO DOS AGENTES – 1.2. ALMEJADA ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS – INVIABILIDADE – RECONHECIMENTO EXTRAJUDICIAL FORMALIZADO PELA VÍTIMA QUE FOI RATIFICADO EM JUÍZO POR DEPOIMENTOS DOS POLICIAIS ATUANTES NA ELUCIDAÇÃO DO ATO ILÍCITO – CONDENAÇÃO MANTIDA – 2. INCONFORMISMO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – 2.1. PLEITO DE RECONHECIMENTO DA AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA EM RELAÇÃO A UM DOS SENTENCIADOS – POSSIBILIDADE – CONDENAÇÕES PRETÉRITAS INFORMADAS NA FOLHA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS E CONFIRMADAS POR MEIO DE CONSULTAS AO SÍTIO ELETRÔNICO DESTE E. TRIBUNAL DE JUSTIÇA – PENA FINAL REAJUSTADA – MODIFICAÇÃO DO REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO PARA O SEMIABERTO – AFASTAMENTO DO ART. 44 DO CÓDIGO PENAL – RECURSO DEFENSIVO DESPROVIDO E RECURSO MINISTERIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

1.1. Para a aplicação do princípio da insignificância devem ser observados, além da inexpressividade da lesão jurídica provocada, a mínima ofensividade da conduta praticada, nenhuma periculosidade social da ação, bem como o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento do agente, e tais situações não se configuram na hipótese versanda, tendo em vista que se trata de furto qualificado, os apelados ostentam outros registros criminais e a avaliação da res furtiva excede em 25% o valor do salário mínimo vigente à época do fato.

1.2. Incabível a absolvição dos réus por insuficiência probatória na hipótese em que, na seara extrajudicial, o ofendido apontou-os seguramente como sendo os autores do crime – inclusive apontando particularidades de suas características físicas e mediante reconhecimento pessoal efetivado na Delegacia a partir do perfilamento junto deles de outros indivíduos –, e sob o crivo do contraditório tais elementos de convicção foram confirmados pelos depoimentos dos policiais que diligenciaram à época da empreitada criminosa.(...)" (Ap 30276/2018, DES. GILBERTO GIRALDELLI, TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL, Julgado em 11/07/2018, Publicado no DJE 17/07/2018 Destacado).

Portanto, a autoria restou devidamente provada pelos depoimentos judiciais e extrajudiciais das testemunhas e da vítima, sobretudo porque tais provas foram firmes, coesas e coerentes entre si, com as demais provas dos autos. Dessa forma, por estarem devidamente comprovadas a autoria e a materialidade dos crimes, e inexistindo qualquer causa excludente de ilicitude, excludente de tipicidade ou extintiva de sua punibilidade, a condenação dos acusados é medida de rigor. [...]". Consoante se extrai, os réus confessaram a prática dos delitos narrados na inicial acusatória, fornecendo, inclusive, detalhes sobre a sua ocorrência (fls. 34/36 e mídia audiovisual de fl. 174). Nesse ponto, cumpre asseverar que, conquanto o acusado Roberto da Rocha Ferreira tenha negado a subtração dos bens da vítima em Delegacia, ele admitiu ter agido juntamente com o corréu Valdir, ficando do lado de fora da casa para vigiar se vinha alguém, ou seja, atuou auxiliando o comparsa e assegurou o sucesso da empreitada criminosa, bem como que, ao final, ficou na posse de um ventilador furtado da ofendida, evidenciando a coautoria, pelo que a atenuante da confissão realizada na fase investigativa deve ser reconhecida. Outrossim, as confissões dos acusados não se encontram isoladas nos autos, porquanto corroboradas pelas declarações da vítima Ellen Caroline e da testemunha Joelino das Neves Cebalho, policial militar que participou ativamente da diligência que prendeu em flagrante o réu Valdir, que por sua vez delatou a participação do codenunciado Roberto. A vítima asseverou em juízo que viu o réu Valdir passar em frente à sua residência com seu boné furtado, cujo objeto havia sido dado pela empresa que trabalhava exclusivamente para os funcionários, motivo pelo qual acionou a polícia (mídia de fl. 174). De posse de tais informações, o policial militar Joelino das Neves Cebalho foi à procura do denunciado Valdir, como também se dirigiu à Cadeia Pública para averiguar se recuperandos que fazem utilização de tornozeleiras eletrônicas estiveram na residência da vítima, obtendo a confirmação de que o réu Valdir esteve na residência da vítima nos dias 05 e 06 de dezembro de 2017 e o corréu Roberto apenas no dia 05 de dezembro de 2017, conforme extrato do sistema de monitoramento acostado às fls. 11/13. Assim, após lograr êxito em localizar o acusado Valdir e prendê-lo em flagrante, este confessou os crimes de furto nos dias 05 e 06 de dezembro de 2017 e delatou o corréu Roberto, que também admitiu sua participação no primeiro crime realizado no dia 05.12.2017, sendo encontrado em sua residência um ventilador furtado da vítima (CD mídia audiovisual de fl. 188). Os depoimentos dos policiais militares são firmes e uníssonos ao imputarem a autoria dos delitos aos réus, não havendo nada nos autos que os desabonem. Destarte, aliadas às confissões dos réus, as seguras declarações das testemunhas militares e da vítima bem comprovam a materialidade e autoria dos delitos, os quais restaram sobejamente demonstrados. Atinente às qualificadoras previstas no art. 155, §4º, incisos I e IV, do Código Penal, relacionadas ao primeiro fato da denúncia, estas restaram plenamente comprovadas nos autos. Quanto ao concurso de agentes, sem delongas, referida qualificadora ficou amplamente demonstrada pelos firmes depoimentos das testemunhas e pelas confissões dos acusados, corroborados pelo sistema de monitoração eletrônica, que indicou que ambos os réus estiveram juntos na residência da vítima na data do primeiro fato (05.12.2017). Já o rompimento de obstáculo à subtração da coisa ficou demonstrado pelo laudo pericial de constatação do local do crime (fls. 67/69), que descreve as avarias da porta da residência que dava acesso ao interior da casa, concluindo os peritos que: "o crime foi perpetrado mediante rompimento de obstáculos, que o suspeito entra pelo portão da residência, quebra a fechadura e posteriormente arromba as laterais da porta, causando danos materiais, já que a porta ficou destruída" (fl. 68). Assim, tenho que a autoria foi cabalmente demonstrada, bem como as qualificadoras previstas no art. 155, §4º, incisos I e IV, do Código Penal, relacionadas ao primeiro fato da denúncia. Desde já, reconheço a incidência da atenuante prevista no art. 65, inciso III, alínea "d", do Código Penal, haja vista que os acusados confessaram a autoria dos crimes a si imputados na denúncia. Por fim, tocante ao pleito defensivo do réu Roberto da Rocha de ver aplicado ao caso o princípio da insignificância, destaca-se que o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça estabeleceram os seguintes requisitos para o reconhecimento o crime de bagatela: a) conduta minimamente ofensiva; b) ausência de periculosidade do agente; c) reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; e d) lesão jurídica inexpressiva, os quais devem estar presentes, concomitantemente. No caso em tela, além de não se cuidar de delito de pequena monta, vez que o acusado participou do furto de vários objetos (fl. 64), e não apenas do ventilador encontrado em sua posse, o fato de o agente ser reincidente e ostentar históricos criminais relacionados a outros crimes contra o patrimônio, conforme folhas de antecedentes anexas, bem como por ter cometido o crime em concurso de agentes e com rompimento de obstáculos, revela o maior desvalor de sua conduta e a reprovabilidade

acentuada do seu comportamento, impondo, por via de consequência, o afastamento do citado princípio.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESCABIMENTO. FURTO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. MAUS ANTECEDENTES. PACIENTE CONTUMAZ NA PRÁTICA DE DELITOS. RELEVÂNCIA DA CONDUTA NA ESFERA PENAL. PRECEDENTES DO STJ E STF. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. - O Superior Tribunal de Justiça, seguindo entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, passou a não admitir o conhecimento de habeas corpus substitutivo de recurso previsto para a espécie. No entanto, deve-se analisar o pedido formulado na inicial, tendo em vista a possibilidade de se conceder a ordem de ofício, em razão da existência de eventual coação ilegal. - Nos termos de precedente do Supremo Tribunal Federal, firmado no julgamento do HC n. 112.378/SP, proferido pela Segunda Turma, Relator Ministro Joaquim Barbosa, para a aplicação do princípio da insignificância, devem estar presentes, de forma cumulada, os seguintes vetores: a) mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) reduzido grau de reprovabilidade do comportamento do agente; e d) inexpressividade da lesão jurídica provocada. - Na espécie, não se verifica a presença dos referidos vetores, por se tratar de paciente que apresenta maus antecedentes, a demonstrar ser contumaz na prática de delitos. Nesse contexto, a reiteração no cometimento de infrações penais se reveste de relevante reprovabilidade e se mostra incompatível com a aplicação do princípio da insignificância, a demandar a atuação do Direito Penal. Precedentes desta Corte. - Habeas Corpus não conhecido. (HC 437.257/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 13/03/2018)

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. FURTO QUALIFICADO TENTADO. VIOLAÇÃO DO ART. 155 DO CP. CONCURSO DE PESSOAS. COMPORTAMENTO REPROVÁVEL. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. 1. Em consonância com o quanto decidido pelo Tribunal de origem, para o reconhecimento da bagatela, não basta que fique constatado o ínfimo valor da coisa subtraída, impõe-se, igualmente, a análise de outras questões relacionadas ao agente e às circunstâncias do delito. 2. As instâncias ordinárias decidiram em conformidade com a jurisprudência desta Corte ao afastar a incidência do privilégio, tendo em vista o reconhecimento da qualificadora do concurso de agentes. 3. Nos termos da jurisprudência pacífica deste Tribunal Superior a prática do delito de furto qualificado por escalada, arrombamento, rompimento de obstáculo ou concurso de agentes, indica a especial reprovabilidade do comportamento e afasta a aplicação do princípio da insignificância (AgRg no AREsp n. 1.204.004/MS, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 8/3/2018). 4. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido da impossibilidade de aplicação do princípio da insignificância nos casos, como o dos autos, de furto cometido com rompimento de obstáculo ou em concurso de agentes, bem como quando o agente é reincidente delitivo, uma vez que, nesses casos, denota-se uma maior reprovabilidade da conduta (AgRg no AREsp n. 548.459/MS, Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 16/2/2018). 5. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1688274/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 19/04/2018, DJe 11/05/2018)

Portanto, pelo arcabouço probatório angariado aos autos, comprovadas as materialidades e autoria delitiva e, tendo em vista a tipicidade objetiva e subjetiva, a ilicitude e a culpabilidade da conduta dos réus, impõe-se a condenação do acusado Roberto da Rocha Ferreira quanto ao delito previsto no art. 155, §4º, incisos I e IV, do Código Penal (1º Fato), bem como a condenação do réu Valdir Rezende dos Anjos como incurso nas penas dos crimes previstos no art. 155, §4º, incisos I e IV (1º Fato) e art. 155, caput (2º fato), em continuidade delitiva, na forma do art. 71, todos do Código Penal, tendo em vista que os delitos foram cometidos nas mesmas circunstâncias de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, pelo que inviável o reconhecimento do concurso material postulado pelo Parquet na peça incoativa.

DISPOSITIVO.

Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na denúncia, a fim de CONDENAR o réu ROBERTO DA ROCHA FERREIRA, qualificado nos autos, como incurso nas penas do art. 155, §4º, incisos I e IV, do Código Penal (1º Fato), e CONDENAR o réu VALDIR REZENDE DOS ANJOS, já qualificado nos autos, como incurso nas penas do art. 155, §4º, incisos I e IV (1º Fato), e art. 155, caput (2º Fato), em continuidade delitiva, nos moldes do art. 71, todos do Código Penal.

Passo a dosar as penas a serem aplicadas aos réus, nos termos do art. 68 do Código Penal.

• Réu Roberto da Rocha Ferreira

Do crime de furto qualificado – art. 155, §4º, incisos I e IV, do Código Penal (1º FATO).

Em atenção ao disposto no art. 59 do Código Penal, verifico que o delito apresentou culpabilidade normal à espécie, não ultrapassando o juízo de reprovabilidade já previsto no tipo; o réu é possuidor de maus antecedente, vez que ostenta quatro condenações anteriores transitadas em julgado com o decurso do prazo depurador de 05 (cinco) anos, as quais foram objetos dos executivos de pena registrados sob os códigos CI 138513, CI 18478 e CI 149654, que tramitaram perante a 2ª Vara desta Comarca, e código CI 8894, que tramitou perante a 1ª Vara desta Comarca, o que, no entanto, não inviabiliza o reconhecimento dos maus antecedentes; poucos elementos foram coletados a respeito da conduta social e personalidade do agente, razão pela qual deixo de valorá-las; o motivo do crime restringiu-se à vontade de obter lucro fácil em detrimento do patrimônio alheio, o qual já é punido pela própria tipicidade; as circunstâncias do delito devem ser valoradas negativamente, porquanto cometido em concurso de pessoas e com rompimento de obstáculos, revelando maior ousadia do agente, de modo que a primeira servirá para agravar a pena-base e a segunda não será valorada, pois será utilizada como a qualificadora do delito; as consequências do crime foram normais à espécie, consistindo no resultado esperado da conduta delitiva, de modo que as circunstâncias não merecem valoração negativa; o comportamento da vítima não contribuiu para a prática do crime. Desta forma, verificando-se a existência de duas circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu (maus antecedentes e circunstâncias), fixo a pena-base acima do mínimo legal, em 03 (três) anos e 09 (nove) meses de reclusão. Sobre a valoração da circunstância judicial correspondente aos maus antecedentes no patamar de 1/6 (um sexto), aplicado sobre o intervalo da pena em abstrato, colaciono recente julgado do STJ:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. FURTO SIMPLES. QUANTUM DE AUMENTO DA PENA-BASE. FRAÇÃO DE 1/6 DO INTERVALO ESTABELECIDO NO PRECEITO SECUNDÁRIO DO TIPO PENAL. POSSIBILIDADE. PENA ABAIXO DE 4 ANOS. CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL. REINCIDÊNCIA. REGIME FECHADO. SÚMULA N. 269 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. NÃO INCIDÊNCIA. WRIT NÃO CONHECIDO. [...] "A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a exasperação da pena-base, pela existência de circunstâncias judiciais negativas, deve seguir o parâmetro da fração de 1/6 para cada circunstância judicial negativa, fração que se firmou em observância aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade" (HC 408.971/DF, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 24/08/2018). 3. Embora a pena final não tenha ultrapassado 4 anos de reclusão, a presença de circunstância judicial negativa e de reincidência possibilita a fixação do regime inicial fechado. Não incidência do Enunciado n. 269 da Súmula desta Corte. Habeas corpus não conhecido. (HC 451.254/ES, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 12/09/2018)

Concorrem a circunstância atenuante prevista no art. 65, III, “d”, do CP (confissão espontânea) e a circunstância agravante prevista no art. 61, I, do CP (reincidência), sendo que, além das condenações valoradas como maus antecedentes, o acusado ostenta outra condenação anterior transitada em julgado, objeto do executivo de pena CI 251677, em trâmite neste juízo, de modo que as compenso, conforme entendimento jurisprudencial prevalente, pelo que torno definitiva a pena do réu em 03 (três) anos e 09 (nove) meses de reclusão, frente à inexistência de causas de diminuição ou aumento de pena. Em atenção ao critério trifásico de dosimetria da pena e ao princípio da proporcionalidade, fixo a pena de multa em 12 (doze) dias-multa, correspondentes a um trigésimo do salário mínimo vigente à data dos fatos. Em decorrência do disposto no art. 33, §2º, “b”, do Código Penal, embora a pena tenha sido fixada em patamar inferior a 04 (quatro) anos, o réu deverá iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade no regime semiaberto, por ser reincidente. In casu, é descabida a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, com base no art. 44, I, do CP, bem como a suspensão condicional da pena, nos termos do art. 77, caput, do CP. O acusado poderá recorrer em liberdade, vez que o regime inicial de cumprimento de pena foi o semiaberto e que permaneceu solto durante a instrução processual.

• Réu Valdir Rezende dos Anjos

Do crime de furto qualificado – art. 155, §4º, incisos I e IV, do Código Penal (1º FATO).

Em atenção ao disposto no art. 59 do Código Penal, verifico que o delito apresentou culpabilidade normal à espécie, não ultrapassando o juízo de reprovabilidade já previsto no tipo; o réu é possuidor de maus antecedente, vez que ostenta três condenações anteriores transitadas em julgado, todas reunidas no executivo de pena CI 237154, em trâmite neste juízo, sendo que, para fins de valoração desta circunstância, utilizarei aquela ocorrida nos autos da ação penal nº 3507-31.2015.811.0011 – CI 232826, prolatada pela 2ª Vara desta Comarca, o que não contraria o verbete sumular nº 241 do STJ; poucos elementos foram coletados a respeito da conduta social e personalidade do agente, razão pela qual deixo de valorá-las; o motivo do crime restringiu-se à vontade de obter lucro fácil em detrimento do patrimônio alheio, o qual já é punido pela própria tipicidade; as circunstâncias do delito devem ser valoradas negativamente, porquanto cometido em concurso de pessoas e com rompimento de obstáculos, revelando maior ousadia do agente, de modo que a primeira servirá para agravar a pena-base e a segunda não será valorada, pois será utilizada como a qualificadora do delito; as consequências do crime foram normais à espécie, consistindo no resultado esperado da conduta delitiva, de modo que as circunstâncias não merecem valoração negativa; o comportamento da vítima não contribuiu para a prática do crime.

Desta forma, verificando-se a existência de duas circunstâncias judiciais desfavoráveis ao réu (maus antecedentes e circunstâncias), fixo a pena-base acima do mínimo legal, em 03 (três) anos e 09 (nove) meses de reclusão. Sobre a valoração da circunstância judicial correspondente aos maus antecedentes no patamar de 1/6 (um sexto), aplicado sobre o intervalo da pena em abstrato, colaciono recente julgado do STJ:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. FURTO SIMPLES. QUANTUM DE AUMENTO DA PENA-BASE. FRAÇÃO DE 1/6 DO INTERVALO ESTABELECIDO NO PRECEITO SECUNDÁRIO DO TIPO PENAL. POSSIBILIDADE. PENA ABAIXO DE 4 ANOS. CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL. REINCIDÊNCIA. REGIME FECHADO. SÚMULA N. 269 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. NÃO INCIDÊNCIA. WRIT NÃO CONHECIDO. [...] "A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que a exasperação da pena-base, pela existência de circunstâncias judiciais negativas, deve seguir o parâmetro da fração de 1/6 para cada circunstância judicial negativa, fração que se firmou em observância aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade" (HC 408.971/DF, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 24/08/2018). 3. Embora a pena final não tenha ultrapassado 4 anos de reclusão, a presença de circunstância judicial negativa e de reincidência possibilita a fixação do regime inicial fechado. Não incidência do Enunciado n. 269 da Súmula desta Corte. Habeas corpus não conhecido. (HC 451.254/ES, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 12/09/2018)

Concorrem a circunstância atenuante prevista no art. 65, III, “d”, do CP (confissão espontânea) e a circunstância agravante prevista no art. 61, I, do CP (reincidência), sendo que, além da condenação valorada como maus antecedentes, o acusado ostenta outras duas, quais sejam aquelas oriundas das ações penais CI nº 240499 (2ª Vara desta Comarca) e CI nº 229301(3ª Vara desta Comarca), ambas reunidas no executivo de pena CI 237154, em trâmite neste juízo, de modo que compenso uma delas com a confissão, contudo, remanescendo uma condenação, agravo a pena em 1/6 (um sexto), aplicado sobre o intervalo da pena em abstrato, para fixar a pena intermediária em 04 (quatro) anos e 09 (nove) meses de reclusão.

A corroborar com o agravamento da pena intermediária pela reincidência mediante aplicação da fração de 1/6 (um sexto) sobre o intervalo da pena, segue o seguinte julgado do STJ:

PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO.

HOMICÍDIO QUALIFICADO. DOSIMETRIA. DISCRICIONARIEDADE RELATIVA. UTILIZAÇÃO DE QUALIFICADORAS REMANESCENTES COMO CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL OU AGRAVANTES. POSSIBILIDADE. TRÊS AGRAVANTES VALORÁVEIS. INCIDÊNCIA SOBRE O INTERVALO DE PENA ABSTRATA DO PRECEITO SECUNDÁRIO. CONFORMIDADE COM O SISTEMA HIERÁRQUICO DE DOSIMETRIA TRIFÁSICO. PENA INTERMEDIÁRIA DAS INSTÂNCIAS INFERIORES MAIS FAVORÁVEL. MANUTENÇÃO. OBEDIÊNCIA À REGRA NE BIS IN IDEM. WRIT NÃO CONHECIDO. [...] 5. Dentro do sistema hierárquico da dosimetria da pena, consagrado pela forma trifásica, as agravantes são circunstâncias de gravidade intermediária, haja vista sua subsidiariedade em relação às qualificadoras e causas de aumento, preponderando apenas sobre as circunstâncias judiciais. Não é por outra razão que doutrina e jurisprudência consagraram o parâmetro indicativo mínimo de valoração de cada agravante em 1/6 (um sexto), porquanto corresponde ao menor valor fixado pelo legislador para as causas de aumento, que são preponderantes àquelas e superior ao parâmetro de 1/8 (um oitavo) das circunstâncias judiciais. Ressalta-se que a fração de 1/6 das agravantes não é um absoluta, sendo possível sua exasperação em patamar superior desde que seja fundada em circunstâncias concretas. 6. Conclui-se, pois, que, havendo circunstância judicial desfavorável cuja valoração é passível de ocorrer em etapas posteriores da dosimetria, porquanto prevista igualmente como agravante ou causa de aumento, mostrar-se-ia antissistêmico chegar, nas etapas seguintes, a acréscimos de pena inferiores àquele fixado por ocasião da pena-base. 7. Por essas razões, as agravantes ou atenuantes não necessariamente incidirão sobre a pena-base, somente ocorrendo se esta for maior ou igual ao intervalo de pena em abstrato do preceito secundário, caso contrário, malgrado haja pena concreta dosada, sob pena de as agravantes tornarem-se menos gravosas e as atuantes menos benéficas do que as meras circunstâncias judiciais da primeira etapa, o que subverteria o sistema hierárquico da dosimetria trifásica. Precedentes. 8. In casu, incidem três agravantes genéricas: a reincidência e as duas agravantes, decorrentes das qualificadoras remanescentes; a pena-base foi estabelecida no mínimo legal, ou seja, 12 (doze) anos. Fazendo incidir o consagrado critério de aumento de 1/6 (um sexto) para cada agravante sobre o intervalo da pena in abstrato do crime de homicídio qualificado (18 anos), porquanto superior à pena-base fixada, haveria acréscimo de 9 (nove) anos, que somada à pena-base, culminaria na pena intermediária de 21 (vinte e um) anos, que se torna definitiva, ante a ausência de causas de aumento ou diminuição. Percebe-se, pois, que, malgrado ilegalidade cometida pelas instâncias ordinárias, a pena definitiva foi benevolentemente fixada em 20 (vinte) anos, motivo pelo qual deve ser mantida, em observância à regra do ne bis in idem. 9. Habeas corpus não conhecido. (HC 311.852/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 20/09/2016)

Não concorrem causas de diminuição ou aumento de pena, de modo que fixo definitivamente a pena do réu em 04 (quatro) anos e 09 (nove) meses de reclusão. Em atenção ao critério trifásico de dosimetria da pena e ao princípio da proporcionalidade, fixo a pena de multa em 14 (quatorze) dias-multa, correspondentes a um trigésimo do salário mínimo vigente à data dos fatos.

Do crime de furto simples – art. 155, caput, do Código Penal (2º FATO).

Em atenção ao disposto no art. 59 do Código Penal, verifico que o delito apresentou culpabilidade normal à espécie, não ultrapassando o juízo de reprovabilidade já previsto no tipo; o réu é possuidor de maus antecedente, vez que ostenta três condenações anteriores transitadas em julgado, todas reunidas no executivo de pena CI 237154, em trâmite neste juízo, sendo que, para fins de valoração desta circunstância, utilizarei aquela ocorrida nos autos da ação penal nº 3507-31.2015.811.0011 – CI 232826, prolatada pela 2ª Vara desta Comarca, o que não contraria o verbete sumular nº 241 do STJ; poucos elementos foram coletados a respeito da conduta social e personalidade do agente, razão pela qual deixo de valorá-los; o motivo do crime restringiu-se à vontade de obter lucro fácil em detrimento do patrimônio alheio, o qual já é punido pela própria tipicidade; as circunstâncias do delito estão relatadas nos autos, nada tendo a valorar negativamente; as consequências do crime foram normais à espécie, consistindo no resultado esperado da conduta delitiva, de modo que as circunstâncias não merecem valoração negativa; o comportamento da vítima não contribuiu para a prática do crime. Desta forma, verificando-se a existência de uma circunstância judicial desfavorável ao réu (maus antecedentes), fixo a pena-base acima do mínimo legal, 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão. Sobre a valoração da circunstância judicial correspondente aos maus antecedentes no patamar de 1/6 (um sexto), valho-me da fundamentação exposta na análise do primeiro fato, a fim de evitar repetições desnecessárias. Concorrem a circunstância atenuante prevista no art. 65, III, “d”, do CP (confissão espontânea) e a circunstância agravante prevista no art. 61, I, do CP (reincidência), sendo que, além da condenação valorada como maus antecedentes, o acusado ostenta outras duas, quais sejam aquelas oriundas das ações penais CI nº 240499 (2ª Vara desta

Comarca) e CI nº 229301(3ª Vara desta Comarca), ambas reunidas no executivo de pena CI 237154, em trâmite neste juízo, de modo que compenso uma delas com a confissão, contudo, remanescendo uma condenação, agravo a pena em 1/6 (um sexto), aplicado sobre o intervalo da pena em abstrato, para fixar a pena intermediária em 02 (dois) anos de reclusão.

A corroborar com o agravamento da pena intermediária pela reincidência mediante aplicação da fração de 1/6 (um sexto) sobre o intervalo da pena, valho-me da fundamentação exposta na análise do primeiro fato, a fim de evitar repetições desnecessárias. Não concorrem causas de diminuição ou aumento de pena, de modo que fixo definitivamente a pena do réu em 02 (dois) anos de reclusão. Em atenção ao critério trifásico de dosimetria da pena e ao princípio da proporcionalidade, fixo a pena de multa em 12 (doze) dias-multa, correspondentes a um trigésimo do salário mínimo vigente à data dos fatos.

• Da continuidade delitiva (art. 71, CP):

Conforme já salientado, vislumbro aplicável aos crimes praticados pelo réu VALDIR REZENDE DOS ANJOS a regra prevista no artigo 71 do Código Penal, porquanto os delitos foram da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhanças, deve o subsequente ser havido como continuação do primeiro. Nesses termos, à vista da existência concreta da prática de 02 (dois) crimes, os quais tiveram suas penas individualmente dosadas em patamares diversos, aplico a pena privativa de liberdade mais grave aumentada em 1/6 (um sexto), ficando o réu VALDIR REZENDE DOS ANJOS condenado, definitivamente, à pena de 05 (cinco) anos, 06 (seis) meses e 15 (quinze) dias de reclusão e ao pagamento de 16 (dezesseis) dias-multa, correspondentes a um trigésimo do salário mínimo vigente à data dos fatos. O regime de cumprimento da pena será o fechado, nos termos do art. 33, §2º, "a", do Código Penal, visto que, embora a pena tenha sido fixada em patamar superior a 04 (quatro) anos e inferior a 08 (oito) anos, o réu é reincidente, impondo o regime inicial mais gravoso. In casu, é descabida a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, com base no art. 44, I, do CP, bem como a suspensão condicional da pena, nos termos do art. 77, caput, do CP. Nego ao réu Valdir Rezende dos Anjos o direito de recorrer em liberdade, uma vez que o regime inicial de cumprimento da pena é o fechado, sendo a custódia um dos efeitos da condenação, bem como porque verificada a necessidade da custódia cautelar para a garantia da ordem pública, nos termos do art. 312 do CPP. A ordem pública, no particular, compreende a preservação da sociedade contra eventual repetição do delito pelo agente, bem como quando o bem jurídico é afetado por conduta que ocasione impacto social, seja pela sua extensão ou outra circunstância. Em última análise, constitui resposta à vilania do comportamento do agente.

In casu, quando me refiro à ordem pública é no sentido de acautelar o meio social, impedindo a reiteração delitiva. Após consulta às folhas de antecedentes criminais carreadas aos autos (anexa), constata-se que o acusado, além da presente ação, possui três condenações transitadas em julgado, uma por tráfico e duas por delitos contra o patrimônio, demonstrando ser vezeiro na seara criminosa e o seu descaso com a aplicação da lei penal. Há muito se entende que a probabilidade de reiteração criminosa constitui fator de risco apto para motivar a prisão preventiva (Periculum Libertatis).

A propósito, impende colacionar o seguinte julgado:

"RECURSO EM "HABEAS CORPUS". CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO. FURTO. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PLEITO PELA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA NA SENTENÇA CONDENATÓRIA. CIRCUNSTÂNCIAS AUTORIZADORAS PRESENTES. REITERAÇÃO. PEDIDO PARA SUBSTITUIR A PRISÃO CAUTELAR POR MEDIDA DIVERSA. INADEQUAÇÃO / INSUFICIÊNCIA. PRECEDENTES. 1. A necessidade da segregação cautelar decretada na sentença condenatória se encontra fundamentada na garantia da ordem pública em face da periculosidade do recorrente, caracterizada pela reiteração de prática delituosa. 2. Recurso em "habeas corpus" não provido. (STJ - RHC: 35163 MG 2013/0005017-6, Relator: Ministro MOURA RIBEIRO, Data de Julgamento: 11/03/2014, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/03/2014)." Grifo nosso.

Nessa toada, expeça-se mandado de prisão preventiva em desfavor do réu VALDIR REZENDE DOS ANJOS.

Disposições comuns.

Considerando os trabalhos realizados pelo causídico nomeado à fl. 153, arbitro 10 (dez) URH's a título de honorários advocatícios, a serem executados ulteriormente em face do Estado de Mato Grosso. Deixo de condenar os réus nas custas e despesas processuais. Oportunamente, após o trânsito em julgado, tomem-se as seguintes providências:

a) Lance o nome dos réus no rol dos culpados;

b) Expeça-se guia de execução definitiva dos condenados. Transitada em julgado a sentença para a acusação, expeça-se guia provisória do réu Valdir Rezende dos Anjos;

c) Em cumprimento ao disposto no art. 72, §2º, do Código Eleitoral, oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando-o sobre esta decisão;

d) Comuniquem-se os institutos de identificação estadual e federal;

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Intime-se o réu Roberto da Rocha Ferreira por edital, vez que revel.

Mirassol D'Oeste/MT, 07 de janeiro de 2019.

Jean Garcia de Freitas Bezerra

Juiz de Direito

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Késia Fernanda de Souza Tenório, estagiária de Direito, digitei.

Mirassol D'oeste - MT, 26 de março de 2019.

Luiz Flávio dos Reis Lemes

Gestor Judiciário

Comarca de Nova Mutum

1ª Vara

Intimação

Ato Ordinatório Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Processo Número: 1002348-63.2019.8.11.0086

Parte(s) Polo Ativo:

MARIA JOSE PEREIRA DO NASCIMENTO (AUTOR(A))

Advogado(s) Polo Ativo:

MARCO ANTONIO CORBELINO OAB - MT9898-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)

Outros Interessados:

Rodrigo Mustafá Albuquerque (PERITO / INTÉRPRETE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DE NOVA MUTUM IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO - ATO ORDINATÓRIO Considerando a tempestividade da(s) contestação(ões) apresentada(s), nos termos dos artigos 350 e 351, CPC, e do artigo 1.209 da CNGC, IMPULSIONO ESTES AUTOS À EXPEDIÇÃO DE MATÉRIA PARA IMPRENSA com a finalidade de intimar a parte autora, por seu(s) advogado(s), para impugná-la(s) no prazo de 15 (quinze) dias. Intimação, ainda, para que tome ciência acerca da perícia designada nos autos do processo acima indicado, para o dia 17/02/2020 às 13:00 horas, NO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE NOVA MUTUM, LOCALIZADO NA AVENIDA DAS ARARAS, S/N, BAIRRO JARDIM II (EM FRENTE À PISTA DE BICICROSS). Nova Mutum,12 de dezembro de 2019. MILENE ARISSAVA Gestora de Secretaria

Ato Ordinatório Classe: CNJ-11 PETIÇÃO

Processo Número: 1001902-60.2019.8.11.0086

Parte(s) Polo Ativo:

NELSI DAL PIAN (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:

BRUNA TRICHES DE OLIVEIRA OAB - MT23578/O (ADVOGADO(A))

JULIA DALLA ROSA BITTENCOURT OAB - MT22097/O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS (REQUERIDO)

Outros Interessados:

Rodrigo Mustafá Albuquerque (PERITO / INTÉRPRETE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DE NOVA MUTUM IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO - ATO ORDINATÓRIO Processo: 1001902-60.2019.8.11.0086 / Nos termos do artigo 1.209 da CNGC, IMPULSIONO ESTES AUTOS À EXPEDIÇÃO DE MATÉRIA PARA IMPRENSA com a finalidade de intimar a parte autora, por seu(s) advogado(s), para que tome ciência acerca da perícia designada nos autos do processo acima indicado, para o dia 17/02/2020 às 13:00 horas,

NO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL DE NOVA MUTUM, LOCALIZADO NA AVENIDA DAS ARARAS, S/N, BAIRRO JARDIM II (EM FRENTE À PISTA DE BICICROSS). Nova Mutum, 12 de dezembro de 2019 MILENE ARISSAVA Gestor de Secretaria

Expediente

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 77358 Nr: 907-40.2014.811.0086
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Altair Antonio de Almeida
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Malu Macedo Mallmann - OAB:MT 21.511/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a) MALU MACEDO MALLMANN, para devolução dos autos nº 907-40.2014.811.0086, Protocolo 77358, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adoção das medidas cabíveis (Provimento 38/2015/CGJ).

2ª Vara

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000088-13.2019.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
MARILENE CLECI VENTURINI (AUTOR(A))
ARNALDO MIGUEL FUMEGALLI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ERENDIRAH MAXIMA DE BALBINO E TRINDADE OAB - MT22046-O (ADVOGADO(A))
SANDRA MARISA BALBINO DA TRINDADE OAB - MG74307-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EVERALDO LUIZ PUHL (RÉU)
ROSANGELA DE FATIMA PEDRO PUHL (RÉU)
MAURO TREVISAN (RÉU)
FRANCIELY HOFFLING (RÉU)
OTAVIO BIF (RÉU)
WALTER PUHL (RÉU)
CLARITA MARIA PUHL HAUBERT (RÉU)
OSNI SEBASTIAO MACIEL DOS SANTOS (RÉU)
ELVENI BOHN PUHL (RÉU)
APARECIDA DE FATIMA DIAS PUHL (RÉU)
JOSE INACIO PUHL (RÉU)
NILVA TALHEIMER PUHL (RÉU)
LAURO ALOISIO PUHL (RÉU)
MARINES PUHL BIF (RÉU)
JOAO BALDUINO HAUBERT (RÉU)
ELISABETA LACI PHILIPPSEN PUHL (RÉU)
VILSON INACIO PUHL (RÉU)
SERGIO PUHL (RÉU)
GLACI BUTTENBENDER PUHL (RÉU)
LIANE MARIA PUHL DOS SANTOS (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO Segunda Vara da Comarca de Nova Mutum _____ Processo nº 1000088-13.2019.8.11.0086 Vistos. Trata-se de AÇÃO DE PROCEDIMENTO ORDINÁRIO proposta por MARILENE CLECI VENTURINI e ARNALDO MIGUEL FUMEGALLI em face de ELISABETA LACI PHILIPPSEN PUHL, VILSON INÁCIO PUHL, APARECIDA DE FÁTIMA DIAS PUHL, MAURO TREVISAN, WALTER PUHL, GLACI BUTTENBENDER PUHL, SÉRGIO PUHL, ROSÂNGELA DE FÁTIMA PEDRO PUHL, LAURO ALOÍSIO PUHL, ELVENI BOHN PUHL, JOSÉ INÁCIO PUHL, NILVA TALHEIMER PUHL, EVERALDO LUIZ PUHL, FRANCIELY HOFFLING PUHL, OTÁVIO BIF, MARINÊS PUHL BIF, JOÃO BALDUINO HAUBERT e CLARITA MARIA PUHL HALBERT, assim como em face de OSNI SEBASTIÃO MACIEL DOS SANTOS, LIANI MARIA PUHL DOS SANTOS e o ESPÓLIO DE HUGO PUHL, representados pelo requerido VILSON INÁCIO PUHL, todos qualificados nos autos. Ao documento de ID nº. 19578543, indeferida justiça gratuita em relação aos autores e determinada a emenda a inicial com o recolhimento das custas processuais e taxas judiciais, sob pena de indeferimento da inicial. Ao documento de ID nº. 20666999, certificado o decurso de prazo para que os autores procedessem ao recolhimento das custas processuais e taxas judiciárias e emendar a inicial. Vieram os autos conclusos. É o relatório. Fundamento e decido. Na dicção do art. 321 do CPC, verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos artigos 319 e 320, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor a emende, ou a complete, no prazo de 15 (quinze) dias. Caso o autor não cumpra a diligência acima, o juiz indeferirá a petição inicial, sem julgamento de mérito. Da análise do feito, verifico que após ter sido facultado ao autor para recolher o valor das custas processuais, estes deixaram transcorrer in albis o prazo para tanto, conforme certidão de documento de ID nº 20666999. É cediço que nos casos de extinção do processo por abandono da causa necessário se faz a intimação pessoal da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, suprir a falta (Inteligência do Art. 485, incisos II e III, e §1º, do CPC). Contudo, na presente hipótese, a extinção dar-se-á pelo indeferimento da petição inicial, em razão da ausência do recolhimento das custas, bem como a comprovação da impossibilidade de fazê-la, as quais são fundamentais ao prosseguimento do feito, quando desrespeitado pelo próprio autor da ação. A propósito, esse é o entendimento do Egrégio TJ/MT: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE DE VEÍCULO – EMENDA DA INICIAL – NÃO ATENDIMENTO – INDEFERIMENTO – EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO – ART. 267, I, CPC – INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE AUTORA – DESNECESSIDADE – SENTENÇA MANTIDA. Não se tratando de hipótese de extinção do processo por desídia (CPC, 267, III) e sim de descumprimento da ordem de emenda, desnecessária a intimação pessoal do autor neste sentido. (Ap, 96025/2011, DES.PEDRO SAKAMOTO, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Data do Julgamento 18/04/2012, Data da publicação no DJE 03/05/2012) Isto posto, indefiro a inicial, nos termos do art. 321, parágrafo único do CPC e JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO o presente feito, com fundamento no art. 485, I, do CPC. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Às providências. Nova Mutum/MT, 14 de novembro de 2019. LUCIANA DE SOUZA CAVAR MORETTI Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1001006-17.2019.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO AVELINO DE OLIVEIRA NETO OAB - RO3249 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CESAR MASSON - ME (EXECUTADO)
CESAR MASSON (EXECUTADO)

2ª VARA - COMARCA DE NOVA MUTUM IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO - ATO ORDINATÓRIO Processo: 1001006-17.2019.8.11.0086 Partes: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL - ADVOGADO DO(A) EXEQUENTE: RENATO AVELINO DE OLIVEIRA NETO - RO3249 X CESAR MASSON - ME e outros - Assunto: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159) Nos termos da legislação vigente e do Artigo 1.217 da CNGC, IMPULSIONO ESTES AUTOS para intimar a parte autora, para que fique ciente das correspondências devolvidas nos IDs. 27325520 e 27325527, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, observando-se que, no mesmo prazo, caso requeira a expedição: a) de Carta Precatória, deverá comprovar nos autos o pagamento das custas de preparo e distribuição; b) de mandado, deverá providenciar o pagamento da diligência do Oficial de Justiça, mediante a expedição de guia de recolhimento disponível no site do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (www.tjmt.jus.br) no menu Serviços>Guias>Emissão de Guia de Diligência, regulamentada pelo Provimento 07/2017 - CGJ. Obs.: o valor é calculado pelo sistema conforme o local indicado para a realização da diligência.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002519-54.2018.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA JOSE GOMES - EPP (AUTOR(A))

Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO DE MATOS BORGES OAB - MT0011068A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NERY SESSI & CIA LTDA - ME (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO Segunda Vara da Comarca de Nova Mutum _____ Processo nº 1002519-54.2018.8.11.0086 Vistos. Trata-se de AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS POR ACIDENTE DE TRÂNSITO proposta por MARIA JOSÉ ME e MARIA JOSÉ GOMES em face de NERY SESSI E CIA LTDA ME, todos devidamente qualificados nos autos. A autora requereu a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita e, para tanto, a fim de comprovar sua situação hipossuficiente não a fez. É o relato necessário. Fundamento e decido. Em que pese a parte requerente ter alegado que não possui condições financeiras de arcar com as custas processuais, não é que se extrai dos da inicial, porque a autora não comprovou através de documentos hábeis sua situação econômica, situações não condizente com a gratuidade da justiça além do fato de estar sendo patrocinada por advogada particular, o que evidencia um mínimo de condição financeira para arcar com os custos de uma ação judicial. Tudo tem um custo, assim como o processo judicial. Há o custo dos prédios onde se processam os atos judiciais; o dos juízes e dos servidores da justiça; o custo dos peritos e o dos advogados. A maior parte do custo dos processos é suportada pelo Estado e, portanto, pelos contribuintes dos tributos estatais. Apenas uma pequena parcela é cobrada dos usuários dos serviços forenses. Logo, aquele que deseja ajuizar ação perante o Poder Judiciário deve arcar com as custas e taxas processuais, a não ser que comprove que não possui condições econômicas para tanto, o que está longe de ser o caso dos autos. Desta forma, INDEFIRO O REQUERIMENTO PARA CONCESSÃO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA a requerente MARIA JOSÉ GOMES ME E MARIA JOSÉ, em virtude da autora não ter demonstrado a sua condição de hipossuficiência. Nesse diapasão, determino que a requerente proceda ao recolhimento das custas processuais, nos termos do artigo 290 do Novo Código de Processo Civil, sob pena de indeferimento da inicial. Decorrido o prazo sem a juntada dos comprovantes das custas processuais, certifique-se e tornem os autos conclusos. Cumpra-se Às providências. Nova Mutum/MT, 12 de setembro de 2019. LUCIANA DE SOUZA CAVAR MORETTI Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1001773-55.2019.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
D. P. D. E. D. M. G. (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
M. R. D. S. (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO Segunda Vara da Comarca de Nova Mutum _____ Processo nº 1001773-55.2019.8.11.0086 Vistos. Analisando os autos, verifico que a autora não colacionou aos autos a sentença de homologação do acordo entabulado entre as partes, bem como a certidão do decurso de prazo da sentença transitado em julgado. Desse modo, intime-se a parte autora para emendar a inicial, juntando o referido documento, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial. Considerando que o processo de n° 1001774-40.2019.8.11.0086, refere-se ao cumprimento de sentença de obrigação alimentar da mesma infante, associem-se os processos junto ao Sistema. Cumpra-se. Às providências. Nova Mutum/MT, 12 de setembro de 2019. LUCIANA DE SOUZA CAVAR MORETTI Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000159-15.2019.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
AGRICHEM DO BRASIL S.A. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ERCILIO DE OLIVEIRA OAB - SP27141 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GERVAZIO SINOPOLI (EXECUTADO)
KATIA LOPES DE SOUZA SINOPOLI (EXECUTADO)

2ª VARA - COMARCA DE NOVA MUTUM IMPULSIONAMENTO POR CERTIDÃO - ATO ORDINATÓRIO Processo: 1000159-15.2019.8.11.0086 Assunto: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159) Nos termos da legislação vigente, impulsiono o processo para intimar a parte autora, na pessoa do seu procurador, para que retire na Secretaria da 2ª Vara a certidão premonitória solicitada no ID: 18978772, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1001774-40.2019.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
D. P. D. E. D. M. G. (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
M. R. D. S. (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO Segunda Vara da Comarca de Nova Mutum _____ Processo nº 1001774-40.2019.8.11.0086 Vistos. Analisando os autos, verifico que a autora não colacionou aos autos a sentença de homologação do acordo entabulado entre as partes, bem como a certidão do decurso de prazo da sentença transitado em julgado. Desse modo, intime-se a parte autora para emendar a inicial, juntando o referido documento, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial. Considerando que o processo de n° 1001773-55.2019.8.11.0086, refere-se ao cumprimento de sentença de obrigação alimentar da mesma infante, associem-se os processos junto ao Sistema. Cumpra-se. Às providências. Nova Mutum/MT, 12 de setembro de 2019. LUCIANA DE SOUZA CAVAR MORETTI Juíza de Direito

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Luciana de Souza Cavar Moretti
Cod. Proc.: 29177 Nr: 2066-33.2005.811.0086
AÇÃO: Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: C.Vale - Cooperativa Agroindustrial
PARTE(S) REQUERIDA(S): Diomar Zerbinatti
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Carlos Arauz Filho - OAB:PR 27.171
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Indefiro o pedido de penhora "online" por meio do sistema Bacenjud em nome do executado DIOMAR ZERBINATTI, considerando que a última busca fora realizada recentemente e o requerente não informou aos autos alteração financeira nas contas do executado.
No mais, intime-se a parte requerente para trazer aos autos o que entender de direito no prazo de 10 (dez) dias.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Luciana de Souza Cavar Moretti
Cod. Proc.: 30315 Nr: 44-65.2006.811.0086
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: C.Vale - Cooperativa Agroindustrial
PARTE(S) REQUERIDA(S): Gilmar Karnoski
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Carlos Arauz Filho - OAB:PR 27.171
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Mantenho a decisão de fl. 144.
Informada a conta, retornem os autos conclusos para apreciação.
Às providências.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Luciana de Souza Cavar Moretti
Cod. Proc.: 39930 Nr: 2803-31.2008.811.0086
AÇÃO: Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Ludimar Begnini
PARTE(S) REQUERIDA(S): Claudio Javé de Sá Bandeira
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Luis Felipe Lammel - OAB:MT 7.133

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Sem adv. - OAB:
Vistos.
No que se refere ao pedido de busca de endereço, INDEFIRO-O, pois cuida-se de providência da parte que pode se utilizar da consulta a bancos de dados privados.
No mais, somente se demonstrado que a consulta ao banco de dados privados restou infrutífera, é que será deferida a busca de endereços por meio dos sistemas judiciais, a fim de otimizar a gestão de trabalho do Poder Judiciário.
Desse modo, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar o endereço da parte executada ou comprovar por meio de documentos carreados aos autos que tentou localizar o endereço do executado, sob pena de desbloqueio dos veículos e extinção.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Luciana de Souza Cavar Moretti
Cod. Proc.: 41534 Nr: 882-03.2009.811.0086
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução Trabalhista->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: C.Vale - Cooperativa Agroindustrial
PARTE(S) REQUERIDA(S): Adão Argenton
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Carlos Arauz Filho - OAB:PR 27.171, Edgar Kindermann Speck - OAB:23539/PR, Ralph Pereira Macorim - OAB:46123/PR
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Intime-se o exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, indique uma conta bancária específica em nome do executado, a fim de que possa ser realizada a busca da quantia executada pelo Sistema Bacenjud.
Informada a conta, retornem os autos conclusos para apreciação.
Às providências.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Luciana de Souza Cavar Moretti
Cod. Proc.: 49343 Nr: 428-52.2011.811.0086
AÇÃO: Apuração de Infração Administrativa às Normas de Proteção à Criança ou Adolescente->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: MPdEdMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): HeGL(PP, JH, DJG
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Ministério Público de Nova Mutum - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Cesar Roberto Boni - OAB:MT 8268-B, Sandro Lanzarini - OAB:MT 11.553
Vistos.
Trata-se de AÇÃO DE APURAÇÃO DE INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA proposta por MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO em face de HEBERLE & GAGLIAZZI LTDA ME (BOATE POLLO PUB), JUNIOR HEBERLE e DARGLEAS JULIANO GAGLIAZZI, todos devidamente qualificados nos autos.
À fl. 118, o Ministério Público informou o cumprimento integral da sanção imposta.
Vieram-me os autos conclusos.
É o relatório.
Fundamento e decido.
Tendo em vista que houve a quitação integral do débito, JULGO EXTINTO o presente feito, com fulcro no artigo 924, inciso II, do NCPC.
Decorrido o prazo para interposição de recurso, sem que este seja manejado, certifique-se o trânsito em julgado, arquivando-se os autos, com as baixas e cautelas de estilo.
Cumpra-se.
Às providências necessárias.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Luciana de Souza Cavar Moretti
Cod. Proc.: 54412 Nr: 1895-32.2012.811.0086
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco Bradesco S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Reginaldo Antonio Molossi - Me, Reginaldo Antonio Molossi
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Cristiana Vasconcelos Borges Martins - OAB:MT 13.994-A, Renato Chagas Correa da Silva - OAB:MT 8.184-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Sem adv. - OAB:
Vistos.
Postergo a apreciação do pedido de fl. 296 para depois do trânsito em julgado da sentença.
Certificado o trânsito em julgado, retornem os autos conclusos para apreciação.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Luciana de Souza Cavar Moretti
Cod. Proc.: 54424 Nr: 1907-46.2012.811.0086
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco Bradesco S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Bolivar Transportes Ltda, Bolivar Borges Machado, Marivone de Almeida Greff
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Cristiana Vasconcelos Borges Martins - OAB:MT 13.994-A, Renato Chagas Correa da Silva - OAB:MT 8.184-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Sem adv. - OAB:
Vistos.
Considerando que os executados BOLIVAR TRANSPORTES LTDA, BOLIVAR BORGES MACHADO e MARIVONE DE ALMEIDA GREFF estão em local incerto e não sabido, bem como a parte exequente e este juízo não lograram êxito em localizar a parte executada, DETERMINO que sejam as mesmas citadas por edital, nos termos do artigo 256, I, do CPC.
Em caso de inércia dos executados no prazo previsto no artigo 335 do Código de Processo Civil, desde já, nomeio a Defensoria Pública desta Comarca, como curadora especial, em consonância com o disposto no artigo 72, inciso II, do Código de Processo Civil, a qual deverá ser intimada desta decisão.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas de estilo.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Luciana de Souza Cavar Moretti
Cod. Proc.: 71690 Nr: 202-76.2013.811.0086
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Sicredi Centro Norte
PARTE(S) REQUERIDA(S): Ayrton Carlos da Costa, Evandro Almeida da Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marco André Honda Flores - OAB:MT 9.708-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos. No que se refere ao pedido de SERASAJUD, INDEFIRO, pois a inclusão dos nomes dos executados no cadastro de inadimplentes é incumbência da parte. Portanto, INDEFIRO a aplicação das medidas coercitivas genéricas do artigo 139, inciso IV, do Código de Processo Civil, pelos motivos que já foram retroconsignados. Às providências.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Luciana de Souza Cavar Moretti
Cod. Proc.: 72470 Nr: 985-68.2013.811.0086
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Angela Duarte Abadi
PARTE(S) REQUERIDA(S): BV Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Gustavo Castro Garcia - OAB:MT 13.460-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Sergio Schulze - OAB:MT 16.807-A
Vistos.
Oficie-se à Secretaria da Quarta Câmara Cível de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, a fim de que remetam a estes autos cópias do acórdão que julgou o recurso de apelação, posto que os autos retornaram à Primeira Instância sem o referido julgado encartado e sem qualquer mídia digital para acessa-lo.
Permaneçam os autos em secretaria aguardando o envio das respectivas

informações.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Luciana de Souza Cavar Moretti
Cod. Proc.: 81677 Nr: 4438-37.2014.811.0086
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Campo Limpo Comercio e Representação de Insumos Agrícolas Ltda
PARTE(S) REQUERIDA(S): João Francisco Batistela
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Edivane Teixeira Dario - OAB:MT 18423/O, Marco Aurélio Piacentini - OAB:MT 7170-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Luis Felipe Lammel - OAB:MT 7.133, Vinicius Pereira Muller - OAB:MT 18.308
Vistos.
Mantenho a suspensão do cumprimento de sentença até o pagamento integral do débito, conforme estabelecido em acordo.
Após, retornem os autos conclusos.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Luciana de Souza Cavar Moretti
Cod. Proc.: 87969 Nr: 3708-89.2015.811.0086
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco do Brasil S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): J. F. DE QUADROS SILVA, Posto 29 Comércio de Combustíveis Ltda - EPP
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Adriano Athala de Oliveira Shcaira - OAB:MT 20.495-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Elias Vanin - OAB:MT 10.026, Luis Felipe Lammel - OAB:MT 7.133, Vanessa Tomazeti Carrara de Figueiredo - OAB:MT/4.653
Vistos.
Recebo a impugnação ao cumprimento de sentença apresentada às fls. 87/90.
No mais, intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar sobre a impugnação ao cumprimento de sentença.
Após, retornem os autos conclusos para apreciação.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Luciana de Souza Cavar Moretti
Cod. Proc.: 90594 Nr: 308-33.2016.811.0086
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GP Catarinense Comércio, Importação e Exportação Ltda
PARTE(S) REQUERIDA(S): CINTRA MAGALHÃES E MAGALHAES LTDA ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Roselaine Stock - OAB:PR 70.248
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Mantenho a decisão de fl. 64.
Informada a conta, retornem os autos conclusos para apreciação.
Às providências.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Luciana de Souza Cavar Moretti
Cod. Proc.: 91701 Nr: 1012-46.2016.811.0086
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Sicredi Centro Norte
PARTE(S) REQUERIDA(S): Romy Alves Pinheiro
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: André de Assis Rosa - OAB:MT 19.077-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Sem adv. - OAB:
Vistos. Em relação ao requerimento para aplicação das medidas coercitivas genéricas previstas no artigo 139, inciso IV, do Código de Processo Civil, consubstanciadas no bloqueio/suspensão da CNH do executado e na restrição de seu passaporte. Portanto, INDEFIRO a aplicação das medidas coercitivas genéricas do artigo 139, inciso IV, do Código de Processo Civil, pelos motivos que já foram retroconsignados. Às providências. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Luciana de Souza Cavar Moretti
Cod. Proc.: 100108 Nr: 280-31.2017.811.0086
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco do Brasil S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Cirilo Wanderlei Ferst, Nara Cristina Maciel
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEIVISON VINICIUS KUNKEL LOPES DE SOUZA - OAB:MT 14.690-O, Sérvio Tulio de Barcelos - OAB:MT 14258-A, THAÍS FERNANDA RIBEIRO DIAS NEVES - OAB:22056/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Trata-se da AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL proposta por BANCO DO BRASIL S/A em face de CIRILO WANDERLEI FERST e NARA CRISTINA MACIEL FERST, todos devidamente qualificados nos autos.
Às fls. 80/84, acordo entabulado entre as partes.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório.
Fundamento e decido.
Em vista do acordo celebrado às fls. 80/84, e por ser expressão de vontade das partes e não vislumbrar qualquer prejuízo aos mesmos HOMOLOGO o acordo realizado, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.
Por sua vez, suspenda-se o feito, na forma requerida, nos termos do artigo 922 do Código de Processo Civil.
Após o decurso do prazo concedido para pagamento, intime-se o exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, informas o cumprimento do acordo, sob pena de concordância tácita.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Luciana de Souza Cavar Moretti
Cod. Proc.: 101172 Nr: 900-43.2017.811.0086
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Sicredi Centro Norte
PARTE(S) REQUERIDA(S): Mauro Junior Pavan
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marco Andre Honda Flores - OAB:MT 9708- A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Defiro o pedido de fl. 81 e, por consequência, determino a suspensão do processo pelo prazo de 01 (um) ano, conforme requerido pela parte exequente.
Outrossim, após decorrido o prazo, certifique-se e intime-se a parte autora para requerer o que de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Luciana de Souza Cavar Moretti
Cod. Proc.: 111367 Nr: 6753-33.2017.811.0086
AÇÃO: Impugnação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Passos e Sticca Sociedade de Advogados
PARTE(S) REQUERIDA(S): Taua Biodiesel Ltda, Agropecuária Tauá Ltda
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRÉ RICARDO PASSOS DE SOUZA - OAB:165202, Ralph Melles Sticca - OAB:236471/SP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Roberto Carlos Keppler - OAB:SP 68.931, Simone Zaize de Oliveira - OAB:SP 132.830
Vistos.
Cuida-se de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos pela parte requerente PASSOS E STICCA SOCIEDADE DE ADVOGADOS às fls. 187/191, em face da sentença de fls. 176/177, alegando que o decisum estaria eivado de

erro material, omissão e contradição.
Assim, recebo os embargos de declaração de fls. 187/191, em seu efeito interruptivo, consoante preceitua o art. 1.026 do Código de Processo Civil, eis que tempestivamente apresentados, conforme certidão de fl. 192.
Considerando os efeitos infringentes atribuídos aos embargos de declaração manejados pela embargante e tendo em vista a necessidade de se garantir a efetividade do princípio do contraditório no presente caso, uma vez que eventual reconhecimento das omissões e contradições mencionadas poderá acarretar na modificação do conteúdo da decisão atacada, intime-se a parte contrária para apresentar suas contrarrazões nos autos no prazo de 05 (cinco) dias.
Ciência ao Administrador Judicial Dux Administração Judicial na pessoa do responsável pela condução do processo, o advogado Alexandry Chekerdemian Sanchik Túlio, OAB/MT 11.876-A, o qual foi nomeado como administrador judicial da empresa embargada, a qual encontra-se em Recuperação Judicial nos autos 3435-42.2017.811.0086 – Código 105258.
Após, voltem-me os autos conclusos para decisão.
Intime-se.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Luciana de Souza Cavar Moretti
Cod. Proc.: 93613 Nr: 2222-35.2016.811.0086
AÇÃO: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ABNdO, RNdS
PARTE(S) REQUERIDA(S): MdOF
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Defensor Público de Nova Mutum - MT - OAB:MT 001
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Suzye Maria Jose Conceição Martins do Nascimento - OAB:MT 13.746
Vistos. Indefiro o pedido formulado pela Defensoria Pública à fl. 48. Em resumo, se as condições do Poder Judiciário fossem diversas, poderia ser viável o atendimento desse requerimento, todavia, nas atuais circunstâncias, tal atitude não contribuiria para a celeridade necessária ao andamento processual. Por isso, intime-se a Defensoria Pública para praticar o ato processual já determinado no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de indeferimento do julgamento antecipado do mérito. Ciência à Defensoria Pública. Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Luciana de Souza Cavar Moretti
Cod. Proc.: 97477 Nr: 4755-64.2016.811.0086
AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EKMdS, EFdS
PARTE(S) REQUERIDA(S): EMdS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Defensor Público de Nova Mutum - MT - OAB:MT 001
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Janisley Broetto Alves - OAB:MT 24.330/O
Vistos.
Oficie-se à Secretaria da Quarta Câmara Cível de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, a fim de que remetam a estes autos cópias do acórdão que julgou o recurso de apelação, posto que os autos retornaram à Primeira Instância sem o referido julgado encartado e sem qualquer mídia digital para acessa-lo.
Permaneçam os autos em secretaria aguardando o envio das respectivas informações.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Luciana de Souza Cavar Moretti
Cod. Proc.: 72697 Nr: 1216-95.2013.811.0086
AÇÃO: Mandado de Segurança->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Andrea Fatima Aparecida Alves, Michel Fernando Bossa Pitoni
PARTE(S) REQUERIDA(S): Prefeito Municipal de Santra Rita do Trivelato - MT, Secretario Municipal de Saude de Santa Rita do Trivelato - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Paulo Cezar Rebuli - OAB:MT 7.565
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Sem adv. - OAB:
Vistos.
Tendo em vista o retorno dos autos à primeira instância, intimem-se as partes, cientificando-as sobre o retorno dos autos, bem como para requerer o que de direito, no prazo legal.
Certificado nos autos o decurso do prazo, sem manifestação ou requerimento, arquivem-se com as anotações e baixas de estilo.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Luciana de Souza Cavar Moretti
Cod. Proc.: 112358 Nr: 7211-50.2017.811.0086
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): CARLOS HENRIQUE LEGUISAMON
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Antonio Samuel da Silveira - OAB:MT 9.948-A, Jamil Alves de Souza - OAB:MT 12.880
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Eduardo Machado - OAB:13.065
Vistos.
Recebo a impugnação ao cumprimento de sentença apresentada às fls. 127/133.
No mais, intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar sobre a impugnação ao cumprimento de sentença.
Após, retornem os autos conclusos para apreciação.
No mais, cumpra-se a decisão de fl. 126 no que concerne a retificação da capa dos autos.
Às providências.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Luciana de Souza Cavar Moretti
Cod. Proc.: 87731 Nr: 3570-25.2015.811.0086
AÇÃO: Interdição->Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Marli Marilene Snichelotto
PARTE(S) REQUERIDA(S): Kassia Reis
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Defensor Público de Nova Mutum - MT - OAB:MT 001
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Wilson Rodrigues Fontelli - OAB:MT 8188-B
Vistos.
Considerando a Certidão do Oficial de Justiça à fl. 74, dê-se vistas dos autos à Defensoria Pública para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar aos autos o endereço atualizado da parte autora, sob pena de extinção.
Cumpra-se.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Luciana de Souza Cavar Moretti
Cod. Proc.: 111848 Nr: 6962-02.2017.811.0086
AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GPS, DRdSV
PARTE(S) REQUERIDA(S): RdS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Claudio Birck - OAB:10093/MT, Sônia de Fátima da Silva - OAB:MT 18.130
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Antes de apreciar o pedido para decretação da prisão civil do executado, intime-se a parte exequente para trazer aos autos cópia integral da sentença que fixou a obrigação alimentar e que aqui busca executar, bem como a respectiva certidão de trânsito em julgado, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da execução.
Outrossim, proceda-se à Secretaria Judiciária à juntada de cópia integral da sentença proferida nos autos n°. 6966-39.2017.811.0086, código 111852.
Após, tornem os autos conclusos.

Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Luciana de Souza Cavar Moretti
Cod. Proc.: 77897 Nr: 1373-34.2014.811.0086
AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ETdSR, ALR
PARTE(S) REQUERIDA(S): DFdS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Luan de Moraes Wieczorek - OAB:MT 21.694
Vistos.
Ante o fornecimento de novo endereço da executada pela parte exequente às fls. 79, proceda-se à nova tentativa de cumprimento do mandado de prisão no endereço indicado.
No mais, intime-se a parte exequente para requerer o prosseguimento da execução, no prazo de 10 (dez) dias.
Consigno que o mandado de prisão civil já foi inserido no banco nacional de mandados de prisão.
Após, abra-se vistas ao Ministério Público.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Luciana de Souza Cavar Moretti
Cod. Proc.: 90162 Nr: 48-53.2016.811.0086
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Egon Hoepers
PARTE(S) REQUERIDA(S): Adama Brasil S/A.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marco Aurélio Piacentini - OAB:MT 7170-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDO HACKMANN RODRIGUES - OAB:RS 18660
Vistos.
Oficie-se à Secretaria da Quarta Câmara Cível de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, a fim de que remetam a estes autos cópias do acórdão que julgou o recurso de apelação, posto que os autos retornaram à Primeira Instância sem o referido julgado encartado e sem qualquer mídia digital para acessa-lo.
Permaneçam os autos em secretaria aguardando o envio das respectivas informações.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Luciana de Souza Cavar Moretti
Cod. Proc.: 70264 Nr: 2807-29.2012.811.0086
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: João Maria de Oliveira
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marta Jose Rodrigues - OAB:MT 13.901
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Procurador(a) Federal do I N S S - OAB:
Vistos.
Recebo o cumprimento de sentença oferecido às fls. 153/165.
Outrossim, nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, intime-se o requerido para impugnar a execução no prazo de 30 (trinta) dias, advertindo que, não havendo resistência, serão observadas as regras dos § 3º do supracitado artigo da Lei Processual Civil.
Certifique-se o decurso do prazo.
Não sendo impugnada a presente execução e ante a inexistência de óbice legal para expedição de requisições de pequeno valor pela Justiça Estadual requisite-se o pagamento ao Egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso.
Intime-se.
Cumpra-se. Expeça-se o necessário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Luciana de Souza Cavar Moretti
Cod. Proc.: 75445 Nr: 4000-45.2013.811.0086
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Ivacir Faletti
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Hilario Schiefelbein - OAB:MT 12.532-B, Rogério Antonio de Lima - OAB:MT 7.303-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Procurador(a) Federal do I N S S - OAB:
Vistos.
Intime-se o requerido para estabelecer o benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez ao autor, conforme determinado na sentença de fls. 122/124, no prazo de 10 (dez) dias, considerando que já houve determinação para tanto e o demandado não observou o comando jurisdicional, sob pena de estabelecimento de multa diária.
Intime-se o Gerente Executivo da referida autarquia para dar cumprimento à decisão, bem como proceda à intimação através do Sistema Jusconvênios, assim como expedindo-se ofício ao Gerente da Agência da Previdência Social de Atendimento às Demandas Judiciais, devendo remeter aos autos o comprovante da respectiva implantação.
Destarte, às fls. 125/126 foi requerido o início da fase de cumprimento de sentença pelo polo ativo, a fim de que o INSS fosse intimado para apresentar impugnação, no prazo de 30 dias, no entanto, o exequente não apresentou a minuta do cálculo dos valores que entende devidos, sendo que se trata de documento fundamental para o prosseguimento da fase de cumprimento de sentença, nos termos do artigo 534, do CPC.
Sendo assim, intime-se o exequente para trazer aos autos o respectivo cálculo, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de suspensão e arquivamento.
Certifique-se o decurso do prazo.
Remetam-se os autos ao Cartório Distribuidor, para que se proceda às anotações pertinentes quanto à fase de execução de sentença.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Luciana de Souza Cavar Moretti
Cod. Proc.: 76456 Nr: 86-36.2014.811.0086
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Lucineide Ferreira dos Santos
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, PROCURADORIA FEDERAL EM MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marta Jose Rodrigues - OAB:MT 13.901, Vinicius Vargas Leite - OAB:MT 11.213-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Trata-se de AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA proposta por LUCINEIDE FERREIRA DOS SANTOS em face de INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS e PROCURADORIA FEDERAL EM MATO GROSSO, todos devidamente qualificados nos autos.
À fl. 84, o exequente informou a quitação integral do débito.
Vieram-me os autos conclusos.
É o relatório.
Fundamento e decido.
Tendo em vista que houve a quitação integral do débito, JULGO EXTINTO o presente feito, com fulcro no artigo 924, inciso II, do NCPC.
Decorrido o prazo para interposição de recurso, sem que este seja manejado, certifique-se o trânsito em julgado, arquivando-se os autos, com as baixas e cautelas de estilo.
Cumpra-se.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 53647 Nr: 1150-52.2012.811.0086
AÇÃO: Inventário->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RPJ
PARTE(S) REQUERIDA(S): JJ, AA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Bruno Casagrande e Silva -

OAB:8535-B/MT, Daiana Costa Beber - OAB:13781/MT, Roger Klerisson Rozão - OAB:MT 14.571-B

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Nos termos da legislação vigente, impulsiono o processo para intimar as partes, na pessoa do seu procurador, para manifestar acerca da avaliação de fls. 144/147, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos da decisão de fl. 136/137. Intimar, ainda, a parte autora, para que providencie o recolhimento das custas e taxas judiciais, no prazo legal.

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010194-80.2017.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
DIEGO LUTZ PERES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CIDINEY RODRIGUES FERREIRA OAB - MT8359-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RUBENS GASPAR SERRA OAB - SP119859 (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE NOVA MUTUM JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MUTUM RUA DAS ARAPONGAS, 3340, CENTRO, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 CERTIDÃO SOBRE TEMPESTIVIDADE DO RECURSO PROCESSO n. 8010194-80.2017.8.11.0086 Valor da causa: R$ 10.000,00 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES] ->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: DIEGO LUTZ PERES Endereço: Rua DOS JATAIS, Nº 3280, QD. H, RE. DAS PALMEIRAS, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 ADVOGADO DO(A) REQUERENTE: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA - MT0008359A POLO PASSIVO: Nome: BANCO BRADESCARD S.A Endereço: Alameda RIO NEGRO, 585, PARTE BLOCO D - EDIFICIO JAURAPERI, ALPHAVILLE INDUSTRIAL, BARUERI - SP - CEP: 06454-000 ADVOGADO DO(A) REQUERIDO: RUBENS GASPAR SERRA - SP119859 Certifico e dou fé que o Recurso protocolado no ID 10649530 é tempestivo. Certifico ainda que o Recorrente requereu Assistência Judiciária. Em cumprimento ao Art. 42, §2º da Lei 9.099/1995, intimo a Parte Recorrida do recurso, para querendo, apresentar resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão. NOVA MUTUM, 7 de novembro de 2019. (Assinado Digitalmente) DIEGO FRANCISCO DE CAMPOS Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular. Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010195-65.2017.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
DIEGO LUTZ PERES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CIDINEY RODRIGUES FERREIRA OAB - MT8359-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RUBENS GASPAR SERRA OAB - SP119859 (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE NOVA MUTUM JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MUTUM RUA DAS ARAPONGAS, 3340, CENTRO, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 CERTIDÃO SOBRE TEMPESTIVIDADE DO RECURSO PROCESSO n. 8010195-65.2017.8.11.0086 Valor da causa: R$ 10.000,00 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES] ->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: DIEGO LUTZ PERES Endereço: Rua DOS JATAIS, Nº 3280, QD. H, RE. DAS PALMEIRAS, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 ADVOGADO DO(A) REQUERENTE: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA - MT0008359A POLO PASSIVO: Nome: BANCO BRADESCO Endereço: Núcleo CIDADE DE DEUS, S/N, PREDIO AMARELO, VILA YARA, OSASCO - SP - CEP: 06029-900 ADVOGADO DO(A) REQUERIDO: RUBENS GASPAR SERRA - SP119859 Certifico e dou fé que o Recurso protocolado no ID 10779895 é tempestivo. Certifico ainda que o Recorrente requereu Assistência Judiciária. Em cumprimento ao Art. 42, §2º da Lei 9.099/1995, intimo a Parte Recorrida do recurso, para querendo, apresentar resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão. NOVA MUTUM, 7 de novembro de 2019. (Assinado Digitalmente) DIEGO FRANCISCO DE CAMPOS Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular. Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003059-68.2019.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
ALENILSON DUTRA MUNIZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELISVALDO MENDES RAMOS OAB - MT19438-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO GMAC S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1003059-68.2019.8.11.0086 POLO ATIVO:ALENILSON DUTRA MUNIZ ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ELISVALDO MENDES RAMOS POLO PASSIVO: BANCO GMAC S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação Data: 11/02/2020 Hora: 16:20 , no endereço: RUA DAS ARAPONGAS, 3340, CENTRO, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010222-19.2015.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:

JOSEANA VIEIRA NEVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
REGIS FERNANDO NIEDERAUER DA SILVEIRA OAB - MT3756-O (ADVOGADO(A))
JOAQUIM BALTAZAR GARAY DA SILVA OAB - MT0003535A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA OAB - MT19081-A (ADVOGADO(A))
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE NOVA MUTUM JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MUTUM RUA DAS ARAPONGAS, 3340, CENTRO, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 CERTIDÃO SOBRE TEMPESTIVIDADE DO RECURSO PROCESSO n. 8010222-19.2015.8.11.0086 Valor da causa: R$ 15.760,00 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: JOSEANA VIEIRA NEVES Endereço: Rua DAS ALFAZEMAS, 13, E, TOPÁZIO, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 ADVOGADOS DO(A) REQUERENTE: REGIS FERNANDO NIEDERAUER DA SILVEIRA - MT3756-O, JOAQUIM BALTAZAR GARAY DA SILVA - MT0003535A POLO PASSIVO: Nome: BANCO DO BRASIL SA Endereço: Rua Jardel Filho, 182, caixa postal 131, Módulo 2, JUÍNA - MT - CEP: 78320-000 ADVOGADOS DO(A) REQUERIDO: JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - MT19081-A, SERVIO TULIO DE BARCELOS - MT14258-S Certifico e dou fé que os Recursos protocolados nos IDs 6488292 e 6488333 são tempestivos. Certifico ainda que o primeiro Recorrente recolheu devidamente o preparo recursal e o segundo Recorrente requereu Assistência Judiciária. Em cumprimento ao Art. 42, §2º da Lei 9.099/1995, intimo as Partes Recorridas dos recursos, para querendo, apresentarem resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão. NOVA MUTUM, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) JAISON FABIO VICENSI Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001090-86.2017.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
MARIANA PERONDI AMADIO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA OAB - MT13741-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE NOVA MUTUM JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MUTUM RUA DAS ARAPONGAS, 3340, CENTRO, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 CERTIDÃO SOBRE TEMPESTIVIDADE DO RECURSO PROCESSO n. 1001090-86.2017.8.11.0086 Valor da causa: R$ 160,91 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES] ->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: MARIANA PERONDI AMADIO Endereço: SEM, 2504, JD EUROPA, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 ADVOGADO DO(A) REQUERENTE: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA - MT13741-O POLO PASSIVO: Nome: VIVO S.A. Endereço: TELEMAT CELULAR, 1.300, Avenida Getúlio Vargas-Centro, QUILOMBO, CUIABÁ - MT - CEP: 78045-901 ADVOGADO DO(A) REQUERIDO: FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR - MT11264-O Certifico e dou fé que o Recurso protocolado no ID 19829571 é tempestivo. Certifico ainda que a Recorrente requereu Assistência Judiciária. Em cumprimento ao Art. 42, §2º da Lei 9.099/1995, intimo a Parte Recorrida do recurso, para querendo, apresentar resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão. NOVA MUTUM, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) JAISON FABIO VICENSI Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002195-64.2018.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
RICARDO SANTIAGO ROSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE NOVA MUTUM JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MUTUM RUA DAS ARAPONGAS, 3340, CENTRO, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 CERTIDÃO SOBRE TEMPESTIVIDADE DO RECURSO PROCESSO n. 1002195-64.2018.8.11.0086 Valor da causa: R$ 19.000,00 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: RICARDO SANTIAGO ROSA Endereço: RUA DOS FLAMBOYANTES, 10, Q J, PARQUE DO SOL, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 ADVOGADO DO(A) REQUERENTE: LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR - MT16625-O POLO PASSIVO: Nome: BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. Endereço: BANCO BRADESCO S.A., NÚCLEO CIDADE DE DEUS, S/N, VILA YARA, OSASCO - SP - CEP: 06029-900 ADVOGADO DO(A) REQUERIDO: MAURO PAULO GALERA MARI - MT3056-O Certifico e dou fé que o Recurso protocolado no ID 19826173 é tempestivo. Certifico ainda que o Recorrente requereu Assistência Judiciária. Em cumprimento ao Art. 42, §2º da Lei 9.099/1995, intimo a Parte Recorrida do recurso, para querendo, apresentar resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão. NOVA MUTUM, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) JAISON FABIO VICENSI Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000044-62.2017.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
ALISON ROSISCA DE MOURA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILTON JONES AMORIM VIEIRA OAB - MT16216-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE NOVA MUTUM JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MUTUM RUA DAS ARAPONGAS, 3340, CENTRO, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 CERTIDÃO SOBRE TEMPESTIVIDADE DO RECURSO PROCESSO n. 1000044-62.2017.8.11.0086 Valor da causa: R$ 10.000,00 ESPÉCIE: [PROTESTO INDEVIDO DE TÍTULO, ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, ANTECIPAÇÃO DE TUTELA / TUTELA ESPECÍFICA]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: ALISON ROSISCA DE MOURA Endereço: Rua Projetada 02, N 218, Quadra "G", Lote 22, Res. Novo Horizonte I, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 ADVOGADO DO(A) REQUERENTE: MILTON JONES AMORIM VIEIRA - MT16216-O POLO PASSIVO: Nome: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Endereço: AVENIDA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 1300, CENTRO NORTE, CUIABÁ - MT - CEP: 78005-370 ADVOGADO DO(A) REQUERIDO: FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR - MT11264-O Certifico e dou fé que o Recurso protocolado no ID 20050344 é tempestivo. Certifico ainda que o Recorrente requereu Assistência Judiciária. Em cumprimento ao Art. 42, §2º da Lei 9.099/1995, intimo a Parte Recorrida do recurso, para querendo, apresentar resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão. NOVA MUTUM, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) JAISON FABIO VICENSI Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001133-86.2018.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
ROMILDO CABRAL GUIMARAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE NOVA MUTUM JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MUTUM RUA DAS ARAPONGAS, 3340, CENTRO, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000

CERTIDÃO SOBRE TEMPESTIVIDADE DO RECURSO PROCESSO n. 1001133-86.2018.8.11.0086 Valor da causa: R$ 19.000,00 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: ROMILDO CABRAL GUIMARAES Endereço: RUA DAS ANDIROBAS, S/N, LOTE 12, SANTA TEREZINHA, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 ADVOGADO DO(A) REQUERENTE: LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR - MT16625-O POLO PASSIVO: Nome: VIVO S.A. Endereço: TELEFÔNICA BRASIL S/A, AVENIDA ENGENHEIRO LUIZ CARLOS BERRINI 1376, CIDADE MONÇÕES, SÃO PAULO - SP - CEP: 04571-936 ADVOGADO DO(A) REQUERIDO: FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR - MT11264-O Certifico e dou fé que o Recurso protocolado no ID 19824322 é tempestivo. Certifico ainda que o Recorrente requereu Assistência Judiciária. Em cumprimento ao Art. 42, §2º da Lei 9.099/1995, intimo a Parte Recorrida do recurso, para querendo, apresentar resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão. NOVA MUTUM, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) JAISON FABIO VICENSI Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003217-60.2018.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
EDINEIA SOUZA PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-S (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE NOVA MUTUM JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MUTUM RUA DAS ARAPONGAS, 3340, CENTRO, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 CERTIDÃO SOBRE TEMPESTIVIDADE DO RECURSO PROCESSO n. 1003217-60.2018.8.11.0086 Valor da causa: R$ 19.000,00 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: EDINEIA SOUZA PEREIRA Endereço: RUAS DAS GARAPEIRAS, S/N, PARQUE DO SOL, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 ADVOGADO DO(A) REQUERENTE: LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR - MT16625-O POLO PASSIVO: Nome: BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. Endereço: BANCO BRADESCO S.A., NÚCLEO CIDADE DE DEUS, S/N, VILA YARA, OSASCO - SP - CEP: 06029-900 ADVOGADO DO(A) REQUERIDO: BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO - MT14992-S Certifico e dou fé que o Recurso protocolado no ID 19825426 é tempestivo. Certifico ainda que a Recorrente requereu Assistência Judiciária. Em cumprimento ao Art. 42, §2º da Lei 9.099/1995, intimo a Parte Recorrida do recurso, para querendo, apresentar resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão. NOVA MUTUM, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) JAISON FABIO VICENSI Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001116-50.2018.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDA SANTANA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO AMORIM DE ARRUDA OAB - MT15634-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE NOVA MUTUM JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MUTUM RUA DAS ARAPONGAS, 3340, CENTRO, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 CERTIDÃO SOBRE TEMPESTIVIDADE DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROCESSO n. 1001116-50.2018.8.11.0086 Valor da causa: R$ 10.000,00 ESPÉCIE: [ABATIMENTO PROPORCIONAL DO PREÇO]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: FERNANDA SANTANA DOS SANTOS Endereço: RUA DAS VERBENIAS, 2683/W, LT. 04, JARDIM ITALIA, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 ADVOGADO DO(A) REQUERENTE: SAULO AMORIM DE ARRUDA - MT15634-O POLO PASSIVO: Nome: VIVO S.A. Endereço: TELEMAT CELULAR, 1300, AV. GETULIO VARGAS, QUILOMBO, CUIABÁ - MT - CEP: 78045-901 ADVOGADO DO(A) REQUERIDO: FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR - MT11264-O Certifico e dou fé que os Embargos de Declaração opostos são tempestivos. Nos termos do Art. 1.023, §2º do NCPC, intimo a Embargada para manifestar-se sobre os Embargos opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, caso seu eventual acolhimento implique na modificação da decisão embargada. NOVA MUTUM, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) JAISON FABIO VICENSI Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001204-88.2018.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
BEATRIZ NATIVIDADE LOPES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VIVIANNE FRAUZINO MACHADO OAB - MT24738/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ATIVOS S/A CIA SECURITIZADORA CREDITOS FINANCEIROS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - MT17980-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE NOVA MUTUM JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MUTUM RUA DAS ARAPONGAS, 3340, CENTRO, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 CERTIDÃO SOBRE TEMPESTIVIDADE DO RECURSO PROCESSO n. 1001204-88.2018.8.11.0086 Valor da causa: R$ 10.467,71 ESPÉCIE: [DIREITO DO CONSUMIDOR, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: BEATRIZ NATIVIDADE LOPES Endereço: AVENIDA DAS SIRIEMAS, 882, NOSSA SENHORA APARECIDA, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 ADVOGADO DO(A) REQUERENTE: VIVIANNE FRAUZINO MACHADO - MT24738/O POLO PASSIVO: Nome: ATIVOS S/A CIA SECURITIZADORA CREDITOS FINANCEIROS Endereço: SEPN 504 BLOCO A, salas 101/106, ASA NORTE, BRASÍLIA - DF - CEP: 70730-521 ADVOGADO DO(A) REQUERIDO: GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI - MT17980-O Certifico e dou fé que o Recurso protocolado no ID 20187706 é tempestivo. Certifico ainda que o Recorrente requereu Assistência Judiciária. Em cumprimento ao Art. 42, §2º da Lei 9.099/1995, intimo a Parte Recorrida do recurso, para querendo, apresentar resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão. NOVA MUTUM, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) JAISON FABIO VICENSI Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010308-19.2017.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
ALDO MIRANDA FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JANISLEY BROETTO ALVES OAB - MT24330/O (ADVOGADO(A))
OLIANI RASPINI OAB - MT14330-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AMANDA BARBARA DE OLIVEIRA SODRE OAB - MT13333-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE NOVA MUTUM JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MUTUM RUA DAS ARAPONGAS, 3340, CENTRO, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 CERTIDÃO SOBRE TEMPESTIVIDADE DO RECURSO PROCESSO n. 8010308-19.2017.8.11.0086 Valor da causa: R$ 10.000,00 ESPÉCIE: [DIREITO DO CONSUMIDOR, RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: ALDO MIRANDA FERREIRA Endereço: Rua PROJETADA, 0, CASA 222, PROHAB, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 ADVOGADOS DO(A) REQUERENTE: OLIANI RASPINI - MT14330-O, JANISLEY BROETTO ALVES - MT24330/O POLO PASSIVO: Nome: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Endereço: Avenida GETULIO VARGAS, 1300, AVENIDA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS 1300, CENTRO, CUIABÁ - MT - CEP: 78045-901 ADVOGADO DO(A) REQUERIDO: AMANDA BARBARA DE OLIVEIRA SODRE - MT13333-O Certifico e dou fé que o

Recurso protocolado no ID 20605464 é tempestivo. Certifico ainda que o Recorrente requereu Assistência Judiciária. Em cumprimento ao Art. 42, §2º da Lei 9.099/1995, intimo a Parte Recorrida do recurso, para querendo, apresentar resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão. NOVA MUTUM, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) JAISON FABIO VICENSI Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000936-68.2017.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE CICERO SILVA ISIDORO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILTON JONES AMORIM VIEIRA OAB - MT16216-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE NOVA MUTUM JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MUTUM RUA DAS ARAPONGAS, 3340, CENTRO, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 CERTIDÃO SOBRE TEMPESTIVIDADE DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROCESSO n. 1000936-68.2017.8.11.0086 Valor da causa: R$ 10.094,22 ESPÉCIE: [PROTESTO INDEVIDO DE TÍTULO, ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, ANTECIPAÇÃO DE TUTELA / TUTELA ESPECÍFICA] ->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: JOSE CICERO SILVA ISIDORO Endereço: Rua Projetada 04, 74, Residencial Novo Horizonte I, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 ADVOGADO DO(A) REQUERENTE: MILTON JONES AMORIM VIEIRA - MT16216-O POLO PASSIVO: Nome: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Endereço: AVENIDA PRESIDENTE GETÚLIO VARGAS, 1300, CENTRO NORTE, CUIABÁ - MT - CEP: 78005-370 ADVOGADO DO(A) REQUERIDO: FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR - MT11264-O Certifico e dou fé que os Embargos de Declaração opostos são tempestivos. Nos termos do Art. 1.023, §2º do NCPC, intimo a Embargada para manifestar-se sobre os Embargos opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, caso seu eventual acolhimento implique na modificação da decisão embargada. NOVA MUTUM, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) JAISON FABIO VICENSI Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular. Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010405-53.2016.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
ERICSON DA SILVA MODESTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE AZEVEDO ANTUNES OAB - MT8843-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE NOVA MUTUM JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MUTUM RUA DAS ARAPONGAS, 3340, CENTRO, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 INTIMAÇÃO DO RETORNO DAS TURMAS RECURSAIS PROCESSO n. 8010405-53.2016.8.11.0086 Valor da causa: R$ 31.520,00 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES] ->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: ERICSON DA SILVA MODESTO Endereço: Rua AMORAS, 239, ALTS COLINA II,, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 ADVOGADO DO(A) REQUERENTE: ALEXANDRE AZEVEDO ANTUNES - MT8843-O POLO PASSIVO: Nome: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Endereço: Avenida ENGENHEIRO LUIZ CARLOS BERRINI, 1376, AVENIDA ENGENHEIRO LUIZ CARLOS BERRINI 1376, MORUMBI SP, SÃO PAULO - SP - CEP: 04571-936 ADVOGADO DO(A) REQUERIDO: FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR - MT11264-O Nos termos da legislação vigente, serve a presente, extraída dos autos da RECLAMAÇÃO acima identificada, para proceder a INTIMAÇÃO de Vossas Senhorias, acerca do retorno dos autos da Turma Recursal, para que requeiram o que entenderem de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão. NOVA MUTUM, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) DIEGO FRANCISCO DE CAMPOS Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular. Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010314-26.2017.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
NADIR RODRIGUES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JONES EVERSON CARDOSO OAB - SP146007 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE NOVA MUTUM JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MUTUM RUA DAS ARAPONGAS, 3340, CENTRO, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 INTIMAÇÃO DO RETORNO DAS TURMAS RECURSAIS PROCESSO n. 8010314-26.2017.8.11.0086 Valor da causa: R$ 10.234,30 ESPÉCIE: [DIREITO DO CONSUMIDOR, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: NADIR RODRIGUES DA SILVA Endereço: Rua DAS ANDIROBAS, 02, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 ADVOGADO DO(A) REQUERENTE: JONES EVERSON CARDOSO - SP146007 POLO PASSIVO: Nome: VIVO S.A. Endereço: Rua MARTINIANO DE CARVALHO, 851, Inexistente, SÃO PAULO - SP - CEP: 46899-999 ADVOGADO DO(A) REQUERIDO: FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR - MT11264-O Nos termos da legislação vigente, serve a presente,

extraída dos autos da RECLAMAÇÃO acima identificada, para proceder a INTIMAÇÃO de Vossas Senhorias, acerca do retorno dos autos da Turma Recursal, para que requeiram o que entenderem de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão. NOVA MUTUM, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) DIEGO FRANCISCO DE CAMPOS Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular. Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010244-77.2015.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
ELIETE CAITANO DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAQUIM BALTAZAR GARAY DA SILVA OAB - MT0003535A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ TERUO MATSUNAGA JUNIOR OAB - MT0022246S (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE NOVA MUTUM JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MUTUM RUA DAS ARAPONGAS, 3340, CENTRO, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 INTIMAÇÃO DO RETORNO DAS TURMAS RECURSAIS PROCESSO n. 8010244-77.2015.8.11.0086 Valor da causa: R$ 15.760,00 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: ELIETE CAITANO DE OLIVEIRA Endereço: Rua DAS MAMONAS, 08, 31, EDELMINA QUERUBIM, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 ADVOGADO DO(A) REQUERENTE: JOAQUIM BALTAZAR GARAY DA SILVA - MT0003535A POLO PASSIVO: Nome: BANCO BRADESCO Endereço: Rua Barão de Melgaço, 3475, RUA BARÃO DE MELGAÇO 3475, Centro, CUIABÁ - MT - CEP: 78005-908 ADVOGADO DO(A) REQUERIDO: LUIZ TERUO MATSUNAGA JUNIOR - MT0022246S Nos termos da legislação vigente, serve a presente, extraída dos autos da RECLAMAÇÃO acima identificada, para proceder a INTIMAÇÃO de Vossas Senhorias, acerca do retorno dos autos da Turma Recursal, para que requeiram o que entenderem de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão. NOVA MUTUM, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) DIEGO FRANCISCO DE CAMPOS Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular. Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010115-72.2015.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
CLODAIR JOSE CURIONI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEX BRESCOVIT MACIEL OAB - MT0013827S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NET SERVICOS DE COMUNICACAO S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE NOVA MUTUM JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MUTUM RUA DAS ARAPONGAS, 3340, CENTRO, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 CERTIDÃO SOBRE TEMPESTIVIDADE DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROCESSO n. 8010115-72.2015.8.11.0086 Valor da causa: R$ 31.520,00 ESPÉCIE: [DIREITO DE IMAGEM]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: CLODAIR JOSE CURIONI Endereço: Fazenda FILADELFIA, KM 585, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 ADVOGADO DO(A) REQUERENTE: ALEX BRESCOVIT MACIEL - MT0013827S POLO PASSIVO: Nome: NET SERVICOS DE COMUNICACAO S.A Endereço: Avenida VERBO DIVINO, 1º ANDAR, 1.356, - ATÉ 255/256, CHACARA SANTO ANTONIO, SÃO PAULO - SP - CEP: 04719-000 ADVOGADO DO(A) REQUERIDO: AOTORY DA SILVA SOUZA - MS7785-A Certifico e dou fé que os Embargos de Declaração opostos são tempestivos. Nos termos do Art. 1.023, §2º do NCPC, intimo o Embargado para manifestar-se sobre os Embargos opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, caso seu eventual acolhimento implique na modificação da decisão embargada. NOVA MUTUM, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) JAISON FABIO VICENSI Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000098-57.2019.8.11.0086
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANO LOPES SANTOS PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILTON JONES AMORIM VIEIRA OAB - MT16216-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS NPL I (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO MONTENEGRO DOTTA OAB - SP155456 (ADVOGADO(A))
CARLOS EDUARDO COIMBRA DONEGATTI OAB - SP0290089A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE NOVA MUTUM JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA MUTUM RUA DAS ARAPONGAS, 3340, CENTRO, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 CERTIDÃO SOBRE TEMPESTIVIDADE DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROCESSO n. 1000098-57.2019.8.11.0086 Valor da causa: R$ 10.162,26 ESPÉCIE: [PROTESTO INDEVIDO DE TÍTULO, ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA, ANTECIPAÇÃO DE TUTELA / TUTELA ESPECÍFICA] ->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: LUCIANO LOPES SANTOS PEREIRA Endereço: Rua Projetada 03, 119, quadra C, lote 33, Novo Horizonte, NOVA MUTUM - MT - CEP: 78450-000 ADVOGADO DO(A) REQUERENTE: MILTON JONES AMORIM VIEIRA - MT16216-O POLO PASSIVO: Nome: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS NPL I Endereço: RUA

GOMES DE CARVALHO, 1195, - ATÉ 149/150, VILA OLÍMPIA, SÃO PAULO - SP - CEP: 04547-000 ADVOGADOS DO(A) REQUERIDO: EDUARDO MONTENEGRO DOTTA - SP155456, CARLOS EDUARDO COIMBRA DONEGATTI - SP0290089A Certifico e dou fé que os Embargos de Declaração opostos são tempestivos. Nos termos do Art. 1.023, §2º do NCPC, intimo o Embargado para manifestar-se sobre os Embargos opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, caso seu eventual acolhimento implique na modificação da decisão embargada. NOVA MUTUM, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) JAISON FABIO VICENSI Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

3ª Vara

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ana Helena Alves Porcel Ronkoski
Cod. Proc.: 130596 Nr: 2789-61.2019.811.0086
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministerio Publico de Mato Grosso, Antonio Cornelio de Oliveira
PARTE(S) REQUERIDA(S): Mauricio Francisco Militão, Valdecir Gazziero e outros
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DANIEL WINTER - OAB:11470, Donisete Pablo Souza - OAB:15083
Vistos.
Cumpra-se, na forma deprecada.
Designo audiência para o dia 03/02/2020 às 17h30min.
Oficie-se ao Juízo deprecante, informando a data designada, bem como o número da deprecata.
Intime-se. Notifique-se o Ministério Público.
Expeça-se o necessário.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ana Helena Alves Porcel Ronkoski
Cod. Proc.: 125876 Nr: 416-57.2019.811.0086
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministerio Publico do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Deivid Reis Gonzaga da Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Promotor Público - OAB:M.P.
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Maria José Dantas Souza - OAB:16.143, Nuane Caroline Rodrigues - OAB:19.106
Vistos.
Tendo em vista a necessidade de readequação de pauta, redesigno, desde logo, a audiência para o dia 06/02/2020, às 17h45min.
Ademais, mantenho inalterados os termos da decisão anterior.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ana Helena Alves Porcel Ronkoski
Cod. Proc.: 133333 Nr: 4415-18.2019.811.0086
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministerio Publico de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Marcelo Fernando Vortmann Fabrin, Gentil Elias de Souza, Claudionor Souza Silva, Gilson Alexandre de Souza
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Promotor Público - OAB:M.P.
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Ana Caroline Aparecida Souza Pereira - OAB:MT 23.951, Daruich Hammoud - OAB:8101-B, Jonas Mendes Barravieira - OAB:MT 13.116, Jose Samuel de Souza Sampaio - OAB:MT 24.487, Moacir Ribeiro - OAB:MT 3.562-B
"Vistos.CONCEDO o prazo de 05 (cinco) dias para que o advogado Dr. Moacir Ribeiro junte aos autos instrumento de substabelecimento. (...) Conquanto o art. 222 do CPP preveja expressamente que as cartas precatórias não suspendem o curso da instrução processual, admitindo, inclusive, a prolação de sentença sem o seu aporte aos autos, desde que escoado o prazo de seu cumprimento, tenho que em situações excepcionais, em que a prova a ser produzida por carta precatória seja de relevância tal que possa importar em alteração nas teses de defesa, como é o caso da oitiva da própria vítima, tenho que o dispositivo comporta obtemperações para melhor conciliá-lo com os princípios da ampla defesa e do contraditório, ainda mais quando a própria defesa requer expressamente o sobrestamento e apontam possíveis prejuízos ao exercício da defesa, razão pela qual DEFIRO os pedidos das defesas para suspender os interrogatórios dos réus até a realização da audiência para oitiva da vítima Eurico Roberto de Souza.Oficie-se ao Juízo deprecado, solicitando urgência no cumprimento da missiva, bem como para que a vítima seja instada a confirmar o reconhecimento fotográfico dos réus. Após, realizado o ato pelo Juízo deprecado, conclusos os autos para designação de audiência para o interrogatório dos réus.Mantenho os autos conclusos para apreciação do pedido de revogação da prisão.Saem os presentes intimados. Cumpra-se

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ana Helena Alves Porcel Ronkoski
Cod. Proc.: 133333 Nr: 4415-18.2019.811.0086
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministerio Publico de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Marcelo Fernando Vortmann Fabrin, Gentil Elias de Souza, Claudionor Souza Silva, Gilson Alexandre de Souza
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Promotor Público - OAB:M.P.
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Ana Caroline Aparecida Souza Pereira - OAB:MT 23.951, Daruich Hammoud - OAB:8101-B, Jonas Mendes Barravieira - OAB:MT 13.116, Jose Samuel de Souza Sampaio - OAB:MT 24.487, Moacir Ribeiro - OAB:MT 3.562-B
Analisando detidamente os autos, verifico que o pedido formulado não merece ser acolhido, mormente porque inexiste alteração na situação fático-jurídica que ensejou a decretação da prisão do autuado, entendimento corroborado, inclusive, pelo E. Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, que recentemente denegou a ordem de habeas corpus (HC nº 1014544-32.2019.8.11.0000 - fls. 326/334), pautada em pedido semelhante. Conforme se verifica, os requisitos e pressupostos da prisão preventiva decretada em face do acusado foram exaustivamente expendidos, seja na decisão que decretou sua prisão preventiva (fls. 44/47), ou ainda, na decisão proferida às fls. 319/321, em análise ao primeiro pedido de revogação formulado pela Defesa, à luz dos mesmos argumentos ora lançados, que também restou indeferido. Tenho, portanto, que a medida excepcional da decretação da custódia cautelar em desfavor do acusado encontra-se em estrita observância às disposições legais, somente podendo ser revogada se desaparecem os motivos que a ensejaram, o que não vislumbro no presente caso.Deste modo, em que pese o caráter excepcional, de resto, consubstancial à privação cautelar da liberdade, pois demonstrados os pressupostos e motivos autorizadores da medida, bem como indicados os fatos concretos que dão suporte à sua imposição.Salientando, mais uma vez, que conforme entendimento jurisprudencial pacífico, a arguição de que o acusado está escoltado por condições pessoais que lhe são favoráveis, não é fundamento garantidor da liberdade vindicada, mormente se confrontado com elementos outros a recomendarem a manutenção da segregação provisória, como na hipótese presente.Reitera-se, finalmente, que outras medidas não atenderiam ao binômio da necessidade e da adequação nos termos do art. 282, inciso I e II, nem seriam capazes de acautelar o meio social.Isto posto, em consonância com o parecer ministerial, INDEFIRO o novo pedido de revogação formulado pela Defesa e MANTENHO a prisão preventiva do acusado Gilson Alexandre de Souza

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ana Helena Alves Porcel Ronkoski
Cod. Proc.: 119924 Nr: 3608-32.2018.811.0086
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministerio Publico do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Evair Nunes Serafim Correa Barbosa, Emili Cristina Matos Pedrozo
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Promotor Público - OAB:M.P.
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Anedio Aparecido Tosta - OAB:MT 4.855, Defensor Público de Nova Mutum - MT - OAB:MT 001
Vistos.
Considerando retorno dos autos do E.TJMT, bem como o trânsito em julgado do Acórdão de fls. 240/246v°, que manteve inalterada a sentença de fls. 182/192, cumpra-se in totum o acórdão verberado.
Após, proceda-se às baixas, comunicações e anotações de estilo, arquivando-se os autos, atento ao disposto no art. 983 e §§ da CNGC.
Intimem-se.

Às providências. Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ana Helena Alves Porcel Ronkoski
Cod. Proc.: 89633 Nr: 4790-58.2015.811.0086
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPdEdMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): DP
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Promotor Público - OAB:M.P.
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Guilherme Lauer Murta - OAB:MT 16.361-A
Vistos.
Defiro o pedido do Ministério Público de fl. 97.
Desta feita, designo o dia 30 de julho de 2020, às 13h30min, para audiência do interrogatório do acusado.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ana Helena Alves Porcel Ronkoski
Cod. Proc.: 131065 Nr: 3076-24.2019.811.0086
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado do Paraná
PARTE(S) REQUERIDA(S): Daniel Koyama Pereira
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Cumpra-se, na forma deprecada.
Designo audiência para o dia 03/02/2020 às 17h30min.
Oficie-se ao Juízo deprecante, informando a data designada, bem como o número da deprecata.
Intime-se. Notifique-se o Ministério Público.
Expeça-se o necessário.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ana Helena Alves Porcel Ronkoski
Cod. Proc.: 131385 Nr: 3284-08.2019.811.0086
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de São Paulo
PARTE(S) REQUERIDA(S): Cesar Roberto Amaral
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Cumpra-se, na forma deprecada.
Designo audiência para o dia 20/02/2020 às 17h15min.
Oficie-se ao Juízo deprecante, informando a data designada, bem como o número da deprecata.
Intime-se. Notifique-se o Ministério Público.
Expeça-se o necessário.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ana Helena Alves Porcel Ronkoski
Cod. Proc.: 132875 Nr: 4203-94.2019.811.0086
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PARTE(S) REQUERIDA(S): Sérgio Machado da Cruz, Patric Dornelles da Cruz
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Josiane Mallet Balbé - OAB:RS/40048
Vistos.
Cumpra-se, na forma deprecada.
Designo audiência para o dia 27/02/2020 às 16h15min.
Oficie-se ao Juízo deprecante, informando a data designada, bem como o número da deprecata.
Intime-se. Notifique-se o Ministério Público.
Expeça-se o necessário.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ana Helena Alves Porcel Ronkoski
Cod. Proc.: 133198 Nr: 4351-08.2019.811.0086
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministerio Publico de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Daniel Henrique Bolzan
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Promotor Público - OAB:M.P.
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Everson Garcia de Oliveira - OAB:, Fabio Briskievicz - OAB:PR 69.599, Gessika Mombach - OAB:PR 71.425
Vistos.
Cumpra-se na forma deprecada.
Designo audiência para o dia 27/02/2020, às 14h15min.
Oficie-se o Juízo deprecante, informando a data designada, bem como o número da deprecata.
Intime-se.
Notifique-se o Ministério Público.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se, com urgência.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ana Helena Alves Porcel Ronkoski
Cod. Proc.: 77182 Nr: 756-74.2014.811.0086
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministerio Publico do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Sergio dos Santos Souza
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Promotor Público - OAB:M.P.
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Luiz Pedro Franz - OAB:MT 14.594, Maite Martina Santana e Santos Benevides - OAB:MT 21.954
Vistos.
Compulsando os autos, verifico que todas as testemunhas já foram ouvidas e o acusado foi devidamente interrogado, pelo que cancelo a audiência outrora aprazada.
Desta feita, declaro encerrada a instrução processual.
Abra-se vistas dos autos as partes para oferecerem alegações finais escritas, no prazo legal e após, tornem os autos conclusos para sentença.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ana Helena Alves Porcel Ronkoski
Cod. Proc.: 134270 Nr: 4897-63.2019.811.0086
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministerio Publico de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Mileide de Fatima Gomes
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Promotor Público - OAB:M.P.
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Jorge Marcos Roque de Faria - OAB:17293/O
Vistos.
Ante o teor da certidão de fl. 11, proceda-se a devolução da presente carta precatória à Comarca de origem com nossa homenagem de estilo.
Ademais, cancelo a audiência outrora aprazada.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ana Helena Alves Porcel Ronkoski
Cod. Proc.: 129793 Nr: 2291-62.2019.811.0086
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministerio Publico do Estado de Mato Grosso Cáceres
PARTE(S) REQUERIDA(S): Luiz Carlos Pereira Barbosa, R.C Comércio de Combustiveis Ltda
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Gizeli Paulina Holz - OAB:22586/O, ODUVALDO LOPES FERREIRA - OAB:14196
Vistos.
Considerando o pedido de fl. 08 que informa que um dos acusados não poderá se fazer presente no ato aprazado em razão de viagem anteriormente agendada, redesigno, desde logo, a audiência para o dia 09/03/2020, às 17h45min.
Ademais, mantenho inalterados os termos da decisão anterior.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Comarca de Nova Xavantina

1ª Vara

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000872-18.2019.8.11.0012
Parte(s) Polo Ativo:
JORGE LUIZ DA SILVA (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCILIO VICENTE E PINTO LTDA (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO CEJUSC - CENTRAL JUDICIÁRIA DE SOLUÇÃO DE CONFLITO DE NOVA XAVANTINA Certidão Processo: 1000872-18.2019.8.11.0012; Valor causa: R$ 501.184,84; Tipo: Cível; Espécie:PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) Certifico que registrei o presente feito sob o procedimento n. 288083. Certifico ainda que agendei o Ato Solene de Conciliação/mediação para o dia 12/02/2020 às 08h00min(MT). Por fim, conforme o Enunciado do FONEMAT / CNJ n. 27, remeto os autos a escrivania para o ato de INTIMAÇÃO/CITAÇÃO e demais procedimentos de praxe. NOVA XAVANTINA, 12 de dezembro de 2019 ROGERIA BORGES FERREIRA Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO CEJUSC - CENTRAL JUDICIÁRIA DE SOLUÇÃO DE CONFLITO DE NOVA XAVANTINA E INFORMAÇÕES: RUA EXPEDIÇÃO RONCADOR XINGU, S/N, Telefone: (66) 3438-1305, CENTRO, NOVA XAVANTINA - MT - CEP: 78690-000 TELEFONE: (66) 34381305

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000872-18.2019.8.11.0012
Parte(s) Polo Ativo:
JORGE LUIZ DA SILVA (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCILIO VICENTE E PINTO LTDA (RÉU)

INTIMAÇÃO da parte autora para que providencie, no prazo de 10 (dez) dias, o depósito referente a diligência do senhor(a) Oficial (a) de Justiça, nos autos supra, informando que o referido valor deverá ser depositado conforme provimento 7/2017 - CGJ. Informo ainda que o mandado somente será entregue ao sr. Oficial de Justiça para cumprimento, quando a parte juntar o original do comprovante de depósito da diligência aos autos, e em nenhuma hipótese se aceitará comprovante de depósito em envelope, sujeito a conferência (CNGC 3.3.7.2)

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Carlos Eduardo de Moraes e Silva
Cod. Proc.: 78465 Nr: 1066-40.2016.811.0012
AÇÃO: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FRANCISCO ANDRÉ TARTAS
PARTE(S) REQUERIDA(S): LUCAS ANDRÉ SILVA TARTAS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: SEBASTIÃO CARLOS TOLEDO - OAB:13.217 - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PÚBLICA - OAB:
Vistos.
Considerando a ausência do requerente e seus advogados bem como o principio da boa fé e cooperação entre as partes, concedo o prazo de 05 dias para o autor e seu patrono justificarem a ausência a esta oralidade.
Decorrido esse prazo, com ou sem manifestação, do autor voltem os autos conclusos.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Carlos Eduardo de Moraes e Silva
Cod. Proc.: 3429 Nr: 28-23.1998.811.0012
AÇÃO: Execução de Sentença (arts. 632 e 730 do CPC)->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: FLORISVALDO GUILHERMINO DO NASCIMENTO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESPÓLIO DE BELARMINO FRANCISCO CLEMENTE, PAULO ROBERTO CLEMENTE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: PAULO CESAR DE TOLEDO RIBEIRO - OAB:2.311-MT, SEBASTIÃO CARLOS TOLEDO - OAB:13.217-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FABIO CARLOS DE OLIVEIRA - OAB:16393
Vistos.
Por ora determino a expedição de alvará para levantamento de 50% (cinquenta por cento) dos valores bloqueados no rosto dos autos de código 276657, que tramita perante o juízo da 1ª Vara Cível da comarca de Barra do Garças – MT e que já estão vinculados ao presente feito, em favor da parte exequente por tratar-se de valor incontroverso.
Após, retornem os autos conclusos para que seja apurado o quantum pertencente à viúva meeira do espólio, devendo os 50% (cinquenta por cento) dos valores bloqueados remanescente permanecer sob a custódia deste juízo.
Intimem-se.
Cumpra-se expedindo o necessário.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Luciene Kelly Marciano Roos
Cod. Proc.: 68971 Nr: 344-40.2015.811.0012
AÇÃO: Usucapião->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANA LÚCIA LOPES DE SOUZA, VALDIR PEDRO LEAL
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSE ANTONIO PITA SASSIOTO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDUARDO SILVEIRA LADEIA - OAB:17082/B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Compulsando os autos, verifico não haver resposta do Município referente a intimação via AR expedida à ref.09.
Desta feita, DETERMINO a intimação pessoal do Município, na pessoa de sua procuradora ou do Prefeito.
Sem prejuízo, INTIME-SE o Defensor Público que assiste o réu revel para juntar aos autos comprovante de consulta via INFOSEG quanto ao endereço deste.
Após, tornem os autos conclusos.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Arthur Moreira Pedreira de Albuquerque
Cod. Proc.: 68971 Nr: 344-40.2015.811.0012
AÇÃO: Usucapião->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANA LÚCIA LOPES DE SOUZA, VALDIR PEDRO LEAL
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSE ANTONIO PITA SASSIOTO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDUARDO SILVEIRA LADEIA - OAB:17082/B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
DEFIRO a prova testemunhal almejada pela(s) parte(s).
DESIGNO Audiência de Instrução para o dia 11 de julho de 2019, às 9 horas e 30 minutos (horário oficial de Mato Grosso).
INTIMEM-SE as partes para que compareçam à audiência acompanhadas de seus respectivos advogados e testemunhas.
APRESENTE-SE rol de testemunhas em 15 (quinze) dias, caso ainda não tenha sido apresentado. (art. 357, §4º, CPC).
Estando a(s) parte(s) representada(s) por advogado particular, sua intimação será feita via DJe.
SALIENTO as partes que deverá ser observado o disposto no artigo 357, § 6º, do CPC, que dispõe sobre a quantidade de testemunhas, bem como o art. 455 e parágrafos do mesmo diploma, que trata sobre a intimação destas.
ADVIRTO o Cartório que a intimação das testemunhas não será feita pelo juízo, SALVO AS EXCEÇÕES PREVISTAS NO PARÁGRAFO QUARTO do art. 455 do CPC (testemunhas arroladas pelo Estado), devendo a parte comprovar, pelo menos 03 (três) dias antes da realização da audiência, que as intimou para comparecerem à solenidade.
INTIMEM-SE todos que deverão participar da solenidade.
CUMPRA-SE realizando e expedindo o necessário, inclusive Carta Precatória para oitiva de testemunha residente fora da Comarca, se houver.
Às providências.
Nova Xavantina – MT, 13 de maio de 2019.
Arthur Moreira Pedreira de Albuquerque
Juiz de Direito em substituição legal

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Carlos Eduardo de Moraes e Silva
Cod. Proc.: 68971 Nr: 344-40.2015.811.0012
AÇÃO: Usucapião->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANA LÚCIA LOPES DE SOUZA, VALDIR PEDRO LEAL
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSE ANTONIO PITA SASSIOTO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDUARDO SILVEIRA LADEIA - OAB:17082/B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Diante de todo o exposto e por tudo mais que dos autos consta, resolvendo o mérito (art. 269, I, do CPC), JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na peça vestibular para declarar adquirido pelos usucapientes ANA LÚCIA LOPES DE SOUZA e WALDIR PEDRO LEAL, o domínio da área descrita na proemial, em consonância com as disposições do art. 1.238, do Código Civil.Servirá este "decisum" de título para matrícula, oportunamente, no Cartório de Registro de Imóveis competente.Condeno o requerido ao pagamento das custas processuais.Sem honorários advocatícios, eis que a parte autora é assistida pela Defensoria Pública Estadual.Transitando em julgado e nada sendo requerido, expeça-se mandado para registro no Cartório de Registro de Imóveis e, em seguida, arquive-se o feito procedidas as devidas baixas e anotações.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Carlos Eduardo de Moraes e Silva
Cod. Proc.: 118668 Nr: 4599-02.2019.811.0012
AÇÃO: Auto de Prisão em Flagrante->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: À JUSTIÇA PÚBLICA
PARTE(S) REQUERIDA(S): CICERO CORDEIRO, ADILA ROSA BUENO, WANDERSON GOMES ADORNO, JOAO BATISTA ALMEIDA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DÃNGELLA ALVES MOREIRA - OAB:MT27500O, LARISSA ALVES MOREIRA - OAB:20655-MT
Vistos.
Trata-se de auto de comunicação da prisão em flagrante de ADILA ROSA BUENO, CÍCERO CORDEIRO, JOÃO BATISTA ALMEIDA SILVA e WANDERSON GOMES ADORNO, todos qualificados nos autos, os quais foram conduzidos à delegacia de polícia em 13.11.2019, por volta das 16h34min, por terem praticado, em tese, as infrações penais previstas no artigo 2º da Lei 12.850/2013, artigos 33 e 35 da Lei 11.343/2006 e artigo 12 da Lei 10.826/2003.
A prisão em flagrante foi homologada em 14.11.2019 (ref. 05).
Foi concedida liberdade provisória sem fiança ao autuado Cícero Cordeiro. Foi decretada as prisões preventivas de Ádila Rosa Bueno, João Batista Almeida Silva e Wanderson Gomes Adorno como garantia da ordem pública.
Em 28.11.2019, foi concedida prisão domiciliar à autuada Ádila Rosa Bueno (ref. 20).
O autuado Wanderson Gomes Adorno requereu a revogação da prisão preventiva (ref. 32), sustentando não possuir qualquer vínculo com o ilícito sob investigação, pois encontrava-se visitando os proprietários da residência Ádila e João batista.
Ademais, sustentou fazer jus ao benefício da liberdade provisória, pois possui emprego lícito como pintor, residência fixa na cidade de Campinápolis e possui uma filha menor.
Outrossim, arguiu não estarem presentes os pressupostos da prisão preventiva.
O Ministério Público, por sua vez, opinou pelo indeferimento do pedido (ref. 39), arguindo não se verificar circunstância superveniente ensejadora do cárcere cautelar, permanecendo inalterados os fundamentos da decisão.
Sustentou, a princípio, ter sido originado o mandado de busca e apreensão dos autos de representação de código 118253, nos quais a Autoridade Policial indicava o autuado João Batista como integrante de facção criminosa e autor de diversas infrações penais nesta comarca.
Assim, durante o cumprimento do mandado de busca e apreensão, foi localizada grande quantidade de droga, um revólver calibre 38, mil e quinhentos reais em espécie e outros objetos.
Tais circunstâncias evidenciam a gravidade concreta das condutas ilícitas em apuração, evidenciando a necessidade de se assegurar a ordem pública.
Ademais, sustentou possuir o autuado envolvimento com a prática de crimes, estando em cumprimento de pena na comarca de Água Boa (PEP 1254-98.2019.8.11.0021) e respondendo ainda a três ações penais (37676, 40957 e 44597) e um inquérito policial (43899) na comarca de Campinápolis, o que se denota a necessidade de manutenção da prisão preventiva para evitar reiteração delitiva.
Vieram os autos conclusos.
É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO.
A prisão preventiva é medida cautelar pessoal regida pela cláusula "rebus sic stantibus", de modo que "O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem" (artigo 316 do CPP).
Assim sendo, o autuado não trouxe aos autos novos elementos aptos a demonstrar a necessária alteração fática para revogação da prisão preventiva.
Ademais, os pressupostos que ensejaram a decretação da prisão preventiva ainda se mostram presentes para assegurar a ordem pública, como bem demonstrado pelo Ministério Público em seu parecer de ref. 39.
A gravidade concreta do ato ilícito decorre dos indícios de atuação de facção criminosa, aliados à quantidade de entorpecente apreendida, além da arma de fogo.
No quarto onde o requerente Wanderson foi preso foi encontrado escondido na gaveta substância análoga à pasta base de cocaína, balança de precisão, caderno com anotações, contendo nomes e valores, uma mochila contendo pinos plásticos com substância análoga a pasta base de cocaína, doze porções de pasta base de cocaína e um par de tênis, marca "NIKE".
Ademais, a folha de antecedentes de Wanderson demonstra a necessidade da manutenção da prisão preventiva para evitar a reiteração delitiva.
Assim, verifica-se a necessidade e adequação da medida, a despeito dos predicados pessoais apontados pelo autuado.
Outrossim, no caso em tela, as medidas cautelares diversas da prisão seria insuficientes para assegurar a ordem pública, pois o autuado, mesmo possuindo ações penais e inquérito policial na comarca de Campinápolis, praticou, em tese, nova infração penal nesta comarca.
Nestes termos, INDEFIRO o requerimento de revogação da prisão preventiva.
Intimem-se. Cumpra-se.t

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Carlos Eduardo de Moraes e Silva
Cod. Proc.: 118669 Nr: 4600-84.2019.811.0012
AÇÃO: Auto de Prisão em Flagrante->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: A Justiça Pública
PARTE(S) REQUERIDA(S): LUCAS ROGANTE CAVALCANTE, IGOR BRENO ANTUNES XAVIER, LARISSA VIEIRA MARTINS ROCHA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Amanda Rios Mariano Cardoso Alvares - OAB:
Vistos.
Trata-se de auto de comunicação da prisão em flagrante de IGOR BRENO ANTUNES XAVIER, LARISSA VIEIRA MARTINS ROCHA e LUCAS ROGANTE CAVALCANTE, todos qualificados nos autos, os quais foram conduzidos à delegacia de polícia em 13.11.2019, por volta das 09 horas, por terem praticado, em tese, as infrações penais previstas no artigo 2º da Lei 12.850/2013 e artigos 33 e 35 da Lei 11.343/2006, recebidos em gabinete na presente data.
A prisão em flagrante foi homologada em 14.11.2019 (ref. 05).
Foi concedida liberdade provisória sem fiança à autuada Larissa Vieira Martins Rocha. Foi decretada as prisões preventivas de Igor Breno Antunes Xavier e Lucas Rogante Cavalcante como garantia da ordem pública e para evitar a reiteração delitiva.
O autuado Igor Breno Antunes Xavier requereu a revogação da prisão preventiva e a designação de audiência de custódia (ref. 24).
Sustentou, em síntese, não estarem presentes os pressupostos para decretação da prisão preventiva.
O Ministério Público, por sua vez, opinou pelo indeferimento do pedido (ref. 28), arguindo não se verificar circunstância superveniente ensejadora da revogação do cárcere cautelar, permanecendo inalterados os

fundamentos da decisão.
Sustentou, a princípio, terem sido originados os mandados de busca e apreensão dos autos de representação de código 118253, nos quais a Autoridade Policial indicava os autuados Igor e Larissa como integrantes de facção criminosa e autores de diversas infrações penais nesta comarca.
Assim, durante o cumprimento dos mandados de busca e apreensão, foi localizada uma mochila com resquícios de entorpecentes, 164 g (cento e sessenta e quatro gramas) de substância análoga a maconha, uma balança de precisão e uma sacola contendo fitas adesivas utilizadas para embalar drogas.
Tais circunstâncias evidenciam a gravidade concreta das condutas ilícitas em apuração, evidenciando a necessidade de se assegurar a ordem pública.
Ademais, sustentou possuir o autuado Igor envolvimento com a prática de crimes nesta comarca, haja vista responder ação penal de código 110278 (tráfico de drogas) e figurar como investigado nos inquéritos policiais de código 118853 (tortura) e 118852 (homicídio), o que denota a necessidade de manutenção da prisão preventiva para evitar reiteração delitiva.
Vieram os autos conclusos.
É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO.
A prisão preventiva é medida cautelar pessoal regida pela cláusula "rebus sic stantibus", de modo que "O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem" (artigo 316 do CPP).
Assim sendo, o autuado não trouxe aos autos novos elementos aptos a demonstrar a necessária alteração fática para revogação da prisão preventiva.
Ademais, os pressupostos que ensejaram a decretação da prisão preventiva ainda se mostram presentes para assegurar a ordem pública e evitar a reiteração delitiva, como bem demonstrado pelo Ministério Público em seu parecer de ref. 28.
A gravidade concreta do ato ilícito decorre dos indícios de atuação de facção criminosa, aliados à apreensão de droga, balança de precisão e outros petrechos com resquícios de entorpecente.
Ademais, a folha de antecedentes de Igor demonstra a necessidade da manutenção da prisão preventiva para evitar a reiteração delitiva ante a presença de registros de uma ação penal e dois inquéritos policiais em curso.
Assim, verifica-se a necessidade e adequação da medida, a despeito dos predicados pessoais apontados pelo autuado.
Outrossim, no caso em tela, as medidas cautelares diversas da prisão seriam insuficientes para assegurar a ordem pública, pois o autuado passou a figurar como autor de crimes graves, os quais estão em apuração desde o ano de 2018.
Nestes termos, INDEFIRO o requerimento de revogação da prisão preventiva.
DESIGNO audiência de custódia para o dia 13 de dezembro de 2019, às 16h30min (horário de Cuiabá).
Requisite-se a escolta dos presos.
CERTIFIQUE-SE a formalização de instrumento para processamento do Recurso em Sentido Estrito
Intimem-se. Cumpra-se com urgência.

2ª Vara

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Alexandre Meinberg Ceroy
Cod. Proc.: 98541 Nr: 7668-13.2017.811.0012
AÇÃO: Inventário->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ROBERTO LEANDRO BARBOSA DE ARAÚJO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESPOLIO DE CÉLIO GOMES BARBOSA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCOS AURÉLIO RODRIGUES DOS SANTOS - OAB:17066
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Nomeio inventariante o requerente, Roberto Leandro Barbosa de Araújo, brasileiro, casado, militar, RG nº 878042 SEUJSP/PM-MT, CPF nº 545.277.821-53, nos termos do art. 617, I do CPC, a qual prestará o compromisso de bem e fielmente desempenhar a função em 05 (cinco) dias, bem como apresentará as primeiras declarações em 20 (vinte) dias, contados da data em que prestou o compromisso.
Apresentadas as primeiras declarações, citem-se, para os termos do inventário e da partilha, eventual companheiro, herdeiros e legatários e intimem-se a Fazenda Pública, o Ministério Público, se houver herdeiro incapaz ou ausente, e o testamenteiro, se houver testamento (art. 626, CPC), para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestem sobre as primeiras declarações, conforme art. 627 e incisos do CPC.
Saliente-se que a Fazenda Pública, no prazo de 15 (quinze) dias, após a vista de que trata o art. 627, deverá informar ao juízo, de acordo com os dados que constam de seu cadastro imobiliário, o valor dos bens de raiz descritos nas primeiras declarações apresentadas pela inventariante (art. 629, CPC).
Havendo concordância quanto às primeiras declarações e quanto aos valores iniciais ou atribuídos, intime-se a inventariante para apresentar as últimas declarações em 20 (vinte) dias e, após, intimem-se as partes para sobre elas se manifestarem, no prazo comum de 15 (quinze) dias (arts. 636 e 637 do CPC).
Se concordes, proceda-se ao cálculo do tributo, ouvindo-se as partes sobre este, no prazo comum de 05 (cinco) dias, abrindo-se vista, em seguida, à Fazenda Pública para, querendo, sobre ele se manifestar (art. 638 do CPC).
Intimem-se.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Carlos Eduardo de Moraes e Silva
Cod. Proc.: 18240 Nr: 740-32.2006.811.0012
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LUZIA MARIA MARTINS
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CELSO MARTIN SPOHR - OAB:2376/MT, KATIA ALESSANDRA FÁVERO ALVES - OAB:167929-SP, MOACIR JESUS BARBOZA - OAB:105089/SP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANA DE LOURDES BARBOSA BASTOS - OAB:3.833-A
Vistos.
Reitero a decisão de fl. 195, expeçam-se os respectivos alvarás de levantamento.
Expedidos os alvarás, intimem-se a parte autora pessoalmente para tomar conhecimento da liberação da quantia.
Cumpra-se.
Nova Xavantina/MT, 09 de dezembro de 2019.
Carlos Eduardo de Moraes e Silva
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Carlos Eduardo de Moraes e Silva
Cod. Proc.: 22133 Nr: 635-21.2007.811.0012
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SELMA BATISTA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: APARECIDA VOINE DE SOUZA NERI - OAB:8740-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUCIANA CRISTINA CARDOZO ZANDONADI - OAB:5.319/MT
Vistos.
Diante do requerimento para designação de perícia médica, NOMEIO como médico perito Dr. Rhaymysom Jasmy Gomes Abreu, que atende no Hospital Municipal de Nova Xantina – MT .
Assim, intime-o encaminhando cópias da inicial, da contestação e dos quesitos a serem respondidos, a fim de que no prazo de 30 (trinta) dias, indique dia, hora e local para realização da perícia médica.
Com a vinda, intimem-se as partes para que compareçam no dia, hora e local agendados.
Após a juntada do laudo, intimem-se as partes para apresentarem manifestação, em 10 (dez) dias.

Em seguida, tornem conclusos.
Nova Xavantina - MT, 09 de dezembro de 2019.
Carlos Eduardo de Moraes e Silva
Juiz de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Carlos Eduardo de Moraes e Silva
Cod. Proc.: 27983 Nr: 2424-21.2008.811.0012
AÇÃO: Execução de Sentença (arts. 632 e 730 do CPC)->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: JOSEFINA ALVES DE JESUS
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CELSO MARTIN SPOHR - OAB:2376/MT, KATIA ALESSANDRA FÁVERO ALVES - OAB:167929-SP, MOACIR JESUS BARBOZA - OAB:105089/SP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALLAN JOSÉ METELLO DE SIQUEIRA - OAB:3.691/MT
DECISÃO
Trata-se de pedido de habilitação de herdeiros nos próprios autos, em virtude do falecimento da autora, formulado pelos mesmos, quais sejam: ANIBAL FELIX DOS SANTOS, JOÃO FELIX DOS SANTOS, ALAIDE ALVES DOS SANTOS, ELZA ALVES DOS SANTOS, ALZIRA ALVES DOS SANTOS, ELENICE ALVES DOS SANTOS SILVA, EUNICE ALVES DA SILVA, OSMAR ALVES DOS SANTOS, MARCELO ALVES DOS SANTOS, ELIZEU ALVES DOS SANTOS (falecido), neste ato representado por sua sucessora GABRIELLY AZEREDO DOS SANTOS, menor, representada por sua genitora Cleidimar Maria de Azeredo, todos qualificados e devidamente representados.
Com o pedido juntaram a certidão de óbito da autora (fl. 109), bem como documentos hábeis à comprovação da qualidade de herdeiros.
É o relato do essencial.
Fundamento. Decido.
Segundo o artigo 687, do CPC, a habilitação tem lugar quando, por falecimento de qualquer das partes, os interessados houverem de suceder-lhe no processo.
Tratando-se de pedido de habilitação promovido pelos herdeiros necessários, este proceder-se-á nos próprios autos da causa principal (artigo 689 do CPC).
Analisando os autos, notadamente os documentos de fls. 109/160, verifica-se que restaram sobejamente comprovados os requisitos do artigo 687, do CPC, qual sejam, o óbito do autor da ação, e a comprovação da qualidade dos requerentes como herdeiros necessários do de cujus.
1 - Ante o exposto, DEFIRO o pedido de habilitação nos próprios autos, promovida pelos herdeiros, nos termos do artigo 687 do CPC.
2 - INTIME-SE o INSS acerca desta decisão.
3 - Em seguida, INTIMEM-SE os herdeiros habilitados para requerer o que entender de direito em termos de prosseguimento, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento do feito.
4 - CUMPRA-SE.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Carlos Eduardo de Moraes e Silva
Cod. Proc.: 35481 Nr: 1554-05.2010.811.0012
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MANOEL CANDIDO DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VANESSA STEFANIE TEREBINTO DE ARAUJO - OAB:OAB/MT 20460, WANDE ALVES DINIZ - OAB:10.927/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos em correição.
Intime-se a parte autora, através de seu procurador, para manifestar-se acerca da impugnação à execução, ajuizada pela executada, de fls. 197/199v, do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, em 15 (quinze) dias.
Cumpra - se.
Nova Xavantina - MT, 09 de dezembro de 2019.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Carlos Eduardo de Moraes e Silva
Cod. Proc.: 37656 Nr: 1215-12.2011.811.0012
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ERONDINO RODRIGUES DOS REIS
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: WANDE ALVES DINIZ - OAB:10.927/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Intime-se a parte autora, através de seu procurador, para manifestar-se acerca da impugnação à execução, ajuizada pela executada, de fls. 127/128, do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, em 15 (quinze) dias.
Cumpra - se.
Nova Xavantina - MT, 09 de dezembro de 2019.
Carlos Eduardo de Moraes e Silva
Juiz de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Carlos Eduardo de Moraes e Silva
Cod. Proc.: 66023 Nr: 1266-18.2014.811.0012
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ELENA IZAURA DA FONSECA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: HELTON CARLOS DE MEDEIROS FILHO - OAB:11658/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Certifique o Sr. Gestor acerca da tempestividade do recurso de apelação interposto às fls. 158/164 dos autos.
Caso intempestivo, certifique o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao arquivo com as baixas de estilo e anotações de praxe.
Se tempestivo, intime-se a parte apelada para apresentar as contrarrazões ao recurso de apelação e, após, remetam-se os autos à segunda instância com as nossas homenagens de estilo.
Cumpra-se, expedindo o necessário.
Nova Xavantina - MT, 09 de dezembro de 2019.
Carlos Eduardo de Moraes e Silva
Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 106183 Nr: 3868-40.2018.811.0012
AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ROBISON APARECIDO PAZETTO, VANUSA CELESTINO NASCIMENTO PAZETTO
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCO S/A.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MAX MAGNO FERREIRA MENDES - OAB:8093
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - OAB:OAB/MT 8.184-A
Tempestivos os embargos (ref. 8), intime-se a embargada para manifestação em 05 (cinco) dias.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Sem Juiz
Cod. Proc.: 108103 Nr: 4770-90.2018.811.0012
AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARCOS ROBERTO HADDAD CAMOLESI
PARTE(S) REQUERIDA(S): APARECIDA ALVES MATIAS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: HIAGO OLIVEIRA MARIN - OAB:23262/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LARISSA RIBEIRO ARAÚJO - OAB:22.965/B
Vistos.
Tendo em vista que o Magistrado estará atuando na Comarca de Campinápolis na data da audiência retro agendada, redesigno a solenidade para o dia 17/12/2019, às 16h40min.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 115328 Nr: 2691-07.2019.811.0012
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): YASMIN BEZERRA PIMENTEL, NUBIA SIQUEIRA DE OLIVEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADÃO PEREIRA DE ABREU - OAB:214.55-MT, ADELINA NERES DE SOUSA CAMPOS - OAB:3877, SEBASTIÃO CARLOS TOLEDO - OAB:13.217 - MT
Intimação da defesa para, no prazo legal, apresentar os memoriais, em caso de nova inércia imotivada, ser-lhe-á aplicada multa processual prevista no artigo 265 do CPP.

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001382-31.2019.8.11.0012
Parte(s) Polo Ativo:
JEFFERSON AUGUSTTO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LARISSA ALVES MOREIRA OAB - MT0020655A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
L P C FERREIRA & CIA LTDA - ME (REQUERIDO)
2 OFICIO EXTRAJUDICIAL DE NOVA XAVANTINA, TABELIONATO, REGISTRO CIVIL, PESSOA JURIDICA E PROTESTOS. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1001382-31.2019.8.11.0012 POLO ATIVO:JEFFERSON AUGUSTTO DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LARISSA ALVES MOREIRA POLO PASSIVO: 2 OFICIO EXTRAJUDICIAL DE NOVA XAVANTINA, TABELIONATO, REGISTRO CIVIL, PESSOA JURIDICA E PROTESTOS. e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Audiência de Conciliação Data: 28/01/2020 Hora: 09:20 , no endereço: RUA EXPEDIÇÃO RONCADOR XINGÚ, S/N, TELEFONE: (66) 3438-1305, CENTRO, NOVA XAVANTINA - MT - CEP: 78690-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 1000708-87.2018.8.11.0012
Parte(s) Polo Ativo:
NELSON PIRES DE JESUS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARIOLINO VILELLA DE CARVALHO SOBRINHO OAB - MT0020451A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

C E R T I D Ã O Com base no Provimento 55/07/CGJ/MT e, após observar a solicitação da parte exequente (Id. 27270765), impulsiono os autos nos seguintes termos: Intime-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento de sua obrigação, conforme cálculos constantes do Id. 27270765, no valor de R$=10.131,18= (dez mil cento e trinta e um reais e dezoito centavos), devidamente atualizado até o dia 11/12/2019. Ficando a executada ciente que extrapolado o prazo sem comprovação do pagamento, será acrescido ao montante à multa prevista no artigo 523, § 1º, do CPC. Decorrido o prazo sem comprovação encaminhem-se os autos conclusos para apreciação do pedido de penhora on-line. O referido é verdade e dou fé. Nova Xavantina, 12 de dezembro de 2019. Ronaldo Gonçalves da Silva Gestor Judiciário

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000158-29.2017.8.11.0012
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO DE PAULA MIGUEL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KATRICE PEREIRA DA SILVA GOMES OAB - MT0009641A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

C E R T I D Ã O Com base no Provimento 55/07/CGJ/MT, impulsiono os autos nos seguintes termos: Tendo em vista o retorno dos autos da Turma Recursal Única do TJ/MT, ficam as partes intimadas a manifestarem interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento dos autos. O referido é verdade e dou fé. Nova Xavantina / MT, 12 de dezembro de 2019. Ronaldo Gonçalves da Silva Gestor Judiciário

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000012-51.2018.8.11.0012
Parte(s) Polo Ativo:
RICARDO MARTINS PINTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HIAGO OLIVEIRA MARIN OAB - MT23262/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO ESTADO DE MATO GROSSO - DETRAN/MT (REQUERIDO)

C E R T I D Ã O Com base no Provimento 55/07/CGJ/MT, impulsiono os autos nos seguintes termos: Tendo em vista o retorno dos autos da Turma Recursal Única do TJ/MT, ficam as partes intimadas a manifestarem interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento dos autos. O referido é verdade e dou fé. Nova Xavantina / MT, 12 de dezembro de 2019. Ronaldo Gonçalves da Silva Gestor Judiciário

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000137-53.2017.8.11.0012
Parte(s) Polo Ativo:
NELCI TEREZ LANGE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KATRICE PEREIRA DA SILVA GOMES OAB - MT0009641A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BREINER RICARDO DINIZ RESENDE MACHADO OAB - MT16227-O (ADVOGADO(A))
ANDRE RENNO LIMA GUIMARAES DE ANDRADE OAB - MG78069-O (ADVOGADO(A))

C E R T I D Ã O Com base no Provimento 55/07/CGJ/MT, impulsiono os autos nos seguintes termos: Tendo em vista o retorno dos autos da Turma Recursal Única do TJ/MT, ficam as partes intimadas a manifestarem interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento dos autos. O referido é verdade e dou fé. Nova Xavantina / MT, 12 de dezembro de 2019. Ronaldo Gonçalves da Silva Gestor Judiciário

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010137-90.2017.8.11.0012
Parte(s) Polo Ativo:
MIRLEY NUBIA PEREIRA DIAS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LARISSA MARIANO DE CASTRO SILVA OAB - MT0019349A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
LUCIENE KELLY MARCIANO ROOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL

CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA XAVANTINA DESPACHO Numero do Processo: 8010137-90.2017.8.11.0012 REQUERENTE: MIRLEY NUBIA PEREIRA DIAS SANTOS REQUERIDO: OI S.A Vistos. Intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir. Caso as partes pretendam produzir prova testemunhal, devem arrolar desde o requerimento o rol de testemunhas, sob pena de indeferimento. Após, ao juiz leigo para agendar audiência de instrução e julgamento conforme sua pauta. Intimem-se os que deverão comparecer à solenidade. O comparecimento das testemunhas ocorrerá independentemente de intimação, competindo às próprias partes, nos moldes do art. 455, § 1º, do Código de Processo Civil. Caso não haja interesse na audiência de instrução, tornem os autos conclusos para sentença. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Nova Xavantina/MT, 10 de outubro de 2017. Luciene Kelly Marciano Roos Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010137-90.2017.8.11.0012
Parte(s) Polo Ativo:
MIRLEY NUBIA PEREIRA DIAS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LARISSA MARIANO DE CASTRO SILVA OAB - MT0019349A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

C E R T I D Ã O Com base no Provimento 55/07/CGJ/MT, impulsiono os autos nos seguintes termos: Tendo em vista o retorno dos autos da Turma Recursal Única do TJ/MT, ficam as partes intimadas a manifestarem interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento dos autos. O referido é verdade e dou fé. Nova Xavantina / MT, 12 de dezembro de 2019. Ronaldo Gonçalves da Silva Gestor Judiciário

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010146-23.2015.8.11.0012
Parte(s) Polo Ativo:
JORGE EMILIO MORELLO DIEHL JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE LUIZ PIRES OAB - MT12488/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
THIAGO RODRIGUES DA COSTA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WANDE ALVES DINIZ OAB - MT0010927A-A (ADVOGADO(A))

C E R T I D Ã O Com base no Provimento 55/07/CGJ/MT, impulsiono os autos nos seguintes termos: Tendo em vista o retorno dos autos da Turma Recursal Única do TJ/MT, ficam as partes intimadas a manifestarem interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento dos autos. O referido é verdade e dou fé. Nova Xavantina / MT, 12 de dezembro de 2019. Ronaldo Gonçalves da Silva Gestor Judiciário

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1000115-58.2018.8.11.0012
Parte(s) Polo Ativo:
MUWAFAG MOHAMED YASSIN IBRAHIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LARISSA ALVES MOREIRA OAB - MT0020655A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEMAR NORTE LESTE S/A (OI) (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Alexandre Miranda Lima OAB - MT13241-A (ADVOGADO(A))

C E R T I D Ã O Com base no Provimento 55/07/CGJ/MT, impulsiono os autos nos seguintes termos: Tendo em vista o retorno dos autos da Turma Recursal Única do TJ/MT, ficam as partes intimadas a manifestarem interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento dos autos. O referido é verdade e dou fé. Nova Xavantina / MT, 12 de dezembro de 2019. Ronaldo Gonçalves da Silva Gestor Judiciário

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010253-33.2016.8.11.0012
Parte(s) Polo Ativo:
VALERIA ALAYANA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TARCISIO VALERIANO DOS PASSOS OAB - MT2895/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIACAO ARAES LTDA - EPP (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WESLEY EDUARDO DA SILVA OAB - MT0013617A (ADVOGADO(A))
LUIZ CLAUDIO DA COSTA OAB - GO18194 (ADVOGADO(A))

C E R T I D Ã O Com base no Provimento 55/07/CGJ/MT, impulsiono os autos nos seguintes termos: Tendo em vista o retorno dos autos da Turma Recursal Única do TJ/MT, ficam as partes intimadas a manifestarem interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento dos autos. O referido é verdade e dou fé. Nova Xavantina / MT, 12 de dezembro de 2019. Ronaldo Gonçalves da Silva Gestor Judiciário

Intimação Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 1000144-45.2017.8.11.0012
Parte(s) Polo Ativo:
JAIR SCHEIN (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WANDE ALVES DINIZ OAB - MT0010927A-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SHEILA IEDA MENDES AGUIAR (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LARISSA ALVES MOREIRA OAB - MT0020655A (ADVOGADO(A))

C E R T I D Ã O Com base no Provimento 55/07/CGJ/MT e, após observar a solicitação da parte exequente (Id. 27316681), impulsiono os autos nos seguintes termos: Intime-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento de sua obrigação, conforme cálculos constantes do Id. 27316683, no valor de R$=8.059.89= (oito mil e cinquenta e nove reais e oitenta e nove centavos), devidamente atualizado até o dia 11/12/2019. Ficando a executada ciente que extrapolado o prazo sem comprovação do pagamento, será acrescido ao montante à multa prevista no artigo 523, § 1º, do CPC. Decorrido o prazo sem comprovação encaminhem-se os autos conclusos para apreciação do pedido de penhora on-line. O referido é verdade e dou fé. Nova Xavantina, 12 de dezembro de 2019. Ronaldo Gonçalves da Silva Gestor Judiciário

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010055-93.2016.8.11.0012
Parte(s) Polo Ativo:
ADJANIRA LUIZA GONCALVES BARBOSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KATRICE PEREIRA DA SILVA GOMES OAB - MT0009641A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UOL - UNIVERSO ONLINE LTDA (REQUERIDO)
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MICHELE FREITAS PEREIRA OAB - MT20030/O (ADVOGADO(A))
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))
ROSELY CRISTINA MARQUES CRUZ OAB - SP178930-O (ADVOGADO(A))
LEONARDO SULZER PARADA OAB - MT11846-B (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
LUCIENE KELLY MARCIANO ROOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA XAVANTINA DESPACHO Numero do Processo: 8010055-93.2016.8.11.0012 REQUERENTE: ADJANIRA LUIZA GONCALVES BARBOSA REQUERIDO: UOL - UNIVERSO ONLINE LTDA, BANCO BRADESCO S.A. Vistos. Intime-se a parte embargada para contrarrazoar os embargos de declaração, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, tornem conclusos. Nova Xavantina/MT, 31 de agosto de 2017. LUCIENE KELLY MARCIANO ROOS JUÍZA DE DIREITO

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo Número: 8010055-93.2016.8.11.0012
Parte(s) Polo Ativo:
ADJANIRA LUIZA GONCALVES BARBOSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KATRICE PEREIRA DA SILVA GOMES OAB - MT0009641A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UOL - UNIVERSO ONLINE LTDA (REQUERIDO)
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MICHELE FREITAS PEREIRA OAB - MT20030/O (ADVOGADO(A))
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))
ROSELY CRISTINA MARQUES CRUZ OAB - SP178930-O (ADVOGADO(A))
LEONARDO SULZER PARADA OAB - MT11846-B (ADVOGADO(A))

C E R T I D Ã O Com base no Provimento 55/07/CGJ/MT, impulsiono os autos nos seguintes termos: Tendo em vista o retorno dos autos da Turma Recursal Única do TJ/MT, ficam as partes intimadas a manifestarem interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento dos autos. O referido é verdade e dou fé. Nova Xavantina / MT, 12 de dezembro de 2019. Ronaldo Gonçalves da Silva Gestor Judiciário

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010053-89.2017.8.11.0012
Parte(s) Polo Ativo:
ANA LUCIA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JESSE CANDINI OAB - MT0008036A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Alexandre Miranda Lima OAB - MT13241-A (ADVOGADO(A))

C E R T I D Ã O Com base no Provimento 55/07/CGJ/MT, impulsiono os autos nos seguintes termos: Tendo em vista o retorno dos autos da Turma Recursal Única do TJ/MT, ficam as partes intimadas a manifestarem interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento dos autos. O referido é verdade e dou fé. Nova Xavantina / MT, 12 de dezembro de 2019. Ronaldo Gonçalves da Silva Gestor Judiciário

Intimação Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 1000014-21.2018.8.11.0012
Parte(s) Polo Ativo:
VALCREIA SOUSA DOS SANTOS ABREU (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JESSE CANDINI OAB - MT0008036A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA OAB - MT3127-A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA XAVANTINA SENTENÇA Processo: 1000014-21.2018.8.11.0012. Vistos. Relatório dispensado pelo art. 38, da Lei 9.099/95. DECIDO. Extingo o processo pelo total cumprimento da obrigação, conforme petição no ID 25654994, pela qual a parte requerida informa nos termos do artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil, e a parte requerente concorda com o valor no ID 25790309. Ante o exposto, JULGO extinta a presente ação de cobrança, com resolução do mérito, com fundamento no art. 924, II c/c art. 925, ambos do Código de Processo Civil. EXPEÇA-SE, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida no ID 25790309. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, face às normas entabuladas nos arts. 54 e 55 da Lei n° 9.099/95. Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Nova Xavantina/MT, 09 de dezembro de 2019. Carlos Eduardo de Moraes e Silva Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000110-70.2017.8.11.0012
Parte(s) Polo Ativo:
CERAMICA SAO BENEDITO LTDA - ME (REQUERENTE)
DIEIMY SIANNE REIS DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MONICA LARISSE ALVES ARAUJO OAB - MT0014130A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LISTAD COMUNICACOES LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO ROMOFF OAB - SP0126949A (ADVOGADO(A))

C E R T I D Ã O Com base no Provimento 55/07/CGJ/MT, impulsiono os autos nos seguintes termos: Observa-se que tanto a promovente quanto a promovida apresentaram seus recursos dentro do prazo legal, tendo a promovente requerido o benefício da justiça gratuita e a promovida recolhido tempestivamente o preparo recursal. A recorrida, Cerâmica, apresentou independentemente de intimação suas contrarrazões recursais, motivo pelo qual encaminho o feito ao setor de cumprimento para que intime a parte recorrida, Listad, na pessoa de seu advogado, a apresentar contrarrazões recursais, no prazo de 10 (dez) dias. Decorrido o prazo supra, encaminhem-se os autos conclusos para apreciação do recurso. O referido é verdade e dou fé. Nova Xavantina / MT, 12 de dezembro de 2019. Ronaldo Gonçalves da Silva Gestor Judiciário

Intimação Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 1000415-83.2019.8.11.0012
Parte(s) Polo Ativo:
GENERVINO GOMES DE CASTRO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PRISCILA MACHADO OAB - MT23074/O (ADVOGADO(A))
AMANDA RIOS MARIANO CARDOSO OAB - MT24033/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NEYLTON NOLETO 03706267101 (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LARISSA ALVES MOREIRA OAB - MT0020655A (ADVOGADO(A))

C E R T I D Ã O Com base no Provimento 55/07/CGJ/MT e, após observar a solicitação da parte exequente (Id. 2732451), impulsiono os autos nos seguintes termos: Intime-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento de sua obrigação, conforme cálculos constantes do Id. 27302464, no valor de R$=2.277,99= (dois mil duzentos e setenta e sete reais e noventa e nove centavos), devidamente atualizado até o dia 11/12/2019. Ficando a executada ciente que extrapolado o prazo sem comprovação do pagamento, será acrescido ao montante à multa prevista no artigo 523, § 1º, do CPC. Decorrido o prazo sem comprovação encaminhem-se os autos conclusos para apreciação do pedido de penhora on-line. O referido é verdade e dou fé. Nova Xavantina, 12 de dezembro de 2019. Ronaldo Gonçalves da Silva Gestor Judiciário

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Carlos Eduardo de Moraes e Silva
Cod. Proc.: 90272 Nr: 2796-52.2017.811.0012
A Ç Ã O: T e r m o C i r c u n s t a n c i a d o - > P r o c e d i m e n t o s Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: À JUSTIÇA PÚBLICA
PARTE(S) REQUERIDA(S): EDIVALDO TEIXEIRA ALVES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSÉ ROBERTO DE OLIVEIRA SILVA - OAB:18076/MT
Vistos.
1- Abra-se vista dos autos ao MPE para a ciência do retorno dos autos e formulação de proposta de transação penal.
2- Em seguida, proceda-se a realização de audiência preliminar com as partes.
Cumpra-se.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000158-29.2017.8.11.0012

Parte(s) Polo Ativo:
JOAO DE PAULA MIGUEL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KATRICE PEREIRA DA SILVA GOMES OAB - MT0009641A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
LUCIENE KELLY MARCIANO ROOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA XAVANTINA DECISÃO Numero do Processo: 1000158-29.2017.8.11.0012 REQUERENTE: JOAO DE PAULA MIGUEL REQUERIDO: OI S/A Vistos. Trata-se de reclamação, com pedido de tutela de urgência, proposta por João de Paula Miguel em face de OI S.A., todos qualificados nos autos. Dispensado o relatório, nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/1995. No que concerne ao pedido liminar, a tutela provisória fundamentar-se-á em urgência ou evidência. Enquanto a tutela de urgência procura afastar o periculum in mora, evitando-se prejuízos graves ou de difícil reparação à parte, a tutela de evidência destina-se a resguardar o direito invocado pela parte e que possui alta probabilidade de ser verdadeiro, com provas inequívocas de verossimilhança. Dispõe o art. 300 do NCPC que a tutela de urgência será deferida quando houver elementos que evidenciem o direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Depois de detida análise dos autos, observo não haver restado comprovado o perigo de dano caso a medida não seja concedida neste momento processual, conforme passo a expor. As cobranças dos serviços de telefonia móvel impugnados pela autora se iniciaram em 2012, somente vindo ajuizar ação no presente momento, o que afasta a alegada urgência. Ante o exposto, nos termos do artigo 300 do Código de Processo Civil, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada pela parte autora, diante da ausência dos requisitos necessários. Ante a premissa do artigo 54 da Lei 9099/1995, postergo a análise de eventual pedido de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita para o momento de eventual interposição de recurso. Após, designe a secretaria audiência de conciliação, conforme pauta do conciliador. Cite-se o (a) requerido (a) do inteiro teor do pedido inicial e intime-se da audiência a ser designada, com advertência de o não comparecimento implicará em confissão e revelia (art. 20 da Lei nº 9.099/95). Intime-se o (a) requerente, cientificando-o (a) de que a ausência injustificada na audiência ensejará a extinção do processo e condenação nas custas processuais (art. 51, inciso I, parágrafo 2º da Lei nº 9.099/95). Não havendo acordo deverá a parte reclamada contestar, em 05 (cinco) dias, e a parte autora, querendo, impugnar a contestação pelo mesmo prazo (Súmula n.12 TR/TJ). Deverão as partes manifestar se pretendem produzir provas orais em audiência de instrução, inclusive, arrolando desde já testemunhas. Não havendo qualquer manifestação o feito comportará o julgamento antecipado. Cumpra-se. Nova Xavantina/MT, 09 de outubro de 2017. LUCIENE KELLY MARCIANO ROOS JUÍZA DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000137-53.2017.8.11.0012
Parte(s) Polo Ativo:
NELCI TEREZ LANGE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KATRICE PEREIRA DA SILVA GOMES OAB - MT0009641A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BREINER RICARDO DINIZ RESENDE MACHADO OAB - MT16227-O (ADVOGADO(A))
ANDRE RENNO LIMA GUIMARAES DE ANDRADE OAB - MG78069-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
LUCIENE KELLY MARCIANO ROOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE NOVA XAVANTINA DECISÃO Numero do Processo: 1000137-53.2017.8.11.0012 REQUERENTE: NELCI TEREZ LANGE REQUERIDO: BANCO BMG Vistos. Intime-se a parte autora para juntar aos autos comprovante de endereço recente (com no máximo 3 meses de emissão), no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Nova Xavantina/MT, 09 de outubro de 2017. LUCIENE KELLY MARCIANO ROOS JUÍZA DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 8010378-74.2011.8.11.0012
Parte(s) Polo Ativo:
RONIVON MENDES DUARTE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEANDRA ARAUJO OLIVEIRA OAB - MT0009747A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEUSDETE JOAQUIM DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
LUCIENE KELLY MARCIANO ROOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE NOVA XAVANTINA - JUIZADO ESPECIAL Vistos. Recebo o pedido de cumprimento de sentença. Intime-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do montante atualizado e apresentado pela parte exequente. Certifique-se o cumprimento integral das determinações contidas na sentença de ID 7882119 Às providências. Nova Xavantina/MT, 16 de agosto de 2017. LUCIENE KELLY MARCIANO ROOS Juíza de Direito

Comarca de Paranatinga

1ª Vara

Intimação

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000386-34.2019.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
EUNICE SANTOS DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO BATISTA ANTONIOLO OAB - MT0014281A (ADVOGADO(A))
ELIANA NUCCI ENSIDES OAB - MT0014014S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (REQUERIDO)

CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO -Nos termos da Legislação vigente e Provimento nº 56/2007-CGJ e da Portaria nº 07/2016 GAB da Primeira Vara desta comarca. Impulsiono estes autos com a finalidade de que seja intimada a parte autora acerca do despacho de ID 25611401 que redesignou a audiência para o dia 24/03/2020, às 12h20m.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000426-16.2019.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
ANIZIO RODRIGUES DA SILVA SOBRINHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIANA NUCCI ENSIDES OAB - MT0014014S (ADVOGADO(A))
JOAO BATISTA ANTONIOLO OAB - MT0014281A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (REQUERIDO)

CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO -Nos termos da Legislação vigente e Provimento nº 56/2007-CGJ e da Portaria nº 07/2016 GAB da Primeira Vara desta comarca. Impulsiono estes autos com a finalidade de que seja intimada a parte autora acerca do despacho de ID 25606278 que redesignou a audiência para o dia 24/03/2020, às 13h00m.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000385-49.2019.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
MEIRY PEREIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO BATISTA ANTONIOLO OAB - MT0014281A (ADVOGADO(A))
ELIANA NUCCI ENSIDES OAB - MT0014014S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (REQUERIDO)

CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO -Nos termos da Legislação vigente e

Provimento nº 56/2007-CGJ e da Portaria nº 07/2016 GAB da Primeira Vara desta comarca. Impulsiono estes autos com a finalidade de que seja intimada a parte autora acerca do despacho de ID 25606265 que redesignou a audiência para o dia 24/03/2020, às 12h40m.

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 53405 Nr: 2606-32.2013.811.0044
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Município de Gaúcha do Norte
PARTE(S) REQUERIDA(S): Tereza Ferreira da Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CARINE MINUZI - OAB:14631, Danilo Schembek Souza - OAB:19907-O/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Impulsiono estes autos com a finalidade de intimar a parte autora, para manifestar acerca da certidão de fls. Retro.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 59105 Nr: 3656-59.2014.811.0044
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Guimarães Agrícola Ltda
PARTE(S) REQUERIDA(S): Jarbas Possebon Nunes
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Adriane Marcon - OAB:4660-B/MT, Andréia Lehnen - OAB:10752-B/MT, Camila Stofeles Cecon Santana - OAB:16.258
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDRE LUIZ PRIETO - OAB:7360-B, PAULA GOMES DE SOUZA PRIETO - OAB:22531-O MT
Impulsiono estes autos com a finalidade de intimar a parte autora, para manifestar acerca da certidão de fls. Retro.

2ª Vara

Intimação

Intimação Classe: CNJ-37 CAUTELAR INOMINADA
Processo Número: 1000472-05.2019.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
MULTI COMERCIO DE FERRAMENTAS LTDA - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVANA GREGÓRIO LIMA OAB - MT0009539A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTISETORIAL PROSPECTA LP (REQUERIDO)
AJ FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (REQUERIDO)

Nos termos da Legislação vigente e Provimento nº 56/2007-CGJ, IMPULSIONO estes autos com a finalidade de que seja intimado os patronos da parte autora para comparecerem acompanhados do mesmo, à audiência designada para o dia 12/12/2019, às 14h:30min.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001387-88.2018.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
LEONARDO SALES KULEWYRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEX BRESCOVIT MACIEL OAB - MT0013827S (ADVOGADO(A))
OSVALDO NOGUEIRA LOPES OAB - MS7022 (ADVOGADO(A))
INES PEREIRA DA CRUZ OAB - MT19879/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO VOTORANTIM S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURI MARCELO BEVERVANCO JUNIOR OAB - MT24197-O (ADVOGADO(A))
LUIZ RODRIGUES WAMBIER OAB - PR7295-O (ADVOGADO(A))

CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO - Nos termos da Portaria nº 01/2019/GAB da Segunda Vara desta comarca. Impulsiono estes autos com a finalidade de que seja intimada a parte autora para impugnar a contestação, no prazo legal.

Expediente

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 53440 Nr: 2640-07.2013.811.0044
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: João Roberto Lamana, Reny Gorayeb Lamana
PARTE(S) REQUERIDA(S): Lúcia Helena dos Santos Gorayeb, Fernando Torbay Gorayeb, Fabrício Torbay Gorayeb
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Silvana Gregório Lima - OAB:9.539/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Fabricio Torbay Gorayeb - OAB:6351/MT
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 20 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): LÚCIA HELENA DOS SANTOS GORAYEB, Cpf: 71428577149, Rg: 932.785, Filiação: Irene Estoppa dos Santos e João dos Santos, data de nascimento: 09/10/1947, brasileiro(a), natural de Uberlândia-MG, divorciado(a), agropecuarista. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO dO(A) REQUERIDO(a) acima qualificado(a), atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da ação que lhe é proposta, consoante consta da petição inicial a seguir resumida, para, no prazo de 15 dias, contados do término do prazo deste edital, apresentar resposta, caso queira, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos afirmados na petição inicial.
Resumo da Inicial: Os autores são credores do valor de R$ 72.400,00 (setenta e dois mil e quatrocentos reais), referente à multa moratória definida em acordo homologado judicialmente, que não foi cumprido conforme suas disposições pelos réus. Referido acordo foi celebrado na data 16 de fevereiro de 2.012, com o objetivo de pôr fim a todas as ações judiciais e disputas surgidas em relação à alienação anteriormente realizada, pelos autores à requerida, de propriedade agrícola localizada nessa cidade de Paranatinga. Entre suas disposições, o acordo determinava a obrigação da requerida de transferir dois veículos aos autores e de pagar o saldo remanescente, no modo e tempo acordados, sendo os demais requeridos os garantidores dessas obrigações. Os pagamentos foram feitos e o acordo cumprido, mas não da forma contratualmente combinada, pois a maioria dos pagamentos foi feita da forma como quis e conveio à requerida, em datas muitas delas após o vencimento das prestações, fazendo com que os requerentes sofressem economicamente os prejuízos decorrentes desses atrasos, além de vários transtornos em suas vidas pessoais. Diante disto, pugna-se pela condenação solidária dos requeridos ao pagamento do valor de R$ 72.400,00 (setenta e dois mil e quatrocentos reais), correspondente a cláusula penal constante do acordo, de 20% do valor do contrato, que deverá ser corrigido monetariamente a contar da citação e acrescido de juros na forma da legislação de regência, além das verbas decorrentes do sucumbimento, custas, inclusiva as em reembolso, honorários advocatícios e demais despesas processuais
Despacho/Decisão: Vistos em Regime de Exceção.ACOLHO a manifestação da parte autora de fls. 246, de modo que DETERMINO a expedição do edital de citação, consoante outrora determinado.No mais, CUMPRA-SE a última decisão exarada.ÀS PROVIDÊNCIAS.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Cristina Beraldi , digitei.
Paranatinga, 13 de novembro de 2019
Jennyffer Fidelis Cardoso Gestor Judicial Autorizado art. 1.205/CNGC

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 87417 Nr: 1156-78.2018.811.0044
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público Estadual
PARTE(S) REQUERIDA(S): Tehetehe Agugu Kuikuro Aweti
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 20 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): TEHETEHE AGUGU KUIKURO AWETI, Cpf: 07814643155, Rg: 22983198, Filiação: Kehesu Kuikuro e Valaco Trumai Aweti, data de nascimento: 13/02/1999, brasileiro(a), natural de Cnarana-MT, solteiro(a), estudante. atualmente em local incerto e não sabido

FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) RÉU(S) acima qualificado(s), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolas testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.

Resumo da Inicial: Consta odo incluso inquérito policial que, no dia 22 de outubro de 2017, por volta das 09h45min, em via pública, localizada na Avenida Brasil, em Gaúcha do Norte/MT, o denunciado TEHETEHEAGUGU KUIKURO AWETI transportou e conduziu, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabia ser produto de crime, consitente 01 (uma) motocicleta Honda, Modelo Fan ESDI, cor vermelha, placa QBD 0446, Chassi 9C2KC1680ERO27213 de propriedade de Diolina Alves dos Santos, conforme extrato do veículo de fls. 22. Com efeito, a materialidade e a autoria do crime narrado estão comprovados por meio do boletim de ocorrência n. 2017.350505 (fls. 03/4).

Despacho: Vistos.Remeta-se o feito à Segunda Vara desta Comarca, tendo em vista que o flagrante foi distribuído para aquele secretaria.Cumpra-se.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Cristina Beraldi , digitei.

Paranatinga, 14 de novembro de 2019

Jennyffer Fidelis Cardoso Gestor Judicial Autorizado art. 1.686/CNGC

Edital de Citacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 50573 Nr: 2084-39.2012.811.0044

AÇÃO: Inventário->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Maria Eunice da Silva

PARTE(S) REQUERIDA(S): Antonio José da Silva

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Cristina Porto Pereira - OAB:15.009/MT, Reinaldo Bispo de Araújo Filho - OAB:14.537/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 30 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): ANTONIO JOSÉ DA SILVA, Filiação: Herminia Maria da Conceição e José David da Silva, natural de Maniçobal-PE, solteiro(a), pecuarista. atualmente em local incerto e não sabido

FINALIDADE: CITAÇÃO dos herdeiros do ausente, acima qualificado, atualmente em lugar incerto e não sabido, para tomarem conhecimento da ação, cujo resumo da petição inicial segue abaixo, bem como para habilitarem-se nos presentes autos (Art. 745, § 2º, do CPC/2015).

Resumo da Inicial: ANTONIO JOSÉ DA SILVA, brasileiro, viúvo de Benedita Maria da Silva, pecuarista, portador da Cédula de Identidade RG nº. 12.099, Série E-2443, Secção V-3242-SSP-MT e devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº. 006.550.311-20, faleceu “ab intestado” na Comarca de Rondonópolis no dia 21 de dezembro de 2011, às 23:00 horas, sendo a causa morte “Pneumonia Bacteriana; Desidratação; Disfagia”, atestado pelo Dr. Carlos Roberto Takayassu - CRM/MT – 1414.2 – DOS HERDEIROSO de cujus deixou 17(dezessete) filhos, sendo 12(doze) irmãos germanos e 5(cinco) unilaterais:Irmãos Germanos:1 – APARECIDO JOSÉ DA SILVA, brasileiro, maior, casado com Dilma Alvarenga da Silva, nascido em 30 de setembro de 1950, inscrito no CPF/MF sob nº. 079.764.531-49, portador do RG nº. 180107-SSP-MS, residente e domiciliado na Marques de Leão, nº. 424, Bairro Parque de Novos Estados, Campo Grande-MS, CEP: 79.034-520.2 – MARIA EUNICE DA SILVA, brasileira, maior, casada com Deusdedit Vieira de Oliveira, professora, inscrita no CPF/MF sob nº. 174.081.561-00, portadora do RG nº. 044 746-SSP-MT, Rod. MT 130, Km 82, nº. 380, Vila Irantinópolis, Poxoréu-MT, CEP: 78.800-000.3 – JUAREZ ANTONIO DA SILVA, brasileiro, casado com Lusenira Cipriano da Silva, nascido em 14 de janeiro de 1958, inscrito no CPF/MF sob nº. 174.039.791-68, portador do RG nº. 293078-SSP-MT, residente e domiciliado na Rua Merovel de Souza, nº. 265, Bairro Jardim Flamboyam, Paranatinga-MT, CEP: 78.870-000.4 – JOSÉ ANTONIO DA SILVA, brasileiro, casado com Edna Nogueira da Silva, nascido em 25 de outubro de 1951, inscrito no CPF/MF sob nº. 126.794.371-87, portador do RG nº. 128.341-SSP-MT, residente e domiciliado na Rua Minas Gerais, s/nº, Bairro Jardim Santa Clara, Rondonópolis-MT, CEP: 78.718-008.5 – MARIA DA PENHA SILVA e LEAL, brasileira, casada com Ismael Gomes Leal, nascida em 12 de junho de 1957, inscrita no CPF/MF sob nº. 284.031.001-59, portadora do RG nº. 155 058-SSP-MT, residente e domiciliada na Rua Papa São Pedro, nº. 1247, Vila Cardoso, Rondonópolis-MT, CEP: 78.730-107.6 – FRANCISCO ANTONIO DA SILVA, brasileiro, casado com Solange Maria Moreschi Silva, nascido em 20 de agosto de 1955, inscrito no CPF/MF sob nº. 969.204.088-72, portador do RG nº. 9339295-SSP-MT, residente e domiciliado na Rua 1800, nº. 12, quadra 40, Bairro Jardim Imperial, Cuiabá-MT, CEP: 78.075-810.7 – CLOVIS ANTONIO DA SILVA, brasileiro, casado com Gilberbe Aparecida Soares da Silva, nascido em 16 de março de 1953, inscrito no CPF/MF sob nº. 079.687.281-34, portador do RG nº. 1317272-7-SSP-MT, residente e domiciliado na Rua Antonio Finazzi, nº. 437, Bairro Jardim Paulista, Rondonópolis-MT, CEP: 78.700-735.8 – MARIA JOSÉ DA SILVA, brasileira, separada judicialmente, nascido em 15 de dezembro de 1964, inscrita no CPF/MF sob nº. 482.323.351-49, portadora do RG nº. 702 228-SSP-MT, residente e domiciliada na Rua Travessa Campos, nº. 191, Bairro Vila Nova, Parantinga-MT, CEP: 78.870-000.9 – ROSA MARIA DA SILVA, brasileira, maior, solteira, nascido em 03 de dezembro de 1970, comerciária, inscrita no CPF/MF sob nº. 495.512.641-34, portadora do RG nº. 730.614-SSP-MT, residente e domiciliada na Rua Nossa Senhora Aparecida, nº. 289, Centro, Paranatinga-MT, CEP: 78.870-000, podendo também ser encontrada na Rua Travessa Campos, nº. 191, Bairro Vila Nova, Paranatinga-MT.10 – NIVALDO ANTONIO DA SILVA, brasileiro, maior, solteiro, nascido em 10 de março de 1963, inscrito no CPF/MF sob nº. 345.647.561-68, portador do RG nº. 531 807-SSP-MT, residente e domiciliado na Rua Nossa Senhora Aparecida, nº. 289, Bairro Novo Horizonte, Paranatinga-MT, CEP: 78.870-000.11 – EURICO ANTONIO DA SILVA, brasileiro, maior, solteiro, nascido em 01 de maio de 1974, inscrito no CPF/MF sob nº. 869.999.311-00, portador do RG nº. 773 007-SSP-MT, residente e domiciliado na Rua Maranhão, nº. 94, Bairro Concórdia, Paranatinga-MT, CEP: 78.870-000.12 – CLÁUDIO ANTONIO DA SILVA, brasileiro, casado com Rosangela Leal Akatsuka, motorista, nascido em 15 de junho de 1966, inscrito no CPF/MF sob nº. 353.464.341-00, portador do RG nº. 612 067-SSP-MT, Rod. MT 130, Km 82, nº. 380, Vila Irantinópolis, Poxoréu-MT, CEP: 78.800-000.Irmãos unilaterais:13 – MARCOS ANTONIO DA SILVA, brasileiro, falecido, nascido em 15 de abril de 1980, inscrito no CPF/MF sob nº. 353.464.341-00, portador do RG nº. 612 067-SSP-MT, deixando como herdeiro seu filho Matheus Henrique Lima da Silva, representado por sua genitora Ednamar Aparecida de Lima, Rua 119, nº. 03, Quadra 109, Bairro CPA IV, Cuiabá-MT, CEP: 78.058-304.14 – JOSÉ CIPRIANO DA SILVA, brasileiro, estado civil, profissão, RG e CPF, desconhecido, residente e domiciliado na Rua Joo Suca Imã, nº. 05, Bairro Flamboyam, Paranatinga-MT, CEP: 78.870-000.15 – MARIA RAIMUNDA DA CRUZ, brasileira, estado civil, profissão, RG e CPF, desconhecido, residente e domiciliada na Rua Joo Suca Imã, nº. 05, Bairro Flamboyam, Paranatinga-MT, CEP: 78.870-000.16 – FRANCISCA RAIMUNDA DE JESUS, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Joo Suca Imã, nº. 05, Bairro Flamboyam, Paranatinga-MT, CEP: 78.870-000.17 – BRUNO ANTONIO DA SILVA, brasileiro, estado civil, profissão, RG e CPF, desconhecido, em lugar incerto e não sabido.3 – DOS BENSO de cujus deixou diversos bens, inclusive imóveis titulados e área de posse, conforme descrição abaixo:a)Imóvel: Uma área de terras pastais e lavradias, denominada Fazenda SANTA MARIA, com área total de 600ha e 7.547m², matriculada sob nº. 8.438, na Comarca de Barra de Garças, no entanto somente pertence ao “de cujus” a fração ideal de 300ha e 3.774m², valor a apurar.b)Imóvel: Uma área urbana, com 5.8829ha, matriculada sob nº. 62.207 na Comarca de Rondonópolis, no entanto o “de cujus” adquiriu essa área através da Escritura de Cessão de Direitos de Meação de Maria Antônia de Souza, havido pelo falecimento de seu esposo Abilio Rocha de Almeida, pois, esta área ainda encontra-se registrada em nome deste, conforme matrícula e escritura de cessão de direitos anexo, valor a apurar.c)Imóvel: Uma área rural de Posse denominada Garimpo Novo, com área de 200ha, na Cidade de Paranatinga-MT, valor a apurar.d)Imóvel: Uma casa na Vila Concórdia, na Cidade de Paranatinga-MT, valor a apurar. e)Imóvel: Uma área rural de Posse com 90ha, denominada Chácara Estância Vitória, na Cidade de

Parantinga-MT, valor a apurar.f)Imóvel: Uma área rural de Posse com 4,9ha, na Cidade de Paranatinga-MT, valor a apurar.g)Imóvel: 02 Lotes com barracões, na Cidade de Paranatinga-MT, valor a apurar. h)Imóvel: Uma área de Posse, com 15.000ha, na Cidade de Paranatinga-MT, valor a apurar.i)Imóvel: Uma área de Posse, com 800ha, denominada Garimpo Novo, na Cidade de Paranatinga-MT, valor a apurar.j)Imóvel: Uma área de Posse, com 5ha, na Vila Kuluene, na Cidade de Paranatinga-MT, valor a apurar.k)Bem móvel: Um veículo modelo Caminhonete Hilux Toyota, valor a apurar.l)Bem móvel: Um veículo Caminhão modelo 1620, valor a apurar.m)Semoventes: 04 vacas leiteiras, valor a apurar.n)Rendas mensais da Calcário Império, localizada na Rod. MT 130, Km 240, sentido Primavera do Leste-MT, fone: (66)36272626 e Calcário EMAL, localizada na Rod. MT 130, Km 250, caixa postal 41, zona rural, Paranatinga.Valer ressaltar que existe outros bens, que não é de conhecimento da Inventariante, no entanto já estão sendo providenciado todas as buscas, destacando que existem várias áreas de posse que não foram registradas no Cartório de Títulos e Documentos.a)Seja citada a herdeira ROSA MARIA DA SILVA para que se manifeste sobre as primeiras declarações, podendo, caso queira, impugná-las ou indicar sonegados, sob pena de sujeitarem-se aos efeitos da revelia, bem como, traga aos autos o rol dos bens as serem inventariados, tendo em vista que a mesma possuía procuração para administrar os bens antes do falecimento do Sr. Antonio José da Silva.b)Seja citado todos os demais herdeiros do item 2, inclusive a genitora do menor Matheus Henrique Lima da Silva, para que se manifestem sobre as primeiras declarações, podendo, caso queira, impugná-las ou indicar sonegados, sob pena de sujeitarem-se aos efeitos da revelia, bem como, seja efetuado a citação do herdeiro Bruno Antonio da Silva, por edital, já que encontra-se em lugar incerto e não sabido.c)Sejam expedidos ofícios aos Cartórios de Registros de Imóveis, da Comarca de Paranatinga, Barra do Garças, Canarana e Rondonópolis, comunicando o falecimento do Sr. Antonio José da Silva, inclusive com o devido bloqueio para transferência de bens.d)Sejam expedidos ofícios ao Banco do Brasil, Banco Bradesco e Caixa Econômica Federal e outros Bancos estabelecidos em Paranatinga, para que seja feito a comunicação do falecimento, bem como o bloqueio das contas e investimento, até que seja feita a partilha de bens, informando ainda os extratos bancários de janeiro de 2011, até o presente momento.e)Seja expedido ofício ao Ciretran da Comarca de Paranatinga, comunicando o falecimento do Sr. Antônio José da Silva, bem como o bloqueio de transferência de veículos em nome do "de cujus", devendo este órgão informar os veículos em nome do "de cujus", inclusive se houve venda de janeiro de 2011 até o presente momento.f)Sejam expedidos ofícios a Calcário Império, localizada na Rod. MT 130, Km 240, sentido Primavera do Leste-MT, fone: (66)36272626 e Calcário EMAL, localizada na Rod. MT 130, Km 250, caixa postal 41, zona rural, Paranatinga, fone: (66) 3573-1270, comunicando que a partir do falecimento do Sr. José Antônio da Silva, os pagamentos referentes ao arrendamento serão pagos e divididos, entre os herdeiros, em quotas iguais para cada um, razão pela qual não cause prejuízo ao espolio, devendo assim as referidas rendas serem depositadas judicialmente, em uma conta aberta por determinação judicial, evitando assim que seja repassado tais rendas diretamente a tão somente aos herdeiros(as) ROSA MARIA DA SILVA, IVALDO ANTONIO DA SILVA, EURICO ANTONIO DA SILVA, já que estes estão recebendo e não estão prestando conta, nem dividindo com o demais herdeiros.g)Seja deferida a posse de todos os bens para serem administrados pela inventariante, devendo ainda ser deferido a busca e apreensão dos veículos caminhão modelo 1620, e a Caminhonete Hilux Toyota, após comprovado a propriedade em nome do "de cujus" conforme ofício que será encaminhado pelo Ciretran.h) Seja ainda encaminhado ofício para o INDEA de Paranatinga, comunicando o falecimento do Sr. Antônio José da Silva, e para que informe a ficha cadastral dos semoventes em seu nome, do período de janeiro de 2011 até o presente momento.i) Reitera os benefícios da justiça gratuita, tendo em vista que, a inventariante não possui condições financeiras de arcar com a custas processuais, bem como por todo o exposto acima.

Despacho/Decisão: Vistos em Regime de Exceção.Considerando que até a presente data o requerente não aportou a documentação necessária para expedição do edital de citação dos herdeiros, consoante certificado em fls. 287, DETERMINO a intimação do requerente para providenciar o necessário para prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.Após, CONCLUSOS.CUMPRA-SE.ÀS PROVIDÊNCIAS.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Cristina Beraldi , digitei.

Paranatinga, 13 de novembro de 2019

Jennyffer Fidelis Cardoso Gestor Judicial Autorizado art. 1.205/CNGC

Intimação das Partes

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 22482 Nr: 1261-07.2008.811.0044

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Randon Administradora de Consórcios Ltda

PARTE(S) REQUERIDA(S): Rubilar Pedro Calgaro Filho

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Daniele I. S. C. Rezende - OAB:6.057/MT, Patrícia Biondo - OAB:51346/RS, Roberta Basso Canale - OAB:47034/RS

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Josimar Loula Filho - OAB:14290/MT

IMPULSIONO estes autos aos advogados das partes, com a finalidade de INTIMÁ-LOS acerca da audiência designada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Paranatinga – MT, cadastrado sob nº Procedimento 280213 e agendada Sessão de Conciliação/Mediação para o dia 28/01/2020 às 13:00min, a realizar-se na sala de conciliação do CEJUSC desta Comarca de Paranatinga, devendo comparecer acompanhados de seus respectivos clientes.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 3548 Nr: 7-14.1999.811.0044

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Banco do Brasil S/A

PARTE(S) REQUERIDA(S): Construtora Campoy

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Adriano Athala de Oliveira Shacaira - OAB:140.055, Louise Rainer Pereira Gionédis - OAB:8123

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADRIANO ARAUJO DE OLIVEIRA - OAB:153723, Fabio da Silva Guimarães - OAB:264912/SP, FATIMA APARECIDA CANUTO DE SOUZA - OAB:20104 OAB/MT, PATRICIA SAUSANAVICIUS GABRIEL - OAB:263193

Nos termos da Portaria nº 01/2019/GAB da Segunda Vara desta comarca. IMPULSIONO estes autos com a finalidade de que seja intimado a parte Autora para no prazo legal manifestar acerca dos Embargos de Declaração com efeitos Infringentes às fls. 1.290/1.312.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 51856 Nr: 1056-02.2013.811.0044

AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Fazenda Pública Estadual

PARTE(S) REQUERIDA(S): M.M Transportes Ltda - EPP, Cristiane Antonia Rodrigues da Silva, Izabel Rodrigues da Silva, Roberta Rissi

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Romes Júlio Tomaz - Procurador - OAB:3791/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a) JOÃO BOSCO DOS SANTOS, para devolução dos autos nº 1056-02.2013.811.0044, Protocolo 51856, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adoção das medidas cabíveis.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 72624 Nr: 2642-69.2016.811.0044

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: Ministério Público Estadual

PARTE(S) REQUERIDA(S): Anderson dos Santos

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Lucimar Batistella - OAB:9279/MT

CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a) ERIC RITTER, para devolução dos autos nº 2642-69.2016.811.0044, Protocolo 72624, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adoção das medidas cabíveis.

Intimação das Partes

JUIZ(A):
Cod. Proc.: 22525 Nr: 1303-56.2008.811.0044
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Pedro Valentim Fernandes, Marisa Carvalho Fernandes
PARTE(S) REQUERIDA(S): Rangel Brum Monteiro
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Edmar de Jesus Rodrigues - OAB:10438/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Abadio Marques de Rezende - OAB:2894- MS
Nos termos da Portaria 01/2019-GAB, IMPULSIONO o presente feito com a finalidade de intimar os advogados das partes, para no prazo comum, apresentar as contrarrazões ao recurso de apelação.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 98905 Nr: 1613-76.2019.811.0044
AÇÃO: Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Hélio Henrique Teodoro Varga
PARTE(S) REQUERIDA(S): Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Vale do Cerrado - SICREDI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Marcelo Alves Puga - OAB:5058/MT
Nos termos da Portaria 01/2019-GAB, impulsiono o presente feito para initmar o(a) advogado(a) da parte embargada para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões ao recurso interposto.

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001549-49.2019.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
DORALINA GOMES CASTILHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

CERTIDÃO - Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 55/2007 - CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar o advogado da parte promovente para, querendo, apresentar impugnação à contestação juntada nos autos, no prazo de 05 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001569-40.2019.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
CAIO HENRIQUE FERREIRA UTZIG (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NYLVAN JOSE DA SILVA OAB - MT0017805A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FLAVIA FERNANDA DE CAMPOS (REQUERIDO)
EDVAN ROBSO CAMPOS (REQUERIDO)

CERTIDÃO - Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: NYLVAN JOSE DA SILVA - MT0017805A, da data designada para realização de audiência: Tipo: Conciliação juizado Sala: Sala de audiência de conciliação de Paranatinga Data: 18/02/2020 às 13h20min, devendo comunicar e comparecer acompanhado de seu(ua) cliente, cientificando(a) que o não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001420-44.2019.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
ROMARIO DE SOUZA XAVIER (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KRISTHIAN BRUNO SOUZA TONDORF OAB - MT24925/O (ADVOGADO(A))
KEVIN MICHEL SOUZA TONDORF OAB - MT23335/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))

CERTIDÃO - Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 55/2007 - CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar o advogado da parte promovente para, querendo, apresentar impugnação à contestação juntada nos autos, no prazo de 05 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001037-66.2019.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO LOPES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSIMAR LOULA FILHO OAB - MT14290-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
WELLINGTON MIRANDA PASSOS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GISELE MAROSTICA DE OLIVEIRA FEITOZA DINIZ OAB - MT0011962A (ADVOGADO(A))

CERTIDÃO - Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 55/2007 - CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar o advogado da parte promovente para, querendo, apresentar impugnação à contestação juntada nos autos, no prazo de 05 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001548-64.2019.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
DORALINA GOMES CASTILHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

CERTIDÃO - Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 55/2007 - CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar o advogado da parte promovente para, querendo, apresentar impugnação à contestação juntada nos autos, no prazo de 05 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001486-24.2019.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
URBANO PAULINO DA SILVA ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

CERTIDÃO - Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 55/2007 - CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar o advogado da parte promovente para, querendo, apresentar impugnação à contestação juntada nos autos, no prazo de 05 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000136-35.2018.8.11.0044
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIENE FERREIRA DAMASCENO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ OAB - MT0021519A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:

FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

CERTIDÃO - Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 55/2007 - CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) advogado(a) da parte exequente para, querendo, manifestar-se sobre os termos da petição juntada no ID 27352114 e requerer o que de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.

Comarca de Peixoto de Azevedo

2ª Vara

Intimação

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000398-48.2018.8.11.0023
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO DA CONCEICAO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JAKSON DARLIN FERREIRA DOS SANTOS OAB - MT24855/O (ADVOGADO(A))
FABIANE LEMOS MELO OAB - MT0010569A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (RÉU)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

Vistos. 1. OFICIE-SE o Banco Bradesco S/A, para que traga aos autos no prazo de 15 dias o extrato da conta corrente/poupança: 532796-2 agência: 1646-2 em nome de JOÃO DA CONCEIÇÃO – CPF: 815.168.941-20, no período de 1º/01/2014 a 31/12/2017; 2. OFICIE-SE a Agência do INSS de Peixoto de Azevedo/MT, para que traga aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, relação de todos os empréstimos consignados em nome da parte autora. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Peixoto de Azevedo/MT, data inserida no movimento. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1000768-27.2018.8.11.0023
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DOS ANJOS MONTEIRO LEAL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANE LEMOS MELO OAB - MT0010569A-O (ADVOGADO(A))
VALDEMAR SOUZA SANTOS OAB - MT22516/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

VISTO. Uma vez ser notório o fato de os procuradores do Requerido, inclusive, pela pequena quantidade de membros atuantes neste Estado, estão impossibilitados de comparecerem às audiências designadas, entendo desnecessária a designação de audiência preliminar. Dou prosseguimento ao feito. Em saneador, passo a decidir: - PONTOS CONTROVERTIDOS Fixo como ponto controvertido a qualidade de segurado (a) especial do (a) requerente. - DAS PROVAS Defiro a produção da prova testemunhal, cujo rol deverá ser apresentado no prazo disposto no artigo 357, § 4º do CPC, sob pena de preclusão. Com efeito, designo audiência de Instrução e Julgamento para o dia 1º/04/2020, às 14h00min. Intimem-se as partes, seus procuradores, bem como as testemunhas arroladas. Cumpra-se. Expeça-se o necessário. Peixoto de Azevedo/MT, data inserida no movimento. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000395-93.2018.8.11.0023
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO DA CONCEICAO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JAKSON DARLIN FERREIRA DOS SANTOS OAB - MT24855/O (ADVOGADO(A))
FABIANE LEMOS MELO OAB - MT0010569A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BP PROMOTORA DE VENDAS LTDA. (RÉU)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

VISTOS. Analisando os autos, entendo ser necessária a tentativa de conciliação entre as partes, pois além de fomentar a pacificação social dos conflitos, contribui para a célere resolução da lide, possibilitando às partes a formalização de acordo que melhor atenda seus interesses, bem como, dos envolvidos. Assim sendo, com supedâneo no inciso V, do artigo 139 do CPC, e ainda, da norma ínsita na Resolução 125 do CNJ, determino a remessa dos autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania desta Comarca, devendo à respectiva Secretaria, designar Sessão de Conciliação/Mediação e convidar as partes e os procuradores jurídicos respectivos, se houver. Cadastre o presente feito no Sistema Informatizado do Centro Judiciário de Solução de Conflitos. Após, remeta-se os autos para a Secretaria da Vara Unificada/Juizado Especial desta Comarca, que deverá mantê-lo em escaninho próprio aguardando a realização da Sessão de Conciliação/Mediação, conforme dispõe o § 5º do artigo 8º, da Ordem de Serviço n. 001/2012-NPMCSC. Após, caso inexitosa a conciliação conclusos para ulterior deliberação. Expeça-se o necessário. Peixoto de Azevedo/MT, data inserida no movimento. EVANDRO JUAREZ RODRIGUES JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1000604-28.2019.8.11.0023
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
CRISTIANO FERREIRA GAMA (EXECUTADO)
C. F. GAMA - ALIMENTOS - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

EXEQUENTE: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO VISTO. I – Expeça-se mandado de citação e penhora, na modalidade requerida, com as advertências legais, com o prazo de pagamento em cinco dias, ou garantir a dívida oferecendo bens à penhora; II – Para as hipóteses de pagamento ou de não oferecimento de embargos fixo os honorários advocatícios em 10% do débito atualizado, limitando o valor a R$ 5.000,00 (cinco mil reais); III – O Executado poderá oferecer embargos, no prazo de 30 dias, contados da intimação da penhora ou da assinatura do termo. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Peixoto de Azevedo/MT, data inserida no movimento. EVANDRO JUAREZ RODRIGUES JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1000594-81.2019.8.11.0023
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GILSON FELIX DA SILVA (EXECUTADO)
GILSON FELIX DA SILVA - COMERCIO - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

EXEQUENTE: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO VISTO. I – Expeça-se mandado de citação e penhora, na modalidade requerida, com as advertências legais, com o prazo de pagamento em cinco dias, ou garantir a dívida oferecendo bens à penhora; II – Para as hipóteses de pagamento ou de não oferecimento de embargos fixo os honorários advocatícios em 10% do débito atualizado, limitando o valor a R$ 5.000,00 (cinco mil reais); III – O Executado poderá oferecer embargos, no prazo de 30 dias, contados da intimação da penhora ou da assinatura do termo. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Peixoto de Azevedo/MT, data inserida no movimento. EVANDRO JUAREZ RODRIGUES JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1000603-43.2019.8.11.0023
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ANDRE VIENNA (EXECUTADO)
TORIO MINING PARTICIPACOES LTDA - ME (EXECUTADO)
TORIO BRASIL MINERACAO LTDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

EXEQUENTE: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO VISTO. I – Expeça-se mandado de citação e penhora, na modalidade requerida, com as advertências legais, com o prazo de pagamento em cinco dias, ou garantir a dívida oferecendo bens à penhora; II – Para as hipóteses de pagamento ou de não oferecimento de embargos fixo os honorários advocatícios em 10% do débito atualizado, limitando o valor a R$ 5.000,00 (cinco mil reais); III – O Executado poderá oferecer embargos, no prazo de 30 dias, contados da intimação da penhora ou da assinatura do termo. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Peixoto de Azevedo/MT, data inserida no movimento. EVANDRO JUAREZ RODRIGUES JUIZ DE DIREITO

Despacho Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1000605-47.2018.8.11.0023
Parte(s) Polo Ativo:
CARLA CRISTINA BIANCONI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLA CRISTINA BIANCONI OAB - MT17794/A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

Vistos. 1. Homologo o cálculo apresentado à fl. 15283202, vez que inexiste oposição por parte da executada, conforme certidão de fl. 20326760. 2. Expeça-se o competente Requisitório de Pequeno Valor – RPV, conforme prevê o artigo 535, § 3º, inciso II, do CPC e artigo 100, §9, da Constituição Federal. Anoto que no RPV deverá ser informado o montante a ser requisitado e a data da última atualização de crédito, a fim de evitar eventuais prejuízos a exequente. 3. Registre-se que antes da entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil o pagamento por meio de requisitório de pequeno valor – RPV era requisitado ao Presidente do Tribunal de Justiça. No entanto, conforme disposição do artigo retromencionado, a expedição deverá ser realizada já no Juízo de Primeiro Grau, e deverá ser dirigida a autoridade na pessoa de quem o ente público foi citado para o processo. 4. Desta feita, expeça-se o competente requisitório de pequeno valor – RPV e o encaminhe a Procuradoria-Geral do Estado, a fim de que efetue o seu pagamento nos termos do artigo 535, § 3º, inciso II, segunda parte, do CPC. 5. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, momento em que a parte exequente deverá impulsionar o feito, em 05 (cinco) dias, devendo informar acerca de eventual satisfação integral de seu crédito para fins de extinção da execução. Expeça-se o necessário. Peixoto de Azevedo/MT, data inserida no movimento. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-61 INTERDITO PROIBITÓRIO
Processo Número: 1000859-20.2018.8.11.0023
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA APARECIDA COELHO BON AMI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREIA GOMES DE SOUZA OAB - MT21739/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
rosimeri rodrigues (RÉU)
JOAO MANICA (RÉU)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

Vistos. 1. Antes de analisar o pedido liminar, entendo prudente a realização de audiência de justificação, nos termos do artigo 562 do Código de Processo Civil, a qual ocorrerá na data de 31/03/2020, às 18h30min. 2. Intime-se a autora desta decisão e da data da audiência, bem como as testemunhas arroladas à fl. 16768217. 3. Citem-se os requeridos para comparecerem à audiência designada, consignando no mandado que o prazo para resposta, que é de 15 dias, será contado a partir da intimação da decisão que deferir/indeferir a medida liminar (artigo 564, parágrafo único, do CPC). Expeça-se o necessário. Cumpra-se Peixoto de Azevedo-MT, data inserida no movimento. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001020-30.2018.8.11.0023
Parte(s) Polo Ativo:
RAIMUNDO NONATO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FREDERICO STECCA CIONI OAB - PR0054275A (ADVOGADO(A))
RICARDO ZEFERINO PEREIRA OAB - MT0012491A-B (ADVOGADO(A))
CAMILA EMILY DO NASCIMENTO SOUZA OAB - MT19960/O (ADVOGADO(A))
ANNA PAULA MATOS ROOS OAB - MT23893/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

VISTO. Diante da manifestação de fls. 18175338, defiro a restituição do prazo para manifestação quando a decisão de fls. 17596970, com fulcro no artigo 221 do Código de Processo Civil. Intime-se a parte autora para manifestação, no prazo legal. Após, voltem conclusos. Cumpra-se. Expeça-se o necessário. Peixoto de Azevedo/MT, data inserida no movimento. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001355-15.2019.8.11.0023
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS HENRIQUE PIRES DE ARAUJO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANA RUFINO DEL CIELLO OAB - SP254656 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AYMORE (RÉU)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

VISTO. CONCEDO os benefícios da justiça gratuita, revogando-os a qualquer tempo caso inverídica a declaração de hipossuficiência. Não obstante as alegações da requerente quanto ao pedido de tutela, antes de apreciar o pedido entendo por bem, máxime pela relevância da questão, postergar a sua análise para após a manifestação da parte requerida. Assim, com o objetivo de sedimentar minhas informações acerca do caso, evitando, por essa forma, a prolação precipitada da decisão pertinente, opto por citar a parte requerida e tratar do pedido de tutela antecipada após a formação da angularidade da relação processual. Cite-se a parte requerida para que, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão, cujos efeitos implicarão na veracidade dos fatos contra si articulados na inicial, nos termos dos artigos 335 e 344 do CPC. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Peixoto de Azevedo/MT, data inserida no movimento. EVANDRO JUAREZ RODRIGUES JUIZ DE DIREITO

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 22119 Nr: 965-53.2005.811.0023
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: PEVEL PEIXOTO VEICULOS LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSE BENEDITO MIGUEL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: IRINEU PAIANO FILHO - OAB:6097/A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
FINALIDADE: Intimar o(a) advogado(a) da parte autora do dispositivo da sentença a seguir transcrito: (...) Ante o exposto, com fulcro nos artigos 487, II e 924, V, do Código de Processo Civil, reconhece-se a prescrição intercorrente do crédito perseguido, determinando o arquivamento da presente execução, ante a extinção do crédito executado. (...)P.R.I.C.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Evandro Juarez Rodrigues
Cod. Proc.: 75148 Nr: 3051-45.2015.811.0023
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): LUIS CARLOS DO BEM
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Processo nº 3051-45.2015.811.0023

Código nº 75148
D E C I S Ã O
Tendo em vista que a parte executada, até o presente momento não quitou a dívida, bem como que o dinheiro tem preferência sobre os demais bens a ser penhorados, consoante ordem elencada no art. 835, do CPC, DEFIRO O PEDIDO DE PENHORA ON-LINE, nos termos do art. 854, do CPC.
Contudo, consoante consulta realizada por esse Magistrado, O BLOQUEIO RESTOU FRUSTRADO, consoante comprovante em anexo.
Desta forma, intime-se a parte autora para manifestação, em 5 (cinco) dias.
Transcorrido o prazo sem manifestação, aguarde-se a localização de bens penhoráveis no arquivo provisório.
Intime-se.
Cumpra-se expedindo o necessário.
Às providências.
Peixoto de Azevedo/MT, 08 de novembro de 2019.
Evandro Juarez Rodrigues,
Juiz de Direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 81441 Nr: 3377-68.2016.811.0023
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Francisca Pires de Araujo Neta
PARTE(S) REQUERIDA(S): Cezar Calinoski Junior
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADOLFO WAGNER ARECO GONZALES - OAB:5438
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente, bem como Prov. 056/07-CGJ, procedo à intimação da parte autora para que demonstre interesse no prosseguimento do feito em 5 (cinco) dias, praticando o ato que lhe compete, sob pena de extinção do processo (art. 485, III, do CPC).

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 89943 Nr: 1269-95.2018.811.0023
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ROGERIO OLIVEIRA CHAGAS
PARTE(S) REQUERIDA(S): SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: REGINA SOUZA - OAB:22.876
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente, bem como Prov. 056/07-CGJ, procedo à intimação da parte autora para que demonstre interesse no prosseguimento do feito em 5 (cinco) dias, praticando o ato que lhe compete, sob pena de extinção do processo (art. 485, III, do CPC).

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 90640 Nr: 1711-61.2018.811.0023
AÇÃO: Busca e Apreensão->Processo Cautelar->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): FRANCINALDO DA SILVA EVANGELISTA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIULA MULLER KOENIG - OAB:MT 22165-A, GUSTAVO RODRIGO GOÉS NICOLADELLI - OAB:MT 17.980 - A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente, bem como Prov. 056/07-CGJ, procedo à intimação da parte autora para que demonstre interesse no prosseguimento do feito em 5 (cinco) dias, praticando o ato que lhe compete, sob pena de extinção do processo (art. 485, III, do CPC).

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 92332 Nr: 2899-89.2018.811.0023
AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JESSICA DE LIMA SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): GENTIL DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: IRINEU PAIANO FILHO - OAB:6097/A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente, bem como Prov. 056/07-CGJ, procedo à intimação da parte autora para que demonstre interesse no prosseguimento do feito em 5 (cinco) dias, praticando o ato que lhe compete, sob pena de extinção do processo (art. 485, III, do CPC).

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 12213 Nr: 1424-60.2002.811.0023
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BENEDITO FRANCISCO DE FARIAS, VALDIR DE SOUZA DE SCHILICHTING
PARTE(S) REQUERIDA(S): LUCIENE BUENO BARBOSA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: IRINEU PAIANO FILHO - OAB:6097/A, RUY PORTELLA DE SOUZA - OAB:4296-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente, bem como Prov. 056/07-CGJ, procedo à intimação da parte autora para que demonstre interesse no prosseguimento do feito em 5 (cinco) dias, praticando o ato que lhe compete, sob pena de extinção do processo (art. 485, III, do CPC).

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Evandro Juarez Rodrigues
Cod. Proc.: 98319 Nr: 2740-15.2019.811.0023
AÇÃO: Restituição de Coisas Apreendidas->Questões e Processos Incidentes->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: ANTONIO DE SOUSA BARBOZA
PARTE(S) REQUERIDA(S):
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDREIA FERDINANDO VAREA - OAB:10641
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Trata-se de PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE COISA APREENDIDA, formulado por ANTÔNIO DE SOUZA BARBOSA – CPF: 049.164.851-06, sustentando ser proprietário da MOTOCICLETA HONDA CG 150 FAN ESD, ANO/MODELO: 2005/2005, COR: VERMELHA, PLACA: HSM 9645 – CHASSI 9C2KC8205R055606, conforme documento de fl. 06. Com a inicial vieram os documentos de fls. 05/07. O Ministério Público manifestou-se favoravelmente ao pedido (fl. 9). Decido. Diante do exposto e nos termos do artigo 120 do CPP, determino que o bem apreendido com os autores do fato (Damião do Nascimento Sousa e Leandro Neves de Araújo): MOTOCICLETA HONDA CG 150 FAN ESD, ANO/MODELO: 2005/2005, COR: VERMELHA, PLACA: HSM 9645 – CHASSI 9C2KC8205R055606, considerando as manifestações de fls. 9. Expeça-se o respectivo mandado de restituição.
Lavre-se termo de restituição.

Sentença

Sentença Classe: CNJ-79 AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Processo Número: 1000503-88.2019.8.11.0023
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTERIO PÚBLICO DE MATO GROSSO (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado do Mato Grosso, representado pela Procuradoria Geral do Estado do Mato Grosso (RÉU)
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

S E N T E N Ç A Cuida-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER (CUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL) COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA E RESSARCIMENTO DE DESPESAS HOSPITALARES intentada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO, por meio da qual objetivou a imediata transferência da paciente GIOVANNA ALVES LIMA, para hospital com vaga em leito de UTI neonatal, e demais procedimentos necessários a resguardar a vida. A antecipação dos efeitos da tutela foi deferida em 21/05/2019 (fl. 20285301). O Ministério Público requereu o julgamento antecipado da lide, com a procedência dos pedidos formulados na inicial, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil (fl. 20942295). É o relatório. Decido. Por ser a matéria exclusivamente de

direito e não havendo a necessidade de produção de outras provas, passo a proferir julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil. Conforme relatado, trata-se de Ação Civil Pública ajuizada em desfavor do Estado de Mato Grosso e do Município de Peixoto de Azevedo/MT objetivando compeli-los à disponibilizar vaga em leito de UTI neonatal, a fim resguardar a vida de GIOVANNA ALVES LIMAS. Os documentos juntados nos autos indicaram que de fato a paciente apresentava quadro de urgência com risco de morte, sendo imperioso o deferimento da medida vindicada. Quando do deferimento da liminar, ficou consignado que: Ante o exposto e com fundamento nos artigos 194, c/c 198 da CF e artigos 497, c/c 297 do Código de Processo Civil, DEFIRO a antecipação liminar da tutela, para determinar ao requerido ESTADO DE MATO GROSSO que providencie NO PRAZO DE 72 (SETENTA E DUAS) HORAS A TRANSFERÊNCIA da paciente GIOVANNA ALVES LIMA (nascida aos 16 de maio de 2019) VIA UTI AÉREA PARA HOSPITAL COM VAGA EM LEITO DE UTI NEONATAL (caso surja vaga em Hospital de Cuiabá) ou VIA UTI TERRESTRE PARA HOSPITAL COM VAGA EM LEITO DE UTI NEONATAL (caso surja vaga em Hospital de Sinop, Sorrio e Lucas do Rio Verde), ou ainda em qualquer das unidades de saúde das cidades do Estado de Mato Grosso que atestem a vaga, até mesmo em outro Estado da federação, a fim de que sejam realizados todos os demais procedimentos médicos necessários para resguardar a sua vida, seja em hospital da rede pública ou privada, suportando o requerido todo ônus financeiro. Caso necessário, deverá providenciar o transporte por empresa privada . Apreciando o mérito da presente demanda entendo que os argumentos lançados na decisão liminar devem ser confirmados, mormente porque o objetivo maior foi garantir a GIOVANNA ALVES LIMA o direito à vida, à saúde e à dignidade da pessoa humana, consagrados na Constituição Federal. Com efeito, os direitos à vida e à saúde são fundamentais, amplos, incondicionais e absolutos, sendo matéria com origem constitucional direta (artigos 5º, caput; c/c 196 e seguintes, da CF/88). Nas palavras do excelso Ministro Celso de Melo, o direito público subjetivo à saúde representa prerrogativa jurídica indisponível assegurada à generalidade das pessoas pela própria Constituição da República. Traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de maneira responsável, o Poder Público, a quem incumbe formular - e implementar - políticas sociais e econômicas idôneas que visem a garantir, os cidadãos, o acesso universal e igualitário à assistência farmacêutica e médico-hospitalar (RE 393175 AgR). Os artigos 6º e 196 da Constituição Federal não se tratam de mera norma programática, mas impingem aos entes federados um dever de prestação positiva, obrigando os a implementar políticas públicas que concretizem e garantam eficácia ao direito à saúde. Ocorre que muitas vezes as políticas públicas adotadas pelo Estado, mesmo que amplas e contínuas, não são suficientes ou eficazes na concretização destes deveres, seja em virtude da voluptuosa demanda pelos serviços de saúde, seja porque os medicamentos e tratamentos constantes dos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas estatuídas pelo SUS não acompanham a evolução médica. Logo, quando há deficiência nesta prestação, é natural que ocorra a judicialização do direito de proteção à saúde e à vida, sendo de extrema importância para o Estado Social e Democrático de Direito, conforme elucidam os excelsos jurista Gilmar Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco: "Constatando-se a existência de políticas públicas que concretizam o direito constitucional à saúde, cabe ao Poder Judiciário, diante de demandas como as que postulam o fornecimento de medicamentos, identificar quais as razões que levaram a Administração a negar tal prestação. É certo que, se não cabe ao Poder judiciário formular políticas sociais e econômicas na área da saúde, é sua obrigação verificar se as políticas eleitas pelos órgãos competentes atendem aos ditames constitucionais do acesso universal e igualitário . (MENDES, Gilmar Ferreira e BRANCO, Paulo Gustavo Gonet Branco em Curso de direito constitucional. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 706) Neste contexto, convém esclarecer que quando o Poder Judiciário constata a ausência de prestação ou de prestação inadequada deste serviço e determina o fornecimento gratuito de medicamento ou a realização de uma cirurgia à pessoa carente de recursos, não está desrespeitando o princípio da independência dos poderes ou comprometendo a universalidade do acesso a saúde, mas sim assegurando a dignidade da pessoa humana e zelando pela realização da justiça social, papel que lhe insculpiu a carta constitucional. Importante ressaltar que a dignidade da pessoa humana está prevista no artigo 1º da Carta Magna como princípio fundamental da República Federativa do Brasil e hoje é concebida como valor supremo da democracia. No caso dos autos verificou-se que no momento do ajuizamento da presente demanda a situação de saúde de GIOVANNA ALVES LIMA apresentava tamanha gravidade, que a concessão da tutela de urgência foi medida impositiva, sob o risco de perecer o próprio direito resguardado, in casu A VIDA. Por fim, no presente feito resta incontroverso a responsabilidade dos requeridos no fornecimento do tratamento e meios de garantir à saúde, vida e à dignidade de GIOVANNA ALVES LIMA, especialmente em razão de serem direitos a serem garantidos de forma solidária pelos entes estaduais e municipais. Ademais, de acordo com os arts. 264, 275 e 283, todos do Código Civil de 2002, bem como pela doutrina mais autorizada que rege o conceito de solidariedade, pode-se dizer que o credor tem direito de receber de cada um dos devedores o objeto devido, cabendo a estes discutir posteriormente quem tinha a obrigação originária, ressarcimento os demais. No entanto, independentemente deste conceito civilístico de solidariedade, reporto-me ao disposto no artigo 198, principalmente no inciso II, da Constituição Federal de 1.988. Tal dispositivo, regulamentando o Sistema Único de Saúde, fixa uma diretriz que entendo imprescindível para o presente caso, qual seja – o "atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais". Ora, se o atendimento é INTEGRAL; mais que isso, se a prioridade é para ATIVIDADES PREVENTIVAS; não deixando de lado os serviços assistenciais, inegável é que todo aquele que bate às portas de um ente público (Municipal, Estadual ou Federal) solicitando saúde deve dele prontamente receber. Não cabe ao Estado se isentar da responsabilidade, nem alegar ser de competência da União a responsabilidade pelo SUS, pretendendo se isentar da responsabilidade, antes, deve efetivar o comando Constitucional do atendimento INTEGRAL, pleiteando posteriormente, em processo próprio se for o caso, o eventual ressarcimento do que tenha por direito dos entes mais abastecidos financeiramente - União. O que não pode é um cidadão, necessitando de procedimento terapêutico para a manutenção de sua saúde e vida, ter negado este direito enquanto autoridades públicas discutem de quem é a responsabilidade de "pagar a conta", principalmente se a instituição do Sistema Único de Saúde visou trazer todos os entes públicos para uma cooperação mútua, devendo sempre atender incondicionalmente a população. Por oportuno, não estamos tratando de uma cirurgia excepcional realizada no exterior, muito menos de contratação de profissionais altamente capacitados. O que se pleiteou foi a disponibilização de vaga em leito de UTI neonatal, transporte, exames e demais procedimentos necessários, que o Estado e o Município podem muito bem suportar, cabendo aos mesmos, entendendo que não possuem a responsabilidade final, pleitearem em ação regressiva um contra o outro ou, ainda, contra a União, o direito de ressarcimento dos valores despendidos com o cumprimento da obrigação imposta nesta ação. No mesmo sentido, tem-se o posicionamento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, ao julgar o RE nº 855.178, segundo o qual é responsabilidade solidária dos entes federados propiciar o tratamento médico adequado aos necessitados, de modo que são todos eles legítimos para figurar no polo passivo da lide que visa a concretização de direitos relacionados à saúde dos necessitados, veja-se: "RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DIREITO À SAÚDE. TRATAMENTO MÉDICO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERADOS, REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA. REAFIRMAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. O tratamento médico adequado aos necessitados se insere no rol dos deveres do Estado, porquanto responsabilidade solidária dos entes federados. Q polo passivo pode ser composto por qualquer um deles, isoladamente, ou conjuntamente. (RE 855178 RG, rei. Min. Luiz Fux, DJe 16/3/2015)." 3. Dispositivo Posto isso, e sem maiores delongas, confirmo a medida liminar deferida em 21/05/2019 (fl. 20285301) e diante do cumprimento voluntário pelos requeridos excluo a multa anteriormente fixada, JULGANDO, desde já, PROCEDENTE o pedido inicial para confirmar a tutela de urgência deferida à fl. 20285301. Por consequência, JULGO EXTINTO O FEITO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, o que faço com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Isento as partes do pagamento de custas, nos termos do art. 3º, inciso I, da Lei Estadual nº 7.603/2001. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Peixoto de Azevedo/MT, data inserida no movimento. Evandro Juarez Rodrigues, Juiz de Direito.

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000353-44.2018.8.11.0023

Parte(s) Polo Ativo:
MARTINHO FERREIRA DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JAKSON DARLIN FERREIRA DOS SANTOS OAB - MT24855/O (ADVOGADO(A))
FABIANE LEMOS MELO OAB - MT0010569A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO CETELEM S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

S E N T E N Ç A Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO COM RESTITUIÇÃO E REPETIÇÃO DO INDÉBITO DE PARCELAS movida por MARTINHO FERREIRA DE SOUZA em face de BANCO CELETEM S/A. Às fls. 26340093 adveio a informação de acordo entre as partes. É o relatório. Decido. Inicialmente cumpre registrar que a conciliação pressupõe a existência de partes divergentes, com interesses conflitantes, que, de comum acordo, fazem concessões recíprocas na busca de prevenir ou extinguir o litígio. Preconiza o artigo 139, incisos II e V do Código de Processo Civil que o juiz velará pela rápida solução do litígio, buscando atingir a conciliação das partes, sendo que, caso isso ocorra, o processo será decidido com resolução do mérito, na forma do artigo 487, inciso III "b" do CPC. Desta forma, o acordo entabulado pelas partes será homologado pelo juiz, que atuará como terceiro imparcial, atribuindo validade à conciliação. Assim, a homologação do acordo pelo magistrado possui o condão de atribuir validade de decisão judicial ao acordo, sendo que o juiz somente procederá a esse ato quando entender que a forma em que o acordo foi realizado pelas partes, atende não somente à legislação pertinente ao caso, como, também, seu senso de justiça. A livre manifestação da vontade das partes em encerrar o litígio tem que ser respeitada pelo julgador, não podendo sofrer interferência indevida já que a este, salvo nas hipóteses de grosseira ilegalidade, cabe apenas averiguar o aspecto formal do ato e, se resguardado pela legalidade, ratificá-lo. Nesse sentido: "DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO. SENTENÇA PROFERIDA. POSSIBILIDADE. ARTIGO 125, INCISOS II E IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Proferida a sentença e, ainda que transitada em julgado, não há óbice para a homologação de acordo celebrado posteriormente. Nos termos do artigo 125, inciso IV, do Código de Processo Civil, compete ao magistrado tentar conciliar as partes a qualquer tempo, objetivando, com isso, solucionar o conflito de interesses submetido ao crivo do Poder Judiciário. Cabe ao julgador buscar, a todo momento, mesmo após a prolação de sentença, a conciliação das partes, no intuito de alcançar o fim maior do processo, qual seja, a pacificação dos conflitos, com a rápida solução dos litígios, segundo o inciso II do artigo 125 do Estatuto Processual Civil. Sendo as partes maiores e capazes, além de o direito ser disponível, razão não há para a recusa na homologação de acordo (...)". (TJDF; Rec. 2009.00.2.009007-3; Ac. 369.020; Sexta Turma Cível; Relatora Desembargadora Ana Maria Duarte Amarante Brito; DJ 13/08/2009). Desta forma, verificada a presença dos requisitos legais a validar o acordo, o juiz o homologará, não havendo se falar em qualquer nulidade do ato, quando não se vislumbre prejuízo para as partes. No caso, constato que o acordo celebrado preserva os interesses das partes e não constato nenhuma irregularidade na avença apresentada em juízo. Por esta razão, HOMOLOGO para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos o acordo celebrado e, consequentemente, julgo extinto o processo, com resolução de mérito, o que faço com fulcro assente no artigo 487, inciso III "b" do Código de Processo Civil. Na mesma oportunidade, Determino: Diante do princípio da causalidade, condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais: I – remetam-se ao cartório distribuidor para cálculo das custas e despesas processuais; II - intime-se o requerido para pagamento das custas, no prazo de 15 dias, sob pena de averbação no distribuidor e expedição de certidão de dívida ativa e protesto. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Peixoto de Azevedo/MT, data inserida no movimento. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000352-59.2018.8.11.0023
Parte(s) Polo Ativo:
MARTINHO FERREIRA DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JAKSON DARLIN FERREIRA DOS SANTOS OAB - MT24855/O (ADVOGADO(A))
FABIANE LEMOS MELO OAB - MT0010569A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO CETELEM S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EVANDRO JUAREZ RODRIGUES

S E N T E N Ç A Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO COM RESTITUIÇÃO E REPETIÇÃO DO INDÉBITO DE PARCELAS movida por MARTINHO FERREIRA DE SOUZA em face de BANCO CELETEM S/A. Às fls. 26339047 adveio a informação de acordo entre as partes. É o relatório. Decido. Inicialmente cumpre registrar que a conciliação pressupõe a existência de partes divergentes, com interesses conflitantes, que, de comum acordo, fazem concessões recíprocas na busca de prevenir ou extinguir o litígio. Preconiza o artigo 139, incisos II e V do Código de Processo Civil que o juiz velará pela rápida solução do litígio, buscando atingir a conciliação das partes, sendo que, caso isso ocorra, o processo será decidido com resolução do mérito, na forma do artigo 487, inciso III "b" do CPC. Desta forma, o acordo entabulado pelas partes será homologado pelo juiz, que atuará como terceiro imparcial, atribuindo validade à conciliação. Assim, a homologação do acordo pelo magistrado possui o condão de atribuir validade de decisão judicial ao acordo, sendo que o juiz somente procederá a esse ato quando entender que a forma em que o acordo foi realizado pelas partes, atende não somente à legislação pertinente ao caso, como, também, seu senso de justiça. A livre manifestação da vontade das partes em encerrar o litígio tem que ser respeitada pelo julgador, não podendo sofrer interferência indevida já que a este, salvo nas hipóteses de grosseira ilegalidade, cabe apenas averiguar o aspecto formal do ato e, se resguardado pela legalidade, ratificá-lo. Nesse sentido: "DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO. SENTENÇA PROFERIDA. POSSIBILIDADE. ARTIGO 125, INCISOS II E IV, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Proferida a sentença e, ainda que transitada em julgado, não há óbice para a homologação de acordo celebrado posteriormente. Nos termos do artigo 125, inciso IV, do Código de Processo Civil, compete ao magistrado tentar conciliar as partes a qualquer tempo, objetivando, com isso, solucionar o conflito de interesses submetido ao crivo do Poder Judiciário. Cabe ao julgador buscar, a todo momento, mesmo após a prolação de sentença, a conciliação das partes, no intuito de alcançar o fim maior do processo, qual seja, a pacificação dos conflitos, com a rápida solução dos litígios, segundo o inciso II do artigo 125 do Estatuto Processual Civil. Sendo as partes maiores e capazes, além de o direito ser disponível, razão não há para a recusa na homologação de acordo (...)". (TJDF; Rec. 2009.00.2.009007-3; Ac. 369.020; Sexta Turma Cível; Relatora Desembargadora Ana Maria Duarte Amarante Brito; DJ 13/08/2009). Desta forma, verificada a presença dos requisitos legais a validar o acordo, o juiz o homologará, não havendo se falar em qualquer nulidade do ato, quando não se vislumbre prejuízo para as partes. No caso, constato que o acordo celebrado preserva os interesses das partes e não constato nenhuma irregularidade na avença apresentada em juízo. Por esta razão, HOMOLOGO para que produzam os seus jurídicos e legais efeitos o acordo celebrado e, consequentemente, julgo extinto o processo, com resolução de mérito, o que faço com fulcro assente no artigo 487, inciso III "b" do Código de Processo Civil. Na mesma oportunidade, Determino: Diante do princípio da causalidade, condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais: I – remetam-se ao cartório distribuidor para cálculo das custas e despesas processuais; II - intime-se o requerido para pagamento das custas, no prazo de 15 dias, sob pena de averbação no distribuidor e expedição de certidão de dívida ativa e protesto. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Peixoto de Azevedo/MT, data inserida no movimento. Evandro Juarez Rodrigues Juiz de Direito

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001151-68.2019.8.11.0023

Parte(s) Polo Ativo:
JONAS SOUSA RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULA ARAUJO COSTA OAB - MT23601/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PEIXOTO DE AZEVEDO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL, 38, CENTRO, PEIXOTO DE AZEVEDO - MT - CEP: 78530-000 CARTA DE INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO EVANDRO JUAREZ RODRIGUES PROCESSO n. 1001151-68.2019.8.11.0023 Valor da causa: R$ 12.105,77 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES] ->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: JONAS SOUSA RODRIGUES Endereço: Rua Ipê, 19, Mãe de Deus, PEIXOTO DE AZEVEDO - MT - CEP: 78530-000 POLO PASSIVO: Nome: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Endereço: AVENIDA ENGENHEIRO LUIZ CARLOS BERRINI, 1376, - LADO PAR, CIDADE MONÇÕES, SÃO PAULO - SP - CEP: 04571-000 Senhor(a): JONAS SOUSA RODRIGUES A presente carta, referente ao processo acima identificado, tem por finalidade A INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, na qualidade de polo ativo, para COMPARECER À AUDIÊNCIA DESIGNADA, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste documento. DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: Sala de Audiência de Conciliação Data: 19/12/2019 Hora: 14:40 ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e recusando-se a depor, a parte intimada para o fim de prestar depoimento pessoal, fica sujeita à pena de confissão, presumindo-se verdadeiros os fatos contra ela alegados (art. 385, § 1º do CPC). 2. As eventuais justificativas de impossibilidade de comparecimento deverão ser apresentadas até a abertura da audiência, respondendo a parte que der causa ao adiamento pelas respectivas despesas (art. 362 e §§ do CPC). 3. As partes deverão se fazer acompanhar de seus advogados/Defensores Públicos, oportunidade em que será buscada a composição entre as partes. A ausência injustificada de qualquer das partes acarretará a aplicação de multa, nos termos do §8º, ambos do art. 334, do CPC. 4. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. PEIXOTO DE AZEVEDO, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001334-39.2019.8.11.0023
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO RODRIGUES SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMILIANA BORGES FRANCA OAB - MT0017694A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PEIXOTO DE AZEVEDO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL, 38, CENTRO, PEIXOTO DE AZEVEDO - MT - CEP: 78530-000 CARTA DE INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO EVANDRO JUAREZ RODRIGUES PROCESSO n. 1001334-39.2019.8.11.0023 Valor da causa: R$ 20.000,00 ESPÉCIE: [DIREITO DO CONSUMIDOR, CARTÃO DE CRÉDITO, INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: ANTONIO RODRIGUES SILVA Endereço: Chácara Paloma, Vila Esperança, MT 332, antiga BR 080, PEIXOTO DE AZEVEDO - MT - CEP: 78530-000 POLO PASSIVO: Nome: BANCO PAN Endereço: RUA CANDIDO MARIANO, 162, - ATÉ 887/888, CENTRO NORTE, CUIABÁ - MT - CEP: 78005-150 Senhor(a): ANTONIO RODRIGUES SILVA A presente carta, referente ao processo acima identificado, tem por finalidade A INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, na qualidade de polo ativo, para COMPARECER À AUDIÊNCIA DESIGNADA, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste documento. DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: Sala de Audiência de Conciliação Data: 21/01/2020 Hora: 13:40 ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e recusando-se a depor, a parte intimada para o fim de prestar depoimento pessoal, fica sujeita à pena de confissão, presumindo-se verdadeiros os fatos contra ela alegados (art. 385, § 1º do CPC). 2. As eventuais justificativas de impossibilidade de comparecimento deverão ser apresentadas até a abertura da audiência, respondendo a parte que der causa ao adiamento pelas respectivas despesas (art. 362 e §§ do CPC). 3. As partes deverão se fazer acompanhar de seus advogados/Defensores Públicos, oportunidade em que será buscada a composição entre as partes. A ausência injustificada de qualquer das partes acarretará a aplicação de multa, nos termos do §8º, ambos do art. 334, do CPC. 4. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. PEIXOTO DE AZEVEDO, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001336-09.2019.8.11.0023
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO RODRIGUES SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMILIANA BORGES FRANCA OAB - MT0017694A (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PEIXOTO DE AZEVEDO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL, 38, CENTRO, PEIXOTO DE AZEVEDO - MT - CEP: 78530-000 CARTA DE INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO EVANDRO JUAREZ RODRIGUES PROCESSO n. 1001336-09.2019.8.11.0023 Valor da causa: R$ 20.000,00 ESPÉCIE: [DIREITO DO CONSUMIDOR, BANCÁRIOS, INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: ANTONIO RODRIGUES SILVA Endereço: Chácara Paloma, Vila Esperança, MT 332, antiga BR 080, PEIXOTO DE AZEVEDO - MT - CEP: 78530-000 POLO PASSIVO: Nome: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. Endereço: AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 3477, - DE 3253 AO FIM - LADO ÍMPAR, ITAIM BIBI, SÃO PAULO - SP - CEP: 04538-133 Senhor(a): ANTONIO RODRIGUES SILVA A presente carta, referente ao processo acima identificado, tem por finalidade A INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, na qualidade de polo ativo, para COMPARECER À AUDIÊNCIA DESIGNADA, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste documento. DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: Sala de Audiência de Conciliação Data: 21/01/2020 Hora: 14:20 ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e recusando-se a depor, a parte intimada para o fim de prestar depoimento pessoal, fica sujeita à pena de confissão, presumindo-se verdadeiros os fatos contra ela alegados (art. 385, § 1º do CPC). 2. As eventuais justificativas de impossibilidade de comparecimento deverão ser apresentadas até a abertura da audiência, respondendo a parte que der causa ao adiamento pelas respectivas despesas (art. 362 e §§ do CPC). 3. As partes deverão se fazer acompanhar de seus advogados/Defensores Públicos, oportunidade em que será buscada a composição entre as partes. A ausência injustificada de qualquer das partes acarretará a aplicação de multa, nos termos do §8º, ambos do art. 334, do CPC. 4. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. PEIXOTO DE AZEVEDO, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001337-91.2019.8.11.0023
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO RODRIGUES SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMILIANA BORGES FRANCA OAB - MT0017694A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PEIXOTO DE AZEVEDO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL, 38, CENTRO, PEIXOTO DE AZEVEDO - MT - CEP: 78530-000 CARTA DE INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO EVANDRO JUAREZ RODRIGUES PROCESSO n. 1001337-91.2019.8.11.0023 Valor da causa: R$ 20.000,00 ESPÉCIE: [DIREITO DO CONSUMIDOR, BANCÁRIOS, INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: ANTONIO RODRIGUES SILVA Endereço: Chácara Paloma, Vila Esperança, MT 332, antiga BR 080, PEIXOTO DE AZEVEDO - MT - CEP: 78530-000 POLO PASSIVO: Nome: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. Endereço: AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 3477, - DE 3253 AO FIM - LADO ÍMPAR, ITAIM BIBI, SÃO PAULO - SP - CEP: 04538-133 Senhor(a): ANTONIO RODRIGUES SILVA A presente carta, referente ao processo acima identificado, tem por finalidade A INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, na qualidade de polo ativo, para COMPARECER À AUDIÊNCIA DESIGNADA, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste documento. DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: Sala de Audiência de Conciliação Data: 21/01/2020 Hora: 14:40 ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e recusando-se a depor, a parte intimada para o fim de prestar depoimento pessoal, fica sujeita à pena de confissão, presumindo-se verdadeiros os fatos contra ela alegados (art. 385, § 1º do CPC). 2. As eventuais justificativas de impossibilidade de comparecimento deverão ser apresentadas até a abertura da audiência, respondendo a parte que der causa ao adiamento pelas respectivas despesas (art. 362 e §§ do CPC). 3. As partes deverão se fazer acompanhar de seus advogados/Defensores Públicos, oportunidade em que será buscada a composição entre as partes. A ausência injustificada de qualquer das partes acarretará a aplicação de multa, nos termos do §8º, ambos do art. 334, do CPC. 4. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. PEIXOTO DE AZEVEDO, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001341-31.2019.8.11.0023
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO MARQUES DE ASSUNCAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMILIANA BORGES FRANCA OAB - MT0017694A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PEIXOTO DE AZEVEDO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL, 38, CENTRO, PEIXOTO DE AZEVEDO - MT - CEP: 78530-000 CARTA DE INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO EVANDRO JUAREZ RODRIGUES PROCESSO n. 1001341-31.2019.8.11.0023 Valor da causa: R$ 20.000,00 ESPÉCIE: [DIREITO DO CONSUMIDOR, BANCÁRIOS, INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: JOAO MARQUES DE ASSUNCAO Endereço: Rua Nereu Ramo, 75, alvorada, PEIXOTO DE AZEVEDO - MT - CEP: 78530-000 POLO PASSIVO: Nome: BANCO BRADESCO Endereço: BANCO BRADESCO S.A., NÚCLEO CIDADE DE DEUS, S/N, VILA YARA, OSASCO - SP - CEP: 06029-900 Senhor(a): JOAO MARQUES DE ASSUNCAO A presente carta, referente ao processo acima identificado, tem por finalidade A INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, na qualidade de polo ativo, para COMPARECER À AUDIÊNCIA DESIGNADA, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste documento. DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: Sala de Audiência de Conciliação Data: 21/01/2020 Hora: 15:00 ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e recusando-se a depor, a parte intimada para o fim de prestar depoimento pessoal, fica sujeita à pena de confissão, presumindo-se verdadeiros os fatos contra ela alegados (art. 385, § 1º do CPC). 2. As eventuais justificativas de impossibilidade de comparecimento deverão ser apresentadas até a abertura da audiência, respondendo a parte que der causa ao adiamento pelas respectivas despesas (art. 362 e §§ do CPC). 3. As partes deverão se fazer acompanhar de seus advogados/Defensores Públicos, oportunidade em que será buscada a composição entre as partes. A ausência injustificada de qualquer das partes acarretará a aplicação de multa, nos termos do §8º, ambos do art. 334, do CPC. 4. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. PEIXOTO DE AZEVEDO, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001342-16.2019.8.11.0023
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO MARQUES DE ASSUNCAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMILIANA BORGES FRANCA OAB - MT0017694A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PEIXOTO DE AZEVEDO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL, 38, CENTRO, PEIXOTO DE AZEVEDO - MT - CEP: 78530-000 CARTA DE INTIMAÇÃO - AUDIÊNCIA EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO EVANDRO JUAREZ RODRIGUES PROCESSO n. 1001342-16.2019.8.11.0023 Valor da causa: R$ 20.000,00 ESPÉCIE: [DIREITO DO CONSUMIDOR, BANCÁRIOS, INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: JOAO MARQUES DE ASSUNCAO Endereço: Rua Nereu Ramo, 75, alvorada, PEIXOTO DE AZEVEDO - MT - CEP: 78530-000 POLO PASSIVO: Nome: BANCO BRADESCO Endereço: BANCO BRADESCO S.A., NÚCLEO CIDADE DE DEUS, S/N, VILA YARA, OSASCO - SP - CEP: 06029-900 Senhor(a): JOAO MARQUES DE ASSUNCAO A presente carta, referente ao processo acima identificado, tem por finalidade A INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, na qualidade de polo ativo, para COMPARECER À AUDIÊNCIA DESIGNADA, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste documento. DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: Sala de Audiência de Conciliação Data: 21/01/2020 Hora: 15:20 ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. Não comparecendo à audiência designada, ou comparecendo e recusando-se a depor, a parte intimada para o fim de prestar depoimento pessoal, fica sujeita à pena de confissão, presumindo-se verdadeiros os fatos contra ela alegados (art. 385, § 1º do CPC). 2. As eventuais justificativas de impossibilidade de comparecimento deverão ser apresentadas até a abertura da audiência, respondendo a parte que der causa ao adiamento pelas respectivas despesas (art. 362 e §§ do CPC). 3. As partes deverão se fazer acompanhar de seus advogados/Defensores Públicos, oportunidade em que será buscada a composição entre as partes. A ausência injustificada de qualquer das partes acarretará a aplicação de multa, nos termos do §8º, ambos do art. 334, do CPC. 4. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. PEIXOTO DE AZEVEDO, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000074-58.2018.8.11.0023
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANE DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JONES EVERSON CARDOSO OAB - SP146007 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PEIXOTO DE AZEVEDO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL, 38, CENTRO, PEIXOTO DE AZEVEDO - MT - CEP: 78530-000 CARTA DE INTIMAÇÃO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO EVANDRO JUAREZ RODRIGUES PROCESSO n. 1000074-58.2018.8.11.0023 Valor da causa: R$ 440,79 ESPÉCIE: [DIREITO DO CONSUMIDOR, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: LUCIANE DE OLIVEIRA Endereço: Rua Zé doca, 545, centro, PEIXOTO DE AZEVEDO - MT - CEP: 78530-000 POLO PASSIVO: Nome: BANCO BRADESCO Endereço: R. Thiago Magalhães Nunes, 791, Industrial, PEIXOTO DE AZEVEDO - MT - CEP: 78530-000 FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do artigo 485 da Lei 13.105/2015, conforme despacho, e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. OBS. INDICAR CONTA CORRENTE PARA LEVANTAMENTO DO VALOR DEPOSITADO EM CUMPRIMENTO DA SENTENÇA COMPLEMENTO : 1. Nos termos do art 485, do CPC, o juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; ADVERTÊNCIAS AO OFICIAL DE JUSTIÇA:1. Nos termos do art. 212, §2º, do CPC, as citações e intimações, independentemente de autorização judicial, poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou dias úteis fora do horário de 6h às 20h, observado o disposto no artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal. 2. Nos termos do art. 252, do CPC, quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. 3. Nos termos do art. 372 da CNGC inexistindo prazo expressamente determinado, os mandados deverão estar cumpridos no prazo máximo de (10) dez dias. PEIXOTO DE AZEVEDO, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000384-64.2018.8.11.0023
Parte(s) Polo Ativo:
ABIMAEL NOVAIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELAINE FREIRE ALVES OAB - MT12952-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PEIXOTO DE AZEVEDO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL, 38, CENTRO, PEIXOTO DE AZEVEDO - MT - CEP: 78530-000 CARTA DE INTIMAÇÃO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO EVANDRO JUAREZ RODRIGUES PROCESSO n. 1000384-64.2018.8.11.0023 Valor da causa: R$ 8.000,00 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: ABIMAEL NOVAIS Endereço: Rua Anapolis, 502, Jerusalem, PEIXOTO DE AZEVEDO - MT - CEP: 78530-000 POLO PASSIVO: Nome: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Endereço: TELEFÔNICA BRASIL S/A, 1376, AVENIDA ENGENHEIRO LUIZ CARLOS BERRINI 1376, CIDADE MONÇÕES, SÃO PAULO - SP - CEP: 04571-936 Senhor(a): REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. A presente carta, referente ao processo acima identificado, tem por finalidade A INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o débito, com os acréscimos legais e custas processuais, se houver, sob pena de penhora, ADVERTINDO-O que, transcorrido o prazo acima mencionado sem o pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa e honorários advocatícios, ambos em 10% (dez por cento) sobre o valor corrigido, conforme despacho, petição e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste documento (art. 523 de seguintes do CPC). SENTENÇA: VALOR DO DÉBITO: Valor R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), a título de indenização por danos morais, acrescidos de correção monetária e juros legais a contar da data da sentença. ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. O prazo é contado da juntada aos autos do aviso de recebimento (AR). 2. Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação (Art. 523 §3º, CPC). PEIXOTO DE AZEVEDO, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Citação

Citação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001151-68.2019.8.11.0023
Parte(s) Polo Ativo:
JONAS SOUSA RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULA ARAUJO COSTA OAB - MT23601/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PEIXOTO DE AZEVEDO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL, 38, CENTRO, PEIXOTO DE AZEVEDO - MT - CEP: 78530-000 CARTA DE CITAÇÃO E

INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO EVANDRO JUAREZ RODRIGUES PROCESSO n. 1001151-68.2019.8.11.0023 Valor da causa: R$ 12.105,77 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES] ->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: JONAS SOUSA RODRIGUES Endereço: Rua Ipê, 19, Mãe de Deus, PEIXOTO DE AZEVEDO - MT - CEP: 78530-000 POLO PASSIVO: Nome: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Endereço: AVENIDA ENGENHEIRO LUIZ CARLOS BERRINI, 1376, - LADO PAR, CIDADE MONÇÕES, SÃO PAULO - SP - CEP: 04571-000 Senhor(a): REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. A presente carta, extraída dos autos da RECLAMAÇÃO supra-identificada, tem por finalidade a citação de Vossa Senhoria, por todo o conteúdo da petição inicial, que se encontra disponibilizado no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas, bem como a sua intimação para comparecer à audiência de conciliação designada. DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: Sala de Audiência de Conciliação Data: 19/12/2019 Hora: 14:40 , a ser realizada na sede do juízo, no endereço acima indicado. ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte reclamante na petição inicial ou termo de reclamação, podendo ser proferida sentença de plano (artigos 20 e 23 da Lei nº 9.099/95). 2. Comparecendo a parte promovida, e não obtida a conciliação, deverá oferecer contestação, escrita ou oral, no prazo de 05 (cinco) dias após a audiência de conciliação, sendo obrigatória, nas causas de valor superior a 20 salários mínimos, a presença de advogado. A ação poderá ser julgada antecipadamente, se for o caso, ou se proceder à audiência de instrução e julgamento. 3. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais PEIXOTO DE AZEVEDO, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Citação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001336-09.2019.8.11.0023
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO RODRIGUES SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMILIANA BORGES FRANCA OAB - MT0017694A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PEIXOTO DE AZEVEDO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL, 38, CENTRO, PEIXOTO DE AZEVEDO - MT - CEP: 78530-000 CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO EVANDRO JUAREZ RODRIGUES PROCESSO n. 1001336-09.2019.8.11.0023 Valor da causa: R$ 20.000,00 ESPÉCIE: [DIREITO DO CONSUMIDOR, BANCÁRIOS, INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: ANTONIO RODRIGUES SILVA Endereço: Chácara Paloma, Vila Esperança, MT 332, antiga BR 080, PEIXOTO DE AZEVEDO - MT - CEP: 78530-000 POLO PASSIVO: Nome: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. Endereço: AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 3477, - DE 3253 AO FIM - LADO ÍMPAR, ITAIM BIBI, SÃO PAULO - SP - CEP: 04538-133 Senhor(a): REQUERIDO: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. A presente carta, extraída dos autos da RECLAMAÇÃO supra-identificada, tem por finalidade a citação de Vossa Senhoria, por todo o conteúdo da petição inicial, que se encontra disponibilizado no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas, bem como a sua intimação para comparecer à audiência de conciliação designada. DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: Sala de Audiência de Conciliação Data: 21/01/2020 Hora: 14:20 , a ser realizada na sede do juízo, no endereço acima indicado. ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte reclamante na petição inicial ou termo de reclamação, podendo ser proferida sentença de plano (artigos 20 e 23 da Lei nº 9.099/95). 2. Comparecendo a parte promovida, e não obtida a conciliação, deverá oferecer contestação, escrita ou oral, no prazo de 05 (cinco) dias após a audiência de conciliação, sendo obrigatória, nas causas de valor superior a 20 salários mínimos, a presença de advogado. A ação poderá ser julgada antecipadamente, se for o caso, ou se proceder à audiência de instrução e julgamento. 3. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais PEIXOTO DE AZEVEDO, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Citação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001337-91.2019.8.11.0023
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO RODRIGUES SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMILIANA BORGES FRANCA OAB - MT0017694A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PEIXOTO DE AZEVEDO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL, 38, CENTRO, PEIXOTO DE AZEVEDO - MT - CEP: 78530-000 CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO EVANDRO JUAREZ RODRIGUES PROCESSO n. 1001337-91.2019.8.11.0023 Valor da causa: R$ 20.000,00 ESPÉCIE: [DIREITO DO CONSUMIDOR, BANCÁRIOS, INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: ANTONIO

RODRIGUES SILVA Endereço: Chácara Paloma, Vila Esperança, MT 332, antiga BR 080, PEIXOTO DE AZEVEDO - MT - CEP: 78530-000 POLO PASSIVO: Nome: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. Endereço: AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA, 3477, - DE 3253 AO FIM - LADO ÍMPAR, ITAIM BIBI, SÃO PAULO - SP - CEP: 04538-133 Senhor(a): REQUERIDO: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. A presente carta, extraída dos autos da RECLAMAÇÃO supra-identificada, tem por finalidade a citação de Vossa Senhoria, por todo o conteúdo da petição inicial, que se encontra disponibilizado no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas, bem como a sua intimação para comparecer à audiência de conciliação designada. DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: Sala de Audiência de Conciliação Data: 21/01/2020 Hora: 14:40 , a ser realizada na sede do juízo, no endereço acima indicado. ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte reclamante na petição inicial ou termo de reclamação, podendo ser proferida sentença de plano (artigos 20 e 23 da Lei nº 9.099/95). 2. Comparecendo a parte promovida, e não obtida a conciliação, deverá oferecer contestação, escrita ou oral, no prazo de 05 (cinco) dias após a audiência de conciliação, sendo obrigatória, nas causas de valor superior a 20 salários mínimos, a presença de advogado. A ação poderá ser julgada antecipadamente, se for o caso, ou se proceder à audiência de instrução e julgamento. 3. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais PEIXOTO DE AZEVEDO, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Citação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001342-16.2019.8.11.0023
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO MARQUES DE ASSUNCAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMILIANA BORGES FRANCA OAB - MT0017694A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PEIXOTO DE AZEVEDO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL, 38, CENTRO, PEIXOTO DE AZEVEDO - MT - CEP: 78530-000 CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO EVANDRO JUAREZ RODRIGUES PROCESSO n. 1001342-16.2019.8.11.0023 Valor da causa: R$ 20.000,00 ESPÉCIE: [DIREITO DO CONSUMIDOR, BANCÁRIOS, INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: JOAO MARQUES DE ASSUNCAO Endereço: Rua Nereu Ramo, 75, alvorada, PEIXOTO DE AZEVEDO - MT - CEP: 78530-000 POLO PASSIVO: Nome: BANCO BRADESCO Endereço: BANCO BRADESCO S.A., NÚCLEO CIDADE DE DEUS, S/N, VILA YARA, OSASCO - SP - CEP: 06029-900 Senhor(a): REQUERIDO: BANCO BRADESCO A presente carta, extraída dos autos da RECLAMAÇÃO supra-identificada, tem por finalidade a citação de Vossa Senhoria, por todo o conteúdo da petição inicial, que se encontra disponibilizado no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas, bem como a sua intimação para comparecer à audiência de conciliação designada. DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: Sala de Audiência de Conciliação Data: 21/01/2020 Hora: 15:20 , a ser realizada na sede do juízo, no endereço acima indicado. ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte reclamante na petição inicial ou termo de reclamação, podendo ser proferida sentença de plano (artigos 20 e 23 da Lei nº 9.099/95). 2. Comparecendo a parte promovida, e não obtida a conciliação, deverá oferecer contestação, escrita ou oral, no prazo de 05 (cinco) dias após a audiência de conciliação, sendo obrigatória, nas causas de valor superior a 20 salários mínimos, a presença de advogado. A ação poderá ser julgada antecipadamente, se for o caso, ou se proceder à audiência de instrução e julgamento. 3. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais PEIXOTO DE AZEVEDO, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Citação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001151-68.2019.8.11.0023
Parte(s) Polo Ativo:
JONAS SOUSA RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULA ARAUJO COSTA OAB - MT23601/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE PEIXOTO DE AZEVEDO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO RUA PEDRO ÁLVARES CABRAL, 38, CENTRO, PEIXOTO DE AZEVEDO - MT - CEP: 78530-000 CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO EVANDRO JUAREZ RODRIGUES PROCESSO n. 1001151-68.2019.8.11.0023 Valor da causa: R$ 12.105,77 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES] ->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: JONAS SOUSA RODRIGUES Endereço: Rua Ipê, 19, Mãe de Deus, PEIXOTO DE AZEVEDO - MT - CEP: 78530-000 POLO PASSIVO: Nome: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Endereço: AVENIDA ENGENHEIRO LUIZ CARLOS BERRINI, 1376, - LADO PAR, CIDADE MONÇÕES, SÃO PAULO - SP - CEP: 04571-000 Senhor(a): REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. A presente carta, extraída dos autos da RECLAMAÇÃO supra-identificada, tem por finalidade a citação de Vossa Senhoria, por todo o conteúdo da

petição inicial, que se encontra disponibilizado no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas, bem como a sua intimação para comparecer à audiência de conciliação designada. DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: Sala de Audiência de Conciliação Data: 12/12/2019 Hora: 13:00 , a ser realizada na sede do juízo, no endereço acima indicado. ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte reclamante na petição inicial ou termo de reclamação, podendo ser proferida sentença de plano (artigos 20 e 23 da Lei nº 9.099/95). 2. Comparecendo a parte promovida, e não obtida a conciliação, deverá oferecer contestação, escrita ou oral, no prazo de 05 (cinco) dias após a audiência de conciliação, sendo obrigatória, nas causas de valor superior a 20 salários mínimos, a presença de advogado. A ação poderá ser julgada antecipadamente, se for o caso, ou se proceder à audiência de instrução e julgamento. 3. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais PEIXOTO DE AZEVEDO, 12 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Comarca de Pontes e Lacerda

1ª Vara

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001176-48.2018.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DA PENHA MARCIANO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAMAO WILSON JUNIOR OAB - MT11702-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DE PONTES E LACERDA SENTENÇA Processo: 1001176-48.2018.8.11.0013. AUTOR(A): MARIA DA PENHA MARCIANO RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos. I – Recebo os Embargos de Declaração para analisar os pontos considerados omissos, contraditórios e/ou obscuros pela parte embargante. Os Embargos de Declaração nada mais são do que um recurso destinado a pedir ao Juiz ou Juízes prolatores de decisões, de sentenças ou de acórdãos que esclareçam obscuridade, dúvida, elimine contradição ou supram omissão existente no julgado. O pressuposto de admissibilidade dessa espécie de recurso é a existência de obscuridade ou contradição na sentença ou no acórdão, ou omissão de algum ponto sobre que devia pronunciar-se o juiz ou tribunal. Nessa seara, verifico que os Embargos de Declaração não merecem ser acolhidos. Isso porque, apesar do alegado, a decisão está clara quanto ao conteúdo e ainda quanto aos efeitos que dela surgirá. II – Posto isto não ACOLHO os Embargos Declaratórios. III – Intime-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001526-36.2018.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
EVA BATISTA DO NASCIMENTO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAMAO WILSON JUNIOR OAB - MT11702-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DE PONTES E LACERDA SENTENÇA Processo: 1001526-36.2018.8.11.0013. AUTOR(A): EVA BATISTA DO NASCIMENTO RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos. I – Recebo os Embargos de Declaração para analisar os pontos considerados omissos, contraditórios e/ou obscuros pela parte embargante. Os Embargos de Declaração nada mais são do que um recurso destinado a pedir ao Juiz ou Juízes prolatores de decisões, de sentenças ou de acórdãos que esclareçam obscuridade, dúvida, elimine contradição ou supram omissão existente no julgado. O pressuposto de admissibilidade dessa espécie de recurso é a existência de obscuridade ou contradição na sentença ou no acórdão, ou omissão de algum ponto sobre que devia pronunciar-se o juiz ou tribunal. Nessa seara, verifico que os Embargos de Declaração não merecem ser acolhidos. Isso porque, apesar do alegado, a decisão está clara quanto ao conteúdo e ainda quanto aos efeitos que dela surgirá. II – Posto isto não ACOLHO os Embargos Declaratórios. III – Intime-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 1000726-08.2018.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
CARMEN RIBEIRO DE ANDRADE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABRICIO DE ALMEIDA TEIXEIRA OAB - TO3364 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1000726-08.2018.8.11.0013. EXEQUENTE: CARMEN RIBEIRO DE ANDRADE EXECUTADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL 1. Diante da inercia do INSS, homologo os cálculos do autor; 2. Expeça-se RPV; 3. Cumpra-se. , 2 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 1000682-86.2018.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DA PENHA MEDEIROS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABRICIO DE ALMEIDA TEIXEIRA OAB - TO3364 (ADVOGADO(A))
PAULO ROGERIO DE SOUZA E SILVA OAB - MT0020236A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1000682-86.2018.8.11.0013. EXEQUENTE: MARIA DA PENHA MEDEIROS EXECUTADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Diga o autor sobre a alegação de litispendência. Cumpra-se. , 2 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1002347-40.2018.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
VIDELGI NUNES MOREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JANETE GARCIA DE OLIVEIRA VALDEZ OAB - MT0003908A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SANDOVAL NUNES MOREIRA (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
FAZENDA NACIONAL - MINISTERIO DA FAZENDA (TERCEIRO

INTERESSADO)
MUNICIPIO DE PONTES E LACERDA (TERCEIRO INTERESSADO)
GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DE PONTES E LACERDA DESPACHO Processo: 1002347-40.2018.8.11.0013. REQUERENTE: VIDELGI NUNES MOREIRA REQUERIDO: SANDOVAL NUNES MOREIRA Diante da peça de ID 25359450. Intime-se a inventariante. Cumpra-se. , 2 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1003660-36.2018.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO BATISTA DE AZAMBUJA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HAILTON MAGIO OAB - MT15839/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DE PONTES E LACERDA SENTENÇA Processo: 1003660-36.2018.8.11.0013. AUTOR(A): JOAO BATISTA DE AZAMBUJA RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Vistos. Trata-se de ação previdenciária movida por JOÃO BATISTA AZAMBUJA em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS na qual, alegando ser segurada da Previdência Social, por ter preenchido os requisitos legais, pleiteia a concessão de aposentadoria por idade urbana, em razão do indeferimento administrativo pela ré em 02/05/2018. Com a inicial juntou os documentos. Citado, o INSS apresentou contestação aduzindo que a autora não preencheu os requisitos necessários para o recebimento do benefício pleiteado, em especial a carência exigida, uma vez que possui contribuições aquém do necessário. Houve réplica. Intimadas para se manifestarem se pretendiam produzir outras provas, a autora requereu o julgamento antecipado da lide, e o INSS não se manifestou. Os autos vieram conclusos para sentença. É o Relatório. Fundamento e Decido. O feito comporta julgamento antecipado do mérito, nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, uma vez que as provas presentes nos autos são suficientes para a solução da lide e, devidamente intimadas, as partes não requereram a produção de outras provas. No mérito, pretende a autora seja reconhecido o seu direito à aposentadoria por idade urbana em razão de já ter preenchido os requisitos legais. Pois bem, o pedido é procedente. Conforme se observa nos autos o autor possui mais de 35 anos de contribuição, já que deve ser considerado para fins de contagem de tempo de contribuição as contribuições feitas ao MTPrev quando o autor exercia a função de Auxiliar Administrativo na Secretaria de Estado de Educação – Estado do Mato Grosso, pelo prazo de 10 meses. Que somados aos outros 34 anos e 2 meses, e 2 dias, são suficientes para aposentadoria por tempo de contribuição “urbana”. Além disso, cabe consignar que o Superior Tribunal de Justiça possui o entendimento que "inexiste extemporaneidade na integração da parcela da contribuição vertida de forma reduzida”. Com a regularização da contribuição previdenciária deve ser concedido o benefício previdenciário ao segurado desde a DER" (REsp 1490523/RS). Desta feita, considerando que quando do pedido administrativo a possuía idade e tempo de contribuição, atingido o número mínimo de contribuições para fins de carência (168), nos termos do artigo 142 da lei 8.213/91, é o caso de se reconhecer o direito da autora à aposentadoria por idade urbana, cujo termo inicial do benefício deve ser a DER. Ante todo o exposto, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE ao pedido para reconhecer o período em que a autora contribuiu ao MTPrev para fins de carência, e, consequentemente, condenar o INSS a conceder à autora a "aposentadoria por idade urbana", desde a DER (02/05/2018). A probabilidade do direito resulta dos fundamentos apresentados nesta sentença. No mais, ostentando natureza alimentar, não há como negar a presença do requisito do perigo da demora, do dano irreparável ou de difícil reparação. Assim, em atenção ao princípio da efetividade da jurisdição, e respeito à dignidade da pessoa humana, oficie-se com urgência o INSS para a imediata implementação do benefício. O valor das parcelas vencidas deve sofrer correção monetária desde a data em que deveriam ter sido pagas, com acréscimo de juros moratórios, que deverão ser calculadas segundo o Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal para matéria previdenciária, observados os critérios estabelecidos pelo STF no julgamento do RE nº 870.947/SE (Tema 810). Pela sucumbência, condeno o INSS ao pagamento de honorários advocatícios da parte adversa, e, sendo possível verificar que a condenação (ainda que ilíquida) não ultrapassa os duzentos salários mínimos, fixo os honorários advocatícios em 10% do valor da condenação (art. 85,§3º, I, CPC), abrangidas para este fim as prestações vencidas até a data desta sentença, nos termos da Súmula 111, do STJ. Autarquia ré isenta de custas (art. 6° da Lei Estadual nº 11.608/03). Em razão do disposto no artigo 496, § 3º, I, do Código de Processo Civil, esta sentença não está sujeita a reexame necessário P.R.I.C. , 5 de dezembro de 2019. Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002928-21.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
EDSON FLORES MACIEL (AUTOR(A))
ANDRE MASSAVI (AUTOR(A))
JOAO ELIDIO MASSAVI (AUTOR(A))
MARIA MASSAVI VIANA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CARIME BRETAS GUIMARAES OAB - MT25564/O (ADVOGADO(A))
RAMAO WILSON JUNIOR OAB - MT11702-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PAULA DE JESUS MACIEL (RÉU)
GILMAR DE OLIVEIRA (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO PROCESSO Nº 1002928-21.2019.8.11.0013 Cumpra-se v. acórdão. Intime-se a parte para dar prosseguimento 18 de novembro de 2019. LEONARDO DE ARAUJO COSTA TUMIATI Magistrado

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1003179-39.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
NADIR NASCIMENTO PEREIRA (AUTOR(A))
P. H. G. F. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EDISON OLIVEIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT18255-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)

INTIMAÇÃO Intimo a parte autora, para impugnar a contestação apresentada nos autos, dentro do prazo legal. Pontes e Lacerda/MT, 12 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1003514-58.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABRICIO DE ALMEIDA TEIXEIRA OAB - TO3364 (ADVOGADO(A))
PAULO ROGERIO DE SOUZA E SILVA OAB - MT0020236A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)

INTIMAÇÃO Intimo a parte autora, para impugnar a contestação apresentada nos autos, dentro do prazo legal. Pontes e Lacerda/MT, 12 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1003241-79.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
RENILDO PINTO ROSA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO ROGERIO DE SOUZA E SILVA OAB - MT0020236A (ADVOGADO(A))
FABRICIO DE ALMEIDA TEIXEIRA OAB - TO3364 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)

INTIMAÇÃO Intimo a parte autora, para impugnar a contestação apresentada nos autos, dentro do prazo legal. Pontes e Lacerda/MT, 12 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1003605-51.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
ROZEANE POQUIVIQUI PIRES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAMAO WILSON JUNIOR OAB - MT11702-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (RÉU)

INTIMAÇÃO Intimo a parte autora, para impugnar a contestação apresentada nos autos, dentro do prazo legal. Pontes e Lacerda/MT, 12 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1003507-66.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANE ANTUNES DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IVAIR BUENO LANZARIN OAB - MT0008029A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

INTIMAÇÃO Intimo a parte autora, para impugnar a contestação apresentada nos autos, dentro do prazo legal. Pontes e Lacerda/MT, 12 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1003479-98.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DA CONSOLACAO QUEIROZ (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IVAIR BUENO LANZARIN OAB - MT0008029A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

INTIMAÇÃO Intimo a parte autora, para impugnar a contestação apresentada nos autos, dentro do prazo legal. Pontes e Lacerda/MT, 12 de dezembro de 2019.

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Leonardo de Araujo Costa Tumiati
Cod. Proc.: 129232 Nr: 7796-64.2016.811.0013
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FRANCISCO MARQUES DE SOUZA
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABRICIO DE ALMEIDA TEIXEIRA - OAB:15073/A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ao requernte acerca de ref.93

Intimação das Partes
JUIZ(A): Leonardo de Araujo Costa Tumiati
Cod. Proc.: 108568 Nr: 5603-13.2015.811.0013
AÇÃO: Execução Contra a Fazenda Pública->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Leonice Facipieri
PARTE(S) REQUERIDA(S): Zilda Facipieri da Silva, Municipio de Pontes e Lacerda - MT, REAL BRASIL CONSULTORIA E PERÍCIAS, Luciani Freire Sanches da Silva, Éder Luís Burgo Guevara
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AMARAL AUGUSTO DA SILVA JUNIOR - OAB:11588
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: AMARAL AUGUSTO DA SILVA JUNIOR - OAB:11588
Vistos, etc.
Nos termos da Lei 12.153/09:
Art. 2º É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.
§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública:
I – as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos;
II – as causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas;
III – as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares.
§ 2º Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de 12 (doze) parcelas vincendas e de eventuais parcelas vencidas não poderá exceder o valor referido no caput deste artigo.
§ 3º (VETADO)
§ 4º No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.
Art. 22. Os Juizados Especiais da Fazenda Pública serão instalados no prazo de até 2 (dois) anos da vigência desta Lei, podendo haver o aproveitamento total ou parcial das estruturas das atuais Varas da Fazenda Pública.
Art. 23. Os Tribunais de Justiça poderão limitar, por até 5 (cinco) anos, a partir da entrada em vigor desta Lei, a competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, atendendo à necessidade da organização dos serviços judiciários e administrativos.
Art. 24. Não serão remetidas aos Juizados Especiais da Fazenda Pública as demandas ajuizadas até a data de sua instalação, assim como as ajuizadas fora do Juizado Especial por força do disposto no art. 23.
Não bastasse a disposição legal expressa, o Eg. TJMT julgou recentemente o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nº 85560/2016, em que se determinou "a remessa das ações que não ultrapassem 60 (sessenta) salários mínimos, independentemente da complexidade da matéria e da necessidade de produção de prova pericial, aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, nas Comarcas onde estiverem instalados, ou aos Juizados Especiais Cíveis, nos termos da Resolução nº 004/2014/TP, observadas as restrições previstas na Lei nº 11.153/2009".
Na espécie, verifico que o valor da causa atribuído a esta ação não ultrapassa 60 (sessenta) salários mínimos e que esta foi distribuída após a edição da Lei 12.153/09 e do decurso de prazo para instalação e limitação da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.
Desse modo, por se tratar de competência absoluta, reconheço-a de ofício e determino a redistribuição dos autos para o Juizado Especial da Fazenda Pública desta Comarca, digitalizando-se integralmente o feito e inserindo-o no PJe, com as anotações de estilo.
Intimem-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Leonardo de Araujo Costa Tumiati
Cod. Proc.: 108220 Nr: 5474-08.2015.811.0013
AÇÃO: Execução Contra a Fazenda Pública->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARIA CRISTINA VIDOVIX SEGURA
PARTE(S) REQUERIDA(S): Estado de Mato Grosso, Luciani Freire Sanches da Silva, Éder Luís Burgo Guevara
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: SILVIO LUIZ GOMES DA SILVA - OAB:17690/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Nos termos da Lei 12.153/09:
Art. 2º É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.
§ 1º Não se incluem na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública:
I – as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos;
II – as causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas;
III – as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares.

§ 2º Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de 12 (doze) parcelas vincendas e de eventuais parcelas vencidas não poderá exceder o valor referido no caput deste artigo.
§ 3º (VETADO)
§ 4º No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.
Art. 22. Os Juizados Especiais da Fazenda Pública serão instalados no prazo de até 2 (dois) anos da vigência desta Lei, podendo haver o aproveitamento total ou parcial das estruturas das atuais Varas da Fazenda Pública.
Art. 23. Os Tribunais de Justiça poderão limitar, por até 5 (cinco) anos, a partir da entrada em vigor desta Lei, a competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, atendendo à necessidade da organização dos serviços judiciários e administrativos.
Art. 24. Não serão remetidas aos Juizados Especiais da Fazenda Pública as demandas ajuizadas até a data de sua instalação, assim como as ajuizadas fora do Juizado Especial por força do disposto no art. 23.
Não bastasse a disposição legal expressa, o Eg. TJMT julgou recentemente o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nº 85560/2016, em que se determinou "a remessa das ações que não ultrapassem 60 (sessenta) salários mínimos, independentemente da complexidade da matéria e da necessidade de produção de prova pericial, aos Juizados Especiais da Fazenda Pública, nas Comarcas onde estiverem instalados, ou aos Juizados Especiais Cíveis, nos termos da Resolução nº 004/2014/TP, observadas as restrições previstas na Lei nº 11.153/2009".
Na espécie, verifico que o valor da causa atribuído a esta ação não ultrapassa 60 (sessenta) salários mínimos e que esta foi distribuída após a edição da Lei 12.153/09 e do decurso de prazo para instalação e limitação da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.
Desse modo, por se tratar de competência absoluta, reconheço-a de ofício e determino a redistribuição dos autos para o Juizado Especial da Fazenda Pública desta Comarca, digitalizando-se integralmente o feito e inserindo-o no PJe, com as anotações de estilo.
Intimem-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Leonardo de Araujo Costa Tumiati
Cod. Proc.: 156066 Nr: 10833-65.2017.811.0013
AÇÃO: Ação Civil Pública->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Luiz Antônio Casarin
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Paulo Alexandre Alba Colucci - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ELISABETE FATIMA RAMOS - OAB:6938, José Antônio de Melo - OAB:MT8604
01 - Retiro de pauta;
02 - Expeçase- Carta Precatória de Ref.68;
03 - Nomeio o Sr. Manoel Joaquim da Silva Filho, Engenheiro Agrônomo, CONFEA/CREA numero 120456582-1, Avenida Rubens de Mendonça, 2.254, Ed. American Business Center, Salas 804/806-Bosque da Saúde-Cuiabá/MT, CEP 78.050-000, para realização de inspeção judicial. Intimem-se para que assuma o compromisso e apresente honorários:
03 - Às partes para apresentação de quesitos, caso entendam necessário;.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 166101 Nr: 3191-07.2018.811.0013
AÇÃO: Ação de Alimentos->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: IFdF
PARTE(S) REQUERIDA(S): DMPA, CAF
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Luiz Emidio Dantas Junior (NPJ) - OAB:7400
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Desentranhar
CERTIDÃO
Certifico e dou fé que, nesta data, desentranhei a Ref: 74, em cumprimento ao despacho de Ref: 80, pois a petição fora juntada aos autos equivocadamente.
Pontes e Lacerda - MT, 11 de dezembro de 2019.
Gestora

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 150583 Nr: 8266-61.2017.811.0013
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SRF
PARTE(S) REQUERIDA(S): INdSS-I
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Ramão Wilson Júnior - OAB:11702/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA PARA MANIFESTAR-SE NOS AUTOS.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 3091 Nr: 727-11.1998.811.0013
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Fazenda Pública Nacional
PARTE(S) REQUERIDA(S): Rui Leal Rodrigues - Ipacarai Indústria e Com. de Madeiras
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARIA JOSÉ DO NASCIMENTO - OAB:3813/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Seila Maria Álvares da Silva - OAB:4161-MT
Nos termos do art. 5º, §3º, do Provimento nº 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerida, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais, no importe de R$ 670,69, a que foi condenado nos termos da r. sentença de folhas 48. Este valor deverá ser pago de forma separada, sendo R$ 519,54 para recolhimento da guia de custas e R$ 151,15 para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que poderá acessar o site www.tjmt.jus.br, link "EMISSÃO DE GUIAS ONLINE", selecionar a opção "Emitir Guia", digitar "custas e taxas finais" e selecionar a opção que aparece, inserir o número único do processo e clicar em buscar, clicar em "Próximo", preencher os campos com o CPF do pagante. Em seguida, clicar nos itens aplicáveis (Custas Judiciais/Taxa Judiciária), preencher os valores e clicar em "Gerar guia". Será gerado um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolar a guia e o comprovante de pagamento no protocolo geral da Comarca de Pontes e Lacerda, aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Leonardo de Araujo Costa Tumiati
Cod. Proc.: 93039 Nr: 4227-26.2014.811.0013
AÇÃO: Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Elida Faria Jacinto
PARTE(S) REQUERIDA(S): José Inácio Ribeiro, José Dárcio de Andrade Rudner
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Edison Oliveira de Souza Junior - OAB:18255/B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Humberto Jose Peixoto Vellozo - OAB:OAB/RJ 109.231
Tendo em vista que o processo tramita desde 23 de outubro de 2015 na vã esperança de que um médico-perito apresente um parecer técnico acerca de eventual erro médico ou não e que, em análise minuciosa verifico que o processo se encontra bem instruído com os documentos acostados aos autos e as oitivas das testemunhas, inclusive com a testemunha arrolada da Comarca de Cáceres, dou por encerrada a fase probatória e dê-se vistas às partes para alegações finais no prazo de 15 dias.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 114430 Nr: 1725-46.2016.811.0013
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->Outros Procedimentos->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social-BNDES
PARTE(S) REQUERIDA(S): AFG do Brasil Ltda, Manoel Joaquim da Silva Filho
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Leonardo Forster - OAB:209708
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PERICLES LANDGRAF ARAUJO DE OLIVEIRA - OAB:6.005A/MT
INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERIDA PARA EFETUAR O PAGAMENTO DA SEGUNDA PARCELA REFERENTE AOS TRABALHOS DO PERITO.

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 157128 Nr: 11383-60.2017.811.0013
AÇÃO: Ação de Rito Sumário (art. 275 e ss do CPC)->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: WALDEMAR RODRIGUES DA CRUZ
PARTE(S) REQUERIDA(S): Hélio Alves de Oliveira
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Ricardo Morari Pereira - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 25 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): HÉLIO ALVES DE OLIVEIRA, Cpf: 00087177102, Rg: 19689772, natural de Acorizal-MT, solteiro(a), pedreiro . atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, para efetuar o pagamento das custas processuais pendentes, no valor de R$ 573,33 (Quinhentos e setenta e tres reais e trinta e tres centavos), no prazo de 05 (cinco) dias, contados da expiração do prazo do deste edital, sob pena de TER O VOSSO NOME E CPF/CNPJ RESTRITOS E INSCRITOS À DÍVIDA ATIVA OU PROTESTO EXTRAJUDICIAL, CONFORME DISPOSTO NO ARTIGO 612, § 5º DA CNGC-TJMT.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Andiele Souza Rodrigues, digitei.
Pontes e Lacerda, 11 de dezembro de 2019
Marcela Oliveira Moraes Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.205/CNGC

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 160868 Nr: 835-39.2018.811.0013
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: João Luiz de Oliveira Aguiar
PARTE(S) REQUERIDA(S): Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Ivair Bueno Lanzarin - OAB:8029/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Fernando Cesar Zandonadi - OAB:5736/MT
INTIMO a parte requerida, através de seu advogado, para providenciar o pagamento dos honorários periciais, no valor de 1000.00 (mil reas),depositando na Agência 4696-5, C/C 8118-3, do Banco do Brasil, em nome de Marcos Benedito Correa Gabriel, CPF: 405.819.931-87, comprovando a seguir a quitação do débito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Leonardo de Araujo Costa Tumiati
Cod. Proc.: 87826 Nr: 5548-33.2013.811.0013
AÇÃO: Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Taurus Distribuidora de Petróleo Ltda
PARTE(S) REQUERIDA(S): Dair Farias
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Marcos Rezende de Andrade Júnior - OAB:188.846
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ao exequente para indicar bens à penhora, sob pena de extinção, vez que compete ao credor/exequente indicar bens, no prazo de 05 dias.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Leonardo de Araujo Costa Tumiati
Cod. Proc.: 99184 Nr: 1721-43.2015.811.0013
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução Trabalhista->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco Bradesco Financiamento S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): NILSE TRENTO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARLI TEREZINHA MELLO DE OLIVEIRA - OAB:5134
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Ao exequente para indicar bens à penhora.

2ª Vara

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002713-45.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
ALTAIR GOMES DE JESUS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO LINO DA SILVA OAB - MT25926/O (ADVOGADO(A))
ADRIANO DOMINGUES FERNANDES OAB - MT0013384A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DA COMARCA DE PONTES E LACERDA CERTIDÃO NÚMERO DO PROCESSO:1002713-45.2019.8.11.0013 Tipo: Cível Espécie: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) PARTE AUTORA: AUTOR(A): ALTAIR GOMES DE JESUS PARTE RÉ: RÉU: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Certifico que a contestação apresentada nos autos (IDs 26437240 e seguintes) é tempestiva. Assim, intimo a parte autora para apresentação de impugnação, no prazo legal. Pontes e Lacerda, 12/12/2019. GEAN CARLOS BALDUINO JUNIOR Analista Judiciário(a) - Assinado eletronicamente. Sede do juízo e Informações: Av. Paraná, nº 2598, Bairro: São José, Cidade: Pontes e Lacerda-MT Cep:78250-000 - Fone: (65) 3266-8600.

Intimação Classe: CNJ-79 AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Processo Número: 1000744-92.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NORMA PALASON RUIZ (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
GONCALO ADAO DE ARRUDA SANTOS OAB - MT16472-O (ADVOGADO(A))

CRUZ & SANTOS ADVOGADOS EXCELENTÍSSIMO JUÍZO DA 2ª. VARA CÍVEL ESTADUAL DA COMARCA DE PONTES E LACERDA DO ESTADO DE MATO GROSSO. Proc.: 1000744-92.2019.8.11.0013 PROMOVENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL-MT. PROMOVIDA: NORMA PALASON RUIZ. NORMA PALASON RUIZ, devidamente qualificada nos autos em epígrafe, por seus advogados, que ao final assinam, com endereço profissional cingido no rodapé desta, vem a presença de V. Exa., ante a perda de formação do texto e demais funções não permitidas no editor do PJE, REQUER que aceite esta petição e seus anexos em formato .PDF("portable document format"), que seguem anexo para a devida distribuição e/ou juntada, conforme previsão dos §§ 2º. e 4º., do art. 26, da Resolução TJ-MT/TP n. 03, de 12 de abril de 2018. Termos em que pede e aguarda deferimento. Cuiabá-MT, 19 de Novembro de 2019. Edeval Dorico da Cruz e Silva OAB-MT 9.091 (assinado digitalmente via Lei 11.419/2006) Gonçalo Adão de Arruda Santos OAB-MT 16.472 (assinado digitalmente via Lei 11.419/2006)

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001783-61.2018.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
AMERICO RIBEIRO DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FÁBIO RIBAS TERRA OAB - MT0007205A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

CARLOS ALEXANDRE ORNELAS SANTOS (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DA COMARCA DE PONTES E LACERDA CERTIDÃO NÚMERO DO PROCESSO:1001783-61.2018.8.11.0013 Tipo: Cível Espécie: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) PARTE AUTORA: AUTOR(A): AMERICO RIBEIRO DOS SANTOS PARTE RÉ: RÉU: CARLOS ALEXANDRE ORNELAS SANTOS Certifico para os devidos fins que a carta precatória para cidade de Cáceres foi devidamente distribuída em 10/05/2019 com nº 1002650-41.2019.811.0013, conforme constam ID's 19939114 e 20014835. Pontes e Lacerda, 12/12/2019. FERNANDA MIKAELA SOUZA LEITE GRANGEIRO Analista Judiciário(a) - Assinado eletronicamente. Sede do juízo e Informações: Av. Paraná, nº 2598, Bairro: São José, Cidade: Pontes e Lacerda-MT Cep:78250-000 - Fone: (65) 3266-8600.

Intimação Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1002638-06.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
ELAINE LIMA DE OLIVEIRA EIRELI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARILIA DE CARVALHO SAMPAIO E SILVA LINDOLFO OAB - MT24817/O (ADVOGADO(A))
LUCINEI EDILENE PEREIRA DAN OAB - MT24677/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MIRELLY APARECIDA QUEIROZ CARVALHO (RÉU)
JOSE CARVALHO (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DA COMARCA DE PONTES E LACERDA CERTIDÃO NÚMERO DO PROCESSO:1002638-06.2019.8.11.0013 Tipo: Cível Espécie: MONITÓRIA (40) PARTE AUTORA: AUTOR(A): ELAINE LIMA DE OLIVEIRA EIRELI PARTE RÉ: RÉU: JOSE CARVALHO, MIRELLY APARECIDA QUEIROZ CARVALHO Tendo em vista o teor das certidões do oficial de justiça (IDs 26048298 e 26048292), intimo a parte autora para manifestação, no prazo legal. Pontes e Lacerda, 12/12/2019. GEAN CARLOS BALDUINO JUNIOR Analista Judiciário(a) - Assinado eletronicamente. Sede do juízo e Informações: Av. Paraná, nº 2598, Bairro: São José, Cidade: Pontes e Lacerda-MT Cep:78250-000 - Fone: (65) 3266-8600.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002907-45.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
A. C. C. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
WILSON DONIZETH DE FREITAS FARIA OAB - MT4202-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
M. P. D. S. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALINE FRANCA DA SILVA SANTOS OAB - MT18306/O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DA COMARCA DE PONTES E LACERDA CERTIDÃO NÚMERO DO PROCESSO:1002907-45.2019.8.11.0013 Tipo: Cível Espécie: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) PARTE AUTORA: AUTOR(A): ADAYANE CRUZ COSME PARTE RÉ: RÉU: MARCOS PAULO DA SILVA Certifico que a contestação apresentada nos autos (IDs 27302755 e seguintes) é tempestiva. Assim, intimo a parte autora para apresentação de impugnação, no prazo legal. Pontes e Lacerda, 12/12/2019. GEAN CARLOS BALDUINO JUNIOR Analista Judiciário(a) - Assinado eletronicamente. Sede do juízo e Informações: Av. Paraná, nº 2598, Bairro: São José, Cidade: Pontes e Lacerda-MT Cep:78250-000 - Fone: (65) 3266-8600.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1003058-11.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
ADELAIDE VAZ DE ANDRADE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SEBASTIAO FLAVIO DE ANDRADE OAB - 054.170.688-88 (PROCURADOR)
GILMAR ANTONIO DO PRADO JUNIOR OAB - MT0010709A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
20/20 SERVICOS MEDICOS S/S (RÉU)
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
SAMANTHA ESTEVO OAB - SP402220 (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTERIO PÚBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DA COMARCA DE PONTES E LACERDA CERTIDÃO NÚMERO DO PROCESSO:1003058-11.2019.8.11.0013 Tipo: Cível Espécie: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) PARTE AUTORA: AUTOR(A): ADELAIDE VAZ DE ANDRADE PROCURADOR: SEBASTIAO FLAVIO DE ANDRADE PARTE RÉ: RÉU: 20/20 SERVICOS MEDICOS S/S, ESTADO DE MATO GROSSO Certifico para os fins de direito que, a contestação de ID 26433987 apresentada é tempestiva. Assim, com amparo no provimento 56/2007-CGJ, abrimos vista para autora se manifestar, no prazo legal. Pontes e Lacerda, 12/12/2019. FERNANDA MIKAELA SOUZA LEITE GRANGEIRO Analista Judiciário(a) - Assinado eletronicamente. Sede do juízo e Informações: Av. Paraná, nº 2598, Bairro: São José, Cidade: Pontes e Lacerda-MT Cep:78250-000 - Fone: (65) 3266-8600.

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002683-44.2018.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
LIBERTY SEGUROS S/A (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
KASSIANE MENCHON MOURA ENDLICH OAB - PR23114 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO FRANCISCO FILHO (RÉU)
GILMAR ROCHA DE OLIVEIRA (RÉU)
GRACIELI DE MATOS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAMAO WILSON JUNIOR OAB - MT11702-A (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS (DENUNCIAÇÃO À LIDE)
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DESPACHO Termo de audiência em anexo.

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 26985 Nr: 1989-49.2005.811.0013
AÇÃO: Embargos de Terceiro->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Mariangela de Moura
PARTE(S) REQUERIDA(S): Adriana Antunes de Freitas, Marcos André Moreno Moura
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Hailton Magio - OAB:15.839/MT, Miguel de Carvalho Franco - OAB:3498-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Adilson Mauro dos Santos Ferreira - OAB:4588-B/MT, Janete Garcia de Oliveira Valdez - OAB:3.908/MT, Oscar Leonel de Menezes - OAB:3709/MT
Nos termos do art. 5º, §3º, do Provimento nº 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte requerente, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais, no importe de R$ 1.955,82, a que foi condenado nos termos da r. sentença de folhas 684/687. Este valor deverá ser pago de forma separada, sendo R$977,91 para recolhimento da guia de custas e R$ 977,91 para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que poderá acessar o site www.tjmt.jus.br, link "EMISSÃO DE GUIAS ONLINE", selecionar a opção "Emitir Guia", digitar "custas e taxas finais" e selecionar a opção que aparece, inserir o número único do processo e clicar em buscar, clicar em "Próximo", preencher os campos com o CPF do pagante. Em seguida, clicar nos itens aplicáveis (Custas Judiciais/Taxa Judiciária), preencher os valores e clicar em "Gerar guia". Será gerado um boleto único. Após a efetivação do recolhimento,

deverá protocolar a guia e o comprovante de pagamento no protocolo geral da Comarca de Pontes e Lacerda, aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 24563 Nr: 3910-77.2004.811.0013
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
PARTE(S) REQUERIDA(S): Eoropedes Basanulfo Nelo Carola
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOEMAR MORAES ROSA - OAB:2056
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Ramão Wilson Júnior - OAB:11702/MT
Nos termos do art. 5º, §3º, do Provimento nº 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte executada, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais, no importe de R$ 558,60, a que foi condenado nos termos da r. sentença de folhas 210 e verso. Este valor deverá ser pago de forma separada, sendo 413,40 para recolhimento da guia de custas e R$145,20 para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que poderá acessar o site www.tjmt.jus.br, link "EMISSÃO DE GUIAS ONLINE", selecionar a opção "Emitir Guia", digitar "custas e taxas finais" e selecionar a opção que aparece, inserir o número único do processo e clicar em buscar, clicar em "Próximo", preencher os campos com o CPF do pagante. Em seguida, clicar nos itens aplicáveis (Custas Judiciais/Taxa Judiciária), preencher os valores e clicar em "Gerar guia". Será gerado um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolar a guia e o comprovante de pagamento no protocolo geral da Comarca de Pontes e Lacerda, aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 38003 Nr: 582-37.2007.811.0013
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Sisproel-Sistema e Projetos Eletrônicos Ltda., Jorge Luiz Roscete, Eliane Menezes Roscete
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Wagner Shimosakai - OAB:OAB/MT 10386-B
Nos termos do art. 5º, §3º, do Provimento nº 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a parte executada, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais, no importe de R$ 1.432,48, a que foi condenado nos termos da r. sentença de folhas 210 e verso. Este valor deverá ser pago de forma separada, sendo 716,24 para recolhimento da guia de custas e R$716,24 para fins da guia de taxa. Fica cientificado de que poderá acessar o site www.tjmt.jus.br, link "EMISSÃO DE GUIAS ONLINE", selecionar a opção "Emitir Guia", digitar "custas e taxas finais" e selecionar a opção que aparece, inserir o número único do processo e clicar em buscar, clicar em "Próximo", preencher os campos com o CPF do pagante. Em seguida, clicar nos itens aplicáveis (Custas Judiciais/Taxa Judiciária), preencher os valores e clicar em "Gerar guia". Será gerado um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolar a guia e o comprovante de pagamento no protocolo geral da Comarca de Pontes e Lacerda, aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 6578 Nr: 316-94.2000.811.0013
AÇÃO: Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco do Brasil S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): Flaiza Coelho de Brito Macedo, ROBERTO JONAS DE MACEDO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Waldeci Leles Martins - OAB:4840-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Roberto Jonas de Macedo - OAB:3565
Nos termos do art. 5º, §3º, do Provimento nº 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA as partes, para que efetuem, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais, no importe de R$ 421,44, a que foram condenados nos termos da r. sentença de folhas 191. Este valor deverá ser pago de forma separada, sendocaberá a cada parte o valor de R$210,72 referente as custas processuais. Fica cientificado de que poderá acessar o site www.tjmt.jus.br, link "EMISSÃO DE GUIAS ONLINE", selecionar a opção "Emitir Guia", digitar "custas e taxas finais" e selecionar a opção que aparece, inserir o número único do processo e clicar em buscar, clicar em "Próximo", preencher os campos com o CPF do pagante. Em seguida, clicar nos itens aplicáveis (Custas Judiciais/Taxa Judiciária), preencher os valores e clicar em "Gerar guia". Será gerado um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolar a guia e o comprovante de pagamento no protocolo geral da Comarca de Pontes e Lacerda, aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 59133 Nr: 4699-66.2010.811.0013
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Eber dos Santos
PARTE(S) REQUERIDA(S): Meira Tur, Nobre Seguradora do Brasil S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Ana Olivia de Almeida Cerqueira - OAB:16095, Israel Moreira de Almeida - OAB:9789
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Ailton Bueno da Silva - OAB:OAB/MT 9896, José Israel de Oliveira - OAB:OAB/MT 8150, Maria Emilia Gonçalves de Rueda - OAB:OAB/PE 23748
Nos termos do art. 5º, §3º, do Provimento nº 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA as partes, para que efetue, no prazo de 05 (cinco) dias, o recolhimento das custas processuais, no importe total de R$ 9.656,51, a que foi condenado nos termos da r. sentença de folhas 487. Este valor deverá ser pago de forma separada, sendo R$2.501,30 para recolhimento da guia de custas e R$2.326,96 para fins da guia de taxa, para cada parte (requerente e requeridos). Fica cientificado de que poderá acessar o site www.tjmt.jus.br, link "EMISSÃO DE GUIAS ONLINE", selecionar a opção "Emitir Guia", digitar "custas e taxas finais" e selecionar a opção que aparece, inserir o número único do processo e clicar em buscar, clicar em "Próximo", preencher os campos com o CPF do pagante. Em seguida, clicar nos itens aplicáveis (Custas Judiciais/Taxa Judiciária), preencher os valores e clicar em "Gerar guia". Será gerado um boleto único. Após a efetivação do recolhimento, deverá protocolar a guia e o comprovante de pagamento no protocolo geral da Comarca de Pontes e Lacerda, aos cuidados da Central de Arrecadação e Arquivamento.

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 135361 Nr: 1623-87.2017.811.0013
AÇÃO: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JFdS, MPdEdMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): WLdS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Ricardo Morari Pereira - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 20 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): WILSON LIRA DOS SANTOS, Cpf: 37881949104, Rg: 1142872-4, Filiação: Edite Lira dos Santos e Braulino Pereira dos Santos, data de nascimento: 14/08/1960, brasileiro(a), natural de Tamaraju-BA, divorciado(a), lavrador, Telefone 65.9921-4510. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, para efetuar o pagamento das custas processuais pendentes, no valor de R$ 557,09 (Quinhentos e cinquenta e sete reais e nove centavos), no prazo de 05 dias, contados da expiração do prazo do deste edital, sob pena de TER O VOSSO NOME E CPF/CNPJ RESTRITOS E INSCRITOS À DÍVIDA ATIVA OU PROTESTO EXTRAJUDICIAL, CONFORME DISPOSTO NO ARTIGO 612, § 5º DA CNGC-TJMT.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Andiele Souza

Rodrigues, digitei.
Pontes e Lacerda, 09 de dezembro de 2019
Marcela Oliveira Moraes Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.205/CNGC

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Cláudio Deodato Rodrigues Pereira
Cod. Proc.: 144318 Nr: 5404-20.2017.811.0013
AÇÃO: Inventário->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Amanda Alves Mariano
PARTE(S) REQUERIDA(S): Fabio Rogerio de Oliveira
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Ladario Silva Borges Filho - OAB:8104/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Feitas estas considerações e sem mais delongas, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado, extinguindo-se o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do NCPC, e, consequentemente, HOMOLOGO o plano de partilha relativo aos bens deixados pelo "de cujus" em favor dos herdeiros, ressalvados erros, omissões ou eventuais direitos de terceiros.Com o trânsito em julgado, CERTIFIQUE-SE e, após, LAVRE-SE o formal de partilha/carta de adjudicação, expedindo-se, se for o caso, os alvarás referentes aos bens e às rendas por ele abrangidos.Após, COMUNIQUE-SE à Procuradoria da Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso, para os fins do disposto no artigo 659, § 2º, do NCPC.CONDENO os interessados ao pagamento das custas e demais despesas processuais, na forma do art. 90, § 2º, do NCPC. DEIXO de condenar a inventariante ao pagamento dos honorários de advogado, tendo em vista a natureza da demanda.PUBLIQUE-SE.INTIMEM-SE os interessados via DJE.Na sequência, em nada sendo requerido no prazo de 30 (trinta) dias, REMETAM-SE os autos à Central de Arrecadação e Arquivamento, na forma do art. 5º do Provimento nº 12/2017-CGJ, para as providências de estilo.CUMPRA-SE.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Cláudio Deodato Rodrigues Pereira
Cod. Proc.: 119763 Nr: 3514-80.2016.811.0013
AÇÃO: Inventário->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Maria Aparecida Macedo de Santana Nogueira, LEANDRO VINÍCIUS SANTANA NOGUEIRA, Matheus Henrique Santana Nogueira, MLSN, Luciane Sile Nogueira, Josenildo Sile Nogueira, João Deivison Sile Nogueira
PARTE(S) REQUERIDA(S): Espólio de Luiz Antonio da Silva Nogueira
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALESSANDRO FRANCISCO LEITE - OAB:22853/O, Janete Garcia de Oliveira Valdez - OAB:3.908/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
MARIA APARECIDA MACEDO DE SANTANA NOGUEIRA, devidamente qualificada nos autos, ajuizou a presente AÇÃO DE INVENTÁRIO objetivando a partilha dos bens deixados pelo "de cujus" LUIZ ANTONIO DA SILVA NOGUEIRA, que veio a óbito em 17 de junho de 2016.
É o relato do necessário. Fundamento e decido.
Pelo que dos autos consta, inexiste qualquer elemento de convicção que possa dar conta da existência de débito em que figure o "de cujus" como devedor, especialmente pelas certidões carreadas às fls. 191/192, de modo que a homologação da partilha dos bens deixados por ele é a medida que se sobressai, mormente porque a dicção do art. 662 do NCPC dispensa a discussão acerca de questões relativas ao lançamento de tributos.
Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado, para o fim de HOMOLOGAR, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o plano de partilha acostado às fls. 331/337, dos bens deixados pelo falecimento de Luiz Antonio da Silva Nogueira, listados às fls. 27/31, inventariados por Maria Aparecida Macedo de Santana Nogueira, atribuindo àqueles que nela figurem os respectivos quinhões, ressalvados eventuais direitos de terceiros, porventura existentes, forte no teor do art. 654, "caput", do NCPC.
CONDENO as partes ao pagamento das custas e demais despesas processuais, na forma do art. 90, § 2º, do NCPC, devendo ser observadas àquelas já recolhidas nos autos. Sem condenação em honorários de advogado, tendo em vista a natureza da demanda.
PUBLIQUE-SE.
INTIME-SE a Fazenda Pública Estadual.
INTIMEM-SE via DJE.
NOTIFIQUE-SE o Ministério Público.
Transitada em julgado a presente sentença, EXPEÇAM-SE os respectivos formais de partilha, cartas de adjudicação e mandado de entrega nos moldes acordados às fls. 331/337, e, após, em nada sendo requerido pelos interessados no prazo comum de 10 (dez) dias, REMETA-SE os autos à Central de Arrecadação e Arquivamento, na forma do art. 5º do Provimento nº 12/2017-CGJ, para as providências de estilo.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Cláudio Deodato Rodrigues Pereira
Cod. Proc.: 134991 Nr: 1412-51.2017.811.0013
AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Distribuidora Áurea de Medicamentos Ltda.
PARTE(S) REQUERIDA(S): T. Almeida Chaves-ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDUARDO FARIA - OAB:4318
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Trata-se de AÇÃO MONITÓRIA proposta pela DISTRIBUIDORA ÁUREA DE MEDICAMENTOS LTDA contra T. ALMEIDA CHAVES.
O feito tramitou regularmente, sendo que à ref. 81 as partes informaram a composição acerca do objeto litigioso.
Os autos vieram conclusos.
É o relatório. Fundamento e decido.
O feito comporta extinção com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso III, "b", do Novo Código de Processo Civil. Com efeito, a transação, embora extrajudicial, se amolda aos ditames do artigo retro mencionado.
Ante o exposto, JULGO EXTINTO o presente processo, com resolução do mérito, com fulcro no artigo 487, inciso III, "b", do Novo Código de Processo Civil.
Custas processuais e honorários advocatícios nos termos da avença de ref. 81 [item "1"].
No mais, SUSPENDO o processo no prazo de 6 (seis) meses, a fim de que seja cumprido integralmente o acordo realizado, nos termos do art. 922 do NCPC.
Decorrido o prazo supra, INTIME-SE o exequente, por meio de seus advogados e via DJE, para requerer o que de direito, em 5 (cinco) dias, sob pena de extinção pela satisfação da obrigação (art. 924, II, do NCPC).
INTIME-SE e CUMPRA-SE.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Cláudio Deodato Rodrigues Pereira
Cod. Proc.: 162498 Nr: 1563-80.2018.811.0013
AÇÃO: Execução Contra a Fazenda Pública->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANA PAULA DE SOUZA FAVATO
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Ivair Bueno Lanzarin - OAB:8029/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA movido por ANA PAULA DE SOUZA FAVATO em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.
Em atenção à manifestação trazida à fl. 114, verifica-se que o causídico que atua no feito possui mandato outorgando-lhe poderes para receber valores em Juízo e deles dar quitação (vide fl. 4).
Assim sendo, com esteio nas disposições da CNGC, DEFIRO o pedido formulado à fl. 114, e por consequência, DETERMINO que sejam adotadas as providências necessárias para expedição de alvará, conforme valores de fls. 111/112, com observância na Resolução 11/2014-TP.
Considerando o Provimento nº. 15/2019 da CGJ, que revogou os §§3º e 4º do art. 450 da CNGC-Foro Judicial, consigno que a parte autora não necessitará de intimação pessoal sobre os valores levantados.
Dessa forma, tomando-se em consideração que a extinção só produz

efeito quando declarada por sentença, conforme o disposto no art. 925 do NCPC bem como conclui-se, a toda evidência, inexistir débito remanescente, de sorte que em face da existência de prova plena de pagamento — cujo proceder aos cânones dos art. 313 'usque' art. 326, todos do NCC —, a extinção do feito é medida que sobressai.
Cumpridas tais determinações, considerando que esta era a única providência ainda devida pelo Juízo, JULGO EXTINTO o presente feito, com resolução do mérito, em face do pagamento integral do débito, com supedâneo no art. 924, II, do Novo Código de Processo Civil.
Preclusas as vias impugnatórias, CERTIFIQUE-SE o trânsito em julgado da presente sentença e, em nada sendo requerido no prazo de 30 (trinta) dias, REMETAM-SE os autos à Central de Arrecadação e Arquivamento, na forma do art. 5º do Provimento nº 12/2017-CGJ, para as providências de estilo.
PUBLIQUE-SE. INTIMEM-SE.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Cláudio Deodato Rodrigues Pereira
Cod. Proc.: 168533 Nr: 4371-58.2018.811.0013
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANTONIO ROSA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: HAILTON MAGIO - OAB:15839/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Assim, da forma que se apresenta a situação, em que restou evidenciado que o propósito primordial e exclusivo dos embargantes centralizou-se na reavaliação da matéria submetida à apreciação, de tal sorte que inexistiu qualquer omissão na sentença de ref. 66, entendendo que o pedido formulado deva ser imediatamente rechaçado.Por tais considerações, por não haverem sido delineados os requisitos estampados no art. 1.012 do NCPC, REJEITO os embargos declaratórios, uma vez que se mostram manifestamente inadmissíveis, e, como corolário natural, MANTENHO na íntegra o decisório lançado à ref. 66.DECLARO, outrossim, reaberto o prazo para apresentação de recurso (art. 1.026, "caput", do NCPC).INTIMEM-SE via DJE.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Cláudio Deodato Rodrigues Pereira
Cod. Proc.: 125633 Nr: 6056-71.2016.811.0013
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: José de Souza Barbosa
PARTE(S) REQUERIDA(S): Banco do Brasil S.A.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Elisabete Augusta de Oliveira - OAB:13352, Fabiula Litiely da Rosa Moreno - OAB:20572, Francini Correa da Silva - OAB:24370, Gabriel Fernandes de Novaes - OAB:2069-E, Gabriela de Souza Correa - OAB:10031, GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA - OAB:4032
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FABIULA MULLER KOENIG - OAB:22819, Gustavo R. Góes Nicoladelli - OAB:56.918/PR
Vistos.
Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA movido por JOSÉ DE SOUZA BARBOSA em desfavor do BANCO DO BRASIL.
Em atenção à manifestação trazida às fls. 431/432, verifica-se que o causídico que atua no feito possui mandato outorgando-lhe poderes para receber valores em Juízo e deles dar quitação ("vide" fl. 13).
Assim sendo, com esteio nas disposições da CNGC, DEFIRO o pedido formulado às fls. 431/432, e por consequência, DETERMINO que sejam adotadas as providências necessárias para expedição de alvará, conforme valores de fl. 279, com observância na Resolução 11/2014-TP.
Dessa forma, tomando-se em consideração que a extinção só produz efeito quando declarada por sentença, conforme o disposto no art. 925 do NCPC bem como conclui-se, a toda evidência, inexistir débito remanescente, de sorte que em face da existência de prova plena de pagamento — cujo proceder aos cânones dos art. 313 'usque' art. 326, todos do NCC —, a extinção do feito é medida que sobressai.
Cumpridas tais determinações, considerando que esta era a única providência ainda devida pelo Juízo, JULGO EXTINTO o presente feito, com resolução do mérito, em face do pagamento integral do débito, com supedâneo no art. 924, II, do Novo Código de Processo Civil.
Preclusas as vias impugnatórias, CERTIFIQUE-SE o trânsito em julgado da presente sentença e, em nada sendo requerido no prazo de 30 (trinta) dias, REMETAM-SE os autos à Central de Arrecadação e Arquivamento, na forma do art. 5º do Provimento nº 12/2017-CGJ, para as providências de estilo.
PUBLIQUE-SE. INTIMEM-SE.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Cláudio Deodato Rodrigues Pereira
Cod. Proc.: 150680 Nr: 8317-72.2017.811.0013
AÇÃO: Execução Contra a Fazenda Pública->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LINDINALVA MARTINS LUIZ
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Ivair Bueno Lanzarin - OAB:8029/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA movido por LINDINALVA MARTINS LUIZ em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.
Em atenção à manifestação trazida à fl. 130, verifica-se que o causídico que atua no feito possui mandato outorgando-lhe poderes para receber valores em Juízo e deles dar quitação (vide fl. 7).
Assim sendo, com esteio nas disposições da CNGC, DEFIRO o pedido formulado à fl. 130, e por consequência, DETERMINO que sejam adotadas as providências necessárias para expedição de alvará, conforme valores de fls. 128/129, com observância na Resolução 11/2014-TP.
Considerando o Provimento nº. 15/2019 da CGJ, que revogou os §§3º e 4º do art. 450 da CNGC-Foro Judicial, consigno que a parte autora não necessitará de intimação pessoal sobre os valores levantados.
Dessa forma, tomando-se em consideração que a extinção só produz efeito quando declarada por sentença, conforme o disposto no art. 925 do NCPC bem como conclui-se, a toda evidência, inexistir débito remanescente, de sorte que em face da existência de prova plena de pagamento — cujo proceder aos cânones dos art. 313 'usque' art. 326, todos do NCC —, a extinção do feito é medida que sobressai.
Cumpridas tais determinações, considerando que esta era a única providência ainda devida pelo Juízo, JULGO EXTINTO o presente feito, com resolução do mérito, em face do pagamento integral do débito, com supedâneo no art. 924, II, do Novo Código de Processo Civil.
Preclusas as vias impugnatórias, CERTIFIQUE-SE o trânsito em julgado da presente sentença e, em nada sendo requerido no prazo de 30 (trinta) dias, REMETAM-SE os autos à Central de Arrecadação e Arquivamento, na forma do art. 5º do Provimento nº 12/2017-CGJ, para as providências de estilo.
PUBLIQUE-SE. INTIMEM-SE.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Cláudio Deodato Rodrigues Pereira
Cod. Proc.: 160740 Nr: 791-20.2018.811.0013
AÇÃO: Execução Contra a Fazenda Pública->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Zacarias Pereira dos Santos
PARTE(S) REQUERIDA(S): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RAFAEL NEVACK RIBEIRO - OAB:310498
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA movido por ZACARIAS PEREIRA DOS SANTOS em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.
Em atenção à manifestação trazida à fl. 139, verifica-se que o causídico que atua no feito possui mandato outorgando-lhe poderes para receber valores em Juízo e deles dar quitação (vide fl. 7).
Assim sendo, com esteio nas disposições da CNGC, DEFIRO o pedido formulado à fl. 139, e por consequência, DETERMINO que sejam adotadas as providências necessárias para expedição de alvará, conforme valores de fls. 134/135, com observância na Resolução 11/2014-TP.
Considerando o Provimento nº. 15/2019 da CGJ, que revogou os §§3º e 4º do art. 450 da CNGC-Foro Judicial, consigno que a parte autora não necessitará de intimação pessoal sobre os valores levantados.

Dessa forma, tomando-se em consideração que a extinção só produz efeito quando declarada por sentença, conforme o disposto no art. 925 do NCPC bem como conclui-se, a toda evidência, inexistir débito remanescente, de sorte que em face da existência de prova plena de pagamento — cujo proceder aos cânones dos art. 313 'usque' art. 326, todos do NCC —, a extinção do feito é medida que sobressai.
Cumpridas tais determinações, considerando que esta era a única providência ainda devida pelo Juízo, JULGO EXTINTO o presente feito, com resolução do mérito, em face do pagamento integral do débito, com supedâneo no art. 924, II, do Novo Código de Processo Civil.
Preclusas as vias impugnatórias, CERTIFIQUE-SE o trânsito em julgado da presente sentença e, em nada sendo requerido no prazo de 30 (trinta) dias, REMETAM-SE os autos à Central de Arrecadação e Arquivamento, na forma do art. 5º do Provimento nº 12/2017-CGJ, para as providências de estilo.
PUBLIQUE-SE. INTIMEM-SE.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Cláudio Deodato Rodrigues Pereira
Cod. Proc.: 97575 Nr: 1038-06.2015.811.0013
AÇÃO: Execução Contra a Fazenda Pública->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EDER HENRIQUE DA SILVA, Maria Helena da Silva
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ARETUSA APARECIDA FRANCISCA MOREIRA - OAB:13095-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA movido por EDER HENRIQUE DA SILVA em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.
Em atenção à manifestação trazida à fl. 185, verifica-se que a causídica que atua no feito possui mandato outorgando-lhe poderes para receber valores em Juízo e deles dar quitação (vide fl. 12).
Assim sendo, com esteio nas disposições da CNGC, DEFIRO o pedido formulado à fl. 185, e por consequência, DETERMINO que sejam adotadas as providências necessárias para expedição de alvará, conforme valores de fls. 179/180, com observância na Resolução 11/2014-TP.
Considerando o Provimento nº. 15/2019 da CGJ, que revogou os §§3º e 4º do art. 450 da CNGC-Foro Judicial, consigno que a parte autora não necessitará de intimação pessoal sobre os valores levantados.
Dessa forma, tomando-se em consideração que a extinção só produz efeito quando declarada por sentença, conforme o disposto no art. 925 do NCPC bem como conclui-se, a toda evidência, inexistir débito remanescente, de sorte que em face da existência de prova plena de pagamento — cujo proceder aos cânones dos art. 313 'usque' art. 326, todos do NCC —, a extinção do feito é medida que sobressai.
Cumpridas tais determinações, considerando que esta era a única providência ainda devida pelo Juízo, JULGO EXTINTO o presente feito, com resolução do mérito, em face do pagamento integral do débito, com supedâneo no art. 924, II, do Novo Código de Processo Civil.
Preclusas as vias impugnatórias, CERTIFIQUE-SE o trânsito em julgado da presente sentença e, em nada sendo requerido no prazo de 30 (trinta) dias, REMETAM-SE os autos à Central de Arrecadação e Arquivamento, na forma do art. 5º do Provimento nº 12/2017-CGJ, para as providências de estilo.
PUBLIQUE-SE. INTIMEM-SE.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Cláudio Deodato Rodrigues Pereira
Cod. Proc.: 136263 Nr: 2069-90.2017.811.0013
AÇÃO: Execução Contra a Fazenda Pública->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AMÉRICA DIAS LOPES
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS – INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Edison Oliveira de Souza Junior - OAB:18255/B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA movido por AMERICA DIAS LOPES em desfavor do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL.
Em atenção à manifestação trazida à fl. 151, verifica-se que o causídico que atua no feito possui mandato outorgando-lhe poderes para receber valores em Juízo e deles dar quitação (vide fl. 9).
Assim sendo, com esteio nas disposições da CNGC, DEFIRO o pedido formulado à fl. 151, e por consequência, DETERMINO que sejam adotadas as providências necessárias para expedição de alvará, conforme valores de fls. 152/153, com observância na Resolução 11/2014-TP.
Considerando o Provimento nº. 15/2019 da CGJ, que revogou os §§3º e 4º do art. 450 da CNGC-Foro Judicial, consigno que a parte autora não necessitará de intimação pessoal sobre os valores levantados.
Dessa forma, tomando-se em consideração que a extinção só produz efeito quando declarada por sentença, conforme o disposto no art. 925 do NCPC bem como conclui-se, a toda evidência, inexistir débito remanescente, de sorte que em face da existência de prova plena de pagamento — cujo proceder aos cânones dos art. 313 'usque' art. 326, todos do NCC —, a extinção do feito é medida que sobressai.
Cumpridas tais determinações, considerando que esta era a única providência ainda devida pelo Juízo, JULGO EXTINTO o presente feito, com resolução do mérito, em face do pagamento integral do débito, com supedâneo no art. 924, II, do Novo Código de Processo Civil.
Preclusas as vias impugnatórias, CERTIFIQUE-SE o trânsito em julgado da presente sentença e, em nada sendo requerido no prazo de 30 (trinta) dias, REMETAM-SE os autos à Central de Arrecadação e Arquivamento, na forma do art. 5º do Provimento nº 12/2017-CGJ, para as providências de estilo.
PUBLIQUE-SE. INTIMEM-SE.
CUMPRA-SE, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Cláudio Deodato Rodrigues Pereira
Cod. Proc.: 122961 Nr: 4876-20.2016.811.0013
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco Bradesco Financiamentos S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): GILMARCOS OLIVEIRA DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Jose Carlos Skrzyszowski Junior - OAB:16168/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Trata-se de AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO proposta pelo BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A contra GILMARCOS OLIVEIRA DE SOUZA.
O feito tramitou regularmente, sendo que à fl. 147 o requerente informou a composição acerca do objeto litigioso.
Os autos vieram conclusos.
É o relatório. Fundamento e decido.
O feito comporta extinção com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso III, "b", do Novo Código de Processo Civil. Com efeito, a transação, embora extrajudicial, se amolda aos ditames do artigo retro mencionado.
Ante o exposto, JULGO EXTINTO o presente processo, com resolução do mérito, com fulcro no artigo 487, inciso III, "b", do Novo Código de Processo Civil.
Custas processuais e honorários advocatícios nos termos da avença.
EXCLUA-SE a restrição do veículo (fl. 49), via sistema RENAJUD.
Ademais, considerando o ato incompatível com o pleito recursal (NCPC, art. 1.000, parágrafo único), DETERMINO a certificação do trânsito em julgado e a remessa dos os autos à Central de Arrecadação e Arquivamento, na forma do art. 5º do Provimento nº 12/2017-CGJ, para as providências de estilo.
Dispensado o registro na forma do Prov. nº 42/2008/CGJ/MT.
INTIME-SE e CUMPRA-SE.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 57299 Nr: 2864-43.2010.811.0013
AÇÃO: Habilitação para Adoção->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: Maria Eurides Ramalho, André Luis de Almeida Avelar
PARTE(S) REQUERIDA(S):
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JANETE GARCIA DE OLIVEIRA VALDEZ - OAB:3908
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos para intimação da parte autora para atualizar os dados referentes ao perfil da criança que deseja adotar.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001308-71.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO VIANA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO FINASA BMC S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001308-71.2019.8.11.0013. AUTOR(A): ANTONIO VIANA DA SILVA RÉU: BANCO FINASA BMC S.A. Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo

em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001307-86.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO VIANA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO FINASA BMC S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001307-86.2019.8.11.0013. AUTOR(A): ANTONIO VIANA DA SILVA RÉU: BANCO FINASA BMC S.A. Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia

de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Processo Número: 1000834-03.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
CONSTANTINO ALVES DE ASSIS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO FINASA BMC S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1000834-03.2019.8.11.0013. AUTOR(A): CONSTANTINO ALVES DE ASSIS RÉU: BANCO FINASA BMC S.A. Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de

Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000872-15.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
VITORIA JOVIO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1000872-15.2019.8.11.0013. AUTOR(A): VITORIA JOVIO RÉU: BANCO BRADESCO Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e

questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: “APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015.” (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido.” (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000939-77.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
ELIETE DE ALMEIDA MARQUES (AUTOR(A))

Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO CETELEM S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1000939-77.2019.8.11.0013. AUTOR(A): ELIETE DE ALMEIDA MARQUES RÉU: BANCO CETELEM S.A. Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA –

NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000936-25.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
ELIETE DE ALMEIDA MARQUES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO FINASA BMC S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1000936-25.2019.8.11.0013. AUTOR(A): ELIETE DE ALMEIDA MARQUES RÉU: BANCO FINASA BMC S.A. Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava

realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: “APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015.” (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido.” (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001280-06.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO OAB - SP0098628A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001280-06.2019.8.11.0013. AUTOR(A): FRANCISCO PEREIRA DA SILVA RÉU: BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO

PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000909-42.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
GENESIA GALDINO DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO FINASA BMC S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1000909-42.2019.8.11.0013. AUTOR(A): GENESIA GALDINO DE SOUZA RÉU: BANCO FINASA BMC S.A. Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia

cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: “APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015.” (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido.” (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000904-20.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
GENESIA GALDINO DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

BANCO BRADESCO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MT14992-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1000904-20.2019.8.11.0013. AUTOR(A): GENESIA GALDINO DE SOUZA RÉU: BANCO BRADESCO Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal

envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000914-64.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
GENESIA GALDINO DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA OAB - MG109730 (ADVOGADO(A))
MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA OAB - MG0063440A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1000914-64.2019.8.11.0013. AUTOR(A): GENESIA GALDINO DE SOUZA RÉU: BANCO BMG S.A Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia

cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: “APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015.” (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido.” (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000928-48.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
ELIETE DE ALMEIDA MARQUES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1000928-48.2019.8.11.0013. AUTOR(A): ELIETE DE ALMEIDA MARQUES RÉU: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação

trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001304-34.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO VIANA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Banco OLÉ CONSIGNADO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001304-34.2019.8.11.0013. AUTOR(A): ANTONIO VIANA DA SILVA RÉU: BANCO OLÉ CONSIGNADO Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou

alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: “APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015.” (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido.” (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001302-64.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO VIANA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO FINASA BMC S.A. (RÉU)

Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001302-64.2019.8.11.0013. AUTOR(A): ANTONIO VIANA DA SILVA RÉU: BANCO FINASA BMC S.A. Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente

constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000877-37.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA LOPES RAMOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL (RÉU)
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1000877-37.2019.8.11.0013. AUTOR(A): MARIA LOPES RAMOS RÉU: BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação

jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: “APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015.” (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido.” (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001296-57.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO VOTORANTIM S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURI MARCELO BEVERVANCO JUNIOR OAB - MT24197-O (ADVOGADO(A))
LUIZ RODRIGUES WAMBIER OAB - PR7295-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):

CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001296-57.2019.8.11.0013. AUTOR(A): FRANCISCO PEREIRA DA SILVA RÉU: BANCO VOTORANTIM S.A. Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos

do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001931-38.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
FORTUNATO FERREIRA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
feliciano lyra moura OAB - MT15758-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001931-38.2019.8.11.0013. AUTOR(A): FORTUNATO FERREIRA DA SILVA RÉU: BANCO PAN Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a

senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: “APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015.” (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido.” (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001316-48.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
LAURACY SOARES DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO OAB - SP0098628A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E

LACERDA DECISÃO Processo: 1001316-48.2019.8.11.0013. AUTOR(A): LAURACY SOARES DE SOUZA RÉU: BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos

Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001233-32.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
VERIDIANO LOPES DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
BREINER RICARDO DINIZ RESENDE MACHADO OAB - MT16227-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001233-32.2019.8.11.0013. AUTOR(A): VERIDIANO LOPES DE OLIVEIRA RÉU: BANCO BMG S.A Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com

qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: “APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015.” (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido.” (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000868-75.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
VITORIA JOVIO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1000868-75.2019.8.11.0013. AUTOR(A):

VITORIA JOVIO RÉU: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal

de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001285-28.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001285-28.2019.8.11.0013. AUTOR(A): FRANCISCO PEREIRA DA SILVA RÉU: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou

então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: “APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015.” (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido.” (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001290-50.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001290-50.2019.8.11.0013. AUTOR(A): FRANCISCO PEREIRA DA SILVA RÉU: BANCO PAN Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao

estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE

INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001286-13.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001286-13.2019.8.11.0013. AUTOR(A): FRANCISCO PEREIRA DA SILVA RÉU: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado

qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001282-73.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001282-73.2019.8.11.0013. AUTOR(A): FRANCISCO PEREIRA DA SILVA RÉU: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé.

Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE

DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001283-58.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001283-58.2019.8.11.0013. AUTOR(A): FRANCISCO PEREIRA DA SILVA RÉU: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos.

Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001311-26.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO VIANA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001311-26.2019.8.11.0013. AUTOR(A): ANTONIO VIANA DA SILVA RÉU: BANCO PAN Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre

da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: “APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015.” (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido.” (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO.

PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002702-16.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA SALAS POQUIVIQUI DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO CETELEM S.A. (RÉU)
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1002702-16.2019.8.11.0013. AUTOR(A): MARIA SALAS POQUIVIQUI DA SILVA RÉU: BANCO CETELEM S.A. Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como

assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001245-46.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
SOFIA PEREIRA CHAVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Banco OLÉ CONSIGNADO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
EUGENIO COSTA FERREIRA DE MELO OAB - MG103082-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001245-46.2019.8.11.0013. AUTOR(A): SOFIA PEREIRA CHAVES RÉU: BANCO OLÉ CONSIGNADO Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a

obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: “APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015.” (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido.” (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva

não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001694-04.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO MARTINS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001694-04.2019.8.11.0013. AUTOR(A): JOAO MARTINS RÉU: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante

até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1000514-84.2018.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
JOCEMIR FERNANDES MORALES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JANETE GARCIA DE OLIVEIRA VALDEZ OAB - MT0003908A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NICEZIA FERNANDES MORALES (INVENTARIADO)
Outros Interessados:
ADVOCACIA GERAL DA UNIAO (TERCEIRO INTERESSADO)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1000514-84.2018.8.11.0013 REQUERENTE: JOCEMIR FERNANDES MORALES. INVENTARIADO: JANIVALDO DE FREITAS CADIDE. Vistos. Considerando a justificativa apresentada ao ID n.º 25234168, demonstrando a existência de erro material no plano de partilha oferecido pelo inventariante, DEFIRO a retificação da partilha, conforme solicitado. Por consequência, EXPEÇAM-SE os respectivos formais de partilha, observando-se o quinhão de cada herdeiro no valor de R$ 31.875,00 (trinta e um mil oitocentos e setenta e cinco reais). CUMPRA-SE expedindo o necessário. NOTIFIQUE-SE o Ministério Público. INTIMEM-SE via DJE. Após, em nada sendo requerido no prazo de 15 (quinze) dias, REMETAM-SE os autos à Central de Arrecadação e Arquivamento. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001240-24.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
SOFIA PEREIRA CHAVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001240-24.2019.8.11.0013. AUTOR(A): SOFIA PEREIRA CHAVES RÉU: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de

Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Processo Número: 1001241-09.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
SOFIA PEREIRA CHAVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001241-09.2019.8.11.0013. AUTOR(A): SOFIA PEREIRA CHAVES RÉU: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi

procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001246-31.2019.8.11.0013

Parte(s) Polo Ativo:
SOFIA PEREIRA CHAVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO VOTORANTIM S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURI MARCELO BEVERVANCO JUNIOR OAB - MT24197-O (ADVOGADO(A))
LUIZ RODRIGUES WAMBIER OAB - PR7295-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001246-31.2019.8.11.0013. AUTOR(A): SOFIA PEREIRA CHAVES RÉU: BANCO VOTORANTIM S.A. Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de

Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001250-68.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
SOFIA PEREIRA CHAVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001250-68.2019.8.11.0013. AUTOR(A): SOFIA PEREIRA CHAVES RÉU: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que

estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: “APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015.” (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido.” (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001251-53.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:

SOFIA PEREIRA CHAVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001251-53.2019.8.11.0013. AUTOR(A): SOFIA PEREIRA CHAVES RÉU: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: “APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015.” (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE

OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000461-69.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA LOPES RAMOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL (RÉU)
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1000461-69.2019.8.11.0013. AUTOR(A): MARIA LOPES RAMOS RÉU: BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia

cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: “APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015.” (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido.” (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001323-40.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
LAURACY SOARES DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

BANCO PAN (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
feliciano lyra moura OAB - MT15758-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001323-40.2019.8.11.0013. AUTOR(A): LAURACY SOARES DE SOUZA RÉU: BANCO PAN Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente,

necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001281-88.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL (RÉU)
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001281-88.2019.8.11.0013. AUTOR(A): FRANCISCO PEREIRA DA SILVA RÉU: BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do

declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001300-94.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO CETELEM S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):

CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001300-94.2019.8.11.0013. AUTOR(A): FRANCISCO PEREIRA DA SILVA RÉU: BANCO CETELEM S.A. Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos

do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002188-63.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ALVES DE MACEDO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO OAB - SP0098628A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1002188-63.2019.8.11.0013. AUTOR(A): JOSE ALVES DE MACEDO RÉU: BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação

jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: “APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015.” (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido.” (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001698-41.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO MARTINS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Banco Safra S-A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001698-41.2019.8.11.0013. AUTOR(A): JOAO MARTINS RÉU: BANCO SAFRA S-A Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP

10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001278-36.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001278-36.2019.8.11.0013. AUTOR(A): FRANCISCO PEREIRA DA SILVA RÉU: BANCO BRADESCO Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a

senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: “APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015.” (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido.” (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001229-92.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
VERIDIANO LOPES DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E

LACERDA DECISÃO Processo: 1001229-92.2019.8.11.0013. AUTOR(A): VERIDIANO LOPES DE OLIVEIRA RÉU: BANCO PAN Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado,

Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001324-25.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
LAURACY SOARES DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001324-25.2019.8.11.0013. AUTOR(A): LAURACY SOARES DE SOUZA RÉU: BANCO BRADESCO Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia

ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: “APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015.” (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido.” (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001247-16.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
SOFIA PEREIRA CHAVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
feliciano lyra moura OAB - MT15758-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001247-16.2019.8.11.0013. AUTOR(A): SOFIA PEREIRA CHAVES RÉU: BANCO PAN Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao

estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE

INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001261-97.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
SOFIA PEREIRA CHAVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
feliciano lyra moura OAB - MT15758-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001261-97.2019.8.11.0013. AUTOR(A): SOFIA PEREIRA CHAVES RÉU: BANCO PAN Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde

registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001262-82.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
SOFIA PEREIRA CHAVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
feliciano lyra moura OAB - MT15758-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001262-82.2019.8.11.0013. AUTOR(A): SOFIA PEREIRA CHAVES RÉU: BANCO PAN Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre

da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: “APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015.” (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido.” (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO.

PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001254-08.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
SOFIA PEREIRA CHAVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001254-08.2019.8.11.0013. AUTOR(A): SOFIA PEREIRA CHAVES RÉU: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da

existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001243-76.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
SOFIA PEREIRA CHAVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO CETELEM S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001243-76.2019.8.11.0013. AUTOR(A): SOFIA PEREIRA CHAVES RÉU: BANCO CETELEM S.A. Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação

colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do

artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001697-56.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO MARTINS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001697-56.2019.8.11.0013. AUTOR(A): JOAO MARTINS RÉU: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer

medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001365-89.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
ALONSO FERREIRA PAES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO FINASA BMC S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001365-89.2019.8.11.0013. AUTOR(A): ALONSO FERREIRA PAES RÉU: BANCO FINASA BMC S.A. Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo

ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas

pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001363-22.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
ALONSO FERREIRA PAES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO FINASA BMC S.A. (RÉU)
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001363-22.2019.8.11.0013. AUTOR(A): ALONSO FERREIRA PAES RÉU: BANCO FINASA BMC S.A. Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em

realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001244-61.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
SOFIA PEREIRA CHAVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001244-61.2019.8.11.0013. AUTOR(A): SOFIA PEREIRA CHAVES RÉU: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema

PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: “APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015.” (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido.” (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de

representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001242-91.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
SOFIA PEREIRA CHAVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001242-91.2019.8.11.0013. AUTOR(A): SOFIA PEREIRA CHAVES RÉU: BANCO BRADESCO Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado

representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001362-37.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
ALONSO FERREIRA PAES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO FINASA BMC S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001362-37.2019.8.11.0013. AUTOR(A): ALONSO FERREIRA PAES RÉU: BANCO FINASA BMC S.A. Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito)

ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil.

(TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001374-51.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
ALONSO FERREIRA PAES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO FINASA BMC S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001374-51.2019.8.11.0013. AUTOR(A): ALONSO FERREIRA PAES RÉU: BANCO FINASA BMC S.A. Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste

sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001370-14.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
ALONSO FERREIRA PAES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001370-14.2019.8.11.0013. AUTOR(A): ALONSO FERREIRA PAES RÉU: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em

sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: “APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015.” (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido.” (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019).

(Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001260-15.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
SOFIA PEREIRA CHAVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001260-15.2019.8.11.0013. AUTOR(A): SOFIA PEREIRA CHAVES RÉU: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito:

"APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001253-23.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
SOFIA PEREIRA CHAVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001253-23.2019.8.11.0013. AUTOR(A): SOFIA PEREIRA CHAVES RÉU: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias.

Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT -

PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002189-48.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ALVES DE MACEDO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1002189-48.2019.8.11.0013. AUTOR(A): JOSE ALVES DE MACEDO RÉU: HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: “APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL.

DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001268-89.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
TAYLISE CATARINA ROGERIO SEIXAS OAB - MT15483-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001268-89.2019.8.11.0013. AUTOR(A): FRANCISCO PEREIRA DA SILVA RÉU: BANCO BMG S.A Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam

em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E

DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001263-67.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
SOFIA PEREIRA CHAVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO FINASA BMC S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001263-67.2019.8.11.0013. AUTOR(A): SOFIA PEREIRA CHAVES RÉU: BANCO FINASA BMC S.A. Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA

PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001271-44.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO PEREIRA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA OAB - TO5797 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO FINASA BMC S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO DEODATO RODRIGUES PEREIRA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1001271-44.2019.8.11.0013. AUTOR(A): FRANCISCO PEREIRA DA SILVA RÉU: BANCO FINASA BMC S.A. Vistos. O art. 5º do NCPC consagra no direito positivo o princípio da boa-fé processual, ao estabelecer que todo aquele que participa de qualquer forma do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. Esse comportamento é reconhecido pela presunção de licitude. Se houver indícios de má intenção, malícia e dissimulação (má-fé) deverão ser combatidas. Decorre da boa-fé a regra do dever de cooperação de todos os sujeitos no processo – art. 6º do NCPC. Cooperar é agir com boa-fé, atuação colaborativa entre todos os sujeitos do processo, para se buscar a solução mais justa e efetiva da causa. Se o juiz percebe algum engodo ou dissimulação que ao final poderá desencadear decisão injusta, tem a obrigação processual de fazer valer o princípio. Ao juiz foi conferido o poder/dever processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, dentre outros. Feitas estas breves considerações, no presente caso, bastando simples consulta ao sistema PJe, constata-se que o douto e culto advogado peticionante ajuizou nesta comarca, a partir de maio de 2018, 248 (duzentos e quarenta e oito) ações, sendo que deste montante 190 (cento e noventa) tramitam perante esta vara (2ª Vara Cível de Pontes e Lacerda). As partes requerentes, em sua maioria, são analfabetas e idosas, ou possuem baixo grau de instrução escolar. De outro lado, os requeridos são instituições bancárias. Os fatos são narrados de maneira idêntica, relatando empréstimos consignados, supostamente jamais contratos pelos autores, que resultam em parcelas mensalmente descontadas de seus benefícios previdenciários. Em decorrência disto, requerem a repetição de indébito e indenizações por danos morais. Para reforçar e dar vigor a esta explanação, cita-se a parte autora Maria Lopes Ramos que, representada

pelo advogado Dr. Igor Gustavo Veloso de Souza, ajuizou 30 (trinta) ações nesta comarca, sendo que 25 (vinte e cinco) tramitam nesta vara, registradas com os números 1000446-03.2019.8.11.0013; 1000447-85.2019.8.11.0013; 1000448-70.2019.8.11.0013, 1000450-40.2019.8.11.0013; 1000455-62.2019.8.11.0013; 1000456-47.2019.8.11.0013; 1000461-69.2019.8.11.0013; 1000876-52.2019.8.11.0013; 1000877-37.2019.8.11.0013; 1000890-36.2019.8.11.0013; 1000887-81.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000886-96.2019.8.11.0013; 1000884-29.2019.8.11.0013; 1000885-14.2019.8.11.0013; 1000882-59.2019.8.11.0013; 1000881-74.2019.8.11.0013; 1000880-89.2019.8.11.0013; 1000879-07.2019.8.11.2019; 1000878-22.2019.8.11.0013; 1000433-04.2019.8.11.0013; 1000434-86.2019.8.11.0013; 1000441-78.2019.8.11.0013; 1000443-48.2019.8.11.0013; 1000444-33.2019.8.11.0013. As ações narram fatos idênticos, e na maioria, idênticos também são os requeridos, distinguindo-se apenas acerca do contrato de empréstimo, valor do desconto e benefício previdenciário. Por conseguinte, diante da volumosa propositura das ações, e, diante dos poderes/deveres conferidos ao juiz, principalmente pelo que dispõe o art. 139, incisos III e VIII, do NCPC, verifico a necessidade de intimação pessoal da parte autora para ratificar os poderes conferidos ao nobre advogado. Esta providência, ressalta-se, tornou-se mais necessária após o recebimento por este magistrado, em 5/12/2019, do Ofício n. 552/2019 expedido pelo Juizado Especial Cível desta Comarca, noticiando a propositura de demanda em face do advogado Igor Gustavo Veloso de Souza, por Heraclides de Oliveiras Dias, que informa jamais ter outorgado poderes ao causídico, mas que ainda assim propôs diversas ações em seu nome. Com o ofício veio cópia de termo de representação em face do patrono. Segue abaixo o teor da representação (sic): (...) Que, na data de 17 de abril de 2019, foi procurado pela senhorita Mariana, conhecida do declarante, alegando que estava trabalhando para o Dr. IGOR GUSTAVO VELOSO DE SOUZA, e questionou o declarante se este possuía empréstimos consignados em sua aposentadoria, pois o patrão dela, advogado representado, estava realizando revisões nos empréstimos para verificar se não havia cobranças irregulares. Neste momento, a senhorita Mariana, solicitou alguns documentos, tirando fotografias, solicitou ainda, que o declarante assinasse alguns documentos para confirmar que o declarante havia autorizado o advogado representado a analisar seus documentos. Contudo o Representado ao invés de apenas analisar os documentos do declarante, ingressou com várias ações cíveis de inexistência de relação jurídica, negando a solicitação dos referidos empréstimos. O declarante, diante da demora na devolução dos seus documentos, procurou a senhora Mariana, informando que não tinha interesse em ingressar com qualquer tipo de demanda judicial, posto que até este momento não sabia ainda da distribuição de referida ações. A senhorita Mariana informou então que todos os documentos já estavam com o advogado e já existiam as referidas ações. Neste momento, certo de que não havia solicitado qualquer procedimento judicial, o declarante procurou a polícia civil, onde registrou boletim de ocorrência que segue anexo, informando os fatos. Ainda, a empresa terceirizada Vazoli Empréstimos, que efetua regularmente empréstimos para beneficiários do INSS, ao ser informada da existência das ações de negativa de relação jurídica, entrou em contato com o declarante que informou não ter autorizado o ingresso de qualquer medida judicial e confirmou ter solicitados os empréstimos, bem como assinou declaração e reconheceu firma para aquela empresa confirmando a solicitação do empréstimo. A senhoria Mariana ainda, levou o declarante até o Banco Bradesco para auxiliá-lo a encerrar sua conta bancária para, posteriormente, ingressar com as medidas judiciais. Diante da negativa em realizar os procedimentos judiciais e, pelo fato de ser analfabeto, sabendo apenas assinar seu nome, o declarante não soube que o advogado representado iria ingressar com as medidas e diante da negativa em extinguir os procedimentos, requer pelas providências cabíveis. (...) Neste sentido, colaciono os seguintes arestos do e. Tribunal de Justiça de São Paulo versando sobre situações análogas ao do presente feito: "APELAÇÃO. TELEFONIA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO DE DANO MORAL. DETERMINAÇÃO DE COMPARECIMENTO PESSOAL DA PARTE PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS E RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO E PETIÇÃO INICIAL. DESCUMPRIMENTO. SENTENÇA DE INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. RECURSO IMPROVIDO. Ao magistrado foi conferido o poder processual de averiguar eventuais indícios de má-fé no art. 139, III e VIII, do CPC/2015, dentre outros. Foi o que ocorreu no presente caso: identificada suspeita de ajuizamento de ação para fim dissimulado, com o escopo de obtenção de vantagens em prejuízo da concessionária de serviço público, ao examinar a petição inicial, a ilustre Juíza determinou o comparecimento pessoal da parte em Cartório, com seus documentos, para conferência e ratificação da procuração e petição inicial, autorizado pelo art. 321 do CPC/2015; não cumprida a diligência, indeferiu a petição inicial, em sentença tirada do parágrafo único do indigitado dispositivo legal, bem como art. 485, I, do CPC/2015." (TJ-SP 10313993420178260002 SP 1031399-34.2017.8.26.0002, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 29/11/2017, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/11/2017). (Destaquei). Apelação. Tutela cautelar antecedente. Determinação para comparecimento no cartório para ratificação da procuração outorgada. Providência não atendida. Extinção mantida. Recurso desprovido. (TJ-SP - AC: 10130386620178260002 SP 1013038-66.2017.8.26.0002, Relator: Pedro Kodama, Data de Julgamento: 16/05/2019, 37ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 16/05/2019). CONTRATOS BANCÁRIOS. Ação revisional. 1. Juros remuneratórios. Percentual muito superior à taxa de mercado (22% e 23,50% ao mês.). Abusividade existente. Devolução, na forma simples, da diferença entre as taxas devidas e aquelas consideradas abusivas. Necessidade. 2. Danos morais. Não ocorrência, no caso, pois apesar dos juros abusivos a autora efetivamente utilizou o crédito, apenas insurgindo-se contra a taxa depois de extintos os contratos. 3. Intimação pessoal da autora para ratificação da procuração. Admissibilidade, tendo em vista a existência de multiplicidade de ações de igual teor ao da presente. Comunicado da Corregedoria do TJ/SP nº 02/2017. Recurso parcialmente provido. (TJ-SP - AC: 10016922720198260624 SP 1001692-27.2019.8.26.0624, Relator: Gilberto dos Santos, Data de Julgamento: 03/10/2019, 11ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/10/2019). (Destaquei). "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA - AÇÃO DE CONHECIMENTO COM PRECEITO COMINATÓRIO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA – NECESSIDADE DE RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELO PATRONO CONSTITUÍDO – INOCORRÊNCIA. Tendo em vista a informação trazida pela requerida, acerca da tramitação de investigação criminal envolvendo o escritório de advocacia que representava o requerente, necessária a ratificação dos atos praticados pelo patrono supostamente constituído. Todavia, não obstante as tentativas de intimação pessoal da parte para manifestação, estas foram infrutíferas, sendo forçoso o não conhecimento do apelo, a teor dos artigos 104, § 2º c.c. 76, § 2º, I, ambos do Código de Processo Civil. Recurso não conhecido." (TJ-SP 10024372520168260070 SP 1002437-25.2016.8.26.0070, Relator: Carlos Nunes, Data de Julgamento: 23/07/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 23/07/2018). No mesmo sentido já decidiu o e. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Confiram: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INFORMAÇÃO SOBRE INDÍCIOS DE IRREGULARIDADE NA REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. INTIMAÇÃO PESSOAL DA PARTE PARA CONFIRMAR A PRETENSÃO DE DIREITO E RATIFICAR A OUTORGA DE PODERES AO ADVOGADO. DILIGÊNCIA FRUSTRADA. NÃO RATIFICAÇÃO DA PROCURAÇÃO. PRESSUPOSTO DE VALIDADE DO PROCESSO AUSENTE. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. MEDIDA DE RIGOR. I - Nos termos do artigo 274, parágrafo único do CPC, "presume-se validas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço". II - A não ratificação da outorga de poderes ao advogado subscritor da petição inicial, por configurada a irregularidade de representação, conduz à extinção do processo, sem a resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. (TJ-MG - AC: 10000181252081001 MG, Relator: Vicente de Oliveira Silva, Data de Julgamento: 27/08/2019, Data de Publicação: 09/09/2019). (Negritei). APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT - PROCURAÇÃO OUTORGADA AO ADVOGADO - AUSÊNCIA DE RATIFICAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO - EXTINÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA. É válida a conduta do juiz que determina o comparecimento pessoal da parte para ratificar procuração outorgada aos procuradores, diante da suspeita de fraude nas ações propostas visando

ao recebimento indevido de seguro obrigatório, depois da deflagração de investigação conjunta da Polícia Federal, Ministério Público Estadual e Corregedorias das Polícias Civil e Militar. A ausência de ratificação da procuração implica em reconhecer a irregularidade da representação processual e, portanto, a inexistência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo, que impõe a extinção do processo, na forma do art. 267, IV, do CPC/1973. (TJ-MG - AC: 10393140031526001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 10/10/2016, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2016). O juiz tem o dever de impedir que o processo seja utilizado com o propósito de conseguir objetivo ilegal (art. 80, III, NCPC) e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça (art. 139, III, NCPC). E, para tanto, a legislação federal autoriza a determinação, a qualquer tempo, para comparecimento pessoal das partes para inquiri-las, conforme disposto no art. 139, VIII, do NCPC. Diante do exposto, CONVERTO o julgamento em diligência para o fim de determinar a intimação da parte autora, pessoalmente, por meio de mandado, para que, no prazo de 10 (dez) dias, compareça perante o balcão da Segunda Vara da Comarca de Pontes e Lacerda, munida dos documentos pessoais, para ratificar a procuração outorgada, bem como os termos da petição inicial, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, inciso IV, do NCPC. Registre-se que o ato se limita a confirmar a presença de pressuposto necessário e válido ao regular desenvolvimento do processo, que torna desnecessário que ele seja em audiência, sendo plenamente válido o ato realizado perante servidor deste Juízo dotado de fé pública. INTIME-SE via DJE. EXPEÇA-SE o necessário. CUMPRA-SE. Pontes e Lacerda, 12 de dezembro de 2019. Cláudio Deodato Rodrigues Pereira Juiz de Direito

3ª Vara

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Luciene Kelly Marciano Roos
Cod. Proc.: 196377 Nr: 6351-06.2019.811.0013
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Altino José de Oliveira
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Fernando Henrique Viola de Almeida - OAB:355.024 SP, Matheus Salomé de Souza - OAB:24554-0

Por todo o exposto, julgo PROCEDENTE a denúncia e CONDENO ALTINO JOSÉ DE OLIVEIRA, brasileiro, natural de Jales/ SP, nascido em 06 de agosto de 1959, filho José Francisco de Oliveira e Maria Aparecida Zamaro de Oliveira, atualmente recolhido no CDP local, como incurso nas sanções previstas no art. 155, caput, do Código Penal.Em observância ao disposto no art. 68 do Código Penal e, levando-se em consideração o critério trifásico de composição da pena, passo a individualizá-la nos seguintes termos.Em primeira fase, consigno que a culpabilidade do acusado não extrapolou o tipo penal. No que toca aos antecedentes, consigno responder o acusado ao executivo de pena nº 156589, em trâmite nesta comarca, com condenação transitada em julgado em data anterior ao caso em tela (23/01/2015), a qual será sopesada a título de reincidência. Inexistem nos autos dados concretos para se aferir a conduta social e a personalidade do agente. Os motivos, circunstâncias e consequências do delito, são próprios do tipo penal. Em relação ao comportamento da vítima, nada há a ser sopesado neste momento.Assim, fixo a pena-base em 01 ano, de reclusão.Em segunda fase, incidindo a atenuante da confissão e a agravante da reincidência, compenso tais circunstâncias de modo a manter a pena em 01 ano, de reclusão.Em terceira fase, inexistindo causas de aumento ou de diminuição da pena, torno definitiva a pena em 01 ano, de reclusão.Aplico, proporcionalmente, pena de multa em 10 dias-multa, no valor unitário de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época dos fatos.Para cumprimento da pena, sendo o acusado reincidente, fixo o regime INICIAL FECHADO.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Luciene Kelly Marciano Roos
Cod. Proc.: 206187 Nr: 11275-60.2019.811.0013
AÇÃO: Auto de Prisão em Flagrante->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA:
PARTE(S) REQUERIDA(S): RCC
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Fabiano Rezende - OAB:11847-B
Vistos, etc.
Em atenção às diretrizes insculpidas no provimento N.12/2017-CM, DESIGNO A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA para o dia 11 DE DEZEMBRO DE 2019, às 15h45min, em razão da ausência de magistrados na Comarca, vez que foram convocados pelo TJMT para realização de curso em Cuiabá/MT, nos dias 06, 07, 09 e 10 do corrente mês.
REQUISITE-SE o réu, preso no CDP.
Intime-se o Ministério Público e o Advogado do autuado, intimando-se a Defensoria Pública, caso não haja Advogado contratado.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Luciene Kelly Marciano Roos
Cod. Proc.: 198816 Nr: 7552-33.2019.811.0013
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): EDIMAR DE SOUZA OLIVEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso - OAB:
Vistos, etc.
RECEBO o aditamento à denúncia apresentado pelo Ministério Público às fls. 147/149 e DETERMINO a alteração do nome do denunciado para EDSON MIRANDA COSTA COELHO, conforme identificação civil realizada pela POLITEC (fls. 138/141).
Considerando que tramita neste Juízo a ação penal nº 1923-78.2019.811.0013 – Código TJMT, 188109, cuja qualificação do denunciado é a mesma apresentada às fls. 01 desse feito, DETERMINO o traslado dos documentos acostados às fls. 138/141 para a ação penal acima mencionada e a posterior remessa dos autos (Código TJMT 188109) ao Ministério Público, para manifestação.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Luciene Kelly Marciano Roos
Cod. Proc.: 153239 Nr: 9523-24.2017.811.0013
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Kaique Freitas Vilela, Mateus Rocha de Jesus, Rayara Souza Andrade, Rafael Lopes da Silva
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso - OAB:, FELIPE CARLOS ALMEIDA - OAB:19847/O, Fernando Henrique Viola de Almeida - OAB:355.024 SP, Matheus Salomé de Souza - OAB:24554-0

ANTE O EXPOSTO, revogo a prisão preventiva de MATEUS ROCHA DE JESUS e CONCEDO LIBERDADE PROVISÓRIA, mediante a imposição das seguintes condições:a) Fornecer ao Oficial de Justiça, no ato da soltura, o endereço e telefone onde poderá ser localizado (residência e trabalho);b) Comparecimento a todos os atos processuais para os quais for intimado, fornecendo novo endereço quando mudar a residência;c) Proibição de se ausentar da Comarca de sua residência, por período superior a 08 (oito) dias sem avisar o Juízo;d) Não praticar novas infrações penais.EXPEÇA-SE ALVARÁ DE SOLTURA em face do acusado MATEUS ROCHA DE JESUS, para colocá-lo em liberdade se por outro motivo não deva permanecer preso.Caso ainda pendente, promova-se a CITAÇÃO (fls. 1764) do acusado POR OCASIÃO DO CUMPRIMENTO DO ALVARÁ DE SOLTURA.Na ocasião do cumprimento do presente alvará, os autuados deverão ser advertido pelo Oficial de Justiça que a inobservância de quaisquer das medidas cautelares aplicadas resultará na revogação do benefício com a consequente decretação de sua prisão (art. 282, §4º, última parte do CPP).Cientifique-se o Ministério Público e a Defesa.Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Luciene Kelly Marciano Roos
Cod. Proc.: 199232 Nr: 7704-81.2019.811.0013

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Alessandro Gonçalves Alecrim
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Amir Osvando Franco - OAB:18616/MT, Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso - OAB:
Vistos, etc.
Trata-se de ação penal movida pelo Ministério público em face de ALESSANDRO GONÇALVES ALECRIM, cuja instrução findou-se em 05/11/2019.
Em razão do recebimento de pedido de informações em habeas corpus por malote digital, verifiquei que entre a data da decisão para a remessa dos autos ao Ministério público e a data do efetivo envio, transcorreu o lapso temporal de 28 dias.
Registro que em audiência de instrução a vítima JÉSSICA PIRES CAMARGO se manifestou no sentido de não ter mais interesse na manutenção das medidas protetivas e, com a concordância do Ministério Público e da Defesa, foram revogadas.
Analisando os autos, verifica-se que a prisão do denunciado ocorreu em razão do descumprimento das medidas protetivas concedidas à vítima e de crime praticado no ambiente doméstico (art. 129, §9º).
Assim sendo, entendo que cessaram as circunstâncias que ensejaram a prisão do acusado, em razão da manifestação da vítima em juízo.
ANTE O EXPOSTO, revogo a prisão preventiva de ALESSANDRO GONÇALVES ALECRIM e CONCEDO-LHE LIBERDADE PROVISÓRIA, mediante a imposição das seguintes condições:
a) Fornecer ao Oficial de Justiça, no ato da soltura, o endereço e telefone onde poderá ser localizado (residência e trabalho);
b) Comparecimento a todos os atos processuais para os quais for intimado, fornecendo novo endereço quando mudar a residência;
c) Proibição de se ausentar da Comarca de sua residência, por período superior a 08 (oito) dias sem avisar o Juízo;
d) Não praticar novas infrações penais.
EXPEÇA-SE ALVARÁ DE SOLTURA em face do acusado ALESSANDRO GONÇALVES ALECRIM, para colocá-lo em liberdade se por outro motivo não deva permanecer preso.
Após, remetam se os autos ao Ministério público para apresentação das alegações finais, no prazo legal.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 172009 Nr: 5634-28.2018.811.0013
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Sumário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPdEdMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): LSA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: HAMILTON LOBO MENDES FILHO - OAB:10791
Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos para intimação da defesa para apresentar memoriais finais.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Elmo Lamoia de Moraes
Cod. Proc.: 202566 Nr: 9370-20.2019.811.0013
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): LUCIANO DE CAMPOS MELO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Designo audiência de instrução para o dia 23/01/2020, 17h10min.
Cadastre-se no sistema Apolo o advogado constituído, se houver.
Intimem-se a pessoa que será ouvida, bem como o Ministério Público e a Defesa.
Requisitem-se eventuais pessoas presas e agentes policiais.
Oficie-se ao juízo deprecante informando a distribuição da carta precatória e a data da audiência designada.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Luciene Kelly Marciano Roos
Cod. Proc.: 204126 Nr: 10169-63.2019.811.0013
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): SEBASTIÃO FRANCISCO DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
DESIGNO o dia 21 DE janeiro DE 2020, às 17h00min, para realização de audiência com o intuito de realizar a oitiva de SIDNEY FERREIRA JAUDY.
Oficie-se ao Juízo deprecante informando os dados da presente carta precatória e a data agendada para realização de audiência.
INTIME-SE a testemunha.
Cientifique-se o Ministério Público e a Defesa técnica.
Cumpra-se, com URGÊNCIA.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 199389 Nr: 7761-02.2019.811.0013
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Rondonia
PARTE(S) REQUERIDA(S): WENDER NICOLAU
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos para intimação dos advogados acerca da audiência de instrução designada para o dia 04/03/2020, às 15h30min.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 204126 Nr: 10169-63.2019.811.0013
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): SEBASTIÃO FRANCISCO DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
INTIMAÇÃO DA DEFESA ACERCA DA DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA dia 21 DE janeiro DE 2020, às 17h00min, para realização de audiência com o intuito de realizar a oitiva de SIDNEY.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Luciene Kelly Marciano Roos
Cod. Proc.: 204707 Nr: 10437-20.2019.811.0013
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
PARTE(S) REQUERIDA(S): Valcir da Silva Costa
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Defensor Público Estadual - Núcleo de Pontes e Lacerda - OAB:
Ante o exposto, CONCEDO LIBERDADE PROVISÓRIA ao denunciado VALCIR DA SILVA COSTA, mediante a aplicação das seguintes medidas cautelares:a) Fornecer ao Oficial de Justiça, no ato da soltura, o endereço residencial DE FORMA DETALHADA e telefone onde poderá ser localizado (residência e trabalho);b) Comparecimento a todos os atos processuais para os quais for intimado, FORNECENDO NOVO ENDEREÇO QUANDO MUDAR A RESIDÊNCIA;c) Proibição de se ausentar da Comarca de sua residência, por período superior a 08 (oito) dias sem avisar o Juízo;d) Proibição de frequentar FUMÓDROMOS;e) Comparecer ao CAPS (Centro de Atendimento Psicossocial), no primeiro dia útil após sua soltura, para agendar atendimento com o objetivo de realizar tratamento, vez que é usuário de drogas. EXPEÇA-SE o competente ALVARÁ DE SOLTURA para colocar em liberdade VALCIR DA SILVA COSTA, se por outro motivo não houver de permanecer preso.OFICIE-SE ao CAPS acerca da presente decisão, informando-lhe que após a realização do atendimento de VALCIR DA SILVA COSTA, deverá ser enviada informação sobre o atendimento do réu para ser juntada aos autos.Na ocasião do cumprimento do presente alvará, o autuado deverá ser advertido pelo Oficial de Justiça de que a inobservância a quaisquer das medidas cautelares acima aplicadas, resultará na revogação do benefício com a consequente decretação de sua prisão (art. 282, §4º, última parte do CPP).DÊ-SE vista ao Ministério Público para que se manifeste sobre as preliminares arguidas em resposta à acusação.Expeça-se o necessário. Cumpra-se.

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000623-35.2017.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
ROZENALDO PAULA DA COSTA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GILMAR ANTONIO DO PRADO JUNIOR OAB - MT0010709A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
J. A. C. COLCH?ES LTDA - ME (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENISE FANELLI TAKATA OAB - PR77654 (ADVOGADO(A))

Intimações da parte promovente e patrono a fim que compareçam a audiência de conciliação designada par o dia 16.11.2017, às 13h30min.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000623-35.2017.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
ROZENALDO PAULA DA COSTA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GILMAR ANTONIO DO PRADO JUNIOR OAB - MT0010709A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
J. A. C. COLCH?ES LTDA - ME (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENISE FANELLI TAKATA OAB - PR77654 (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PONTES E LACERDA DECISÃO Processo: 1000623-35.2017.8.11.0013. REQUERENTE: ROZENALDO PAULA DA COSTA REQUERIDO: J. A. C. COLCH?ES LTDA - ME Vistos, etc. Uma vez citada a parte executada, e decorrido o prazo legal sem que tenha cumprido a obrigação ou apresentado bens para penhora ou garantido a execução, determino a adoção de meios expropriatórios para pesquisa e penhora de bens e direitos da parte executada, mediante consulta aos sistemas informatizados disponíveis ao juízo. Acerca do procedimento executório nos Juizados Especiais, transcrevo trecho de ementa da lavra do Juiz Edilson Enedino, da 2ª Turma Recursal do DF: O processo nos Juizados Especiais orienta-se pelos critérios da celeridade, simplicidade, informalidade, economia processual, não cabendo, na hipótese, ao poder judiciário suprir ônus do credor. Note-se que, no caso, diversas tentativas foram realizadas de localização de bens penhoráveis, as quais restaram infrutíferas. IV. A lide não pode ser prolongada indefinidamente, pois onera o Erário com a movimentação infrutífera do aparato judicial. Assim, tendo sido esgotadas as diligências oficiais possíveis, os procedimentos dos Juizados Especiais preveem, expressamente, a extinção do processo nos casos em que o devedor não for encontrado ou de inexistência de bens penhoráveis (Lei n. 9.009/35, art. 53, § 4º). V. Ensina a doutrina, aliás, que a inexistência de bens penhoráveis e a não-localização do devedor "constitui causa de extinção do processo de execução, sendo facultada a sua renovação à existência de bens penhoráveis ou à possibilidade de localização do devedor, conforme o caso, considerando que a execução perante os Juizados Especiais Cíveis deve ser compreendida como um 'processo de resultados', donde não se afigura possível a indefinida reiteração de atos processuais com a finalidade de localizar o devedor ou bens a penhorar, por culminar em inaceitável postergação da conclusão do processo" (In Juizados Especiais Cíveis e Criminais, por Fátima Nancy Andrighi e Sidnei Agostinho Beneti, Belo Horizonte: Del Rey, 1996, página 52). Assim, reserva-se ao credor a renovação do processo de execução quando puder, efetivamente, indicar bens à penhora para satisfação do débito. (...) (TJ-DF 07021647920158070007 0702164-79.2015.8.07.0007, Relator: EDILSON ENEDINO, Data de Julgamento: 15/02/2017, 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Publicação: Publicado no DJE : 21/02/2017). Considerando os colorários orientativos do art. 2º da Lei 9.099/95 e a necessidade de se compreender a execução nos Juizados Especiais Cíveis como um “processo de resultados”, desde já será realizada consulta sucessiva aos sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, dada a natureza dos dados contidos em cada sistema e em observância da ordem prevista no art. 835 do Código de Processo Civil (dinheiro, veículos de via terrestre, bens imóveis e móveis em geral). Caso a consulta aos três sistemas seja infrutífera, deverá o exequente, no prazo de cinco dias, indicar bens para penhora e, não os indicando expressamente e de forma individualizada, será extinta a execução, na forma do art. 53, §4º, da Lei 9.099/95, extraindo certidão do crédito para fins de protesto ou propositura de nova execução na Justiça Comum. Desde já indefiro pedido genérico de reiteração de acesso aos sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD, pois o Superior Tribunal de Justiça possui entendimento no sentido de que "caso a penhora online tenha resultado infrutífera, é possível, ao exequente, novo pedido de utilização do sistema BACEN-Jud, demonstrando-se provas ou indícios de modificação na situação econômica do executado." (REsp 1284587/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/02/2012, DJe 01/03/2012). Desde já indefiro também qualquer pedido de medidas indutivas, coercitivas ou mandamentais fundadas no art. 139, IV, do Código de Processo Civil, por entender: a) que são incompatíveis com os critérios de celeridade previstos na Lei 9.099/95, conforme acima exposto, pois a execução no microssistema do Juizado Especial não pode se prolongar indefinidamente; b) que são inócuas, dadas as especificidades da região em que se situa a Comarca e em razão da situação econômica do devedor. Vale dizer, se a parte executada não possui dinheiro em aplicações financeiras, não possui veículo de via terrestre, não possui bens imóveis ou móveis em geral declarados ao Fisco, é remota a hipótese de possuir cartões de crédito, passaporte ou até mesmo CNH para serem restringidos. Indefiro de antemão, de igual forma, qualquer pedido de expedição de ofícios a Cartórios de Registros de Imóveis e ao INDEA, bem como de protesto da decisão judicial ou inclusão do nome do executado nos cadastros restritivos de crédito, pois são diligências que podem ser realizadas administrativamente pela parte exequente interessada, valendo-se da certidão prevista no art. 828 do CPC, a qual pode ser obtida no Cartório Distribuidor independentemente de determinação judicial. Feitas as considerações supras, e após consulta aos sistemas informatizados: BACENJUD - Foi penhorada/arrestada quantia equivalente a parte do débito, cuja transferência foi determinada para conta judicial remunerada, consoante se extrai do recibo de protocolamento de ordens judiciais em anexo, que vale como termo de penhora/arresto. RENAJUD - Não há veículo registrado em nome da parte executada (obs.: o sistema não emite certidão de consulta negativa). INFOJUD - Não há informações sobre bens (inexiste Declaração de Operações Imobiliárias desde a distribuição da ação; e a parte executada não apresentou Declaração de Bens e Direitos nos últimos três exercícios - obs.: o sistema não emite certidão de consulta negativa). Em virtude do resultado: - Intime-se a parte exequente para indicar bens para penhora, no prazo de cinco dias, observado o disposto nesta decisão, sob pena de extinção na forma do art. 53, §4º, da Lei 9.099/95. - Intime-se a parte executada, por meio de seu advogado constituído, para indicar no prazo de cinco dias quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, e exibir prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus, sob pena de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da execução, na forma do art. 774, V e parágrafo único, do Código de Processo Civil. - Intime-se a parte executada sobre a penhora realizada, no prazo de cinco dias (art. 854, §3º, do CPC). PONTES E LACERDA, 19 de novembro de 2019. Juiz(a) de Direito Recibo de Protocolamento de Ordens Judiciais de Transferências, Desbloqueios e/ou Reiterações para Bloqueio de Valores Clique aqui para obter ajuda na configuração da impressão, e clique aqui para imprimir. Dados do bloqueio Número do Protocolo: 20190008704677 Número do Processo: 1000623-35.2017 Tribunal: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO Vara/Juízo: 19006 - Juizado Especial de Pontes e Lacerda Juiz Solicitante do Bloqueio: Leonardo de Araujo Costa Tumiati Tipo/Natureza da Ação: Ação Cível CPF/CNPJ do Autor/Exeqüente da Ação: Nome do Autor/Exeqüente da Ação: ROZENALDO PAULA DA COSTA Deseja bloquear conta-salário? Não Relação de réus/executados • Para exibir os detalhes de todos os réus/executados clique aqui. • Para ocultar os detalhes de todos os réus/executados clique aqui. 22.733.929/0001-62 - J. A. C. COLCHÕES LTDA Respostas CCLA UNIÃO PARANÁ/SÃO PAULO - / Todas as Agências / Todas as Contas Data/Hora Protocolo Tipo de Ordem Juiz Solicitante Valor (R$) Resultado (R$) Saldo Bloqueado Remanescente (R$) Data/Hora Cumprimento 23/08/2019 18:01 Bloq. Valor Leonardo de Araujo Costa Tumiati 7.570,57 (03) Cumprida parcialmente por insuficiência de saldo. 695,84 695,84 26/08/2019 19:08 19/11/2019 12:06:34 Transf. Valor ID:072019000016900334 Instituição:BANCO DO BRASIL SA Agência:3834 Tipo créd. jud:Geral Elmo Lamoia de Moraes 695,84 Não enviada - - Não Respostas

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1003190-05.2018.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
DANIEL PEREIRA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAIRA GASPAR SANTOS OAB - MT0021014A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ASSOCIACAO NACIONAL DE PROTECAO MUTUA DOS PROPRIETARIOS DE VEICULOS AUTOMOTORES (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAUL CANAL OAB - DF10308 (ADVOGADO(A))

Intimações da parte promovente e patrono a fim que compareçam a audiência designada para o dia 25 de março de 2019, às 13h10min.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1000139-54.2016.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
LABORATORIO LIDER ANALISES CLINICAS LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDISON OLIVEIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT18255-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cléssio de Souza Silva (LITISCONSORTES)
HAIENY ANDRADE ARAUJO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SENILTON VICENTE DE SOUZA OAB - MT0004744A (ADVOGADO(A))

Intimações das partes promovente e promovida em relação à r. sentença (ID 6725466), parcialmente transcrita a seguir: "Inicialmente, destaco que as partes não manifestaram interesse específico na produção de provas, tendo apenas protestado genericamente, o que autoriza o julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil. A Reclamante comprovou, por meio da documentação acostada a inicial, que sofreu prejuízos com o erro de resultado de exame, nos termos do artigo 373, I, do Código de Processo Civil. A Reclamada, por sua vez, em que pese alegar que a Reclamada não participou da primeira decisão, e que foi mero erro de digitação, não apresentou qualquer justificativa para provar o alegado. Pelo exposto, opino pela PACIAL PROCEDÊNCIA da presente ação para condenar a Reclamada a pagar á Reclamante, á título de dano material, a quantia de R$ 14.961,25 (Quatorze mil, novecentos e sessenta e um reais e vinte e cinco centavos), corrigida pelo INPC e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir da intimação da sentença, bem como a pagar a quantia de R$ 2.000,00 (Dois mil reais), a título de danos morais, corrigida pelo INPC/IBGE e juros de mora de 1% ao mês, a partir desta data, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95."

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004025-56.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
APARECIDO FLAVIO DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO REZENDE OAB - MT0011847A-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A. F. ESCOBEDO - ME (REQUERIDO)

Intimações da parte promovente e patrono a fim que compareçam a audiência designada para o dia 12 de fevereiro de 2020, às 12h40min.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004002-13.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
VALDETE SOUZA LIMA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALAN VITOR BRAGA OAB - MT0008443A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)

Intimações da parte promovente e patrono a fim que compareçam a audiência designada para o dia 12 de fevereiro de 2020, às 12h30min.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003986-59.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
ANDREIA DA SILVA GOMES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULA ARAUJO COSTA OAB - MT23601/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Intimações da parte promovente e patrono a fim que compareçam a audiência designada para o dia 12 de fevereiro de 2020, às 12h10min.

Citação

Citação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003992-66.2019.8.11.0013
Parte(s) Polo Ativo:
WALDICLEY ALVES SOARES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULA ARAUJO COSTA OAB - MT23601/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Intimações da parte promovente e patrono a fim que compareçam a audiência designada para o dia 12 de fevereiro de 2020, às 12h20min.

Comarca de Poxoréo

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001088-70.2019.8.11.0014
Parte(s) Polo Ativo:
REINALDO BISPO DE ARAUJO FILHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
REINALDO BISPO DE ARAUJO FILHO OAB - MT0014537A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1001088-70.2019.8.11.0014 POLO ATIVO:REINALDO BISPO DE ARAUJO FILHO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: REINALDO BISPO DE ARAUJO FILHO POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Sala de audiência de conciliação de Poxoréo Data: 09/03/2020 Hora: 13:30 , no endereço: RUA EUCLIDES DA CUNHA, S/N, SANTA LUZIA, POXORÉO - MT - CEP: 78800-000 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000579-42.2019.8.11.0014
Parte(s) Polo Ativo:
NEURISVALDO FRANCISCO PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXSANDER DA SILVA OLIVEIRA OAB - MS22959 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO ADRIANO SILVA DE MORAIS (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE POXORÉU DESPACHO Processo: 1000579-42.2019.8.11.0014. REQUERENTE: NEURISVALDO FRANCISCO PEREIRA REQUERIDO: PAULO ADRIANO SILVA DE MORAIS VISTO, Em sede da audiência conciliatória, a parte requerente pugnou pela suspensão do feito por 60 (sessenta) dias, tendo em vista que realizou uma composição amigável com o promovido. Destarte, não havendo qualquer causa que obsta o acolhimento do pleito, DEFIRO o pedido o sobrestamento do feito, na forma requerida, pelo período de 60 (sessenta) dias. Após o transcurso temporal, INTIME-SE a parte autora para que, no

prazo legal, promova os atos necessários ao regular processamento do feito, sob pena de extinção e arquivamento. Às providências. Cumpra-se. Poxoréu – MT, data lançada no sistema. Darwin de Souza Pontes Juiz de Direito

Comarca de São José do Rio Claro

1ª Vara

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Cristhiane Trombini Puia Baggio
Cod. Proc.: 29213 Nr: 3092-55.2010.811.0033
AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CLECIO SCHWADE
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADRIANA PAULA TANSSINI RODRIGUES SILVA - OAB:10361
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FABIULA MULLER KOENIG - OAB:22.819/PR, GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI - OAB:56.918/PR
Vistos.
Trata-se de discordância, por parte do ESTADO DE MATO GROSSO (fls.189/191 e 170/175), quanto à proposta de honorários periciais apresentada às fls. 162/163.
Instado a manifestar-se, o perito apresentou suas justificativas às fls. 186/188, informando os moldes pelos quais embasou o valor da proposta, reiterando sua pretensão de honorários, informando, de outro, a possibilidade de parcelamento dos honorários em 02 (duas) parcelas.
Em resposta, na petição de fls. 189/191, requer o ESTADO DE MATO GROSSO a inversão do ônus da prova ou, subsidiariamente, a aplicação das disposições do art. 478, do Código de Processo Civil.
Na hipótese dos autos, pretende o requerente, por meio dos presentes embargos à execução, discutir cláusulas atinentes à Cédula Rural Pignoratícia, aduzindo capitalização de juros indevida, cobrança excessiva de encargos, exclusão da correção monetária dos cálculos, juros de mora abusivos e sua cumulação com comissão de permanência, redução da multa contratual e estorno de juros cobrados em razão do vencimento antecipado de duas parcelas.
Tendo em vista as alegações do Estado de Mato Grosso, entendo que antes da decisão acerca da oneração do Estado de Mato Grosso pelos custos de prova pericial, tendo em vista ser a parte requerente beneficiária da gratuidade de justiça, deva o embargante atender às disposições contidas no §3°, do art. 917 do Código de Processo Civil.
INTIME-SE o embargante para que apresente planilha onde conste demonstrativo discriminado e atualizado de seu cálculo, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão.
Não obstante o ofício circular n.º 94/2019 – CCGJ, que determina o arquivamento dos processos constante na lista do SIAP ("processos passíveis de arquivamento", cuja pesquisa foi realizada em 03/12/2019), verifico não se encontrar o presente processo maduro para o arquivamento definitivo, estando em fase instrutória, razão pela qual deixo de promover seu arquivamento.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Cristhiane Trombini Puia Baggio
Cod. Proc.: 74297 Nr: 3058-36.2017.811.0033
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ASSOCIADOS OURO VERDE DE MATO GROSSO - SICREDI OURO VERDE
PARTE(S) REQUERIDA(S): ALEXANDRE PIZZOLATO, SILVANE BORTOLUZZI PIZZOLATO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRE ASSIS ROSA - OAB:OAB/MT 19.077-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LIANCARLO PEDRO WANTOWSKY - OAB:7571/SC
Visto,
Não obstante o ofício circular n.º 94/2019 – CCGJ, que determina o arquivamento dos processos constante na lista do SIAP (processos passíveis de arquivamento, cuja pesquisa foi realizada por este juízo em 03/12/2019), verifico que no caso dos autos o presente processo, em que pese inserido na relação supramencionada, não esta maduro para o arquivamento definitivo, já que se encontra em fase de expropriação de bens, pendente a realização de avaliação da área penhorada.
Da tutela de urgência requerida:
A parte executada compareceu ao feito às fls. 189/192 e requereu sejam baixadas as inscrições de restrição existentes em seu nome correspondente à cédula de crédito objeto da presente execução. Todavia, não trouxe ao feito qualquer documento que demonstre a alegada negativação.
Oportunizada a parte interessada a juntada de referido documento, conforme decisão de fl. 201. Todavia, com vistas dos autos, a parte executada não promoveu a juntada do documento solicitado, o que denota seu desinteresse pela apreciação da "tutela de urgência", já que não houve demonstração de suscitada negativação.
Desse modo, considerando que sequer há nos autos informes no sentido que o nome dos executados se encontram inserido no cadastro de restrição ao crédito por débito, indefiro o pleito de fls.189/192.
Da nova avaliação:
Recolhido o valor dos honorários periciais, conforme demonstrado às fls. 202/203, expeça-se alvará para levantamento do valor correspondente a 50% dos honorários periciais, conforme solicitado pelo perito às fls. 208/209.
No mais, intime-se a parte exequente para que traga aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, o mapa cadastral do imóvel penhorado e, ainda, cópia da matrícula atualizada dela.
Com o encarte dos documentos, intime-se o perito para inicio dos trabalhos periciais, cumprindo-se, no mais, conforme deliberado às fls. 167.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Cristhiane Trombini Puia Baggio
Cod. Proc.: 80145 Nr: 1614-31.2018.811.0033
AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): HERCULANO IZAIAS FRANCO NETO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Sérvio Tulio de Barcelos - OAB:14258
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Visto. Indefiro o pedido da autora de fls. 95, eis que ausentes os requisitos da citação por hora certa dispostas no artigo 252 do CPC: Art. 252. Quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. [...] Além disso, conforme entendimento jurisprudencial (JTA 120/44) ao juiz não compete determinar que a citação se fala com hora certa; ao oficial de justiça é que compete verificar se é caso ou não da aplicação do artigo 227 do CPC. Ante o exposto, indefiro o pedido da parte autora no que tange à citação do réu ser realizada por hora certa e determino sua intimação para impulsionar o feito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Cristhiane Trombini Puia Baggio
Cod. Proc.: 14407 Nr: 3303-67.2005.811.0033
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARXIMANDRO PERIM COSTA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANTONIO EVARISTO FRANCESCONI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDSON VIEIRA NOIA JÚNIOR - OAB:18529
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JUAREZ PAULO SECCHI - OAB:10.483/MT
Visto.
Recebo a petição de fls. 302//303 como cumprimento da sentença de fls. 218/230, mantida pelo Tribunal de Justiça consoante o acórdão de fls. 269, reconhecendo a aplicação da multa pelo descumprimento do acordo, bem

como majoração dos honorários fixados.
Anote-se no sistema e autuação, constando corretamente o polo ativo: ANTONIO EVARISTO FRANCESCONI e, no polo passivo, MARXIMANDRO PERIM COSTA.
Tendo em vista a ausência de concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, não incumbe ao judiciário realizar memorial de cálculo de dívida para instauração da execução, conforme dispõe o art. 98, §1º, inciso VII do CPC, portanto, intime-se o exequente para que, no prazo de 10 (dez) dias, junte aos autos cálculo atualizado do valor da dívida nos termos da decisão já mencionada.
Na sequência, intime-se a parte executada, por meio de seu advogado, para que cumpra voluntariamente a obrigação de acordo com o cálculo apresentado pelo exequente, conforme artigo 523 do CPC, em 15 dias, sob pena de incidência da multa de 10% sobre o valor do débito.
Ainda, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, nos termos do artigo 525 do CPC.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 71345 Nr: 1871-90.2017.811.0033
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ELIO ANTUNES DE CHAVES, GENY ZENI DE CHAVES
PARTE(S) REQUERIDA(S): DIOGENES BENETTI, MARIO GOLON, JOSÉ THOMÉ PEDIGER, VERA LUCIA MARCUSSO PREDIGER, FRANCISCO EURIPEDES DE LIMA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Julierme Romero - OAB:6240/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EURIPES GOMES PEREIRA - OAB:3738/MT
Intimo a parte autora para que, no prazo legal, manifeste-se acerca das respostas dos Ofícios (fls. 221/238) e da petição de fls. 191/192.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Cristhiane Trombini Puia Baggio
Cod. Proc.: 52952 Nr: 2363-24.2013.811.0033
AÇÃO: Usucapião->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LUIZ ALBERTO ECKERT, DERLY DA ROSA ECKERT
PARTE(S) REQUERIDA(S): OSWALDO DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUIZ PEDRO FRANZ - OAB:14594/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos.
Acerca do fato novo noticiado às fls. 206/224, INTIMEM-SE a parte requerida e confinantes para que manifestem, no prazo de 20 (vinte) dias, sua eventual oposição quanto à expedição de novo mandado de registro e averbação contendo a alteração das divisas nos moldes em que pretendida pelo autor, após georreferenciamento, sob pena de preclusão.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Cristhiane Trombini Puia Baggio
Cod. Proc.: 50972 Nr: 75-06.2013.811.0033
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): ADÃO MIGUEL CABRAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: SILVANA MANTOVANI DOS SANTOS NUNES - OAB: 12.363-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Visto.
Intime-se o exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se quanto à petição de fls. 81/89.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Cristhiane Trombini Puia Baggio
Cod. Proc.: 81478 Nr: 2178-10.2018.811.0033
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DESTILARIA DE ALCOOL LIBRA LTDA, LIBRA ETANOL PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA, LUIZ CARLOS TICIANELL, IZELIA TICIANELI, ESPOLIO DE SERAFIM ADALBERTO TICIANELI
PARTE(S) REQUERIDA(S): A FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CHARLES SALDANHA HANDELL - OAB:13.383
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos,
Determino a intimação dos requerentes para, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovarem o pagamento das custas e despesas de ingresso da ação.
Decorrido prazo assinalado, com ou sem manifestação, o que deverá ser certificado nos autos, tornem-se os autos conclusos.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

2ª Vara

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Cristhiane Trombini Puia Baggio
Cod. Proc.: 77871 Nr: 577-66.2018.811.0033
AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANTONIO CARLOS DE FIGUEIREDO
PARTE(S) REQUERIDA(S): NEREU CESAR MEDEIROS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALCIR FERNANDO CESA - OAB:17596, JIANCARLO LEOBET - OAB:10.718
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ELIAS VANIN - OAB:10026/MT, GUSTAVO TOMAZETI CARRARA - OAB:5967/MT, VANESSA TOMAZETI CARRARA DE FIGUEIREDO - OAB:4653/MT
Vistos etc.
1. Trata-se de AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE, com pedido liminar, proposta por Nereu Cesar Medeiros em desfavor de Antônio Carlos de Figueiredo, ambos qualificados.
Audiência de justificação prévia realizada às fls. 96/99.
Decisão (fls. 100/101-verso) deferindo o pedido liminar, a qual foi posteriormente revogada, conforme se infere pela cópia da decisão proferida nos autos nº 577-66.2018.811.0033, código 77871, em apenso, encartada às fls. 411/418.
Contestação do requerido às fls. 111/147.
Vistos etc.
1. Trata-se de AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE, com pedido liminar, proposta por Antônio Carlos de Figueiredo em desfavor de Nereu Cesar Medeiros, ambos qualificados.
Audiência de justificação prévia realizada às fls. 381/390 e 404/406.
Decisão (fls. 444/449) deferindo o pedido liminar.
Agravo de Instrumento interposto às fls. 459/469.
Contestação do requerido às fls. 470/487.
Impugnação à contestação às fls. 504/532.
Petição e instrumento de acordo juntados às fls. 538/547, informando a composição entre as partes, postulando pela sua homologação e consequente e extinção processual.
É o relato do essencial. Fundamento e Decido.
2. Compulsando os autos, constato que as partes são capazes e o direito litigioso permite composição, de sorte que não vejo óbice em homologar o acordo e, por consequência, extinguir o processo com apreciação do mérito.
3. HOMOLOGO, pois, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fls. 539/547, e, como tal, JULGO O MÉRITO da demanda para homologar a transação efetivada entre as partes, com fundamento no art. 487, III, “a”, do CPC.
Custas, despesas processuais e verba honorária nos termos do acordo.
Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, dando-se baixa, inclusive, na distribuição.
Publicada com a inserção no Sistema Apolo. Dispensado o registro da sentença (art. 317, § 4º, CNGC). Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Cristhiane Trombini Puia Baggio

Cod. Proc.: 76194 Nr: 3833-51.2017.811.0033

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: NEREU CESAR MEDEIROS

PARTE(S) REQUERIDA(S): ANTONIO CARLOS DE FIGUEIREDO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELIAS VANIN - OAB:10026/MT, GUSTAVO TOMAZETI CARRARA - OAB:5967/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALCIR FERNANDO CESA - OAB:17.596, DARI LEOBET JUNIOR - OAB:21919/O, JIANCARLO LEOBET - OAB:10.718, WESLEY DE ALMEIDA PEREIRA - OAB:23350-O

Vistos etc.

1. Trata-se de AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE, com pedido liminar, proposta por Nereu Cesar Medeiros em desfavor de Antônio Carlos de Figueiredo, ambos qualificados.

Audiência de justificação prévia realizada às fls. 96/99.

Decisão (fls. 100/101-verso) deferindo o pedido liminar, a qual foi posteriormente revogada, conforme se infere pela cópia da decisão proferida nos autos nº 577-66.2018.811.0033, código 77871, em apenso, encartada às fls. 411/418.

Contestação do requerido às fls. 111/147.

Agravo de Instrumento interposto às fls. 328/358.

Petição e instrumento de acordo juntados às fls. 427/436, informando a composição entre as partes, postulando pela sua homologação e consequente e extinção processual.

É o relato do essencial. Fundamento e Decido.

2. Compulsando os autos, constato que as partes são capazes e o direito litigioso permite composição, de sorte que não vejo óbice em homologar o acordo e, por consequência, extinguir o processo com apreciação do mérito.

3. HOMOLOGO, pois, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fls. 428/436, e, como tal, JULGO O MÉRITO da demanda para homologar a transação efetivada entre as partes, com fundamento no art. 487, III, “a”, do CPC.

Custas, despesas processuais e verba honorária nos termos do acordo.

Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, dando-se baixa, inclusive, na distribuição.

Publicada com a inserção no Sistema Apolo. Dispensado o registro da sentença (art. 317, § 4º, CNGC). Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Luis Felipe Lara de Souza

Cod. Proc.: 26564 Nr: 437-13.2010.811.0033

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: BFS

PARTE(S) REQUERIDA(S): ORF

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FLÁVIO NEVES COSTA - OAB:OAB/MT 12.406-A, MARCIA MARIA DA SILVA - OAB:8922-A/MT, RICARDO NEVES COSTA - OAB:12410-A/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

(...) Consta no presente autos que as tentativas de localização do executado para fins de citação foram frustradas por diversas vezes, motivo pelo qual o exequente requereu a este juízo pesquisas mediante Sistema BACENJUD, INFOJUD E SIEL, para localização do paradeiro do executado. O pedido foi deferido como consta na decisão e comprovantes declinados aos autos às fl. 135/139.Diante do esgotamento dos meios de localização tanto administrativamente, bem como judicialmente o exequente postulou pelo deferimento da citação por edital em conformidade com os artigos 256 e seguintes do Código de Processo Civil, pedido deferido às fl. 153, conforme se verifica no edital de citação de fl. 156 e certidão de decurso prazo de fl. 158.Nos termos do §3º do artigo 256 do Código de Processo Civil, considera-se o réu em local ignorado ou incerto se infrutíferas as tentativas de localização, inclusive mediante requisição pelo juízo de informações sobre seu endereço nos cadastros de órgãos públicos ou de concessionárias de serviços públicos, verbis. Art. 256. A citação por edital será feita:(...)II – quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar o citando;(...)§ 3º O réu será considerado em local ignorado ou incerto se infrutíferas as tentativas de sua localização, inclusive mediante requisição pelo juízo de informações sobre seu endereço nos cadastros de órgãos públicos ou de concessionárias de serviços públicos. (negritei)Assim, não vislumbro vício algum na citação editalícia, devendo ser mantida esta forma de citação. 4. REJEITO, por isso, a Exceção de Pré-Executividade oposta pelo executado e os pedidos nela formulados.5. INTIMEM-SE o curador especial e o procurador judicial do exequente do teor desta decisão, devendo o exequente requerer o que entender de direito.São José do Rio Claro, 1 de novembro de 2019.Luis Felipe Lara de Souza,Juiz de Direito.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 26564 Nr: 437-13.2010.811.0033

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: BFS

PARTE(S) REQUERIDA(S): ORF

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FLÁVIO NEVES COSTA - OAB:OAB/MT 12.406-A, MARCIA MARIA DA SILVA - OAB:8922-A/MT, RICARDO NEVES COSTA - OAB:12410-A/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Intimo Vossa Senhoria, na qualidade de advogado da parte autora, para manifestar-se acerca do Laudo Pericial no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que for de direito.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 76991 Nr: 243-32.2018.811.0033

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S/A

PARTE(S) REQUERIDA(S): COSTA & CRUZ LTDA, VALDENICE APARECIDA COSTA, OSMAR PEREIRA DA CRUZ

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - OAB:19.081-A/MT, SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS - OAB:14.258-A/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ISAIAS EUGENIO - OAB:16674/O

Pelo presente, intimo Vossa Senhoria, na qualidade de advogado da parte autora, para providenciar o pagamento do complemento de diligência de Oficial de Justiça, no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), bem como para manifestar sobre o Oficio de fls. 152- verso.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 79743 Nr: 1419-46.2018.811.0033

AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->Outros Procedimentos->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S.A.

PARTE(S) REQUERIDA(S): FRANCISCO JOSE CASTILHO CABRERA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FELIPE VELASQUES AMARAL - OAB:13598

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Pelo presente, intimo Vossa Senhoria, na qualidade de advogado da parte autora, para providenciar o complemento do pagamento de diligência de Oficial de Justiça, no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), conforme fls. 79 dos autos.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 1892 Nr: 15-24.1999.811.0033

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução Trabalhista->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S/A

PARTE(S) REQUERIDA(S): JOÃO ALBERTO ALBERTIN, APARECIDO ALVES, JOÃO RICARDO MOREIRA, LUTI ELENA LUPI ALVES

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIULA MULLER KOENIG - OAB:22.819/PR, GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI - OAB:56.918/PR

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOÃO RICARDO MOREIRA - OAB:7881/MT, MARIANA MULARI NASSAR NOBRE - OAB:14930 MT, REJANE BUSS SONNENBERG - OAB:5.862/MT

Pelo presente, intimo Vossa Senhoria, na qualidade de advogado da parte autora, para providenciar o pagamento de diligência de Oficial de Justiça da Carta Precatória na Vara Especializada de Direito Bancario na Comarca de Varzea Grande-MT. Sob o n° 1012848-52.2019.811.0002.

Juizado Especial Cível e Criminal

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010010-89.2017.8.11.0033
Parte(s) Polo Ativo:
ROSANI RAMAO BATISTA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
WANDERLEY KUHN (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SERGIO DRESSLER BUSS OAB - MT0005431S (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
ALEX DE TAL (TESTEMUNHA)
VANDERLEI (TESTEMUNHA)
DIRCEU DE ARAÚJO FEITOSA (TESTEMUNHA)

AUTOS Nº. 8010010-89.2017.8.11.0033 REQUERENTE ROSANI RAMAO BATISTA REQUERIDO WANDERLEY KUHN DESPACHO/DECISÃO Vistos, Designo desde já audiência de instrução e julgamento para o 26/10/2017, às 15: 00 horas, cujo rol de testemunhas deverá ser encartado aos autos em até cinco dias antes da audiência, devendo as partes trazer as suas testemunhas, até o número máximo de três, ou, se preferir, indicar as que deverão ser intimadas, o que deverá ser agilizado pela secretaria. Convoquem-se as partes para comparecerem à audiência, sob pena contumácia da parte promovente e extinção do processo, ou verificação dos efeitos da revelia em relação da parte promovida, com julgamento da causa. Intimem-se. Cumpra-se. Expeça-se o necessário. São José do Rio Claro/MT, 23 de junho de 2017. CRISTHIANE TROMBINI PUIA BAGGIO Juíza de Direito

Comarca de Vila Rica

2ª Vara

Portaria

PORTARIA n° 002/2019- VEP
O MERITÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA SEGUNDA VARA DA COMARCA DE VILA RICA/MT, NO
USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS;
CONSIDERANDO as atribuições do Juízo Corregedor do Centro de Detenção Provisório prevista na lei de Execução Penal e Consolidação das normas da Corregedoria Geral de Justiça do Mato Grosso e com base na Portaria n° 002/2019 da Vara de Execuções Penais de Rondonópolis expedida pelo Juiz de Direito João Filho de Almeida Portela e com base na Portaria n.° 002/2019-VEP da Primeira Vara Criminal de Tangará da Serra expedida pela Juíza de Direito Edna Ederli Coutinho;
CONSIDERANDO que, por expressa previsão constitucional, a família é a base da sociedade e merece especial proteção estatal (CRFB/ 88, 226);
CONSIDERANDO o estreitamento dos laços familiares do recuperando constitui expressão de dever social e da dignidade da pessoa humana, com a finalidade (res) socialização.
CONSIDERANDO que a família contribui decisivamente no processo de (re)inserção social do Custodiado, pela capacidade de agregar valores ético-morais à sua formação;
CONSIDERANDO que o Estado deve promover atos que
confiram oportunidades ao Recluso de restabelecimento de laços familiares e, por
conseguinte, de integração social;
CONSIDERANDO que os procedimentos de revista intramuros
acabam por contribuir com a introdução de objetos ilícitos nas Unidades Prisionais;
CONSIDERANDO que a visitação intramuros acaba por tomar
valioso tempo de servidores públicos e, inclusive, onerar ainda mais os cofres estatais
com a necessidade de concessão de folgas e até Pagamento de horas extras;
RESOLVE:
Art. 1° - Regulamentar no âmbito da Cadeia Publica Municipal
de Vila Rica/MT o sistema de visitação extramuros.
Parágrafo único — O disposto neste artigo aplica-se ás
hipóteses de Recuperando definitivo e com condenação provisória.
Art. 2° - A participação do preso será sempre voluntária.
§1° - A visitação a família fora da Cadeia Pública Municipal a
ser realizada pelo Reeducando sempre dependerá de bom comportamento carcerário.
§ 2° - Para a realização da visitação extramuros, a pessoa
custodiada deverá ter cumprido prioritariamente 1/6 (um sexto) da pena, ressalvada
hipótese devidamente justificada pela Direção da Cadeia Pública Municipal ou esteja trabalhando dentro ou fora da Cadeia Pública Municipal de Vila Rica/MT pelo prazo
mínimo de 03 (três) meses;
§ 3° - Não haverá qualquer custo aos cofres públicos com o
deslocamento do Reeducando para a visitação da família.
Art. 30 - A seleção dos Recuperandos para participação da
visitação aos familiares será realizada de forma criteriosa pela Direção da Cadeia
Pública Municipal, devendo observar os seguintes requisitos:
I — O mérito do Recuperando;
II — Comportamento carcerário;
III — Realização de atividades extramuros sem descumprir as
ordens impostas, nem registrar pratica de infração penal ou falta na execução da
pena;
IV — Priorizar os presos que já realizam trabalhos internos e
externos há pelo menos três meses e que cumpram os requisitos anteriores e desta
portaria;
Art. 40 - A saída do Reeducando da Cadeia Pública Municipal
pressuporá o monitoramento eletrônico (se o caso), devendo assinar perante a
Unidade respectiva termo de compromisso e responsabilidade. Parágrafo único. Quando da visitação a família, o Recuperando deverá declinar o endereço onde poderá ser localizado a fim de permitir a correta fiscalização da medida. Art. 50 - Apenas poderá realizar a visitação familiar o Recuperando cujos familiares possuam comprovadamente endereço nas cidades de Vila Rica/ MT, Santa Terezinha/MT e Santa Cruz do Xingú/MT. Art. 6° - Não será a autorizada à saída do sistema prisional para visitação a família o Recuperando que ostente condenação por crime contra a dignidade sexual ou a violência doméstica em endereço que possa manter contato com a vítima do crime objeto da condenação. § 1°. Ausentar-se do local em que está sendo monitorado, exceto em situações devidamente justificadas e documentadas ou em situações de caso fortuito ou força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Unidade Gestora de Monitoração Eletrônica (se o caso), pelo telefone constante no termo de instrução; §2°. São vedados comportamentos que possam afetar o normal funcionamento da tornezeleira eletrônica, especialmente, atos tendentes a desliga-la ou dificultar a transmissão das informações para a Unidade Gestora de Monitoração Eletrônica (se o caso), ou causar estragos ao equipamento e em seu carregador ou permitir que outrem o faça; §3°. Atender com rapidez e boa vontade as intimações das Autoridades Judiciárias e do Sistema Penitenciário, bem como deve fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização destas condições, além de
transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los
quando solicitado;
§4°. Não frequentar lugares inapropriados, como causa de
prostituição, casa de jogos, boca de fumo, bares e boates, casas noturnas e locais
similares;
§5°. Não portar armas, nem brancas (faca, canivete, estilete,
etc.) nem de fogo (revolver, espingarda, explosivos, munições, etc.);
§6°. Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer
espécie de substancias entorpecente;
§7°. Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime
ou contravenção);
§8°. Não praticar atos tendentes a frustrar os fins da medida
(res)socializadora.
Parágrafo único — O Recuperando que descumprir qualquer
das condições ficará automaticamente excluído deste projeto.
Art. 8° - As visitas extramuros serão permitidas nas datas
comemorativas como: natal (25/12); ano novo (01/01); dia das mães (segundo
domingo de maio); dia dos pais (segundo domingo de agosto); dia das

crianças
(12/10); dia da pascoa (segundo domingo de abril), sendo que o reeducando sairá da
Unidade às 08h e retornará às 17h. Art. 90 -A Direção da Cadeia Pública Municipal poderá quando do retorno do Reeducando realizar procedimentos de fiscalização e até etiloteste. Art. 100 - A direção da Cadeia Pública Municipal encaminhará ao juízo cópia do registro de todos os participantes, com as informações, inclusive de eventual intercorrência. Art. 110 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Parágrafo único — Os casos omissos serão deliberados pelo Juízo da Execução Penal desta Comarca. Art. 12° - Encaminhe-se cópia desta Portaria para a Corregedoria Geral da Justiça, ao GMF/TJMT, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, ao Ministério Público, a Defensoria Pública, a Subseção local da OAB, ao Diretor da Cadeia Pública Municipal desta Comarca e ao Conselho da Comunidade. Vila Rica - MT, 11 de dezembro de 2019

Intimação

Ato Ordinatório Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000170-58.2019.8.11.0049
Parte(s) Polo Ativo:
ISALETE FATIMA SANDRIN GONCALVES (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
TANIA MARIA FERREIRA DE FREITAS OAB - TO380 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VILA RICA 2ª VARA CÍVEL DE VILA RICA Processo: 1000170-58.2019.8.11.0049 ATO ORDINATÓRIO. Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os presentes autos com a finalidade de: Intimar a parte autora da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 17/02/2020 às 13:30 Horas-MT. Vila Rica/MT, 12 de dezembro de 2019 MIRELLY CRISTINE MOREIRA JACOBINA Gestora de Secretaria SEDE DA 2ª VARA CÍVEL DE VILA RICA E INFORMAÇÕES: - TELEFONE: (66) 3554-1603

Ato Ordinatório Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000291-23.2018.8.11.0049
Parte(s) Polo Ativo:
LUZIA REIS MEDRADO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
IRINEU MARCELO OAB - MT8583-O (ADVOGADO(A))
BRUNA DE FATIMA NEGRAO MARCELO OAB - SP325574 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE VILA RICA ATO ORDINATÓRIO. Nos termos da legislação vigente e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os presentes autos com a finalidade de: Intimar a parte autora da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 16/12/2019 às 15:00 Horas-MT. Vila Rica/MT, 12 de dezembro de 2019. MIRELLY CRISTINE MOREIRA JACOBINA Gestor(a) de Secretaria SEDE DA 2ª VARA CÍVEL DE VILA RICA E INFORMAÇÕES: - TELEFONE: (66) 35541603

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 51639 Nr: 1699-71.2015.811.0049
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DEMAX - SERVIÇOS E COMERCIO LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): WILLIAN ALVES FERREIRA, HENRIQUE MEDEIROS DA CRUZ, AIRTON CAPITANIO, JOE LUIZ BERLATO ZANCHETIN, JOÃO BIAZÃO BASSO, ADÃO BIAZÃO BASSO, GERALDO VIGOLO, JOSÉ VIGOLO, AGOSTINHO VIGOLO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: NIVALDO PEREIRA DA SILVA - OAB:17.795-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDRE LUIZ PIRES - OAB:12.488-B, JOSEMIR MARTINS DOS SANTOS - OAB:15995/MT
Nos termos da legislação vigente e do Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos a fim de intimar a parte requerida Agostinho Vigolo, atraves de seus procuradores a fim de proceder a retirada da certidão de objeto e pé, a qual se encontra disponivel nesta Secretaria, conforme solicitado.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 53169 Nr: 623-75.2016.811.0049
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ARCÍLIO JOSÉ FONSECA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL-INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CAMILA MOURA FEITOZA - OAB:17816/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a) CAMILA MOURA FEITOZA, para devolução dos autos nº 623-75.2016.811.0049, Protocolo 53169, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adoção das medidas cabíveis.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Des. Carlos Alberto Alves da Rocha
Presidente

Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Vice-Presidente

Des. Luiz Ferreira da Silva
Corregedor-Geral

Dúvidas e Sugestões:
Gestão do Diário da Justiça
Coordenadoria Judiciária
(65) 3617-3198

E-mail:
dje@tjmt.jus.br

Site:
www.tjmt.jus.br

CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO - CPA - CEP 78050-970 - Caixa Postal - 1071
Cuiabá - Mato Grosso - FONE/FAX: (65)3617-3000 - CNPJ: 03.535.606/0001-10

CADERNO DE ANEXOS

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CAMPO NOVO DO PARECIS

PORTARIA Nº 58/2019/DF

PEDRO DAVI BENETTI – MM. Juiz de Direito e Diretor do Foro em Substituição Legal da Comarca de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e na forma da Lei, etc...

CONSIDERANDO que o art. 231 da Lei n.º 4.964/85 (COJE) considera o recesso forense o período compreendido entre 20 de dezembro e 06 de janeiro;

CONSIDERANDO o teor do Provimento n.º 27/2019/CM, de 13/11/2019,

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 232 da Lei n.º 4.964/85 (COJE).

CONSIDERANDO o teor da Portaria nº 1466/2019-PRES, de 19/11/2019.

CONSIDERANDO o teor da Portaria nº 1420/2019-PRES, DE 21/11/2019.

RESOLVE:

Art. 1° - Estabelecer a escala de plantão no recesso forense dos Juízes, Gestores Judiciários (funcionários) e Oficiais de Justiça iniciando às 15h do dia 19 de Dezembro de 2019 e encerrando-se às 11:59h do dia 07 de Janeiro de 2020.

Parágrafo único: O horário de expediente para os Servidores plantonistas no período de 20 de dezembro de 2019 à 06 de janeiro de 2020 (recesso forense), serás das **13 às 18 horas**.

Art. 2º Convocar os Servidores e Oficiais de Justiça que integrarão a escala de plantão judicial no recesso forense (20/12/2019 a 06/01/2020), ficando vinculados ao respectivo Magistrado, conforme disposto na Portaria 56/2019 e 59/2019.

Art. 3º - Durante o recesso forense deverá ser mantido o sistema de plantão, com número de servidores suficiente para atender medidas judiciais que reclamem soluções urgentes.

Art. 4º - As medidas judiciais urgentes, nos termos do art. 232 da Lei n. 4.964/1985 do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado, alterado pela Lei Complementar n. 281, de 27.09.2007, e Resolução n. 10/2013/TP, bem como da Portaria 1.466/2019-PRES, datada de 19.11.2019, protocolizados após as 15 horas do dia 19.12.2019, deverão ser encaminhadas ao plantonista do Polo.

I - JUÍZES DA COMARCA PARA O RECESSO

Inicio	Término	JUIZ
15h do dia 19.12.2019	Às 11:59 do dia 07.01.2020	Pedro Davi Benetti

II - GESTORES ADMINISTRTIVOS DA COMARCA PARA O RECESSO

DIA	GESTOR DO PLANTÃO	TELEFONE
15h do dia 19/12 até as 08hs do dia 24/12/2019	Valdenice Cândida da Silva	(65) 99997-9199
08hs do dia 24/12 até as 08hs do dia 29/12/2019	Arnaldo Teixeira de Matos	(65) 99978-5803
08hs do dia 29/12/2019 até às 12hs do dia 07/01/2020	Ângela Carla Einik	(65) 99924-5378

III - GESTORES DA COMARCA PARA O RECESSO

DIA	GESTOR DO PLANTÃO	TELEFONE
15h do dia 19/12 até as 08hs do dia 21/12/2019	Valdenice Cândida da Silva	(65) 99991-1019

08hs do dia 21/12 até as 08hs do dia 23/12/2019	Cilina Souza Santos	(65) 99991-1019
08hs do dia 23/12 até as 08hs do dia 24/12/2019	Eliane Teixeira de Matos	(65) 99991-1019
08hs do dia 24/12 até as 08hs do dia 25/12/2019	Arnaldo Teixeira de Matos	(65) 99991-1019
08hs do dia 25/12 até as 08hs do dia 26/12/2019	Marli Pereira da Silva Rodrigues	(65) 99991-1019
08hs do dia 26/12 até as 08hs do dia 27/12/2019	Sandra Jaqueline Toniasso	(65) 99991-1019
08hs do dia 27/12 até as 08hs do dia 28/12/2019	Avenir Rodrigues Ferreira	(65) 99991-1019
08hs do dia 28/12 até as 08hs do dia 30/12/2019	Nilza Pereira Brant	(65) 99991-1019
08hs do dia 30/12 até as 08hs do dia 31/12/2019	Dilma Alves de Melo	(65) 99991-1019
08hs do dia 31/12/2019 até as 08hs do dia 02/01/2020	Elizangela Souza Santos	(65) 99991-1019
08hs do dia 02/01 até as 08hs do dia 04/01/2020	Ângela Carla Einik	(65) 99991-1019
08hs do dia 04/01 até as 08hs do dia 05/01/2020	Silvany Cardoso de Araujo	(65) 99991-1019
08hs do dia 05/01 até as 12hs do dia 07/01/2020	Mayra Coradi Braga	(65) 99991-1019

IV - OFICIAIS DE JUSTIÇA

DIA	OFICIAL DE JUSTIÇA	TELEFONE
Do dia 19/12 até do dia 23/12/2019	Joacyr Ormond Souza 15h do dia 19/12 até o dia 27/12/2019	(65) 99617-6302
Do dia 24 a 27/12/2019	Décio José Bruning 15h do dia 19/12 até o dia 27/12/2019	(65) 99997-9269
Do dia 28/12/2019 até o dia 01.01.2020	Fernanda Isabel Casagrande 28/12/2019 até 06/01/2020	(65) 99985-5426
Do dia 02/01/2020 até o dia 06/01/2020	Andreia Inácio de Carvalho 02/01/2020 até o dia 06/01/2020	(65) 99975-5977

V – ASSESSOR DE GABINETE

DIA	ASSESSOR DE GABINETE	TELEFONE
15h do dia 19/12 até o dia 07/01/2020 às 11:59	Andrezza Zuleika de Oliveira	(66) 99989-3101
15h do dia 19/12 até o dia 07/01/2020 às 11:59	Daniela Nascimento de Faria	(65) 98121-6389

Art. 4º - Determinar a fixação da presente no átrio do Fórum da Comarca, bem como, encaminhar cópia ao Ministério Público, Ordem dos Advogados do Brasil, Defensoria Pública, Delegacia Municipal, Comando da Polícia Militar.

Publique-se. Cientifique-se e cumpra-se, expedindo o necessário.

Campo Novo do Parecis, 10 de dezembro de 2019

Pedro Davi Benetti
Juiz de Direito Diretor do Foro